



Lisandra Ângela Franco de Mendonça

# Conservação da Arquitetura e do Ambiente Urbano Modernos: a Baixa de Maputo

Tese de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, ramo de  
Arquitetura e Urbanismo, em regime de Cotutela entre a Universidade de Coimbra e a Universidade de Roma "La Sapienza", orientada pelos  
Professores Doutores Arquitetos Walter Rossa, Giovanni Carbonara e Júlio Carrilho e apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da  
Universidade de Coimbra

Setembro de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Nome: Lisandra Ângela Franco de Mendonça

Matr. N.º: 2010163558 (Universidade de Coimbra, Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa)

Matr. N.º: 1010960 (*Sapienza Università di Roma, Dottorato di Ricerca in Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura, XXVI Ciclo/Sezione B - Restauro dell'Architettura*)

Endereço electrónico: [lisandramendonca@gmail.com](mailto:lisandramendonca@gmail.com)

Título da tese: *Conservação da Arquitetura e do Ambiente Urbano Modernos: A Baixa de Maputo*

Orientadores: Professores Doutores Arquitetos Walter Rossa e Giovanni Carbonara

Coorientador: Professor Doutor Arquiteto Júlio Carrilho

Ramos de conhecimento: Arquitetura e Urbanismo/Restauro da Arquitetura

## CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Presidente — Doutor Bruno Miguel Quelhas de Sacadura Cabral Trindade, Professor Associado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Vogais — Doutor Maurizio Caperna, Professor associado, Faculdade de Arquitetura da Sapienza Universidade de Roma; Doutora Simona Salvo, Professora associada, Faculdade de Arquitetura da Sapienza Universidade de Roma; Doutor Mário Gonçalves Fernandes, Professor Associado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto, Professor Auxiliar, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Doutor Nuno Alberto Leite Rodrigues Grande, Professor Auxiliar, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Doutor Júlio Eduardo Zamith de Franco Carrilho, Professor Auxiliar, Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, Coorientador.

## DOCUMENTO DEFINITIVO

Universidade de Coimbra, 28 de Outubro de 2016

Imagem da capa: Lourenço Marques, out. 1960, AHM, Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques, Icon. 573, Cx. 6. Vista da área a sul da Catedral, com o campanário em primeiro plano à direita, seguido dos edifícios sobre a Av. Fernão de Magalhães (Prédio Tap/Montepio, Escola Chinesa, Garagem e Reparação de Obras Públicas), o casario até ao porto e a Catembe em pano de fundo.

Este trabalho foi cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/ BD/ 73605/ 2010.





## **Agradecimentos**

Agradeço à minha família, ao meu querido irmão Aurélio Mendonça, à Anneline Silva, minha afilhada Clara Constança Mendonça, Luísa Maria Mendonça, e a Conceição Mendonça, o carinho, o apoio e por acreditarem no bom termo deste percurso.

Agradeço ao Ricardo Mendonça, pelo afeto, apoio e incentivo com que pacientemente me acompanhou.

Agradeço aos meus amigos, Vera Augusto, Barbara Bevivino, Nicolas Cazzato, Francesca Gattoni, Marina Nogarol, Clara Vargas, Ângela Alves, Ricardo Nobre, Ana Filipa Isidoro da Silva, Iazid Ali Moamad, Zubeida Cassamo, Conceição Salazar Cano, Fabrício Rocha, Martina Matozzi, Mussagy Calú, Stella Simão, Amina Calú, Eduardo Oliveira, Ito Hassane, Ninaz Hassane, Makampa Hassane, Pravine Morar, Celeste Morar, Roberto Carlos Adamuji (Duduli), Catarina Cruz e José Tomás Freire, que no Porto, em Roma, em Lisboa, em Coimbra, em Maputo, na Beira, em Nampula e na Ilha de Moçambique, fizeram das suas casas, a minha casa também. À solar Esperança, por ter tomado conta da minha primeira casa em Maputo e tão bem, de mim. Hei de voltar.

Agradeço a Paulo Varela Gomes, Walter Rossa, Margarida Calafate Ribeiro, António Sousa Ribeiro, Sandra Xavier, Elisiário Miranda, João Mascarenhas Mateus, Jorge Figueira, Simona Salvo, Maria Spina, Maurizio Berti, José Forjaz, Solange Macamo, Luís Lage, José Luís Cabaço, António Sopa, Jorge Fung, Gianfranco Gandolfo, José Cabral, Alda Costa, Catarina Cruz, João Tique, Mário Trindade, José Capão, Miguel César dos Santos, Francisco Pires Keil do Amaral, Ana Tostões e a João Vieira Caldas, que em diversos graus e de diversas formas dispuseram do seu tempo e interesses para discutirem o tema e nalguns casos, a forma generosa como puseram à minha disposição informação e documentação dos seus arquivos pessoais. A Francisco Pires Keil do Amaral (Pitum) e a Lira Keil Amaral, o “Quarto da Princesa” e o tempo passado em Canas de Senhorim.

Agradeço aos colegas da primeira edição do curso de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa da Universidade de Coimbra, e dos Ciclos XVI e XVII do de *Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura* da Universidade de Roma ‘Sapienza’, a oportunidade de acompanhar o seu crescimento e os momentos que passámos juntos.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Norte Sul (CES, Universidade de Coimbra), da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico Ultramarino, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Biblioteca Guglielmo De Angelis d'Ossat do Departamento de História, Desenho e Restauro da Arquitetura e da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura “Valle Giulia” da Universidade de Roma ‘Sapienza’, da Biblioteca do ICCROM, da FAPF-UEM e do seu CEDH, do Arquivo Histórico de Moçambique, da Biblioteca Municipal de Maputo, da Direção de Urbanização e Construção e da Direção de Parques e Jardins do Conselho Municipal de Maputo, do ARPAC e do Arquivo dos Caminhos de Ferro de Moçambique, a forma empenhada como me auxiliaram na pesquisa bibliográfica e na consulta dos vários espólios arquivísticos.

Estou especialmente reconhecida ao Professor Giovanni Carbonara pelo empenho, rigor académico, incentivo e disponibilidade absoluta ao longo deste percurso; ao Professor Júlio Carrilho pela generosidade com que partilhou o seu testemunho, as discussões acesas, a crítica constante e o humor cáustico (as opções na organização dos temas e a forma como foram abordados devem-se inteiramente às minhas próprias limitações); e ao Professor Walter Rossa pelas leituras e reparos finais do texto.

Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o apoio financeiro ao projeto.

## Resumo

Quarenta anos passados da Independência de Moçambique (25 de junho de 1975), as dificuldades na tutela e na reabilitação do património edificado moderno do período colonial (que representa o grosso da edificação dentro dos limites da chamada “cidade de cimento” de Maputo), são evidentes. Os ajustamentos estruturais resultantes de mudanças doutrinárias contrastantes e expressas na adoção de reformas económicas específicas, acrescidas de uma longa guerra civil (1976-1992) que intensificou a deslocação de população rural para as cidades, contribuíram para que se agravasse a degradação progressiva dos seus núcleos urbanos e serviços. O mecanismo de apropriação pós-colonial levou a um processo natural de “refuncionalização” e ao abandono de muitas estruturas urbanas. A densificação da ocupação “informal” das áreas urbanizadas foi acompanhada por roturas nos usos e costumes urbanos, ou por outras palavras, pela ruralização da cidade. A transformação apressada nos modos de habitar e nos hábitos de subsistência, com uma grande percentagem dos cidadãos a socorrer-se de atividades produtivas do sector informal para sobreviver (atividades dificilmente taxáveis), acarretou problemas de difícil resolução, nomeadamente a falta de recursos (privados e públicos) para a requalificação do espaço urbano e dos serviços e a “deterioração” generalizada dos prédios e habitações (arrendadas) da “cidade de cimento”.

Este texto põe o enfoque na herança material do período final da soberania portuguesa em Moçambique (final do século XIX – 1975), no interesse no aprofundamento da arquitetura e ambientes urbanos do século XX e das particularidades (ideológicas, técnicas e materiais) inerentes à conservação do património moderno associado ao contexto colonial. A dificuldade desse exercício prende-se sobremaneira com questões que se relacionam com as especificidades da própria “modernidade”: o reconhecimento e a tutela, a perda de funcionalidade/adaptação a novas funções, a degradação dos materiais de construção, a substituição de infraestruturas (obsoletas passadas poucas décadas), a alteração do espaço envolvente, a manutenção corrente, a aceitação da pátina (dificilmente associada à figuração e materialidade do “novo”/íntegro/contemporâneo) (Moreira, 2010), e por último, mas principalmente, essas

estruturas espaciais e conceituais terem sido desenvolvidas para um determinado referencial cultural, social e económico distante da sua condição contemporânea. O envelhecimento, deterioração e progressivo desaparecimento destes contentores de vida e de memória, transculturais e transnacionais, trazem novos desafios e a discussão de temas que merecem reflexão: 1) a proximidade do “tempo vida” destes espaços projetados condiciona o distanciamento histórico-crítico necessário à interpretação e avaliação do seu significado; 2) não temos conhecimento acumulado nem domínio técnico para lidar com toda a variedade da herança moderna das sociedades pós-coloniais considerando que não estamos interessados em dominar apenas a tecnologia construtiva, mas, também, as formas como esses espaços foram apropriados, dado que o ambiente urbano pós-colonial ganhou novos layers históricos e culturais que têm de ser reconhecidos — a intenção projetual, o espaço criado e os materiais por si só não definem a arquitetura —, a sua preservação como herança coletiva depende da sua capacidade de criar empatia (Carrilho, 2010a: 5) e essa, usando as palavras de José Pessôa, não pode deixar de se relacionar “com um processo de nova apropriação voltado à reflexão e ao entendimento das matrizes culturais que geraram aquelas formas” (Pessôa, 2015: 456); e 3) a noção (ocidental) de património não encontra unanimidade em territórios de raiz não Europeia, sobretudo quando associada a um legado colonial.

Na primeira parte do texto, ponho o enfoque nas mudanças sociais e económicas que afetaram a moldura arquitetónica e urbana da cidade de Maputo, passando pela evolução da própria estrutura física da cidade ao longo do tempo. Na segunda e terceira partes refiro algumas medidas levadas a cabo pelo Governo Moçambicano, desde a Independência, na salvaguarda do património e as dificuldades que têm surgido na gestão e valorização do património moderno do período colonial.

Palavras-chave: arquitetura moderna de Maputo, restauro arquitetónico e da paisagem, conservação do património, conservação do património edificado em contexto pós-colonial, Patrimónios de Influência Portuguesa, Moçambique.

## **Abstract**

Forty years after Mozambique's Independence from Portugal (25th of June 1975), the difficulties in assessing and rehabilitating the modern architectural heritage of colonial origin (which represents the bulk of the edification within the limits of the so-called “city of cement”) are evident. The structural adjustments programmes, consequence of contrasting doctrinal changes and expressed in the adoption of specific economic reforms, along with the prolonged civil war (1974-1992) that intensified the dislocation of the rural population to the cities, contributed to the progressive degradation of the historic urban centres and their services. The postcolonial appropriation mechanism led to a natural process of “refunctionalisation” and to the abandonment of many urban infrastructures. Both the violence of colonization and decolonization accompany the narratives of these spaces.

This text focuses on the modern heritage of Maputo (from the late nineteenth century to 1975) and is interested in deepening the knowledge of twentieth century architecture and the particularities (ideological, technical, and material) involved in the conservation of architectural heritage associated with the postcolonial context. The difficulties relate greatly to specificities of the “modernity” itself: its lacking functionality/adequacy to new functions, the deterioration of materials, the replacement of infrastructures (obsolete after a few decades), the changes in the urban surroundings, its current maintenance, and the acceptance of the patina, as well as the recognition of this recent heritage, its protection by an official tutelage and last, but not least, these conceptual spaces and structures have been developed for a particular cultural, social and economic ambience, which find hard adequacy in the contemporaneous condition. Studying the aging buildings, and the relationship between such different cultures (colonial and postcolonial) bring new challenges and discussion of issues that deserve consideration: 1) their “lifetime” proximity to our own epoch affects the (historical) distance required for properly interpreting and evaluating their significance; 2) we do not have accumulated knowledge or technical expertise to handle all the variety of the modern heritage of postcolonial societies, considering that we are not interested in mastering only the technology, but also the ways urban and



domestic spaces are now (re)demarcated and lived, given that the urban postcolonial environment gained new historical and cultural layers that have to be acknowledged; and 3) the Western notion of heritage has not found acknowledgment in areas of non-European roots, especially when related with colonial experiences.

In the first part of this dissertation, I focus on the social and economic transformations in the urban and architectonic framework that took place in the postcolonial context in Maputo. In the second and third parts, I address the measures that have been undertaken by Mozambican officials and the difficulties that arise in the management and enhancement of the modern colonial heritage.

Keywords: modern heritage of Maputo, architectural and urban conservation, heritage conservation, heritage conservation in a postcolonial context, cultural heritage of Portuguese influence, Mozambique.

## Sommario

Passati quaranta anni dall'Indipendenza del Mozambico dal Portogallo (25 giugno 1975), le difficoltà per la tutela e la riabilitazione del patrimonio architettonico moderno del periodo coloniale (che rappresenta la maggior parte di ciò che è stato edificato nei limiti delle chiamate "città di cemento") sono evidenti. Gli aggiustamenti strutturali scaturiti da cambiamenti dottrinali contrastanti che a loro volta si sono espressi attraverso l'adozione di riforme economiche specifiche, così come una lunga guerra civile (1976-1992), hanno intensificato lo spostamento della popolazione rurale verso le città, contribuendo all'aggravamento e alla degradazione dei nuclei urbani e dei servizi. Il meccanismo di appropriazione post-coloniale ha generato un naturale processo di "rifunzionalizzazione" e molte strutture urbane sono state abbandonate. I violenti processi di colonizzazione e de-colonizzazione accompagnano quindi le narrative di questi spazi.

Questo testo analizza l'eredità materiale dell'ultimo periodo del dominio portoghese in Mozambico (dalla fine del XIX secolo fino al 1975), con l'obiettivo di approfondire lo studio dell'architettura e degli ambienti urbani del XX secolo e le particolarità (ideologiche, tecniche e materiali) inerenti alla conservazione del patrimonio moderno del periodo coloniale. Quest'ultima ha soprattutto a che vedere con questioni riguardanti la specificità della stessa "modernità": il riconoscimento e la tutela, la perdita e/o l'acquisizione di un nuovo utilizzo, il deterioramento dei materiali di costruzione, la sostituzione delle infrastrutture (che, passati pochi anni, sono diventate obsolete), l'alterazione dello spazio circostante, la manutenzione corrente, l'accettazione della patina (difficilmente associabile alla figurazione e alla materialità del "nuovo"/integro/contemporaneo) (Moreira, 2010), e, finalmente, ma non per ordine d'importanza, è necessario considerare che queste strutture, nello spazio e nell'ordine concettuale, sono state pensate nell'ottica di uno specifico riferimento culturale, sociale ed economico, distante dal suo contesto contemporaneo.

Il passare del tempo, la deteriorazione e il progressivo smantellamento di questi spazi di vita e di memoria, transculturali e transnazionali, lanciano nuove sfide e sono portatori di nuovi argomenti, da integrare nella discussione di temi che hanno bisogno di essere affrontati: 1) l'ancora ridotto tempo di vita di questi spazi progettati condiziona il distanziamento storico-critico che sarebbe necessario per l'interpretazione e la valutazione del loro significato; 2) non abbiamo conoscenze tecniche sufficienti per lavorare su tutta la varietà dell'eredità moderna delle società post-coloniali, considerando non solo l'interesse di dominare la tecnologia costruttiva, ma anche le forme in cui questi spazi sono stati riutilizzati, visto che l'ambiente urbano post-coloniale ha oggi nuove stratificazioni storiche e culturali che attendono ancora il loro riconoscimento (poiché da soli, l'intenzione progettuale, lo spazio creato e i materiali non definiscono l'architettura), e la loro conservazione come eredità collettiva dipende dalla capacità di creare empatia (Carrilho, 2010a: 5); e 3) alla nozione (occidentale) di patrimonio non corrisponde un'unanimità di interpretazione nei territori di origini non europee, soprattutto quando associata a una eredità coloniale.

Nella prima parte del testo analizzo i cambiamenti sociali ed economici che hanno contribuito alla costruzione architettonica e urbana della città di Maputo, passando per l'evoluzione della propria struttura fisica della città nel corso del tempo. Nella seconda e nella terza parte riferisco alcuni procedimenti intrapresi dal Governo Mozambicano, dall'Indipendenza in poi, per la difesa del patrimonio e le difficoltà che sono sorte nei processi di gestione e di valorizzazione del patrimonio moderno del periodo coloniale.

Parole-Chiave: architettura moderna di Maputo; restauro architettonico e del paesaggio; conservazione del patrimonio; conservazione del patrimonio edificato in un contesto post-coloniale; patrimonio di influenza portoghese; Mozambico.

## Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
<i>Abstract</i>	vii
<i>Sommario</i>	ix
Índice	xi
Glossário	xiii
Lista de Siglas e Acrónimos	xv
Lista de Abreviaturas	xix
Lista de Arquivos	xxi
Lista de Tabelas	xxiii
Lista de Figuras	xxiii
INTRODUÇÃO	3
A abordagem ao tema da arquitetura moderna em contexto pós-colonial	18
O Estado da Arte	22
Metodologia	40
1 TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANÍSTICO E ARQUITETÓNICO MODERNOS EM CONTEXTO PÓS-COLONIAL: MAPUTO	43
1.1 BREVE CARATERIZAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E POLÍTICAS (1975-2014)	43
1.1.1 Antecedentes	49
1.1.1.1 A representação do espaço “outro”	59
1.1.1.2 Do “plano em borrão” ao “projecto de ampliação da cidade”	61
1.1.1.3 O centro político, administrativo e comercial da cidade	91
1.1.1.4 <i>O fardo do homem branco</i>	106
1.1.1.5 A rápida expansão da cidade	117
1.1.2 Após a Independência	154
1.1.2.1 A situação económica e política e a ajuda internacional nas duas primeiras décadas após a Independência	170
1.1.2.2 De uma cidade dual a uma cidade plural?	175
1.1.2.3 Primeiros sinais de mudança	183
2 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, RAZÕES E ANTECEDENTES	189
2.1 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO MATERIAL DE MOÇAMBIQUE: PROBLEMAS, PRÁTICAS E DESAFIOS	201
2.1.1 Antecedentes	222
2.1.1.1 A Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique: A inventariação, a classificação e o restauro dos monumentos (1943-1975)	235
2.1.1.2 A classificação e o restauro de monumentos na cidade de Lourenço Marques: A Fortaleza e a Casa Amarela	246
2.1.1.3 A Baixa de Lourenço Marques à luz dos planos urbanísticos e dos projetos imobiliários do final do período colonial	260
2.1.2 Breve caracterização da política de valorização do património edificado moçambicano em contexto pós-colonial	279
2.1.2.1 A reconfiguração e a reavaliação dos monumentos e dos locais históricos	289
2.1.2.2 O Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (1977-1982)	298
2.1.2.3 A Direção Nacional do Património Cultural (1983-1996; 2000-2005; 2009/2012?- )	307
2.2 O PLANEAMENTO URBANO E A LEGISLAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL NA CIDADE DE MAPUTO	314
2.2.1 <i>O Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo</i> (1984)	314
2.2.1.1 A área de proteção histórico-arquitetónica da Baixa	334
2.2.2 <i>O Plano de Estrutura da Cidade de Maputo</i> (1985)	350

2.2.3 A Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, para a proteção do Património Cultural	354
2.2.4 O <i>Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo</i> (1999)	360
3 CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA E DO AMBIENTE URBANO MODERNOS:	
A BAIXA DE MAPUTO	369
3.1 A CIDADE ATUAL (2008-2014)	369
3.1.1 O <i>Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo</i> (2008)	369
3.1.1.1 O património edificado classificado inventariado	382
3.1.2 Edifícios, memoriais e conjuntos urbanos propostos para classificação (2010)	384
3.2 A BAIXA DE MAPUTO	386
3.2.1 O Jardim, a Avenida e a Praça: o (re)desenho do eixo simbólico do poder nas várias propostas de reabilitação dos últimos anos	386
3.2.1.1 O Jardim Tunduru: a reabilitação em curso (2013-)	386
3.2.1.2 O projeto da <i>Rambla Samora Machel</i> (2011)	413
3.2.1.3 A Praça da Independência e o “Ano Samora Machel” (2011)	425
3.2.2 O <i>Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo</i> (2014)	431
3.3 CONCLUSÃO	459
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, FONTES E BIBLIOGRAFIA	469
4.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	469
4.2 FONTES E BIBLIOGRAFIA	516
4.2.1 Entrevistas a informantes privilegiados, conversas e depoimentos	516
4.2.2 Fontes iconográficas, manuscritas, datilografadas e impressas	516
Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)	
Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)/ Arquivo Científico Tropical (IICT)	
Arquivo do Património Cultural (Instituto de Investigação Sócio-Cultural) (ARPAC)	
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)	
Centro Português de Fotografia (CPF)	
Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (CEDH-FAPF-UEM)	
Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)	
4.2.3 Legislação e Regulamentos	527
4.2.3.1 Legislação Portuguesa	527
4.2.3.2 Legislação Moçambicana	529
4.2.4 Informação disponível na Internet ( <i>sites</i> e <i>blogs</i> )	531
4.2.5 Bibliografia específica Moçambique	534
4.2.6 Bibliografia específica Património, Conservação e Restauro	565
5. ANEXOS	581
5.1 ANEXO A	
— “ <i>Da Inconstância da Fortuna. A Teoria e a Metodologia do Restauro em Contexto Europeu</i> ”.	
5.3 ANEXO B	
— <i>Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Segunda Parte, Proposta</i> , 1984, SEC.	
5.4 ANEXO C	
— Termo de Referência para a elaboração do PPUBaixa — <i>Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo</i> , 2012, Conselho Municipal de Maputo.	

## Glossário

**Restauro** — O restauro tem as suas raízes no Renascimento. Desde os finais do século XVIII, conformou-se como campo de saber através de um intercâmbio contínuo entre teoria, prática e propostas normativas, assumindo-se, no início do século passado, como um campo disciplinar autónomo (o que não deve ser entendido como campo disciplinar isolado, pois articula-se com vários domínios do saber) (Kuhl, 2009b). Utiliza referências teórico-metodológicas e técnico-operativas próprias, que servem, instrumentalmente, à análise teórica, histórico-crítica e científica, prolongada na intervenção operativa. Assim, entende-se por “restauro”, qualquer intervenção que tenha por objetivo conservar e transmitir ao futuro produtos da criação humana com interesse histórico, artístico e paisagístico, tendo por base o respeito pela matéria antiga, pelos vestígios da passagem do tempo e pela documentação das partes constituintes dessas obras, propondo-se ulteriormente, em cada caso, a uma análise crítica inseparável da solução operativa (Carbonara, 2010: 21-28). Dentro deste entendimento, a **conservação** e o restauro estão colocados sobre uma mesma linha metodológica, onde conservação se reduz a nada mais que uma forma continuada de restauro preventivo (Carbonara, 1997: 335). Acentua-se que, a preservação de bens culturais fundamenta-se em razões de cultura — pelos aspetos históricos, memoriais, simbólicos, estéticos, etc. —, científicas — pelo conhecimento que as obras trazem a vários campos do saber —, e éticas — pelo reconhecimento do testemunho das gerações passadas, e pelo direito das gerações futuras à produção de conhecimento estimulado pelo estudo desses testemunhos materiais de civilização (Kuhl, 2009b: 30).

Restaurar não é remeter um determinado bem ao estado original, nem a um período eleito da sua história, nem refaz-lo imitando estilos do passado (segundo a perceção oitocentista), não é também, uma mera operação técnica, mas deve ser um ato crítico, que passa pelo projeto, antes de se tornar uma intervenção prática atuada também com criatividade (que enfrenta várias questões, tais como, o uso, o tratamento de superfícies, a inserção de elementos contemporâneos e a conjugação novo/antigo). Ou seja, é uma operação que “em vez de atuar através de indução empírica que parte do objeto”, percorre “um caminho deduzido através de princípios éticos e científicos, como preconizava Brandi” (Kuhl, 2009b: 32).

Na Inglaterra, a palavra *restoration* assumiu uma conotação negativa pela repercussão das invetivas anti-restauro oitocentistas, utilizando-se *conservation* tanto para bens imóveis como móveis (Kuhl, 2009b: 73). No contexto italiano, usa-se *conservazione* e *tutela* para o sentido lato, sendo que, *conservazione* também se refere a um grau de atuação (Kuhl, 2009b: 73) (distinta da manutenção corrente, mas que pode ser entendida como uma forma continuada de restauro preventivo). No contexto italiano, existe, de facto, uma relação direta entre a palavra

“restauro” e o significado que essa adquiriu no campo disciplinar próprio (Kuhl, 2009b: 73). Já no contexto português, tal como no inglês, a palavra “restauro” assume uma conotação que pode considerar-se ainda negativa, por estar associada à experiência de refazimento (dos monumentos nacionais levada a efeito pela DGEMN durante o período do Estado Novo) (ver p. 260), sendo mais pacífico o uso do termo “conservação”. A conotação de “restauro” utilizada ao longo desta tese, tem referente na conceitualização italiana na matéria e está associada a determinadas modalidades de intervenção, que têm na base o entendimento dessa operação, antes de mais, como um “ato de cultura” (ver Cap. II).

## Lista de Siglas e Acrónimos

ACIS	Associação de Comércio e Indústria
ADENA	Agência Nacional de Despacho
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AHM	Arquivo Histórico de Moçambique
ANC	<i>African National Congress</i> (Congresso Nacional Africano)
ANM	Associação dos Nacionais de Moçambique
APIE	Administração do Parque Imobiliário do Estado
ARPAC	Arquivo do Património Cultural/Instituto de investigação Sociocultural
BM	Banco Mundial
BO	Boletim Oficial
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BR	Boletim da República
BSAC	<i>British South Africa Company</i>
CES	Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra)
CEDH-FAPF-UEM	Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat, Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane
CFLM	Caminhos de Ferro de Lourenço Marques
CMLM	Câmara Municipal de Lourenço Marques
CMM	Conselho Municipal de Maputo
CODESRIA	<i>Council for the Development of Social Science Research in Africa</i>
COOP	Sociedade de Moçambique para o Fomento de Construção de Casas
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CPF	Centro Português de Fotografia
DBLSL	<i>Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited</i>
DETA	Divisão de Exploração dos Transportes Aéreos
DGEMN	Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DINAGECA	Direção Nacional de Geografia e Cadastro
DGOPC	Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações
DGS	Direção-Geral de Segurança
DGU	Direção-Geral do Ultramar
DNPP	Direção Nacional de Propaganda e Publicidade
DSUH	Direção dos Serviços de Urbanismo e Habitação
EAUM	Escola de Arquitetura da Universidade do Minho
ESAP	Escola Superior Artística do Porto
FA	Forças Armadas



FACIM	Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique/Feira Internacional de Maputo
FAPF	Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico
FAUP	Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
Frelimo	Partido Frelimo
GAU	Gabinete de Arquitetura e Urbanismo
GD	Grupos Dinamizadores
GIZ Pro Econ	Ambiente Propício para o Desenvolvimento Económico Sustentável
GUC	Gabinete de Urbanização Colonial
GUU	Gabinete de Urbanização do Ultramar
ICCROM	<i>International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property</i>
ICOMOS	<i>International Council of Monuments and Sites</i> (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
ICOMOS ISC 20C	<i>ICOMOS International Scientific Committee on 20th Century Heritage</i> (Comité Científico Internacional para o Património do Século XX do ICOMOS)
IICT	Instituto de Investigação Científica Tropical
INAC	Instituto Nacional de Cultura
INC	Instituto Nacional de Cinema
INPF	Instituto Nacional de Planeamento Físico
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitetónico
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
MANU	<i>Mozambique African National Union</i> (União Nacional Africana de Moçambique)
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MICOA	Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MU	Ministério do Ultramar
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
NESAM	Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
NORAD	<i>Norwegian Agency for Development Cooperation</i> (Agência Norueguesa para o Desenvolvimento e Cooperação)

ODAM	Organização dos Arquitetos Modernos
OJM	Organização da Juventude Moçambicana
OMM	Organização das Mulheres Moçambicanas
ONU	Organização das Nações Unidas
PEAMM	Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo
PEUMM	Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (o mesmo de UNDP)
PPU	Plano Parcial de Urbanização
PROL	Projeto de Reforma dos Órgãos Locais
Promaputo	Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo
RDA	República Democrática Alemã
Renamo	Resistência Nacional Moçambicana
RNLB	<i>Rhodesia Native Labour Bureau</i>
SADF	<i>South African Defence Force</i>
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SEMU	Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar
SIDA	<i>Swedish International Development Cooperation Agency</i>
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNASP	Serviço Nacional de Segurança Popular
SNMA	Serviço Nacional de Museus e Antiguidades
SPLAL	Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Lda.
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNAMI	União Africana de Moçambique Independente
UNESCO	<i>United Nations Educational Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)
UN-Habitat	United Nations Human Settlements Programme - Shelter for All
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNL	Universidade Nova de Lisboa
UPA	União dos Povos de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTET	<i>Unione Tipografico-Editrice Torinese</i>
WNLA	<i>Witwatersrand Native Labour Association</i> (Associação do Trabalho Nativo de Witwatersrand)
ZANU	<i>Zimbabwe African National Union</i> (União Nacional Africana do Zimbabué)



## **Lista de Abreviaturas**

BO	Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique
BR	Boletim da República
Cf.	Confira
Cx.	Caixa
Fot.	Fotógrafo
Icon.	Iconografia
s.a.	Autor desconhecido
s.d.	Data de edição desconhecida
s.l.	Local de edição desconhecido
s.n.	Editor desconhecido
s.p.	Página não numerada
s.t.	Sem título
v.t.	Veja-se também



## Lista de Arquivos

AD MNE	Arquivo Diplomático Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa)
AHCGDF	Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Fundo BNU (Lisboa)
AHM	Arquivo Histórico de Moçambique (Maputo)
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
ARPAC	Arquivo do Património Cultural (Instituto de investigação Sociocultural) (Maputo)
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
CDIIPAD	Centro de Documentação e Informação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (Lisboa)
CEDH-FAPF-UEM	Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat, Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane (Maputo)
CFMECM	Caminhos de Ferro de Moçambique, Estação Central de Maputo
CMM	Conselho Municipal de Maputo
CPF	Centro Português de Fotografia (Porto)
FAUPCDUA	Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura
FCGBA	Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte (Lisboa)
ICCROM	<i>International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property</i> (Roma)
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação (Maputo)
SGL	Sociedade de Geografia de Lisboa



## Lista de Tabelas

Tabela 1: Crescimento populacional da cidade de Maputo entre 1970 e 2007.....	46
Tabela 2: Crescimento populacional da cidade de Maputo segundo a zona de residência (1970-1991).....	46
Tabela 3: Síntese dos planos urbanísticos para Lourenço Marques durante o século XIX e o início do século XX.....	224
Tabela 4: Síntese dos estudos urbanísticos para Lourenço Marques durante o século XX até à Independência.....	277
Tabela 5: Esquema da organização do Instituto Nacional de Cultura (1976-1977) e das suas competências e objetivos .....	285
Tabela 6: Esquema da organização do serviço responsável pela investigação e valorização do património cultural entre 1977 e 1982.....	301

## Lista de Figuras

Figura A: Planta da proposta de delimitação da zona de Proteção Histórico-Arquitetónica da Baixa da cidade de Maputo, SEC, 1984.....	4
Figura 1: Cidade de Maputo na atualidade .....	48
Figura 2: Cidade de Maputo, Divisão Administrativa do Distrito Municipal de KaMpfumo.....	48
Figura 3: “Edifício destinado à Imprensa do Governo”, Lourenço Marques, 1889-91, [s.a.] .....	53
Figura 4: Cadeia Civil e edifício destinado à Imprensa do Governo, Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.].....	53
Figura 5: “Avenida D. Carlos”, [s.d.], J.M. Lazarus.....	54
Figura 6: Levantamento da povoação de Lourenço Marques, 1876, Richard Thomas Hall.....	55
Figura 7: Extrato do “PLANO/ do/ projectado esgoto e aterro/ do/ PANTANO/ DE/ Lourenço Marques/ por/ S. T. HALL/ Dezembro 1876./ Cópia de/ Augusto de Castilho. Escalla do Plano e secção/ Horizontal 200 pés = 1 poleg. <sup>3</sup> / vertical 10 pés = 1 poleg. <sup>3</sup> ” .....	55
Figura 8: “Plan of L. Marques. – Escala de 1 / 2.000 metros. – [Moçambique] : [s.n.], [ca. 1887]” .....	56
Figura 9: “[Lourenço Marques]. – Escala de 1/ 2.000. – [Moçambique] : [s.n.], [ca. 1887]” .....	56
Figura 10: Planta de Lourenço Marques, ca. 1887 .....	57
Figura 11: Planta de Lourenço Marques (área central), ca. 1903, com o traçado da ampliação do porto...58	
Figura 12: Planta de Lourenço Marques (área central), ca. 1903, com a sobreposição do levantamento atual da estrutura viária .....	58
Figura 13: “Plano em borrão, de Lourenço Marques. 8 de Outubro 1851, Escalla de 300 Paços de 28 polgadas [sic], ou 100 toezas, ou 200 metros pouco mais ou menos”, António Pedro Baptista Gonçalves .....	62
Figura 14: “África Portuguesa – Lourenço Marques vista da Baía”, ca. 1881, [s.a.] .....	64
Figura 15: Extrato da “PLANTA CADASTRAL da cidade de LOURENÇO MARQUES levantada em conformidade do Decreto de 20 de Abril de 1895, pelo Capitão d’infantaria E. Gasassa Alvares Pereira, 1897, Escala de 1. 2000” .....	66
Figura 16: Postal antigo, Lourenço Marques, [s.d.] (final da década de 1940?), [s.a.] .....	68
Figura 17: Lourenço Marques, vista do topo norte do Jardim Vasco da Gama, 13 fev. 1968, [s.a.].....	68
Figura 18: “PLANTA GERAL COMPREHENDENDO/ Planta da nova povoação/ Projecto de esgôto do pantano/ Projecto de melhoramentos na povoação antiga e porto”, 1878, Junta Inv. Ultramar .....	70
Figura 19: Extrato da “PLANTA GERAL COMPREHENDENDO/ Planta da nova povoação/ Projecto de esgôto do pantano/ Projecto de melhoramentos na povoação antiga e porto”, 1878 .....	71
Figura 20: Extrato da “PLANTA DE LOURENÇO MARQUES, LEVANTADA EM 1886, ESCALA 1: 5000”, [s.a.] .....	72
Figura 21: “Panoramas da baía e da cidade de Lourenço Marques” – Igreja de Nossa Senhora da Conceição em construção e o novo Hospital, 1887, C.S. Fowler .....	72
Figura 22: “Planta da Avenida António Augusto de Aguiar”, 29 de agosto de 1887, 3. <sup>a</sup> Repartição de Obras Públicas, Lourenço Marques, José de Araújo .....	73
Figura 23: “Indicação dos aterros executados na parte do Pântano de Lourenço Marques /[...] - Escala de 1: 500. - [Moçambique]: [s.n.], 1888, Set. 26. [...]” .....	75
Figura 24: Planta de Lourenço Marques, ca. 1887-1888.....	76
Figura 25: Extrato da “Planta da Cidade de Lourenço Marques, cópia da planta original enviada pela repartição technica da Camara Municipal”, 6 de nov. de 1911, Escala 1: 5000.....	81



Figura 26: “CADASTRO GEOMÉTRICO - Cidade de Lourenço Marques e Subúrbios”, Escala 1: 10.000, Direção de Agrimensura, 1907-1908. ....	81
Figura 27: “PLANTA DA CIDADE, LOURENÇO MARQUES, 1914, Escala 1: 10000”, [s.a.] .....	82
Figura 28: Excerto da Planta “Província de Moçambique, Cadastro Geométrico, Distrito de Lourenço Marques, Escala 1: 25 000, 1916” .....	82
Figura 29: “Mohammedan Mosque [Sala de mesquita com diversos candelabros]”, [s.d.], J.M. Lazarus. ....	87
Figura 30: Pormenor da Mesquita, Lourenço Marques, 1967, [s.a.] .....	87
Figura 31: “Lourenço Marques, Monhés na Mesquita”, postal antigo, <i>ca.</i> 1913, [s.a.] .....	88
Figura 32: Av. Fernão de Magalhães, Lourenço Marques, 1937, [s.a.] .....	89
Figura 33: Avenida Fernão de Magalhães, Maputo, 2012 .....	89
Figura 34: Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.] .....	89
Figura 35: Pormenor do antigo Pagode Chinês, Av. Fernão de Magalhães n.º 83, 2014 .....	89
Figura 36: Excerto da “Planta da cidade de Lourenço Marques, levantada pelo pessoal da expedição, 1892, escala 1/2500” .....	94
Figura 37: Vista parcial da Praça 7 de Março/25 de Junho, com o Prédio Fonte Azul (à direita), [s.d.], [s.a.] .....	95
Figura 38: Vista parcial da Praça 7 de Março, [s.d.], [s.a.] .....	95
Figura 39: Praça 25 de Junho, 2013. ....	97
Figura 40: : “O Largo António Enes em Lourenço Marques, 1950”, [s.a.] .....	97
Figura 41: Rua Major Araújo (atual Rua de Bagamoyo), Lourenço Marques, 1966, [s.a.] .....	97
Figura 42: Rua Consiglieri Pedroso, [s.d.], [s.a.] .....	99
Figura 43: Av. Joaquim José Machado (atual Guerra Popular), confluência da Rua Consiglieri Pedroso com a Praça Mac-Mahon (atual Praça dos Trabalhadores), [s.d.], [s.a.] .....	99
Figura 44: Rua Consiglieri Pedroso, 20 mar. 1971, [s.a.] .....	100
Figura 45: “Trecho da cidade vendo-se a antiga igreja hoje demolida – 1937”, [s.a.] .....	103
Figura 46: O edifício da Câmara Municipal de Lourenço Marques, parte do Paiol, a linha férrea para a praia da Polana e os trabalhos de aterro da enseada da Maxaquene, [s.d.], [s.a.] .....	104
Figura 47: Extrato da cópia da “Planta Cadastral da cidade de Lourenço Marques, levantada sob a direcção de Caetano Marques de Amorim e Fernando Maria Quintella por José Raymundo e Julio Gonzalez del Valle e Montojo, 1907” .....	105
Figura 48: A Baixa de Lourenço Marques, (década de 1940?): “Doca da Capitania e dique; Estátuas Ant.º Ennes (à esquerda) e Mouzinho (à direita); Estação Cam. Ferro (à esquerda ao fundo) [...]”, A.W. Bayly and Co. ....	105
Figura 49: “Vista acima da cidade de L. Marques, vista da Praça Mac-Mahon”, 1963, [s.a.] .....	106
Figura 50: Pormenor do monumento a Mouzinho de Albuquerque, Praça Mouzinho de Albuquerque, Lourenço Marques, [s.d.], Paulo Pires Teixeira. ....	109
Figuras 51 e 52: Maputo, 1980-81, Rui de Sousa Camposinhos .....	115
Figura 53: Postal de Lourenço Marques, década de 1900, J. & M. Lazarus Photographers .....	117
Figura 54: “Ponte-Caes em Lourenço Marques, Planta Geral”, escala 1: 2000, [s.d.] ( <i>ca.</i> 1902-1903?). ....	121
Figura 55: “Obras do porto de Lourenço Marques / Planta geral / Conselheiro Governador General Gorjão. - Escala de 1: 5.000. - [Moçambique] : [s.n.], [séc. XIX]. [...]” .....	121
Figura 56: Planta da “Cidade de Lourenço Marques, Escala 1: 20.000”, última década de 1800. ....	123
Figura 57: “Porto de Lourenço Marques/ Planta Geral/ segundo projecto do Inspector das Obras Públicas da Província/ Engenheiro Costa Serrão – 1909 -/ Elaborado sobre os dados das sondagens geológicas executadas pela missão de estudos/ que foi dirigida pelo Engenheiro Cordeiro de Souza/ Escala 1:7500” .....	124
Figura 58: “Machaquene Reclamation Scheme, showing the sea wall, and the Dredger at work filling in the reclaimed area. Wharf and town on the right, Polana and the open sea away to the left. [...]” [s.d.], [s.a.] .....	125
Figura 59: Extrato da “PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES, [...], 1907” .....	133
Figura 60: “Lourenço Marques: Vista tirada do terraço do Polana Hotel, vendo-se, à esquerda, a Ponte dos Pescadores e o Grémio Náutico, na Praia da Polana, e um trecho da nova estrada marginal, que se prolonga até ao interessante palmar conhecido por ‘Aldeia dos Macacos’” .....	133
Figura 61: “Lourenço Marques – Sala de jantar dos officiaes da Ponta Vermelha”, 1907, [s.a.] .....	133
Figura 62: “Governo geral—Lourenço Marques B.F. e A.F.”, 1907, [s.a.] .....	134
Figura 63: Palácio do Governo, Ponta Vermelha, out. 1975, [s.a.] .....	134
Figura 64: Esboço topográfico da Rampa da Polana, [s.d.], [s.a.] .....	135
Figura 65: “Plano de Urbanização de Lourenço Marques”, [s.d.] .....	138
Figura 66: “Planta da Cidade de Lourenço Marques”, 1938 .....	143

Figura 67: “PLANTA DA CIDADE [DE] LOURENÇO MARQUES E PARTE DOS SUBÚRBIOS, 1940”, Escala 1:5000 .....	143
Figura 68: “Mapa da máxima extensão do Bloco Socialista Soviético (1945-1990)” .....	157
Figura 69: Multidão assiste à ocupação da Rádio Clube de Moçambique, Lourenço Marques, 1974, António Veiga. ....	158
Figura 70: “Lourenço Marques: African mobs approach cars on the outskirts of the city today [...]”, 9 set. 1974, [s.a.].....	158
Figura 71: Mercado do Fajardo, Maputo, 2012. ....	162
Figura 72: Edifício no gaveto da Av. Zedequias Manganhela com a Av. Filipe Samuel Magaia, na Baixa de Maputo, 2012. ....	162
Figura 73: Mulheres pilando e peneirando num terreiro na “cidade de cimento”, (década de 1980?), [s.a.].....	162
Figura 74: Trato da Av. 24 de Julho, nas imediações do cruzamento com a Av. Olof Palme, início da década de 1980, [s.a.].....	163
Figura 75: Mural, Praça Samora Machel, Nampula, 2012.....	165
Figura 76: Maputo, [s.d.], Filipe Branquinho, BES Photo 2013.....	182
Figura 77: Maputo, 2011, Mauro Pinto, sem título/ untitled #12/ Da série <i>Dá licença</i> [Bairro da Mafalala, Maputo], BES Photo 2012. ....	182
Figura 78: Uma Casa de Ferro no grande Chamanculo, 2013, Yolanda Duarte.....	183
Figura 79: Mafalala, Maputo, 2012.....	183
Figura 80: Fotografia aérea da cidade de Maputo, <i>Google Earth</i> , [s.d.].....	188
Figura 81: “A Avenida da República, entre o Café Continental e a sede do BNU” [anos 1960], [s.a.].....	211
Figura 82: A nova sede do Banco de Moçambique em construção, Av. 25 de Setembro, 2013.....	211
Figura 83a e 83b: Reabilitação e ampliação na Baixa de Maputo: Av. 25 de Setembro, edifício contíguo à Casa Elefante, 2013.....	212
Figura 84: Uma das primeiras sedes do antigo Grémio Africano de Lourenço Marques, [s.d.], Luigi Corvaja.....	213
Figura 85: O mesmo edifício da imagem anterior em 2012.....	213
Figuras 86a e 86b: Vila Algarve, esquina das Avenidas Mártires da Machava e Ahmed Sékou Touré, 2013.....	213
Figura 87: “Conjunto Classificado da Cidade de Maputo” e alguns dos trinta elementos dispersos propostos para classificação, 2010, CEDH-FAPF.....	219
Figura 88: Conjunto proposto para classificação que compreende a Mafalala, o Chamanculo e Xipamanine, 2010, CEDH-FAPF.....	219
Figura 89: “Inventariação do Património Edificado da Cidade de Maputo. Mapa de Localização dos edifícios inventariados”, 2010, Universidade Eduardo Mondlane/Cooperação Italiana.....	220
Figuras 90a e 90b: Excerto do “PROJECTO PARA A REEDIFICAÇÃO DA IGREJA DA SÉ EM MOÇAMBIQUE [Direção das Obras Públicas de Moçambique]”, 1878.....	224
Figura 91: Um dos arcos erguidos em S. Tomé para receber a visita presidencial, 1939, [s.a.].....	230
Figura 92: Padrão na Ponta do Padrão, na foz do Zaire, Angola, com a coroa de bronze oferecida pelo Chefe de Estado, 1939, [s.a.].....	230
Figura 93: “AS AVENIDAS DA BEIRA, ENGALANADAS, RECORDAM ARRÁIAIS DO MINHO”, 1939, [s.a.].....	230
Figura 94: “UMA RECONSTITUIÇÃO DA ENTRADA DA FORTALEZA DE SENA”, cidade da Beira, 1939, [s.a.].....	230
Figura 95: “O padrão que fica a atestar a passagem do Presidente da República por terras de Cabo Verde, é inaugurado pela Senhora de Fragoso Carmona”, 1939, [s.a.].....	231
Figura 96: Inauguração do padrão comemorativo da visita presidencial, Lourenço Marques, 1939, [s.a.].....	231
Figura 97: “A multidão aglomera-se, em massa densa, junto da estátua de António Enes - Comissário Régio nos tempos difíceis das lutas da ocupação”, Lourenço Marques, 17 jul. 1939, [s.a.].....	232
Figura 98: “O Chefe do Estado, em nome da Nação, presta homenagem à memória gloriosa dos heróis do quadrado de Marracune [combate de 2 de fevereiro de 1895]”, Marracuene, 21 jul. 1939, [s.a.].....	232
Figura 99: Porta de Armas da Fortaleza de São Sebastião, Ilha de Moçambique, 2012.....	244
Figura 100: Púlpito da Capela de S. Paulo, Palácio de S. Paulo, Ilha de Moçambique, 2012.....	244
Figura 101: Pátio, Palácio de S. Paulo, Ilha de Moçambique, 2012.....	244
Figura 102: Planta da Ilha de Moçambique — Projeto de inventariação do património da Ilha de Moçambique, 2014, CEDH-FAPF.....	244

Figura 103: Planta da “cidade de Macuti”, Ilha de Moçambique — Projeto de inventariação do património da Ilha de Moçambique, 2014, CEDH-FAPF.....	244
Figura 104: A montagem da “Casa de Ferro” junto ao Jardim Vasco da Gama/Tundururu, com o Prédio TAP/Montepio em pano de fundo, 18 abr. 1972, [s.a.].....	246
Figura 105: A montagem da Casa de Ferro, 18 abr. 1972, [s.a.].....	246
Figura 106: Interior do Museu Geográfico Almirante Gago Coutinho, na “Casa de Ferro”, agos. 1974, [s.a.].....	246
Figura 107: Anteprojeto da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, [s.d.], Joaquim Areal da Silva.....	251
Figura 108: Anteprojeto da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, [s.d.], Joaquim Areal da Silva.....	251
Figura 109: “PLANTA DA FORTALESA de Nossa Senhora da Conceição EM Lourenço Marques/ João António Ferreira Maya; Moraes Pinto [desenhador]. – Escala de 10 m. – Lourenço Marques: [s.n.], 1877”.....	251
Figura 110: Excerto da “PLANTA CADASTRAL, da cidade, de, LOURENÇO MARQUES, [...], 1897”.....	251
Figura 111: A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.].....	252
Figura 112: A Baixa de Lourenço Marques com a antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/Museu de História Militar, a Praça 7 de Março/25 de Junho e o Largo António Enes, ca. 1973, [s.a.].....	252
Figura 113: “Panoramas da cidade de Lourenço Marques – Edifícios da Administração Portuguesa”, ca. 1887, C. S. Fowler.....	254
Figura 114: “Embocadura da Rua de D. Luiz I [atual Consiglieri Pedroso] com a Praça 7 de Março [atual 25 de Junho], vendo-se à esquerda a Casa do Governador do distrito”, ca. 1887, [s.a.].....	254
Figura 115: “Embocadura de Consiglieri Pedroso vendo-se à esquerda a Casa Amarela”, [s.d.], [s.a.].....	254
Figura 116: Casa Amarela, obras de restauro, 1 jul. 1970, [s.a.].....	254
Figuras 117 e 118: A Casa Amarela após o restauro, abril 1971, [s.a.].....	255
Figura 119: Quintal da Casa Amarela após o restauro, abril 1971, [s.a.].....	256
Figura 120: Quintal da Casa Amarela após o restauro, com uma estátua de Hércules, e a Travessa Tenente Valadim, 1971, [s.a.].....	256
Figura 121a e 121b: Edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.].....	258
Figura 122: Estudo para a implantação de novos edifícios na Baixa da Maxaquene, [s.d.], [s.a.].....	258
Figura 123: Planta do rés do chão e alçado do edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, [s.d.], Gabinete de Urbanização Colonial.....	259
Figura 124: Plano para o novo centro cívico de Lourenço Marques, <i>Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques</i> , 1955.....	264
Figura 125: Excerto da perspectiva do “Centro Oficial e Comercial” do Aterro da Maxaquene, <i>Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques</i> , 1955.....	265
Figura 126: Extrato da “Planta de Urbanização” do <i>Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques</i> , 1955.....	266
Figura 127: Estudo de conjunto para a Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência, maquete, [s.d.], João José Tinoco.....	270
Figura 128: Lourenço Marques, vista sobre a área da Catedral com o Prédio Funchal e o Prédio do <i>Diário e Tribuna</i> , [s.d., ca. 1960], [s.a.].....	270
Figura 129: Estudo de conjunto de três novos núcleos multifuncionais, Baixa de Lourenço Marques, [s.d.], João José Tinoco.....	271
Figura 130: Estudo Prévio para a firma Breyner & Wirth, Baixa de Lourenço Marques, [s.d.], João José Tinoco.....	271
Figura 131: Maquete de um estudo urbanístico para a Baixa antiga, 9 abr. 1969, [s.a.].....	273
Figura 132: Maquete de um estudo urbanístico para a Baixa antiga, 9 abr. 1969, [s.a.].....	273
Figura 133: Maquete de um estudo urbanístico para a baixa da Maxaquene, 21 maio 1970, [s.a.].....	273
Figura 134: “Zona Central ‘Histórica’”, extrato da peça “Planos Parcelares Desenvolvidos no Decorrer dos Trabalhos”, Esc. 1: 5.000, <i>Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques</i> , 1969.....	274
Figura 135: “Desenvolvimento do Plano segundo a Aptidão”, <i>Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques</i> , 1969.....	275
Figura 136: “Estudo da Evolução Urbanística”, <i>Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques</i> , 1969.....	276
Figura 137: “Planta Geral” — Estrutura Geral da Cidade, Zona Central, <i>Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques</i> , 1969.....	276
Figuras 138 e 139: Cartazes INAC-DNPP, [s.d.], [s.a.].....	283
Figuras 140 e 141: Cartazes INAC-DNPP, [s.d.], [s.a.].....	284

Figura 142: O desmantelamento do monumento a Mouzinho de Albuquerque, Lourenço Marques, 1975, Ricardo Rangel.....	294
Figura 143: Pormenor do capitel de uma pilastra do edifício da Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1975, [s.a.].....	295
Figura 144: Remoção das “Quinas de Portugal”, capitel de uma pilastra do edifício da Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1975, [s.a.].....	295
Figura 145: Estátua em mármore da “Descoberta”, Simões de Almeida (Sobrinho), Câmara Municipal de Lourenço Marques, agos. 1968, [s.a.].....	296
Figura 146: Estátua em mármore da “Soberania”, Simões de Almeida (Sobrinho), Câmara Municipal de Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.].....	296
Figura 147: Restos da “Soberania”, terrenos do Museu Nacional de Arte, Maputo, 2013.....	296
Figura 148: “National Museum Grounds, Maputo” [restos da “Descoberta”], 2007, Guy Tillim.....	296
Figura 149: Portal do Jardim Municipal Vasco da Gama, com o padrão que assinalava a 1.ª visita presidencial (1939) e o Prédio TAP em pano de fundo, década de 1960, [s.a.].....	297
Figura 150: Saída do Jardim Tunduru com o monumento a Samora Moisés Machel em pano de fundo, Maputo, 2012.....	297
Figura 151: Cartaz da Exposição do “Estudo da Valorização Urbana da Baixa de Maputo”, Casa de Ferro, Maputo, 1984, [s.a.].....	320
Figura 152: José Forjaz (à direita) e José Freire na inauguração da Exposição do “Estudo da Valorização Urbana da Baixa de Maputo”, Casa de Ferro, Maputo, 1984, [s.a.].....	320
Figuras 153a e 153b: As sedes do ARPAC e da Escola Nacional de Artes Visuais, Rua de Bagamoyo, Maputo, 2014.....	327
Figura 154: Planta da “Zona de Proteção Histórico-Arquitetónica no Centro da Cidade de Maputo”, Escala 1: 2000, 1984, Secretaria de Estado da Cultura/ Gabinete de Conservação e Restauro.....	335
Figura 155: Edifícios “de qualidade” da “zona de proteção histórico-arquitetónica da Baixa”, segundo o “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo”.....	338
Figura 156: “Hotel Clube, Conjunto de instalações junto à Praça da Independência”, Secções Gerais, Anteprojeto, Escala 1/200, 1984, Secretaria de Estado da Cultura/ Gabinete de Conservação e Restauro.....	340
Figura 157: Prédio Boror/Ministério dos Transportes e Comunicações (à esquerda), seguido pelo prédio da ADENA (Agência Nacional de Despacho), Av. Mártires de Inhaminga, 2014.....	340
Figura 158: Edifício do MOPH (e sobre a direita, o Prédio TAP/Montepio), esquina da Av. Karl Marx com a Av. Fernão de Magalhães, 2013.....	340
Figura 159: Pormenor do Prédio Octávio & Lobo/Escritórios Mocargo, Rua Consiglieri Pedroso, 2012.....	340
Figura 160: Prédio TAP/Montepio, esquina da Av. Fernão de Magalhães com a Av. Samora Machel, 2012.....	340
Figura 161: Prédio Boror/Ministério dos Transportes e Comunicações, Av. Mártires de Inhaminga n.º 336, 2014.....	340
Figura 162: Prédio Mann George, Rua de Bagamoyo, 2010, Mike e Minette Bell.....	341
Figura 163: Prédio Abreu, Santos e Rocha, Av. Guerra Popular, 2012.....	341
Figura 164: Edifício da antiga Cooperativa dos Criadores do Gado, Av. Zedequias Manganhela n.º 564, [s.d.], [s.a.].....	342
Figura 165: Edifício no gaveto da Av. Zedequias Manganhela com a Av. Filipe Samuel Magaia, [s.d.], [s.a.].....	342
Figura 166: Antiga Casa Coimbra, Av. 25 de Setembro, [s.d.], Mauro Pinto.....	343
Figura 167: Prédio Rubi, gaveto da Av. Samora Machel com a Rua Joaquim Lapa, 2010, òyó.....	343
Figura 168: Telecomunicações de Moçambique (antiga Central Telefónica Automática), gaveto da Av. Vladimir Lenine com a Rua da Rádio, [s.d.], [s.a.].....	343
Figura 169: Edifício dos Serviços de Telecomunicações — Ampliação da Antiga Central Telefónica Automática/Telecomunicações de Moçambique, Av. Vladimir Lenine n.º 365, [s.d.], [s.a.].....	343
Figura 170: Praça da Independência, [s.d.], João Costa (Funcho).....	344
Figura 171: Praça dos Trabalhadores, [s.d.], João Costa (Funcho).....	344
Figura 172: A Av. da República/25 de Setembro e o eucalipto do Aterro da Maxaquene, a partir da rotunda da Fonte Luminosa/Robert Mugabe em direção a poente, [s.d.], [s.a.].....	345
Figura 173: Aterro da Maxaquene, início da década de 1970, vista da Av. da República/25 de Setembro para nascente em direção à Ponta Vermelha, [s.a.].....	345
Figura 174: “Planta: Espaços Urbanos — Proposta 1 Tipo de Intervenção”, Escala 1: 5000, <i>Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo</i> , 1984.....	346

Figura 175: Vista parcial da baixa da Maxaquene e das Barreiras, 2014, [s.a.].....	347
Figura 176: Vista parcial da baixa da Maxaquene, 2014, [s.a.].....	347
Figuras 177a e 177b: “Cidade de Maputo, Plano de Estrutura”, Mapa 7 (Alternativa 2. Expansão Ordenada Linear); Mapa 8 (Intervenções Prioritárias), 1985, INPF.....	352
Figura 178: Área abrangida pelo PEAMM, 1999, PEAMM.....	362
Figura 179: “Centro urbanizado e evolução das áreas semiurbanizadas de Maputo”, 2013, Vanessa Melo.....	373
Figura 180: Carta da “Área Histórica Classificada — PEUMM”, 2008, PEUMM.....	383
Figuras 181 a 183: Jardim Tunduru, obras de reabilitação, 2014.....	390
Figuras 184 e 185: Jardim Tunduru, vista parcial da parte mais baixa do Jardim que confronta com a Av. Zedequias Manganhela; e o lago com a pérgula, 2012.....	390
Figura 186: Jardim Tunduru, belveder com a fonte “Templo das Quatro Deusas”, obras de reabilitação, 2014.....	391
Figura 187: Jardim Tunduru, belveder com a fonte “Templo das Quatro Deusas”, 2013.....	391
Figura 188: Jardim Tunduru, frente sobre a Rua do Hotel Clube, com a antiga Casa do Jardineiro (devoluta), 2012.....	391
Figura 189: Jardim Tunduru, frente sobre a Rua do Hotel Clube, obras de reabilitação, 2014.....	391
Figura 190: Extrato da “Carta de Lourenço Marques”, 1887, por J. Armando Longle, Fot. Carlos Ladeira.....	394
Figura 191: “Projeto de Ampliação da cidade de Lourenço Marques”, dez. 1887, António J. d’Araújo.....	396
Figura 192: Panoramas de Lourenço Marques, Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, 1887, C.S. Fowler.....	397
Figura 193: Panoramas de Lourenço Marques, Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, 1887, C.S. Fowler.....	397
Figura 194: Extrato da “Planta da Cidade de Lourenço Marques e seus arredores, Escala 1/10000”, 1892.....	398
Figura 195: Extrato da “Planta da Cidade de Lourenço Marques e seus arredores, Escala 1/10000”, 1892.....	398
Figura 196: Extrato da “Planta da Avenida António Augusto de Aguiar, 29 d’agosto de 1887”, 3. <sup>a</sup> Repartição de Obras Públicas.....	399
Figura 197: Desenho do “Jardim de Arboricultura e Floricultura de Lourenço Marques”, 1887.....	399
Figura 198: Desenho do Jardim Municipal, 1910.....	400
Figura 199: Quarteirão do Jardim Público, extrato da “PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES LEVANTADA SOB A DIRECÇÃO DE CAETANO MARQUES DE AMORIM e FERNANDO MARIA QUINTELLA [...]. – Escala de 1 : 2000 ou 400 metros. [...] 1907”.....	400
Figura 200: O lago maior, Jardim Municipal Vasco da Gama, década de 1950, [s.a.].....	402
Figura 201: O lago maior, Jardim Tunduru, 2013.....	402
Figuras 202: Fonte “Templo das Quatro Deusas”, Jardim Vasco da Gama, [s.d.], [s.a.].....	402
Figura 203: Fonte “Templo das Quatro Deusas”, Jardim Tunduru, 2012.....	402
Figura 204: Planta do Jardim Vasco da Gama, 1946.....	403
Figura 205: Av. Augusto de Castilho (atual Vladimir Lenine), 13 fev. 1968, [s.a.].....	403
Figura 206: “Panoramas de L. Marques, vista tirada do prédio L.M.”, 13 fev. 1968, [s.a.].....	403
Figura 207: “Panoramas de L.M.”, 13 fev. 1968, [s.a.].....	404
Figura 208: “Panoramas da cidade de L. Marques”, 13 fev. 1968, [s.a.].....	404
Figuras 209 e 210: Interior da Estufa, Jardim Vasco da Gama, jun. 1967, [s.a.].....	405
Figura 211: Interior da estufa, Jardim Vasco da Gama, jun. 1967, [s.a.].....	406
Figura 212: Interior da estufa, Jardim Vasco da Gama, jun. 1967, [s.a.].....	406
Figura 213: Interior da estufa, Jardim Tunduru, 2013.....	406
Figuras 214: A estufa, Jardim Tunduru, 2012.....	406
Figura 215: A estufa (com o Prédio “33 andares” em pano de fundo), Jardim Tunduru, obras de reabilitação, 2014.....	406
Figuras 216: Interior da Estufa com a estátua de Leopoldo de Almeida, Jardim Tunduru, 2012.....	407
Figuras 217: Interior da Estufa, Jardim Tunduru, 2012.....	407
Figuras 218 e 219: O coreto, Jardim Tunduru, 2012.....	407
Figura 220: Planta do Jardim Tunduru, 1998, CEDH-FAPF.....	407
Figura 221: Planta de “Implantação geral - Pavimentos”, <i>Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro</i> , 2012.....	409
Figura 222: Planta de “Implantação geral - Material Vegetal, Estrutura Arbustiva e Herbácea Proposta”, <i>Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro</i> , 2012.....	409

Figura 223: Jardim Tunduru, Estufa, “Planta do Piso”, <i>Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro</i> , 2012.....	408
Figura 224: “Planta de Ordenamento (n.º 3), Draft”, <i>Plano Parcial de Urbanização Para a Requalificação da Baixa de Maputo, Segunda Audiência Pública</i> , 18 jul. 2014.....	411
Figura 225: A Avenida Aguiar (atual Samora Machel), ca. 1916, postal antigo (Photo By Bayly).....	414
Figura 226: A Avenida Aguiar e a Maxaquene, anos 1910, postal antigo, [s.a.].....	414
Figura 227: “Vistas - Antigas, Praça 7 de Março, L.ço Marques (1958)”, [s.a.].....	414
Figura 228: Avenida D. Luiz, Lourenço Marques, década de 1960, [s.a.].....	414
Figura 229: Vista da Av. D. Luiz no prolongamento até à Praça 7 de Março, meados da década de 1960, [s.a.].....	414
Figura 230: Cruzamento das Avenidas D. Luiz e da República, ca. 1960, [s.a.].....	414
Figura 231: “A BANDEIRA NACIONAL ESCONDE O MONUMENTO QUE VAI RECORDAR AOS VINDOUROS A PASSAGEM DO CHEFE DO ESTADO” (Monumento Comemorativo da 1ª Visita Presidencial), 1939, [s.a.].....	415
Figuras 232 a 235: Avenida Samora Machel, 2012-2013.....	418
Figura 236: Avenida Samora Machel — planta de localização, <i>Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique</i> , 2011.....	421
Figura 237: Planta da proposta, <i>Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique</i> , 2011.....	421
Figura 238: Proposta — Perfil tipo, <i>Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique</i> , 2011.....	421
Figuras 239 a 242: “Proposta para Novo Arranjo Paisagístico da Praça da Independência no Maputo”, Conselho Municipal de Maputo, 2011.....	425
Figuras 243 e 244: Plano de Urbanização para a Praça dos Trabalhadores, 1999, José Forjaz Arquitectos.....	428
Figuras 245 e 246: Imagens do projeto para a Praça da Independência, [s.d.], José Forjaz Arquitectos.....	429
Figuras 247 e 248: Imagens do Bairro Central C, 2013.....	431
Figura 249: A área de abrangência do PPUBaixa delimitada em três áreas distintas: a “Baixa Central”; a “Baixa Este” e a “Baixa Oeste”, 2014.....	435
Figura 250: Uso atual do solo na área de abrangência do PPUBaixa, <i>Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública</i> , 2014.....	439
Figura 251: Proposta para o “Espaço público e rede pedonal”, <i>Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública</i> , 2014.....	440
Figura 252: “Espaços conectados ao estacionamento e à rede pedonal”, <i>Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública</i> , 2014.....	440
Figura 253: Localização de novos parques de estacionamento dentro de um raio confortável de caminhada (ca. 15 minutos), <i>Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública</i> , 2014.....	440
Figuras 254 e 255: Proposta para o “Fluxo de trânsito” e o “Transporte público”, <i>Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública</i> , 2014.....	440
Figura 256: Mapa de localização dos vários bens patrimoniais individuados por categorias pelo PPUBaixa, 2014.....	448
Figuras 257a e 257b: Secções do mapa da cidade assinalando os vários elementos individuados por categorias na área abrangida pelo PPUBaixa, 2014.....	450
Figura 258: Amostra de ficha de inventário do “Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa”, PPUBaixa, 2014.....	451
Figura 259: “Planta de Condicionantes” do PPUBaixa — Património classificado ou em vias de classificação, 2014.....	451
Figura 260: “Planta de Ordenamento” do PPUBaixa, 2014.....	455
Figuras 261a e 261b: Proposta PPUBaixa — a Baixa Central (a) e Baixa Este (b), 2014.....	455
Figure 262: Proposta PPUBaixa — Perfil sobre a Baixa Central, 2014.....	456
Figura 263: Proposta PPUBaixa — Perfil pelas Barreiras e Aterro da Maxaquene com o elevador para a Praça da Travessia do Zambeze, 2014.....	456
Figura 264: “Vista aérea da visão do PPU após implementação (2025)”, 2014.....	457

Nota: As traduções das citações para o português são da responsabilidade da autora. As transcrições mantêm a grafia de origem.

Nas legendas das imagens, a ordem da informação é a seguinte: nome do edifício ou objeto, data da fotografia, nome do fotógrafo, arquivo a que pertence a fotografia (e cota respetiva). Sempre que possível, é indicada a rua onde se situa o edifício e o n.º de polícia.

Na legenda de plantas e mapas, a ordem de informação é a seguinte: nome do desenho, data de elaboração ou publicação, autor, arquivo a que pertence (e cota respetiva).

A referência a documentos/fontes consultados em arquivos é seguida da sigla do arquivo e da cota respetiva.

A referência a autor/data ao longo do corpo de texto da tese e em notas de rodapé, remete para a secção específica “Referências Bibliográficas” (p. 465 ss.), de acordo com o índice geral da tese. As referências a entradas em *blog* e a depoimentos aparecem no corpo de texto, ou em notas de rodapé, nomeando o sobrenome do autor/entrevistado e a data da criação/depoimento e remetem para duas secções específicas: “Referências Bibliográficas” e “Entrevistas a informantes privilegiados, conversas e depoimentos”, de acordo com o índice geral da tese.

A referência, no corpo de texto e em notas de rodapé, a ruas e praças da cidade de Lourenço Marques segue a denominação do período colonial, seguida da atual. No contexto pós-colonial, foi utilizada a denominação atual. Os edifícios aparecem nomeados, salvo raras exceções devidamente identificadas (como, p. ex., sedes de ministérios ou museus), com o nome que lhe foi atribuído no período colonial. A opção justifica-se pelo facto de muitos edifícios não terem mudado de nome, ou não serem reconhecidos atualmente por um nome específico. Esta situação é notória quando o “Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa” do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (PPUBaixa) (2014), nomeia 323 bens na área de abrangência do PPUBaixa, “com suficiente valor histórico, arquitectónico, arqueológico, artístico, religioso, paisagístico e/ou estético para justificar a sua classificação, com o propósito de no futuro serem protegidos por lei” (*Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 2), mas não identifica, na grande maioria, o nome do edifício na ficha de inventário respetiva, a data de construção ou o projetista (caso se justifique).







Aos meus pais



## Epígrafe

A acreditarmos nas célebres palavras de Péricles na *Oração Fúnebre*, a *polis* era uma garantia aos que haviam convertido mares e terras no cenário do seu destemor de que não ficariam sem testemunho e não dependeriam do louvor de Homero nem de outro artista da palavra; sem a ajuda de terceiros, os que agiam podiam estabelecer, juntos, a memória eterna das suas acções, boas ou más, e inspirar a admiração dos contemporâneos e da posteridade. (Arendt, 2001: 247, orig. 1958)

A rigor, a *polis* não é a cidade-estado na sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam. “Onde quer se vás, serás uma *polis*”: estas famosas palavras não só vieram a ser a senha da colonização grega, mas exprimiam a convicção de que a acção e o discurso criam entre as partes um espaço capaz de se situar adequadamente em qualquer tempo e lugar. Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas. (Arendt, 2001: 248-249, orig. 1958)

Nem sempre este espaço existe; e, embora todos os homens sejam capazes de agir e de falar, a maioria deles — o escravo, o estrangeiro e o bárbaro na antiguidade, o trabalhador e o artesão antes da idade moderna, o assalariado e o homem de negócios da actualidade — não vive nele. (Arendt, 2001: 250, orig. 1958)



## INTRODUÇÃO

Look, does water have an ideology? Does a drainage system have an ideology?

Does garbage?

(Mnoga, 2003 *apud* Myers, 2005: 1)

How cold is all history, how lifeless all imagery, compared to that which the living nation writes, and the uncorrupted marble bears! - how many pages of doubtful record might we not often spare, for a few stone left one upon another!

(John Ruskin, “The Lamp of Memory”, *The Seven Lamps of Architecture*, 1907: 238, 1.<sup>a</sup> ed. 1849)

[...] no fim conservaremos apenas aquilo que amamos, amaremos somente aquilo que compreendamos e compreenderemos só aquilo que nos tenha sido ensinado [...] (Baba Dioum *apud* Carrilho, 2006: 11)

Os campos de estudo do urbanismo e da arquitetura e do restauro da arquitetura produziram, nos último anos, novas e vastas análises, estendendo-se a novas geografias e temporalidades, no entanto, centram-se ainda, e de forma clara, nas arquiteturas do “centro” e de períodos menos recentes. Com o intuito de aprofundar conhecimentos no campo do restauro da arquitetura “recente”, coloquei o enfoque da minha pesquisa na herança material da cidade de Maputo, mais propriamente no espólio arquitetónico do conjunto da Baixa — parte do Bairro Central C do Distrito Urbano de KaMpfumo (antigo Distrito Municipal n.º 1)<sup>1</sup> —, delimitado pelo “Estudo da Valorização

---

<sup>1</sup> A cidade de Maputo está dividida em sete distritos municipais, que se encontram, por sua vez, divididos em sessenta e seis bairros e povoações. O Distrito Urbano de KaMpfumo inclui os Bairros Central A, Central B e Central C; o Alto Maé A e Alto Maé B; Malhangalene A e Malhangalene B; Polana Cimento A e Polana B, Coop e Sommerschild (Fig. 2).

Urbanística da Baixa de Maputo”, de 1984, elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC) da República Popular de Moçambique (Fig. A).

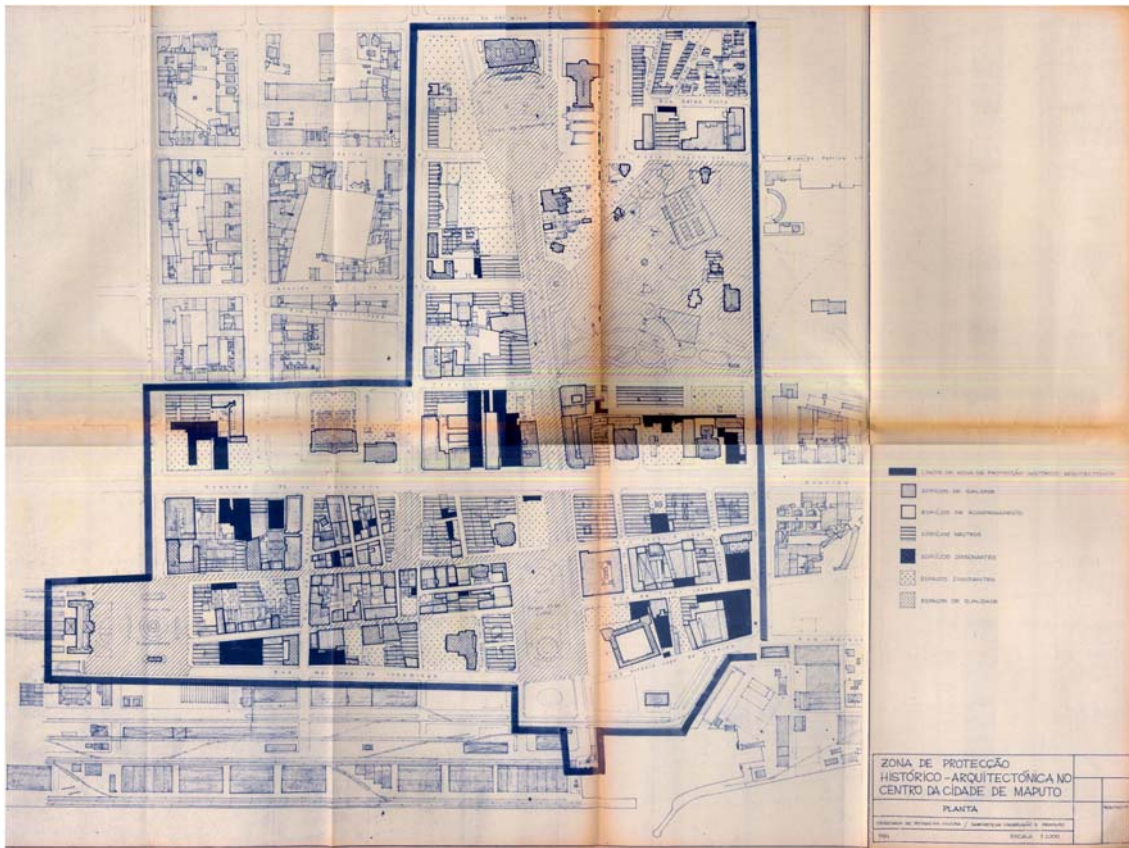


Figura A: Localização da área abrangida pelo estudo: planta da proposta de delimitação da “Zona de Proteção Histórico-Arquitetónica” da Baixa da cidade de Maputo, 1984, SEC. Fonte: *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: s.p. O documento constitui a primeira proposta de delimitação de uma área de proteção histórico-arquitetónica da cidade do período pós-colonial.

A preparação do projeto de pesquisa para esta tese, nas vertentes de arquitetura e urbanismo e restauro da arquitetura, desenrolou-se a partir da ativação de uma cotutela de tese, no início do programa doutoral, entre a Universidade de Coimbra (no curso de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa) e a 'Sapienza' Università di Roma (no curso de doutoramento em *Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura*) (2010-2015). O intuito da cotutela foi o de aprofundar conhecimentos no campo do restauro da arquitetura relativo à produção do século XX, associada neste caso, ao contexto da antiga “África Portuguesa”. Era um tema que me permitiria desenvolver

argumentos já encetados durante a preparação da minha dissertação de especialização em restauro (2001-2003), na vertente “de restauro da arquitetura moderna” — intitulada *Piscina Pensile al Palazzo del C.O.N.I. al Foro Italico, Roma. Studio e restauro* — concluída em 2003 na antiga *Scuola di Specializzazione in Restauro dei Monumenti* da 'Sapienza' *Università di Roma*, Itália, com a orientação de Giovanni Carbonara, nomeadamente a validação dos princípios e da metodologia do restauro (aplicados a períodos precedentes) na arquitetura recente.

Desenrolei a parte curricular do curso de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa (out. 2010 - jul. 2012) na Universidade de Coimbra e contemporaneamente, nas reuniões do curso de doutoramento em *Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura* e com a investigação sobre teoria do restauro e conservação do património, levada a efeito ao longo do segundo semestre de 2012 nas bibliotecas Guglielmo De Angelis d'Ossat do *Dipartimento di Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura* da 'Sapienza' *Università di Roma* e do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), ambas em Roma.

O projeto de pesquisa, tendo concluído a parte curricular do programa de estudos, de acordo com os requisitos do curso de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, e efetuado a primeira viagem de reconhecimento a Moçambique (set. - nov. 2012), foi aprovado em fevereiro de 2013. Desencadeou-se a partir daí, a pesquisa específica sobre Lourenço Marques/Maputo e a escrita da tese. O projeto foi aprovado com a orientação dos Professores Doutores Arquitetos Walter Rossa (Universidade de Coimbra) e Giovanni Carbonara ('Sapienza' *Università di Roma*) e a coorientação do Professor Doutor Arquiteto Júlio Carrilho (Universidade Eduardo Mondlane), que durante a minha primeira viagem a Moçambique, e devido às especificidades do tema e ao meu desconhecimento quase total sobre o país e a sua



História recente, tornou-se fundamental para a prossecução da tarefa.

A escolha do objeto de estudo adveio, em primeiro lugar, do interesse no aprofundamento da arquitetura do século XX e das particularidades (ideológicas, técnicas e materiais) inerentes à conservação do património edificado moderno associado ao contexto colonial. E descendeu também, de condições específicas determinadas pelos dois cursos de doutoramento envolvidos na cotutela de tese: que se tratasse de uma área geográfica externa à Europa marcada pela influência portuguesa e de um testemunho material claramente delimitado, que pudesse ser estudado do ponto de vista da conservação. Dado o meu interesse pela arquitetura do século XX, após uma pesquisa ainda superficial sobre os testemunhos desse período na antiga “África Portuguesa”, Moçambique foi a escolha imediata.

A baliza temporal do moderno que me propus estudar estende-se do final do século XIX a 1975, que abarca temporalmente a quase totalidade das manifestações arquitetónicas<sup>2</sup> e de traçados urbanísticos presentes na chamada “cidade de cimento”<sup>3</sup> de Maputo. O enfoque, como já foi referido, foi a arquitetura da Baixa e os estudos sobre a sua salvaguarda.

Tal como referem vários autores (e.g., Corvaja, 1998; Lage, 2006; Fernandes, 2010; Morais, Lage e Malheiro, 2012), no campo da arquitetura em Moçambique, o período mais relevante, pondo de parte as poucas construções fortificadas erguidas nos primeiros tempos do contato europeu com a costa oriental africana, é aquele da

---

<sup>2</sup> Abre-se uma exceção para a Casa Amarela/Museu da Moeda edificada em 1860 (Morais, 2001: 66; 2012: 22) e profundamente intervencionada na década de 1970; e para a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/Museu de História Militar, assinalada em 1782 com a fundação de um presídio. A construção remanescente desta última é fruto da idealização da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, “reconstruída em 1940 [com pedra proveniente da Pedreira da Ponta Vermelha] sobre o alicerce da primitiva, que aliás nunca existiu, capaz e completa, em qualquer tempo” (Lobato, 1970b: 75).

<sup>3</sup> O desenho urbanístico da Baixa de Maputo consolidou-se entre o final do século XIX e a segunda década do século XX (com as obras de ampliação do porto e o aterro da enseada da Maxaquene, Figs. 11 e 12). As várias fases de expansão urbanística da restante “cidade de cimento” procuraram-lhe uma conformação (em grandes linhas) “definitiva” na década de 1950 (Figs. 47 e 67).

estabilização do poder colonial e que se estende desde o final do século XIX às primeiras décadas do século XX, produzindo inúmeros exemplos de ecletismo e uma série de linguagens híbridas (Corvaja, 1998: 67), seguindo-se até à década de 1970, a forte representação da arquitetura modernista. Esses exemplos permitem individuar chaves de leitura que podem auxiliar novas concepções metodológicas de projeto e a determinação de relações adequadas entre arquitetura, cidade, ambiente natural e urbanizado (Corvaja, 1998: 68). Através da releitura da formação e evolução da cidade, ao longo do tempo (colonial e pós-colonial), estruturei o reconhecimento do seu processo urbano com o objetivo de aí encontrar a raiz da sua situação presente, das suas fragilidades e condicionantes, para um eventual contributo na transmissão do conhecimento da sua herança material.

A aproximação à “máquina” pós-colonial em presença, às temporalidades da cidade (formal/ (i)n(f)ormal)<sup>4</sup>, consubstanciou-se no confronto de leituras específicas, na análise de “arquivo”<sup>5</sup> (de fontes orais, documentais e do estudo aturado do objeto *in situ*) e no tratamento da informação recolhida numa base de dados.

Os antecedentes e a génese da disciplina de restauro na Europa, as especificidades tecnológicas da arquitetura moderna e a apreciação de valências “outras” nas intervenções e na salvaguarda do património edificado em contextos externos à Europa, foram sobretudo fomentadas pela proposição paciente do Professor Doutor Giovanni Carbonara, ao longo dos últimos cinco anos e durante as várias exposições do estado de avançamento da minha pesquisa no curso de doutoramento em *Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura*, na 'Sapienza' Università di Roma. Neste

---

<sup>4</sup> Utilizo a expressão “(i)n(f)ormal” (leia-se “normal”) de Garth Myers (2011), considerando a sua apreciação relativamente à complementaridade e contaminação entre os bairros chamados informais e formais na África urbana, veja-se Myers, 2011: 78-80.

<sup>5</sup> Refiro-me a “arquivo” não como um sítio, mas um conjunto de questões. O arquivo é uma construção específica organizada a partir de pressupostos ideológicos, por essa razão, uma fonte não pode ser utilizada sem uma reflexão sobre a conformação da estrutura política e social que lhe deu origem. O arquivo não é aqui entendido como um repositório mas como objeto de investigação, como uma representação de uma determinada forma de organizar e pensar a sociedade.

aspeto, foi fundamental o contacto e a discussão aberta dos vários trabalhos de investigação levados a efeito pelos outros alunos — durante os encontros, de cadência mensal, do curso de doutoramento em *Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura* —, provenientes de várias geografias (Líbano, Síria, China, Egito, etc.) com heranças culturais no campo da conservação do património muito distintas, igualmente válidas.

Aquando do início da investigação para esta tese, as obras de referência, em Portugal, relativamente à história da arquitetura e do urbanismo de Maputo eram fundamentalmente as de João Sousa Morais (2001), de Maria Clara Mendes (1985, 2008), de José Manuel Fernandes (2010) e aquelas mais antigas de Alexandre Lobato (1970b) e de Alfredo Pereira de Lima (1969) (trato este assunto seguidamente no “Estado da Arte”). Com a investigação que levei a efeito na biblioteca da *Facoltà di Architettura Valle Giulia da 'Sapienza' Università di Roma* e no Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (CEDH-FAPF-UEM), vim a tomar conhecimento da produção académica (em parte inédita) desenrolada em Moçambique no campo do levantamento do património edificado desde a década de 1980 e, com mais divulgação, a partir da década de 2000, desconhecida da maior parte das bibliotecas portuguesas, mas essencial para quem interprende estudos sobre a situação atual nesse campo.

A fundamentação teórica e a pesquisa do trabalho de campo, bem como o desenrolar da tese, foram pontuados pelo confronto entre os meus próprios antecedentes (de arquiteta licenciada pela FAUP e discípula da *Scuola Romana* de restauro arquitetónico) e o das reflexões pertinentes dos meus dois principais orientadores — o Professor Giovanni Carbonara, *caposcuola* de uma metodologia de restauro e de um entendimento sobre o património cultural que estão na origem de uma verdadeira escola

de pensamento, inserido num centro de investigação com preocupações específicas sobre a discussão do restauro da arquitetura, da paisagem e do ambiente urbano, que remete a escala arquitetónica e da obra singular para aquela do planeamento “urbano e territorial, absolutamente indispensável para poder agir, como seria preferível, em termos de prevenção” (Carbonara, 2009: 11). E o Professor Júlio Carrilho, como observador participante do processo naturalmente complexo e ainda pouco documentado da história pós-independência de Moçambique, inserido numa realidade académica e num centro de estudos (CEDH-FAPF) que se defronta diariamente com inúmeras outras questões e premências do campo do planeamento físico, num contexto urbano prenhe de dificuldades e recursos (humanos e económicos) muito limitados.

O interesse desta pesquisa ser orientada para um conjunto urbano e não para uma lista de objetos arquitetónicos singulares, tornou-se evidente com o prosseguir do trabalho de campo. A conservação do património edificado é sobretudo uma questão de “sujeitos” e não de “objetos”. Qualquer tentativa de salvaguarda do património edificado naquele contexto que não seja perspetivada em termos de conservação integrada (e programada), relativa ao conjunto urbano e humano — pelo desenvolvimento de condições infraestruturais/culturais que permitam melhores condições de vida aos cidadãos e de sequência, participação e interesse genuíno nessa questão —, não terá condições para subsistir (volto a este assunto no início do Capítulo II e no subcapítulo 2.1 desta tese). Tal como refere Salvatore Dierna, “qualquer processo de reabilitação, tal como o que aqui se apresenta, numa situação de grande carência de recursos, só tem sentido se for considerado no contexto da revivificação da vida [...] tendo como primeiro sujeito a população e a sua especificidade cultural” (Dierna, 2005: 7-8). Esta convicção, deveria ser a base de partida para elaborar recomendações relativas à salvaguarda do património culturalmente apropriadas, que

ficaram, no entanto, fora dos objetivos gerais e específicos desta tese.

Com o Professor Júlio Carrilho, durante os meus períodos de residência em Maputo (num total de seis meses, em três viagens, ao longo de três anos), discuti as “esfumaturas” pós-coloniais do repertório social, político e cultural da cidade de Maputo. Dei particular enfoque nessa discussão à primeira década e meia de governação do Estado de Moçambique, por ser, na minha opinião, o período da era pós-colonial com relatos mais contraditórios, por vezes absolutamente contrastantes. Corresponde também, na minha opinião, ao período em que a cidade de Lourenço Marques assumiu precipitadamente a fâcies de Maputo e no qual, estranhamente — se considerarmos a situação política/ideológica, económica, de guerra-civil e de falta de recursos humanos do país recém-emancipado —, se levaram a efeito iniciativas ímpares em prol da salvaguarda do património cultural. É óbvio que essa reformulação não pode ser devidamente avaliada e valorizada, como tempo-vida do objeto/“testemunho material de civilização” (a cidade de Maputo), sem uma contextualização da sua realidade política, económica, social e cultural contemporânea, faces que só muito tenuemente me capacitei abordar.

Perscrutar a arquitetura moderna em contexto pós-colonial implicou, antes de mais, conhecer e reconhecer a sua génese e conformação, não me interessou limitar a identificação aos pontos comuns com o padrão “central”, no caso de ele existir, nem tão-pouco organizar racionalmente uma hierarquia. Como já bem tinha intuído Lúcio Costa, em meados do século XX,

[...] é incorreta a atitude dos que estão sempre a pretender descobrir na arquitetura colonial [...] a “cópia” ou a “imitação” de modelos [...] todas as vezes que aquela semelhança se torna viva, como a dos que atribuem a maior parte senão todas as suas características a imposições de ordem funcional ou mesológica. Pois que, de

uma parte, os portugueses estavam aqui na sua própria casa e, portanto, ao idealizarem e construírem a morada ou a capela à sua maneira não estavam a copiar coisa alguma senão a fazer muito naturalmente a única coisa que de fato lhes cabia, da mesma forma como ao falar português não arremedavam ninguém, — falavam a própria língua. (Costa, 1945: 456 *apud* Pessôa, 2015: 469)

Não quero com isto afirmar não serem pertinentes os “estudos que fundamentem hipóteses, identifiquem tipologias e principalmente estabeleçam os laços de circulação entre as arquiteturas” e o desenho das cidades onde se inserem, no “universo de territórios de língua portuguesa” (Pessôa, 2015: 470), com o Mundo Índico, Anglo-saxónico, ou outros, e os processos de mútua influência associados.

É indiscutível que o património moderno e modernista conforma a grande parte das cidades do mundo Ocidental e que, nos antigos territórios colonizados ultramarinos essa presença foi, e é, ainda mais significativa, constituindo autênticos repositórios de memória coletiva transnacional. Efetivamente, a literatura recente, coadjuvada também pela teoria pós-colonial, abriu outros olhares para a produção moderna não-ocidental, em contextos de África, Ásia, Europa de Leste ou da América do Sul, muitos associados ao processo cultural do colonialismo, reescrevendo partes de uma história (da diáspora moderna) sempre necessariamente incompleta. Ao conceito canónico de modernismo, da Europa Ocidental e da América do Norte, juntaram-se uma pluralidade de neologismos conceptuais (e.g., híbrido), de modernismos “outros”<sup>6</sup>, fruto de conjugações diversas (de temporalidades, do espaço e meio físico, da conformação político-social, de transnacionalidade). E que, permitem equacionar a “missão civilizadora” da arquitetura, do património e a sustentabilidade da(s) sociedade(s) moderna(s). Trata-se de um conjunto extremamente rico, diluído no tempo e no espaço,

---

<sup>6</sup> Veja-se *9th Docomomo International Conference Other Modernisms*, setembro 26-29, 2006. Disponível em: <http://www.docomomo.com/com/conference9.htm> [consult. 26 jan. 2012].

no campo da arquitetura, do urbanismo e da experiência com e sobre o “outro”, que aguarda melhor atenção.

Segundo Ana Tostões, “[c]om a introdução da teoria pós-colonial na historiografia da arquitetura, teve lugar uma crítica insistentemente ideológica que refreou o desenvolvimento de uma autonomia disciplinar, inibindo um olhar objetivo sobre esse património moderno” (Tostões, 2013: 14), objeto de questionamento conceptual sobretudo produzido à distância, com um conhecimento empírico muito limitado (Jenkins, 2013: 4). A esta situação, como explica Jenkins, não será indiferente o facto de ainda existir um entendimento empírico muito limitado das cidades Subsaarianas, “partly due to the “peripherality” of Africa in urban theory, [...], but probably as much, if not more, due to the practical difficulties of undertaking empirical urban research in the region” (Jenkins, 2013: 4). Desta forma, deparamo-nos com olhares, sobre os objetos arquitetónicos ou os conjuntos urbanos, verdadeiramente distintos que, ou nivelam a prática projetual do período colonial em territórios “outros” a um discurso pouco versado em aspetos como a materialidade, a ciência da construção, os regionalismos e as qualidades formais, artísticas ou estéticas do “testemunho material de civilização”, individuando, entre outros, de que forma desenho e planificação do espaço “organizaram” as sociedades hierarquizadas do colonialismo (e.g., na organização funcional e racial de uma cidade em “cidade de cimento” e “caniço”) e que relações propagaram no mundo pós-colonial (Moassab, 2013)<sup>7</sup>. Ou, num campo diametralmente oposto, limitam a análise ao carácter formal da arquitetura moderna e modernista e de trechos de cidade criados para os colonos, deixando, de forma subliminar, o contexto da criação e da passagem do objeto no tempo, resumido à

---

<sup>7</sup> Sobre a forma como objetos arquitetónicos e outros espaços projetados foram investidos de significado (político e social) pelas sociedades coloniais e pós-coloniais, veja-se King, 2004: 84 ss.; 2007.

narrativa da iconografia a preto e branco, sem denunciar “o ‘perigo de uma história única’, de que fala a escritora nigeriana Chimamanda Adchie Ngozi (2009) e, [que] consequentemente [não] quebram a hegemonia narrativa europeia sobre a gesta colonial” (Ribeiro, 2015: 192-193).

Este trabalho procurou, de forma aturada — e usando a palavras de Stella Casiello, “*anche attraverso il cammino dell'interdisciplinarità intesa ‘come colloquio a confronto delle diverse conoscenze’*” (Casiello, 2010) —, a análise de um produto de cultura(s), pondo em evidência a relação de interdependência entre a história da arquitetura, das transformações sociais e políticas e a conservação do património. A relação de interdependência entre arquitetura, cidade e paisagem, que exige em termos de conservação integrada, a reflexão teórica e histórico-crítica do objeto, e a reflexão sobre o ambiente humano e a sua História. Para perscrutar o entendimento e a ação sobre o património cultural em Moçambique — no caso específico, de uma parte do Bairro Central C —, servi-me, para o período colonial, da análise da evolução normativa (regulamentos municipais, decretos de classificação do património, regulamentos dos planos de urbanização), de estudos e propostas urbanísticas para o Bairro Central fomentados pelo Gabinete de Urbanização Colonial/do Ultramar, pela Câmara Municipal de Lourenço Marques e por privados, durante as últimas décadas da Administração portuguesa e de dados sobre algumas operações de restauro/reconstituição levadas a cabo nos monumentos classificados (a Fortaleza e a Casa Amarela). Sucessivamente, o enquadramento do tema no período pós-colonial foi feito em duas fases: (i) a primeira resumiu-se ao período imediato à Independência, com enfoque na década de 1980, do qual foi possível encontrar informação relevante sobre as práticas de valorização do Património Cultural de Moçambique, no ARPAC e no CEDH-FAPF e (ii) a segunda, centrou-se nas peças escritas e desenhadas dos planos de



ordenamento do território, desenrolados nas décadas de 1990 e de 2000 para a cidade de Maputo e a sua área metropolitana; em algumas propostas parciais de intervenção para a Baixa (não executadas) e em alguns elementos do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (2014), parte da extensa documentação presente no CEDH-FAPF.

Procurei abordar questões peculiares à conservação do património, ainda que tocando muito parcialmente — limitei o estudo a uma pequena fração da cidade — a herança arquitetónica e urbanística de Maputo. Procurei discorrer sobre questões que se prendem com a conservação do património moderno e sustentar uma discussão sobre temas de restauro hoje, na Europa e no mundo: conservar “porquê”, o “quê”, “como” e “para quem”.

Na primeira visita a Moçambique, realizada entre setembro e novembro de 2012, procurei, antes de mais, uma impressão da geografia humana e da paisagem urbana da costa moçambicana com referente na ocupação histórica portuguesa, com passagem pelas cidades de Pemba (Porto Amélia), Nampula, Moçambique, Quelimane, Beira, Inhambane, Xai-Xai (João Belo) e Maputo (Lourenço Marques). Se inicialmente me propunha a uma discussão alargada sobre a conservação do património edificado moderno de Moçambique, após a primeira visita ao local, restringi o âmbito geográfico do estudo à cidade de Maputo. A logística necessária para abarcar o território, a complexidade do levantamento das fontes documentais primárias nos arquivos locais, tratar um período histórico recente e ainda mal documentado, extravasavam largamente as minhas capacidades, assim como os recursos disponíveis para esta investigação de doutoramento.

Nas segunda e terceira viagens a Moçambique, entre agosto e novembro de 2013 e em novembro de 2014, concentrei-me exclusivamente na cidade de Maputo, na

sua condição de capital/metrópole pós-colonial (o trabalho de investigação desenrolou-se nos arquivos da cidade, nos museus, através do levantamento fotográfico exaustivo de partes da cidade e da realização de entrevistas). Tornou-se claro que a cidade de Maputo é uma exceção no espaço humanizado moçambicano: pela dimensão e complexidade do seu tecido urbano, pela vitalidade da população flutuante que atrai<sup>8</sup>, com as suas estratégias de sobrevivência, pela qualidade e diversidade dos serviços que opera.

A verificação *in situ* do conjunto da Baixa, levou-me à ponderação sucessiva dos limites invocados — do núcleo pouco mais que fundacional da cidade —, passando a perscrutar, sempre dentro dos limites da chamada “cidade de cimento”, conjuntos de valor indiscutível, ao longo das Avenidas Patrice Lumumba, Guerra Popular, Josina Machel, Ho Chi Minh... a qualidade e a extensão do conjunto urbano e a excecionalidade de alguns elementos dispersos, edificados em períodos distintos, obrigaram-me a uma análise mais extensa das várias fases de expansão da cidade (e da relevância de criar outras áreas de proteção para o seu edificado), trabalho que considerei desajustado à exequibilidade do projeto de pesquisa. Efetivamente, a cidade conta com um repertório edificado de qualidade desafiante para um estudo e para uma divulgação atempadas, uma vez que se torna evidente, para quem assistiu nos últimos anos à emergência do sector da construção civil e ao estabelecimento de grandes investimentos imobiliários no terreno, a rápida transformação em curso do seu tecido urbano.

O texto da tese, foi estruturado em três partes. Na primeira parte, Capítulo I: “TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANÍSTICO E ARQUITETÓNICO

---

<sup>8</sup> Com a guerra civil (1976-1992), a cidade de Maputo recebeu muitos “deslocados” de guerra, que se alocaram sobretudo nos bairros periféricos, maioritariamente provenientes das províncias do Sul de Moçambique (Costa, 2007: 16). A cidade de Maputo, para além de ser a maior cidade do país, é aquela que atrai mais população migrante e a que apresenta uma maior taxa de crescimento.

MODERNOS EM CONTEXTO PÓS-COLONIAL: MAPUTO”, abordo genericamente, na segunda parte do capítulo, as transformações ocorridas no período pós-colonial, o que se revela dorsal para a tese — é nele que se pode identificar a raiz de aspetos relevantes que condicionam e marcam o contexto atual do seu património material. No início desse mesmo capítulo e num âmbito pertinente ao campo do restauro (a interrogação histórico-crítica do objeto de estudo), foi feita uma pesquisa histórica referente às várias temporalidades do objeto — a análise da evolução histórica, com enfoque no Bairro Central C, que compreende o núcleo fundacional da cidade, perfeitamente consolidado em termos urbanísticos no final do século XIX e em termos arquitetónicos até ao final da década de 1940, com aquisições pontuais nas décadas sucessivas — de forma a poder caracterizar o seu tempo-vida (da criação à atualidade). No meio desse capítulo, inseri um breve subcapítulo (1.1.1.4 *O fardo do homem branco*) referente às condições impostas pelo colonialismo português ao “indígena” e sobre a relação administrativa da Metrópole com a Colónia/ Província de Moçambique. A possível relevância desse pequeno texto prende-se com o facto de a Metrópole portuguesa, ao contrário da maioria das outras potências colonizadoras que iniciaram processos de descolonização com o final da II Guerra Mundial, ter continuado a impor a sua gerência naquele território colonizado até à década de 1970. Durante as décadas de 1950 e de 1960 e até à Independência, a cidade de Lourenço Marques (e Moçambique), alheada da Guerra Colonial/de Libertação, foi objeto de investimentos sem precedentes que consolidaram a chamada Área Central, com consequências claras e evidentes no processo de entendimento contemporâneo (tanto em Portugal, como em Moçambique) sobre a relevância dos testemunhos materiais de um período colonial de memória recente.

No Capítulo II: “CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, RAZÕES E ANTECEDENTES”, começo por apresentar uma breve síntese sobre a evolução do campo de estudos do restauro em contexto europeu e traço algumas especificidades da questão no contexto moçambicano, desde o período colonial até à década de 1990. O capítulo entende indagar o entendimento passado sobre o Património de Moçambique no final do período colonial (Estado Novo) — relevando a apetência da Administração portuguesa pela valorização dos testemunhos da colonização mais antigos, situados sobretudo na área Centro e Norte do território —, e durante o período imediato à Independência. A investigação, ainda superficial, recaiu sobre a estruturação progressiva dos departamentos referentes à tutela do Património Cultural de Moçambique e a elaboração de legislação específica para a sua salvaguarda e sucintamente, sobre alguns estudos e planos urbanísticos elaborados nesse período (não aprovados), que apontavam para a salvaguarda da Baixa de Maputo.

No Capítulo III: “CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA E DO AMBIENTE URBANO MODERNOS: A BAIXA DE MAPUTO”, apresento vários projetos recentes (2008-2014) previstos para a Baixa e um estudo de caso, que funciona como repositório das vicissitudes da cidade (colonial e pós-colonial), de uma reabilitação contemporânea de um espaço histórico de Maputo — o Jardim Tunduru. Neste período recente, para além da aprovação do primeiro plano de estrutura da cidade (*Plano de Estrutura do Município de Maputo*, 2008) e da elaboração de um plano parcial para a requalificação da Baixa (*Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo*, 2014), foram levadas a efeito, a inventariação do património da cidade e a organização de uma proposta para a classificação de vários elementos, que interessa averiguar. O capítulo conclui-se com o “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” que, aprovado pelo Conselho Municipal de Maputo no final de 2014, à época da conclusão deste texto aguardava

ratificação.

A possível relevância desta pesquisa reside no contributo para a discussão da questão da conservação do património moderno associado ao contexto colonial e para o conhecimento parcelar de um património urbanístico e arquitetónico de grande significado para a compreensão da história política, social e cultural sobretudo de Moçambique, mas também de Portugal. Dentro deste âmbito, o aprofundamento do processo de apropriação decorrente da emancipação do país tenderá a clarificar razões, de “memória” e de “cultura”, pertinentes à conservação deste — usando a expressão de Pauline van Roosmalen — “património mútuo” (Roosmalen, 2003: 123).

### **A abordagem ao tema da arquitetura moderna em contexto pós-colonial**

Nas leituras preparatórias sobre o património recente, com influência portuguesa, de Moçambique, pude individuar uma linha de abordagem comum aos investigadores portugueses: a história contada (começa e) termina, quase sempre, com a colonização portuguesa. Descreve-se com a nomenclatura do período pré Independência, os edifícios, as ruas, as cidades... a referência colonial dita o percurso narrativo. Essa compartimentação do tempo histórico e antrópico levou-me a uma frase de Fanon: “A arquitetura do presente trabalho situa-se na temporalidade” (Fanon, 1975: 28). Foi esse o ponto de partida para a análise do objeto. E o objetivo resumiu-se ao seguinte: a partir da contemporaneidade procurar perceber em que condições se poderá operar a conservação do património arquitetónico da Baixa da cidade de Maputo. Interessa a este argumento, a caracterização do conjunto em apreço considerando todos

os seus tempos históricos (criação, tempo vida, presente do observador) (Brandi, 2000, 1.<sup>a</sup> ed. 1963)<sup>9</sup>. Foi nessa análise, que o intercâmbio entre as fortes componentes dos estudos culturais do curso de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, e de análise histórica e interrogação crítica do bem patrimonial do curso de doutoramento em *Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura*, se tornou útil e necessário. A vertente dos estudos culturais constituiu um apoio à interpretação do objeto nas suas várias temporalidades, mas — dada a minha formação académica de base (em Arquitetura), a orientação que segui na parte curricular do curso de doutoramento e o tempo disponível para a elaboração desta tese — a vertente explorada, foi sempre a da arquitetura e a do restauro da arquitetura.

Deparei-me com várias questões pertinentes ao tema: porque é que determinados núcleos urbanos com outros referentes e temporalidades são mais facilmente entendidos (em Moçambique e fora) como património a proteger? Refiro-me às “cidades de pedra” de Moçambique, do Ibo, de Inhambane, ou à própria Baixa antiga de Maputo. A “cidade de cimento” e o seu património moderno não são compreendidos da mesma forma? Como produto e testemunho material de uma determinada forma de operar humanos? Aceita-se mais facilmente a herança colonial setecentista e oitocentista, com outras referências e outra escala, do que a herança modernista? Mesmo que esta última revele um maior apporto de contribuições exógenas e endógenas, de “hibridismos”? O que marca essa diferenciação, o “valor do antigo” nomeado por Alois Riegl (1858-1905) (Riegl, 2003a, orig. 1903)? A falta de distanciamento

---

<sup>9</sup> Não pretendo com este trabalho fazer a síntese da história urbana ou do património arquitetónico da cidade de Maputo. Existem já estudos exaustivos nesses capítulos de João Sousa Morais (2001; *et al*, 2012), textos específicos sobre a arquitetura de iniciativa privada (Albuquerque, 1998) e pública (Ferreira, 2008), além de obras, datadas, mas de grande utilidade, como as de Maria Clara Mendes (1985) ou Alexandre Lobato (1961; 1970b). Para além destes, não posso deixar de referir a obra de síntese de José Manuel Fernandes (2010) em *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*.

histórico-crítico relativamente a um património recente e amplamente conotado com o endurecimento do colonialismo?

Ao longo da tese pretendi ilustrar que o legado moderno do período colonial (com “face pós-colonial”) constitui parte significativa do *corpus Património Cultural de Moçambique*. E que, na leitura histórico-crítica do objeto (refiro-me ao conjunto edificado da Baixa), o “valor do novo”, associado ao moderno, se conjuga ao “valor de memória”, num “testemunho material de civilização” que importa divulgar e tutelar.

Para o desenrolar deste trabalho foi determinante a participação ativa, inserida numa equipa multidisciplinar, na discussão do documento “Regulamento [Nacional] de Proteção dos Bens Culturais Imóveis”, a convite da diretora Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura da República de Moçambique, Doutora Solange Macamo, ao longo dos meses de setembro e outubro de 2013, na sede da Direção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura e na FAPF, em Maputo. Pretende-se que o “Regulamento de Proteção dos Bens Culturais Imóveis” (em elaboração) discuta na especificidade questões levantadas pela Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, sobre a salvaguarda do Património Cultural de Moçambique.

Foram também relevantes as palestras que proferi no curso de licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, a convite da Doutora Solange Macamo, Professora Auxiliar do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane; e na disciplina de Laboratório de Planeamento Físico, do curso de licenciatura em Arquitetura e Planeamento Físico da FAPF-UEM, a convite dos Profs. Doutor João Tique e arquiteta Catarina Cruz. Em ambas as disciplinas, os alunos confrontavam-se com um trabalho prático específico, a escolha e a fundamentação para

efeitos de classificação de um edifício da cidade de Maputo e o levantamento arquitetónico de uma parte da Baixa. No segundo caso, o trabalho desenvolvido pelos alunos serviu aos estudos do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”, à época em desenvolvimento.

A escolha do objeto de estudo levou em conta:

- Constituir um repositório da influência portuguesa no mundo, de entre as diversas presenças/culturas que se podem identificar na cidade. A construção da cidade foi “[...] a manifestação político-económico-social mais evidente que veio alterar para sempre as relações entre os sistemas e as formas de ocupação do território, e de poder, da sociedade pré colonial e também das suas relações tradicionais com o sistema ecológico onde se inseriam” (Forjaz, 2005b: 6).
- Fazer parte de um conjunto edificado com características distintas, fruto, entre outras, do encontro/confronto direto com culturas ancestrais da costa do Índico e de uma relação de subalternidade face às vizinhas ex-colónias de matriz anglófona (antigas Rodésias e África do Sul). Estas condições marcaram esteticamente, funcionalmente e racialmente o tecido urbano (Forjaz, 2012: 37), numa representação multicultural com reconhecido valor histórico.
- A sua referenciação, em Moçambique, como bem de interesse cultural, com “pertinência política”<sup>10</sup>. A recente inventariação do património edificado da cidade de Maputo (Lage e Carrilho, 2010) culminou com a

---

<sup>10</sup> A fundamentação para a classificação do património material em Moçambique, presente na proposta de “Regulamento de Proteção dos Bens Culturais Imóveis” do Ministério da Cultura, explana-se na expressão, utilizada no dito regulamento, de “pertinência política”, ou seja, relevância para a comunidade ou para o país.



proposta de classificação de vários monumentos<sup>11</sup> situados no conjunto da Baixa e mais recentemente, o “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (2014) delineou medidas de salvaguarda para vários dos seus elementos constituintes. Interessa averiguar em que termos se processa o reconhecimento e a tutela desse conjunto.

### **O Estado da Arte**

O estado da arte abarca dois grandes temas: o primeiro centra-se na história da arquitetura e do urbanismo do período colonial de Maputo e o segundo, engloba a teoria do restauro e as particularidades da conservação do património arquitetónico “recente” do período colonial.

A arquitetura e o urbanismo das antigas colónias portuguesas têm sido objeto de um interesse crescente nos últimos quinze anos por parte de investigadores de língua portuguesa. Na área, sobretudo, das ciências sociais podemos encontrar elementos para a discussão desta redescoberta tardia, que encontra paralelismos nas experiências de outras antigas potências colonizadoras. Este espeto permite, sobretudo, indagar de que forma a evolução da relação da antiga Metrópole com as suas colónias (administrativa, racial, infraestrutural...) se reflete no modo como se lida hoje com a sua herança material. O estudo desta relação pode ser aprofundado através da tese de doutoramento em Antropologia Social de José Luís Cabaço, *Moçambique: Identidades colonialismo e*

---

<sup>11</sup> Monumento, no sentido etimológico do termo, significa documento ou testemunho, e o termo foi assim entendido e utilizado pelos eruditos dos séculos XVII e XVIII. Progressivamente veio englobar tudo aquilo que assumia valor de testemunho histórico (pela sua antiguidade) ou artístico (pela sua qualidade). O termo património, ou património cultural e ambiental (termos utilizados a partir da década de 50 do século XX) é a expressão de um conceito alargado e mais abrangente de monumento que leva em conta a moderna conceção “antropológica” da cultura como testemunho do viver e agir quotidianos, ou simplesmente como “testemunho material de civilização”.

*Libertação* defendida em 2007 na Universidade de São Paulo e publicada em 2010. O autor faz um percurso pela história política e social de Moçambique desde o século XIX até ao período da pós-independência, com uma vasta análise que passa pela caracterização do colonialismo português, pelo processo de resistência à ditadura portuguesa, pela guerra de independência, chegando brevemente ao período de libertação. O texto, um testemunho (de um participante), apresenta um vasto enquadramento teórico no campo das ciências sociais que remete o leitor para uma reflexão mais abrangente sobre a experiência/sequelas aterradoras da colonização.

Daqui se construíram sucessivas representações do Outro num “*estilo de pensamento*”, parafraseando Edward Said, “*baseado numa distinção ontológica e epistemológica*” (Said, 2004: 2) entre África e Europa. É o ponto, continuando a explicação do mesmo autor, a partir do qual se vai construindo uma cultura colonial que estigmatiza o colonizado para sempre. (Cabaço, 2007: 137)

Neste mesmo âmbito existem vários antecedentes para a investigação que caracterizam do ponto de vista histórico, económico e social, as diversas realidades da cidade de Maputo, como os trabalhos de Oppenheimer e Raposo, Ana Bénard da Costa, José Forjaz e de Paul Jenkins. Devo ainda referir estudos de Organizações Não Governamentais e de instituições internacionais (e.g., Organização da Nações Unidas; Cooperação Italiana) e particularizo autores como Sandro Bruschi, Júlio Carrilho, Luigi Corvaja, José Manuel Fernandes, João Sousa Morais, A. Muchangos, entre outros, aos quais faço referência ao longo tese.

Foi particularmente proveitoso o estudo de outros ambientes pós-coloniais e do repertório moderno das antigas colónias francesas, italianas e inglesas, sobretudo em África. A pesquisa atual explora e promove a discussão sobre a iconografia e os tempos coloniais e pós-coloniais em África e na Europa, bem como o impacto do colonialismo

tanto nos antigos territórios colonizados como nas metrópoles (Gresleri, Massaretti e Zagnonni, 1993; Stoler, 2001; Santoianni, 2008; Fuller e King, 2007; Gresleri e Massaretti, 2009; Abbonizio, 2009; Demissie, 2012).

Para o enquadramento do objeto desta investigação no contexto da produção arquitetónica e urbanística nacional (em Portugal continental), durante o período colonial, foram relevantes as seguintes obras: *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, por José-Augusto França publicado em 1974; “A Evolução da Arquitetura Moderna em Portugal, Uma Interpretação”, por Nuno Portas, da edição portuguesa da *História da Arquitetura Moderna* de Bruno Zevi de 1973; *Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*, dissertação de mestrado de Ana Tostões, editada em 1997 e *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970*, organizada pelo departamento de estudos do IPPAR e publicada em 2004.

O estudo sobre o património moderno nas antigas colónias ultramarinas portuguesas assentou primeiramente na obra incontornável de José Manuel Fernandes, nomeadamente: “Arquitetura e urbanismo no espaço ultramarino português”, capítulo do quinto volume da *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, editado em 1998; *Geração Africana: Arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, editado em 2002; *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*, publicado em 2005; “Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura”, inserido no 2.º volume *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*, editado em 2010, da obra global dirigida por José Mattoso, *Património de origem portuguesa no mundo, arquitectura e urbanismo*; e *África: Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*,

atas coordenadas por José Manuel Fernandes da conferência com o mesmo nome, editadas em 2011.

Fundamental, para o meu trabalho, sobretudo pelo inextinguível “Estado da Arte bibliográfico” e pela biografia de autores (de arquitetura e urbanismo no espaço nacional e nas antigas colónias ultramarinas), relevo a tese de doutoramento de Elisiário Miranda, *Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951-1964)*, defendida na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho em julho de 2013. Devo ao autor o auxílio na definição do plano da primeira viagem a Moçambique e a disponibilização de uma cópia da sua tese, tão útil durante a minha segunda estadia em Maputo.

Durante a elaboração do projeto de investigação e programa da tese, a inventariação da produção arquitetónica a aprofundar contou com dois ensaios pioneiros, que cobrem uma parte relevante da produção arquitetónica moderna sobretudo nas cidades da Beira e de Maputo, *Arquitectura Moderna em Moçambique: Inquérito à produção arquitectónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português, 1949-1974*, prova de licenciatura de António Albuquerque, defendida em 1998; e *Obras Públicas em Moçambique: inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*, dissertação de mestrado de André Ferreira, defendida em 2006 e editada em 2008. Junto às anteriores, três obras que consultei posteriormente, *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*, coordenado por Luís Lage e Júlio Carrilho, editado em 2010; *Maputo — património arquitectónico*<sup>12</sup>, por

---

<sup>12</sup> O volume parte do trabalho realizado pela FAPF-UEM, *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação* (Lage e Carrilho, 2010) e do anterior, *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar* (Morais, 2001), apresentando um apanhado mais completo desse primeiro inventário e um enquadramento histórico da cidade de Maputo, ricamente ilustrado.

João Sousa Morais, Luís Lage e Joana Malheiro, editado em 2012 e *Arquitetura Moderna em Angola e Moçambique*, coordenado por Ana Tostões e editado em 2013.

Sobre a arquitetura e as cidades das antigas colónias, com destaque para Moçambique, relevo o inexcelável *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*, por João Sousa Morais, editado em 2001; *Urbanismo Colonial — Os planos de Urbanização das Antigas Províncias Ultramarinas, 1934/1974*, por Maria Clara Mendes, edição policopiada em 3 volumes da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, de 2008; *João José Tinoco: Architecturas em África*, por António Matos Veloso, José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, editado em 2008; *Moçambique 1875/1975: Cidades, Território e Architecturas*, por José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro e Olga Iglésias Neves, editado também em 2008; *Moderno Tropical: Arquitetura em Angola e Moçambique, 1948-1975*, escrito por Ana Magalhães com fotografias de Inês Gonçalves, publicado em 2009 e *Pancho Guedes: Vitruvius Mozambicanus*, catálogo da exposição homónima, com organização editorial de Pedro Guedes, editado em 2009.

Dentro do mesmo tema, devo referir a obra de Ana Vaz Milheiro, com vários textos sobre a arquitetura e o contexto da sua produção nas antigas colónias ao longo do século XX, de onde relevo *A Joyous Architecture: As exposições de Architectura Moderna Brasileira em Portugal e a sua influência nos territórios português e africano*, ata da comunicação elaborada em coautoria com Jorge Figueira para o 8.º Seminário Docomomo Brasil, realizado em 2009; *Education Buildings in the Tropics: the Work of the Colonial Planning Office in the Former Portuguese Africa*, comunicação apresentada no 11.º Congresso Docomomo Internacional, realizado em 2010; *Nos Trópicos sem Le Corbusier, Architectura Luso-Africana no Estado Novo*, editado em

2012 e *Luís Possolo. Um Arquiteto do Gabinete de Urbanização do Ultramar* (em coautoria com Luís Possolo de Saldanha), editado também em 2012.

Não obstante a emergência da investigação concernente à produção arquitetónica do século XX nas antigas colónias portuguesas em África<sup>13</sup>, os trabalhos recentes dão conta da limitada e fragmentada abrangência dos estudos e da pouca divulgação da produção local neste mesmo âmbito. A investigação académica moçambicana no campo do património edificado, sobretudo através das edições da FAPF-UEM, tem dado a conhecer trabalhos relevantes sobre a arquitetura e o urbanismo de Moçambique, de entre os quais, para além do já citado *Inventariação do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Espaços Propostos para Classificação*, coordenado por Luís Lage e Júlio Carrilho, editado em 2010, importa salientar os seguintes: a síntese *Maputo, Desenho e Arquitectura* por Luigi Corvaja, tradução portuguesa de 2003 do original em italiano publicado em 1998; *Antigo Bairro Militar de Maputo*, coordenado por Maria Spina e Vicente Joaquim, editado em 2003; *Inhambane: elementos de História Urbana*, coordenado por Sandro Bruschi e Benjamim Alfredo Sondeia, publicado em 2003; *O desenho das cidades: Moçambique até ao Século XXI*, por Sandro Bruschi e Luís Lage, publicado em 2005; *Pemba — as duas cidades*, por Sandro Bruschi, Júlio Carrilho e Luís Lage, publicado em 2005; *Ibo, a casa e o tempo*, coordenado por Júlio Carrilho, editado em 2005; *Bairro Militar de Nampula*, coordenado por Maria Spina e Vicente Joaquim, publicado

---

<sup>13</sup> São várias as investigações em curso no âmbito de programas de doutoramento em Portugal, refiro apenas algumas: “Caminhos para o habitar na Colónia de Moçambique 1950-1975” de Susana da Silva Gomes, iniciada em 2011 na FAUP; “Arquitetura e território nas Colónias e Colonatos Agrícolas Portugueses entre 1936 e 1974. A experiência da Junta de Colonização Interna e o Gabinete de Urbanização Colonial” de Filipa de Castro Guerreiro, iniciada em 2009 na FAUP; “Luanda: 10 Anos de Pós Guerra Civil (2002-2012). Expansão e Organização do Espaço Urbano e Arquitectónico”, de Juliana Azevedo Guedes, iniciada em 2013 na FAUP; “Lugares de Impacto/Impact Places: Persistência Pós-Colonial da Produção Arquitetónica e Urbana Moderna em Angola”, de Luís Pedro Crisóstomo, iniciado em 2012 no CES/III (Universidade de Coimbra); “Do caniço ao cimento: A transição urbana de Lourenço Marques para Maputo (1961-1992)” de Nuno Simões Gonçalves, iniciada em 2012 no CES/III (Universidade de Coimbra); “Visões territoriais do iluminismo português na África Austral” de Sara Ventura da Cruz, iniciada em 2012 no CES/III (Universidade de Coimbra).

em 2005; *Beira — Catálogo de Património Urbanístico e Arquitectónico*, coordenado por Luís Lage e Júlio Carrilho, publicado em 2013. De referir ainda um volume recente levado a cabo, em grande parte, com a colaboração da FAPF-UEM no processo de inventário do património da cidade da Beira, *Beira — Património Arquitectónico*, por João Sousa Morais, Luís Lage, Júlio Carrilho, Vicente Joaquim e Joana Malheiro Bastos, publicado em 2014. Apesar de todos estes volumes terem abordado a questão da conservação do património edificado, saliento alguns trabalhos que focam exclusivamente esse argumento em Moçambique, “La gestione del patrimonio ambientale: sulla via della conservazione africana”, por Maurizio Berti; “Restauri africani: la conservazione della città di Maputo”, por Maurizio Berti e Luís Lage, ambos publicados na *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, em 2003 e 2004 respetivamente; e a tese de doutoramento de Maurizio Berti, *Conservazione del patrimonio architettonico di pietra corallina. Conoscenza, restauro e fruizione*, discutida na 'Sapienza' Università di Roma em 2009. Dos académicos da FAPF-UEM saliento ainda, pela relevância do material recolhido em vários arquivos de Maputo relativo ao património edificado da cidade de Maputo e pelo tema da conservação integrada, respetivamente, as teses de doutoramento de Luís Lage, *A morfologia urbana como matriz da forma arquitectónica em Maputo* e de Júlio Carrilho, *Arquitectura e Ambiente: Preexistências, transformações e desenvolvimento sustentável. O caso da Ilha do Ibo*, ambas discutidas na 'Sapienza' Università di Roma em 2005; pelas informações sobre o processo de planeamento urbano levado a efeito no período pós-independência em Maputo, a tese de João Tique, *Habituação e Meio Ambiente: Critérios operativos e instrumentos metodológicos para o Planeamento (etapas de selecção de áreas e projecto) de empreendimentos habitacionais de interesse social. Uma*

*contribuição para a prevenção dos impactos ambientais em empreendimentos habitacionais de interesse social em Moçambique (Estudo de casos Fundo para o Fomento da Habitação)*, apresentada à 'Sapienza' Università di Roma em 2007.

No âmbito dos projetos de investigação apoiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), organismo governamental português com fundos para a ciência, investigação e a tecnologia, com enfoque na arquitetura e no urbanismo do século XX nas antigas colónias/ províncias ultramarinas portuguesas de África, saliento os seguintes projetos de Investigação & Desenvolvimento:

- *Urbanismo Colonial: Os Planos de Urbanização nas antigas Províncias Ultramarinas, 1934-1974* (POCTI/AUR/42710/2001), projeto concluído, levado a cabo por uma equipa de investigadores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, sob a responsabilidade de Clara Mendes, no qual foram levantados várias centenas de planos de urbanização e produzidos três volumes que aguardam publicação;

- *Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitectónica*, desenvolvido entre 2010 e 2013, através de uma parceria entre 3 instituições – o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (sendo mais tarde integrado no DINÂMIA'CET), o Arquivo Histórico Ultramarino do Instituto de Investigação Científica Tropical (AHU/IICT) e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) — sob a responsabilidade de Ana Vaz Milheiro, que produziu algumas publicações, nomeadamente: *Luís Possolo: Um Arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar*, por José Luís Possolo de Saldanha em coautoria com Ana Vaz Milheiro e *Nos Trópicos Sem Le Corbusier: Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo*, por Ana Vaz Milheiro, ambos editados em 2012. O projeto produziu também a exposição *África – visões do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)*, patente no Centro Cultural de Belém entre 7 de



dezembro de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, com uma seleção de documentos originais do IICT/AHU, além de numerosas reproduções.

- *Visões Cruzadas dos Mundos: Arquitectura moderna na África Lusófona (1943-1974) vista através da experiência Brasileira iniciada a partir dos anos 30*; projeto desenvolvido entre o Instituto Superior Técnico (IST) e a Universidade do Minho (UM), concluído em 2014, por uma equipa de investigadores maiormente provenientes do IST e da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (EAUM), sob responsabilidade de Ana Tostões. O projeto produziu, para além do trabalho de campo levado a cabo em Angola e em Moçambique e do redesenho de alguns objetos arquitetónicos erigidos nesses territórios, variadíssimas comunicações em encontros internacionais (e.g., Miranda 2010; 2011; 2012a; 2012b; Miranda, Riso e Oliveira, 2014; Tostões e Oliveira, 2011; Tostões e Caldas, 2014; Magalhães, 2011; Magalhães, 2012); o Workshop Internacional - *(re)usar o moderno: identificar, documentar, conservar*, realizado na FAPF-UEM, entre 26 e 30 de março de 2012; a Conferência Internacional *EWV\_Visões cruzadas dos mundos*, realizado na EAUM, entre 7 e 8 de dezembro de 2012, organizada por Vincenzo Riso e a conferência de apresentação dos resultados do projeto, em 13 de março de 2014, no Salão Nobre do IST em Lisboa, com a divulgação de uma base de dados informática da produção arquitetónica moderna angolana e moçambicana e o lançamento do volume com a síntese da pesquisa, *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*, com a coordenação de Ana Tostões. O projeto deu origem também a várias dissertações de mestrado no IST (e.g., Jéssica Bonito, 2011, *ARQUITECTURA MODERNA NA ÁFRICA LUSÓFONA: Recepção e difusão das ideias modernas em Angola e Moçambique*; Zara Ferreira, 2012, *O MODERNO E O CLIMA NA ÁFRICA LUSÓFONA, Arquitectura escolar em*

*Moçambique: o programa de Fernando Mesquita (1955-1975)*; Francisco Manuel Diniz Vieira Seabra Ferreira, 2013, *Reabilitação de Edifícios do Movimento Moderno em Maputo*) e a teses de doutoramento, na EAUM (Elisiário Miranda, 2013, *Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951-1964)*) e mais recentemente, na Universidade Lusíada (Ana Magalhães, 2015, *Migrações do Moderno: Arquitectura na Diáspora: Angola e Moçambique (1948-1975)*).

- *RUMO-ReUso do MOderno: Estratégias de Reabilitação Sustentável da Arquitetura do Movimento Moderno na África Lusófona (1945-1974)* (PTDC/ATP-AQI/4810/2012), coordenado por Ana Tostões (Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e o Desenvolvimento (IST-ID));

- *De S. Paulo de Luanda a Luanda, de Lourenço Marques a Maputo: capitais coloniais em tempos pós-coloniais*, desenvolvido entre 1 de maio de 2013 e 30 de setembro de 2015, por uma equipa de investigadores maioritariamente proveniente do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob a coordenação de Margarida Calafate Ribeiro. O projeto previa a produção de, entre outros, um livro e a organização de uma conferência internacional.

- *UrbAspire – Aspirações Urbanas em Moçambique Colonial/Pós-Colonial: O Governo da Divisão Desigual de Cidades, 1945-2010*, projeto de investigação realizado entre 1 de julho de 2013 e 30 de junho de 2014 por Tiago Castela (coord.) e Maria Paula Meneses, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O projeto previa a produção de uma conferência na Universidade de Coimbra, duas comunicações em encontros científicos e a publicação de cinco artigos científicos<sup>14</sup>.

No capítulo internacional saliento o seguinte projeto de investigação:

---

<sup>14</sup> Mais informações sobre as várias comunicações e conferências produzidas no âmbito do projeto supracitado podem ser seguidos no sítio em linha do CES — Universidade de Coimbra. Disponível em [http://www.ces.uc.pt/projectos/index.php?prj=7425&id\\_lingua=1#proj](http://www.ces.uc.pt/projectos/index.php?prj=7425&id_lingua=1#proj) [consult. 15 jul. 2015].

- *Home Space in the African city*, levado a cabo entre 2009-2012, implementado por Paul Jenkins (*School of the Built Environment (SBE), Heriot-Watt University/ Edinburgh School of Architecture and Landscape Architecture (ESALA), University of Edinburgh*) com uma equipa interdisciplinar de várias proveniências — Júlio Carrilho, Luís Lage e Carlos Trindade do CEDH-FAPF-UEM; Ana Bénard da Costa do Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Universitário de Lisboa (CEA-ISCTE-IUL) —; na cidade de Maputo, financiado pelo *Danish Council for Independent Research* sob a gestão do Prof. Jorgen Eskemose Andersen da *School of Architecture* de Copenhaga. O projeto pode ser consultado no sítio <http://www.homespace.dk> e deu origem a várias publicações, entre elas, *Urbanization, Urbanism and Urbanity in an African City* (Jenkins, 2013).

Dentro do mesmo âmbito, foram os seguintes encontros e exposições a que a autora pôde assistir ou de cujos conteúdos teve conhecimento indireto:

- *África: Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*, conferência internacional presidida por José-Augusto França, José Manuel Fernandes e Miguel Figueira Faria, realizada na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) nos dias 27 e 28 de janeiro de 2011;
- *Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, congresso internacional organizado pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, realizado em Lisboa, entre 24 e 26 de outubro de 2012;
- *Portugal-Brasil-África: Urbanismo e Arquitetura – Do Eclétismo ao Modernismo*, colóquio internacional organizado e coordenado por José-

Augusto França, Miguel Figueira de Faria, José Manuel Fernandes e José Monterroso Teixeira — por parte da UAL — e por Maria Lúcia Bressan Pinheiro pela Universidade de São Paulo, que se realizou em Lisboa entre 29 e 30 de novembro de 2012;

- *EWV\_Visões cruzadas dos mundos*, a já referida conferência internacional organizada pela equipa de investigação do projeto homónimo, realizada na EAUM, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2012;
- *NOVOS PODERES, 4.º Observatório de África, América Latina e Caraíbas*, ciclo de conferências integrado no Programa Gulbenkian Próximo Futuro, realizado entre 8 de fevereiro e 24 de maio de 2014, de onde saliento: “A Economia dos Movimentos Sociais Urbanos: Protesto e Revolta em Maputo e no Rio de Janeiro de Hoje”, por Giuseppe Cocco e Paulo Granjo, dia 8 de fevereiro de 2014; “Uma História de Protesto Popular e Luta Anticolonial: Política em Portugal e no Império Português do Século XIX ao 25 de abril”, por Diego Palacios Cerezales e José Neves, dia 29 de março de 2014;
- *África – visões do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)*, exposição patente no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, de 7 de dezembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014 (integrada no âmbito do referido projeto de investigação *Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitetónica*);
- *Patrimónios de Influência Portuguesa: conceitos e instrumentos*, colóquio organizado pela coordenação do programa de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa (DPIP), do Instituto de Investigação Interdisciplinar (III) e do Centro de Estudos Sociais (CES)

da Universidade de Coimbra, Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro, realizado no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, entre os dias 13 e 14 de junho de 2014;

- *Urban Aspirations in Colonial/Postcolonial Mozambique: Understanding Planning and Government in Unequally Divided Cities*, colóquio organizado por Tiago Castela (Universidade de Coimbra), Mpho Matsipa (Universidade de Witwatersrand, África do Sul) e Maria Paula Meneses (Universidade de Coimbra), realizado no Centro de Informação Urbana de Lisboa, no dia 15 de julho de 2014;
- “Alternative conceptions of planning and their relevance for Sub-Saharan cities: case study of Maputo”, conferência proferida por Paul Jenkins, da Universidade de Witwatersrand, no Centro de Informação Urbana de Lisboa, no dia 14 de julho de 2014 (integrada no âmbito do já referido projeto de investigação *Urban Aspirations in Colonial/Postcolonial Mozambique: Governing the Unequal Division of Cities*);
- *África Hoje: tempos e espaços de transformação* — IX Congresso Ibérico de Estudo Africanos, organizado pelo CES, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014, onde a candidata apresentou no painel “Arquitetura e cidade nos PALOP’s: do moderno ao contemporâneo”, coordenado pelo arquiteto José Manuel Fernandes, a comunicação “Conservação da arquitetura e do ambiente modernos: o Jardim Tunduru no Maputo”;
- *Dinâmicas Sociais em África: rupturas e continuidades*, III Conferência Internacional organizada pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM),

Centro de Estudos Africanos, no Campo Pedagógico da UEM, Maputo, entre 19 e 20 de novembro de 2014;

- *Jornadas SIPA* (Sistemas de Informação para o Património Arquitetónico) 2014, sob o tema “Relações entre Investigações e Inventariação”, realizadas no Instituto Superior Técnico, em 24 de novembro de 2014, e que contou, entre outras, com uma comunicação de Ana Tostões e de João Viera Caldas, “Para o reconhecimento da arquitetura moderna africana”, e de Elisiário Miranda, Vicenzo Riso e Maria Manuel Oliveira, “Em busca da arquitetura moderna em Moçambique: processos de obra, reconhecimentos e reconstruções” (ambas produzidas no âmbito do projeto de investigação supracitado, *EWV - Visões Cruzadas dos Mundos*);
- *O ANO DO FIM. O FIM DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS: CAUSAS, PROCESSOS, LEGADOS*, conferência internacional, organizada por António Costa Pinto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e Miguel Bandeira Jerónimo (ICS-UL), no ICS-UL, entre 15 e 16 de janeiro de 2015;
- *XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CONLAB)*, 1.º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, que decorreu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), entre 1 e 5 de fevereiro de 2015;
- *Southern Modernisms: critical stances through regional appropriations*, conferência internacional organizada por Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia e Begoña Farré Torras, associada ao Projeto *Modernismos*

*do Sul* (Projecto Exploratório FCT EXPL/CPC-HAT/0191/2013) coordenado por Joana Cunha Leal, realizado na Escola Superior Artística do Porto (ESAP), entre 19 e 21 de fevereiro de 2015;

- *Reabilitação e Re-uso da Arquitetura do Movimento Moderno*, Seminário e Tour do Docomomo Internacional, realizado entre 27 e 28 de março de 2015, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa;
- *40 Anos de Independências: Crescimento ou Desenvolvimento?* Conferência realizada no âmbito dos Programas Gulbenkian Próximo Futuro e Parcerias para o Desenvolvimento, em 9 de maio de 2015, com enfoque nos territórios de Cabo Verde, Angola e Moçambique, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa;
- “Colonial Mimicry and Beyond - A conversation on post-colonial studies with Professor Homi Bhabha (À conversa com Homi Bhabha)”, realizada no ICS-UL, em 16 de abril de 2015;
- “As mutações da colonialidade e a atual (des)ordem mundial”, por Walter D. Mignolo; e “Unidade e diversidade dos movimentos populares no seio do socialismo”, por Samir Amin; palestras integradas no Programa Gulbenkian Próximo Futuro, realizadas 30 de maio de 2015, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa;
- “Enseigner L'Histoire Générale de L'Afrique aux Africains: Pourquoi, Comment?”, conferência proferida por Elikia M'Bokolo, em 5 de junho de 2015, na FCSH-UNL, organizada por Paulo Jorge Fernandes, do Instituto de História Contemporânea (IHC) e Roberta Stumpf, do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM);

- “Cultural exchanges in the aftermath of Empire: re-readings and re-writings in the Portuguese-speaking world”, conferência proferida por Philip Rothwell (Oxford University, Reino Unido), em 17 de julho de 2015, na FCSH-UNL (no âmbito de *II CHAM International Conference “Knowledge Transfer and Cultural Exchanges”*, realizada na FCSH-UNL, entre 15 e 18 de julho de 2015).

Na contextualização do tema, dentro de um âmbito mais abrangente das transformações políticas, sociais e económicas de Moçambique, são de referir os volumes *História de Moçambique*, pelo Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane (DHUEM), sob a responsabilidade de David Hedges (vol. II) em 1999 e de Carlos Serra (vol. I) revisto e reeditado em 2000 e o incontornável *História de Moçambique*, por Malyn Newitt, tradução portuguesa editada em 1997. Para o contexto africano ao longo dos séculos XIX e XX, refiro os volumes *África Negra: História e Civilizações* por Elikia M’Bokolo, editados em 2003 e 2007 e *História Geral da África* vol. VII por Albert Adu Boahen e vol. VIII por Ali Mazrui e Christophe Wondji, editados em 2010, pela UNESCO.

Sobre as especificidades urbanísticas, sociais e políticas das cidades pós-coloniais africanas, *African cities: Alternative visions of urban theory and practice* por Garth Myers, editado em 2011, e *Capital Cities in Africa: Power and Powerlessness* por Simon Bekker e Goran Therborn (eds.), editado em 2012. Sobre Lourenço Marques, existem ainda algumas obras datadas sobre a sua história económica e social e sobre os seus edifícios, importantes para o conhecimento do desenvolvimento físico da urbe, que merecem atenção, a vasta produção de Alexandre Lobato (1961, 1970b), de Alfredo Pereira de Lima (1969), de Maria Clara Mendes (tese de doutoramento apresentada em 1980 e publicada em 1985) e a “Lista Bibliográfica” publicada no *Arquivo, Boletim*



*Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, em 1987 (2) (suplemento).

### **Restauro**

Na aproximação à disciplina de restauro julgo pertinente referir alguns poucos trabalhos, uma vez que a bibliografia neste campo é extremamente vasta e atual. Utilizei sobretudo referências italianas para a teoria, e bibliografia portuguesa para o enquadramento do argumento no contexto nacional.

Para o resumo alargado das origens, da evolução e da fundação da disciplina continua a ser fundamental a síntese de Giovanni Carbonara, *Avvicinamento al restauro* (1997). O trabalho deste autor tornou-se referência, para os cultores da matéria, no *Trattato di Restauro Architettonico*, 12 vols. (1996; 2004a; 2007a; 2008). Para uma breve síntese das conformações atuais da disciplina na Europa veja-se “Un panorama europeo del restauro oggi” (Fiorani, 2007: 51-106).

Sobre a evolução do tema em Portugal e as suas orientações mais recentes, existe também uma vasta bibliografia. Para além dos textos publicados pelo IPPAR (1993) e DGEMN (1999), saliento duas obras: *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)* (Tomé, 2002) com um estado da arte exaustivo da produção académica portuguesa no campo do restauro e do património arquitetónico, e uma ampla investigação sobre mentores, orientações e intervenções no património arquitetónico (monumentos e conjuntos) no Norte do País (ao longo de grande parte do século XX), bem como, o confronto com a situação europeia contemporânea; e *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010* (Custódio, 2010) com a evolução dos critérios de intervenção durante a I República, o Estado Novo e nas

últimas décadas em Portugal e nas antigas colónias/ províncias ultramarinas portuguesas.

Salientou-se já na década de 1950, mas sobretudo a partir dos anos de 1990, a ação da Fundação Calouste Gulbenkian no património português no mundo (no estudo e na promoção de obras de conservação) que culminou recentemente “com a realização de um levantamento global, abrangente e sistemático, a nível global, em texto e imagem, [...] designado “Património de Origem Portuguesa no Mundo/ Arquitectura e Urbanismo”, sob a direção de José Mattoso [...]” (Custódio, 2010: 363), 4 vols. (Mattoso 2010-2011) e o portal interativo <http://www.hpip.org>.

Para o entendimento dos processos de conservação e do património noutras lugares do mundo saliento uma compilação de textos que partem de diversas latitudes, com uma visão crítica e pertinente sobre questões atuais de conservação e restauro de arquitetura contemporânea (confronto moderno/antigo; cartas de património, recomendações e documentos internacionais, etc.) em Carbonara, 2007c; Jokilehto, 2007; Salvo, 2007a; Köhl, 2007; Bellini, 2010; Moreira, 2010. Para o território de Moçambique servi-me incondicionalmente da tese de doutoramento em “Riqualificazione e Recupero Insediativo” de Maurizio Berti (2009), *Conservazione del patrimonio architettonico di pietra corallina. Conoscenza, restauro e fruizione*, com múltiplos exemplos de intervenção conservativa no património edificado na Ilha de Moçambique e no Ibo. As questões abordadas interessam o património material moçambicano do período colonial mais recente, ainda que enfermo de outra interpretação/aceitação, processos construtivos, materiais, usos e patologias da construção distintos (daqueles de períodos precedentes).

## **Metodologia**

A investigação que esteve na base deste trabalho desenvolveu-se em várias fases. A primeira fase correspondeu à reflexão sobre o “estado da arte” sobre o património edificado dos séculos XIX e XX, incidindo primeiramente nos aspetos históricos, geográficos, políticos, arquitetónicos e de planeamento territorial da colonização portuguesa e, de seguida, na sua conformação em Moçambique (colonial e pós-colonial). Essa pesquisa desenvolveu-se primeiramente ao longo da parte curricular do curso de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa na Universidade de Coimbra (out. 2010 - jul. 2012) e no acompanhamento de parte das reuniões do curso de doutoramento em *Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura* da 'Sapienza' Università di Roma (out. 2010 - out. 2013), nas bibliotecas da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Municipal do Porto, no Centro Português de Fotografia (CPF), nas bibliotecas do *Dipartimento di Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura* e da *Facoltà di Architettura Valle Giulia* da 'Sapienza' Università di Roma e na biblioteca do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), em Roma.

As fontes de que dispus foram de dois tipos: (i) fontes primárias existentes nalguns Fundos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) (Maputo), do Arquivo do Património Cultural (Instituto de investigação Sociocultural) (ARPAC) (Maputo), da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (FAFP-UEM) (Maputo), do Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (CEDH-FAPF-

UEM), da biblioteca do Conselho Municipal de Maputo, da Direcção de Urbanização e Construção do Conselho Municipal de Maputo, da Direcção Municipal de Parques e Jardins do Conselho Municipal de Maputo, do Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) (Maputo) e informações contidas em órgãos de imprensa e em linha; (ii) testemunhos de antigos membros do governo moçambicano (desde o Governo de Transição até ao início da década de 1990, do Ministério das Obras Públicas e Habitação e da Secretaria de Estado do Planeamento Físico) e funcionários da Secretaria de Estado da Cultura, do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, do Gabinete de Conservação da Baixa de Maputo, da Direcção do Património Cultural do Ministério da Cultura, do ARPAC, do Museu Nacional de Arte, do Fundo de Fomento para a Habitação, do AHM, de docentes da FAPF-UEM e da FAPF UniLúrio.

A segunda fase da investigação correspondeu à pesquisa realizada em Moçambique, de forma intercalada ao longo de três anos (set. - nov. 2012; set. - nov. 2013; nov. 2014), no AHM, referente aos planos de urbanização da cidade de Lourenço Marques, aos levantamentos fotográficos da cidade de Lourenço Marques, ao Arquivo da Frelimo, e imprensa local e oficial, nomeadamente nos jornais *Notícias*, *Diário de Moçambique* e *Boletim Oficial*; na Direcção de Urbanização e Construção do Conselho Municipal de Maputo, para os processos de obras de iniciativa privada do período colonial; no Ministério das Obras Públicas e Habitação e na Direcção de Urbanização do antigo Ministério do Trabalho, para processos de obras de iniciativa pública do período colonial; na Direcção de Parques e Jardins do Conselho Municipal de Maputo, para os desenhos e projetos de obras relativas aos parques e jardins da cidade de Maputo; no arquivo do Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico (CEDH-FAPF-UEM), para os trabalhos de investigação sobre o património imóvel de Moçambique, iconografia e planos de

urbanização do período pós-colonial; no Arquivo do Património Cultural (Instituto de investigação Sociocultural) (ARPAC), para os processos da antiga “Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas” (décadas de 1940 até à Independência) e do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (década de 1980); na Direção Nacional do Património Cultural, para a legislação do património e publicações do Ministério da Cultura; e na biblioteca da FAPF-UEM, para os planos de urbanização da cidade de Lourenço Marques. Uma parte da informação recolhida e processada foi conseguida através de entrevistas não estruturadas e conversas informais em Maputo e em Nampula, em Portugal e em Roma, com professores, artistas, antigos funcionários da Secretaria de Estado da Cultura, do Ministério da Cultura, da Direção Nacional de Habitação e do Ministério das Obras Públicas e Habitação da República de Moçambique, o que alargou a compreensão sobre alguns aspetos e alterações da “política de monumentos” e permitiu confrontar informação.

Alternadamente, prossegui com a investigação nos arquivos e bibliotecas nacionais (Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino e Sociedade de Geografia de Lisboa), referente a relatórios e correspondência de governadores-gerais de Moçambique, da repartição de Obras Públicas de Lourenço Marques, iconografia e cartografia e teses de doutoramento com enfoque no património cultural e nas alterações políticas e sociais de Moçambique; para referir os principais e que me possibilitaram o suporte documental.

O cruzamento de fontes orais (entrevistas), escritas e iconográficas permitiu assim, uma perceção da génese da conformação do objeto colonial e pós-colonial, de vários quadros da sua história recente e dos fenómenos de permanência e mudança, levantando novos temas e problemas que a pesquisa procurou colmatar.

# 1 TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANÍSTICO E ARQUITETÓNICO MODERNOS EM CONTEXTO PÓS-COLONIAL: MAPUTO

One of the most powerful myths of the twentieth century was the notion that the elimination of colonial administrations amounted to the decolonization of the world. This led to the myth of a ‘postcolonial’ world. The heterogeneous and multiple global structures put in place over a period of 450 years did not evaporate with the juridical-political decolonization of the periphery over the past 50 years. We continue to live under the same ‘colonial power matrix’. With juridical-political decolonization we moved from a period of ‘global colonialism’ to the current period of ‘global coloniality’. (Ramon Grosfoguel, 2007: 219 *apud* Ndlovu-Gatsheni, 2013: 3)

## 1.1 BREVE CARATERIZAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E POLÍTICAS (1975-2014)

A cidade de Maputo é a capital política, administrativa e económica da República de Moçambique e o centro da Área Metropolitana de Maputo, tradicionalmente a maior concentração urbana do país. Situa-se no extremo Sul do país, na margem ocidental da Baía de Maputo, à latitude 25°54’55 Sul e longitude 32°34’35’’ Oeste, a 120 km da fronteira com a África do Sul e a 80 km da fronteira com a Suazilândia. O Município de Maputo ocupa uma área de 308 km<sup>2</sup>, cerca de 0,05% do território nacional, concentra 5,3% da população do país (1094 315 habitantes, referente a 2007) (*Perfil Estatístico do Município de Maputo*, 2010: 11) e gera entre 19 e 20% do

PIB nacional<sup>15</sup> (*Plano de Estrutura do Município de Maputo* [PEUMM], 2008: vol. I, 110). A maior área do município corresponde à cidade de Maputo, o chamado Centro do município, com cerca de 167 Km<sup>2</sup> (54%), situado na parte continental Norte da Baía, e organizado administrativamente em 5 distritos urbanos. Do Município de Maputo fazem parte outros dois distritos, situados além da Baía, a Catembe (Distrito Municipal de KaTembe) com 94 Km<sup>2</sup> (31%) e a Ilha de Inhaca (Distrito Municipal de KaNyaka) com 47 Km<sup>2</sup> (15%) (PEUMM, 2008: vol. I, 15). A ilha de Xefina está inserida administrativamente no Distrito Municipal de KaMavota, na área Centro do município. Os sete distritos estão, por sua vez, divididos administrativamente em bairros e povoações.

O município caracteriza-se genericamente por duas áreas residenciais distintas: o chamado centro urbanizado<sup>16</sup> (800 ha) corresponde ao Distrito Municipal de KaMpfumo<sup>17</sup>, antigo Distrito Municipal N.º 1 (DM1) (107.530 habitantes, referente a 2007) (PEUMM, 2008: vol. I, 160; *Perfil Estatístico do Município de Maputo*, 2010: 13); e “por uma vasta área que se estende a partir dele, aqui globalmente designada por peri-urbana, com diferentes níveis de urbanização, em função da qualidade e quantidade

---

<sup>15</sup> Os Termos de Referência do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” — (*Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 1), referem que a cidade de Maputo contribui com mais de 40% do Produto Interno Bruto.

<sup>16</sup> O PEUMM (2008: vol. I, 60) inclui no espaço urbanizado da cidade de Maputo, o Bairro do Triunfo e o Bairro do Jardim, situados nos Distritos Municipais de KaMavota e de KaMubukwana, respetivamente. Levando em conta a incidência de serviços, infraestruturas completas e equipamentos de utilidade pública no tradicional centro urbanizado da cidade, considerei apenas essa área.

<sup>17</sup> A Resolução n.º 10/AM/2009, de 25 de novembro, da Assembleia Municipal do Município de Maputo, no seu Art.º 1, revogou as antigas designações toponímicas dos Distritos Municipais n.º 1, n.º 2, n.º 3, n.º 4 e n.º 5. No seu Art.º 2, a Resolução aprovou os seguintes topónimos para os respetivos distritos municipais: o Distrito Municipal n.º 1 passou a Distrito Municipal KaMpfumo; o Distrito Municipal n.º 2 a Distrito Municipal de Chamanculo; o Distrito Municipal n.º 3 a Distrito Municipal de Maxaquene; o Distrito Municipal n.º 4 a Distrito Municipal de Mavota; o Distrito Municipal n.º 5 a Distrito Municipal de Mbukuana. Os Distritos Municipais do Município de Maputo têm atualmente a seguinte nomenclatura: Distrito Municipal KaMpfumo; Distrito Municipal de Nhlamankulu (Chamanculo); Distrito Municipal de KaMaxakeni (Maxaquene); Distrito Municipal KaMavota (Mavota) e Distrito Municipal de KaMabukwana (Mbukuana). Para a delimitação e nomenclatura dos vários bairros, dentro de cada distrito, no período colonial, veja-se Mendes, 1985: 76, 94; para o período sucessivo (a partir de 1978), veja-se Mendes, 1985: 474; PEUMM, 2008: vol. I, 98; *Perfil Estatístico do Município de Maputo*, 2010: 15-19.

de infra-estruturas, de equipamentos básicos e de transportes públicos” (Jorge e Melo, 2014: 57), diferentes usos do solo e graus de precariedade habitacionais. Os Distritos Municipais de KaNyaka (5.216 habitantes) e de KaTembe (19.371 habitantes) são os menos povoados e têm características prevalentemente rurais.

O Distrito Municipal de KaMpfumo, correspondente à chamada “cidade de cimento”, representa cerca de 8% do território municipal (Jorge e Melo, 2014: 57) e situa-se no seu extremo sul, confinante com a parte oeste da Baía de Maputo (Fig. 2). Essa área reúne “os principais equipamentos e serviços públicos bem como grande parte do sistema de mobilidade e acessibilidade organizados” (PEUMM, 2008: vol. I, 160) e gera 71,5 % do volume de negócios das empresas da cidade de Maputo (PEUMM, 2008: vol. I, 116). Fatores históricos, políticos e económicos determinaram a concentração das infraestruturas urbanas, dos equipamentos sociais e culturais e dos serviços na “cidade de cimento”.

No período recente, várias mudanças de tipo direto e induzido explicam, em parte, o desenvolvimento da cidade. Entre 1980 e 1991, verificou-se um aumento acentuado da população na cidade de Maputo, associado à migração Rural-Urbano devida à situação de guerra (PEUMM, 2008: vol. I, 99-100). No período seguinte registou-se um abrandamento no ritmo de crescimento populacional e uma migração interna para as áreas residenciais periféricas. Os Distritos de KaMpfumo, Nhlamankulu e KaMaxakeni (antigos DM1, DM2 e DM3, respetivamente) perderam parte dos seus habitantes para os Distritos Municipais de KaMavota e de KaMabukwana (antigos DM 4 e DM5, respetivamente) e para o Município da Matola (PEUMM, 2008: vol. I, 96). O censo de 2007 indica que os Distritos Municipais de KaMaxakeni, KaMavota e KaMabukwana, que englobam o maior número de bairros periféricos, recebem cerca de 74% da população do município (222.756; 293.361; 290.696 habitantes,



respetivamente) e que os Distritos Municipais de KaMpfumo e Nhlamankulu concentram apenas 9,7% (107.530 habitantes) e 14% (155.385 habitantes) respetivamente (PEUMM, 2008: vol. I, 96; *Perfil Estatístico do Município de Maputo*, 2010: 13). A cidade vem atravessando um processo de intra-valorização económico-espacial que tem forçado a deslocação de uma parte significativa da população urbana para os bairros periféricos ou áreas vizinhas do Município da Matola (antiga Vila Salazar) e para o Distrito de Marracuene (antiga Vila Luísa) (PEUMM, 2008: vol. I, 107). A expressão “deslocação forçada” justifica-se “justamente pelo facto de a maior parte dos indivíduos que migra, ainda ter o centro como local de trabalho e/ou de estudo (incluindo a demanda por outros serviços de carácter administrativo, etc.)” (PEUMM, 2008: vol. I, 107).

Tabela 1 — Crescimento populacional da cidade de Maputo entre 1970 e 2007. Dados disponíveis em Raposo, Jorge, Melo e Viegas, 2012: 191 e em “Perfil Estatístico do Município de Maputo”, 2010: 12\*.

	1970	1980	1997	2007
Maputo	378.348	539.394	966.837	1.095.315*

Tabela 2 — Crescimento populacional da cidade de Maputo segundo a zona de residência (1970-1991). Fonte: Dados disponíveis em CEDH, 2006: 16 (com base nos censos da população de 1970 e 1980 e na avaliação da população da Direção Nacional de Estatística (DNE)).

Anos	“Cimento” (%)	Subúrbios
1970	26,8	73,2
1980	24,3	75,7
1991	18,1	81,9

Segundo as estatísticas, o Distrito Municipal de KaMpfumo, à semelhança do que se verificou no período colonial, continua sendo o centro cultural, recreativo e

comercial da cidade, reunindo o maior número de equipamentos de utilidade pública, sedes de empresas e repartições públicas e de sequência, uma maior concentração de postos de trabalho (PEUMM, 2008: vol. I, 107; *Perfil Estatístico do Município de Maputo*, 2010: 30 ss.). Esta organização espacial, que se traduz na fixação das classes com maior poder de compra, nível de escolaridade e um estilo de vida mais ocidentalizado no território urbanizado, resulta numa forte migração pendular entre os bairros periféricos de maior concentração residencial (extensão dos bairros periféricos nos Distritos Municipais de KaMavota e KaMabukwana, Matola e Marracuene) e as áreas centrais, nos horários de expediente, com a maior procura do Distrito Municipal de KaMpfumo (PEUMM, 2008: vol. I, 107-108).

A chamada “cidade de cimento” desenvolveu-se a partir do assentamento fundacional de Lourenço Marques, situado na atual Baixa de Maputo, que constitui o seu CBD. O núcleo fundacional da cidade corresponde à “zona antiga” — protegida legalmente como conjunto pela Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro —, que conserva a estrutura urbana primitiva e uma presença arquitetónica que interessa conhecer, divulgar e valorizar. Consolidada durante o período colonial, a estrutura urbana da “cidade de cimento” caracteriza-se por uma matriz regular, composta por largas avenidas arborizadas, delimitada em parte pelo arco da Circunvalação, antigo limite urbano da cidade (do século XIX e parte do século XX) e pela última expansão, sob a Administração colonial, dos bairros europeus e seus equipamentos, ao longo da faixa costeira na parte noroeste da Baía.



### 1.1.1 Antecedentes

A afirmação de Lourenço Marques no conjunto dos assentamentos urbanos da vasta língua de costa de Moçambique, a partir de finais do século XIX, explica-se sobretudo pela proximidade desafiante da África do Sul, foco de grande desenvolvimento tecnológico e demográfico, graças à descoberta de grandes depósitos de minérios, primeiro de carvão e de seguida de ouro e diamantes<sup>18</sup>. Esse desenvolvimento, exigiu a criação de infraestruturas de comunicação, com vista ao trânsito de bens e de mão-de-obra, de e para os portos de mar mais próximos, privilegiando a proximidade geográfica da Baía de Lourenço Marques como seu porto natural<sup>19</sup>.

A fronteira do distrito de Lourenço Marques com o Transval foi logo delineada pela linha de cumeeira dos montes Libombos<sup>20</sup> (Tratado de 27 de agosto de 1869)

---

<sup>18</sup> Por volta de 1870 foram descobertos diamantes na zona da atual cidade de Kimberley, seguindo-se, cerca de uma década mais tarde, importantes filões auríferos no Transvaal (Witwatersrand) (Cabaço, 2007: 76 nota 20). O desenvolvimento acelerado da indústria mineira exigiu uma força de mão de obra de centenas de milhares de trabalhadores, transformando a configuração económica e social (e a seu tempo geopolítica) do país. De uma política externa direcionada à contenção das repúblicas *boers*, a Grã-Bretanha procurou o domínio das regiões mineiras, o que se traduziu na guerra *anglo-boer* no final do século XIX (Cabaço, 2007: 76 nota 20) e na anexação do Transvaal. A importante produção e acumulação de riqueza da indústria mineira esteve na base de um processo de industrialização único no continente, foco de um fluxo migratório (com origem sobretudo na Europa) com grande impacto na região. Sobre este assunto, veja-se Mendes, 1985: 25, 295; Liesegang, 1987: 22, 34; Oliveira Marques, 1998: 210-211; Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 90-91, 174-175, 191-192; Morais, 2001: 35-37.

<sup>19</sup> Para além de pesados investimentos, a indústria mineira requeria um fornecimento constante de mão de obra barata. Os interesses mineiros intervieram ativamente na política do Estado para garantirem uma força de trabalho barata e controlada e desta forma, uma rápida acumulação de capital (First, 1977: I.3-I.4). Moçambique, pela proximidade geográfica e fraco desenvolvimento da própria indústria, constituiu-se numa área chave de fornecimento de mão de obra às minas da África do Sul. O Estado português acordou na venda da força de trabalho (indígena) em troca de uma constante fonte de receitas em ouro e assistência na construção e manutenção das infraestruturas do território moçambicano. Sobre este assunto, veja-se First, 1977: I. 3 ss.; Liesegang, 1987: 33, 56; Covane, 1987: 80 ss.; Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 296.

<sup>20</sup> Sobre o Transval, veja-se Noronha, 1939: 25-60; Viana, 2008: 132 nota 1. Sobre as relações entre Lourenço Marques e o Transval a partir de meados do século XIX, veja-se Mendes, 1985: 294 ss.; Covane, 1987: 76-77.

A fronteira com o Transval foi a primeira tentativa de delimitação geopolítica do território de Moçambique. A comissão conjunta portuguesa e da República Sul Africana produziu um espólio considerável de levantamentos e registos (traçado final da fronteira a partir da campanha de 1890, retificada em 1929), levados a cabo, sobretudo, no âmbito do traçado da ligação ferroviária Lourenço Marques-Pretória (Roque, 2011: 7).

Com a corrida europeia para África, sobretudo no último quartel de oitocentos, ratificada pela Conferência de Berlim (1884-1885), o governo português, ameaçados os seus alegados “direitos

(Machado, 1881: 95; Carmona, 1956b: 32 ss.; Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 174; Roque, 2012: 5), iniciando-se de imediato conversações para o estabelecimento de uma ligação terrestre entre as duas regiões. Primeiro, por meio de uma estrada carreteira (em 1871, muito pouco eficiente) (Machado, 1881: 86; Liesegang, 1987: 19) e de seguida, por caminho de ferro, com os primeiros estudos de Richard Thomas Hall (1825-1889), pela República Sul-Africana, em 1875, e os estudos portugueses, a partir de 1878<sup>21</sup> (Machado, 1881: 94-95; Morais, 2001: 32, 35, 72; Pereira, 2013: 46-47).

Richard Thomas Hall, enviado a Lourenço Marques pela República Transvaliana para proceder ao reconhecimento do “país”, com vista ao traçado da ligação férrea “que, partindo de Lourenço Marques, tivesse por *terminus* o ponto mais conveniente do districto de New-Scotland” (Machado, 1881: 95), realizou também, a pedido do governo de Lourenço Marques, na pessoa do governador Augusto de Castilho (1873-1879), o (primeiro) levantamento topográfico da vila (1876). Do mesmo ano, o “PLANO do projectado esgoto e aterro do PANTANO DE Lourenço Marques por S. T. HALL Dezembro 1876. Cópia de Augusto de Castilho” (Fig. 7), mostra a conhecida

---

históricos”, viu-se obrigado a negociar os limites da “zona de influência” de Moçambique e à ocupação efetiva do território (Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 127, 182; Rosas, 1998: 128-131). O interesse pelos territórios africanos, deu azo a uma série de campanhas militares e expedições de carácter científico (Lobato, 1971: 15-16; Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 114-117; Oliveira Marques, 1998: 170-171; M'Bokolo, 2007: 273-274; Fernandes, 2010: 498) que atuaram na definição das fronteiras de Moçambique e no registo cartográfico e fotográfico alargado do território. A reorganização administrativa da Província desenrolou-se até às primeiras décadas do século XX.

<sup>21</sup> A Portaria n.º 144, de 10 de agosto de 1878, do Ministério da Marinha e Ultramar, encarregou a Direção de Obras Públicas da Província de Moçambique do estudo de um caminho de ferro, de via reduzida, entre Lourenço Marques e a fronteira do Transval (Machado, 1881: 94). Iniciada a construção em 18 de maio de 1886 (pelo governo português), a ligação Lourenço Marques-Pretória foi inaugurada oficialmente, em Lourenço Marques, juntamente com a primitiva Estação do Caminho de Ferro (situada do lado sul do Largo da Estação), em 18 de julho de 1895, por Paul Kruger, à época presidente do Transval (Lima, 1971, vol. I: 193-194; Lemos, 1987: 17 nota 65; Mendes, 1985: 295; Morais, 2001: 72). Para o traçado da linha, veja-se “Chemin de fer de Lourenço Marques á Pretoria: Directrice général et profil en long du tracé étudié de 1882 a 1884/ par J. Machado, major du génie portugais”, escala 1:400000, 1885, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa (BNP cota Cartografia C.C. 429//2 A); “Planta de parte do traçado do caminho de ferro de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal construída desde 2 de Junho a 30 de Setembro de 1886”, escala 1:10 000, 1886 (SGL cota 3-g-12); e “Esboço da Carta do Districto de Lourenço Marques dedicada ao Sr. Capitão Tenente da Armada JOÃO DO CANTO E CASTRO DA SILVA ANTUNES [...]”, escala 1 : 250 000, 1894, Lisboa : Comissão de Cartografia, (SGL cota 7-D-21).

proposta de uma nova povoação, de matriz ortogonal, apoiada no eixo estruturante da Estrada do Transval. Segundo alguns autores<sup>22</sup>, Thomas Hall delineou ainda, um plano de urbanização, com data de 1878, que compreendia o “Projecto de melhoramentos na povoação antiga e porto”, o “Projecto de esgôto do pantano”, e a “Planta da nova povoação” no Alto da Maxaquene, sob a forma de um hexágono regular (Fig. 18). Do mesmo período, conhece-se a planta, feita em Pretória, de F. Jeppe (elaborada a partir de informações de Ignacio José de Paiva Raposo) (“*Alguns Mapas Históricos da Cidade*”, 1987: 168), de uma “New Township”, no Alto Maé, junto à Estrada do Transval (*Map of the Transvaal and the surrounding territories*, Pretoria, 1878)<sup>23</sup>, com um traçado regulador, em quadrícula, com referente na planta de S.T. Hall de 1876. Na planta de S.T. Hall, no entanto, a proposta de traçado do caminho de ferro contorna a vila, ao longo da linha do sopé da encosta adjacente, com a “Estação do caminho de ferro” colocada junto à “Estrada macadamizada” que saía da velha cerca de Lourenço Marques para o Lindemburgo (Fig. 7)<sup>24</sup>. Já no desenho de Jeppe, o traçado da linha do caminho de ferro seguia a orla ribeirinha, como veio efetivamente a concretizar-se.

Tanto as gravuras publicadas por Augusto de Castilho em 1880 (Castilho 1880), a imagem de 1884 (Silveira, s.d.: vol. II, est. 392) (Fernandes, 2010: 554), o álbum comemorativo da inauguração do primeiro troço do caminho de ferro de 1887 (Fowler, 1887), como a rica coleção iconográfica do AHM, referente à Coleção da

<sup>22</sup> Veja-se, Lima, 1968: 48; *Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. VI, Peça 41; Morais, 2001: 75, 220 nota 43.

<sup>23</sup> Veja-se a inserção “Plan of Lourenço Marques (Delagoa Bay)”, no *Map of the Transvaal and the surrounding territories. Compiled from all the available official and private information and the latest observations and exploring routes of C. Mauch, E. Mohr, A. HÅbner, T. Baines, S. V. Erskine, Capt. Elton, Col. Colley, Capt. Bawden, R. T. Hall, Dr E. Cohen &c. combined with his own observations during fifteen years residence in the country by F. Jeppe, F.R.G.S. Pretoria, 1878. Scale 1: 1.850,000*. Disponível em: <http://www.geographicus.com/P/AntiqueMap/Transvaal-jeppe-1878> [consult. 2 nov. 2014]. Veja-se também Morais, 2001: 75-76; Corvaja, 2003: 45.

<sup>24</sup> Joaquim Machado fez uma proposta símile, veja-se “PLANTA/ de parte do traçado doe Caminho de Ferro/ de/ Lourenço Marques à fronteira do Transwal construída/ desde/ 2 de junho a 30 de setembro de 1886/ Esc. 1:10.000; levantada por R. Marques” (SGL cota 3-g-12), publicada em Morais, 2001: 72-73. No desenho constam o traçado proposto pelo major de engenharia Joaquim José Machado (a negro), contornando a povoação pelo lado da terra firme e o traçado efetivamente realizado (a vermelho), sobre a zona ribeirinha.

Câmara Municipal de Lourenço Marques — “Panoramas da Cidade Antiga” (a partir de 1884), “Avenidas, Ruas e Vistas da Cidade Antiga” (a partir de 1890) —, documentam bem os primórdios da vila de Lourenço Marques, os seus principais edifícios, espaços urbanos e as obras mais significativas em curso à época.

O Tratado de 1876 celebrado com o Transval para assegurar relações já estabelecidas, comprometia o governo português a empreender obras de maior importância na Província de Moçambique, para o que preparou e para lá enviou uma expedição de obras públicas em 1877<sup>25</sup>. De sequência, formaram-se três secções de Obras Públicas na Província (1.<sup>a</sup> Moçambique, 2.<sup>a</sup> Quelimane, 3.<sup>a</sup> Lourenço Marques), supervisionadas por um diretor-geral, primeiramente, o major d'engenheiros Joaquim José Machado (1847-1925) (Machado, 1879; Alberto, 1907: 178; Morais, 2001: 32) e de seguida, pelo também major d'engenheiros António José de Araújo.

Cerca de um mês após a chegada da expedição a Lourenço Marques, o governo britânico anexava a República Sul-Africana às suas possessões<sup>26</sup> (Liesegang, 1987: 19-20; Morais, 2001: 72; Pereira, 2013: 46). A alteração profunda na conformação geopolítica sul-africana nos anos seguintes obrigou sucessivamente à reformulação dos acordos estabelecidos e do traçado da linha do caminho de ferro entre Lourenço Marques e Pretória (Machado, 1881: 87; Carmona, 1956a: 63; 1956b: 35-37; Lima,

---

<sup>25</sup> Sobre a constituição deste corpo expedicionário, veja-se Lima, 1968: 39; Morais, 2001: 69 e 218 nota 2; Alberto, 1907: 178; Capela, 1998: 266-267.

A Direção de Obras Públicas, no reino, ficou inicialmente sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, criado pela Regeneração/Fontes Pereira de Melo, por decreto de 30 de agosto de 1852 (Oliveira Marques, 1998: 124; Morais, 2001: 29; Pereira, 2011: 2), no seguimento de uma política de fomento de obras públicas e desenvolvimento do caminho de ferro. Política assegurada sucessivamente por João de Andrade Corvo (1824-1890), nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros em 13 de setembro de 1871 e de seguida, acumulando a pasta da Marinha e Ultramar (Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 104-108; Morais, 2001: 44; Pereira, 2013: 45-46) e, por conseguinte, responsável pelo envio de expedições de obras públicas para as “possessões portuguesas” de Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé. No final do século XIX, as Obras Públicas nas províncias ultramarinas estavam sob a alçada do Ministério das Obras Públicas e Caminhos de Ferro Ultramarinos (Morais, 2001: 211 nota 26).

<sup>26</sup> Para uma análise do conflito anglo-boer e suas consequências no complexo mapa político, demográfico e étnico da África do Sul, veja-se M'Bokolo, 2007: 259 ss.; sobre o desenvolvimento de movimentos contemporâneos, consequência indireta da penetração europeia, na reestruturação das sociedades bantus com impacte direto no território de Moçambique, veja-se M'Bokolo, 2007: 265-266.

1974: 155-162; Morais, 2001: 71-72), num processo longo e pleno de atribuições. No início de 1890, foi estabelecida a ligação férrea de Lourenço Marques à fronteira, em Ressano Garcia (Lima, 1971, vol. I: 94-115; Mendes, 1985: 295; Liesegang, 1987: 20, 56). O serviço regular de comboio entre Lourenço Marques e Pretória foi iniciado em 1 de janeiro de 1895 (Lemos, 1987: 17 nota 65).

No que toca à obras previstas pela expedição de Obras Públicas na vila, foi possível, utilizando as palavras de João Morais, “[c]om acesso a novos recursos, materiais e técnicos, [...] erguer [...] um conjunto de edifícios, ainda que estes fossem de carácter provisório, construídos à base de modelos pré-fabricados, em madeira e metal”, de forma a responder às necessidades mais urgentes de funcionamento da orgânica do sector público (Morais, 2001: 79). De entre esses, salientavam-se, ao longo da Avenida D. Carlos (a antiga Rua da Linha), os edifícios das Repartições de Obras Públicas<sup>27</sup>, Imprensa e Correios (em madeira e zinco) e a Cadeia Civil (já em alvenaria, de pedra proveniente da demolição da linha de defesa)<sup>28</sup>.



3



4

Figura 3: “Edifício destinado à Imprensa do Governo”, Lourenço Marques, 1889-91, Manoel Romão Pereira, IICT/AHU doc. N.º 5051. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6339> [consult. 21 jul. 2014].

Figura 4: Cadeia Civil e edifício destinado à Imprensa do Governo, Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.], IICT/AHU doc. N.º 5552. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7142> [consult. 21 jul. 2014].

<sup>27</sup> Os desenhos do projeto de arquitetura datam de 25 de agosto de 1888 e vêm assinados pelo diretor das Obras Públicas, António José de Araújo. A memória descritiva e os desenhos encontram-se anexados ao Ofício n.º 377, de 31 de agosto de 1888, Obras Públicas de Lourenço Marques, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L).

<sup>28</sup> Informação presente no capítulo “Construção d’uma cadeia civil”, do “Mappa dos trabalhos executados no mez de janeiro de 1888, Obras Publicas da Provincia de Moçambique”, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888). Para o projeto, veja-se “Projecto e Orçamento/ da Construção/ de uma/ Cadeia Civil/ e/ Estação de Policia/ Reis - 26:980\$000/ Lourenço Marques 27 de Outubro de 1887”, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).





Figura 5: “Avenida D. Carlos”, [s.d.], J.M. Lazarus, IICT/AHU doc. N.º 5983. Na última década do século XIX, a cargo das Obras Públicas, foram plantados eucaliptos ao longo das novas avenidas e nas zonas alagadas em redor das áreas habitadas (pelos colonos).

Por essa altura, a pequena povoação de Lourenço Marques — elevada a vila em 19 de dezembro de 1876, por decreto real<sup>29</sup> de D. Luís I (1838-1889), e regime municipal, por portaria do Governo Geral n.º 205, de 27 de agosto de 1877 (Santos, 1943: 45; Liesegang, 1987: 19) —, conformava-se à linha de defesa, concluída em 1867<sup>30</sup> (Paiva Manso, 1870; Silva, 1945: 25; Morais, 2001: 61), estremada pela existência de terras alagadas em redor. Fora da povoação, na encosta adjacente, contavam-se “muitas povoações dispersas compostas, cada uma, por poucas palhotas”<sup>31</sup> (Liesegang, 1987: 66 nota 104). O *plateau*, que conforma grande parte da cidade de Maputo, possuía uma vegetação natural de floresta aberta, as encostas ou barreiras que o contornam estavam cobertas por uma densa floresta dunar (apenas uma pequena parte desses taludes apresenta, atualmente, vegetação arbórea seminatural) e nas zonas baixas, compostas por formações pantanosas, havia mangais nas áreas banhadas pelas marés e vegetação hidrófila onde o lençol freático estava perto da superfície (PEUMM, 2008: vol. I, 40).

<sup>29</sup> Para o decreto, veja-se *Moçambique: Documentário Trimestral*, 1937: (12), 121.

<sup>30</sup> Para o traçado da linha, veja-se Lobato 1970b: s.p., imagem 169.

<sup>31</sup> Sobre essas povoações dispersas veja-se o relato de Emily Fernandes da Piedade em Lima, 1966a: 90-91. Veja-se também, a descrição do *Kraal* do régulo Maxaquene, nas últimas décadas do século XIX em Lima, 1966a: 121-122.

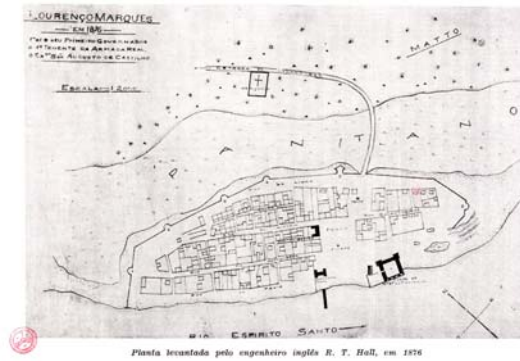


Figura 6: Levantamento da povoação de Lourenço Marques, pelo engenheiro Richard Thomas Hall, 1876<sup>32</sup>. Fonte: Lima, 1968: s.p. Estão assinaladas a Fortaleza, a Alfândega e a ponte (dispostas ao longo da linha de água) e no canto norte da Praça da Picota, a Casa do Governador/ Casa Amarela. Na encosta, junto à Estrada de Lindemburgo, ficava o cemitério. Os pontos assinalados ao longo da encosta, além do pântano, representam “palhotas”.



Figura 7: Extrato do “PLANO/ do/ projectado esgoto e aterro/ do/ PANTANO/ DE/ Lourenço Marques/ por/ S. T. HALL/ Dezembro 1876<sup>33</sup>./ Cópia de/ Augusto de Castilho. Escalla do Plano e secção/ Horizontal 200 pés = 1 poleg.<sup>a</sup>/ vertical 10 pés = 1 poleg.<sup>a</sup>” (AHM, cota D1.03/2021).

O Plano compreende o projeto do esgoto e de aterro do baixo Maé (a noroeste do presídio) e de uma nova povoação, ao longo da “Estrada de Lydemburgo”. A jusante da nova povoação, aparece a legenda “BUENOS AYRES, BAIRRO NOVO, MUITO POPULOSO”. Ao longo do sopé da encosta, a partir da estrada que saía da povoação, seguia o traçado do caminho de ferro (proposta). Toda essa encosta aparece assinalada por “Maxambas”<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> Por essa altura, a linha de defesa tinha quatro baluartes (concluídos). Segundo Morais, os restantes dois, que aparecem nos registos cartográficos de 1876, “correspondem a obras de melhoramentos que nunca pararam” (Morais *et al.*, 2012: 16). No sentido de poente para nascente, denominavam-se: “31 de Julho”, “S. Pedro”, “S. António”, “Da Linha”, “S. João” e “Do 14”. Junto ao Baluarte de S. João, saía a Estrada para o Lindemburgo.

<sup>33</sup> Pereira de Lima refere que, a Stuart Hall “se ficou devendo o estudo mais completo que conhecemos, datado de 1876, para o saneamento de Lourenço Marques. Propunha a abertura, no pântano, de um canal interior junto à base da encosta sobranceira à povoação, o qual serviria não só para o dessecamento do mesmo pântano, mas também para o serviço marítimo de uma nova cidade projetada nas alturas de Mavilene, junto à Estrada para Lindemburgo, no topo portanto da colina do Machaquene. A esse alto também chamavam de Alto de Buenos Ayres ou Bairro Alto” (Lima, 1969: s.p.).

<sup>34</sup> Liesegang refere que, “[a]té cerca de 1870, as terras das encostas do Alto de Maxaquene e de Nwayeye (Mahé) estavam cobertas de machambas” (Liesegang, 1987: 40). Em Moçambique, *machamba* significa terreno de cultivo, plantação ou horta, geralmente associado à produção familiar.

A ligação à terra firme (à Estrada de Lindemburgo e sucessivamente, à da Ponta Vermelha)<sup>35</sup> fazia-se por simples carreiros estreitos de pé posto, substituídos posteriormente pelas novas Avenidas Central/ Manuel de Arriaga/ Karl Marx e Augusto de Aguiar/ D. Luís/ Samora Machel, delineadas no terreno a partir de 1887.



Figura 8: “Plan of L. Marques. – Escala de 1 / 2.000 metros. – [Moçambique] : [s.n.], [ca. 1887]”, AHU (CART m\_064\_D.582). Assinala os projetos de expansão da Praça 7 de Março sobre a frente ribeirinha, de uma nova ponte de desembarque a eixo da Praça e da linha do caminho de ferro (sobre a linha de água). Imagem publicada em Corvaja, 2003: 49.

Figura 9: “[Lourenço Marques]. – Escala de 1/ 2.000. – [Moçambique] : [s.n.], [ca. 1887]”, AHU (CART m\_064\_D.627). O esquema identifica os novos hangares da Alfândega, a linha do caminho de ferro (sobre a linha de água) e o projeto de uma doca a sul da Fortaleza, tal como desenhado no “Projeto de ampliação da Cidade de Lourenço Marques”, de 1887. Junto à doca, em direção à enseada da Maxaquene, assinalava-se uma faixa de aterro (junto ao flanco sul da Fortaleza) e o necessário muro de suporte (“proposed sea wall”). Imagem publicada em Corvaja, 2003: 49.

O assentamento urbano tinha como elemento primário e estruturante a Fortaleza<sup>36</sup>, com o flanco sul sobre a linha de água. A montante da Fortaleza, desenvolvia-se uma pequena povoação, seguindo paralelamente à linha da costa,

<sup>35</sup> A abertura da estrada de Lourenço Marques à povoação da Ponta Vermelha, pelas Obras Públicas, teve início em 28 de julho de 1877. A estrada foi objeto de trabalhos de reparação continuados ao longo dos anos seguintes e a sua macadamização decorria no início década de 90 do século XIX. Cf. Capítulo respetivo dos “mappas das despesas feitas com as obras publicas [...], relativos aos primeiros seis mezes do anno economico corrente”, anexos ao Ofício n.º 18, de 20 de junho de 1879, Direcção Geral das Obras Públicas da Província de Moçambique, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx. 1379/1L\_1886-1888); “Mappa das quantias despendidas e trabalhos executados na Secção de Lourenço Marques no 2.º Semestre de 1893-1894, Mappa n.º 9” e “Mappa demonstrativo da despesa geral effetuada n’esta Secção durante o anno economico de 1893 a 1894, Mappa n.º 12”, Direcção das Obras Publicas da Provincia de Moçambique, 23 de janeiro de 1893, *Relatórios das Obras Públicas Anno económico de 1893-1894*, AHU (2510\_IB\_SEMU\_DGFTO\_MÇ\_1892\_1901). Veja-se também, Machado, 1881: 32, 45.

<sup>36</sup> Sobre a morfologia urbana da povoação durante o século XIX, veja-se Owen, 1833: 73; Paiva Manso, 1876: 19; Castilho, 1882: 32; Silva, 1945: 23 ss.; Morais, 2001: 65-66. Especificamente sobre a Fortaleza, veja-se Lima, 1966a: 145 ss.; Lobato, 1970b: 75 ss.; Lage e Carrilho, 2010: 28-29.

Encontram-se inúmeros relatos sobre o primitivo estabelecimento, sendo os mais expressivos os dos governadores de Lourenço Marques e membros da sua guarnição militar. A historiografia do século XIX é elucidativa sobre a formação e constituição precária do presídio e suas inúmeras perdas. Veja-se, Andrade, 1790; José António Leite de Barros, 23 de junho de 1826 *apud* Lima, 1968: 39; Visconde de Arriaga, 1882: 9-10 *apud* Lima, 1968: 23-24; Castilho, 1880; Longle, 1887.

“estruturando a direcção dos traçados na sua relação com a Praça da Picota”<sup>37</sup> (Morais, 2001: 67-68). As ruas principais desse núcleo fundacional, eram a Rua da Alegria/ D. Luís I/ Consiglieri Pedroso e a Rua dos Mercadores/ Major A. J. Araújo/ de Bagamoyo, que formavam uma espécie de pequena cidadela de duas ruas, com a praça e o forte, e a cerca envolvente (Fernandes, 2010: 554). Com pequenas adaptações, esse organismo urbano primitivo acompanhou a expansão da cidade do final de oitocentos, constituindo a sua área comercial/ administrativa por excelência e o núcleo estruturante da “cidade nova”, com forte ligação ao porto e ao caminho de ferro, os motores de desenvolvimento de Lourenço Marques.

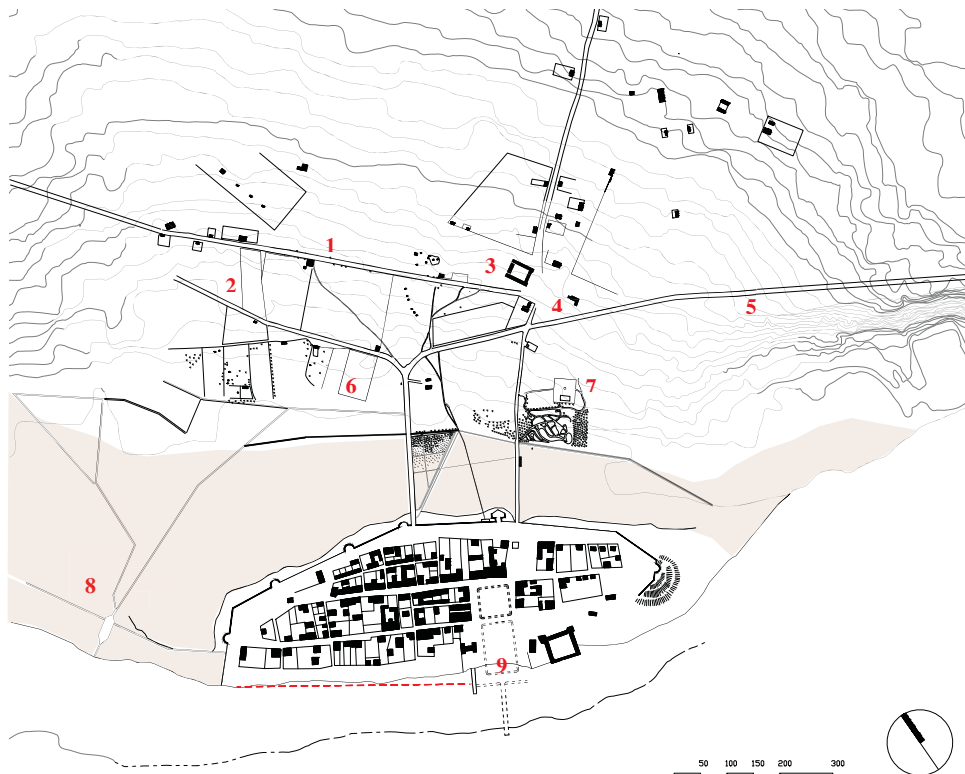


Figura 10: Planta de Lourenço Marques, *ca.* 1887. Fonte: Autora, com base na planta de S.T. Hall de 1876, AHM (D1.03/2021), da planta de 1886, AHM (N.º 1711/D.29/2006) e da “Planta da Avenida António Augusto de Aguiar”, de 1887, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Cx. 1389/1L\_1886\_1888). Assinalam-se a nova Estrada de Lindemburgo (1); a antiga Estrada de Lindemburgo (2); o novo Hospital (3); a Igreja Paroquial (4); a Estrada da Ponta Vermelha (5); o Cemitério de S. Timóteo (6); o Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura (7); o traçado do esgoto do pântano do Maé (8) e o projeto de ampliação da Praça 7 de Março com a nova ponte (9).

<sup>37</sup> A picota (pau a prumo que servia de pelourinho) e o pelourinho (coluna de pedra), eram marcos erigidos em lugar público (largo ou cruzamento) junto aos quais se expunham e castigavam os sentenciados, sujeitos ao escárnio popular. Esse local, tornava-se assim, o espaço público de encontro e de sequência, a “praça” (Corvaia, 2003: 55 nota 11). Veja-se também Morais, 2001: 64-65.

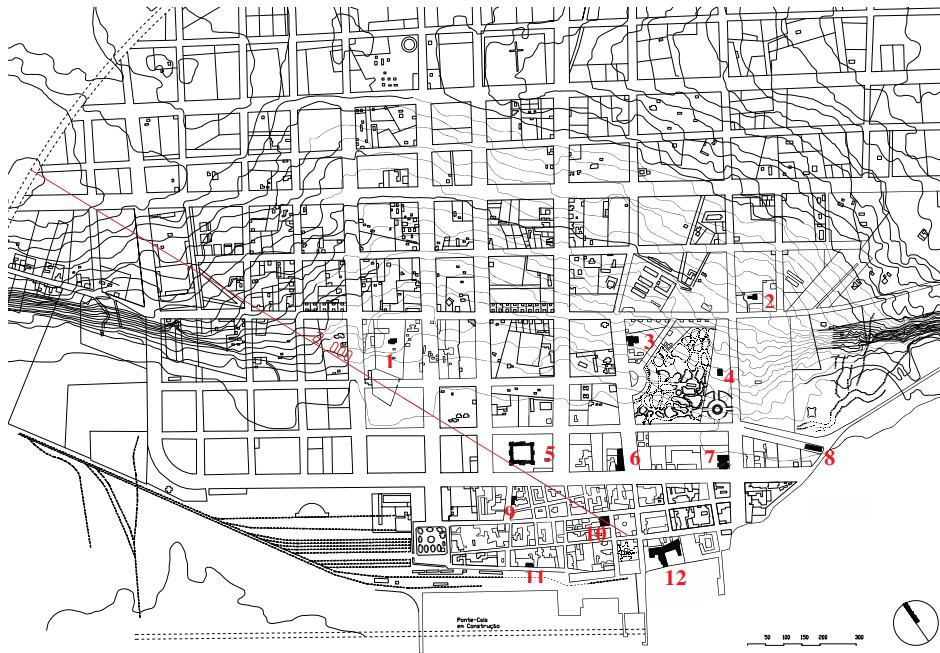


Figura 11: Planta de Lourenço Marques (área central), *ca.* 1903, com o traçado da ampliação do porto. Assinalam-se alguns edifícios permanentes na cidade atual (ainda que com alterações): Instituto Dona Amélia (atual Casa de Ferro, transferida da Repartição de Agrimensura para as imediações do Jardim Vasco da Gama/Tunduru no início da década de 1970) (1); Consulado Britânico (2); Hotel Clube (atual Centro Cultural Franco-Moçambicano) (3); Vila Joia (atual Tribunal Supremo) (4); Mercado Central (5); Prédio Pott (6); Cadeia Civil (atual anexo da Imprensa Nacional) (7); Câmara Municipal (atual Tribunal Administrativo) (8); Mesquita (9); Casa Amarela (10); Casa dos Azulejos (11); Fortaleza (12). Fonte: Autora, com base no “Plano do projectado esgoto e aterro do pantano de Lourenço Marques por S.T. Hall, Dezembro de 1876. Cópia de Augusto de Castilho”, AHM (D1.03/2021), da “Planta de Lourenço Marques levantada em 1886, Escala 1:5000”, AHM (N.º 1711/D.29/2006) e da “Planta da Cidade Lourenço Marques 1903, Escala 1: 5000”, AHM (2014/D.37).

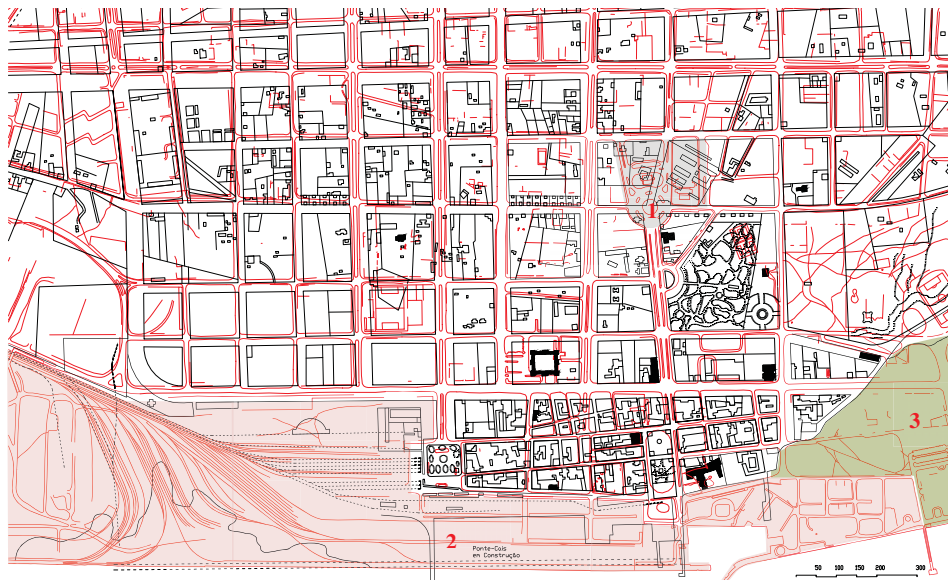


Figura 12: Planta de Lourenço Marques (área central), *ca.* 1903, com a sobreposição do levantamento atual da estrutura viária (a vermelho). Fonte: Autora, com base na “Planta da Cidade Lourenço Marques 1903, Escala 1: 5000”, AHM (2014/D.37) e no levantamento atual (CEDH-FAPF). As alterações de fundo na estrutura urbana, nesta parte da cidade, aconteceram com a construção da Praça Mouzinho de Albuquerque (entre finais da década de 1930 e meados da de 1940) (1); na estrutura ferro-portuária ampliada sucessivamente (2) e no aterro da enseada da Maxaquene (3).

### 1.1.1.1 A representação do espaço “outro”

A disposição do presídio<sup>38</sup> português da Baía da Lagoa — anteriormente denominada “Baía da Boa Paz ou da Boa Morte” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 22) —, ficou registada, em vários levantamentos cartográficos, de onde destaco a carta de Owen — “A Survey/ of/ DELAGOA BAY;/ or/ Lorenzo Marques,/ [...], 1822” (Owen, 1833: vol. I). Esta carta<sup>39</sup>, que serviu de base a inúmeras outras ao longo do século XIX e princípios do século XX (e.g. “Plano da Bahia de Lourenço Marques”, de 1870 (Paiva Manso, 1876: s.p.)), apresenta, na margem norte do “English River” (Port. Rio do Espírito Santo), uma língua de areia com o “Portuguese Fort”. A jusante do Forte, a colina da “P.<sup>t</sup> Reuben”<sup>40</sup> (Ponta Vermelha), que segundo Owen, “forms the northern point of English River, and rises abruptly from the sea to a height of about two hundred feet” (1833: vol. I, 74). Toda a área baixa da Maxaquene, a jusante do presídio, aparecia assinalada com “mud”, o mesmo a montante, na baixa do Maé, e com “sand”, na frente ribeirinha junto ao presídio. Na terra firme, apontava as terras de “MATTOLL”<sup>41</sup>, “MAFOOMO”, onde se situava o presídio português e “MABOTA” (na atual Polana, antiga chefatura Polana).

<sup>38</sup> Segundo Montez, “a palavra presídio é, vulgarmente, mal entendida. Significa a força militar que guarnecia uma fortaleza. Por extensão, designava-se a própria fortaleza, a localidade onde ela se achava e, mais tarde, foi o título de uma jurisdição administrativa” (Montez, 1948: 107 *apud* Lemos, 1987: 15 nota 35).

<sup>39</sup> Aquela a que faço referência, pode ser consultada na Sociedade de Geografia de Lisboa, inserida na obra supracitada do capitão inglês (página não numerada). Encontra-se outra versão no AHU (CARTi\_064\_D.503), “A Plan of the BAR & HARBOUR at the ENTRANCE OF ENGLISH RIVER in Delagoa Bay, levantado em 1822 e publicado em 1827. - Escala de 3 milhas”; e ainda outra, menos abrangente, na BNP (cc-105-p2), “LOURENÇO MARQUES (Bahia)/ Planta levantada ultimamente/(em 1825)/ pelo Capitão Owen da/ Marinha Britânica. - Escala [ca. 1:210000], Lisboa: Lith. R. Nova dos Martyres n.º 12 [ca 1835].”

<sup>40</sup> Sobre as origens holandesas do nome atribuído a este promontório (*Roode Hoek*), veja-se Lima, 1966a: 9; Lobato, 1961: 40-69; Lobato, 1971b: imagem 164.

<sup>41</sup> *Mattol* e *Mafoomo* eram nomes de soberanos das terras situadas a norte da Baía. Segundo Liesegang, nessa área, “existiram, no mesmo período, cerca de seis unidades políticas. Nwamba, no interior, Matola (Matsolo), Mpfumu, Mavota e Mazwaya” (Liesegang, 1987: 29). Sobre as várias alterações nas chefaturas locais, na área onde hoje se encontra a cidade de Maputo, a partir de finais de setecentos, veja-se Lemos, 1987: 7-8, 16 nota 39; Liesegang, 1987: 24-26, 29-33, 57, 62 nota 54; Lobato, 1970b: 80-81; Montez, 1949: 77, 89-90, 120-121. Para um mapa com os “Estados indígenas” em volta da Baía de Maputo, ca. 1850, veja-se Liesegang, 1987: 28.

Segundo Owen, “the tract immediately northward of Mafoomo is called Mabota, as far as the banks of the river King George, or Mannees, while on the west is Mattoll, the southern boundary of which may be considered the Dundas river” (Owen, 1833: vol. I, 74-75). Na área da Polana, apareciam assinaladas várias linhas de construção com a mesma expressão das do presídio de Lourenço Marques, pois, tal como refere Corvaja, a povoação portuguesa “era constituída por palhotas, semelhantes àquelas indígenas, sendo a mafurreira (*Tirchilia emetica Vahl*) e a argila, os principais materiais utilizados para a sua construção” (Corvaja, 2003: 34).

Na representação cartográfica da costa oriental de África, no trato que interessa a Baía da Lagoa, durante grande parte do século XIX e à margem da toponímia oficial portuguesa, continuaram a utilizar-se e a registar-se as denominações originais das terras, retiradas em grande parte dos nomes dos antigos chefes e chefaturas locais (Lemos, 1987: 10). A área onde se desenvolveu Lourenço Marques, continuou a ser chamada MPFUMO, de acordo com o nome da principal chefatura da área a norte e a nordeste da Baía e da dinastia que aí reinava aquando da chegada dos portugueses, no início do século XVI (Lemos, 1987: 10). Essa chefatura, reduzida territorialmente à Zixaxa, foi extinta em 1895 juntamente com o Estado de Gaza<sup>42</sup>, com a derrota do seu último chefe, Nuamantibjane, deportado, juntamente com Negungunhane, para os Açores (Lemos, 1987: 10; Newitt, 2012: 240, 334-340). O chefe Mpfumo Nuamantibjane tinha sido já despojado de parte das terras que lhe estavam subordinadas

---

<sup>42</sup> A partir do início da terceira década de oitocentos, o presídio sofreu ataques propagados pelas invasões vátuas, no contexto alargado do *Mfecane* (período de expansão Zulu na África Austral) (M'Bokolo, 2007: 62-69, 265-266). Foi na sequência desses movimentos guerreiros que se formou e estabeleceu o Estado Nguni de Gaza, com claro domínio numa parte considerável do território de Moçambique até 1895. Só com a derrota do Estado Nguni de Gaza se criaram condições para a submissão das populações locais e para a organização progressiva da administração colonial do *hinterland* (criando-se primeiramente o distrito militar de Gaza, governado por Mouzinho de Albuquerque). Veja-se Lobato, 1961: 100-104, 119 ss.; 1966a: 149; 1970b: 82-85; 1970b: 80-85.

junto à Baía, nomeadamente da Polana, Maé e Maxaquene, ocupadas pelos portugueses (Lemos, 1987: 10, 16 nota 53).

O quadro da representação e identificação do espaço “outro” pelos europeus alterar-se-ia radicalmente com a afirmação colonial, quando, nas palavras de António Enes<sup>43</sup> (1848-1901), “as grandes potências disputa[ra]m umas às outras, arreganhando couraçados, os mais tristes penedos africanos onde pod[ia] cravar-se a lança duma bandeira” (Ennes, 1945: 468, 1.<sup>a</sup> ed. 1898).

#### **1.1.1.2 Do “plano em borrão” ao “projecto de ampliação da cidade”**

O “Plano em borrão” do presídio, realizado por António Pedro Baptista Gonçalves em 1851<sup>44</sup> (Fig. 13), retomava a representação cartográfica de Owen, mostrando esquematicamente a Praça de Nossa Sr.<sup>a</sup> da Conceição — quadrangular com dois baluartes a norte e um terceiro sobre a linha de água —, seguida pela povoação a noroeste, representada por seis linhas paralelas a tracejado. Acrescentava porém, uma linha de defesa externa, na orla do presídio, do lado da terra firme.

Segundo Luís Lage, esta fortaleza tinha um só baluarte até 1828, passando a ter dois a partir de 1864, não se sabendo ao certo a partir de que altura a povoação passou a

---

<sup>43</sup> “Em 1894 cresceram de tal forma as dificuldades em Lourenço Marques, por causa da revolta dos landins, que o ministério reconheceu que naquela crise a província não podia continuar a ser governada pela secretaria do Ultramar e foi nomeado Comissário Régio, investido das mais largas atribuições, o Conselheiro António Ennes” (Mousinho de Albuquerque, 1934: 85, 1.<sup>a</sup> ed 1899). Sobre as revoltas, e a “pacificação” do território a sul do Save, orquestrada por António Enes, veja-se Ennes, 1945: 465-466, 1.<sup>a</sup> ed. 1898; Liesegang, 1987: 37-38, 57; Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 184-193; Newitt, 2012: 335-337. A Enes coube, também, a organização administrativa e legislativa do distrito de Lourenço Marques, com relevo para as providências relativas à delimitação urbana de Lourenço Marques (cf. Ennes, 1896: 55-58), a classificação urbana dos solos do distrito (cf. Ennes, 1896: 60-74), a divisão administrativa das “terras da Coroa” de Lourenço Marques (cf. Ennes, 1896: 211-218), a formação do distrito de Gaza e a nomeação do seu governador, Mouzinho de Albuquerque (Ennes, 1896: 219-223), entre outras.

<sup>44</sup> João de Sousa Morais refere este documento e a sua descrição a partir de um texto de Pereira de Lima: “Aquele que parece ter sido o primeiro levantamento da povoação surge mencionado apenas por Alfredo Pereira de Lima (sem registo cartográfico correspondente). Seria “um plano em borrão” da autoria do tenente António Pedro Baptista Gonçalves, então comandante do presídio, datado de 8 de outubro de 1851” (Morais, 2001: 62). Veja-se também Morais, 2001: 62, 75. O documento foi publicado em Bruschi e Lage, 2005: 22.



ter uma linha de defesa externa, “feita com estacas de mangal, espetadas na orla da povoação, caídas porém aqui e acolá, cobrindo apenas os acessos mais vulneráveis” (Lage, 2006: 8). Depreende-se, que dois dos baluartes da Praça, desenhados no “plano em borrão”, fizessem parte do projeto de edificação, tendo sido concluído sucessivamente somente um deles (a norte). A análise de uma cópia digitalizada do Plano, a preto e branco, presente no arquivo do CEDH-FAPF (não se encontra o original no AHM), permite identificar os vários elementos compositivos do presídio e os “melhoramentos a executar”. De relevar, o “paredão projetado p.<sup>a</sup> cortar a entrada do Mar na Lagoa”, situado no extremo oeste da povoação, junto à assinalada “Linha do preamar das maiores marés”, que prolongado para oeste, encerra o “Pântano de mangal”. O paredão — apontado no plano de Stuart Hall, de 1876 (Fig. 7) — foi concretizado cerca de três décadas mais tarde, servindo de suporte ao assentamento do caminho de ferro para a ligação ao Transval (Soeiro, 1895: 5).

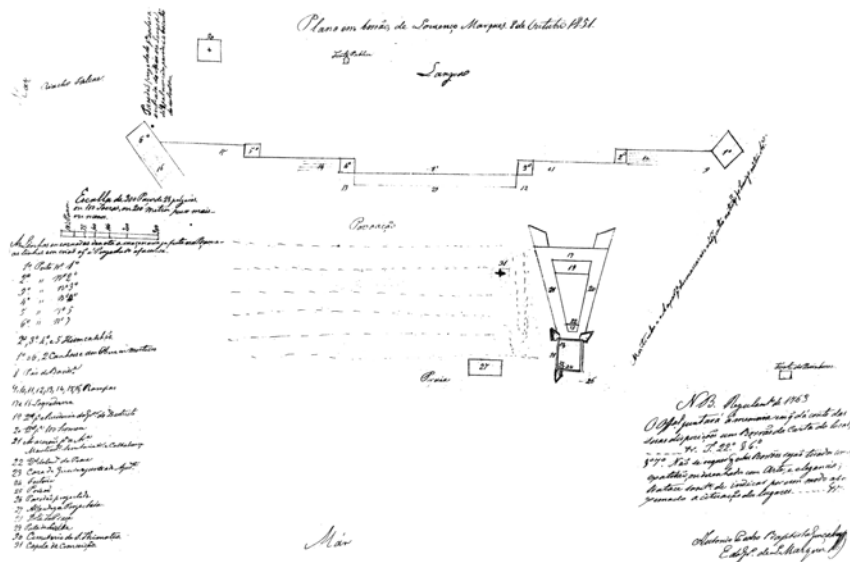


Figura 13: “Plano em borrão, de Lourenço Marques. 8 de Outubro 1851, Escalla de 300 Paços de 28 polgadas [sic], ou 100 toezas, ou 200 metros pouco mais ou menos”, assinado por Antônio Pedro Baptista Gonçalves, “E do G.<sup>o</sup> de L. Marques”, CEDH-FAPF.

Infelizmente, a cópia a preto e branco não permite aferir toda a informação, uma vez que, segundo a legenda do Plano, mostrar-se-iam a cião os melhoramentos a

efetuar, e a cor encarnada, o que estava construído de facto. O presídio — cercado pelo “Mar”, a sul e a poente; pelo “Riacho Folene” (Rio Infulene), a noroeste; e pela “Lagoa” (área alagada/pântano), a norte — aparece estruturado pela povoação e a Praça. A Praça e a povoação estão separadas por um espaço vazio (campo de tiro da Fortaleza/ Praça da Picota), onde aparece assinalada a “Capela da Conceição”, situada no perímetro, do lado norte. Na nova linha de defesa, disposta sobre a orla norte do presídio, a “Porta da Linha” situa-se ao centro. A Praça de N. S.<sup>a</sup> da Conceição, recebia a “Feitoria” e a “Prizão”. A “Porta da Praça” situava-se do lado nascente, de frente para a povoação<sup>45</sup>. Junto ao flanco sul aparece assinalado um “Paredão projectado”, o que vai ao encontro de vários relatos contemporâneos que referem a ruína da Praça “pelo lado do mar” e a necessidade de proceder a obras consecutivas nessa frente (Roberto Teodorico da Costa e Silva, 1854 *apud* Morais, 2001: 60; Silva, 1945: 25-27, 33). A oeste da Praça, aparecia a “Alfandega Projectada”, onde, sensivelmente, foi edificada cerca de trinta anos mais tarde pelos homens da expedição de Obras Públicas. Fora da linha de defesa, para norte, estavam a “Fonte Pública” e o “Cimiterio de S. Thimotio” e para leste, na praia da Maxaquene (praia do Albazini), a “Fonte do [Livingston?]”<sup>46</sup>. O desenho mostra, ainda, o projeto de ampliação da Praça: um novo corpo em forma de

<sup>45</sup> A segunda porta, que não aparece discriminada, ficava do lado norte (Silva, 1945: 33, 39-40). Segundo Lobato, a Fortaleza tinha dois baluartes ao campo e entre estes, a porta de armas, que deitava para a Rua Alexandre Herculano/de Timor Leste; do lado poente ficava a porta pequena, de uso corrente (Lobato, 1970b: s.p., legenda imagem 71).

Na “PLANTA DA FORTALEZA de Nossa Senhora da Conceição EM Lourenço Marques”, da Repartição de Obras Públicas de Lourenço Marques, assinada por João António Ferreira Maia, com data de 28 de dezembro de 1877, revista pelo major de engenharia J. Machado, em 24 de abril de 1880, AHU (CART m\_064\_D.1359), aparece apenas uma porta na Praça, do lado poente, e dois baluartes a norte. Por essa altura, a porta a norte, demasiado exposta aos ataques oriundos da terra firme, teria sido entaipada. O desenho mostra uma fortaleza quadrangular com os aquartelamentos ao longo dos muros perimetrais a poente, nascente e a norte. A nordeste, ficava a caserna; a noroeste, a entrada, com a “Caza da guarda”, o “Quarto do Official de serviço”, o “Parque de artilheria e o “Sar.to da Guarda; do lado sul da porta, ficava a “Prisão p.<sup>a</sup> mulheres Brancas”, a “Prisão para homens Brancos; a “Prisão para pretos” e a “Prisão para pretas”. Do lado sudeste, o “Quarto p.<sup>a</sup> sarg.tos; Secretaria; Arrecadação Geral”, a “arrecadação” e a “Cosinha”.

<sup>46</sup> Paiva Manso, na segunda metade do século XIX, referia que o estabelecimento de Lourenço Marques tinha “duas fontes de boa agua, uma ao pé da praia ao sul da praça, que serve para aguada dos navios, outra fóra, alem da lagoa, da qual os moradores se servem para beber” (Paiva Manso, 1876: 19).

trapézio com dois baluartes, atacado à velha Fortaleza no lado exposto à terra firme. Ao longo do perímetro da ampliação proposta pretendia-se encaixar um quartel para 100 homens, no lado nascente; uma ala para armazéns da Armada, secretaria e calabouço, no lado poente; o quartel para a residência do governador do distrito, no lado norte; e o Quartel do Comandante da Praça, a sul. Esta ampliação não teve seguimento.

Em 1877, a povoação contava 110 casas (Costa, 1927) e 304 habitantes (portugueses e outros estrangeiros)<sup>47</sup> (*Boletim Oficial de Moçambique*, 23 de dezembro de 1878: (51), 219), andando a população “indígena”, no distrito de Lourenço Marques, estimada entre 50.000 e 80.000 indivíduos (Morais, 2001: 70). Era governador do distrito Augusto de Castilho (tendo tomado posse em 25 de março de 1875), e as Obras Públicas davam início às obras de enxugamento do pântano do Maé (Machado, 1881: 32, 45). A pequena vila tinha já definidas praticamente todas as suas artérias, conformando, o que é hoje, a Baixa antiga<sup>48</sup>. Um ano mais tarde, em 24 de abril de 1878, era criado o primeiro Código de Posturas do Município de Lourenço Marques (Santos, 1943: 45-80; Lima, 1968: 33, 37-38).



Figura 14: “África Portuguesa – Lourenço Marques vista da Baía”, ca. 1881, [s.a.] (*O Occidente*, 1 de junho de 1881: (88), 24). A ponte-cais, uma estrutura paliçada<sup>49</sup> que não permitia o desembarque de

<sup>47</sup> Para a evolução demográfica de Lourenço Marques, veja-se Mendes, 1985: 34 ss.; 82, 87-88.

<sup>48</sup> Para algumas imagens de várias ruas e prédios da Baixa, desde o século XIX até ao final da década de 1960, veja-se Lobato, 1970a: 89-133.

<sup>49</sup> Segundo Pereira de Lima (1971: vol. III, 12), aquando do início da construção do caminho de ferro em Lourenço Marques, existia apenas “a estacada”, conhecida por Ponte da Alfândega. Na concessão Allen Wack (a nascente da Fortaleza) surgiu um muro-cais a partir de 1889, visível nos levantamentos desse

passageiros, assinalava o eixo central da pequena colónia. Sobre a colina da Maxaquene assinalavam-se o hospital (à esquerda) e a igreja.

Segundo o levantamento cartográfico de 1876, ao redor da Praça da Picota assinalavam-se três construções de exceção (ver Fig. 6): a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, a leste; a Casa do Governador do distrito<sup>50</sup> (atual Museu Nacional da Moeda), a norte e o peculiar edifício da Alfândega Nova, a sul, junto à ponte-cais — um “grande armazém com ameias, notável que parecia um castelo em rés-do-chão” (Lobato, 1970b: 137) —, erigido pela expedição de Obras Públicas para repartições públicas (Secretaria do Governo, Alfândega, Tesouraria do distrito e Fazenda) (já desaparecido).

A Praça da Picota, que marcava a entrada da povoação para quem desembarcava na praia — um simples terreiro de areia coberto de mato<sup>51</sup>, reminiscência da antiga área *non aedificandi* em torno da Fortaleza (Lobato, 1970b: 34) —, recebeu, ao longo do século XIX, o edificado mais representativo do pequeno cerco (repartições públicas, Casa do Governador do distrito, Alfândega, Capitania, bancos e casas comerciais, etc.). A exceção a esta regra, ficava pelo velho Cemitério de São Timóteo<sup>52</sup>, situado “fora de portas”, na encosta da Maxaquene, e sucessivamente, pelos primeiros

---

período. A partir de 1890, iniciou-se a construção da ponte-cais do caminho de ferro (a Ponte do Caminho de Ferro), situada a sul da estação do caminho de ferro (colocada paralelamente à linha, do lado sul da Praça da Estação/Azeredo/Mach-Mahon/dos Trabalhadores); e a oeste desta, a ponte-cais da Companhia neerlandesa. Nenhuma das pontes era acostável, o que obrigava os navios a ficarem ao largo. Segundo António Enes, “Lourenço Marques tinha em 1895, para o seu serviço marítimo, três pontes e duas rampas. Das pontes, a mais ocidental e que mais entra pela água, é a da Companhia neerlandesa, [...]; segue-se-lhe para leste a do caminho de ferro português, e entre esta e aquela desenvolve-se a via férrea, para cujo serviço ambas são exclusivamente destinadas” (Ennes, 1945: 32, 1.ª ed. 1898). Veja-se Lima, 1971: vol. III, 9 ss.; Mendes, 1985: 297.

<sup>50</sup> Construída em 1860 por um comerciante de origem indiana, a “Casa Amarela” foi adquirida pelo Governo do Distrito em 1873, alojando os governadores e sucessivamente, diversas repartições públicas, entre elas, a primeira Esquadra de Polícia e a sede da Comissão Municipal da vila (até 1878) (Lima, 1966a: 27-28; Morais, 2001: 66; Lage e Carrilho, 2010: 26-27).

<sup>51</sup> João de Sousa Morais afirma que só depois da criação da Câmara de Lourenço Marques, em 1877, é que se fizeram arranjos nesse largo (Morais, 2001: 64). Para a evolução desse espaço até meados do século XX, veja-se Lobato, 1970b: 33 ss.

<sup>52</sup> Visível em várias peças cartográficas até às primeiras décadas do século XX (1903, 1907, 1911 e 1926), situava-se no quarteirão formado pelas Avenidas Fernão de Magalhães, Karl Marx, Josina Machel e Filipe Samuel Magaia. Em plantas recentes, é possível individuar esse espaço desativado nas traseiras do memorial a Louis Tregardt, na Av. Josina Machel.

edifícios públicos levantados pelos homens da expedição de 1877 e sequente secção de Obras Públicas de Lourenço Marques. De entre esses, distinguam-se o hospital<sup>53</sup>, iniciado em 1877 (Machado, 1881: 33, 45), ampliado em 1889<sup>54</sup> e ocupado sucessivamente pelas repartições de Veterinária, Agronomia e Negócios Indígenas<sup>55</sup>, situado junto à estrada para a Ponta Vermelha (posteriormente nomeada Avenida de El Rei D. Manuel/ 5 de Outubro) (Fig. 15), no trato correspondente à atual Rua da Rádio (onde hoje está a Catedral); e a Igreja Paroquial de N. Sra. da Conceição, cuja construção iniciou em 1878 (Machado, 1881: 35, 45) por subscrição pública e auxílio do Governo, tendo sido aberta ao culto em 1888 (“Igrejas e Capelas de Moçambique”, 1937: 61).



Figura 15: Extrato da “PLANTA CADASTRAL da cidade de LOURENÇO MARQUES levantada em conformidade do Decreto de 20 de Abril de 1895, pelo Capitão d’infantaria E. Gasassa Alvares Pereira, 1897, Escala de 1. 2000”, AHU (CARTi\_064\_D.579). Legenda: 1. Hospital; 2. Largo Serpa Pinto; 3.

<sup>53</sup> Um officio de 9 de abril de 1879, das Obras de Públicas de Moçambique, dirigido ao Ministério do Ultramar, contém anexado o “Projecto do Hospital do Districto de Lourenço Marques com 2 plantas”, a memória descritiva e a apreciação respetiva pela Junta Consultiva de Obras Publicas e Minas, com data de 3 de abril de 1879, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1387/1L\_1878-1883). Encontram-se também, plantas várias do “Projecto do HOSPITAL de Lourenço Marques”, assinado pelo engenheiro João António Ferreira Maia, à Escala de 1: 100, com data de 16 de junho de 1877, AHU (CARTm\_064\_D.570); e os desenhos dos alçados, com data de 25 de maio de 1878, AHU (CARTm\_064\_D.572/D.669/D.628).

<sup>54</sup> Trata-se dos pavilhões para enfermarias edificados a norte do edifício-mãe. Veja-se “Projecto de ampliação do hospital de Lourenço Marques [...]”/ Planta do Projecto”, AHU (CART m\_064\_D.586); “Projeto de Ampliação do hospital de Lourenço Marques/ Pharmacia e habitações para e farmacêuticos [...]”, AHU (CART m\_064\_D.671); “Projecto de Ampliação do hospital de Lourenço Marques [...]”, AHU (CART m\_064\_D.672).

<sup>55</sup> Cf. “Planta geral da cidade e porto de Lourenço Marques: 1926. - Escala 1:5000. - Lourenço Marques : [s.n.], 1925. - 1 pl. : color. ; 78,50x105,50 cm, em folha de 86,00x114,00 cm”, BPN (cc-180-r); Rufino, 1929: vol. II, 12. A leste da cidade construiu-se o complexo do Hospital Civil e Militar Miguel Bombarda, num quarteirão junto à Av. Pinheiro Chagas/ Eduardo Mondlane (ocupado no início de 1912). Veja-se Machado, 1881:32, 45; Rufino, 1929: vol. 2, 26-33; Morais, 2001: 79; Miranda, 2012b: 7.

Igreja Paroquial; 4. Consulado Britânico; 5. Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura/Municipal/de Vasco da Gama/Tunduru.

O engenheiro João António Ferreira Maia, à época diretor da seção de Obras Públicas de Lourenço Marques (Morais, 2001: 79), foi o projetista do hospital e da Igreja de N. Sra. da Conceição, desaparecidos juntamente com o Largo Serpa Pinto entre o final da década de 1930 e o início da de 1940<sup>56</sup>, para dar lugar aos novos arranjos e melhoramentos ao longo da Av. 5 de Outubro (no trato correspondente à atual Rua da Rádio) e da monumental Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência.

A transição para a década de 1940 marcou o início do ciclo dos projetos de grande escala de encomenda pública local ou central, que vieram coroar operações urbanístico-arquitetónicas de grande significado simbólico, importantes para a caracterização da nova imagem e vocação urbana da capital (Ferreira, 2006: 84). Nesta área da cidade, surgiu o Palácio Municipal (1947), no topo da Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência, segundo projeto do arquiteto Carlos César dos Santos, de 1937 (Lima, 1967; Morais, 2001: 136; Ferreira, 2006: 84-88); e ao longo da Av. 5 de Outubro (trato da atual Rua da Rádio), a Catedral (1944), segundo projeto do engenheiro Marcial Simões de Freitas e Costa, diretor dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques (Ferreira, 2006: 117-119; Fernandes, 2010: 560; Morais *et al.*, 2012: 104); o Edifício da Rádio Clube de Moçambique/Rádio Moçambique (1948), com

---

<sup>56</sup> Corvaja (2003: 68) refere a demolição da igreja no ano 1936, mas uma fotografia da velha Igreja Paroquial do AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 10, Icon. 134), regista a data de 1944. Na “Planta da Cidade de Lourenço Marques”, de 1938, AHM (D36/2013), ao longo da Avenida 5 de Outubro, já interrompida pela Praça Mouzinho de Albuquerque (apenas na carta, uma vez que a Praça só ficou traçada no terreno no início da década de 1940), aparecem ainda a velha Igreja Paroquial e o edifício do antigo hospital, com a denominação de “Negócios Indígenas”. Na “Planta da Cidade de Lourenço Marques que acompanha o Relatório da Comissão nomeada por despacho de S. Ex.<sup>a</sup>, o Governador Geral, de 1 de Março de 1941, para identificar os terrenos que o Estado possui nesta Cidade e seus Subúrbios - PLANTA DA CIDADE LOURENÇO MARQUES E PARTE DOS SUBÚRBIOS, 1940, Escala 1: 5000”, AHM (D24/2001), aparece ainda o Largo Serpa Pinto com a Igreja Paroquial, o hospital e junto, a nova Catedral (em “Terrenos do Estado ocupados”). A obra da Catedral teve início em 1936 e arrastou-se por longos anos (Lage e Carrilho, 2010: 33), obrigando à demolição do hospital.

desenho do arquiteto italiano Paolo Gadini (Fernandes, 2010: 563; Morais *et al.*, 2012: 198) e a Central Telefónica Automática<sup>57</sup> (ca. 1948), entre outros.



Figura 16: Postal antigo, Lourenço Marques, [s.d.] (final da década de 1940?), [s.a.]. A Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência aparecia coroada, a norte, pelo (1) Palácio Municipal; por detrás vêem-se (2) as chaminés da antiga Estação Geradora dos elétricos sobre a Av. 24 de Julho e (3) o Teatro Manuel Rodrigues/Cine África (1948). Ao longo da antiga Av. 5 de Outubro (trato da atual Rua da Rádio) surgiam: (4) a Catedral; (5) a Rádio Clube de Moçambique; a (6) a Central Telefónica Automática (ca. 1948) e (7) o antigo edifício sede da Comissão de Beneficência e Assistência Pública<sup>58</sup> (atual Secretaria da Rádio Moçambique). A sul, o (8) Jardim Municipal Vasco da Gama e (9) o Hotel Clube.

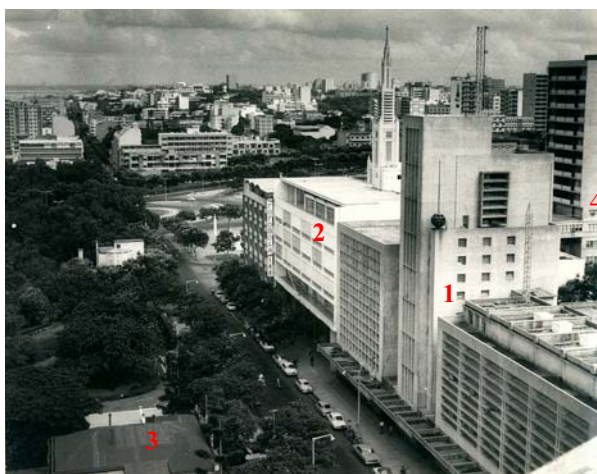


Figura 17: Lourenço Marques, vista do topo norte do Jardim Vasco da Gama/Tunduru, com o edifício da Rádio Clube de Moçambique (atual Rádio de Moçambique) (1), seguido pelo edifício sede das Associações Económicas de Lourenço Marques (atual Ministério da Administração Estatal)<sup>59</sup> (ca. 1958) (2) e o antigo edifício sede da Comissão de Beneficência e Assistência Pública (3). Sobre a direita, o Prédio Funchal<sup>60</sup> (atual Hotel Pestana Rovuma), 13 fev. 1968, [s.a.], AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 5, Icon. 504).

<sup>57</sup> O projeto de arquitetura encontra-se no espólio do AHU, assinado pela Direção dos Serviços de Obras Públicas de Lourenço Marques, com data de 3 de fevereiro de 1948: “Projecto de Central Telefónica Automática, vol. II, Desenhos”, AHU (84\_1G\_MU-DGOPC-MÇ\_1938-1951 CTT Lourenço Marques).

<sup>58</sup> Primeiro edifício escolar expressamente construído para esse efeito em Lourenço Marques (primeira década do século XX) (Paixão, 1939: 67).

<sup>59</sup> Com projeto dos arquitetos Alberto Soeiro e Craveiro Lopes. Cf. Processo de construção da CMLM n.º 49/56, talhão n.º 110B, parcela 3/4, CEDH-FAPF (Inventário Edifícios Históricos de Maputo, 051\_Ministério da Administração Estatal, 2009).

<sup>60</sup> Monólito realçado de cariz modernista, com um pórtico imponente sobre a Rua de Serpa Pinto, foi construído no início da década de 1960, sobre o antigo Largo Serpa Pinto, na Rua da Sé n.º 114 (parcelas

Segundo o engenheiro Machado, “[o] local escolhido [...] [para a edificação da igreja e do hospital] foi um sítio alto, bem ventilado, distante do terreno do pântano, e subordinado ao plano da vila” (Machado, 1881: 45). Joaquim Machado referia-se, seguramente, ao plano de 1878 para a “nova povoação” em malha hexagonal a erguer no Alto da Maxaquene<sup>61</sup>, onde a igreja e o hospital se encaixavam alinhados ao longo da bissetriz do lado do polígono mais próximo da vila, ao longo da velha Estrada das Mahotas (Figs. 18 e 19). Não por acaso, a igreja e o hospital apresentavam uma situação de exceção dentro do traçado em grelha do plano de expansão da cidade implementado sucessivamente<sup>62</sup>. A “planta da nova povoação” respondia a um hexágono regular (segundo o modelo da cidade de Porto-Said, edificada em 1859 (Longle, 1887: 5), seguido décadas mais tarde para Lichinga (Bruschi e Lage, 2005: 40)), cortado a sul e a sudoeste pela Estrada da Ponta Vermelha. Observando atentamente o “Projecto de melhoramentos na povoação antiga e porto” (ver Fig. 19), reconhece-se claramente a sobreposição de dois levantamentos já aqui referidos: o “Plan of L. Marques. – Escala de 1 / 2.000 metros. – [Moçambique]: [s.n.], [ca. 1887]” (Fig. 8) na área da vila, e a planta de Stuart Hall de 1876 (AHM, D1.03/2021) na área envolvente da povoação (Fig. 7).

---

2, 2A, 2B, 1 e 1A, Talhão n.º 110) paralelamente à Catedral, por iniciativa da “Sociedade Predial do Funchal”, com projeto de arquitetura de José Bruschi, CEDH-FAPF (Inventário Edifícios Históricos de Maputo, 039\_Hotel Rovuma, 2009).

<sup>61</sup> Morais (2001: 75) levanta a possibilidade de este desenho ser uma cópia, retificação ou adaptação (executada por um técnico português) de um plano possivelmente perdido da autoria de R.T. Hall, aprovado em sessão camarária de 20 de agosto de 1881, “onde se estabelecem também os novos limites da vila, tendo como base esse mesmo plano: ‘cinco kilómetros em circunferência’ tendo como centro a ‘referida Praça Visconde de Paiva Manso na nova vila – no Bairro Alto’”. Veja-se também, Morais, 2001: 220 nota 43; Bruschi e Lage, 2005: 40.

<sup>62</sup> J. Machado ao dar conhecimento à Metrópole do envio do anteprojecto para a ampliação de Lourenço Marques, referia o abandono do projeto anterior: “[...] o ante projecto para a ampleação de Lourenço Marques será remetido a V.ª Ex.ª n’esta mala pelo Sr. Major Araujo. Pareceu-me conveniente abandonar o antigo projecto da cidade que não permittia facil ligação entre a Villa actual e os terrenos altos por onde as edificações tendem a estender-se.” “Fiscalisação do Caminho de Ferro de Lourenço Marques, Série de 1887, n.º 48, 26 de agosto de 1887, o director da fiscalisação J. Machado, Major de Engenharia”, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1887).



O “Progeto de melhoramentos na povoação antiga e porto”, desenhava uma ponte de desembarque a eixo da Praça 7 de Março — também presente no desenho “Plan of L. Marques. [...] [ca. 1887]” —, outra ponte a sul da Fortaleza, e um muro de suporte para cais junto à orla ribeirinha na direção da Ponta Vermelha. A proposta de construção do muro-cais nessa direção antevia o aterro da baixa da Maxaquene, iniciado na segunda década do século XX, com terras provenientes das colinas/Barreiras envolventes. A povoação, nesta representação, relativamente à cartografia de 1876 (Fig. 7) e àquela de *ca.* 1887 (Fig. 8), aparece com o traçado retificado, através da regularização das ruas e, de sequência, dos quarteirões (Morais, 2001: 78): com o prolongamento da Rua dos Mercadores/Araújo/de Bagamoyo seccionando a Praça 7 de Março/25 de Junho em duas partes; o novo traçado da Avenida de D. Carlos (antiga Rua da Linha); a Praça da Rainha, a jusante da Fortaleza (que não chegou a efetivar-se); a regularização da rua da praia, entre outras. Aparecem novos quarteirões de formas mais regulares, sobretudo nos extremos leste e oeste da velha povoação, que encerram, na grande maioria, conformações preexistentes.



Figura 18: “PLANTA GERAL COMPREHENDENDO/ Planta da nova povoação/ Progeto de esgôto do pantano/ Progeto de melhoramentos na povoação antiga e porto”, 1878<sup>63</sup>, Junta Inv. Ultramar [assinatura ilegível], CEDH-FAPF. Assinalo a Igreja Paroquial e o hospital (dentro do círculo a vermelho).

<sup>63</sup> A mesma planta aparece publicada em Lobato, 1970b: s.p. imagem 178, com a seguinte legenda: “Planta da Nova Povoação elaborada em 1878 por Ferreira Maia (Fotografia do original no Agrupamento



Figura 19: Extrato da “PLANTA GERAL COMPREHENDENDO/ Planta da nova povoação/ Projecto de esgôto do pantano/ Projecto de melhoramentos na povoação antiga e porto”, 1878, CEDH-FAPF. O projeto de melhoramentos previa o saneamento do pântano do Maé (1) e a expansão do porto para jusante (2). Ao longo da velha Estrada das Mahotas dispunha-se o hospital e a Igreja Paroquial de Nossa Sra. da Conceição (dentro do círculo vermelho).

O “Projecto de esgôto do pantano”, no plano de 1878 (Fig. 19), propõe uma rede de valas coletoras junto à base da encosta, para a recolha da água das nascentes, que deviam ser encaminhadas para as adufas na orla da praia (situadas, uma no Maé, e outra, na Maxaquene), a vazar na maré baixa. Essa operação foi iniciada a partir de 1877 (Machado, 1881), com a abertura de valas, a colocação de drenos junto ao sopé da encosta da Maxaquene e a construção do dique marginal ao longo da orla ribeirinha do Maé, que serviu sucessivamente de suporte à linha do comboio (Soeiro, 1895: 5).

Há um registo sucessivo, a “PLANTA DE LOURENÇO MARQUES, LEVANTADA EM 1886” (Fig. 20), que retoma a informação do plano de 1878, relativamente à regularização dos quarteirões na povoação e ao projeto do esgoto para o saneamento do pântano mas, junto às Estradas do Lindemburgo e da Ponta Vermelha,

---

de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, em Lisboa)”. Existe uma cópia deste plano no arquivo do CEDH-FAPF (em formato digital) e outra, em papel, em pequeno formato e em mau estado, no AHM (D.28/2005). Segundo Pereira de Lima (1969), o original deste documento encontrava-se na Junta de Investigação do Ultramar e uma cópia na Comissão de Monumentos e de Relíquias Históricas de Moçambique. Não encontrei referências a este documento nem no AHU, nem no ARPAC (para onde foi transferido o arquivo da antiga Comissão de Monumentos).

na encosta da Maxaquene, regista já o hospital e a igreja, isolados. Possivelmente, estes foram os únicos elementos (a igreja e o hospital), da proposta da “planta da nova povoação”, levados adiante, tendo-se abandonado a ideia de criar uma povoação à parte.

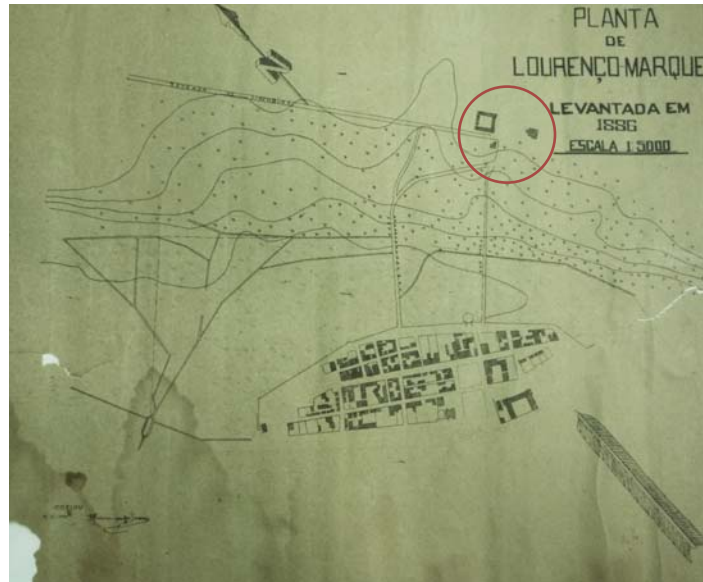


Figura 20: Extrato da “PLANTA DE LOURENÇO MARQUES, LEVANTADA EM 1886<sup>64</sup>, ESCALA 1: 5000”, AHM (N.º 1711/D.29/2006). Assinalo o hospital e a Igreja Paroquial, isolados na encosta da Maxaquene.



Figura 21: “Panoramas da baía e da cidade de Lourenço Marques” – Igreja Paroquial em construção e o novo hospital, 1887, C.S. Fowler. Fonte: Fowler, 1887: 3.

<sup>64</sup> Encontra-se uma cópia desta planta no AHU, Pasta OP 00826\_Plantas da cidade, Ministério das Colónias, Direção Geral de Fomento Colonial, Repartição de Obras Públicas, Portos e Viação, Colónia de Moçambique, Plantas da cidade de Lourenço Marques, AHU (84\_1G-MU-DGOPC-MÇ\_1938 CTT Lourenço Marques).

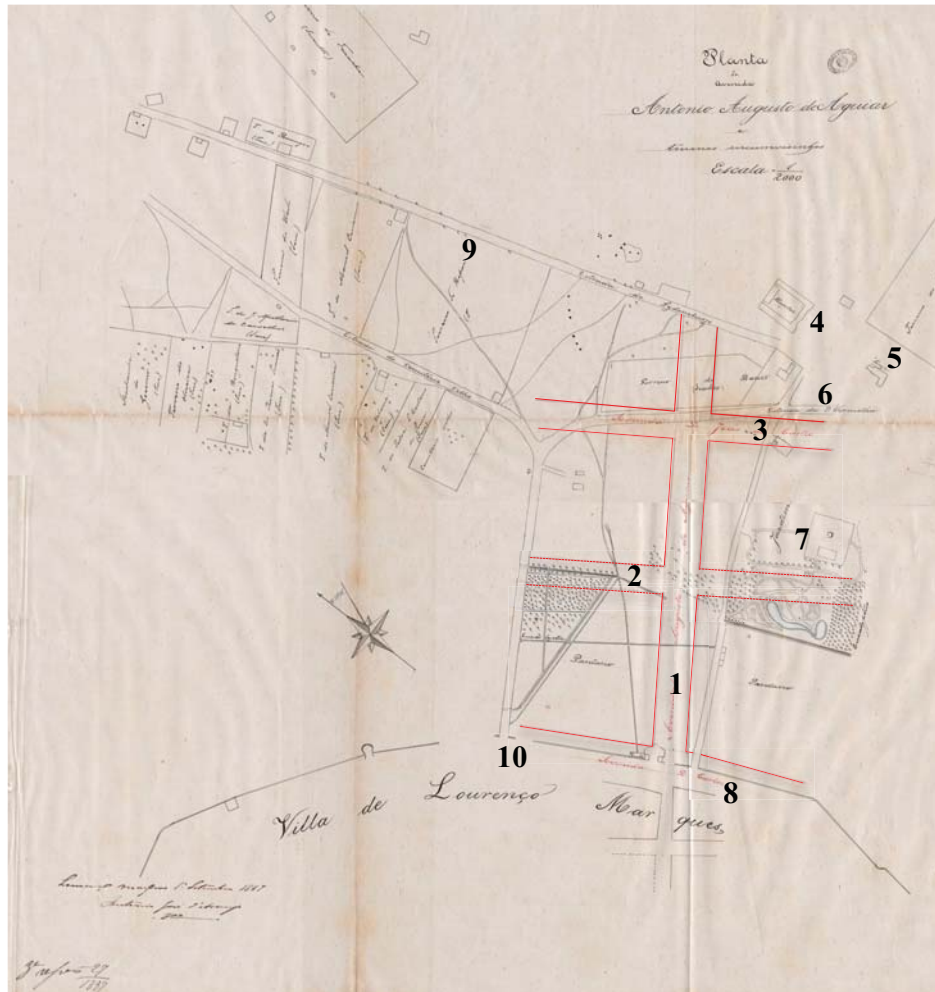


Figura 22: “Planta da Avenida António Augusto de Aguiar”, 29 de agosto de 1887, 3.<sup>a</sup> Repartição de Obras Públicas, Lourenço Marques, assinada por José de Araújo, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L). Este esboço da primeira avenida fora da cerca (1) — dentro da cerca existia a Avenida D. Carlos (8) —, apontava as novas avenidas transversais (Alvares Cabral (2) e Fernão de Magalhães (3), esta última ali discriminada por D. João de Castro), entre a povoação e a nova centralidade formada pelo hospital (4), a Igreja Paroquial (5), a estrada para a Ponta Vermelha (6) e a Estrada de Lindemburgo (9). Em definição sucessiva, a Avenida de Alvares Cabral passou a constituir o limite sul do Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura (7), iniciado em 1885 (Longle, 1887: 28), disposto entre o pântano e a Estrada da Ponta Vermelha. A ponte situava-se a velha Porta da Linha (10).

Em 10 de novembro de 1887, Lourenço Marques foi elevada a cidade<sup>65</sup>. Nesse mesmo ano, em dezembro, contrariando a opinião corrente contrária ao crescimento de Lourenço Marques junto aos pântanos<sup>66</sup>, o major de engenharia António José de Araújo,

<sup>65</sup> Para o decreto régio, veja-se “Crónica do Trimestre: Lourenço Marques, Quatro datas, Feitoria—Presídio, Vila—Cidade”, 1937: 121-122.

<sup>66</sup> Ao longo do século XIX propôs-se sucessivamente a passagem da povoação para as terras altas e arejadas da Maxaquene (cf. Caetano da Costa Matoso, ofício de 23 de junho de 1828 *apud* Lima, 1968: 16; Major Custódio José António, 20 de setembro de 1838 *apud* Morais, 2001: 74-75; Augusto de Castilho, 24 de abril de 1875 *apud* Lima 1969; Lima, 1968: 48), mas a proximidade do porto, do caminho de ferro e da estrada das carretas (de ligação ao interior) monopolizaram eficazmente a fixação dos colonos, atraídos pela atividade comercial fomentada pelo trânsito de forasteiros (Soeiro, 1902: peças escritas, vol. 5, 2).

à época diretor das Obras Públicas da Província de Moçambique, propôs a expansão do tecido urbano da cidade em *continuum*, no “Projecto de Ampliação da cidade de Lourenço Marques”<sup>67</sup>. Iniciaram-se, de súbito, a abertura dos traçados viários previstos neste antepiano: uma série de avenidas longitudinais paralelas ao eixo maior da cidade, ligadas por outras transversais distanciadas entre si entre 100 m e 200 m, aproximadamente. O pântano, junto à cidade, foi atravessado por três avenidas longitudinais: a primeira contígua à cidade, a Avenida D. Carlos, com aproximadamente 2.000 m de extensão; a segunda, a Avenida Pedro Alvares Cabral, imediatamente a norte da primeira, distando 140 m; e a terceira, à distância de 120 m da segunda, a Avenida Fernão de Magalhães, que passava em parte sobre a encosta e em parte sobre o pântano, todas com o mesmo comprimento. Estas avenidas longitudinais estavam ligadas por dez avenidas transversais. Todas elas foram construídas por aterro e pelo menos 2/3 do volume de terras necessário a esse fim provinha do extremo este da cidade, das elevações que dominavam o (projeto de) porto (sobre a enseada da Maxaquene). Os trabalhos de aterro foram executados com o auxílio de mão de obra indígena, do Corpo de Polícia (que também trabalhava nas obras públicas) e o recurso a uma linha *Decauville*. A terra era acarretada encosta abaixo até ao pântano em vagonetas sobre trilhos de metal e depois empurradas, por tração humana, encosta acima, para serem carregadas novamente<sup>68</sup>. As obras nas avenidas, todavia,

---

<sup>67</sup> O documento original encontra-se no AHM (D.1.34), existindo cópias em mau estado no AHU (não acessível) e na SGL. O Plano com data de dezembro de 1887, foi aprovado pela portaria n.º 598, de 1 de dezembro de 1892, do governador-geral Rafael de Andrade, publicada no *Boletim Oficial* n.º 49, de 3 de dezembro de 1892. Para uma descrição do Plano, sua implantação no terreno e comparação com planos contemporâneos da “África Portuguesa”, sobretudo de Angola, veja-se Morais, 2001: 85 ss.

<sup>68</sup> Ofício n.º 235, 7 de junho de 1888, António José d'Araújo, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

prossegiram com enormes dificuldades pois grande parte dos terrenos na área afeta estavam aforados<sup>69</sup> obrigando a pesadas indenizações aos enfiteutas.

Este projeto de expansão da cidade foi influenciado pelos planos que surgiram na Metrópole na segunda metade do século XIX, em particular os de Lisboa, de Ressano Garcia, que procuravam responder à nova realidade criada pela Revolução Industrial (forte crescimento urbano, novas funções, necessidade de saneamento e de infraestruturas adequadas), adotando uma nova escala de traçado/urbana, uma matriz ortogonal e novos elementos urbanos, como os parques, os jardins e as alamedas (Melo, 2013: 74-75).



Figura 23: “Indicação dos aterros executados na parte do Pântano de Lourenço Marques /[...] - Escala de 1: 500. - [Moçambique]: [s.n.], 1888, Set. 26. [...]”, AHU (CART m\_064\_D.1400). Movimento de terras no quarteirão da Cadeia Civil, a primeira área do pântano a ser aterrada: abertura das Avenidas D. Carlos (atual 25 de Setembro) (1); Augusto de Castilho (atual Vladimir Lenine) (2); António Augusto de Aguiar (atual Samora Machel) (3) e de Pedro Álvares Cabral (atual Zedequias Manganhela) (4). Foram construídas contemporaneamente a Cadeia Civil (5) e o edifício provisório da Imprensa do Governo (6), juntamente ao aterro destes tramos das Avenidas Castilho e D. Carlos.

<sup>69</sup> “[...] difícil fazer escavações entre avenidas indicadas por estarem aforadas quasi/ todos os terrenos para abertura avenidas [...] foi/ preciso dar importantes indemnizações em terrenos/[...]/Araujo”, Telegrama da Direcção de Obras Públicas de Lourenço Marques para o Ministério da Marinha, 9 de agosto de 1888, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).



Figura 24: Planta de Lourenço Marques, ca. 1887-1888, com o traçado esquemático do projeto de ampliação da cidade de 1887 (a vermelho), a abertura das primeiras avenidas (rosa), a plantação de eucaliptos para o saneamento das áreas alagadas (verde) e os novos edifícios e praças erigidos pela Repartição de Obras Públicas: Hospital (1); Igreja (2); Obras Públicas (3); Cadeia Civil e Estação de Polícia (4); Paiol (5); Quartel (6); Matadouro (7); Alfândega (8); Praça da Estação (9). Fonte: Autora, com base no “Plano do projectado esgoto e aterro do pantano de Lourenço Marques por S.T. Hall, Dezembro de 1876. Cópia de Augusto de Castilho”, AHM (D1.03/2021), da “Planta de Lourenço Marques levantada em 1886, Escala 1:5000”, AHM (N.º 1711/D.29/2006) e da “Planta da Cidade Lourenço Marques 1903, Escala 1: 5000”, AHM (2014/D.37).

Contemporaneamente, a secção de Obras Públicas edificou, perto do cemitério real Mpfumu, entre 1887 e 1893, o Quartel da Polícia do Alto Maé<sup>70</sup> (ver Fig. 24), como posto avançado da cidade a oeste (Lemos, 1987: 16 nota 52). O Quartel devia comportar uma força de polícia de cem homens de infantaria, vinte e cinco de cavalaria e acomodações para nove famílias de oficiais<sup>71</sup>. Esta era uma obra urgente, pois o Corpo Policial tinha sido alojado precariamente numa caserna de madeira situada na Rua D. Luís, bem perto do pântano. Em meados de 1888, as febres palustres tinham já obrigado

<sup>70</sup> Cf. “PROJECTO/ de/ Um quartel de policia na villa de Lour.º Marques/10 de Outubro de 1887”, com a respetiva memória descritiva, assinado pelo diretor da 3.ª Rep. António José de Araújo, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888). Para uma vista parcial do edifício na década de 1920, veja-se Rufino, 1929: vol. 2, 39-40; para a sua evolução histórica, veja-se Lima 1966a: 33 ss.

<sup>71</sup> António José d'Araújo, Lourenço Marques, informação de 11 de outubro de 1887, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

ao internamento, no Hospital Civil e Militar da cidade, de cerca de três quintos do Corpo de Polícia (91 elementos), parte dos primeiros contingentes do Corpo Policial, desembarcados em Lourenço Marques, vindos da Metrópole em meados de 1888. Este Corpo Policial foi recrutado pelas Obras Públicas para as obras em curso, dada a falta de mão de obra visto que, “por toda a parte se escavava o terreno para a formação das avenidas e ruas e fabricações das casas” (Pereira, 20 jul. 1888). O Corpo de Polícia transferiu-se sucessivamente, em 13 de fevereiro de 1891, para o Quartel do Alto Maé e ali ficou até 1905, tendo em 1909 sido transferido para uma nova sede na Maxaquene (atual Bairro Central), o edifício do Comissariado de Polícia Civil, na antiga Rua de Fernandes da Piedade (atual John Issa), na esquina com a Avenida Andrade Corvo (atual Ho Chi Min) (Lima, 1966a: 96; Rufino, 1929: vol. 2, 24). Este foi um dos primeiros edifícios, juntamente com o Consulado Britânico, a ocupar a área a nascente da antiga Avenida Castilho (que constituía o limite nascente da expansão urbana de oitocentos) e ali permanece, marcando distintivamente a zona.

Sensivelmente no mesmo período, foram edificadas, o Paiol, na encosta da Maxaquene, iniciado em 10 de maio de 1878 (Machado, 1881: 45) e concluído em 1888<sup>72</sup>; o Matadouro Municipal (ver Fig. 24), iniciado em 23 de outubro de 1887<sup>73</sup>; a já referida Cadeia civil e Estação de Polícia, iniciada em 9 de outubro de 1887<sup>74</sup> e o

<sup>72</sup> Segundo o “Mappa dos trabalhos executados no mez de janeiro de 1888” das Obras Publicas da Província de Moçambique, a obra esteve parada várias vezes ao longo dos anos e em agosto de 1888 estava concluída, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888). Veja-se também Corvaja, 2003: 67.

<sup>73</sup> Cf. Informação do “Mappa dos trabalhos executados no mez de janeiro de 1888, Obras Publicas da Província de Moçambique: Construcção d’um edificio para matadouro municipal”, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

<sup>74</sup> Projeto com data de 27 de outubro de 1887. Cf. “Mappa dos trabalhos executados no mez de janeiro de 1888, Obras Publicas da Província de Moçambique: Construcção d’uma cadeia civil”, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

Sobre este antigo edifício que foi Cadeia Civil e Estação de Polícia, Museu de Geologia e que faz atualmente parte da Livraria da Imprensa Nacional, veja-se Lima, 1966a: 163-166; “Cadeia Civil (atual Livraria da Imprensa Nacional de Moçambique)”, *HPIP*. Disponível em <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=2205> [consult. 4 dez. 2014].



edifício para a Repartição de Obras Públicas, iniciado em 24 de setembro de 1888<sup>75</sup>. Assim, em meados de 1888, as Obras Públicas de Lourenço Marques estavam empenhadas na construção do Quartel de Polícia, da Cadeia Civil, do Paiol, da Oficina de Fundição (iniciada em 27 de maio de 1888), do Hangar da Alfândega, em melhoramentos na igreja, em vários trabalhos de melhoramentos no hospital, entre outros<sup>76</sup>.

Relativamente às novas avenidas, estavam em construção: (1) a Augusto de Aguiar (atual Samora Machel), principiada em 14 agosto de 1887<sup>77</sup>, a avenida mais ampla que nos meses seguintes começou a ser calcetada recebendo para cima de duas centenas de árvores; (2) a Joaquim José Machado (atual Guerra Popular), principiada em 17 outubro de 1887, no seguimento da Praça da Estação, e que nos meses seguintes, após a demolição do baluarte e de parte da linha de defesa, foi nivelada, calcetada e arborizada<sup>78</sup>; (3) a Augusto de Castilho (atual Vladimir Lenine), principiada junto à velha cerca, em 16 de janeiro de 1888; (4) a Fernão de Magalhães, principiada em 19 de fevereiro de 1888; (5) a Alvares Cabral (atual Zedequias Manganhela), principiada em

---

<sup>75</sup> Projeto datado de 25 de agosto de 1888, assinado por António José de Araújo. Cf. “Mappa dos trabalhos executados no mez de outubro de 1888”, Obras Públicas da Província de Moçambique; e projeto de arquitetura, composto por alçados, plantas e memória descritiva, anexo ao Ofício n.º 377 das Obras Públicas de Lourenço Marques, de 31 de agosto de 1888, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

<sup>76</sup> Ofício n.º 357, de 10 de julho de 1888, “Offícios dando conta das obras em construção”, 3.ª Rep. Obras Públicas da Província de Moçambique, Secção de Lourenço Marques, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

<sup>77</sup> “O Eng. Machado pede [...] autorização para principiar a construção da nova avenida em Lourenço Marques, o projecto desta obra existe nesta repartição; a nova via terá 20 metros de largura e 548 metros de comprimento, ella hade ligar a antiga villa com a estrada para o Transval e com a região alta onde se acha o hospital e onde devem ser construídos os novos edifícios para as repartições públicas : quartéis e no pantano sera prolongada por uma estrada ate as proximidades da foz de Inkomati, o orçamento das obras projectadas é de 10.926rs. O projecto parece bem concebido. Não se pode negar a conveniencia e mesmo urgencia destas obras, parece-me portanto que a authorisação pedida deve ser concedida.” Informação, engenheiro Machado, Secretaria, [s.d.] de agosto de 1887, 3.ª Rep. Veja-se também “Mappa de trabalhos executados no mez de março de 1888, Direcção das Obras Publicas de Lourenço Marques, Província de Moçambique, Secretaria das Obras publicas de Lourenço Marques”, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

<sup>78</sup> “Mappa de trabalhos executados no mez de março de 1888”; Mappa de trabalhos executados no mez de janeiro de 1888”, Direcção das Obras Públicas de Lourenço Marques, Província de Moçambique, Secretaria das Obras Públicas de Lourenço Marques, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

12 de fevereiro de 1888, seguindo da Avenida Augusto Castilho para poente sobre o antigo esgoto que marcava o limite sul do Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura; (6) a D. Carlos (atual 25 de Setembro), iniciada em 7 de maio de 1888; (7) a de El Rei D. Manuel (atuais Rua da Rádio e Av. Josina Machel), que iniciada em 1 de julho de 1888, estava regularizada até ao Quartel do Maé em dezembro de 1888; e (8) a de Henrique de Macedo (atual Av. da Zâmbia; o seguimento a sul, que se encontra interrompido, corresponde à Rua Paulino Santos Gil, ver Fig. 12), iniciada em 23 de julho de 1888<sup>79</sup> no trato norte confinante com o Quartel da Polícia, entre as Avenidas Pinheiro Chagas (atual Eduardo Mondlane) e de El Rei D. Manuel (atual Josina Machel) (Fig. 24).

As obras do caminho de ferro, a implantação do plano de ampliação da cidade, com a abertura das avenidas e as obras no pântano<sup>80</sup>, implicaram, naturalmente, a demolição progressiva da antiga linha de defesa, tendo o entulho das demolições sido empregue nas obras de aterro, e a pedra, na construção da Cadeia Civil e no empedramento da Praça da Estação e das novas vias<sup>81</sup>.

Por essa altura, a linha de defesa de Lourenço Marques tinha avançado para a terra firme, face à crescente ameaça vátua, visto a velha cerca já não responder eficazmente às necessidades do momento (Lobato, 1970b: s.p., imagem 224). No “Projecto de Ampliação da cidade de Lourenço Marques”, de 1887, é bem evidente o limite noroeste da expansão extremado pela nova linha de defesa, projetada pelo então

---

<sup>79</sup> “Mappa dos trabalhos executados no mez de fevereiro de 1888”; “Mappa dos trabalhos executados no mez de outubro de 1888”; “Mappa dos trabalhos executados no mez de dezembro de 1888”, Direção das Obras Públicas de Lourenço Marques, Província de Moçambique, Secretaria das Obras Públicas de Lourenço Marques, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

<sup>80</sup> No final de 1888 continuavam os aterros e a limpeza de valas na empreitada do pântano, tinham sido construídas comportas e aquedutos e demolido um baluarte da linha de defesa. “Mappa dos trabalhos executados no mez de dezembro de 1888, Direção das Obras Publicas de Lourenço Marques, Província de Moçambique, Secretaria das Obras publicas de Lourenço Marques”, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888).

<sup>81</sup> “Mappa dos trabalhos executados no mez de janeiro de 1888”, Obras Públicas da Província de Moçambique, 3.<sup>a</sup> Rep., AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Cx. 1389/1L\_1886\_1888).

tenente António Araújo (Morais, 2001: 88) e minuciosamente descrita por António Enes em *A Guerra de África...*<sup>82</sup>.

Sucessivamente, a malha urbana foi prolongada até ao perímetro do arco de circunferência com 2.000 m de raio (Fig. 25) e centro na Praça 7 de Março/25 de Junho, limite da área do concelho a partir de 1895, de acordo com a portaria de António Enes<sup>83</sup>. Esse arco adquiriu “um estatuto de permanência, estando na origem do traçado da Estrada da Circunvalação”<sup>84</sup> (Morais, 2001: 106). A expansão da área urbana, em direção à Ponta Vermelha, iniciou-se com contratos de partilha e cedência entre o Estado e os proprietários de grandes extensões de terras privados (ver Fig. 27), possibilitando ao Estado redigir um novo plano de alargamento da cidade em 1907, e novos limites para o concelho em 1919 (PEUMM, 2008: vol. I, 26) (Fig. 26). Os novos limites do concelho (Portaria n.º 1131, de 5 de abril de 1919) estipularam os limites da cidade, marcados sensivelmente pelo perímetro de um arco de circunferência com raio

<sup>82</sup> Veja-se Ennes, 1945: 39-40, 1.ª ed. 1898; Noronha, 1936 *apud* Morais, 2001: 221 nota 13.

<sup>83</sup> Portaria de 20 de abril de 1895: “Artigo 1.º São considerados propriedade do concelho de Lourenço Marques todos os terrenos baldios situados na área delimitada pelas seguintes linhas:

1.º Um arco de circunferência de 2:000 metros de raio, tendo como centro o da praça Sete de Março, que, partindo de um ponto situado a 15 metros para nordeste do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal, vá terminar na aresta superior da encosta da Ponta Vermelha; 2.º Uma linha que, partindo do ponto onde o arco acima descripto encontra a aresta da Ponta Vermelha, acompanhe, na direcção do centro da cidade, d’essa aresta até onde ella deixa de ser bem definida, e siga d’ahi directamente para o cunhal do antigo edificio do paiol de pólvora voltado para a parte da avenida Augusto de Castilho, até tocar na linha exterior da zona de resguardo d’esse edificio; 3.º Uma linha, que será demarcada no terreno, pelo governo do districto, a qual, partindo do ponto onde termina a delimitação acima indicada, acompanhe pelo lado de terra a linha exterior da zona de resguardo do edificio do paiol até ella ser interceptada por limites de terrenos particulares, siga pela praia, e ao longo d’ella, contornando exactamente os terrenos que tenham sido concedidos a particulares e os arruamentos abertos pela administração municipal, e vá procurar os terrenos reservados para o caminho de ferro ao lado da estação e da via; [...]” (*apud* Ennes, 1896: 55-56).

A área de Foral da cidade de Lourenço Marques foi aprovada pela Portaria n.º 834-A, de 23 de junho de 1914, alterada pela Portaria n.º 1131, de 5 de abril de 1919, que estipulou os limites do concelho. Os limites do concelho e forais da cidade foram revistos sucessivamente, nomeadamente pela Portaria n.º 15 200, de 12 de agosto de 1961 (integra a zona marítima dos 80 m na área do Foral da cidade); pela Portaria n.º 18 005, de 12 de set. de 1964 (integra a área do posto administrativo de Benfica no concelho de Lourenço Marques); pela Portaria n.º 18 235, de 2 de jan. de 1965 (integra a área correspondente às Maotas na área de Foral da cidade) e pela Portaria n.º 20 416 de 1 de julho de 1967 (integra a Aldeia do Espírito Santo na área do Foral da cidade).

<sup>84</sup> Sousa Morais refere 7 km de raio para o arco da Estrada da Circunvalação (Morais, 2001: 106), no entanto, esse primeiro arco tinha, como já foi referido, segundo a portaria de 1895, raio de dois km, e pelo Foral de 1919, 2017 m.

de 2 017 m, e os novos limites da área suburbana, pelo perímetro de um segundo arco concêntrico ao primeiro, com 7 017 m de raio (Fig. 26).



Figura 25: Extrato da “Planta da Cidade de Lourenço Marques, cópia da planta original enviada pela repartição tecnica da Camara Municipal”, 6 de nov. de 1911, Escala 1: 5000, AHU (630\_D4\_MU\_DGF\_Rolo\_s.d. Lourenço Marques, Plantas cadastrais da cidade). As áreas assinaladas a rosa, correspondem a “Terreno na posse primitiva do Governo”; o pontilhado negro assinala o “Limite do terreno da administração da Câmara e Governo”. 1. Estâncias de madeira; 2. Ponte de Allen Wack; 3. Ponte-cais em construção.

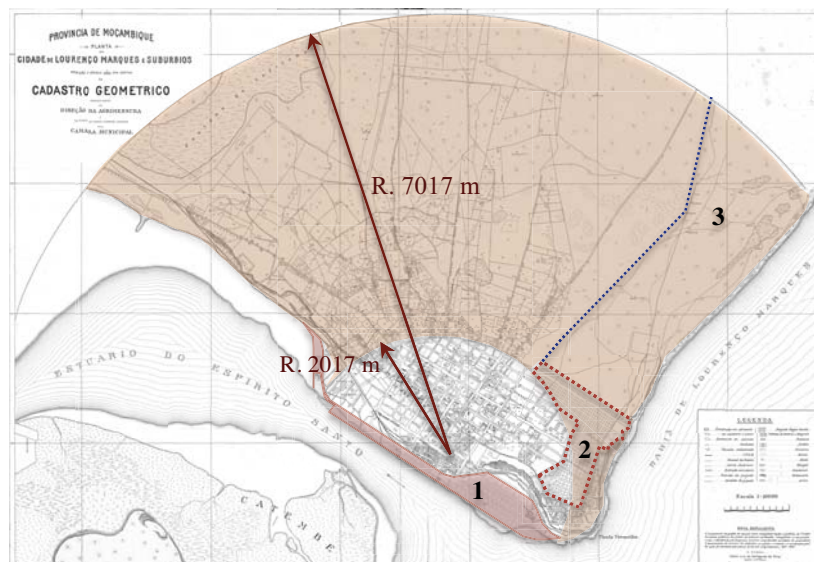


Figura 26: “CADASTRO GEOMÉTRICO - Cidade de Lourenço Marques e Subúrbios”, Escala 1: 10.000, Direção de Agrimensura, 1907-1908, AHM (D.1.30/363, 364, 365), base trabalhada pela autora. Sobre a margem do Estuário (referente à área ferro-portuária e à enseada da Maxaquene), o levantamento assinala o “Projeto Major Serrão” (1), e na Polana, os “Talhões do Governo e Telégrafo” (2). Uma extensa faixa de terreno ao longo da Baía, que ultrapassava os limites do concelho, estava concessionada à *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.* (por aquisição a Oscar Sommerschild) (3).

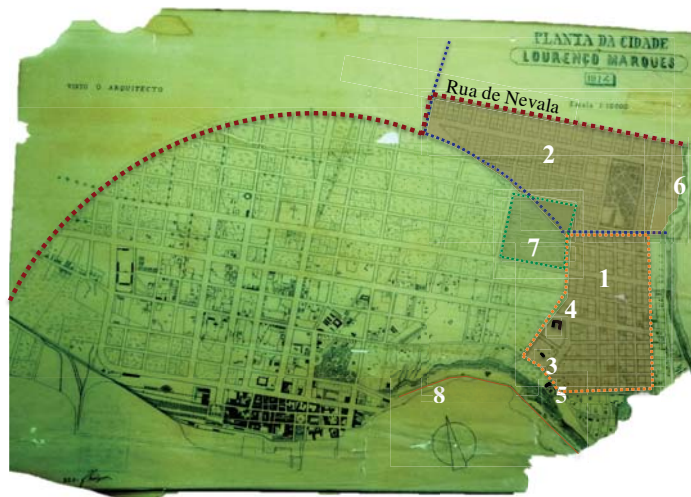


Figura 27: “PLANTA DA CIDADE, LOURENÇO MARQUES, 1914, Escala 1: 10000”, AHM (N.º 1978/D.01), base trabalhada pela autora. Legenda: A mancha castanha assinala os terrenos da antiga concessão da Companhia do Telégrafo (*The Eastern & South African Telegraph Company Limited*) (1), de parte da concessão da *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.* (2), e do Governo<sup>85</sup>. Assinalam-se o edifício da Estação Telegráfica do Cabo Submarino (3) (o quartirão foi ocupado sucessivamente pelo Liceu Salazar/Josina Machel); o Instituto João de Deus (4) (quartirão ocupado sucessivamente pelo Liceu 5 de Outubro, já desaparecido, recebe atualmente a Escola Comercial); o antigo Hotel Cardoso (demolido em 1938 para dar lugar ao atual, Lima, 1966a: 207 ss.) (5); o (projeto do) Hotel Polana (construído em 1922, Lobato, 1961: 52) (6); o quartirão do Hospital Central Miguel Bombarda (7) (sobre terrenos na posse do Governo e outros expropriados à *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.* na parte externa ao arco de circunferência); e a linha de tramway de ligação à praia da Polana (8).



Figura 28: Excerto da Planta “Província de Moçambique, Cadastro Geométrico, Distrito de Lourenço Marques, Escala 1: 25 000, 1916”, AHM (2030/D2.07). A área urbana aparece claramente limitada pela Estrada da Circunvalação e a Rua dos Combatentes de Nevala. A ocupação espontânea dos subúrbios aparecia rasgada pelas velhas estradas de ligação às povoações vizinhas.

Antes da chegada de António Ennes a Lourenço Marques, para as campanhas de 1895, já a Expedição do Conselheiro Mariano de Carvalho tinha realizado o levantamento pormenorizado da cidade (com os trabalhos em curso para a implantação

<sup>85</sup> Os terrenos do Governo, nestes parcelamentos, constituem várias parcelas esparsas, objeto de permuta em várias ocasiões. Essas parcelas estão claramente identificadas na “PLANTA DA CIDADE, LOURENÇO MARQUES E PARTE DOS SUBÚRBIOS, 1940, Escala 1: 5000” (AHM, cota D.24/2001).

do “Plano Araújo”) e vários estudos, entre os quais, os “Ante-projetos de captagem – distribuição d’águas – rede de esgotos” para o “Saneamento da Cidade de Lourenço Marques” (*Expedição Conselheiro Mariano de Carvalho, Estudos do Saneamento da Cidade de Lourenço Marques, Desenhos, 1892; MISSÃO MARIANO DE CARVALHO À PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE EM 1890, PHOTOGRAPHIAS; Soeiro, 1895*). A descrição do diretor das Obras Públicas, Henrique César da Silva Barahona e Costa, no seu relatório de 1895, no entanto, é eloquente quanto ao prosseguimento dos melhoramentos. Os engenheiros da expedição de 1877 tinham formulado planos de melhoramentos para cada distrito, que a curto prazo eram abandonados seguindo a opinião variável dos governadores, que pelo decreto de 3 de setembro de 1903 (*Boletim Oficial da Colónia de Moçambique n.º 42, de 17 de outubro de 1903*), estavam autorizados a alterar a dimensão dos talhões e os traçados das ruas das plantas da cidade.

O resultado ahi está manifesto: não ha uma ponte caes em nenhum dos portos da provincia que seja digno de menção; poucos, muito poucos edificios publicos vieram juntar-se aos que a expedição encontrou, não há estradas que communicem facilmente os pontos que mantem mais importantes relações commerciaes, não ha uma unica doca, não ha em fim um melhoramento que marque um periodo na vida d’esta provincia e que atraia atenção pela sua utilidade pratica. (*Anno económico de 1893-1894, Relatório referido a 30 de Junho de 1894 apresentado a Sua Ex.<sup>cia</sup>, o Sñr. Conselheiro Director Geral da Secretaria do Ministerio da Marinha e Ultramar, 1895, fôlio 9*)

Poucos anos depois, Mouzinho de Albuquerque, na qualidade de governador-geral da Província, referia aproximadamente o mesmo cenário, os melhoramentos materiais tinham sido na realidade poucos: uma ponte de carga e descarga, só acostável por pequenas embarcações na maré cheia, o Quartel da Polícia, a Repartição de Obras Públicas, na cidade de Lourenço Marques; o hospital na Ilha de Moçambique; mobílias

e obras de reparação em palácios, igrejas, fortalezas e residências de governadores, mas nenhuma obra com impacte real no desenvolvimento económico da Província. O dinheiro ia-se todo “em embaixadas, presentes a régulos, dinheiro e armas a potentados que levantavam forças indígenas, com as quais se pensava inútil e improficuamente em suprir a falta de tropas regulares” (Mousinho de Albuquerque, 1934: 82-83, 1.<sup>a</sup> ed. 1899).

A juntar a estas dificuldades, e na sequência de uma medida institucionalizada pelo Conselheiro Régio António Ennes — a transferência dos arquivos da Administração para a Metrópole (Lobato, 1945: 51; Ennes 1945, 1.<sup>a</sup> ed 1898) —, os técnicos (em comissão de serviço na Província) operavam ignaros dos trabalhos e estudos efetuados pelas equipas técnicas de comissões precedentes<sup>86</sup>. Somavam-se aos entraves provocados pela falta de capital e recursos materiais e humanos, para a prossecução atempada de obras civis, a enorme burocracia que do Terreiro do Paço administrava o Império (Mousinho de Albuquerque, 1934: 81-82, 84, 89, 1.<sup>a</sup> ed. 1899). Segundo Mousinho de Albuquerque, dali emanavam leis e regulamentos “para países que desconhec[iam] por completo” (1934: 84, 1.<sup>a</sup> ed. 1899) e da Colónia, faziam “uma verdadeira caricatura da metrópole”, o que “contrastava dolorosamente [...] com o que se passava nos países que a cerca[va]m e avizinha[va]m” (1934: 89, 1.<sup>a</sup> ed. 1899).

Em meados de 1891, a população da cidade fixava-se em 2285 indivíduos de variadíssimas proveniências (Soeiro, 1892: vol. I, 4). Segundo a “Estatística da população da cidade de Lourenço Marques em 30 de junho de 1891” (Soeiro, 1895: 6),

---

<sup>86</sup> “A missão que me proponho seria notavelmente facilitada se pudesse dispôr dos trabalhos elaborados por alguns collegas meus de summa competencia profissional como Almeida Soeiro, Roma Machado, Freire d’Andrade etc. Acontece porem que a direcção não possui sequer copia desses trabalhos vendo-me eu por isso até na impossibilidade de a elles me referir com perfeito conhecimento. Lembro desde já a conveniencia de sollicitar ao Ministerio da Marinha copias de todos os projectos que interessem esta provincia.” (*Anno económico de 1893-1894, Relatório referido a 30 de Junho de 1894 apresentado a Sua Ex.<sup>cia</sup>, o Sñr. Conselheiro Director Geral da Secretaria do Ministerio da Marinha e Ultramar*, 1895, fólho 10).

os europeus e americanos somavam 991 indivíduos<sup>87</sup>, os asiáticos 405 e os africanos 889. Para além de portugueses (773), destacavam-se franceses (70), ingleses (57), holandeses (39), alemães (17), italianos (10), e em menor número, gregos (8), belgas (3), espanhóis (3), suecos (4), russos (2), um austríaco, um suíço, um dinamarquês, um turco e um americano.

O quadro permite entrever o cosmopolitismo da comunidade (formada por funcionários, soldados, artesãos e comerciantes) que participou no “arranque” de Lourenço Marques, gravada na rica herança dos seus patrimónios (na arquitetura, na língua, na gastronomia, no vestuário...). A construção da cidade foi, pois, marcada por essa afluência (de raças e credos: muçulmanos, hindus, católicos...) que lhe vincou o caráter peculiar, expresso “no edificado diverso e na heterogeneidade da sua população” (Morais, 2001: 80). É necessário notar, no entanto, que se no início da ocupação muitos europeus e indianos “tinham vizinhos africanos” (Liesegang, 1987: 22), a partir da década de 1880, começou a emergir a divisão da estrutura urbana em grupos sociais e raciais<sup>88</sup>. A situação agravou-se com o novo regulamento que concretizou o “estatuto do indígena”<sup>89</sup> e com o das condições de assalariamento na cidade, o “Regulamento dos Serviçais e Trabalhadores Indígenas no Distrito de Lourenço Marques”, de 1904. Este último, excluía da cidade os “indígenas” que não fossem proprietários de bens imóveis

<sup>87</sup> Segundo Gerhard Liesegang (1987: 19), em 1887 o “número de civis europeus residentes em Lourenço Marques começava a ultrapassar o da Ilha de Moçambique”, situação que associada à construção do caminho de ferro de ligação ao Transval, ao aumento do movimento do porto e das receitas alfandegárias (que ultrapassaram pela primeira vez as da capital da Colónia) justificou a elevação da “jovem vila de Lourenço Marques a cidade, estatuto esse que o município da Ilha de Moçambique vinha gozando desde 1818”. Para uma tabela com a conformação da população de Lourenço Marques entre 1844-1896, veja-se Liesegang, 1987: 43; Lobato, 1970b: 138-139.

<sup>88</sup> “Joest (1885: 211-2), que esteve em Lourenço Marques no início de 1884, conta que ‘na povoação de Lourenço Marques não se toleram pretos durante a noite, com a exceção de alguns empregados domésticos. Vivem fora, nas encostas do alto. O seu número é difícil de determinar, mas pode elevar-se a alguns milhares’. A proibição de construir palhotas ou utilizar cobertura de capim ou caniço (desde 1876) também deve ter contribuído para aprofundar a divisão social” (Liesegang, 1987: 59 nota 14). Veja-se também, Oliveira, 1987: 99, 105 notas 32-34, 107 notas 49-50.

<sup>89</sup> A primeira legislação laboral indígena, para Moçambique, foi aprovada em 1899 (Regulamento do Trabalho dos Indígenas — Decreto de 9 de novembro de 1899, Ministério da Marinha e Ultramar, *Boletim Oficial* n.º 3, 1900, 23-29).



ou de estabelecimentos comerciais ou industriais; não estivessem empregados no Estado ou no município; não tivessem uma licença para procurar emprego; ou que não fizessem prova de estarem de passagem para resolver algum assunto pessoal ou profissional; estando os “admissíveis” interditos (salvo algumas profissões) de circular dentro da cidade a partir das 21 horas (Oliveira, 1987: 96-97). A partir de 1919, pelo “Regulamento dos Passes Indígenas”, só podiam ser recrutados para o trabalho, os “indígenas” que tivessem “bilhete de identidade” e documento de “livre trânsito” para circular entre as várias áreas administrativas. Três anos mais tarde, só os “indígenas” com passe de trânsito podiam permanecer na cidade por mais de três dias. Os que não tivessem alojamento no local de serviço deviam pernoitar nos “compounds” (Oliveira, 1987: 97).

Na parte oriental da vila residiam mormente comerciantes indianos, no “velho bairro fundado por baneanes e mouros de Diu” (Lobato, 1970b: 192), em redor da Rua da Gávea e das Travessas.

A Rua da Gávea não era um *gueto* imposto, mas um *gueto conseguido*, e a divisória assentava na religião, que diferenciava os sistemas de pensar e de viver. Era por este critério que os goeses cristãos eram *brancos*, para os negros, e os mouros e hindus, tão indianos como aqueles, apenas *monhês* (Lobato, 1970b: 198, sublinhado no orig.)

A comunidade maometana vivia pois à parte, “no íntimo e na vida, permanec[iam] todos hindus ou muçulmanos, apegados às tradições ancestrais indianas”<sup>90</sup> (Lobato, 1970b: 194). Foi nessa área, na velha Travessa do Funil (atual Rua

---

<sup>90</sup> “O negro distinguia muito bem as essências psicológicas de cada tipo, e os europeus puros, os europeus mestiçados, os goeses e os mulatos, que viviam todos em comum e à mesma maneira, em casa com a família, como na vida social de relação, eram todos *brancos* para os negros, isto é, os detentores de padrões de vida que tinham sido trazidos pelos europeus que comandaram a fundação de Xilungúne, e eram os que davam ordens.

Os *monhês* portanto, sempre à parte, viviam separados como queriam, e cada sua casa era propriamente um *gueto* cerrado, onde o negociante vivia com os empregados, os escravos, as negrinhas, os negros que

da Mesquita) que construíram a sua imponente mesquita em alvenaria, em 1887<sup>91</sup>, substituindo a modesta construção de madeira e zinco que até aí servira essa função (Lima, 1966a: 75). Por essa altura (*ca.* 1890), não existiam outras construções entre a Mesquita e a nova Praça Azeredo (ou Azaredo, como aparece nomeada em grande parte da cartografia de final do séc. XIX e início do séc. XX) /Mac-Mahon/dos Trabalhadores (Lima, 1966a: 77).

A Rua da Gávea e as Travessas adjacentes mantiveram ao longo do tempo um caráter próprio. O bairro foi, no entanto, esventrado pelo avançar da Av. Central/Karl Marx sobre a “cidade velha” décadas mais tarde, suprimindo-se a histórica Travessa da Porta da Linha, que dava sobre a antiga entrada do presídio, com o seu portão armoriado (Lobato, 1970b: 138, 191-192).



Figura 29: “Mohammedan Mosque [Sala de mesquita com diversos candelabros]”, [s.d.], J.M. Lazarus, Coleção “Aspectos de Lourenço Marques”, IICT/AHU doc. N.º 5973. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7452> [consult. 21 agos. 2014].

Figura 30: Pormenor da Mesquita, Lourenço Marques, 1967, AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 10, Icon. 148).

---

eram chefes de fila para o negócio do mato, e uma escrava comprada que se tornava a *caseira*, simples concubina que nunca passava disso, ao mesmo nível da bailadeira na Índia. Porque todos eles eram sempre casados na sua terra, ou estavam a amealhar para ir casar lá, em obediência ao princípio da continuidade religiosa e cástica da família [...]” (Lobato, 1970b: 198-199).

<sup>91</sup> Parecer sobre a demolição da Mesquita da Baixa, Ref.ª 198/DCJD/CM/98, Conselho Executivo da Cidade de Maputo, de 14 de setembro de 1998.

A Mesquita, um dos marcos arquitetónicos da Baixa antiga de Maputo, foi objeto de várias alterações ao longo do tempo. Obras de demolição e ampliação levadas a cabo pela Associação da Comunidade Maometana (proprietária do imóvel), no final da década de 1990, alteraram-lhe radicalmente a conformação. Do antigo edifício resta o vestígio da fachada sobre a Rua da Mesquita, emoldurada por um novo corpo ampliado até à Rua da Gávea, com um novo minarete. Sobre este edifício, veja-se Lima, 1966a: 75-80; Lobato, 1970b: s.p., imagens 145-150; “Mosque [fachada da mesquita]”, [s.d.], J. M. Lazarus, Coleção “Aspectos de Lourenço Marques”, IICT/AHU doc. N.º 5986. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7465> [consult. 21 agos. 2014].



Figura 31: “Lourenço Marques, Monhés na Mesquita”, postal antigo, ca. 1913, [s.a.]. Disponível em <http://www.delcampe.fr/items?reWriteUrl=Y&language=F&cat=1008&var=Cartes-Postales-Afrique-Mozambique&searchString=&page=6&useAsDefault=> [consult. 13 agos. 2015].

Na periferia imediata oriental da antiga Baixa de Lourenço Marques, caracterizada por terrenos alagados, a comunidade chinesa desenvolveu sobretudo a horticultura, vendendo os seus produtos no Mercado Central (Medeiros, 1996: 302 nota 3). No início do século XX, essa comunidade tinha erigido o seu “Pagode” (da Associação Chinesa, fundada em 1903), um edifício de piso térreo em alvenaria, de planta quadrangular, com um alpendre ricamente desenhado, recuado sobre a Avenida Fernão de Magalhães<sup>92</sup> (Fig. 32). O Pagode servia para promover a educação, o convívio e a assistência social aos membros necessitados daquela comunidade.

A partir da década de trinta do século XX, a comunidade chinesa cresceu rapidamente desempenhando várias atividades económicas (comércio, restauração, estúdios-loja de fotografia, construção civil, etc.). No final da década, foi fundada a Escola Chinesa. O alpendre do Pagode foi então demolido e juntou-se-lhe um interessante edifício de desenho modernista que deita sobre a Av. Fernão de Magalhães, o edifício da Escola Chinesa. No interior desse edifício foi colocado o Templo, trazido da China, removido aquando da nacionalização do imóvel<sup>93</sup>, em 1976, para os depósitos

<sup>92</sup> Já assinalado na “PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES LEVANTADA SOB A DIRECÇÃO DE CAETANO MARQUES DE AMORIM e FERNANDO MARIA QUINTELLA [...], 1907”, AHU (CART m\_064\_D.631/D.632/D.633) (ver Fig. 47); v.t. Rufino, 1929: vol. III, 98; “Planta geral da cidade e porto de Lourenço Marques: 1926. [...]”, BNP (cc-180-r). Disponível em <http://purl.pt/22484/2/> [consult. 2 jan. 2015].

<sup>93</sup> As nacionalizações abrangeram vários imóveis erigidos pela e para a comunidade chinesa em Maputo, entre eles, aqueles afetos a associações culturais, de beneficência e desportivas e à atividade educativa.

do Museu de Arte (Jorge Fung, 15 de nov. de 2014). Na antiga Escola Chinesa passou a funcionar, de seguida, a Escola de Artes Visuais. O imóvel foi devolvido pelo Estado Moçambicano à comunidade chinesa há alguns anos e esse complexo, onde subsiste o antigo Pagode, constitui atualmente a sede da “Associação da Comunidade Chinesa de Moçambique”.



Figura 32: Av. Fernão de Magalhães, Lourenço Marques, 1937, AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 2, Icon. 48). Sobre a esquerda, entrevê-se (parcialmente) o Pagode Chinês, e do outro lado da avenida (ao centro), o edifício da Repartição de Obras Públicas (atual MOPH).

Figura 33: Avenida Fernão de Magalhães, Maputo, 2012, autora. O edifício ao centro, é a sede da Associação da Comunidade Chinesa de Moçambique.



Figura 34: Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.], IICT/AHU doc. N.º 1531. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD2999> [consult. 25 jul. 2014]. Ao longo da Av. Fernão de Magalhães (entre as antigas Avenidas D. Luís/Samora Machel e Manuel de Arriaga/Karl Marx) encontram-se os edifícios das antigas Escola Chinesa e da Repartição de Obras Públicas. Em primeiro plano, a Praça Mouzinho de Albuquerque, com o respetivo monumento.

Figura 35: Pormenor do antigo Pagode Chinês, Av. Fernão de Magalhães n.º 83, 2014, autora.

---

Refiro-me, nomeadamente, à Escola Chinesa, na Av. Fernão de Magalhães e ao imóvel da Associação de Beneficência “Chee Kung Tong”, situado na Av. Josina Machel, entregue à comunidade muçulmana, onde funciona atualmente uma mesquita (informação recolhida a partir de entrevista gravada em Maputo, 15 de nov. de 2014, ao presidente da Associação da Comunidade Chinesa de Moçambique, Jorge Fung).

Sensivelmente no mesmo período em que surgia o Pagode Chinês, era colocada a primeira pedra para a construção da sede do Instituto Goano<sup>94</sup> (em 2 de agosto de 1907) pelo Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança, acompanhado por várias individualidades, os sócios e as suas famílias, na Av. Andrade Corvo/Ho Chi Minh (Lima, 1966a: 132-133). Inaugurado em 18 de maio de 1928, o edifício tornou-se pequeno para as necessidades da então Associação Indo-Portuguesa e foi demolido em 11 de setembro de 1963 (Lima, 1966a: 136-137) para dar lugar a um novo. A pedra fundamental da antiga sede, proclamada relíquia nacional<sup>95</sup>, foi ali recolocada em 1963 pelo então governador-geral Almirante Manuel Sarmento Rodrigues. O edifício foi classificado como monumento nacional pela Portaria n.º 17 787, de 9 de maio de 1964 (ARPAC, Ficha Inquérito: “Pedra Fundamental do Instituto Goano”, Cx. Maputo-Cidade-Cadastro) e inaugurado pelo Almirante Américo Deus Rodrigues Tomás, em 23 de julho do mesmo ano (Lima, 1966a: 144). No período pós-independência, o edifício chegou a receber o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, tendo vindo a albergar em definitivo o Museu Nacional de Arte. Encontra-se ali um importante espólio, não inventariado, de estatuária do período colonial, removida de vários edifícios e locais públicos durante o Governo de Transição (1975-1976), dispersa nos terrenos anexos.

---

<sup>94</sup> A organização de uma associação indo-portuguesa em Lourenço Marques remonta a 1900 (Lima, 1966a: 131, 137), mas só em 31 de dezembro de 1905 ficou assente a fundação do “Instituto Goano de Lourenço Marques” pelos descendentes de goeses que viviam em Lourenço Marques. A fundação tinha o intuito de estabelecer uma associação recreativa, dotada de meios legais para defender os interesses da comunidade (Lima, 1966a: 131). Pela portaria n.º 3 519, de 21 de setembro de 1938, passou a chamar-se Associação Indo Portuguesa e mais tarde, “Casa de Goa” (ARPAC, Ficha Inquérito: “Pedra Fundamental do Instituto Goano”, Cx. Maputo-Cidade-Cadastro). Veja-se também, Lima, 1966a: 129 ss., e para uma imagem do antigo Instituto Goano, Rufino, 1929: vol. III, 95.

<sup>95</sup> Pela portaria n.º 17.787, de 9 de maio de 1964 (ARPAC, Ficha Inquérito: “Pedra Fundamental do Instituto Goano”, Cx. Maputo-Cidade-Cadastro). Sobre este assunto, veja-se Lima, 1966a: 141-143.

### 1.1.1.3 O centro político, administrativo e comercial da cidade

A elevação de Lourenço Marques a capital da Colónia, em 1 de dezembro de 1898, deveu-se à necessidade de afirmação política da Coroa portuguesa no distrito (Mendes, 2008: 494, 517 ss.; Morais, 2001: 38; Cabaço, 2007: 90) onde o capital inglês imperava e a uma estratégia de planeamento moderna do território:

Na época em que tal facto teve lugar, era de considerável importância para a vida desta Província, as relações com os territórios estrangeiros vizinhos — em plena transformação política e económica — e a proximidade de Lourenço Marques, onde residia o governador. (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 11)

Até 1890, grande parte do comércio externo de Moçambique tinha como destino sobretudo a França e a Inglaterra e a partir do final do século XIX (1890-1892) até às primeiras décadas do século XX, grande parte do território permaneceu concessionado a companhias majestáticas de capitais maiormente estrangeiros (First, 1977: I.1-I.2; Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 290-294; Oliveira Marques, 1998: 206-210). Essa “concessão administrativa” explica-se pela dificuldade que Portugal encontrou em garantir, por si só, a administração e a presença num território tão extenso, antes se submetendo à agenda de motivações externas<sup>96</sup>. A transferência da capital da cidade de Moçambique para Lourenço Marques, no extremo Sul da Colónia, pouco desenvolvido, implicou o planeamento e o desenvolvimento de estruturas políticas, administrativas e infraestruturas de serviços na cidade<sup>97</sup> (Mendes, 2008: 517).

---

<sup>96</sup> Sobre este assunto, veja-se “Crónica do Trimestre: Vida administrativa, A Divisão administrativa da Colónia”, 1942: 125–129; Barros, 1942: 5-11; Cardoso, 1943: 91-111; Santos, 1945: 47-60; First, 1977: I.1; Isaacman e Isaacman, 1983: 27; Morais, 2001: 37-38.

<sup>97</sup> “No que diz respeito a edifícios públicos em Lourenço Marques são eles bem necessários mormente se ficar estabelecido que a sede do Governo Geral se muda para esta cidade. Por esta ordem de ideias, attendendo ás mais urgentes necessidades do districto e pela sua ordem de urgência mencionarei os seguintes:

1.º Novo Hospital. Este edifício de que se acha ante-projectado é de tal urgência que estando o actual hospital inteiramente cheio anteriormente á vinda da primeira expedição foi nomeada uma comissão para a escolha do local sendo os facultativos e engenheiros que a compunha accordes que era o alto de

Até aí, o (pouco) investimento público concentrou-se sobretudo no desenvolvimento e ampliação do porto de mercadorias<sup>98</sup>, nos “estudos do caminho-de-ferro do Transval e [n]a construção da linha” (Longle, 1887: 12). A afluência de mercadorias, de estrangeiros de passagem para as minas do Transval e de outros trabalhadores<sup>99</sup> para as obras de ampliação do porto e de construção da linha férrea, no final do século XIX, transformaram Lourenço Marques num interposto comercial em franco desenvolvimento.

O plano de expansão da vila levado adiante pela 3.<sup>a</sup> Secção de Obras Públicas — o Plano Araújo (1887-1895) — privilegiou duas questões imperativas: maior acessibilidade para o comércio intrarregional e regional e o saneamento da povoação. A solução projetual para essas questões encontrou-se justamente na boa relação do porto/caminho de ferro com a cidade, permitindo o acesso mais económico e eficaz a materiais de construção e às restantes mercadorias. O alargamento da cidade fez-se, portanto, a partir do núcleo urbano preexistente, procedendo primeiramente a um aterro de 2 metros em média sobre o pântano da Avenida D. Carlos (o eixo longitudinal de transição para a “cidade nova”) e da Praça de D. Vasco da Gama, e progressivamente, ao saneamento do restante pântano do Maé (*Relatório da gerência do anno económico*

---

Machaquene a leste da Avenida do mesmo nome e a norte da Avenida Pinheiro Chagas, o mais apropriado para este fim. Elaborei então o ante-projecto que submetti á opinião da Junta de Saúde que o aceitou com ligeiras modificações, sendo calculado para 400 doentes [...] [...]

2.º Direcção dos Telegraphos e Estação Central. Esta obra cujo ante-projecto se acha concluído e vae ser brevemente enviado para o ministério, consiste n'um edificio de alvenaria com a forma mais adaptada a este clima tendo os compartimentos necessários para a recepção e expedição de telegrammas sala de apparatus telegraphicos, gabinetes para os directores tanto do telegrapho portuguez como submarino, arrecadações, officinas de reparação, depósitos e alojamentos para os empregados e destinado ao terreno do Estado compreendido entre a actual Repartição da Fazenda e a Cadeia Civil e a sua estimativa é de 18.000:000 reis [...].

3.º Edificio para secretarias do Governo Geral, Governo do Districto, Inspeção de Fazenda, Estação Central de Polícia e Posto Medico Central do Governo. [...]”. (*Relatório da gerência do anno económico de 1899-1900*, 1901), AHU (2510\_IB\_SEMU\_DGFTO\_MC\_1892\_1901).

<sup>98</sup> Veja-se Lima, 1971: 9-12 e 34 ss.; Morais, 2001: 29-39, 67.

<sup>99</sup> Na década de 1885 a 1895, a população (mormente masculina) de origens europeia e asiática aumentou cerca de 68% (a rondar pouco mais de 1400 indivíduos) (*Boletim Oficial*, n.º 3, 21 de janeiro de 1888, 36; Morais, 2001: 101).

de 1899-1900, 1901). A falta de condições para concluir as obras nas novas ruas e avenidas, deixadas com o piso em areia, à espera de macadame, condicionou a edificação nos novos quarteirões às portas da velha cidade, vista a dificuldade em transportar materiais de construção naquelas condições (*Relatório da gerência do ano económico de 1899-1900*, 1901). Por volta de 1900, construía-se uma média de vinte casas por mês dentro da cidade, cerca de 1/4 em alvenaria (*Relatório da gerência do ano económico de 1899-1900*, 1901). Até ao final da primeira década do século XX, a cidade pouco tinha crescido. Para além da Baixa antiga, a ocupação dos quarteirões limitava-se à área entre as Avenidas Augusto Castilho e General Machado. A poente da Av. General Machado, entre a Av. da República e a Av. Fernão de Magalhães, os quarteirões permaneciam desocupados. A edificação continuava para poente, no Alto Maé, onde prevaleciam habitações em madeira e zinco.

A Praça da Picota, então denominada 7 de Março (em homenagem à chegada da expedição de Obras Públicas, de 1877), já atravessada pelo prolongamento da Rua dos Mercadores (atual Rua de Bagamoyo) (Rufino, 1929: vol. I, 10; Lobato, 1970: s.p., imagens 30-31), foi nivelada e ajardinada na parte norte, constituindo o primeiro Jardim Público de Lourenço Marques<sup>100</sup> (Fig. 36). Na parte sul, empedrada, surgiram vários quiosques e mais tarde, um coreto para a banda<sup>101</sup>, tendo a frente ribeirinha sido fechada pelos novos hangares da Alfândega (Lobato, 1970b: s.p., imagem 216). A este, depois de aterrada a doca da Alfândega para fazer o cais, foi edificado o edifício da Capitania do Porto (o Capitania Buildings) (1899/1901), uma estrutura prefabricada em ferro,

<sup>100</sup> Para a descrição da Praça, já ajardinada, ca. 1890, veja-se Manoel Pereira, 1891: 15 *apud* Pereira, 2013: 43. Para algumas imagens da Praça 7 de Março nesse período, veja-se “Lourenço Marques [Maputo] Delagoa Bay: Gardens near Customs”, [s.d.], J. M. Lazarus, IICT/AHU doc. N.º 23249; “Lourenço Marques – Jardim da Praça 7 de Março, gasómetro, delegação da alfândega”, 1889-91, Manoel Romão Pereira, IICT/AHU doc. N.º 5052; “LOURENÇO MARQUES - Barracão da alfandega e ponte de madeira” (N.º Geral 1383, Arm.o 5, N.º 31), *MISSÃO MARIANO DE CARVALHO À PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE EM 1890, PHOTOGRAPHIAS*; Lobato, 1970b: s.p. imagens 20-24.

<sup>101</sup> Veja-se Rufino, 1929: vol. III, 64-66; Lobato, 1970b: 35, s.p. imagem 216; Morais, 2001: 78; Morais *et al.*, 2012: 46, 63; Pereira, 2013: 41.



importada da África do Sul pela *Delagoa Bay Development Corporation Ld.* (Corvaja, 2003: 68; Morais *et al.*, 2012: 63).



Figura 36: Excerto da “Planta da cidade de Lourenço Marques, levantada pelo pessoal da expedição, 1892, escala 1/2500”, com a Praça 7 de Março e os novos hangares e a ponte da Alfândega. Fonte: *Expedição/ Conselheiro/ Marianno de Carvalho/ Estudos do Saneamento/ da Cidade/ de/ Lourenço Marques/ Desenhos*, 1892.

Dos lados norte e nascente da Praça 7 de Março circulava o elétrico (a partir de 1904), explorado pela *Delagoa Bay Development Corporation Ld.*<sup>102</sup>, que ligava a Baixa à Polana e ao Alto Maé, com paragem junto ao emblemático edifício pré-fabricado da Capitania do porto. A sul, depois de aterrada a antiga doca e a tão cobiçada área marginal adjacente à Alfândega (Ennes, 1945: 33, 1.<sup>a</sup> ed. 1898; Morais *et al.*, 2012: 44), na última década do século XIX, surgiu a praça António Enes (Fig. 40) e o respetivo monumento (inaugurado em 1910). A praça, que foi suprimida no período pós-independência (atualmente recebe o Museu da Pesca, inaugurado no final de 2014), estava limitada, a norte, pela Av. 18 de Maio (antiga Rua 18 de Maio, atual Av. Mártires de Inhaminga) e, a sul, pela Avenida Cândido dos Reis (suprimida e recintada sucessivamente na área de serviço afeta ao porto).

<sup>102</sup> Veja-se “Planta de Lourenço Marques: indicando aproximadamente todos os melhoramentos da cidade e do porto: segundo a carta inglesa da Delagoa Bay Dev. Corp. - [Escala não determinada]. - [Lisboa] : A Editora, [1910]. - 1 carta : color. ; 17,80x22,10 cm em folha de 26,30x30,50 cm. - Revista Portugal em África”, BNP (cc-53-p2). Disponível em <http://purl.pt/21979/2/> [consult. 2 jan. 2015].

No início da primeira década do século XX, todo o antigo limite ribeirinho, adjacente e a sul da cidade, tinha sido aterrado entre a Ponte da Alfândega e a Ponte do Caminho de Ferro. A área foi redesenhada com uma pujante estrutura de cais acostável a grandes navios, a Ponte-cais Gorjão, projetada para cobrir a extensão entre a Praça 7 de Março e a Ponte da Companhia neerlandesa. A ponte-cais foi iniciada em 1902 e inaugurada em 1903 (Alberto, 1907: 179; Lima, 1971, vol. III: 34), tendo o porto sido objeto de várias ampliações e melhorias ao longo das primeiras décadas do século XX (Lima, 1925: 15; Morais, 2001: 101 ss; Morais *et al.*, 2012: 44).

Em nova remodelação da Praça 7 de Março, desapareceu o atravessamento que saía da Rua Araújo/de Bagamoyo e a área foi pavimentada em calçada portuguesa, com canteiros, árvores e bancos. A estética modernista da década de 1940 seria inaugurada, nesta moldura urbana, pelo Prédio Fonte Azul (antiga sede de vários departamentos públicos), entre as Ruas da Lapa e Alexandre Herculano/Timor Leste.



Figura 37: Vista parcial da Praça 7 de Março/25 de Junho, com o Prédio Fonte Azul (à direita), [s.d.], [s.a.], CEDH-FAPF. Sobre a Avenida da República/25 de Setembro (da esquerda para a direita) vêem-se a Pastelaria e o Cinema Scala (gaveto e lote sucessivo), o prédio da firma Breyner & Wirth e o edifício dos Correios.

Figura 38: Vista parcial da Praça 7 de Março, [s.d.], [s.a.], CEDH-FAPF. Ao centro, no gaveto com a Rua Araújo, está o edifício (*Art Deco*) da Repartição Técnica de Estatística e Conselho de Câmbios e o do Arquivo Histórico, seguido pelo Teatro Varietá (na Rua Araújo/de Bagamoyo). No quarteirão adjacente, a norte, ficava o Café Nicola, que deu lugar ao Banco Borges & Irmão (atualmente com o edifício do Banco Standard Totta).

Durante as primeiras décadas do século XX, a Praça 7 de Março/25 de Junho manteve o carácter de verdadeiro centro cívico de Lourenço Marques (Lobato, 1970b: 33), continuando a receber edificado de exceção nas imediações. No topo norte,

surgiram o Standard Bank, já demolido e substituído por novo edifício de cariz neoclássico (o Standard Totta de Moçambique, renomeado Standard Bank, edifício sede da empresa), e a filial do Banco Nacional Ultramarino (BNU), de 1914<sup>103</sup>, com uma fachada *Beaux-Arts*, desenhada por José Cristiano de Paula Ferreira da Costa (Corvaja, 2003: 50; Morais *et al.*, 2012: 63; Miranda, 2013: 347). A poente, surgiu o edifício-sede da Repartição Técnica de Estatística e Conselho de Câmbios<sup>104</sup> (Fig. 38), de 1936, com uma estética inovadora para a encomenda pública da cidade (projeto de António Rosas), ampliado em 1947, segundo projeto de Francisco Assis (n. 1915). Nesse edifício, funcionou inicialmente o Arquivo Histórico de Moçambique, criado em 1934, sob a tutela da Repartição Técnica de Estatística e Conselho de Câmbios, pela Portaria-Provincial n.º 2267, de 27 de junho (“Crónica do Trimestre: Arquivo Histórico de Moçambique”, 1939: 151–152; Oliveira, 1987: 102 nota 14). O Arquivo Histórico foi transferido para sede própria, edificada em 1941-42, no gaveto formado pela Rua Araújo/de Bagamoyo e a Travessa do Varietá, aquando da remodelação do edifício da Repartição Técnica de Estatística (Oliveira, 1987: 88; Ferreira, 2006: 96-97).

O edifício da Repartição Técnica de Estatística, Conselho de Câmbios e Arquivo Histórico foi objeto de uma modificação ulterior por volta de 1970 (Ferreira, 2006: 114), optando-se pelo Estilo Internacional<sup>105</sup> (tardio relativamente aos modelos internacionais) e cêrceas que ultrapassam claramente os índices verificados na envolvente (Figs. 39 e 41). A ampliação, desenhada pelo arquiteto Marcos Miranda

<sup>103</sup> Foi construído pelo empreiteiro F. Paulo Conte e demolido em 1958 para dar lugar à nova filial, inaugurada em 16 de maio de 1964, data da comemoração do centenário do BNU (Morais *et al.*, 2012: 63; Miranda, 2013: 347, 350, 363). A inauguração efetiva teve lugar em 25 de julho do mesmo ano e contou com a presença do Almirante Américo Tomás (Miranda, 2013: 350; 363).

Sobre a primeira filial, veja-se Lima, 1967: 63; Corvaja, 2003: 50; Miranda, 2013: 375. Sobre a filial inaugurada em 1964, veja-se Miranda 2012; 2013: 347-383; “Banco Nacional Ultramarino (atual Banco de Moçambique), Maputo [Lourenço Marques], Maputo, Moçambique”, *HPIP*. Disponível em <http://www.hpip.org> [consult. 12 maio 2013]).

<sup>104</sup> Sobre este edifício, veja-se “Crónica do Trimestre: Arquivo Histórico de Moçambique”, 1939: 151-152, 167-169; Ferreira, 2006: 81-83, 96-97, 113-116.

<sup>105</sup> Sobre essa modificação, veja-se Ferreira, 2006: 113-116.

Guedes (1924-2001), confirmou a “importância pública da função do edifício” (Ferreira, 2006: 114 nota 153) e uma imagem político-arquitetónica em sintonia com a forte pressão imobiliária verificada nesse período, na área central da cidade.



Figura 39: Praça 25 de Junho, 2013, autora. Sobre o lado poente da Praça, encontra-se o edifício da Reitoria da UEM/Ministério da Indústria e Comércio, com o torreão angular rematado por um coruchéu (1) e o edifício da Direção Nacional de Geologia e Minas e Defesa do Solo (2). No quarteirão adjacente, a norte, está o Standard Bank/Banco Standard Totta (3) e no sucessivo, a Casa Amarela/Museu Nacional da Moeda (4). A sul, no antigo Largo António Enes, encontra-se o Museu da Pesca (5).

Junto à Repartição Técnica de Estatística surgiu o edifício dos Organismos de Coordenação Económica (Figs. 39 e 40), de 1944 (Ferreira, 2006: 98-99), desenhado por Carlos Santos (responsável também pelo contemporâneo edifício da Câmara Municipal). O edifício foi ampliado em 1953 para formar a sede dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique (fundados em 1962, com estatuto de universidade em 1968). Atualmente o edifício recebe a Reitoria da UEM e a sede do Ministério da Indústria e Comércio.



Figura 40: : “O Largo António Enes em Lourenço Marques, 1950”, com o edifício dos Organismos de Coordenação Económica (gaveto), [s.a.]. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/06/17/o-largo-antonio-enes-em-lourenco-marques-1950/> [consult. 16 agos. 2014].

Figura 41: Rua Major Araújo (atual Rua de Bagamoyo), Lourenço Marques, 1966, [s.a.], AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 10, Icon. 150). A torre envidraçada em pano de fundo constitui a ampliação

do antigo edifício da Repartição Técnica de Estatística e Conselho de Câmbios (atual sede da Direção Nacional de Geologia e Minas e Defesa do Solo). Segue-se, no mesmo quarteirão, o edifício do AHM. Em primeiro plano, o Teatro Varieté (demolido).

Do lado nascente da Praça, no gaveto formado pela Travessa da Fonte/Avenida Aguiar/D. Luís/Samora Machel e a Rua de Joaquim Lapa, surgiu o emblemático Prédio Rubi. E, no mesmo quarteirão, no gaveto da Rua Joaquim Lapa com a Travessa da Maxaquene, o luxuoso Prédio Cardiga, de 1950, onde funcionou provisoriamente o Núcleo de Arte (*Plano de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 122); e o novo edifício da Paulino Santos Gil (1950), com o concorrido Café Continental, a casa de fotografia Focus e a Delegação do *Diário de Moçambique* (EPM-CELP, 2010: 16).

A desembocar na Praça 7 de Março/25 de Junho, a Rua D. Luís I/Consiglieri Pedroso assumiu-se desde o final do século XIX e até às primeiras décadas do século XX, como a rua principal do comércio<sup>106</sup>, quando começou a perder protagonismo para as Avenidas da República/25 de Setembro e 24 de Julho. Na Consiglieri Pedroso estavam sediadas variadíssimas casas de renome, como a Minerva Central (1908) — construída sobre a velha Casa Coimbra, estabelecida em 1895 (Lobato, 1970b: 167) —, com a sua magnífica papelaria e livraria (a velha construção subsiste, mas a atividade comercial desenvolve-se num edifício de cariz modernista anexo); a Farmácia A. Barbosa & C.<sup>a</sup> (1914) (Rufino, 1929: vol. III, 32-33; Lobato, 1970: s.p. imagem 142), atualmente em ruínas; ou “casas de moda” como os Armazéns John Orr & Co (antiga Casa Tobler & Cia), do início da segunda década do século XX (Rufino, 1929: vol. III, 19, 76), edifício muito modificado pela varanda e a colunata de cimento sobre o passeio; e em frente, a Casa Fabião, alterada pelo encerramento da sacada com tijolo de vidro (Lobato, 1970b: s.p. imagem 132; Morais *et al.*, 2012: 46-47). Na Consiglieri Pedroso situa-se também, o edifício da 1.<sup>a</sup> Esquadra de Polícia, de 1914, desenhado por

---

<sup>106</sup> Para a descrição da antiga Rua D. Luís ao longo do tempo, veja-se Lobato, 1970b: 165-187.

José Cristiano de Paula Ferreira da Costa (Rufino, 1929: vol. II, 25; Morais *et al.*, 2012: 64), adjacente à “Casa Amarela”.

A partir da década de 1950, com a admissão de novas cércneas ao longo deste eixo longitudinal da “cidade velha”, a Consiglieri Pedroso recebeu o edifício Jossud/Hotel Tamariz, projeto de Amâncio d'Alpoim Miranda (Pancho) Guedes (n.1925) (Guedes, 2009: 198; Morais *et al.*, 2012: 205), de 1951, na esquina da Rua Consiglieri Pedroso com a Av. Manuel de Arriaga/Karl Marx (Fig. 42); o novo edifício sede do BNU (1964) de José Gomes Bastos (1914-1991) e Marcos Miranda Guedes (1924-2001), com a fachada principal sobre a Av. da República/25 de Setembro, uma verdadeira *Gesamtkunstwerk* para a qual contribuíram variadíssimos artistas de renome nacionais (Miranda, 2013: 359-361); e os notáveis Prédios Octávio Lobo (Guedes, 2009: 16, 201) e Spence e Lemos (Guedes, 2009: 200), que rematam a atual Praça dos Trabalhadores, ambos de Amâncio d'Alpoim Miranda (Pancho) Guedes.



Figura 42: Rua Consiglieri Pedroso, [s.d.], [s.a.], AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, “anos 1960 e 70”, Cx. 8, Icon. 414). Em primeiro plano, o Hotel Tamariz, seguido pelos edifícios da Minerva Central e do BNU. Ao fundo, com a esquina facetada, o Prédio Rubi.

Figura 43: Av. Joaquim José Machado (atual Guerra Popular) na confluência da Rua Consiglieri Pedroso com a Praça Mac-Mahon (atual Praça dos Trabalhadores). À esquerda, o Prédio Abreu, Santos e Rocha e à direita, o Prédio Spence e Lemos (atual sede dos Escritórios da Petromoc), [s.d.], [s.a.], IICT/AHU, doc. N.º 17110. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD17742> [consult. 7 agos. 2014].



Figura 44: Rua Consiglieri Pedroso, 20 mar. 71, [s.a.], AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 8, Icon. 415). Em primeiro plano, à direita, o edifício do BNU seguido dos edifícios da Minerva Central (1) e da Casa Fabião (2). No final da rua, sobre a esquerda, salienta-se o Prédio Spence e Lemos (3).

A Consiglieri Pedroso é uma rua “improvisada por contínuas adaptações” (Lobato, 1970b: 165), onde convivem os mais variados testemunhos arquitetónicos, de vários períodos e estilos. Ali, encontram-se revivalismos das primeiras décadas do século XX, como o interessante edifício da antiga Casa Catoja & Ca. Lda.; colunatas de cimento ou ferro forjado coroadas por capitéis estilizados, encaixadas ao longo dos passeios remendados em calçada portuguesa; blocos modernistas de relevo, como o extraordinário Prédio Octávio Lobo, o Prédio Spence e Lemos, ou, já no final da rua, a compor a moldura da Praça da Estação (atual Praça dos Trabalhadores), o impressionante Prédio Abreu, Santos e Rocha, com o seu gigantesco mural de calhau rolado, desenhado também por Amâncio d'Alpoim Miranda (Pancho) Guedes (Magri e Tavares, 2011: 38-41) (Fig. 43). A massa urbana conjuga-se em encaixes sucessivos, num equilíbrio desafiante, que justifica compreensivamente a condição excepcional do conjunto da Baixa. Essa complexidade compositiva (histórica e estética), absorve o transeunte atento ao longo das Ruas do *Notícias*, de Timor Leste, de Joaquim Lapa, de Bagamoyo, da Av. 25 de Setembro, da Praça dos Trabalhadores, da Av. Zedequias Manganhela... isto se se limitar o olhar apenas à cidade baixa (porque a variedade e a qualidade da arquitetura e da massa urbana da cidade exigem um esforço exploratório com outros meios, inevitavelmente longo).

As palavras de Alexandre Lobato (Lobato, 1961: 60), pensadas no contexto da grande expansão urbana da década de 1950 e início da de 1960, são hoje mais atuais do que nunca. A velha Baixa atrai diariamente “enxurradas de gente e de carros” e corre o sério risco de desaparecer.

É de contar que a breve prazo se preencham pequenos vazios que restam no aproveitamento dos últimos terrenos vedados, mas a maior ansiedade respeita, por um lado, à reconstrução da zona marginal marítima, entre as grades do cais e a grande avenida, a zona velha da cidade, característica abarracada de uma época, e por outro ao complemento da área que vai depois até ao fim da rampa onde começa o planalto. [...] e já se vislumbra o formigueiro permanente que há-de ser o movimento da Baixa. [...] Como acontece às chuvas quando são densas, também diariamente se darão enxurradas de gente e de carros, [...]. (Lobato, 1961: 160)

Na paralela, a Rua Major Araújo<sup>107</sup>/de Bagamoyo — a antiga Rua dos Mercadores — agrupavam-se sobretudo armazéns, *dancings* e *cabarets* (Lobato, 1970b: 139-140; Mendes, 1985: 150-151; Rangel, 1994), facilmente acessíveis a partir do porto e da Estação dos Caminhos de Ferro que lhe procuravam animação diária, e ainda, alguns hotéis, com varandins e colunas esguias em ferro forjado, como o Central (que subsiste na esquina com a Rua da Mesquita) e o Carlton (atualmente muito modificado), na esquina com a Travessa António Furtado (no local onde existiu o Hotel Real, o primeiro da povoação, em 1874) (Lima, 1966a: 92 nota 2; Morais *et al.*, 2012: 63). A rua é ainda atravessada pelo antigo caminho que seguia pela Porta da Linha, atravessando o pântano e subindo o “Alto das Machambas” (suplantado pela Av. Central/Arriaga/Karl Marx) (Lobato, 1970b: 138) e que dentro do presídio tomou o nome de Travessa da Porta da Linha (suprimida pelo prolongamento da Av. Central) e mais a sul, de Travessa da Catembe.

---

<sup>107</sup> Para a descrição pormenorizada da antiga Rua dos Mercadores até meados do século XX, veja-se Lobato, 1970b: 137-162.



Na Rua Araújo, e dentro do restrito conjunto de edifícios do início do século XX em alvenaria com assemblados de ferro (colunas, varandas, escadas), de proveniência sul-africana, que ainda subsistem<sup>108</sup>, encontra-se o antigo edifício da *Delagoa Bay Land Syndicat*, concluído em abril de 1907 (Lima, 1966a: 81) (atual sede do ARPAC e da Escola Nacional de Artes Visuais), formado por duas casas geminadas por uma escada de ferro, com primeiro andar e varandas em volta. Na mesma rua funcionou, na primeira década do século XX, a famosa casa/estúdio fotográfico dos irmãos Lazarus (Lobato, 1970b: 169) e o clube de patinagem e eclético Teatro Varieté (Lima, 1966a: 175-176) (Fig. 41), demolido para dar lugar, em 1967, ao Cinema Dicca e Estúdio 222 (Fernandes, 2008: 86-89), projetados por João José Tinoco (1924-1983). Atualmente, no antigo Cinema Dicca opera a Companhia de Teatro Gungu.

Ao longo da Avenida D. Carlos/da República/25 de Setembro, concluíram-se os edifícios muito símiles das Obras Públicas (1903-1904) (depois Fazenda até 1964 e atualmente Biblioteca Nacional) (Corvaja, 2003: 86-87; Lage e Carrilho, 2010: 72-73) e dos Correios (1904-1905) (Lage e Carrilho, 2010: 74-75; Morais *et al.*, 2012: 49 e 65); a Imprensa (1904) (na Av. Castilho/Rua da Imprensa); o Mercado, na Praça de D. Vasco da Gama (1901-1903); e o Prédio Avenida ou Pott<sup>109</sup> (1891-1894; 1903-1905) (esquina com a Av. Samora Machel), à época propriedade do último cônsul da República do Transval em Lourenço Marques, Gerard Pott.

A norte da Avenida D. Carlos, estavam traçadas as avenidas da “cidade nova”, à espera de macadamização, destacando-se ao longo da Avenida Augusto de

---

<sup>108</sup> “[...] o que predomina [nesta Rua Araújo] são prédios comerciais de pé direito antigo, dois ou três pisos, com varandas armadas em ferro a bordado aberto, debruadas a rendas, casas bizarras e pitorescas que assinalam precisamente *the old times* na versão inglesa da *belle époque* ao sul da África, na era vitoriana. Tornou-se a *Delagoa Bay Wall Street*, [...]” (Lobato, 1970b: 138).

<sup>109</sup> Este edifício, singular no panorama da cidade, foi edificado num terreno de 3000 m<sup>2</sup> aforado a Gerard Pott em 1888, com frentes sobre as Avenidas Aguiar e de Dom Carlos, em cuja esquina se encontrava a célebre Fonte Castilho e onde existira o baluarte S. João. Inicialmente só com um piso térreo, em 1903 um novo projeto delineado pela firma Ing & Anderson deu-lhe a conformação definitiva (Lima, 1966a: 215-218; Lage e Carrilho, 2010: 46-47; Morais *et al.*, 2012: 49, 62, 188).

Castilho/Elias Garcia/Vladimir Lenine, a Vila Joia (1890), antiga residência de Gerard Pott, adquirida pelo Estado em 1914 (Lima, 1966a: 53-54, 57; Lage e Carrilho, 2010: 42-43; Morais *et al.*, 2012: 30, 62) (Museu Provincial Zoológico e Botânico entre 1914-1933, sucessivamente Tribunal da Relação, atual Tribunal Supremo), situada no quarteirão do Jardim Público/Vasco da Gama/Tunduru; e a residência do cônsul britânico (Consulado Britânico), já assinalada nas plantas de finais do século XIX e cuja configuração atual remonta a 1911 (Tostões e Braga, 2013: 290; Morais *et al.*, 2012: 62); e sobre a Avenida Aguiar, o Hotel Clube (iniciado em 1898, desde 1995 Centro Cultural Franco-Moçambicano) (Corvaja, 2003: 106-107; Lage e Carrilho, 2010: 20-21; Morais *et al.*, 2012: 62, 187) e o Jardim Público (antigo Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura), inaugurado pelo município em 1900 (Morais *et al.*, 2012: 47).



Figura 45: “Trecho da cidade vendo-se a antiga igreja hoje demolida – 1937”, [s.a.]. Fonte: *Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. 2, s.p. No topo norte do Jardim Municipal, está o edifício sede da Comissão de Beneficência e Assistência Pública (atual Secretaria da Rádio Moçambique) (1). Em primeiro plano, um torreão do antigo hospital (2), e em pano de fundo, a residência consular britânica (3). A mesma foto foi publicada em *Moçambique: Documentário Trimestral*, 1937: (12), 140.

Para oeste, sobre a Praça Azeredo/Mac-Mahon/dos Trabalhadores, que desenhava a transição para a “cidade nova”, surgiu a nova Estação Central dos Caminhos de Ferro (1908-1910; 1916), mesmo em frente do sítio onde antes estava o baluarte 31 de Julho. O edifício foi projetado em 1906 pelo Capitão de engenharia Alfredo Augusto Lisboa de Lima (à época diretor dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques), coadjuvado por Mário Veiga e Ferreira da Costa, tendo sido inaugurado em

1916 (Lage e Carrilho, 2010: 23; Navarro, 2012: 173-179; Morais *et al.*, 2012: 64)

No pântano do Maé continuaram as obras de aterro e saneamento e na enseada alagada da Maxaquene foram dados os primeiros passos para a continuação do muro de cais junto à Ponta Vermelha nos últimos anos do século XIX, sem sequência imediata devido à falta de verbas (Silva, 1901). Os melhoramentos na cidade fizeram-se sentir a partir de princípios do século XX, com o início do abastecimento regular de eletricidade e água (1900), sob concessão da *Delagoa Bay Development Company*, que geria também os elétricos e os telefones (Morais *et al.*, 2012: 38).

Depois de aterrada a enseada da Maxaquene, durante a Grande Guerra, a “cidade continuou parada algumas décadas no limite do aterro, que foi atravessado por uma via férrea para a Praia da Polana, então distante” (Lobato, 1970b: s.p., legenda imagem 99) (Fig. 46).



Figura 46: O edifício da Câmara Municipal de Lourenço Marques<sup>110</sup>, parte do Paiol, a linha férrea para a praia da Polana e os trabalhos de aterro da enseada da Maxaquene [s.d.], [s.a.], ARPAC (Cx. Maputo-Cidade XI, Monumentos e Locais Históricos).

<sup>110</sup> Este edifício (que subsiste na Baixa de Maputo) foi construído em meados de 1897, destinado a “prisão-escola”, tendo sido modificado para receber a Câmara Municipal e concluído em 1901, ARPAC (Cx. Maputo - Cidade, Monumentos e Locais Históricos, “Cadastro do 1.º Edifício da Câmara Municipal”). Passou efetivamente a Paços do Concelho em março de 1903. Em 1944 foi objeto de obras de adaptação a Palácio da Justiça e em 1946 foi entregue aos Tribunais. Em 12 de junho de 1949, os serviços camarários foram transferidos para o novo Palácio Municipal, no topo da atual Av. Samora Machel, FAPF (“Gabinete de História da cidade – Lourenço Marques”). Sobre este edifício, veja-se Lima, 1966a: 19-24.



Figura 47: Extrato da cópia da “Planta Cadastral da cidade de Lourenço Marques, levantada sob a direcção de Caetano Marques de Amorim e Fernando Maria Quintella por José Raymundo e Julio Gonzalez del Valle e Montojo, 1907”, AHU (630\_D4\_MU\_DGF\_Rolo\_s.d. — “Lourenço Marques, Plantas cadastrais da cidade”). Base trabalhada pela autora: 1. Hospital; 2. Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição; 3. Residência do Cônsul Britânico; 4. Cemitério de S. Timóteo; 5. Hotel Clube; 6. Jardim Público; 7. Vila Joia; 8. Pagode Chinês; 9. Paiol; 10. Imprensa; 11. Câmara Municipal; 12. Praça e Mercado de Vasco da Gama; 13. Edifício Pott; 14. Direcção dos Telegraphos e Estação Central; 15. Repartição da Fazenda; 16. Cadeia Civil; 17. Mesquita; 18. Praça Azeredo; 19. Casa Amarela; 20. Praça Mouzinho de Albuquerque/7 de Março; 21. Fortaleza; 22. Edifício da Capitania (*D.B. Development Corporations Building*); 23. Plano de aterro e urbanização da enseada da Maxaquene; 24. Ponte-cais Gorjão; 25. Estação dos Caminhos de Ferro; 26. Casa dos Azulejos; 27. Prédios da *Delagoa Bay Land Syndicat*. A mancha laranja representa área de aterro efetiva (porto/ferrovia) e prevista à época (enseada da Maxaquene).

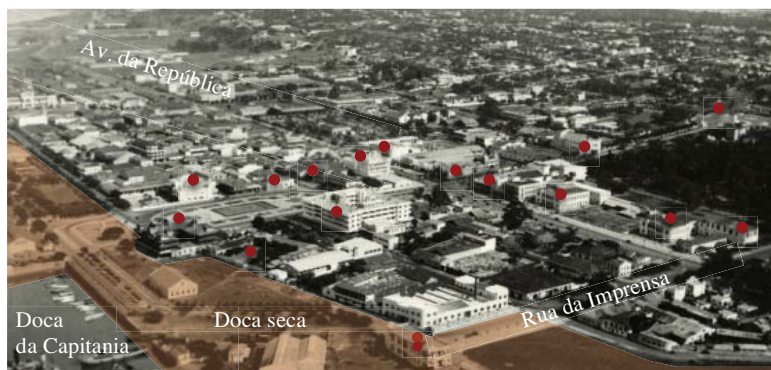


Figura 48: A Baixa de Lourenço Marques, (década de 1940?): “Doca da Capitania e dique; Estátuas Ant.º Ennes (à esquerda) e Mouzinho (à direita); Estação Cam. Ferro (à esquerda ao fundo) [...]”, A.W. Bayly and Co., IICT/AHU doc. N.º 6027. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7496> [consult. 10 jun. 2013]. Em torno da Praça 7 de Março/25 de Junho, encontravam-se, entre outros, a ponte, o edifício da Repartição Técnica de Estatística e Conselho de Câmbios e a Casa Amarela; a norte, o Standard Bank; a leste, o Prédio Fonte Azul, a Fortaleza e o Capitania Buildings (fronteiro ao Largo António Enes). Na Avenida D. Luís/Samora Machel, do lado poente, encontram-se o edifício Avenida/Pott e o Cinema Gil Vicente (1933). O topo da Avenida D. Luís aparece já rematado pela Praça de Mouzinho Albuquerque (1946). Sobre a Avenida da República/25 de Setembro, salientava-se a moderna Casa Coimbra (1939) e em frente, o famoso estabelecimento de modas Martha da Cruz & Tavares. Seguindo a Avenida da República para nascente, encontrava-se, no mesmo quarteirão, o Teatro Scala, os Correios, a Fazenda e o edifício da Imprensa Nacional. No final da Rua da Imprensa, estava a Capitania do Porto (atual INAMAR).



Figura 49: “Vista acima da cidade de L. Marques, vista da Praça Mac-Mahon”, 1963, [s.a.], AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 3, Icon. 395).

#### 1.1.1.4 *O fardo do homem branco*<sup>111</sup>

Europe [...], throughout the globe, “administrated” replicas of itself and does so in “an air of normality”. This *normality*, as Said points out, is grounded on an “idea, which dignifies [and indeed hastens] pure force with arguments drawn from science, morality, ethics, and a *general philosophy*”. (Serequeberhan, 2003: 78)

O nacionalismo moçambicano, como praticamente todo o nacionalismo africano, foi fruto directo do colonialismo europeu. A base mais característica da unidade nacional moçambicana é a experiência comum (em sofrer) do povo durante os últimos cem anos do controlo colonial português. (Eduardo Mondlane *apud* Iglésias, 1998: 287)

O saneamento da vila e o desenvolvimento de infraestruturas adequadas à fixação da população europeia — de acordo com os preceitos culturais dos agentes coloniais —, estiveram sempre condicionados pelos fracos recursos do Município<sup>112</sup> e sobretudo, pelo fraco desenvolvimento industrial, tecnológico e económico da Metrópole (Lobato, 1971: 12-13, 20-21; Viana, 2008: 116). Segundo Ruth First,

[a] estrutura colonial da economia moçambicana era, [...], o resultado de uma dupla dependência. Por um lado era o produto da dependência em relação a uma

<sup>111</sup> Veja-se *infra* nota 116.

<sup>112</sup> Sobre este assunto, veja-se Longle, 1887: 52 ss.; Santos, 1943: 55; Ennes, 1945: 33-34, 1.ª ed. 1898.

economia capitalista relativamente atrasada, constituída pela potência colonial portuguesa. Ao mesmo tempo estava subordinada às necessidades do complexo económico da África Austral. Foi esta última integração que se tornou cada vez mais o aspecto dominante da estrutura da economia colonial moçambicana. As forças produtivas de Moçambique foram organizadas não de acordo com as necessidades do desenvolvimento capitalista em Portugal, mas segundo as necessidades da acumulação capitalista na África Austral. (First, 1977: I. 3)

O processo de “pacificação” e ocupação do território moçambicano levado a cabo por Portugal<sup>113</sup> entre 1894-1895 e o final da Grande Guerra — país na cauda da industrialização europeia —, partilhava de objetivos transversais às diferentes abordagens dos potentados colonizadores europeus contemporâneos. Segundo Ndlovu-Gatsheni, o mundo Ocidental procurava a imposição de uma *coloniality of power* no mundo não-Ocidental, em primeiro lugar através do controlo das economias locais (Ndlovu-Gatsheni: 2013: 8), traduzido na imposição de uma economia monetária<sup>114</sup>, na ocupação da melhor terra pelos colonos e na exploração da força de trabalho e demais “recursos naturais” (Costa, 1940: 99; First, 1977: I.9 ss, III.12; Said, 1994: 7). O colonialismo aparece, assim, indissociável do poder capitalista<sup>115</sup>, tendo por base a imposição de uma classificação racial/ética da população global, que operava a todos os níveis e em todos os produtos da sociedade colonial (Quijano, 2000: 342 *apud* Ndlovu-Gatsheni, 2013: 7).

---

<sup>113</sup> Sobre este assunto, veja-se Ennes, 1945, 1.<sup>a</sup> ed. 1898; Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 138, 182-193, 206-208; Morais, 2001: 37; Cabaço, 2007: 395; Viana, 2008: 116-117.

<sup>114</sup> Sobre a introdução da economia monetária em Moçambique, primeiramente através do imposto de palhota — que obrigou o camponês africano a proletarizar-se e sucessivamente a participar ativamente na economia de mercado — sucessivamente, através do trabalho forçado que o obrigava à fuga para as minas sul-africanas, e a partir de inícios da década de 1940 através do cultivo obrigatório de determinadas culturas, veja-se First, 1977: III.11-III.14, IV.3; Capela, 1977; Fortuna, 1998; Castelo, 2005: 338 ss.

<sup>115</sup> Apesar de esta ser uma das “explicações” para o eclodir de domínios imperiais europeus a partir da década de 70 do século XIX em África — associada a fatores económicos —, não poderão ignorar-se razões políticas, ideológicas e culturais e a convergência de uma série de condições (progressos na medicina, nas ciências, nas comunicações e na tecnologia, associados ao capitalismo; a defesa de interesses estratégicos já existentes ou potenciais) que impulsionaram esse processo, que assumiu múltiplas facetas consoante os países colonizadores, os momentos, as regiões dominadas e os atores em cena. Para o contexto português, veja-se Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 112-114; Rosas, 1998: 131-135; M'Bokolo, 2007: 301-306; Cabaço, 2007: 46.

Como intuiu Antonio Gramsci (2012: 147), houve indiscutivelmente “diversidade nos métodos coloniais [...] praticado[s] pelos europeus”, no entanto, “nenhum deles tinha como objectivo a educação [dos colonizados], mas unicamente a dominação e a exploração”. Contrariamente à propaganda magistralmente traduzida na expressão de Kipling, *The White Man's Burden*<sup>116</sup>, “os europeus não conquistaram as colónias para nelas suscitar forças produtivas análogas às forças dos seus países, de forma a que fosse possível o formar-se duma espinha dorsal económica que fizesse surgir uma conseqüente atividade política e social” (Gramsci, 2012: 147). Procuraram, sim, antes de mais, alimentar o capitalismo dos seus países. A análise de Gramsci, da economia italiana do período de entre guerras, serve ao contexto em apreço: “a economia interna das colónias [foi] oprimida em favor de poucas categorias de industriais da mãe-pátria” (Gramsci, 2012: 148), condenando-se o território colonizado ao peso “do subdesenvolvimento, do analfabetismo generalizado e da injustiça social” (Neves, 2012: 11). Reduzido a meras “colónias de exploração” (Gramsci, 1974: vol. 2, 60), o território africano foi encarado como um grande campo aberto à experimentação, “contraposto à ‘grande cidade’, representada pelo norte industrializado” (Neves, 2012: 19). Por outras palavras, a Colónia ficou reduzida por muito tempo a um mercado de mão-de-obra, onde se produziam as matérias primas para as manufaturas portuguesas e para onde se exportava a mão-de-obra excedentária portuguesa (Oliveira, 1987: 97). Essa fonte de matérias primas e de impostos mantinha-se disciplinada através de medidas político-policiais que reprimiam qualquer movimento de massas e asseguravam

---

<sup>116</sup> A expressão tirada do título do poema de Rudyard Kipling, publicado em 1899 na *McClure's Magazine* (12), exprime o pensamento dominante no discurso expansionista do século XIX, ou seja, a indiscutível justiça e nobreza da causa imperial. O homem branco carregava o dever de levar a civilização ocidental às extensas áreas colonizadas do mundo. Esse processo justificava naturalmente a exploração dos recursos naturais e humanos nessas áreas.

Na mesma tónica, em Portugal, Andrade Corvo aludia ao derramar da luz da civilização sobre os indígenas africanos sob a tutela da Coroa portuguesa, através do desenvolvimento da produção e do comércio nos espaços ultramarinos (*apud* Morais, 2001: 31).

o privilégio de uma minoria. Como refere António Sousa Ribeiro, “[a] noção de que a relação colonial é necessariamente uma relação de violência [...] permite correcções decisivas a historiografias nacionais ainda hoje vigentes” (Ribeiro, 2009: 168).



Figura 50: Pormenor do monumento a Mouzinho de Albuquerque, Praça Mouzinho de Albuquerque, Lourenço Marques, [s.d.], Paulo Pires Teixeira. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/02/27/o-monumento-a-mouzinho-de-albuquerque-em-lourenco-marques/> [consult. 7 fev. 2014]. “A alegoria simboliza a *Homenagem da Colónia de Moçambique ao Herói*, representada por uma figura feminina, de atitude austera, afagando um pequeno indígena. Esta proteção ao nativo, concretizada no grupo, julgamos ser o preito que mais correspondia ao pensamento de Mousinho.’ (Da Memória do estatuário Simões de Almeida e António do Couto no projeto do monumento).” (“Crónica do Trimestre, Glorificação de Mousinho de Albuquerque”, 1940: 92).

Desde finais do século XIX e durante grande parte do período colonial sucessivo, a legislação para a população indígena da Colónia de Moçambique assegurou a obrigatoriedade (moral) do trabalho e o pagamento do chamado “imposto indígena” — (“de palhota” ou “de soberania”)<sup>117</sup>. Os colonizadores cedo se aperceberam das potencialidades económicas desse recurso (des)humano<sup>118</sup>, indispensável à manutenção e progresso da “civilização” nas colónias (e, de sequência, ao progresso económico da Metrópole)<sup>119</sup>. Para o pensamento corrente, de finais do século XIX (e grande parte do século XX), o estado “letárgico” dos territórios ultramarinos e as “condições

---

<sup>117</sup> A consolidação da presença portuguesa implicou o aumento de encargos financeiros à Administração colonial, que foram financiados, sobretudo, através das receitas provenientes da tributação sobre o campesinato, impondo-se às comunidades locais uma economia monetária (e a consequente desintegração da sociedade tradicional). No início do século XX, as receitas provinham principalmente do “imposto de palhota” e de “emigração” (taxa paga pelos mineiros moçambicanos que iam trabalhar para a África do Sul) (First, 1977: III.11). Cf. Buone e Santos, 2006: 244-245.

<sup>118</sup> Veja-se Mousinho de Albuquerque, 1934: 141 ss., 1.<sup>a</sup> ed. 1899; Ennes, 1946: 75, 1.<sup>a</sup> ed. 1893; First, 1977: I.6 ss.; Hedges, 1999: 138-145.

<sup>119</sup> “[...] there is the hierarchy of spaces by which the metropolitan centre and, gradually, the metropolitan economy are seen as dependent upon an overseas system of territorial control, economic exploitation, and a socio-cultural vision; without these the stability and prosperity at home – “home” being a word with extremely (§) potent resonances – would not be possible.” (Said, 1994: 58-59).



naturais”<sup>120</sup> que impediam a evolução do “indígena”, por si próprio, tornavam efetivamente necessária e legítima a exploração desses espaços e a manipulação dos seus “filhos naturais”.

Progressivamente, e de forma concisa, construiu-se a categoria de “indígena”: um ser inimputável perante a lei da Metrópole<sup>121</sup>, ao qual não se reconhecia nacionalidade ou cidadania (Castelo, 1996: 58; Caetano, 1954: 16; Moreira, 2005: 7), mas ainda assim sujeito à integração parcial no “processo civilizacional em curso” — como trabalhador manual e pagador de impostos. Utilizando uma expressão de Hannah Arendt (2001: 143, orig. 1958), a “escravidão veio a ser considerada a condição social” de essa classe, “porque se acreditava que ela era a condição natural da vida” (do “indígena”).

O período do pós II Guerra Mundial impôs mudanças dramáticas no campo das reformas laborais nos poderes coloniais europeus e nos seus impérios (Ball, 2012: 101). Todavia, para as colónias portuguesas africanas, as reformas laborais referentes ao “indígena” só chegaram no início da década de 1960 (Oliveira, 1987: 100) e de forma mais acentuada, com o rebentar da Guerra Colonial/de Libertação (1961-1974)<sup>122</sup>. Nas palavras de Teresa Oliveira (1987: 100), passou-se a falar “uma nova linguagem que

---

<sup>120</sup> É necessário ter presente a coadjuvação entre política e ciência neste período, ou seja, a franca influência que os estudos científicos e antropológicos contemporâneos promoveram na elaboração de estratégias políticas e administrativas na gestão dos territórios colonizados ultramarinos. Sobre este assunto, veja-se Wright, 1991; 1997; Cabaço, 2007: 58.

<sup>121</sup> Julgado nos Tribunais Privativos dos Indígenas segundo os usos e costumes privativos das populações da região em que habitava. Os Tribunais Privativos estavam separados da organização judiciária portuguesa. Recorria-se ao tribunal ordinário quando uma das partes em juízo era “não indígena”. Veja-se, *ESTATUTO POLÍTICO, CIVIL E CRIMINAL DOS INDÍGENAS*, Decreto n.º 16:473, de 6 de fevereiro de 1929, Art.º 17.º; *DIPLOMA ORGÂNICO DAS RELAÇÕES DE DIREITO PRIVADO ENTRE INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS*, Decreto n.º 16:474, de 6 de fevereiro de 1929.

<sup>122</sup> O início dos confrontos, que se alargaram a três teatros de guerra em simultâneo, ocorreu em Angola, em 4 de fevereiro de 1961, nos distritos do Zaire, Uíje e Quanza-Norte, pela UPA (passou a designar-se FNLA em 1962). Na Guiné-Bissau tiveram início em julho de 1961. Em Moçambique, a Luta Armada teve início no dia 25 de setembro de 1964, no posto do Chai, na província de Cabo Delgado (Reis e Muiuane, 1975: 35-37, 44-46; Newitt, 2012: 451-452). Sobre a luta de libertação em Moçambique, principais datas e factos, veja-se Mondlane, 1975; Reis e Muiuane, 1975.

reform[ou] apenas alguns dos aspectos mais violentos que caracteriza[vam] a legislação sobre o trabalho, do período anterior”.

O crescimento demográfico e económico de Lourenço Marques, nos anos de 1930 a 1950, só é compreensível, apesar das restrições de Portugal ao desenvolvimento industrial das colónias e das crises conjunturais dos anos 30 e 40, entendendo-se o sistema de trabalho que foi implantado na cidade, por um lado, e a crescente proletarização das zonas rurais do Sul de Moçambique, por outro. (Oliveira, 1987: 100)

No contexto da colonização portuguesa em África, contrariamente à das restantes potências coloniais abaladas pelos processos de descolonização, o período sucessivo à II Guerra Mundial ficou marcado por um maior investimento nas infraestruturas e na agricultura (com largo investimento nos colonatos), iniciando-se a fase de maior emigração, de todo o período colonial, para Moçambique. A construção civil em Lourenço Marques teve, a partir de meados da década de 1950 e até à Independência, um desenvolvimento sem precedentes, praticamente alheio ao desenrolar da Guerra Colonial/de Libertação<sup>123</sup>.

O Art.º 73.º da Carta das Nações Unidas, de 1945, comprometia os Estados membros a emanciparem os (seus) “territórios não autónomos” e a “desenvolver o autogoverno, tendo em devida consideração as aspirações políticas dos povos e assistilos no progressivo desenvolvimento das suas livres instituições políticas”. Três anos

---

<sup>123</sup> “[...] a guerra foi rapidamente racionalizada e incorporada nas estruturas de pensamento dos colonos. O aparente confinamento do teatro de guerra ao planalto dos Macondes e ao Niassa – regiões ‘remotas’, sem interesse económico, escassas de população branca – serenara os ânimos da sociedade civil que logo regressou à mesma *dolce vita* colonial, retomando as suas ‘tarefas’ de ganhar dinheiro e viver bem. A guerra, afinal, constituía uma oportunidade acrescida de tirar vantagens económicas da presença de um importante aparelho militar que exigia com urgência a construção de infraestruturas de envergadura, que absorvia bens alimentares e equipamentos em quantidades inéditas, que oferecia dezenas de milhares de soldados a um mercado de consumo para bens correntes e que obrigava o governo a uma política sem precedentes de oportunidades de investimento e facilitação de acesso ao crédito. Para estabilizar a população branca, as autoridades encorajaram os bancos – que afluíram em massa de Portugal – a uma política de financiamento de habitação própria e de rendimento contra a simples hipoteca do terreno e do projeto arquitectónico. Nas cidades, a indústria de construção teve um *boom* espetacular e a segurança do investimento imobiliário – de baixo risco e sempre em longo prazo – restituiu aos colonos a ‘confiança no futuro’. O estreitamento das relações políticas e de segurança com os regimes brancos da África do Sul e da Rodésia potenciavam esse sentimento de estabilidade.” (Cabaço, 2007: 367-368).

mais tarde, foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhecendo o direito à autodeterminação<sup>124</sup> e obrigando a preparar as “possessões ultramarinas” para a independência (Ball, 2012: 101). Os Estados Unidos e a União Soviética (as duas grandes potências emergentes da II Guerra Mundial) comprometiam-se com as frentes anticolonialistas e, durante o início da Guerra Fria, alimentavam — quer ideologicamente, quer materialmente — aliados em vários movimentos de resistência nacionalistas, numa disputa cerrada por zonas de influência. As potências colonialistas europeias viram-se obrigadas a reconhecer a emancipação dos territórios ultramarinos, face à pressão anticolonialista em movimento no mundo afro-asiático e iniciaram rapidamente processos de descolonização (Neto, 2001: 155). O Governo português, no entanto, procurou contrariar as críticas (em âmbito internacional) à persistente gerência de “possessões ultramarinas” reiterando em 1951<sup>125</sup> a relação da Metrópole com os territórios colonizados, que passavam juridicamente a constituir extensões de Portugal no mundo — províncias ultramarinas de um país pluricontinental e plurirracial<sup>126</sup>.

---

<sup>124</sup> A II Guerra Mundial assumiu o epíteto de guerra de libertação dos países sob o jugo da Alemanha Nazi. “O fim do conflito corresponde simultaneamente à condenação do projeto de pureza racial, que determinou o holocausto nazi, e à consciencialização de que a liberdade e a independência não são apanágio dos países europeus, mas têm igualmente um alcance universal. Passa-se, portanto, a considerar que o princípio da autodeterminação deve ser extensível a todos os povos colonizados.” (Castelo, 1996: 60).

<sup>125</sup> Veja-se Decreto n.º 40.226, 1955 — *ESTATUTO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE*; Decreto n.º 45375, de 22 de novembro de 1963 — *ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE*.

<sup>126</sup> Essa “peculiaridade” da Nação Portuguesa, segundo o pensamento colonial português, foi exposta no relatório de Adriano Moreira à UNESCO:

“A concepção da unidade nacional a que se subordina a organização política portuguesa tem como corolário a afirmação da unidade territorial e a negação de que a existência de um acidente geográfico entre as parcelas do território do Estado implique uma diferença de natureza entre esses territórios, de modo que alguns sejam considerados não autónomos, justamente aqueles onde não se situam os órgãos de soberania. Na concepção historicamente dominante, e hoje consagrada na Constituição Política, entende-se que a autonomia não pode ter senão o sentido de toda a população concorrer para o exercício do poder político, subordinada a um estatuto igual do ponto de vista político, civil e criminal. [...] Significa isto que, no sistema português, o que tem importância não é a posição geográfica dos territórios, mas sim a posição jurídica e social das populações, dando por isso origem a que se ponha em relevo que o fenómeno menos importante é representado pelas ‘situações coloniais’, e não pelas ‘colónias’.” (Moreira, 1956: 159-160).

Precisamente, as províncias de indigenato portuguesas, que hoje apenas existem no continente africano, são territórios integrados na unidade nacional, mas onde decorre uma situação colonial: a cultura portuguesa está ali em contacto com a cultura indígena, considera que esta é inferior em muitos aspectos e pretende exercer uma acção valorizadora [...]. Essa acção é orientada pela assimilação dos povos indígenas para a cultura portuguesa e o objectivo final é o da igualdade de estatuto jurídico, político e económico de todos os portugueses, sem distinção da origem, da raça, da cor, do território. (Moreira, 1956: 160-161).

Nas palavras de Edward Said,

Todos os impérios, sem exceção, afirmam, no discurso oficial, que são muito diferentes dos outros, que as circunstâncias em que vivem são especiais, que têm a missão de esclarecer, civilizar, implantar a ordem [...], e que apenas usam a força como último recurso. Mais triste ainda, há invariavelmente um coro de intelectuais voluntários que fala paliativamente de impérios benignos e altruístas, como se não devêssemos confiar na evidência diante dos nossos próprios olhos que observam a destruição, a desolação e a morte impostas pela mais recente *mission civilisatrice*. (2004: XXVI-XXVII)

No ano de 1960 comemorou-se o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, figura mítica que materializava a legitimidade da Nação Portuguesa de unir os territórios por si “descobertos” e civilizados (Neto, 2001: 155). O Infante D. Henrique representava o início da epopeia dos Descobrimentos e da legitimidade portuguesa à posse de várias colónias espalhadas pelo mundo (Neto, 2001: 250). Em Lourenço Marques, a efeméride ficou assinalada pelo padrão do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (foram inaugurados outros nas capitais de distrito), erigido em local sobranceiro, com vista sobre a entrada do Estuário e da Baía — na atual Praça da Travessia do Zambeze —, tendo como cenário de fundo, o Liceu Salazar (atual Josina Machel) com a famosa estátua de Salazar de Francisco Franco (de 1957, segundo o modelo apresentado na Exposição de Paris de 1937) e o simbólico Museu

Álvaro de Castro (atual Museu de História Natural), de vocabulário neomanuelino. As comemorações tiveram uma importância particular para o Regime, visto que as ideias anticoloniais em ebulição nas colónias ameaçavam perturbar a soberania portuguesa. Em 1961, a estátua de Salazar foi dinamitada no Liceu Salazar por um grupo branco anti-Salazar (Verheij 2011: 100 ss), tendo sido substituída por uma segunda cópia realizada em 1964 (arreada durante o Governo de Transição).

O ano de 1961 marcou a “Abolição do Estatuto do Indigenato” nas províncias ultramarinas portuguesas e o início da Guerra Colonial/de Libertação. O Regime português, não reconhecendo inicialmente o estado de guerra, encarou os confrontos e movimentos independentistas nas colónias como (meros) “ataques terroristas”, desvalorizando as reivindicações dos futuros “libertadores”. Alienados da situação de guerra na “África portuguesa” — pela censura à imprensa e pela propaganda do Estado —, os portugueses continuaram a viver sob o epitáfio da nação pluriterritorial e muitos transferiram-se para Angola e Moçambique “rapidamente e em força”<sup>127</sup> nas décadas de 1960 e 70. Em Lourenço Marques, um franco investimento público e privado em obras civis transformou rapidamente a face (arquitetónica) da “cidade de cimento”. A Coleção Iconográfica da CMLM, do AHM, relativa aos anos de 1960-1970 (Cxs. 6, 7, 8, 9), documenta minuciosamente essa dinâmica. Desde o início da década de 1960 até 1973, a edificação de prédios em altura — do Bairro Central ao Alto Maé e à Polana, sobretudo ao longo das avenidas (24 de Julho, Paiva Manso, Manuel Arriaga, Fernão de Magalhães, Pinheiro Chagas, da República, Luciano Cordeiro), mas também em ruas estreitas da Baixa antiga, como a Consiglieri Pedroso —, atingiu uma dimensão verdadeiramente impressionante.

---

<sup>127</sup> Sirvo-me da frase proferida por Oliveira Salazar em 13 de abril de 1961 (“Para Angola, rapidamente e em força!”), quando se apercebeu que o que sucedia em Angola nos primeiros meses de 1961 não era um pequeno e circunscrito levante, mas um movimento organizado que se propunha conquistar a independência do território. Era o início da Guerra Colonial/de Libertação.

Não há forma de prever o que teria acontecido à cidade com a manutenção dessa atividade frenética, não tendo sido arrestada em 1975. Aquando da Independência, algumas obras ficaram paradas ainda no tosco, algumas foram terminadas mais tarde — caso do edifício do antigo Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI)<sup>128</sup> e do Prédio “33 andares”<sup>129</sup> (Fig. 51), ambos situados na Av. da República/25 de Setembro —, mas outras erguem-se ainda como esqueletos no centro da cidade (Fig. 52) ou foram entretanto demolidas (caso do Hotel Quatro Estações, na Marginal de Maputo, implodido em 2007).

Não obstante essa transformação urbana rápida — que seguramente implicou alterações nos modos de habitar urbanos —, em termos raciais, até 1971, “um negro para andar na ‘cidade de pedra’ depois das 21 horas, tinha de ter uma caderneta onde um branco assinasse uma autorização” (EPM - CELP, 2010: 31-32).



Figuras 51 e 52: Maputo, 1980-81, Rui de Sousa Camposinhos. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/04/page/2/> [consult. 17 maio 2014]. Na primeira imagem, vemos o Estuário em pano de fundo com o Prédio “33 andares” e na segunda, parte da Av. 24 de Julho (próximo do cruzamento com a Av. Olof Palme), olhando para poente. O edifício ao centro, só com a estrutura de betão, nas imediações da antiga Estação Geradora dos elétricos, foi abandonado ainda em construção com a Independência. Mantém-se nesse estado.

À medida que as convenções internacionais sobre a proibição da exploração da força de trabalho nos territórios colonizados ultramarinos, tornava condenável o

<sup>128</sup> Sobre o projeto de João Tinoco e levantamento fotográfico da obra de construção desta impressionante torre de expressão brutalista da Baixa de Lourenço Marques, veja-se Veloso, Fernandes e Janeiro, 2008: 29, 78-81.

<sup>129</sup> Projetado em 1970, para ocupação habitacional/mista, por Marcos Guedes e Octávio Pó, com uma imponente geometria marcada pelo *International Style*, teve a colaboração dos engenheiros de estruturas Alfredo Pinho Morgado e Carlos Dória Nóbrega. Era propriedade da “Montepio de Moçambique” e foi considerado, até há pouco tempo, o edifício mais alto da cidade.

trabalho forçado<sup>130</sup>, Portugal insistia na aplicação de períodos transitórios (alargados) para a extensão desse exercício. Desta forma, ainda que com dificuldades, assegurou-se mão-de-obra para a agricultura e a pequena indústria no Sul da Colónia<sup>131</sup> e os proventos da sua exportação<sup>132</sup>.

Para o maniqueísmo colonial, a fraca remuneração e a exploração do indígena não constituíam, contemporaneamente, favorecimento ou enriquecimento material para o colono uma vez que, este último empenhava-se francamente no bem estar físico e no progresso civilizacional (controlado) do colonizado (Said: 1994: 9). Assim sendo, era razoável (do ponto de vista do colonizador) exigir que o indígena suportasse os custos do “desenvolvimento” que a civilização europeia lhe tinha procurado.

Aquando da revogação do “Estatuto dos Indígenas” (Decreto-Lei n.º 43.893, de 6 de setembro de 1961), a propaganda “estadonovista” perpassava ainda a ideia do desenvolvimento e da ligação cultural (entre colonos/colonizados e Metrópole/Colónia) e justificava a extensão da cidadania a todos os habitantes dos territórios ultramarinos, com base no desenvolvimento que lhes tinha sido inferido pela civilização portuguesa.

Considerou-se [...] que o condicionalismo político e social das nossas províncias de terra firme de África permite já hoje dispensar de muitas das normas que definiam um mecanismo de protecção das populações inteiramente confiado ao estado, e que haveria vantagem de generalizar o uso de mais latos meios para a gestão e defesa dos seus próprios interesses e, também, para a participação na administração dos interesses locais. (Ministério do Ultramar, 1961: 7 *apud* Castelo, 2005: 350)

---

<sup>130</sup> Sobre este assunto, veja-se Andrade, 1925: 3-15; Galvão, 1925: 116-128; Bouene e Santos, 2006: 239–268.

<sup>131</sup> A falta de mão-de-obra indígena advinha sobretudo por os indígenas “preferirem” o trabalho melhor remunerado das minas na África do Sul (First, 1977: I. 14 e III.14; Covane, 1998: 162, 172; Bouene e Santos, 2006: 240-241) e na Rodésia, ou nas plantações de tabaco e cereais rodesianas (Galvão, 1925: 124-125; Cabaço, 2007: 396).

<sup>132</sup> Veja-se First 1977: I. 4 - I. 5, I. 13 ss., A1-A2, A. 4, II.5; Covane, 1998: 161-163, 166-167; Bouene e Santos, 2006: 240, 243, 246 ss.

Todavia e de acordo com os dados estatísticos, o número de “assimilados” nas províncias aquando da revogação do “Estatuto dos Indígenas” era irrisório (menos de 1% em Angola e muito menos de 0,5% em Moçambique) (Newitt, 1995: 475 *apud* Castelo, 2005: 350-351). Contrariamente ao que o imaginário imperial podia esperar — não se levantava a questão da legitimidade da dominação do “outro” —, foi o contato/confronto de culturas, em grande parte exacerbado pelas práticas de “modernização” dos territórios colonizados, que tornou insustentável a condição dos “subalternos”. Essas novas formas culturais tornaram-se fundamentais “para o desenvolvimento da resistência contra o colonialismo, principalmente nos movimentos nacionalistas que usaram noções ocidentais de integridade nacional e autodeterminação para justificar reivindicações de independência” (Dirks, 1991: 4).

#### 1.1.1.5 A rápida expansão da cidade



Figura 53: Postal de Lourenço Marques, década de 1900 (J. & M. Lazarus Photographers). À esquerda, os Paços do Concelho e à direita, o Paiol (demolido). Ao fundo, sobre a direita, a Cadeia Civil.

Tal como referido anteriormente, foi a demanda do corredor/porto de Lourenço Marques que justificou o investimento em infraestruturas ferro-portuárias adequadas e a definição e a implantação de um ambicioso plano de urbanização para a ampliação da cidade. O Plano impôs ao terreno uma malha urbana regular com arruamentos amplos e arborizados, mas a configuração topográfica determinou a distinção entre duas zonas, a Alta e a Baixa. Nesta última, centro de grande parte da atividade urbana, localizavam-se



o porto e a estação ferroviária. Por volta de 1909-10, a infraestrutura portuária de Lourenço Marques e respetiva articulação na restante morfologia urbana, assumia definitivamente o protagonismo na organização e economia da cidade.

A configuração urbana da cidade de final de oitocentos correspondia à estruturação de dois eixos viários. Um, uma espécie de *decumanus*, paralelo à costa, onde se concentrava o comércio, ligando a Estação dos Caminhos de Ferro à Praça 7 de Março; o outro, o *Cardo Maximus* que, atravessando no sentido norte-sul o centro do núcleo urbano, se estendia à encosta da Maxaquene, com ligação às Estradas do Transval e da Ponta Vermelha (a Av. Aguiar/ D. Luís/ Samora Machel). Nas primeiras décadas do século XX, o principal eixo viário com sentido este-oeste transitou para norte, para a antiga Rua da Linha/Avenida de D. Carlos/da República (atual 25 de Setembro), a charneira de transição do antigo núcleo urbano para a “cidade nova” (Mendes, 2008: 519).

O plano de ampliação da cidade de 1887, para além de uma malha urbana regular pontuada por novos equipamentos, desenhava três novas praças. Uma delas, junto à Estação dos Caminhos de Ferro — situada no limite oeste do núcleo antigo — tomava a escala da “cidade nova”, no eixo de uma das avenidas principais, a Joaquim José Machado (atual Guerra Popular) (Viana, 2008:153). Outra, a de D. Vasco da Gama, foi planeada para receber o centro cívico da cidade<sup>133</sup>, tendo sido ocupada

---

<sup>133</sup> “[...] a “planta de ampliação da cidade”, [...], estabelece largos arruamentos, praças espaçosas, interessante localização de edifícios públicos, tais como a Câmara Municipal, Tribunal, Secretaria do Governo, Escola de Artes e Ofícios e Asilo — agrupados em volta da Praça de D. Vasco da Gama —, Palácio Episcopal — ocupando um quarteirão em frente do terreno destinado ao Palácio do Governo — e, finalmente, o Mercado, o Hospital, a Grande Prisão, o Observatório, os Quartéis e o Cemitério, cuja situação fora igualmente considerada. Previa-se a praça da Estação e reservaram-se terrenos para a Companhia de Caminho de Ferro. A margem apresentava-se regularizada, com uma doca de abrigo e um cais em projecto. Fora também estabelecida a localização de um Bairro Indígena.” (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 13-14).

No AHU encontra-se o projeto de arquitetura de um edifício público para Lourenço Marques com o título: “Projecto d’um edifício para Camara Municipal, Tribunal e Administração do Concelho, escala 1/100” — Alçado longitudinal, à Esc. 1/50; Planta do Piso Térreo, à Esc. 1/100; Planta do 1.º andar, à

posteriormente pelo Mercado Vasco da Gama. A de Infante D. Henrique, que rematava o traçado urbano a norte, não teve seguimento.

A oeste, a área alagada do Maé aparecia revestida pela plantação de eucaliptos, plantação que décadas mais tarde se alargou ao aterro da zona baixa da Maxaquene. A este, no quarteirão que veio regularizar os limites do Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, o Jardim aparecia já com um desenho paisagístico, na parte plana, a sul. Paralelas ao porto, em construção, desenham-se três avenidas principais: a D. Carlos (atual 25 de Setembro), a Francisco Costa (atual 24 de Julho) e a Pinheiro Chagas (atual Eduardo Mondlane), todas elas estruturantes na futura conformação e zonamento da cidade<sup>134</sup>.

Poucos anos depois, em 17 de dezembro de 1895, foi criada a Comissão de Melhoramentos do Porto, pelo Comissário Régio António Enes (Lima, 1971: vol. III, 12), na origem do Conselho de Administração do Porto e Caminho de Ferro de

---

Esc. 1/100, datado de 25 de agosto de 1888, assinado pelo diretor António José Araújo. Trata-se de um edifício com dois pisos, alçado simétrico com pórtico e colunata, coroado por balaustrada, torre ao centro e cúpula.

Cf. — “Alçado longitudinal sobre A B /IVSTITIA VIRTVS LIBERTAS [Fachada do Palácio da Justiça de Lourenço Marques] [...]” AHU (CART m\_064\_D.585).

— “Planta do pavimento térreo/ Projecto d’um edifício para Câmara Municipal, Tribunal e Administração do Concelho [...]” AHU (CART m\_064\_D.629).

— “Planta do 1.º andar. [...]” AHU (CART m\_064\_D.630).

Na década de 1940, estudos do GUC para o “Plano de Urbanização de Lourenço Marques” previam a localização de edifícios para os Serviços Centrais da Colónia nessa mesma praça, proposta que foi recusada pelo Governo Geral da Colónia (devido à impossibilidade de remover o Mercado do local). (Correspondência do Ministro das Colónias, com entrada em 9 de novembro de 1946, Proc.º Eb 2, Ent.ª 1433, proveniente do Governo Geral de Moçambique. AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2091/13897, Pasta: “Moçambique/ Urbanização de/ Lourenço Marques/ I volume”).

<sup>134</sup> As duas últimas avenidas “estão na base, por exemplo, da demarcação de diferentes áreas na cidade quando se procurava estabelecer uma tabela de preços para aquisição de terrenos na área urbana, proposta por António José Araújo, em sessão camarária registada na acta n.º 8, de 30 de Janeiro de 1888.” (Morais, 2001: 89). Para uma análise aprofundada do plano: transição entre o núcleo existente e a “cidade nova”, hierarquização das vias, adequação às pré-existências (igreja, hospital, quartel, Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, Estrada da Ponta Vermelha, Estrada de Lindemburgo, traçado da linha férrea, alinhamento do porto em construção, talhões preexistentes, concessões de terrenos...) e novos limites urbanos, veja-se Morais, 2001: 88-93.

Lourenço Marques. Ainda que registadas graves dificuldades financeiras, apareceram vários estudos, a partir de 1897<sup>135</sup>, para o “plano geral de melhoramentos do porto”.

O Ministério da Marinha e do Ultramar, a apontar claramente para o desenvolvimento da estrutura portuária laurentina, advogava o aterro de toda a frente ribeirinha a montante da Ponte da Alfândega para a construção do muro-cais/porto; a construção de uma ponte para carga e descarga de mercadorias e a construção de pavilhões para a armazenagem das mercadorias da Alfândega, com a recintagem da área afeta (Lima, 1971: vol. III, 16-17). Acordou-se, primeiramente, na conquista de terreno a sul da cidade, na faixa compreendida entre o sopé da Ponta Vermelha “*e o muro de revestimento que se construisse entre a parte mais saliente d’aquella elevação [...] e um ponto a 64 m, e em frente da ponte metallica da alfandega*” (Augusto Pereira da Silva Silvério, 1901 *apud* Lima, 1971: vol. III, 18; sublinhado no orig.). Essa seria a primeira das duas secções previstas para o plano geral das obras do porto. A secção sucessiva, que veio a denominar-se posteriormente secção 1 (abandonadas as obras do porto sobre a enseada da Maxaquene), compreendia a extensão entre a Ponte da Alfândega e a Ponte do Caminho de Ferro (Figs. 54 e 55). A montante da Ponte do Caminho de Ferro, construiu-se sucessivamente a segunda secção da ponte-cais, objeto de ampliações posteriores.

---

<sup>135</sup> Foi publicada a “CARTA DE LEI SOBRE A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS DO PORTO DE LOURENÇO MARQUES”, de 21 de setembro de 1897, que “autoriza o Governo a proceder à construção e exploração das obras necessárias para o melhoramento do porto de Lourenço Marques”, a serem efetuadas por meio de empreitadas parciais. Veja-se, “BASES A QUE SE REFERE A LEI DA PRESENTE DATA, PARA A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS OBRAS DO PORTO DE LOURENÇO MARQUES”, de 21 de setembro de 1897, cit. integralmente em Lima, 1971: vol. III, 14-15.



Figura 54: “Ponte-Caís em Lourenço Marques, Planta Geral”, escala de 1: 2000, [s.d.] (ca. 1902-1903?), AHU (CARTi\_064\_D.744). Trato entre a Ponte da Alfândega e a Ponte do Caminho de ferro. Legenda: Ponte do Caminho de Ferro (1); Ponte da Alfândega (2); Ponte da Capitania (3); traçado do muro-cais previsto (4); Estação dos Caminhos de Ferro (5); Largo da Estação (6); Praça 7 de Março (7); Alfândega (8); Capitania (9).

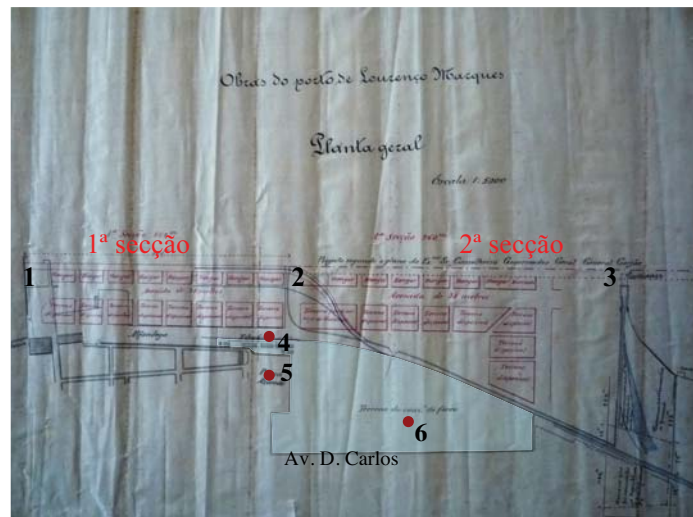


Figura 55: “Obras do porto de Lourenço Marques / Planta geral / Conselheiro Governador General Gorjão. - Escala de 1: 5.000. - [Moçambique] : [s.n.], [séc. XIX]. [...]”, AHU (CART m\_064\_D.650). O desenho (orientado com o Estuário do lado superior), mostra o faseamento das obras previstas para a ampliação da ponte-cais segundo o projeto do Conselheiro Governador General General Gorjão: 1.ª e à 2.ª secção: 660,00 m entre a doca da Capitania (1) e a Ponte do Caminho de Ferro (2), e 960,00 m da Ponte do Caminho de Ferro para montante, respetivamente). Estão assinalados, a Ponte da Companhia neerlandesa (3); a Estação dos Caminhos de Ferro (4); a Praça Azeredo (5) e o terreno reservado à Companhia do Caminho de Ferro (6).

Os trabalhos da 1.ª secção da ponte-cais começaram em maio de 1897 e prosseguiram com grandes dificuldades devido à falta de materiais de construção (na maioria importados) e de financiamento. Para o aterro serviram sobretudo terras das escavações dos terrenos altos próximos da cidade (a este e a noroeste) e as dragadas do corte na Ponta Leckemer e na margem da Catembe (para compensar o estreitamento do

canal que o aterro da margem do lado do muro do cais do porto provocaria) (Augusto Pereira da Silva Silvério, 1901 *apud* Lima, 1971: vol. III, 27-28). Junto da Ponte da Alfândega, foi aterrada uma faixa de terreno revestida “*pelo lado do mar com um muro de caes acessível a pequenas embarcações e pelo outro a jusante com pedra secca; [...] [e] procedeu-se ainda á ligação, por meio de uma linha Decauville, da avenida da ponte com a Praça da Estação*” (Augusto Pereira da Silva Silvério, 1901 *apud* Lima, 1971: vol. III, 9, sublinhado no orig.).

Uma Carta de Lei de 21 de setembro de 1898, fixou as condições para a construção das obras do porto, dando sequência, no ano seguinte, aos trabalhos da 1.<sup>a</sup> seção na enseada da Maxaquene (Lima, 1971: vol. III, 30-31). O projeto, no entanto, teve de ser moderado, devido aos custos do muro-cais acostável inicialmente previsto e do aterro da enseada da Maxaquene. Diminui-se a área de aterro e a altura do muro de suporte, recuando-o sobre a orla litoral. Pouco tempo depois, a falta de financiamento impediu a continuação das obras iniciadas junto à Ponta Vermelha. Permaneceriam no local, por algum tempo, as instalações dos trabalhadores do porto, registadas nos levantamentos fotográficos e cartográficos da cidade dos anos imediatos.

Sobre a Ponta Vermelha ficava apontado o desenvolvimento da “vila à parte”, já com o Farol e o Quartel (Fig. 56). A vila respeitava o estudo urbanístico, datado de 19 de out. de 1887, atribuído, por José Manuel Fernandes, ao coronel americano Edward McMurdo<sup>136</sup> (*apud* Viana, 2008: 153), na origem da fundação da *Delagoa Bay*

---

<sup>136</sup> Morais levanta a hipótese de esse plano urbanístico ter sido delineado pelo major Machado (Morais, 2001: 223 nota 22). Há a considerar que uma parte dos terrenos da vila da Ponta Vermelha foram adquiridos pela empresa concessionária dos Caminhos de Ferro, a *Delagoa Bay and East African Railway*, que ali erigiu várias construções para o pessoal dessa empreitada (apreendidos, na totalidade, juntamente com o caminho de ferro, pelo Governo, em 1889, por quebra de contrato (Lima, 1966a: 10-11)), parecendo plausível a atribuição de José Manuel Fernandes. No entanto, esta planta com o desenho da cidade de Lourenço Marques com o projeto de ampliação de 1887 (no qual o major Machado teve um papel preponderante) e da vila da Ponta Vermelha, junta o projeto da vila de Ressano Garcia, atribuído ao major Machado. A planta é em tudo símile à terceira das três cartas que compõem o “Esboço da Carta/ do/ Districto/ de/ Lourenço Marques/ dedicada ao Sr. Capitão Tenente da Armada/ JOÃO DO CANTO E

*and East African Railway*, em 1886, e à época responsável pelo prosseguimento dos trabalhos na linha férrea (Fowler, 1887; Morais, 2001: 72). Para o aterro da enseada da Maxaquene previu-se a implantação de um traçado de malha ortogonal (Fig. 56), que seguia a orientação do núcleo antigo da cidade, traçado que não teve seguimento<sup>137</sup>.

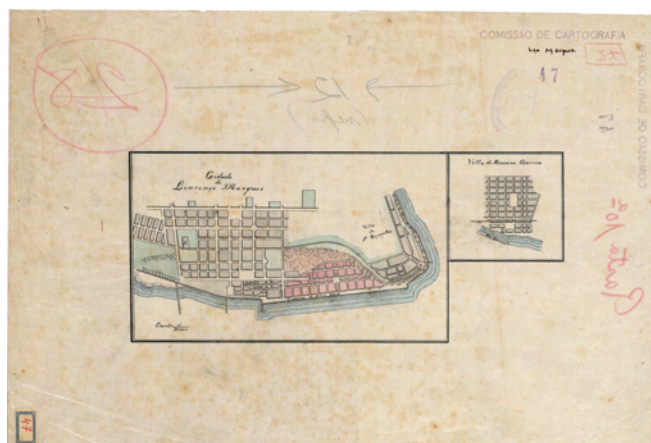


Figura 56: Planta da “Cidade de Lourenço Marques, Escala 1: 20.000”, última década de 1800, AHU (Cartoteca, cota CEHCA pt. 10, C007). A norte da “cidade velha” está assinalado o projeto de ampliação de 1887, e a este, o plano de aterro e urbanização da enseada da Maxaquene, seguindo a orientação da Rua Araújo (malha cor de rosa), com o prolongamento da ponte-cais desde a Ponte da Alfândega até à Ponta Vermelha. No extremo este, está o projeto da “Villa da P. Vermelha”. O requadro mais pequeno mostra a “Villa de Ressano Garcia”. Os dois núcleos urbanos marcavam, dentro de Moçambique, os extremos da linha do caminho de ferro de ligação ao Transval.

Em 7 de agosto de 1903, o “Suazi” atracava na nova Ponte-cais Gorjão, inaugurando a obra de melhoramentos do porto (Lima, 1971: vol. III, 34). A ponte-cais foi prolongada sucessivamente e em 1907 existiam 800 m de cais acostável, estando praticamente concluídos os aterros previstos, a instalação de hangares, guindastes, as

---

CASTRO DA SILVA ANTUNES/ Contem itinerarios, reconhecimentos, trabalhos topographicos e varios estudos feitos pelos engenheiros: Joaquim Machado, Freire de Andrade, major Araújo, Mezzena e R. Machado. [...] bem como todas as indicações das cartas mais recentes de Jeppe, Perthes, Almirantado Inglez e Comissão de Cartographia [...]. 1894”, referente à cidade de Lourenço Marques e à vila de Ressano Garcia, com a seguinte inscrição “Esta carta foi principiada em 12 de agosto de 1892/ e concluida por opinião da Ex.<sup>ma</sup> / COMISSÃO DE CARTOGRAPHIA / em 19 de Janeiro de 1894/ Sendo Ministro da Marinha o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conselheiro/ J. A. de BRISSAC das NEVES FERREIRA / E/ Director Geral do Ultramar o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conselheiro / A. J. da Costa e Silva/ Uma parte dos elementos mais importantes d'esta carta foram colhidos dos trabalhos/ do Capitão d'Engenharia/ A. Freire d'Andrade/ Lisboa, 19 de Janeiro de 1894 Eduardo de Noronha”, SGL (7-D-21 III). Não aparece nomeado, nessas cartas, Edward McMurdo.

<sup>137</sup> Segundo Morais *et al.* (2012: 45), remonta a 1894 o primeiro plano para o aterro da enseada da Maxaquene e “a Rua Araújo - assume-se como um elemento estruturante deste traçado, conferindo a orientação do muro-cais a construir e do traçado ortogonal, limitado a Norte pelo sistema de drenagem, com uma configuração determinada pela topografia da barreira. [...] A métrica dos quarteirões [previstos para essa zona] absorve as preexistências, adoptando as referências do núcleo antigo e dos quarteirões de menor superfície do ‘Plano Araújo’.”

ruas de acesso e a linha férrea afeta ao porto. A partir de 1910 foi iniciada a substituição da ponte-cais de madeira sobre estacaria por outra em cimento armado (Lima 1971: vol. III, 35), seguindo um sistema construtivo idealizado pelo engenheiro Costa Serrão, arrumando em pilas verticais, com um guindaste de 60 toneladas, blocos sobrepostos de alvenaria e cimento de 30 toneladas (Teixeira, 1936: 86; Lima, 1971: vol. III, 35; Morais, 2001:101-102).

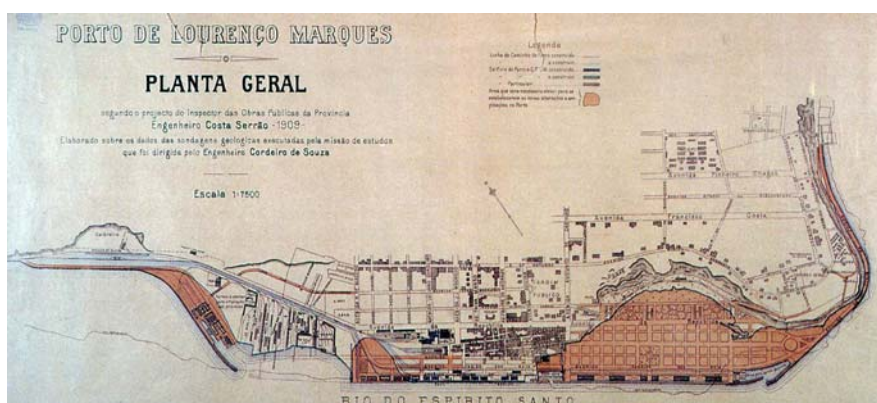


Figura 57: “Porto de Lourenço Marques/ Planta Geral/ segundo projecto do Inspector das Obras Públicas da Província/ Engenheiro Costa Serrão – 1909 -/ Elaborado sobre os dados das sondagens geológicas executadas pela missão de estudos/ que foi dirigida pelo Engenheiro Cordeiro de Souza/ Escala 1:7500”<sup>138</sup>. Fonte: Morais, 2001: 103.

Em 1909, surgiu um novo plano para o porto, do engenheiro Costa Serrão (Fig. 57), para uma extensão de cais de 3700 m, desde a Ponta Vermelha até à zona das Estâncias, com uma doca na parte central — a doca da Capitania — privilegiando a extensão do porto para jusante, contrariamente ao que, poucos anos depois, veio a suceder<sup>139</sup>. Na sequência deste plano, foi construída a doca da Capitania, para pequenas embarcações e em 1915, o porto apresentava sensivelmente o aspeto atual, embora com 1450 m de cais, com a primeira carvoeira em funcionamento (Lima, 1971: vol. III, 36). Antevia-se pois, o seu desenvolvimento futuro, na condição de primeiro porto carvoeiro da toda a África do Sul, a partir do início da década de 1920 (Lima, 1971: vol. III, 42).

<sup>138</sup> Carta acessível no AHU (CARTi\_064\_D.625) – “PORTO DE LOURENÇO MARQUES/PLANTA GERAL... levantada em 1909 e publicada em 1910. – Escala de 1: 7 500”; e na SGL (7-E-1).

<sup>139</sup> Sobre as várias fases de expansão do porto, veja-se Mendes, 1985: 296 ss.

Para jusante, seria aprovado o aterro da Maxaquene, entre o molhe Allen Wack e a Ponta Vermelha, em 1914. O aterro, juntamente com as obras de consolidação das Barreiras, ao longo da encosta da cidade (depauperadas pelas escavações para os aterros na cidade baixa), foi iniciado em 1915, com o impulso do então governador-geral Joaquim José Machado (Lima, 1971: vol. III, 37 nota 1; PEUMM, 2008: vol. I, 24).



Figura 58: “Machaquene Reclamation Scheme, showing the sea wall, and the Dredger at work filling in the reclaimed area. Wharf and town on the right, Polana and the open sea away to the left. Inserts: P. B. Buccellato, P. Santos Gil, A. Tonetti, the contractors ; Dr. Domingos Frias, acting Governor-General, 1915, who signed the contract on behalf of the Government ; General Joaquim Machado, Governor-General, 1915, who initiated the scheme ; Dr. Alvaro de Castro, present Governor-General of the Province ; T. Monteiro de Macedo, Engineer-Inspector of Public Works ; Carlos de Sa Carneiro, Director of Railways ; Ribeiro Artur, Government Inspector of Works ; and Duarte Viega, Government Engineer, who designed the scheme.” [s.d.], [s.a.], CEDH-FAPF.

A obra, adjudicada a P. B. Buccellato (antigo empreiteiro da ponte-cais e dos aterros no pântano do Maé), a P. Santos Gil e A. Tonetti, conquistou à Baía uma área de cerca de 1000.000 m<sup>2</sup>, onde se plantaram eucaliptos (Lima, 1971: vol. III, 37 nota 1). Essa zona seria atravessada pelo prolongamento da Av. da República/25 de Setembro com ligação à Av. Marginal e à praia da Polana, algumas décadas mais tarde. Permaneceria a longo prazo como uma extensa área arborizada, sujeita a vários planos de urbanização, que ali previram, entre outros, uma área para as exposições coloniais e um novo centro cívico, este último, levado adiante na construção de um único edifício (a Fazenda).

Paralelamente à obras de beneficiação do porto, decorriam as obras de



saneamento das áreas alagadas em torno do antigo núcleo urbano. As águas das nascentes da encosta da Maxaquene corriam a céu aberto nas novas avenidas e os problemas derivados da falta de uma rede de esgotos ou de abastecimento de água eficaz agravavam as condições higiênicas da cidade e de vida dos seus habitantes. Segundo o “Relatório sobre o saneamento de Lourenço Marques (Parte Técnica)” do engenheiro Terra Viana, na antiga Avenida Central (atual Karl Marx) — traçada sobre terrenos baixos, que se contava elevar à custa de terras de empréstimo —, encontravam-se pontos baixos “com cotas que [iam] até 2,46 m acima do nível do mar e inferiores às da antiga vila” (Terra Viana, 1907: 13), que durante muito tempo continuaram, juntamente com as restantes avenidas de terra batida, alagados pelas águas perdidas (Terra Viana, 1907: 2). A oeste do Quartel do Alto Maé continuaram a existir áreas pantanosas pelo século XX dentro, tornando insalubre e pouco valorizado o bairro a oeste da Avenida Central (atual Karl Marx), ocupado pelas classes menos favorecidas (Galvão, 1920: 21).

No final de 1892, o engenheiro Almeida Soeiro, nomeado para a expedição do Conselheiro Mariano de Carvalho<sup>140</sup>, apresentava o “Estudo do saneamento da cidade de Lourenço Marques”, ocupando-se igualmente dos anteprojetos para o “abastecimento de águas, da rede de esgotos e do saneamento dos terrenos da baixa do Maé” (Terra Viana, 18 de junho de 1907: 2). Até essa altura, a população de Lourenço Marques, então de 2.285 almas (estatística da cidade em 30 de junho de 1891, feita pelo pessoal do Corpo de Polícia) (Soeiro, 1892: *Peças Escritas*, vol. 6, 3), abastecia-se de água das chuvas, que recolhia em tanques de ferro e em cisternas, e das nascentes que brotavam

---

<sup>140</sup> Mariano Cirilo de Carvalho foi encarregado por decreto, em meados de 1890, na qualidade de comissário régio, de fazer estudos nas Províncias de Angola e de Moçambique com vista à organização administrativa e económica do Ultramar. A expedição de Mariano de Carvalho a Moçambique, teve “[...] em atividade três brigadas [...], uma no Ibo para estudo e pesquisas de carvão, outra em Inhambane para estudos agrícolas e outra em Lourenço Marques para estudo de saneamento e outros diversos assuntos, [...]” (Manuel Moreira Feio, *O Popular*, 25 de out. de 1905 *apud* Paixão, 1965: 4-5).

na encosta onde assentava a Alta da cidade (Soeiro, 1895: 6). Lourenço Marques contava, por essa altura, apenas com as fontes do Jardim (dentro do Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura), do Castilho (na esquina da Av. Aguiar com a Av. D. Carlos, junto ao terreno aforado a Gerard Pott), da Abegoaria e do Quartel (as duas últimas abertas em 1891) (Soeiro, 1892: *Peças escritas*, vol. 6, 3), insuficientes para as exigências do consumo (Soeiro, 1895). A aguada dos navios era feita na Fonte da Ponta Vermelha (na enseada na Maxaquene). Não havia sistema de esgotos e as águas perdidas corriam livremente à superfície do solo (Soeiro, 1895: 7). A população residente servia-se do sistema de fossas fixas ou móveis (esvaziadas periodicamente no mar na Ponta Vermelha) e a falta de latrinas públicas, para os que em grande número visitavam diariamente Lourenço Marques, gravava a insalubridade dos terrenos bem próximo das residências e a contaminação do subsolo<sup>141</sup>.

Parece-nos absolutamente inútil e um desperdício estabelecer canos ao longo das ruas habitadas por asiáticos e africanos ou por população que nunca terá em suas casas uma torneira do abastecimento das águas. Para tais casos, dever-se-á tomar como solução definitiva o emprego de vasos especiais que serão transportados duas ou três vezes por semana — (não podendo ser diariamente) — para locais apropriados, onde existam pias de despejo em comunicação com os canos de esgoto. (Terra Viana, 18 de junho de 1907: 54)

A captação da água que alimentava as fontes públicas fazia-se por um coletor dreno de cimento, colocado no sopé da encosta que separava a Baixa da cidade da Alta. A água era canalizada para um tanque “colocado por baixo da encosta do quartel da Polícia, onde est[ava] a instalação para a sua elevação para dois reservatórios colocados, um no Alto da Maxaquene, à cota 62, e outro próximo do Paiol, à cota 32” (Soeiro, 1895: 10-11). De modo a facilitar o abastecimento de água (dadas as diferenças

---

<sup>141</sup> Cf. Correspondência do Governador-Geral em Lourenço Marques, de 3 de agosto de 1900, ao Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, ofício n.º 327 da Secretaria Geral do Governo Geral da Província de Moçambique, Processo n.º 19/1900, AHU (Cx. 3038\_1A\_SEMU\_DGU\_MÇ\_1904-1908); Soeiro, 1892: *Peças Escritas*, vol. 6, 4-5.

consideráveis de cota do terreno), a cidade foi dividida primeiramente em duas zonas. A Alta sobre a encosta, a norte da Avenida D. Manuel (atual Rua da Rádio e Av. Josina Machel), era abastecida pelo reservatório da Maxaquene, e a Baixa, a sul da mesma avenida, pelo reservatório do Paiol.

No início do século XX (ca. 1906), o abastecimento de água potável, concessionado à *Delagoa Bay Development Corporation Ltd.*, passou a utilizar “águas elevadas do rio Umbeluzi [...] conduzidas por uma tubagem de 29.420 metros de comprimento para três reservatórios de distribuição” (Terra Viana, 18 de junho de 1907: 15). A canalização atravessava a cidade longitudinalmente até à Ponta Vermelha, abastecendo os reservatórios que, por sua vez, serviam as fontes públicas.

### **A urbanização da Polana**

A urbanização para leste e nordeste nas terras da Baía (Maxaquene, Polana e Sommerschild) ficou condicionada pela concessão imprevidente, por parte do Governo, de grandes áreas de terreno à firma Allen Wack & Co.<sup>142</sup>, a Oscar Sommerschild (adquiridas sucessivamente pela *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.*)<sup>143</sup>, à Companhia Telegráfica (*Eastern and S. African Telegraph*) e a outros especuladores estrangeiros, que tarde investiram no local (Castilho, 1885: 33; Longle, 1887: 9; Boléo,

---

<sup>142</sup> Segundo Pereira de Lima (1971: vol. III, 11), o Governo concedeu a Charles Wack, por Portaria Provincial n.º 279, de 23 de maio de 1888, “todos os terrenos que pudesse conquistar ao mar, entre a Praça de N.ª S.ª da Conceição e as proximidades da Ponta Vermelha, ‘a fim de neles construir oficinas metalúrgicas, docas de abrigo e outras edificações, com a obrigação de construir um muro-cais, [...]’”. A concessão desta área feita sucessivamente à firma Allen Wack & Co. foi anulada em 1897, por o concessionário não ter cumprido as obras acordadas (Lima, 1971: vol. III, 11). Na cartografia de finais do século XIX (e.g. “Esboço da Carta/ do Districto/de/Lourenço/dedicada ao Sr. Capitão Tenente da Armada/ JOÃO DO CANTO E CASTRO DA SILVA ANTUNES [...]. 1894”, SGL (7-D-21 III)), a área que se estende entre o limite este da expansão da cidade (Av. Augusto de Castilho) e a vila da Ponta Vermelha, aparece assinalada como “Concessão de Allen Wack”.

<sup>143</sup> A concessão de Oscar Sommerschild era uma extensa faixa de terreno baldio, contígua à Baía de Lourenço Marques, com cerca de 1000 hectares, aprovada pela Portaria Provincial n.º 434, de 22 de out. de 1887. A concessão foi vendida por Oscar Sommerschild à *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.*, tendo a venda sido aprovada pelo Governo de Moçambique em 1903 (*A concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited*, 1953). Ver *infra*, nota 144.

1945: 9; Morais, 2001: 96; *A concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited*, 1953).

Após contrato de partilha entre o Estado e a *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.*, em 1914, a área compreendida entre o antigo limite urbano e a praia da Polana, até à Rua dos Combatentes de Nevala (ver Figs. 26 e 27), passou a integrar a zona urbana da cidade. A cidade desenvolveu-se, assim, para além do antigo limite urbano do arco de Circunvalação, para norte e nordeste do Hospital Miguel Bombarda, traçando-se uma nova malha urbana, já com as vias e os talhões demarcados. O novo traçado configurou-se com a quebra do quarteirão do hospital, que serviu de charneira à nova malha de menor dimensão que as da expansão anterior, quebrando a conformação do círculo da Circunvalação (PEUMM, 2008: vol. I, 26-28). A configuração da nova malha manter-se-ia até à atualidade sem grandes alterações (PEUMM, 2008: vol. I, 28).

Com os contrato de partilha e acordos estipulados entre o Governo, a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd*, algumas áreas na Polana passaram, no início do século XX, à posse do Governo de Moçambique e do Estado, servindo à instalação de infraestruturas de relevo para a cidade, nomeadamente a área onde foi instalado o Observatório Campos Rodrigues e o Parque José Cabral e a área externa ao antigo limite urbano que passou a integrar o quarteirão do Hospital Miguel Bombarda<sup>144</sup>. Contudo, “[n]ão obstante as diligências feitas pelo governo para

---

<sup>144</sup> “Artigo 1.º - É aprovada para todos os efeitos legais a venda realizada por Oscar Sommerschild à “Delagoa Bay Lands Syndicate Limited” da concessão de 1.000 hectares de terreno na Polana, [...].

§ único – A aprovação e autorização concedidas por este artigo ficam sujeitas às seguintes cláusulas, a saber:

[...]

- d) - Dos terrenos referidos será separada a superfície marcada na planta junta a este decreto com as letras A B C R a qual ficará incorporada na área da cidade de Lourenço Marques, [...];
- d) – Os terrenos assim incorporados na área da cidade serão divididos em talhões de 2.500 metros quadrados, pròximamente, divididos por ruas conforme o traçado indicado na planta junta, salvas as modificações na divisão dos terrenos e traçado das ruas acordadas com o Governador Geral da província de Moçambique.

incentivar a expansão da cidade para leste, o centro do comércio e serviços continuava a ser o núcleo antigo e as áreas que mais cedo foram ocupadas localizavam-se próximo deste [...]” (Mendes, 1985: 26).

A meados da década de 1920, Lourenço Marques contava 20.000 habitantes e projetava já uma fisionomia atual, dentro da área urbana, embora com uma edificação ainda dispersa, verificando-se uma maior ocupação no sentido poente (Alto Maé) (Mendes, 1985: 26). Sempre em direção a poente, o desenvolvimento industrial da década de 1950 da Matola e da Estrada das Estâncias acentuou a tendência expansionista da cidade nessa direção, contrariando as propostas do plano de urbanização dessa década, que apontava a faixa contígua à Baía de Lourenço Marques, a noroeste, para a expansão dos bairros europeus (Mendes, 1985: 26). Entre 1950 e 1970, os anos de maior entrada de colonos em Lourenço Marques, a população aumentou de “93 275 habitantes para 271 000, e, tal como em todas as cidades africanas, a maior percentagem era de população negra” (Mendes, 1985: 26).

As expansões urbanas sucessivas na área a nordeste da cidade, resultaram da integração na malha urbana de terrenos concessionados, que correspondem aos

---

Destes mesmos terrenos voltarão ao domínio e posse do Estado, gratuitamente;

1.º - Os terrenos necessários para o prolongamento da actual estrada da Polana, na direcção Norte-Sul, com a largura de, pelo menos, 30 metros, na parte que ficar compreendida no limite da cidade, com a extensão de 500 a 600 metros e da de todas as ruas transversais;

2.º - A faixa de 80 metros de largura, contados da máxima preamar de águas vivas e que foi incluída na primitiva concessão;

3.º - Do terreno de que ficam deduzidas as superfícies indicadas nos números 1.º e 2.º e a que foi expropriada para a construção do hospital, receberá mais o Estado, gratuitamente, a plena posse e domínio de 25 por cento, dos quais pelo menos 25.000 metros quadrados serão destinados a parque e jardins públicos. [...]”

Decreto [n.º ?] de 3 de setembro de 1903, *Boletim Oficial da Colónia*, n.º 42, de 17 de outubro de 1903, cit. in Ata da sessão ordinária da Comissão Administrativa da CMLM, de 8 de fev. de 1950, pp. 7-8, anexa ao Ofício n.º 1.694, do Governo Geral da Província de Moçambique, de 22 de maio de 1950, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898).

V.t. Acordo entre a DBLSL e o Governo Geral da Província de Moçambique, de 22 out. 1912; e contrato entre a mesma companhia e o Estado, de 21 de nov. de 1912, publicado no *Boletim Oficial* n.º 51, de 21 de dezembro de 1912, transcrito na ata supracitada, pp. 11-16, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898).

privilegiados Bairros da Polana e da Sommerschield, caracterizados por loteamentos regulares com lotes de grandes dimensões, ocupados por edifícios rodeados por jardins ou quintais (Mendes, 2008: 517).

Fugindo às ditas emanações insalubres dos pântanos da vila de Lourenço Marques, alguns habitantes da Baía tinham ido construir as suas casas sobre o *plateau* da Ponta Vermelha a partir das últimas décadas do século XIX. Em 1897, esta área contava já com mais de duzentas edificações e estava ligada à cidade pela Estrada da Rainha (Lima, 1971: vol. III, 24), a antiga Estrada da Ponta Vermelha (atual Av. Patrice Lumumba), traçada sobre a crista da Maxaquene. No entanto, segundo Armando Longle,

[...] se a Ponta Vermelha [estava] admiravelmente situada, não só pela formosura do lugar como pelo clima melhor, considerada como centro de comércio, nunca [poderia] ter a menor importância; porque: 1.º [estava] longe do porto; 2.º [estava] a] grande distancia do términus da linha férrea; 3.º [estava] fora do limite extremo da estrada das carretas [...]. (Longle, 1887: 9)

A vila da Ponta Vermelha, efetivamente, desenvolveu-se à parte e só foi integrada na cidade de Lourenço Marques em 1895<sup>145</sup>. Constituiu-se bairro aristocrático de Lourenço Marques “destinado unicamente aos que tive[ssem] mais meios de fortuna, podendo separar as suas moradas, dos seus armazéns ou escritórios, e dispoendo de facilidades de transportes” (Longle, 1887: 9).

---

<sup>145</sup> “ [...] Sua Magestade El-Rei ha por bem determinar o seguinte:

Artigo 1.º A villa da Ponta Vermelha é incorporada para todos os efeitos na cidade de Lourenço Marques.

Art. 2.º A avenida da Rainha e todas as ruas da antiga villa da Ponta Vermelha ficam a cargo da câmara municipal de Lourenço Marques, [...]. [...]

Art. 4.º Todos os terrenos da villa da Ponta Vermelha pertencentes ao estado, que não estão cobertos por edificios publicos, nem constituem dependencias necessárias d’esses edificios, poderão ser applicados pela câmara de Lourenço Marques a serviços municipaes.

Art. 5.º A câmara municipal de Lourenço Marques será obrigada a cumprir e fazer cumprir integralmente todas as cláusulas dos contratos feitos pelo governo geral da provincia para fornecimento de aguas na villa da Ponta Vermelha e para construcção da avenida da Rainha. [...]

Comissariado regio de Moçambique em Lourenço Marques, 18 de dezembro de 1895. = Commissario regio, *Antonio Ennes*.” (Ennes, 1896: 244-245).

António Enes, na qualidade de governador-geral (e comissário régio), assumiu residência na Ponta Vermelha (Ennes, 1898; Lima, 1966a: 10-11). Foi ocupar um pavilhão de madeira e ferro, com terreno anexo, apreendido pelo Estado, nos finais do século XIX, à empresa concessionária da construção do caminho de ferro (Sousa, 1946, 30; Lima, 1966a: 10-11). Num outro pavilhão, dentro do mesmo terreno, estabeleceu também a sede do Governo-Geral (António Ennes *apud* Lima, 1966a: 12) (a sede do Governo do Distrito ficava na Baixa, na Praça 7 de Março/25 de Junho). Nesse terreno, plantado inicialmente de eucaliptos e outras árvores (Sousa, 1946: 30-31), fixou-se definitivamente, com outras conformações, a residência do governador-geral — a Residência da Ponta Vermelha — e a sede do governo e secretaria geral (Repartição do Gabinete do Governo Geral e Conselho do Governo)<sup>146</sup>, envoltas por um amplo jardim<sup>147</sup>. Após a Independência, a antiga Residência do Governador-Geral passou a Residência Presidencial.

No final do século XIX, em consequência da ocupação militar do Sul da Colónia de Moçambique em 1895, tinha sido decretada, através de uma circular datada de 22 de novembro de 1895, a transferência do centro político-administrativo da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques<sup>148</sup> (Lemos, 1987: 12). Esta decisão reconhecia a

---

<sup>146</sup> Segundo o, então, diretor das Obras Públicas da Província de Moçambique, Carlos Roma Machado de Faria e Maia (nomeado em 1897), o edifício do Conselho e Governo Geral foi construído pela Direção de Obras Públicas no local onde já então havia o antigo edifício do Governo Geral, seguindo as indicações esboçadas a lápis por Mouzinho de Albuquerque para a edificação de pavilhões em estilo árabe (Maia, 1943: 15-16). Sobre essas construções e suas alterações ao longo do tempo, veja-se Rufino, 1929: vol. II, 4, 9; Lima, 1966a: 12-17; Lage e Carrilho, 2010: 68-69.

<sup>147</sup> No final da década de 1940 foi proposta a edificação do “Palácio do Governo Geral” no terreno do antigo campo de golfe, na Polana, e o lançamento do concurso para o anteprojeto de arquitetura (AHU, ICONi\_064\_I, D.495). A localização foi estabelecida nos estudos para o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques e os terrenos para essa edificação foram reservados no parcelamento de parte dos terrenos da chamada “Quinta Sommerschild” (propriedade da *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.*), aprovado em 4 de jan. de 1950 (Ata n.º 1 da sessão ordinária da CMLM, de 4 jan. 1950 — relativa ao parcelamento dos terrenos da “Concessão Sommerschild” —, anexa ao Ofício n.º 1694 do Governo Geral de Moçambique, AHU, PT\_IPAD\_MU:DGOPC\_DSUH\_2091\_13898 – URBANIZAÇÃO II VOLUME). O projeto não teve seguimento.

<sup>148</sup> “Legalmente, porém, a mudança da capital apenas se efetivou em 1907, ao ser decretada a reforma administrativa da colónia, denominada ‘Reorganização Administrativa da Província de Moçambique’,

situação de facto que decorria desde o início de 1895, desde que António Enes fixara o aparato administrativo-militar em Lourenço Marques para dirigir dali as campanhas militares a sul do Save (Lemos, 1987: 12).



Figura 59: Extrato da “PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES, [...], 1907”, AHU (630\_D4\_MU\_DGF\_Rolo\_s.d. “Lourenço Marques, Plantas cadastrais da cidade”), referente à área da Ponta Vermelha. Base trabalhada pela autora. Legenda: 1- Estação Telegráfica; 2- Quartéis da Ponta Vermelha — primeiros “pavilhões” em madeira construídos pelas Obras Públicas (Maia, 1943: 50) (ver Fig. 61); 3- Residência do Governador-Geral; 4- Quartel General (1907); 5- Farol da Ponta Vermelha; 6- Avenida da Praia (em projeto).



Figura 60: “Lourenço Marques: Vista tirada do terraço do Polana Hotel, vendo-se, à esquerda, a Ponte dos Pescadores e o Grémio Náutico, na Praia da Polana, e um trecho da nova estrada marginal, que se prolonga até ao interessante palmar conhecido por ‘Aldeia dos Macacos’” (Rufino, 1929: vol. I, 11). Fonte: Rufino, 1929: vol. I, 11. No canto superior direito da imagem vê-se a Estação Radiofónica (Parque José Cabral, atual Parque dos Continuadores da Revolução).



Figura 61: “Lourenço Marques — Sala de jantar dos officiaes da Ponta Vermelha”, 1907, [s.a.], IICT/AHU doc. N.º 6035. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7478> [consult. 24 jul. 2014].

com data de 23 de Maio de 1907, que estabelece no seu artigo 1.º, o seguinte: ‘A província de Moçambique compreende todo o território português na África Oriental. A sua capital é a cidade de Lourenço Marques’.” (Lemos, 1987: 12). V.t. Lemos, 1987: 17 notas 69 e 71.



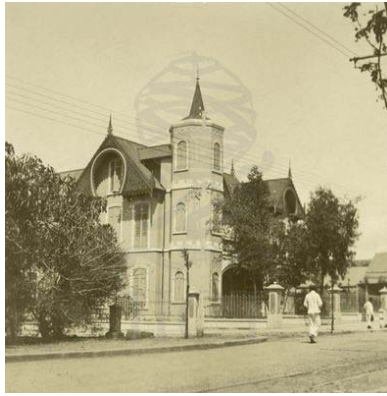


Figura 62: “Governo geral — Lourenço Marques B.F. e A.F.”, 1907, [s.a.], IICT/AHU doc. N.º 6040. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7483> [consult. 25 jul. 2014].



Figura 63: Palácio do Governo, Ponta Vermelha, out. 1975, AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 12, Icon. 313). Em pano de fundo, as Torres Vermelhas em construção.

A Ponta Vermelha ganhou ainda outro destaque com uma alteração dos costumes urbanos saída do mundo industrializado e que viria a ganhar grande protagonismo na economia e na organização funcional da cidade: os períodos de pausa e lazer associados à ida a banhos na praia da Polana, procurada primeiramente pelos habitantes do Transval<sup>149</sup>. A cidade “[d]epressa [...] reconheceu a importância desta ‘indústria sem chaminé’ [o turismo], iniciando-se a sua exploração organizada” (Neto, 2001: 168).

Inicialmente, acedia-se à praia da Polana a partir do alto da Polana, através da sinuosa “Rampa da Polana” (o “Caracol”), construída em 1910 (Sousa, 1946: 65). Os

---

<sup>149</sup> “[...] prosseguindo sempre os melhoramentos para a tornar [a cidade de Lourenço Marques] uma estação de prazer, onde os habitantes do Transval vêm gozar a esplendida baía, que lhe faculta o exercício de todos os géneros de *sport* náutico, desde a natação, na bela praia da Polana, onde se fizeram importantes melhoramentos, até às regatas, para o que se presta admiravelmente a formosa baía.” (Alberto, 1907: 179).

A gestão camarária da praia da Polana foi aprovada em Conselho do Governo de Moçambique na sessão de 25 de julho de 1930, publicada no *Boletim Oficial* em 9 de agosto de 1930, extinguindo a Comissão Administrativa da Praia e passando os edifícios e áreas sob a sua tutela (entre eles o Clube de Golfe) para a Câmara de Lourenço Marques (“Aterro da Machaquene e Praia da Polana”, 25 de julho de 1930: 1; “Praia da Polana e aterro da Machaquene”, 12 de agosto de 1930: 3).

materiais de construção e os movimentos de terra para esta obra, traçada na encosta íngreme, foram transportados pela encosta em vagonetas, ao longo de linhas de *Decauville*, de via estreita (sessenta centímetros), com a tração de uma locomotiva ou acarretadas por mão-de-obra indígena.

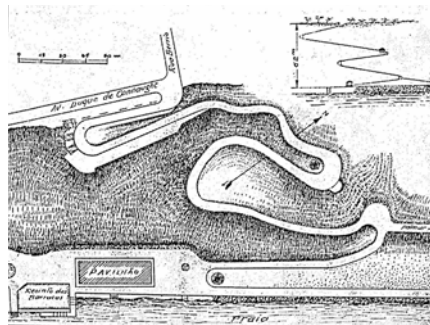


Figura 64: Esboço topográfico da Rampa da Polana (“Caracol”). Fonte: Sousa, 1946: 59. Ligação entre a praia da Polana e a Av. Duque de Connaugh (atual F. Engels). Na praia, encontrava-se o recinto das barracas (para aluguer) e o pavilhão onde os banhantes trocavam de roupa, substituído posteriormente pelo Pavilhão de Chá Polana (demolido para dar lugar aos novos arranjos da Estrada Marginal).

A construção da Estrada Marginal permitiu a ligação imediata do centro da cidade à praia da Polana, atravessando o Aterro da Maxaquene e contornando a colina da Ponta Vermelha. Já no final da década de 1930, a “bela estrada turística da Beira-mar” ligou a cidade à “Costa do Sol”, a nova estância balnear de atração turística de Lourenço Marques (“Resenha de 1938”, 1938: 121). Na praia da Polana tinham surgido entretanto vários equipamentos de apoio, caso do Pavilhão de Chá Polana, do balneário infantil, do restaurante “Oasis” e de vários chalés. A estrada litoral passava a ser, do ponto de vista funcional, uma das mais importantes da cidade. Tinha vários pontos de interesse ao longo do seu percurso, permitindo o acesso à Alta por intermédio do “Caracol” e era muito procurada pelo turismo e pela população local para efeitos de recreio (passeios à beira-mar, idas à praia, prática de desportos náuticos, etc.). Com o passar do tempo, passou também a ser a ligação à extensão residencial da cidade nos terrenos a norte da Polana, para onde foram previstos, no Plano de Urbanização da cidade de 1952 (aprovado em 1955), uma zona cívica (que não teve seguimento), uma

zona hoteleira, a futura praia de Lourenço Marques (na Costa do Sol) e o acesso a Marracuene<sup>150</sup>.

As praias laurentinas passavam a ser amplamente divulgadas e procuradas pelos sul-africanos. Sobretudo a partir do final da II Guerra, acentuou-se o interesse do Estado pela indústria do turismo de Lourenço Marques, apostando na infraestruturação das praias e na atração de investimentos privados para novos empreendimentos hoteleiros<sup>151</sup>.

A execução do projeto de urbanização e melhoramentos da praia da Polana, ficou dependente, no entanto, da drenagem de áreas alagadas existentes na antiga Concessão Sommerschild<sup>152</sup>. Essa operação de saneamento na área da Polana iniciou-se com o aterro de algumas áreas pantanosas, levada a cabo inicialmente pela *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.*, a partir de meados da década de 1940, após a submissão e aprovação provisória pela CMLM do parcelamento e obras de urbanização de uma parte

---

<sup>150</sup> Cf. Memória descritiva do estudo para o Arranjo da Estrada Litoral da Costa do Sol, datada de 27 de fevereiro de 1951, pp. 1-2 (parte dos estudos para o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques), AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898, 1950-1956). O estudo previa a regularização e alargamento da estrada litoral e o “desafrontamento da vista sobre o mar”. Para tal, junto à entrada do Caracol, foram demolidos os pavilhões de chá “Polana”, o Balneário Infantil, o restaurante “Oásis” e vários chalés. De sequência, a Avenida Marginal foi liberta de construções do lado da praia, com exceção do Grémio Náutico/Clube Naval, que se previa fosse transferido “oportunamente” (o que não aconteceu, conservando-se a velha estrutura, que constitui ainda hoje um dos clubes mais prestigiados da cidade).

<sup>151</sup> “É necessário tirar partido da excepcional situação da cidade de Lourenço Marques, que é o cais marítimo do Kruger Park, de Joanesburgo e de Pretória, da sua proximidade das regiões abundantes em caça de toda a natureza, o que não se dá em nenhuma outra cidade do Sul, do seu clima suave, tão apreciado e apetecido pelos estrangeiros, na época de inverno, para passarem as férias.” Deputado Bicudo de Medeiros (extrato do discurso pronunciado no Parlamento em 27 de março de 1944, *Diário das Sessões*) cit. in correspondência *DELAGOA BAY LANDS SYNDICATE, LTD.*, assinada por de J. Dias Monteiro, para o encarregado do Governo Geral da Colónia de Moçambique em Lourenço Marques, datada de 30 de novembro de 1944 (sobre a proposta para o estabelecimento de uma Zona de Turismo com casino em Lourenço Marques), AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2091/13897 - “Moçambique/ Urbanização de/ Lourenço Marques/ I volume”).

<sup>152</sup> “[...] 3) A urbanização da área da Praia está ligada com a drenagem do pântano Sommerschild, que terá de ser feita em colaboração com o Governo.

4) Devo notar que nada nesta área dentro da faixa marítima dos 80 metros é municipal, estando sob a jurisdição fiscal da Capitania. [...]”. Ofício N.º F/955 da CMLM, 31 de agosto de 1945, dirigido ao GUC, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13897— “Moçambique/ Urbanização da Cidade de/ Lourenço Marques/ I volume”).

dos terrenos da antiga Concessão Sommerschild<sup>153</sup>, seguindo-se a abertura de ruas, já no início da década de 1950 (*A concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a “Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited”*: 1953: 18, 24). Todavia, novas negociações e diretivas levaram, em 1953, à passagem do encargo (realização dos trabalhos) para a Câmara, como única entidade responsável pela implementação do Plano de Urbanização da cidade (*A concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited*, 1953: 4).

Quando os terrenos a noroeste da cidade passaram à gestão da Câmara — a parte urbanizada/limite da cidade, como se viu, ia até à Rua dos Combatentes de Nevala/Av. Kwame Nkrumah, a partir daí começava inicialmente o matagal conhecido por “Quinta Sommerschild” e o talhão com cerca de 30 hectares expropriado por utilidade pública para a ampliação da estação de receção rádio-elétrica —, a Repartição de Urbanização da Câmara Municipal, instituída em 1 de janeiro de 1950<sup>154</sup>, passou a ocupar-se do referente projeto de arruamentos (“Câmara Municipal, Sessão de 22 de Julho, Parte poente da cidade”, 25 de julho de 1950: 5). A CMLM procurava assim conciliar o desenho urbanístico dessa área com os estudos em curso, desde 1947, para o “Plano de Urbanização de Lourenço Marques” (“O PLANO de urbanização”, 27 de set.

---

<sup>153</sup> Cf. cópia do contrato entre a CMLM e a firma *Delagoa Bay Syndicate, Limited*, assinado em 16 de junho de 1948, relativo ao parcelamento da “Concessão Sommerschild”, anexa ao Ofício n.º 393/19, endereçado ao Ministério de Urbanização Colonial, em 20 de fevereiro de 1950), AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2091/13897 - “Moçambique/Urbanização de/Lourenço Marques/I volume”). V.t. “Cópia da parte da Acta n.º 1 da Sessão da Câmara Municipal de Lourenço Marques de 4-1-1950 relativa ao “Parcelamento dos Terrenos da Concessão Sommerschild””; “Cópia de parte da acta da sessão ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lourenço Marques de 8-2-1950, relativa aos Terrenos da “Concessão Sommerschild””, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2091/13898 — “Moçambique/ Urbanização de/ Lourenço Marques/ II volume”).

<sup>154</sup> Cf. Ofício n.º 5159/1.ª/833 do Governo de Moçambique, Direção dos Serviços de Administração Civil, dirigido ao Ministro das Colónias, datado de 27 de dezembro de 1949, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2091/13897—“MOÇAMBIQUE/ URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE/ LOURENÇO MARQUES/ I VOLUME”).

de 1950, 4; *A concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited*, 1953).



Figura 65: “Plano de Urbanização de Lourenço Marques” [s.d.], [s.a.]. Fonte: *A concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a “Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited”*, 1953: s.p. A parte colorida da Plano representa o faseamento das obras de urbanização da antiga Concessão Sommerschild.

O alargamento da “cidade europeia” para noroeste, no entanto, fazia-se à revelia das reais “necessidades” e capacidades do Município, vista a quantidade de lotes vazios para construção existentes dentro da área urbana, calculando-se que cerca de um terço da área da cidade permanecesse sem edificação. Efetivamente, uma das grandes dificuldades na gestão do Município residia na enorme extensão da cidade, coberta por edificação dispersa. A Câmara Municipal não dispunha, por isso, de receitas para ocorrer às necessidades de pavimentação das ruas (muitas continuavam por pavimentar, ou não recebiam manutenção), passeios e outras obras e serviços necessários<sup>155</sup>.

Não por acaso, o parcelamento submetido à apreciação da CMLM pela *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.* de parte da Concessão Sommerschild, parcela 141/B — talhões 1 a 181—, ficou com a edificação condicionada às zonas que a CMLM designasse periódica e progressivamente. Essa medida visava impedir o

<sup>155</sup> Cf. parecer do Gabinete de Urbanização Colonial, com despacho do Ministro das Colónias datado de 15 de setembro de 1946, p. 7, onde se cita a declaração do capitão Simões Vaz na exposição da “Comissão representando compradores dos 370 talhões no terreno adjacente ao Campo de Golfe” ao Ministro das Colónias Marcelo Caetano, onde o mesmo capitão faz um relato das dificuldades da cidade consolidada no acesso a água e a outros serviços, sendo por isso contrário ao licenciamento de novos parcelamentos, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2091/13897 - “Moçambique/ Urbanização da Cidade de/ Lourenço Marques/ I volume”).

aumento da edificação dispersa, sobrecarregando o Município com o apetrechamento de eletricidade, água e serviços de salubridade em zonas praticamente desocupadas. A primeira zona a consentir edificação, nessa área, segundo o acordado entre a Câmara e a *Delagoa Bay Lands Syndicate, Ltd.*, seria a parcela 141/B, submetida a apreciação em jan. de 1950, após a aprovação definitiva desse parcelamento<sup>156</sup>.

Pelo que se pode deduzir das várias peças escritas e desenhadas sobre o “estado atual” da cidade no “Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques” (1955), existiam ainda muitos terrenos livres nas zonas residencial, industrial e comercial da cidade. Os terrenos para edificação residencial, no entanto, permaneciam inacessíveis à maioria dos habitantes pelo seu elevado custo, sobretudo nos Bairros da Polana e da Carreira de Tiro. A especulação no preço dos terrenos condicionava fortemente a ocupação de certas áreas. Tinha-se verificado por isso, um rápido desenvolvimento nos Bairros da Malhangalene e do Alto Maé, dado o valor reduzido dos terrenos e de haver menos exigências para a construção nessas áreas. O preço desses terrenos, porém, tinha vindo a aumentar nos últimos tempos (finais da década de 1940 e inícios da de 1950) com a confirmação desses bairros como áreas residenciais “não indígenas” (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 97).

A especulação e a falta de terrenos para construção, a preços acessíveis, criava um ciclo vicioso, pois o Município via-se obrigado a promover a urbanização de novas áreas, o que dava azo sucessivamente à especulação nos novos terrenos urbanizados e a mais ocupação dispersa. Em contrapartida, para os subúrbios, onde crescia a bom ritmo a ocupação “informal”, não estavam previstas a definição de parcelamentos e infraestruturação símeles. Basta analisar o “Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques” (1955) e as áreas extensas previstas para “Unidade Residencial Indígena (a

---

<sup>156</sup> Cf. cláusulas 5.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> do contrato celebrado entre a CMLM e a *Delagoa Lands Syndicate, Ltd.*, citado na Ata n.º 1 da Sessão Ordinária da CMLM, de 4 de jan. de 1950, pp. 2-3, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGPOC\_DSUH\_2091\_13898).

Projectar)”<sup>157</sup>, caracterizadas como autênticos vazios urbanos, em contraste com o “excesso” de definição (e falta de maleabilidade) das novas e extensas áreas residenciais para a população europeia. O Plano, manifestamente descontextualizado, “negava” a existência da “cidade de caniço”, detalhando exceccionalmente a expansão do Bairro da Munhuana<sup>158</sup> e prevendo a organização genérica de unidades residenciais independentes para “assimilados” e “eventuais”. Essas unidades residenciais situavam-se na periferia da cidade, convenientemente isoladas — mas com acessos diretos aos locais de trabalho (cidade, zonas de pequena indústria adstritas à cidade e ferro-portuárias) —, prevendo-se também “residências” nos recintos do porto e da ferrovia para os chamados “eventuais” (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 113-117).

A falta de intervenção adequada e de soluções urbanísticas para a “cidade do caniço”, encarada como uma massa precária, passível de ser anulada ou deslocada de acordo com as necessidades de expansão da cidade europeia, não foi, no entanto, peculiar, no contexto português, a Lourenço Marques, ou às restantes cidades de Moçambique. A título de exemplo, uma situação semelhante pode ser entrevista no “Plano Geral de Urbanização de Luanda”<sup>159</sup> (1950), delineado praticamente em simultâneo ao “Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques” (1955) pelo mesmo João Aguiar, e que ignorava os *musseques*<sup>160</sup> interpenetrando a “cidade dos colonos”<sup>161</sup>.

---

<sup>157</sup> Cf. *Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 47.

<sup>158</sup> Veja-se *Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 110-112; 115-116.

<sup>159</sup> Para uma análise sintética das diferenças na conformação histórica/colonial das duas cidades (Luanda e Lourenço Marques), da conformação das áreas urbanas e semiurbanizadas e a sua evolução desde o período colonial até ao período recente, veja-se Raposo *et al.*, 2012: 190 ss.

<sup>160</sup> *Musseque* “designa, em língua local, kimbundu, a terra avermelhada das zonas do planalto para onde foram remetidos, com o crescimento da cidade urbanizada ou ‘cidade do asfalto’, os bairros africanos, de caminhos em terra e casas de materiais naturais” (Raposo *et al.*, 2012: 190). Tal como o “caniço” em Lourenço Marques/Maputo — que toma o nome do material que predominava na construção dos subúrbios em confronto às construções perenes da “cidade de cimento” — estes bairros eram (e continuam a ser) caracterizados pela falta de infraestruturas e serviços básicos, bem como por processos de autoconstrução habitacional com diferentes graus de precariedade.

Os primeiros “assentamentos informais” em Lourenço Marques iniciaram a formar-se no final do século XIX e desenvolveram-se a partir da instalação de populações nativas, vindas do interior, nos subúrbios, respondendo à procura crescente de mão-de-obra na cidade (fomentada em parte pelo desenvolvimento da atividade portuária). O Bairro de Xipamanine surgiu em 1919, seguido do das Lagoas (atual Bairro Maxaquene) no final da década de 1930. Estruturava-se gradualmente a ocupação “espontânea” dos subúrbios, pontuada pelas estradas de ligação da cidade às principais localidades da região (CEDH, 2006: 14-16; Domingos, s.d.: 417) (Fig. 67).

Com a ocupação crescente das áreas externas junto à Estrada da Circunvalação — correspondente à Avenida Caldas Xavier/Marien Ngouabi, Rua João Albasini e Av. Almirante Canto e Castro (estas últimas correspondentes à atual Av. da Tanzânia) — na década de 1930, o Município proibiu a edificação de construções de caráter permanente nos subúrbios. A tentativa de melhorar as condições habitacionais nessa área e o seu ordenamento, formalizou-se no estabelecimento dos bairros municipais projetados para os “assimilados” do Xipamanine e da Munhuana (ver Fig. 67), este último “iniciado durante o governo do General Tristão de Bettencourt [1940 a 1946]” (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 16). O de Xipamanine, com um traçado semelhante ao dos bairros indígenas e idêntico ao previsto no Plano de 1887<sup>162</sup>, levava em conta, segundo a avaliação colonial, a questão da logística da mão-de-obra “indígena” (a situar perto do local de trabalho, numa área de charneira entre o polo industrial a poente e as áreas ligadas aos serviços e comércio da área urbana); e o da Munhuana, com um traçado mais complexo, com uma praça central envolta, a poente, por uma malha radial (Morais, 2001: 149-150; Melo, 2013: 76). Este último, como já foi referido, seria objeto de um novo estudo para ampliação, associada a novos

---

<sup>161</sup> Veja-se Viegas, 2015: 61-62, 66, Figura 10.

<sup>162</sup> O primeiro projeto de “Bairro Indígena” da cidade apareceu delineado no “Projeto de Ampliação da Cidade” de 1887, no Alto Maé, no extremo poente da malha urbana, mas não teve seguimento.



equipamentos para os “indígenas” (nomeadamente o Hospital Indígena), no “Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques” (1955)<sup>163</sup>.

O urbanismo colonial, como refere José Forjaz (2012: 37), “revelava a natureza dualista da sociedade colonial. Uma cidade organizada, e por vezes bem organizada, para os brancos e outros ‘assimilados’, e um território urbano caótico ocupado pelos negros e outros discriminados.” No início da década de 1950, a “urbanização” dos subúrbios, continuava por acontecer e a gravar o (des)equilíbrio da cidade/sociedade dual<sup>164</sup>. Apontado nos relatórios e na correspondência oficial entre os governadores, a CMLM e a Metrópole e mesmo na análise do estado de facto da cidade apresentada no Plano de Urbanização da cidade desse período, o “mal” crescente da “cidade do caniço” tendeu a agravar-se até ao final do período colonial (e sucessivamente). A maior parte da população da “cidade do caniço”, que suplantava em grande número a da “cidade de cimento”, habitava em cubatas espalhadas por uma área vasta que se desenvolvia desde a Circunvalação em direção a poente, servidas por caminhos de pé posto de alinhamentos irregulares, sem infraestruturas básicas. As construções eram feitas, na grande maioria (cerca de 80%), de caniço, madeira (estrutura de pau a pique) revestida a argila (maticadas), de madeira e zinco ou, em muito menor número, de alvenaria com coberturas de caniço, zinco e mais raramente, telha (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 34; CEDH, 2006: 15-16).

---

<sup>163</sup> Cf. “Planta de Urbanização”, *Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 47.

<sup>164</sup> A situação foi exposta publicamente pelo arquiteto Pancho Guedes no início da década de 1960 no texto “A Cidade Doente - Várias Receitas Para Curar o mal do Cinto do Caniço e o Manual do Vogal Sem Mestre” (cf. Guedes, 2007: 30-33, 66-73; Morais, 2006: 144-157; Raposo *et al.*, 2012: 191) e no projeto para uma “escola clandestina no caniço”, do final da década de 1960, edificada pela comunidade com materiais da tradição local e elementos reciclados provenientes da “cidade de cimento” (cf. Magri e Tavares, 2011: 76-79). Todavia e como referia Pancho Guedes, “todos os urbanistas seguintes [...] foram, na sua maioria, indiferentes ao que se passava no caniço” (Guedes, 2009: 75).



Figura 66: “Planta da Cidade de Lourenço Marques“, 1938, AHM (D.36/2013). Base trabalhada pela autora. Legenda: 1- Quartéis; 2- Carreira de Tiro; 3- Campo de Aviação; 4- Cadeia Civil; 5- Campo de Golfe; 6- Parque José Cabral; 7- Hotel Polana; 8- Hospital Miguel Bombarda; 9- Observatório; 10- Caracol (rampa da Polana); 11- Cemitério Maometano, Parse; 12- Cemitério de São Francisco Xavier; 13- Quartel do Esquadrão de Dragões (antigo Quartel da Polícia Militar de Lourenço Marques); 14- Liceu “5 de Outubro”; 15- Palácio Municipal (em projeto); 16- Negócios Indígenas (antigo hospital); 17- Comissariado de Polícia Civil; 18- Repartição de Agrimensura; 19- Igreja Paroquial; 20- Museu Álvaro de Castro; 21- Governo Geral; 22- Quartel General; 23- Estâncias de Madeira; 24- Mercado Municipal; 25- Estação dos Caminhos de Ferro; 26- Capitania do Porto; 27- Câmara Municipal; 28- Aterro da Maxaquene com o eucaliptal e a doca (plano de urbanização em projeto); 29- Doca da Capitania; 30- Grémio Náutico; 31- Quartéis e Tribunal Militar; 32- Procuradoria da República; 33- Hotel Cardoso.

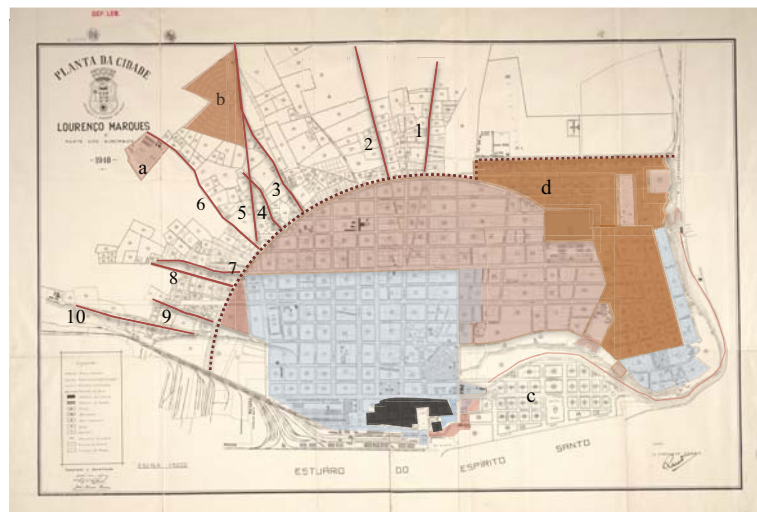


Figura 67: “PLANTA DA CIDADE [DE] LOURENÇO MARQUES E PARTE DOS SUBÚRBIOS, 1940”, Escala 1:5000, BNP (Cartografia C.C. 526 R). Disponível em <http://purl.pt/17255> [consult. 20 jan. 2012]. Base trabalhada pela autora com base na “Planta Cadastral/ da cidade/ de/ Lourenço Marques, [...] 1897. Escala 1.2.000”, AHU (CARTi\_064\_D.579\_Planta\_cadastral\_1897); na “Planta Geral/ da/ Cidade/ de/ Lourenço Marques/ Organizada pela Repartição Technica/ da/ Camara Municipal/ 1902, Escala =1:5.000”, AHU (632\_D4\_SEMU\_SEMU\_Rolo\_1902 Lourenço Marques – Plantas da cidade); na “PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES, [...], 1907”, AHU (630\_D4\_MU\_DGF\_Rolo\_s.d.) e na “PLANTA DA CIDADE/ LOURENÇO MARQUES/ 1932/ Escala = 1: 5 000”, AHM (2015/D.38). Esta planta cadastral da cidade e seus subúrbios mostra a respetiva área

urbanizada, os bairros municipais projetados para os “assimilados” do Xipamanine (a) e da Munhuana (b) e a urbanização do Aterro da Maxaquene (c) e do Bairro da Carreira de Tiro (d). A expansão urbana externa fazia-se ao longo das Estradas de Marracuene (Rua da Resistência) (1); de Hulene (Av. de Lisboa/Milagre Mabote) (2); da Mafalala (Rua da Goa) (3); das Lagoas (Rua da Guiné) (4); de Xipamanine (Estrada de Zixaxa) (Rua dos Irmãos Roby) (6); de Lindemburgo (Av. do Rio Tembe) (8); da Matola (9); da Missão de S. José de Lhanguene (10); da Rua de 1.º de Maio (Av. do Trabalho) (7) e da Avenida de Angola (5). A partir da Rua de Nevala começava a área afeta aos Quartéis, Carreira de Tiro, Campo de Exercícios Militares, Cadeia Civil, Campo de Golfe e a norte desta, os restantes terrenos da antiga Concessão Sommerschild. Assinalo o faseamento da implementação de traçados de ampliação até à década de 1940: a negro, o assentamento fundacional; a azul, até 1895 (Plano Araújo e vila da Ponta Vermelha); a rosa, até meados da década de 1910 e a castanho, a partir da década sucessiva.

A importância crescente de Lourenço Marques como capital da Colónia, a sua relação com os vários estados da África do Sul, o seu franco crescimento sempre associado à atividade portuária, a necessidade de prever e organizar a sua expansão e a diretiva do Governo Central relativamente à urbanização das povoações do Império Colonial (Decreto-lei n.º 33.921, de 5 de setembro de 1944), exigiam a definição de um plano geral de urbanização para a cidade (Fernandes, 2010: 499-500 e 514).

Desde 1945 decorria uma acesa correspondência entre o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) e o Governo de Moçambique, que acentuava a “extrema urgência em iniciar os estudos de urbanização de Lourenço Marques, para que uma orientação conveniente no desenvolvimento da cidade e uma disciplina eficaz na intensa actividade construtiva que ali se verifica[va]” fosse percorrida<sup>165</sup>. Para a CMLM tinha-se tornado urgente, sobretudo, o planeamento e a urbanização dos subúrbios, onde, desde a década de 1940, se concentrava a tendência de expansão da edificação, por os terrenos serem muito mais baratos do que na cidade. Era para essas áreas que eram feitos os pedidos de construção de casas, apesar de nada mais existir aí do que as antigas estradas de saída da cidade, a de Lydemburgo, a da Munhuana, a de Mafalala, a das Lagoas, a de Anguane, a Estrada velha de Marraquene, “as quais não t[inham] qualquer

---

<sup>165</sup> Relatório de Rogério A. Cavaca, datado de 4 de dezembro de 1945, sobre os “Elementos Fotogramétricos para o Estudo do Plano de Urbanização de Lourenço Marques – Proposta N.º 69”, Proc. Eb2, Ministério das Colónias, GUC, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13897 - “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/I volume”).

traçado estudado e adequado a ser transformado em ruas”<sup>166</sup>. E essa expansão, na forma em que estava sendo feita, embaraçava o futuro traçado de arruamentos nos subúrbios.

Todavia, a falta de elementos cartográficos atualizados<sup>167</sup> obrigou a protelar o início dos estudos. O GUC, recentemente criado (Decreto n.º 34.173, de 6 de dezembro de 1944)<sup>168</sup>, iniciava a organização dos respetivos serviços nos primeiros meses de 1945 e não dispunha de informação suficiente sobre a extensão da cidade de Lourenço Marques, sobretudo dos seus subúrbios. Tinha efetuado até aí apenas estudos pontuais para o local, como o arranjo da “Praça Mouzinho de Albuquerque e Avenidas laterais”, datado de 1945<sup>169</sup>, requerido pela CMLM (a construção da Praça tinha iniciado em 1939, mas arrastava-se desde então).

O GUC tinha feito o primeiro contato *in loco* com o problema da urbanização da cidade de Lourenço Marques aquando da viagem do Ministro das Colónias, Marcelo Caetano, às Colónias de Angola e Moçambique (em agosto de 1945). No seguimento dessa viagem e apesar da falta de elementos topográficos adequados, dois arquitetos do

---

<sup>166</sup> Ofício N.º F/955, da CMLM, de 31 de agosto de 1945, dirigido ao Inspetor Superior do Fomento Colonial, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2091/13897 - “Moçambique/ Urbanização de/ Lourenço Marques/ I volume”).

<sup>167</sup> A falta de cartografia adequada, o levantamento fotogramétrico de Lourenço Marques (da zona urbanizada e subúrbios) foi efetuado ao longo do ano de 1946 pela Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, L.da (SPLAL). Veja-se a correspondência recebida pelo Ministério das Colónias relativa às várias guias de entrega — com datas entre janeiro e dezembro de 1946 — de 50 matrizes que formavam a zona urbanizada e 93 matrizes da zona não urbanizada, à escala 1:2.000 (e a redução fotográfica do levantamento das zonas urbanizada e não urbanizada à escala 1:5.000, em meados de 1947), AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13897 - “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/I volume”).

<sup>168</sup> Com a criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), mais tarde intitulado Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), generalizaram-se os Planos Gerais de Urbanização e o estudo da arquitetura e do urbanismo (oficiais) destinados à “África Portuguesa” (Milheiro e Dias, 2009). Um exercício desajustado da arquitetura e do urbanismo, motivado pelo desconhecimento do território, tornou necessário o acompanhamento *in loco* dos projetos e das obras. Essa exigência acentuou-se a partir dos anos de 1950, com a intensificação das encomendas e culminou com a descentralização dos serviços, a constituição de delegações locais e a migração de técnicos portugueses para as colónias. Sobre o GUC, veja-se Bruschi, 2005: 49; Milheiro, 2011: 51-52.

<sup>169</sup> “[...] foi possível elaborar o arranjo urbanístico da Praça Mouzinho de Albuquerque, que foi enviado à Câmara, em 15 de Setembro de 1945, para efeitos de apreciação, antes de se realizar o estudo definitivo, não tendo a Câmara dado qualquer resposta aos pedidos que na mesma data lhe fizemos, de informação acerca da aprovação deste arranjo e da execução de planta rigorosa da zona respectiva.” Informação do GUC, n.º 17/50, de 17 de outubro de 1950, pp. 1-3, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898 - “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/II volume”).

GUC tinham iniciado estudos preliminares para o plano de urbanização da cidade, estabelecendo-se o contato com a CMLM para acertar a ordem de prioridades da intervenção e critérios quanto à orientação a seguir<sup>170</sup>.

A CMLM fazia eco da urgência de um Plano de Urbanização, “mesmo sem [...] ter possibilidades financeiras, para grandes obras [...] e demolições do existente, precisamente porque [havia] necessidade de disciplinar e orientar a construção nos subúrbios, e de sanear a cidade, organizar e embelezar a Praia, único chamariz dos vizinhos da África do Sul”<sup>171</sup>.

O estudo foi contratado com o GUC em março de 1947<sup>172</sup> e sucessivamente, diretamente com João António de Aguiar — como serviço extraordinário, à margem das suas obrigações como subdiretor do GUC<sup>173</sup>. João António de Aguiar concluiu a sua prestação de serviços na CMLM, no âmbito da elaboração do antepiano de urbanização, em dezembro de 1948<sup>174</sup>, tendo-se aguardado depois, longamente, a regularização e a retoma do processo pelo GUC em Lisboa. A elaboração do Plano prosseguiria com a colaboração extraordinária do arquiteto da CMLM, Augusto Rodrigues da Silva (já

---

<sup>170</sup> Informação do GUC, n.º 17/50, de 17 de outubro de 1950, pp.1-3, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898 – “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/II volume”).

<sup>171</sup> Ofício n.º F/955 da CMLM, de 31 de agosto de 1945, dirigido ao GUC, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13897 - “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/I volume”).

<sup>172</sup> Ofício n.º F/278, da CMLM, de 14 de março de 1947, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898 – “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/II volume”).

O GUC foi autorizado, por despacho de 22 de março de 1947 do Sub-Secretário de Estado das Colónias, a realizar o estudo de urbanização de Lourenço Marques. Cf. correspondência do GUC ao Governador Geral da Colónia de Moçambique, Proc.º Eb2, N.º 14 em 28 de Março de 1947, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13897 - “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/I volume”).

<sup>173</sup> Ofício n.º F/955, da CMLM, de 31 de agosto de 1945, dirigido ao Inspetor Superior do Fomento Colonial; Ofício n.º 70/50, Processo Eb 2, de 27 de janeiro de 1950, do Diretor do GUC (Rogério A. Cavaca) dirigido ao Governador-Geral da Colónia de Moçambique, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2091/13897 - “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/I volume”).

<sup>174</sup> Informação do GUC, n.º 17/50, de 17 de outubro de 1950, p. 17, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898 – “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/II volume”).

colaborador de Aguiar no antepiano e chefe de Repartição de Urbanização da CMLM<sup>175</sup>) entre dezembro de 1950 e junho de 1951, e com a elaboração, por parte da Direção dos Serviços de Urbanização da CMLM, dos estudos e inquéritos requeridos pelo renomeado Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU).

A CMLM assumiu o encargo nas despesas com a contratação temporária de desenhadores e técnicos especializados no GUU para a elaboração dos trabalhos do Plano Geral de Urbanização (entre o quais se contava o arquiteto estagiário Nuno Craveiro Lopes, que recentemente concluíra os seus estudos) e sucessivamente, na elaboração dos necessários planos parciais<sup>176</sup>. Entretanto, a “cidade dos subúrbios”, alheia a enredos burocráticos, suplantava, a bom passo, as alegorias europeias do “Plano Aguiar”.

O Plano foi ultimado pelo GUU e entregue na CMLM em janeiro de 1952, sendo aprovado pela Comissão Administrativa com alterações<sup>177</sup>. Foi aprovado finalmente em Lourenço Marques, em 1 de abril de 1955 e ratificado em Lisboa pelo Ministro do Ultramar, em 25 de abril de 1955<sup>178</sup>.

O processo ultimado ponha em evidência as fragilidades da centralização do planeamento urbanístico para as províncias ultramarinas. Os planos desenhados “minuciosamente” na Metrópole, alheios à realidade do terreno e às capacidades

---

<sup>175</sup> Informação do Gabinete do Ministro n.º 695/5/EG/MH, de 10 de abril de 1951, confirmando a aprovação da CMLM da colaboração do seu arquiteto no GUC, “afim de acompanhar a conclusão do estudo do plano de urbanização”; e Ata da Sessão da CMLM, de 26 de março de 1952, relativa ao Plano de Urbanização, p. 1, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898— “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/II volume”).

<sup>176</sup> Ata da Sessão Camarária, de 26 de março de 1952, Lourenço Marques e Informação do Governo-Geral de Moçambique, n.º 3515/1.ª/919, de 2 de outubro de 1950, dirigida ao Ministro das Colónias, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898 - “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/II volume”).

<sup>177</sup> Sobre as condições impostas na aprovação do Plano Geral de Urbanização pela Comissão Administrativa da CMLM, veja-se a Ata da sessão da CMLM de 26 de março de 1952, pp. 1-3, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898 - “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/II volume”).

<sup>178</sup> Cf. Correspondência do GUU para o Governador Geral de Moçambique, assinada pelo subdiretor do gabinete, João Aguiar, com data de 27 de abril de 1955, com o despacho exarado pelo Ministro do Ultramar, Doc. 376/55, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13898 - “Moçambique/Urbanização da Cidade de/Lourenço Marques/II volume”).

financeiras do “cliente”, protelavam indefinidamente as expectativas dos munícipes. Estes (estranhamente, se considerarmos o regime de ditadura “estadonovista”) não se coíbiam de criticar publicamente todo este processo, não compreendendo porque se continuava a aceitar soluções urbanísticas dos técnicos da Metrópole, claramente ignaras da situação de facto da cidade, ou indiferentes a ela, quando o Gabinete de Urbanização camarário estava apetrechado para essa tarefa.

Nós reconhecemos a indispensabilidade de um Plano de Urbanização e largamente por ele pugnámos [...]. [...]

Não concordamos, contudo, com a forma como tem sido encarada a obtenção desse plano. O fim está certo mas os meios estão errados. [...]

Não acreditamos, por exemplo, num plano elaborado pelo portador de um nome consagrado e que surja aí como um meteoro, [...], [...], para traçar meia dúzia de linhas em papel vegetal e embolsar rapidamente uma dezenas de contos de reis. [...]

O resultado é sempre o mesmo: não concordar com coisa nenhuma do que está feito e aconselhar a demolição de metade da cidade para se fazer coisa de jeito. [...]

Vai-se o meteoro e a Câmara, isto é, a Comissão Administrativa, fica satisfeítíssima com toda aquela papelada e com tantos e tão bonitos desenhos. As dores [...] vêm depois, quando se verifica, na inexequibilidade do projecto, que nem todos os dinheiros da Província chegariam para custear o luxo quanto mais os do Município [...]. [...]

Os técnicos da Câmara são competentes – mais competentes, talvez, do que outros que poderíamos importar – e têm a vantagem de conhecer o meio, factor importantíssimo na resolução de problemas deste género. [...]

Se realmente queremos ver resolvido um problema em que há tantos anos nos debatemos e há tantos anos vem emperrando a construção urbana, não temos outro caminho a percorrer. (“Aguarde o Plano de Urbanização, Senhor Múncipe”, 13 de junho de 1954)

Devido à falta de harmonia entre as propostas do Plano de Urbanização aprovado e a situação de facto no terreno — sobretudo fora da zona urbana (Regedorias

de Fumo, Malhangalene, Munhuana e S. José de Lhanguene), a Secção de Urbanização de Moçambique, Direção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes (DSOPT), foi encarregue da elaboração do “Plano Regulador da Ocupação do Solo nos arredores de Lourenço Marques” (PROSALM) em 1958<sup>179</sup>. O PROSALM envolvia três zonas distintas, a urbana, a suburbana e os arredores de Lourenço Marques, e foi submetido a apreciação ministerial em 1961. Na área suburbana, segundo os dados estatísticos de 1963, a população rondava os 112 010 habitantes (322 “Amarelos”, 9 288 “Branços”, 1 393 Indianos, 95 957 “Negros” e 5 090 “Mistos”) agrupando-se preferentemente em determinadas zonas, daí notarem-se células etnocêntricas como as de Inhambine e Mafalala<sup>180</sup>.

No início da década de 1960, a CMLM via seriamente agravados os problemas nos subúrbios. Nessa altura, iniciou-se uma tendência de rápido crescimento, com a multiplicação de novos bairros no “caniço”, onde residia a população carenciada (*Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo* (PEAMM), 1999: II.1).

O surto industrial iniciado nesta época nas cidades colonizadas tem agora o seu reflexo na capital moçambicana; como consequência da instalação da indústria na zona ocidental da cidade, a maior parte da população localizou-se preferencialmente a poente. É de 1953 a aprovação da urbanização de Sommerschild, mas a sua ocupação só veio a efectivar-se a partir dos anos sessenta, datando ainda deste período o importante crescimento nos bairros do “caniço”; nos últimos dez anos do regime colonial registou-se a fixação da população em Chamanculo, Jardim, Chinhambanine, Benfica, Manhotas e nos

---

<sup>179</sup> “Pelo despacho n.º 29 de S. Ex.ª o Governador Geral, de 20-2-58 foi esta secção encarregada de estudar o problema da ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques. [...] h)- O volume de parcelamento aumentou de tal modo que estes Serviços, vendo a necessidade de um estudo de conjunto nos 20 kms de raio à volta de Lourenço Marques, pediram a V. Ex.ª a vinda de um especialista em urbanismo, o Arquitecto Aguiar, a Lourenço Marques, [...]” (DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS, “Ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques, Plano Director, Memória Descritiva”, 8 de outubro de 1958), AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOP\_DSUH\_2091\_13087).

<sup>180</sup> Informação n.º 56/UH/66, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, de 28 de março de 1966, assinada pelo Arq. Fernando Schiappa de Campos (“Ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques”, Proc. Eb 2), AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13900 - “MOÇAMBIQUE/ URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE/ LOURENÇO MARQUES/ IV VOLUME”).



bairros litorais de Xaiase, Lichase e Laulane. (Mendes, 1985: 98)

Ao longo das décadas de 1950 e de 1960, a CMLM tomou a seu cargo o estudo/revisão do Plano de Urbanização da cidade (aprovado em 1955)<sup>181</sup>, delineando o zoneamento e a expansão urbana à escala metropolitana. A maior parte da área exterior ao limite urbano, em direção a poente — a chamada “cidade do caniço”— estava ocupada por construções de carácter precário (designadas, pela Administração colonial, por “barracas”); numa parte importante circunscrevia-se a área afeta ao aeroporto; e noutra, o “vale alagadiço do Infulene, parte das estrumeiras municipais, pequenas manchas já urbanizadas e alguns terrenos cujos proprietários se op[unham] à sua ocupação por ‘barracas’”<sup>182</sup>.

A “cidade do caniço” tinha o seu “equipamento” próprio, muito rudimentar, que procurava satisfazer as necessidades “correntes” dos seus habitantes. Entre os vários estabelecimentos, muitos dos quais funcionavam ao ar livre, assinalavam-se os de materiais de construção, onde era possível encontrar tudo aquilo que servia à construção das casas, desde os painéis de caniço, aos vários tipos de chapa para coberturas, madeiras, etc.<sup>183</sup>

A maior parte da população que residia na “cidade do caniço” tinha fracos recursos económicos e vivia em casas de feição rudimentar, com hábitos de vida tradicional; um número considerável, porém, segundo a análise dos relatórios oficiais,

---

<sup>181</sup> Sobre este assunto, veja-se PEAMM, 1999: vol. I, 30-33.

<sup>182</sup> Informação n.º 56/UH/66, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, de 28 de março de 1966, assinada pelo Arq. Fernando Schiappa de Campos (“Ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques”, Proc. Eb 2), AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13900 - “MOÇAMBIQUE/ URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE/ LOURENÇO MARQUES/ IV VOLUME”).

<sup>183</sup> Informação n.º 56/UH/66, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, de 28 de março de 1966 (“Ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques”, Proc. Eb 2), assinada pelo arquiteto Fernando Schiappa de Campos, pp. 9-10, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13900 - “MOÇAMBIQUE/ URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE/ LOURENÇO MARQUES/ IV VOLUME”).

disponha “de recursos e [tinha] atingi[do] um grau de evolução que lhe permit[ia] integrar-se por completo em hábitos de vida urbana”<sup>184</sup>.

Em 1970, a Metrópole laurentina cresceu de 180 mil habitantes para 380 mil, ou seja, mais do que o dobro no espaço de uma década (PEAMM, 1999: II.1). Para a zona suburbana, durante as décadas de 1950 e 1960, tinham sido apontadas várias propostas isoladas que identificavam os problemas dominantes (agravados sucessivamente). As questões predominantes a considerar nessa área prendiam-se com: a) a elevada densidade demográfica e a grande concentração de “barracas”; b) a ocupação desordenada do território, com acessos labirínticos a percorrer as zonas residenciais; c) a falta de saneamento e escoamento das águas, que periodicamente alagavam os bairros, com graves consequências para os seus habitantes e com reflexo direto no funcionamento da cidade; d) o perigo de incêndio; e) o condicionamento da expansão urbana da cidade (planificada), dada a dificuldade de proceder a desalojamentos sucessivos em zonas extensas densamente e informalmente ocupadas; e f) a necessidade de planeamento urbanístico, saneamento das zonas alagadiças e ainda, de realojamento de grandes massas de população economicamente débil<sup>185</sup>.

A expansão da cidade exigia ainda o planeamento funcional de outras áreas, nomeadamente: a) a expansão turística para nordeste, ao longo do litoral (considerada pela edilidade uma prioridade); b) a definição de uma área de reserva para o aeroporto, a

---

<sup>184</sup> Informação n.º 56/UH/66, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, de 28 de março de 1966 (“Ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques”, Proc. Eb 2), assinada pelo arquiteto Fernando Schiappa de Campos, pp. 9-10, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13900 - “MOÇAMBIQUE/ URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE/ LOURENÇO MARQUES/ IV VOLUME”).

<sup>185</sup> Informação n.º 56/UH/66, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, de 28 de março de 1966 (“Ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques”, Proc. Eb 2), assinada pelo arquiteto Fernando Schiappa de Campos, p. 10, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13900 - “MOÇAMBIQUE/ URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE/ LOURENÇO MARQUES/ IV VOLUME”).

norte; e c) a expansão da zona portuária e das zonas industriais para poente e a expansão das áreas afetas ao porto para sul<sup>186</sup>.

A tendência expansionista para ocidente foi reforçada pela importância conferida ao entreposto da Matola, após a instalação da refinaria em 1961, o que levou o gabinete de urbanização da Câmara Municipal a elaborar um novo plano em 1965 [...], segundo o qual se abandonava a faixa oriental da cidade como zona de comércio e habitação, dedicando-se ao turismo e veraneio, e se tentava organizar o espaço das áreas da Matola e da Machava, que apresentavam certa tendência para a localização industrial. (Mendes, 1985: 99)

O planeamento urbano implicava a consideração de várias condicionantes, entre elas, a) a coordenação na expansão das várias áreas (portuárias e industriais com as residenciais); b) a dispersão das construções, de parcelamentos e a enorme área por onde se estendia a cidade, que tornavam muito onerosos os trabalhos de infraestruturação urbana (arruamentos, águas, esgotos, eletricidade) e novos equipamentos (educação, saúde e administração); e c) a necessidade de ordenar a ocupação do solo nos arredores da cidade levando em conta as vertentes urbanística, económica, social e política<sup>187</sup>. As palavras do Alto Comissário da República Brito Camacho, no início da década de 1920, colhiam bem o problema urbanístico e social em eclosão e a sua difícil resolução com o crescimento exponencial das áreas não planeadas, onde passou a residir a maior parte da população da área metropolitana:

Os que visionaram uma grande cidade em Lourenço Marques, e lhe

---

<sup>186</sup> Informação n.º 56/UH/66, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, de 28 de março de 1966 (“Ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques”, Proc. Eb 2), assinada pelo arquiteto Fernando Schiappa de Campos, p. 11, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13900 - “MOÇAMBIQUE/ URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE/ LOURENÇO MARQUES/ IV VOLUME”).

<sup>187</sup> Informação n.º 56/UH/66, da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, de 28 de março de 1966 (“Ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques”, Proc. Eb 2), assinada pelo arquiteto Fernando Schiappa de Campos, p. 12, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13900 - “MOÇAMBIQUE/ URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE/ LOURENÇO MARQUES/ IV VOLUME”).

marcaram a respectiva área a pontas largas d'um compasso mais do que cyclópico, não cometeram um erro, e o futuro se encarregará de o provar. Mas os que dentro d'essa área permitiram que se fizessem casas a esmo, uma aqui outra além, semeadas a lanço, como o trigo e o centeio em dias de buzaranha, esses praticaram um erro gravíssimo, e muito dificilmente remediável. (*apud Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XXIII, Peça 82, [s.p.]

O seguinte “Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques” (1972), o último plano diretor a ser aprovado no período colonial, foi ultimado sob a coordenação do engenheiro e urbanista Mário de Azevedo, chefe da Repartição de Urbanização da Direcção-Geral de Urbanização do Ministério das Obras Públicas, contratado localmente para rever o estudo urbanístico (deixado incompleto) pelo Gabinete de Urbanização da CMLM<sup>188</sup>. Esse Plano foi (até à atualidade) o mais abrangente, completo e detalhado<sup>189</sup> e aquele que teve maior implementação (PEUMM, 2008: vol. I, 236).

Em particular o plano pretendia modificar a política de terrenos, de forma a evitar a expansão habitacional descontrolada em áreas desprovidas de infra-estruturas, criando uma procura de serviços em locais pouco adequados. Para evitar esse fenómeno, o plano propunha a constituição de reservas antecipadas para expansão urbana, a serem administradas pelo governo local. Para promover o desenvolvimento económico, foram sugeridas áreas para estabelecimento de indústrias e a abertura de novas vias de transporte rápido e de vias secundárias para melhor acesso às áreas periféricas. Finalmente, foram sugeridos métodos para melhoria da situação habitacional dos “caniços” e para a formulação de uma política habitacional para a população de baixa renda.

O Plano conheceu dinâmicas elevadas de implementação, nomeadamente

---

<sup>188</sup> Informação n.º 201/UH/67, de 4 de outubro de 1967, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (“Elementos para a revisão do Plano de Urbanização de Lourenço Marques”), assinada pelo chefe do Serviço de Urbanização Eurico Machado, AHU (PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2090/13900 - “MOÇAMBIQUE/ URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES/ IV VOLUME”).

<sup>189</sup> Constituído por 23 volumes abrangia a cidade de Lourenço Marques, constituída à época pelas atuais cidade de Maputo e da Matola, fundamentalmente o atual território do chamado “Grande Maputo”/Área Metropolitana de Maputo. Para uma análise desse plano, veja-se Macucule, 2010: 62-73.

a construção de vias estruturantes e a localização mais equilibrada de equipamentos sociais e de serviços públicos que anteriormente se encontravam confinadas à parte alta da Cidade. Até 1975, o Plano foi considerado um guia importante para a localização e implantação de infra-estruturas e de actividades socioeconómicas. No período pós independência, com a debilitação económica e financeira da então Câmara Municipal de Lourenço Marques e depois do Conselho Executivo da Cidade de Maputo, os índices de implementação do Plano decresceram drasticamente. (PEUMM, 2008: vol. I, 236-237)

Apesar de terem sido delineados outros planos para a cidade e para a Área Metropolitana de Maputo no período pós-colonial<sup>190</sup>, só o “Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo” (PEUMM), de 2008, foi aprovado, estando em vigor atualmente.

### **1.1.2 Após a Independência**

Nas condições da vida humana a única alternativa do poder não é a resistência — impotente perante o poder — mas unicamente a força, que um homem sozinho pode exercer contra o seu semelhante, e da qual um ou vários homens podem ter o monopólio ao apoderarem-se dos meios de violência. Mas, se a violência é capaz de destruir o poder, jamais pode substituí-lo. Daí resulta a combinação política, nada incomum, de força e impotência — uma legião de forças impotentes que se desgastam, muitas vezes, de modo espectacular e veemente, mas em completa futilidade, sem deixar monumentos nem história e quase nenhuma recordação para a posteridade. Na experiência histórica e na teoria tradicional, esta combinação, mesmo quando não reconhecida como tal, tem o nome de tirania; e o velho temor a essa forma de governo não se deve exclusivamente à sua crueldade que — como atesta a longa sucessão de tiranos benévolos e déspotas esclarecidos — não é um dos seu traços inevitáveis, mas à impotência e à futilidade a que condena tanto governantes como governados. (Arendt, 2001: 252-253, orig. 1958)

---

<sup>190</sup> Sobre os vários planos elaborados no período colonial até à aprovação do último Plano de Estrutura (2008), bem como sobre outros estudos e programas relevantes para a definição desse plano, veja-se PEUMM, 2008: vol. I, 236-243.

Em qualquer nível que a estudemos — encontros interindividuais, denominações novas dos clubes esportivos, composição humana das *cocktails-parties*, da polícia, dos conselhos administrativos dos bancos nacionais ou privados — a descolonização é simplesmente a substituição de uma “espécie” de homens por outra “espécie” de homens. (Fanon, 1968: 25)

Em tempos mais recentes, desde o final da guerra civil (1976-1992) que opôs a Renamo à FRELIMO<sup>191</sup>, Maputo foi a estrutura urbana moçambicana onde mais se investiu na criação e na manutenção de infraestruturas, na construção civil e em vários sectores da economia (Costa, 2007: 7; PEUMM, 2008: vol. I, 110 ss.) (nomeadamente, em estruturas bancárias, em sedes de organizações internacionais e em unidades hoteleiras). Foi na capital, à semelhança da precedente estrutura política colonial, que se concentraram e centralizaram a maior parte dos poderes (político, administrativo e económico) que regem o país desde a Independência, tendo o Estado optado pela centralização formal e simbólica do poder político e económico em Maputo. Não obstante, a estrutura urbana da “cidade de cimento” sofreu poucas alterações até à atualidade, contrariamente ao verificado nos subúrbios, onde o crescimento populacional e físico/urbano acelerou, sobretudo na década de 1990 (Oppenheimer e Raposo, 2008: 18-19; PEUMM, 2008: vol. I, 94 ss.).

---

<sup>191</sup> A FRELIMO foi fundada em 25 de Junho de 1962 em Dar-es-Salaam, “resultado da fusão das três organizações nacionalistas então existentes: UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique; UNAMI - União Nacional para Moçambique Independente; MANU - União Africana Nacional de Moçambique” (Reis e Muiuane, 1974: 19). Foi chefiada por Eduardo Mondlane (1920-1969), até à sua morte.

Segundo Malyn Newitt (2012: 450), “[f]oi no estrangeiro que o nacionalismo moçambicano nasceu efetivamente. Repetidas vezes, a PIDE e as autoridades fizeram desaparecer organizações africanas independentes, pelo que só os moçambicanos expatriados puderam reagir à primeira onda de descolonização em finais da década de 1950 formando movimentos de independência entre os seus concidadãos nos países vizinhos. Somente três destes primeiros movimentos são agora lembrados uma vez que foram eles que se juntaram para formar a FRELIMO: Udenamo, fundado em Bulawayo em 1960; Unami, criado no Malawi; e Manu, fundado entre os emigrantes macondes no Quênia e na Tanzânia.”

Para a génese e história da FRELIMO, veja-se Mondlane, 1975: 107 ss.; Newitt, 2012: 450 ss.; Pinto, 1999: 68-69, 71, 84-85, 93-94; Cabaço, 2007: 393 ss.; Sumich e Costa, 2008: 323-324; Macagno, 2009.

Desde a Independência, a cidade de Maputo (e Moçambique) contou com processos económicos e de desenvolvimento contrastantes que deixaram marcas profundas na sua estrutura económica, social e urbana. Internamente, e durante a primeira década e meia pós-independência, destacam-se os seguintes:

- a implementação de políticas de desenvolvimento socialistas<sup>192</sup> — o sistema de bipolarização mundial no âmbito da Guerra Fria influenciou e condicionou a escolha de um sistema ideológico e económico —, com a centralização do poder político-administrativo e a nacionalização dos prédios de rendimento e das casas abandonadas<sup>193</sup> (com o “êxodo em massa dos colonos brancos, trabalhadores especializados<sup>194</sup> e profissionais negros e indianos”, Newitt, 2012: 473). Apesar de o ataque à propriedade privada ter sido considerado uma medida crucial para o mal-estar de grande parte dos

---

<sup>192</sup> “De início, não se verificou nenhuma orientação concreta da Frelimo em relação ao pensamento marxista, e as ideias dominantes de Mondlane não divergiam muito das de outros nacionalistas africanos. No entanto, na sequência da luta pelo poder que destituiu Nkavandame e Simango em 1969-70, o partido sofreu uma viragem brusca para a esquerda. A partir de então, a sua liderança foi muito influenciada pelo marxismo pragmático de Amílcar Cabral, com a sua identificação clássica do neo-colonialismo, bem como do colonialismo, como o inimigo a enfrentar. Quando ocupou o poder em 1975, a Frelimo dispunha já de uma série de políticas e de uma análise da tarefa a realizar que reflectia as ideologias revolucionárias da década de 1960, de Cuba e do Vietname, bem como as de Cabral e do PAIGC. No entanto, somente em 1977, no seu Terceiro Congresso do Partido, é que se declarou um Partido marxista-leninista.” (Newitt, 2012: 466-467). Sobre a especificidade do ideário ideológico assumido pela FRELIMO/Governo Moçambicano, veja-se Isaacman e Isaacman, 1983: 3; Samora e Munslow, 1985; Cabaço, 2007: 420-421, 425; Macagno, 2009; Newitt, 2012: 469. As opções ideológicas e políticas do novo regime encontram similaridades no processo desenrolado contemporaneamente em Angola, veja-se Raposo *et al.*, 2012: 192-194; Viegas, 2015: 72 ss.

<sup>193</sup> Nacionalização do parque imobiliário através do Decreto-Lei n.º 5/76 de 5 de fevereiro.

A saída em massa do país de habitantes contrários às mudanças em curso começou depois do “7 de setembro de 1974” (assinatura dos Acordos de Lusaka) (assinado em Lourenço Marques pela ocupação do Rádio Clube de Moçambique, por um grupo contrário à “entrega” do poder à FRELIMO, e pelo massacre de milhares de civis) e acentuou-se, durante o final do Governo de Transição, com os discursos pronunciados por Samora Machel, na sua apresentação ao país, desde o “Rovuma ao Maputo”, agravando-se ainda com as “nacionalizações” (depoimento de Luís Lage, novembro de 2014). Em relativamente pouco tempo, a situação do parque habitacional da cidade de Maputo, dentro da “cidade de cimento” mudou radicalmente, em rua após rua, centenas de habitações foram abandonadas. Após as “nacionalizações” muitos dos que tinham inicialmente optado por ficar, saíram finalmente do país.

<sup>194</sup> “A saída do país de uma fracção muito significativa de quadros ligados à administração pública ou ao sector empresarial (público e privado) e de proprietários — por exemplo 7000 quadros e trabalhadores especializados dos portos e caminhos-de-ferro saíram do país (cf. Newitt 1995: 551) — foi apontada quer como causa impulsora das nacionalizações quer como consequência. Neste último caso, os quadros (e muitos outros colonos) teriam saído do país por este ter seguido uma via socialista (cf. Newitt 1995: 552).” (Costa, 2007: 160, nota 19). Em 24 de julho de 1975 foram nacionalizadas a Educação, a Saúde, a Justiça e Funerárias.

antigos proprietários, “forçando” a sua saída; a transição rápida (de mudança de poder) e a instituição da nova ditadura socialista foram referidas por alguns (académicos) como motivos válidos para a erosão do projeto de país/sociedade a-racial inicialmente defendido pela Frelimo<sup>195</sup>.

- a partir de 1976, a “guerra de desestabilização”<sup>196</sup> que culminou em guerra civil (com um pico entre 1982-1984 e terminos em 1992) devastou a estrutura social e económica do país;

- a “ajuda externa”, com a imposição de processos sucessivos de reformas económicas<sup>197</sup> — sustentadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BM) e por estados doadores bilaterais —, teve consequências desastrosas na economia do país e no agravamento das condições de vida das populações urbanas (Costa, 2007: 20; Viana, 2008: 249-250).



Figura 68: “Mapa da máxima extensão do Bloco Socialista Soviético (1945-1990)”. Fonte: Anónimo, [s.d.]. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Bloco\\_do\\_Leste#mediaviewer/Ficheiro:Communist\\_countries.PNG](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bloco_do_Leste#mediaviewer/Ficheiro:Communist_countries.PNG) [consult. 21 jul. 2014].

<sup>195</sup> Estas afirmações são feitas com base numa série de entrevistas realizadas pela autora em Maputo, em novembro de 2014, a Júlio Carrilho, Luís Laje, João Tique, António Sopa e Gerard Liesegang.

<sup>196</sup> Inicialmente, o ataque ao projeto de governo da Frelimo foi produzido externamente, por países vizinhos (sobretudo a África do Sul e a Rodésia). Sucessivamente, a Renamo beneficiou de um apoio tácito de vários países do Ocidente, empenhados em contrariar a influência sino-soviética no Governo Moçambicano (Feijó, 2010: 35; Newitt, 2012: 482-483). Sobre a evolução do conflito e as suas consequências devastadoras para Moçambique, veja-se Newitt, 2012: 482 ss.

<sup>197</sup> Tornou-se insustentável continuar a gerir o país sem “apoios” externos. A forma encontrada para atacar o problema foi procurar a integração do país no grupo das nações do mundo Ocidental, aceitando as regras de escrutínio do FMI e do BM. “[...] em 1983, [...], foram introduzidos os primeiros esforços de uma *perestroika* moçambicana e, a partir de 1989, o partido [Frelimo] começou a evoluir no sentido da democracia neoliberal.” (Sumich e Cabral, 2008: 321).





Figura 69: Multidão assiste à ocupação da Rádio Clube de Moçambique, Lourenço Marques, 1974, António Veiga, *National Archives of the Netherlands, Fotocollectie Spaarnestad, Serie Mozambique*, doc. N.º 347026\_022. Disponível em: <http://proxy.handle.net/10648/6a6a1fef-5721-c2bb-7cbf-96325aa80e33> [consult. 10 jan. 2015].

Figura 70: “Lourenço Marques: African mobs approach cars on the outskirts of the city today [...]”, 9 set. 1974, [s.a.], *National Archives of the Netherlands, Fotocollectie Spaarnestad, Serie Mozambique*, doc. N.º 347026\_023. Disponível em: <http://proxy.handle.net/10648/b7434f72-5fab-c724-5bcc-faaa0e000f10> [consult. 10 jan. 2015].

A estratégia política e económica desenvolvida pelo Estado, aliada à nova condição de poder instaurado em Moçambique, refletiu-se simultaneamente na desestruturação económica do antigo sistema produtivo e económico colonial assente na prestação de serviços de transporte e de mão-de-obra aos países vizinhos, na produção agrícola latifundiária, bem como no regime intensivo obrigatório de monoculturas (de algodão, chá, tabaco, caju, copra e sisal) para exportação (ambos dependentes da utilização de mão-de-obra forçada ou semiforçada)<sup>198</sup>. Paralelamente, a partir da reunião de Nacala (1976), que fundou e criou os alicerces da nova administração pública, a desestruturação do aparelho da Administração reverteu-se num processo que ficou conhecido por “escangalhamento do aparelho do Estado”<sup>199</sup>. Na prática, como referiu Clara Mendes, o carácter socialista da revolução implicava a reinvenção de um modelo

<sup>198</sup> O mundo agrícola e da pequena indústria fazia-se valer das empresas de recrutamento para o fornecimento de mão-de-obra. Apesar de a legislação proibir o trabalho compelido a partir de 1930, encontraram-se sempre subterfúgios para obrigar os africanos ao trabalho, para fazerem face, por exemplo, ao pagamento dos impostos.

<sup>199</sup> Em fevereiro de 1976 decorreu a 8.ª sessão do Comité Central da Frelimo. Segundo Júlio Carrilho, nessa sessão alguém defendeu a ideia/necessidade do escangalhamento do aparelho de Estado (que mantinha a matriz colonial), porque as normas/leis em vigor não permitiam uma gestão do pessoal — nas novas admissões —, devido às exigências de qualificação profissional (o pessoal disponível não respondia aos requisitos preestabelecidos pela Administração colonial). Entre o final de 1976 e o início de 1977, na Reunião sobre a Organização do Estado, realizada em Nacala, foi retomada a ideia do escangalhamento do aparelho de Estado pelo Ministro Óscar Monteiro (Ministério da Administração Estatal) (depoimento de Júlio Carrilho à autora, novembro de 2014).

de sociedade, que por sua vez obrigava a procurar “soluções técnicas inéditas levando os responsáveis a abandonar um certo número de concepções” (Mendes, 1985: 482). O modelo inicial, ainda que contrário à política económica do regime colonial, continuou dependente, em muito menor escala, do mesmo sistema de prestação/exploração de mão-de-obra, quer para as minas da África do Sul, com o sistema de “pagamentos diferidos” a vigorar até 1977<sup>200</sup>, quer no chamado sector agropecuário do Estado — nas unidades agropecuárias sucessoras dos “colonatos”<sup>201</sup> —, servindo-se de mão-de-obra assalariada sazonal<sup>202</sup>.

As opções políticas do Estado (em particular a oposição às políticas de molde racial), provocaram o distanciamento e a erosão nas relações externas com os estados vizinhos, sobretudo com a África do Sul — impondo o corte de relações diplomáticas com esse país em dezembro de 1977 (Mendes, 1985: 65) — e a Rodésia do Sul, principais utentes da sua estrutura de serviços, com graves repercussões económicas para Moçambique (Costa, 2002: 75). Este medir de forças foi agravado em 1976, com a aplicação, pelo Estado Moçambicano, de sanções mandatadas pelas Nações Unidas ao Governo de Ian Smith, no seguimento da declaração unilateral de independência da Rodésia, em 1965, a favor da elite “branca”. Moçambique, entre outras medidas, fechou os portos à Rodésia, que procurou a África do Sul, passando a utilizar o porto de Durban. Segundo os dados apresentados por Ana Bénard da Costa (2002: 75), os prejuízos económicos desta medida em Moçambique atingiram o meio bilião de dólares. É necessário levar em conta, no entanto, que, por essa altura, as estruturas ferro-

<sup>200</sup> Cf. First, 1977: 2-3, I. 7 e II.1 ss.; Newitt, 2012: 473.

<sup>201</sup> “Os colonatos foram apenas o empreendimento mais importante de uma vasta política de imigração, que viu a população branca de Moçambique subir de 48 000 em 1950 e pouco menos de 100 000 em 1960, passando para cerca de 200 000 em 1974. Por um breve período durante a década de cinquenta, mais de metade dos emigrantes portugueses ia para África.” (Newitt, 2012: 406). Veja-se, “Crónica do Trimestre, Zona de Colonização do Vale do Maputo”, 1954: 171; “Crónica do Trimestre, COLONIZAÇÃO DO LIMPOPO”, 1954: 135; “A COLONIZAÇÃO DO VALE DO LIMPOPO”, 1956: 91-93; Newitt, 2012: 405-406.

<sup>202</sup> Sobre a reorganização das forças produtivas e a estratégia de desenvolvimento nacional perseguida após a Independência em Moçambique, veja-se Mendes, 1985: 62 ss.

portuárias das duas grandes cidades moçambicanas (Maputo e Beira) já tinham reduzido drasticamente a sua laboração (devido ao êxodo de funcionários especializados)<sup>203</sup>. Sequencialmente, o apoio destes países, sob regimes de segregacionismo racial, a uma oposição e resistência ao governo instituído — que se traduziu na fundação da Renamo em 1976 (Jopela, 2006: 24; Macagno, 2009) — e da Frelimo aos movimentos de oposição nesses países (respetivamente ANC e ZANU), aprofundou a crise económica e social em Moçambique (Costa, 2002: 75-76; Newitt, 2012: 478-480), com a devastação das infraestruturas de produção e a fuga da população das zonas rurais para as grandes cidades (mais seguras e distantes do conflito armado) (Oppenheimer e Raposo, 2008: 55). Assim, nos centros urbanos, as infraestruturas sociais e de serviços públicos entraram em ruptura<sup>204</sup> (devido à acessibilidade generalizada ao ensino<sup>205</sup> e aos cuidados primários de saúde, anteriormente condicionados), o desemprego disparou (Viana, 2008: 251-252) e a capacidade de procurar alimentos diminuiu drasticamente, uma vez que no mundo rural, a produção agrícola tinha sido interrompida com o abandono das propriedades pelos seus donos, por razões diversas. Os agricultores portugueses que abasteciam as cidades (através dos chamados “cantineiros”<sup>206</sup>/ “comerciantes”) tinham deixado o país em 1977, e a produção para exportação dos agricultores locais diminuiu, para além de que, entre 1977 e 1982, o país viu-se

---

<sup>203</sup> Cf. Pinto, 1999: 94; Costa, 2007: 160, nota 19.

<sup>204</sup> No IV Congresso da Frelimo, em 1983, apontou-se uma série de problemas no funcionamento de vários sectores sob a estreita responsabilidade do Estado, nomeadamente:

“- desorganização do Parque Imobiliário do Estado e sua falta de conservação;

- falta de cuidados e de atenção para com os doentes nos estabelecimentos sanitários;

- destruição das escolas e do mobiliário escolar, [...];

- inoperância e desprestígio dos tribunais;

- falta de civismo e de cortesia nos transportes, especulação e destruição irresponsável de viaturas;

- falta de apoio estatal às cooperativas e de repressão eficaz à candonga” (*Participação popular na construção do socialismo*, 1983: 22).

<sup>205</sup> Cf. Mendes, 1985: 211-222; Newitt, 2012: 471.

<sup>206</sup> As “cantinas” eram estabelecimentos comerciais destinados ao abastecimento das populações africanas no campo ou nas periferias urbanas, geralmente na posse de portugueses ou de indianos (Mendes, 1985: 53 ss., 159, 185; Cabaço, 2007: 189; Guedes, 2007: 67).

fustigado por calamidades naturais cíclicas, primeiro pelas cheias e de seguida, por anos de seca, generalizando-se a fome e a desagregação da economia rural (First, 1977: III.15-III.16; Newitt, 2012: 473, 483-484).

Segundo Malyn Newitt (2012: 473-474), entre “1977 e 1982, as importações de alimentos tinham quadruplicado e os seus preços decuplicado, até constituírem 60% de todos os artigos de consumo importados e 21% de todas as importações”. No início da década de 1980, a população começou a valer-se do sector informal, incrementando os mercados clandestinos de produtos alimentares (atividade sujeita a penas pesadas inicialmente), no seguimento da implementação da distribuição administrativa assegurada pelo Novo Sistema de Abastecimento (NSA, 1981) (Oppenheimer e Raposo, 2008). Essa atividade, porém, mesmo com a progressiva escassez de oferta de emprego no sector formal, manteve uma expressão pouco significativa até ao final da década de 1980 dentro da “cidade de cimento”, devido à atitude repressiva das autoridades (Viana, 2008: 283). Todavia, a partir da década de 1990, fruto de mudanças na orientação política e económica do Estado<sup>207</sup>, a “cidade de cimento” abriu-se definitivamente à “privatização” dos serviços e das atividades comerciais. Simultaneamente, surgiu um mercado paralelo de prestadores de serviços e pequenos comerciantes, que encontraram na atividade informal a sua (possível) estratégia de sobrevivência<sup>208</sup>.

David Viana, numa análise a este fenómeno, servindo-se de um texto de José Forjaz (1999), concluí que

[...] o espaço urbano de Maputo esteve sujeito a processos operados por factores endógenos e exógenos [a já referida “ajuda externa” e os efeitos do conflito armado], de micro e macro escala, que promoveram o abandono de uma certa regularidade e quebra de uma estabilidade adquirida na primeira metade dos anos

---

<sup>207</sup> Veja-se Newitt, 2012: 484-485.

<sup>208</sup> Sobre a evolução do sector informal na criação de emprego desde a Independência, no Município de Maputo, veja-se PEUMM, 2008: vol. I, 142 ss.

de 1980. A cidade espelhava desdobramentos contingentes entre o formal e o informal. (Viana, 2008: 283)



Figura 71: Mercado do Fajardo, Maputo, 2012, autora.

Figura 72: Edifício no gaveto da Av. Zedequias Manganhela com a Av. Filipe Samuel Magaia, na Baixa de Maputo, 2012, autora.

No início da década de 1990, a ocupação do solo adensou-se na retícula urbana da “cidade de cimento”, com o crescimento significativo da densidade populacional nessa área (PEUMM, 2008: vol. I, 100), em sintonia com uma das principais propostas morfológicas assente no Plano de Estrutura de 1985. A densificação da ocupação “informal” das áreas urbanizadas foi acompanhada por rupturas nos usos e costumes urbanos, ou por outras palavras, pela ruralização da cidade<sup>209</sup>. A capital transformou-se “através de microestratégias de auto-organização espacial que participam na regeneração da cidade a partir de lógicas de coexistência entre o formal e o informal, e de ‘aculturação’ informal do formal” (Viana, 2012: 1).



Figura 73: Mulheres pilando e peneirando num terreiro na “cidade de cimento”, (década de 1980?), [s.a.]. Fonte: Viana, 2008: 235.

<sup>209</sup> Cf. Viana *et al.*, 2013: 25.



Figura 74: Trato da Av. 24 de Julho, nas imediações do cruzamento com a Av. Olof Palme, início da década de 1980. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-predio-33-andares/> [consult. 25 mar. 2014]. Hoje causa estranheza a ausência de trânsito automóvel numa das principais avenidas da cidade, mas tanto o combustível para os automóveis (com custo muito elevado), como os condutores, escasseavam nesse período.

O aumento da população na periferia de Maputo agravou-se sobretudo com o endurecimento da guerra no Sul do país, a partir de meados da década de 1980<sup>210</sup>. No ano de 1980, as áreas periurbanas — à margem do planeamento do uso do solo ou de mecanismos de controlo — representavam 50% da área residencial urbana, recebendo 50% do total da população urbana (CEDH, 2006: 7; PEUMM, 2008: vol. I, 33). Isto significava que uma grande parte da população urbana tinha passado a residir em áreas sem infraestruturas básicas adequadas e equipamentos sociais, em células habitacionais precárias e com situações irregulares relativamente à titularidade do uso/posse da terra (CEDH, 2006: 8; PEUMM, 2008: vol. I, 33).

Segundo dados apresentados pelo CEDH (2006: 5, 7), aquando da Independência de Moçambique apenas 9% dos cidadãos vivia em áreas urbanas, com as maiores densidades populacionais localizadas, de um modo geral, junto à costa e na

---

<sup>210</sup> Sobre os fluxos migratórios dentro de Moçambique (em direção ao meio urbano) no período de 1975 a 1980 (com base nos resultados do 1.º Recenseamento Geral da População após a Independência) e suas consequências imediatas, veja-se CEDH, 2006: 7; PEUMM, 2008: vol. I: 32-33.

Segundo o PEUMM, “[u]ma análise da dinâmica populacional na região sul, através da taxa média anual de crescimento, indica que no período 1980-1997 a cidade de Maputo foi a que teve a taxa de crescimento mais elevada (3,4%)” (PEUMM, 2008: vol. I, 93). A partir do início da década de 1990, o ritmo de crescimento populacional da cidade de Maputo abrandou, com um decréscimo significativo nos fluxos migratórios, verificando-se uma taxa média de crescimento anual de 1,7% entre 1991 e 1997, como resultado da situação de paz restabelecida em 1992. A taxa de crescimento continuaria a baixar no período sucessivo, entre 1997 e 2007, para 1,3% (PEUMM, 2008: vol. I, 94-95).

região Sul do país — como zona privilegiada do desenvolvimento industrial e de explorações agrícolas —; três décadas mais tarde, essa percentagem fixava-se em cerca de um terço (com 94% a residir em assentamentos informais). Em apenas duas gerações, uma parte significativa da sociedade moçambicana tinha trocado a base tradicional de produção e consumo do mundo rural pela economia sediada na cidade (Viana, 2008: 2-3). Como refere David Viana, esta transformação apressada nos hábitos de subsistência, com a maioria dos cidadãos a socorrer-se de atividades produtivas do sector informal para sobreviver (atividades dificilmente taxáveis) e, pode-se acrescentar, a inexperiência urbana destes novos membros da cidade, acarretou problemas económicos de difícil resolução, nomeadamente a falta de recursos (privados e públicos) para a requalificação do espaço urbano e o acesso e/ou manutenção de condições de habitabilidade dignas (Viana, 2008: 2-3).

Ainda relativamente ao período pós-independência, a experiência da aplicação de uma certa estratégia de “desenvolvimento do campo” materializada na implantação dos Aldeamentos Comunais, a partir de 1977-78<sup>211</sup> — segundo o modelo das *Ujamaas* tanzanianas e também com referência nos modelos corporativos de produção agrícola (propriedades rurais coletivas ou fazendas estatais) criados com a campanha de coletivização do campo na antiga União Soviética (*Kolkhozes* e *Sovkhozes*) —, ou ainda, a adoção de medidas mais ou menos coercivas de controlo social (que tinham por

---

<sup>211</sup> A partir de 1976, deu-se início a uma política de desenvolvimento rural com recurso ao planeamento de assentamentos populacionais rurais através da criação de Aldeias Comunais, num processo que não ultrapassaria os dez anos de duração, com impactes vários e a longo prazo na (des)esturação cultural, doutrinal e organizacional do mundo rural. Veja-se, First, 1977: IV.4 – IV.7; Mendes, 1985: 63; Casal, 1996: 13; Newitt, 2012: 471-472.

objetivo acabar com comportamentos considerados “desviantes”<sup>212</sup>, incompatíveis com o “homem novo”<sup>213</sup> em “construção”) — lembro a experiência marcante dos campos de reeducação<sup>214</sup> (entre 1974 e o início da década de 1980), ou a Operação Produção<sup>215</sup>, lançada em 1983, em plena guerra civil — gerou atritos entre a população, certos níveis locais de governação (com dificuldades para receber e instalar os deslocados) e o Governo central, difíceis de sanar. Segundo Raposo *et al.*, “[e]ssa medida teve forte impacto na desagregação e precarização familiar, marcando ‘o princípio do fim da hegemonia da ideologia socialista do partido/Estado’ (OPPENHEIMER; RAPOSO, 2002, p. 17)” (Raposo *et al.*, 2012: 195).



Figura 75: Mural, Praça Samora Machel, Nampula, 2012, autora.

O processo de reforma e reorganização do país decorria sob condições extremas, deparando-se passo a passo com novas e velhas formas de resistência<sup>216</sup>.

Analisando o processo de modernização da nação idealizado pela Frelimo, Luís Cabaço

<sup>212</sup> Em Maputo, a “limpeza” dos chamados “elementos não produtivos” ou “velhos costumes degradantes do colonialismo” (cf. Newitt, 2012: 407), levaram ao encerramento de locais de diversão na Baixa, com uma mudança quase repentina na fâcies de alguns repertórios da cidade, nomeadamente na Rua Araújo.

<sup>213</sup> O cerne do programa da Frelimo para a modernização do país, na fase inicial do período socialista, era a criação do “homem novo”. Esse processo de construção da nova sociedade, segundo os líderes da Frelimo, tinha sido iniciado nas zonas libertadas, durante a fase da luta armada contra o regime colonial. O “homem novo”, segundo a visão da Frelimo, encarnava a ruptura completa com o passado colonial e de subserviência à burguesia, numa conformação mental e cultural inteiramente nova (Sumich e Cabral, 2008: 327). Veja-se Machel, 1979a: 23-31; Cabaço, 2007: 411 ss.; Macagno, 2009.

<sup>214</sup> O programa tinha por objetivo reeducar os elementos considerados “desviantes” das grandes cidades, deportando-os para zonas rurais remotas. Veja-se Sousa, 31 de agosto de 2013.

<sup>215</sup> A “Operação Produção” tinha por objetivo retirar os habitantes alegadamente improdutivos das cidades e realoca-los nas zonas rurais com baixa densidade demográfica, em particular no Norte do território, onde iriam repovoar e dinamizar o desenvolvimento dessas zonas. Sobre este assunto, veja-se REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1984: 3-10; Sousa, 7 de setembro de 2013.

<sup>216</sup> Sobre os paralelismos entre a política de “assimilação” utilizada pela Administração colonial e a política de conversão dos Moçambicanos em “homens novos” durante o período socialista do Estado independente, veja-se Fry, 2011.



refere que “existia um descompasso entre o ‘tempo pedagógico’ da FRELIMO, imposto pelos imperativos da luta e da administração das ‘zonas libertadas’ e o ‘tempo performático’ do povo, condicionado pela persistência de formas culturais profundamente arraigadas” (Cabaço, 2010a: 289). Uma das dificuldades da construção deste “homem novo”, segundo o sociólogo João Cravinho (1995), referenciado por João Feijó, advinha do facto de esse conceito — incorporado no contexto da luta armada — ter por base uma ideologia ainda em adaptação ao contexto do país emancipado, mas cuja referência principal para a Frelimo era a sua experiência de comando durante aquele período (Feijó: 2010: 32). Poder-se-ia alegar que o descompasso agravou-se ao alargar à escala do país as experiências ensaiadas nas bases da Frelimo (e nas zonas libertadas) durante a Guerra de Libertação/Guerra Colonial, mas, efetivamente, a realidade do país e a sua população multiétnica revelaram-se muito mais complexas e difíceis de gerir<sup>217</sup>.

O processo de identificação dos cidadãos com a “Luta” implicava uma luta ideológica na consciência de cada um, uma posição autorreflexiva — um programa pedagógico —, inevitavelmente dessincronizado da síntese desejada e da operação dos “libertadores” no território. O modelo idealizado tendia a criar novos tipos de conflito entre a representação da identidade nacional e a realidade do cidadão, “problema que se agrava nas sociedades africanas pós-coloniais pela sobrevivência da estrutura dualista herdada da colonização” (Cabaço, 2007: 426). Na mesma linha de pensamento, analisando o processo em questão, Malyn Newitt conclui que era “extremamente difícil realizar a engenharia social nesta escala. Era necessária a desconstrução das relações sociais da época colonial, juntamente com a formulação de alternativas” (Newitt, 2012: 471), o que não era factível num curto/médio prazo. Muito menos pensar que era

---

<sup>217</sup> Cf. Newitt, 2012: 467-468.

possível fazer *tabula rasa* da experiência do colonizado, ou preparar rapidamente os novos cidadãos para responderem “eficazmente” aos novos quesitos do país emancipado, que se queria moderno e “autossuficiente”.

Segundo Adriano Moreira (1922- ), dando a entender o desenquadramento espaço-temporal e cultural da mudança que se pretendia levar a cabo, o projeto nacionalista do novo Poder instalado, “não exprim[ia] mais do que um projeto nacional, isto é, a intenção de vir a amalgamar os grupos numa unidade mais vasta que correspond[esse] ao conceito ocidental de nação” (Moreira, 1979: 350-351). Esse foi em última análise, o ideal sob o qual a Frelimo defendeu a implementação do seu programa ideológico e de desenvolvimento — o de acentuar aos vários grupos étnicos sobre cujas diferenças o colonialismo jogara a sua força (*divide et impera*), que era possível desenvolver um projeto de nação, com base numa mesma experiência de sofrimento (sob o domínio colonial) e desejo de realização comum.

O desígnio da Frelimo, “de uma convergência das identidades locais numa única identidade moçambicana, fundada na *diferença* da sociedade colonial e congregada em torno da apropriação nacional da ‘modernidade’” (Cabaço, 2007: 430), foi enfraquecendo na desordem provocada pela cultura da situação de guerra e o tempo de paz e dissolveu-se, no plano cultural, numa ambiguidade multiculturalista (Cabaço, 2007: 430). A nível económico, a situação procurou igualmente questões complexas às identidades “em processo”. Os conceitos de “desenvolvimento” e de “modernização” da nação, veiculados durante a primeira década de governação emancipada, passaram sucessivamente, e de forma brusca, de paradigma da ideologia nacional (pró-socialista), a suporte ideológico do capitalismo neoliberal globalizado. De forma desconcertante, tal como apreende Mamadou Traoré, “ao propor ou ao impor significantes ausentes da vida quotidiana das populações, a modernização, vinda de fora, não cessa de multiplicar os

fenómenos de non-sense ou de contrassenso nas sociedades pressionadas a reproduzirem uma história não vivida” (*apud* Cabaço, 2007: 430-431). Como observa o mesmo autor, se no mundo Ocidental o “desenvolvimento” (tal como é veiculado no Ocidente) é um produto cultural, nos países “em vias de desenvolvimento”, é um projeto cultural (*apud* Cabaço, 2007: 431), estranho às condições de vida e aspirações (de sobrevivência e urbanas)<sup>218</sup> do cidadão comum.

Segundo José Luís Cabaço, durante a Luta de Libertação, a Frelimo acordou progressivamente no inimigo comum — o colonialismo como “sistema”, definido pela posição de cada um face à Luta de Libertação, na consciência de combater todas as formas de dominação e exploração (Cabaço, 2007: 408, 413). Dentro do velho sistema, o poder tradicional era encarado pela Frelimo, como um obstáculo à Revolução, por ser um entrave à modernização do país (que deveria assentar no pensamento científico, no desenvolvimento tecnológico, e no progresso). O poder tradicional preconizava modos e comportamentos inadequados para fazer frente ao poder e capacidades do ocupante (Cabaço, 2007: 399) e devia por isso, ser alvo de combate ideológico<sup>219</sup>. Pretendia-se a substituição desse poder pessoalizado no “chefe” e no poder linhageiro por uma forma de poder representativo do novo Estado/Nação unitário em construção, espelho de uma ruptura radical com o passado colonial e pré-colonial, de uma verdadeira transformação social.

Essa “nova sociedade” representaria para o todo (“o Povo”), “um segundo nascimento”, não “uma renascença cultural”, mas o nascimento de formas novas de “resistência cultural” “contra a dominação estrangeira” (Cabral, 1976: 243). A libertação nacional, seria pois, segundo as palavras de Amílcar Cabral,

---

<sup>218</sup> Sobre este assunto, veja-se Castela, Matsipa e Meneses, 2014.

<sup>219</sup> Sobre este assunto, veja-se Sumich e Cabral, 2008: 329-330.

“necessariamente, um acto de cultura” (Cabral, 1976: 226) e assumiu naturalmente, como ato de cultura, contornos nem sempre controláveis ou previsíveis (pelas instâncias do Poder) ao longo do país e nas várias comunidades. Os efeitos dessas disparidades permaneceram a longo prazo no território<sup>220</sup>.

A revolução social do primeiro período de Independência viu-se a braços com o *status quo* assimilado por gerações de colonizados. A “libertação” trazia questões complexas ao indivíduo. A porta franca para a “cidade de cimento” exigia que o Moçambicano assumisse um papel na nova conformação social, dentro da mesma e velha estrutura urbana petrificada idealizada pelo antigo regime. Essa metamorfose levou o seu tempo e tomou fâcies próprias, que interessa indagar. A cidade de Maputo na sua fisionomia pós-colonial assume por isso, em termos patrimoniais e usando um preceito *righeliano*, “valor de história”: de testemunho material de formas de fazer e pensar humanas que interessam à consolidação de uma identidade cultural e à estimulação da produção de conhecimento das gerações futuras. A avaliação histórico-crítica do documento (a cidade nos seus diversos tempos históricos) abrange e reconhece este importante contributo. Voltarei a este argumento no II Capítulo da tese.

---

<sup>220</sup> Luís Lage, atual diretor da FAPF-UEM, durante uma entrevista que preparei aquando trabalho de campo em Maputo, relatava que logo após a independência de Moçambique tinha sido convocado para administrar uma antiga Missão católica, fundada no início do século XX por missionários holandeses (e desativada pelo novo Governo emancipado), em Cabo Delgado. A antiga Missão tinha funcionado como uma pequena fábrica autossuficiente, com escola, maternidade, igreja, oficinas e produção agropecuária própria, mas o pequeno grupo de colaboradores que Luís Lage tinha levado de Maputo pouco percebiam de agricultura ou pecuária ou do funcionamento de uma infraestrutura com aquela complexidade. Nos primeiros tempos, Lage deu-se súbito conta que a comunidade local continuava a procurar a Missão para marcar casamentos e batizados, imaginando que ele fosse o novo padre da Frelimo. Não percebiam que os enviados da Frelimo tinham desativado a igreja e que esta passara a espaço recreativo. Quando, mais tarde, Lage pôde escutar um relato sobre aquele local pela voz de um ancião *Macua*, apercebeu-se que o ancião tinha sido criado segundo a cultura *Macua* no início do século XX, mas que já jovem adulto tinha sido obrigado, pelos portugueses, a assumir a religião católica e a assimilar costumes ocidentais e que agora, encontrava-se (novamente) perante novos “enviados” e uma ordem nova que negava a anterior — devia “fazer-se homem” (novo) mais uma vez? (Luís Lage, 13 de novembro de 2014).

### 1.1.2.1 A situação económica e política e a ajuda internacional nas duas primeiras décadas após a Independência

*As long as we lack a theoretical and historical account of the forces that underpin global differentiations, we remain unable to account for processes that lie at the heart of African urban underdevelopment: the integration of the household into new networks of capitalist production; the invention of a new web of concepts and practice on land and land laws, on housing and rental; new patterns of foodstuff consumption; new regulations governing social and political life; all of these processes involving new relationships to the broader political economy which is definitely neither Western nor native behaviour. (Coquery-Vidrovitch, 1991 apud Jenkins, 2013: 4)*

É preciso não esquecer que Moçambique herdou a combinação de uma herança difícil do fim do período colonial (económica, social, cultural) e das opções políticas/ideológicas do pós Independência num contexto de bipolarização mundial<sup>221</sup>. O país ficou isolado face ao Ocidente e dependente do apoio técnico e financeiro de países filo-socialistas, sobretudo do Leste europeu e de Cuba (Brandes, 2013) e de movimentos ocidentais apoiantes da Independência, traduzidos, estes últimos, no acorrer de cooperantes de várias proveniências para valer às lacunas deixadas pelo êxodo de técnicos especializados.

A partir de finais de 1976, o Governo central tinha dado impulso a vários projetos nas zonas residenciais da periferia urbana com vista a corrigir a injustiça e a geografia colonial no acesso a infraestruturas, serviços, desenvolvimento social e cultural<sup>222</sup>, e num segundo momento, tratado de definir um novo plano diretor para a

---

<sup>221</sup> Cf. Pinto, 1999: 75-80, 84-85, 93-94; Stanek, 2012: 300-302.

<sup>222</sup> Veja-se o relato de José Forjaz (1985) — antigo Conselheiro do Ministro das Obras Públicas e Habitação e sucessivamente Secretário de Estado do Planeamento Físico —, sobre o desenrolar do

cidade (o “Plano de Estrutura de Maputo”, 1985), em coerência com o programa de desenvolvimento integrado pretendido. Os subúrbios foram considerados a área prioritária para a intervenção do planeamento físico na cidade de Maputo e para a implementação do novo programa (ideológico) de desenvolvimento, na luta por cenários alternativos de modernização (relativamente aos modelos promovidos pelos “centros”), no que respeitava ao desenho da cidade, aos modos de habitar e de produção. A área central urbanizada, com infraestruturas completas, não sofreu alterações importantes e representava, por outro lado, a herança burguesa da sociedade colonial. O enfoque nessa área geográfica foi colocado na Baixa, com a definição de um projeto de salvaguarda para o conjunto edificado e em algumas obras de conservação pontuais no património arquitetónico da Baixa antiga, na década de 1980, por essa altura a acusar os danos da falta de manutenção corrente e do abandono.

Certamente que o novo enquadramento geopolítico de Moçambique e a admissão de uma rede de profissionais transnacionais se refletiu nas políticas urbanas de planeamento, na concretização de projetos necessários à cidade e na formação de técnicos, nos primeiros anos da Independência. Esse é um estudo relevante em grande parte por fazer no contexto de Moçambique<sup>223</sup> e que só muito superficialmente interessou este estudo. O meu enfoque relativamente a esse tema orientou-se exclusivamente para a área da Baixa e para a proposta de conservação delineada nesse

---

processo de planeamento urbano nos primeiros anos de Governo independente até meados da década de 1980. Para a análise das medidas de apoio a grupos de rendimento baixo, na chamada “cidade do caniço”, para a construção (reparação ou ampliação) de habitação própria, veja-se Mendes, 1985: 471, 473-475; PEAMM, 1999: vol. IV, II-16 ss., bem como a implementação de serviços primários (água, eletricidade, serviços sociais) veja-se PEUMM, 2008: vol. I, 34-35. Sobre os programas governamentais para a promoção de habitação própria (inclusive disponibilização de talhões para autoconstrução), levados a efeito na década de 1980, veja-se CEDH, 2006: 17-20; PEUMM, 2008: vol. I, 35; Melo, 2013: 79. Esse processo teve seguimento com a criação do Fundo de Fomento para a Habitação, criado em 1995 (decreto n.º 24/95 de 6 de junho) e com o desenvolvimento do traçado urbano de novas áreas residenciais com alguma infraestruturização, através do Instituto Nacional para a Habitação e Urbanização, criado em 1996 (PEAMM, 1999: vol. IV, II-20; PEUMM, 2008: vol. I, 147).

<sup>223</sup> É um tema que tem sido objeto de discussão alargada e de vários projetos de investigação nos últimos tempos, relativamente a outras geografias africanas objeto de planeamento urbano e “ajuda técnica” no contexto da Guerra Fria, veja-se Stanek, 2009-2012; 2012; Smokvina, Cvitanovic e Kincl, 2015.

período, com a orientação de um técnico externo, o arquiteto Francisco Pires Keil do Amaral (ver Cap. II).

Segundo Nikolai Brandes, os projetos de arquitetura residencial desse período — nomeadamente o Bairro Residencial Universitário, da década de 1980, construído a partir de um sistema prefabricado proveniente da Alemanha de Leste (PEAMM, 1999: vol. IV, II-14) — ilustram a influência dos novos parceiros e “the end of a short post-colonial policy aiming at technological independence and ecological building principles” (Brandes, 2013). A partir de meados da década de 1980, o apoio internacional começou a vacilar, sobretudo por parte da antiga União Soviética e dos países do Leste europeu (Costa, 2002: 77). Moçambique exauriu-se no seu confinamento, com a cidade de Maputo a perder rapidamente qualidade urbana. A desurbanização provocada pela falta de recursos e por uma certa “crença” no auto-planeamento, por parte do Governo pró-socialista (Jenkins, 2014), acentuou-se sucessivamente com a reestruturação macroeconómica adoptada pelo Governo (a partir de finais da década de 1980), e o início da reestruturação da administração política e económica que levou à descentralização do sistema governamental<sup>224</sup>, surgindo novas propostas de formas/modelos de intervenção urbana e suburbana.

Depois de 1987, o Governo Moçambicano abandonou os programas de planeamento físico acalentados durante a primeira década de governação “em contexto de ideologia de inspiração socialista, economia planificada e planeamento centralizado” (Raposo *et al.*, 2012: 189). A cidade expandiu-se fisicamente muito rapidamente em

---

<sup>224</sup> O novo modelo de uma estrutura descentralizada de governo, aprovado com a Lei 3/94, definia a criação de distritos municipais com relativa autonomia e órgãos representativos locais. Sequentemente, no âmbito da implantação das autarquias locais, foram criados 33 municípios (abril de 1998), iniciando-se sucessivamente o Projeto de Desenvolvimento Municipal (agosto de 1998). Esse projeto visava a reforma dos órgãos locais (legal e institucional), dotando as autarquias de capacidade técnica e instrumentos de gestão urbana e financeira. A governação local faz-se através de dois sistemas: um centralizado, com os Órgãos Locais do Estado, sem autonomia administrativa ou financeira, e outro descentralizado, com as Autarquias, com os seus órgãos deliberativos e executivos eleitos diretamente. Veja-se CEDH, 2006: 12-13.

parcelamentos (ilegais) de vastas áreas, aparentemente sem controlo e o fenómeno de gentrificação absorveu a “cidade de cimento”. Acentuou-se a expansão dos subúrbios e a segregação sócio-espacial “com a adopção do modelo de cidade neoliberal, competitiva e desigual” (Raposo *et al.*, 2012: 189). A terra urbana tornou-se objeto de uma especulação generalizada (Jenkins, 2014). A periferialização acarretou dificuldades acrescidas aos cidadãos: de transporte, de falta de infraestruturas urbanas e de serviços básicos, entre outras.

A falta de recursos da municipalidade para prover à cidade; a dependência da “ajuda externa” para assistir às necessidades primárias dos cidadãos (saneamento, saúde...); a falta de negociação entre os cidadãos, o conhecimento urbanístico especializado e o Governo da cidade, assumem então uma condição permanente, onde a recurso a soluções de planeamento de feição (neo)colonial deve ser posta em questão (Jenkins, 2014).

A dualidade entre a cidade urbanizada e os seus subúrbios intensificou-se no último quartel, com a proliferação de grandes projectos urbanos, infraestruturais e imobiliários na cidade urbanizada e o esquecimento dos subúrbios, configurando a cidade neoliberal (RAPOSO, 2007) [...]. [...] Entendendo o espaço como produto do social e do capital, na linha de Lefebvre (1974) e Harvey (2001), distinguem-se dois grandes momentos de ruptura, sociopolíticos e urbanísticos, que marcam essas cidades [Luanda e Maputo] desde 1975: 10 anos de transição visando à criação de uma cidade socialista africana e 25 anos de construção de uma cidade neoliberal que se consolida no novo milénio. (Raposo *et al.*, 2012: 191)

Na primeira década de Independência, o “escangalhamento do Estado” com a destruição da estrutura produtiva, económica e social subjacente; a guerra entre a FRELIMO e a Renamo e o aproveitamento da situação por parte de vários agentes de destruição e desestabilização (nomeadamente, provenientes dos países vizinhos



dominados por elites brancas, como a Rodésia e a África do Sul), agravaram as consequências das fragilidades do Estado recém-criado. A consciência pública interna, nos líderes da Frelimo, de que o Estado estava em rotura começou a tornar-se patente no IV Congresso da Frelimo, tendo-se afirmado claramente no V Congresso. Preparava-se de sequência, a mudança do sistema económico, nomeadamente, com a aceitação do funcionamento da atividade privada, ainda que de pequena escala, a privatização de certos serviços (e.g., das Lojas do Povo, dos transportes públicos), o gradual abandono de uma economia centralmente planificada e a abertura cada vez maior à iniciativa privada.

A partir de 1983, Moçambique iniciou uma reversão na sua política externa<sup>225</sup> e a abertura de negociações com a África do Sul, assinando os Acordos do Nkomati em 1984 (Costa, 2002: 77; Newitt, 2012: 484-485). Progressivamente o Governo Moçambicano iniciou uma série de reformas económicas procurando restabelecer uma economia de mercado, com o apoio do BM e do FMI (Oppenheimer e Raposo, 2008: 24) — o Programa de Reabilitação Económica (PRE)<sup>226</sup>. A evolução da situação económica mostrou a necessidade de investimento nos domínios sociais, pelo que foi necessário a continuação do apoio externo<sup>227</sup> no Programa de Reabilitação Económica e

---

<sup>225</sup> No final da década de 1980, o cenário regional e internacional alterou-se radicalmente e o conflito moçambicano não foi indiferente às mudanças em curso no cenário político mundial. A decadência do regime de Ian Smith na Rodésia e a ascensão ao poder de Robert Mugabe, no agora Zimbabué; o desmantelamento “do bloco soviético, a independência da Namíbia e o fim do *apartheid* na África do Sul alteraram por completo o sistema de alianças da Frelimo e da Renamo, abrindo-se um caminho para a resolução de um conflito, cada vez mais circunscrito a disputas internas. Com o avanço dos Acordos de Paz entre a Frelimo e a Renamo, mediados em Roma pela Comunidade de Santo Egídio, começaram a ser negociadas diversas questões particularmente sensíveis, como a lei sobre os partidos, a lei eleitoral, a liberdade da imprensa ou a criação de um exército nacional [...]. O processo de resolução do conflito lançava, [...] os alicerces mínimos [...] de uma nova Constituição de Moçambique [aprovada em 1990]” (Feijó, 2010: 35).

<sup>226</sup> Também foi referida a existência de um “Programa de Ação Económica” anterior ao PRE, cujos objetivos não foram alcançados (Costa, 2002: 77).

<sup>227</sup> “[...] as políticas de ajustamento estrutural do processo urbano pós-colonial, que juntamente com o multipartidarismo constituíram o pano de fundo da transição liberal (desenhada em grande medida pela comunidade internacional), visaram a integração do país no mercado mundial e a libertação dos bloqueios ao desenvolvimento criados pelo governo de ideologia socialista.

Social (PRES), iniciado em 1990-1991 (Costa, 2007: 21; Oppenheimer, 1992-94: 173-174).

O crescimento económico subsequente — o crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1994 e 2004 (PIB) foi de 5,7% (Costa, 2007: 21) — viu nascer uma nova classe endinheirada, mas não a reversão generalizada dos níveis de pobreza absoluta no país e que grava cerca de dois terços da população<sup>228</sup>. Maputo apresenta um alto índice de pobreza urbana, com a concentração nas cinturas periurbanas de uma população com muito baixos rendimentos ou desempregada, jovens e mulheres (Costa, 2002: 78; Oppenheimer e Raposo, 2002: 20-21) e a permanência de condições históricas herdadas do período colonial e acentuadas no contraste espacial, funcional e social do binómio formal/informal, observando “na globalidade uma tendência para o aumento da desigualdade sócio-espacial” (Oppenheimer e Raposo, 2008: 15).

### **1.1.2.2 De uma cidade dual a uma cidade plural?**

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. [...] A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade do indígena, a cidade negra, [...], é um lugar mal afamado, [...]. [...] É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. (Fanon, 1968: 28-29)

---

Embora impostas como a única solução para ultrapassar a crise que este gerou e que a guerra acentuou, elas tornaram-se um factor de agravamento das carências devido à diminuição dos salários que provocou, ao aumento dos preços, à supressão dos subsídios e da gratuitidade dos serviços sociais, ao aumento do desemprego e do subemprego. Como resultado, o sector informal explodiu e novas formas de pobreza urbana emergiram e se alastraram com o agravamento das desigualdades socioeconómicas (embora fossem relativizadas pelo discurso dominante como o preço a pagar pela transição). Apesar do acentuar da crise, a reforma económica não foi contestada pelos defensores do neoliberalismo que se apoiavam na melhoria dos indicadores macroeconómicos (embora esta só se comesse a observar dez anos depois do lançamento das políticas de ajustamento estrutural).” (Viana, 2008: 249-250).

<sup>228</sup> Cf. Oppenheimer e Raposo, 2008: 25.

Colonialism certainly doesn't explain every point of origin for the politics of cultural difference today. But it does offer the vital reminder to any inquiry into Sub-Saharan African cultural geography to situate African cities today between the warp of colonialism and the woof of the post-colonial inheritors of its powers. (Myers, 2005: 12)

É lugar-comum considerar que os aglomerados urbanos da África Subsaariana de gênese colonial se desenvolveram segundo um modelo dual, qualificado espacial e funcionalmente segundo a ocupação racial e social<sup>229</sup>. Segundo esse modelo, a “cidade de cimento” (urbanisticamente pensada e construída segundo parâmetros ocidentais) estava para os colonos como a cidade informal, descrita como “a [...] lack of successful urbanization, particularly in terms of deferring heightened levels of spatial, economic, and social integration within the city” (Simone, 2004: 9), estava para a população dita indígena e/ou carenciada. A aproximação a essa realidade urbana complexa, no entanto, não pode ser feita tendo como única referência a experiência colonial, ou o modelo do urbano propagado pelo Ocidente.

Like Abrahamsen, Mamdani makes the idea of exclusionary governance central to his arguments, developing a sophisticated picture of the “bifurcated state” under colonialism. There was, in a nutshell, a state for citizens (meaning whites and elites) and a state for subjects (meaning everybody else).

Recognizing, with Pal Ahluwalia (2001), that there are dangers in making too much of the direct legacies of colonialism, it still seems clear that one of the most critical legacies of late colonialism lies in the tactics and strategies of the colonial states in cities as the “subjects” came to reside in them in droves. [...] In postcolonial cities, the categories are not as sharply distinguished, but state powers certainly continue to exercise very similar exclusionary tactics, repeatedly. (Myers, 2005: 9-10)

---

<sup>229</sup> Sobre esse modelo dual, veja-se Costa, 2002: 12; Myers, 2005:11-12; 2011: 73-74; Bruschi, 2005: 49-50; Mendes, 2008: 520-523.

Lidar hoje com a complexidade do urbano na África Subsaariana exige um trabalho de pesquisa interdisciplinar (que engaje a comunidade) de forma a ultrapassar abordagens simplistas na interpretação do urbano, do urbanismo e da urbanidade na e para a cidade africana (Jenkins, 2013, 2014)<sup>230</sup>. Afinal, como refere Paul Jenkins, “what exists in the urban areas of Sub-Saharan Africa is a form of urbanity in its own right, which needs to be understood as such, and not seen as abnormal, deficient, exotic, chaotic, and so on, as often perceived and portrayed” (Jenkins, 2013: 240). Como refere o mesmo autor, “[w]hile these cities and towns are definitely very much ‘in the making’, they cannot be analysed primarily on the basis of ‘what they should become’” (Jenkins, 2013: 241). Os cidadãos dessas cidades estão a construir a sua cidade “de baixo para cima”, visto que nem o Estado, nem o sector formal privado consegue dar resposta à sua demanda por infraestruturas e serviços adequados. Desta forma “the physical aspects of the city reflect the social and cultural agency of homemaking and urbanity of its residents” (Alcinda Honwana, “Foreword” *apud* Jenkins, 2013: xiii).

O que se verifica hoje na cidade de Maputo é a manutenção de um polo central com várias bolsas urbanizadas onde residem as classes com maiores recursos e o crescimento acelerado de extensas áreas periurbanas onde se “acumulou” a restante maioria (Oppenheimer e Raposo, 2008: 26).

Quando as habitações desocupadas e os prédios de rendimento foram nacionalizados — cerca de 48% do parque total de alojamento do país nestas condições situava-se na cidade de Maputo (com incidência nos antigos Distritos N.º 1 e N.º 2), ou seja, à volta de 35.000 unidades de alojamento permanente de arrendamento das cerca de 73.000 à escala nacional (PEAMM, 1999: vol. IV, II-8; PEUMM, 2008: vol. I, 146, 148) —, a população deslocou-se da periferia, das cidades e aldeias mais próximas e do

---

<sup>230</sup> Sobre a limitação do olhar bipolar ocidental sobre as urbes africanas e as particularidades aferidas no contexto pós-colonial, veja-se Oppenheimer e Raposo, 2008: 27 ss.

“habitat disperso” para a “cidade de cimento” e bairros periféricos, atraídas pelo justo desejo de melhorar as suas condições de vida. As medidas de nacionalização e distribuição do parque imobiliário de arrendamento permitiram uma mudança decisiva na ocupação da “cidade de cimento” pela população africana — basta lembrar que mesmo os chamados “assimilados” empregados e com capacidade financeira para suprir as despesas de habitabilidade na “cidade de cimento” viam-se até então impedidos de aceder ao mercado de aluguer. Estas medidas abriram, também, caminho para uma alteração jurídica crucial: o acesso dos Moçambicanos ao “direito de propriedade”<sup>231</sup> (e.g. habitação e estabelecimentos comerciais) e ao exercício de atividades até aí condicionadas<sup>232</sup>.

A gestão do património imobiliário nacionalizado ficou a cargo da Administração da Propriedade Imobiliária do Estado<sup>233</sup> (APIE), sob a tutela do Ministério das Obras Públicas e Habitação. A essa instituição tocou a seleção e a distribuição dos fogos, de acordo com as necessidades e capacidades das famílias elegíveis<sup>234</sup>. A APIE ocupar-se-ia da coleta da renda (por todo o país), assim como da manutenção corrente dos imóveis arrendados e da armazenagem dos recheios (abandonados juntamente com as casas). Especificidades várias na recolha e gestão de fundos, ambiguidades legais e fraca disponibilidade de recursos humanos, não

---

<sup>231</sup> O regulamento para a concessão de terrenos do Estado no período colonial, aprovado pelo Decreto n.º 33:727, de 22 de junho de 1944, previa a “[f]ixação do princípio de que os terrenos de primeira e segunda classes, livres, [seriam] apenas concedíveis a europeus e pessoas de cultura europeia; [...]” (“Crónica Trimestral, CONCESSÃO DE TERRENOS DO ESTADO”, 1944: 136). Sobre o condicionamento ao acesso à propriedade e ao exercício de determinadas atividades por parte dos “indígenas” e “assimilados”, veja-se “Secção III – Das relações de natureza privada” do Decreto-Lei n.º 39:666, de 6 de maio de 1954 — *Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique*; Cabaço, 2007: 154-155.

Sobre a legislação pós-colonial moçambicana referente ao direito de uso da terra (definido pela Lei de Terras) — a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, alienada ou hipotecada — e referente à alienação ou venda de edifícios ou benfeitorias, veja-se ACIS e GIZ Pro-Econ: 8-9.

<sup>232</sup> Veja-se Cabaço, 2007: 318.

<sup>233</sup> Criada pelo Decreto n.º 5/76, só foi institucionalizada legalmente em 1990 (PEAMM, 1999: vol. IV, II-7).

<sup>234</sup> Cf. Mendes, 1985: 470-471.

permitiram garantir a execução de trabalhos de manutenção corrente neste parque imobiliário e o uso inadequado deste por parte da população locatária, em contato recente com a habitação urbana, acelerou a sua degradação<sup>235</sup>.

Segundo o estudo de Maria Clara Mendes sobre a distribuição da população em Maputo (na “cidade de cimento”), de acordo com a condição socioeconómica, referente ao ano de 1978<sup>236</sup>, verifica-se que as maiores alterações na ocupação dos bairros após a Independência deu-se sobretudo nos bairros imediatos à área central, no Alto Maé e Malhangalene. Assim, a oriente, os Bairros da Polana e da Sommerschield mantiveram-se como locais de residência da população com maiores recursos económicos; na área central, na Baixa, a população residente também não sofreu grandes alterações; e nos Bairros de Maxaquene, Alta Maxaquene e Carreira de Tiro, residiam sobretudo empregados com médio poder de compra (bancários, cooperantes, empregados do Estado e de escritório). Para “norte da Av. Eduardo Mondlane (antiga Pinheiro Chagas), entre a Av. Albert Luthuli (Av. Luciano Cordeiro) e a Av. Lenine [Elias Garcia] resid[iam] portugueses e moçambicanos brancos que constitu[iam] os quadros médios dos ministérios ou do partido” (Mendes, 1985: 472-473), com rendimentos mais baixos que os dos bairros precedentes. Entre a Baixa e o Alto Maé, a ocidente da Rua Albert Luthuli, permaneciam os indianos.

O Alto-Maé e a Malhangalene tinham ficado completamente desocupados após os acontecimentos de 7 de Setembro e de 28 de Outubro de 1974, tendo sido reocupados, após a Independência, pela população dos subúrbios (Mendes, 1985: 472-473). No Alto-Maé, notava-se que os novos residentes procuravam reproduzir a vida dos subúrbios, enquanto no Bairro de Malhangalene, o controlo de rendas feito pela APIE tinha provocado a saída dos novos residentes, mantendo-se, a oriente, algumas

---

<sup>235</sup> Veja-se Mendes, 1985: 471; Forjaz, 1999; PEAMM, 1999: vol. IV, II-8; PEUMM, 2008: vol. I, 146-147.

<sup>236</sup> Cf. Mendes, 1985: 471-473.

famílias inseridas no sector terciário (Mendes, 1985: 473). A ocupação das habitações vazias no restante bairro parecia, no entanto, não estar para breve, dado parecer ser o mais abandonado pela APIE e pelo Município.

O que se verificou nos primeiros tempos, foi que os novos locatários passaram a pagar uma renda simbólica (10-20% do seu rendimento) (PEAMM, 1999: vol. IV, II-7 - II-8), que, em alguns casos, se tornou incomportável a médio prazo. Em poucos anos, e em momentos e contextos diferentes, muitos transferiram-se para os antigos bairros de proveniência (maioritariamente na periferia) (Oppenheimer e Raposo, 2008: 53), por dificuldades em pagar despesas correntes, ou, depois das privatizações<sup>237</sup>, para melhorar os seus rendimentos, fornecendo para aluguer os seus *flats* ou moradias dentro da “cidade de cimento”.

Com a mudança para uma economia de mercado, entendeu-se que o sector da habitação poderia ficar predominantemente dependente do investimento privado (PEUMM, 2008: vol. I, 146-147), surgindo, de sequência, “a proposta para a alienação do parque de habitação estatal em favor dos arrendatários moçambicanos, como aspecto importante explícito da primeira Política Nacional de Habitação” (PEAMM, 1999: vol. IV, II-8). Com a aprovação da Política Nacional de Habitação em dezembro de 1990,

---

<sup>237</sup> O Estado iniciou o processo de desnacionalização dos seus ativos imobiliários a partir de 1991 (começando com a Lei 5/91, de 9 de janeiro) (ACIS e GIZ Pro-Econ, 2008: 9). O mecanismo para a avaliação das propriedades remonta a 1991 e baseou-se numa fórmula que leva em conta a localização, a área de construção, a qualidade da construção e a idade do imóvel, segundo um valor-base de 200,000 MT/m<sup>2</sup> (~USD16/m<sup>2</sup>) (PEAMM, 1999: vol. IV, II-8). Os baixos preços praticados pelo Estado permitiram que sobretudo (mas não só) nas áreas residenciais centrais melhor localizadas (com maior procura e melhor conservação dos imóveis), cerca de metade dos arrendatários da cidade de Maputo tivessem passado a proprietários até ao ano de 1998 (ca. de 19.000 fogos). Boa parte comprava com o intuito de arrendar, procurando garantir, desta forma, uma fonte de rendimento. O processo de alienação do restante parque tendeu a tornar-se mais lento sucessivamente (PEAMM, 1999: vol. IV, II-8 - II-9). Sobre este assunto, veja-se PEAMM, 1999: vol. IV, II-8. Sobre a incidência do processo de alienação no parque estatal de habitação na cidade de Maputo até 1998, veja-se PEAMM, 1999: vol. IV, II-8 ss.

deu-se a transição para a alienação do parque estatal de arrendamento e para a alteração do papel do Estado no fornecimento (arrendamento e nova construção) de habitação<sup>238</sup>.

No final da década de 1990, o inquérito à situação do parque imobiliário da “cidade de cimento” averiguava que uma parte considerável desse parque encontrava-se num estado contínuo de degradação, situação que continuou a agravar-se na década seguinte.

Além da renovação das unidades individuais de habitação dentro do parque de habitação formal, existem problemas sérios de renovação das áreas e dos serviços comuns dentro das unidades de habitação colectiva. Estas representam uma proporção significativa do parque formal, e os anos de falta de manutenção (e abuso) induziram a problemas extremamente sérios. Um factor fundamental impedindo a renovação destes serviços comuns, é a falta de qualquer base legal clara, vinculando proprietários de unidades dentro das unidades colectivas às suas responsabilidades perante serviços comuns. Consequentemente, a falta de uma lei clara de condomínio impede a criação de regulamentos que permitam a partilha justa da manutenção e renovação da área comum. Além disso, este facto impede a criação de entidades legais como base para empréstimos bancários, dado o alto custo de algumas destas renovações. Recomenda-se a investigação, pelo Estado, da base legal para propriedade de condomínio quanto antes. (PEAMM, 1999: vol. IV, II-23)

A dificuldade na manutenção corrente das áreas comuns e não comuns das unidades de habitação multifamiliar — dentro da Baixa pode-se usar o exemplo do prédio TAP/Montepio, cujos elevadores não funcionam na parte residencial, as luminárias das zonas comuns foram encarceradas em gaiolas de aço improvisadas, trancadas com cadeados, ou foram suprimidas e gradeamentos cercam todos os acessos entre pisos e todos os vãos exteriores ao longo dos pisos<sup>239</sup> —, mesmo se menos grave,

---

<sup>238</sup> Cf. PEUMM, 2008: vol. I, 146-147.

<sup>239</sup> Esta situação é peculiar a todos os blocos de apartamentos dentro da Baixa — refiro a Baixa por interessar diretamente este estudo, mas essa condição, é extensível à restante “cidade de cimento”. Para além destas questões, a maior parte dos edifícios lida com problemas de falência do sistemas de esgotos, ou com infiltrações de águas devido à rotura da canalização dentro dos apartamentos. No último ano e



é extensível às moradias unifamiliares, notando-se, de uma forma geral, manutenção corrente efetiva apenas nos bairros residenciais onde reside a população com recursos económicos mais elevados, caso da Polana cimento e da Sommerschild.



Figura 76: Maputo, [s.d.], Filipe Branquinho, BES Photo 2013. Fonte: *Cidade queimada*. Disponível em <http://cidadequeimada.blogspot.pt/2012/11/ocupacoes-temporarias.html> [consult. 10 jan. 2015].

Figura 77: Mafalala, Maputo, 2011, Mauro Pinto, Sem título/Untitled #12/ Da série *Dá licença* 2011, BES Photo 2012. Fonte: *Umbigo*. Disponível em: <http://umbigomagazine.com/um/2012-04-18/mauro-pinto-vence-bes-photo-2012-8ª-edicao.html> [consult. 16 jul. 2014].

A vivência urbana assumiu conformações visíveis (também no campo arquitetónico), que convém salientar:

[...] o subúrbio da grande cidade acabou por favorecer a aquisição de uma perspectiva de modernidade e de uma maior consciência cívica que a tradição e o ruralato, nas condições de então, nunca poderiam comportar.

[...] não obstante a precariedade do caniço, do maticado e da madeira e zinco [...] acabaram por se desenvolver naquela área algumas concepções urbanísticas e estilos arquitectónicos próprios, formas de socialização e de exercício de solidariedade característicos e, também, uma verdadeira cultura urbana. (Lage e Carrilho, 2010: 9)

---

meio, com a edificação de novos blocos de apartamentos ou com a recuperação de moradias isoladas para sedes de empresas, sobretudo ao longo da Avenida 24 de Julho, começou a verificar-se o aparecimento de vãos envidraçados sem gradeamentos, mas altamente vigiados por segurança privada armada. De um modo geral, as fachadas dos edifícios foram revestidas por gradeamentos soldados — feitos a partir de varões de aço para armaduras de betão armado — que protegem vãos e varandas desde a década de 1980, ganhando um caráter de permanência na arquitetura da cidade.

Os problemas associados à utilização inadequada dos edifícios, que adveio “de uma adaptação da população às novas condições de vida como por exemplo, a utilização de cozinhas e de casas de banho” (Mendes, 1985: 473-475), de condutas de lixo (que tiveram que ser seladas, por uma questão de higiene pública) e de elevadores (que, na maior parte dos edifícios, continuam obsoletos), e o desconhecimento generalizado por parte dos novos locatários das necessidades de manutenção corrente do novo módulo de habitar (limpeza de caleiras e sarjetas, supressão de perdas de água e infiltrações no interior dos compartimentos etc.), são visíveis atualmente em diversas patologias na construção, de difícil resolução.



Figura 78: Uma Casa de Ferro no grande Chamanculo, 2013, Yolanda Duarte (cedida pela própria à autora).

Figura 79: Mafalala, Maputo, 2012, autora.

### 1.1.2.3 Primeiros sinais de mudança

A partir do início da guerra civil e até meados da década de 1990, a cidade, tal como já foi referido, assistiu à deterioração geral da atividade económica e de prestação de serviços. No que respeita ao património edificado, Júlio Carrilho<sup>240</sup> acentua a alteração dos modos de habitar — dos “novos” cidadãos —, como um factor importante para a “deterioração” generalizada dos módulos de habitar da “cidade de cimento” (e do restante espaço urbano) e para a já referida ruralização da cidade. Todavia e como já foi referido, nas zonas periurbanas, houve um esforço na implementação de serviços primários (água, eletricidade, serviços sociais, estendendo aos “bairros” a rede escolar de nível primário, centro de saúde e fontanário, no âmbito do Programa dos Bairros Comuns) e mesmo na implementação de projetos de urbanização inovadores, como o reordenamento dos Bairros de Maxaquene e Polana Caniço, entre 1976 e 1978, com o apoio das Nações Unidas<sup>241</sup>.

Segundo o estudo realizado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) (2006: 16-17), referenciando o estudo de Ibraimo (1994), a

<sup>240</sup> Entrevista à autora em 13 de novembro 2014, Maputo.

<sup>241</sup> Cf. PEUMM, 2008: vol. I, 134-135; Raposo *et al.*, 2012: 193-194.

urbanização da cidade de Maputo no período pós-colonial atravessou fundamentalmente três etapas:

- 1975-1977, etapa de ocupação da Cidade – Esta etapa inicia com a Independência Nacional, quando a cidade foi quase abandonada pela população de origem portuguesa que, na sua maioria, regressou ao seu país ou imigrou para a África do Sul. As habitações deixadas foram nacionalizadas e administradas pela Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), a qual alugou directamente a moçambicanos ou arrendou a empresa estatais e privadas para a sua distribuição aos seus trabalhadores; [...]. Assim, na cidade, sobretudo no “cimento”, fixou-se uma nova população, na sua maioria vinda do subúrbio ou emigrante de outras cidades.
  
- 1977-1987, etapa de início da deterioração urbana e ambiental da Cidade – Nesta etapa, a organização da população para manter a Cidade e educá-la para a vida na capital foi debilitando-se. Assim, pouco a pouco, na cidade, especialmente no “Cimento”, os prédios e habitações arrendadas, conjuntamente com as avenidas, ruas, parques e serviços urbanos foram perdendo a sua qualidade. A deterioração das condições deveu-se a diversos factores conjugados, tais como:
  - As dificuldades em consolidar a nova política económica e social da ideologia socialista;
  - A guerra que conduziu a uma crise financeira e económica;
  - Baixos salários que não permitiram contribuição fiscal para a manutenção dos prédios e serviços;
  - Fraca tradição urbana da maioria da população.Um dos indícios da deterioração do ambiente urbano foi a redução da oferta e da qualidade dos serviços, principalmente do abastecimento de água, recolha de lixo, entre outros; e mais tarde, dificuldades no domínio dos transportes.
  
- 1987 até à actualidade, etapa de deterioração e início da recuperação — A crise económica e social que se abateu sobre o país, tinha seus reflexos sobre o meio urbano. O Governo central inicia uma mudança radical formalizada em 1987, com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE). Iniciam-se nas cidades, em particular Maputo, processos económicos e sociais que conduziram, primeiro, a uma intensificação da deterioração da Cidade e, mais tarde, ao início

de uma recuperação lenta.

A deterioração do ambiente urbano da “cidade de cimento” ficou patente na redução da oferta e qualidade dos serviços, nomeadamente no abastecimento de água, eletricidade, nos serviços de recolha do lixo (PEUMM, 2008: vol. I, 214), na falta de manutenção corrente do prédios e do espaço público, no aparecimento de novas áreas de assentamento e na ocupação abusiva de áreas *non edificandi* e degradadas, sobretudo provocado pelo aumento da população nas zonas urbanas em fuga das zonas de conflito armado; e de seguida, nas dificuldades no domínio dos transportes públicos. A partir de 1987 (paralelamente à implementação do Programa de Reabilitação Económica), assistiu-se à intensificação da deterioração do espaço urbano e ao início de uma recuperação lenta — a crise económica e social imprimia marcas profundas no ambiente urbano.

A partir da segunda metade da década de 1980, com a liberalização do mercado, assiste-se a um primeiro sinal de mudança com a “abundância” de legumes e frutas importados (a preços de mercado, normalmente altos) (Costa, 2002: 80) e o aumento da produção agrícola nas chamadas “zonas verdes agrícolas” e/ou nas “permanentes”<sup>242</sup>, integradas no planeamento físico da cidade (do “Plano de Estrutura Urbana da cidade de Maputo”, 1985).

Com o início da década de 1990, a par do emergir dos transportes coletivos privados, vulgarizaram-se também os mercados informais e a “institucionalização” de uma estratégia de sobrevivência, a dos vendedores ambulantes, que caminham ou alocam-se em pequenas barracas improvisadas ao longo das vias (Costa, 2002: 81;

---

<sup>242</sup> Já antes, o Ministério da Agricultura tinha apostado no aumento da extensão agrícola pública com a criação de casas agrárias urbanas — que resultaram de uma política cooperativa de produção agrícola urbana, que mais tarde (com a privatizações) se estendeu aos produtores individuais chamados “quintaleiros” (que também vendiam a sua produção) — para o apoio e extensão da produção de alimentos para abastecer a cidade, no final da década de 1970, devido à carência extrema. Aí nasceu também, a produção hortícola do Vale do Infulene. (Júlio Carrilho, entrevista à autora em 17 de novembro 2014, Maputo).

Viana, 2008: 284, 287), com incidência nas zonas de maior afluência populacional e ao longo das principais artérias da cidade.

Com o fim da guerra civil, a população anteriormente deslocada manteve-se, na sua grande maioria, na cidade<sup>243</sup>, acentuando-se um fenómeno de migração intra-bairros, com os bairros mais periféricos a mostrarem, a partir dessa altura, o maior ritmo de crescimento populacional em termos relativos e absolutos e os bairros centrais ou da “zona de cimento” a acusarem perdas substanciais de população (PEUMM, 2008: 99). Sempre no mesmo período, e com o estabelecimento da ordem liberal, verifica-se a progressiva privatização dos serviços sociais, o aumento da construção e a emergência de um mercado do solo urbano, informal e ilegal, dado que a propriedade da terra permanece Estatal (Oppenheimer e Raposo, 2002: 24 *apud* Costa, 2007: 24). Assiste-se à recuperação progressiva do centro (com uma maior procura e valorização dessa área), mas agrava-se a estratificação sócio-espacial, verificando-se o abandono gradual das áreas centrais pelos habitantes com menos recursos, que tratam de subalugar ou alienar os “imóveis arrendados do Estado a favor dos inquilinos nacionais, operação que é seguida da ‘venda da chave’ ou do aluguer a estrangeiros ou às novas elites locais” (Oppenheimer e Raposo, 2002: 24 *apud* Costa, 2007: 24).

Segundo dados apresentados por Paul Jenkins, a população urbana pobre de Moçambique em 1997 ascendia aos 64%, tendo caído para 52% em 2003, enquanto que a pobreza no mundo rural tinha caído dos 72% para os 55%, refletindo o forte

---

<sup>243</sup> É difícil quantificar a evolução demográfica de Maputo durante a guerra (devido em parte, aos deslocados de guerra que vieram para a cidade) e logo após (não existe estimativa de quantos regressaram à origem), uma vez que só foram realizados recenseamentos em 1980 e 1997. Constatou-se no entanto, que a população duplicou (Costa, 2007: 26) e que a cidade de Maputo foi a que teve a maior taxa de crescimento na região Sul do país (3.4%) nesse período (PEUMM, 2008: vol. I, 93). No período seguinte (1997-2007), a taxa média anual de crescimento populacional da cidade de Maputo decresceu e o da cidade da Matola registou um crescimento três vezes superior (4,7%), a maior entre os municípios da zona Sul do país (PEUMM, 2008: vol. I, 93-94), evidenciando, possivelmente, a migração dos habitantes do Município de Maputo para o município vizinho. Sobre a taxa de crescimento da população de Maputo no período pós-colonial, veja-se Oppenheimer e Raposo, 2008: 42-43, 60; e a distribuição da população por bairros, veja-se Oppenheimer e Raposo, 2008: 52-53, 60; PEUMM, 2008: vol. I. 100.

crescimento populacional nas áreas urbanas mas também aquilo a que o autor chama de “urbanization of poverty”; já a proporção da população pobre na cidade de Maputo em 2003 rondava os 53%, quando em 1997 ficava pelos 47% (Jenkins, 2013: 255). Grande parte da população pobre residia nas áreas periféricas, deslocando-se diariamente para os bairros centrais, a sul (com maior procura do antigo Distrito N.º 1), onde se concentram os locais de emprego, instituições públicas, os equipamentos escolares e hospitalares e mais possibilidades de pôr em prática a estratégia diária de sobrevivência. Desta disparidade, resulta uma sobrecarga diária da área central e um fluxo pendular intenso no sentido da “cidade de cimento” entre as primeiras horas do dia e o pôr-do-sol.

No final da década de 2000, o “Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo” (2008), identificava os principais problemas na gestão urbana da cidade e recomendava a definição de planos de urbanização para a reconversão e urbanização de novos bairros periurbanos e a requalificação da Baixa. Esse plano de requalificação, apresentado no final de 2014, será objeto de análise no III Capítulo deste texto.



Figura 80: Fotografia aérea da cidade de Maputo. Fonte: Viana, 2008: 10. A área delimitada a vermelho corresponde à área de proteção histórico-arquitetónica da Baixa proposta pelo “Estudo de Valorização Urbanística da Baixa” (1984).

## 2 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, RAZÕES E ANTECEDENTES<sup>1</sup>

He [Jukka Jokilehto] quotes from Paul Philippot: “The word preservation ... can be considered ... as expressing the modern way of maintaining living contact with cultural works of the past” and from Benedetto Croce, who “emphasised that the real basis of history was in life and thinking, one representing the source document, the other the critical approach”. (Domicelj, 2009: 152)

A conservação do património edificado, na Europa ocidental, aparece diretamente relacionada com a teoria do restauro<sup>2</sup>, e é com base em razões de cultura e de memória (no cerne da disciplina) que o estudo do património deve ser alargado a outras geografias que lidam com memórias coloniais recentes<sup>3</sup>.

Nas várias modalidades de aproximação aos vestígios materiais do passado, ao longo do tempo, evidenciaram-se em primeiro lugar razões prático-utilitárias de

---

<sup>1</sup> O texto introdutório a este capítulo é formado por partes de um texto redigido inicialmente como trabalho final do seminário “Teorias e metodologias de investigação” (docente Professor Doutor António Sousa Ribeiro), no curso de doutoramento em “Patrimónios de Influência Portuguesa” (ano académico 2010-2011), apresentado após revisão no Anexo A desta tese — “*Da Inconstância da Fortuna. A Teoria e a Metodologia do Restauro em contexto Europeu*”. O texto, com o mesmo título, noutra formato, foi publicado na revista *Cabo dos Trabalhos* n.º 12 (Mendonça, 2016).

<sup>2</sup> O restauro arquitetónico constitui uma aceção particular do restauro comumente entendido, que se distingue deste, não em termos de princípios teóricos mas, na operabilidade prática, pela consistência, dimensão e “espacialidade” dos objetos que atende (Carbonara, 1997: 11; Brandi, 2000: 77, 1.ª ed. 1963), indissociavelmente ligados a um “sítio histórico” e a um ambiente próprio (cf. Zevi, 2004: 57-64; Cabral e Andrade, 2012: 106). Para a análise das transformações do conceito de restauro ao longo dos séculos, de monumento, de património e a contextualização do debate atual dentro da Europa, e para referências bibliográficas complementares, veja-se Ceschi, 1970; Carbonara, 1996; 1997; 2011; Choay, 2000; Neto, 2001: 25-61; Dezzi Bardeschi, 2006; Jokilehto, 1999; 2003; 2007; Casiello, 1996; 2008.

<sup>3</sup> Para a discussão do entendimento do património fora da Europa (e processos de conservação associados), saliento uma compilação de textos, provenientes de diversas latitudes, com uma visão crítica e pertinente sobre algumas questões atuais de conservação e restauro da arquitetura contemporânea (confronto moderno/antigo, cartas de património, recomendações internacionais, etc.) em *Trattato di restauro architettonico* (Carbonara, 2007a) e sobre a relação identidade/ património em ambientes pós-coloniais em Jong e Rowlands, 2007; Graham e Howard, 2008.



reaproveitamento dos materiais disponíveis, a que se seguiram razões de ordem religiosa (como a *interpretatio christiana* de reapropriação do objeto antigo num novo sistema de valores) (Sette, 1996: 120). Seguiram-se razões de legitimação política (Harvey, 2001: 330-332) (“a recuperação do antigo como sinal de continuidade com o passado e por isso com a autoridade dos antigos”)<sup>4</sup> (Carbonara, 1997: 52) e por fim, de apreciação estética (Di Stefano, 1969: 60-6; Carbonara, 1997: 52).

A atribuição de valor a determinados vestígios do passado encontrou-se diretamente correlacionada com a noção de autenticidade e tendeu progressivamente ao estudo do objeto e posteriormente à conservação (física) da matéria antiga, entendida como testemunho material em perpétua transformação (de um determinado campo da criação humana) e única garantia de qualquer outra possibilidade de interpretação e intenção conservativa.

O ponto de aproximação ao restauro, que não pode ser confundido com as ações de recuperação, reutilização ou reestruturação (Carbonara, 1996: 12 ss., 16-18; 1997: 17), está efetivamente no reconhecimento prévio de valor, histórico, de testemunho ou artístico do objeto (Brandi, 2000: 5, 1.<sup>a</sup> ed. 1963; Carbonara, 2007b: 10), considerando, concomitantemente, os seus aspetos materiais, formais, documentais, memoriais e simbólicos e os seus vários tempos históricos<sup>5</sup>. Como enuncia Giovanni Carbonara (1942 -),

---

<sup>4</sup> Uma atitude símile marcou em diversas épocas o “aproveitamento” dos monumentos, e.g., o entendimento em grande parte da Europa, ao longo do século XIX, da *mise en valeur* do monumento residia no servir um propósito que (em determinadas situações políticas e nacionalistas) podia criar – reportando o monumento a um modelo – formas emblemáticas (falsas), que facilmente induziam a recordar um antigo esplendor (Di Stefano, 2007: 23). O mesmo comportamento pôde ser observado durante a afirmação dos impérios modernos nos estabelecimentos coloniais ultramarinos no início do século XX, numa operação que Eric Hobsbawm chamou de “invenção da tradição” (1983) e que se servia, entre outras, da “valorização” e manipulação da cultura “indígena” (Wright, 1991: 66-84; 1997; Malverti, 1992: 29-63; Benjamin, 2003: 202).

<sup>5</sup> Cesare Brandi (1906 - 1988), na sua *Teoria del Restauro*, define de forma sistemática a conformação dos diversos tempos históricos (que reentram na “instância histórica”) da obra: inicialmente temos um tempo que coincide com a criação da obra (que subentende um lugar, um autor e uma intenção);

O objetivo do restauro não é reproduzir ou imitar mas conservar e deixar o texto nas melhores condições de apreciação estética e legibilidade histórica. Esse texto pertence a um momento histórico, que mesmo se próximo é distinto do nosso, e deve ser estudado e interrogado sem a pretensão anti-histórica de o compreender ou descodificar completamente (Carbonara, 2007a: 11)

Fora da Europa, onde as interpretações do património e da sua conservação tomaram formas muito distintas, Giovanni Carbonara (1997: 6) e Françoise Choay (2011: 17) referem a reconstituição cíclica que decorre no santuário xintoísta de Ise (dito Jingu) no Japão, edificado entre o III e o IV século d.C. Por volta de 690, estabeleceu-se que o templo principal passaria a ser reconstruído a cada 20 anos, por razões que se prendiam tanto com a perecibilidade dos materiais de construção, como simbólicas e de culto. Desde então, o templo foi reedificado regularmente (com interrupções intermitentes no decurso da sua longa história), sempre de forma idêntica, segundo uma operação que entretanto ganhou contornos de verdadeiro ritual (com a recriação continuada de um processo construtivo ancestral). O templo de Ise, foco de várias discussões sobre o tema da conservação e da autenticidade, encontra a sua autenticidade arquitetónica no próprio design e ritual do processo de reconstrução, não no material de construção (historicizado) (Inaba, 2009: 157). O intento da reconstrução cíclica é o de suprimir a historicidade, mantendo o espaço arquitetónico, da “casa da divindade”, imutável (Carbonara, 1997: 6). Trata-se de uma operação que pressupõe uma conceção cíclica e não linear do tempo, prevalecente no mundo antigo e, ainda hoje, na tradição oriental (Carbonara, 1997: 6). Esta conceção privilegia a transmissão

---

sucessivamente, um tempo que corresponde a um lugar e a um presente histórico que continuamente se desloca e se conforma em vários “[...] presentes históricos que se tornaram passado, mas de cuja passagem a obra poderá ter conservado marcas” (Brandi, 2000: 8, 1.ª ed. 1963) e finalmente, o tempo da fulguração da obra na consciência do observador, ou seja, o tempo presente.

Podemos encontrar nas reflexões sucessivas de Umberto Baldini (1921-2006), a referência aos três tempos da obra — o da formulação originária, o da passagem do tempo e o tempo presente — considerando de sequência, como tempo para a correta ação de restauro — ato que representa a expressão do momento presente e não uma ação retrospectiva —, o terceiro tempo da obra (cf. Carbonara, 1997: 342).

de uma forma ideal, ligada à própria essência do divino, em detrimento da transmissão da matéria autêntica<sup>6</sup>, mas antiga e deteriorada (Carbonara, 1997: 6, 326). Na Europa e na cultura ocidental, a tradição cristã, seguida da do Renascimento, tornaram esse procedimento incompreensível, porque a percepção do tempo e o papel da memória tomaram outras referências (Carbonara, 1997: 6; Jones, 2010: 187; Amaral, 2010: 159-161). Que valor se reconhece e se quer perpetuar? De entre os vários valores nomeados no passado, quais interessa hoje considerar? E se alargarmos a análise a territórios externos (ao contexto europeu), considerando que organismos supranacionais detêm o poder de reconhecer e atribuir valor à longa produção material humana e que essa seleção determina sobremaneira o que é protegido e como é protegido (Grementieri, 2003; Joy, 2007: 145 ss.), que valores devem ser considerados?

Nos últimos anos, várias contribuições académicas<sup>7</sup> permitiram constatar a pouca abrangência do modo de pensar a “autenticidade” e a “identidade” — que na tradição europeia aparecem associadas ao culto da matéria — em ambientes externos à Europa. No Extremo Oriente, o conceito de autenticidade torna-se ainda mais complexo, pois aparece associado simultaneamente à matéria, à forma, à técnica, à função e à tradição, ou seja, imbuído de valores materiais e imateriais. Para a África Subsaariana, alguns teóricos discutem modos de lidar com problemas peculiares à herança local, estranhos à tradição europeia: os “lugares da memória” são tratados segundo categorias simbólicas, independentemente das suas características formais e materiais (Tomszewski,

---

<sup>6</sup> O caso específico do templo de Ise, encarado sobretudo como ritual religioso no Japão, não deve, no entanto, ser confundido com a metodologia corrente de restauro arquitetónico japonesa, cuja teoria foi desenvolvida a partir do século XIX em linha com o conceito de autenticidade da matéria e é esse ainda o princípio corrente para a conservação do património tangível (Inaba, 2009: 156-157). Sobre este assunto, veja-se a discussão sobre “autenticidade” levada a efeito durante a elaboração do “Documento de Nara sobre a Autenticidade” em 1994 (cf. *Documento de Nara*, 1994); e alguns esclarecimentos sobre a discussão japonesa no campo do restauro arquitetónico desde o séc. XIX, respetivamente em Domicelj, 2009 e em Inaba, 2009.

<sup>7</sup> Veja-se Dierna, 2003; 2005b; Tomszewski, 2004; Muneta, 2004; Godonou, 2004; Jong e Rowlands, 2007; Jokilehto, 2007.

2004; Jopela, 2006; Jong e Rowlands, 2007), sendo muitas vezes anacrónica a aplicação de modelos de conservação e cartas internacionais de património, claramente individuados a partir de uma matriz eurocêntrica, sem reflexo nas condições de implementação e/ou valores associados ao património cultural das comunidades locais<sup>8</sup>. A questão assume outros contornos quando analisamos a extensa produção moderna e modernista herdada pelas sociedades pós-coloniais<sup>9</sup>, cuja manutenção em condições eficientes não se adequa às condições de vida da maior parte dos seus locatários. Ainda mais complexos, são os problemas de gestão patrimonial e desenvolvimento de ambientes urbanos claramente disfuncionais, de cidades modernas planeadas para a segregação racial (Japha, 2003: 97-98). O património moderno e modernista levanta questões complexas de avaliação e conservação em todas as geografias, com especificidades próprias nas várias expressões e sociedades pós-coloniais. Essa complexidade acentua-se em vários contextos da África Subsaariana, e aqui dou particular atenção a Moçambique, onde o património pré-colonial é formado principalmente por arqueologia, sítios e elementos investidos de simbologias precisas e cultura viva. Ao contrário de outras regiões de África objeto do colonialismo moderno — com assentamentos urbanos pré-coloniais de carácter perene—, o património moderno nessa parte do mundo, pela sua dimensão quantitativa (e qualitativa) assume uma expressão incontornável, indissociável da própria história político-social do país. Conforma produtos nem sempre evidentes da circulação de formas e tecnologias, do Mundo Índico, do Mundo Anglo-saxónico, pela proximidade laboriosa da África do

---

<sup>8</sup> Sobre este assunto e especificamente para as especificidades encontradas no contexto de Moçambique, veja-se Forjaz, 1997; 2005a: 73-78; Dierna, 2005b; Carrilho, 2005b: 15-17, 56-61, 107-108.

<sup>9</sup> Os textos apresentados em encontros da UNESCO, a partir da década de 2000, acentuam a necessidade de rever os critérios de avaliação do património moderno e modernista do período colonial. A tomada de consciência e o reconhecimento dos vários factores (diferenças administrativas regionais, sociais, económicas, climáticas, possibilidades técnicas e formais, fenómenos de polinização cultural cruzada, etc.) que ao longo do tempo influenciaram a arquitetura e o planeamento urbano, nas várias colónias dos vários impérios, acentuam a necessidade de formular critérios para avaliar este tipo de património, veja-se Roosmalen, 2003: 123; Grementieri, 2003: 87; Japha, 2003; King, 2009: 13.

Sul, e da mudança de paradigma na forma de projetar e de construir (e de gerar riqueza, acentuando a desigualdade racial) que a atividade imobiliária e industrial protagonizou no final do período colonial. Embora a legislação moçambicana do património seja de grande alcance, prevendo (teoricamente) a proteção de todas as categorias de património, inclusive do período colonial, é indiscutível que a associação ao colonialismo da maioria dos edifícios e conjuntos urbanos modernos tenha ainda um peso significativo na apreciação do seu valor como património cultural. Nesse contexto, podem ter (ou vir a ter) especial significado os “valores históricos” na identificação de produtos modernos com mais probabilidade de receber o apoio necessário da comunidade para a sua efetiva proteção, com a participação do sector público. Refiro-me a elementos que incorporam valores associados à história política pós-independência e àqueles que funcionam mais eficazmente como documentos das experiências de vida das pessoas comuns (Japha, 2003: 98).

A conservação é pois, em última análise, motivada pelos valores que a sociedade reconhece ou projeta no objeto, devendo ser entendida, em primeiro lugar como “ato de cultura”. Esse processo, relaciona-se intimamente com a relação que uma dada cultura, e contexto histórico, estabelece com o seu passado e que é variável.

Nas várias abordagens contemporâneas e cartas internacionais de património (e.g., *Carta de Atenas*, 1931; *Carta de Veneza*, 1964), reconhece-se que a operação de restauro não pode ser só conservação ou conservação “pura”, nem por outro lado, “revelação”<sup>10</sup> da obra, mas uma operação crítica, pensada a longo prazo, que conforma a interpretação dos significados histórico, artístico, tecnológico e sociocultural do objeto, uma ação distinta e historicamente autónoma da forma de operar do passado e do

---

<sup>10</sup> O Art.º 9 da *Carta Internacional para a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios (Carta de Veneza, 1964)* define que o objetivo do restauro é “conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento”, assente “no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos”.

próprio objeto da sua intervenção (Carbonara, 1997: 271). O restauro é pois um ato de cultura, fundado em exigências “de memória” e não, como pode parecer à primeira vista, “de conveniência de uso, económicas ou outras” (Carbonara, 1997).

[...] o restauro não é uma mera operação técnica, e, menos ainda, como alguns gostariam, unicamente a expressão de uma estratégia de valorização económica do património cultural; este depende em primeiro lugar da história e da crítica. Não é por acaso, de facto, que os autores que se debruçaram sobre o assunto se concentraram nesta ligação especial, ajudando-nos a compreender que o restauro devidamente entendido é uma disciplina moderna, filha da pesquisa histórica e, assim, profundamente distinto da manutenção corrente, da simples reutilização, da recuperação do pré-existente, das práticas de reconstrução e reestruturação, tão difundidas no passado. (Carbonara, 1997: 9)

A matriz italiana das primeiras cartas de restauro internacionais (e.g., *Carta de Atenas*, 1931; *Carta de Veneza*, 1964), teve um impacto consistente no entendimento da conservação do património até ao final do século XX e além. Mas como já vem sendo acentuado em vários encontros internacionais sobre a matéria e nas publicações do próprio ICCROM<sup>11</sup>, a ideia subjacente a “uma norma generalizante” do entendimento do património e do restauro “contraria a compreensão do restauro como ato cultural” (Pessoa, 2015: 461). Nesse sentido, a deslocação dos locais de enunciação para áreas “externas”<sup>12</sup> torna-se fundamental para a interrogação do património cultural noutras geografias e para a individuação de outras qualidades a ele associadas pertinentes à sua salvaguarda. Como referem Webber Ndoro e Shadreck Chirikure,

[...] the legislation and international conventions, although important tools in

---

<sup>11</sup> Veja-se Joffroy, 2005; Rakotomamonjy, 2009; Ndoro, Pwiti, 2005; 2009; Ndoro e Chirikure, 2009; Hodjat, 2009: 120-122.

<sup>12</sup> Margarida Calafate Ribeiro refere a propósito da deslocação dos locais de enunciação e dos sujeitos da enunciação do conhecimento, do primeiro para o terceiro mundo, uma condição peculiar à “situação pós-colonial”, que entre outras questões enfrenta o “domínio do conhecimento do norte sobre o sul” (Ribeiro, 2015: 216-217), ou segundo as definições de António Quijano a “colonialidade do saber” e a “colonialidade do poder” (*apud* Ribeiro, 2015: 217).

heritage management, must be domesticated to embrace local cultural ethos. This can be achieved through a meaningful engagement of interested communities and developing a culture of research in heritage at African universities. (Ndoro e Chirikure, 2009: 69)

No contexto geográfico em apreço é de relevar a importância do reconhecimento da “custódia tradicional” do património arqueológico, peculiar a determinadas regiões de Moçambique<sup>13</sup>, fruto da relação complexa estabelecida por determinadas comunidades entre a paisagem natural e os espíritos ancestrais, tidos como legítimos donos da terra e dos recursos (Jopela, 2006: vii). A custódia tradicional é reconhecida pela entidade nacional que superentende a tutela do património cultural (Ministério da Cultura) e a última resolução do Conselho de Ministros sobre a matéria refere mesmo, nos seus objetivos específicos, a inclusão das práticas e conhecimentos das comunidades locais, associadas à custódia tradicional, na conservação de monumentos, conjuntos e sítios (Resolução n.º 12/2010 de 2 de junho, n.º 3.2, f) — *Política de Monumentos*).

### **O restauro do moderno**

A pesquisa académica levada a cabo nos últimos anos, neste campo, permitiu-me individuar que o património “recente” lida com problemas de conservação específicos que têm encontrado justificação, errónea, na diversidade dos materiais e tecnologias construtivas que opera (Kühl e Salvo, 2006: 198-210; Salvo, 2007: 265-335). O restauro da arquitetura moderna<sup>14</sup> lida, efetivamente, com especificidades

---

<sup>13</sup> Os mecanismos tradicionais de tutela do património imóvel africano têm sido objeto de investigação e divulgação vária nos últimos anos, veja-se Mumma, 2005; Ndoro e Pwiti, 2005; Ndoro e Chirikure, 2009; Rakotomamonjy, 2009.

<sup>14</sup> Sobre o restauro da arquitetura moderna saliento um capítulo de Beatriz Mugahair Kühl com enfoque no Brasi em Kühl, 2007: 115-144. O espólio da arquitetura moderna brasileira, amplamente divulgado, e a sua identificação com uma justificada especificidade local, refletem-se numa discussão académica local

próprias de cariz técnico/construtivo/material (Cerroti, 2008) que exigem novas competências aos operadores de restauro, mas que não justificam “deformações de natureza conceptual e de método” (Carbonara, 2006: 24) na disciplina<sup>15</sup>. Aliás, não faz qualquer sentido empreender uma operação técnica (de restauro), sem um objetivo científico, ético, cultural (Torsello, 2010: 9) e que se poupe a uma reflexão mais abrangente, repensando o problema a partir do seu cerne: os “porquês” do preservar. As escolhas operacionais devem ser tomadas à luz das razões objetivas do restauro. Cada obra (pelas suas características materiais e percurso temporal) exige uma interrogação histórico-crítica e a reflexão sobre os preceitos teóricos da disciplina<sup>16</sup>, “para que cada ação não se torne arbitrária, mesmo devendo ser sempre problematizada” (Kühl, 2009a:1).

Simona Salvo (2007a: 265-333), num texto sobre as razões que têm levado à opção pela repriminção como forma corrente de conservação do “novo”, invoca, de sequência, o retrocesso (segundo o entendimento europeu na matéria) da própria disciplina (Varagnoli, 1998: 111-115). Sobretudo para a arquitetura modernista nota-se a dificuldade em aceitar a pátina e os vestígios do tempo, dificilmente associados à

---

sofisticada que enfrenta, tal como na Europa, a degradação física galopante do seu objeto de estudo (pela falta de legislação adequada e atuação conservativa apropriada).

A arquitetura moderna brasileira interessou o meu estudo, não pela investigação de possíveis relações/circuitos entre a cultura arquitetónica local e Moçambique (cf. Cortês e Moreira, 2011), ou pela sua influência na cultura arquitetónica da Metrópole portuguesa (cf. Milheiro, 2005; Milheiro e Figueira, 2009; Milheiro, 2009; Magalhães, 2011: 80-81; Milheiro, 2012: 54 ss.; Tostões, 2013) mas pela discussão de problemas de conservação e manutenção associados aos materiais e tecnologias modernos, em soluções arquitetónicas comuns aos “trópicos” (e.g., nas fachadas vazadas com *cobogós*) (cf. Moreira, 2010).

<sup>15</sup> Como refere Beatriz Mugahair Kühl, “os instrumentos oferecidos pela metodologia do restauro e pelos preceitos teóricos que deveriam reger as ações são válidos e consistentes e devem ser reinterpretados em relação aos bens culturais como um todo” (Kühl, 2009: 3).

<sup>16</sup> Paolo Torsello, referindo as interpretações simplistas e de carácter tecnicista dadas à *Teoria* de Cesare Brandi (1.<sup>a</sup> ed. 1963) e ao restauro pela maior parte dos operadores de restauro na Europa — arredados de uma verdadeira problematização sobre as razões de fundo que assistem ao restauro, preocupados unicamente com as questões técnicas do operar —, afirma que “[p]or toda a Europa, parecem privilegiar-se as categorias de *original*, da *unidade formal*, do *decoro*, da *beleza*, da *eficácia técnica*. Mas é quase impossível encontrar linhas de pensamento que interroguem essas categorias, tanto nas áreas do restauro como nas da projeção arquitetónica. [...] são álibis mais ou menos inconscientes para intervenções arbitrárias ou irresponsáveis” (Torsello, 2010: 10, sublinhado no orig.).



figuração e materialidade do “novo”/íntegro/contemporâneo. É como se para a *Kunstwollen*<sup>17</sup> (“vontade da arte”) contemporânea, a arquitetura modernista — apreciada como um testemunho da criação humana sem ser entendida devidamente como um produto de uma temporalidade que, mesmo se próxima, é distinta da atual<sup>18</sup> —, devesse responder sobretudo ao “valor de novidade”, apresentando-se de contínuo sem os sinais do tempo, nas condições conceptuais, formais e pictóricas de origem. Como refere Maria Pierra Sette, o “valor de novidade” e a “restituição” que apaga os vestígios do tempo são, sobretudo, apreciados pelas massas (Sette, 1996: 226), que “gostam de ver nas obras do homem a criação da força humana vitoriosa e não os sinais da destruição das forças hostis da natureza” (Riegl, 1903, trad. it. 1981: 67 *apud* Sette, 1996: 226). É evidente, no entanto, que esse “valor de novidade” impõe a perda de outros valores — de antiguidade, históricos, tecnológicos e estéticos, entre outros —, i.e., a perda concreta de dados do texto que interessam à sua apreciação, interrogação e interpretação pelas gerações futuras (Carbonara, 2007a: 11). É necessário acrescentar, que reconhecer ao monumento propriedades contrastantes com a *Kunstwollen* moderna, através de uma formulação negativa do seu valor artístico relativo pode implicar um tratamento tutelar subordinado simplesmente ao seu valor de antiguidade, mas pode comportar, também, o seu abandono e destruição (Sette, 1996: 227; Scarrochia, 2011: 86).

Para a tendência geral para “renovar” o património recente, perseguindo um suposto estado original<sup>19</sup>, têm-se invocado

---

<sup>17</sup> Veja-se Anexo A, p.14 e nota 24.

<sup>18</sup> A “vontade da arte” do passado não pode ser exatamente igual à do presente, mas pode, contudo, partilhar aspetos semelhantes. A diferença entre uma e outra manifesta-se claramente na parcialidade dos aspetos da obra do passado que correspondem “devidamente” ao gosto contemporâneo (Sette, 1996: 227).

<sup>19</sup> Esta metodologia tornou-se corrente no restauro de edifícios icónicos do modernismo, como foi o caso da Weissenhofsiedlung de Estugarda (cf. Carbonara, 1992; Pinci, 1992; Severati, 1992). Todavia, e sobretudo a partir da década de 2000, a tomada de consciência e conseqüente remissão do objeto moderno

[...] argumentos tais como a facilidade de reproduzir-se os elementos, a existência de projetos pormenorizados ou a proximidade do sistema projetual (ou ainda a presença do autor do projeto), [...] a facilidade de utilizar técnicas semelhantes ou “melhores” e a proximidade temporal, que dificulta o reconhecimento da obra p[elo] seu valor documental, [...]. (Kühl e Salvo, 2006: 200)

As motivações do restauro encontram-se no contexto cultural onde se processa o “reconhecimento” e não na natureza material do objeto. Tende-se a encarar o restauro e a conservação do património arquitetónico como um problema técnico de “objetos” quando, na realidade, é antes de mais, um problema ético, de interpretação, que respeita aos “sujeitos”. Isto é, é uma questão que deveria ser encarada primeiramente a partir das razões porque se preserva um determinado bem — de onde se deduzem princípios éticos, científicos, conceitos e metodologia —, e só sucessivamente, ser encarada sob a vertente material do objeto — voltando ao próprio objeto e às suas especificidades materiais, tecnológicas, funcionais, estéticas ou outras. Primeiro indaga-se o “porquê” e só depois, o “como”.

Ao analisarmos as transformações que o entendimento sobre os bens culturais sofreu ao longo do tempo, e a consolidação do restauro como campo disciplinar autónomo — necessariamente em articulação com vários campos do saber — encarado como tal sobretudo a partir do início do século XX, é possível averiguar que mesmo na diversidade das orientações atuais no campo, existem princípios e critérios comuns — que não se entendem por regras fixas — na conformação do campo operativo (Kühl, 2009a: 4). Isto é, o restauro “possui metodologia, princípios teóricos e procedimentos

---

no seu espaço temporal próprio tem permitido uma análise histórico-crítica adequada e de consequência, uma prática interventiva equiparada àquela corrente no património arquitetónico de períodos precedentes, maiormente no contexto italiano. Com esta atenção relevam-se o restauro da Torre Pirelli, de Gio Ponti (1891-1979), em Milão (cf. Salvo, 2006); da Casa Malaparte, de Curzio Malaparte (1898-1957) e Adalberto Libera (1903-1963), em Capri (Bossolari *et al.*, 2007; Setola, 2008: 56-61); e da antiga *Casa del Balilla*, de Luigi Moretti (1907-1973), em Roma (cf. Carbonara, 2007c: 29-45).

técnico-operativos” próprios, que resultam de uma reflexão (e experimentação) plurissecular centrada em primeiro lugar nas razões do conservar e em seguida no aperfeiçoamento de tecnologias para operacionalizar a fundamentação teórica; “o que varia, na prática, porém, são os meios postos em ação — que são variadíssimos — quando se passa à parte operacional” (Kühl, 2009a: 4). O carácter específico do restauro — e não de outro tipo de operações sobre o edificado como a recuperação, a reabilitação ou outras — reside no facto de o conhecimento histórico-crítico sobre o objeto, dos fundamentos da disciplina e “das competências técnico-científicas não poderem ser encaradas como ‘variáveis independentes’” (Carbonara, 1997: 17). Como apontava Carlo Ceschi (1904-1973),

[...] na falta de uma visão histórica do passado, a relação homem/obra-de-arte é sempre imprecisa, mutável, arbitrária e quando os arquitetos se aproximam do monumento, para readaptá-lo a novas exigências, para lhe substituir alguma parte ou para completá-lo, é sempre o monumento que deve entrar na lógica do arquiteto e nunca o contrário” (Ceschi, 1970: 10-13).

Finalmente e antes de dar seguimento à questão que me propus abordar neste texto — do património arquitetónico e da sua conservação na cidade de Maputo —, é necessário referir que o restauro, tal como entendido no contexto da Escola (italiana) onde apoio a minha orientação teórica, e sobretudo, a gestão do património, é um “texto nascido e criado no ocidente, uma narrativa ocidental que foi transplantada” (Tavares, 2015: 362) desde o final do século XIX e ao longo do século XX para outras geografias, nomeadamente para o continente Africano, com os processos de colonização (Ndoro e Chirikure, 2009: 69-70). Como veremos para o caso de Moçambique, os monumentos eleitos foram sujeitos à matriz acrítica *estadonovista* do restauro estilístico, numa

espécie de “Lição de Salazar”<sup>20</sup> que assegurava a continuidade histórica entre o passado eleito e o presente em construção. No período pós-independência, também pela intercessão de órgãos supranacionais de tutela do património, Moçambique investiu na definição de legislação específica assente em princípios gerais atestados em cartas e legislação internacionais.

## 2.1 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO MATERIAL DE MOÇAMBIQUE: PROBLEMAS, PRÁTICAS E DESAFIOS

É preciso que nos apressemos a estudar o que ainda ficou e o que era, por amor à cultura e porque é preciso que saibamos também aprender com o esforço de edificação do passado, com os seus méritos e os seus deméritos, [...] e com as razões, nem sempre óbvias, da sua decadência. Talvez assim possamos construir ou reconstruir novas bases de sustentação, tão suficientemente ancoradas nas antigas construções (que sem dúvida constituem riqueza) a ponto de proporcionar novas realidades que ensinem outros a encontrar nelas novas histórias de identidade partilhada, [...]. (Carrilho, 2005b: 16).

A sociedade pós-colonial lida com heranças espaciais e conceptuais desenvolvidas para um determinado referencial cultural, social e económico que não encontra reflexo na sua realidade quotidiana, referencial esse, nem sempre compreendido ou sequer desejado. A proximidade do “tempo vida” destes espaços projetados condiciona o distanciamento histórico necessário à interpretação e avaliação do seu significado pelos seus “tutores naturais” (em primeiro lugar — segundo a Lei n.º

---

<sup>20</sup> *A Lição de Salazar* foi uma série de sete cartazes, com ilustrações de carácter infantil associadas a uma mensagem política, editada pelo Secretariado da Propaganda Nacional, em 1938. As *Lições* estabeleciam a ligação entre o ditador e o seu papel de educador dos valores, por si entendidos como, genuinamente nacionais, numa apologia ao país renovado e ao cidadão subserviente integrado pela ação “tutelar e condutora do Estado” (Rosas, 2001: 1037). Na *Lição* n.º 3, referente às “obras”, podia-se “aprender” o seguinte: “Do abandono dos serviços públicos, e das ruínas, sinais de desordem e de miséria, o Estado Novo ao mesmo tempo que edifica faz renascer o património artístico e histórico da nação!”

10/88 de 22 de dezembro, que determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do Património Cultural de Moçambique —, o Estado, ao qual toca promover a inventariação, classificação e registo dos imóveis, encorajar medidas e ações para a sua conservação e a sua fruição informada pela comunidade; e em segundo lugar, os cidadãos).

A questão, no entanto, como já referi, passa em primeiro lugar pela questão do “reconhecimento” e esse está ligado a condições específicas em cada área (afetando indiferentemente todas as geografias), e que são especialmente complexas em realidades com heranças coloniais recentes (Bruschi e Sondeia, 2003: 68; Carrilho 2010b; Marschal, 2008). Para além do carácter das próprias tradições locais, da deficiente organização da tutela e gestão do património cultural edificado, da falta de pessoal qualificado nos departamentos públicos e de verbas adequadas, os técnicos deparam-se com o facto de grande parte dos cidadãos ignorarem a importância de uma parte relevante do seu património cultural — refiro-me especificamente ao património arquitetónico moderno e modernista<sup>21</sup> —, e a necessidade da sua proteção (como prevê a Lei n.º 10/1988, de 22 de dezembro) e de sequência, não conhecerem/reconhecerem valor (histórico/documental ou artístico) ao património edificado, nem o seu papel de tutores<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> É importante vincar esta diferença, uma vez que se verificam comportamentos distintos em Moçambique relativamente ao restante património cultural. É o caso, e.g., das estações arqueológicas com pinturas rupestres e do seu meio natural envolvente no distrito de Manica, ou de amuralhados arqueológicos do tipo Zimbabwe que têm sido tradicionalmente geridos e custodiados pelas comunidades locais do meio rural, veja-se Jopela, 2006: vii, 6, 12-17; 2014.

<sup>22</sup> John Ruskin (1819 - 1900) expressou bem este pensamento descrevendo o papel dos cidadãos como tutores (e não como “proprietários”) do património cultural das gerações futuras: “*We have no right whatever to touch them. They are not ours. They belong partly to those who built them, and partly to all generations of mankind who are to follow us. The dead have still their right in them: that which they laboured for, the praise of achievement or the expression of religious feeling, or whatsoever else it might be which in those buildings they intended to be permanent, we have no right to obliterate. [...]. It may hereafter be a subject of sorrow, or a cause of injury, to millions, that we have consulted our present convenience by casting down such buildings as we choose to dispense with. That sorrow, that loss, we have no right to inflict.*” (Ruskin 1907a: 262, 1.ª ed. 1849, sublinhado no orig.).

Esta situação, todavia, não é peculiar à realidade Moçambicana, nem sequer à da África Subsaariana. A formação de um comportamento crítico é um imperativo do “juízo de valor” — reconhecimento da presença, ou não, de qualidades num produto da criação humana —, e da conservação (Carbonara, 1997). A este propósito, Júlio Carrilho, refere que a “[e]mpatia’ [pelos conjuntos edificados a proteger como herança coletiva] [...] só se cria através da educação que, por sua vez, se alimenta de informação e conhecimento” (Carrilho, 2010a: 5). Carlos Fortuna refere, a esse propósito, um texto de Robert Musil (1880-1942) que retrata a experiência do autor na cidade de Berlim, onde o impressionante património compunha uma narrativa histórica sobre o passado da cidade, alheia à maior parte dos cidadãos:

[...] Musil pretendia com a sua crítica afirmar que o nosso desconhecimento sobre os monumentos antigos, a sua verdadeira história, a identidade dos seus ocupantes e a natureza dos cerimoniais que ali se desenrolaram, é gerador de um sentimento de indiferença que contrasta de modo gritante com [...] [a] sua capacidade de emocionar e comover. [...] Paradoxalmente, segundo Musil, esta invisibilização mental do monumento agrava-se à medida que se repetem, a cada passo, de um lado e outro da rua, monumentos e obras de valor arquitetónico e patrimonial inestimável, sobre os quais nada nos é ensinado e perante os quais passamos indiferentes. A mensagem reside na necessidade de educação sobre a história e o património das cidades, sem a qual a memória coletiva parece deixar-se apagar, [...]. (Fortuna, 2012: 31)

A mesma apreciação recebi do historiador António Sopa, no Arquivo Histórico de Moçambique, sobre o abandono e a indiferença geral relativamente à Baixa de Maputo: “as pessoas não conhecem a cidade, não conhecem a sua história, os seus edifícios, não podem apreciá-la devidamente, são visitantes de passagem... que à noite regressam ao subúrbio...” (António Sopa, 14 nov. 2015).

Como refere José Forjaz, é preciso aprender “a lição de saber ver [...] [o património], e de saber apresentá-lo a nós próprios e aos outros”, e “insistir na criação de uma tradição de pensamento, de uma atitude mental e de um espírito de constante curiosidade e intransigência intelectual e científica” (Forjaz, 2005c: 4-5). Isto porque, como refere o mesmo autor, na ausência desses mecanismos, a confusão dos objetivos mais profundos aparece muitas vezes disfarçada sob a ideia de uma pretensa liberdade, “as mais das vezes, do móbil mais mesquinho da conquista de uma notoriedade irresponsável em relação aos valores mais essenciais da justiça social e do equilíbrio ambiental” (Forjaz, 2005c: 4-5).

Salvatore Dierna (1934-) — inserido em vários projetos de investigação sobre o património edificado de Moçambique durante as décadas de 1980 a 2000, no âmbito do Programa de Cooperação Universitária Ítalo-Moçambicana na FAPF-UEM<sup>23</sup> —, referia que neste processo de “desvelar” o património edificado moçambicano havia que individuar urgentemente diretrizes claras e universalmente partilhadas, elegendo corajosamente e de forma drástica poucas prioridades de intervenção, face a recursos (humanos e económicos) tão limitados (Dierna, 2005b: 7). Essa operação no entanto, não poderia ser levada adiante sem primeiro investir culturalmente na população, sob pena de as intervenções no património edificado não serem entendidas como conservação de um “documento extraordinário de integração de culturas”, mas, pelo contrário, serem rejeitadas “como reforço da memória de um episódio de prepotência” (Dierna, 2005b: 7). Segundo o mesmo autor, esse processo deveria ser desenrolado

---

<sup>23</sup> O programa, que esteve na base da fundação da FAPF-UEM, foi levado a cabo com o auxílio e a direção científica dos docentes da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma “La Sapienza”, entre meados das décadas de 1980 e 2000, com fundos atribuídos pela Direção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano. Veja-se Dierna, 2005b: 6. De entre as várias linhas de investigação encetadas na FAPF-UEM salientam-se a documentação e inventariação do património edificado de várias localidades do país (e.g., Lichinga, Inhambane, Ibo, Nampula, Maputo), abrangendo a arquitetura tradicional de influência suaíli, a arquitetura das “cidades de pedra” ou de “cimento” e das áreas informais, veja-se Carrilho, Bruschi, Menezes e Lage, 2001; Bruschi e Sondeia, 2003b; Dierna, 2003a; Corvaja, 2003; Spina e Joaquim, 2003; 2005; Bruschi, Carrilho e Lage, 2005.

encarando, do ponto de vista da filosofia de planeamento, o “sistema” dual em presença (composto por assentamento formal e informal). Isto é, programando um conjunto integrado de intervenções com o objetivo de “pôr fim à sensação de uma secular exclusão” (Dierna, 2005b: 7) dos habitantes do assentamento informal face aos da “cidade de pedra”/“cimento”.

Júlio Carrilho, relativamente aos testemunhos arquitetónicos do período colonial, acentua, justamente, que,

[...] mesmo que [...] pareça que eles pertencem à história dos outros, [...] esses edifícios e conjuntos pertencem à [...] história [de Moçambique], [...]. [...] como conquistas a preservar e valorizar, [...]. [...] Esta filosofia foi [...] desenvolvida no pós-Independência e expressa na Lei n.º 10/88, a qual determina que um dos critérios da classificação de edifícios como monumento é o de possuírem valor histórico que testemunhe “a *convivência no nosso espaço territorial de diferentes culturas e civilização* \*...”, [...]. [...] É cada um destes e outros valores definidos na lei, ou a sua combinação, que, quando realizados de uma forma exemplar, transformam os edifícios em coisas cada vez mais intensamente nossas, pela imagem por eles gravada na nossa memória e pelas lições que deixam para as gerações que se seguem.

\* Lei n.º 10/88, Capítulo II, Artigo 3, n.º 4, [...]. (Carrilho, 2010a: 5-6; sublinhado no orig.)

É necessário referir que apenas uma minoria, no contexto académico local, reconhece a pertinência do estudo e da conservação do património edificado “recente” (associado ao período colonial) e que daí à sua conservação “de facto”, tanto em termos de tutela legal — com a definição e aprovação de um regulamento para o património, a inventariação, a classificação de monumentos e conjuntos urbanos e a sua consequente conservação —, como na preparação de um corpo técnico adequado ao campo de estudos e à prática conservativa<sup>24</sup> — a formação de uma consciência crítica e de

---

<sup>24</sup> Atualmente, o aperfeiçoamento nessa área em Moçambique faz-se sobretudo ao nível de licenciatura no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, o que é



especialização técnica —, haverá um caminho a percorrer. Isto porque, como bem expõe Françoise Choay, “vouloir et savoir ‘classer’ des monuments est une chose, savoir ensuite les conserver physiquement et les restaurer est une autre affaire qui repose sur d'autres connaissances” (*apud* Neto, 2001: 40).

Ao longo deste estudo pude perceber que a valorização e a tutela do património material, inclusive daquele referente ao período colonial, em Maputo — ainda que dependente de aprovação pelo Conselho de Ministros — só poderão ser levadas adiante com o (des)envolvimento da sociedade civil, seja pela veiculação de formação e informação adequadas (atualmente com impacte local irrisório), seja, principalmente, pelo desenvolvimento de condições infraestruturais/culturais que permitam melhores condições de vida aos cidadãos (King, 2007: 23) e de sequência, participação e interesse genuíno nessa questão. Refiro-me, essencialmente a um argumento que interessa diretamente a valorização do património material e que, como refere Vincenzo Rizo,

[...] não [pode estar] apenas ligad[o] à qualidade da arquitetura, mas [...] com aquelas que são hoje as efetivas condições económicas e os problemas culturais acerca deste património de edifícios modernos, que mesmo se solidamente construídos, têm constantemente suportado um uso intensivo na quase absoluta falta de manutenção. (Rizo, 2013: 394)

Maurizio Berti (1951-), num texto publicado há mais de uma década, sustentava que em Moçambique<sup>25</sup>,

---

manifestamente insuficiente. As faculdades de Arquitetura do país não oferecem, para já, formação de pós-graduação na área do património. No campo específico da arquitetura, é imprescindível que a licenciatura (com uma duração mínima de cinco anos) seja seguida de uma especialização na área da conservação do património cultural. Só essa formação específica poderá assegurar um entendimento adequado dos valores do património e formação técnica para operar devidamente, considerando que qualquer projeto de conservação (nos âmbitos da arquitetura, urbanística, de jardins, etc.) exige a colaboração de várias disciplinas, que operam integradas dentro do enquadramento das razões de base da intervenção — a conservação de um bem ao qual se reconheceu valor.

<sup>25</sup> Em conversa com Maurizio Berti, na FAPF da Universidade Lúrio (Nampula), em outubro de 2012, pudemos discutir vários trabalhos em que participou no campo da investigação académica sobre arquitetura, planeamento urbano e restauro arquitetónico e urbanístico do território moçambicano (e.g., na Ilha de Moçambique e no Ibo), ao longo de mais de vinte anos. Berti referia-me que qualquer medida para

[...] a participação no debate internacional sobre restauro e o conhecimento dos métodos desenvolvidos e aplicados nos estaleiros de restauro na Europa não são suficientes para poder lançar uma política eficaz de conservação. De facto, além dessas questões, os arquitetos, os historiadores e os conservadores africanos têm de lidar com o forte carácter da sua tradição, com a fraqueza dos seus novos Estados [...]. (Berti, 2003: 66)

Não posso deixar de citar, de forma extensa, um texto de Salvatore Dierna que enuncia particularidades do contexto em análise e uma metodologia operativa que privilegia a identificação do cidadão com o meio físico edificado que o acomoda (que considero atual e adequada):

É precisamente na pesquisa histórica e social que se encontra a chave de interpretação que nos orienta para uma revisão ética do trabalho, [...].

Os primeiros resultados da análise revelaram [...], a necessidade de pensar em estratégias [...] para a conservação e a recuperação dos assentamentos, abandonando princípios dogmáticos e noções preconcebidas. [É] [...] bem clara [...] a complexidade de projetar para edifícios com referências em influências formais complexas, tecnologias construtivas das quais se perdeu o conhecimento, tipologias construtivas dificilmente adaptáveis às necessidades de uma sociedade a caminho de um desenvolvimento difícil [...]. Não se pode conservar uma cidade sem habitantes, uma arquitetura sem utilizadores e por isso [...] em todos os casos [...], o trabalho [...] foi previamente apresentado, discutido e acordado com os moradores. Estes, [...], manifestaram sempre uma identidade própria e um sentido

---

a conservação do património edificado, no contexto moçambicano, deveria ser perspectivada em termos de escala urbana global, não havendo condições para limitar a intervenção conservativa a um edifício isolado, como parecia ser a intenção de alguns financiamentos e ajudas internacionais para a salvaguarda do património. Segundo Berti, sem essa visão integrada, prevendo a melhoria das condições de vida locais (e.g., no saneamento, nos meios de subsistência da população, na formação e na capacitação das entidades municipais, no treino/formação dos habitantes locais na prática da manutenção corrente de cada tipo de edificado, entre outros); o (restauro do) património edificado estava condenado a falir.

Anos antes, Salvatore Dierna relativamente à situação da “cidade de pedra” do Ibo acentuava a importância de um programa de conservação integrada nestes termos: “Esta convicção é a base de partida [...] para elaborar recomendações de intervenção culturalmente apropriadas, baseadas sobre os conceitos de sustentabilidade e eco-compatibilidade. [...] qualquer processo de reabilitação, tal como o que aqui se apresenta, numa situação de grande carência de recursos, só tem sentido se for considerado no contexto da revivificação da vida [...] tendo como primeiro sujeito a população e a sua especificidade cultural. [...] [E, não esquecendo o] problema da reprodução das técnicas e dos materiais originais, derivados de elementos naturais de grande valor ecológico, ambiental e paisagístico e hoje protegidos por lei como o coral e o mangal [...]” (Dierna, 2005: 7-8).

de comunidade, [...], participando nos debates e colaborando [...]. [...]

Daqui emergiu uma inversão na relação entre espaço arquitetónico e reatividade da fruição humana, [...] não existe um objeto para utilizar e no qual acomodar-se, mas uma atividade humana-física-psíquica que se serve das presenças que a “oportunidade coloca à disposição”. (Dierna, 2003a: 66-67)

Até à Independência (25 de junho de 1975), foram inventariados e classificados alguns bens imóveis do Património Cultural e Natural de Moçambique, como “Monumentos Históricos”, “Relíquias”, “Imóveis de Interesse Público” ou como “Parques e Reservas Naturais” (Resolução n.º 12/2010, de 2 de junho). Com a Resolução n.º 4/79, de 3 de maio, da Comissão Permanente da Assembleia Popular, foram criadas, ao nível de cada Assembleia Provincial, comissões de inventariação de locais históricos “com o objectivo de conservar este património, como memória e fonte de inspiração para as gerações presentes e vindouras” (Resolução n.º 12/2010, de 2 de junho). Com a aprovação da Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro foram de imediato classificados, genericamente, “[t]odos os monumentos e elementos arqueológicos” e “[t]odos os prédios e edificações erguidas em data anterior ao ano de 1920, ano que marca o fim da 1.ª fase de resistência armada à ocupação colonial”, bem como “[a]s principais bases operacionais da Frente de Libertação de Moçambique durante a luta armada de libertação nacional” (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, Capítulo IV, Art.º 7, n.º 2). A tutela deixou de fora, no entanto, um hiato temporal considerável da produção humana, sujeita ao livre arbítrio.

A Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, abrange várias categorias de bens culturais materiais, encaixados em “Monumentos, Conjuntos e Sítios”, com classificação de “valor local”, “regional”, “nacional” ou “universal”. Segundo a mesma legislação, são “monumentos”, designadamente:

- Construções e edifícios de estações arqueológicas;

- Construções e outras obras representativas de sociedades pré-coloniais, tais como amuralhados, Zimbabwes, aringas, e outras;
- Obras de arte implantadas em praças públicas ou concebidas como parte de arranjos urbanísticos;
- Edifícios de valor histórico que testemunham a convivência no [...] espaço territorial de diferentes culturas e civilizações tais como as feitorias árabes, templos hindus, mesquitas, igrejas e capelas, antigas fortalezas e outras novas obras de defesa, edifícios públicos e residências, do tempo da implantação colonial, e da época dos prazeiros ou das companhias majestáticas;
- Edifícios de particular interesse arquitectónico (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, Capítulo II, Art.º 3, n.º 4)

E “conjuntos”:

[...] os grupos de edificios que devido à sua arquitectura, à sua homogeneidade ou à sua inserção na paisagem tenham importância sob o ponto de vista histórico, artístico ou científico. [...] [Ou seja:]

- As cidades antigas;
- As zonas antigas das principais cidades;
- Outros núcleos urbanos como Ibo e a Ilha de Moçambique; (Lei n.º 10/1988, de 22 de dezembro, Capítulo II, Art.º 3, n.º 4)

A Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, não deu sequência imediata a um “Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios” e conseqüentemente a um registo (ou “Tombo”, como é referido na Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro, Capítulo II, Art.º 3, n.º 8) dos bens classificados do Património Cultural — que identificasse os imóveis protegidos por lei e informasse o seu enquadramento no processo de planeamento urbano e medidas de proteção adequadas. A falta de um regulamento específico para o património edificado classificado — o “Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis” encontrava-se em elaboração no final de 2014, por uma comissão formada por docentes da FAPF-UEM, funcionários do Ministério da Cultura, do ARPAC e alguns consultores externos —, e de um inventário sistemático e

atualizado dos bens culturais edificados, parcializa a apreciação por parte do corpo técnico dos Conselhos Executivos de Cidade e do Ministério da Cultura (instituição que tutela o Património Cultural) dos processos de licenciamento de obras (cada vez mais frequentes) e uma qualquer estratégia de conservação integrada e gestão sustentável do património edificado em presença.

Há que referir, no entanto, que todos os pedidos de licenciamento de obras inseridas no conjunto da Baixa de Maputo são submetidos ao parecer do Ministério da Cultura e que essa instituição se vale do apoio da FAPF-UEM para a apreciação dos processos. A estrutura do Ministério da Cultura não conta ainda com um quadro técnico apropriado (nomeadamente, especialistas em conservação do património<sup>26</sup>) nem verbas que permitam uma intervenção conservativa mais eficaz. A cidade de Maputo assiste assim, naturalmente, dando continuidade a tendências de densificação preconizadas no final do período colonial, à transformação acelerada do seu tecido urbano histórico, dos seus parques e jardins históricos e áreas naturais, com impacte significativo no visual paisagístico da cidade (refiro-me à Marginal de Maputo, às Barreiras que envolvem o chamado Aterro da Maxaquene, entre outras).

Na última década, na aparente estagnação do tecido urbano da “cidade de cimento”, surgiram novos complexos em altura que pouco se reveem na herança patrimonial edificada da cidade (alguns dos novos edifícios chegam aos quarenta pisos), ou sequer, numa política esclarecida de gestão de recursos. Esse processo de substituição/renovação acelerou significativamente e ameaça a sobrevivência equilibrada do antigo conjunto urbano, e, mais importante, a possibilidade de

---

<sup>26</sup> Quando visitei pela última vez a Direção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura (com a responsabilidade de elaborar propostas de classificação do património, regulamentos, normas para a conservação e o restauro de monumentos, entre outras) em 2014, não existiam também arquitetos ou engenheiros, estando previsto nessa altura o início do estágio de um arquiteto recém-licenciado naquela Direção.

convivência sustentável de todos dentro da cidade. José Luís Cabaço, há quase uma década, descrevia uma realidade dramática em Moçambique que o neocolonialismo capitalista tenderá a acentuar:

A essência dualista introduzida pela dominação colonial, [...], sobreviveu à independência. As elites nacionais são tomadas pela vertigem “modernizadora” da globalização. Em contrapartida, a “racionalização” dos sistemas produtivos e o enfraquecimento do intervencionismo estatal reduzem as oportunidades das populações se inserirem, pelo trabalho assalariado, no espaço formal dessa “modernização”. As novas realidades com que estas entram em interação convocam outras necessidades e sugerem diferentes exigências. (Cabaço, 2007: 431)

Em plena Baixa de Maputo, a emblemática Casa Coimbra (de 1939, demolida em 2012)<sup>27</sup> deu lugar à impressiva empreitada da nova sede do Banco de Moçambique<sup>28</sup>.



Figura 81: “A Avenida da República, entre o Café Continental e a sede do BNU<sup>29</sup>”, [anos 1960], [s.a.]. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/02/22/a-baixa-de-lourenco-marques-na-avenida-da-republica-anos-1960/> [consult. 6 mar. 2014].

Figura 82: A nova sede do Banco de Moçambique em construção, Av. 25 de Setembro, 2013, autora.

<sup>27</sup> Sobre este edifício, veja-se *Ocupações Temporárias*, disponível em: <http://ocupacoestemporarias.blogspot.pt/2010/04/casa-coimbra.html> [consult. 20 jun. 2012]; *Moçambique para todos*, disponível em [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2012/03/era-uma-vez-a-casa-coimbra.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/03/era-uma-vez-a-casa-coimbra.html) [consult. 7 set. 2013];

<sup>28</sup> O novo edifício, composto por dois volumes, veio ocupar a enorme área livre do quarteirão (Fig. 81) e a área ocupada pela antiga Casa Coimbra. Os dois novos volumes correspondem à nova sede do Banco, com 30 andares e a um silo-auto com função mista (estacionamento/escritórios e serviços), com 19 andares. A construção, que exacerba claramente a cércea, a frente de lote e a massa construtiva da envolvente, surge num terreno com um nível freático alto e numa área já densamente traficada pelo comércio, a concentração de intuições públicas e grandes dificuldades de acesso.

<sup>29</sup> Sobre este edifício, veja-se Miranda, 2013: 347-383.



Figuras 83a e 83b: Reabilitação e ampliação na Baixa de Maputo: Av. 25 de Setembro, edifício contíguo à Casa Elefante, 2013, autora. Sobre o antigo edifício de alvenaria, com dois pisos, ergueram-se sete andares em vidro e alumínio, “conservando-se” a antiga fachada.

A renovação desregulada do tecido urbano ameaça não só elementos arquitetónicos conotados com a história do período colonial da cidade (com valor histórico e estético) mas, também testemunhos importantes associados à dimensão política da luta contra o colonialismo. Uma das primeiras sedes do Grémio Africano de Lourenço Marques<sup>30</sup> foi demolida em finais de 2012 e a Vila Algarve<sup>31</sup> (propriedade do Ministério da Cultura), associada à habilidade repressiva da PIDE<sup>32</sup> contra os opositores do regime colonial, constituiu um foco de decadência numa das principais avenidas da cidade. O edifício foi proposto para classificação como Monumento Nacional (Lage e Carrilho, 2010: 63) e tem sido discutida a intenção do Ministério dos Combatentes de transformá-lo num museu dedicado à resistência ao regime colonial (Nguirazi, 2014: 54). Não obstante a legislação em vigor esclareça que “os bens em vias de classificação

<sup>30</sup> O Grémio Africano foi legalizado em 1920 e desta organização surgiu a Associação Africana. “Uma campanha de Intimidação iniciada pelas autoridades portuguesas nos anos 30, em face da preponderância crescente da **Associação Africana**, seria no entanto capaz de a neutralizar. [...] Esta neutralização [...] levou no entanto um dos seus grupos mais conscientes e radicais a instituir-se numa outra organização, o **Instituto Negrófilo** [Centro dos Negros de Moçambique, de onde sairia, em 1949, o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM)], que mais tarde, já sob o governo de Salazar, se viu obrigado a modificar o seu nome para **Centro Associativo dos Negros de Moçambique**. A tendência então marcante era a de a burguesia integrada no colonialismo aderir à **Associação Africana** enquanto os elementos mais conscientes e válidos da população negra da capital se agrupava no **Centro Associativo**.” (“RESISTIR E VENCER O COLONIALISMO: POSIÇÃO ANTIGA DO POVO MOÇAMBICANO”, 1975: 4; sublinhado no orig.). Sobre a génese do Grémio Africano, sua evolução e relevância na difusão de ideais nacionalistas, veja-se Mondlane, 1975: 111 ss.; Pinto, 1998: 68; Hedges, 1999: 63 ss.; Cabaço, 2007: 170-172, 176-180.

<sup>31</sup> Sobre este edifício, veja-se Costa, 1935: 76; Lage e Carrilho, 2010: 62-63.

<sup>32</sup> A PIDE foi tornada extensiva a Moçambique pelo Decreto n.º 39 749, de 9 de agosto de 1954. Veja-se Cabaço, 2007: 337-338.

beneficiam do regime de protecção reservado aos bens classificados do património cultural” (Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro, Capítulo IV, Art.º 7, n.º 3) e exista legislação específica para a protecção, preservação e valorização do património da Luta de Libertação Nacional (Lei n.º 13/2009, de 25 de fevereiro) — que enquadra “as sedes e as penitenciárias da Polícia Internacional de Defesa do Estado - PIDE e Direcção-Geral de Segurança - DGS” (Resolução n.º 12/2010, de 2 de junho), o seu abandono e ruína são evidentes.



Figura 84: Uma das primeiras sedes do antigo Grémio Africano de Lourenço Marques, [s.d.], Luigi Corvaja, CEDH-FAPF.

Figura 85: O mesmo edifício da imagem anterior em 2012 (demolido no final de 2012), autora. Situava-se na Av. Karl Marx, no quarteirão que margina a Praça da Independência.



Figuras 86a e 86b: Vila Algarve, esquina das Avenidas Mártires da Machava e Ahmed Sékou Touré, 2013, autora.

A cidade é um autêntico repositório de arquiteturas de qualidade singular que ora acompanham, ora são anuladas pelo crescimento e transformação em curso. Há, no entanto, um interesse e um entendimento crescentes do valor e da importância que o património imóvel representa do ponto de vista cultural, histórico e identitário para o país (Ouis, 2010: 19). A Direcção Nacional do Património Cultural do Ministério da



Cultura na equipa e pessoa da sua diretora, Doutora Solange Macamo, e a FAPF-UEM, têm procurado a divulgação e o estudo do património imóvel da cidade de Maputo e do restante território moçambicano. Esta ação é visível, nomeadamente, na discussão que tem sido levada adiante nos últimos anos na elaboração de um regulamento para o património edificado; na inventariação do património edificado (Macamo, 2010; Lage e Carrilho, 2010; Lage e Carrilho, 2013); na elaboração de um manual de conservação do património edificado (Macamo, 2014); na publicação de investigação académica realizada nesta área (Lage, 2005; Lage e Baloji, 2010; Carrilho e Lage, 2011; Morais, Lage e Malheiro, 2012; Morais, Lage, Carrilho, Joaquim e Malheiro, 2014); e na participação ativa na elaboração dos últimos planos de urbanização da cidade de Maputo com enquadramento específico para o conjunto da Baixa e para os elementos propostos para classificação (PEUMM, 2008; PPUBaixa, 2014).

Durante o ano de 2013, no âmbito do projeto de Inventariação do Património Cultural e em sintonia com a legislação em vigor (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro; *Política de Monumentos*, 2009)<sup>33</sup>, o Ministério da Cultura, em colaboração com o Conselho Municipal de Maputo e a FAPF-EUM, com a assessoria do arquiteto Gianfranco Gandolfo e o apoio da Cooperação Espanhola, procedeu à colocação de placas de identificação em trinta elementos do património edificado da cidade de Maputo. As várias placas identificam o perímetro da área protegida da Baixa de Maputo e a localização de dezoito elementos inventariados nessa área, e uma lista com todos os edifícios e monumentos memoriais classificados ou em vias de classificação da cidade.

---

<sup>33</sup> “Tanto nos imóveis classificados ou em vias de classificação como nas Zonas de Protecção, incluindo vias de acesso, o Governo promove a afixação de Placas de Identificação e Protecção. O Ministério que superintende a área da cultura prioriza a colocação de placas junto dos imóveis classificados como monumentos de valor nacional, ou que se encontrem em perigo de deteriorar, mediante informação recebida dos depositários e demais interessados.” (*Política de Monumentos*, 2009: 6).

Há que ressaltar também o papel tanto de Solange Macamo — no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, como docente da disciplina de “Classificação do Património Edificado” do curso de licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural, onde os seus alunos têm realizado investigação sobre edifícios ou conjuntos da cidade de Maputo (e de outras áreas do país) —, como da FAPF-UEM, onde alunos e docentes têm feito o levantamento arquitetónico e a recolha de documentação de vários edifícios, de estudos e planos urbanísticos nos arquivos da cidade, informação que pode ser consultada no CEDH da FAPF-UEM, com um espólio arquivístico considerável.

Todavia, pode-se verificar facilmente que a proposta de delimitação do conjunto da Baixa de Maputo (que remonta a 1984) e a legislação existente não asseguram nem a proteção de edifícios singulares, nem a do conjunto classificado (Mendonça, 2016b). É disso exemplo, a edificação da nova sede do Banco de Moçambique dentro dos limites da Baixa antiga, que ameaça em termos de cêrcea, massa e tecnologia construtiva (torres envidraçadas com grande gasto energético) e função (um dos volumes do complexo é uma torre silo-auto destinada maioritariamente a estacionamento), o equilíbrio do conjunto, contrariando pareceres do Ministério da Cultura e da FAPF-UEM. Ou, recuando no tempo, a demolição e ampliação da Mesquita Central, na década de 1990, um dos marcos da Baixa antiga, contrariamente ao parecer do Conselho Nacional do Património Cultural e do Ministério da Cultura. Efetivamente, como refere Joseph King, e levando em conta condições específicas em cada geografia,

[...] urban conservation relies to a great extent not only on technical skills but also on the ability to communicate conservation concerns to decision-makers and other stakeholders such as residents and business-owners. (King, 2009: 12)

**Instrumentos legais referentes à conservação do Património Cultural em Moçambique** (Omar, 2013: 99; Macamo, 2014: 75-77):

- Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960;
- Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO, 1972 (Moçambique é signatário desde 1982, Resolução n.º 17/82, de 13 de novembro);
- Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, que determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do Património Cultural de Moçambique;
- Decreto n.º 27/94, de 20 de julho, que aprova o Regulamento de Proteção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural;
- Resolução n.º 12/97, de 10 de junho, que aprova a Política Cultural e a Estratégia da sua Implantação;
- *Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios - Património Cultural*, elaborado em 2003 pelo Departamento de Monumentos da Direção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura com o apoio da UNESCO (Macamo, 2003).
- Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, UNESCO, 2003 (Moçambique é signatário desde 2007);
- Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, UNESCO, 2005;
- Decreto n.º 46/2008, de 30 de dezembro, que classifica, como Património Cultural, o Local Histórico de Chilembene;

- Lei n.º 13/2009, de 25 de fevereiro, que visa proteger, preservar e valorizar o Património da Luta de Libertação Nacional;
- Decreto n.º 72/2009, de 15 de dezembro, que aprova o Regulamento do Regime Jurídico relativo à Proteção, Preservação e Valorização do Património da Luta de Libertação Nacional;
- Resolução n.º 11/2010, de 2 de junho, que aprova a Política de Museus;
- Resolução n.º 12/2010, de 2 de junho, que aprova a Política de Monumentos.

**Em Maputo:**

- Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), 2008;
- *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo* (PPUBaixa), 2014 (aprovado pela Assembleia Municipal do Conselho Municipal de Maputo em novembro de 2014, aguarda validação ministerial).

A inventariação e a proposta de classificação (ou reclassificação) de elementos do património edificado da cidade de Maputo, levada a efeito ao longo dos últimos anos pelo Ministério da Cultura, aguardava até ao final de 2014 validação pelo Conselho de Ministros<sup>34</sup>. A proposta é composta por uma lista de trinta elementos (edifícios e memoriais) (Fig. 87) de entre as duas centenas que até 2009 tinham sido inventariados<sup>35</sup> e um conjunto (Fig. 88) (Lage e Carrilho, 2010: 13-14).

No ano de 2009, a criação de um projeto de valorização do património edificado da cidade de Maputo, através da FAPF-UEM e com o apoio da Cooperação

---

<sup>34</sup> De acordo com o n.º 1 do Art.º 7 da Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro: “A classificação ou a anulação da classificação de bens do património cultural compete ao Conselho de Ministros.”

<sup>35</sup> Há que levar em conta que para além dos vários projetos desenvolvidos nesse sentido pelo Ministério da Cultura da República de Moçambique e pela Universidade Eduardo Mondlane, foram levados a efeito vários projetos de inventariação do património edificado por equipas “externas”, nomeadamente, no âmbito do já referido projeto de investigação *Visões Cruzadas dos Mundos: Arquitectura moderna na África Lusófona (1943-1974) vista através da experiência Brasileira iniciada a partir dos anos 30*, coordenado por Ana Tostões (cf. Tostões, 2013); ou do precedente *Património de Origem Portuguesa no Mundo* (cf. Fernandes, 2010).

Itália-Moçambique, sistematizou a documentação “de cerca de 200 edifícios de valor histórico, ambiental ou arquitectónico” (Lage, 2010: 3) (Fig. 89), com vista à sua inventariação e classificação. Com este projeto pretendia-se a definição de uma metodologia para a Classificação do Património Edificado, a formalização e submissão de uma proposta de classificação ao Conselho Municipal de Maputo e propor aos órgãos competentes a aprovação de um “Regulamento de Proteção do Património Cultural Edificado” (Lage, 2010: 3). Este projeto foi coordenado por um grupo de docentes da FAPF-UEM, em colaboração com o Conselho Municipal de Maputo, os Ministérios da Cultura, Turismo e Obras Públicas e vários especialistas externos (Lage, 2010: 3). Realizaram-se vários encontros e seminários para a discussão de (a) desafios legislativos e metodologias de atuação, (b) questões ligadas à identidade e à apropriação cultural e (c) questões relativas à problemática da classificação do património moderno (Lage, 2010: 3). Com a classificação desse primeiro grupo de edifícios e memoriais, esperava-se que as autoridades competentes pudessem continuar sucessivamente o processo de inventariação e classificação de novos elementos (Lage e Carrilho: 4). Essa primeira proposta de classificação, no entanto, não obteve deferimento e em novembro de 2013 o Ministério da Cultura, após a reformulação do documento, voltou a submeter à apreciação do Conselho de Ministros nova proposta de classificação (que não teve aceitação). Aguardaram-se novos desenvolvimentos no âmbito da formulação, à época em curso, do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (PPUBaixa), submetido a aprovação no final de 2014.

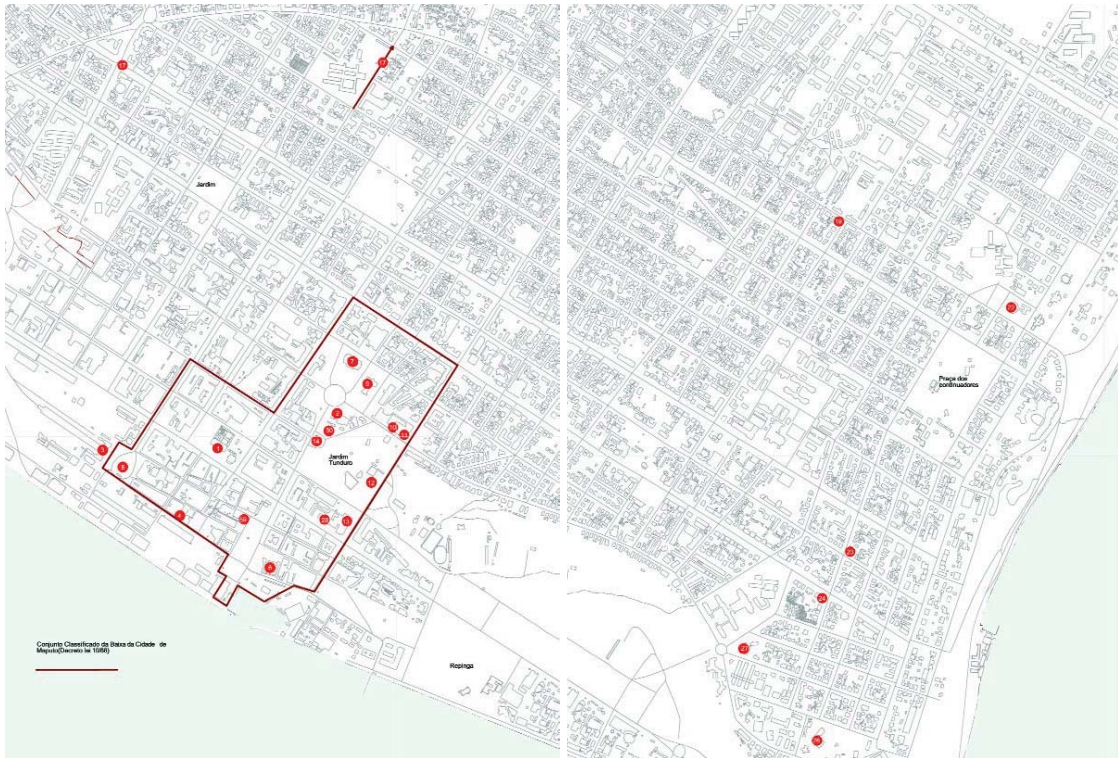


Figura 87: “Conjunto Classificado da Cidade de Maputo” e alguns dos trinta elementos dispersos propostos para classificação. Fonte: Lage e Carrilho, 2010: 16-17.

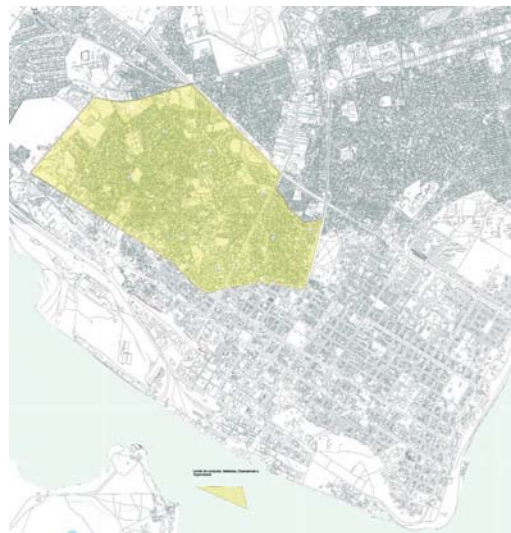


Figura 88: Conjunto proposto para classificação que compreende a Mafalala, o Chamanculo e Xipamanine. Fonte: Lage e Carrilho, 2010: 78.

Desta primeira lista proposta para classificação fazem parte vários edifícios classificados segundo as categorias de “monumento” e de “interesse público” durante o período colonial<sup>36</sup> (essa legislação colonial não foi revogada); três monumentos

<sup>36</sup> Para a lista de elementos propostos para classificação veja-se Lage e Carrilho, 2010. Entre os vários edifícios já classificados no período colonial encontram-se o Museu de História Militar/Fortaleza de

memoriais erigidos no período pós-independência (a Samora Machel, a Eduardo Mondlane e aos Heróis Moçambicanos) e um conjunto que abrange os bairros históricos da Mafalala, Chamanculo e Xipamanine (Fig. 88).

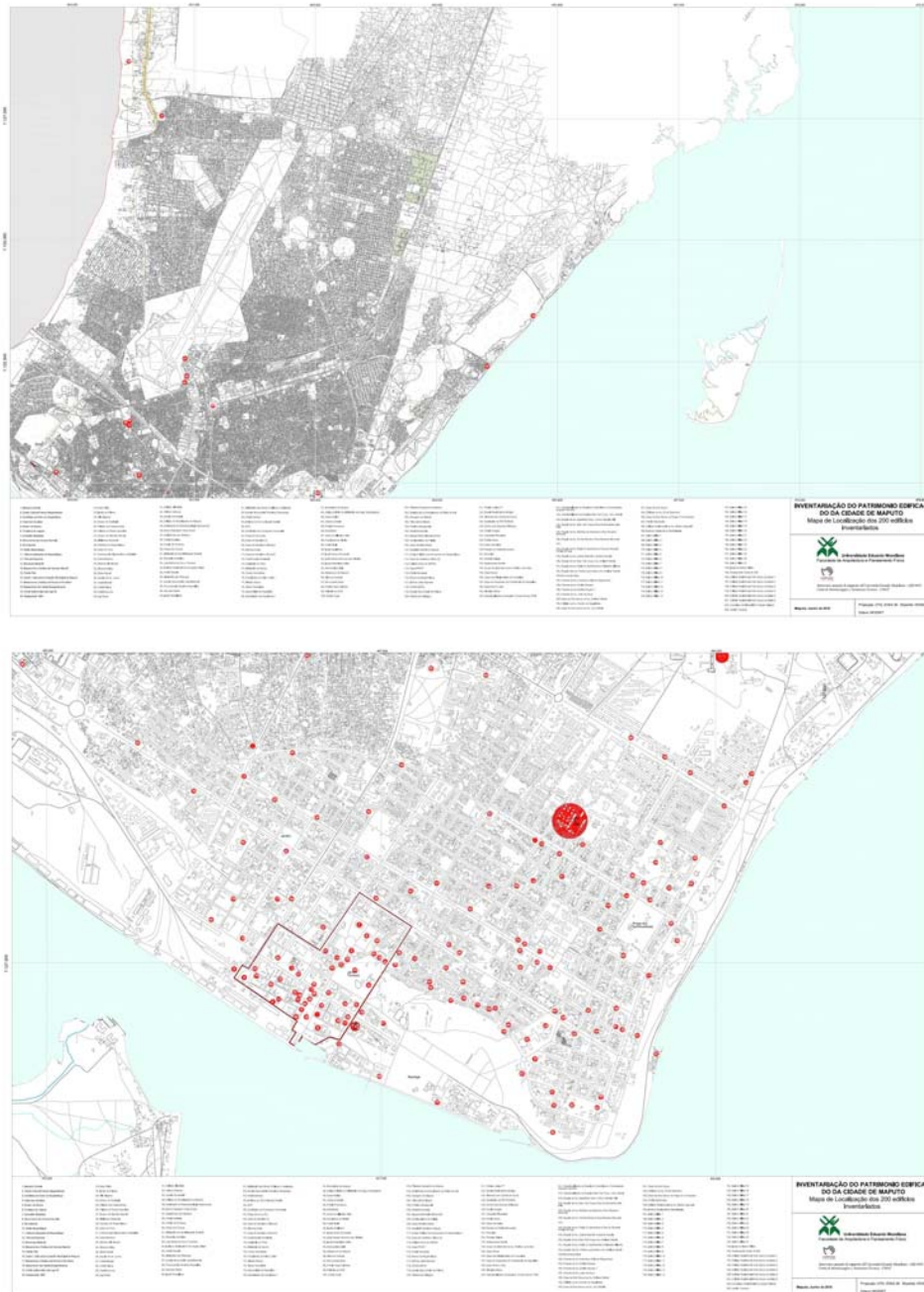


Figura 89: “Inventariação do Património Edificado da Cidade de Maputo. Mapa de Localização dos 200 edifícios inventariados”, 2010, Universidade Eduardo Mondlane/Cooperação Italiana, CEDH-FAPF. O perímetro delimitado no Bairro Central, que engloba a Baixa antiga, assinala a chamada zona de proteção histórico-arquitetónica da Baixa.

Nossa Senhora da Conceição, a Casa Amarela/Museu da Moeda, a Casa de Ferro, o Tribunal Supremo/Vila Joia, o Centro Cultural Franco-Moçambicano/Hotel Clube e o Palácio da Ponta Vermelha.

No final de 2014, a inventariação do património edificado realizada no âmbito do PPUBaixa, que tratarei adiante, ultrapassava as três centenas de edifícios, propondo a classificação de um novo conjunto urbano, situado na área industrial da Baixa (na zona Oeste), externa ao limite anteriormente apurado para a zona de proteção histórico-arquitetónica da Baixa, todos com indiscutível valor histórico e/ou arquitetónico.

A nível nacional, a inventariação do património edificado com vista à classificação e valorização de “monumentos, sítios e conjuntos urbanos” abrange várias outras cidades, de entre as quais a Beira (Lage e Carrilho, 2013), Moçambique e o Ibo; vários sítios arqueológicos (e.g., variadíssimas estações com pinturas rupestres e amuralhados da Tradição Zimbabwe) e locais associados à história da resistência contra a penetração colonial e da Luta Armada de Libertação Nacional. Relativamente a estes últimos, surgiu em 2009 (Lei n.º 13/2009, de 25 de fevereiro) legislação própria que estabelece um quadro legal para a proteção, preservação e valorização do património da Luta de Libertação Nacional, abrangendo:

- a) As bases e destacamentos da Frente de Libertação de Moçambique, os centros educacionais e os locais onde se realizaram as principais reuniões durante a Luta de Libertação Nacional;
- b) Os monumentos da Frente de Libertação de Moçambique;
- c) As sedes e as penitenciárias da Polícia Internacional de Defesa do Estado - PIDE e Direcção-Geral de Segurança - DGS. (Resolução n.º 12/2010, de 2 de junho de 2010, 134)

Interessa, no entanto, contextualizar brevemente a “política de monumentos” em Moçambique sob a administração colonial, na sua temporalidade própria. E, a evolução recente do entendimento sobre a salvaguarda do Património Cultural Moçambicano, em específico do património edificado “recente”.



A discussão em torno da ética e da responsabilidade social da conservação do património é tratada neste texto a partir da seguinte premissa, que deveria nortear as ações nos bens culturais: são as razões da conservação (conservar o “quê”, “porquê”, “como” e para “quem”) que assistem tanto os princípios da intervenção — ou seja, os instrumentos teóricos que orientam a atuação prática e que pressupõem a interrogação histórico-crítica do objeto —, como a definição dos próprios objetivos da intervenção, com incidência direta na escolha dos meios adequados para alcançar esses objetivos (Kühl, 2009a: 1). O princípio da ética e da responsabilidade social na conservação do património, bem como o seguimento de uma metodologia operativa são de fundamental importância para lidar com as questões que estão no cerne da própria disciplina do restauro (Kühl, 2009a: 1).

### **2.1.1 Antecedentes**

No início da década de 1970, Alexandre Lobato referia o seguinte relativamente à “política de monumentos” levada a cabo em Moçambique:

Desde há 40 anos para cá, desde 1930, que os monumentos da Ilha [de Moçambique] e Continente têm sido objecto de medidas conservatórias [...]. E de facto chegaram até nós inteiros, mas todos deformados, enxertados, e transformados no que nunca foram. Veja-se, por exemplo, o que se fez em 1909 à Casa da Câmara, quando se transformou num casarão insípido o gracioso edifício de 1788 que era considerado o mais belo solar municipal que havia no Ultramar. Veja-se o que aconteceu ao típico Convento de S. Domingos, exemplar único na Província, irreconhecível com as tropelias que nele se têm feito desde há um século para cá, [...]. [...] Aludirei finalmente ao Palácio de S. Paulo, que estava transformado num salão de mobílias pretensamente *chics*, sem qualquer carácter. (Lobato, 1970a: 7-8)

Mantendo o enfoque na cidade de Maputo, verifica-se que a implantação do plano de expansão da cidade no final do século XIX foi praticamente contemporânea dos principais desenvolvimentos teóricos para um entendimento moderno sobre o restauro e a salvaguarda do património edificado na Europa (que ocorreu de forma determinante nas últimas duas décadas do século XIX). Como pude referir no I Capítulo, no último quartel do século XIX afirmou-se a soberania portuguesa na Baía de Lourenço Marques. No distrito de Lourenço Marques, esse período foi determinante para a definição das fronteiras terrestres, a conquista do *hinterland* sob o domínio do Império de Gaza, e, no seguimento de desenvolvimentos externos, para o estabelecimento de uma estrutura urbana e de infraestruturas de transporte que permitiram o crescimento económico, assente numa política de prestação de serviços à África do Sul. A este processo de urbanização relativamente rápido seguiu-se a transferência efetiva da capital da Colónia para Lourenço Marques.

No campo do planeamento urbano, da reabilitação de equipamentos e da projeção de novos, a obra desenrolou-se sobretudo a partir da chegada da Expedição de Obras Públicas de 1877. Nos anos seguintes, as várias repartições de Obras Públicas encarregaram-se da reabilitação dos equipamentos<sup>37</sup>, projetando novos centros urbanos ou a expansão dos existentes e infraestruturas ferro-portuárias. Esta política de obras públicas inseriu-se numa lógica de ocupação e exploração dos territórios a colonizar, que descendia da política de ocupação efetiva dos territórios ultramarinos da chamada “corrida por/para África”. O reaproveitamento e valorização de equipamentos (como as velhas fortalezas e igrejas), o redesenho de centros urbanos ou a fundação de novos,

---

<sup>37</sup> Veja-se o espólio cartográfico e iconográfico do AHU relativamente aos projetos de reabilitação de vários edifícios pelas Obras públicas em Moçambique, a partir de 1877, e.g. “Egreja de Nossa Senhora dos Remédios, [...] Moçambique, [séc. XIX]”, AHU (ICONi\_064\_I\_D.408); “PLANTA DA FORTALESA de Nossa Senhora da Conceição EM Lourenço Marques [...]: [s.n.], 1877”, AHU (CART m\_064\_D.1359). Veja-se ainda o álbum *MISSÃO MARIANO DE CARVALHO À PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE EM 1890, PHOTOGRAPHIAS*.

insere-se num mesmo processo de fomento de obras públicas na ocupação e reocupação do território.



Figuras 90a e 90b: Excerto do “PROJECTO PARA A REEDIFICAÇÃO DA IGREJA DA SÉ EM MOÇAMBIQUE [Direção das Obras Públicas de Moçambique]”, 1878. AHU (CART m\_064\_D.1364 e CART m\_064\_D.1365). A figura 90a mostra o alçado do frontispício no estado em que se encontrava em 1878 (à esquerda) e o projeto de alteração. A Sé foi demolida em 1883 por ameaçar ruína (ARPAC, Nampula - XI - Monumentos e Locais Históricos 1, Pasta 2).

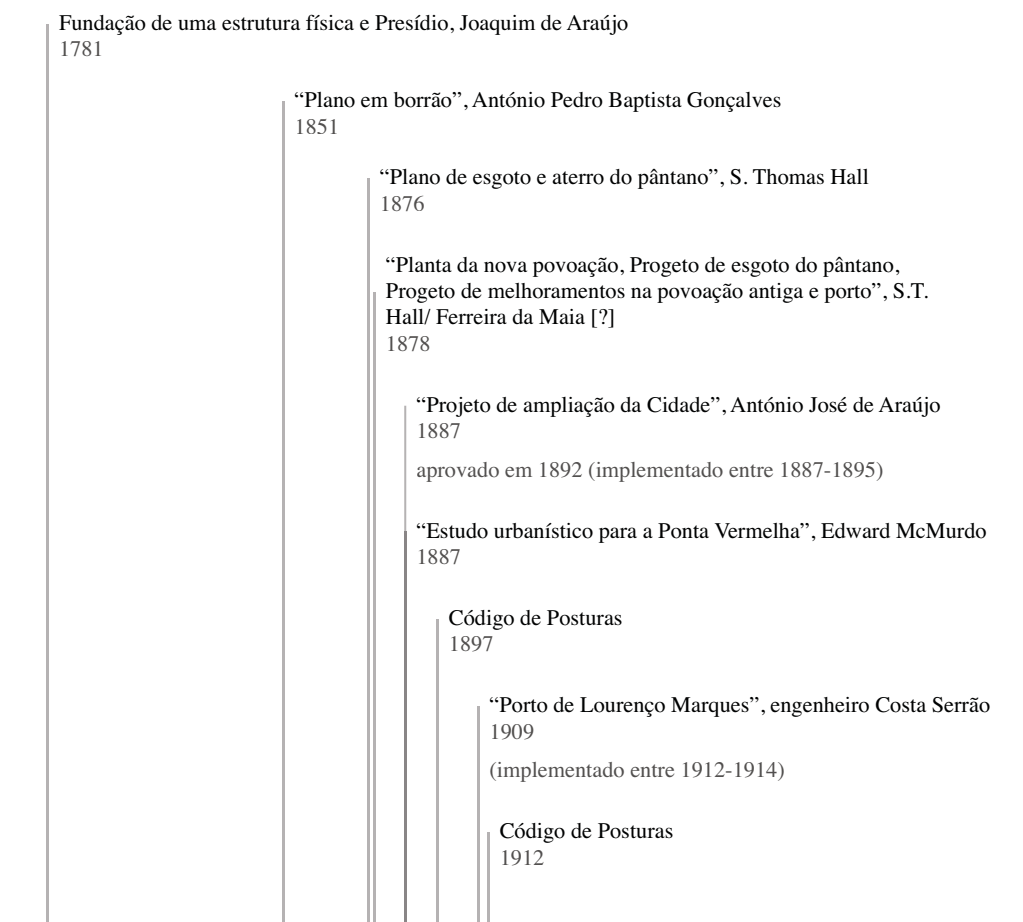


Tabela 3: Síntese dos planos urbanísticos para Lourenço Marques durante o século XIX e o início do século XX.

Com a fundação do Estado Novo (1933-1974) — e já num contexto cultural, social e político específicos —, o Governo português identificou a “conservação” do património monumental como pertinente ao seu programa político, ou seja, a “restauração” nacional, e, diretamente relacionado, um domínio mais direto e rigoroso sobre os recursos das colónias<sup>38</sup> (Hedges, 1999: 29). Essa gestão foi implementada em Moçambique através de várias medidas, nomeadamente através da unificação territorial e administrativa, que implicou a abolição do sistema de Companhias Majestáticas e de arrendamento de Prazos<sup>39</sup> (Hedges, 1999: 29).

A orientação *estadonovista* colocou na primeira linha da sua propaganda, a ação das Obras Públicas<sup>40</sup> (Neto, 2001: 156 ss., 196 nota 85), com relevância para a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), criada em 1929<sup>41</sup> (Neto, 2001: 13, 18, 157-159, 205), com atuação no território nacional, ilhas atlânticas e províncias ultramarinas<sup>42</sup>. Segundo Maria João Neto, a ideologia da “restauração”

---

<sup>38</sup> Sobre o reforço das relações económicas entre Portugal e Moçambique a partir da década de 1930 e a implementação da centralização administrativa e política, veja-se Hedges, 1999: 36 ss.

<sup>39</sup> Na extensa Zambézia (que abrangia as regiões de Sofala, Manica, Sena, Quelimane e Tete), para além das velhas feitorias ao longo do Zambeze, a ocupação portuguesa tomou grandes domínios territoriais que no século XVII se chamaram Prazos e se constituíram como autênticos feudos político-económicos que a Coroa aforava em três vidas (Lobato, 1971: 10). Sobre os “Prazos da Coroa” e a ocupação da Zambézia, veja-se Lobato, 1971: 10-11, 14; Fernandes, 2010: 534-535, 574-576; Newitt, 2012: 203-225. Sobre os Prazos da Zambézia nas primeiras décadas do século XX, veja-se Hedges, 1999: 1.

<sup>40</sup> O Ministério das Obras Públicas, com a criação do “Comissariado do Desemprego” em 1932, passou a deter, também, um papel de relevo na promoção de emprego (sobretudo no âmbito das novas obras públicas), numa altura em que o país (e o mundo industrializado, sob os efeitos da crise de 1929) procurava contrariar o flagelo social do desemprego e os efeitos económicos daí decorrentes (Neto, 2001: 165-166, 210, 244).

<sup>41</sup> Sobre os antecedentes da DGEMN e a atuação nos principais monumentos do território nacional desde meados do século XIX até às primeiras décadas do século XX, veja-se Grilo, s.d.: 3; Acciaiuoli, 1991: vol. I, 2-48; Neto, 2001: 63-134. Sobre a política de “restauração” subjacente à DGEMN, veja-se Acciaiuoli, 1998: 11-14; Neto, 2001: 143 ss.

O interesse do regime na divulgação da “valorização” do património monumental e seus inerentes fundamentos teóricos e ideológicos ficaram patentes nos *Boletins da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* (s.d.), publicados pela DGEMN desde 1935 até aos anos de 1990 (Grilo, s.d.: 5).

<sup>42</sup> Veja-se a atuação dos arquitetos da DGEMN em comissão de serviço no Ministério do Ultramar, entre as décadas de 1950 e 70, em S. Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, caso de Luís Benavente (1902-1992) (Mariz, 2012c; Neto, 2001: 230); nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, caso de João Filipe Vaz Martins (Neto, 2001: 232) ou de Joaquim Areal da Silva, em meados da década de 1940, que elaborou relatórios sobre os principais monumentos classificados de Moçambique (*Boletim Geral das Colónias*,

(moral, histórica e económica) caracterizou a ação dos primeiros anos do Estado Novo (Neto, 2001: 13). Esta ideologia, intrincada na própria metodologia de restauro utilizada nos monumentos nacionais, respondia através da reintegração estilística, a uma “nova” leitura da História nacional assente nos seus momentos áureos, “verdadeira lição do valor e da raça lusa, sinais de garantia e confiança no *Estado Novo*, timoneiro seguro e legítimo da Nação” (Neto, 2001: 13).

Considerando o grande investimento no restauro dos monumentos durante as primeiras décadas do Estado Novo, pode-se verificar que não houve lugar no seio da DGEMN ao desenvolvimento de um debate teórico com expressão significativa sobre os princípios de intervenção nos monumentos (Neto, 2001: 233). Em linhas gerais, e segundo Maria João Neto, nos primeiros anos da DGEMN, e tal como no período precedente, as intervenções nos monumentos nacionais obedeceram sobretudo ao princípio da reintegração estilística (Neto, 2001: 236). A prevalência de tais princípios de atuação até meados do século XX e além<sup>43</sup>, só se explica, segundo Maria João Neto, pela “insensibilidade às propostas alternativas à *unidade de estilo*, de molde a permitir a defesa de preceitos opostos” (Neto, 2001: 239) e/ou pelo “desconhecimento dos parâmetros de intervenção em monumentos, sob discussão internacional” (Neto, 2001: 258). Com a mesma análise, José-Augusto França refere que o restauro de igrejas, castelos e palácios, por volta de 1940, desenrolou-se “segundo princípios arqueológicos de refazimento conjectural e de purificação bebidos em Viollet-le-Duc mais do que numa consciência histórica”, metodologia adotada até finais da década de 1960 (França,

---

fev. 1948, (272), 75-77) e foi responsável pelo projeto de restauro da Fortaleza de Lourenço Marques (Silva, 1945: 23-44).

<sup>43</sup> Apesar de aparecerem textos que revelam conhecimento de outras formulações teóricas no campo do restauro e da salvaguarda do património arquitetónico em contexto europeu, e circular informação nos serviços da DEGMN sobre a discussão (fecunda) da matéria na Europa do pós-guerra, a atuação em campo no território português revia-se sobretudo no culto do monumento restituído à pureza de estilo, expurgando-o de vestígios “dissonantes” deixados pelo tempo (Neto, 2001: 238-240, 257-259).

1984: 463 *apud* Neto, 2001: 14). Como refere Margarida Acciaiuoli, levava-se “a supor que se havia conseguido uma espécie de união natural entre a definição de uma política patrimonial e as práticas de conservação utilizadas” (Acciaiuoli, 1998: 13).

O entendimento oficial de que os monumentos idealizados pelo colonizador e o “desenvolvimento” infligido às colónias comprovavam a legitimidade histórica da ocupação — e justificavam o incremento da colonização portuguesa (Hedges, 1999: 123) — ficou patente na 1.<sup>a</sup> Exposição Colonial Portuguesa<sup>44</sup>, realizada nos jardins do Palácio de Cristal, no Porto, em 1934. Nesse certame, os visitantes puderam apreciar reproduções de monumentos como a do Arco dos Vice-Reis de Velha Goa e a do farol da Guia de Macau (Galvão, 1934a), ou ainda, o Padrão de Diogo Cão (autêntico) (Galvão 1934b). Já na Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa, realizada em Lisboa em 1937, para além da “reprodução da fortaleza de Diu em pedra das próprias muralhas gloriosas” (*Roteiro da Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa no Século XIX*, 1937: 6), foram expostas uma maquete da Fortaleza de São Sebastião de Moçambique, outra, alegórica, do feito de Chaimite (Santos, 1937: 20-21), e outra do monumento a Mouzinho de Albuquerque (*Roteiro da Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa no Século XIX*, 1937: 8), inaugurado no final de 1940, na principal praça de Lourenço Marques (Praça Mouzinho de Albuquerque) (“O Monumento a Mousinho de Albuquerque em Lourenço Marques [...]”, out-dez. 1936: 148).

Esse mesmo entendimento tomou forma nas várias exposições coloniais da década de 1930 inauguradas durante as visitas presidenciais, organizadas “sobretudo para mostrar e promover os recursos de valor comercial das colónias” (Costa, 2005: 85).

---

<sup>44</sup> Dentro da área expositiva, no centro da Praça do Império, erguia-se um obelisco monumental ao “esforço colonizador português”, projeto de Ponce de Castro (Galvão, 1934b). O Palácio das Colónias apresentava uma nave central coberta por uma abóbada de berço suportada por colunas representando padrões das “descobertas”. Ao longo da abóbada, pinturas de paisagens de grande dimensão mostravam vários “recanto[s] do nosso Império” (Galvão, 1934b).

Foi o caso da Exposição-Feira de Angola, realizada em Luanda, em 1938, onde se pôde observar “a reconstituição da histórica Fortaleza de Muxima, padrão glorioso da [...] ocupação, [...] feita com absoluta e rigorosa verdade histórica [...]”<sup>45</sup> (*EXPOSIÇÃO-FEIRA DE LUANDA*, 1938: 13). Ou em Moçambique, da “Exposição histórica, cultural, comercial e agrícola”, realizada na cidade da Beira, em 1939<sup>46</sup>, onde o pavilhão de honra tomou a forma da Fortaleza de S. Caetano de Sofala, expondo simbolicamente a pedra de armas da velha fortaleza e um Cristo mutilado (*Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe de estado à União Sul-Africana*, 1940, vol. II, s.p.).

Da Fortaleza de Sofala, que constava como tendo sido a primeira construção perene da costa oriental africana erigida sob influência ocidental — com pedras oriundas de Portugal —, restava no final do século XIX, alguns vestígios de muralha, que na década de 1930 já há muito tinham desaparecido (“Discursos do Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Moçambique [...]”, out. 1939: 100). Nas palavras proferidas por Óscar Carmona, na Câmara Municipal da Beira, à sua chegada à cidade, em 28 de julho de 1939, a continuidade temporal e a relação direta entre fomento/monumentos e “ação civilizacional”, eram evidentes:

A cidade da Beira, admirável realização da moderna capacidade colonizadora dos portugueses, e as pedras gloriosas da fortaleza de Sofala, articulam o passado com o presente, na unidade magnífica do desenvolvimento histórico de Portugal neste recanto do Império. (*apud Boletim Geral das*

---

<sup>45</sup> A Exposição-Feira, inaugurada em 15 de agosto de 1938, foi a primeira no género nos territórios ultramarinos portugueses (*EXPOSIÇÃO-FEIRA DE LUANDA*, 1938: 11-12). Sobre este evento, veja-se *Exposição-Feira Angola 1938/ Álbum comemorativo da exposição-feira de Angola*, XCMXXXVIII; *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola*, 1939, vol. II.

<sup>46</sup> A Exposição, organizada pela Companhia de Moçambique, foi inaugurada em 30 de julho de 1939 pelo Presidente da República, General Óscar Carmona, integrada nas comemorações dos “Centenários da Nacionalidade e da Independência” (Costa, 1940: 214). Veja-se, *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe de estado à União Sul-Africana*, 1940, vol. II.

*Colónias*, out. 1939: XV(172), 60)

A narrativa da colonização procurava assim acentuar o “passado e o presente português” das terras de Sofala — concessionadas à Companhia de Moçambique até ao início da década de 1940 (Bethencourt e Chaudhuri, 1998: vol. 4, 290-291; Fernandes, 2010: 498-499) — e um dos pressupostos da “restauração” dos monumentos históricos da colonização para a Administração portuguesa: a continuidade entre o tempo passado (pré-determinado) e o tempo contemporâneo, ou por outras palavras, sem que ocorresse a consciência da separação temporal entre o tempo do observador e o tempo da criação da obra do passado. O monumento não era, pois, entendido como um evento histórico concluído e celebrado mas, como um tema aberto, pertencente a um “eterno presente” (Sette, 1996: 112).

As palavras do Tenente Cardoso dos Santos na descrição apoteótica da Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa, resumem a valência desses monumentos para a Administração colonial contemporânea, como símbolo do “elo candente entre a Grandeza do Passado e a era de Engrandecimento iniciada no Presente”<sup>47</sup> (Santos, 1937: 27). De forma sintética, criou-se um paralelo entre a metodologia de intervenção privilegiada nos monumentos e a restauração de valores histórico-ideológicos, ao considerar-se que esses monumentos eram um testemunho vivo desses valores (Neto, 2001: 143).

---

<sup>47</sup> É interessante notar o paralelismo com um texto contemporâneo de Antonio Munõz (1884-1960) sobre as várias intervenções levadas a efeito por Mussolini em monumentos da Antiguidade na cidade de Roma, devendo a cidade ilustrar a continuidade entre o passado glorioso da romanidade e a modernidade contemporânea trazida pelo fascismo: “[...] le zone monumentali, come il Foro Romano, i Fori Imperiali, il Colosseo, si son venute a trovare nei centri dove maggiormente pulsa la vita cittadina, e malgrado le proteste [...], si è visto che i monumenti classici non hanno niente da temere dal contatto con il movimento moderno, né gli uomini nuovi sono impiccioliti dall'avvicinarsi a quelle rovine venerande” (Munõz, 1935, *apud* Argenio, 2008: 143). A legitimação do poder *mussoliniano* através da exaltação da continuidade com o passado romano foi outro dos recursos utilizados pelo fascismo na colónia italiana da Líbia, onde as escavações arqueológicas e o restauro dos monumentos da ocupação romana assumiram grande protagonismo.





Figura 91: Um dos arcos erguidos em S. Tomé para receber a visita presidencial, 1939, [s.a.]. Fonte: [Álbum Fotográfico] *Alguns Aspectos da Viagem Presidencial às Colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola*, 1939, vol. I, [s.p.].

Figura 92: Padrão na Ponta do Padrão, na foz do Zaire, Angola, com a coroa de bronze oferecida pelo Chefe de Estado, 1939, [s.a.]. Fonte: [Álbum Fotográfico] *Alguns Aspectos da Viagem Presidencial às Colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola*, 1939, vol. I, [s.p.].



Figura 93: “AS AVENIDAS DA BEIRA, ENGALANADAS, RECORDAM ARRAIAIS DO MINHO”, 1939, [s.a.]. Fonte: [Álbum Fotográfico] *Viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República General Carmona, ao Império Colonial Português, em 1939*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT/TT/CMZ-AF-GT/E/29/4/65). Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3683390> [consult. 15 maio 2015].

Figura 94: “UMA RECONSTITUIÇÃO DA ENTRADA DA FORTALEZA DE SENA”, cidade da Beira, 1939, [s.a.]. Fonte: [Álbum Fotográfico] *Viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República General Carmona, ao Império Colonial Português, em 1939*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT/TT/CMZ-AF-GT/E/29/4/66). Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3683391> [consult. 15 maio 2015].

As exposições coloniais, como refere Filipa Lowndes Vicente, foram profusamente utilizadas pelo Regime, que conhecia bem as suas potencialidades, bem como as da fotografia<sup>48</sup>, “mais ainda num país de maioria analfabeta, onde saber ver era mais fácil do que saber ler” (Vicente, 2014: 21). Os periódicos oficiais faziam o relato das visitas presidenciais aos monumentos e memoriais da conquista, e a narrativa

<sup>48</sup> Veja-se o cuidado posto na edição de álbuns fotográficos das exposições coloniais, nomeadamente no álbum da Companhia de Moçambique da Exposição Colonial do Porto (Companhia de Moçambique, 1934), ou da Exposição-Feira de Angola organizada sob a direção técnica de Vasco Vieira da Costa (1911-1982) (à época funcionário aduaneiro), que lhe assegurou a qualidade cenográfica (*Exposição-Feira Angola 1938/Álbum comemorativo da exposição-feira de Angola, XCMXXXVIII*).

histórica de vários monumentos<sup>49</sup>. Na continuidade temporal entre o passado eleito e o presente contemporâneo, aos velhos monumentos vieram juntar-se os novos padrões comemorativos<sup>50</sup> e outros memoriais, assinalando, durante as décadas de 1940 e 1950, as principais praças e as fachadas dos edifícios da Administração Pública. Todo este discurso, assente na retórica das qualidades especiais da colonização portuguesa, foi desenrolado em sintonia com o endurecimento da política colonial em Moçambique, “que culminou com a implantação das culturas forçadas e [...] [o] controle estatal rigoroso sobre toda a força de trabalho” (Hedges, 1999: 123).



Figura 95: “O padrão que fica a atestar a passagem do Presidente da República por terras de Cabo Verde, é inaugurado pela Senhora de Frago Carmona”, 1939, [s.a.]. Fonte: [Álbum Fotográfico] *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe de estado à União Sul-Africana*, 1940, vol. I, [s.p.].

<sup>49</sup> No *Boletim Geral das Colónias*, 1939, XV(163), 25 (número especial dedicado à viagem de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República a S. Tomé e Príncipe e a Angola), descrevia-se, entre outros, a visita do Chefe de Estado ao sítio onde Diogo Cão fez levantar o Padrão de S. Jorge. No mesmo texto pode ler-se: “Carmona representava ali todo o Império — o Império que vinha de longe no tempo, imenso ainda no Espaço, e que solenemente, perante portugueses e estrangeiros, afirmava a sua decidida vontade de *permanecer*, de continuar no futuro a obra gigantesca do seu passado” (*Boletim Geral das Colónias*, 1939, XV(163): 29). Em *Moçambique: Documentário Trimestral* encontram-se várias notícias e extratos de investigação histórica sobre os “monumentos e relíquias históricas” de Moçambique (“Crónica do Trimestre: Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique”, 1943: (33) 143-144; “Crónica do Trimestre: Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique”, 1943, (34), 121-123); a Praça de Nossa Senhora da Conceição em Lourenço Marques (Silva, 1945: 23-44); o Forte Princesa Amélia em Massangano (“Fortalezas de Moçambique: O Forte Princesa Amélia em Massangano”, 1951: 79-89); o Reduto de Pemba (Montez, 1954: 71-78), ou conjuntos como o da Ilha de Moçambique (Lobato, 1945: 5-152) e do Ibo (Torres, 1938: 71-85).

<sup>50</sup> O rasto de novos memoriais devia inspirar e “traduz[ir] o reconhecimento da[s] colónia[s] pela primeira visita com que a[s] honrou um chefe do Estado Português [...]”, segundo a mensagem gravada no padrão da vista presidencial de Lourenço Marques, inaugurado em 20 de junho de 1939 (*Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe de estado à União Sul-Africana*, 1940, vol. I, s.p.).

Figura 96: Inauguração do padrão comemorativo da visita presidencial, Lourenço Marques, 1939, [s.a.].  
Fonte: [Álbum Fotográfico] *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe de estado à União Sul-Africana*, 1940, vol. I, [s.p.].



Figura 97: “A multidão aglomera-se, em massa densa, junto da estátua de António Enes - Comissário Régio nos tempos difíceis das lutas da ocupação”, Lourenço Marques, 17 de julho de 1939, [s.a.]. Fonte: [Álbum Fotográfico] *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe de estado à União Sul-Africana*, 1940, vol. I, [s.p.].

Figura 98: “O Chefe do Estado, em nome da Nação, presta homenagem à memória gloriosa dos heróis do quadrado de Marracuene [combate de 2 de fevereiro de 1895]”, Marracuene, 21 de julho de 1939, [s.a.]. Fonte: [Álbum Fotográfico] *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe de estado à União Sul-Africana*, 1940, vol. I, [s.p.].

Tal como no soneto de Rui de Noronha, “Pós da História” (*O Brado Africano*, 3 de nov. de 1934), referente à derrota do Imperador de Gaza, Ngungunhane, “produzida de forma estereotipada pelo aparelho ideológico do Estado Colonial” (Hedges, 1999: 72-73), esses momentos e esses vultos da narrativa colonial foram reinvestidos, na generalidade, de uma nova simbologia de resistência à dominação colonial, no período imediato à Independência. Como refere Elikia M’Bokolo, líderes, chefes de guerra e chefes espirituais encarnaram a imagem da resistência e “tornaram-se verdadeiros heróis, independentemente do seu itinerário político, das vias que os conduziram ao poder [...] e da forma, muitas vezes autoritária, que imprimiram ao seu regime” (M’Bokolo, 2007: 336-337).

Nas fichas de inventariação dos “sítios históricos” e dos “monumentos”, compiladas no início da década de 1980 pelo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, que fazem parte do espólio do ARPAC, é possível encontrar referências a vários desses locais históricos e monumentos. São documentos preciosos para a

interpretação dos valores (relativos) atribuídos aos monumentos e aos sítios históricos nos contextos colonial e pós-colonial. As fichas apresentavam à época (década de 1980) “dados novos” para a reapreciação e a valorização de determinados monumentos e locais históricos e que servem sobremaneira à investigação dos processos de validação do património na contemporaneidade. Este é o caso, por exemplo, do sítio histórico de Chaimite<sup>51</sup>, no Chibuto (Gaza). A ficha de inventário, para além da síntese histórica que justificou a edificação do memorial e de uma fotografia do monumento erigido em 1941, assinalava a sua destruição pela população em 1974 e a presença de vestígios (da construção demolida) no local (ARPAC, Cx. “Maputo-Cidade-Cadastro”, Pasta CHAIMITE 8, 1. Ficha de inquérito, 25 jan. 1980). Na mesma pasta, recortes de notícias de jornal (“Marechal Samora Machel em Chaimite”, 6 mar. 1982; “Chaimite, a História”, 7 mar. 1982), registavam na íntegra o discurso presidencial da cerimónia de tomada de posse, em Chaimite, em 5 de março de 1982, dos novos Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Moçambique, dos comandantes militares para nove províncias e dos comandantes para duas brigadas de Infantaria Motorizada. Samora Machel explicava o “significado” de Chaimite e a relevância daquela cerimónia naquele local. Chaimite fazia parte da história da arte militar deixada pelos antepassados guerreiros, herdada pelas Forças Armadas de Moçambique no “seu papel histórico de expulsar os invasores estrangeiros”, história que não tinha sofrido rupturas nem descontinuidade (“Marechal Samora Machel em Chaimite”, 6 mar. 1982). Encontrava-

---

<sup>51</sup> Local onde o rei Manicusse/Manukuse/Sochangane/Sochangane e o seu neto Gungunhana/Ngungunhane (ca. 1850-1906) estabeleceram os seus reinos e onde este último foi preso pelas forças portuguesas em 28 de dezembro de 1895. Nesse mesmo local os portugueses erigiram um memorial em pedra e cimento com um baixo relevo com as figuras “de Gungunhana, Mouzinho com um punhal na mão, uma das mulheres de Gungunhane e um dos filhos” (ARPAC, Cx. “Maputo-Cidade-Cadastro”, Pasta CHAIMITE 8, Ficha-inquérito).

Para o registo fotográfico do antigo monumento de Chaimite, anterior àquele edificado em 1941, bem como do maciço arbóreo que ali perto assinalava a sepultura de Manicusse, veja-se Rufino, 1929: vol. 5, 44. Para o monumento erigido em 1941, veja-se “Monumento do feito de Chaimite (prisão de Gungunhana)”, [s.a.], [s.d.], IICT/AHU, doc. n.º 4428. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD5881> [consult. 25 fev. 2015].

se, mais uma vez, nos feitos gloriosos de um passado eleito, uma linha de continuidade com o presente em construção: “seis décadas depois, com os mesmos ideais que inspiraram a luta de Gungunhana, [...] , o povo pega em armas, [...] e submete o invasor colonial a uma rendição, e expulsa-o do país” (“Marechal Samora Machel em Chaimite”, 6 mar. 1982). Chaimite reentrava na História de Moçambique, agora pela voz do poder emancipado, como memória da resistência nacional à ocupação colonial, perpetuada nos feitos históricos das Forças Armadas na libertação de Moçambique e na tradição revolucionária do Partido Frelimo (“Chaimite, a História”, 7 mar. 1982).

Os monumentos, os locais históricos e determinadas figuras da história, como já tive oportunidade de referir, foram “aproveitados” ao longo do tempo como forma de legitimação política (Harvey, 2001: 330-332) ou, como refere Carbonara, recuperando-lhes determinados aspetos “como sinal de continuidade com o passado e por isso com a autoridade dos antigos” (Carbonara, 1997: 52).

### **“O culto dos monumentos” da colonização**

Em sintonia com o procedimento atuado na Metrópole — segundo a *mise en valeur* atribuída ao património edificado pelo entendimento político do Estado Novo —, os “monumentos históricos” (classificação reservada aos testemunhos materiais da colonização) eleitos<sup>52</sup>, e sobre os quais investiu a “restauração”, foram, na sua grande maioria, fortificações e construções religiosas<sup>53</sup>. E essas antigas construções ou conjuntos edificados estavam maioritariamente localizados em áreas onde

---

<sup>52</sup> “Este pano de fundo implicou que, também no campo do património arquitectónico, reinassem critérios de selecção, de acordo com os valores históricos enunciados e estranhos, muitas vezes, à dimensão artística dos imóveis. Os monumentos restaurados são aqueles que melhor ilustram a História ‘prescrita’ pelo regime, funcionando como testemunhos vivos que autenticam os momentos de triunfo da Nação secular” (Neto, 2001: 145). Veja-se também Neto, 2001: 143, 188.

<sup>53</sup> Nas palavras de António de Oliveira Salazar (1889-1970), “A defesa do [...] património artístico [era] das maiores obras da ditadura, das maiores e talvez das menos conhecidas. A *reconstituição meticulosa, quase religiosa*, do que [...] estava em risco de perder-se, ou quase perdido [...]: depois dos templos, os castelos, os monumentos de arte militar. [...]” (*apud* Neto, 2001: 143).

primeiramente se impôs a influência portuguesa, como a Ilha de Moçambique (feitoria em 1502<sup>54</sup>) e a terra firme em redor — o Mossuril<sup>55</sup> —, as Ilhas Querimbas<sup>56</sup> ou o vale do Zambeze<sup>57</sup>. Ou mais genericamente, ao longo da costa no Norte e no centro do território e na área de influência dos Prazos da Zambézia.

### **2.1.1.1 A Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique: A inventariação, a classificação e o restauro dos monumentos (1943-1975)**

Pelo Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943<sup>58</sup>, foi constituída a “Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique”, à qual competia “investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da Colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico-histórico e promover a sua propaganda cultural e turística”<sup>59</sup> (“Crónica do Trimestre: MONUMENTOS E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE”, 1943: 143–144). No preâmbulo do diploma, justificava-se a constituição da Comissão pela necessidade premente de “garantir a

---

<sup>54</sup> Sobre a ocupação portuguesa e o edificado da Ilha de Moçambique, veja-se Lobato, 1945: 5-152; Fernandes, 2010: 538-545. Sobre as principais obras de restauro e “valorização” urbanística levadas a efeito na Ilha de Moçambique e território adjacente pela Comissão dos Monumentos Nacionais, veja-se “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1969”, 1970: 87-89; “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970”, 1971: 95-96; Fonseca, 1972: 55-71.

<sup>55</sup> Para o enquadramento histórico da zona, onde se situam as povoações de Cabaceira Grande, Cabaceira Pequena e Mossuril, bem como dos seus principais monumentos, veja-se Loureiro, 2001; Fernandes, 2010: 529 ss.

<sup>56</sup> Sobre este arquipélago, veja-se Carrilho, 2005b: 18 ss.; Dierna, 2005b: 6 e a entrada “Ibo e arquipélago das Quirimbas (Cabo Delgado)” em Fernandes, 2010: 535-537. O núcleo urbano da Ilha do Ibo foi classificado em 1962 como monumento histórico pela Portaria n.º 16.429, de 14 de outubro (Fernandes, 2010: 536).

<sup>57</sup> Sobre a história da ocupação portuguesa ao longo da linha de penetração do Zambeze, desde o século XVI, veja-se Alberto, 1967: 51; Lobato, 1945: 14, 16; “Fortalezas de Moçambique - Praça de S. Caetano de Sofala”, 1951: 69–70, 73-74; Montez, 1970: 67; Newitt, 2012: 103-121, 275-290.

<sup>58</sup> O diploma foi revogado pela Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, Capítulo X, Art.º 26.

<sup>59</sup> Alocada no Arquivo Histórico da Repartição Técnica de Estatística, sediado na Praça 7 de Março/25 de Junho, a Comissão seria composta pelo Diretor dos Serviços de Obras Públicas, o Chefe do Estado Maior, o Chefe dos Serviços de Instrução Pública, o Chefe dos Serviços de Estatística e o Chefe do Arquivo Histórico de Moçambique (Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943, Art. 2.º e Art. 3.º). Em 1966 os serviços foram transferidos para a sede da Direção Provincial de Obras Públicas e Transportes (“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1966”, 1967: 77).

conservação do património arqueológico e histórico da Colónia”, visto muito desse espólio estar irremediavelmente perdido devido à incúria, como era o caso das Fortalezas de S. Caetano de Sofala<sup>60</sup> e de S. Marçal de Sena<sup>61</sup>, degradado e adulterado em utilizações impróprias, ou ser objeto de desvio para fora da Colónia, caso de antiguidades e relíquias (Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943).

O diploma referia o facto de terem sido tomadas já algumas medidas para a proteção desse património, como a criação de um museu na Ilha de Moçambique<sup>62</sup> ou a classificação da Praça de S. Sebastião de Moçambique<sup>63</sup> como monumento nacional<sup>64</sup>, medidas com um resultado incipiente. Havia a necessidade de investir simultaneamente na conservação e na valorização do património, “quer como testemunho de veneração pelo esforço colonizador das gerações passadas, quer como meio de cultura arqueológica e histórica, quer como motivo de interesse turístico” (Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943).

A propaganda cultural e turística que associava o monumento ao proveito económico, era uma das razões “práticas” posteriores expostas por Alexandre Herculano (1810-1877) para a salvaguarda dos monumentos: “Um monumento recomendável como objecto de arte é um capital produtivo” (*apud* Neto, 2001: 167). Esse “capital produtivo” começou progressivamente a ganhar forma no discurso oficial na década de

---

<sup>60</sup> Sobre a Fortaleza de S. Caetano de Sofala, desaparecida na primeira década do século XX, veja-se “Fortalezas de Moçambique - Praça de S. Caetano de Sofala”, 1951: 69-86.

<sup>61</sup> Para a imagem, veja-se “Fortaleza de S. Marçal de Sena [padrão reconstruído em 1906]”, Fot. J. Wexelson, [s.d.], IICT, doc. n.º 5390. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD23092> [consult. 27 out. 2014].

<sup>62</sup> Tratava-se do Museu de Arte Sacra instalado no antigo Hospital da Misericórdia, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian (Monteiro, 1966: 67-69).

<sup>63</sup> Sobre esta construção, veja-se Lobato, 1945: 46-64; Montez, 1967: 5-20; e o verbete “Fortaleza de São Sebastião” em Fernandes, 2010: 542.

<sup>64</sup> Pela Portaria Provincial n.º 5 093, de 3 de abril de 1943. A mesma portaria classificou como monumentos históricos, o Fortim de Santo António, a Igreja da Misericórdia, a Igreja de Nossa Senhora da Saúde e o Palácio de S. Paulo, todos na Ilha de Moçambique.

1930<sup>65</sup> (Neto, 2001: 168-170). E, se os monumentos da Metrópole faziam, há muito, parte do circuito cultural europeu e eram divulgados nas exposições e feiras internacionais, sobretudo desde o início do Estado Novo (Neto, 2001: 167-168), acentuou-se, também, o potencial económico do turismo cultural na propaganda dos territórios ultramarinos (*EXPOSIÇÃO-FEIRA DE LUANDA*, 1938: 12-13, 25).

Em Moçambique, essa propaganda foi devidamente orientada para as colónias vizinhas (África do Sul e “Rodésias”). Ao turismo de lazer — em franco desenvolvimento em Lourenço Marques desde a primeira década de 1900 (Alberto, 1907: 179) — acrescentou-se o cartaz da “cultura”. A cultura aparecia associada aos vestígios e ao carácter ancestral da colonização portuguesa e ao fomento geral do território, formalizado nas infraestruturas de praia (hotéis, desportos náuticos), campos de golfe, reservas de caça (Direito, 2014: 143-144), rede viária, monumentos e museus (cuidados).

O “culto dos monumentos” por parte da Administração portuguesa — refiro-me nomeadamente, às ações de salvaguarda do património arquitetónico, à musealização dos monumentos, ao desenvolvimento de unidades museológicas, à

---

<sup>65</sup> Analisando o fenómeno no contexto das colónias francesas e italianas no Norte de África, podem encontrar-se paralelismos na exploração dos monumentos e das “valências” da cultura indígena para o desenvolvimento económico das colónias através do turismo. Neste sentido, na Líbia, valorizou-se o carácter indígena — dos trajes, dos cafés árabes, da arte tradicional, etc. — também como forma de garantir a ordem civil, evidenciando a tendência colonialista para promover o imobilismo cultural da população dominada (Abbonizio, 2009: 76-77, 80-82). O investimento do Governo italiano na promoção do turismo nas colónias teve incidência tanto na construção de infraestruturas (redes de estradas e ferroviária, hotéis, etc.), como na preservação dos vestígios arqueológicos do antigo domínio romano (influenciando a perceção sobre a ocupação colonial, numa elaborada relação de dependência entre história e ação civilizacional) (Fuller, 2007: 151-153; Abbonizio, 2009: 49) ou ainda, na reabilitação dos edifícios religiosos islâmicos (Fuller, 2007: 70).

Já em Marrocos, as medidas de valorização e classificação dos monumentos históricos e das cidades antigas (pré-coloniais) (musealizadas por razões políticas) pela Administração colonial francesa, deveu-se sobretudo ao seu carácter pitoresco: do ponto de vista recreativo e da exploração comercial/turística interessava a visão exótica do “outro”, aspeto que reentrava na rentabilização dos “recursos” do território (Wright, 1997: 322-345). Política e cultura aparecem claramente interligadas. Essa condição foi amplamente explorada pelos administradores coloniais e “construída” no território através do planeamento urbano e das suas várias valências: organização funcional, social (e racial), composição arquitetónica e construtiva, definição das tradições e da modernidade.



edificação de memoriais a figuras da narrativa colonial, etc. — inseria-se num processo e num contexto nacional e internacional precisos. E foram práticas associadas tanto ao processo de restauração e fomento do País, como à divulgação da “obra civilizadora” operada<sup>66</sup>, e à legitimação da manutenção da soberania portuguesa nos territórios colonizados. Havia que sublinhar, segundo o entendimento contemporâneo, a herança portuguesa, contrariando críticas ao colonialismo que se acentuaram no mundo colonizado com a invasão da Etiópia e o aumento da repressão fascista (Hedges, 1999: 75-77), e que vinham ganhando corpo sobretudo desde o final da II Guerra Mundial<sup>67</sup> com a criação das Organização das Nações Unidas (1945) e o desenvolvimento de processos de descolonização a nível mundial (Domingo e Peralta, 2013: XVIII; Hedges, 1999: 198-199).

A Administração colonial portuguesa identificou como monumentos da Colónia de Moçambique:

- a) Sítios ou áreas de terrenos, tais como localidades, campos, cavernas ou grutas que cont[ivessem] objectos de interesse antropológico, arqueológico ou histórico, ou que t[ivessem] sido teatro de sucessos históricos;
- b) Construções ou outras obras representativas de civilizações aborígenes ou de povos que tivessem ocupado o território anteriormente à chegada dos portugueses, tais como zimbabués, aringas, chuambos, obras de mineração;
- c) Edifícios significativos da conquista e ocupação do território; edifícios que t[ivessem] sido lugar de sucessos históricos ou especialmente memor[assem] personalidades de relêvo da história da Colónia; edifícios [que] oferece[ssem] particular interesse arquitectónico;

---

<sup>66</sup> Sobre a divulgação de uma “cultura” favorável ao domínio colonial, pelo regime colonial, no contexto moçambicano, formalizada na instituição de um sistema educacional e religioso apostado em negar a cultura do povo colonizado e em impor valores culturais próprios da sociedade portuguesa, veja-se Hedges, 1999: 221 ss.

<sup>67</sup> Sobre a influência do colapso dos poderes imperialistas britânico e francês no Oriente e da participação de soldados africanos na II Guerra na queda do mito da invulnerabilidade dos sistemas coloniais europeus e no desenvolvimento de uma ideologia anticolonial, veja-se Hedges, 1999: 114 ss. O período seguinte (1945-1961) marcou o apogeu do colonialismo em Moçambique (Hedges, 1999: 129 ss.) e a clarificação progressiva dos objetivos do movimento anticolonial, fruto da experiência local e da influência da luta anticolonial regional e mundial (Hedges, 1999: 130), aumentando a contestação à situação colonial (Hedges, 1999: 196 ss.).

d) Objetos imóveis, naturais ou de fábrica humana, de interesse antropológico, arqueológico ou histórico. (Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943, Art. 8.º)

E “para proclamação como relíquia da Colónia”:

a) Petroglifos, pedras desenhadas ou pintadas, instrumentos ou utensílios geralmente acreditados como tendo sido fabricados ou utilizados por aborígenes ou qualquer povo que tivesse ocupado o território antes da chegada dos portugueses;

b) Armas, insígnias, emblemas, peças de indumentária, de mobiliário, de ornamentação ou adorno ou outros objetos móveis reputados antigos ou que ofereç[essem] interesse antropológico, arqueológico, histórico ou etnográfico. (Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943, Art. 9.º)

Não obstante as disposições preconizadas nesse diploma legislativo, que previam a classificação de edifícios com particular interesse arquitetónico, tanto o conjunto que assinalava a génese de Lourenço Marques, como os variadíssimos testemunhos do seu desenvolvimento urbanístico e arquitetónico sucessivo foram ignorados até praticamente ao final do período colonial. A ideia de monumento em Moçambique aparecia associada, por um lado, aos memoriais, sobretudo estatuária, erigidos “com o objectivo expresso de evocar a memória de acontecimentos e personalidades celebradas pela gesta histórica da nação”<sup>68</sup> (Navarro, 2012: 190), e, por outro, “aparentava remeter para o conceito de monumento histórico, tal como ele foi teorizado por Alois Riegl” (Navarro, 2012: 190). Ou seja, como um testemunho material que, independentemente das razões que assistiram à sua criação, “com a passagem do tempo, se converte em objecto de culto, referenciado num determinado quadro histórico, que a memória colectiva assume querer preservar” (Navarro, 2012:

---

<sup>68</sup> Refiro, a título de exemplo, em Lourenço Marques/Maputo, o monumento a António Enes, inaugurado em 8 de setembro de 1910 junto à Praça 7 de Março/25 de Junho (Lobato, 1970: 43); o monumento aos heróis da Grande Guerra, erigido na Praça Mac-Mahon/dos Trabalhadores, em 1935 (*Boletim Geral das Colónias*, jan. 1931: (67), 166-170) e o monumento a Mouzinho de Albuquerque, inaugurado em 1940 (no quadragésimo quinto aniversário do “feito de Chaimite”), no centro da Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência (*Boletim Geral das Colónias*, fev. 1941: (188), 112).

190). Nessa categoria, os testemunhos eleitos foram os achados arqueológicos da história pré-colonial e, como já foi referido, as construções “militares e religiosas que sinalizavam a fase inicial da colonização portuguesa entre os século XVI e XVIII” (Navarro, 2012: 191).

Os trabalhos da Comissão, levaram à inventariação e à classificação dos primeiros “Monumentos e Relíquias” da Colónia (pela Portaria Provincial n.º 5093, de 3 de abril de 1943), que foram os seguintes:

Praça de S. Sebastião de Moçambique [<sup>69</sup>], compreendendo as obras exteriores e a Capela de Nossa Senhora do Baluarte [1522<sup>70</sup>];

Fortim de Santo António, na Ilha de Moçambique [de origem quinhentista; edificado em 1820, reedificado pela Comissão de Monumentos em 1969<sup>71</sup>];

Forte de S. Lourenço, no Ilhéu de S. Lourenço [1695-1714<sup>72</sup>];

Restos da muralha da fortificação de S. José do Mossuril [<sup>73</sup>];

Forte de Muchelia;

Reduto de Matibane;

Reduto de Pemba, conhecido por Fortim de Jerónimo Romero;

Praça de S. João Baptista do Ibo [1789-1795<sup>74</sup>];

Fortim de Santo António, na Ilha do Ibo [1819<sup>75</sup>];

---

<sup>69</sup> Montez descreve as obras levadas a cabo no edifício, pela Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas, a partir de 1943 (Montez, 1967: 5-20). Veja-se também as notícias da Comissão sobre as obras de conservação e restauro de grande vulto realizadas no final da década de 1960 em “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1969”, 1970: 87; “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970”, 1971: 95.

<sup>70</sup> Sobre este edifício, veja-se “Igrejas e Capelas de Moçambique”, 1937: 80-81; Lobato, 1945: 64-67; 1954: 187; Garcia, 1971: 43-48; e o verbete “Capela de Nossa Senhora do Baluarte” em Fernandes, 2010: 542.

<sup>71</sup> Sobre este edifício, veja-se Montez, 1968: 13-14; Lobato, 1970a: 10; o verbete “Igreja e Fortim de Santo António” em Fernandes, 2010: 543; “Actividades da Comissão de Monumentos Nacionais durante o ano de 1969”, 1970: 87. Para algumas imagens do complexo antes das obras da Comissão, veja-se IICT/AHU, doc. n.º 1566, disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD3041> [consult. 25 jul. 2014]; IICT/AHU, doc. n.º 1557, disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD3030> [consult. 25 jul. 2014]; Fernandes, 2010: 273.

<sup>72</sup> Sobre este edifício, veja-se Montez, 1968: 9-12.

<sup>73</sup> Veja-se duas plantas de 1801, AHU (CART m\_064\_D.552 e D.533); uma planta de 1802, AHU (CART m\_064\_D.556); e uma “Planta do forte de S. Joze de Mussuril [...], 1848”, AHU (CART m\_064\_D.1352).

<sup>74</sup> Sobre este edifício, veja-se Fernandes, 2010: 536; as plantas da “Fortaleza de S. João da Ilha D'Oïbo”, de 1817, AHU (CART m\_064\_D.560 e D.561); duas “Planta[s] do forte velho da Ilha do Oybo”, ca. 1791, AHU (CART m\_064\_D.524 e D.525); e uma “Planta da Fortaleza de S. João de Ibo das Ilhas de Cabo Delgado... [...]1831.” AHU (CART m\_064\_D.566).

Fortim de S. José, na Ilha do Ibo [1764, reconstruído várias vezes<sup>76</sup>];

Forte de Milange;

Praça de S. Tiago Maior de Tete [século XVI, reedificada em 1686 e em 1836, alterada e ampliada em 1879 pela Secção de Obras Públicas do distrito; restaurada em 1942 pela Secção de Obras Públicas<sup>77</sup>];

Forte de D. Luiz I de Tete [finais de 1835 ou começo de 1836, em 1872 encontrava-se arruinado tendo sido reconstruído e inaugurado em 1874<sup>78</sup>];

Forte Princesa D. Amélia, em Massangano [1892<sup>79</sup>];

Porta e restos da Fortaleza de S. Marçal de Sena;

Fortim Rainha D. Amélia, em Tambara;

Fortim do Chibuto;

Quartel fortificado na Quissanga;

Praça de Nossa Senhora da Conceição, em Lourenço Marques [1782-1787, reconstituída em meados do século XX<sup>80</sup>];

Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, na Cabeceira Grande, Mossuril [1579, 1767, 1854<sup>81</sup>];

Igreja da Misericórdia, na Ilha de Moçambique [séc. XVII<sup>82</sup>];

Igreja de Nossa Senhora da Saúde, na Ilha de Moçambique [1633<sup>83</sup>];

Palácio de S. Paulo, na Ilha de Moçambique [Colégio dos Jesuítas em 1619-1635, Palácio dos Capitães-Generais em 1763, Palácio do Governo até 1898<sup>84</sup>];

Igreja de S. João Baptista, na Ilha do Ibo;

Igreja de Nossa Senhora do Livramento, em Quelimane;

---

<sup>75</sup> Veja-se Fernandes, 2010: 537.

<sup>76</sup> Veja-se Fernandes, 2010: 536-537.

<sup>77</sup> Veja-se Montez, 1970: 67-74; 1972: 73, 78.

<sup>78</sup> Veja-se Montez, 1970: 68; 1971: 77-80.

<sup>79</sup> Veja-se “Fortalezas de Moçambique: O Forte Princesa Amélia em Massangano”, 1951: 79-89.

<sup>80</sup> Sobre este edifício e seu projeto de reconstituição na década de 1940, veja-se Silva, 1945: 23 ss.; e o verbete “Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição” em Fernandes, 2010: 559.

<sup>81</sup> Veja-se “Igrejas e Capelas de Moçambique”, 1937: 79; o verbete “Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (Cabeceira Grande)” em Fernandes, 2010: 529-530; “Egreja de Nossa Senhora dos Remédios, [...] [séc. XIX]”, AHU (ICONi\_064\_I, D.408).

<sup>82</sup> Veja-se “Igrejas e Capelas de Moçambique”, 1937: 82; Fonseca, 1972: 66 ss.; Knopfli, 1972: 52-55; e o verbete “Igreja da Misericórdia e Hospital” em Fernandes, 2010: 544.

<sup>83</sup> Veja-se “Igrejas e Capelas de Moçambique”, 1937: 79; e o verbete “Igreja de Nossa Senhora da Saúde” em Fernandes, 2010: 543.

<sup>84</sup> Veja-se “Igrejas e Capelas de Moçambique”, 1937: 82; Lobato, 1945: 29-41; Fonseca, 1972: 62 ss., Knopfli, 1972: 69-83; e o verbete “Colégio Jesuíta e Capela de São Paulo (Palácio do Governador)” em Fernandes, 2010: 543. Sobre as obras abrangentes realizadas no complexo, pela Comissão dos Monumentos, durante o ano de 1969, e de manutenção, em 1970, veja-se “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1969”, 1970: 87-88; e “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970”, 1971: 95.

Palácio da Cabaceira, no Mossuril [século XVIII<sup>85</sup>];

Instituto Leão XIII, no Mossuril.

(*apud* “Crónica do Trimestre: MONUMENTOS E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE”, 1943: (34), 121–123)

Seguiu-se a classificação da Igreja de S. José de Boroma<sup>86</sup> (1885), inserida numa antiga “missão católica de jesuítas portugueses, depois substituídos pelos missionários da Congregação do Verbo Divino” (Fernandes, 2010: 529), no distrito de Tete, como “monumento histórico de Moçambique”, pela Portaria n.º 5 981 do Governo da Colónia, de 31 de março de 1945 (“Crónica do Trimestre [...]”, 1945: (41), 140). O documento classificava ainda como “Relíquias Históricas”, “uma pedra de armas reais portuguesas e uma pedra tumular lavrada, da Ilha de Moçambique, e duas lápides da Praça de S. Tiago Maior de Tete”. Além destes elementos, “a Comissão resolveu conservar, a título de ‘curiosidades’ históricas”:

- a árvore (“*Kigelia pinnata*”), junto à entrada da Praça de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques, sob a qual se crê ter sido morto, numa revolta de indígenas, em 1833, o governador de Lourenço Marques Dionísio António Ribeiro;

- o túmulo em que foi sepultada a mulher de David Livingstone, que se acha hoje incorporado no cemitério da Missão de Nossa Senhora da Conceição, Chupanga;

- o embondeiro, conhecido por “embondeiro de Livingstone”, em cujo tronco (escavado em gruta onde cabem seis ou sete pessoas) se acham inscritas as iniciais D. L., seguidas de data hoje já dificilmente reconhecível, inscrição que se atribui ao célebre explorador africano; o embondeiro acha-se na estrada Chemba-Chiramba;

- tambor indígena, existente na Tambara, sobre o qual a tradição indígena diz terem sido decapitados, pelos revoltosos indígenas, em 1917, alguns cipais e

---

<sup>85</sup> Veja-se o verbete “Antigo Palácio do Governador (Mossuril)” em Fernandes, 2010: 530-531; e “MESURIL, MAISON DE PLAISANCE DU GOUVERNEUR DE MOZAMBIQUE [...] [séc. XIX]”, AHU (ICONi\_064\_D.401).

<sup>86</sup> Veja-se o verbete “Boroma, Missão de (Tete)” em Fernandes, 2010: 528-529. Para um registo fotográfico das primeiras décadas do século XX, do exterior e interior da Igreja, veja-se “Igrejas e Capelas de Moçambique”, 1937: 69, 75-76.

indígenas fiéis à autoridade portuguesa;

- armas, joias e objetos de adorno encontrados no antigo cemitério da Vila de Tete;

- duas pedras, com inscrições datadas de 1892, que se destinavam a assinalar a ampliação do antigo Arsenal de Moçambique, na Ilha do mesmo nome (“Crónica do Trimestre [...]”, 1945: (41), 122-123)

A Ilha de Moçambique, a antiga capital da Colónia, visto o seu “núcleo urbano, de considerável importância sob os aspectos artísticos, histórico e turísticos”, foi classificada como imóvel de interesse público pela Portaria n.º 15 366, de 3 de maio de 1955, assinada pelo Ministro do Ultramar, Manuel Maria Sarmento Rodrigues. A classificação abrangia “todo o núcleo urbano da Ilha de Moçambique, com exceção da zona ocupada por construções sem carácter permanente” (Portaria n.º 15 366, de 3 de maio de 1955), ou seja, da chamada “cidade de Macuti”<sup>87</sup> (Figs. 102, 103). O texto proibia obras que alterassem “os edifícios existentes, nomeadamente nas suas características externas e arquitectónicas” e previa o levantamento cadastral e fotográfico do conjunto classificado<sup>88</sup>, ficando o licenciamento de obras nessa área dependente do parecer da Comissão de Monumentos (n.º 2 e n.º 3, Portaria n.º 15 366, de 3 de maio de 1955).

---

<sup>87</sup> O nome vem do material utilizado para a cobertura das construções (a partir de folhas de palmeira atadas) e designa a área onde vive atualmente a maior parte da população (na parte a sul do Hospital Novo e da Igreja de S. Paulo). Sobre a “cidade de Macuti”, veja-se Sollien, 2013; 2014.

<sup>88</sup> A publicação periódica dos trabalhos da Comissão dos Monumentos privilegiou a análise histórica e as obras de conservação levadas a cabo neste conjunto e nos seus principais monumentos, bem como nos monumentos do Continente fronteiro, desde a década de 1940 e, com mais abrangência, durante a década de 1960, veja-se *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1965-1973, n.ºs 1-8.



Figura 99: Porta de Armas da Fortaleza de São Sebastião, Ilha de Moçambique, 2012, autora. O escudo das armas nacionais sobrepujado pela coroa real na Porta de Armas é uma criação da Comissão de Monumentos, erigido em 1971 (“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1971”, 1972: 95).

Figura 100: Púlpito da Capela de S. Paulo, Palácio de S. Paulo, Ilha de Moçambique, 2012, autora. “[...] da parede lateral, sob um baldaquino hindu e num desvario de cores e santos hieráticos, salta o púlpito oitavado e é o Oriente que chega com seus monstros” (Knopfli, 1972: 79).

Figura 101: Pátio, Palácio de S. Paulo, Ilha de Moçambique, 2012, autora.



Figura 102: Planta da Ilha de Moçambique — Projeto de inventariação do património da Ilha de Moçambique, Proposta de Classificação do edificado, localização dos Bens Patrimoniais por Categoria (A+, A, B, C e D), Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, Ministério da Cultura, 2014, CEDH-FAPF. A planta assinala a inventariação dos edifícios da “cidade de pedra e cal” e alguns edifícios de caráter “permanente” situados do lado da chamada “cidade de Macuti” (e.g., o Fortim e Igreja de St. António, a Mesquita Central e a Cisterna pública).

Figura 103: Planta da “cidade de Macuti”, Ilha de Moçambique — Projeto de inventariação do património da Ilha de Moçambique, Localização dos Bens Patrimoniais por Categoria, Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, Ministério da Cultura, 2014, CEDH-FAPF.

A Comissão de Monumentos levou adiante várias campanhas de obras no território, constituiu museus e procedeu ao inventário do património eleito, reunindo um espólio considerável com dados históricos e iconográficos sobre as cidades, o estado de conservação dos monumentos classificados e as obras de restauro operadas, material

hoje acessível, em parte, no ARPAC e no AHM. As várias dificuldades orçamentais sentidas pela Comissão, no entanto, levaram a que esta desenvolvesse sobretudo ações de sensibilização junto das entidades competentes e da população em geral relativamente à pertinência da salvaguarda, valorização, divulgação e promoção de obras de manutenção corrente, conservação, restauro e utilização do património classificado (Navarro, 2012: 189-190). Até ao início da década de 1970, foram realizadas obras em antigos edifícios de carácter militar, religioso, cemitérios e núcleos urbanos, com relevância para o conjunto urbano da Ilha de Moçambique, vários monumentos no Continente adjacente e o núcleo urbano do Ibo.

Em Lourenço Marques, no início da década de 1970, a Comissão realizou obras de vulto na Casa Amarela, com o intuito de ali instalar o Museu da Cidade; transferiu a Casa de Ferro (1882)<sup>89</sup> do quarteirão ocupado pelos antigos Serviços de Agrimensura/Serviços Geográficos e Cadastrais/Direção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA) para o quarteirão do Hotel Clube/Centro Cultural Franco-Moçambicano — junto à entrada principal do Jardim Municipal Vasco da Gama/Tundururu (Figs. 104-105) —, para ali instalar o Museu Geográfico Gago Coutinho e Sacadura Cabral (Fig. 106), inaugurado em 24 de outubro de 1972 (Duarte, 1972: 92-93; “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1971”, 1972: 97; “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1972”, 1973: 74) e prestou apoio “ao Museu Histórico e Militar e ao Gabinete de Medalhística e de Numismática, sedeados no arquivo histórico daquela cidade”<sup>90</sup> (Navarro, 2012: 190).

---

<sup>89</sup> Sobre este edifício, classificado como imóvel de interesse público em 1972, veja-se Lima, 1966a: 59-65; Lage e Carrilho, 2010: 76-77; e o verbete “Casa de Ferro” em Fernandes, 2010: 566.

<sup>90</sup> Sobre este assunto, veja-se “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970”, 1971: 96.



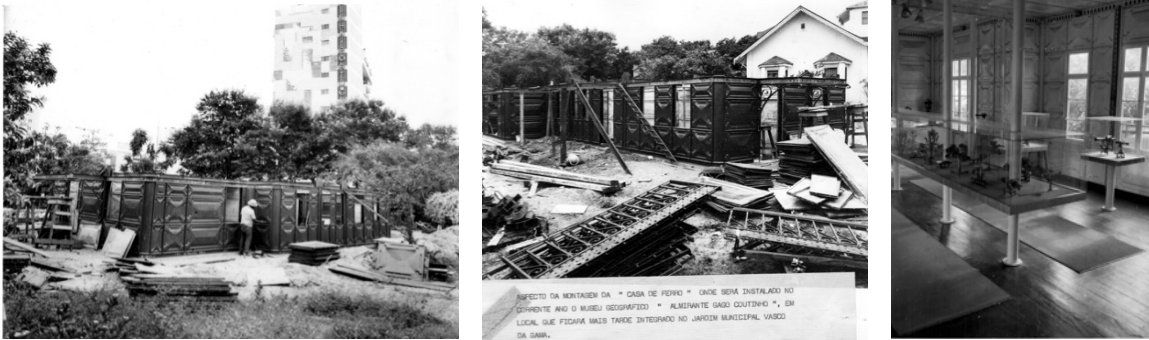


Figura 104: A montagem da “Casa de Ferro” junto ao Jardim Vasco da Gama/Tundururu, com o Prédio TAP/Montepio em pano de fundo, 18 abr. 1972, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 13, Icon. 2722.

Figura 105: A montagem da Casa de Ferro, 18 abr. 1972, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 13, Icon. 2719. Em pano de fundo, à direita, a antiga fábrica de limonadas de F. Dicca<sup>91</sup>. Na legenda da foto lê-se o seguinte: “Aspecto da montagem da “Casa de Ferro” onde será instalado no corrente ano o Museu Geográfico “Almirante Gago Coutinho”, em local que ficará mais tarde integrado no Jardim Municipal Vasco da Gama”.

Figura 106: Interior do Museu Geográfico Almirante Gago Coutinho, na “Casa de Ferro”, agos. 1974, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 13, Icon. 1736.

De seguida, e a partir de uma recolha levada a efeito no ARPAC, no espólio da antiga Comissão de Monumentos, debruçar-me-ei sobre o restauro de dois edifícios da Baixa de Maputo, o da Fortaleza, que remonta a meados do século XX, e o da Casa Amarela, já da década de 1970. As metodologias de análise histórica e operativa utilizadas nos dois casos foram semelhantes, podendo ser generalizada às restantes intervenções levadas a efeito nos monumentos de Moçambique durante a vigência da Comissão (1943-1975). O restauro estava subjacente à restituição do monumento à sua conformação primitiva ou à unidade de estilo “devida”.

### **2.1.1.2 A classificação e o restauro de monumentos na cidade de Lourenço Marques: A Fortaleza e a Casa Amarela**

No extremo Sul de Moçambique, com uma ocupação colonial relativamente recente (Lobato, 1961: 70-71, 73 ss.; Sopa, 2005: 153, 155-156), a Comissão de Monumentos elegeu primeiramente para restauro e classificação (nesta ordem), a Praça de Nossa Senhora da Conceição em Lourenço Marques, visto tratar-se do mais antigo

<sup>91</sup> Sobre esse edifício, veja-se Lima, 1966a: 154.

testemunho da colonização portuguesa na importante Baía e territórios circundantes. O Governo da Colónia publicou, em portaria específica, que “no caso de ser ainda possível o seu restauro com a idoneidade que as reconstituições históricas reclamam, ser a mesma Praça proclamada monumento histórico de Moçambique” (“Crónica do Trimestre: Colonização e Fomento, Monumentos Históricos de Moçambique”, 1942: 144). Foi determinada a constituição de uma comissão para averiguar as condições de fatibilidade do projeto de restauro, a sua integração num plano de urbanização que abrangesse a área envolvente da Fortaleza, a enquadrar no Plano Geral de Urbanização da cidade, e o aproveitamento do edifício para museu arqueológico (“Crónica do Trimestre: Colonização e Fomento, Monumentos Históricos de Moçambique”, 1942: 145).

A Praça de Nossa Senhora da Conceição foi, de consequência, objeto de um estudo pormenorizado apoiado por sondagens arqueológicas — no contexto da comemoração dos “Centenários”<sup>92</sup> —, a cargo da “Comissão de Estudos do Restauro e Conservação da Praça de Nossa Senhora da Conceição” (Silva, 1945: 34). Sequentemente, um projeto de “reconstituição” encomendado pela Comissão ao arquiteto da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), Joaquim Areal da Silva, em meados da década de 1940, assumiu reportar a Fortaleza à sua configuração (hipotética) de final de setecentos<sup>93</sup>, com o intuito de convertê-la em

---

<sup>92</sup> Sobre a dupla Comemoração do VIII Centenário do Nascimento de Portugal e do III Centenário da Restauração da Independência Nacional, em 1940, veja-se Acciaiuoli, 1998; Neto, 2001: 146 ss.; Nobre, 2010, vol. I: 5 ss.

<sup>93</sup> Para algumas imagens da Fortaleza no século XIX, ao longo das primeiras décadas do século XX antes do restauro levado a efeito pela Comissão e depois do restauro, veja-se Lobato, 1970b: 89-108. Sobre o estado da Fortaleza aquando dos estudos para a sua reconstituição na década de 1940 e sobre as obras de que foi objeto sucessivamente, veja-se Silva, 1945: 23-44; Lima, 1966a: 145 ss.; Lobato, 1970a: 79-80; Lobato, 1970b: 75-79; “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1969”, 1970: 85; “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970”, 1971: 95-96; Morais, 2001: 65-66.

Museu Histórico e Militar da Colónia<sup>94</sup>. A memória descritiva do anteprojeto, publicada no periódico oficial do Governo da Colónia *Moçambique: Documentário Trimestral* (Silva, 1945: 23-44), afirmava que as sondagens realizadas pelo projetista permitiram esclarecer algumas dúvidas sobre a estrutura geral da fortificação, mas que a sua confirmação definitiva ficaria dependente da demolição das construções existentes na Praça (Silva, 1945: 34).

A descrição romanceada da história da Fortaleza, apresentada na memória descritiva do anteprojeto, menorizava o rosário de factos (menos edificantes) que assistiram à (in)definição da configuração rudimentar de final de setecentos: a falta de recursos (financeiros, materiais e humanos); a destruição sucessiva do presídio levada a cabo pelos ataques provenientes da terra (as primeiras décadas do século XIX foram dramáticas nesse aspeto) e do mar, ou ainda, recuando ainda mais no tempo, o comércio fraco que não justificava a instalação administrativa permanente e dispendiosa dos portugueses na Baía, até que a ameaça de concorrentes europeus assim não a obrigou (Lobato, 1953: 28-29; 1961: 70-71).

Convém acentuar que, da Fortaleza, saqueada e destruída pelos Franceses em 1796 (Silva, 1945: 44), não existem registos anteriores a 1811 que refiram o início da substituição progressiva da sua construção precária (Lima, 1966a: 148-149) — um quadrado formado por estacas, que cercava a capela, os quartéis e o armazém, que formavam o presídio (Andrade, 1790: 2) — pela construção tosca em alvenaria de pedra

---

<sup>94</sup> A descrição de Alexandre Lobato desse complexo museológico reflete no essencial o museu atual (sem os artigos civis e religiosos que nomeava e que foram transferidos para a Casa Amarela, na década de 1970, quando esta passou a Museu da Cidade), veja-se Lobato, 1970b: 75. Ao espólio referido por Lobato juntaram-se, após a Independência, alguns monumentos (no sentido documental do termo) da narrativa colonial, sobretudo peças de estatuária. Atualmente, sob a tutela da UEM, intitula-se Museu de História Militar.

de tufo e cal, que levou décadas a ultimar-se<sup>95</sup>. Essa construção rudimentar ameaçou ruína sucessivamente e foi objeto de várias reconstruções faseadas ao longo do século XIX, juntando-se-lhe progressivamente as casernas adossadas às faces interiores das três cortinas orientadas a este, norte e oeste, e armazéns nas faces exteriores (Pereira, 2013: 105 - Fig. 119, 141- Fig. 179). A cortina baixa, a sul, foi arruinada sucessivamente pela força da água e várias vezes reconstruída (bem visível em fotografias do final do século XIX)<sup>96</sup>.

Independentemente da análise histórica, dos dados apurados nas sondagens arqueológicas e do estado contemporâneo da construção “de facto”, a decisão operativa conformou-se àquilo que se pretendia do resultado — e que pode ser entendido hoje, como —, nada mais, nada menos, do que a “restituição” de um falso histórico. Interessa salientar, para o entendimento do processo de “restituição” da Fortaleza na sua temporalidade própria, que os trabalhos desenrolaram-se em consonância com o procedimento e a metodologia corrente de repristinção de monumentos levada a cabo pela DGEMN, com resultados amplamente divulgados no âmbito das Comemorações Centenárias<sup>97</sup>. Este processo não deve ser entendido como um procedimento de valorização dos monumentos singular, consonante à condição colonial ou à propaganda levada a cabo pela Metrópole nos territórios colonizados, mesmo levando em conta que essa condição determinou efetivamente um entendimento excludente dos monumentos da Colónia e, de sequência, a própria seleção dos monumentos.

O projetista, Joaquim Areal Silva, no “Relatório à Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique”, justificava a solução projetual com base na sua

---

<sup>95</sup> Segundo Lobato, refez-se a antiga Fortaleza de estacaria, em pedra e cal, concluindo-se o primeiro baluarte em 1814 (1970b: 79-80). Consta que a empreitada foi realizada de forma faseada e várias vezes refeita (*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 18-19).

<sup>96</sup> Veja-se Pereira 2013: 42.

<sup>97</sup> Sobre essa divulgação, veja-se Neto, 2001: 149-151.

análise histórico-crítica, nas condições “de facto” do edifício e daquilo que melhor se adequaria à “valorização do monumento”: o que subsistia da velha construção na década de 1940 serviria apenas como “base de trabalho”. Seria o projeto de restituição a dar definição ao monumento — que devia responder a um “modelo” — e não o monumento, a orientar a operação de restauro. Todavia, segundo o projetista, mesmo tratando-se de obras de restituição simples, estas requereriam “uma observação cuidada e assídua a fim de lhes imprimir o caráter da *construção que se pretende representar* e nas quais se não *podem permitir fantasias de traçado ou de execução*” (Silva, 1945: 44; meu sublinhado).

Areal Silva defendia um *modus operandi* para a restituição “do estilo devido” à Fortaleza já amplamente testado na Metrópole — coincidente com uma visão ideal de purificação linguística, sacrificando estratificações históricas — reconhecendo, no entanto, alguma limitação prática no procedimento (Silva, 1945: 35). A mesma, aliás, notada pelos operadores do restauro “estilístico” e “filológico” no final do século precedente, face à dificuldade de criar *ex novo* partes dos monumentos das quais não possuíam elementos, ou que nunca tinham existido. Ultrapassavam essa dificuldade, tal como sugeria Areal da Silva, servindo-se da analogia, utilizando outros monumentos — do período histórico eleito — como referência criativa.

Segundo o projetista, a importância deste testemunho único dos tempos da conquista e ocupação portuguesas impunha “por isso só, *a sua reintegração o mais possível completa no traçado original*” (Silva, 1945: 39; meu sublinhado). Assim, o anteprojecto — constituído por uma planta geral da reconstituição, alçados norte, oeste, sul e este e corte transversal, à escala 1/200; por uma planta com a indicação das obras à escala 1/100; desenhos do aspeto geral (vistas axonométricas) e uma memória descritiva — propunha o seguinte: a bateria baixa na cortina sul, entendendo que esse “traçado não

se afast[ava] muito da fortificação de 1787” (Silva, 1945: 39); a eliminação da porta existente à época sobre o flanco leste, reabrindo outra considerada precedente, a norte, encerrada por um corpo de casernas (e da qual tinham sido encontrados alguns vestígios); duas canhoneiras em cada face dos baluartes e uma em cada flanco, acrescentando aos baluartes rampas de acesso colocadas segundo a bissetriz dos ângulos (segundo vestígios apurados no baluarte a noroeste); e a demolição e reconstrução indistinta das várias dependências existentes (casernas, calabouço, botica, quartos, etc.) (Silva, 1945: 39-43). As indicações do projeto foram seguidas quase na íntegra, com exceção da cortina sul que subiu para a altura das restantes e da porta existente, que foi mantida, já assinalada como “Porta de Armas”, como referi anteriormente, no “plano em borrão” de António Pedro Baptista Gonçalves, de 1851.

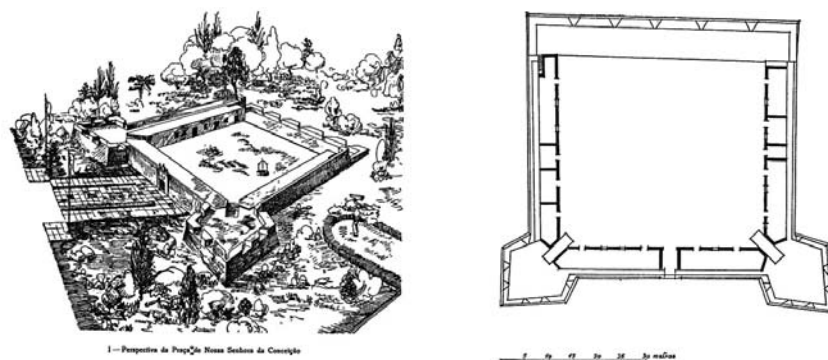


Figura 107: Anteprojeto da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, versão I, com a Porta de Armas na cortina norte e a bateria baixa na cortina sul, perspectiva, Joaquim Areal da Silva. Fonte: Silva, 1945: 29.

Figura 108: Anteprojeto da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, com a nova Porta de Armas orientada a norte, planta, Joaquim Areal da Silva. Fonte: Silva, 1945: 37.

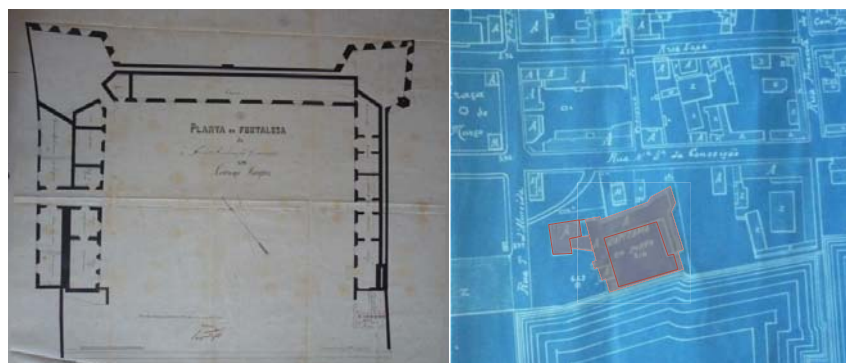


Figura 109: “PLANTA DA FORTALESA de Nossa Senhora da Conceição EM Lourenço Marques/ João António Ferreira Maya; Moraes Pinto [desenhador]. – Escala de 10 m. – Lourenço Marques: [s.n.], 1877”.

AHU (CART m\_064\_D.1359). Note-se a Porta de Armas orientada a leste, para a Praça 7 de Março/25 de Junho.

Figura 110: Excerto da “PLANTA CADASTRAL, da cidade, de, LOURENÇO MARQUES,[...], 1897” AHU (CARTi\_064\_D.579), com o edifício da Capitania do Porto (antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição) com o flanco sul aberto sobre a linha de água.

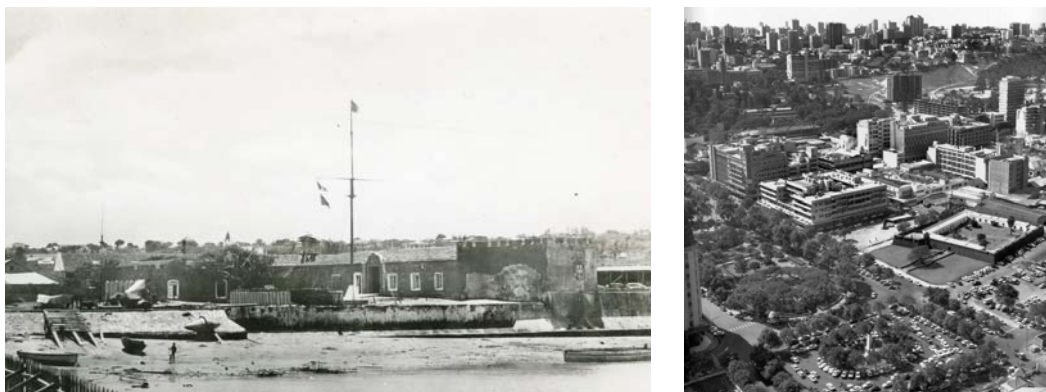


Figura 111: A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.]. Pormenor de fotografia do AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, 1890 a 1937, Cx. 2, Icon. 99. São visíveis algumas das modificações operadas na Fortaleza pelas Obras Públicas no final do século XIX, nomeadamente os anexos para receber o aquartelamento, o edifício da Capitania (do lado da Praça 7 de Março) e o novo desenho ornamentado da Porta de Armas<sup>98</sup>.

Figura 112: A Baixa de Lourenço Marques com a antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/Museu de História Militar, a Praça 7 de Março/25 de Junho e o Largo António Enes, ca. 1973, [s.a.]. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayword.wordpress.com/2010/10/07/a-fortaleza-que-nao-e/> [consult. 17 jul. 2014].

O resultado da intervenção foi fantasioso e o relato de Alexandre Lobato é bem expressivo na sua descrição:

A falta mais sensível será, além de não ser verdadeira, não ter agora o flanco sul metido ao rio, com água pelo rodapé da muralha enterrada funda na praia, mas isso é culpa antiga dos aterros do começo do século [XX, para o alargamento do porto] e das grandes obras que já haviam modificado e acrescentado a Fortaleza para a fazer Quartel de Caçadores, e depois Capitania dos Portos, com casas à frente e alcandoradas nos baluartes e nas cortinas.

Qualquer semelhança que possa haver entre a fortaleza actual, [...], e a realidade histórica, é, pois, pura imaginação. Durante décadas seguidas o problema máximo da terra foi sempre acabar-se a fortaleza, isto é, transformarem-se em alvenarias as barracas, as palhotas e a estacada, fazer-se ao menos de pedra vermelha barrada a cal, em amarelo ou branco, o segundo baluarte, com pequenas ameias abertas no murinho estreito. (Lobato, 1970b: 75-76)

<sup>98</sup> Sobre estas transformações, veja-se Lobato, 1970b: 89; [s.p.] imagem 56.

### **A Casa Amarela**

No início da década de 1970, a Casa Amarela — classificada como monumento histórico pela Portaria n.º 17 685, de 8 de abril de 1964 — situada num dos extremos do antigo campo de tiro da Fortaleza, a contemporânea Praça 7 de Março (atual Praça 25 de Junho), foi objeto de uma operação de restauro pela Comissão de Monumentos. As obras tiveram o intuito de restituir o exterior da Casa ao seu (suposto) desenho primitivo — “no estilo indo-português muito utilizado em Goa e na Ilha de Moçambique” (“A Casa Amarela”, 12 out. 1980: 2) —, e adapta-la para Museu e Gabinete de História da Cidade<sup>99</sup>. Os trabalhos foram seguidos pelo arquiteto da Comissão de Monumentos, Pedro Quirino da Fonseca e o museu foi inaugurado em 1971 (“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1971”, 1972: 95-97).

No início das obras, não havendo desenhos ou outros dados elucidativos sobre a traça primitiva do edifício, foi feita uma prospeção arqueológica, a desmontagem do telhado e a remoção completa dos rebocos (Fig. 116). A análise da estratigrafia murária indicou que a construção seria em terraço inicialmente (“A Casa Amarela”, 12 out. 1980: 8) e pôs “a descoberto outras modificações que lhe foram sendo introduzidas, alterando profundamente a traça inicial” (Lage e Carrilho, 2010: 27). Esses dados justificaram a anulação definitiva do telhado e alterações substanciais nas fachadas durante as obras de “restituição”<sup>100</sup>. Independentemente da análise que acordou essas alterações, a maior parte das imagens e relatos que se conheciam da Casa desde finais

---

<sup>99</sup> Sobre este assunto, veja-se “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970”, 1971: 96; e “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1971”, 1972: 95-97.

<sup>100</sup> No ARPAC (Cx. Maputo-Cidade-XI, pasta “Casa Amarela”), encontra-se a ficha de inquérito do monumento, realizada em 1982 pelo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades da República Popular de Moçambique, com várias informações sobre o edifício e o seu restauro no início da década de 1970.



do século XIX<sup>101</sup> evidenciavam a construção com o telhado por detrás das platibandas ornamentadas e frontão triangular com o escudo das armas (Figs. 113, 114).

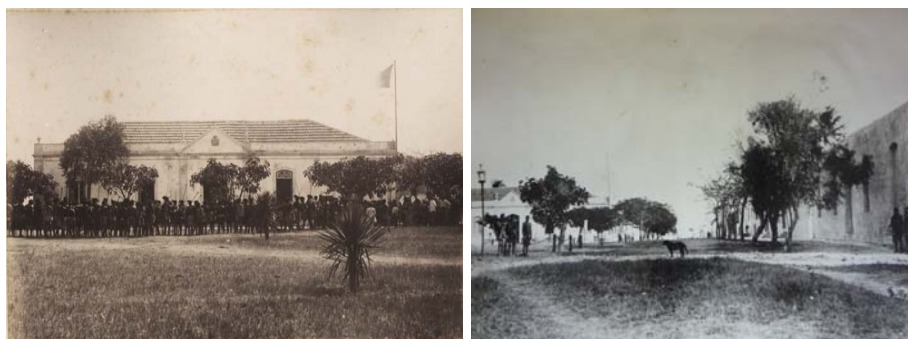


Figura 113: “Panoramas da cidade de Lourenço Marques – Edifícios da Administração Portuguesa”, *ca.* 1887, C. S. Fowler. Fonte: Fowler, 1887: 5. A Casa do Governador do distrito (atual Casa Amarela/Museu da Moeda), na Praça da Picota (atual Praça 25 de Junho).

Figura 114: “Embocadura da Rua de D. Luiz I [atual Consiglieri Pedroso] com a Praça 7 de Março [atual 25 de Junho], vendo-se à esquerda a Casa do Governador do distrito”, *ca.* 1887, [s.a.]. Fonte: ARPAC (Cx. Maputo-Cidade XI, Monumentos e Locais Históricos; a mesma imagem foi publicada em Fowler, 1887: 63).



Figura 115: “Embocadura de Consiglieri Pedroso vendo-se à esquerda a ‘Casa Amarela’”, [s.d.] (anos 1960 a 1979), [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Lourenço Marques, Cx. 8, Icon. 66.

Figura 116: Casa Amarela, obras de restauro, 1 de jul. de 1970, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Lourenço Marques, Cx. 13, Icon. 1902.

A documentação histórica disponível não foi considerada suficientemente “válida” — apenas o escudo das armas foi repostado a pairar sobre a verga da porta principal —, e a Casa Amarela, em 1970, assumiu uma suposta configuração remota (Figs. 117, 118), da qual não se conheciam efetivamente dados fiáveis. No seguimento das obras, as janelas foram rebaixadas por não corresponderem ao traçado inicial, alteradas no tempo possivelmente devido ao aterro do antigo campo de tiro e da Rua Consiglieri Pedroso, levando a modificações nas cotas de soleira (visíveis nas

<sup>101</sup> Veja-se Fowler, 1887; Rufino 1929: vol. II, 7; Pereira, 2013: 41, 113.

diferenças de cota no pavimento no interior do edifício, entre a entrada principal, sobre a Praça 25 de Junho, e a ala virada a norte, sobre a Rua Consiglieri Pedroso).



Figuras 117 e 118: A Casa Amarela após o restauro, abril 1971, [s.a.], AHM, Coleção da CMLM, Cx. 13, Icon. 236 e 235.

Durante a última década e meia do período colonial, discutiu-se que fim dar à Casa Amarela defendendo-se até a sua demolição, “a fim de dar lugar a um moderno arranha-céus, dando continuidade à modernização da baixa” (“A Casa Amarela”, 12 out. 1980: 8). Foi nesse sentido que, em 1959, o talhão onde se encontrava a Casa foi posto à venda “por concurso público por um preço não inferior a 5.000\$00 por metro quadrado” (“A Casa Amarela”, 12 out. 1980: 8). Pela pressão de vozes contrárias — vista a relação profunda da Casa com a história da cidade —, a resolução de venda acabou por ser anulada. Após a sua classificação como monumento, a Casa foi entregue pelo Governo da Província à Câmara Municipal de Lourenço Marques para ali instalar o Museu da Cidade. No início da década de 1970, foi finalmente sujeita a obras de vulto e adaptação a novas instalações e inaugurada como museu.

As obras abrangentes levadas a cabo pela Comissão, com a consultoria do historiador Pereira de Lima, encontram-se bem documentadas no projeto de arquitetura — do qual consta o levantamento do existente e o projeto de alterações anotado com as várias modificações efetuadas em curso de obra (ARPAC, Cx. Maputo-Cidade XI, Pasta “Casa Amarela”) —, bem como através do levantamento fotográfico efetuado após as demolições em abril de 1970 (AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 13, Icon.

1894 a 1902) e logo após a conclusão da obra e a inauguração do museu, em abril de 1971, com várias imagens do evento e do espólio museológico em exposição (AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 13, Icon. 233 a 244).

As obras de demolição removeram uma construção agregada à Casa, a sul, de um período sucessivo, libertando parte do lote junto à Travessa do Tenente Valadim (Fig. 116), para formar um recanto ajardinado, aberto sobre a Travessa, com duas esculturas de semblante clássico<sup>102</sup>, um busto e uma passadeira em calçada portuguesa (Figs. 119, 120). Já fora do período temporal que interessa esta discussão, a Casa Amarela passou a receber o Museu Nacional da Moeda a partir de 15 de junho de 1981 (Lage e Carrilho, 2010: 28), tendo sido encerrado o recanto ajardinado sobre a Travessa do Tenente Valadim com um muro alto (o pátio é agora acessível pelo interior da Casa). O novo museu, sob a tutela da Universidade Eduardo Mondlane, é o sucessor natural do Gabinete Numismático e de Medalhística, que por iniciativa do então diretor do Arquivo Histórico de Moçambique, Alexandre Lobato, e sob a tutela daquela instituição, se tinha começado a organizar em meados de 1970, a partir de uma pequena coleção presente no Museu de História Militar, instalado na antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (Sopa, [s.d.]: [s.p.]).



Figura 119: Quintal da Casa Amarela após o restauro, abril 1971, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 13, Icon. 233.

<sup>102</sup> Após a Independência, as duas esculturas foram removidas, encontrando-se os seus restos atualmente no quintal do edifício da FAPF-UEM.

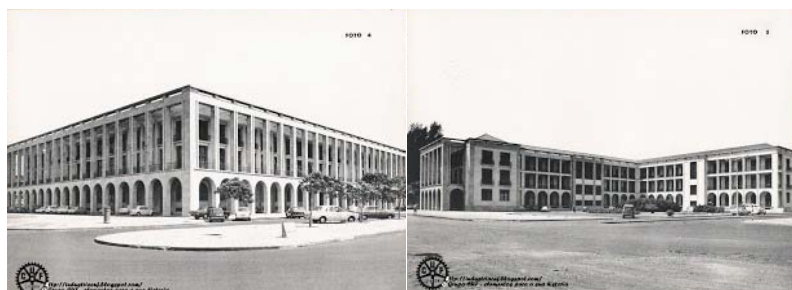
Figura 120: Quintal da Casa Amarela após o restauro, com uma estátua de Hércules, e a Travessa Tenente Valadim, 1971, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 13, Icon. 243.

A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/Museu de História Militar e a Casa Amarela/Museu da Moeda são dois testemunhos materiais da arquitetura fundacional do assentamento urbano laurentino, ainda que muito adulterados por projetos de restituição ensaiados pela Direção dos Monumentos Nacionais e pela Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, em meados do século XX e no final do período colonial, respetivamente.

A “valorização do monumento” servia, mesmo em época tardia, como já foi referido, para enaltecer a hegemonia portuguesa, “divulgar o conhecimento arqueológico-histórico” e “promover a propaganda cultural e turística” (Monteiro, 1966: 68) dos monumentos e relíquias históricas. A análise do comportamento operativo da tutela do património edificado ao longo do período do Estado Novo em Moçambique, permite enfatizar que a conservação, valorização e divulgação do património apareciam subordinadas a uma construção de Identidade que se prendia com o projeto político do Regime. Essa instrumentalização correspondeu a uma forma de (des)educação da comunidade, inserida num processo mais amplo de consolidação do Estado-Nação enquanto pilar da Modernidade.

Na transfiguração do renascimento/restauração nacional, a arquitetura serviu uma reinterpretação do gosto nacional/historicista com grande impacto na encomenda pública na Metrópole, mas com vários exemplos marcantes, sobretudo ao longo das décadas de 1940 e 1950, na “África portuguesa”. Essa definição, nesse período, esteve principalmente a cargo do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) e sequente Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), relevando-se nas imediações da área de estudo em apreço o projeto para o Edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade (Figs. 121a, 121b e 123) (atual Ministério das Finanças), edificado na

área aterrada da Maxaquene, projeto tipo erigido quase textualmente em Luanda, para receber a Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade (atual Ministério das Finanças)<sup>103</sup>.



Figuras 121a e 121b: Edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, Aterro da Maxaquene, Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.]. Fonte: *O Grupo CUF – Elementos para a sua História*. Disponível em <http://industrialacuf.blogspot.pt/2008/08/profabril-concurso-para-novos-edificios.html> [consult. 17 jul. 2014].

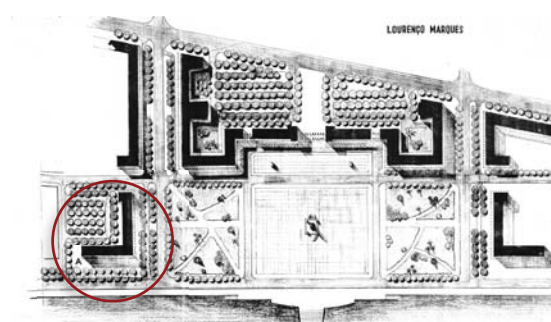


Figura 122: Estudo para a implantação de novos edifícios na Baixa da Maxaquene, [s.d.], [s.a.], CEDH-FAPF. O desenho apresenta semelhanças com o do “Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques” (1955) para o novo “Centro Cívico” de Lourenço Marques (ver Fig. 124), tratando-se possivelmente de uma versão anterior. Assinalo o edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, o único edifício do plano para o Centro Cívico que foi realizado.

A pesquisa académica nesta área permitiu já aferir a relação entre a emergência nas antigas colónias de um ideário Moderno e o revivalismo histórico na Metrópole (Magalhães, 2009: 8-9). O período de arranque do Estado Novo coincidiu com o surto da arquitetura modernista no território nacional, tendo essa vanguarda dado lugar a um período de inflexão que se arrastou nas décadas seguintes. A aceitação tardia dos princípios do Movimento Moderno abriu o País a uma nova onda de realizações — “dos *modernos* enquanto vanguarda oposta à resiliência, ou reação, dos demais, quiçá do moderno do Estado Novo, ou melhor, dos *modernos suave*” (Rossa, 2011: 7-8;

<sup>103</sup> Sobre esse edifício em Luanda, veja-se Matos e Ramos, 2009: 8; Milheiro, 2012b.

sublinhado no original) —, a partir da década de 1950 (Tostões, 1998), com alguns reflexos também, na tutela do património no território nacional.

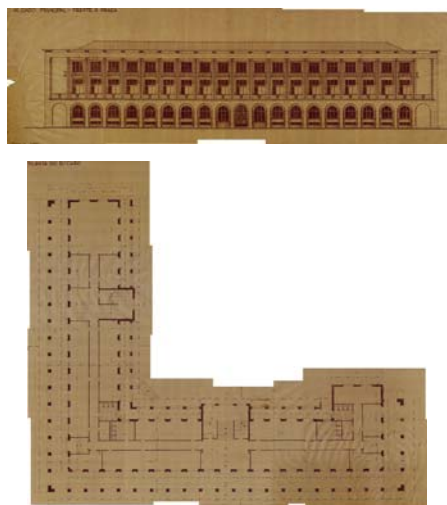


Figura 123: Planta do rés do chão e alçado do edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade de Lourenço Marques, [s.d.], Gabinete de Urbanização Colonial, CEDH-FAPF.

O acesso progressivo a informação (produzida em ambientes externos) por parte dos técnicos dos Serviços de Monumentos e a práticas de intervenção conservativa distintas, através de visitas de estudo e da participação em encontros internacionais (Neto, 2001: 222-224, 228-229, 231-233), bem como a aproximação entre esses Serviços e os estudos de História da Arte (estudos histórico-artísticos dos monumentos), gerou mudanças lentas no entendimento sobre a validade das diferentes épocas de cada edifício e da sua envolvente urbana, sobre as noções de conjunto e sítio monumental (Neto, 2001: 240-241, 277 nota 119) e, de sequência, na prática do restauro. Mudanças essas, legitimadas, em parte, pelas sucessivas reestruturações da orientação oficial (Grilo, s.d.: 5; Neto, 2001: 205 ss.).

A tutela dos monumentos em Portugal aproximou-se progressivamente, nas últimas décadas do século XX, às formulações que a Europa vinha desenvolvendo na matéria (Vieira, 2011: 69 ss.), reconhecendo o projeto de restauro como a formalização de um “ato crítico” — com fundamento na análise histórico-crítica e científica do objeto de estudo — que se prolonga na prática operativa (na metodologia de

intervenção/gestão)<sup>104</sup>. Reconhece-se, no entanto, que no contexto português, o entendimento corrente sobre restauro arquitetónico ficou indefinidamente associado à corrente de reintegrações estilísticas que assolou os monumentos nacionais — especialmente aqueles associados, pela propaganda das primeiras décadas do Estado Novo, à fundação da Nação, à Restauração (de 1640) e ao período áureo dos Descobrimentos (e de sequência ao Império Ultramarino)<sup>105</sup>—, impondo-se, de sequência, no ambiente académico, “o termo *conservação*, contraposto a *reintegração* [ou restauro], considerado uma *noção perigosa*” (Neto, 2001: 238; sublinhado no orig.). O restauro entendido e operado como restituição estilística foi, pois, uma noção que “causou grandes prejuízos artísticos, [e] grandes danos na sensibilidade da gente” (*15 Anos de Obras Públicas*, 1948: 7 *apud* Neto, 2001: 238-239).

### **2.1.1.3 A Baixa de Lourenço Marques à luz dos planos urbanísticos e dos projetos imobiliários do final do período colonial**

A já referida Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, sobre a Proteção do Património Cultural de Moçambique, classifica genericamente como conjunto, a Baixa de Maputo (o texto legal identifica genericamente “as zonas antigas das principais cidades”, Capítulo II, Art.º 3, n.º 4), à semelhança de outros núcleos urbanos antigos como o Ibo e a Ilha de Moçambique. Uma tentativa de delimitação desse conjunto foi feita no “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo”, concluído em 1984, promovido pelo Serviço do Património Edificado, do Departamento de Monumentos, da

---

<sup>104</sup> Sobre esta mudança gradual sobre o entendimento do património e de sequência nos critérios de intervenção associados, veja-se Neto, 2001: 189; Vieira, 2011.

<sup>105</sup> Para uma série de imagens do “antes” e do “depois” dos restauros dos monumentos nacionais, associados sobretudo às grandes campanhas de obras para as comemorações centenárias de 1940 e de 1960 (VIII Centenário da Formação de Portugal — IV Centenário da Independência Nacional e V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, respetivamente), veja-se *15 Anos de Obras Públicas*, 1948; e *Boletins da DGEMN: Números 1 ao 131*, [s.d.].

Direção Nacional do Património Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura, abrangendo parte do Bairro Central com a Baixa antiga. Se bem que esse estudo urbanístico não tenha dado lugar a um plano de urbanização da Baixa (o *Plano de Estrutura de Maputo* de 1985, que previa a conservação do centro histórico da cidade, não foi aprovado e nos anos seguintes não surgiram outros estudos urbanísticos para Maputo), nem a uma classificação específica desse conjunto, a área por ele delimitada passou a ser comumente entendida como o conjunto protegido/classificado da Baixa.

Desde a década de 1940, que a Administração colonial referia a necessidade de produzir um plano de urbanização para a envolvente da Fortaleza, a integrar no Plano de Urbanização da cidade de Lourenço Marques (Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943). Foi levado a efeito um estudo, já referido, para o restauro da Fortaleza e parte do quarteirão envolvente, pelo arquiteto da DGEMN, Joaquim Areal da Silva, mas o “Plano Geral de Urbanização” da cidade que se seguiu, aprovado em meados da década de 1950, elaborado por João António de Aguiar, ao serviço do Gabinete de Urbanização Colonial<sup>106</sup>, não reconheceu valor histórico ou estético à Baixa antiga e, de sequência, não estipulou medidas de salvaguarda para essa área. Pelo contrário, o Plano encarava com naturalidade a transformação da Baixa (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 41-42), visto a expansão do comércio e dos serviços, em pleno crescimento, exigir edifícios com mais pisos e a ampliação da área comercial (concentrada à época na Baixa) para as áreas livres imediatas (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 102, 117-118). O Plano previa a reestruturação do traçado urbanístico da zona antiga da cidade através da

---

<sup>106</sup> Esse Plano faz parte do conjunto extenso de planos de urbanização elaborados nesse período (1944-1954) por técnicos do Gabinete de Urbanização Colonial para os principais aglomerados urbanos das províncias ultramarinas, caso de Tete, Novo Redondo, Quelimane, Sá da Bandeira e Lobito (Morais, 2001: 156; 168-169). Sobre o entendimento subjacente a esses instrumentos de planeamento, em termos formais e programáticos, veja-se Morais, 2001: 156 ss.



supressão progressiva das velhas ruas estreitas, por forma a “melhorar as proporções dos quarteirões [...], conseguindo-se assim dar-lhes melhores condições de higiene e de estética” e “eliminar grande número de cruzamentos que [...] dificultam o trânsito” (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 82)<sup>107</sup>. As ruas abrangidas eram as da Laranjeira, da Gávea e da Catembe, as Travessas da Boa Morte, da Palmeira, do Tenente Valadim, o troço “da Travessa de Machaquene, compreendido entre as Ruas de Alexandre Herculano [atual Timor Leste] e de Tavares de Almeida, e o troço da Rua de Baptista de Carvalho compreendido entre a Rua de Joaquim Lapa e Avenida da República [atual 25 de Setembro] e Rua de Tavares de Almeida” (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 82). Não foi dado seguimento a esta proposta.

Para a o atual Bairro Central (ver Figs. 124 e 126), o Plano previa o redesenho da imagem urbana através de estudos de conjunto dos planos marginais das praças (Mouzinho de Albuquerque/da Independência, Mac-Mahon/dos Trabalhadores, 7 de Março/25 de Junho<sup>108</sup> e Vasco da Gama), das principais avenidas (e.g., D. Luís/Samora Machel, Elias Garcia/Vladimir Lenine), das ruas da Baixa (e.g., Joaquim Lapa, da Imprensa) e a criação da uma nova centralidade — o Centro Cívico — no velho Aterro

---

<sup>107</sup> Convém notar que nos vários planos gerais de urbanização desenhados por João Aguiar, na década de 1940, para várias capitais de distrito e sedes de concelho na Metrópole, o entendimento subjacente à reestruturação das zonas antigas envolvia, de forma sistemática, operações de demolição (cf. Morais: 2001: 157). Esta opção projetual estava ligada a uma visão menos abrangente do conceito de património, que deixava de fora a chamada “arquitetura menor” e o ambiente urbano no seu conjunto e identificava como objetos de estudo, valorização e salvaguarda, apenas o produto singular (especialmente isolado) de determinados períodos históricos. A ideia de “desbastamento” e “arejamento” dos centros históricos, acompanhada de uma maior liberdade de pensamento relativamente à novidade da grande cidade e da sua relação com as preexistências (Spagnesi, 2005: 46 ss.) foi corrente no início do século XX na Europa, impondo a adequação desses centros antigos às novas condições (sobretudo políticas) do tempo (Spagnesi, 2005: 41 ss.; Zicconi, 2014: 76-91).

<sup>108</sup> Do mesmo período conhece-se um estudo de Pancho Guedes, de 1951, para a Praça 7 de Março e a sua envolvente, que previa a substituição de parte do tecido urbano existente, nomeadamente nos quarteirões da Casa Amarela e da Casa Coimbra, veja-se Guedes, 2009: 76.

da Maxaquene (que viria a resumir-se, praticamente, à edificação do imponente edifício da Fazenda<sup>109</sup>).

A transformação das cérceas e volumetrias ao longo das avenidas perimetrais e praças da Baixa antiga ganhou ímpeto ao longo da década de 1950, procurando acompanhar a construção do “paradigma moderno” das restantes avenidas da Área Central. A conservação do tecido urbano antigo ou de um conjunto edificado estavam praticamente ausentes das visões urbanísticas e arquitetónicas preconizadas, fosse de iniciativa privada ou estatal. Viviam-se como refere Marc Augé, “uma ideologia do presente” (*apud* Carbonara, 2011: s.p.).

O desenho do novo centro cívico monumental da cidade, previsto por João Aguiar, integrava os equipamentos desportivos existentes (dos Clubes Sporting e Desportivo) no sopé dos taludes/Barreiras (que envolvem o Aterro da Maxaquene, a norte), reservando a restante área da encosta para espaço verde (ver Fig. 124). A Baixa da Maxaquene, pelo contrário, à época uma vasta zona florestada, destinava-se à edificação do novo centro, com uma nova escala de quarteirões, edifícios da Administração e espaços ajardinados (Fig. 125). O desenho de conjunto encontra referente formal nas realizações urbanas do *vinténio-italianizante*<sup>110</sup>, prevendo novos equipamentos e serviços públicos (entre eles, a biblioteca pública, inexistente na cidade<sup>111</sup>), e uma representativa praça central, qual porta fluvial da cidade, tal como, na Metrópole, a Praça do Comércio, ou, como as grandes praças das manifestações fascistas para as auto-celebrações político-militares do Império (função desempenhada,

---

<sup>109</sup> O *Boletim Geral do Ultramar* (1956: XXXII(370), 217) anunciou o início da construção: “No aterro da Maxaquene iniciou-se já a construção de um grande edifício que servirá de futuro, para a instalação de serviços públicos e, desde já, será útil à exposição a decorrer em agosto de 1956 no aterro da Maxaquene [a Exposição das Atividades Económicas de Moçambique].”

<sup>110</sup> Sobre as realizações no campo do urbanismo e da arquitetura na “África italiana” e nas cidades de fundação no território italiano, com referências formais para o projeto de João Aguiar em Lourenço Marques, veja-se Spina *et al.*, 2003: 15-17; Argenio, 2008: 149 ss.; Abbonizio, 2009: 46-51.

<sup>111</sup> Existiam “apenas bibliotecas privativas de alguns serviços oficiais, como as da Câmara Municipal e da Repartição Técnica de Estatística.” (*Plano de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 123).

até ao final do período colonial, pela Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência).



Figura 124: Plano para o novo centro cívico de Lourenço Marques, 1955. Fonte: *Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 125. Assinalo os traçados do novo arruamento de crista sobre a Maxaquene e do prolongamento da Rua da Imprensa (que não tiveram seguimento) e da Av. da República sobre o Aterro da Maxaquene (a branco); a área verde de proteção das Barreiras (a verde), que circunda os complexos desportivos do Desportivo e do Maxaquene; e a nova edificação prevista na área (a laranja). 1. Praça de Mouzinho de Albuquerque; 2. Praça 7 de Março.

O paralelismo com a visão de Carlo Enrico Rava, exposta no *I Congresso nazionale di urbanistica*, em abril de 1937, sobre o papel do urbanista colocado no topo da hierarquia da construção civilizacional, com uma obra total e totalizadora, e do urbanismo elevado à “Arte de Governo” no Império Italiano (*apud* Ciucci, 1993: 109), é quase imediato. A definição de um plano diretor, entre meados e final da década de 1930, para Adis Abeba, capital da colónia italiana da África Oriental, onde ressaltava o zonamento étnico, a ausência de referências à estrutura preexistente (com a negação e a destruição do património cultural indígena) e a monumentalização do novo centro do poder colonial (Ciucci, 1993: 112-114) acentuavam a missão totalitária do urbanismo fascista na construção de cidades imperiais.

Procura-se agora a unidade de linguagem moderna capaz de compor a

contradição entre o passado, que o fascismo acredita interpretar, e o presente, que o regime pretende representar. [...].

[...] a urbanística é ação política, disciplina o espaço físico segundo o modelo de um Estado de fundamento corporativo e totalitário, impõe uma ordem que aspira a ser total e totalizadora. O objectivo da urbanística colonial imperial é criar uma cidade para os brancos, não já o centro de uma colonização demográfica, mas de um império que é fonte de produção e rendimento. (Ciucci, 1993: 111)



Figura 125: Excerto da perspectiva do “Centro Oficial e Comercial” do Aterro da Maxaquene, Lourenço Marques, 1955. Fonte: *Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 181. No centro do desenho, ao longo da linha de água, ficava a “Praça Oficial” rodeada pelos edifícios do Estado.

O desenho para o novo centro cívico de Lourenço Marques previa, também, a ligação à Alta através do novo “arruamento de crista”, no alto da Maxaquene. O arruamento, aberto ao longo das traseiras das construções (Hotel Girassol e moradias), paralelo à Avenida Miguel Bombarda/Patrice Lumumba, serviria o trânsito proveniente e com destino à zona residencial da Polana e a expansão prevista para a população europeia, ao longo da costa marítima, nos terrenos da Concessão Sommerschild (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 43). Essa nova via teria uma função eminentemente turística, dada a sua vista privilegiada sobre a entrada da Baía e a Baixa da Maxaquene, estando prevista a criação de novas infraestruturas para o turismo (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 148 ss.). Nas imediações, estavam já o Hotel Girassol e o Hotel Aviz, sobre a Avenida Miguel

Bombarda/Patrice Lumumba, e o Hotel Cardoso, junto à Praça das Descobertas/Praça Travessia do Zambeze e ao importante Museu Álvaro de Castro/de História Natural.

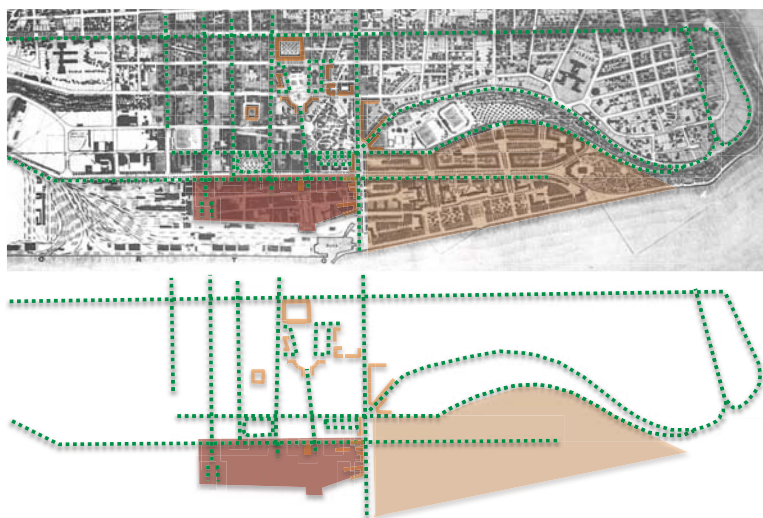


Figura 126: Extrato da “Planta de Urbanização” do *Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques* (1955). Fonte: *Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, s.p. Assinalo o Aterro da Maxaquene (a laranja) com o plano de urbanização para o Centro Cívico; a Baixa antiga (a rosa); as principais frentes de construção previstas fora dessas áreas (a laranja) e a arborização extensa das principais vias (a verde).

A grande maioria dos novos edifícios e serviços públicos previstos ficariam situados no novo centro cívico e ao redor da Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 123-124) (Figs. 124 e 126). A “[v]alorização estética de praças e ruas”, bem como o prolongamento de determinados eixos viários implicava a demolição de vários edifícios, como por exemplo, do Hotel Clube na Praça Mouzinho de Albuquerque; do Mercado Central<sup>112</sup> na Praça de D. Vasco da Gama; dos edifícios da Imprensa, da antiga Cadeia Civil e da Capitania do Porto na Rua da Imprensa (este último, devido ao prolongamento da rua até ao litoral) (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 87). Imponha-se o estudo de planos de conjunto das novas frentes/elementos arquitetónicos a construir ou reconstruir ao longo das artérias da zona

<sup>112</sup> “O Mercado localizado na placa central e os Pavilhões construídos nos ângulos estão condenados a desaparecer, por provocarem a aglomeração duma população não desejável neste local” (*Plano Geral de Urbanização Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 86).

comercial e das praças, que conjugariam os poucos “edifícios de carácter oficial e particular que se impo[nham] pelo seu volume e composição arquitectónica” (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 87) e a marcação compassada de elementos arbóreos<sup>113</sup> (*Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques*, 1955: vol. II, 89-90).

O desenvolvimento explosivo da Alta de Lourenço Marques, a partir de meados da década de 1950<sup>114</sup> — Polana, Alto Maé, Malhangalene, Sommerschild —, assim como a criação de estabelecimentos comerciais nessas áreas, fez decair a procura e a vitalidade da Baixa, onde a ocupação do solo, sobretudo na parte antiga, estava condicionada pela grande subdivisão das parcelas — por uma divisão da propriedade muito fragmentada — e pelos velhos arruamentos estreitos, que inibiam o aumento das cérceas por razões de salubridade. Por outro lado, o porto e os caminhos de ferro mantinham a sua predominância na economia da cidade e do país, justificando a permanência de uma série de armazéns e serviços associados em áreas privilegiadas da Baixa. Nas imediações deste núcleo concentravam-se “os serviços centrais de importância, como a Banca, os Correios, a Administração Municipal, alguns Ministérios, Jornais, a própria Universidade, Tribunais, e muitas empresas de serviços e comércio” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984a: 40-41). Para além

---

<sup>113</sup> Como refere Anthony King: “Roads, designed for a motorised elite rather than a pedestrian mass, are broad and long; in contrast to the indigenous city, climate control is achieved by extensive tree-planting, illustrating a basic preference of the colonial culture” (King, 2007: 8).

<sup>114</sup> Sobre o desenvolvimento operado em Moçambique a partir da década de 1950, com o impulso na exploração dos recursos, no desenvolvimento de infraestruturas, na expansão comercial e industrial, no crescimento do capital, na implementação dos “Planos de Fomento”, de operações de povoamento (fixação sistemática de colonos) e o crescimento da população urbana (de colonos e proletariado negro), veja-se Rosas, 1998: 487-497; Hedges, 1999: 162, 168-172.

A década de 1950, registou a maior taxa de crescimento anual de colonos de todo o período colonial. Para a evolução da população colona em Moçambique entre as décadas de 1930 e 1960, veja-se Hedges, 1999: 164-165. Para uma análise dos objetivos e resultados dos Planos de Fomento em Moçambique (1.º: 1953-1958; 2.º: 1959-1964) (desenvolvimento das infraestruturas — caminhos de ferro, portos, transportes aéreos, etc. —, aproveitamento de recursos, povoamento, conhecimento científico do território), relacionados maiormente com a criação e melhoramento de condições para a instalação de colonos, veja-se Hedges, 1999: 162-168.

destes, encontrava-se ali uma parte importante dos serviços de hotelaria, com restaurantes, cafés e uma área bem demarcada de bares e *dancings* na proximidade do caminho de ferro e do porto. A Baixa continuava a ser o coração urbano da cidade e o Bairro Central, o seu centro cívico. Não se entrevia, no futuro imediato, alternativa a esta velha centralidade. Essa realidade concorreu para que “tanto a Câmara Municipal como os particulares (ou talvez a primeira pressionada pelos segundos)” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984a: 41) promovessem novos investimentos nessa área, acompanhados de perto por “uma nova fase de ocupação da área central da cidade, com a procura de uma mais ampla e quase ‘selvagem’ renovação urbana, ligada ao investimento bancário e imobiliário” (Fernandes, 2008: 80). Situação que se prolongou, em crescendo, desde os finais dos anos de 1950 até à Independência.

O Regulamento Municipal de Lourenço Marques até meados da década de 1950, antes da entrada em vigor do Plano Geral de Urbanização (1955), condicionava a um máximo de dois pisos, as frentes sobre a Rua Consiglieri Pedroso e a um mínimo de quatro pisos sobre a Avenida da República/25 de Setembro (Miranda, 2013: 352, 353 nota 115). Passados poucos anos, por decisão camarária, as frentes dos prédios sobre a Rua Consiglieri Pedroso podiam subir até aos 24 metros, surgindo, de sequência, o Hotel Tamariz, a nova sede da Minerva, entre outros (Mario Pignatelli, 26 jul. 1958 *apud* Miranda, 2013: 352 nota 116; Mario Pignatelli, 12 maio 1960 *apud* Miranda, 2013: 349 nota 102).

Na década de 1960, já formado o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques (Morais, 2001: 171; Miranda, 2013: 64-65) e no âmbito da elaboração do novo Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques

(1967-1969, aprovado em 29 de novembro de 1972)<sup>115</sup>, desenvolveram-se uma série de estudos urbanísticos parcelares para a Área Central, orientados para a Baixa antiga, o Aterro da Maxaquene, a Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência e o quarteirão do Mercado Vasco da Gama (*Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XXI, Peça 74; *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984a: 41; Fernandes, 2008: 94-98).

A Área Central, que compreendia grande parte da cidade preexistente, exceptuando Sommerschild, Polana e o aterro de Maxaquene, caracteriza-se pela presença dominante do sector terciário, condicionando-se o uso, a tipologia edificatória, que já se relaciona com os problemas de circulação, tráfego e estacionamento, não estando a habitação excluída, nomeadamente nos pisos superiores do edificado, evitando-se, no entanto, extensões exclusivamente residenciais (Morais, 2001: 181).

Nos mesmo período, delinearam-se uma série de estudos urbanísticos (de encomenda privada) para o Bairro Central e novas experiências tipológicas e construtivas alteraram definitivamente a escala urbana da zona. Da autoria de João José Tinoco (1924-1983), conhece-se um estudo urbanístico para a Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência, com vista à ocupação *ex novo* dos quarteirões envolventes por um sistema de blocos realçados. A Praça Mouzinho de Albuquerque aparecia inteiramente redesenhada (atravessada por um viaduto no enfiamento da Av. D. Luís/Samora Machel), com o edifício da Câmara sobre um podium. Segundo José Manuel Fernandes (2008: 96), desse estudo construíram-se apenas os dois blocos a poente da Catedral, com projeto de arquitetura de outro autor. Esses blocos seriam o antigo Prédio Funchal (atual Pestana Rovuma Hotel), da autoria de José Bruschi,

---

<sup>115</sup> Cf. *Apreciação e aprovação do Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques e do respectivo Regulamento*, 1974: 1. O Regulamento do Plano Director foi aprovado em 29 de novembro de 1972 em sessão camarária (*Regulamento do PLANO DIRECTOR DE URBANIZAÇÃO do CONCELHO DE LOURENÇO MARQUES*, 1973).



construído por iniciativa da “Sociedade Predial do Funchal”, por volta de 1960 (CEDH-FAPF — Inventário Edifícios Históricos de Maputo), e o edifício dos jornais *Diário e Tribuna*, ambos situados na Rua da Sé. Segundo Ivone Luís, o projeto para o envolvimento da Praça Mouzinho de Albuquerque estava em vias de concretização, estando à época da Independência já em construção vários edifícios de grande proporção, que ficaram inacabados (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984a: 42). Um deles confinante com o Prédio TAP/Montepio, ao longo da Av. D. Luís/Samora Machel e outro, a norte da Câmara Municipal (entre as Av.<sup>as</sup> Andrade Corvo/Ho Chi Minh e 24 de Julho, ao longo da Av. Anchieta/Olof Palm).

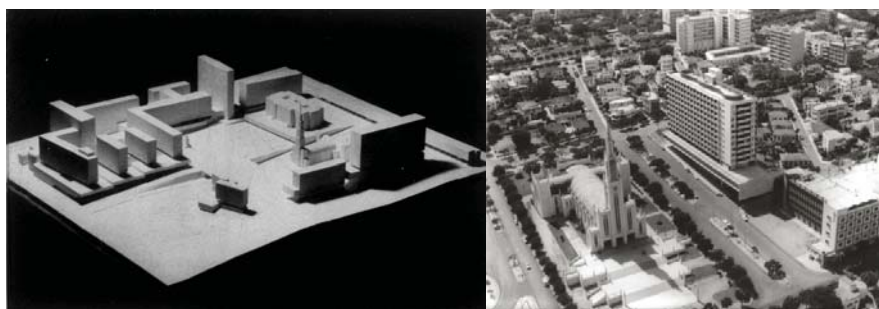


Figura 127: Estudo de conjunto para a Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência, maquete, [s.d.], João José Tinoco. Fonte: Fernandes, 2008: 96.

Figura 128: Lourenço Marques, vista sobre a área da Catedral com o Prédio Funchal e o Prédio do jornais *Diário e Tribuna*, [s.d., ca. 1960], [s.a.]. Fonte: [file://localhost/Bic\\_Laranja](file://localhost/Bic_Laranja). Disponível em/ <http://biclaranja.blogs.sapo.pt:509433.html%3Fview=3241465> [consult. 20 agos. 2015].

Do arquiteto João José Tinoco, com ampla produção como profissional autónomo instalado em Lourenço Marques desde meados da década de 1950 (Miranda, 2013: 83-86), conhecem-se vários estudos de conjunto, para a edificação de grandes blocos de construção no Bairro Central e mesmo na chamada Baixa antiga (e.g., o complexo Dicca, construído após a demolição do antigo Varietá, em 1967). Segundo José Manuel Fernandes,

Em todos esses estudos perpassa a noção de estarmos perante uma tentativa de “mudança de paradigma” (na escala enorme e na tipologia edificada proposta) para o centro da cidade: desde a ocupação em malha de quarteirão

fechado e regular, inscrito na retícula decorrente da malha oitocentista da urbe, para um modelo de ocupação inserido na ideia de Cidade Moderna, com construção de volumes isolados, fragmentando os quarteirões e instaurando o sistema de pódios ou embasamentos, com corpos de grande altura, recuados, sobre eles. (Fernandes, 2008: 94)

Nessa “mudança de paradigma”, insere-se um estudo para uma imobiliária, para um centro comercial, parque de estacionamento e blocos habitacionais, que envolvia a criação de três núcleos multifuncionais distintos dispostos ao longo da Av. da República/ 25 de Setembro (Fig. 129); e um estudo prévio para a Breyner & Wirth (Fig. 130), para um complexo com um centro comercial, uma unidade residencial e hoteleira e um silo-automóvel, a edificar entre o Cine Scala e os Correios (substituindo o edifício sede da firma Breyner & Wirth).

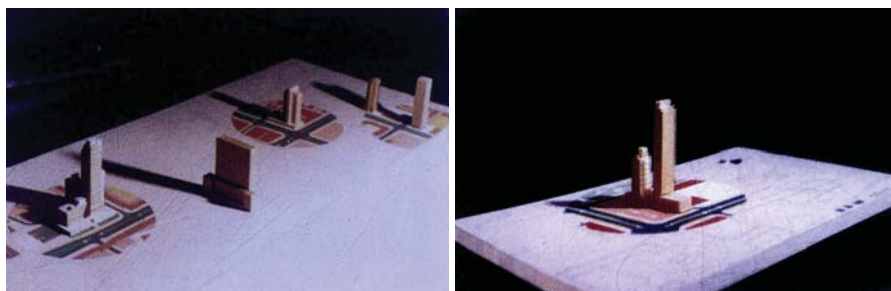


Figura 129: Estudo de conjunto de três novos núcleos multifuncionais, Baixa de Lourenço Marques (dois ao longo da atual Av. 25 de Setembro — um no quarteirão da Casa Coimbra e o outro na zona da Feira Popular —, e o terceiro, na atual Av. Karl Marx), [s.d.], João José Tinoco. Como ponto de referência, encontra-se o Prédio “33 andares” no centro da maquete, [s.d.], [s.a.]. Fonte: Fernandes, 2008: 94.

Figura 130: Estudo Prévio para a firma Breyner & Wirth, Baixa de Lourenço Marques, [s.d.], João José Tinoco. Fonte: Fernandes, 2008: 95.

Já com a elaboração do Plano Diretor em curso, a Câmara Municipal de Lourenço Marques desenvolveu um estudo urbanístico para a Baixa antiga, datado de 1968. O estudo, elaborado pelo arquiteto António Barata Foyo, indicava como dignas de conservação algumas construções dispersas (oito no total) e arrasava completamente a zona mais antiga da cidade (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984a: 41). A proposta previa a edificação de edifícios até 12 pisos, numa manobra que visava

responder a “interesses essencialmente especulativos, [...] — quando [...] [a cidade] dispunha de muitas outras zonas com possibilidades para a expansão — mesmo na zona central” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984a: 41), como era o caso do Aterro da Maxaquene. Ainda assim, o estudo referido começou a ser implementado e foi nesse contexto que surgiram os edifícios mais altos da área da Baixa: a torre para a sede do Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI)<sup>116</sup>, situada no quarteirão do Mercado Central, desenhada por João José Tinoco (Fernandes, 2008: 75) e o Prédio “33 andares”<sup>117</sup>, situado na esquina da Rua da Imprensa com a Av. da República/25 de Setembro, projetado em 1970 pelos arquitetos Marcos Guedes e Octávio Pó. Ambos ficaram embargados após a Independência, tendo sido retomados e concluídos na década de 1980 (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984b: 36).

Na Coleção Iconográfica da CMLM do AHM (Cx. 18) encontram-se várias fotografias de uma maquete com uma proposta para a Baixa antiga, datadas de 1969 (Figs. 131-132), relacionada com o estudo parcial referido promovido pela Câmara Municipal de Lourenço Marques (não se encontram os desenhos), e várias fotografias de plantas e de uma maquete para o arranjo do Aterro da Maxaquene e Barreiras circundantes, com data de 1970 (Fig. 133).

O estudo para a Baixa da Maxaquene (Fig. 133) assumia o traçado proposto pelo Plano Diretor de Urbanização para o prolongamento da Av. da República/25 de Setembro no Aterro da Maxaquene (ver Fig. 137) e para a implantação dos novos edifícios administrativos junto ao edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e

---

<sup>116</sup> “A torre projectada para o BCCI vai instaurar uma nova escala urbana no Central Business District de L.M.: pela sua dimensão grandiosa, e implantação isolada, mas sobretudo pela expressão arquitectónica de sentido brutalista. De facto o edifício assume-se como um volume prismático, rectilíneo, de proporção marcadamente vertical, que a ‘parede cortina’ a vermelho cobrindo a longa fachada acentua (era a intenção expressa na maqueta).” (Fernandes, 2008: 78).

<sup>117</sup> O edifício era propriedade da empresa “Montepio de Moçambique” (CEDH-FAPF, Inventário Edifícios Históricos de Maputo, 094\_Sede Millennium bim, 2009).

Contabilidade, bem como a ocupação prevista para a área em torno da Rua da Imprensa e da Av. da República/25 de Setembro<sup>118</sup>. A restante área do Aterro da Maxaquene, a nascente da nova mancha de construção proposta, ficava reservada para verde urbano, à semelhança da proposta do Plano Diretor de Urbanização apresentado em 1969 (que aguardava aprovação). Apenas a frente de edifícios sobre a Av. da República/25 de Setembro, a norte e a sul da avenida, entre a Rua da Imprensa e a Feira Popular, e o edifício “33 andares”, tiveram seguimento.



131



132

Figura 131: Maquete de um estudo urbanístico para a Baixa antiga, 9 abr. 1969, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 18, icon. 2779 (vista da Praça 7 de Março/25 de Setembro para poente).

Figura 132: Maquete de um estudo urbanístico para a Baixa antiga, 9 abr. 1969, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 18, icon. 2777 (vista a partir da Praça Mac-Mahon/dos Trabalhadores para nascente).

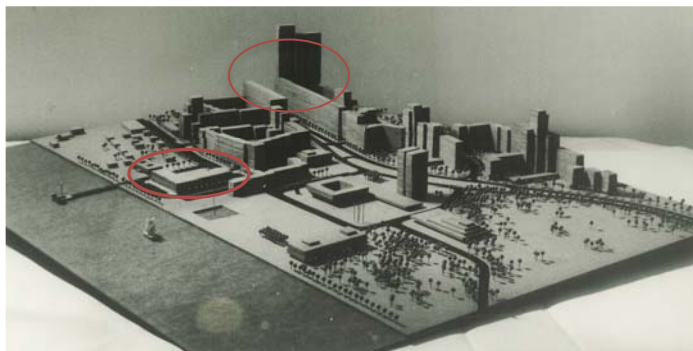


Figura 133: Maquete de um estudo urbanístico para a Baixa da Maxaquene, 21 maio 1970, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 18, icon. 2767. Assinalo o edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade (atual Ministério das Finanças) da década de 1950, junto ao Cais da Catembe; a frente de edifícios sobre a Av. da República/25 de Setembro e o edifício na esquina da Rua da Imprensa com a Av. da República/25 de Setembro (o Prédio “33 andares”), que foram construídos.

Não alheio à realidade em curso, o Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques (aprovado em 1972) preconizava para a Baixa antiga — identificada como

<sup>118</sup> Veja-se *Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vols. XVII-XVIII, Peças 62A e 63A.

“zona histórica” (Fig. 134) — estatuto e regulamentos especiais, apoiados num plano parcelar especial (Azevedo, 1971: 15). O “Estudo Parcelar da Baixa Histórica”, desenvolvido no decorrer da elaboração do Plano Diretor, no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques, defendia a valorização da Baixa, “preservando, tanto quanto possível, os [...] valores, ambiência, textura urbana e cunho arquitectónico próprios” desta “[á]rea de interesse histórico e arquitectónico, com comércio e vida local típicos, muito solicitada por pressões de demolição e renovação” (*Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XXI, Peça 74). A “área histórica” da Baixa, identificada pelo Plano Diretor, ficava compreendida entre a Praça Mac-Mahon/dos Trabalhadores, a ponte, e a Travessa da Maxaquene, a nascente (contornando a Fortaleza); a Av. da República/25 de Setembro, a norte, e a Av. 18 de Maio/Mártires de Inhaminga, a sul, contornando o Largo António Enes.

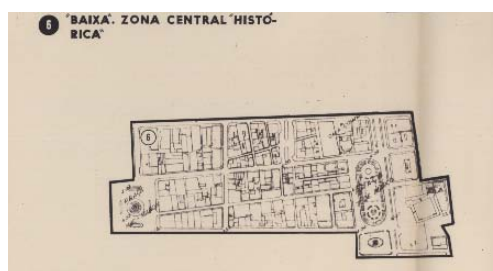


Figura 134: “Zona Central ‘Histórica’”, extrato da peça “Planos Parcelares Desenvolvidos no Decorrer dos Trabalhos”, Esc. 1: 5.000, *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969. Fonte: *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XXI, Peça 74.

Para a extensa área arborizada do Aterro da Maxaquene e Barreiras na envolvente (Fig. 135), dadas as suas características naturais (situação ribeirinha em contraste com o relevo das Barreiras e da Ponta Vermelha, que marcavam distintamente a imagem da cidade), e considerando a forte pressão urbana verificada na malha central e a apetência por uma área com esta extensão junto do centro da cidade, o Plano Diretor defendia integralmente a salvaguarda do espaço verde público. Segundo essa perspectiva, a área poderia admitir apenas o traçado de uma via de circulação automóvel, que

servisse de contraponto ao tráfico da área central, e equipamentos de apoio ao Parque. Considerava ainda que, a “iniciativa de construções novas por parte de entidades públicas [previstas para a envolvente do edifício da Fazenda] ou privadas constitui[a] estímulo e precedente para a degradação e liquidação [...] [daquela] valiosa área urbana” (*Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XXI, Peça 75, 96-97). O texto referia-se ao facto de um dos “Planos Parcelares Desenvolvidos no Decorrer dos Trabalhos” de elaboração do Plano Diretor — o “Estudo de implantação [e composição volumétrica] do centro governamental” (*Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XXI, Peça 74) — delimitar uma área, a nascente do edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, para a edificação de novos edifícios da Administração, no seguimento de orientações governamentais e de estudos precedentes<sup>119</sup>.

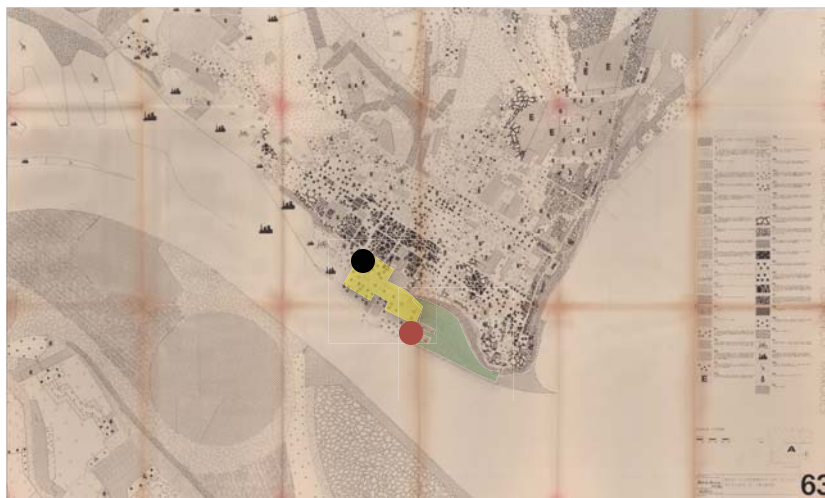


Figura 135: “Desenvolvimento do Plano segundo a Aptidão”, *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969. Fonte: *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XVIII, Peça 63A. Todos os quarteirões da área da Baixa até à Av. Fernão de Magalhães apareciam votados à “Dominância de construções do tipo torre em áreas comerciais” (a amarelo), sendo que a envolvente do edifício da Fazenda e o quarteirão do Mercado Vasco da Gama, apareciam classificados para “Equipamento com predomínio de soluções arquitectónicas do tipo torre, inserido em maciço arbóreo” (a vermelho e a preto respetivamente). Toda a área do Aterro da Maxaquene aparecia assinalada

<sup>119</sup> Em 1972, o Governo encarregou a Profabril de elaborar o “Concurso para Novos Edifícios Públicos em Lourenço Marques” para essa área. Cf. “Profabril – Concurso para Novos Edifícios Públicos em Lourenço Marques – 1972”, *O Grupo CUF – Elementos para a sua História*. Disponível em <http://industriacuf.blogspot.pt/2008/08/profabril-concurso-para-novos-edificios.html> [consult. 17 jul. 2014].

com “Espaço verde com predomínio de tratamento como parque público equipamento de recreio activo disseminado” (a verde).



Figura 136: “Estudo da Evolução Urbanística” (vários planos de urbanização de Lourenço Marques até à Independência), *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969. Fonte: *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. VI, Peça 41: “1. Planta de Lourenço Marques em 1876; 2. Planta de Lourenço Marques em 1886; 3. Plano de Urbanização de 1876 (Eng.º R. Th. Hall); 4. Plano de Urbanização de 1887 (Eng.ºs J. J. Machado e A. J. de Araújo); 5. Plano de Urbanização de 1952 (Gab. de Urban. do Ultramar – Arq.º J. A. Aguiar); 6. Estudo de Urbanização – 1965 (G.U. Câmara Municipal - Arq.º F. Mesquita); 7. Plano Regulador de Ocupação do Solo dos Arredores de Lourenço Marques - 1966 (Comissão PROSALM)”<sup>120</sup>.



Figura 137: “Planta Geral”— Estrutura Geral da Cidade, Zona Central, *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969. Fonte: *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XVII, Peça 62A. Toda a área correspondente à Baixa da Maxaquene (não edificada), Barreiras, envolvente da Fortaleza, Jardim Municipal, Praças Mac-Mahon e Mouzinho de Albuquerque, estava classificada como “verde urbano”. A mancha informe a cor de tijolo, que se estende da Baixa à Alta, corresponde à chamada “Área Central”. A amarelo estão assinalados os equipamentos culturais, de saúde,

<sup>120</sup> Para a análise da cartografia apresentada nesta peça, veja-se *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XXI, Peça 75, 79-84.

assistência e segurança. Na envolvente do edifício da Fazenda e a nascente deste, estão assinaladas as áreas reservadas para edifícios da Administração.

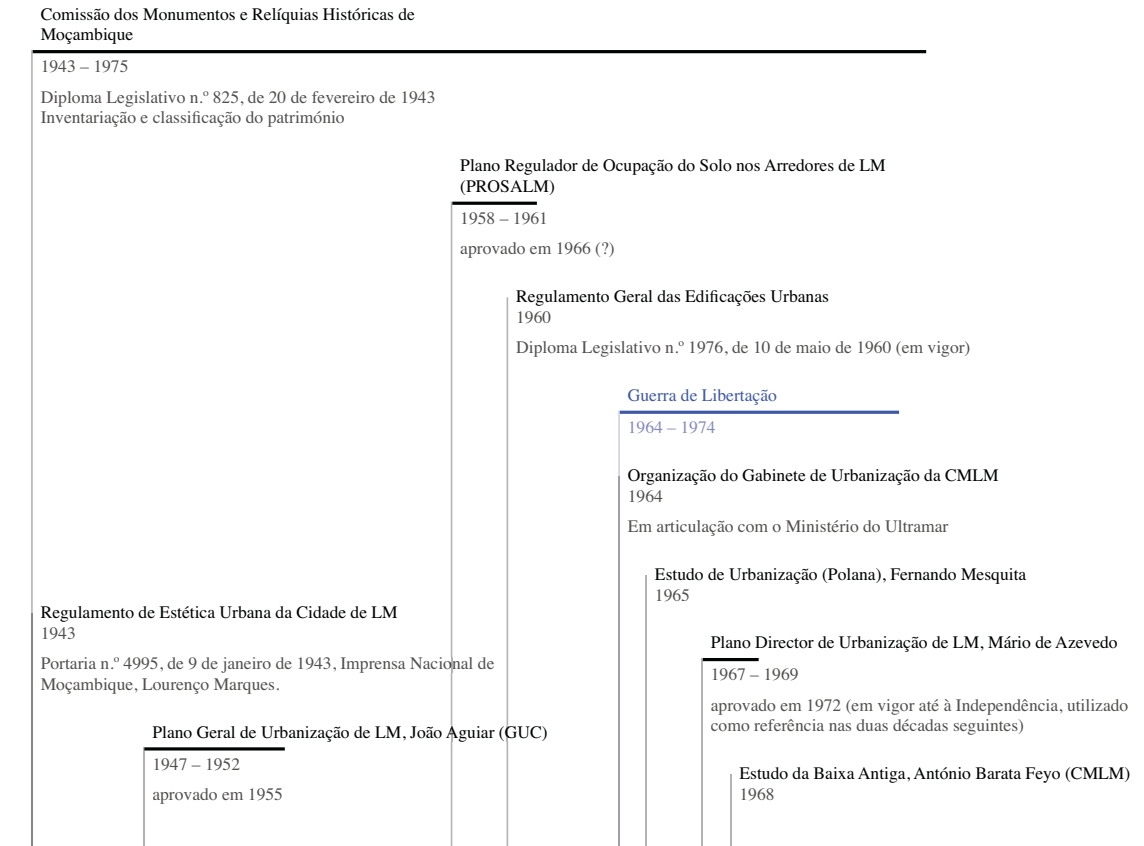


Tabela 4: Síntese dos estudos urbanísticos para Lourenço Marques durante o século XX até à Independência.

Como já foi referido, não obstante as disposições preconizadas no Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943, os elementos arquitetónicos do período colonial recente (século XX), que constituíam (e constituem) o grosso do edificado da “cidade de cimento” da capital, só receberam a atenção da tutela no final do período colonial, com o avançar galopante de demolições e novas construções em altura que rapidamente estavam transformando a imagem da cidade. Em 1973, a Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique classificou alguns bens dispersos na cidade (os únicos conjuntos classificados no território foram os das “cidades de pedra e cal” da Ilha de Moçambique e do Ibo). Entre esses elementos, estavam a Casa de Ferro; o



Edifício Vila Joia (atual Tribunal Supremo)<sup>121</sup>; o Edifício do Hotel Clube<sup>122</sup> (atual Centro Cultural Franco-Moçambicano); o precedente edifício da Câmara Municipal (atual Tribunal da Relação) na Baixa da Maxaquene; o Palácio da Ponta Vermelha, e o antigo edifício da Cadeia Civil<sup>123</sup>/Livraria da Imprensa Nacional no gaveto da Rua da Imprensa com a Av. da República/25 de Setembro (Navarro, 2012: 190-191). Não por acaso, no início da década de 1960, Alexandre Lobato, fazia a seguinte apreciação da Baixa antiga de Lourenço Marques:

Em nenhum aspecto actual são reconhecíveis hoje o antigo Presídio, a antiga vila, ou mesmo a primitiva cidade, e do que se sabe que foram não há vestígios sensíveis à vida e ao povo. Nada sobreviveu, porque não são quatro casas antigas de pé, a título de curiosidade de museu, que dão a genealogia histórica de uma urbe. (Lobato, 1961: 9)

---

<sup>121</sup> Sobre este edifício, veja-se Lima, 1966: 51; Lage e Carrilho, 2010: 40-41.

<sup>122</sup> Sobre este edifício, veja-se Lage e Carrilho, 2010: 20-21.

<sup>123</sup> Cf. *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1973: (9), 74. A antiga Cadeia Civil (atual Livraria da Imprensa Nacional de Moçambique), situada no gaveto da Av. da República/25 de Setembro com a Rua da Imprensa, foi classificada “imóvel de interesse público” em 7 de novembro de 1972, pela Portaria n.º 962/72. Sobre este imóvel, veja-se *HPIP*. Disponível em <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=2205> [consult. 10 set. 2015].

### **2.1.2 Breve caracterização da política de valorização do património edificado moçambicano em contexto pós-colonial**

O contacto da Frelimo com a cultura, desde as zonas libertadas, foi muito ideológico, quer utilizando a cultura patrimonial como arma de resistência ao colonialismo quer tornando-se base para a figuração de uma entidade nacional. (Aquino de Bragança *apud* Mira, 1999: 16)

A breve síntese deste texto trata o intervalo temporal do imediato pós-independência e põe o enfoque nos principais acontecimentos no campo da salvaguarda do património, concretizados na década de 1980. A descrição sucinta tem interesse para a percepção da evolução do entendimento e abrangência do conceito de património cultural em Moçambique recém-emancipado até à elaboração do inédito “Estudo de Valorização Urbanística da Baixa” (1984) e da legislação do património (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro) que se encontra em vigor. Esse entendimento esteve primeiramente associado ao programa político e ideológico de “revolução cultural”, que procurava contrastar a herança cultural imposta pelo colonialismo<sup>124</sup> e corresponde temporalmente à primeira fase do pós-colonialismo. Essa fase estendeu-se desde a Independência até à década de 1980 e ficou associada primeiramente à implementação de um modelo de desenvolvimento orientado para a construção de uma sociedade socialista e de seguida,

---

<sup>124</sup> As várias formas de expressão cultural do povo Moçambicano que se manifestavam nos contos, nas canções, na música, nas danças populares, nas obras de arte plástica, literatura oral e escrita, como meios de transmissão de valores culturais da sociedade, eram em grande medida menosprezados e incompreensíveis para o colonizador. Essas formas de expressão constituíram também por isso (por estarem menos sujeitas à censura até à segunda metade da década de 1950), formas de crítica social e à realidade do colonialismo (cf. Hedges, 1999: 222-232; Mira, 1999: 15-16), consolidando-se como património cultural anticolonial do povo Moçambicano. Sobre as repercussões das artes na procura de uma cultura nacional moçambicana, na última fase do colonialismo e no contexto da Luta de Libertação, veja-se Hedges, 1999: 229 ss.

durante a década de 1980, ao recrudescimento da guerra civil e à transição para uma economia de mercado<sup>125</sup>.

Nesse contexto, as tentativas de inventariação e valorização de determinados elementos e vestígios relacionados com a história da luta contra o colonialismo apareceram associadas à rememoração da Luta de Libertação e à importância material desses exemplos para a educação das gerações vindouras. A definição de legislação para a proteção do Património Cultural tomou forma na década de 1980 e apareceu fortemente relacionada com o processo de salvaguarda e inscrição da Ilha de Moçambique na Lista da UNESCO do Património Mundial da Humanidade (1991). Contemporaneamente, delineou-se o primeiro e inédito estudo de valorização da Baixa de Maputo.

A partir de 1986, por iniciativa do arquiteto José Forjaz e com o apoio da Universidade de Roma “La Sapienza”, foi criada a licenciatura em Arquitetura e Planeamento Físico na Universidade Eduardo Mondlane. O envolvimento da FAPF-UEM no estudo do património edificado moçambicano começou a dar frutos no início da década de 2000 com a publicação de vários levantamentos levados a efeito em várias cidades do país<sup>126</sup>. E mais recentemente, com a organização de um programa para a inventariação do património edificado da cidade de Maputo e a elaboração de uma primeira proposta para a sua classificação (Lage e Carrilho, 2010). Só no final de 2012, o conjunto classificado de Maputo voltaria a ser objeto de um plano parcial de

---

<sup>125</sup> A segunda fase, a partir de meados da década de 1980, com a nova Constituição da República (1990), o fim da guerra civil (1992) e a emergência de um processo de descentralização política e administrativa, corresponde ao período atual.

Teresa da Cruz e Silva individua para o período pós-colonial em Moçambique uma periodização que reflete uma interpretação mais específica dos impactos de desenvolvimentos internos e externos sobre a evolução do país: i) o Governo de Transição e a consolidação da Independência (1974-1977); ii) a implementação do socialismo (1977-1983/4); iii) a transição para a economia de mercado e a transição política (1984-1992); e iv) a reconstrução de uma nova sociedade a partir do final da guerra civil e com a transição política para um sistema multipartidário (1992-1999) (Silva, 1999-2001).

<sup>126</sup> Veja-se Carrilho, Menezes e Lage 2001; Corvaja, 2003; Carrilho e Cani, 2003; Spina e Joaquim, 2003; 2005; Bruschi e Lage, 2005.

urbanização, com vista à sua valorização (o *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo*, concluído no final de 2014).

O salto no entendimento do valor documental do legado patrimonial no período pós-independência em Moçambique foi significativo, com feitos importantes para o processo de transição política e cultural, para a organização da tutela do património e a enformação do espólio cultural nacional. Para a elaboração da lei do património (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro) levada a cabo por técnicos da Direção Nacional do Património Cultural (Alda Costa, Paulo Soares, José Capão, etc.), foram considerados os antecedentes nesse campo formulados pela Administração colonial e as iniciativas levadas a efeito no país recém-emancipado, como a Campanha de Preservação e Valorização Cultural (1978-1982), e os dois festivais nacionais de dança e de música e canção tradicional, resultantes do primeiro levantamento sobre esses temas na República Popular de Moçambique (Naroromele e Marrregula, 1988: 11). Foram relevantes também, o contacto com especialistas estrangeiros em legislação cultural, entre os quais um consultor da UNESCO e as várias propostas elaboradas para a proteção do património cultural edificado, sobretudo para a Ilha de Moçambique (Capão, 1988).

O reconhecimento, a valorização, a salvaguarda e a divulgação de certos elementos (“positivos”) da identidade cultural (multiétnica) nacional tinham sido uma das premissas do programa fundacional da FRELIMO para a união dos Moçambicanos e a construção da Nação Moçambicana (FRELIMO, 1968: 104-106; Mondlane *apud* Reis e Muiuane, 1975: 78-79). As primeiras ações neste sentido, no imediato pós-independência, visavam combater a “cultura da burguesia” — entendida como cultura estrangeira imposta pelo colonialismo —, e criar uma cultura popular e revolucionária (Costa, 2013: 247), para o desenvolvimento do “homem novo”.

Por todo o país, levava-se a efeito o processo de transformação do aparelho de Estado e procurava-se criar condições para a implementação da linha de pensamento e de ação da Frelimo (Costa, 2013: 247), autodeclarada vanguarda política e cultural<sup>127</sup>. O programa do Governo procurou materializar, ao nível da reorganização do aparelho de Estado, essa linha de pensamento e de ação, criando departamentos e serviços<sup>128</sup> sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura<sup>129</sup> para “inventariar a acção já realizada pela FRELIMO no domínio da Cultura, que” devia servir “de ponto de referência da acção futura, e orientar, estimular e controlar a actividade artística (literária, plástica, teatral e musical)” (Portaria n.º 39/76, de 14 de fevereiro, 24.º). O Instituto Nacional de Cultura, criado no seio do Ministério da Educação e Cultura, tinha a seu encargo várias ações culturais:

Artes Plásticas e Artesanato, Música, Dança e Teatro; Arte Literária e Artes Audiovisuais e tinha, por essa razão, amplas funções que incluíam, entre outras, a dinamização das artes plásticas e do artesanato, a promoção de exposições, a troca de experiências, a procura de talentos em todo o País. O Estado assumia assim amplas funções, incluindo funções de execução, que só alguns anos mais tarde e já noutro contexto histórico, aquando da REUNIÃO GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, em 1985, iriam ser discutidas e redefinidas. (Costa, 2013: 247)

---

<sup>127</sup> No III Congresso da FRELIMO, em fevereiro de 1977, a FRELIMO declarou-se um “Partido de Vanguarda Marxista-Leninista”, “com a missão de liderar, organizar, orientar e educar as massas, visando destruir as bases do capitalismo e construir uma sociedade socialista” (Silva, 1999-2001). Com a criação do Partido Marxista-Leninista (1977), criaram-se os “movimentos democráticos de massas” que serviam para enquadrar organizações criadas “de cima para baixo” (para os trabalhadores, as mulheres, a juventude), sob a tutela e a orientação do Partido (Silva, 1999-2001).

<sup>128</sup> O Instituto Nacional de Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas, o Serviço Nacional de Museus e o Serviço Nacional de Rádio Educativo (Portaria n.º 39/76, de 14 de fevereiro, 24.º, n.º 2).

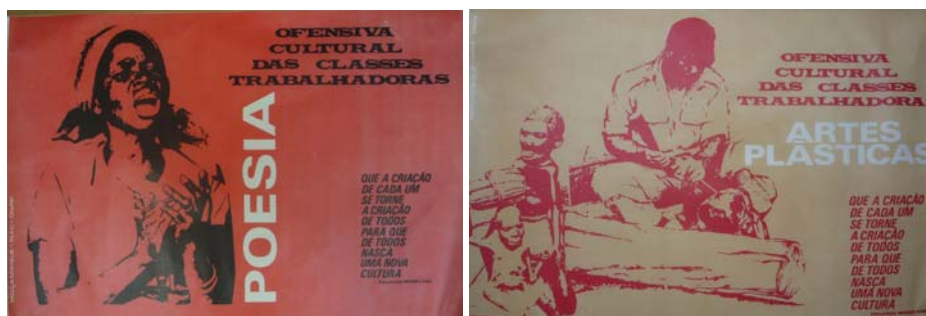
<sup>129</sup> Em 29 de junho de 1975 foi criado o Conselho de Ministros da então República Popular de Moçambique (Decreto Presidencial n.º 1/75, de 1 de julho de 1975). Desse primeiro Conselho de Ministros, constituído por quinze ministérios, fazia parte o Ministério da Educação e Cultura (MEC), representado pela Ministra Graça Simbine (1945-), mais tarde Graça Machel. As atribuições dos vários Ministérios foram definidas pelo Decreto n.º 1/75, de 27 de julho. Ao MEC competia “criar as condições para que a instrução, a educação e a cultura estejam na realidade ao serviço das largas massas, combatendo enérgica e sistematicamente a pesada herança que foi legada pelo colonialismo: o analfabetismo, a ignorância e o obscurantismo” (Decreto n.º 1/75, de 27 de julho, Art.º 19).



Figuras 138 e 139: Cartazes INAC-DNPP, [s.d.], [s.a.] (espólio de Francisco Pires Keil do Amaral).

Se a precedente Administração colonial, através da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (1943-1975), tinha privilegiado o património (sobretudo edificado e arqueológico), com base, não no interesse científico dos seus valores documentais — basta analisar o critério de seleção e a metodologia utilizada no restauro dos monumentos —, mas na propaganda da “construção civilizacional” colonial; no período imediato, o foco foi colocado, sobretudo, na criação de um repertório cultural nacional e na valorização do património cultural adequado ao processo revolucionário (Mira, 1999: 16-17; Costa, 2005: 35; Jopela, 2006: 1). “O triunfo da Revolução” dependia “fundamentalmente da criação e desenvolvimento do homem novo e de uma mentalidade nova” (Decreto n.º 1/75, de 27 de julho, Art.º 19), devidamente estimulada pelo ensino (programa de alfabetização), pela cultura física e o desporto e pelo contacto com o domínio da cultura, que neste período inicial (1975-1976) aparece cingida sobretudo ao seu aspeto artístico-expressivo (dança, música, teatro, artes plásticas, literatura, cinema e fotografia)<sup>130</sup> (*Cronologia e Periodização da História do Ministério da Cultura, Juventude e Desportos*, 1996: 3).

<sup>130</sup> “Com a criação do Instituto Nacional de Cinema, o projecto de cinema moçambicano, o cinema móvel camponês, é incentivado. A fotografia é apoiada enquanto instrumento de apologia da Revolução. [...] O discurso ideológico vai-se gradualmente apropriando da imaginação artística através de um processo circunstancial de imposição da iconografia socialista. [...] O 3.º Congresso da Frelimo, em 1977, vai impor as novas linhas de orientação. A Ofensiva Cultural das Classes Trabalhadoras marca o início da implementação da nova política cultural. [...]”



Figuras 140 e 141: Cartazes INAC-DNPP, [s.d.], [s.a.] (espólio de Francisco Pires Keil do Amaral).

O património cultural da Nação foi entendido, em parte, segundo a expressão de um conceito alargado e mais abrangente de monumento que levava em conta a moderna conceção “antropológica” da cultura, como testemunho do viver e agir quotidianos, ou simplesmente como “testemunho de civilização”. Entendia-se que a cultura devia ser celebrada, inventariada, protegida e divulgada, e abrangia contemporaneamente, a tradição oral, a arte popular e toda e qualquer manifestação artística que se desenrolasse no quotidiano do Povo. Foi sobretudo no levantamento e no reconhecimento do património cultural popular que a política cultural do Governo pôs o enfoque nos primeiros anos de governação.

Nesse primeiro período (1975-1980), marcado pela ideia de estender ao conjunto da sociedade moçambicana uma cultura nacional, de raiz marcadamente rural, registou-se uma grande preocupação em teorizar a questão cultural e o papel da cultura na Revolução (*Política Cultural*, 1989: 2). Esse entendimento da cultura nacional tinha subjacente um esforço de integração da sociedade moçambicana, do Maputo ao Rovuma, procurando abranger as diferentes manifestações das várias regiões do país, sujeitas a um único critério de seleção: o seu carácter popular e revolucionário (*Política Cultural*, 1989: 2). Foi clara a preocupação com o levantamento e a reapropriação das várias formas de cultura popular e com a valorização dos testemunhos materiais da

---

A actividade artística passou a ser controlada a partir da matriz ideológica, subordinando-se às orientações estéticas dominantes do realismo socialista de pendor africano.” (Mira, 1999: 16-17).

História pré-colonial. O aproveitamento das várias danças, músicas, coreografias, adereços e adornos das cerimónias tradicionais para a enformação da cultura nacional ficava condicionado à sua purificação de concepções tradicionais-feudais e práticas obscurantistas, acrescentando-se-lhes novas expressões de conteúdo revolucionário e reprimindo, no campo das restantes manifestações artísticas/culturais, o que não se conformasse com o discurso político vigente e com o novo conceito de cultura (*Política Cultural*, 1989: 2).

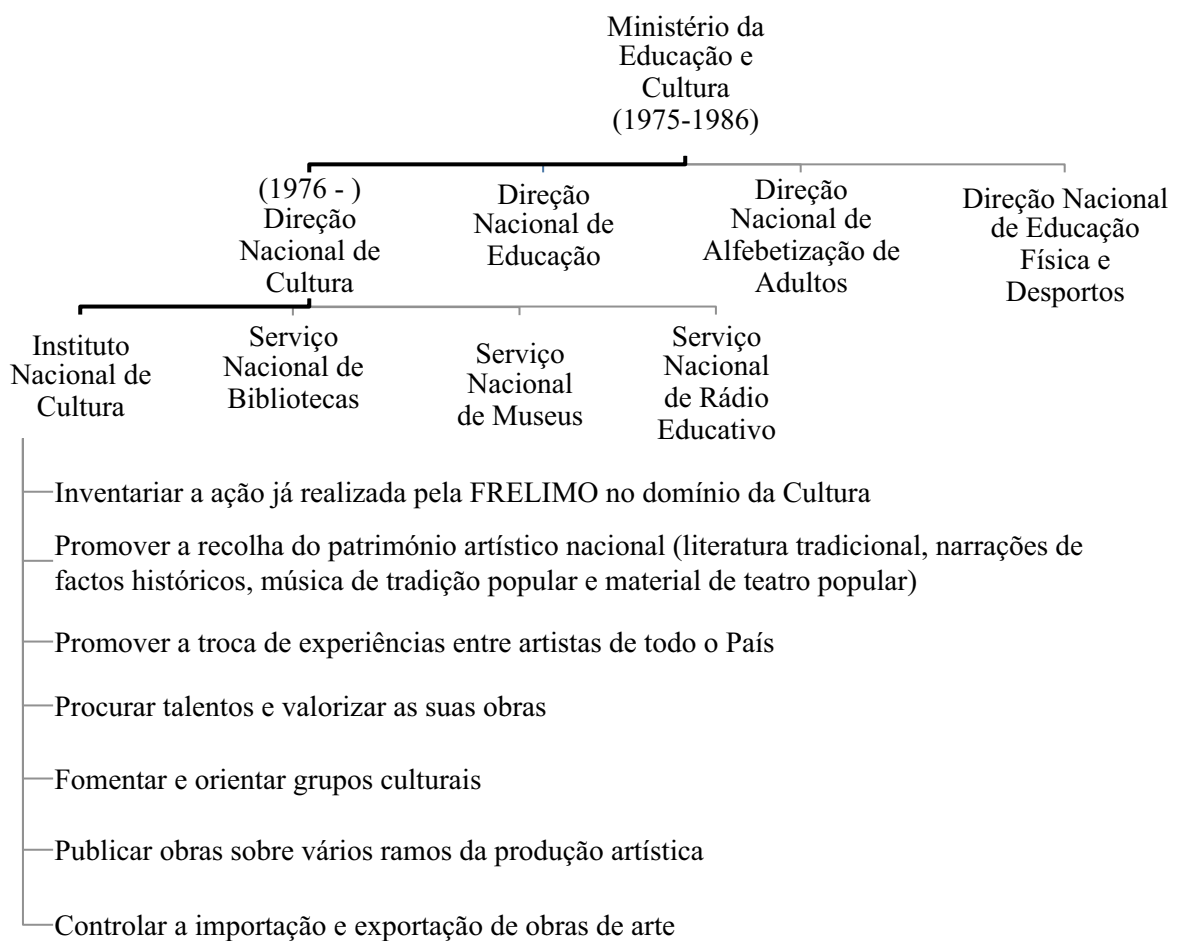


Tabela 5: Esquema da organização do Instituto Nacional de Cultura (1976-1977) e das suas competências e objetivos (a partir do Decreto n.º 1/75, de 27 de julho, Art.º 20; e da Portaria n.º 39/76, de 14 de fevereiro, Art.º 26).

O enfoque na História de Moçambique foi colocado quase que exclusivamente no período da luta armada de libertação nacional (1964-1974) (*Política Cultural*, 1989:



2). Como refere o relatório do Ministério da Cultura, referente às práticas levadas a cabo nesse período pós-independência até à década de 1980 pelo órgão estatal com a tutela do sector, essa “tipificação das concepções e práticas da [...] actividade cultural” só pode ser entendida se devidamente inserida no momento histórico que então vivia a “jovem República, com a memória ainda recente dos duros episódios da luta armada de libertação nacional e, sobretudo, dos levantes reaccionários de Setembro e Outubro em Maputo e noutros centros urbanos” (*Política Cultural*, 1989: 2).

Desenrolou-se uma ação extensa de levantamento da Cultura a nível nacional com a Campanha de Preservação e Valorização Cultural (1978-1982) e ainda, no campo das Artes e Artesanato (*Política Cultural*, 1989: 4), realizações de grande importância e significado como foram os Festivais Nacionais de Dança Popular (1978) e da Canção e Música Tradicional (1981). A partir de inícios da década de 1980, com o início da chamada Ofensiva Política e Organizacional<sup>131</sup>, surgia “um momento de balanço e revisão de muitas das [...] concepções relativas à cultura” (*Política Cultural*, 1989: 4) e não só, procurando-se discutir a “descentralização” no sector e a sua reorganização em diferentes serviços. Nesse sentido, elaboraram-se vários textos de referência, caso do Relatório do Comité Central ao 4.º Congresso do Partido Frelimo, das Diretivas Económicas e Sociais do 4.º Congresso e o Programa do Partido, bem como textos do próprio órgão estatal de direção do sector, que desde 1983 tinha sido elevado ao estatuto de Secretaria de Estado (da Cultura) (*Política Cultural*, 1989: 5). A ênfase foi colocada

---

<sup>131</sup> A Ofensiva Política e Organizacional, lançada por Samora Machel em 1980, visava criar condições para questionar a concepção *leninista* do Estado (nas empresas estatais, nos serviços públicos) como exercício de poder de uma classe em detrimento de outras, e do mercado (apercebendo-se que a ineficiência da economia Estatal era uma questão estrutural e não funcional), e eliminar a corrupção, o nepotismo, a burocratização e todas as formas de atrito à luta pelo subdesenvolvimento. As consequências da Ofensiva fizeram-se sentir com o fim da intervenção do Estado no comércio, nos incentivos ao investimento privado, na abertura da economia aos países ocidentais, com o início de conversações com o Banco Mundial e no questionamento de algumas nacionalizações (Negrão, 2006b). Sobre este assunto, veja-se *Resolução sobre a ofensiva política e organizacional e o trabalho das assembleias do povo e dos deputados*, 1980; Negrão, 2006a; 2006b; 2006c.

na aceitação da diversidade cultural da Nação e na necessidade de a conhecer e divulgar. Nesse período surgiram diversas associações de interesse cultural, novos nomes na literatura, na pintura e na escultura e o cinema ganhou terreno como forma de expressão artística (*Política Cultural*, 1989: 5). Segundo o relatório do Ministério da Cultura, “[o] Estado passa a ter uma responsabilidade específica na condução do processo sem em nenhum momento se confundir com os agentes culturais na função de “fazer cultura” (*Política Cultural*, 1989: 5).

A criação de um departamento específico para o património cultural edificado concretizou-se com o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (1977-1982), sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura. Mas, foi sobretudo com a criação da Secretaria de Estado da Cultura (Decreto Presidencial n.º 84/83, de 29 de dezembro, Art.º 1) e do Serviço do Património Edificado do Departamento de Monumentos da Direção Nacional do Património Cultural que a vertente do património edificado ganhou outra dinâmica. Nesses mesmos anos deram-se os primeiros passos para a criação do Gabinete de Conservação e Restauro da Ilha de Moçambique (Capão, 1988: 15), liderado pelo arquiteto dinamarquês Jens Hougard até 1985<sup>132</sup>, e dos primeiros estudos e relatórios sobre o património edificado e o ambiente urbano da Ilha e do Continente imediato. Vários especialistas internacionais deslocaram-se ao local nesse período, recomendando o estudo e a conservação integrada da Ilha com a área imediata da terra firme, em detrimento de um entendimento parcial da conservação do património, monumento a monumento. E, em relação de interdependência com a conservação

---

<sup>132</sup> Para o desenvolvimento dos estudos do património na Ilha foi acordada, por intermédio de Jens Hougard (em Moçambique desde 1977), a colaboração entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Escola de Arquitetura de Aarhus. Essa colaboração incluiu a estadia na Ilha, durante dois meses, de uma equipa de 22 professores e estudantes chefiada pelo Prof. Johannes Exner, do Departamento de Restauro e Conservação de Cidades e Edifícios da Escola de Arquitetura, com o apoio da UNESCO, SIDA, NORAD e do Ministério da Cultura da Dinamarca. Dessa cooperação resultaram vários estudos sobre o património da Ilha e posteriormente, a elaboração de um relatório (1982-1985) que serviu à candidatura da Ilha a Património Mundial da Humanidade, na UNESCO. O relatório foi publicado em Secretaria de Estado da Cultura — Moçambique e Arkitektskolen i Aarhus — Danmark (eds.), 1986.

integrada do conjunto, foram apresentadas várias propostas para a revitalização simultânea da situação socioeconómica e administrativa da Ilha (Capão, 1988: 18-19).

A inscrição da Ilha na Lista do Património Mundial Cultural e Natural era fundamental para conseguir apoios externos (financeiros, materiais e técnicos), indispensáveis para implementar um plano de salvaguarda e de desenvolvimento integrado dessa área e da região adjacente. A discussão em torno da salvaguarda daquele património singular, o envolvimento da UNESCO, a ratificação por Moçambique da Convenção do Património Mundial (em 1982) (Resolução n.º 17/82, de 13 de novembro de 1982) e a necessidade de legislação adequada para a salvaguarda do património (ambas condições prévias da UNESCO para a inscrição da Ilha na Lista do Património Mundial Cultural e Natural) (Capão, 1988: 21), estiveram na origem da criação progressiva de vários departamentos no sector e foram cruciais para o alargamento da discussão da inventariação e da salvaguarda a outras vertentes do património cultural (nomeadamente, do património edificado do período colonial) (Alda Costa<sup>133</sup>, 13 de março de 2015).

A legislação do Património Cultural (Lei n.º 10/88, de 20 de dezembro) tomou forma após a criação do Ministério da Cultura (1987-1992), no final da década de 1980, já num contexto político e ideológico distinto<sup>134</sup> (após a tragédia de Mbuzini). A legislação foi preparada na Direção Nacional do Património Cultural (pelo jurista João Belo Zitha, os historiadores José Capão, Alda Costa, Paulo Soares e com o contributo,

---

<sup>133</sup> Depoimento de Alda Costa à autora. Agradeço a Alda Costa a recolha de legislação moçambicana das décadas de 1970-1990 relativa à salvaguarda do património, e os vários esclarecimentos sobre a forma como se desenrolou o processo de elaboração da lei de salvaguarda do Património Moçambicano.

<sup>134</sup> Alda Costa refere que aquando da preparação da exposição permanente do Museu Nacional de Arte em Maputo, inaugurado em 1989, as exposições de arte popular que tinham celebrado o nascimento do país tinham cessado já há alguns anos, bem como a ideia inicial sobre o artista individual que se anulava em função da voz/arte coletiva (Costa, 2005: 45-46).

A meados da década de 1980, o país começou a implementar reformas para liberalizar a economia e seguidamente, em 1987, o Programa de Reabilitação Económica (Silva, 1999-2001). Nos anos imediatos, os esforços para estabelecer conversações entre a FRELIMO e a RENAMO permitiram o cessar-fogo (1992) e a transição política (Silva, 1999-2001).

para a parte do património edificado, do arquiteto Mário Trindade), a partir de legislação internacional e, como já foi referido, da experiência local (Alda Costa, 13 de março de 2015).

Apesar dos esforços e progressos na área, com vista à salvaguarda do património edificado, e como referiu há pouco tempo o antigo Primeiro-Ministro moçambicano Aires Bonifácio Baptista Ali, “os bens imóveis constituem ainda, na sua maioria, parte vulnerável do património cultural” de Moçambique (*apud* Macamo, 2014: X). Analisando em específico a problemática da preservação do património edificado do período colonial, foi notória a “pouca atenção e em alguns casos a destruição de bens culturais patrimoniais ocorrida durante os primeiros anos de independência que privaram o país de bens e referências fundamentais” (Gilberto Cossa, 2001 *apud* Costa, 2005: 58). Gilberto Cossa, referiu como razões prováveis para essa atitude, “a abordagem emocional” que foi feita em relação a esse património “(considerado como sendo um conjunto de vestígios do regime colonial e não como objectos de importância cultural e histórica) e a necessidade de criação de uma nova imagem da nação e de consolidação da Independência Nacional” (*apud* Costa, 2005: 58-59).

#### **2.1.2.1 A reconfiguração e a reavaliação dos monumentos e dos locais históricos**

De entre as várias medidas tomadas pelo novo Governo para a valorização do património e com enfoque na área da cidade em estudo em particular, conta-se o depósito em museus de parte(s) dos antigos monumentos memoriais erigidos no período colonial a figuras e acontecimentos da narrativa portuguesa/colonial de Moçambique. Não encontrei em específico uma diretiva que assegurasse essa precaução, mas o

levantamento fotográfico acurado de certos edifícios ou monumentos antes, durante e depois da remoção de brasões e demais emblemas heráldicos ou da desmontagem (no caso de estatuária) e a sua inventariação, durante o Governo de Transição (1974-1975), no AHM, na “Coleção Iconográfica da Câmara Municipal de Lourenço Marques” (e.g., Edifício da Câmara Municipal<sup>135</sup>, Cx. 11, Icon. 275-287; “Recolha para o Museu dos painéis laterais do Monumento a Mouzinho d'Albuquerque”, 7 nov. 1974, Cx. 14, Icon. 853), assegura essa preocupação e a percepção contemporânea sobre a importância de documentar esse processo (Figs. 143 e 144).

Só muito mais tarde, a Resolução n.º 15/AM/2004, de 11 de agosto acautelava a utilização cuidada e a correta conservação dos “Paços do Município, Praça da Independência e seus equipamentos [...] pelo valor cultural e histórico que os mesmos possuem e representam no Município e no País”. Esta resolução é bastante específica relativamente a determinados aspetos dos interiores do Palácio Municipal, proibindo, por exemplo, a modificação ou transferência do mobiliário do Salão Nobre e da Sala de Sessões da Assembleia Municipal e do Conselho Municipal (Artigos 6 e 7). Não encontrei recomendações análogas para outros edifícios/espços públicos da cidade de Maputo, considerando que alguns dos edifícios mais emblemáticos da Baixa (caso do Palácio Municipal) fazem parte da lista de elementos propostos para classificação do Ministério da Cultura, mas é possível afirmar que a Praça da Independência, tal como o eixo monumental que a liga à Baixa antiga (a Av. Samora Machel), têm sido alvo de projetos e intenções recentes que preveem alterações expressivas na sua configuração, voltarei a este assunto adiante.

---

<sup>135</sup> Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 11, Icon. 275 a 287 (com data de 30 jan. 1975) relativa a exteriores e interiores vários e mobiliário; Icon. 297 a 298 relativa à Sala de Conferências; Icon. 291-296 (com data de 7 jan. 1975) relativa a vistas gerais e detalhes da Sala de Sessões; Icon. 289 e 290 relativa ao Salão Nobre.

Uma discussão interessada e esclarecida — sobre a remoção da estatuária da “Era Colonial” e o seu possível destino —, acompanhou esses acontecimentos no *Notícias*<sup>136</sup>, entre 6 e 9 de maio de 1975, a partir de um inquérito a alguns habitantes de Lourenço Marques (de entre os quais, Alexandre Lobato e António Quadros).

A notícia começava assim:

Vai proceder-se à remoção dos monumentos que em Moçambique atestam em pedra e bronze a Era Colonial, que está ultrapassada. É propósito do Governo conservar essas estátuas para a constituição de um museu sobre o colonialismo.

A propósito destas decisões fazemos, a partir de hoje, a auscultação de alguns leitores. (“INQUÉRITO”, 6 de maio de 1975, 3).

O assunto demonstrou ser pertinente. A partir do questionário — “I- O que pensa da retirada das estátuas da cidade? II- Acha bem que sejam guardadas em museus, para estudo? III- Na sua opinião, o que se deveria pôr nesses lugares?” —, desenrolaram-se várias entrevistas. Em 7 de maio de 1975, Alexandre Lobato, “natural de Lourenço Marques, 60 anos, historiador e professor universitário”, apresentava os seguintes argumentos para a remoção das estátuas e a sua custódia num museu:

[...] assim como os portugueses têm obrigação de compreender que a hora que passa é a da conclusão coerente e lógica dum processo histórico [...], deve o povo de Moçambique, também, começar a saber, desde já, que o seu passado é ininteligível sem Portugal, a sua formação como nação está marcada pela presença portuguesa, e tudo o que representa modernidade das suas infra-estruturas, de qualquer natureza, é produto duma longa acção portuguesa [...]. (“INQUÉRITO”, 7 de maio de 1975, 3).

Todos os entrevistados foram unânimes em defender a custódia das estátuas num museu, pois, como referia Maria de Lurdes Torcato (“INQUÉRITO”, 8 de maio de

---

<sup>136</sup> Jornal diário de Lourenço Marques/Maputo, fundado em 1926 e com ampla divulgação na cidade.

1975: 3), “entraram na História de Moçambique e serão a ilustração objectiva dum período da história nacional e universal”. O último inquérito foi publicado no dia 9 de maio de 1975, com meia dúzia de entrevistas a naturais de Portugal e de Moçambique, entre os 20 e os 37 anos, três mulheres (uma doméstica nascida em Inhambane, 30 anos; uma datilógrafa de Xinavane, 23 anos; e uma costureira portuguesa, de 37 anos) e três homens (um analista de Lourenço Marques, 23 anos; um elemento das Forças Armadas de Libertação, de Tete, com 20 anos, guerrilheiro desde os 14 anos; e um estudante, natural do Gurué, de 17 anos). Todos aprovavam a remoção das estátuas (visto que Moçambique começava uma história independente) e a sua conservação para que, quando “a hora da serenidade histórica” chegasse, as futuras gerações de historiadores de Moçambique pudessem estudar na justa perspectiva, essas “obras de arte e documentos de história” e “a história portuguesa da colónia, que necessariamente fará parte integrante da história de Moçambique” (Alexandre Lobato, “INQUÉRITO”, 7 de maio de 1975, 3).

Apenas Alexandre Lobato demonstrou ser contra a remoção de estátuas que comemorassem “grandes figuras e feitos da História da Humanidade” (e.g., de Vasco da Gama<sup>137</sup>, ou os padrões do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique<sup>138</sup>) e os monumentos da Grande Guerra por invocarem sacrifícios conjuntos de portugueses e moçambicanos (“INQUÉRITO”, 7 de maio de 1975, 3). Recomendava, para albergar o espólio removido, e para futuro Museu Histórico, o quartel do antigo Esquadrão de Dragões, construído no final do século XIX pelas Obras Públicas para Quartel da Polícia Montada (o velho Quartel do Alto-Maé), uma vez que a Fortaleza tinha uma

---

<sup>137</sup> A estátua de Vasco da Gama foi arreada da frente do Palácio de S. Paulo na Ilha de Moçambique, mas alguns anos mais tarde foi reposta. Na mesma Ilha pode ser apreciada, na zona da contra-costa, a estátua de Luís de Camões, inaugurada no final da década de 1960 (ARPAC, Cx. Nampula-XI-Monumentos e Locais Históricos 3).

<sup>138</sup> O de Lourenço Marques encontrava-se no centro da Praça das Descobertas/da Travessia do Zambeze e foi removido.

capacidade muito limitada. Todos foram de opinião, que no lugar das antigas estátuas deveriam surgir outras dos heróis nacionais (Samora e Josina Machel, e Eduardo Mondlane), somente Maria Alice Ribeiro (costureira, 37 anos, nascida em Lisboa) respondeu de forma peculiar: “I- Acho que isso de estátuas já está muito passado. Deviam fazer fontes luminosas ou lagos com peixinhos ou viveiros de pássaros” (“INQUÉRITO”, 9 de maio de 1975, 3).

Toda a estatuária foi removida das praças e outros locais públicos, à exceção do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, mantido intacto na Praça dos Trabalhadores (e, segundo o que pude observar, de alguns memoriais fúnebres no Cemitério de São Francisco Xavier), e no seu lugar, a partir de finais da década de 1980 começaram a surgir estátuas dos heróis da Libertação Nacional, com relevo para Samora Machel e Eduardo Mondlane. O monumento aos “combatentes europeus e africanos” da Guerra Grande<sup>139</sup>, “simbolizando a imagem da Pátria portuguesa sustentando as quinas à direita e o montante à esquerda” (Lage e Carrilho, 2010: 33), faz parte da lista de bens culturais da cidade de Maputo do Ministério da Cultura propostos para classificação (o único exemplar de estatuária do período colonial da lista), pelo seu valor histórico e artístico (Lage e Carrilho, 2010: 33).

No Museu de História Militar Colonial (antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, atual Museu de História Militar) foi depositada estatuária referente aos conjuntos monumentais erigidos aos comissários régios António Enes<sup>140</sup> e Mouzinho de

---

<sup>139</sup> O conjunto escultórico, da autoria do escultor Rui Roque Gameiro e do arquiteto Veloso Reis Caramelo, foi inaugurado em 11 de novembro de 1935, na Praça Mac-Mahon/dos Trabalhadores (Lage e Carrilho, 2010: 32-33). Marcado por uma figura feminina, tem em relevo uma enorme serpente “que simboliza o valor científico das grandes navegações portuguesas e, nas faces do pedestal, relevos decorativos que invocam os combates de Mecula, Quivambo, Neval e Quionga” (Lage e Carrilho: 33). É conhecido localmente por “Mãe da cobra”.

<sup>140</sup> “A Câmara Municipal de Lourenço Marques procedeu, durante esta madrugada, à remoção de mais três monumentos de figuras ligadas à era colonial: Teodósio Clemente de Gouveia (no jardim da Malhangalene), Berta Craveiro Lopes (no jardim junto à Avenida Augusto Castilho), e António Enes (na



Albuquerque<sup>141</sup>, presentes ao longo do principal eixo cívico da cidade, formado pela Praça 7 de Março/25 de Junho, a Avenida D. Luís/Samora Machel e a Praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência. Do monumento a Mouzinho de Albuquerque resta a estátua equestre e os dois painéis de bronze do pedestal respetivo, que representam a “prisão do régulo Gungunhana em Chaimite” (Zilhão, 1940: 10) e “a carga de cavalaria no segundo combate de Macontene” (Pinto, 1940: 20). A poucos metros encontra-se a estátua de António Enes, parte do conjunto monumental erigido no já desaparecido Largo António Enes. Não existem registos dos restantes elementos desses conjuntos e vários outros, com indiscutível valor artístico e histórico, encontram-se dispersos — caso da estátua de bronze de António Salazar, obra de Francisco Franco, apeada do antigo Liceu Salazar (atual Josina Machel) e colocada no pátio das traseiras de um anexo do AHM, junto à Biblioteca Nacional —, ou inevitavelmente perdidos.



Figura 142: O desmantelamento do monumento a Mouzinho de Albuquerque, Praça Mouzinho de Albuquerque, Lourenço Marques, 1975, Ricardo Rangel. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/02/27/o-monumento-a-mouzinho-de-albuquerque-em-lourenco-marques/> [consult. 7 fev. 2014].

Durante o Governo de Transição, que se concluiu com a Independência de Moçambique (25 de junho de 1975), Lourenço Marques assistiu, naturalmente, à

---

Praça 7 de Março). [...] Estes três monumentos, como o de Mouzinho de Albuquerque ficam à guarda do Museu Histórico.” “MONUMENTOS REMOVIDOS”, *Notícias*, 15 de maio de 1975, 3.

<sup>141</sup> Sobre o monumento a Mouzinho, considerado por Verheij o mais importante erigido na antiga Colónia (dado o investimento oficial, o lugar escolhido e o significado político que lhe foi investido), veja-se Verheij, 2013: [s.p.].

reformatização de grande parte dos seus espaços públicos com a remoção faseada de alguns símbolos materiais da narrativa colonial, anulados pelos novos referentes do Estado<sup>142</sup>. No principal eixo urbano da narrativa política da cidade colonial, já referido, a reconfiguração foi quase imediata: do imponente Palácio Municipal retiraram-se a heráldica portuguesa e as estátuas em mármore<sup>143</sup>, atribuídas a José Simões de Almeida (Sobrinho) (1880-1950), executadas entre 1948 e 1951, que de cada lado da entrada monumental, simbolizavam a “Descoberta” e a “Soberania”, com referente no brasão de armas da cidade<sup>144</sup>. Encontram-se atualmente alguns restos dessas obras, juntamente a outros despojos de estatuária (não inventariados) do período colonial, nos terrenos do Museu Nacional de Arte, sito na Av. Ho Chi Minh n.º 1233, em Maputo (Figs. 147 e 148).



Figura 143: Pormenor do capitel de uma pilastra do edifício da Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1975, [s.a.], AHU, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 11, Icon. 283.

Figura 144: Remoção das “Quinas de Portugal”, capitel de uma pilastra do edifício da Câmara Municipal de Lourenço Marques, 1975, [s.a.], AHU, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 11, Icon. 282.

<sup>142</sup> Encontram-se paralelismos com o processo de apagamento de sinais do Antigo Regime, encarados como símbolos vivos do passado, perpetuado durante a Revolução Francesa (Neto, 2001: 34), ou em processos inevitavelmente marcantes de transferência política e social de países africanos durante as “independências” do século XX. A França, excepcionalmente, tomou a iniciativa de inventariar minuciosamente e remover a estatuária de produção francesa e outros objetos afins (e.g., sinos das igrejas) da Argélia (em grande parte desmontados antes da manhã da Independência), transferindo-os para as praças e museus da Metrópole (juntamente com outras obras de arte, coleções museológicas e arquivos), ou abandonando-os às águas durante a travessia do Mediterrâneo (Bellisari, 2015).

<sup>143</sup> Veja-se “Crónica do Trimestre, Vida Cultural”, 1951: 99; Ferreira, 2006: 88 nota 124.

<sup>144</sup> Concedido por D. Luís em 22 de agosto de 1889 (Santos, 1943: 45), foi redefinido pela Portaria Ministerial n.º 19 409, de 1 de outubro de 1962.



Figura 145: Estátua em mármore da “Descoberta”, Simões de Almeida (Sobrinho), Câmara Municipal de Lourenço Marques, agos. 1968, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 11, Icon. 267.

Figura 146: Estátua em mármore da “Soberania”, Simões de Almeida (Sobrinho), Câmara Municipal de Lourenço Marques, [s.d.], [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 14, Icon 872.



Figura 147: Restos da “Soberania”, terrenos do Museu Nacional de Arte, Maputo, 2013, autora.

Figura 148: “National Museum Grounds, Maputo” [restos da “Descoberta”], 2007, Guy Tillim. Disponível em: <http://www.foto8.com/live/guy-tillims-avenue-patrice-lumumba/> [consult. 7 nov. 2014].

Na entrada principal do Jardim Vasco da Gama/Tunduru, o arco monumental neomanuelino perdeu as cruzes de Cristo, as esferas armilares, a mensagem em honra a Vasco da Gama<sup>145</sup>, e do LM de Lourenço Marques retirou-se o L, permanecendo até hoje o vazio picotado do L de “Lourenço”. Em frente, na reentrância que marca a Av. Samora Machel, foi demolido o padrão comemorativo da primeira visita presidencial (Óscar Carmona, 1939) e no seu lugar, em coerência, alguns anos mais tarde, foi erigido um monumento ao primeiro Presidente da República de Moçambique, Samora Moisés Machel, inaugurado em 1989 (Lage e Carrilho, 2010: 44-45). A estátua de Samora

<sup>145</sup> A placa tinha a seguinte inscrição: “Jardim Dom Vasco da Gama, Almirante do Mar das Índias, Descobridor do Caminho Marítimo para a Índia, Nasceu em Sines em 1486, Faleceu em Cochim em 1524”, “Monumento a Vasco da Gama [portal neomanuelino]”, AHU, Coleção Iconográfica da CMLM, fev. 1967, Cx. 14, Icon. 843.

Machel em bronze, erguida sobre um pedestal de betão armado revestido a mármore (estudo de conjunto de José Freire (1929/30?-1998)), foi idealizada por escultores norte-coreanos e executada em Maputo. É um dos bens propostos para classificação como Monumento Nacional, pelo seu valor histórico e paisagístico, “como elemento do conjunto urbano classificado da Baixa da cidade de Maputo e protegido pela Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro” (Lage e Carrilho, 2010: 45). A estátua é uma versão menor (em escala) daquela erigida em 2011, nas comemorações do “Ano de Samora”, no centro da vizinha Praça da Independência, onde, anteriormente figurou o conjunto monumental em homenagem a Mouzinho de Albuquerque. Utilizando as palavras de Brenda Yeoh, “[h]ow urban ‘heritage’ landscapes are constituted provides us with everyday material forms to examine the ‘relationships between the memorialisation of the past and the spatialization of public memory’ (Johnson, 1995: 63) in the postcolonial context of nation building” (Yeoh, 2001: 461).



Figura 149: Portal do Jardim Municipal Vasco da Gama, com o padrão que assinalava a 1.ª visita presidencial (1939) e o Prédio TAP em pano de fundo, década de 1960, [s.a.]. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/03/20/o-predio-montepio-em-lourenco-marques-anos-1960-2/> [consult. 19 fev. 2014].

Figura 150: Saída do Jardim Tunduru com o monumento a Samora Moisés Machel em pano de fundo, Maputo, 2012, autora.

Sucessivamente procedeu-se, de forma quase sistemática, à alteração da toponímia das principais avenidas, ruas, praças<sup>146</sup> e jardins. Foram “[...] alterados os nomes de Personalidades [...], locais ou orientação geográfica, a Fauna e a Flora,

<sup>146</sup> Para conferir a alteração de toponímia das avenidas e ruas (nos primeiros anos pós-independência), veja-se Mendes, 1985: 489-490.

herdados do período colonial, [...], e que não se adequam à realidade do País, em geral, e do Município, em particular” (Resolução n.º 73 AM/2007, de 19 de dezembro), visto considerar-se “a toponímia como uma actividade de identificação sócio cultural e política, [...] de [...] elevado significado, [...]” (“Preâmbulo”, *Regulamento Municipal de Toponímia* — Resolução n.º 42/AM/2006, de 15 de junho).

### 2.1.2.2 O Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (1977-1982)<sup>147</sup>

Logo após a Independência houve um interesse claro, por parte do Governo moçambicano, em abranger do ponto de vista da inventariação, divulgação e salvaguarda várias áreas do património cultural de Moçambique. Os conceitos orientadores podem ser acompanhados desde a fundação do Governo de Transição<sup>148</sup> (Reis e Muiuane 1975: 9): a “Unidade Nacional”, a “Revolução” e a “Afirmção Cultural” (José Capão, 2 de março de 2015). A “Unidade Nacional” porque se pretendia criar uma cultura nacional. “Revolução”, porque se combatia a cultura colonial e os chamados “aspetos negativos” da cultura tradicional, com vista à criação do chamado “homem novo”. “Afirmção Cultural”, porque era o momento de o Povo libertar-se das imposições culturais coloniais e assumir a sua própria cultura e identidade (José Capão,

---

<sup>147</sup> Dada a falta de uma visão de conjunto sobre as várias iniciativas e desenvolvimentos no campo da salvaguarda do património após a Independência em Moçambique, a panorâmica que enforma os três subcapítulos seguintes contou com vários relatos/esclarecimentos de participantes desse processo que recolhi ao longo do último ano, referenciadas com o nome do entrevistado e a data do depoimento (e.g., José Capão, 2 de março de 2015): arquitetos Francisco Pires Keil do Amaral, Mário Trindade, Miguel César dos Santos, José Forjaz, Júlio Carrilho, Gianfranco Gandolfo, dos historiadores Alda Costa e José Capão e da arqueóloga Solange Macamo. O período revolucionário do imediato pós-independência deu lugar à institucionalização de muitos serviços/órgãos na década de 1980 (funcionando muitas vezes de forma experimental como “projetos” até à sua criação formal). Um mesmo grupo de pessoas, dada a falta de recursos humanos, participava contemporaneamente em vários projetos, acompanhando a criação de novos serviços e a reorganização do sector da Cultura.

<sup>148</sup> Já no I Congresso da FRELIMO (22-28 de setembro de 1962), com a elaboração dos Estatutos e Programa respetivo, acordou-se de imediato na “liquidação de todas as relações económicas, culturais, etc. do tipo colonialista e imperialista” em Moçambique (Reis e Muiuane, 1975: 19). Para o líder, Eduardo Mondlane, a “cultura na formação ideológica do militante da FRELIMO” era “uma das armas da sua personalidade revolucionária. E a arte faz[ia] parte dessa formação” (*apud*, Reis e Muiuane, 1975: 77).

2 de março de 2015; Reis e Muiuane, 1975). Mas, dado que “não é mais possível escrever a ‘hora zero’ da história”, reinventar “uma tradição africana perdida” ou rejeitar a “cultura do antigo colonizador e do antigo colonizado”, “o processo de descolonização, transição e plena soberania” torna-se “um sucessivo processo não mais de rejeição e ou aceitação do património atribuído ao ex-colonizador, mas num processo de tradução de intensidades diversas” (Ribeiro, 2015: 210).

Sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura foi criada, em 1976, a Direção Nacional de Cultura (DNC) (Portaria n.º 39, de 14 de fevereiro de 1976)<sup>149</sup>, que foi o instrumento de concretização da política cultural então definida. No seio dessa Direção Nacional, com vista a implementar um programa de valorização e divulgação do património cultural à escala nacional, foi criado, em 1977, o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (SNMA), ao qual competia orientar e controlar toda a atividade relacionada com os museus (mantiveram-se os velhos museus e criaram-se novos), monumentos e antiguidades do país. Este serviço ocupava-se também da recolha, investigação e preservação do Património Cultural (*Organização do SNMA e rede Museológica na RPM*, 28 de julho de 1981: 1). O serviço era constituído por vários departamentos e secções, com um órgão de direção — o Conselho Consultivo — formado pelos responsáveis dos vários departamentos. Assim, do SNMA faziam parte o Gabinete de Formação de Quadros, com a finalidade de planificar e organizar ações de formação e capacitação de todos os quadros ligados à preservação; o Gabinete de Dinamização dos Círculos de Interesse, que visava “estimular e apoiar a formação de círculos de interesse pela arte, a história e Preservação Cultural nas escolas, bairros, aldeias comunais, etc.”; o Departamento de Arquivos, para “criar e apoiar a montagem

---

<sup>149</sup> A mesma portaria criava também no Ministério da Educação e Cultura, a Direção Nacional de Educação, a Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos e a Direção Nacional de Educação Física e Desportos (Portaria n.º 39/76, de 14 de fevereiro).

de um sistema de arquivos ao nível nacional, provincial e distrital com vista a organização de toda a documentação escrita recolhida ao nível do País”; o Departamento de Museus, para apoiar “a criação de uma cadeia de depósito no País instituindo para o efeito um sistema único de organização com vista à conservação dos objectos, recolhidos ao nível central, provincial e distrital”; e o Departamento de Monumentos, para “[z]elar pelo restauro e conservação de todos os bens culturais imóveis (monumentos e estações arqueológicas detectadas)” (*Organização do SNMA e rede Museológica na RPM*, 28 de julho de 1981: 1-2). O SNMA tinha representação a nível provincial através dos “Sectores Provinciais de Investigação e Preservação Cultural”, que funcionavam ao nível das “Direções Provinciais de Educação e Cultura”.

A rede museológica era constituída, à época, por nove museus e vários arquivos e depósitos espalhados pelo país. Sob controle direto do Serviço Nacional de Museus, estavam o Museu de Nampula, o Museu de História Colonial, o Museu do Palácio de São Paulo, o Museu da Marinha (os três últimos instalados em alas distintas do Palácio de S. Paulo, na Ilha de Moçambique), o Museu de Arte Sacra (instalado primeiramente nas antigas dependências do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, encontra-se atualmente nos edifícios anexos à Capela de São Paulo, na Ilha de Moçambique), o Museu de Xai-Xai, o Museu Arqueológico de Manykeni e o Museu de Sofala (em curso de organização). Além destes, existiam o Museu da Revolução<sup>150</sup> (sob a responsabilidade do Departamento do Trabalho Ideológico), o Museu de História Natural (antigo Museu Dr. Álvaro de Castro) (sob a tutela da Universidade Eduardo Mondlane (UEM)), o Museu da Moeda (sob a tutela do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e da UEM) e o Museu de História da Ocupação Colonial

---

<sup>150</sup> Criado em 1978, expunha testemunhos da história da resistência e da libertação de Moçambique. O projeto expositivo foi elaborado com a colaboração norte-coreana. O Museu situa-se na Av. 24 de Julho em Maputo, mas encontra-se há vários anos fechado para remodelação.

(*Organização do SNMA e rede Museológica na RPM*, 28 de julho de 1981: 3) (em organização à época e sob a tutela do AHM e da UEM, acabou por não ter seguimento). Estava em projeto também, o Museu Nacional de Arte<sup>151</sup>, em Maputo (no edifício do antigo Instituto Goano), e a criação, nas várias províncias, de museus provinciais, a partir dos depósitos provinciais (*Organização do SNMA e rede Museológica na RPM*, 28 de julho de 1981: 3). No início da década de 1980 foi inaugurado o Museu Nacional de Geologia, num edifício profusamente decorado com frisos de desenho mourisco, na Av. 24 de Julho, n.º 355 (esquina com a Av. Mártires da Machava). O mesmo edifício tinha recebido, entre 1943 e meados da década de 1950, o Museu de mineralogia “Freire de Andrade” (Lage e Carrilho, 2010: 64-65).

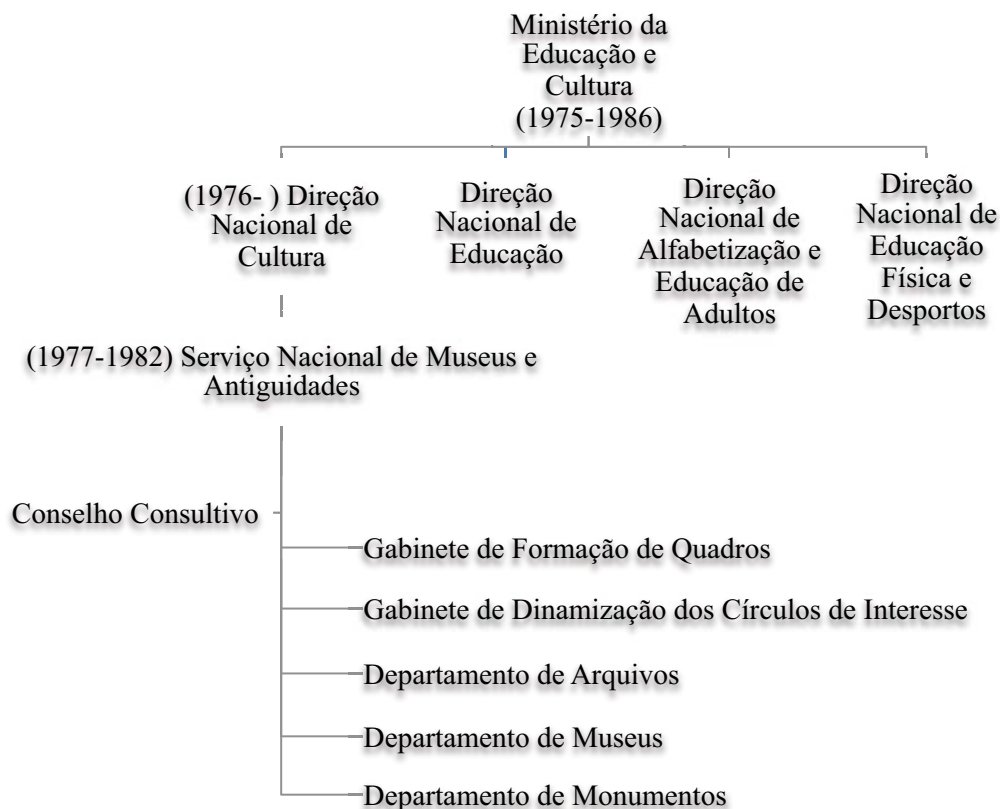


Tabela 6: Esquema da organização do serviço responsável pela investigação e valorização do Património Cultural entre 1977 e 1982 (informação tratada a partir dos “Boletins da República”).

<sup>151</sup> Sobre a criação do Museu Nacional de Arte, veja-se Costa, 2005: 45 ss.



Os Departamentos de Museus e de Monumentos foram dirigidos inicialmente por Gabriel Simbine (? - 2011), irmão de Graça Simbine Machel, vindo da luta armada, e Rui Nogar (pseudónimo de Francisco Rui Moniz Barreto) (1932-1993), poeta (José Capão, 2 de março de 2015).

Em 1977, a Direção Nacional de Cultura, passou a ser dirigida por Salomão Manhica (? - 2013) (José Capão, 2 de março de 2015), num reforço que visava a realização dos Festivais Nacionais de Dança Popular (1978) e da Canção e Música Tradicional (1981)<sup>152</sup> em Maputo, “que mobilizaram a congregação artística de todo o País” (*Cronologia e Periodização da História do Ministério da Cultura, Juventude e Desportos*, 1996: 4). Foi nesse contexto, e no cumprimento das orientações do III Congresso da FRELIMO (1977, criação do Partido Frelimo, de cunho marxista-leninista), que, entre 1978<sup>153</sup> e 1982, o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades levou a efeito a Campanha Nacional de Preservação e Valorização Cultural (CPVC), “lançando assim as bases materiais que permitiram o começo de uma actividade organizada no campo da investigação e da preservação culturais” (*Organização do SNMA e rede Museológica na RPM*, 28 de julho de 1981: 1).

A CPVC tinha por objetivo levantar e divulgar os vários aspetos da cultura moçambicana (*Cronologia e Periodização da História do Ministério da Cultura, Juventude e Desportos*, 1996: 4) e foi dirigida inicialmente a partir do Museu de Nampula<sup>154</sup>, onde estava sediado o chefe deste serviço, o arqueólogo Ricardo Teixeira

---

<sup>152</sup> O realizador José Fonseca e Costa filmou o Festival da Canção e da Música Tradicional de Moçambique, apresentado no documentário *Música, Moçambique* (1980/81), produzido pelo INC/Filmform.

<sup>153</sup> Em julho de 1978 realizou-se a 1.ª Reunião Nacional dos Museus, na Ilha de Moçambique, onde se discutiu em específico questões relacionadas com a organização e o funcionamento dos museus e a necessidade de proceder ao levantamento e ao estudo do património histórico cultural de Moçambique (Jairoce, 2012).

<sup>154</sup> O Museu de Nampula passou a Museu Nacional de Etnografia no início da década de 1990. Foi inaugurado em 23 de agosto de 1956, como Museu Comandante Eugénio Ferreira de Almeida, durante a visita presidencial de Craveiro Lopes. O edifício foi projetado pelo arquiteto Mário de Oliveira.

Duarte (José Capão, 2 de março de 2015). Muito do material recolhido nessa Campanha veio a fazer parte da coleção de vários museus (Issak, 2006), caso do Museu Nacional de Etnografia de Nampula, que a partir de 1993 assumiu a vocação etnográfica e passou a apresentar uma vasta coleção de artefactos e objetos oriundos da cultura do Norte de Moçambique, como peças utilizadas nas danças e cerimónias de iniciação na cultura Maconde — caso das Máscaras (Mapico) —, olaria, instrumentos musicais, armas de caça e outros objetos de utilização quotidiana (e.g., mecanismos artesanais utilizados na pesca)<sup>155</sup>. Caso também do Museu da Revolução ou do Museu Nacional de Arte, este último com uma coleção extensa de arte Maconde (recolhida em Moçambique) (Issak, 2006: 2-3).

De entre as várias vertentes do património cultural a identificar e a inventariar contavam-se os “lugares e vestígios históricos” (móveis e imóveis), nomeadamente da presença colonial (feitorias árabes, vias de penetração, fortalezas e outras obras de defesa, missões religiosas, sedes de grandes companhias, residências de autoridades coloniais, prazeiros, etc.) (Resolução n.º 4/79, de 3 de maio). A conservação desses testemunhos materiais tinha como intuito, segundo a literatura oficial da época, a rememoração “da tenacidade e determinação do [...] Povo” face à “humilhação e dominação estrangeira”, “fonte de inspiração e ensinamento para as gerações vindouras” (Resolução n.º 4/79, de 3 de maio).

Ao nível central do Estado, ficava a cargo do Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), em sintonia com o Ministério da Educação e Cultura, criar uma estrutura adequada, dotada de recursos humanos e materiais especializados, para a conservação e o restauro dos locais históricos (Resolução n.º 4/79, de 3 de maio). Efetivamente, os primeiros estudos sobre o património edificado de Maputo, surgiram

---

<sup>155</sup> Informação recolhida pela autora no Museu de Nampula, em 2012.

ainda no seio do MOPH (José Forjaz, 26 de abril de 2015), mas foi com a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SEC) (1983), da Direção Nacional do Património Cultural e do Serviço do Património Edificado, que os Gabinetes de Conservação e Restauro, primeiro na Ilha de Moçambique<sup>156</sup> (1980) (Capão, 1988: 15) e seguidamente para a Baixa de Maputo (1983), ganharam ímpeto. Formou-se também, nessa altura, uma Brigada de Obra, sediada na Rua Tenente Valadim, em Maputo, para o restauro de edifícios, ficando as operações de maior volume a cargo da empresa de Manutenção Predial de Maputo (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 37).

Segundo Albino Jopela, apesar de a Campanha Nacional de Preservação e Valorização Cultural (CNPC) “ter contribuído grandemente para o levantamento geral do património tangível e intangível em todo o país<sup>157</sup>, os problemas de *gestão* — entendida como conservação, restauro e apresentação de bens culturais —, foram fracamente abordados” (Jopela, 2006: 27). Segundo o mesmo autor, tal deveu-se à constatação de que a inventariação, conservação e restauro dos bens culturais, exigia uma preparação especializada, de forma a evitar práticas que pudessem comprometer esse património (Jopela, 2006: 27).

As atividades levadas a efeito pela CNPC foram asseguradas e continuadas pelo Projeto Arquivo do Património Cultural (ARPAC), criado no início da década de

---

<sup>156</sup> Já em 1977 tinha sido criada a Brigada de Conservação e Restauro pelo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades da Direção Nacional de Cultura, tutelada pelo Museu de Nampula, para proceder a obras de manutenção dos edifícios restaurados nos últimos anos do regime colonial (Capão, 1988: 15).

<sup>157</sup> Esta era uma medidas que tinham sido anunciadas durante o Governo de Transição, relativamente ao programa da Cultura: “Criar comissões para a recolha e estudo de todas as manifestações culturais do País, baseando-se na vida do nosso Povo, antes do colonialismo, durante o colonialismo, na luta clandestina, durante a Luta Armada de Libertação Nacional, a derrota do colonialismo e as experiências adquiridas até ao momento presente.” (Joaquim Chissano, 1975 *apud* Reis e Muiuane, 1975: 285). Veja-se também, “Plenário Nacional de Mocuba, Capítulo VIII - Cultura” em Reis e Muiuane, 1975: 308-309.

1980<sup>158</sup> (Jopela, 2006: 27; José Capão, 2 de março de 2015). O Projeto ARPAC foi inicialmente financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e destinava-se a arquivar a documentação produzida pela CNPC e aquela herdada da antiga Comissão Provincial de Monumentos e Relíquias Históricas (José Capão, 2 de março de 2015). Nas palavras de José Capão,

O ARPAC era na sua concepção um projeto de formação, porque não havia na então única universidade existente em Moçambique formação nas áreas de especialidade da cultura e do património cultural (antropologia, etnologia, etnolinguística, etc.). Considerava-se, e daí o seu financiamento pelo PNUD, que a cultura era uma componente do desenvolvimento. (José Capão, 2 de março de 2015)

O ARPAC deu origem a uma cadeia de arquivos do património provinciais e distritais e à formação dos chamados “agentes de preservação e valorização cultural”<sup>159</sup> (Jopela, 2006: 27). Relativamente à gestão formal do património, nesse período, Adelino Jopela, com base em documentação do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, refere que essa “foi fortemente influenciada pela metodologia de análise marxista-leninista que defende que a cultura tem de ser analisada no contexto das relações de produção [...], porque são [ess]as relações [...] que [a] condicionam [...] e, conseqüentemente, determinam as manifestações culturais” (Jopela, 2006: 27). Segundo esse entendimento oficial, deveriam ser, antes de mais, valorizados todos os vestígios da

---

<sup>158</sup> Em 1993, o ARPAC deixou de ser um projeto e passou a instituição pública (Decreto 26/93, de 16 de novembro). Posteriormente, ARPAC passou a designar Instituto de Investigação Sociocultural (Decreto 25/2000), continuando a ser uma instituição pública e ocupando-se da recolha, preservação, valorização e divulgação do património histórico imaterial de Moçambique.

Segundo José Capão, no final da década de 1980, o ARPAC foi transferido para um edifício recém reabilitado na Baixa antiga, no n.º 201 da Rua de Bagamoyo, sua sede atual. A reabilitação foi financiada pela Agência Norueguesa para o Desenvolvimento e Cooperação (NORAD) (José Capão, 2 de março de 2015).

<sup>159</sup> Segundo José Capão, na CPVC trabalhavam algumas pessoas formadas nas áreas de história/antropologia/etnologia/sociologia/musicologia/linguística/etc., e no terreno, no levantamento e recolha, os “agentes de preservação e valorização cultural”, oriundos de todas as províncias, com formação de nível básico e fornecida internamente pelos que tinham formação universitária e domínio de, pelo menos, uma língua local (José Capão, 2 de março de 2015).

história e da cultura a preservar, de modo a que as manifestações culturais do passado constituíssem a base de reflexão do Povo, na sua análise crítica da História e da Cultura (Jopela, 2006: 27).

Atualmente, na sede do ARPAC, em Maputo, é possível consultar informação sobre uma parte do trabalho desenrolado por essas campanhas de reconhecimento do património cultural, até ao início da década de 1980, organizado por províncias. A pasta referente a cada monumento apresenta uma ficha-inquérito, que identifica a natureza do monumento (“Idade da Pedra”, “Idade do Ferro”, “Pintura Rupestre”, “Amuralhado”, “M. Colonial”, “M. Resistência L. Armada”), assinala o estado em que se encontrava à época (no início da década de 1980), um registo fotográfico ou um registo gráfico (caso das pinturas rupestres), informações sobre a história do local anterior ao período colonial, elementos sobre a musealização e a ritualização desse local pela administração portuguesa (caso se justificasse), a sua relevância para a História da Luta de Libertação, a sua utilização sucessiva e pequenas notas, juntas sucessivamente a lápis, sugerindo que a informação referente ou alguns vestígios materiais (caso, e.g., de memoriais do período colonial demolidos durante o Governo de Transição) deveriam interessar o espólio de um determinado museu. O espólio do ARPAC sofreu, no entanto, danos consideráveis com a última campanha de obras de reabilitação do seu edifício sede, realizada há poucos anos. A documentação restante, sobre essa atividade em prol dos monumentos e dos locais históricos, encontra-se dispersa e não é de fácil consulta, tornando-se mesmo complexo reconstituir (através da documentação disponível) o processo nas várias províncias ou a forma como se desenrolou a formação dos vários “responsáveis distritais de cultura”. É possível encontrar fichas de inventário de “Locais Históricos”, levantadas por um “responsável distrital de cultura” da província do Niassa, ou de Gaza, em caixas de documentação referente ao património edificado da cidade de

Maputo<sup>160</sup>, ou não voltar a encontrar documentos consultados um ano antes, ou uma semana antes, numa ida sucessiva ao Arquivo — isto porque, ou não são repostos na ordem devida após a consulta ou nem sequer são devolvidos — e essa situação tem vindo a agravar-se com a maior frequência de leitores nacionais e estrangeiros nos arquivos locais, sobretudo no que toca ao material iconográfico e cartográfico relativo ao período colonial<sup>161</sup>.

### **2.1.2.3 A Direção Nacional do Património Cultural (1983-1996, 2000-2005, 2009/2012?- )**

Em 1983 e de acordo com o programa emanado pelo IV Congresso do Partido Frelimo (1983), foi criada a Secretaria de Estado da Cultura (1983-1987) (Decreto Presidencial n.º 84/83, de 29 de dezembro, Art.º 1), responsável pela direção, planificação e controlo da implementação da política cultural da República Popular de Moçambique. O texto do decreto deixa claras quais as vertentes da cultura a serem privilegiadas:

A afirmação da personalidade e da identidade cultural moçambicana é uma das conquistas mais importantes da luta armada de libertação nacional. [...]

---

<sup>160</sup> A título de exemplo, várias fichas de inventário sobre “Locais Históricos” da província do Niassa (Pinturas Rupestres do Monte Malembué - ficha de inventário 1A, VI, com data de 27 jun. 1979; Pinturas Rupestres do Monte Navola - ficha de inquérito 1A, VII com data de 18 jun. 1980; Pinturas Rupestres de Meturica - ficha de inquérito 1A, VIII, com data de 30 jun. 1980; estação arqueológica de Monte Mitukuec - ficha de inquérito 1A, II, com data de setembro de 1979), encontravam-se em novembro de 2014 nas Cxs. “Maputo-Cidade-Cadastro” e “Maputo - Cidade XI: Monumentos e Locais Históricos”. Nessas mesmas caixas era possível encontrar fichas de inquérito sobre monumentos da província de Gaza (e.g., o Monumento de Chaimite); a “Síntese da recolha sobre as Artes Plásticas e Artesanato” formulado pela Campanha Nacional de Preservação Cultural, que descreve a realização do “estágio Provincial prático de capacitação dos responsáveis Distritais de Cultura, na Aldeia 24 de Julho”, entre 5 e 15 de maio de 1983; entre muitos outros documentos dispersos.

<sup>161</sup> Parte do problema, a meu ver, advém da falta de pessoal qualificado nos arquivos, e parte, da falta de condições para a reprodução de documentos, “emprestando-se” documentação requerida pelos leitores para fotocopiar ou fotografar fora das instalações. O mesmo sucede no MOPH e no AHM, que não têm serviço de digitalização de grandes formatos (mais comuns na cartografia). Vários documentos (sobretudo fotografias e fichas de inventário de monumentos da cidade de Maputo) que consultei no início de novembro de 2014, no ARPAC, passados poucos dias já não estavam nas caixas respetivas, sem que os funcionários tivessem conhecimento do seu paradeiro.

É assim que a expressão cultural assume novas formas e adquire novos conteúdos inspirando-se no rico quotidiano de luta pelo progresso social e desenvolvimento económico, nos temas da resistência heróica e secular ao colonialismo e na luta pela libertação nacional.

Significativamente, vemos também ilustrada nas nossas danças e cantares no teatro, na criação literária e nas artes plásticas a exaltação do esforço patriótico na consolidação da Unidade Nacional e na Construção do Socialismo. (Decreto Presidencial n.º 84/83, de 29 de dezembro)

Os objetivos deste órgão central do aparelho de Estado transferir-se-ão textualmente para o seu sucessor, o Ministério da Cultura<sup>162</sup> (1987-1992):

a) Promover a cultura como instrumento de afirmação da personalidade moçambicana, de consolidação da unidade nacional e de educação patriótica e socialista dos cidadãos;

b) Inventariar, preservar e valorizar o património cultural do Povo moçambicano, particularmente aquele que constitua elemento da nossa identidade cultural e a que expressa a resistência histórica do nosso Povo à dominação estrangeira e a sua luta pela conquista da independência e soberania;

c) Promover a valorização de todas as manifestações culturais e artísticas do Povo moçambicano, especialmente as que exaltam a construção da nossa Pátria, e a luta pela independência, pela liberdade e pelo socialismo;

d) Desenvolver o intercâmbio cultural e artístico entre o Povo moçambicano e os outros Povos. (Decreto Presidencial n.º 84/83, de 29 de dezembro, Art.º 2; Decreto Presidencial n.º 52/87, de 30 de dezembro, Art.º 1).

O primeiro Secretário de Estado da Cultura e futuro Ministro da Cultura<sup>163</sup>, foi Luís Bernardo Honwana (1942 -), o autor de *Nós Matámos o Cão Tinhoso* (1.ª ed.

---

<sup>162</sup> O Ministério da Cultura assumiu, a partir do início da década de 1990, várias conformações, nomenclaturas e competências, alternando a geminação com os sectores da educação, da juventude, do desporto ou do turismo (o mais recente, desde o início de 2015), em sincronia com as alterações do programa prioritário assumido a cada novo ciclo de governo (com a duração de cinco anos) e com as exigências dos credores internacionais (entre eles, o FMI e o Banco Mundial).

<sup>163</sup> Na sequência do IV Congresso do Partido Frelimo e das orientações para a reestruturação do aparelho estatal, o Decreto Presidencial n.º 11/87, de 12 de janeiro, extinguiu a Secretaria de Estado da Cultura (Art.º 2) e criou o Ministério da Cultura (Art.º 4). Luís Bernardo Honwana foi exonerado no mesmo dia do cargo de Secretário de Estado da Cultura e nomeado Ministro da Cultura. As competências do Ministério da Cultura foram estabelecidas pelo Decreto Presidencial n.º 52/87, de 30 de dezembro (*Cronologia e Periodização da História do Ministério da Cultura, Juventude e Desportos*, 1996: 7) e o

1964). Com a instituição da Secretaria de Estado da Cultura, foi criada a Direção Nacional do Património Cultural (1983) (sediada na já referida Casa de Ferro), o Departamento de Monumentos e o Serviço do Património Edificado, liderado inicialmente pelo arquiteto Francisco Pires Keil do Amaral<sup>164</sup> (1935 - ) e sucessivamente pelo arquiteto Mário Trindade<sup>165</sup> (Alda Costa, 13 de abril de 2015; Mário Trindade, 18 de março de 2015). Foram dados também, os primeiros passos para a criação de um gabinete de conservação e restauro do património edificado para a Baixa de Maputo — o Gabinete de Conservação e Restauro para a Baixa de Maputo —, coordenado pelo arquiteto Francisco Pires Keil do Amaral até 1984 e sucessivamente pelo arquiteto Mário Trindade. Foi nessa altura, e de acordo com duas das exigências da UNESCO para a inscrição da Ilha de Moçambique na Lista do Património Mundial Cultural e Natural (Capão, 1988: 21), que a República Popular de Moçambique ratificou a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural (Resolução n.º 17/82, de 13 de novembro de 1982) e iniciou a discussão para a elaboração da proposta de lei para a proteção do património cultural.

A lei para a proteção do Património Cultural (material e imaterial) foi aprovada em 1988 (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro), já depois de implementado o Ministério da Cultura (criado pelo Decreto Presidencial n.º 11/87, de 12 de janeiro de 1987). Sucessivamente, esse ministério passou a Ministério da Cultura e Juventude (1992-1994) (Decreto Presidencial n.º 3/92, de 26 de junho, Art.º 2), com atribuições na área da Cultura e da Juventude, mantendo-se na sua estrutura a Direção Nacional do

---

seu estatuto e respetivo quadro de pessoal foram aprovados pelo Diploma Ministerial n.º 3/89, de 11 de janeiro.

<sup>164</sup> Francisco Pires Keil do Amaral chegou a Moçambique em 1978, a convite do então diretor Nacional de Habitação, José Forjaz. Ali permaneceu até 1984, tendo trabalhado inicialmente na Direção Nacional de Habitação e nos últimos dois anos, como quadro técnico das Nações Unidas na Secretaria de Estado da Cultura e na recém-formada Escola de Artes Visuais (Keil do Amaral, 2000: 38).

<sup>165</sup> Em 1984, o arquiteto Mário Trindade foi nomeado Diretor Nacional do Património Edificado (embora formalmente não tenha sido criada a respetiva Direção Nacional), tendo assumido a direção dos projetos no âmbito do património edificado (Mário Trindade, 18 de março de 2015).



Património Cultural (Diploma Ministerial n.º 48/93, de 26 de maio). Paralelamente, nesses anos, observou-se uma maior atenção nos meios de comunicação social ao tema do património edificado e à necessidade da sua conservação, acentuado a partir das comemorações do centenário da cidade de Maputo (1987) até 1990 (Costa e Torcato, 1997: 12). Alda Costa e Maria de Lourdes Torcato, que analisaram o argumento na imprensa moçambicana entre o final da década de 1980 e a realização do Seminário Nacional Sobre Património Cultural (1997), afirmam que a imprensa referia muito menos a necessidade de restaurar edifícios e preservar o património a partir de 1990, “e isso leva-nos a perguntar se não terá relação com novas prioridades criadas pelo Reajustamento Estrutural ou PRE” (Costa e Torcato, 1997: 13). A falta de referências à conservação do património edificado foi momentaneamente interrompida com a classificação da Ilha de Moçambique pela UNESCO (Costa e Torcato, 1997: 13). A atenção recaiu sucessivamente sobretudo nos monumentos comemorativos (estátuas, locais de rememoração de fatos históricos ou figuras heroicas), pois eram esses e não os museus, arquivos ou edificado histórico, que continham “o elemento sagrado e mítico, próprio da cultura popular” (Costa e Torcato, 1997: 13). Em Maputo, surgiram nesses anos os monumentos a Samora Moisés Machel, na Av. Samora Machel (antiga D. Luís), e a Eduardo Mondlane, na Av. Eduardo Mondlane (antiga Paiva Manso), inaugurados em 24 de julho de 1989 (Lage e Carrilho, 2010: 44-45, 50-51).

A criação do Ministério da Cultura, Juventude e Desportos em 1994 (Decreto Presidencial n.º 2/94, Art.º 2) e a subsequente definição dos seus objetivos, atribuições e competências em 1996 (Jopela, 2006: 28), deu azo a uma reorganização dos serviços da Cultura, tendo a Direção Nacional do Património Cultural sido integrada na Direção Nacional de Cultura. Em 1997, sob a vigência desse novo organismo, foi aprovada a resolução com a “Política Cultural e Estratégia da sua Implementação” (Resolução n.º

12/97, de 10 de junho). O documento constituiu um “instrumento regulador da actividade do Governo na sua articulação com os demais sectores sociais, visando, entre outros objetivos, proteger a afirmação das identidades culturais (rituais, crenças e poder tradicional como factores de expressão de ‘unidade na diversidade’” (Jopela, 2006: 29). No mesmo ano, a Direção Nacional de Cultura organizou o Seminário Nacional Sobre Património Cultural. O encontro decorreu entre 1 e 4 de outubro de 1997, nas instalações do Centro Cultural Franco-Moçambicano (antigo Hotel Clube), e tinha entre outros objetivos, avaliar o trabalho feito pelos órgãos estatais nacionais do património cultural e divulgar legislação, procedimentos, convenções, recomendações e resoluções da UNESCO, relativos à preservação do património, formular propostas e definir prioridades de intervenção (*Seminário Nacional Sobre Património Cultural*, 4 out. 1997: s.p.). O documento produzido pelo Seminário, relatou aos órgãos competentes as dificuldades relativas à falta de recursos humanos e financeiros adequados, a “deficiente organização e ainda a insensibilidade demonstrada a diversos níveis de órgãos de decisão” e recomendava, entre outras, o entendimento do “património cultural como um conjunto de valores que são propriedade intelectual e moral do povo moçambicano independentemente da sua origem e do período histórico”, e a sua inventariação e registo no Ministério da Cultura, Juventude e Desportos, com vista ao seu conhecimento e conservação (*Seminário Nacional Sobre Património Cultural*, 4 out. 1997: s.p.).

José Forjaz, à época diretor da FAPF-UEM, numa apresentação ao Seminário, fez uma análise da deterioração progressiva da qualidade de vida nas cidades moçambicanas (associada a fatores estruturais e aos hábitos rurais e falta de meios da população para viver urbanamente) e de todos os aspetos do património, bem como da ineficácia da legislação existente e da incapacidade institucional para responder eficazmente à inventariação (em grande parte por fazer), classificação, divulgação e

simultaneamente proceder (ou obrigar a proceder) à manutenção corrente, assegurando a salvaguarda do património classificado (Forjaz, 1997: 5-8). Essas eram as condições que afetavam, na generalidade, tanto o caso mais popularizado da Ilha de Moçambique, como o núcleo urbano do Ibo, as feitorias de Tete, o património da cidade da Beira, o núcleo antigo de Pemba ou a Baixa da cidade de Maputo, em “abandono absoluto” (Forjaz, 1997: 7).

Entretanto com o que já se gastou a fazer “master plans” que, obviamente não regularão nada pois que as autoridades locais continuarão a entregar terra a quem a pagar ou a quem tiver a autoridade política para a requisitar, com esses recursos, dizia eu, poderíamos ter recuperado os arruinados armazéns Carramo ou a Alfândega ou o Museu da Ilha e, mesmo e até o Prédio Pott, para dele fazer, por exemplo, a sede nacional do Turismo. (Forjaz, 1997: 8)

As considerações de José Forjaz, no final da década de 1990, continuam, em grande parte, válidas para a cidade de Maputo. A inventariação do património edificado ganhou forma, surgiram propostas de classificação (que não foram aprovadas), a manutenção corrente tem ainda pouca expressão no conjunto do edificado e a salvaguarda do património “em vias de classificação” aparece francamente ameaçada, tornarei a este argumento na terceira parte deste trabalho.

Em 2000, a criação do Ministério da Cultura (MC) reinstituíu a Direção Nacional do Património Cultural. A Direção, “confrontada com o paradoxo entre a demanda de problemas a serem resolvidos e os poucos recursos disponíveis, formulou em 2002 o seu Plano Estratégico para o período 2003-2007” (Jopela, 2006:29). Este documento serviu a orientar e a implementar as atividades relativas à gestão do património cultural, nomeadamente do edificado.

A criação do Ministério da Educação e Cultura, em 2005 (Decreto Presidencial n.º 13/2005, de 4 de fevereiro, Art.º 2), levou a nova reorganização dos serviços ligados

à Cultura e novamente à extinção da Direção Nacional do Património Cultural, passando o Património Cultural a constituir um sector dentro da Direção Nacional de Cultura (Decreto Presidencial n.º 18/2005, de 31 de março — Estatuto Orgânico do MEC; Jopela, 2006: 30). O Ministério da Cultura e a Direção Nacional do Património foram reinstituídos passados alguns anos e foi da colaboração entre a Direção Nacional do Património, a FAPF-UEM e a Cooperação Italiana, que no final da década de 2000 surgiu um projeto para a inventariação do património edificado da cidade de Maputo e a primeira proposta para a classificação de alguns elementos dispersos e de um conjunto (Lage e Carrilho, 2010). Simultaneamente, no final da década de 2000, foi aprovado o primeiro plano diretor da cidade de Maputo (o “Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo”, 2008), atualmente em vigor. O Plano de Estrutura inclui uma “planta de património” que assinala a “Área Histórica Classificada” da Baixa e outros elementos classificados ou em vias de classificação, e previa a elaboração de um plano parcial de urbanização para a requalificação da Baixa<sup>166</sup>.

Antes de passar à apresentação sucinta desses planos recentes, voltarei à década de 1980, à primeira proposta de delimitação do conjunto da Baixa — do “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo” (1984) — que veio a assumir um estatuto de permanência nos estudos do património edificado da cidade seguintes. Formulado em contemporâneo (mas em departamentos distintos) ao primeiro plano diretor da cidade do período pós-colonial (o “Plano de Estrutura da Cidade de Maputo”, 1985), o “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo” constituiu a primeira proposta de proteção histórico-arquitetónica para um conjunto na cidade de Maputo (no

---

<sup>166</sup> O Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo previa a sua materialização em vários planos parciais de urbanização, a saber-se: o Plano Parcial do Zimpeto, o Plano Parcial de Magoanine, o Plano Parcial de Albazine, o Plano Parcial de Mavota, o Plano Parcial de 3 de Fevereiro, o Plano Parcial de Laulane, o Plano Parcial do Ferroviário, o Plano Parcial da Costa do Sol e o Plano de Requalificação da Baixa e Marginal.

período pós-colonial). Há que levar em conta, porém, que tendo a guerra civil atingido um dos seus picos nesse período, tornava-se impraticável prosseguir com os levantamentos, estudos e projetos de reabilitação ao longo do território (como os que tinham sido encetados na Ilha de Moçambique), havendo condições em Maputo (em termos de recursos humanos e segurança) mais favoráveis à prossecução desses trabalhos (José Forjaz, 26 de abril de 2015; Francisco Pires Keil do Amaral, 11 de maio de 2015).

## 2.2 O PLANEAMENTO URBANO E A LEGISLAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL NA CIDADE DE MAPUTO

### ***2.2.1 O Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo (1984)***

Ao longo da década de 1980, e com a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), da Direção Nacional do Património Cultural e do Serviço do Património Edificado, o aparelho de Estado ficou dotado de órgãos especializados que fizeram sentir a sua ação nos anos imediatos na salvaguarda do património. Definiram-se estudos e linhas de ação com impacte direto na delimitação do primeiro conjunto da cidade de Maputo — a “área de proteção histórico-arquitetónica” que abrange parte do Bairro Central e engloba a chamada Baixa antiga —, na definição de medidas cautelares para a sua preservação (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 21), na definição de legislação para a proteção do património cultural (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro) e na classificação, pela UNESCO, da Ilha de Moçambique (1991).

### **Dificuldades do Processo**

O processo inédito de estudo, consciencialização e salvaguarda do património cultural edificado, levado a efeito ao longo da década de oitenta do século XX em Moçambique, lidava com várias dificuldades. De entre elas, ressalvo sucintamente as seguintes:

a) Técnicas, pela ausência de recursos humanos e materiais adequados à elaboração da tarefa (para o levantamento do património, investigação, tratamento e análise de dados, elaboração de propostas e para a operabilidade da manutenção/conservação/restauro); a falta de materiais de construção no mercado nacional foi outro dos problemas apontados para a efetivação da reabilitação das construções (Capão, 1988; Francisco Pires Keil do Amaral, 11 de maio de 2015);

b) Políticas e ideológicas<sup>167</sup> — o programa cultural dos primeiros anos de Independência foi orientado para práticas e produtos culturais considerados, pelo poder instituído, adequados à revolução cultural e à criação da imagem da nova nação. A prioridade na “luta pelo desenvolvimento”, no planeamento físico, recaiu na resolução dos graves problemas dos assentamentos peri-urbanos e no planeamento de assentamentos populacionais rurais<sup>168</sup> que permitiriam uma melhor rentabilização dos

---

<sup>167</sup> O relato de Alda Costa, à época funcionária da Direção Nacional da Cultura, sobre a criação da exposição permanente do Museu de Arte em Maputo durante a década de 1980, com a assistência do Departamento de Museus, dá-nos um vislumbre da situação: “Constituir uma coleção nacional [...] eram prioridades difíceis de concretizar no contexto moçambicano. Referimo-nos a Moçambique país recém-independente, procurando afirmar-se culturalmente e construindo uma identidade moçambicana, adotando uma via de desenvolvimento socialista e de contestação do imperialismo, mas referimo-nos também à inexistência de profissionais e à pouca reflexão feita em domínios como o que estamos a abordar. Sem a existência de investigação suficiente no domínio da História da Arte, sem uma equipa de investigadores e museólogos à frente do projecto, tendo como ponto de partida um conjunto de obras de vários períodos históricos ou reunidas com critérios pouco definidos e sem suporte financeiro adequado, [...]” (Costa, 2005: 45-46).

<sup>168</sup> Sobre a “estratégia de socialização do campo” aprovada pelo III Congresso da FRELIMO (1977), veja-se Silva, 1999-2001. O Congresso foi marcado pela discussão de várias questões relativas à planificação dos assentamentos humanos (e.g., necessidade de elaboração de planos de urbanização e de medidas para a sua implementação, bem como, a necessidade de formação de quadros técnicos específicos, etc.), veja-se CEDH, 2006: 9-10. Em 1979, a 1.<sup>a</sup> Reunião Nacional Sobre Cidades e Bairros Comuns tratou de forma inédita da gestão participativa das cidades — levando em conta a falta de quadros técnicos e de

recursos e a acessibilidade a infraestruturas urbanas (Forjaz, 1985; Keil do Amaral, 2000: 37; Silva, 1999-2001; CEDH, 2006: 7-8). A partir de 1978<sup>169</sup>, os subúrbios de Maputo passaram a fazer parte administrativamente do espaço urbano e o planeamento físico estendeu-se à “cidade de caniço”<sup>170</sup> com o objetivo de esbater as assimetrias herdadas do colonialismo (Viana, Sanz e Natálio, 2013: 25-26; Forjaz, 1985). O Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), a Direção Nacional de Habitação<sup>171</sup> (DNH) e a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) tinham a seu cargo o planeamento e o desenvolvimento urbano e a gestão e manutenção do parque imobiliário do Estado. A falta de técnicos<sup>172</sup> para as diversas áreas de intervenção prioritárias foi colmatada inicialmente com o recurso à cooperação externa. Uma parte dos cooperantes “provinha de acordos com ‘países amigos’, como a Bulgária, a Alemanha de Leste, a Coreia do Norte, Cuba. A maioria, contudo era constituída por indivíduos isolados, com motivações humanitárias ou ideológicas; membros de organizações não governamentais; refugiados políticos” (Keil do Amaral,

---

legislação adequada — permitindo que a gestão fosse organizada, normatizada e hierarquizada com os meios disponíveis (depoimento de Júlio Carrilho à autora, novembro de 2014).

<sup>169</sup> Raposo, Jorge, Viegas e Melo referem o ano de 1979 para a inclusão dos subúrbios na divisão administrativa da cidade (Raposo *et al.*, 2012: 193).

<sup>170</sup> No final do período colonial tinham surgido várias propostas de intervenção para o “caniço”. Sobre as propostas do último plano diretor do período colonial para a “cidade de caniço”, veja-se Morais, 2001: 182-184; *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. VII, Peças 44-46; vol. VII, Peça 48; vol. XX, peça 73. Sobre alguns estudos da Administração colonial para o saneamento do “caniço” (na zona das Lagoas, atual Bairro Maxaquene), na década de 1970, veja-se CEDH, 2006: 15-16; “Plano regulador da ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques. 1962” AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13084) e “Plano Parcial das Lagoas — Malha 1, 1971”, AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13093 Plano das Lagoas). O investimento estatal e privado na infraestruturização urbana e na habitação centraram-se inegavelmente, até ao fim do período colonial, na “cidade de cimento”. V.t. “Manual de Alfabetização do Vogal sem Mestre”, de Amâncio Guedes, 1963 em Morais, 2001: 239-241 nota 38.

<sup>171</sup> Segundo Isabel Raposo, a Direção Nacional de Habitação (DNH), sob a tutela do MOPH, foi constituída em maio de 1977, a partir da conversão do Gabinete de Urbanização e Habitação da Região de Maputo, criado no final do período colonial (*apud* Melo, 2013: 79 nota 4).

<sup>172</sup> Sobre este assunto, veja-se Forjaz, 1985; Keil do Amaral, 2000: 37.

2000: 37). A DNH chegou a funcionar nos primeiros anos com cooperantes de mais de vinte nacionalidades diferentes em contemporâneo<sup>173</sup> (Keil do Amaral, 2000: 37);

c) Económicas<sup>174</sup> — os fundos para a recém criada Secretaria de Estado da Cultura eram exíguos, apontando-se os poucos recursos disponíveis para a elaboração da Lei do Património (exigência da UNESCO) e para a Ilha de Moçambique e a sua candidatura a Património Mundial;

d) De legislação e organização administrativa — o edificado estava abrangido unicamente pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), aprovado em Moçambique pelo Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960 (*Estudo de Valorização Urbanística da Baixa*, 1984b: 4) —, e os planos urbanísticos estavam desatualizados. Nas palavras de José Forjaz, “havia uma espécie de limbo no que dizia respeito à regulamentação urbana, pois os planos urbanos aprovados eram os coloniais e podiam facilmente ser desrespeitados mas, sobretudo, eram muito mal (e convenientemente) conhecidos por parte dos funcionários do Conselho Executivo da cidade” (José Forjaz, 26 de abril de 2015). Outro dos problemas apontados, era a falta de coordenação entre os vários serviços na gestão da cidade (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984b: 2);

---

<sup>173</sup> Segundo Raposo, Jorge, Viegas e Melo, a Direção Nacional de Habitação (DNH) — transformada em Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) em 1983 — atraiu uma miríade de cooperantes de várias proveniências “e estimulou a procura de soluções inovadoras e emancipadoras; ao mesmo tempo, lançou um plano de formação de quadros de planificação física – integrando alunos formados em Cuba – que constituiu a base da criação dos serviços provinciais e influenciou a criação da Faculdade de Arquitectura e Planificação Física (FAPF) da Universidade Eduardo Mondlane, com apoio da cooperação italiana” (Raposo *et al.*, 2012: 194). A elaboração de um novo plano diretor (o Plano de Estrutura, de 1985) “no INPF, por cooperantes europeus, com ampla discussão interinstitucional”, visava o desenvolvimento global da cidade (que englobava os subúrbios) (Raposo *et al.*, 2012: 194).

<sup>174</sup> “Nos princípios da década de 80, a situação económica do país transportava já sinais alarmantes: [...] iii. depois de 1984, Moçambique entra na fase da crise da dívida e perde a credibilidade ‘creditícia’ junto dos mercados internacionais (PNUD, 1998: 51). [...]”

Em meados da década de 80, são visíveis os esforços da FRELIMO no campo político e económico, para alterar as consequências negativas resultantes da estratégia de desenvolvimento utilizada anteriormente.” (Silva, 1999-2001). Para uma síntese da situação económica de Moçambique na década de 1980, veja-se Silva, 1999-2001.



e) Guerra Civil — a insegurança generalizada não permitia, entre outros, desenvolver trabalho de campo no país (José Forjaz, 27 de abril de 2015) e muitas das linhas de ação preconizadas para o património foram abandonadas<sup>175</sup>. Aquando da elaboração da Lei do Património chegou a pensar-se numa lista de monumentos e conjuntos para figurar como anexo da Lei, mas a situação de guerra e os poucos recursos impediram a sua concretização (Miguel César dos Santos, 24 de abril de 2015);

f) De falta de reconhecimento do legado cultural colonial e da importância da sua preservação, considerado genericamente como “um conjunto de vestígios do regime colonial e não como objectos de importância cultural e histórica” (Gilberto Cossa, 2001 *apud* Costa, 2005: 59), importantes para a formação dos cidadãos.

Foi nesse contexto que o Serviço do Património Edificado do Departamento de Monumentos, da Direção Nacional do Património Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura, formalizou uma proposta para a delimitação e proteção da Baixa de Maputo no “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo”<sup>176</sup>, adiante referido como “Estudo”. O Estudo teve início em 1982, na recém formada Escola de Artes Visuais<sup>177</sup> (ex-Centro de Estudos Culturais) e foi concluído no Gabinete de Conservação e Restauro para a Baixa de Maputo, em janeiro de 1984, sob a coordenação do arquiteto Francisco Pires Keil do Amaral (Pitum) (Mário Trindade, 18 de março de 2015; Miguel

---

<sup>175</sup> A título de exemplo, as ações de conservação e restauro iniciadas na Ilha de Moçambique, a partir do início da década de 1980, foram interrompidas abruptamente em 1985, após a morte e o rapto de alguns trabalhadores do forno de cal da Ilha num ataque armado, e a sequente evacuação dos técnicos estrangeiros. Os projetos em curso ficaram praticamente paralisados, uma parte dos comerciantes abandonou a Ilha e os problemas de subsistência e segurança agravaram-se nos anos seguintes. No final de 1988, constava que o pessoal do Gabinete de Conservação e Restauro tinha abandonado a Ilha, mas havia pouca informação, em Maputo, sobre a situação no local durante os dois anos precedentes (Capão, 1988: 17).

<sup>176</sup> Veja-se Anexo B.

<sup>177</sup> Sobre a Escola de Artes Visuais, veja-se Costa, 2013: 283. A instituição fundada oficialmente em 1983, foi instalada no edifício da antiga Escola Chinesa, na Av. Fernão de Magalhães, tendo já neste século, após a restituição do edifício à comunidade chinesa, sido transferida para a atual sede na Rua de Bagamoyo, geminada ao ARPAC.

César dos Santos, 13 de abril de 2015; 24 de abril de 2015), que também participou nos levantamentos levados a efeito na Ilha de Moçambique pela Cooperação Dinamarquesa (Francisco Pires Keil do Amaral, 11 de maio de 2015). Um dos objetivos do Estudo, era servir de base a uma proposta urbanística detalhada, a integrar no Plano de Estrutura da cidade em elaboração à época (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984a:1-2), o que não aconteceu.

O Estudo serviu, nesses anos, a uma discussão alargada sobre a importância da preservação da Baixa de Maputo, em particular, e do património edificado (daquele associado à colonização inclusive), em geral. Nesse mesmo âmbito, foram realizadas várias ações no domínio de estudos, divulgação (exposições, publicações) “e o início de trabalhos concretos de conservação, restauro e revitalização”, que receberam “apoios [externos] em assistência de técnicos qualificados, meios financeiros, equipamento e materiais”<sup>178</sup> (Capão, 1988: 16). Em 24 de julho de 1984 — feriado nacional relativo ao Dia das Nacionalizações —, foi inaugurada a exposição sobre a Baixa de Maputo na Casa de Ferro, “entusiasticamente acarinhada pelo Presidente Samora Machel” (Mário Trindade, 18 de março de 2015) e filmada pela Televisão de Moçambique (TVM) (Miguel César dos Anjos Santos, 13 de abril de 2015).

Na inauguração, estiveram presentes Luís Bernardo Honwana (Secretário de Estado da Cultura), Júlio Carrilho (Ministro das Obras Públicas e Habitação), José Forjaz (Diretor do Instituto Nacional de Planificação Física<sup>179</sup> — antiga Direção

---

<sup>178</sup> Tanto o Estudo, como os depoimentos que recolhi, referiam algumas obras de reabilitação em curso nesse período na Baixa de Maputo, nomeadamente na Estação dos Caminhos de Ferro e no edifício dos Correios. Os edifícios da Baixa antiga, no entanto, encontravam-se no geral em mau estado de conservação e muitos estavam desocupados (Francisco Pires Keil do Amaral, 11 de maio de 2015).

<sup>179</sup> O reconhecimento da necessidade de adoção de mecanismos de planeamento físico mais realistas pelo IV Congresso do Partido Frelimo (maio de 1983), deu sequência a uma remodelação nessa área. A remodelação da estrutura do Governo levou à transferência da responsabilidade do planeamento físico do Ministério das Obras Públicas e Habitação para o novo Instituto Nacional do Planeamento Físico, dirigido pela Secretaria de Estado do Planeamento Físico (criada em 1983), que assumiu sucessivamente, também, a responsabilidade pela Direção Nacional de Geografia e Cadastro (Forjaz, 1985). O Instituto Nacional de

Nacional de Habitação), Francisco Pires Keil do Amaral, Mário Trindade, entre outros (Francisco Pires Keil do Amaral, 11 de maio de 2015). A exposição foi usada por Luís Bernardo Honwana para sensibilizar e chamar a atenção para a importância da preservação da Baixa e para a participação integrada das várias instituições com responsabilidade na gestão do património da cidade (Alda Costa, 13 de abril de 2015; Mário Trindade, 18 de março de 2015; Miguel César dos Anjos Santos, 13 de abril de 2015). Da exposição constavam, para além do Estudo — como base para a criação da zona de proteção —, fotografias que mostravam a evolução da cidade por épocas até à Independência (do acervo do AHM e da coleção privada do falecido repórter Ângelo de Oliveira), cartografia, documentação do AHM e livros diversos sobre a cidade (Miguel César dos Santos, 13 de abril de 2015).



Figura 151: Cartaz da Exposição do “Estudo da Valorização Urbana da Baixa de Maputo”, organizada pela Secretaria de Estado da Cultura, Casa de Ferro, Maputo, 1984, [s.a.] (espólio de Francisco Pires Keil do Amaral).

Figura 152: José Forjaz (à direita) e José Freire na inauguração da Exposição do “Estudo da Valorização Urbana da Baixa de Maputo”, Casa de Ferro, Maputo, 1984, [s.a.]. Em pano de fundo, a planta com a delimitação da proposta para a zona de proteção histórico-arquitetónica da Baixa (espólio de Francisco Pires Keil do Amaral).

Desenvolvido de forma faseada, o Estudo procurou responder formalmente aos requisitos do RGEU, em vigor, relativamente à instrução de uma proposta para uma

---

Habitação ficava “com a competência de definir políticas habitacionais e urbanas e proceder ao planeamento territorial, ficando a sua implementação e a gestão urbana para os então Conselhos Executivos das cidades” (Melo, 2013: 79).

zona de proteção<sup>180</sup> (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984b: 4-5). Assim, juntamente às peças gráficas com a delimitação do conjunto, foram identificados/caracterizados hierarquicamente os vários elementos arquitetónicos/espços urbanos constituintes, informação que tendeu a enformar sucessivamente as várias propostas para a salvaguarda e a valorização do conjunto, sobrepondo-se-lhe paralelamente uma lista de elementos dispersos classificados, ou em vias de classificação, existentes nessa área.

Não existe justificação (técnica) para a sobreposição de propostas de classificação (de um “conjunto” e de “edifícios singulares”, contemporaneamente), que é o que aparece preconizado atualmente para a salvaguarda do património da Baixa, se levar em conta o “Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo”<sup>181</sup> (PEUMM) (2008) em vigor, a lista da proposta de classificação de edifícios e conjuntos da cidade de Maputo<sup>182</sup> e o recente “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (2014). Aliás, essa situação dúbia torna-se mesmo nefasta para a conservação do conjunto, uma vez que os edifícios com “menos” interesse histórico-arquitetónico (que não foram classificados nem estão em vias de classificação) são mais facilmente e progressivamente (conforme a apetência do mercado) eliminados ou transformados radicalmente, restando apenas uns poucos elementos dispersos (com “mais” interesse

---

<sup>180</sup> A saber:

“a) Justificação pormenorizada da necessidade de protecção;

b) Delimitação cartográfica da área de protecção com a indicação de todas as construções incluídas, natureza da sua utilização e outros elementos esclarecedores dessa protecção;

c) Indicação de medidas concretas e objectivas necessárias à defesa e protecção” (Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960 — Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Artigo 87.º, § 2.º).

<sup>181</sup> A peça gráfica intitulada “Área Histórica Classificada”, que integra o PEUMM, delimita a “Área Histórica Classificada - Baixa”, a “Área Classificada - Chamanculo” e o restante “Património Edificado Classificado e em Vias de Classificação”. Grande parte dos elementos dispersos que constituem o património edificado classificado e em vias de classificação identificados, situam-se dentro do conjunto da Baixa (cf. PEUMM, 2008).

<sup>182</sup> Para conferir a lista, veja-se Lage e Carrilho, 2010: 2. A lista de bens classificados e em vias de classificação do PEUMM (2008) não nomeia o edifício Telecomunicações de Moçambique, que aparece sucessivamente na lista de bens propostos para classificação. Em todo o resto, as duas listas são símeles, tendo sido elaboradas por técnicos comuns aos dois projetos (do PEUMM e da proposta de classificação de bens da cidade de Maputo).

histórico arquitetónico — classificados ou em vias de classificação) completamente descontextualizados.

O que se verificou sucessivamente foi que a delimitação da zona de proteção proposta no Estudo passou a ser entendida comumente como a área protegida da cidade de Maputo nomeada pela Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, que classifica genericamente os centros antigos das principais cidades. Da mesma forma, os edifícios identificados no Estudo como “de qualidade” passaram a fazer parte, quase na íntegra<sup>183</sup>, da lista de edifícios “classificados” ou “em vias de classificação” da cidade de Maputo, englobados na atual proposta de classificação de bens da cidade.

O Estudo foi, até à década de 2000, a proposta urbanística mais completa e abrangente sobre uma parte do centro da cidade e a primeira proposta concreta para a sua classificação, apresentando recomendações e análises que ainda hoje podem ser consideradas oportunas. Era constituído por dois volumes de peças escritas datilografadas — “PRIMEIRA PARTE: ANÁLISE” e “SEGUNDA PARTE: PROPOSTA” —, fichas de inventário de todos os edifícios e espaços urbanos da área inquirida, com o levantamento fotográfico respetivo, peças desenhadas de síntese e peças desenhadas da proposta urbanística (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984a: 2, 19-20). No documento incompleto a que tive acesso, constavam apenas os dois volumes escritos com as oito plantas de identificação do inquirido, à escala 1/1000, e as três plantas da proposta, uma delas com a delimitação da “zona de proteção histórico-arquitetónica” e a caracterização do edificado, à escala 1/2000 e as

---

<sup>183</sup> Da lista de edifícios inventariados propostos para classificação, editada em 2010 (cf. Lage e Carrilho, 2010), não constam os seguintes edifícios assinalados como “de qualidade” no Estudo: o antigo John Orr/antiga Casa Tobler na Rua Consiglieri Pedroso (veja-se Rufino, 1929: vol. III, 19 e 76); a antiga casa comercial Paulino Santos Gil (atualmente Instituto Nacional de Inspeção do Pescado), confrontante com a Escola Nacional de Artes Visuais, na Rua de Bagamoyo; o prédio da ADENA, que ocupa todo o topo do quarteirão formado pela Av. Mártires de Inhaminga e Ruas da Mesquita e de Bagamoyo; e outro edifício (que não consegui identificar) situado no primeiro quarteirão da Rua de Bagamoyo, a partir da Praça dos Trabalhadores, anexo ao Edifício Mann George (projetado por Pancho Guedes).

restantes, com a proposta urbanística (tipos de intervenção, trânsito e estacionamento), à escala 1/5000.

A maior parte da documentação produzida pelo Gabinete de Conservação e Restauro para a Baixa de Maputo perdeu-se com a diluição desta instituição entre finais da década de 1980 e inícios da década de 1990 (Miguel César dos Anjos Santos, 24 de abril de 2015). A elaboração do regulamento para a área de proteção da Baixa de Maputo, em curso à época, bem como os estudos de pormenor para algumas zonas do Bairro Central, ficaram pela fase embrionária (Miguel César dos Anjos Santos, 24 de abril de 2015). Tiveram seguimento, como previsto no Estudo, a instalação de alguns serviços sob a tutela da Secretaria de Estado da Cultura em determinados edifícios desocupados da Baixa (nomeadamente, a Escola Nacional de Dança e o ARPAC, na Rua de Bagamoyo).

Na primeiro volume do Estudo, encontram-se: (i) a descrição metodológica do trabalho de inquérito, levado a efeito ao longo do ano académico de 1982, na Escola de Artes Visuais; (ii) um capítulo sobre a evolução da Baixa de Maputo (síntese gráfica e “Resumo Histórico”); (iii) a justificação para a delimitação da área de estudo; (iv) a análise circunstanciada da mesma, a partir do inquérito direto; e (v) a recomendação de medidas cautelares específicas como forma de assegurar a exequibilidade da proposta de preservação. No documento, constam dados sobre os espaços livres e construídos, a subdivisão dos quarteirões, a finalidade original dos edifícios, a ocupação contemporânea, a caracterização da ocupação (bem como a altura e a idade dos edifícios, tipo de cobertura, estado de conservação, “qualidade arquitetónica” e “interesse histórico-cultural”), e os espaços urbanos (toponímia, pendentes, aberturas panorâmicas, pavimentação, mobiliário urbano, arborização, zonas verdes, trânsito, iluminação pública, estado de conservação, funções, transportes públicos, etc.).

O segundo volume do Estudo apresenta: (i) a proposta da zona de proteção histórico-arquitetónica, com uma planta de delimitação e medidas para a sua defesa e proteção; (ii) o regulamento provisório para a zona de proteção; (iii) a proposta urbanística, com vários tipos de intervenção para a área delimitada e a envolvente imediata; e (iv) a definição de linhas de ação para a reabilitação de determinadas áreas urbanas e edifícios.

O inquérito, com base em fichas pré-definidas, focou as várias parcelas de cada quarteirão (num total de 26 quarteirões) da Baixa antiga, delimitada, a norte, pela Av. 25 de Setembro e a nascente, pela Rua da Imprensa. Como se viu, a “área histórica” individuada pelo último plano diretor do período colonial era menos abrangente, limitada a nascente pela Trav. de Maxaquene.

Na segunda fase do trabalho, decorreu a investigação relativa aos edifícios e aos espaços urbanos da Baixa (documentação histórica, toponímia, produção de desenhos dos edifícios e de várias vistas com interesse paisagístico/arquitetónico, etc.), e a avaliação dos vários elementos edificados (Miguel César dos Anjos Santos, 13 de abril de 2015). Segundo Keil do Amaral, a pesquisa histórica relativa aos edifícios foi muito limitada. Em alguns casos não foi possível encontrar os processos de licenciamento de obras no arquivo do Conselho Municipal e noutros, não foi possível reunir informação “suficiente” sobre a história de alguns edifícios (Francisco Pires Keil do Amaral, 11 de maio de 2015). Estas dificuldades podem justificar a “seleção” do edificado “de qualidade” — identificado no Estudo —, que deixa de fora edifícios que, hoje se sabe, estiveram relacionados com acontecimentos relevantes da história da cidade. Era esse o caso do antigo Grémio Africano (já demolido), na Av. Karl Marx, ou da antiga Escola Chinesa (à época “nacionalizada” e ocupada pela Escola de Artes Visuais), na Av. Fernão de Magalhães, onde ainda hoje se pode observar parte do antigo

Pagode Chinês, erigido pela comunidade chinesa no início do século XX. Seguramente, dois dos primeiros edifícios de pedra e cal erigidos na área.

Paralelamente, foram consultadas as várias entidades estatais que tinham intervenção direta sobre o aspeto físico da cidade — o Conselho Executivo e a sua Direção de Urbanização e Construção, a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), a Secretaria de Estado do Turismo, o Instituto Nacional de Planificação Física e a própria Secretaria de Estado da Cultura (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b:1). Por último, foi elaborada a proposta urbanística. Esta fase do trabalho desenrolou-se, primeiramente, no recém constituído Gabinete de Conservação e Salvaguarda da Baixa de Maputo — sediado provisoriamente, em 1982, no prédio da EMOSE<sup>184</sup> (antigo edifício da Companhia de Seguros Nauticus, na Av. 25 de Setembro) —, ainda no âmbito do Departamento de Monumentos da Direção Nacional de Cultura (Mário Trindade, 18 de março de 2015). E sucessivamente, no já denominado Gabinete de Conservação e Restauro para a Baixa de Maputo, transferido (no primeiro trimestre de 1983) para a sobreloja da Secretaria de Estado da Cultura, no prédio da FIUL<sup>185</sup>, o antigo Edifício Tonelli<sup>186</sup> (situado no início da Av. Patrice Lumumba, no cruzamento com a Av. Vladimir Lenine). A equipa projetista era constituída pelo arquiteto Francisco Pires Keil do Amaral e pelos desenhadores Miguel

---

<sup>184</sup> Após a Independência e com a estatização de alguns serviços, foi criada a primeira seguradora nacional, que tomou o nome de EMOSE (Empresa Moçambicana de Seguros). Criada pelo Decreto-Lei N.º 3/77, de 13 de janeiro, com natureza de empresa pública, dependente do Ministério das Finanças, resultou da fusão de três antigas companhias de seguros, a Companhia de Seguros Nauticus, S.A.R.L., a Companhia de Seguros Lusitana, S.A.R.L. e a Companhia de Seguros Tranquilidade de Moçambique, S.A.R.L. A EMOSE “deteve o monopólio da actividade seguradora até o ano de 1991, altura em que se liberalizou o sector de seguros [...] (Lei 24/91 de 31 de Dezembro), [...]” *EMOSE*. Disponível em: [http://www.emose.co.mz/por/a\\_emose/perfil](http://www.emose.co.mz/por/a_emose/perfil) [consult. 25 mar. 2015].

<sup>185</sup> A FIUL era uma sociedade imobiliária com um gabinete de projetos, que encerrou após a Independência. O Gabinete de Conservação e Restauro para a Baixa de Maputo passou a funcionar nesse antigo gabinete de projetos desativado, que estava apetrechado para o efeito (Miguel César dos Anjos Santos, 13 de abril de 2015; 24 de abril de 2015).

<sup>186</sup> Concebido por Pancho Guedes entre 1954-58 (Guedes, 2009: 205).



César dos Anjos Santos, Damião Alfeu Malai, Ricardo Samuel Manjate e Alberto Dimande (Miguel César dos Anjos Santos, 19 de março de 2015).

Logo na introdução do Estudo, lê-se a apreciação sobre a condição excêntrica do histórico “coração” da cidade, alheia ao que era então (e ao que é hoje) a expressão física da expansão urbana e às mudanças operadas na sociedade pós-independência (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984a: 4-5). A Baixa e a sua envolvente imediata constituíam o centro cívico e económico da capital do país. A relevância histórica e o carácter representativo de determinados edifícios e espaços urbanos justificavam medidas de proteção que evitassem a perda continuada dos valores em causa, situação que se vinha verificando com frequência, devido a obras de alteração de edifícios ou, em casos extremos, à demolição, “por falta de sensibilidade dos executantes, e inexistente fiscalização das autoridades competentes” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984a: 8).

A Secretaria de Estado da Cultura, interessada em promover o restauro e a recuperação de edifícios e conjuntos urbanos e a dinamização cultural da zona, tinha já apresentado propostas concretas nesse sentido ao Conselho Municipal e à APIE: uma para a Rua de Bagamoyo, onde pretendia recuperar e ocupar vários edifícios, para aí instalar alguns serviços, nomeadamente a Direção Nacional e os Arquivos do Património Cultural<sup>187</sup> (Figs. 153a e 153b), e outra para o Hotel Clube<sup>188</sup> (Fig. 156) e a

---

<sup>187</sup> Nessa rua foram instalados, no final da década de 1980 e inícios da de 1990, o ARPAC e a Escola Nacional de Dança (esta última no antigo *dancing* “Alta Roda”) (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 37; Keil do Amaral, 2000); e mais tarde, a Escola Nacional de Artes Visuais.

<sup>188</sup> A Secretaria de Estado da Cultura pretendia converter o edifício e a sua envolvente imediata “num verdadeiro centro de cultura que, harmoniosamente relacionado com o Jardim Tunduru, e com a Praça da Independência, constituísse um atractivo de primeira grandeza na cidade” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 37). O “PROJECTO DE INSTALAÇÕES CULTURAIS”, em curso à época, previa “a transformação da zona, num centro cultural, onde ficar[iam], além dos serviços centrais da Secretaria de Estado, salas e recintos de exposições de arte, oficinas artísticas, um pequeno auditório, esplanadas e locais para venda de artesanato” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 37).

sua envolvente (que incluía a Casa de Ferro), onde pretendia estabelecer a sua própria sede (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984b: 2).



Figuras 153a e 153b: As sedes do ARPAC e da Escola Nacional de Artes Visuais (dois volumes idênticos unidos por uma escada de ferro), Rua de Bagamoyo, Maputo, 2014, autora. Em pano de fundo, o Hotel Carlton (um dos primeiros da cidade, objeto de várias alterações que lhe anularam os elegantes atributos da arquitetura do ferro, visíveis em vários registos fotográficos ao longo do século XX).

A área de estudo respeitou os limites já estipulados na divisão da cidade, que seguiam uma determinada lógica, “entrando em linha de conta com a homogeneidade de cada zona” e abrangeu a Célula C do Bairro Central (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984b: 13). Dentro dessa Célula, foi sucessivamente delimitada uma área mais restrita, à qual foi chamada “Baixa antiga”, objeto de estudo mais pormenorizado (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984a: 13).

O texto da proposta continha, fundamentalmente, (i) a delimitação da “Zona de Proteção histórico-arquitetónica”, “medida de carácter político-administrativo que tem a 1.<sup>a</sup> prioridade” (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984a: 30); (ii) diretrizes urbanísticas para as intervenções a realizar nessa área e no restante Bairro Central, segundo o seu tipo e prioridades; (iii) a recomendação da elaboração de “um plano [com a participação da APIE e da SEC] com as medidas concretas necessárias para tornar efectiva a “Zona de Protecção Histórico-Arquitetónica”, nomeadamente no que respeita[va] a ocupação de imóveis e espaços vagos” (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984a: 41); e (iv) várias recomendações a integrar nos seguintes estudos urbanísticos parciais prioritários previstos para determinadas zonas do Bairro Central.

O Estudo identificava as seguintes áreas e estudos prioritários: (i) a Praça da Independência e os quarteirões envolventes (“estudo do ARRANJO URBANÍSTICO DA PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA”); (ii) a área envolvente do Hotel Clube, relacionada com a Praça da Independência e o Jardim Tunduru (“PROJECTO DE INSTALAÇÕES CULTURAIS”, que estava já em curso (Fig. 156), a cargo do Serviço do Património Edificado); e (iii) a área envolvente da Fortaleza que englobava a Doca da Capitania e a Praça 25 de junho (“estudo do ARRANJO URBANÍSTICO DA ZONA FORTALEZA - DOCA DA CAPITANIA”). Para esta última, recomendava a reintegração na cidade da antiga Av. Cândido dos Reis, recintada pelo porto<sup>189</sup>, de forma a repor a traça da zona envolvente do cais; e alguns melhoramentos na Praça 25 de Junho, onde, tanto a norte (no estacionamento murado do Conselho Municipal)<sup>190</sup>, como a sul (no antigo Largo António Enes, destituído do antigo monumento ao centro), a falta de um arranjo urbanístico apropriado, não permitia nem a vivência adequada do espaço público, nem um remate visual conformado à simbólica Avenida Samora Machel (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984a: 40-41). Em segunda instância, o Estudo recomendava os seguintes estudos urbanísticos: uma proposta de “ARRANJO URBANO - PAISAGÍSTICO DAS BARREIRAS E TERRENOS BAIXOS ADJACENTES” (na faixa de terreno que abrange as Barreiras até à Av. 25 de Setembro, desde a Rua Belmiro Obadias Muianga até à Praça Robert Mugabe); um “estudo do ARRANJO URBANÍSTICO DA FEIRA POPULAR - PRAÇA DA

---

<sup>189</sup> Paralelas à antiga Rua 18 de Maio (atual Av. Mártires de Inhaminga), tinham surgido — com o aterro da frente ribeirinha nos primeiros anos do século XX —, as avenidas Cândido dos Reis e Teixeira de Sousa (Morais, 2001: 101 e 106), integradas atualmente na estrutura portuária (recintada pelo limite sul da Av. Mártires de Inhaminga).

<sup>190</sup> Lote vazio à época, ocupado atualmente pela nova sede do Banco de Moçambique.

MARINHA” e “o estudo do ARRANJO PAISAGÍSTICO DO JARDIM DO ZAMBI”<sup>191</sup> (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984a: 34-35).

À APIE, o Estudo alertava para a necessidade de (i) obras de restauro em alguns edifícios importantes, como o Prédio Pott e o Mercado Central; (ii) promover a reconstrução de alguns edifícios em ruínas (por incêndio) na Baixa antiga (na Praça 25 de Junho); e (iii) “conter a ocupação abusiva ou incorrecta de edifícios e espaços vagos” em consonância “com o plano a elaborar com a participação conjunta do Conselho Executivo da cidade e Secretaria de Estado da Cultura” (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984a: 42).

O texto referia a descoordenação verificada entre os vários serviços com responsabilidade direta na gestão do património edificado e “a necessidade de estabelecer um Plano e um Programa, subscrito por todos os organismos intervenientes na vida física da Baixa”, que servisse de documento oficial orientador para as ações futuras (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984a: 2). A Direção de Urbanização e Construção do Conselho Executivo da cidade tinha dado conhecimento da intenção de passar a consultar o parecer da SEC sobre obras ou outras pretensões inseridas na área da Baixa, mas não havia nenhuma forma oficial institucionalizada para essa “consultadoria” (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984a: 2-3).

Nem a Secretaria de Estado, nem o subsequente Ministério da Cultura conseguiram restaurar e ocupar o Hotel Clube (a Direção Nacional do Património Cultural ficou instalada na vizinha Casa de Ferro). O antigo Hotel Clube, que à época

---

<sup>191</sup> O Restaurante Zambi (projetado por Pancho Guedes em 1954) fazia parte das instalações criadas para a grande Exposição das Atividades Económicas de Moçambique, situada no Aterro da Maxaquene (limitada a poente pela atual Rua Belmiro Obadias Muianga, a nascente pela Escola Náutica, a norte pela Av. 25 de Setembro e a sul pela Av. 10 de Novembro). A Exposição foi organizada por ocasião da visita presidencial de Craveiro Lopes (agosto de 1956) (*Boletim Geral do Ultramar*, 1956: XXXII (370), 217; Guedes, 2009: 138; Magri e Tavares, 2011: 50). No mesmo sítio surgiu sucessivamente a FACIM.

do Estudo já carecia de obras e estava abandonado<sup>192</sup>, foi, já em ruínas, recuperado e inaugurado em 1995 pelo Centro Cultural Franco-Moçambicano (CCFM), com um programa muito próximo daquele que tinha sido previsto pela SEC<sup>193</sup>.

Quanto ao vínculo relativo à consulta de parecer ao Ministério da Cultura para edifícios classificados, em vias de classificação ou inseridos nos centros antigos das principais cidades, no início da década de 1990 circulava um documento do Departamento de Monumentos (do então Ministério da Cultura e Juventude), intitulado “DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS INERENTES À PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO CLASSIFICADO”<sup>194</sup> dentro desse departamento, esclarecendo que, no âmbito das competências do então Ministério da Cultura e Juventude na salvaguarda do património edificado, os projetos de arquitetura ou planos urbanísticos que interferissem com bens classificados ou em vias de classificação, estavam sujeitos a parecer desse Ministério<sup>195</sup> (*DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS INERENTES À PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO CLASSIFICADO*,

---

<sup>192</sup> Segundo a informação constante na Ficha de Inventário respetiva, do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, datada de 1982 (ARPAC, Cx. Maputo-Cidade-Cadastro).

<sup>193</sup> O complexo foi reconstruído e ampliado para receber o CCFM, com espaços destinados, entre outros, a ateliers, salas para cursos de cultura e língua Francesa, uma biblioteca, uma galeria de arte (para exposições temporárias) e um auditório/cinema, para além de uma área verde, em torno, onde se realizam feiras de artesanato e concertos. Cf. *CCFM, Centro Cultural Franco-Moçambicano*. Disponível em <http://www.ccfmoz.com/ccfm/présentation-apresentação/> [consult. 21 agos. 2104].

<sup>194</sup> O documento fotocopiado encontra-se no arquivo CEDH-FAPF, tem a data de 30 de junho de 1993 e não está assinado. Devido à qualidade da cópia não foi possível identificar, nos dois carimbos presentes no papel timbrado do Departamento de Monumentos do Ministério da Cultura e Juventude, as siglas dos serviços de onde saiu e deu entrada, nem em que data. Depreendo que fossem a Direção Nacional do Património Cultural e a Direção de Urbanização e Construção do Conselho Executivo. Na pesquisa que fiz no arquivo da Casa de Ferro (sede da Direção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura) em outubro de 2013, não consegui encontrar outros dados, apesar de a Dra. Solange Macamo (diretora Nacional do Património Cultural) ter tido conhecimento dessa situação e desse documento, que circulou nos serviços da Direção Nacional de Cultura na década de 1990 (Solange Macamo, 14 de novembro de 2014).

<sup>195</sup> “A experiência tem demonstrado que o procedimento de os candidatos à restauração de edifícios protegidos começarem o processo de candidatura no Conselho Executivo, através da APIE e da Construção e Urbanização, é o mais correcto. Com efeito já houve uma reunião com a DCU, APIE e GOAM e o Ministério da Cultura e Juventude, onde se definiu por consenso destas entidades que os pedidos de parecer sobre esta matéria devem ser solicitados ao Ministério da Cultura e Juventude apenas pelo DCU, aonde os interessados se deverão dirigir, em primeiro lugar” (*DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS INERENTES À PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO CLASSIFICADO*, 1993: 1).

1993: 1). Pode-se entender que, mesmo tendo havido um entendimento inicial entre o Conselho Executivo<sup>196</sup>, a APIE e o Ministério da Cultura, e com o RGEU<sup>197</sup> e a Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro em vigor, o vínculo de consultar a instituição com a tutela do património não era observado de forma sistemática. Segundo José Forjaz, após a criação do Conselho Nacional do Património Cultural (com valor apenas consultivo) — e do qual José Forjaz fazia parte —, o Estudo foi várias vezes referido (como orientação para a área central da cidade de Maputo) mas nunca foi respeitado, sendo disso representativo a destruição da, já referida, Mesquita da Baixa (José Forjaz, 27 de abril de 2015). As regras previstas na legislação eram de forma generalizada desrespeitadas e “incompreendidas”, tanto no contexto do aproveitamento da propriedade urbana e da sua manutenção, como naquele dos monumentos e conjuntos urbanos publicamente “identificados” como património a salvaguardar (Forjaz, 1997: 8).

Nos Art.ºs 3.º, 4.º e 5.º do “REGULAMENTO PROVISÓRIO PARA A ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA NO CENTRO DA CIDADE DE MAPUTO” do Estudo, justificava-se a classificação da área tanto pelo valor de alguns edifícios, como pelo interesse urbano do conjunto (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 13). Considerando que “estrutura urbana é

---

<sup>196</sup> Até 1998, a cidade era administrada por um Conselho Executivo nomeado pelo Governo central. A partir de novembro de 1998, a Autarquia passou a ser dirigida por um Conselho Municipal, órgão executivo colegial constituído por um presidente eleito por voto direto e por vereadores nomeados por esse presidente, para um mandato de cinco anos. A alteração foi ao encontro da progressiva descentralização da administração pública, tendo sido emanada legislação própria para a constituição dos municípios e a atribuição das suas competências.

<sup>197</sup> De acordo com o Artigo 89.º do RGEU: “Os corpos administrativos [...] não poderão conceder licenças para reparação, ampliação, consolidação ou alteração de edifícios existentes, ou edificações de construções novas e sua utilização, dentro das zonas de protecção, sem que se certifiquem que os respectivos projectos e obras satisfazem aos condicionamentos e regras contidos neste Regulamento, para o que a aprovação carece de prévio parecer favorável do serviço oficial a que esteja cometida a salvaguarda dos valores que se pretendem proteger e em todos os casos à entidade que tenha proposto a zona de protecção” (Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960 — Regulamento Geral de Edificações Urbanas).

determinada pelo traçado das ruas, avenidas, praças e jardins existentes” e “a forma é o resultado dos volumes edificados, e da configuração topográfica do terreno”, o Estudo refutava a alteração da estrutura ou da forma na zona de proteção da Baixa, “a fim de preservar as características urbanísticas e arquitectónicas dominantes” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 14). A alteração da forma, nos volumes, estava prevista apenas no caso dos chamados edifícios “dissonantes”, intenção sujeita, caso a caso, ao parecer da Direcção de Urbanização e Construção do Conselho Municipal Executivo da Cidade, na observância do RGEU (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 14).

Fazendo referência ao “Estudo da Baixa Antiga”, elaborado pela CMLM em 1968, que propunha a manutenção de apenas oito construções “com interesse histórico”<sup>198</sup>, o Estudo defendia acertadamente que o

[...] critério de deixar isolados alguns edifícios — “enquistados” num volume urbano com características diferentes (a maioria dos prédios previstos naquele estudo eram de 12 pisos...) — não nos parece ter qualquer interesse [...]. Poderia ter cabimento quando um edifício a conservar tem volume e presença tão marcantes que, apesar de ladeado por construções novas, ainda consegue marcar — até pelo contraste — uma posição digna. Mas os modestos edifícios de rés do chão e primeiro andar da parte velha da nossa cidade não são, evidentemente, desta natureza. A sua conservação, naquelas condições, ficaria, quanto a nós, quase caricatural, e não tardariam a desaparecer também. [...]

[...] o que nos parece, portanto, digno de ser conservado é o ambiente, o carácter das velhas ruas comerciais [...] e as antigas travessas. Para isso, a conservação dos edifícios tem que ser encarada em conjunto. (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 96)

---

<sup>198</sup> A saber: A Fortaleza; a Casa Amarela; a Mesquita, na Rua da Mesquita; a “Casa dos Azulejos”, na Av. Mártires de Inhaminga (que na proposta final do referido estudo de 1968 foi eliminada); a sede do Banco Standard Totta, na Praça 25 de Junho; duas casas geminadas na Rua de Bagamoyo (o ARPAC e a Escola Nacional de Artes Visuais); o antigo Hotel Central, no gaveto da Rua da Mesquita com a Rua de Bagamoyo; o prédio da firma “Octávio Lobo”/Equimag, no gaveto da Rua da Mesquita com a Rua Consiglieri Pedroso; e o prédio da firma “Catoja e Saldanha”, na Rua Consiglieri Pedroso (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa*, 1984a: 95-96).

O texto de justificação da “PROPOSTA DE ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA NO CENTRO DA CIDADE DE MAPUTO”, é um documento importante a vários níveis, nomeadamente para o entendimento das alterações na política de gestão do património, como reflexo das diferentes conjunturas ideológicas, ao longo do percurso recente de Moçambique e para o entendimento do enquadramento legal de uma parte considerável do parque imobiliário nesse período, que a partir de 1991, com o início do processo de desnacionalização dos ativos imobiliários do Estado (começando com a Lei n.º 5/91, de 9 de Janeiro) (ACIS e GIZ Pro Econ, 2008: 9), foi profundamente alterado.

As cidades — obra colectiva por excelência — contêm, normalmente, conjuntos e exemplos isolados de edifícios de épocas diferentes, e característicos de determinadas situações político-sociais ou económicas, que são inestimáveis documentos para a educação das novas gerações.

A Independência Nacional, com as Nacionalizações dos prédios e a publicação da Lei de Terras [<sup>199</sup>], veio permitir uma acção mais fácil no domínio da preservação destes valores. Por paradoxal que pareça, é mais viável preservar e valorizar, hoje, edifícios e conjuntos do período colonial — porque não se encontram, como outrora, constantemente ameaçados pela especulação imobiliária, que fez desaparecer sem remédio inúmeros exemplares de espaços públicos, conjuntos edificados ou imóveis de grande qualidade, em benefício, apenas, do interesse privado. (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 7)

---

<sup>199</sup> A Lei de Terras, aplicada tanto à terra urbana como rural, estipula que “a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, hipotecada ou de outro modo alienada [Art.º 3 do Decreto-lei n.º 19/1997, de 1 de out. de 1997 — Lei de Terras]. [...] Legislação que regulamenta a atribuição de terra especificamente nas áreas urbanas foi introduzida nos finais de 2006 [pelo Regulamento do Solo Urbano, Decreto n.º 60/2006, de 26 de dezembro]” (ACIS e GIZ Pro Econ, 2008: 8). À época do Estudo em análise, edifícios e outras benfeitorias nacionalizados não podiam ser hipotecados ou alienados. Sobre o quadro legal que regulamenta o Sistema de Gestão do Território em Moçambique, veja-se Macucule, 2010: 55 ss.



### **2.2.1.1 A área de proteção histórico-arquitetónica da Baixa**

A área a considerar como de “Proteção Histórico-Arquitetónica” que, segundo o Estudo, continha os edifícios e os espaços edificados mais significativos para a compreensão da formação e evolução da cidade (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 8), foi circunscrita aos seguintes limites físicos:

A nordeste:

- Pelo eixo da Avenida Ho Chi Min (entre as Avenidas Vladimir Lenine e Karl Marx);

A noroeste:

- Pelo eixo da Avenida Karl Marx (entre as Avenidas Ho Chi Min e Zedequias Manganhela); o eixo da Avenida Zedequias Manganhela (entre as Avenidas Karl Marx e da Guerra Popular); o eixo da Avenida da Guerra Popular (entre a Praça dos Trabalhadores e a Avenida Zedequias Manganhela); e o topo da Praça dos Trabalhadores, incluindo o edifício da Estação Central dos Caminhos de Ferro de Moçambique;

A sudoeste:

- Pela margem da Rua dos Mártires de Inhaminga (desde a Praça dos Trabalhadores até à Praça 25 de Junho); o topo da Praça 25 de Junho e o envolvimento da Doca da Capitania; a margem da antiga Rua António José de Almeida [atual Rua de Ngungunhane] (desde a Praça 25 de Junho até à Rua da Imprensa);

A Sudeste:

- Pelo eixo da Rua da Imprensa (entre a Rua António José de Almeida e a Av. 25 de Setembro); pelo eixo da Avenida Vladimir Lenine - que prolonga a Rua da Imprensa (entre a Avenida 25 de Setembro e a Avenida Ho Chi Minh). (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 9-10)

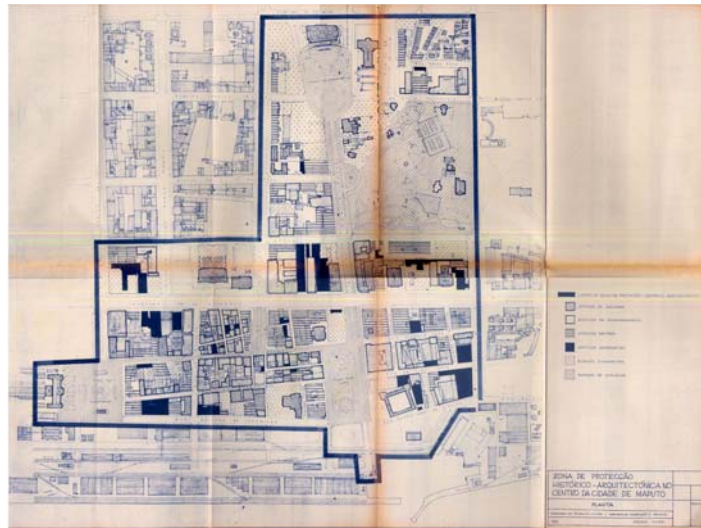


Figura 154: Planta da “Zona de Proteção Histórico-Arquitetónica no Centro da Cidade de Maputo”, Escala 1: 2000, 1984, Secretaria de Estado da Cultura/Gabinete de Conservação e Restauro. Fonte: *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b.

A caracterização do edificado inserido na “zona de proteção histórico-arquitetónica” respondia a uma hierarquia relativa ao “interesse histórico-arquitetónico, estético ou paisagístico” de cada elemento, com as seguintes categorias:

A — “Edifícios de qualidade” — respeitante a edifícios que pelo seu elevado valor histórico ou arquitetónico deviam ser preservados na sua traça original. Esses edifícios, para além das obras de beneficiação e reparação, não podiam ser sujeitos a alterações nem ao nível de fachadas nem de interiores, com exceção dos casos em que a ficha de inventário respetiva da SEC, o recomendasse explicitamente (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 15).

B — “Edifícios de acompanhamento” — edifícios que, “não tendo por si só qualidade histórico-arquitetónica excepcional, servem contudo para enquadrar outros edifícios ou espaços urbanos, conferindo-lhes as proporções ou o ambiente envolvente que os tornam dignos de preservação” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 10). Esses edifícios podiam ser remodelados ou mesmo substituídos, devendo o referente projeto de arquitetura, definido por um arquiteto e sujeito aos pareceres da Direção de Urbanização e Construção da Cidade e da SEC, prever a sua

correta integração (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 15-16).

C — “Edifícios neutros” — referente a edifícios sem interesse histórico-arquitetónico ou pouco significativo, ou a edifícios de construção recente (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 10);

D — “Edifícios dissonantes” — referente a edifícios que pelas suas características formais, construtivas ou outras (alinhamento, proporção, materiais e tecnologia construtiva, etc.), destoassem do conjunto, devendo por isso ser substituídos por soluções mais adequadas (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 10). Tanto os “edifícios neutros”, como os “dissonantes”, podiam ser substituídos ou remodelados, seguindo as orientações expressas para os “edifícios de acompanhamento” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 16).

Relativamente aos espaços urbanos públicos, foram distinguidas duas categorias: “Espaços de qualidade”, cujas características históricas, urbanísticas ou paisagísticas constituíam *per se* um valor para a cidade; e “Espaços dissonantes” públicos ou privados, com função ou enquadramento inconveniente (insalubres, inestéticos ou que, de alguma forma, desvalorizassem o conjunto em apreço) (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 11).

O regulamento provisório proposto descrevia, de forma muito sintética, as intervenções admissíveis em “edifícios de qualidade” e a metodologia a aplicar nesses casos. Esta última, à época, na Europa, já verdadeiramente ultrapassada e muito próxima das premissas defendidas pelo velho e recorrente “restauro estilístico”. Como apontava Giovanni Carbonara, para o contexto italiano, mas extensível ao entendimento prevalecente no contexto português (e, poderei adiantar, em Maputo), assistia-se a uma

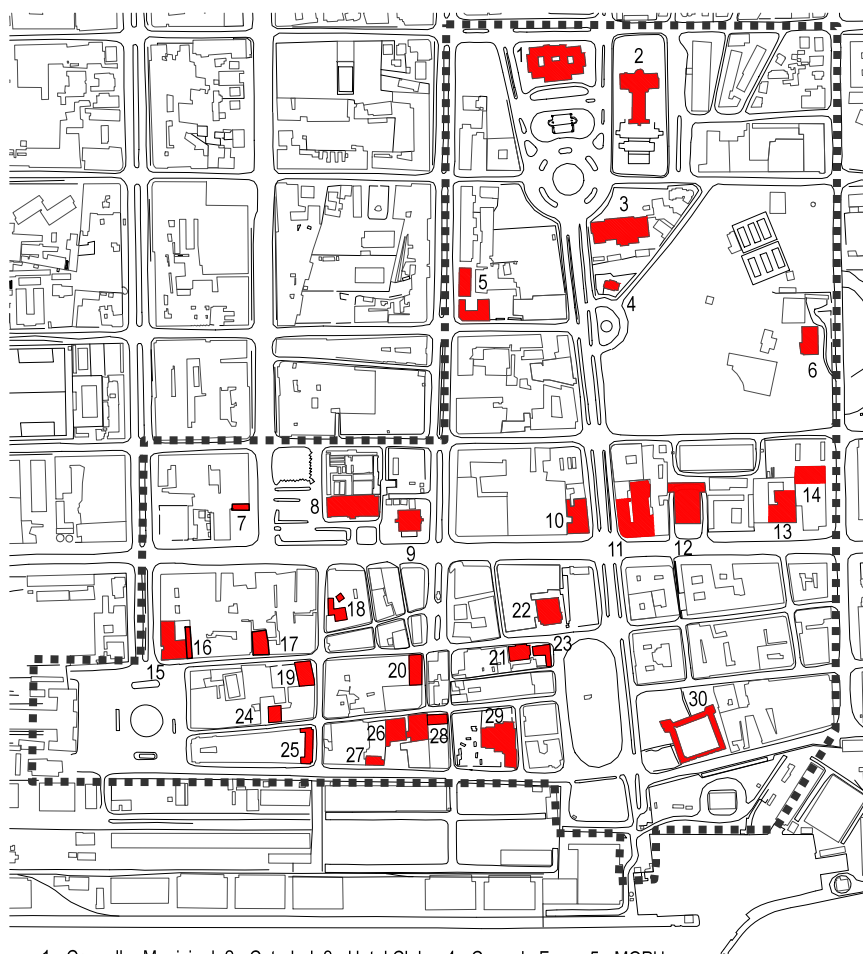
simplificação dos problemas relativos à interpretação e abordagem dos bens arquitetónicos (reduzidos a invólucro inerte, revestimento, cor, estrutura, agregado de materiais de construção), perdendo de vista o organismo na sua unidade (Carbonara, 1997: 10).

Outras pseudoteorias, como as das chamadas “reapropriação dos bens culturais”, “reutilização”, “recuperação” e “reabilitação” para fins mais ou menos sociais, económicos, políticos e culturais, operam em detrimento dos próprios bens arquitetónicos, considerados “contentores” inertes, destinados a resolver, erroneamente, as falhas da cidade contemporânea. (Carbonara, 1997: 10-11)

As operações de restauro ou reforma em edifícios “de qualidade” ou “de acompanhamento”, inseridos na “zona de proteção histórico-arquitetónica” da Baixa, deveriam atender ao carácter geral desses edifícios, “devolvendo-os ao estado primitivo e utilizando sempre, nas reparações necessárias, material de qualidade idêntica à original” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 16). O Art.º 17.º do Regulamento, definia a metodologia a aplicar na reconstrução de um edifício com interesse arquitetónico caso se verificasse perigo de ruína: (i) o levantamento arquitetónico e fotográfico do existente; (ii) um projeto de arquitetura condicionado à reposição integral dos aspetos figurativos externos do edifício; (iii) a alteração conveniente, se necessário, da disposição interna (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 17). Desta situação emerge a inutilidade de regulamentos urbanísticos genéricos que, privilegiando certas características consideradas essenciais, acabam por não salvar nada e validar o arbítrio.

A caracterização dos edifícios da “Zona de Proteção Histórico-Arquitetónica no Centro da Cidade de Maputo” (Fig. 154), levou em conta os edifícios com “interesse histórico” do já referido “Estudo da Baixa Antiga”, de 1968, mas não fazia qualquer

referência aos já referidos edifícios classificados no período colonial, da zona. Todos eles, no entanto, aparecem descritos como “Edifícios de qualidade”.



- 1 - Concelho Municipal; 2 - Catedral; 3 - Hotel Clube; 4 - Casa de Ferro; 5 - MOPH;  
 6 - Tribunal Supremo; 7 - Edifício AGT; 8 - Mercado Central; 9 - Torre BCCL; 10 - Prédio Pott; 11 - Cine Scala; 12 - Correios; 13 - Biblioteca Nacional; 14 - Imprensa Nacional; 15 - Prédio Abreu, Santos e Rocha;  
 16 - Prédio Octávio Lobo; 17 - Casa Catoja & Lda (Catoja e Saldanha); 18 - Mesquita Central; 19 - Prédio da firma Octávio Lobo; 20 - antigo edifício John Orr; 21 - 1.ª Esquadra de Polícia; 22 - Banco Standard Totta; 23 - Casa Amarela/ Museu da Moeda; 24 - ?; 25 - Prédio da ADENA; 26 - ARPAC e Escola de Artes Visuais; 27 - Casa dos Azulejos; 28 - antigo edifício Santos Gil; 29 - antigo Cinema Dicca e Estúdio 222; 30 - Fortaleza

Figura 155: Edifícios “de qualidade” da “zona de proteção histórico-arquitetónica da Baixa”, segundo o “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo”, esquema elaborado pela autora.

O Estudo identificava os seguintes “edifícios de qualidade”, segundo a diferenciação gráfica da planta da proposta (Fig. 154): o edifício do Conselho Municipal, a Sé Catedral e o Hotel Clube, situados em torno da Praça da Independência, também classificada como “espaço de qualidade”; a Casa de Ferro, na Rua do Hotel

Clube; o edifício do MOPH<sup>200</sup> (Fig. 158), no gaveto da Av. Fernão de Magalhães com a Av. Karl Marx; o Supremo Tribunal de Recurso (antiga Vila Joia), na Av. Vladimir Lenine; o edifício do Mercado Central, a torre do BCCI (Banco de Crédito Comercial e Industrial, atual sede do Millennium Bim), o Edifício Pott, os edifícios da Pastelaria e Cine Scala, o edifício dos Correios, o edifício da Biblioteca Nacional, todos na Av. 25 de Setembro; o edifício da Livraria da Imprensa Nacional, no gaveto da Rua da Imprensa com a Av. 25 de Setembro; o Edifício AGT, na Av. Samuel Magaia; o Prédio Abreu, Santos e Rocha (Fig. 163) e o Prédio Octávio Lobo/Escritórios Mocargo (Fig. 159), na Praça dos Trabalhadores e no início da Rua Consiglieri Pedroso respetivamente; a antiga Casa Catoja & Ca. Lda (Catoja e Saldanha), o Edifício EQUIMAG, o antigo Edifício Tobler/John Orr, a 1.ª Esquadra de Polícia, a Casa Amarela/Museu da Moeda e o Banco Standard Totta, todos ao longo da Rua Consiglieri Pedroso; a Mesquita Central, na Rua da Mesquita; um edifício atualmente devoluto no primeiro quarteirão entre a Praça dos Trabalhadores e a Rua da Mesquita, na Rua Consiglieri Pedroso n.º 322, anexo ao Edifício Mann George (Fig. 162); as construções geminadas onde hoje se encontram o ARPAC e a Escola Nacional de Artes Visuais (Figs. 153a e 153b), a antiga casa comercial P. Santos Gil (atualmente Instituto Nacional de Inspeção do Pescado), na Rua de Bagamoyo; o complexo do antigo Cinema Dicca e Estúdio 222 (atualmente recebe a Companhia de Teatro Gungu), na Travessa do Varietá; a antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição/Museu de História Militar, junto à Praça 25 de Junho; a Casa dos Azulejos<sup>201</sup>, na Av. Mártires de Inhaminga; e o

---

<sup>200</sup> O edifício foi construído para instalar a antiga Repartição de Obras Públicas. Atualmente é a sede do Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH).

<sup>201</sup> Segundo o Estudo, a Casa dos Azulejos tinha sido objeto de intervenções grosseiras pela Empresa Estatal que a tinha ocupado destruindo-lhe o “bonito jardim antigo nas traseiras”, o único na zona, que ia até à Rua de Bagamoyo, para fazer um estacionamento. As obras tinham sido “interrompidas, mas os danos causados ao património urbano [...] [eram] irreparáveis” (*Estudo da Valorização da Baixa de Maputo*, 1984b: 39).

prédio da ADENA (Agência Nacional de Despacho) (Fig. 157), remate do quarteirão entre a Av. Mártires de Inhaminga, a Rua da Mesquita e a Rua de Bagamoyo (edifício de caráter modernista, abandonado e em muito mau estado). Não foi assinalada a histórica porta da cidade: a Estação dos Caminhos de Ferro.

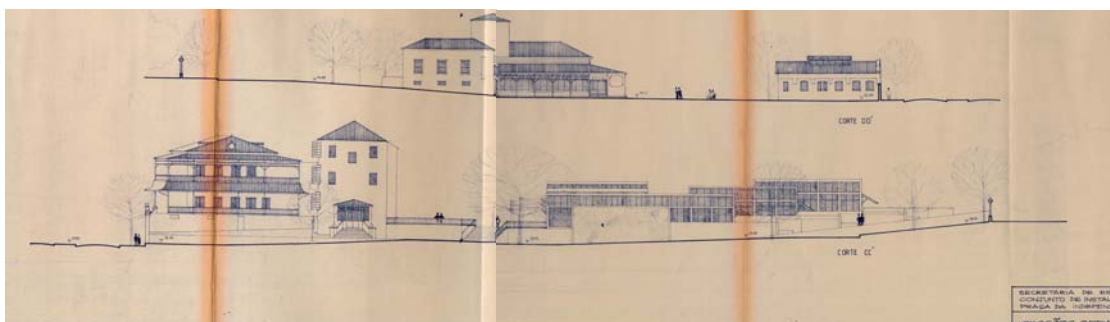


Figura 156: “Hotel Clube, Conjunto de instalações junto à Praça da Independência”, Secções Gerais, Anteprojecto, Escala 1/200, 1984, Secretaria de Estado da Cultura/Gabinete de Conservação e Restauro (desenho assinado por Francisco Pires Keil do Amaral), CEDH-FAPF.



157



158

Figura 157: Prédio Boror/Ministério dos Transportes e Comunicações (à esquerda), seguido pelo prédio da ADENA (Agência Nacional de Despacho), Av. Mártires de Inhaminga, 2014, autora.

Figura 158: Edifício do MOPH (e sobre a direita, o Prédio TAP/Montepio), esquina da Av. Karl Marx com a Av. Fernão de Magalhães, 2013, autora.



159



160



161

Figura 159: Pormenor do Prédio Octávio & Lobo/Escritórios Mocargo, Rua Consiglieri Pedroso, 2012, autora.

Figura 160: Prédio Boror/Ministério dos Transportes e Comunicações, Av. Mártires de Inhaminga n.º 336, 2014, autora.

Figura 161: Prédio TAP/Montepio, esquina da Av. Fernão de Magalhães com a Av. Samora Machel, 2012, autora.



Figura 162: Prédio Mann George (1954), Rua de Bagamoyo, 2010, Mike e Minette Bell. Fonte: *Artefacts.co.za*. Disponível em: <http://www.artefacts.co.za/main/Buildings/bldgframes.php?bldgid=8323&archid=2352> [consult. 12 jun. 2015].

Figura 163: Prédio Abreu, Santos e Rocha, Av. Guerra Popular, 2012, autora.

O Estudo classificava como “espaço urbano de qualidade”, toda a área da Praça da Independência (Fig. 170), juntamente com a Avenida Samora Machel e o Jardim Tunduru; a Praça 25 de Junho e a sua ligação à Praça dos Trabalhadores pela Rua Consiglieri Pedroso; o tramo da Avenida Karl Marx a sul da Av. 25 de Setembro; a Praça dos Trabalhadores (Fig. 171) e um tramo da Rua de Bagamoyo, entre a Rua da Mesquita e a Travessa da Catembe.

Estranhamente, eram considerados “edifícios de acompanhamento”, o edifício da Rádio Moçambique e o edifício das Telecomunicações de Moçambique (Fig. 169), na Rua da Rádio; uma das primeiras sedes do Grémio Africano de Lourenço Marques, na Av. Karl Marx; a antiga Escola Chinesa (à época Escola de Artes Visuais), na Av. Fernão de Magalhães; o Cinema Gil Vicente, na Av. Samora Machel; o edifício da antiga Cooperativa dos Criadores do Gado<sup>202</sup> (Fig. 164), na Av. Zedequias Manganhela;

<sup>202</sup> Sobre este edifício, inaugurado no final da década de 1930 para a Cooperativa dos Criadores do Gado, veja-se Guterres, 1939: 85.



o edifício da Capitania (atual INAMAR), na Rua de Ngungunhane<sup>203</sup> e a grande maioria dos edifícios ao longo da Rua Consiglieri Pedroso e da Rua de Bagamoyo.



164



165

Figura 164: Edifício da antiga Cooperativa dos Criadores do Gado, Av. Zedequias Manganhela n.º 564, [s.d.], [s.a.], CEDH-FAPF.

Figura 165: Edifício no gaveto da Av. Zedequias Manganhela com a Av. Filipe Samuel Magaia, [s.d.], [s.a.], CEDH-FAPF.

Como “edifícios neutros”, realço alguns dos muitos assinalados, por deixarem transparecer o caráter relativo do valor histórico-artístico referente à contemporaneidade (referido por Alois Riegl): o Hotel Rovuma (antigo edifício Funchal, atual Hotel Pestana Rovuma), na Rua da Sé; o edifício do Ministério da Administração Estatal (antiga sede da “Associação Económica de Lourenço Marques”), na Rua da Rádio; os interessantes conjuntos de moradias modernistas ao longo das Ruas das Mahotas, da Igreja e Serpa Pinto; o antigo Prédio TAP/Montepio (Fig. 161), na Av. Fernão de Magalhães (esquina com a Av. Samora Machel); o Banco de Moçambique (antigo BNU) e a Casa Coimbra (Fig. 166), ambos com frente sobre a Av. 25 de Setembro e praticamente todo o interessante conjunto de edifícios dos quarteirões a sul da mesma avenida, a nascente da Avenida Samora Machel, de entre os quais relevo os Prédios Cardiga, Rubi (Fig. 167), Nauticus/EMOSE e o Hotel Tivoli.

---

<sup>203</sup> À época do Estudo correspondia às Ruas de António José de Almeida (tramo entre a Praça 25 de Junho e a Rua da Imprensa) e Marquês de Pombal (a partir da Rua da Imprensa, em direção a nascente).



166



167

Figura 166: Antiga Casa Coimbra, Av. 25 de Setembro, [s.d.], Mauro Pinto. Fonte: *Ocupações Temporárias*. Disponível em: <http://ocupacoestemporarias.blogspot.pt/2010/04/casa-coimbra.html> [consult. 20 jun. 2012].

Figura 167: Prédio Rubi, gaveto da Av. Samora Machel com a Rua Joaquim Lapa, 2010, òyó. Fonte: *Panoramio*. Disponível em <http://www.panoramio.com/photo/32617450> [consult. 9 mar. 2015].



Figura 168: Telecomunicações de Moçambique (antiga Central Telefónica Automática), gaveto da Av. Vladimir Lenine com a Rua da Rádio, [s.d.], [s.a.], CEDH-FAPF.

Figura 169: Edifício dos Serviços de Telecomunicações<sup>204</sup> — Ampliação da Antiga Central Telefónica Automática/Telecomunicações de Moçambique (ca. 1969), Av. Vladimir Lenine n.º 365, [s.d.], [s.a.], CEDH-FAPF.

Os “espaços urbanos dissonantes” assinalados a sul da Av. 25 de Setembro, eram lotes desocupados ou ocupados por construção considerada “desadequada” e que, à exceção do quarteirão onde foi erigida a nova sede do Banco de Moçambique e da área que foi ajardinada junto à Fortaleza, se encontravam na mesma situação no final de 2014. O mesmo para o quarteirão do Prédio Pott, para o quarteirão da Biblioteca Nacional e para o quarteirão do Prédio TAP/Montepio. As alterações dentro desta área específica da cidade tinham sido poucas (em termos de nova construção, ou substituição), até há bem pouco tempo.

<sup>204</sup> O projeto de arquitetura da ampliação da antiga Central Telefónica Automática, que veio ocupar o gaveto formado pela Av. Elias Garcia/Vladimir Lenine e a Rua Serpa Pinto (talhão 110 parcela 13 e 14), encontra-se no arquivo do CEDH-FAPF (Inventário Património Maputo, 011\_Telecomunicações de Moçambique). A memória descritiva, que acompanha o projeto de arquitetura, data de 22 de agosto de 1968 e está assinada por Alfredo F. Soares (A.T. Eng. Civil). O projeto deu entrada na CMLM em 3 de março de 1969.

Nos espaços urbanos “de qualidade” — à exceção do Jardim Tunduru, objeto de obras abrangentes durante o ano de 2014, e da massa construtiva da nova sede do Banco de Moçambique, com impacto na configuração da volumetria em torno da Praça 25 de Junho —, não houve também grandes alterações. Ao longo do tempo e por razões várias, a área delimitada como “Zona de Proteção Histórico-Arquitetónica” foi somando sinais da falta de manutenção corrente (nos prédios sob a tutela de privados ou do Estado e no espaço público) e algumas ruínas (e.g., a antiga Farmácia Barbosa na Rua Consiglieri Pedroso, alguns edifícios ao longo da Rua de Bagamoyo, o Prédio Pott, junto à Av. Samora Machel), mas mantém essencialmente a configuração que tinha aquando da definição do Estudo e justifica, no conjunto, a salvaguarda, a valorização e a divulgação.



Figura 170: Praça da Independência, [s.d.], João Costa (Funcho), CEDH-FAPF. No centro, o edifício do Conselho Municipal e à direita, o edifício da Catedral.

Figura 171: Praça dos Trabalhadores, [s.d.], João Costa (Funcho), CEDH-FAPF. No centro, o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, e em pano de fundo, a Estação dos Caminhos de Ferro. À esquerda, encontra-se a antiga Central-geradora de Eletricidade do porto.

À semelhança do último Plano de Urbanização da cidade, foi proposta a preservação e a valorização da “zona livre”/“pulmão verde” do Aterro da Maxaquene e das Barreiras adjacentes, para lazer e recreio, a articular com a área urbana central. Esta opção justificava-se dada a conformação e a natureza do terreno naquela área — que impunha medidas urgentes de contenção da erosão das Barreiras<sup>205</sup> e o saneamento das zonas insalubres —, e/ou pelo custo de empreendimentos de construção civil naquelas

<sup>205</sup> Sobre as características geológicas e principais problemas geológico-ambientais e geotécnicos deste longo talude, veja-se *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 53 ss.

condições (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 23, 33). E, também, pela imediata proximidade desta zona à área de maior afluência de pessoas da cidade e pela necessidade de “salvaguardar as panorâmicas e silhuetas da Barreira e da Ponta Vermelha” e a sua relação com o Estuário (*Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XXI, Peça 74).



172



173

Figura 172: A Av. da República/25 de Setembro e o eucaliptal do Aterro da Maxaquene, a partir da rotunda da Fonte Luminosa/Robert Mugabe, em direção a ponte, [s.d.], [s.a.], AHM, Coleção da Câmara de Lourenço Marques, “Anos 60 e 70”, Cx. 8, Icon. 432.

Figura 173: Aterro da Maxaquene, início da década de 1970, vista da Av. da República/25 de Setembro para nascente em direção à Ponta Vermelha, [s.a.]. Fonte: *O Grupo CUF – Elementos para a sua História*. Disponível em <http://industriacuf.blogspot.pt/2008/08/profabril-concurso-para-novos-edificios.html> [consult. 17 jul. 2014].

O Estudo propunha também, “medidas de vitalização” para zonas que, apesar de estarem devidamente apetrechadas, não eram devidamente aproveitadas, caso da FACIM<sup>206</sup>, da Feira Popular, do Jardim Tunduru, da Praça 25 de Junho e das velhas ruas comerciais que “em tempos, foram a parte mais viva e animada da cidade” (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 24). E, o condicionamento do tráfego automóvel, a uniformização dos pavimentos e a eliminação dos passeios nas ruas da Baixa antiga e o melhoramento das condições de iluminação e mobiliário urbano, de modo a beneficiar as condições de circulação dos peões e a apetência pelo

<sup>206</sup> A FACIM – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique, foi inaugurada no dia 24 de julho de 1965 (*FACIM 66*, 9 de julho de 1966: 1). A partir de 1971, FACIM passou a designar Feira Internacional de Lourenço Marques, atualmente designa Feira Internacional de Maputo, tendo os últimos certames, desde 2011, decorrido em Marracuene. Cf. *FACIM*. Disponível em <http://www.facim.org.mz> [consult. 7 jun. 2014].

centro histórico, à época em clara decadência (*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 29).

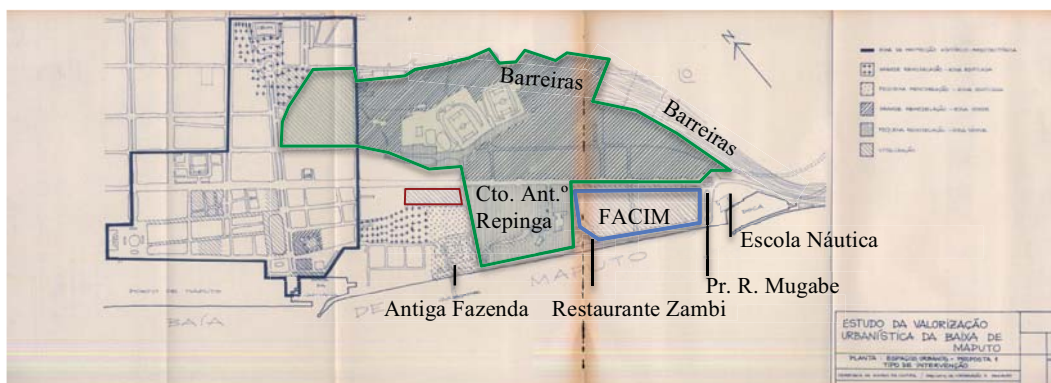


Figura 174: “Planta: Espaços Urbanos — Proposta 1 Tipo de Intervenção”, Escala 1: 5000, *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984. Fonte: *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b. Para a Baixa da Maxaquene, a norte da Av. 25 de Setembro, foi proposta a reabilitação de uma extensa “zona verde” de recreio, com ligação ao parque situado a sul (Circuito António Repinga e jardins na envolvente do restaurante Zambi) e ao Jardim Tunduru, a ponte. A área da antiga FACIM aparece delimitada a azul e a da Feira Popular, a vermelho.

As referidas áreas a revitalizar ao longo do velho Aterro da Maxaquene (a zona envolvente dos campos de jogos do Desportivo e do Maxaquene, o Circuito António Repinga, a FACIM e a Feira Popular), não foram objeto de alterações urbano-paisagísticas significativas nas décadas seguintes. Já nesta última década, a enorme área ocupada pela FACIM foi arrasada e até ao final de 2014 continuava desocupada, no entanto, em informação divulgada pela Direção de Infraestruturas do Município de Maputo, em outubro de 2013, constava como tendo sido aprovado para o local “o conceito” de um “Pré-Plano de Requalificação” (Pré-plano de Requalificação - Constellation, SA) com edifícios mistos com mais de 40 andares<sup>207</sup>, já considerado no “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (2014). Toda a área que se estende

<sup>207</sup> O documento a que tive acesso, em formato PowerPoint, com data de outubro de 2013, elaborado pela Direção de Infraestruturas do Município, constou de uma apresentação pública de vários empreendimentos aprovados para a Av. Marginal, feita pelo Conselho Municipal de Maputo. O documento descreve 38 novos empreendimentos — na grande maioria para fins de habitação, escritórios e hotelaria —, em estudo ou já em construção, para a Av. Marginal, desde a FACIM até ao Bairro da Costa do Sol. Agradeço ao arquiteto Luís Lage a cópia do documento. Sobre a intervenção prevista para a FACIM, promovida pela Constellation, SA, veja-se [http://www.promontorio.net/userfiles/projects\\_more/pdf/maputo\\_waterfront\\_development.pdf](http://www.promontorio.net/userfiles/projects_more/pdf/maputo_waterfront_development.pdf) [consult. 10 agos. 2015].

desde a Av. Vladimir Lenine (contornando os campos desportivos e as Barreiras) até à Praça Robert Mugabe (Figs. 175 e 176) tem sido progressivamente ocupada nos últimos anos, com construção de alta densidade, sem que tivesse, no entanto, sido implementado um projeto de saneamento eficaz na zona urbanizada (há canais de drenagem que funcionam como canais de esgotos a céu aberto).

Junto ao edifício da antiga Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade (atual Ministério das Finanças) e no seguimento das orientações do velho Plano Diretor aprovado em 1972, surgiram alguns edifícios (de grande porte), que albergam ministérios (dos Negócios Estrangeiros e Juventude e Desporto).



Figura 175: Vista parcial da Baixa da Maxaquene e das Barreiras, olhando para poente, 2014, [s.a.], CEDH-FAPF.

Figura 176: Vista parcial da Baixa da Maxaquene (à esquerda), da Praça Robert Mugabe (antiga Rotunda da Fonte Luminosa) (ao centro) e da Ponta Vermelha (à direita), olhando do Estuário para a Polana, 2014, [s.a.], CEDH-FAPF.

A relação entre a mancha verde do Jardim Tunduru e a do velho Aterro da Maxaquene (já muito depauperada) foi anulada nos últimos anos por uma frente contínua de construção de alta densidade, ao longo da Av. Vladimir Lenine. Estão previstas também novas edificações em altura nas imediações dos campos de jogos. As várias sugestões relativamente ao condicionamento do tráfego motorizado na Baixa antiga (e que seguiam indicações do velho Plano Diretor)<sup>208</sup> ou à criação de estacionamento, não tiveram seguimento. As condições relativas ao funcionamento dos

<sup>208</sup> Cf. *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques*, 1969: vol. XXIII, peça 82, 222.

transportes públicos urbanos<sup>209</sup> alteraram-se bastante nos anos seguintes, com o declínio acentuado do operador público e a emergência de transportes privados semicoletivos, vulgarmente designados por “chapas”, na viragem da década de 1980 para 1990 (*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 201-202; 207-208). Atualmente, a grande circulação de “chapas” (que no final da década de 2000 era responsável pelo transporte de cerca de 80 a 90% dos passageiros de Maputo, *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 202) e de outros automóveis na Baixa, resulta no congestionamento constante das principais avenidas de acesso (Karl Marx, Vladimir Lenine, 25 de Setembro) e daquelas imediatas. Nesta zona encontra-se uma parte considerável dos inúmeros ministérios, direções nacionais e provinciais, tribunais, museus, arquivos, mercados (o Mercado Central, o Mercado do Povo, e o Mercado do Pau ao sábado), cinemas (Scala, Gil Vicente), teatros (Avenida, Companhia de Teatro Gungu) e comércio informal de rua<sup>210</sup>, ou seja, constitui um foco de atração sobretudo diurna (mas também noturna), por motivos vários.

O percurso de maior fluxo dentro da Baixa antiga, como apontado no Estudo, continua a ser o anel formado pela Rua Consiglieri Pedroso (entre a Av. Karl Marx e a Praça 25 de Junho), a Rua Joaquim Lapa, a Rua da Imprensa e a Av. 25 de Setembro. Nas imediações, tanto a Praça dos Trabalhadores (um dos principais terminais de transportes públicos), como as Avenidas Guerra Popular e Karl Marx — onde os “chapas” fazem paragens em qualquer local da via para recolherem passageiros —, apresentam, a determinadas horas do dia, filas consideráveis de passageiros na berma das ruas, automóveis mal-estacionados (há falta de locais de estacionamento) e

---

<sup>209</sup> Cf. *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*, 1984b: 28.

<sup>210</sup> Segundo dados referentes a 2008, cerca de 64,4% da população economicamente ativa na cidade de Maputo trabalhava no sector informal (*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 142). Sobre este assunto, veja-se *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999: vol. I, VI-1 ss.; *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 142.

congestionamento de tráfego automóvel. A concentração de poluentes do ar, ruído e de lixo acumulado nas ruas (há falta de contentores e o sistema de recolha é muito deficiente) (*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 66 ss.; 224-226), é preocupante. As restantes vias mais estreitas da Baixa antiga, às quais o Estudo proponha o condicionamento do trânsito automóvel (Travessas da Catembe, do Varietá, António Furtado, da Boa Morte, da Palmeira, Rua da Gávea, Tenente Valadim), continuam a ser usadas de forma indiscriminada por todo o tipo de transporte, inclusive de mercadorias.

O Estudo, como foi referido, não deu logo lugar a uma proposta urbanística detalhada. O Plano de Estrutura em elaboração à época, que não chegou a ser aprovado — o “Plano de Estrutura da Cidade de Maputo” (1985) — referia apenas genericamente a conservação da zona histórica e da área verde de proteção das Barreiras, da linha da costa e da Baixa da Maxaquene. A guerra civil prolongou-se até 1992, arrasando a economia da cidade (*Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999: vol. I, II.2) e do país<sup>211</sup>. Foi nesse período, no entanto, que os estudos para a legislação do património cultural foram desenvolvidos. Dada a situação do país recém-emancipado, em guerra civil e com recursos muito limitados, o interesse verificado no estudo e na salvaguarda do património edificado associado ao período colonial, durante esse período, assumem uma relevância ímpar. A elaboração de uma proposta urbanística detalhada para o conjunto da Baixa seria desencadeada cerca de trinta anos mais tarde, no âmbito do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (2014). O Estudo de 1984, no entanto, como já referi, foi aproveitado sucessivamente como referência para os limites físicos da área de proteção histórico-arquitetónica da Baixa e para a inventariação do seu património edificado.

---

<sup>211</sup> Sobre este assunto, veja-se *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999: vol. I, VI-1.



### 2.2.2 O Plano de Estrutura da Cidade de Maputo (1985)

No ano a seguir à conclusão do “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo”, o “Plano de Estrutura Cidade de Maputo”<sup>212</sup> (aprovado em 1985 pela Assembleia da Cidade), elaborado pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico, apresentou linhas gerais para o planeamento da expansão urbana e três hipóteses de expansão da cidade: (i) desenvolvimento não ordenado e não controlado (*status quo*); (ii) expansão ordenada concêntrica<sup>213</sup> e (iii) expansão ordenada linear. Considerou-se a terceira hipótese a mais viável, dada a falta de recursos económicos para a implementação de medidas mais incisivas (a hipótese de expansão ordenada concêntrica implicava investimentos que o Estado não podia garantir) (*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 237). Procurava-se assim “aproveitar e capitalizar o potencial instalado no território em termos de equipamentos, infra-estruturas e emprego, orientando a expansão urbana para áreas com estas facilidades” (Macucule, 2010: 77), investindo nos transportes e em atalhoamentos<sup>214</sup>. Foram definidas áreas vastas de expansão (a serem parceladas e infraestruturadas), a consolidação de assentamentos em zonas semi-urbanizadas e a construção de equipamentos sociais, desencorajando a proliferação de assentamentos informais. Esta era a hipótese de expansão ordenada com custos mínimos (que a falta de meios não

---

<sup>212</sup> O Plano de Estrutura em Moçambique corresponde ao documento mais geral de planeamento urbano, abrangendo a totalidade do aglomerado urbano. Pode ser equiparado, relativamente ao sistema administrativo colonial, ao Plano Diretor de Urbanização. Para uma definição abrangente dos objetivos e “competências” deste instrumento de planeamento, veja-se *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999: vol.I, I.1. Sobre o Regime dos Instrumentos de Gestão do Território de nível local em Moçambique (Plano Distrital do Uso da Terra (PDUT); Plano de Estrutura Urbana (PEU); Plano Geral de Urbanização (PGU); Plano Parcial de Urbanização (PPU); Plano de Pormenor (PP)), veja-se Macucule, 2010: 56-57.

<sup>213</sup> Para a análise deste modelo de expansão da cidade de Maputo, veja-se Macucule, 2010: 75-77.

<sup>214</sup> Corresponde a “loteamentos” e é a nomenclatura utilizada na legislação e comumente em Moçambique. Deriva da nomenclatura utilizada na legislação da Administração colonial, que em Portugal deixou de ser utilizada.

permitiu implementar de imediato), mas que não conseguia dar resposta, sobretudo, à pressão causada pelo crescimento migratório em tempo de guerra (CEDH, 2006: 29).

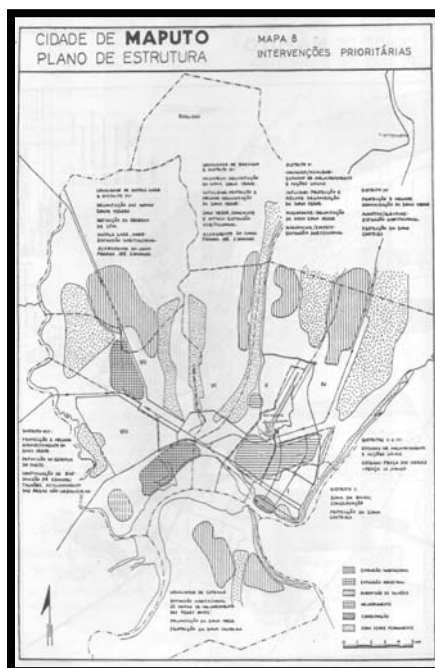
A partir da década de 1990, com apoio financeiro externo (da Cooperação Finlandesa), foram lançados vários programas de intervenção urbana, que permitiram delinear novas zonas de expansão, o reassentamento da população de algumas áreas críticas e dar seguimento simultaneamente à regularização da ocupação em zonas semiurbanizadas (já iniciada na década de 1980) (CEDH, 2006: 29-30). Todas essas atividades continuaram ao longo das décadas seguintes, com exceção das ações de reassentamento populacional, medida que o “Plano de Estrutura do Município de Maputo” (2008) desaconselhou explicitamente, defendendo “o direito de todos os moradores continuarem a viver onde vivem” (*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. II, 15-16). Premissa respeitada nos Planos Parciais de Urbanização aprovados sequentemente (2010) para os bairros mais a norte do Município, que reconhecem “as áreas semiurbanizadas ocupadas e edificadas não oficialmente como área legítimas a manter” (Melo, 2013: 80). Estudos realizados localmente<sup>215</sup> consideraram também, que o melhoramento e a reabilitação dos tecidos urbanos pelo Município, deviam ser objeto de negociação com os seus habitantes. Ou seja, processados através do planeamento participativo, necessário não só para a procura de soluções, com base na capacidade local, para os problemas urbanos, como para a formação e treino dos órgãos operativos do Município, que se queriam recetivos a métodos alternativos, mais flexíveis de fazer cidade<sup>216</sup>.

---

<sup>215</sup> Veja-se CEDH, 2006: 44-48, 52.

<sup>216</sup> “A alternativa da imposição de um sistema de ruas rectilíneas, em grelha ortogonal, com o terreno subdividido em talhões rectangulares regulares, como a única solução para um tecido urbano estruturado é, na maioria dos casos dos assentamentos informais consolidados, uma violência que não deveria mesmo ser considerada pois implicaria um sofrimento enorme, um custo excessivo e a alienação dos residentes em termos das suas relações pacíficas com as autoridades. A experiência mostra que é inviável este tipo de acção, que se traduz como que no apagar do mapa tudo o que uma determinada relação espacial

O Plano de Estrutura de 1985 pôs o enfoque no ambiente urbano, considerando de forma secundária as áreas periféricas ou com características especiais, como a Ilha de Inhaca e definiu o enquadramento de um conjunto de planos diretores distritais, a serem desenvolvidos sequentemente (*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 37).



Figuras 177a e 177b: “Cidade de Maputo, Plano de Estrutura”, Mapa 7 (Alternativa 2. Expansão Ordenada Linear); Mapa 8 (Intervenções Prioritárias), 1985, INPF. Fonte: *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. I, 36.

Dentro do antigo Distrito Municipal N.º 1 (“cidade de cimento”), o Plano de Estrutura identificava as seguintes intervenções prioritárias (Fig. 177b): a conservação da “Zona da Baixa” e a proteção da “Zona Verde Permanente”, que compreendia o Aterro da Maxaquene, as Barreiras e toda a zona costeira a nascente.

O Plano de Estrutura estabelecia normas para os futuros planos parciais de urbanização ao nível do distrito e grandes linhas orientadoras para o desenvolvimento do território (abrangendo o equivalente à Área Metropolitana de Maputo) (Macucule,

---

significa para se substituir por uma outra que é forçada, não considera as relações estabelecidas, despreza o desenho que, no fundo, traduz compromissos, negociações, cedências” (CEDH, 2006: 46).

2010: 74). Os objetivos específicos para o ordenamento da cidade passavam por: (i) conter o crescimento da população urbana; (ii) promover habitação condigna (apoio à autoconstrução em áreas urbanizadas e o reordenamento das áreas informais); (iii) assegurar equidade no acesso aos serviços urbanos (promovendo equipamentos sociais de nível de bairro); e (iv) garantir áreas de reserva para novos equipamentos para o desenvolvimento turístico da área litoral (na Costa do Sol), para a construção de grandes infraestruturas viárias e a ampliação da rede ferroviária, para investimentos industriais e para a Reserva Ecológica (Macucule, 2010: 74-75). Grande parte destas áreas a constituir como reserva vinham sendo ocupadas informalmente para fins habitacionais, situação que se agravou nos anos seguintes. De 1980 a 1991, a população na cidade de Maputo aumentou 62.2%; o recrudescer do conflito armado “e a insegurança nas zonas rurais levou à intensificação da imigração para Maputo; [...] e mesmo depois de terminar a guerra civil, em 1992, persistiu o fluxo de imigrantes vindos do campo para a capital (embora tenha diminuído)” (Viana, Sanz e Natálio, 2013: 25). Concomitantemente, a expansão urbana acelerou e houve uma transformação profunda na base da economia urbana que não permitia ao Município alocar receitas suficientes para responder às várias solicitações (*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008: vol. II, 13 ss.; UN-Habitat Moçambique, 2009; Macucule, 2010: 77-79). Essa situação tendeu a agravar-se e a análise da situação apresentada no “Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo” (PEAMM) (1999), relativamente às fracas condições de manutenção, expansão e conseqüente deterioração das infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos (sobre utilizados), áreas verdes, jardins, parques e arborização pública da cidade (limitados praticamente à “cidade de cimento”), bem

como de preservação das áreas reservadas para equipamentos sociais, foi bastante negativa<sup>217</sup>.

Simultaneamente nesse período, foram dados grandes passos para a elaboração e a aprovação de legislação específica para a proteção do Património Cultural de Moçambique — a Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro —, documento fundamental que continua a ser a referência nesse âmbito no país.

### **2.2.3 A Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro para a proteção do Património Cultural**

No património cultural está a memória do Povo, a sua protecção assegura a perenidade e a transmissão às gerações futuras não só do legado histórico, cultural e artístico dos nossos antepassados como também das conquistas, realizações e valores contemporâneos. [...] A deterioração, desaparecimento ou destruição de qualquer parcela do património cultural constitui uma perda irreparável, competindo aos diversos organismos públicos e aos cidadãos em geral, a responsabilidade de impedir este processo de empobrecimento [...] do país (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro — República de Moçambique)

No final da década de 1980, foi publicada a Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro que determina a proteção do Património Cultural de Moçambique. O documento indicava conceitos fundamentais associados ao património, “os órgãos e mecanismos para os diversos procedimentos” e “o quadro jurídico e institucional necessário à efectiva salvaguarda e defesa do património cultural” (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro). Esse é um texto único no quadro legal do património edificado moçambicano mas, no que toca à valorização e proteção efetiva do património edificado de matriz moderna ou modernista — a grande massa construída da “cidade de cimento”

---

<sup>217</sup> Veja-se PEAMM, 1999: vol. I, III-22; III-24-III-25; VII-1; VII-24.

de Maputo —, os seus resultados foram incipientes. Se esse património se manteve, até há bem pouco tempo (decadente mas) “íntacto”, deveu-se sobretudo à ausência de dinamismo no mercado de especulação do solo urbano. Situação que se alterou drasticamente ao longo da última década, com o estabelecimento de empresas multinacionais dos ramos da construção civil e do imobiliário.

A situação relativa à deterioração do património edificado da “cidade de cimento” deve-se em parte ao vazio legal que não permite um correto enquadramento de edifícios ou conjuntos de edifícios que, potencialmente, são património da cidade — digo potencialmente porque não são entendidos como tal pela maioria da população e porque não estão classificados — nomeadamente, pela falta de um regulamento de proteção do património cultural edificado. Regulamento que defina: “conceitos relativos aos bens culturais imóveis”, “bases de identificação e inventariação [...] sistemática dos bens culturais imóveis”, que oriente “a conservação e classificação de monumentos, conjuntos e sítios, independentemente do seu tipo, valor (local, provincial, nacional ou universal) ou período histórico”, que “valorize as técnicas tradicionais e o saber popular na conservação de monumentos, conjuntos e sítios”, que estabeleça “princípios e prioridades para actuação nos domínios da conservação, restauro, divulgação, educação [...] inerentes aos monumentos, conjuntos e sítios”, que defina “as condições e os requisitos para a classificação e declaração de bens culturais imóveis cujo valor histórico, arqueológico, arquitectónico, artístico ou natural o justifique como monumentos, conjuntos ou sítios com especial protecção”, e por fim, que assegure “a proteção legal e efectiva de monumentos, conjuntos e sítios, através da publicação do respectivo acto de ratificação no *Boletim da República*” (*Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis* [Proposta], 2014, Art.º 4). O vazio legal relativamente a estes aspetos, nomeadamente a falta de uma lista de bens classificados publicada em

“Boletim da República” e de normas de atuação em edifícios, conjuntos e outros bens classificados ou em vias de classificação — vazio que poderá ser preenchido parcialmente com a entrada em vigor do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (2014) e do “Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis” —, promove uma atuação arbitrária no licenciamento de obras e não permite a efetivação de uma metodologia informada de conservação do património dentro do conjunto da Baixa ou noutras áreas e edifícios propostos para classificação. Para além destes suportes, existe uma lacuna consistente relativa à formação de quadros técnicos específicos para a área do património edificado dentro da própria instituição que superintende a política de monumentos, conjuntos e sítios (Ministério da Cultura através da Direção Nacional do Património Cultural). Sem esse capital de conhecimento, a divulgação e o incentivo de formas de atuação apropriadas e uma fiscalização eficaz, a implementação de uma verdadeira “Política de Monumentos e de Museus”<sup>218</sup> (Resolução n.º 11/2010 e Resolução n.º 12/2010, de 2 de junho de 2010), tal como a aprovada pelo Conselho de Ministros da República de Moçambique em 2010, encontra sérias dificuldades.

A Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, que constitui a referência para o património nacional edificado (surgiu entretanto regulamentação específica para a proteção do património arqueológico<sup>219</sup> e do património da Luta de Libertação Nacional<sup>220</sup>), abrange tanto os bens materiais como imateriais do Património Cultural<sup>221</sup>. O texto legal define, no n.º 1 do Art.º 3, “Património Cultural”, como “o conjunto de bens materiais e imateriais criados pelo Povo moçambicano ao longo da história com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana”; “Bens culturais

---

<sup>218</sup> A Política de Monumentos e a Política de Museus foram aprovadas em Conselho de Ministros em 27 de abril de 2010, pela Resolução n.º 12/2010 e pela Resolução n.º 11/2010, respetivamente.

<sup>219</sup> Decreto n.º 27/94, de 20 de julho, sobre a Protecção do Património Arqueológico.

<sup>220</sup> Lei n.º 13/2009, de 25 de fevereiro.

<sup>221</sup> Com a Resolução n.º 17/82, de 13 de novembro, Moçambique aprovou a adesão à Convenção de 1972 para a Protecção do Património Cultural e Natural Mundial da UNESCO.

imateriais”<sup>222</sup>, como elementos essenciais da memória coletiva do povo, “tais como a história e a literatura oral, as tradições populares, os ritos e o folclore, as próprias línguas nacionais e ainda obras do engenho humano e todas as formas de criação artística e literária [...]” (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, Capítulo II, Art.º 3, n.º 2); e “Bens culturais materiais”, como os “bens imóveis e móveis que pelo seu valor arqueológico, histórico, bibliográfico, artístico e científico fazem parte do património cultural” (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, Capítulo II, Art.º 3, n.º 3).

Como já foi referido, em 2009 surgiu legislação específica (Lei n.º 13/2009 de 25 de fevereiro) que estabelece um quadro legal para a proteção e a valorização do património da Luta de Libertação Nacional, já classificado genericamente pela Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro. O património imóvel da Nação recebeu efetivamente atenção, valorização e divulgação, evidenciando-se claramente neste sector a musealização de lugares onde se registaram acontecimentos relacionados com a resistência contra a penetração colonial<sup>223</sup> e de locais de massacre ou relacionados com a Luta Armada de Libertação Nacional<sup>224</sup>, ou a construção de monumentos memoriais

---

<sup>222</sup> Moçambique é signatário, desde 2007, da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) e da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

<sup>223</sup> Encontram-se inventariados, o sítio “Gwaza-Muthine”, na província de Maputo, onde ocorreram batalhas de resistência “dos guerreiros de Ngungunyane” à ocupação colonial, em 1895 — no sítio foi erguido o “Monumento de Guaza-Muthine”; o sítio “Coolela”, na província de Gaza, local da batalha de 7 de novembro de 1885, entre “guerreiros moçambicanos liderados pelo Rei Ngungunyane e portugueses”, celebrada em diversos monumentos comemorativos; o sítio “Chaimite (Tchaimite)”, na província de Gaza, assinalado com vários monumentos comemorativos erigidos tanto durante o período colonial como no período sucessivo; o sítio “Magul”, na província de Gaza, onde se travou em 8 de setembro de 1895, “uma batalha motivada pela recusa do Rei Ngungunhyane em proceder à entrega dos chefes guerreiros Mahazul e Matibedjane às autoridades do governo colonial”. *Ministério da Cultura*. Disponível em: [http://www.micult.gov.mz/index.php?option=com\\_content&view=category&id=20&Itemid=19](http://www.micult.gov.mz/index.php?option=com_content&view=category&id=20&Itemid=19) [consult. 10 mar. 2015].

<sup>224</sup> Encontram-se inventariados, o “Local Histórico de Matchedje”, na província do Niassa, local do II Congresso da FRELIMO (1968); o monumento “Base Central (Base Moçambique)”, na província de Cabo Delgado, fundada em 1966, a principal base de Cabo Delgado da Luta Armada de Libertação Nacional; o monumento “Casa do Chefe do Posto Colonial de Chai”, local do primeiro combate, em 15 de setembro de 1964, que desencadeou a Luta de Libertação Nacional; e o monumento “Antiga Administração de Mueda (Casa do Massacre de Mueda)”, que testemunha o massacre da população local por parte do governo colonial, após uma manifestação pacífica, em 16 de junho de 1960. *Ministério da Cultura*.



aos heróis da Luta de Libertação<sup>225</sup>. Significativamente, no que toca à valorização do património material, foi (e é) na “História da Luta de Libertação de Moçambique”, revelada pelos “libertadores” e pelos “continuadores da revolução”, que o Governo moçambicano pôs, compreensivelmente, ênfase, deixando pouco espaço para a emergência de “uma posição distanciada ou desligada da *história frelimista*, sem contudo subvalorizar o papel efetivo que a FRELIMO tem desempenhado ao dinamizar *um projeto nacional*” (Graça, 2005: 32; sublinhado no orig.). Uma das maiores campanhas de divulgação e criação de monumentos memoriais, levada a efeito pelo Ministério da Cultura, decorreu no âmbito da celebração do “Ano Samora Machel”, em 2011, em homenagem ao antigo líder da FRELIMO e primeiro Presidente da República Popular de Moçambique, tendo sido inaugurados monumentos memoriais (estátuas de Samora Machel) nas principais praças de todas as capitais de província.

Excepcionalmente, até ao final de 2014, segundo depoimento de Solange Macamo (14 de novembro de 2014), o Estado de Moçambique tinha classificado três sítios, segundo a categoria de “Património Nacional”, associados à Luta de Libertação de Moçambique e aos seus heróis: os sítios onde nasceram e cresceram Samora Moisés Machel<sup>226</sup> e Eduardo Mondlane e o “Local Histórico de Matchedje”, na província do

---

[http://www.micult.gov.mz/index.php?option=com\\_content&view=category&id=20&Itemid=19](http://www.micult.gov.mz/index.php?option=com_content&view=category&id=20&Itemid=19) [consult. 10 mar. 2015].

<sup>225</sup> Encontram-se inventariados pelo Ministério da Cultura, o “Monumento aos Heróis Moçambicanos”, na cidade Maputo, inaugurado em 3 de fevereiro de 1979 (Lage e Carrilho, 2010: 52-53); o sítio “Chilembene”, na província de Gaza, referente ao Posto Administrativo do Distrito de Chókwe, onde nasceu e cresceu Samora Machel, classificado em 2008; o monumento “Estátua de Eduardo Mondlane”, na cidade de Maputo; o monumento “Estátua de Samora Moisés Machel”, na cidade de Maputo e o sítio “Nwadjahane”, na província de Gaza, residência do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane. *Ministério da Cultura.* Disponível em [http://www.micult.gov.mz/index.php?option=com\\_content&view=category&id=20&Itemid=19](http://www.micult.gov.mz/index.php?option=com_content&view=category&id=20&Itemid=19) [consult. 10 mar. 2015].

<sup>226</sup> O “Local Histórico de “Chilembene”, foi classificado pelo Decreto n.º 46/2008, de 30 de dezembro.

Niassa, distrito de Sanga, onde se realizou o II Congresso da FRELIMO, entre 20 e 25 de julho de 1968 (intitulado o “Congresso da Vitória”)<sup>227</sup>.

Relativamente à responsabilidade da entidade que superintende a proteção dos bens classificados e em vias de classificação do património imóvel, a Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, esclarece também as responsabilidades do Ministério da Cultura e dos órgãos locais de governo<sup>228</sup> na proteção e valorização dos bens classificados e em vias de classificação (Capítulo III, Art.º 4, Art.º 5, Art.º 6, n.ºs 1 e 2; Capítulo IV, Art.º 8), bem como dos restantes depositários (pessoa singular ou coletiva) na posse desses bens (Capítulo III, Art.º 6, n.º 4; Capítulo IV, Art.º 8, Art.º 12, n.ºs 1 e 2). A lei é clara quanto às responsabilidades do Estado na classificação de bens e na criação de condições materiais, técnicas, científicas, fiscais e culturais que promovam a proteção, conservação, revitalização e fruição dos bens classificados, integrando medidas adequadas a esse fim nos seus planos de atividade (Capítulo III, Art.ºs 4 e 5, Art.º 6, n.ºs 1 e 2, Art.º 7, n.º 1).

Estes pontos, até ao período recente, no que toca ao património edificado da cidade de Maputo, embatiam-se com a lacuna prática de não existir, como já foi referido, o Inventário de bens classificados, nem o Tombo do Património Cultural, ou seja, o registo dos bens classificados, conforme previsto (Capítulo IV, Art.º 9). Se

---

<sup>227</sup> Foi o primeiro congresso realizado dentro do território de Moçambique, numa zona libertada pela FRELIMO (Newitt, 2012: 453). Neste congresso, Eduardo Mondlane, um dos fundadores e primeiro presidente da FRELIMO, foi reeleito no cargo e Uria Simango foi eleito vice-presidente. “O Congresso modificou também certas estruturas da FRELIMO, adaptando-as à fase correspondente da luta, e actualizou os Estatutos e o Programa.” (Reis e Muiuane, 1975: 82).

Poucos meses depois, desaparecia Eduardo Mondlane, em 3 de fevereiro de 1969, vítima de um atentado na Tanzânia. Samora Moisés Machel, comandante supremo das unidades de combate a partir de 1967 (após o assassinato do antigo comandante, Filipe Magaia, em outubro de 1966 (Newitt, 2012: 453)), foi eleito presidente da FRELIMO em 1969 (Reis e Muiuane, 1975: 82).

<sup>228</sup> As administrações de Distrito e Conselhos Executivos de Cidade são depositários dos seguintes bens do Património Cultural, na posse inalienável do Estado, conhecidos ou que venham a ser encontrados em território nacional: “a) Estações e objectos arqueológicos; b) Pinturas rupestres; c) Construções ou outras obras representativas das sociedades pré-coloniais como amuralhados, zimbabwes, aringas, centros de mineração e centros de poder, aglomerados populacionais, entrepostos comerciais e lugares de culto” (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, Art.º 10).

considerarmos que a lei tutela genericamente a zona antiga da cidade, todos os seus monumentos e edifícios anteriores a 1920 (Capítulo II, Art.º 3, n.º 4, b); Capítulo IV, Art.º 7, n.º 2 a), b)) e que subsistem poucos testemunhos referentes aos primeiros anos da cidade de Lourenço Marques (e que esses não estão inventariados), então a medida, deixa de fora o grosso do edificado da cidade. Um dos pontos cruciais referidos pela Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, era a definição sequente de regulamentos específicos para a sua aplicação (Capítulo X, Art.º 28), o que não aconteceu.

Não tendo havido condições para aprovar o “Plano de Estrutura da Cidade de Maputo” (1985) e verificando-se a desatualização dos dados e normas disponíveis para a gestão urbanística da cidade, surgiu em 1999 outra proposta de planeamento: o “Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo”, que propunha encarar a gestão da cidade de Maputo à escala metropolitana.

#### **2.2.4 O Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo (1999)**

A elaboração do “Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo” (PEAMM) decorreu entre finais de abril de 1998 e finais de março de 1999, “no âmbito da componente de gestão urbana e ambiental do Projecto de Reforma dos Órgãos Locais” (PROL)<sup>229</sup> (PEAMM, 1999: vol. I, XIV-1). O PROL era parte integrante do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (PNDUH) e foi orientado para o “Planeamento das estruturas urbanas e de ações prioritárias<sup>230</sup>;

---

<sup>229</sup> Na introdução do PEAMM lê-se o seguinte: “Em Moçambique está a ocorrer o processo de descentralização dos órgãos locais. É dentro deste processo que se desenvolvem várias actividades, com vista a obter instrumentos de trabalho para as nossas cidades [nomeadamente, através da elaboração de Planos de Estrutura]” (PEAMM, 1999: vol. I, I-2). Sobre este assunto, veja-se CEDH, 2006: 10.

<sup>230</sup> O PROL implicava a estruturação dos municípios e a transferência para esses de competências das instituições centrais, de forma a efetivar uma descentralização progressiva. Estas novas orientações políticas e económicas implicavam a criação de mecanismos de articulação entre os órgãos do Estado e os dos municípios. Todavia, os municípios deparavam-se com várias lacunas ao nível da regulamentação — para a elaboração, aprovação e implementação de planos de urbanização, ou mesmo, para a avaliação e

Cartografia urbana e titulação<sup>231</sup>; e Melhoramento das zonas peri-urbanas” (PEUMM, 2008: vol. I, 37).

Foi nesse contexto que o Governo Central (através do Ministério da Administração Estatal) fomentou a elaboração do PEAMM<sup>232</sup>, que envolveu os governos dos Municípios de Maputo e da Matola e o Governo Provincial de Maputo (PEAMM, 1999: vol. I, X-1). O Plano Metropolitano foi elaborado por uma equipa externa de consultores internacionais, com a colaboração limitada de técnicos locais (PEAMM, 1999: vol. V, 4) — o consórcio *Arcadis Euroconsult, Institute for Housing and Urban Studies (IHS)* e *JTK Associates* —, com financiamento do Banco Mundial. O PEAMM foi elaborado numa perspectiva *top-down*, “gerando discussão e polémica na Assembleia Municipal de Maputo, que acabou por não o aprovar (RAPOSO, 2007)” (Melo, 2013: 80). O Plano abrangia os Municípios de Maputo e da Matola e parte dos distritos vizinhos da província de Maputo, as áreas urbanas de Marracuene-Sede, Matola-Rio e Boane-Sede (PEAMM, 1999: vol. II, 1) (Fig. 178). A Ilha de Inhaca estava já abrangida pelo “Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Inhaca”

---

licenciamento de construção —, às quais nem a Lei de Terras (Decreto-lei n.º 19/97, de 1 de outubro), nem o RGEU (Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960; com muitos artigos desatualizados face às novas dinâmicas de expansão da cidade) conseguiam dar resposta (PEAMM, 1999: vol. I, X-2).

A Lei n.º 11/97, de 31 de maio, no seu Art.º 24, pontos 1 e 2, remetia para as “autarquias locais a competência de elaborar e aprovar os planos de ordenamento do território ou dos planos de estrutura, de urbanização (gerais e parciais) e os planos de pormenor, bem como delimitar e aprovar as áreas prioritárias de desenvolvimento urbano, com referência aos planos nacionais e regionais e às políticas sectoriais de âmbito nacional” (PEAMM, 1999: vol. I, X-3). No entanto, não indicava “instrumentos normativos referentes a metodologias e procedimentos adequados para o planeamento e gestão do solo”, nem “uma definição clara das competências para a elaboração e implementação dos diferentes programas de investimento e de desenvolvimento necessários para a área urbana” (PEAMM, 1999: vol. I, X-2).

A responsabilidade na área específica do planeamento urbano, implicava a reestruturação da gestão do meio urbano, da gestão de terras, dos próprios recursos humanos dos municípios e de vários sectores até aí sob as tutelas do Ministério da Agricultura, do Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental ou do Ministério do Interior (PEAMM, 1999; vol. I, X-5 ss.).

<sup>231</sup> Nos Municípios de Maputo e da Matola não existia um registo atualizado de cadastro, nem o levantamento de áreas não planeadas. O cadastro não incluía sequer o registo de alguns planos parciais de urbanização que tinham sido implantados sob coordenação municipal (só na cidade de Maputo tinham sido elaborados mais de 26 planos parciais, que não estavam registados) (PEAMM, 1999: vol. I, X-2). Veja-se PEAMM, 1999: vol. I, X-21 - X-22.

<sup>232</sup> Para uma análise do PEAMM, veja-se PEUMM, 2008: vol. I, 238-239; Macucule, 2010: 80-88.

(elaborado em 1990 pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico), tendo este sido integrado no PEAMM (PEAMM, 1999: vol. II, 1).



Figura 178: Área abrangida pelo PEAMM. Fonte: PEAMM, 1999: vol. I, I-2.

O documento tomou a forma de vários planos sectoriais, programas e estratégias, com enfoque, sobretudo, nos aspetos mais diretamente relacionados com as administrações autárquicas (PEAMM, 1999: vol. II, 1). Os principais temas abordados, conforme os termos de referência do plano, foram os da habitação<sup>233</sup> e do uso do solo, do meio ambiente, de gestão e planeamento, de transportes, infraestruturas e equipamentos sociais (PEAMM, 1999: vol.II, 1). Além do aprofundamento destes temas, no decorrer da elaboração do plano foram desenroladas atividades de formação aos técnicos apontados pelas administrações locais (PEAMM, 1999: vol. V, 4).

As questões chave foram abordadas da seguinte forma:

a) Habitação e Zonamento do uso do solo. O Plano previa a delimitação de reservas de solo para responder à expansão demográfica. Tomando por base a informação do Censo de 1997, foram consideradas várias categorias de uso (residencial, comercial e de serviços, equipamento social, industrial, agrícola, especial e de proteção

<sup>233</sup> Sobre a análise relativamente ao sector da habitação em Maputo, desde a Independência até à década de 1990, veja-se PEAMM, 1999: vol. I, VIII-4 - VIII-6.

ambiental), promovendo uma estrutura urbana policêntrica. Seriam fomentadas as atividades “de comércio, serviços e o uso residencial em 18 sub-centros de importância distrital e 4 de nível metropolitano, sendo estes últimos nós de transportes regionais e intra-urbanos” (Macucule, 2010: 81).

Entre os vários objetivos desta proposta, estava o descongestionamento da área central da cidade de Maputo, através da criação de novos centros funcionais e da dinamização de vários potenciais centros. Antecipava-se também, a procura de solo com reservas para habitação, indústria e uso agrícola (o estudo indicava que as áreas alocadas para as atividades económicas excediam a procura prevista, não havendo necessidade de ampliá-las (PEAMM, 1999: vol. V, 6)). Para a formalização destes pontos serviam dois mecanismos: a disponibilização de terrenos para investimentos de particulares com poder económico, sujeitos às condicionantes de uso do Plano; e a demarcação de terrenos por parte do Estado para usos específicos, inclusive para habitação para a população de baixa renda. Neste sentido, previa-se o faseamento da ocupação da zona de expansão e um plano para a realocação da população por bairros, quando se justificasse, por exemplo, (i) a criação de servidões de utilidade pública nos arredores de equipamentos; (ii) reduzir a densidade populacional em áreas sem infraestruturas, libertando espaço para a implantação das mesmas; e (iii) a deslocação de áreas impróprias para habitação, em zonas de risco ambiental e natural (nos Bairros Polana Caniço A e B e no Distrito Urbano N.º 3 da cidade de Maputo).

A proposta de zonamento do uso do solo, assumia o bairro como unidade territorial de referência, propondo densidades alvo em cada bairro<sup>234</sup>. Para a implementação do Plano, no referente a habitação e uso do solo, foram previstas três fases. Na primeira, previa-se: a) a criação e consolidação das instituições

---

<sup>234</sup> Veja-se Macucule, 2010: 82.

metropolitanas; b) a definição de planos diretores distritais; e c) o estabelecimento da estrutura financeira para a implementação do Plano (que implicava a melhoria dos sistemas de contabilidade e gestão financeira, a reforma do cadastro de imóveis e a atualização das taxas para adjudicação de terrenos). Na segunda fase, previa-se “o início da implementação das bases estratégicas e regulamentares do plano, de acordo com as prioridades definidas na primeira fase e a revisão do plano volvidos cinco anos” (Macucule, 2010: 82). Finalmente, para a última fase, de médio e longo prazo, previa-se a criação das principais infraestruturas de alçada municipal, com a abertura de frentes de urbanização combinadas à escala metropolitana (Macucule, 2010: 82).

b) Plano de Transportes, Infraestruturas e Equipamentos, a ser implementado em três grandes fases. A primeira, através da recuperação do sistema viário existente e da sua gestão, bem como através de

[...] medidas de gestão do tráfego urbano [...], etc., melhoria do serviço de transporte público com o alargamento da frota e dos Transportes Públicos de Maputo (TPM) de forma a atender toda a área metropolitana, [...], promover interfaces intermodais entre os TPM e os serviços de caminhos de ferro na periferia (criação de estações suburbanas) que operariam apenas nas horas de ponta. (Macucule, 2010: 83)

Nos programas a médio ou longo prazo (2002-2010), previa-se a construção de novas vias de penetração nos bairros “informais”, a ligação Av. de Angola - Av. FPLM, a construção da Av. Perimetral Norte, a construção da Av. Norte-Sul e de vias secundárias em zonas de expansão urbana, precedendo a novos atalhoamentos. Finalmente, nos programas a longo prazo (com implementação após 2010), previa-se a construção da ponte urbana Maputo-Catembe; a Ponte rodoviária Matola-Catembe; a Estrada para a Namaacha e a Ferrovia Leve (PEAMM, 1999: vol. V, 17). Para além dos equipamentos sociais, foram tratadas as áreas das infraestruturas de saneamento básico e

drenagem, recolha e tratamento de resíduos sólidos, água, telecomunicações, eletricidade, etc.

O PEAMM não tratava em específico o conjunto da Baixa de Maputo, mas apontava medidas gerais para a sua reabilitação, considerando prioritárias tanto a recuperação e melhoria das condições urbanas da cidade, em estado bastante precário, como a sua expansão física (PEAMM, 1999: vol. V, 12).

Um grande esforço deverá ser feito para a sua recuperação [da cidade] durante a próxima década, inclusive para a absorção de 800 mil habitantes a mais, e para a melhoria das condições de vida actuais. Isso exigirá um enfoque maior na recuperação e melhoria das infra-estruturas e equipamentos urbanos, além da abertura de novas áreas residenciais. Estas providências deverão ter preferência à proposição de projectos mais ambiciosos, como a construção da ponte e expansão para Catembe ou a criação de novas cidades-satélites. (PEAMM, 1999: vol. V, 12)

Para a “cidade de cimento”, relativamente ao saneamento básico e drenagem, previa-se a “Reabilitação e manutenção da rede mista da Baixa”<sup>235</sup> (a bacia da Baixa usava um sistema misto de águas residuais e pluviais), a “Prevenção da descarga de esgotos não tratados na baía de Maputo” e a “Consciencialização da população sobre normas de higiene e de saneamento básico” (PEAMM, 1999: vol. V, 18). Para a gestão dos resíduos sólidos, considerando que o sistema de recolha abrangia, de forma bastante precária, apenas a “cidade de cimento”<sup>236</sup> e a descarga era feita em locais impróprios, previa-se a criação de uma empresa intermunicipal para a construção e gestão de um aterro sanitário comum e o encerramento das várias lixeiras. Foram previstos também,

---

<sup>235</sup> Apenas o sistema de esgotos sanitários na área da Polana-Sommerschield funcionava adequadamente. Com a exceção da bacia da Polana-Sommerschield e da bacia central, que acabavam na estação de tratamento do Infulene, todos os efluentes e esgotos (não tratados) escoavam na Baía de Maputo (PEAMM, 1999: vol. V, 7-8).

<sup>236</sup> Sobre as graves dificuldades ambientais e de saúde pública criadas pela falta de aterros sanitários adequados nos dois municípios e de um sistema de gestão de resíduos sólidos, veja-se PEAMM: vol. V, 10, 16.



vários melhoramentos na gestão da lixeiras municipais, no sistema de recolha do lixo e de limpeza do espaço público (PEAMM, 1999: vol. V, 18).

O sistema de parques, jardins públicos, áreas verdes e a arborização das ruas na “cidade de cimento”, estava muito degradado devido à falta de manutenção e à utilização desadequada. Prevvia-se a sua manutenção e a reserva, fora da “cidade de cimento”, de áreas para parques, jardins e áreas de recreação, bem como para instalações desportivas (mantendo as existentes) e para a instalação de bibliotecas distritais e escolares e equipamentos culturais e de lazer (que estavam concentrados no Distrito Municipal N.º 1).

A praia, constava, era pouco utilizada, fosse “por razões culturais, como pelo nível de poluição das águas” (PEAMM, 1999: vol. V, 8). Essa situação alterou-se entretanto radicalmente (ao longo da Av. Marginal e na Catembe, a procura é alta, alheia aos níveis de poluição, que se agravaram).

Não houve consenso entre as partes envolvidas neste processo. Em última análise, a falta de recursos técnicos, financeiros e de um enquadramento legal, não viabilizaram um entendimento intermunicipal e com o Governo Central para a implementação do processo de planeamento, gestão e aprovação do Plano Metropolitano. Segundo o próprio texto do Plano, o, à época, “recém-iniciado processo de privatização resultou num rápido desenvolvimento económico na região, que exig[ia] respostas técnicas, políticas e de gestão, em alguns casos para lá da capacidade da [...] [contemporânea] estrutura técnica e administrativa” (PEAMM, 1999: vol. II, 1). Essa capacitação foi considerada um pré-requisito essencial para a implementação do Plano<sup>237</sup> (PEAMM, 1999: vol. II, 1). Reconhecia-se que as autarquias não estavam preparadas para absorver as responsabilidades decorrentes da devolução de poderes

---

<sup>237</sup> Para a estratégia de implementação do PEAMM, veja-se PEAMM, 1999: vol. V, 14 ss.

(PEAMM, 1999: vol. V, 5). O PEAMM foi aprovado apenas pelo Conselho Municipal da Matola e em 2005, “uma deliberação do Conselho Municipal retirou qualquer validade desse Plano fazendo valer apenas as directrizes constantes no Plano de Urbanização de Lourenço Marques de 1969” (PEUMM, 2008: vol. I, 239).

Passada quase uma década, surgiu um novo Plano de Estrutura para a cidade de Maputo, atualmente em vigor, com impacto direto na formalização de um Plano Parcial de Urbanização para a Baixa. Durante as décadas de 2000 e a presente, desenrolaram-se vários estudos para essa área, abrangendo o velho eixo cívico da primeira expansão da cidade e alguns dos seus elementos mais significativos, como a Av. Samora Machel, a Praça da Independência ou o Jardim Tunduru. Tratarei desse argumento, que percorre as conformações do objeto de estudo no tempo recente, no capítulo seguinte.



### **3 CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA E DO AMBIENTE URBANO MODERNOS: A BAIXA DE MAPUTO**

#### **3.1 A CIDADE ATUAL (2008-2014)**

##### ***3.1.1 O Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (2008)***

Plano de Estrutura Urbana (PEU) - estabelece a organização espacial da totalidade do território do município [...], os parâmetros e as normas para a sua utilização, tendo em conta a ocupação actual, as infra-estruturas e os equipamentos sociais existentes e a implantar e a sua integração na estrutura espacial regional [...]. (Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho de 2008, 22 — *Regulamento da Lei de Ordenamento do Território*).

No final da década de 2000, o Conselho Municipal de Maputo aprovou o “Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo” (PEUMM) (2008) — a vigorar por um prazo de 10 anos —, e os Planos Parciais de Urbanização (PPU) dos bairros mais a norte da cidade (2010). Seguiu-se a elaboração do PPU da Baixa (PPUBaixa) (aprovado pela Assembleia Municipal em novembro de 2014).

A elaboração do PEUMM “foi tomada pelas razões evidentes da sua necessidade”, numa tentativa de “responder com urgência e exemplaridade às orientações da Lei do Ordenamento do Território”<sup>1</sup> (PEUMM, 2008: vol. II, 35) que

---

<sup>1</sup> A Lei do Ordenamento do Território e o seu Regulamento (Lei n.º 19/2007 de 18 de julho e Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho, respetivamente), o Regulamento do Solo Urbano (Decreto-Lei n.º 60/2006, de 26 de dezembro), e a Lei de Terras e o seu Regulamento, tornaram obrigatória a atividade de planificar o uso da terra aos diversos níveis administrativos territoriais. O Regulamento da Lei de Ordenamento do Território, no seu Art.º 8, estabelece o prazo máximo de dois anos, a contar da data da sua publicação, para dar início à elaboração dos Planos Distritais de Uso da Terra e dos Planos de Estrutura Urbana (Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho de 2008, 23).

lhe deu enquadramento jurídico. O PEUMM surgiu na sequência da implementação do Programa de Desenvolvimento Municipal (PROMAPUTO) em 2007, com a duração de dez anos, cofinanciado pelo Banco Mundial (BM) e outros doadores. Esse programa,

[...] visa melhorar a cobertura e a qualidade dos serviços municipais, através do fortalecimento institucional e do aumento da capacidade financeira, destacando-se várias ações ao nível dos serviços de limpeza, dos sistemas de saneamento e drenagem e das infraestruturas viárias, [...]. [...]

Após uma análise abrangente da capital, o ordenamento do território centra-se em propostas de zonamento e novas centralidades, no estabelecimento de condicionantes e de um esquema de mobilidade urbana, baseado em vias principais, nós e terminais de transportes públicos. Alguns aspectos identificados e previstos (como a nova centralidade do Zimpeto, a ponte para a KaTembe e a Circular) estão a materializar-se lentamente, mas outros foram ultrapassados ou desvirtuados pelo real crescimento da cidade, à semelhança de planos anteriores. Jenkins (2012) associa essa situação ao facto do PEUMM

---

Os instrumentos de ordenamento territorial previstos pela lei respondem a uma hierarquização vertical (de nível nacional, provincial, distrital e autárquico). É da competência dos municípios a elaboração e aprovação de instrumentos de ordenamento do território sob a sua administração. Constituem instrumentos de ordenamento territorial ao nível autárquico: o Plano de Estrutura Urbana (PEU); o Plano Geral de Urbanização (PGU); o Plano Parcial de Urbanização (PPU); e o Plano de Pormenor (PP) (Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho de 2008, 22).

A Lei n.º 2/97 de 18 de fevereiro, estabeleceu o quadro legal para a implantação das autarquias locais, a saber:

O Art.º 45 (Competências da Assembleia Municipal) atribui à Assembleia Municipal competência para aprovar o Plano de Desenvolvimento Municipal, o Plano de Estrutura e restantes planos de ordenamento do território, bem como, normas e regulamentos referentes à urbanização e construção.

A Lei n.º 11/97 de 31 de maio, nos seus Art.ºs 24 e 27, determina a competência das autarquias para a elaboração e aprovação de planos de desenvolvimento, de ordenamento territorial e Planos de Estrutura, Gerais e Parciais de Urbanização. Os planos são elaborados em coordenação com a Administração Central sendo que, os planos de desenvolvimento e ordenamento do território carecem de ratificação do Governo Central e publicação respetiva no BR.

O Decreto-Lei n.º 60/2006, de 26 de dezembro, “[a]prova o Regulamento do Solo Urbano: O regulamento aplica-se às cidades e vilas legalmente existentes e nos assentamentos ou aglomerados populacionais organizados por um plano de urbanização” (PEUMM, 2008: vol. I, 232).

A Resolução N.º 18/2007, de 30 de maio, aprova a Política do Ordenamento do Território, que “[...] visa contribuir para o pleno aproveitamento dos recursos [...], através da compatibilização das políticas sectoriais, e da coordenação das acções de Planeamento nas várias escalas geográficas, e entre os diversos níveis de administração pública [...]” (PEUMM, 2008: vol. I, 231).

A Lei n.º 19/2007, de 18 de julho, procedeu ao enquadramento jurídico da Política do Ordenamento do Território, estabelecendo as bases legais do regime dos instrumentos de ordenamento do território.

O Regulamento da Lei do Ordenamento do Território (Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho), define os níveis de intervenção: (a) Nacional, b) Provincial, c) Distrital e d) Autárquico) e os instrumentos de ordenamento territorial.

continuar a adotar uma abordagem *top-down*, muito centrada no papel do Estado ao nível do desenvolvimento urbano, privilegiando ambiciosas aspirações físicas e pouco considerando necessidades sociais, tendências demográficas, a real base económica para a sua implementação e questões de natureza metropolitana. (Melo, 2013: 80)

O PEUMM foi apresentado em 4 volumes, sendo que o primeiro — “Análise da Situação Atual do Município de Maputo”, corresponde ao inventário, análise e diagnóstico da situação existente, a partir de dados estatísticos abrangentes sobre o crescimento, distribuição e incremento relativo da população por bairros no período pós-independência; e à caracterização do desenvolvimento da estrutura física, socioeconómica e cultural da cidade — constitui um documento extremamente relevante para o entendimento da transformação rápida recente da cidade, em várias frentes.

O enfoque da análise da situação atual foi colocado no enquadramento histórico do crescimento da cidade em contexto colonial; no crescimento urbano da cidade no período pós-independência; na caracterização demográfica, sociocultural e económica dos habitantes do Município; na distribuição dos equipamentos públicos e privados, das áreas de recreação, dos serviços e comércio, e da oferta de transportes e infraestruturas urbanas; nas condições de vida dos habitantes, nomeadamente nas condições de habitabilidade e na oferta de emprego — e do papel do sector informal na criação de emprego —, na caracterização do parque imobiliário e das infraestruturas, entre outros.

A análise relativa ao mosaico sociocultural atual da cidade, refere que este tomou forma

[...] a partir duma interação entre a grande maioria africana local (98%) com uma inicialmente significativa influência portuguesa e indo-islâmica, que ficou

reduzida a taxas menores a 1% após a independência. [...] Por factores históricos, valores e práticas ditos tradicionais coexistem com as chamadas modernas no espaço urbano, moldando de forma peculiar a cultura e a vida urbana. O casamento tradicional coexiste com o casamento civil no Palácio dos Casamentos. A “Medicina Tradicional” (altamente consumida no espaço urbano) coexiste com a dita medicina moderna. A produção industrial têm seu paralelo na produção artesanal ou agrícola de subsistência. O mercado formal convive com o “informal” (os centros comerciais próximos das barracas). A cidade de “cimento” e a cidade de “caniço”, a flat e a palhota. Estes e outros aspectos fazem desta cidade um fenómeno urbano tipicamente híbrido, [...].

A cidade é também enriquecida pelos diferentes grupos étnicos que a compõem. Com um forte predomínio da língua Tsonga, o Xironga (e as suas variantes) é a língua nativa mais falada, junto com o Xichangana. [...] E como seria de esperar, [todos estes grupos] têm formas próprias de ocupar e lidar com o espaço. [...] (PEUMM, 2008: vol. I, 106)

A população local imigrante é originária em cerca de 62% de Gaza e Inhambane, e reside principalmente nos bairros periféricos, onde encontrou espaço ou acolhimento, edificando casas símeles às que tinha no campo, organizadas, tal como no mundo rural, com a *machamba* (espaços de produção agrícola) (PEUMM, 2008: vol. I, 106). Os vários hibridismos da cultura urbana, “são a materialização do sincretismo e interação entre o mundo urbano de origem colonial e ocidental, que lhe serve de referência, e o mundo rural moçambicano, principal origem dos seus habitantes”, afastando-se progressivamente das referências rurais, sem contudo seguir os padrões citadinos do “centro” (Melo, 2013: 82).

De entre os vários dados apresentados pelo PEUMM, na análise da estrutura urbana e sua infraestruturação, é evidente e problemática a assimetria no acesso a infraestruturas entre os vários distritos municipais. Os dados da UN-Habitat (2008: 6) apontam para 70% dos habitantes a residir em áreas semiurbanizadas. A dependência da população do Município em relação à área central (a única com infraestruturação

urbana completa, onde se concentram os serviços públicos e os locais de trabalho), e da área central relativamente à população dos subúrbios, é confirmada pelo intenso fluxo pendular diário entre o centro e os bairros periféricos, onde vivem cerca de 800.000 pessoas, ou seja, “ $\frac{3}{4}$  partes da população, de quem a cidade depende para funcionar como grande organismo de vida colectiva” (PEUMM, 2008: vol. II, 15). O centro urbanizado, com uma escala reduzida face à “cidade do caniço”, sofreu poucas alterações desde o período colonial, e

[...] apesar da degradação e saturação de algumas áreas e das crescentes novas intervenções de que tem sido palco, continua a constituir-se essencialmente como herança portuguesa ao nível: da sua malha urbana hierarquizada e [...], do traçado viário regular, do património edificado desde o período de expansão até ao Movimento Moderno, das suas praças, parques e jardins e do seu reconhecimento enquanto tal por parte da população. (Melo, 2013: 82)

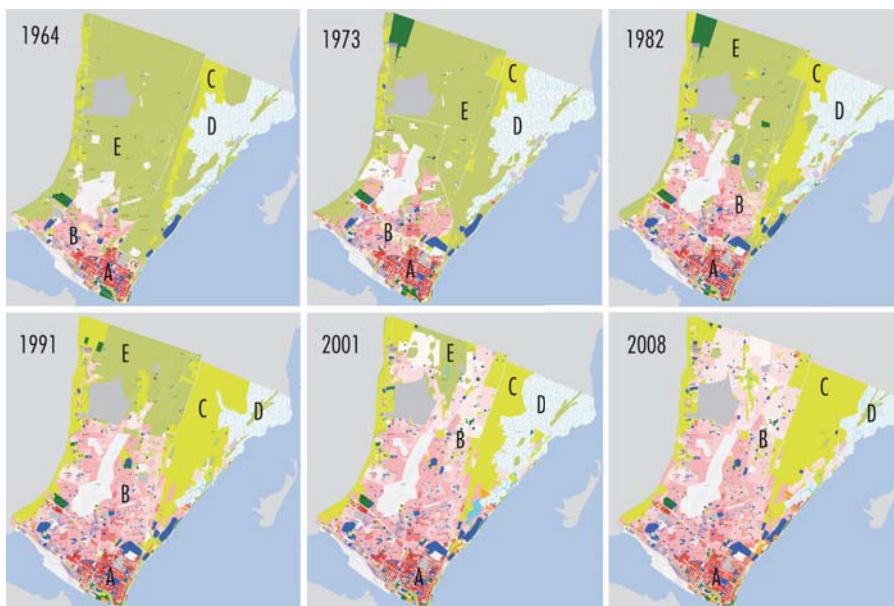


Figura 179: “Centro urbanizado e evolução das áreas semiurbanizadas de Maputo. Legenda: A = Centro urbanizado; B = Áreas semiurbanizadas; C = Áreas de atividade económica; D = Áreas húmidas e inundáveis; E = Outras áreas naturais, seminaturais, de lazer e vazias”. Fonte: Melo, 2013: 82.

Concentrando-se esta parte do texto na avaliação de medidas relativas à conservação do património edificado da “cidade de cimento” (com enfoque na Baixa)



e, de sequência, numa pequeníssima porção da cidade de Maputo, é por demais evidente que a valorização e a requalificação dessa área não pode ser encarada à margem da grande cidade, da realidade dos seus habitantes, dos recursos disponíveis e da capacitação das autoridades locais (tal como referem as principais cartas de património, e.g., a Carta de Cracóvia 2000). A pesquisa e análise do quadro complexo dos bairros das extensas áreas suburbanas e periurbanas da cidade de Maputo têm sido objeto de investigação recente por equipas interdisciplinares<sup>2</sup> (e.g., CEDH, 2006; Oppenheimer e Raposo, 2008; Anderson e Jenkins<sup>3</sup>, 2009-2011; Jenkins, 2013) e no âmbito de programas de doutoramento<sup>4</sup> (e.g., Costa, 2007; Raposo *et al.*, 2012; Viana, 2008; 2012; Melo, 2013; Melo e Viegas, 2014), sendo matéria específica (e área urbana) que extrapola largamente o enfoque desta investigação.

A conservação da Baixa — com características de composição de desenho urbano e arquitetónico, construtivo e de infraestruturas, com interesse histórico, estético e cultural específicos —, passa também pela definição de um Plano Parcial de Urbanização (PPU) e de um Plano de Pormenor (PP) que leve em conta as orientações

---

<sup>2</sup> Das várias investigações académicas em curso, ou concluídas recentemente, com enfoque nos espaços periurbanos da cidade de Maputo, refiro o projeto de investigação exploratória “Aspirações Urbanas em Moçambique Colonial/Pós-Colonial: O Governo da Divisão Desigual de Cidades, 1945-2010” (2013-07-01 - 2014-06-30) coordenado por Tiago Castela (CES/Universidade de Coimbra), financiado pela FCT (EXPL/ATP-EUR/1552/2012 - FCOMP-01-0124-FEDER-027615); e “Subúrbios habitacionais no espaço da lusofonia: novos paradigmas urbanísticos” coordenado por Isabel Raposo (FA/ULisboa), financiado pela FCT (PTDC/ATP-EUR/4932/2012).

<sup>3</sup> O projeto de investigação *Home Space Maputo* (inserido no programa de investigação *Home Space in African Cities*, financiado pelo *Danish Research Council for Innovation 2009-2011*), com a coordenação de Anderson e Jenkins, deu origem a vários relatórios sobre cidade de Maputo, que reúnem estudos aprofundados sobre o contexto urbano (com enfoque no período pós-independência), a evolução histórica da estrutura urbana da “cidade de cimento” e a evolução recente das áreas periurbanas (e relativos programas de urbanização e “desenvolvimento”), caracterização sociocultural e económica; políticas urbanas, etc., veja-se Costa e Biza, 2012; Anderson, 2012a; 2012b; Jenkins, 2012a; 2012b.

<sup>4</sup> Refiro algumas teses de doutoramento a decorrer ou recentemente concluídas em Portugal, em Urbanismo: “A produção recente de periferia urbanas africanas. Discursos, práticas e configuração espacial: Maputo versus Luanda e Joanesburgo” (2015), de Vanessa de Pacheco Melo; e “A transformação de áreas peri-centrais auto-produzidas de Lisboa e Maputo: entre a renovação e a qualificação”, de Sílvia Jorge, iniciada em 2011, ambas no Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; e em Arquitetura, “Formalidades da Habitação ‘Informal’, em bairros pericentrais da cidade de Maputo”, de Jessica Canotilho Lage, iniciada em 2014 na FAUP (todas com a orientação de Isabel Raposo).

gerais e as condicionantes apuradas pelo PEUMM e responda às condições de facto<sup>5</sup> para a valorização, utilização e usufruto dessa área. A nível normativo, é evidente a falta de um regulamento para o património edificado e de condições para a sua implementação (nomeadamente, capacitação de recursos humanos no Conselho Municipal e no Ministério da Cultura para avaliação e fiscalização de projetos<sup>6</sup>); bem como, a necessidade de proceder à classificação do património edificado (inclusive do conjunto da Baixa, visto que a sua classificação genérica pela Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, não deu seguimento a uma definição legal dos limites da área abrangida) e ao registo/tombo desse património. Existe uma lista de elementos classificados e em vias de classificação que aguarda aprovação do Conselho de Ministros há alguns anos, e que é, no mínimo, pouco expressiva da herança material da cidade, que deve ser estudada, divulgada e protegida.

No que toca à administração e planeamento urbano e conservativo, têm sido vários os problemas identificados nesta área da cidade (para além dos ligados à falta de quadros técnicos e enquadramento legal específico, já mencionados): a) congestionamento do tráfego automóvel e falta de estacionamento; b) ineficácia na

---

<sup>5</sup> Como afirma Adolfo Yáñez Casal, “Os processo e os projectos de desenvolvimento quase nunca são pensados e elaborados a partir de uma realidade local e para desenvolver uma realidade local, tendo em conta a sua história, os seus recursos humanos e naturais. O erro, como nota José Maria Cabral Ferreira, não é apenas, do sistema administrativo, do controlo central, da colonização por agentes públicos ou privados, vindos do exterior; com frequência são os autóctones, os que vivem de costas para a sua própria realidade de origem, pensado o futuro por assimilação a outras terras e modelos, que se reputam, acriticamente ‘desenvolvidos’ [...]” (Casal, 1998: 379).

<sup>6</sup> Assumindo que se materializem os recursos para um programa de reabilitação da Baixa, devem ser criados mecanismos que tornem o Ministério da Cultura e o Conselho Municipal capazes de implementar o PPU e fazer cumprir a legislação do património, dotando-os dos meios necessários e suficientes para continuar o processo de inventariação dos bens culturais, sua incorporação no processo de planeamento urbano e divulgação. Quanto à situação dos bens culturais, e no que toca a medidas necessárias e prioritárias para a beneficiação da estrutura administrativa de tutela e gestão do património edificado, tal como refere um documento publicado pelo CEDH (2006: 48), a primeira prioridade é “a criação e a institucionalização de competência interna para o planeamento e para conduzir, monitorar e realizar a aplicação dos instrumentos de planeamento, [...]” que se materializem em “[c]apacidade técnica e administrativa dentro do município [e dentro do Ministério da Cultura]; Condições logísticas e materiais para o trabalho dos técnicos e para os serviços encarregados do planeamento [e da tutela do património]; Apoio técnico e apoio legal; [...]”

recolha e gestão de resíduos; c) falta de espaços adequados (e infraestruturas sanitárias) para o comércio de rua, considerando que o “sector informal não vai desaparecer porque é resultado de uma situação conjuntural” (PEUMM, 2008: vol. III, 5); d) degradação das infraestruturas urbanas — inclusive do sistema de drenagem de águas superficiais e de águas residuais, que afeta sobremaneira a área da Baixa —; entre outros. Note-se, no entanto, que o investimento público e privado nas zonas urbanizadas é muito superior àquele despendido na consolidação e urbanização dos bairros periurbanos, onde o aumento populacional continua a processar-se de forma mais acelerada e os problemas materiais são muito mais complexos (Raposo *et al.*, 2012: 191).

A elaboração e a aprovação de instrumentos de ordenamento territorial de nível autárquico para a Baixa da cidade de Maputo e de normativas para o património edificado encontra-se em curso, caso do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (PPUBaixa), concluído no final de 2014 (aguarda ratificação e publicação), e do “Regulamento de Proteção dos Bens Culturais Imóveis”, que se encontrava em elaboração no Ministério da Cultura (com o apoio da FAPF-UEM e de outros consultores externos) no final de 2014. Não foi possível avaliar, dentro do espaço temporal de elaboração deste trabalho, o reflexo dos mesmos. Foi possível, no entanto, tomar conhecimento das suas orientações e definições, tornarei a este assunto adiante.

É a “cidade de cimento” e, em grande parte a Baixa, que constitui o campo de ação da estratégia de sobrevivência de uma parte significativa dos habitantes do Município. E essa sobrecarga de utilização crescente, que ocorre desde as primeiras horas da madrugada até ao pôr-do-sol, muito dificilmente encontrará uma resposta

funcional sustentável que não aposte na redução das disparidades entre a “cidade de cimento” e a cidade “outra”. Esse requisito, que em bom termo dá voz a uma demanda histórica por maior justiça social, foi ponto firme em todos os planos urbanísticos elaborados no período pós-independência. A realidade, porém, desautoriza essas exigências. O investimento privado — no qual o Governo aposta para a intervenção em áreas prioritárias, como a requalificação urbana, os transportes e a habitação para a população de renda baixa (PEUMM, 2008: vol. III, 5-6) —, e a especulação imobiliária, concentram-se de forma predatória na cidade infraestruturada e apontam ao mercado de renda alta, tornando incerto o futuro da importante herança arquitetônica da cidade (em risco de desaparecer) e da justa pretensão dos habitantes das áreas informais por melhores condições de habitabilidade e expectativas de vida (emprego, educação, assistência sanitária, etc.).

Sob um Estado reconfigurado com várias fragilidades de atuação, a lógica da produção capitalista do espaço assume um papel cada vez maior, respondendo a aspirações que se enquadram em modelos de referência internacionais, difundidos sob uma grande variedade de fluxos de influência, nas quais as lusófonas se esbatem. Se, por um lado, os problemas urbanos mais prementes da maioria da população da capital continuam por atender, por outro, vai-se comprometendo o legado da “cidade portuguesa”. (Melo, 2013: 87)

Segundo a proposta do PEUMM, tornava-se imperioso aumentar a densificação de todo o tecido urbano, visto que a capacidade de absorção de mais pessoas na cidade associada à pressão da especulação imobiliária, estava já bastante reduzida (PEUMM, 2008: vol. II, 23). Essa densificação, segundo o PEUMM, impunha modelos habitacionais que apesar de ainda não serem inteiramente praticáveis do ponto de vista técnico, cultural e económico para a maioria da população, não deveriam justificar o abandono da estratégia de densificação. Mas,

pelo contrário, motivar, tão cedo quanto possível, a promoção de novos modelos de ocupação do espaço urbano “e de formas de habitar que provem aos cidadãos as vantagens que trás [sic], para todos, uma forma de viver mais distanciada dos estereótipos rurais que, ainda hoje são, defendidos como um traço cultural incontornável da nossa população urbana” (PEUMM, 2008: vol. II, 23).

O que se confirmou, entretanto, foi a pressão da especulação imobiliária na “cidade de cimento”, alheia às condições “culturais” ou “económicas” da grande maioria dos habitantes, mas atenta às novas aspirações socioeconómicas e culturais de um segmento preciso da sociedade moçambicana (a classe média alta), veiculadas em contexto de globalização. Ou seja, novos e variados produtos arquitetónicos e urbanísticos de cariz internacional sob influências várias, pouco atentos às exigências do clima, às limitações das infraestruturas existentes, à capacidade de manutenção corrente, à segurança contra incêndios, com grande impacte no território, promovidos sobretudo por investidores privados, em áreas perfeitamente consolidadas, mas não só. Esta densificação faz-se sobretudo pela substituição de moradias de poucos pisos em bairros residenciais, ou em lotes desocupados, com maior incidência na Polana e no Bairro Central e ao longo das principais avenidas, ou ao longo da Marginal. A tendência atual na imobiliária, na área central, é para projetos isolados nos seus talhões, sem um planeamento integrado, verificando-se um aumento considerável na densidade, com um crescimento localizado, com predominância para o comércio e os escritórios (cerca de 66% da construção prevista, segundo o diagnóstico do PPUBaixa). Assim como refere, Vanessa Melo,

[...] as ações desenvolvidas numa lógica de mercado por investidores privados, nacionais e internacionais (destacando-se portugueses, brasileiros, chineses e sul-africanos), assumem um peso cada vez maior, principalmente no centro

urbanizado, exercendo uma crescente pressão imobiliária sobre as áreas semiurbanizadas mais próximas e também já nas mais afastadas. Assiste-se, por exemplo: à construção de edifícios administrativos, de serviços (centro) e residenciais para classes média e alta (centro, Costa do Sol e Zimpeto), [...]; e à implementação de grandes superfícies comerciais, equipamentos e infraestruturas viárias. No centro, as novas edificações individuais integram-se na malha urbana existente ou implantam-se em áreas não edificadas no período colonial (declivosas ou com um nível freático elevado), [...]. O edificado pode ou não substituir construções mais antigas e rompe com a imagem da “cidade portuguesa” pela arquitetura de cariz internacional adotada e pela maior verticalização. (Melo, 2013:81)

No último ano, o licenciamento de novos blocos de habitação e serviços, com cêrcas entre os 20 e os 40 andares, superou a centena e prevêem-se outros tantos no futuro imediato. A densificação do centro, com vista ao lucro, agrava a sustentabilidade da cidade e a segregação socioespacial — as infraestruturas existentes não acompanham a sobrecarga de utilização e os novos complexos habitacionais apontam sobretudo às classes de renda alta. O panorama urbano aponta para a existência de várias iniciativas, promovidas por atores nacionais e internacionais, com escalas e níveis de atuação diversos, onde o planeamento e a gestão urbanos deixaram (há muito) de ser da inteira responsabilidade das instituições públicas (Melo, 2013: 81). Segundo Vanessa Melo, servindo-se das palavras de José Forjaz, o que se verifica é que “não há capacidade efetiva de coordenação dos diferentes atores e as iniciativas não têm um objetivo definido de conjunto”, ou seja, não há coerência “entre princípios ideológicos e a aplicação prática e um compromisso político relativo aos complexos problemas urbanos existentes, que continuam sem resolução” (Melo, 2013: 81-82).

A elaboração do PEUMM foi levada a efeito com a assessoria de vários especialistas de vários departamentos da UEM, a coordenação do Centro de Estudos e

Desenvolvimento do Habitat (CEDH), sediado na FAPF-UEM, e o apoio do Banco Mundial. O coordenador geral do Gabinete de Elaboração do Plano de Estrutura do Município de Maputo foi o arquiteto José Forjaz, à época diretor da FAPF-UEM. O documento assume-se como “o primeiro plano de ordenamento urbano elaborado pelo próprio município, e exclusivamente por especialistas e técnicos moçambicanos” (PEUMM, 2008: vol. I, 7). E acentua, a importância deste processo “para a criação de capacidade autónoma no país para a solução dos seus próprios problemas urbanos” (PEUMM, 2008: vol. I, 7).

O PEUMM, elaborado a partir das informações e das estratégias estabelecidas pelo próprio Município, respondendo às prescrições da Lei e do Regulamento do Ordenamento do Território, pretendia ser um documento “de carácter geral e orientador de elaborações mais prescritivas ao nível espacial e de pormenor” (PEUMM, 2008: vol. I, 7). Foi sobretudo esse aspeto a interessar esta pesquisa, uma vez que foi a partir das definições do PEUMM que foram identificadas áreas prioritárias a serem objeto de Planos Parciais de Urbanização, entre elas, o conjunto da Baixa, englobado no “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”.

O PEUMM prescreve uma política de desenvolvimento urbano que procure assegurar aos cidadãos o seu direito fundamental à urbanidade (PEUMM, 2008: vol. I, 6). Direito que, segundo o documento, “condições históricas fazem com [...] não possam ser ainda assegurados a todos os habitantes das [...] cidades em geral e do Maputo em particular” (PEUMM, 2008: vol. I, 8). E que, em última análise dependem “da evolução sociopolítica, económica e cultural do país, para o qual a cidade contribui apenas parcialmente e do qual ela é o reflexo” (PEUMM, 2008: vol. I, 8).

O PEUMM, foi elaborado tendo como base as seguintes prioridades para a reestruturação do espaço urbano e ambiental e com vista a uma maior justiça social:

- reordenar os bairros informais;
- recuperar terreno para todas as actividades de intercambio, serviços e equipamentos públicos;
- densificar a ocupação do tecido urbano para evitar a continuação da ocupação desregrada do solo urbano;
- reservar áreas para repor o equilíbrio e assegurar a manutenção e o melhoramento da qualidade ambiental;
- estabelecer as condições necessárias à fluidez do trânsito e à mobilidade;
- promover a construção da habitação social;
- promover a diversificação das actividades e funções urbanas, evitando a suburbanização e a segregação espacial e ambiental das camadas sociais mais desfavorecidas;
- reduzir as assimetrias sociais e dos privilégios na escolha de locais para a distribuição das redes de infra-estruturas de serviços e de equipamentos (Artigo 43 j do Regulamento da LOT). (PEUMM, 2008: vol. I, 7-8)

As ações prioritárias foram explicitadas na informação cartográfica (“Cartas da situação atual do uso do solo urbano” e “Cartas que definem os usos futuros e as suas condições de uso do solo urbano”), bem como num conjunto de normas que servem como indicações gerais, vinculantes e que estabelecem os parâmetros quantitativos a obedecer pelos Planos de Urbanização e de Pormenor, em coerência com os objetivos do PEUMM. O texto acentua a prioridade absoluta das operações de requalificação dos bairros informais — impondo o faseamento dessas operações e a calendarização da elaboração e implementação dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor — relativamente às restantes operações de planeamento prioritárias previstas (PEUMM, 2008: vol. II, 15). A urgência dessa ação, apoiava-se na análise da condição de desequilíbrio crescente e de segregação socioespacial provocadas pelas grandes assimetrias entre os bairros do Município e “condições de vida marcadamente diferentes e injustas” (PEUMM, 2008: vol. II, 15-16):



Relativamente à área central e em coerência com os estudos precedentes, o PEUMM considera “imperioso descongestionar a cidade consolidada” (PEUMM, 2008: vol. III, 6), acentuando a necessidade de preservar e valorizar o seu património monumental, cultural, natural e histórico, nomeadamente a área classificada da Baixa (PEUMM, 2008: vol. II, 31-32). Reconhece, também, que tanto na cidade urbanizada, como na cidade informal, existem edifícios e sítios únicos, importantes para a história da cidade e do país, que não foram ainda objeto de medidas de salvaguarda. Nesse sentido, o Regulamento do PEUMM estabelece medidas legais relativas aos elementos do património cultural e, em capítulo e cartografia específica, identifica elementos (edifícios, conjuntos e zonas naturais) que considera deverem ser imediatamente classificados. Contudo, e de acordo com a legislação em vigor, “o PEUMM não pode fazer muito mais do que exortar para que seja rapidamente passada legislação pertinente e para que se constitua no Conselho Municipal do Maputo um sector com a atribuição de estudar este problema” (PEUMM, 2008: vol. II, 32).

#### **3.1.1.1 Património edificado classificado inventariado**

O PEUMM, referia, situação que se mantém até hoje (2015), que ainda estavam em processo de elaboração e aprovação as normas para a intervenção e critérios de classificação do património, mas que alguns locais e imóveis tinham sido entretanto objeto de estudo por parte de instituições de tutela e de vários especialistas com o objetivo de proceder à sua classificação. Do conjunto de elementos inventariados no Município de Maputo, classificados ou em vias de classificação, o PEUMM refere os seguintes:

Centro Associativo dos Negros, Praça dos Heróis Moçambicanos, Estátua de

Samora Moisés Machel\*, Estátua de Eduardo Chivambo Mondlane, Monumento da I Guerra Mundial\*, Estação Central dos Caminhos-de-ferro de Moçambique\*, Imprensa Nacional\*, Prédio Pott\*, Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição\*, Casa de Ferro\*, Palácio da Ponta Vermelha, Casa dos Azulejos\*, Vila Algarve, Hotel Clube (Centro Cultural Franco Moçambicano)\*, Casa amarela (Museu da Moeda)\*, Museu de História Natural, Sé Catedral\*, Conselho Municipal\* e Mercado Central de Maputo\*, Restaurante 1908, Vila Jóia (Tribunal Supremo)\*, Casa Velha, Museu de Geologia, Ateneu Grego (Palácio dos Casamentos), Repartição da Fazenda (Biblioteca Nacional)\*, Edifício dos Correios\*, Rádio Clube de Moçambique\*, Igreja da Polana, *Leão que Ri e Bairro Chamanculo*. (PEUMM, 2008: vol. I, 171)

\*Edifícios situados dentro da “zona de proteção histórico-arquitetónica” da Baixa proposta pelo Estudo de 1984 da Secretaria de Estado da Cultura (Fig. 154).

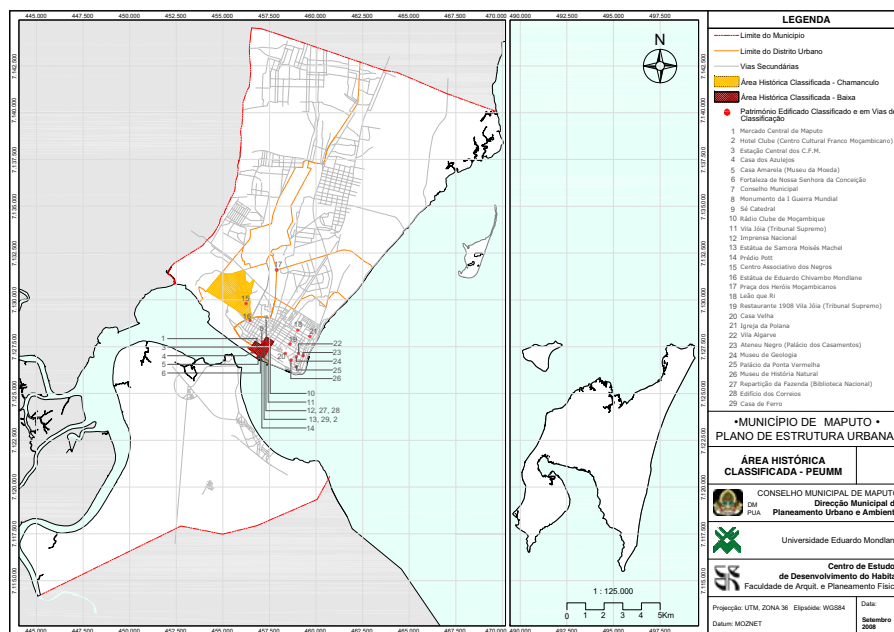


Figura 180: Carta da “Área Histórica Classificada — PEUMM”. Fonte: PEUMM, 2008. Estão assinalados os conjuntos da Baixa e do Chamanculo e vários elementos dispersos na cidade, apurados no inventário do património edificado levado a efeito durante a década de 2000 e propostos para classificação em 2010<sup>7</sup>.

A lista de edifícios, memoriais e conjuntos classificados e em vias de classificação que consta do PEUMM, foi editada sucessivamente no “Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação” (Lage e Carrilho, 2010),

<sup>7</sup> Cf. Lage e Carrilho, 2010.

ao qual se juntou o conjunto formado pelos bairros da Mafalala e Xipamanine ao já individuado conjunto do Chamanculo (Fig. 88) e o edifício das Telecomunicações de Moçambique (Fig. 168). Essa lista reformulada foi submetida à aprovação do Conselho de Ministros em 2010, não tendo sido aprovada, e corresponde aos 31 elementos propostos para classificação atualmente.

A partir de 2008, e na falta de um regulamento específico para o património, o Ministério da Cultura iniciou a elaboração do “Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel” (Macamo, 2014). O texto, ainda durante a sua elaboração, começou logo a ser usado em cursos de formação profissional de técnicos provinciais e distritais do sector da Cultura, com vista a criar uma maior familiarização com noções de património cultural, tipos e formas de atuação para a sua conservação e gestão (Artur, 2014: IX). Este processo aconteceu paralelamente ao projeto de Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo, que abordarei de seguida.

### **3.1.2 Edifícios, memoriais e conjuntos urbanos propostos para classificação (2010)**

No ano de 2009, a criação de um projeto de valorização do património edificado da cidade de Maputo, através da FAPF e com o apoio da Cooperação Itália-Moçambique, sistematizou a documentação “(recolha de procedimentos para identificar os documentos originais, esquemas de pesquisa incluindo a documentação fotográfica, notícias históricas, dados arquitectónicos, estado de conservação) de cerca de 200 edifícios de valor histórico, ambiental ou arquitectónico, localizados na cidade de Maputo” (Lage, 2010: 3), com vista à sua inventariação. Com este projeto pretendia-se a definição de uma metodologia para a “Classificação do Património

Edificado”, a formalização e submissão de uma proposta de classificação do património que se resumiu “a trinta casos de monumentos, conjuntos e sítios relativos à cidade de Maputo” e a aprovação da proposta de “Regulamento de Proteção do Património Cultural Edificado” (Lage, 2010: 3). Os trabalhos tiveram a coordenação de um grupo de docentes da FAPF-UEM e contaram com a colaboração ativa do Conselho Municipal de Maputo, dos Ministérios da Cultura, Turismo e Obras Públicas e de outros especialistas externos ligados ao tema (Lage, 2010: 3). Durante os vários encontros e seminários de trabalho, foram discutidos “os (i) desafios legislativos e de procedimentos, (ii) a problemática da identidade e a apropriação cultural e (iii) as questões que se colocam na classificação do património moderno” (Lage, 2010: 3). Com a classificação desse primeiro grupo individuado do património edificado da cidade esperava-se que sucessivamente as autoridades competentes pudessem continuar a adicionar novos elementos à lista do património (Lage, 2010: 4).

Essa proposta de classificação e o regulamento não foram aprovados e, em novembro de 2013, o Ministério da Cultura voltou a submeter à apreciação dos órgãos competentes do Estado nova proposta de classificação em articulação com a proposta de “Regulamento de Proteção do Património Cultural Edificado”. O processo, no entanto, não teve seguimento e aguardou-se melhor definição destes temas e dos limites da área classificada da Baixa pelo “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (PPUBaixa), que estava em elaboração à época.

Antes de abordar o “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”, que fecha o III capítulo desta tese, apresentarei três projetos elaborados para o eixo monumental da Baixa — constituído pela Praça 25 de Junho, a Av. Samora Machel e a Praça da Independência —, comissionados pelo Conselho Municipal, durante e após

a discussão e aprovação do PEUMM. O primeiro projeto, em curso de implementação, toca precisamente um dos ambientes mais emblemáticos da cidade, o histórico Jardim Botânico/ Tunduru.

## 3.2 A BAIXA DE MAPUTO

### **3.2.1 O Jardim, a Avenida e a Praça: o (re)desenho do eixo simbólico do poder nas várias propostas de reabilitação dos últimos anos**

#### **3.2.1.1 O Jardim Tunduru: a reabilitação em curso (2013 -)**<sup>8</sup>

O antigo Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura — na génese do Jardim Tunduru — é uma peça estruturante na composição do espaço urbano do conjunto da Baixa de Maputo, que acompanhou a transição da vila de Lourenço Marques para a moderna cidade portuária, desde as últimas décadas do século XIX até aos nossos dias.

O Jardim afirmou-se como local de referência da sociedade colonial laurentina e pode ser entendido como um pequeno repositório de desenho e ambiente urbano que permite indagar a cidade nas suas várias temporalidades. Com os seus canteiros geometricamente aparados, a profusão de flores e árvores exóticas, os carreiros em calçada portuguesa, o belveder, o coreto para a banda, os caramanchões ensombrados por buganvílias, os pequenos lagos e córregos serpenteantes entre

---

<sup>8</sup> Uma versão prévia do texto apresentado neste subcapítulo, com o título “Conservação da arquitetura e do ambiente urbano modernos: o Jardim Tunduru em Maputo”, foi apresentado pela autora no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos — *África Hoje: tempos e espaços de transformação*, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, organizado pelo CES, em setembro de 2014, no Painel “Arquitetura e cidade nos PALOP’s: do moderno ao contemporâneo”, coordenado por José Manuel Fernandes, e que aguarda publicação em atas. Agradeço a José Manuel Fernandes e a Tiago Castela os comentários e achegas a essa comunicação, que permitiram indagar outros aspetos do tema.

árvores frondosas, a estufa dos fetos... ilustrava (como todos os jardins), um ideal estético e um produto de cultura que acompanhou a “transplantação civilizacional” para as colónias.

Atualmente, reconhecida a sua importância como conjunto urbano e paisagístico (Lage e Carrilho 2010; *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo*, 2014), quer pela sua antiguidade, quer pelo facto de se afirmar como o único jardim público no centro da cidade (Morais, Lage e Malheiro, 2012: 80), está a ser objeto de uma intervenção de “renovação” abrangente, a decorrer desde finais de 2013 (e que aquando da conclusão deste texto em setembro de 2015, ainda estava em curso). A reabilitação do Jardim foi promovida pelo Conselho Municipal de Maputo, em parceria com a empresa Caminhos de Ferro de Moçambique, a Fundação Vale e o Instituto Nacional de Turismo. O projeto foi ideado pela Técnica Engenheiros e Consultores, Lda. e a obra está a ser executada pela CETA, Construções e Serviços S.A.

Não desmerecendo a necessidade evidente de acudir a este espaço — sobretudo através da manutenção corrente das espécies botânicas, dos trilhos pavimentados; dos sistemas de captação, adução e distribuição de água (que estavam bastante degradados ou obsoletos), da reabilitação dos serviços higiénicos (também muito degradados), da iluminação pública (praticamente inexistente) e da implementação de uma rede de combate a incêndio (inexistente), da renovação dos serviços de apoio aos campos de ténis, entre outros —, tornou-se evidente que a intervenção de reabilitação em questão tem alterado consideravelmente o equilíbrio visual do conjunto.

A transformação em curso ilustra em primeiro lugar a falta de um projeto de restauro adequado, e de uma análise prévia sobre a historicidade dos materiais de

construção e desenhos paisagísticos, em harmonia com a antiguidade do ambiente verde. E em segundo lugar, a falta de uma empresa e mão-de-obra adequadas à execução deste tipo de obra. Ou seja, descurou-se a intervenção pontual (apenas onde necessária), o menos invasiva possível, pela substituição indiscriminada da matéria antiga, de elementos verdes, desvirtuando elemento a elemento o equilíbrio do conjunto, numa ação própria a uma operação de construção *ex novo* e não de conservação de um conjunto ao qual se reconheceu valor. O conjunto aparece agora harmonizado e banalizado. Muros e pilares (rematados com adornos) da vedação foram, na grande maioria, demolidos e refeitos indiscriminadamente, prevendo-se a demolição definitiva de um trato do muro que margina a Av. Zedequias Manganhela e da entrada (e portão de ferro) nessa frente<sup>9</sup>, para dar lugar aos edifícios previstos no projeto (lojas e restaurantes), exatamente na parte mais antiga do Jardim.

Pavimentos calcetados ou há muito encobertos por asfalto, foram substituídos na generalidade por pavimentos em pavê hexagonal de tom cinza e ignora-se, para já, o fim das caleiras calcetadas e lambris de pedra que marginavam parte desses percursos e canteiros. A estufa, um dos elementos mais marcantes do conjunto, sofreu uma intervenção deveras invasiva, pondo-se em causa a sobrevivência dos próprios elementos botânicos existentes no seu interior, e

---

<sup>9</sup> “Muro de Vedação Exterior, Cap. 1: Demolições. Demolição parcial do muro de vedação do jardim Tunduru na Av. Zedequias Manganhela para dar lugar a nova faixa de edifícios a ser implantados [...]. Remoção das grades metálicas do muro de vedação, [...]. Remoção do portão 3 (entrada da Av. Zedequias Manganhela), incluindo o carregamento, limpeza e transporte para vazadouro [...]” No mesmo “mapa de quantidades” de trabalhos que acompanha o projeto de reabilitação e de sequência, o orçamento da obra pela empresa responsável pela execução, são contabilizados os trabalhos de recuperação desse mesmo portão: “Cap. 7: PORTÕES [...] Reparação do portão 3 (entrada da Av. Zedequias Manganhela) do muro de vedação, incluindo o desempenamento de pontas, arcos e flechas do portão, tratamento das ferragens (dobradiças) do portão, incluindo a raspagem para remoção da corrosão e oleagem das mesmas, raspagem do portão para a remoção da corrosão, aplicação de uma demão de primário anti-corrosivo a base de resina epoxy e posterior aplicação de uma tinta ESMALTE de acordo com as especificações técnicas patentes no projecto, incluindo os trabalhos de preparação da superfície do portão” (“Lista de quantidades — Arranjos exteriores: Muro de Vedação Exterior”, *Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, 2012)/ (Orçamento, Mapa de Quantidades, Obra: Projeto de Reabilitação do Jardim Tunduru, CETA-Construções e Serviços SA, 21-12-2012, proposta n.º 145.dtc.12).

prevendo-se a plantação de novas espécies nesse espaço. Intervenção, no geral, alheia às principais recomendações internacionais relativas a jardins históricos (Carta de Florença, 1981).

Como jardim histórico singular, o seu restauro deveria procurar a conservação da boa leitura do documento e o usufruto e manutenção sustentável do conjunto. Trata-se, afinal, de um repositório de cultura e da História nacional — e.g., do projeto de saneamento da antiga vila, associado ao enxugamento das áreas alagadas e à higienização do meio fomentados pela Sociedade de Arboricultura e Floricultura através do plantio de eucaliptos (semeados nos viveiros da Sociedade e plantados ao longo das principais avenidas da “cidade nova”), e da permuta transnacional no campo da botânica e da arquitetura de jardins. Este espaço, pela sua simbologia, tornou-se facilmente apropriável pelo poder, para efeitos comemorativos — no IV Centenário da morte de Vasco da Gama (1924), na 1.<sup>a</sup> visita presidencial à antiga Colónia (1939) e em coerência, no período pós-colonial, para a homenagem ao primeiro Presidente da República, formalizada no primeiro monumento a Samora Moisés Machel, tendo suportado eficazmente apropriações sucessivas.

Contrariamente a muitos outros equipamentos erigidos no período colonial, o Jardim permaneceu ativo no pós-independência, e se perdeu espécies botânicas, definição nos desenhos e remates dos canteiros, água (e patos) nos lagos, candeeiros (e iluminação elétrica)... e ganhou algumas lacunas nos pavimentos empedrados, adaptou-se eficazmente a um novo paradigma e a novas condições de urbanidade, sem artificialismos.





Figuras 181 a 183: Jardim Tunduru, obras de reabilitação, 2014, autora. As duas primeiras imagens mostram as imediações do “lago da pérgula” (substituição da pavimentação e abertura de valas para assentamento de ramais de distribuição de água e coletores para esgoto); e a última, a entrada no ângulo da Av. Vladimir Lenine com a de Zedequias Manganhela, com a substituição da calçada em basalto por pavê.



Figuras 184 e 185: Jardim Tunduru, vista parcial da parte mais baixa do Jardim que confronta com a Av. Zedequias Manganhela; e o lago com a pérgula, 2012, autora.



Figura 186: Jardim Tunduru, belveder com a fonte “Templo das Quatro Deusas”, obras de reabilitação, 2014, autora.

Figura 187: Jardim Tunduru, belveder com a fonte “Templo das Quatro Deusas”, 2013, autora.



Figura 188: Jardim Tunduru, frente sobre a Rua do Hotel Clube, com a antiga Casa do Jardineiro (devoluta), 2012, autora.

Figura 189: Jardim Tunduru, frente sobre a Rua do Hotel Clube, obras de reabilitação, 2014, autora. A intervenção na antiga Casa do Jardineiro — proposta para Centro de Informação —, implicou a demolição integral do interior e a construção de algumas ampliações, bem como a pavimentação em pavê hexagonal vermelho e em pedra da Namaacha de uma nova área externa afeta à Casa, aos sanitários anexos e a uma nova construção (quiosque com serviço de bar) geminada aos sanitários.

### **O Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura — Jardim Botânico**

O tema do jardim botânico serve de argumento à exploração do espaço não como um “receptáculo ‘natural’ ou neutro para objetos, imagens ou atos, mas resultado de um processo que o produz como tal”, mais precisamente como lugar “onde a comunidade ergue (ou onde lhe são erguidos) símbolos, imagens, monumentos, memórias, nos quais se revê” (Verheij, 2011:13-14). Podemos, nas palavras de Verheij, identificá-lo genericamente “como o ‘lugar’ do espaço social, o espaço de relações e atos sociais; tem assim uma dimensão política na medida em que (re)distribui relações sociais implícitas neste espaço” (Verheij, 2011: 15).

### **Antecedentes: a Sociedade de Arboricultura e Floricultura e a Secção de Obras Públicas: o arranjo urbanístico e o saneamento da vila de Lourenço Marques nas últimas décadas do século XIX**

A ideia de um jardim para Lourenço Marques surgiu em 1885 com a Sociedade de Arboricultura e Floricultura, fundada nesse mesmo ano (Longle, 1887:

27-28). O objetivo da Sociedade era a arborização do pântano que separava a povoação da terra firme e a execução de um jardim (Longle, 1887: 20). Armando Longle, condutor de Obras Públicas na província e promotor da Sociedade, refere que a Sociedade pretendia “tratar de todos os assumptos relativos à cultura no Districto, como saneamento por meio de plantações, fixação de dunas, introdução de plantas industriaes e uteis que p[udessem], [...] produzir uma nova fonte de riqueza publica”<sup>10</sup>. Referia ainda, que os trabalhos da Sociedade em Lourenço Marques tinham “continuado e de tal maneira” que por essa altura, “as mattas de eucalyptos principia[va]m a cobrir terrenos outr'ora enchercados e milhares de arvores de varias qualidades t[inha]m sido introduzidas”<sup>11</sup>.

O saneamento da povoação era uma preocupação antiga, mas só com a chegada da expedição das Obras Públicas (em 7 de março de 1877) se puderam ultimar trabalhos necessários a esse fim. A “PLANTA GERAL COMPREHENDENDO, Planta da nova povoação, Projecto de esgôto do pantano, Progeto de melhoramentos na povoação antiga e porto”, de 1878 (Fig. 18) e o “PLANO do projectado esgoto e aterro, do PANTANO DE Lourenço Marques, por S. T. HALL, Dezembro 1876. Cópia de Augusto de Castilho” (Fig. 7), registam os primeiros traçados do esgoto do pântano, implementado a partir de meados de 1877 até às primeiras décadas do século XX (Machado, 1881; Galvão, 1920: 18-21). As obras do caminho de ferro permitiram ainda drenar uma faixa de terreno marginal bastante extensa, sucessivamente ampliada pelos terrenos conquistados ao rio pela construção faseada do porto (Terra, 1907: 13). Primeiramente, construiu-se um dique marginal onde assentou o caminho de ferro, que partindo do extremo noroeste da vila

---

<sup>10</sup> Carta de Armando Longle, de 22 de julho de 1887, dirigida ao Conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, AHU (cota ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L).

<sup>11</sup> Carta de Armando Longle, de 22 de julho de 1887, dirigida ao Conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, AHU (cota ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L).

cercou “completamente todo o terreno lodoso descoberto nas pequenas marés” (Longle, 1887: 6) impedindo o seu alagamento com as águas salgadas (Soeiro, 1895: 5; Mendes, 1985: 84; Morais, 2001: 72). Todavia, e apesar do empenho nas obras, a baixa do Maé permaneceu com uma enorme superfície sem escoante a uma cota inferior à do mar (Longle, 1887: 14) onde, naturalmente, as águas continuaram a acumular-se (Soeiro, 1895: 5).

O Governo entregou à Sociedade de Arboricultura e Floricultura um terreno<sup>12</sup>, às portas da vila, com uma superfície total de pouco mais de treze hectares, “confrontando pelo norte com a Estrada da Ponta Vermelha; sueste, com o Cemitério dos Mouros; sudoeste, com a vala do esgoto, e noroeste, com a avenida projetada pela dita sociedade” (Santos, 1943: 62). O terreno era todo alagado na parte inferior, “o que junto à grande quantidade de detritos vegetais, dava uma terra humosa, riquíssima”, mas na parte mais alta era seco e arenoso (Longle, 1887: 28). Por volta de novembro de 1885, a Sociedade deu início às obras: o terreno foi delimitado por uma cerca, o mato decapado e trataram de enxugar a parte alagada por meio de drenos “n’um comprimento total de mais de 200 metros” (Longle, 1887: 28). Escavaram, na parte mais baixa, um lago grande sobre o pântano, abriram ruas e principiaram as plantações mas, uma vez que as obras tinham iniciado já em plena época das chuvas, “só na gestão seguinte, é que se formaram os primeiros viveiros” (Longle, 1887: 29).

---

<sup>12</sup> “[...] pela portaria n.º 367, de 15 de Novembro de 1885, publicada no *Boletim Oficial* n.º 47, de 21 do mesmo mês e ano, firmada pelo Secretário Geral José Joaquim de Almeida, em nome do Governador geral, nos termos do artigo 7.º do Regulamento de 10 de Outubro de 1865, foi dada a devida posse e feita entrega à Sociedade de Arboricultura e Floricultura do Distrito de Lourenço Marques de um terreno sito na “Machamba dos Soldados” e “Machamba do Governador”, que lhe foi concedido por portaria n.º 290, de 3 de Setembro do referido ano, com a superfície de 13 hectares, 87 ares e 15 centiares, [...]. Nesse terreno, foi, mais tarde, instalado o Jardim Público.” (Santos, 1943: 62).

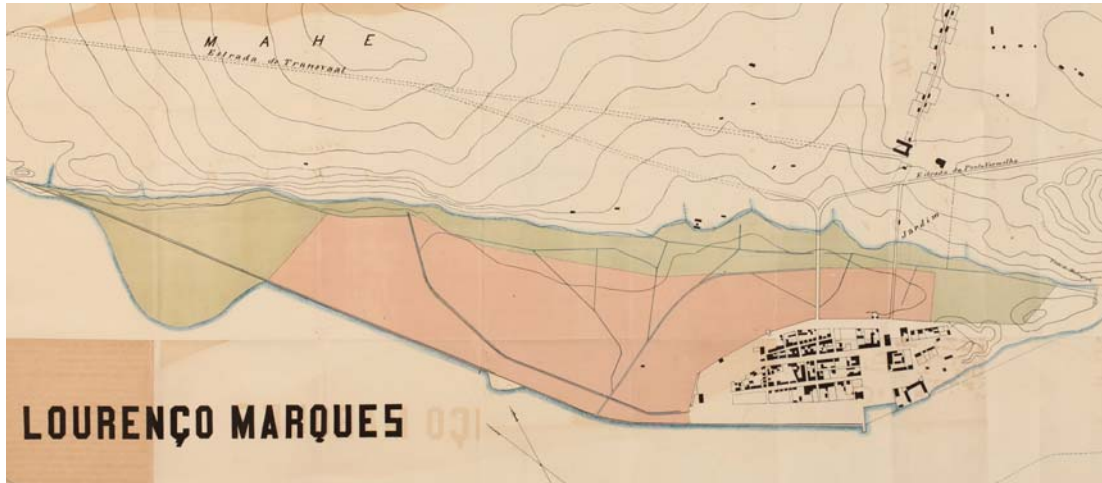


Figura 190: Extrato da “Carta de Lourenço Marques”, 1887, por J. Armando Longle. Fonte: Longle, 1887: s.p., Fot. Carlos Ladeira, SGL. A carta assinala as obras de saneamento previstas: a cor salmão, os aterros, e a cor verde, a plantação de eucaliptos. Aparecem assinalados também, o traçado do esgoto do pântano e o Jardim da Sociedade (entre a Estrada da Ponta Vermelha e a vala do esgoto que descarregava na orla ribeirinha da Maxaquene).

Em meados de abril de 1886, em carta dirigida ao engenheiro Joaquim J. Machado, a Sociedade demandava plantas e sementes da Europa para o novo jardim (Sousa, 1951: 59-60; *Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, 2012: vol. 1, 3). Em resposta, “[a]fim de satisfazer a requisição do Director das Obras Públicas de Moçambique”, foi preparado um pequeno caixote com sementes de várias espécies<sup>13</sup>. Armando Longle requereu ainda ao Ministério do Ultramar, a atribuição de uma pequena verba à Sociedade, para esta poder continuar os trabalhos e ensaiar a cultura de “diversos productos”, com “a introdução de outras plantas dos paizes mais perto do Cabo e Natal e a criação de novos viveiros”<sup>14</sup>. O parecer técnico do Ministério, face à pretensão de Armando Longle, para além de recomendar a atribuição da verba, lembrava que os maciços de eucaliptos plantados em Lourenço Marques tinham saído dos viveiros do Jardim, elogiando o trabalho da Sociedade e sugeria que, para além

<sup>13</sup> Ofício n.º 217, da Direção Geral de Agricultura, 3 de nov. de 1886, AHU (cota ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L).

A “Relação das sementes enviadas à Direção Geral do Ultramar” refere seis espécies de *Eucalyptus* (*amygdalina*, *gunnii*, *falcata*, *globulus*, *goniocalyx*, *obliqua*), *Acacia melanoxylon* e *Juglans nigra* (nogueira-preta), Ofício n.º 217, da Direção Geral de Agricultura, 3 de nov. de 1886, AHU (cota ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L).

<sup>14</sup> Ofício n.º 217, da Direção Geral de Agricultura, 3 de nov. de 1886, AHU (cota ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L).

das plantas que podiam ser enviadas de Portugal, deviam ser consideradas as que podiam ser importadas das Colónias do Cabo, Port Elisabeth, Natal e Pietersmarisburg, de forma a poder ensaiar “culturas mais proprias ao clima, continuando a fornecer eucalyptos para o saneamento dos lugares paludosos”<sup>15</sup>.

A Sociedade preparou vários viveiros com sementes e plantas de várias espécies e proveniências e o Jardim recebeu a primeira plantação, de uns duzentos pés, formando uma pequena mata com diversas espécies (Longle, 1887: 32, 39). A Sociedade propôs então ao Governo do distrito e ao Município — proposta aceite —, fornecer-lhes até quatro mil pés de várias espécies por ano, prontas para transplantar (Longle, 1887: 32). Foram preparados vários viveiros, em diferentes épocas do ano e os pés para transplante em redor da vila foram entregues depois pelo Governo do distrito e pelo Município à Secção de Obras Públicas, para a plantação definitiva (Longle, 1887: 31). Algumas espécies (e.g., a *casuarina tenuissima*) foram usadas para fixar as dunas situadas ao sul da vila e que, constantemente movidas pelo vento, iam obstruindo a Estrada da Ponta Vermelha “ocasionando sérias e nunca acabadas despesas” (Longle, 1887: 37). Já para as áreas alagadas e paludosas serviu a plantação intensiva de eucaliptos.

Em pouco tempo, devido à grande influência da Sociedade e da Repartição de Obras Públicas, os terrenos baixos da povoação receberam cerca de cinco mil pés de eucaliptos e nas imediações da Estação Telegráfica do Cabo Submarino (situada onde hoje se encontra o Liceu Josina Machel), cerca de mil (Longle, 1887: 33). A exemplo do Jardim da Sociedade, outros viveiros de eucaliptos surgiram em Lourenço Marques, incentivando a plantação da espécie, à semelhança do que acontecia nas

---

<sup>15</sup> Parecer do Ministério do Ultramar, 28 de jul. de 1887, AHU (cota ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L).

planícies admiravelmente aculturadas pelos bóeres, além do Vaal (Longle, 1887: 24-25).



Figura 191: “Projeto de Ampliação da cidade de Lourenço Marques”, dez. 1887, António J. d’Araújo. Fonte: PEUMM, 2008: vol. I, 22. Assinala as áreas de plantio de eucaliptos, o Jardim da Sociedade e o traçado do esgoto do pântano.

À composição orgânica do conjunto paisagístico, situado na zona de transição entre a Alta e a Baixa da futura cidade, impôs-se sucessivamente a moldura regular do quarteirão definido pelo “Projecto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques” (1887), truncada sucessivamente, a norte, pela diagonal que tomou o nome de Rua do Jardim, sucessivamente Rua Henrique de Sousa (atual Rua do Hotel Clube) (Figs. 197 a 199). Nesse novo quarteirão, a norte, dividido em vários talhões, instalaram-se o Hotel Clube, uma fábrica de limonadas e a “primeira estação telefónica que teve Lourenço Marques” (Lima, 1966a: 154). Já no final do período colonial, no talhão mais a sul, foi assentada a “Casa de Ferro”, transferida da DINAGECA (quarteirão da antiga repartição de Agrimensura). Segundo referem Morais, Lage e Malheiro, “[n]o anteprojecto elaborado pelo serviço de Urbanização Colonial [no final da década de 1940 e início da de 1950], o Jardim passaria a ocupar também a área compreendida entre a Rua de Henrique de Sousa e a Avenida de Samora Machel” (Morais *et al.*, 2012: 55), tendo-se inclusivamente projetado “uma

biblioteca pública no plano marginal com a Praça de Mouzinho de Albuquerque, que pressupunha a demolição do Hotel Clube [...]” (Morais *et al.*, 2012: 80).

O Jardim, avançando para poente, transpondo a antiga Estrada das Mahotas, assumiu as seguintes partilhas: a nordeste, a Avenida de El-Rei D. Manuel/5 de Outubro/Rua do Rádio Clube/Rua da Rádio; a sudoeste, a Avenida de Pedro Álvares Cabral/Zedequias Manganhela; a sudeste, o terreno de Gerard Pott; e a noroeste, a Avenida Aguiar/D. Luís/Samora Machel e a Rua do Jardim/Henrique de Sousa/do Hotel Clube (Figs. 196 e 197).



Figura 192: Panoramas de Lourenço Marques, Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, 1887, C.S. Fowler. Fonte: Fowler, 1887: 65. Em pano de fundo encontra-se a linha de defesa que contornava a povoação; em segundo plano, a vedação do Jardim com sebes e colunas de alvenaria, o lago e um pequeno coreto rodeados de pequenos canteiros de desenho irregular e plantas de eucalipto. Figura 193: Panoramas de Lourenço Marques, Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, 1887, C.S. Fowler. Fonte: Fowler, 1887: 64. Trata-se da parte plana e mais antiga do Jardim, junto ao limite sudoeste da parcela.





Figura 194: Extrato da “Planta da Cidade de Lourenço Marques e seus arredores, Escala 1/10000”, 1892. Fonte: *Expedição Conselheiro Marianno de Carvalho, Estudos do Saneamento da Cidade de Lourenço Marques, Desenhos, 1892.*



Figura 195: Extrato da “Planta da Cidade de Lourenço Marques e seus arredores, Escala 1/10000”, 1892. Fonte: *Expedição Conselheiro Marianno de Carvalho, Estudos do Saneamento da Cidade de Lourenço Marques, Desenhos, 1892.*

Em 1887 existia já um viveiro em ótimas condições e uma pequena mata no Jardim (Longle, 1887: 38), no entanto, e apesar dos reconhecidos esforços da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, os encargos com a manutenção do espaço tornaram-se incomportáveis e o Jardim iniciou a degradar-se. O lago passou a ser utilizado como tanque pelos nativos, o coreto para a banda da música não chegou a ser concluído e a fonte pública secou completamente (*Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro, 2012: vol. 1, 3*). O Jardim passou então para a gerência da Câmara Municipal, inaugurando-se como Jardim Público em 1900.

## O jardim nas primeiras décadas do século XX

A definição de um desenho de conjunto para o Jardim Municipal coube ao horticultor inglês Thomas Honney (Sousa, 1946: 37; Lima, 1966a: 17), ao longo da primeira década do século XX. Por essa altura, o Governo adquiriu a Vila Joia a Gerard Pott (em 1914) adaptando-a a Museu Provincial, anexando as áreas de terreno afetas à Vila e a Casa do Caseiro ao Jardim Municipal. Essas áreas, a norte e a sul da Vila, receberam um novo desenho paisagístico e dois novos atravessamentos para a Av. Elias Garcia/Vladimir Lenine. A partilha sudeste do Jardim avançou então para a antiga Avenida Castilho/Elias Garcia, salvaguardando-se a parcela ocupada pela Vila Joia/Museu Provincial (Fig. 204).

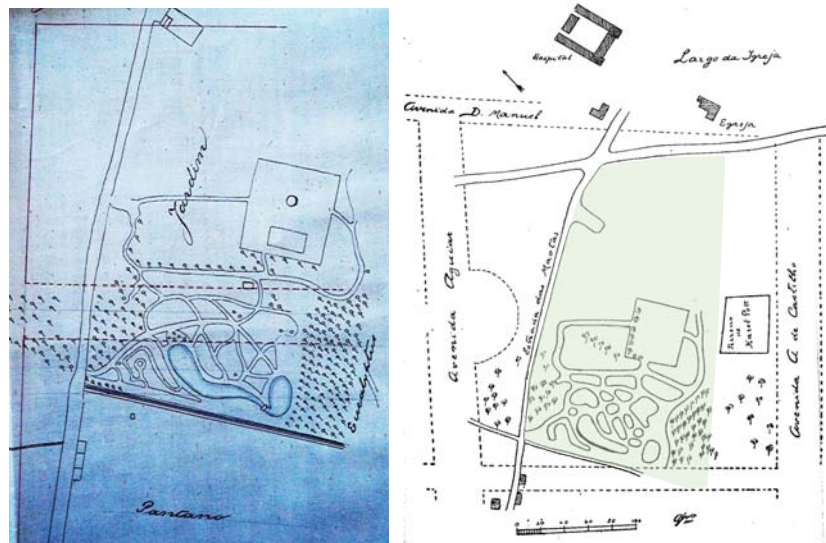


Figura 196: Extrato da “Planta da Avenida António Augusto de Aguiar, 29 d’agosto de 1887”, 3.<sup>a</sup> Repartição de Obras Públicas, AHU (ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L), com o Jardim, a plantação de eucaliptos e a vala do esgoto que marcava o limite a sul do Jardim sobre o pântano.

Figura 197: Desenho do “Jardim de Horticultura e Floricultura de Lourenço Marques”, 1887, com o “Terreno de Gerard Pott” junto à Avenida A. de Castilho (atual Vladimir Lenine), a nascente, e a Estrada das Mahotas, a poente. A tracejado, a conformação do “Plano Araújo”. Fonte: Sousa, 1951: s.p.

A parcela do Jardim tomou então a configuração “de um pentágono irregular com superfície de 64 mil metros quadrados, aproximadamente” (*Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, 2012: vol. 1, 4), desenvolvendo-se em três

plataformas, em cotas distintas, circundada por um muro marcado por colunas de alvenaria, encimado por gradeamento de ferro. O Jardim passou a dispor de seis entradas, com elegantes portões de ferro de fundição inglesa (da Felber Jucker & Co, Manchester) (que podem ser observados no local): a principal na Avenida Samora Machel, uma na Rua da Rádio, duas na Avenida Vladimir Lenine e duas na Avenida Zedequias Manganhela (Fig. 220). Junto à antiga Casa do Jardineiro (na Rua do Jardim) existia também uma entrada mais estreita, de serviço.

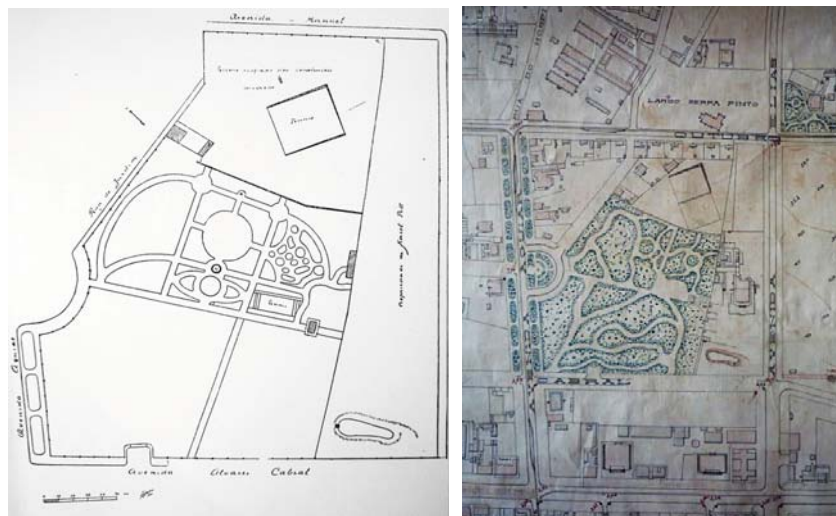


Figura 198: Desenho do Jardim Municipal, 1910. Fonte: Sousa, 1951: s.p. A nordeste, o Jardim era limitado por um muro de suporte que o separava da área afeta ao campo de ténis e a outras construções diversas sobre a Av. de El Rei D. Manuel (atual Rua da Rádio).

Figura 199: Quarteirão do Jardim Público, extrato da “PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES LEVANTADA SOB A DIRECÇÃO DE CAETANO MARQUES DE AMORIM e FERNANDO MARIA QUINTELLA [...]. – Escala de 1 : 2000 ou 400 metros. [...] 1907”, AHU (CART m\_064\_D.632).

Para a plataforma intermédia, Thomas Honney definiu um desenho *italianizante* que segue um eixo central transversal de simetria pela praça do coreto (Fig. 198). Esta plataforma é limitada, a sudoeste, pela alameda pedonal que segue o acesso principal do Jardim, e a nordeste, na parte mais elevada do conjunto, por um muro de suporte acompanhado por uma pérgula longa coberta por buganvílias.

Na partilha sudoeste do Jardim, o muro de vedação formava um nicho (que marcava o antigo atravessamento das Mahotas) (ver Fig. 198), onde corria um curso

de água que deu origem a um chafariz (Sousa, 1951: 63). O chafariz foi demolido no final da década de 1940 e o espaço respetivo englobado no Jardim (Sousa, 1951: 63). A presença dessa linha de água alimentava a flora ribeirinha primitiva da qual resta um sicómero gigante (*Ficus Sycomorus L.*) — perto da entrada situada a meio da frente sobre a antiga Avenida Álvares Cabral/Zedequias Manganhela —, referenciado como uma das árvores mais antigas do local (existe um segundo sicómoro-relíquia na subida para a plataforma intermédia do Jardim) (Sousa, 1951: 64-65). Atualmente, nessa zona, sai um córrego de água perdida que alaga o passeio da Avenida Zedequias Manganhela e arredores, possivelmente proveniente da mesma nascente que alimentou o fontenário desaparecido.

O desenho da plataforma central desenvolve-se em amplo contraste com o desenho pitoresco, por onde serpenteavam córregos de água de inspiração romântica inglesa do jardim primitivo, circunscrito a uma faixa de terreno plana, confinante com a antiga Avenida Pedro Álvares Cabral/Zedequias Manganhela (Fig. 204). Nessa parte baixa existem vários lagos: “o da pérgula, [...] dois, circulares, de margem baixa” (Sousa, 1951: 62-63) e o lago maior, situado próximo da entrada da Avenida Vladimir Lenine, com forma elíptica, uma nascente e uma “ilha” para os patos, ao centro (Figs. 200 e 2001).

Na década de 1940, no limiar norte da plataforma mais antiga foi construído um terraço de forma irregular, que faz a transição entre as partes baixa e intermédia do Jardim. No extremo norte desse terraço encontra-se uma fonte de fundição francesa, chamada “Templo das Quatro Deusas”, símil à da Praça do Rossio em Lisboa (Figs. 202 e 203). O pavimento envolvente alterna-se entre o calcário da calçada portuguesa e lajeado de basalto.



Figura 200: O lago maior, Jardim Municipal Vasco da Gama, década de 1950. Fonte: Silva, 1956: 97.  
Figura 201: O lago maior, Jardim Tunduru, 2013, autora. O lago é marcado por uma “ilha” e um passadiço com uma casa para os patos (que há praticamente quatro décadas deixaram de existir).



Figuras 202: Fonte “Templo das Quatro Deusas”, Jardim Vasco da Gama, [s.d.], [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 17, Icon 675.  
Figura 203: Fonte “Templo das Quatro Deusas”, Jardim Tunduru, 2012, autora.

A plataforma norte do complexo, onde se situa o Clube de Ténis (Figs. 207 e 208), junto à Rua da Rádio, de conformação mais recente, foi também objeto de um arranjo paisagístico, recebeu uma torre de elevação em betão armado, que abastecia a área, uma zona de viveiros e um novo atravessamento para a Rua Elias Garcia/Vladimir Lenine junto à antiga Vila Joia (“Arborização e Jardins”, 23 de junho de 1930, 1; “Jardim Municipal”, 17 de julho de 1930, 5).



Figura 204: Planta do Jardim Vasco da Gama, 1946, CEDH-FAPF. Assinlo as parcelas que não fazem parte do Jardim: a do edifício dos Serviços Comerciais e Secretaria Geral da Rádio Moçambique (1) e a do Tribunal Supremo (5). Entre os vários elementos que compõem o conjunto contam-se a antiga Casa do Jardineiro (2); a pérgula grande (3); o coreto (4), a pérgula (6); a antiga Casa do Caseiro (7); o Belveder (8); as Estufas (9), vários lagos (10); um caramanchão (11); o lago com a pérgula (12); o lago maior com a nascente (13), o antigo chafariz (14), o depósito elevado de água (15) e a entrada principal, assinalada por um portal neomanuelino (16). No exterior, o recanto sobre a Av. Aguiar foi engalanado com o “Padrão da Visita Presidencial” de 1939 (17) (removido durante o Governo de Transição).



Figura 205: Av. Augusto de Castilho (atual Vladimir Lenine), 13 fev. 1968, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 8, Icon 357. Sobre a direita, vista parcial do Jardim Vasco da Gama e da antiga Vila Joia.

Figura 206: “Panoramas de L. Marques, vista tirada do prédio L.M.”, 13 fev. 1968, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 5, Icon. 506. Vista parcial do Jardim Vasco da Gama.



Figura 207: “Panoramas de L.M.”, 13 fev. 1968, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 5, Icon. 503. Vista parcial do Jardim Vasco da Gama com os campos de ténis e a saída sobre a Av. Elias Garcia/Vladimir Lenine (canto inferior esquerdo).

Figura 208: “Panoramas da cidade de L. Marques”, 13 fev. 1968, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 5, Icon. 504. Vista parcial da parte norte do Jardim Vasco da Gama com os campos de ténis e o seu edifício de apoio.

No conjunto paisagístico podiam observar-se vários elementos arquitetónicos e escultóricos dispersos<sup>16</sup>, de períodos diversos, para além de um espólio natural riquíssimo que lhe procurou “um estatuto de ‘jardim botânico’” (Morais, 2011: 105):

- uma fonte de fundição francesa do final do século XIX, intitulada “Templo das Quatro Deusas”;

- um arco em alvenaria em estilo neomanuelino, erigido em 1924, junto à entrada principal, que assinalou o IV centenário da morte de Vasco da Gama, passando o Jardim a chamar-se Vasco da Gama (com a Independência, o Jardim foi renomeado Tunduru<sup>17</sup>);

- uma estufa/laboratório de feição modernista que, antes da intervenção de reabilitação em curso, era constituída por uma estrutura mista de ferro e betão (coberta com treliças de ferro e painéis translúcidos, de onde pendiam candeeiros de vidro) e forrada com um ripado de madeira pintado de verde. A estufa desenvolve-se

---

<sup>16</sup> “Cerca de um décimo da superfície do Jardim Vasco da Gama é ocupado por edificações: Vila Jóia, [...], as casas de habitação do chefe e do guarda do jardim, o Club de Ténis com dois campos de jogos, a casa onde está actualmente instalada a Assistência Pública, primitivamente escola primária, e um coreto” (Sousa, 1951: 63). Juntaram-se, sucessivamente, a Estufa e o antigo laboratório, junto à antiga Vila Joia.

<sup>17</sup> Tunduru era o nome de uma base da FRELIMO no Sul da Tanzânia, no distrito de Tunduru, na região do Rovuma, junto à fronteira com Moçambique, onde se refugiavam as famílias e se educavam os filhos dos combatentes.

em vários níveis e conta com um arranjo paisagístico sofisticado, onde se destacam uma fonte com cascata, um espelho e percurso de água, vários percursos em calçada portuguesa e uma escultura em mármore de Carrara de Leopoldo de Almeida (de 1971);

- o Clube de Ténis, com dois campos de ténis e serviços de apoio;
- um coreto em betão armado de desenho modernista;
- um parque infantil, junto à estufa;
- um belveder, etc.

Do complexo do Jardim fazem parte, ainda, a antiga Casa do Caseiro da Vila Joia, a antiga Casa do Jardineiro situada ao longo da Rua do Hotel Clube; os balneários; e um depósito elevado de água em betão armado (durante estas últimas obras foi construído um novo a pouco metros do primeiro), junto ao ângulo da Rua da Rádio com a Av. Vladimir Lenine. O Jardim contava também com um pequeno jardim zoológico, transferido em 1937 para a saída da cidade em direção a Marracuene (Sousa, 1945: 39).



Figuras 209 e 210: Interior da Estufa, Jardim Vasco da Gama, jun. 1967, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 16, Icon. 726 e 669.





Figura 211: Interior da estufa, Jardim Vasco da Gama, jun. 1967, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 16, Icon. 751.



Figura 212: Interior da estufa, Jardim Vasco da Gama, 6/1967, [s.a.], AHM, Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 16, icon 724

Figura 213: Interior da estufa, Jardim Tunduru, 2013, autora. Os pavimentos em calçada portuguesa estavam em muito bom estado no final de 2013, os lagos (à exceção de um) e a cascata estavam secos mas os revestimentos estavam em bom estado (não pude apurar o estado dos mecanismos de alimentação e saída de água). A escultura de Leopoldo de Almeida estava intacta. As paredes mantinham-se revestidas a ripado de madeira (com várias lacunas) e a estrutura de betão não acusava fissuras de nota ou assentamentos, notando-se sobretudo na cobertura a falta de placas translúcidas e a corrosão das travessas.



Figuras 214: A estufa, Jardim Tunduru, 2012, autora.

Figura 215: A estufa (com o Prédio "33 andares" em pano de fundo), Jardim Tunduru, obras de reabilitação, 2014, CEDH-FAPP.



Figuras 216: Interior da Estufa com a estátua de Leopoldo de Almeida (vista do pavilhão à cota mais elevada, olhando para nascente), Jardim Tunduru, 2012, autora.

Figuras 217: Interior da Estufa (vista do pavilhão à cota mais elevada, olhando para poente), Jardim Tunduru, 2012, autora.



Figuras 218 e 219: O coreto, Jardim Tunduru, 2012, autora.

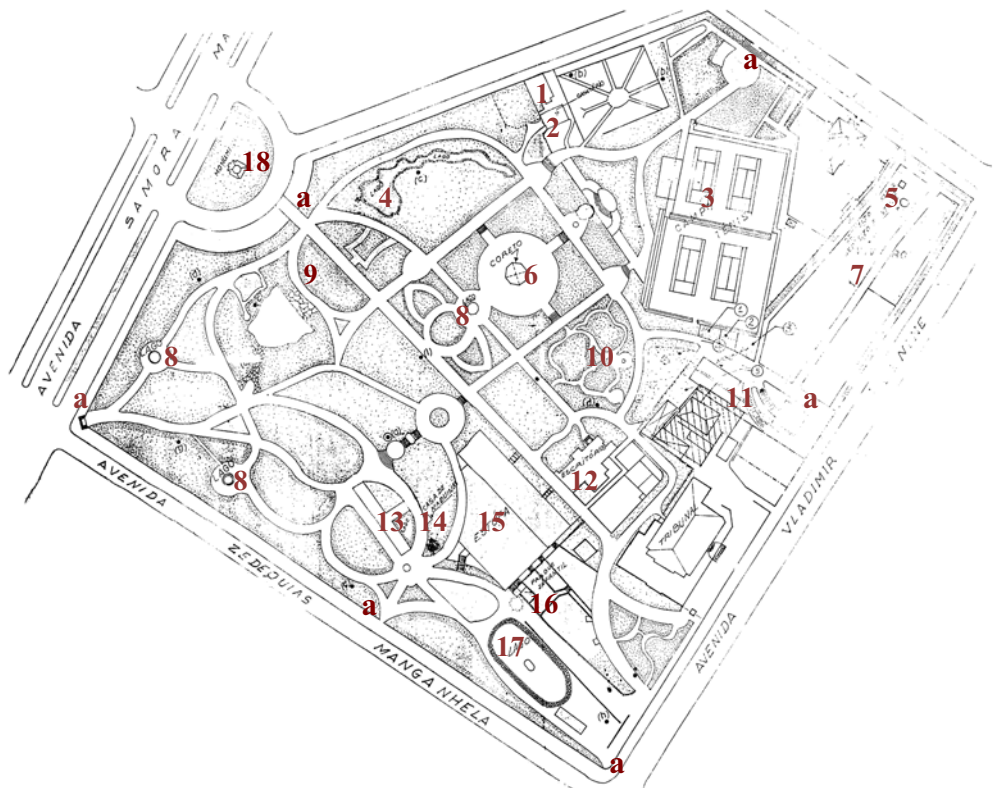


Figura 220: Planta do Jardim Tunduru, 1998, CEDH-FAPF. Legenda: Casa do Jardineiro (1); Sanitários (2); Campos de ténis (3); Lago (4) (foi esvaziado e só resta o fosso); Depósito elevado de

água (5); Coreto (6); Viveiros (7); Lago (8); Fonte “Templo das Quatro Deusas” (9); Lago rodeado por pavimento em calçada portuguesa e coberto por uma pérgula (10); Armazéns (11); Administração/escritórios (12); Lago da pérgula (13); Casa das Máquinas (14); Estufa (15); Parque Infantil (16); Lago maior (17); monumento a Samora Machel (18); acessos ao público (a).

### **A Reabilitação do Jardim**

Desde 2013, por iniciativa do Conselho Municipal de Maputo, o Jardim tem sido objeto de obras de reabilitação — uma placa de mármore nas imediações da entrada principal assinala o “lançamento da 1.<sup>a</sup> pedra” da empreitada, em 28 de outubro de 2013. O projeto de reabilitação, acessível na Direção de Parques e Jardins do Conselho Municipal de Maputo, previa, entre outros, o arranjo dos pavimentos; dos sistemas de adução e captação de água (muito degradados ou obsoletos); da iluminação pública (praticamente inexistente); da rede de saneamento; a substituição da cobertura e revestimentos das estufas; a transformação da antiga Casa do Jardineiro em Centro de Informação e a reabilitação dos restantes edifícios e mobiliário urbano do Jardim (coreto, armazéns, escritórios, sanitários, bancos, candeeiros, bebedouros, etc.); a construção de um novo reservatório elevado de água (para consumo dos utentes) junto do antigo (para abastecimento de água para rega); a construção de um acesso privativo para o Clube de Ténis (pela Rua da Rádio) e a demolição e reconstrução de uma esplanada coberta associada aos serviços de apoio afetos ao Clube de Ténis (cozinha geminada ao edifício dos balneários); e a construção, junto à Avenida Zedequias Manganhela, de um bloco de serviços de apoio ao Jardim (restaurante/bar, parque infantil, sanitários, etc.).

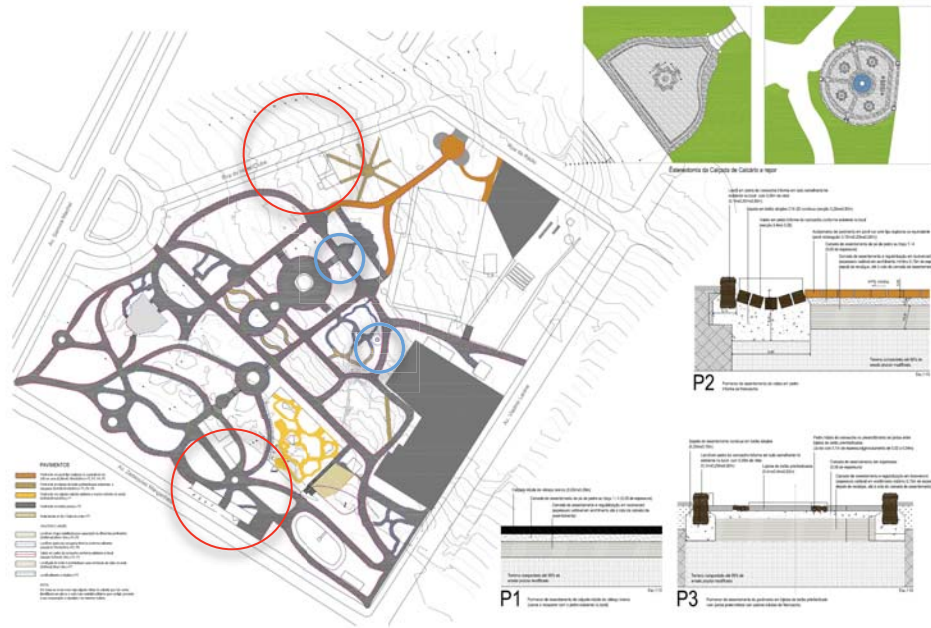


Figura 221: Planta de “Implantação geral - Pavimentos”. Fonte: *Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, 2012. Os percursos assinalados a cinzento escuro, são pavimentos propostos em betão poroso (reconstrução após a demolição do existente — à exceção das novas áreas criadas de raiz junto ao novo bloco de serviços ao longo da Av. Zedequias Manganhela e junto à Casa do Caseiro, assinaladas com um círculo vermelho). Os restantes pavimentos serão reconstruídos em pavé ocre, betonilha, lajetas de betão pré-fabricadas ou pedra da Namaacha. Está prevista a conservação do pavimento da estufa em calçada portuguesa (a amarelo) e a reposição de dois pequenos apontamentos em calçada portuguesa na plataforma central do Jardim (círculos a azul).



Figura 222: Planta de “Implantação geral - Material Vegetal, Estrutura Arbustiva e Herbácea Proposta”. Fonte: *Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, 2012. O “quadro de quantidades” e a “Planta de Implantação” assinalam extensivamente os elementos verdes propostos. Não consta do projeto de execução o levantamento da estrutura arbustiva e herbácea existente, recomendando-se nas peças desenhadas e mapas de medições a presença de especialistas em obra para a implementação da seleção proposta (caso, p. ex., da área da Estufa e da área dedicada a plantas aromáticas a norte da Casa

do Caseiro), a encargo da empresa responsável pela subempreitada da Arquitetura Paisagista (que conta com um engenheiro florestal).



Figura 223: Jardim Tunduru, estufa, “Planta do Piso”. Fonte: *Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, 2012. Estão assinalados os pavimentos em calçada portuguesa, a manter (percursos em cinza e branco), e os lagos a recuperar (a azul). Os pilares metálicos tubulares que suportavam a cobertura serão substituídos, bem como a estrutura metálica e os revestimentos translúcidos da cobertura e o ripado de madeira das paredes exteriores<sup>18</sup>.

O Jardim como documento histórico e também como ambiente privilegiado da vivência da cidade deveria ser valorizado nas suas qualidades espaciais e botânicas, impedindo-se, a todo o custo, nova edificação no seu interior. As obras de reabilitação do Jardim têm facilitado a demolição, substituição e reconstrução de vários elementos de forma irreparável. O levantamento do Jardim, presente no projeto, não assinala as espécies botânicas existentes, indicando genericamente nos mapas de medições a necessidade de “[g]arantir a protecção de todas as plantas existentes contra estragos ou furto, incluindo zonas de relva não afectadas pelos trabalhos” (*Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, 2012). A pintura homogeneizadora de muros e outras construções (em cinzento escuro), os novos pavimentos em pavê cinzento, vermelho ou ocre, em nada se revêm na herança do ambiente em presença. Muitos dos antigos pavimentos calcetados dos percursos de maior utilização tinham sido cobertos anteriormente por asfalto, mas em vários sítios

<sup>18</sup> Serão alçados alguns panos de parede de alvenaria nas fachadas para substituir parte do ripado de madeira. Os desenhos detalham a arquitetura, a estrutura (vigas e pilares a reconstruir), a hidráulica (sistemas de rega e abastecimento e saída de água dos lagos) e a electricidade. Não consta um projeto de arquitetura paisagista (com a indicação e disposição/reposição das espécies botânicas).

subsistia um pavimento em condições de ser conservado, caso dos percursos empedrados a sul da Vila Joia, ou dos remates da praça onde se encontra a fonte “Templo das Quatro Deusas”.

O “Catálogo de Bens Patrimoniais” do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (PPUBaixa) (2014) — em elaboração aquando do início das obras no Jardim — identifica, entre os bens patrimoniais do conjunto da Baixa, o Jardim Tunduru com a Categoria A, referente a “Bens do património cultural de valor alto/nacional, incluindo aqueles que têm o potencial de contribuir significativamente para objectivos de pesquisa e investigação nacional” (PPUBaixa, Apresentação Audiência Pública, 18 de julho de 2014).

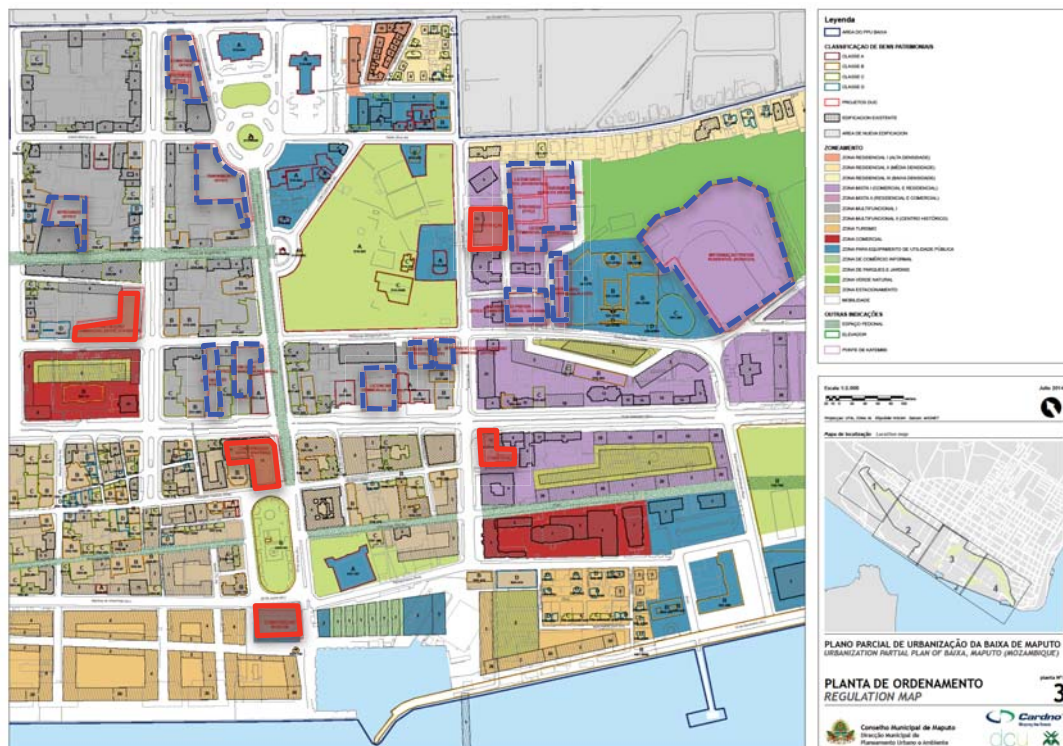


Figura 224: “Planta de Ordenamento (n.º 3), Draft”. Fonte: *Plano Parcial de Urbanização Para a Requalificação da Baixa de Maputo, Segunda Audiência Pública*, 18 de julho de 2014, CEDH-FAPF. O Jardim, no seu conjunto, aparece assinalado com a categoria A e a estufa do Jardim com a categoria C. Relativamente à envolvente, todas as áreas assinaladas na planta com perímetro a vermelho representam novos projetos licenciados que já foram iniciados ou concluídos: o Banco de Moçambique, na esquina da Avenida Samora Machel com a Av. 25 de Setembro; o Museu da Pesca, a sul da Praça 25 de Junho; um hotel na esquina da Av. Fernão de Magalhães com a Karl Marx; dois edifícios de escritórios e habitação, um na Av. Vladimir Lenine e outro na esquina da Rua da Imprensa com a Av.

25 de Setembro. A tracejado, a azul, estão as áreas com estudos prévios aprovados, com pedido de informação prévia, ou projetos licenciados (trata-se na maioria de torres isoladas).

Os “Seminários sobre Património Cultural”<sup>19</sup> realizados na cidade de Maputo, nos últimos anos, para (in)formação de profissionais ativos na área do Património Cultural imóvel e para a sensibilização da população em geral, têm exposto alguns dos “Princípios gerais de conservação do património cultural imóvel”, conceitos expostos em legislação específica em Moçambique (Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro) e em Cartas Internacionais (e.g., Carta de Veneza, 1964; Convenção para a Proteção do Património Mundial, 1972), ou simplesmente, a importância de “preservar para o futuro, [...] um imóvel, garantindo a integridade dos objectos ou estruturas que dele fazem parte” (*Considerações sobre Gestão do património classificado, Casos da Cidade do Maputo, Projecto Inventário do Património edificado de Maputo*, 2011: s.p).

Conservar o valor patrimonial de monumentos, conjuntos e sítios, o que significa não remover, substituir, ou alterar, substancialmente, a sua configuração [...]; [...]

Conservar valores patrimoniais, usando uma atitude de intervenção mínima. [...];

Reconhecer cada imóvel como registo físico do seu tempo, lugar e uso;

Não criar um sentido falso de desenvolvimento histórico, através da incorporação de elementos de outros lugares históricos, imóveis ou de outras

---

<sup>19</sup> Refiro-me ao II Seminário sobre *Património Edificado da cidade de Maputo*, realizado pelo Ministério da Educação e Cultura, em Maputo, em 18 de março de 2010 (para a definição das classes, critérios de classificação e conservação do património edificado); ao Seminário *Considerações sobre Gestão do património classificado, Casos da Cidade do Maputo, Projecto Inventário do Património edificado de Maputo*, realizado em 2011, na FAPF; e ainda a literatura específica apresentada e editada pelo Ministério da Cultura (cf. Macamo *et al.*, 2012; Macamo, 2014). Informação específica sobre a temática tratada nos vários seminários, inédita, pode ser consultada em formato digital no CEDH-FAPF, que possui também dados sobre as várias versões e apresentações da proposta de “Regulamento para o património edificado” (atualmente em elaboração); do “Projeto Inventário do Património Imóvel Cultural de Moçambique”; do “Projeto Inventário do Património Imóvel Cultural de Maputo” (2009-2010); do “Projeto Inventário do Património Imóvel Cultural da Ilha de Moçambique”; da proposta “Normas para a Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios” (2003, Direção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura), entre outros. Agradeço a Luís Lage a referência a estes trabalhos e suas discussões públicas, e a cedência de cópias do material produzido para esses efeitos.

feições arquitectónicas que nunca existiram; (*Considerações sobre Gestão do património classificado, Casos da Cidade do Maputo, Projecto Inventário do Património edificado de Maputo*, 2011: s.p.)

É possível acrescentar que tanto a equipa que elaborou o projeto para a reabilitação do Jardim, como a Direção Municipal de Parques e Jardins, do Conselho Municipal, contam com arquitetos formados na FAPF-UEM e que fazem parte do seu pessoal docente. A situação ilustra bem a falta de entendimento sobre os vários projetos em curso e entre os vários departamentos: um projeto e um plano comissionados pelo Conselho Municipal de Maputo praticamente em simultâneo, abrangendo a mesma área, podem fazer passar entendimentos completamente díspares, resultando em atuações no entanto símiles. Não existe uma visão de conjunto sobre os princípios a serem observados. Ou melhor dizendo, as “razões” por que se conserva um bem podem ser discutidas e aceites academicamente e comumente; as formas de as tornar exequíveis (o “como”) — com projetos adequados, fiscalização adequada, mão de obra adequada e uma visão de conjunto para a área abrangida — não são ainda acessíveis.

### **3.2.1.2 O projeto da *Rambla Samora Machel* (2011)**

A abertura da Avenida Aguiar (D. Luís/Samora Machel), antecedeu a deslocação formal do centro administrativo e representativo da cidade, na década de 1940 — da Baixa antiga para a Praça Mouzinho de Albuquerque —, onde, lado a lado, poder político e religioso — Câmara Municipal (1947) e Catedral (inaugurada em 1944, pelo Cardeal Patriarca de Lisboa) — passaram a guardar sobranceiros a antiga Praça da Picota/7 de Março (atual 25 de Junho) e a entrada do Espírito Santo.



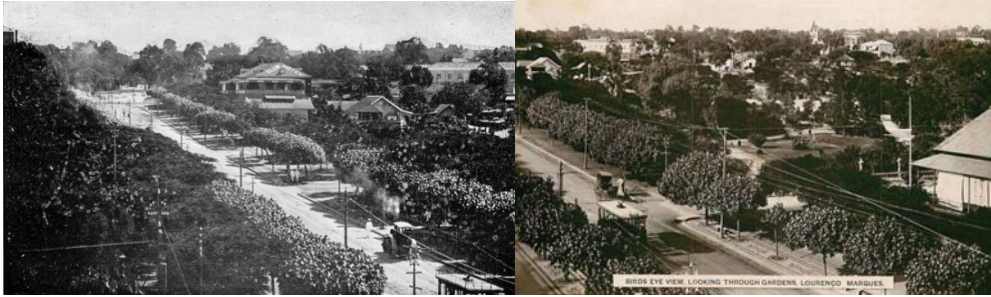


Figura 225: A Avenida Aguiar (atual Samora Machel), ca. 1916, postal antigo (Photo By Bayly), CEDH-FAPF. À direita, o Jardim Público e, no cimo da avenida, o Hotel Clube.

Figura 226: A Avenida Aguiar e a Maxaquene, anos 1910, postal antigo [s.a.]. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em <https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/06/02/a-baixa-de-lourenco-marques-e-a-maxaquene-anos-1910/> [consult. 25 agos. 2015]. A imagem mostra a continuação para sul da panorâmica precedente, com o Jardim Público e, ao longo da Av. 5 de Outubro (a norte), o edifício onde funcionaram a Repartição de Agricultura, Veterinária e Serviços Indígenas (antigo Hospital), e a Igreja Paroquial.



Figura 227: “Vistas - Antigas, Praça 7 de Março, L.ço Marques (1958)”, [s.a.], AHM (Coleção Iconográfica da CMLM, Cx. 6 Icon. 103).

Figura 228: Avenida D. Luís, Lourenço Marques, década de 1960, [s.a.]. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-av-dom-luiz/> [consult. 25 agos. 2015]. Sobre a direita encontra-se o Prédio Santos Gil. Ao fundo, a Câmara Municipal.



Figura 229: Vista da Av. D. Luís no prolongamento até à Praça 7 de Março, meados da década de 1960, [s.a.]. Fonte: *The Delagoa Bay World*. Disponível em:

<https://delagoabayworld.wordpress.com/2013/12/25/a-baixa-de-lourenco-marques-meados-dos-anos-1960/> [consult. 25 agos. 2015]. Sobre a esquerda, a esquina do Prédio Santos Gil, o Prédio Rubi e o Prédio Fonte Azul; à direita, o Prédio da Seguros Lusitânia. Ao fundo, a Praça 7 de Março, o porto e a Catembe em pano de fundo.

Figura 230: Cruzamento das Avenidas D. Luís e da República, ca. 1960, [s.a.]. Fonte: Loureiro, 2003: 85. Sobre a Av. D. Luís (atual Samora Machel) encontra-se o Prédio Pott (na esquina); no quarteirão posterior, o Prédio da Seguros Lusitânia e o Cinema Gil Vicente e no seguinte, o Prédio TAP/Montepio.

Ao longo da avenida, junto da entrada principal do Jardim Vasco da Gama, foi erigido o padrão comemorativo da primeira visita presidencial à então Colónia de Moçambique. O padrão, em cimento armado revestido, imitando granito, inspirado nos padrões das Descobertas, da autoria de Silva Pinto (Esc.) e Able Pascoal (Arq.), assinalava a visita de Óscar Carmona e foi inaugurado em 20 de julho de 1939. No final da década de 1980, tendo sido demolido o “Padrão da Visita Presidencial” durante o Governo de Transição, no mesmo local, surgia o monumento comemorativo ao primeiro Presidente da República de Moçambique. Esse memorial faz parte da lista de elementos do património edificado da cidade, já aqui referida, propostos para classificação.



Figura 231: “A BANDEIRA NACIONAL ESCONDE O MONUMENTO QUE VAI RECORDAR AOS VINDOUROS A PASSAGEM DO CHEFE DO ESTADO” (Monumento Comemorativo da 1ª Visita Presidencial), 1939, [s.a.]. Fonte: [Álbum Fotográfico] *Viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República General Carmona, ao Império Colonial Português, em 1939*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT/TT/CMZ-AF-GT/E/29/4/30). Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3683355> [consult. 25 maio 2015].

A partir de meados da década de 2000, também este importante eixo de ligação entre as duas principais praças da cidade, com uma extensão de cerca de 680 m lineares e uma largura média de 42 m, sede de uma parte significativa dos equipamentos culturais e administrativos da cidade, foi objeto de um estudo urbanístico. O projeto surgiu na sequência de conversações entre o Conselho Municipal de Maputo e o *Ayuntamiento* de Barcelona, com vista ao estabelecimento de um programa de cooperação entre os dois municípios. De entre os vários projetos para a cidade de Maputo em vista, que interessam o objeto deste estudo, perspetivou-se a definição de

um projeto de reabilitação integral da Baixa, conjuntamente com a Cooperação Espanhola. Essa intenção, no entanto, ficou pendente de planeamento específico — a cidade aguardava a elaboração de um Plano de Estrutura, que nos anos imediatos foi aprovado —, tendo o Conselho Municipal lançado sequentemente um concurso internacional para a definição de um Plano Parcial de Urbanização para a reabilitação da Baixa<sup>1</sup>, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Município de Maputo (PROMAPUTO II). Antes disso, o Conselho de Maputo avançou com outros estudos menos abrangentes mas, seguramente (a serem implementados), com grande impacto na imagem de conjunto da Baixa, refiro-me ao arranjo da Praça da Independência (2006) e à remodelação da Avenida Samora Machel juntamente com a Praça 25 de Junho (2011).

O anteprojecto de remodelação da Avenida Samora Machel foi desenvolvido em colaboração com o *Ayuntamiento* de Barcelona entre fevereiro de 2008 e março de 2011, seguindo-se nos meses sucessivos o desenvolvimento do projecto de execução. O projecto previa a renovação integral da área de intervenção (pavimentos, mobiliário urbano, iluminação, vegetação, sinalização, supressão de barreiras arquitetónicas, etc.), redefinindo a secção transversal tipo da avenida e os sentidos do tráfico automóvel, assim como as áreas afetas a estacionamento e a cargas e descargas (*Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique*, jul. 2011: 5). A empreitada previa a renovação da rede de água potável e dos elementos de captação de águas pluviais, da rede de iluminação pública, de telefone e Adsl, o enterramento e supressão de linhas aéreas (eletricidade/ telefones), a utilização de elementos de redução de velocidade, etc.

A secção transversal atual da avenida, com uma amplitude total de cerca de 42 m, é composta por passeios laterais com 5 m de largura, com pavimentos em betonilha

---

<sup>1</sup> Cf. ANEXO C (Termo de Referência para a elaboração do Plano Parcial da Baixa) — *Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization Plan of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, december 2012.

esquartelada (que substituiu a calçada portuguesa) e um pequeno tramo em calçada portuguesa (em torno do monumento a Samora Machel); duas passarelas centrais com cerca de 3 m de largura, em calçada portuguesa; e três faixas asfaltadas afetas ao tráfico automóvel e a estacionamento, a central mais larga, com cerca de 12 m e as outras, com 7 m cada. As faixas pedonais são rematadas por um alinhamento de árvores adultas (maiormente das espécies Acácia-rubra e Tipuana/Amendoim-acácia). Em algumas caldeiras faltam árvores, que com o tempo secaram ou foram subtraídas, noutras, a falta de poda das árvores ou de manutenção dos pavimentos (sobretudo nas diferenças de cota entre o passeio e as caldeiras vazias) entrevam os percursos pedonais.

No geral, a imagem dominante é a de uma avenida ampla arborizada em harmonia com o Jardim Municipal adjacente e com uma vista impressionante, a partir do topo, sobre o Estuário. A calçada portuguesa mantém uma boa leitura, sendo de assinalar sobretudo a falta de tampas de inspeção (de ferro fundido, subtraídas há muito) ao longo dos passeios — armadilha constante para quem percorre a Baixa a pé —, as sarjetas entupidas (as inundações na Baixa, no período das chuvas, são comuns) e uma iluminação muito deficiente (comum a toda a área da Baixa, muito insegura a partir do pôr do sol).

A área de intervenção do anteprojecto abrangia a Avenida Samora Machel (com uma área estimada de 30.800 m<sup>2</sup>) e outros dois sectores complementares: a Praça da Independência (com uma área aproximada de 18.000 m<sup>2</sup>) — para onde já existia um projecto, datado de 2006, da autoria do arquiteto José Forjaz — e uma faixa confinante com a Doca da Capitania, no seguimento do eixo da Avenida Samora Machel (com 6.700 m<sup>2</sup>) (*Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique*, jul. 2011: 4-7), ocupada, em parte, pelo novo Museu das Pescas (inaugurado no final de 2014). A proposta do *PROYECTO CONSTRUCTIVO DE LA REMODELACIÓN DE LA AVENIDA SAMORA*

*MACHEL* (desenhos de execução) e do *PRESUPUESTO Cuadro de precios Ayuntamiento de Barcelona* (orçamento/ caderno de encargos) que formam, juntamente com o *ANTEPROYECTO DE REMODELACIÓN DE LA AVENIDA SAMORA MACHEL. MOZAMBIQUE*, um mesmo documento definido em fases sucessivas, centra-se no redesenho da avenida e dos remates da Praça 25 de Junho, aumentando significativamente as suas áreas pedonais.



Figuras 232 a 235: A Avenida Samora Machel: a) a partir do cruzamento com a Av. Zedequias Manganhela (com o Jardim Tunduru à direita); b) a partir do Prédio Rubi, olhando para norte; c) ao longo do quarteirão do Hotel Clube e da Casa de Ferro; e d) junto ao monumento a Samora Machel, 2012-2013, autora.

Segundo os projetistas, o objetivo do projeto era o de renovar a relação da avenida com a restante área da Baixa (dado o seu caráter de espaço público privilegiado). Para tal, foi utilizado como referência o exemplo das *Ramblas* de Barcelona, comparando medidas, perfil tipo, soluções construtivas, mobiliário urbano, vegetação, iluminação, etc. (*Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique*, jul. 2011: 6). O novo desenho da Avenida Samora Machel passaria a dispor de passeios laterais de 6 m de largura, seguidos por vias de circulação automóvel também com 6 m de largura (compreendendo faixa de rodagem e estacionamento) e uma ampla passarela central

pedonal, com 18 m de largura, com mobiliário urbano, quiosques, novos pontos de iluminação, etc. Essa placa central aparece desenhada por uma faixa calçetada, tipo calçada portuguesa, com padrão irregular, rematada por um bordo largo em calçada portuguesa (a partir da reparação das passarelas existentes e do reaproveitamento das pedras calcária e basáltica das demolições previstas no projeto) (Fig. 238). A mesma faixa pedonal prossegue para sul, redesenhando a Praça 25 de Junho (numa conformação aproximada àquela que teve no início do século XX)<sup>2</sup>, interrompendo a Avenida Samora Machel a partir da Rua Consiglieri Pedroso (Fig. 237).

Os pavimentos previstos para os passeios laterais da avenida (em placas de betão pré-fabricadas de cor castanha) e as restantes obras de urbanização — após a demolição de pavimentos, lancis, sarjetas, de algumas faixas de asfalto, da correção de pendentes para o escoamento das águas e da reconstrução pontual da rede de esgotos, etc. —, deveriam ser, sobretudo, a “consequência lógica da continuidade dos materiais de construção existentes” no mercado local, já experimentados noutras áreas da cidade, facilitando a sua manutenção e reposição (*Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique*, jul. 2011: 6). O anteprojecto previa, ainda, a remoção das árvores que interferissem com o projecto (basicamente todas aquelas situadas ao longo dos passeios laterais), devendo ser seguidos “os critérios dos técnicos municipais do Conselho Municipal” e a transplantação das mesmas para o viveiro municipal (*Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique*, jul. 2011: 8). Previa-se a recomposição dos alinhamentos arbóreos da avenida com o plantio, ao longo da passarela central, de Acácia-rubra (*Delonix regia*) e de palmeiras — Palmeira-das-Canárias (*Phoenix Canariensis*) e Washingtonia (*Washingtonia robusta*) (que existem atualmente apenas

---

<sup>2</sup> Para a conformação das placas centrais da praça no início do século passado, veja-se o extrato do *Insurance Plan of Lourenço Marques/ Delagoa Bay/ Portuguese Africa* (1903) em Matos e Ramos, 2009: 11.

no pequeno jardim que envolve o monumento a Samora Machel, junto à entrada principal do Jardim Tunduru) — e nos passeios laterais, de Tipuana (*Tipuana tipu*), Jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*), Plátano (*Platanus orientalis*), Tamarisco (*Tamarix gallica*), entre outras espécies, devendo ser implementados sistemas de irrigação em toda a área. Os desenhos do projeto de execução (com data de julho de 2011), referem apenas o completamento dos alinhamentos existentes de Acácia-rubra na faixa pedonal central e o plantio integral da espécie Tipuana nos passeios laterais (*Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique*, jul. 2011: 32, Desenho P16). As novas caldeiras para as árvores, com fundação em betão, seriam rematadas por um marco de ferro fundido, prevendo-se a renovação de grelhas, tampas de inspeção em ferro fundido, postes de iluminação, semáforos, sinalização vertical, etc.

A manutenção corrente e a justificação para este investimento (numa intervenção pontual na Baixa) por parte do Município, vistas as condições de facto de manutenção do espaço público e a sua degradação visível (dos pavimentos, dos conjuntos arbóreos, a remoção e o tratamento de resíduos sólidos muito deficientes, a inexistência de caixotes do lixo, a falta de renovação/adequação da rede de saneamento — as perdas das redes de água e de esgotos ao longo das vias públicas são uma constante —, para elencar algumas das dificuldades encontradas na área da Baixa e em grande parte da “cidade de cimento”), são uma incógnita. É necessário referir, no entanto, o esforço visível no aumento da manutenção do espaço público nesta área da cidade e suas imediações nos últimos anos (reposição de asfalto nas ruas, de betonilha nos passeios, de tampas de saneamento), consequência sobretudo do crescimento exponencial da atividade da construção civil.



Figura 236: Avenida Samora Machel — planta de localização. Fonte: *Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique*, jul. 2011: 10, Desenho P02.

Figura 237: Planta da proposta. Fonte: *Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique*, jul. 2011: 14, Desenho P06. Desde a Praça da Independência até ao limite sul da Praça 25 de Junho estende-se uma ampla faixa pedonal (a cinzento).

Figura 238: Proposta — Perfil tipo. Fonte: *Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique*, jul. 2011: 15, Desenho P07.

Aquando da conclusão da elaboração desta proposta para a avenida, o PEUMM (2008) tinha assinalado a urgência de definir e aprovar um plano parcial de urbanização para a requalificação da Baixa e da Marginal de Maputo, dada a importância histórica, cultural e paisagística do conjunto em presença. Deprendia-se, da leitura do PEUMM, o reconhecimento da importância cultural deste repositório de conhecimento arquitetónico, urbanístico, paisagístico, ambiental, sociocultural e das razões que justificam a sua conservação. E, por conservação de uma área classificada não entendo a petrificação do seu estado de facto, mas uma operação informada e continuada (de conservação programada) que permita a compreensão da sua génese, da sua evolução ao longo do tempo, da sua relação com o espaço envolvente e a sustentabilidade do ambiente humano que serve, ou seja, a efetivação prática de uma escolha, que é sobretudo um produto de cultura — remeter um determinado bem cultural, nas melhores condições de leitura possíveis, ao benefício das gerações futuras.



A antiga Avenida D. Luís constituiu o eixo cívico monumental da Baixa, articulando a Baixa antiga com os bairros de expansão da “cidade nova” e o novo centro, consolidado a partir da década de 1940, com a conclusão da Praça e do monumento a Mouzinho de Albuquerque, do Palácio Municipal e da Catedral. Basta uma leitura rápida das riquíssimas coleções iconográficas presentes nos arquivos da cidade de Maputo para vislumbrar a importância atribuída a este eixo urbano ao longo do tempo, tanto no período colonial como pós-colonial (não foi ali que foi erigida a homenagem ao primeiro Presidente da República de Moçambique? A sua dimensão, também simbólica, não justificou, em coerência, a sua nova toponímia?)<sup>3</sup>. Servindo-me das palavras de Matos e Ramos, este é um dos “locais privilegiados onde coexiste urbanismo, arquitetura e elementos urbanos destinados a preservar a memória. [...] [É o local] simultaneamente da montagem de uma cenografia do poder e da convivialidade; [...] onde se travam as batalhas pela memória” (Matos e Ramos, 2009: 8). Que relação estabelece este projeto com esses antecedentes, com as preexistências, com a legislação nacional do património, com o conjunto classificado da Baixa? Ou com a nova memória que se quer criar? Que futuro se perspectiva para este local?

Durante o período colonial, o passeio domingueiro pela Baixa (para ver as novidades das montras) e a passagem pelas suas esplanadas, quiosques e parques de diversão, faziam parte da rotina dos colonos. Essa não é, de forma alguma, a vivência atual da Baixa. A apropriação dos espaços urbanos centrais, ou utilizando a expressão de Franco La Cecla (2015: 5), “o direito de exercitar a própria presença nos espaços

---

<sup>3</sup> Tal como referem Groote e Haartsen (2008: 196), a toponímia tem um papel importante no processo de construção da nação, sendo essa reescrita nos períodos de mudança política e ideológica. Esse tem sido um instrumento utilizado pelas elites na manipulação e na reinvenção de noções de identidade e história nacionais, podendo entender-se a toponímia como “monumentos simbólicos que influenciam grandemente a memória pública” (Groote e Haartsen, 2008: 196).

públicos”, expressa-se de uma forma completamente distinta nas práticas atuais quotidianas dos habitantes da cidade na Baixa. Servindo-se, mais uma vez, de La Cecla (2015: 6), a urbanística, nestas propostas recentes para a Baixa, tem sido “incapaz de compreender [e aceitar] como as pessoas usam e ocupam os espaços da própria cidade com uma vontade de melhorar quotidiana e constante [a sua própria condição]”. “É a imprevisibilidade do uso que perturba velhos e novos tiranos” (La Cecla, 2015: 9).

Nell'immaginario dei nuovi tiranni c'è una città vuota e gestita dalla paranoia di un'urbanistica che si occupa di separare, zonizzare, controllare, chiudere dietro cancelli i ricchi e le classi medie e dietro paraventi di lamiera gli *slums*. Dall'altra parte i poveri urbani ma anche la “piccola borghesia” e le classi medie sanno che mai come adesso la città è una risorsa irrinunciabile, proprio perché è nella quotidianità dei suoi spazi, privati o pubblici, che si esercita la capacità di migliorare le proprie condizioni di vita. (La Cecla, 2015: 12)

No âmbito deste tema, faria sentido indagar sobre o significado de “conjunto classificado”, de “bem classificado ou em vias de classificação”, em termos legislativos e em termos práticos, em Moçambique, visto que são expressões utilizadas cada vez mais frequentemente nos meios de comunicação, nos programas do Ministério da Cultura e no ambiente académico, mas que terão seguramente uma interpretação local e uma agenda próprias — há anos que se arrasta a classificação de um primeiro pequeno grupo de bens da cidade. A bem da verdade, essa não parece ser uma questão premente para as autoridades locais, ou porque não se concorda com a lista elaborada (constituída maiormente por elementos do período colonial) ou, porque se considera que a existência de uma proposta de classificação seja para já suficiente<sup>4</sup>, evitando criar constrangimentos ao “desenvolvimento”.

---

<sup>4</sup> Faço estas observações com base em conversas informais tidas ao longo destes últimos três anos com Júlio Carrilho, Luís Lage, Solange Macamo, Gianfranco Gandolfo, etc., todos eles com participação ativa na elaboração e submissão das propostas relativas ao regulamento nacional do património edificado e de classificação de bens culturais da cidade de Maputo, cuja aprovação tem sido protelada.

Giovanni Carbonara, relativamente a um contexto totalmente distinto (aquele italiano), faz uma análise que pode ser alargada a este contexto: o aparente sucesso e crescente interesse pelo tema dos “bens culturais”, tanto nos meios de comunicação como no âmbito da sociopolítica, nas últimas décadas, esconde, na verdade, um fenómeno superficial, sem verdadeiro enraizamento na sensibilidade comum, alimentado, no fundo, pelo discurso do politicamente correto e pela capacidade de atrair consenso (Carbonara, 2007b: 1):

Si tutela e si restaura, dunque, senza capire né condividere le ragioni di fondo che inducono alla conservazione e trasmissione al futuro delle antiche testimonianze, ragioni in primo luogo culturali, educative e di memoria molto lontane, quindi, dallo sfruttamento e dal consumo turistico, tanto che risulta corretto parlare oggi non di amore e rispetto per i beni culturali ma di un *benculturalismo* di maniera che, bene o male, si interessa del patrimonio senza avere chiaro né motivazioni né modi del procedere. La tutela di tale patrimonio, quindi, da fine primario a vantaggio di tutti si è ridotta a mezzo sussidiario di alcune, pur importanti, attività economiche terziarie. (Carbonara, 2007b: 1)

De dia para dia, o futuro da Baixa de Maputo aparece cada vez mais incerto e ameaçado, ou pelo abandono ou em nome da “reabilitação”, da “renovação” e do “desenvolvimento”. Este trabalho não indagou, porém, o entendimento/comportamento local (do habitante, dos representantes políticos, de projetistas, ou dos técnicos dos vários departamentos com influência nestes aspetos da cidade) — trabalho (sobretudo de campo) que excedia as competências e capacidades da autora. Este texto limita-se a apresentar alguns poucos elementos sobre o que tem sido preconizado para o património edificado da cidade em diversos planos e estudos urbanísticos. A partir daí poder-se-á entrever, ou não, o que efetivamente tem sido a tendência dos últimos anos (e aquela que poderá ser no futuro próximo) do entendimento sobre a “valorização” do conjunto

da Baixa. Aquele verificado noutras zonas centrais da “cidade de cimento”, alvo da especulação imobiliária e que rapidamente têm sido transformadas, ou outro?

O projeto para a Avenida Samora Machel<sup>5</sup> reunia ainda uma série de imagens da “Proposta para Novo Arranjo Paisagístico da Praça da Independência no Maputo” (Figs. 249 a 242) — que retoma o projeto elaborado por José Forjaz em 2006 —, estabelecendo uma continuidade entre os dois projetos para estes espaços urbanos contíguos.



Figuras 239 a 242: “Proposta para Novo Arranjo Paisagístico da Praça da Independência no Maputo”, Conselho Municipal de Maputo, 2011: a) Vista da Praça a partir da Av. Samora Machel; b) vista da Rua Municipal Este olhando para oeste; c) planimetria; d) vista a *vol d’oiseau* sobre o conjunto.

### 3.2.1.3 A Praça da Independência e o “Ano Samora Machel” (2011)

No ano de 2011 celebrou-se, em Moçambique, o “Ano Samora Machel”,

[...] no decurso do qual o Ministério da Cultura, teve, sob a sua responsabilidade,

<sup>5</sup> As cópias do processo referente a este projeto foram-me gentilmente cedidas por Luís Lage, a quem, mais uma vez, agradeço. Para além do caderno com a memória descritiva, a que fiz referência ao longo deste subcapítulo, o processo era composto pelo caderno de encargos (com as especificações da obra e a orçamentação respetiva), datado de setembro de 2011; uma pasta com os desenhos, datados de julho de 2011 e 12 slides com imagens da proposta para o arranjo paisagístico da Praça da Independência, sem data e sem referência a autor (referindo apenas o título do projeto: “Proposta para Novo Arranjo Paisagístico da Praça da Independência no Maputo, Conselho Municipal de Maputo”).

a nobre tarefa de coordenar o programa de construção de monumentos em todas as capitais provinciais, em homenagem ao fundador do Estado Moçambicano [...], Marechal Samora Machel. (Artur, 2014: IX)

Na Praça da Independência foi erguida, no mesmo local onde em tempos esteve o monumento a Mouzinho de Albuquerque, uma estátua monumental em bronze de Samora Machel<sup>6</sup>, inaugurada no dia 19 de outubro de 2011, assinalando os 25 anos sobre a sua morte na tragédia de Mbuguni. A cerimónia do lançamento da primeira pedra para esse memorial decorrerá em outubro de 2006, assinalando a mesma efeméride. A escolha desta praça para a formalização do tributo a Samora Machel — local onde, como já foi referido, tinham decorrido as grandes comemorações político/militares do período do Estado Novo —, justificava-se por ter sido o lugar escolhido (não por acaso) para as grandes comemorações políticas intrinsecamente ligadas ao percurso e liderança do primeiro Presidente da República de Moçambique (e.g., onde conferiu a posse ao primeiro Governo; realizou muitos dos seus comícios e anunciou importantes decisões da sua governação, com grandes implicações políticas, económicas e sociais para o país)<sup>7</sup> (“Em Maputo: construção do monumento em memória de Samora Machel dentro dos prazos”, 11 abr. 2010). Tal como nas capitais de província, a estátua do líder foi erigida na praça mais importante da cidade. Como refere Harvey,

The link between heritage and identity within such a project [the struggle to control the use of heritage within society] tends to focus upon the control and use of heritage by official powers, and often concentrates on the nation as the primary vehicle for such a project. Indeed, Smith (2006, 11) sees a hegemonic “authorized discourse” that acts to validate a “set of practices and performances, which populates both popular and expert constructions of ‘heritage’ and

---

<sup>6</sup> A estátua, sobre um plinto de betão de 2,7 m de altura forrado a mármore, tem nove metros de altura e 4,8 toneladas.

<sup>7</sup> Foi nessa praça, também, que centenas de pessoas lhe prestaram homenagem no rito fúnebre (câmara ardente no Palácio Municipal e cerimónia católica na vizinha Catedral), antes da deposição do féretro no mausoléu que integra o Monumento aos Heróis Moçambicanos, no centro da Praça dos Heróis, em Maputo.

undermines alternative and subaltern ideas about heritage”. (Harvey, 2008: 19-20)

A intenção de renovar a Praça da Independência era uma pretensão do Conselho Municipal que contava já com alguns anos. O lançamento de um concurso para a elaboração desse projeto aconteceu praticamente em simultâneo ao início das conversações com o *Ayuntamiento* de Barcelona para a reabilitação da Baixa, que resultaram, no que pude aferir, na formalização de uma proposta para a renovação da Avenida Samora Machel englobando a Praça 25 de Junho. O projeto vencedor do concurso, da autoria de José Forjaz, foi dado a conhecer em 2006 (Figs. 245 e 246), tendo sido lançado um concurso público para a execução da empreitada em 2011 (Gil, 30 de agosto de 2011), sem outro desenvolvimento entretanto.

No final da década de 1990, José Forjaz tinha delineado um anteprojecto de urbanização para a Baixa de Maputo, que incluía “a frente das docas, a reformulação da Praça dos Trabalhadores e uma faixa de 300 metros na Av. 25 de Setembro, destinado à recuperação e integração do património dos Caminhos de Ferro de Moçambique” (Matos e Ramos, 2009: 13) (ver Figs. 243 e 244), que não teve seguimento. Em 2001, sempre do mesmo autor, surgiu um estudo para a Praça 25 de Junho (Matos e Ramos, 2009: 11), que ficou por uma “fase muito primária de desenvolvimento”<sup>8</sup> (depoimento de José Forjaz, 3 de setembro de 2015). Nessa praça, as mudanças relevantes nos últimos anos deram-se com a edificação do Museu das Pescas (a sul) e da nova sede do Banco de Moçambique (a norte).

---

<sup>8</sup> Não tive acesso a esse estudo prévio, mas segundo José Forjaz, “o projeto recriava a ideia de integrar um restaurante no centro, que continha sanitários públicos, organizava melhor o estacionamento na periferia e integrava um mercado noturno de peixe que era lavado todos os dias para servir como espaço de estar durante o dia. Todo o paisagismo seria recriado a partir das espécies arbóreas existentes e plantando novas” (depoimento de José Forjaz, 3 de setembro de 2014). O mercado do peixe existente na zona desenvolve-se ao ar livre, em bancadas improvisadas, ao longo da berma da Rua Ngungunhane (antiga Rua Marquês de Pombal), a sul da antiga Fortaleza.



Figuras 243 e 244: Plano de Urbanização para a Praça dos Trabalhadores, 1999, José Forjaz Arquitectos. Fonte: *José Forjaz Arquitectos*. Disponível em: <http://www.joseforjazarquitectos.com> [consult. 20 agos. 2015].

A memória descritiva do projeto para a Praça da Independência referia que para essa praça, a principal da cidade, se impunha a criação de um memorial ao “principal arquitecto da independência nacional, o Presidente Samora Machel” (Forjaz, 2006). De entre as várias condicionantes a observar no projeto, estipulou-se “manter a praça como local para comemoração dos grandes momentos nacionais, e permitir a vista desimpedida para a posição habitual do podium, mesmo da Avenida Samora Machel” (Forjaz, 2006). O estudo defendia que a colocação de uma estátua no centro da praça, “não parecia aceitável dada a colossal dimensão que seria necessária para que não se apresentasse como ridícula e fora de escala” (Forjaz, 2006). Efetivamente, foi essa a solução levada adiante — a da estátua colossal ao centro, de autoria norte-coreana, mantendo-se o restante arranjo do período colonial —, a tempo das comemorações previstas para o “Ano Samora Machel”.

O projeto tinha procurado, segundo o autor, criar uma imagem global de maior impacto, transformando o memorial numa peça à escala da praça. A praça aparecia com o desenho de um anfiteatro, que seguia a pendente “natural” da colina, coroado a sul por um pórtico monumental, ao longo do qual seriam gravados progressivamente, nos elementos laminares de suporte em pedra, momentos eleitos da História de Moçambique (ver Figs. 245 e 246). Junto a um extremo do pórtico, a poente, erguer-se-ia um “totem” com a efigie de Samora Machel, em bronze dourado, encastoada na pedra

(substituída numa versão sucessiva do projeto por um plinto monumental onde se erguia a estátua do líder). A praça, segundo José Forjaz,

[...] seria redesenhada corrigindo a falta de lógica actual do seu sistema de circulação periférica e tratada em anfiteatro arrelvado [...] com um sistema de captação e armazenamento de águas pluviais que permitiriam a manutenção das zonas ajardinadas sem gastos de água potável [...]. (Forjaz, 2006)



Figuras 245 e 246: Imagens do projeto para a Praça da Independência, [s.d.], José Forjaz Arquitectos. Fonte: *José Forjaz Arquitectos*. Disponível em: <http://www.joseforjazarquitectos.com> [consult. 20 agos. 2015]. Ao projeto vencedor do concurso, o autor juntou a estátua de Samora Machel. Sobre o lado poente da praça, no cruzamento com a Av. Josina Machel, aparece assinalado o edifício do novo Tribunal Administrativo, à época ainda em projeto, do mesmo autor.

As imagens do projeto da Praça da Independência apresentadas sucessivamente com o projeto para a Avenida Samora Machel (2011) (Figs. 239 a 242), descartam a solução do pórtico monumental, mantendo no geral o restante projeto de José Forjaz, de 2006. Ao confrontar o arquiteto José Forjaz com estas variações recentes do seu projeto, o arquiteto informou-me que era a primeira vez que as via e que não tinha tido conhecimento nem autorizado tais alterações (depoimento de José Forjaz, 3 de setembro de 2015).

Segundo José Forjaz.

Na sua fase executiva o projeto continha um grande parque de estacionamento subterrâneo mas pouca alteração havia ao conceito original para lá da proposta, a que o Município nos obrigou, de colocar uma estátua do Presidente Samora em vez do baixo relevo que propúnhamos.

Finalmente, na ansia de agradar politicamente, o Município, empurrado pela Frelimo, mandou executar e colocar a estátua, grotesca e fora de escala, que



agora ali está, com o seu triste e abandonado aspecto sem relação com um estúpido duplo círculo de tráfego. Não se pode esperar muito mais quando a ignorância política decide sobre a estética pública.

Assim se perdeu o que poderia ter sido um dos mais interessantes espaços públicos de África. (Depoimento de José Forjaz, 3 de setembro de 2015)

Para além desta estátua, a única obra de nota na praça, nos últimos anos, diz respeito à conclusão do imponente edifício sede do Tribunal Administrativo (inaugurado em 25 de nov. de 2013, projeto da autoria de José Forjaz datado de 2001)<sup>9</sup>, no gaveto sobre a Av. Josina Machel. Estão previstos vários outros edifícios nos quarteirões que contornam a praça (e.g., um a norte do edifício do Tribunal Administrativo e outro a norte do Prédio TAP/Montepio), assinalados já nas plantas do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (2014), de que falarei de seguida.

---

<sup>9</sup> O anteprojecto pode ser consultado em *José Forjaz Arquitectos*. Disponível em: [http://www.ta.gov.mz/IMG/pdf/Anteprojecto\\_Novo\\_Edificio\\_TA1.pdf](http://www.ta.gov.mz/IMG/pdf/Anteprojecto_Novo_Edificio_TA1.pdf) [consult. 15 set. 2015].



Figuras 247 e 248: Vistas parciais do Bairro Central C, com o edifício do Conselho Municipal ao centro, a Praça da Independência e o Jardim Tunduru, olhando para o Estuário, 2013, autora. Sobre a direita, na Praça da Independência, o edifício do Tribunal Administrativo e em primeiro plano, nas traseiras do edifício do Conselho Municipal, o Mercado do Povo (confinante com as Avenidas Ho Chi Minh e Karl Marx). Neste último quarteirão, em finais de 2014, tinha sido demolida toda a frente de rua e interior da parcela, para dar lugar a um novo empreendimento, desde o Mercado do Povo até à Av. 24 de Julho (confinante com as antigas instalações dos depósitos e Estação Geradora de Energia Elétrica dos *tramways* de Lourenço Marques, cujos carris ainda se avistam por entre o asfalto e a betonilha do passeio, na entrada do complexo, em parte desaparecido, na Av. 24 de Julho). Na imagem superior, sobre a esquerda, é possível entrever uma das grandes estruturas deixadas inacabadas desde a Independência nesta zona.

### 3.2.2 O Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo (2014)

Plano Parcial de Urbanização (PPU) - [...] estabelece a estrutura e qualifica o solo urbano parcialmente, tendo em consideração o equilíbrio entre os diversos usos e funções urbanas, define as redes de transporte, comunicações, energia e saneamento, e os equipamentos sociais, com especial atenção às zonas de ocupação espontânea [...]. (Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho de 2008, 22 — *Regulamento da Lei de Ordenamento do Território*).

No final de 2012, o Município de Maputo, seguindo a orientação do PEUMM (2008), da Lei de Ordenamento do Território (Decreto n.º 19/2007, de 18 de julho) e seu Regulamento (Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho), ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Municipal (PROMAPUTO II) (2007-2015)<sup>10</sup> e financiamento do Banco Mundial, lançou um concurso internacional para a elaboração do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (PPUBaixa)<sup>11</sup>.

A elaboração e aprovação do PPUBaixa, segundo o Conselho Municipal de Maputo, era determinante para o apuramento dos limites físicos da Baixa<sup>12</sup>, “estabelecendo as suas dimensões qualitativas e quantitativas, detalhando as formas de ocupação e uso de terra”, bem como, para a criação de “instrumentos e medidas para a classificação, conservação e gestão dos seus bens históricos”<sup>13</sup> (*Request for Proposal:*

---

<sup>10</sup> “Since April 2007, the Maputo City Council [...] is implementing a two phases Municipal Development Program — PROMAPUTO within which one of its subcomponents (subcomponent C) aims to provide support to the municipality to improve its efficiency in management and planning through capacity building in urban management and the implementation of a Geographic Information System (Gis).” (*Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 1).

<sup>11</sup> Cf. o Termo de Referência para a elaboração do PPUBaixa — *Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 1-2 — Anexo C.

<sup>12</sup> Cf. Anexo C — *Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 4-5.

<sup>13</sup> “[...] the ‘Baixa’ historical and cultural assets are in danger, as the ‘Baixa’ is currently characterized by real and objective problems. The infrastructure is in a bad state of degradation and most of the building are not well maintained, are abandoned or underused and on more than one occasion are left to crumble. If nothing happens in the next decade or so, the next step would probably be to demolish large parts of the ‘Baixa’ in order to build large-scale modern buildings and shops. That would ruin the ‘Baixa’ value and would also threaten traditional informal business, which is the main source of income of the poor people and determines the ‘Baixa’ characteristic vitality.

*Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 5).

The PPU must consider, in its analysis, the intrinsic value (structural, architectural and functional qualities) of the existing building stock and infra structure and the value and scale of the urban context, essential to the preservation of the historical integrity of the patrimony which is, already, protected by law. The PPU must focus primarily in the identification of the factors and the creation of the mechanisms and of the planning instruments that will promote the recuperation of the Baixa, [...]. (*Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 2)

Os limites assinalados em vários estudos urbanísticos para a área de proteção da Baixa (apurados pela SEC no já referido “Estudo de Valorização Urbanística da Baixa de Maputo”, de 1984) nunca chegaram a ser ratificados. O PEUMM (2008) assinalou essa delimitação<sup>14</sup> na sua “Planta de Condicionantes” e na Planta da “Área Histórica Classificada”, juntamente com a lista de elementos classificados ou em vias de classificação do património edificado da cidade, e estipulou, para essa área prioritária, a elaboração de um plano parcial de urbanização. O PPUBaixa visava a identificação de um conjunto de intervenções integradas que promovessem a atratividade e a competitividade da área, considerando as condicionantes da conservação e valorização do seu património histórico-cultural edificado/paisagístico, uma maior adequação a

---

In this context it is important to identify instruments that enable to value and preserve this heritage which is so important for the city's cultural identity, Mozambican society, and which has a very strong economic potential.” (*Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 1).

O Termo de Referência definia à partida os vários levantamentos que deviam informar o PPUBaixa no diagnóstico relativo ao edificado e à caracterização económica e sociocultural da área abrangida. Cf. Anexo C — *Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 5-6.

<sup>14</sup> A área delimitada pelo PEUMM, na planta da “Área Histórica Classificada” e na “Planta de Condicionantes”, estende-se a norte até à Av. 24 de Julho e Av. Fernão de Magalhães. No “Estudo de Valorização Urbanística da Baixa de Maputo” (1984), a delimitação a norte faz-se pelo eixo das Avenidas Ho Chi Minh e Zedequias Manganhela. O “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” (2014), define o limite da área de intervenção mais a norte pelo eixo da Av. Ho Chi Minh (Fig. 250).

determinadas atividades económicas e recreativas e a atração de novos residentes e investidores. A solução encontrada e aprovada implica profundas transformações ao nível das infraestruturas existentes (sobretudo em termos de acessibilidades e transportes) e, a médio prazo, a alteração completa do chamado *Waterfront* para fins turísticos, comerciais e residenciais. Antevê-se a criação de uma massa/barreira de alta densidade na envolvente da Baixa antiga, e uma visão parcializadora do edificado que constitui o antigo conjunto aferido no “Estudo de Valorização Urbanística da Baixa” (1984), — ao qual é atribuído (novamente) uma classificação/hierarquia, elemento a elemento, limitando-se significativamente a área de proteção histórico-arquitetónica anteriormente apontada.

A área abrangida pelo PPUBaixa engloba a anteriormente delimitada área de proteção histórico-arquitetónica da Baixa (segundo a proposta do estudo da SEC, de 1984), estendendo-se para sul até à linha de água (na faixa atualmente afeta ao porto); para nascente, ao longo do Aterro da Maxaquene até à Escola Náutica, abrangendo as Barreiras e a avenida de crista do planalto — a Av. Patrice Lumumba e parte da Av. Mártires de Mueda — ou seja, praticamente a grande parte do Bairro Central C; e para poente, numa faixa delimitada a sul pelos terrenos afetos aos Caminhos de Ferro até à Praça 16 de Junho, e a norte, pela Av. Josina Machel e a Rua Comandante Beata Neves<sup>15</sup> (parte dos Bairros do Alto Maé B e Malanga). Dentro da área de abrangência do PPUBaixa, foram delimitadas três áreas características: a “Baixa Central” (entre as Avenidas Guerra Popular e Vladimir Lenine), a “Baixa Oeste” (entre a Av. Guerra Popular e o limite oeste do PPU) e a “Baixa Este” (entre a Av. Vladimir Lenine e o limite este do PPU) (Fig. 249).

---

<sup>15</sup> Cf. Anexo C — *Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 4.

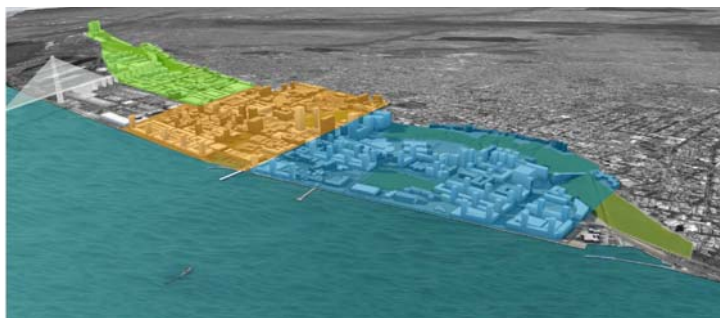


Figura 249: A área de abrangência do PPUBaixa delimitada em três áreas distintas: a “Baixa Central”; a “Baixa Este” e a “Baixa Oeste”, 2014. Fonte: *Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Segunda Audiência Pública*, jul. 2014: 15.

A equipa projetista apurada — o consórcio formado por especialistas das empresas norte-americana Cardno e da espanhola DCU (Design, Convergence, Urbanism) — passou sucessivamente a integrar o CEDH da FAPF-UEM (CARDNO+CDU+CEDH-UEM), contando com a coordenação da Direção Municipal de Planeamento Urbano e Ambiente (CMM/DMPUA). A elaboração do PPUBaixa desenrolou-se entre 2013 e 2014. A primeira e a segunda Audiências Públicas tiveram lugar em 5 de junho e em 18 de julho de 2014, respetivamente, no Conselho Municipal de Maputo. O PPUBaixa foi submetido e aprovado pela Assembleia Autárquica em novembro de 2014<sup>16</sup> e aguarda, de acordo com a legislação em vigor (Art.ºs 13, 14 e 18 do Decreto n.º 19/2007, de 18 de julho — Lei de Ordenamento do Território; Art.ºs 13 e 39 do Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho — Regulamento da Lei de Ordenamento do Território) e com o Art.º 72 do seu próprio Regulamento, ratificação tutelar pelo Ministério da Administração Estatal e sequente publicação na I.ª série do BR (*Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 37).

O PPUBaixa é constituído pelo seu Regulamento, traduzido graficamente nos seguintes elementos:

---

<sup>16</sup> A Lei n.º 11/97 de 31 de maio, nos n.ºs 2 e 3 do seu Artigo 24; e a linha a) do n.º 1 do Artigo 12, Capítulo III da Resolução n.º 29/AM/2003, de julho de 2003, conferiram ao Município de Maputo autoridade para elaborar e aprovar os seus planos de desenvolvimento, de ordenamento territorial ou Planos de Estrutura, Urbanização e de Pormenor, com referência nos planos nacionais e regionais e nas políticas sectoriais de âmbito nacional.

a) Planta de Zoneamento à escala 1:5000, articulada em cinco plantas à escala 1:5000 relativas a, 1) “Classificação do Espaço Urbano”; 2) “Mobilidade”; 3) “Infraestruturas”; 4) “Unidades Operativas de Planeamento e Gestão”; 5) “Inventário Municipal do Património”;

b) Planta de Condicionantes à escala 1:5000, articulada em duas plantas (à escala 1: 5000) relativas a, 1) “Património classificado ou em vias de classificação (Conjuntos, interconexões especiais, edificações e espaços públicos)”;

e 2) “Outras Servidões e Restrições de Utilidade Pública” (*Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 12). Do Plano fazem parte também o “Relatório de Fundamentação”, com disposições indicativas para as intervenções municipais a levar a efeito para a sua implementação e o seu respetivo “Programa de execução e plano de financiamento”; e as seguintes peças desenhadas e escritas: a) “Planta de Enquadramento Internacional, nacional e regional”; b) “Planta de Enquadramento na cidade”; c) “Foto aérea da Área de Intervenção à escala 1: 5000”; d) “Planta Topográfica à escala 1: 5000”; e) “Planta da Situação Actual à escala 1:5000”; f) “Planta do Extracto da Planta de Zoneamento do PEUMM à escala 1: 25.000”; g) “Catálogo dos Bens Patrimoniais”; h) Fichas de Ordenamento contendo os parâmetros e índices urbanísticos por bloco” (*Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 12-13).

A elaboração deste subcapítulo da tese desenrolou-se com base tanto em documentos inéditos elaborados pela equipa projetista para as várias audiências públicas, como nas versões preliminar e final do PPUBaixa e em documentação produzida sucessivamente para a sua apresentação<sup>17</sup>. O hiato temporal desta pesquisa *in*

---

<sup>17</sup> A análise de alguns aspetos do PPUBaixa foi feita com base em: a) documentos produzidos na fase de diagnóstico do sistema urbano da Baixa; b) documentos apresentados nas duas consultas à Comissão de

436

*loco* coincidiu com o lançamento do concurso para a elaboração do PPUBaixa e terminou com a fase de conclusão dos vários elementos do Plano, submissão e discussão na Assembleia Municipal (em novembro de 2014). Foi possível aceder a outros documentos que integram o PPUBaixa, submetidos pela equipa projetista posteriormente (caso do “Relatório de Fundamentação Final”, concluído em março de 2015), já praticamente na fase final de elaboração deste texto, no Verão de 2015.

Na primeira Audiência Pública do PPUBaixa (5 de junho de 2014), foram apresentados e discutidos os objetivos do Plano, o diagnóstico do sistema urbano da Baixa e a proposta de desenvolvimento urbano eleita (foram apresentados previamente à Comissão de Acompanhamento do Plano, em várias consultas, três cenários de desenvolvimento urbano distintos para a Baixa, detalhando as melhorias físicas e não-físicas necessárias para a sua concretização) (*Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 8). O diagnóstico apresentado consistiu num inventário e na investigação e análise do estado físico, económico e social da zona de intervenção e suas potencialidades, realizado entre agosto de 2013 e janeiro de 2014, através do levantamento do edificado (caraterização sumária, estado de conservação, função atual), de entrevistas, da revisão de estudos e planos urbanísticos precedentes e dos dados municipais disponíveis. O diagnóstico foi discutido com a Comissão de Acompanhamento do Plano e disponibilizado em linha no

---

Acompanhamento do Plano (6-7 de nov. de 2013 e 26 de fev. de 2014); c) documentos apresentados nas duas Audiências Públicas (“Catálogo do Património e Regulamento”; Diagnóstico; Versão Preliminar do Plano); d) no Regulamento do PPUBaixa (nov. 2014); e) no relatório de fundamentação final (mar. 2015); f) documentos de apresentação pública do Regulamento de Proteção dos Bens Imóveis e do PPUBaixa (mar. 2015); e g) em entrevistas realizadas pela autora, ao longo do período de elaboração do PPUBaixa, a vários elementos da equipa projetista (nomeadamente a Luís Lage, a Júlio Carrilho e a Ana Anjo). Agradeço a cedência de cópias das peças escritas e desenhadas referidas e os variadíssimos esclarecimentos sobre o processo de elaboração do Plano aos vários entrevistados.



sítio do Plano (<http://www.minha-baixa.com>), com vista à sua divulgação e auscultação pública durante a primeira audiência pública.

A proposta de desenvolvimento urbano eleita perspectivava (i) um novo portal de entrada e uma área de desenvolvimento urbano na “Baixa Oeste”, marcada por edifícios mais altos na proximidade da futura ponte da Catembe (ocupada atualmente sobretudo por espaços de indústria, armazéns e oficinas); a organização do atual núcleo de crescimento na “Baixa Este” (no chamado Aterro da Maxaquene), de modo a reduzir o congestionamento da “Baixa Central” e a pressão do crescimento urbano sobre o núcleo histórico; a criação de uma nova área residencial/turística na faixa atualmente afeta ao porto, a sul da Av. dos Mártires de Inhaminga, entre o Museu das Pescas e a Praça dos Trabalhadores; (ii) a manutenção e a reabilitação dos espaços verdes existentes (Barreiras da Maxaquene e da Malanga, Jardim Tunduru, Circuito António Repinga, praças arborizadas, corredores verdes, etc.) associados a uma rede de percursos pedonais com ligação à frente de rio/baía, a parques de estacionamento e a nós de transporte público (Figs. 251 a 253); (iii) uma estação intermodal de transportes (situada no limite oeste da Av. 25 de Setembro) (Fig. 255); e (iv) nova residência para os vários grupos sociais<sup>18</sup> (*Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 20, 56, 59-60). Entende-se manter o caráter de uso misto da Baixa aumentando significativamente a função residencial (um dos problemas identificados na área foi a tendência crescente para a diminuição drástica da função residencial nos novos empreendimentos imobiliários).

---

<sup>18</sup> Na Baixa Oeste existe uma faixa de assentamento informal que ocupa 87,700 m<sup>2</sup>, entre as Avenidas Organização das Nações Unidas e 24 de Julho até à Praça 16 de Julho. Os habitantes dessa área terão de ser realocados com a implementação do projeto da Ponte da Catembe, que assenta nessa zona. O PPUBaixa prevê que 40% das novas áreas residências previstas sejam acessíveis às classes de menos recursos, podendo os habitantes dos assentamentos informais vir a ser alocados nestas novas áreas de média e alta densidade da Baixa Oeste. Não é clara, no entanto, de que forma serão garantidas a construção de residências para renda baixa dentro desta área central e a sua ocupação por habitantes dos assentamentos informais.

Segundo o modelo de desenvolvimento apresentado e discutido para a zona Central, previa-se que esta fosse preenchida ponderadamente dado o carácter do seu património edificado, a ser conservado e valorizado. Pode-se averiguar, no entanto, que os empreendimentos licenciados nos últimos tempos para esta área — antes da aprovação do PPUBaixa pela Assembleia Municipal — têm feito passar uma imagem (cércea, massa e tecnologia construtiva) pouco sensível a esse mesmo património, que se diz querer valorizar e proteger. Compreende-se, também, que se não forem asseguradas condições legais, e de facto, especiais, apenas a população de renda alta poderá continuar a adquirir habitação infraestruturada nesta área privilegiada, de abrangência do PPUBaixa.



Figura 250: Uso atual do solo na área de abrangência do PPUBaixa, 2014. Fonte: *Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 12. Dentro da “Baixa Central” sobressai o uso “multifuncional” (rosa); uma faixa de “espaço de indústria, armazenagem e oficinas” afeta ao porto; uma área para “usos especiais” (Doca seca, Capitania do Porto, Quartel da Marinha, Bairro Residencial da Marinha, etc., assinalada a azul); uma área mista afeta a serviços e comércio (amarelo), e a comércio e residência (castanho); uma pequena área residencial de alta densidade que abrange o Hotel Rovuma (laranja); vários equipamentos de utilidade pública, e área de parques e jardins (Jardim Tunduru e Praça 25 de Junho).

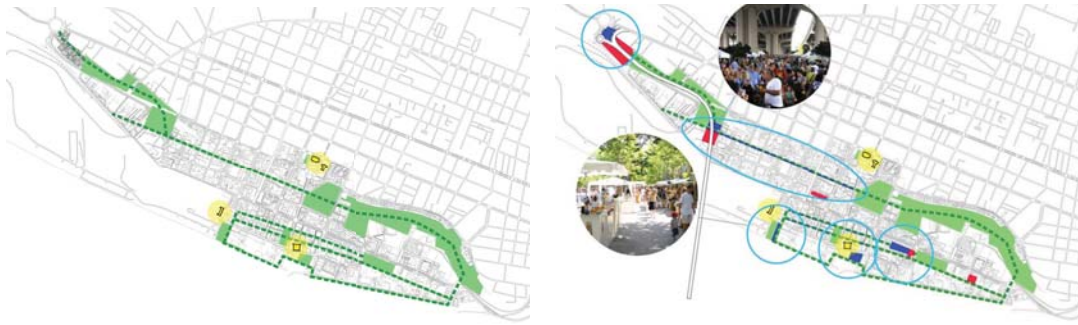
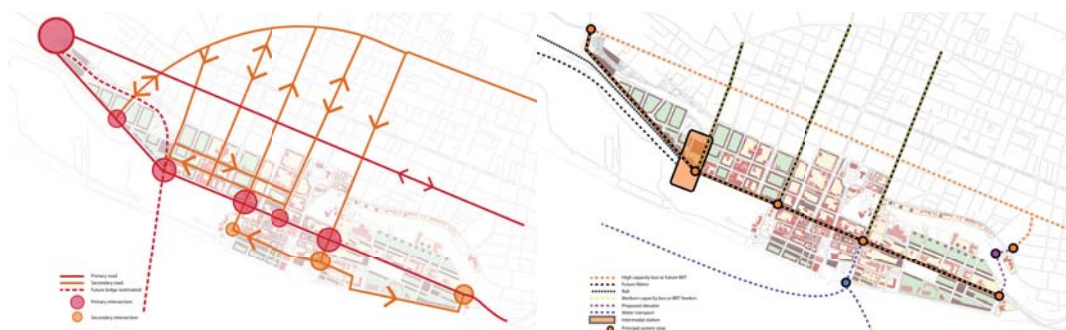


Figura 251: Proposta para o “Espaço público e rede pedonal”, 2014. Fonte: *Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 63.

Figura 252: Proposta de “Espaços conectados ao estacionamento e à rede pedonal”, 2014. Fonte: *Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 66. A proposta entende interligar a nova rede pedonal e os novos espaços comerciais de rua/mercados destinados a organizar o comércio informal existente.



Figura 253: Proposta de localização de novos parques de estacionamento dentro de um raio confortável de caminhada (ca. 15 minutos), 2014. Fonte: *Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 67).



Figuras 254 e 255: Proposta para o “Fluxo de trânsito” e o “Transporte público”, 2014. Fonte: *Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 68. A proposta prevê a integração das várias modalidades de transporte público — rodoviário, ferroviário, marítimo e da futura linha de metro (que fará parte de um projeto distinto) — numa nova estação intermodal situada no início da Av. 25 de setembro (a oeste) e a transferência da Estação Marítima para o enfiamento da Rua da Imprensa, a sul da Capitania. Um elevador, situado na Barreira da Maxaquene, ligará a Baixa à área do “Museu” — estação terminal de uma grande parte dos circuitos de transportes públicos e “chapas”.

O diagnóstico do PPUBaixa chamou a atenção para o contraste entre a atividade e o congestionamento diurno da Baixa e o seu abandono depois do anoitecer, que se deve, em parte, à falta de residentes. A densidade residencial da Baixa ronda as 40 pessoas por hectare e é comparável à das áreas semirurais. Os problemas de congestionamento na área, segundo o mesmo diagnóstico, devem-se sobretudo à gestão (falta de transporte público e espaços para estacionamento e excesso de veículos particulares)<sup>19</sup> e não à rede de estradas ou ao caráter da malha urbana. O PPUBaixa defende o crescimento da densidade populacional nesta área para valores entre as 150 e as 200 pessoas por hectare, com a ocupação do solo para o uso residencial a rondar 50 a 60% (atualmente situa-se em 24,80%); o uso comercial e escritórios situado entre 15 a 20% cada (atualmente situa-se em 13,02% e 34,32%, respetivamente) e 5 a 10% para equipamentos públicos. Previa-se a eliminação do uso industrial, atualmente com um peso considerável na área da “Baixa Oeste” (15,96%) (*Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 48).

Segundo a análise do PPUBaixa, os projetos de desenvolvimento em vista e futuros para esta área deveriam considerar a capacidade das infraestruturas existentes a nível de abastecimento de água (mantendo-se o nível de crescimento, nos próximos 5/10 anos a infraestrutura deixará de responder à procura) e da rede de saneamento; e determinar a necessidade de expansão dessas redes (*Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 37-39).

Segundo o preconizado no Plano, o espaço público/percursos pedonais, as estações de

---

<sup>19</sup> O fluxo diário de entrada de automóveis na Baixa corresponde em 70% a veículos particulares (10, 200 unidades) e em 27% a veículos de transporte coletivo, sendo que estes últimos acomodam 75% dos passageiros (*Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 35). O congestionamento é maior na Baixa Central, nomeadamente nos eixos norte/sul que correspondem às Avenidas Guerra Popular, Karl Marx e Vladimir Lenine que recebem mais de 4000 veículos/hora durante os picos de entrada na cidade (*Plano Parcial de Urbanização Para a Requalificação da Baixa de Maputo, Aspectos chave do Diagnóstico*, jun. 2014).

transporte público e o comércio informal devem ser contemplados em conjunto, por estarem diretamente interligados, reconhecendo-se o sector informal como uma condição fundamental da estratégia de sobrevivência das classes de renda baixa. O comércio informal existente, segundo essa visão, deve ser sujeito a planeamento e não ignorado ou eliminado (estimando-se que empregue entre 2.000 e 5.000 vendedores só na área da Baixa) (*Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 40-41).

O estudo efetuado identificava claramente a tendência de crescimento de projetos isolados e o aumento da densidade construtiva dentro da Baixa Central e Este (eram 26 os projetos aprovados para novas obras e 11 as obras em curso, num total de 40 parcelas em 50 hectares), sem obedecerem a uma visão de conjunto/planeamento integrado e com foco predominante no comércio e nos escritórios.

Durante a primeira Audiência Pública do PPUBaixa, a análise e o diagnóstico efetuados permitiram discutir a importância do Património Histórico e Cultural da Baixa, apresentando várias “coleções” de elementos arquitetónicos dispersos, agrupados de acordo com a sua fase histórica, estilo arquitetónico e tecnologia construtiva; de marcos individuais de excecional valor; de espaços públicos; de determinados enfiamentos e vistas panorâmicos; ou ainda, de grupos de edifícios de carácter localizado que, sem apresentarem singularmente características excecionais, formam conjuntos de particular interesse identitário (*Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, jun. 2014: 21-31).

O “Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa”, elaborado durante a fase de diagnóstico e apresentado na discussão pública, é um dos elementos integrantes do PPUBaixa. Define o sistema de classificação apurado para o património edificado da

Baixa<sup>20</sup>. Pretendia-se inicialmente que a proposta de “Regulamento de Proteção dos Bens Culturais Imóveis” (à época em elaboração) fosse submetida a aprovação juntamente com o PPUBaixa, o que não aconteceu. Tanto o “Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa”, com o apuramento do sistema de classificação do edificado, como o “Regulamento de Proteção dos Bens Culturais Imóveis”, discutidos e apresentados contemporaneamente durante a elaboração do PPUBaixa, tinham como principal objetivo a continuação natural e efetivação do trabalho efetuado neste âmbito, nos últimos anos em Maputo. Apareciam como complemento e seguimento da Lei n.º 10/1988 de 22 de dezembro, e, entre outras, da proposta “Normas para a Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios”, preparada pelo Ministério de Educação e Cultura em 2003; e do “Catálogo e Proposta de Classificação” e da proposta de “Regulamento de Proteção do Património Cultural Edificado”<sup>21</sup>, submetidos a aprovação em 2010 (não aprovados).

O “Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa”, do PPUBaixa, partiu do estudo para a proposta de classificação do património edificado da cidade de Maputo,

---

<sup>20</sup> Os requisitos identificados nos Termo de Referência para elaboração do PPUBaixa, acentuavam a necessidade de este PPU — dadas as características históricas e culturais da área —, ir além de um típico PPU e da produção dos elementos do planeamento urbano previstos na legislação. Pretendia-se que o PPUBaixa assumisse uma maior complexidade, com base na pesquisa aprofundada e análise histórica da estrutura urbana e da acumulação de valores em presença. Referia-se claramente, que o PPUBaixa não poderia ser encarado apenas e sobretudo como um instrumento técnico de planeamento físico, mas devia servir à criação de mecanismos e estratégias políticas (legais, fiscais e financeiras) para a revitalização da área. A elaboração do PPU devia considerar, na sua análise, o valor intrínseco do estoque de edifícios e da infraestrutura urbana existentes e o valor e a escala do contexto urbano, essencial para a compreensão e preservação do conjunto. O PPUBaixa deveria integrar elementos (peças escritas e desenhadas) concernentes à conservação dos bens culturais imóveis (compreendendo, entre outros, o levantamento do edificado, a avaliação do seu estado de conservação, a função atual e a sua relação com a envolvente, e uma proposta de classificação), bem como, considerar a complexidade da dinâmica social, económica e cultural do centro histórico, na proposta de intervenção (*Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 1-2). Para o âmbito específico e geral do PPUBaixa e seus objetivos previstos no Termo de Referência, veja-se Anexo C — *Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012: 5 ss.

<sup>21</sup> A proposta de Regulamento para o património edificado nacional foi revista sucessivamente. Existe uma 2.ª versão datada de 2012 e outra, apresentada no decurso da última Audiência Pública do PPUBaixa, com data de julho de 2014. Essa última versão aguarda nova revisão (não houve consenso nas várias discussões da proposta de Regulamento relativamente a alguns artigos e definições).

submetida a aprovação em 2010<sup>22</sup>, já aqui referido, e do levantamento do edificado desenrolado durante a fase de elaboração deste PPU (2013-2014). O sistema de classificação do património edificado individuado no PPUBaixa estabelece classes que vão da categoria A+ (correspondente à categoria de “Património Mundial com Valor Universal Excepcional”) a D (bens com valor de “ambiente”, que como parte integrante de um conjunto contribuem positivamente para o carácter do ambiente urbano onde se inserem)<sup>23</sup>.

O “Catálogo” supracitado apresenta uma seleção de 323 bens, “incluindo edifícios, espaços públicos, memoriais e monumentos, que têm suficiente valor histórico, arquitectónico, arqueológico, artístico, religioso, paisagístico e/ou estético para justificar a sua classificação, com o propósito de no futuro serem protegidos por lei” (*Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 2). Esse documento organiza em fichas individuais (Fig. 258) — num formato símile ao do catálogo que estava a ser preparado contemporaneamente para a Ilha de Moçambique, num estudo independente —, dados sobre a localização de cada um dos elementos assinalados no mapa da cidade (com um código de identificação GIS) (ver Figs. 257a e 257b); a classe de classificação proposta; uma fotografia; a época de construção; o seu uso atual, “o estado de

<sup>22</sup> Cf. Lage e Carrilho, 2010.

<sup>23</sup> A “classificação” do edificado foi estruturada segundo o valor relativo atribuído a cada elemento. As várias classes obedecem a níveis distintos de protecção. As definições correspondentes às várias “Classes de Classificação” (Artigo 10), aos “Níveis de intervenção [aplicáveis às várias classes de bens classificados]” (Artigo 11) e aos “Critérios de classificação” (Artigo 12), foram individuadas na proposta de “Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis” (2014). Utilizo a “última” versão da proposta datada de julho de 2014, Artigos 10 a 12, pp. 6-8. O “Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa” explana também a definição de cada uma das classes individuadas (cf. *Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 3-8); e o Regulamento do PPUBaixa apresenta a definição de cada uma das classes no n.º 2 do seu Artigo 12, referindo que “Ao abrigo do artigo 10, do Capítulo III—Regime de Protecção do “Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis” [leia-se proposta de Regulamento], as edificações com interesse patrimonial são classificadas por classes A, B, C e D, conforme Planta do Património classificado ou em vias de classificação” (*Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 17). Os n.ºs 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 do Artigo 12 do Regulamento do PPUBaixa definem os condicionamentos e tipo de protecção sujeitos às “edificações com interesse patrimonial” (classificadas ou em vias de classificação) e as operações/níveis de intervenção inerentes às várias classe apuradas. O mesmo Regulamento define no seu Artigo 13, os “Espaços Públicos com Interesse Patrimonial” e os condicionamentos a observar nesses espaços.

conservação”; “a razão pela qual se considera que merece ser classificado”, e “[a] sua data original de classificação (aspecto relevante para 55 dos bens, que já estão protegidos sob o único instrumento existente na legislação nacional de protecção patrimonial, aprovado em 1988)” (*Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 3).

O “Catálogo” cobre apenas “bens patrimoniais individuais” e a sua proposta de classificação dos vários elementos selecionados não aparece devidamente fundamentada. Na maior parte das fichas, a justificação para a classificação do elemento fica-se pela parcimónia “qualidade arquitetónica, forma e localização” ou “associado a um arquiteto famoso”, sendo, em muitos casos, a classificação proposta de difícil compreensão (o que pode dever-se, em parte, ao facto de não ser apresentada fundamentação adequada, ou nenhuma). Refiro-me, por exemplo, a um edifício como o da sede do Banco de Moçambique (antigo BNU) — um exemplar único, a nível nacional, de *Gesamtkunstwerk*, pelo seu requinte arquitetónico harmonizado com obras de arte em vários suportes de variadíssimos artistas, como Querubim Lapa, Francisco Relógio, António Quadros, José Freire, Malangatana Ngwenya Valente, Bertina Lopes, entre outros —, ao qual foi atribuído a categoria C<sup>24</sup>, justificando-se a sua classificação segundo essa categoria pela “Qualidade arquitectónica, forma e localização; relação com arquitecto importante” (que não aparece identificado). Esse edifício, tem exatamente a mesma classificação atribuída à ruína da antiga Farmácia Barbosa na Rua Consiglieri Pedroso, da qual resta apenas a fachada, sem cobertura nem

---

<sup>24</sup> “C- Património e bens culturais de valor limitado/local incluindo aqueles que tem o potencial de contribuir para os objectivos de pesquisa e investigação no âmbito local” (Alínea d) do n.º 2 do Artigo 12, *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 18). Esta categoria está sujeita aos seguintes critérios de protecção: “b) Possibilidades de reconstituição do conjunto edificado com utilização de equipamentos incorporados ou não como, instalações sanitárias, cozinhas, [...], bem como técnicas, tecnologias e materiais modernos, absolutamente necessários, que confirmam maior durabilidade ao edificado e o conforto à realização das funções definidas, sempre no estrito respeito de princípios operativos da legibilidade e reversibilidade; c) As alterações de tipo espacial como a adequação da compartimentação não deverão alterar as relações exterior-interior e alturas do edificado.” (Alíneas b) e c) do n.º 6 do Artigo 12, *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 18-19).



compartimentação interior, entaipada com folhas de zinco no rés do chão para evitar o acúmulo de lixo... e à ruína do antigo estabelecimento Martha da Cruz & Tavares (do qual resta apenas a fachada cheia de lacunas), situado na Av. 25 de Setembro. Nessa mesma categoria aparecem o requintado Prédio Cardiga, o edifício da Associação da Comunidade Chinesa de Moçambique (antiga Escola Chinesa), o edifício do Centro Cultural Brasil-Moçambique (antigo Prédio Ja Assam), o Prédio Mann George (autoria de Pancho Guedes), o Hotel Tamariz (também de Pancho Guedes) (nenhum destes edifícios aqui nomeados aparece sequer identificado pelo nome no “Catálogo”), ou a estufa do Jardim Tunduru. A fotografia do edifício da estufa, apresentada no “Catálogo”, reduzida ao seu esqueleto estrutural, remonta às obras de reabilitação do Jardim (em curso à época), justificando-se a sua classificação pela sua “História, qualidade arquitectónica e valor comunitário” (*Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 176). Vários elementos arquitetónicos do Jardim Tunduru aparecem propostos em categorias distintas, quando o Jardim (imagino que no complexo do seu desenho paisagístico, dos seus elementos arquitetónicos, espécies botânicas, etc.) é considerado segundo a categoria A.

Na categoria D, aparecem praticamente todas as moradias seleccionadas ao longo da Av. Patrice Lumumba (a antiga Estrada da Ponta Vermelha), que é, no conjunto (arquitetónico/paisagístico), uma das mais interessantes e harmoniosas da cidade (com vivendas em estilo português suave, vários exemplares do racionalismo, ou ainda prédios extraordinários como as Torres Hexagonais, que nem aparecem nomeadas); e ainda o interessante conjunto do Bairro Residencial da Marinha, situado ao longo da Rua Ngungunhane, entre o edifício da Capitania e o do Ministério das Finanças (antigo edifício da Direção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade) (toda

essa área, do chamado *Waterfront*, é votada a fins turísticos na “Planta de Ordenamento” do PPUBaixa).

As várias classes atribuídas aos “bens sobreviventes da Baixa” justifica-se, segundo os elementos apresentados, pela “compreensão que foi desenvolvida durante o processo de estudo” do Plano (*Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 3). Esse entendimento levou à adoção de duas modalidades distintas para a proteção do edificado: a “Classificação de Bens Patrimoniais Individuais e a Classificação de Zonas Protegidas no interior da área” (*Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 3). Considerou-se que a eficácia de um sistema de classificação com alcance adequado na proteção dos bens passaria por um processo faseado, implementado em três fases:

A primeira fase é a realização de uma análise objectiva em comparação a critérios anteriormente acordados, visando identificar a gama completa de bens que tenham algum tipo de interesse patrimonial. Estes bens precisam em seguida ser encaixados numa hierarquia de classificação para estabelecer o nível relativo de significância de cada bem. Por último, desenham-se políticas e legislação para salvaguardar a significância de cada bem patrimonial [...]. (*Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 3-4)

A hierarquia de classificação utilizada pelo PPUBaixa alocou cada bem patrimonial selecionado — muitos edifícios ficaram fora da seleção, caso do Hotel Rovuma, do Museu Nacional de Arte, do Prédio Tonelli, entre muitos outros — num dos quatro níveis apurados (A a D), considerando não existir nenhum elemento correspondente à classe A+ na área de abrangência do Plano (e na restante cidade de Maputo).

Os vários níveis de classificação — elencados na já referida proposta de “Regulamento de Proteção dos Bens Culturais Imóveis” (2014) —, a sua definição detalhada e intervenção admissível correspondente, foram explanados ao longo das

primeiras páginas do “Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa” e no Regulamento do PPUBaixa (Artigos 12 e 13), remetendo-se, no entanto, para a futura legislação nacional do património edificado<sup>25</sup>, uma definição mais específica dos limites e tipos de intervenção admissíveis nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação (*Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 8-9).

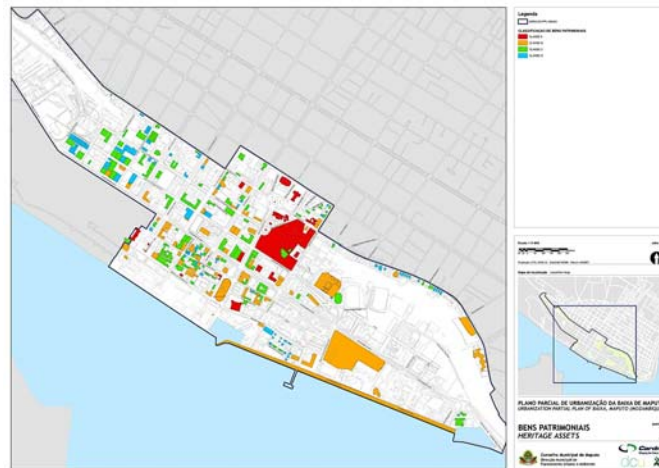


Figura 256: Mapa de localização dos vários bens patrimoniais individuados por categorias pelo PPUBaixa, 2014. Fonte: *Regulamento de Protecção de Bens Culturais Imóveis, Baixa de Maputo: “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”* [apresentação], mar. 2015: s.p. A cor vermelha corresponde à categoria A (19 elementos, 6% do total de elementos seleccionados); a amarela à B (68 elementos, 22%); a verde à C (133 elementos, 42%); e a azul à D (93 elementos, 30%).

O Regulamento do PPUBaixa apresenta ainda um conjunto de definições (glossário), entre elas, “restauro”, que define como “o conjunto de acções especializadas que têm por fim a conservação e consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou de parte da sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história” (*Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 10). O “Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis”, que se encontrava em elaboração no mesmo período, referia para o mesmo termo o seguinte: “é o conjunto de acções especializadas que visam reproduzir a condição de uma estrutura previamente conhecida do imóvel,

<sup>25</sup> Subentende-se, o (futuro) “Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis” que, como já foi referido, foi apresentado e discutido em Maputo durante o ano de 2014, aguardando-se a sua revisão e aprovação.

adicionando materiais antigos ou novos” (“Restauro”, Art.º 1, *Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis* [Proposta], 2014), símile às definições dadas para “Reconstrução” e “Conservação” (*Regulamento de Protecção dos Bens Culturais Imóveis* [Proposta], 2014: 2-3).

O PPUBaixa foi comissionado a um consórcio internacional, está vinculado à legislação nacional sobre o património, que não oferece elaborações teórico-práticas de carácter local — e.g., a “custódia tradicional” é um instrumento essencial e institucionalmente reconhecido em Moçambique para a conservação de determinado património edificado, mas dificilmente poderá ser associada à salvaguarda do património edificado da “cidade de cimento”<sup>26</sup>. Há muito que se deixou de considerar pertinente para fins de conhecimento e salvaguarda<sup>27</sup>, salvo casos excepcionais devidamente fundamentados, a reposição da “concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos” da história de um edifício classificado (basta ler a longínqua Carta de Veneza e as cartas de património sucessivas). O n.º 2 do Art.º 9 do Regulamento do PPUBaixa é por si só ilustrativo do entendimento e condicionamentos relativos à salvaguarda do património edificado em presença, ao estipular as

---

<sup>26</sup> Entre os vários objetivos específicos da “Política de Monumentos”, emanados na alínea b) do n.º 3.2 da Resolução n.º 12/2010 de 2 de junho, estão os de “Promover e apoiar a divulgação dos princípios universais de conservação de monumentos, conjuntos e sítios, no contexto da realidade moçambicana”; “Incentivar a conservação de monumentos, conjuntos e sítios independentemente do período histórico que representam, categoria ou valor local, nacional ou universal”; e “Actualizar, permanentemente, os critérios para a classificação de monumentos com significado a nível local, nacional ou universal”.

<sup>27</sup> “[...] a prática institucional da conservação do património exige, antes de mais, que seja criada uma distância histórica, pela qual os objectos, lugares ou as práticas sociais podem ser vistos como documentos de um passado [...]. A criação desta distância temporal é essencial para que se possa nomear e dar significado próprio ao património. Com efeito, é nela que reside o acto patrimonial, entendido como capacidade das instituições políticas para definirem o que é ou não é património histórico e cultural e, deste modo, estipularem o que deve ou não ser objecto da protecção/conservação e, assim, de consagração e reconhecimento social alargado.

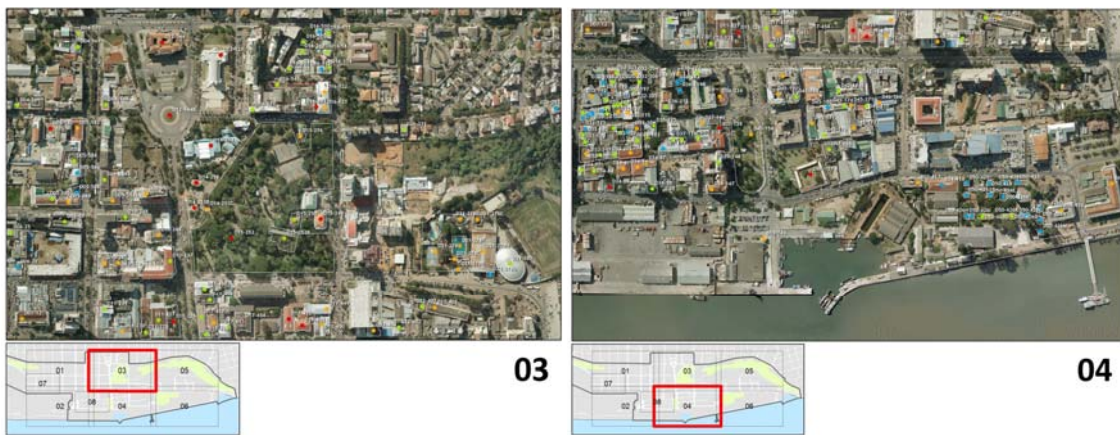
O acto patrimonial refere-se em regra à consagração de determinados objectos, lugares ou práticas socioculturais que surgem (re)investidos de significado histórico, mesmo se despojados de qualquer vinculação constitutiva do que é a vida colectiva actual e, por igual, do que possam ter sido as suas funções e o seu significado no passado. Este processo, [...], implica reconhecer a autonomização ontológica dos bens patrimonializados.” (Fortuna, 2012: 24).

intervenções admissíveis em bens de interesse patrimonial, desde que “fundamentadas técnica e cientificamente”.

2. Entende-se por protecção e valorização do património:

a) A preservação dos elementos determinantes que constituem a sua imagem, sem prejuízo de imperativos da sua adaptação, quando possível, à vida contemporânea [...] (*Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 14)

Dentro deste entendimento, a grande maioria dos elementos inventariados, independentemente da categoria (com exceção provavelmente da A), estão “dependentes” dos imperativos de adaptação à vida contemporânea, estipulando-se que as recomendações elencadas relativamente à sua conservação (com respeito à matéria antiga, às técnicas tradicionais, à tipologia funcional dos edifícios, etc.), devem ser cumpridas “sempre que possível” (n.ºs 3 a 10, Artigo 12, *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 18-19).



Figuras 257a e 257b: Secções do mapa da cidade assinalando os vários elementos individuados por categorias na área abrangida pelo PPUBaixa, 2014. Fonte: *Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 13 e 14.



Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa <small>Baixa Heritage Assets Catalogue</small>	
Nome <small>Name</small>	Código <small>code</small> <b>D15-256</b> Classificação <small>Classification</small> <b>B</b>
Endereço <small>Address</small> Rua da Rádio, 2	Época estimada de construção <small>Estimated construction period</small> 1915-1955
	Propriedade (assumida) <small>Ownership (assumed)</small> Privado
	Uso actual <small>Current use</small> Escritórios
	Número de pisos <small>Number of storeys</small> 1
	Estado geral de conservação <small>Overall condition</small> Bom
	Data inicial de classificação <small>Original classification date</small> Good
Motivação para classificação <small>Justification for classification</small>	
Qualidade arquitectónica, forma e localização <small>Architectural quality, form and location</small>	
Data do inventário: Fevereiro 2014 <small>Inventory date: February 2014</small>	Mapa de localização <small>Location map</small>

Figura 258: Amostra de ficha de inventário do “Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa”, PPUBaixa, 2014, relativa ao edifício dos Serviços Comerciais e Secretaria Geral da Rádio Moçambique. Fonte: *Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa*, 2014: 67.

Na maior parte dos casos, as fichas de inventário do “Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa” aparecem incompletas: sem o nome do edifício, a data de construção, uma resenha histórica e análise arquitetónica/artística/simbólica/paisagística que sustente a seleção, tal como já foi referido. Não consegui apurar em que condições foi elaborado este documento, visto que o CEDH-FAPF tem desenvolvido um trabalho acurado de levantamento do património edificado e conta com um arquivo extenso sobre essa matéria. Para além do CEDH, esse trabalho de investigação podia ter sido aprofundado noutros arquivos da cidade (e.g., Conselho Municipal, MOPH, ARPAC, AHM, etc.), ou em publicações recentes com dados úteis à identificação de muitos dos elementos individuados segundo a categoria B e mesmo C (e.g., Lage, 2006; Morais, Lage e Malheiro, 2012; Miranda, 2013; Tostões, 2013) — os da categoria A são facilmente identificáveis — e de outros bens que (não tendo sido mencionados), deveriam ser tutelados. Esse é um trabalho minucioso e prolongado que possivelmente ultrapassava, em muito, os objetivos e o âmbito do PPUBaixa<sup>28</sup> — mas que pareciam

<sup>28</sup> O processo de pesquisa documental, relativa aos vários edifícios, nos vários arquivos da cidade, foi efetuado sobretudo com a colaboração de estudantes da FAPF-UEM, especialmente contratados para esse efeito.

claramente mencionados nos Termos de Referência para a elaboração do PPU —, e que exigiria, possivelmente, outro tipo de orientações e recursos. Será, espera-se, um trabalho a continuar no âmbito do “Projeto Inventário do Património Cultural Imóvel da Cidade de Maputo”, ou de um futuro “Plano de Pormenor de Salvaguarda” da Baixa, caso sejam essas as diretivas do Ministério da Cultura e do Conselho Municipal de Maputo para o próximo futuro.

O PPUBaixa individuou dois conjuntos urbanos e “interconexões especiais, edificações e espaços públicos, classificados ou em vias de classificação como bens culturais a proteger” (Fig. 259), elencados no Artigo 8.º do seu Regulamento e na “Planta do Património” (*Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 14). Os primeiro conjunto compreende a Baixa antiga e a sua malha urbana com as “Linhas de Vistas Especiais” que abrangem a Av. Guerra Popular, a Rua da Mesquita, a Avenida Karl Marx, a Travessa do Varieté e a Avenida Samora Machel; e o segundo conjunto, com menos condicionamentos relativamente ao primeiro, uma área de ocupação predominantemente industrial e de armazenagem que corresponde a um núcleo industrial antigo situado na área da “Baixa Oeste”.



Figura 259: Planta de Condicionantes do PPUBaixa — Património classificado ou em vias de classificação, 2014. Fonte: *Regulamento de Protecção de Bens Culturais Imóveis, Baixa de Maputo: “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”* [apresentação], mar. 2015. A planta identifica dois conjuntos urbanos com interesse patrimonial; linhas de vistas especiais dentro da Baixa antiga; a malha

urbana do núcleo antigo da Baixa; interconexões especiais (ligação entre a Praça da Independência, a Av. Samora Machel e a Praça 25 de Junho; ligações entre a Praça 25 de Junho e a Praça dos Trabalhadores pelas Ruas de Bagamoyo e Consiglieri Pedroso); espaços públicos com interesse patrimonial (Jardim Tunduru, Praça 25 de Junho, Praça dos Trabalhadores, Circuito António Repinga, Av. 10 de Novembro e Feira Popular<sup>29</sup>) e outros espaços afetos à estrutura ecológica, nomeadamente, a zona de verde urbano de enquadramento e proteção formada pela Barreira da Maxaquene.

O conjunto individuado na “Baixa Oeste” (Zona A2), corresponde a uma área de desenvolvimento planeado da atividade industrial e armazenagem de final dos anos 1920 a 1950, com um padrão de rua regular e formas arquitetónicas peculiares à sua função e à época de construção. Nessa área deverá ser respeitado o caráter e a escala das fachadas do conjunto e da malha viária original (Art.º 10, *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 14-15).

Para o conjunto da Baixa antiga (Zona A1), prevê-se a salvaguarda de: a) enfiamentos de vistas para o porto e para a frente marítima através do núcleo antigo; b) do padrão de rua, devendo os novos empreendimentos no local melhorar a legibilidade desse padrão, respeitar a escala das fachadas, volumetria, cérceas e utilizar desenho e materiais apropriados ao caráter e à valorização da zona; e c) dos espaços urbanos públicos principais e das suas interconexões. Os novos empreendimentos nas praças e eixos urbanos da área deverão respeitar os elementos dominantes, favorecendo as ligações visuais para os vários espaços urbanos públicos.

Para além destes elementos, são assinalados os “Espaços Públicos com Interesse Patrimonial” a proteger, ou seja, o Jardim Tunduru, a Praça 25 de Junho e o jardim na envolvente da Fortaleza, a Praça dos Trabalhadores, o Circuito António Repinga, a Avenida 10 de Novembro e a Feira Popular (Art.º 13, *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 20). Esses espaços “compreendem os principais componentes da paisagem que são importantes no âmbito da história urbana e da valorização da Baixa pela comunidade” (n.º 1, Art.º 13, *Plano*

---

<sup>29</sup> Note-se que nem a Praça da Independência, nem a Av. Samora Machel, foram inseridas nesse conjunto.



*Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 20). O Regulamento prevê que as intervenções nesses espaços públicos sejam sujeitas à análise e ao parecer técnico das autoridades competentes, assegurando-se o “acompanhamento histórico” e a preservação das suas características urbanísticas e paisagísticas “respeitantes à época ou épocas da sua construção” (n.ºs 2, 3 e 4, Art.º 13, *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 20). É feita referência específica às intervenções admissíveis no Jardim Tunduru (n.º 5, Art.º 13), nestes termos:

- a) Se respeite e realce o carácter e valor ambiental do Jardim Botânico;
- b) Se salvguarde a integridade espacial, o valor documental dos elementos edificados nele contidos, tais como, pórtico da entrada principal, coreto, elementos escultóricos, pilaretes e gradeamento da vedação, estufas, pérgulas, entre outros;
- c) Se use desenho e materiais apropriados considerando o tipo de uso e carácter geral deste espaço público. (n.º 5, Art.º 13, *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 20)

Aquando da conclusão deste Regulamento, as obras de reabilitação do Jardim Tunduru já tinham condenado, de forma irreversível, “a integridade espacial, [e] o valor documental [de muitos] dos elementos [...] nele contidos” (*Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento*, nov. 2014: 20). Tinham sido concluídas as demolições (dos “pilaretes” da vedação, dos revestimentos externos das estufas, dos pavimentos dos percursos pedonais que serpenteiam o Jardim, das varandas e sombreamentos do coreto, das pérgulas...), estando as várias alterações previstas no “Projeto de Reabilitação do Jardim Tunduru”, em estado avançado de execução. Grande parte dos elementos referidos passaram a ser, pois, um produto da campanha de obras de reabilitação em curso, iniciada em 2013.



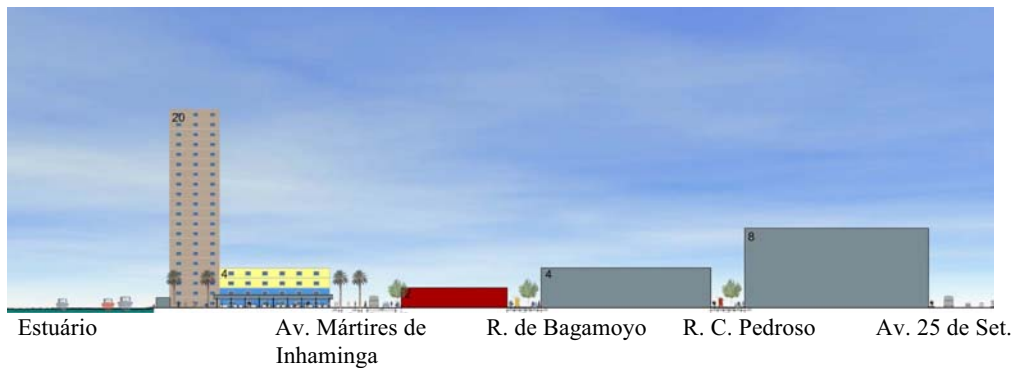


Figure 262: Proposta, PPUBaixa — Perfil sobre a Baixa Central, 2014. Fonte: *Regulamento de Protecção de Bens Culturais Imóveis, Baixa de Maputo: “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”*, mar. 2015: s.p. Sobre o chamado *Waterfront*, alguns prédios chegam aos 20 pisos e os volumes paralelos à linha de água, a 4 pisos. Na vizinhança da Baixa antiga, a cêrcea dos novos prédios é determinada pelas existentes, admitindo-se até 10 pisos ao longo da Av. 25 de Setembro.



Figura 263: Proposta, PPUBaixa — Perfil pelas Barreiras e Aterro da Maxaquene com o elevador para a Praça da Travessia do Zambeze, 2014. Fonte: *Regulamento de Protecção de Bens Culturais Imóveis, Baixa de Maputo: “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”*, mar. 2015: s.p.

Os vários elementos apresentados ao longo da elaboração do PPUBaixa, faziam subentender que uma das premissas do Plano era a salvaguarda do património edificado da Baixa Central. Existiam várias outras condicionantes a levar em conta, nomeadamente uma série de projetos de grande escala previstos para a Baixa Central e o Aterro da Maxaquene, o comércio informal ao longo das ruas que tinha de ser acomodado, a necessidade de estruturar o tráfego automóvel (incompatível nos termos atuais com a preservação e valorização do ambiente urbano da Baixa Central), a reabilitação das infraestruturas, etc. Progressivamente, a vontade de transformar uma área atualmente afeta ao porto (a sul da Av. Mártires de Inhaminga) (Figs. 261a e 262), dentro da Baixa Central, numa zona turística com construção de alta densidade, prolongando a imagem em construção no Aterro da Maxaquene, “organizando” empreendimentos de grande escala (a Av. 25 de Setembro ficará ladeada de edifícios

com 20 pisos na área do Aterro da Maxaquene) (Figs. 261b e 263) e de “modernizar” a zona de intervenção a oeste (com edifícios em altura, centros comerciais, etc.) (Fig. 264), erradicando os assentamentos informais nessa área; ganhou (muita) força.

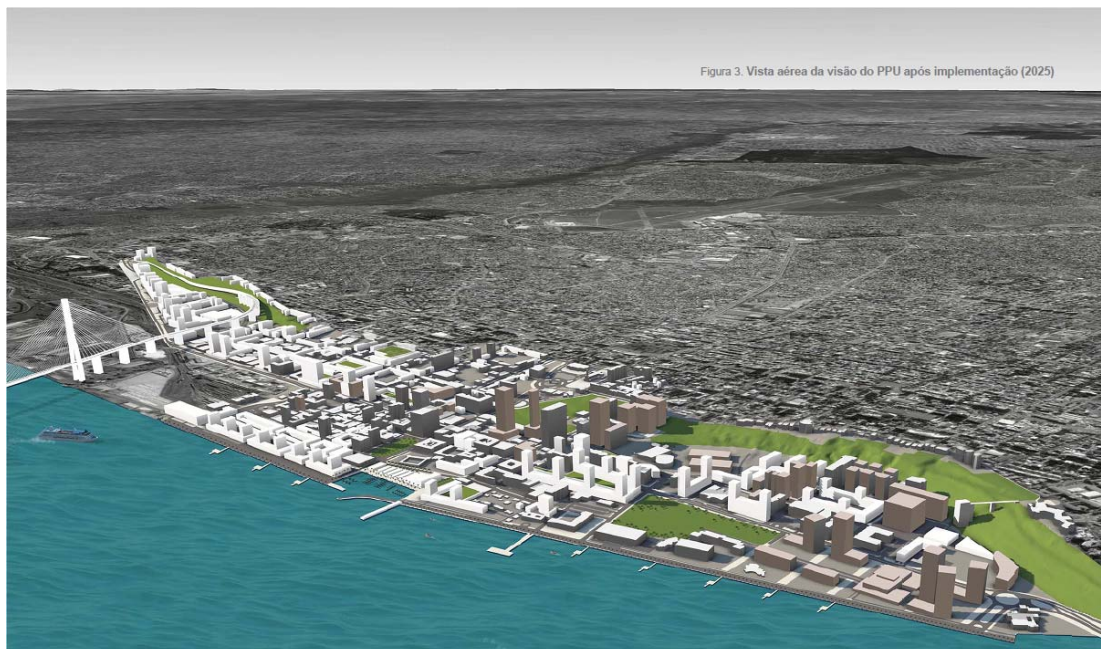


Figura 264: “Vista aérea da visão do PPU após implementação (2025)”, 2014. Fonte: *Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Relatório de Fundamentação Final*, mar. 2015: 23.

As imagens que ilustram o crescimento preconizado para a área, dentro do quadro temporal de implementação do PPU (10 anos), têm mais impacto pela construção prevista (que vai ao encontro da pressão imobiliária) do que, pelo património edificado e paisagístico excepcional e a sua proposta de salvaguarda. Aliás, basta considerar que a proposta de classificação do conjunto individuado na Baixa Central pelo PPUBaixa reduz significativamente a área de proteção histórico-arquitetónica do conjunto “classificado” da Baixa “comummente” aceite, segundo a proposta do “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa” (1984) e do PEUMM (2008), ao núcleo fundacional da cidade (à semelhança do longínquo Plano Diretor de Urbanização, de 1969). O conjunto de cariz industrial individuado a poente tem condicionamentos muito menos estritos e dificilmente sobreviverá.

As recomendações de estudos precedentes relativamente à proteção da estrutura ecológica afeta ao Aterro da Maxaquene e suas imediações (dos poucos sítios onde ainda era possível garantir um parque com ligação à impressionante frente marítima), ficaram-se por uma faixa estreita de verde de proteção da Barreira da Maxaquene e pelo verde urbano de recreio do Circuito António Repinga (atualmente muito degradado). A salvaguarda das vistas a partir do Parque dos Professores (na Av. Patrice Lumumba) (e mais interessante, na minha opinião, da Praça da Travessia do Zambeze), servirá não à contemplação dos resquícios do velho eucaliptal, do Estuário e da Baía, mas de uma enorme mancha de novos edifícios em altura.

Ao analisar o sistema de classificação proposto e os elementos selecionados como bens a proteger, entende-se que uma parte significativa do edificado que caracteriza a Baixa Central fica fora da seleção, à mercê de novos projetos e de novas promessas de modernidade.

### 3.3 Conclusão

Il problema è che oggi sul pianeta regna un'ideologia del presente e dell'evidenza che paralizza lo sforzo di pensare il presente come storia, un'ideologia impegnata a rendere obsoleti gli insegnamenti del passato, ma anche il desiderio di immaginare il futuro. Da uno o due decenni il presente è diventato egemonico. (Marc Augé, 2009, *apud* Carbonara, "Premessa", 2011: s.p.).

Conclui-se esta investigação que visou aprofundar elementos sobre o património arquitetónico do conjunto classificado da Baixa da cidade de Maputo e a produção recente de mecanismos de salvaguarda a ele associados, em estreita relação com a sua configuração espacial, histórica e sociocultural. Comecei por apreender ao nível da história da cidade (com enfoque na "cidade de cimento") e da sua evolução sociocultural e política, conformações sucessivas do objeto e a relação de interdependência entre a história da arquitetura, da cidade, das transformações sociais e políticas e a conservação do património. Foi sobretudo através da investigação da história recente do país e da cidade que pude entrever aspetos relevantes que condicionam e marcam o contexto atual da gestão do seu património edificado e da sua conservação.

Na última década, os processos de produção do espaço urbano, em contexto neoliberal, têm promovido disparidades sócio-espaciais, condicionando também o delinear de uma estratégia para a salvaguarda do património. O processo de substituição/renovação do tecido urbano acelerou-se de forma significativa e ameaça a sobrevivência equilibrada do conjunto da Baixa e, mais importante, agrava a sustentabilidade social e ambiental do próprio sistema urbano, acentuando cada vez mais as diferenças entre as condições infraestruturais e do habitar da "cidade de cimento" e as das áreas externas. A renovação desregrada do tecido urbano histórico

ameaça não só elementos arquitetónicos associados à história do período colonial da cidade, como testemunhos importantes relacionados com a dimensão política da luta contra o colonialismo.

O espaço urbano da “cidade de cimento” é encarado, segundo a visão prevalecente, como uma mercadoria, que “quando associado à propriedade privada, serve de base à produção do espaço segundo a lógica do mercado, na qual o valor de troca prevalece em relação ao valor de uso” (Melo, 2015: 365) e aos valores de memória, históricos, ou outros.

Segundo as estatísticas, o Distrito Municipal de KaMpfumo, correspondente à chamada “cidade de cimento, à semelhança do que se verificou no período colonial, continua sendo o centro cultural, recreativo e comercial da cidade, reunindo o maior número de equipamentos de utilidade pública, sedes de empresas e repartições públicas e de sequência, uma maior concentração de postos de trabalho (PEUMM, 2008: vol. I, 107; *Perfil Estatístico do Município de Maputo*, 2010: 30 ss.). Esta organização espacial, que se traduz na fixação das classes com maior poder de compra, nível de escolaridade e um estilo de vida mais ocidentalizado no território urbanizado, resulta numa forte migração pendular entre os bairros periféricos de maior concentração residencial e as áreas centrais, nos horários de expediente (PEUMM, 2008: vol. I, 107-108).

É a “cidade de cimento” e, em grande parte a Baixa, que constitui o campo de ação da estratégia de sobrevivência de uma parte significativa dos habitantes do Município. E essa sobrecarga de utilização crescente, que ocorre desde as primeiras horas da madrugada até ao pôr-do-sol, muito dificilmente encontrará uma resposta funcional sustentável que não aposte na redução das disparidades entre a “cidade de cimento” e a cidade “outra”.

A metamorfose na fisionomia, no mosaico sociocultural e nas formas de urbanidade dos vários hibridismos da cultura urbana da cidade em contexto pós-colonial tomou fâcies próprias, que interessam à produção de conhecimento sobre o seu património edificado e à elaboração de recomendações relativas à sua salvaguarda culturalmente apropriadas, ao estabelecimento de objetivos realistas e de prioridades para a sua gestão e reabilitação. Essas recomendações ficaram, no entanto, fora dos objetivos gerais e específicos desta tese.

Para além do carácter das próprias tradições locais, da deficiente organização da tutela e gestão do património cultural edificado, da falta de pessoal qualificado nos departamentos públicos e de verbas adequadas, há a considerar o facto de grande parte dos cidadãos não conhecerem ou reconhecerem uma parte relevante do património cultural da cidade — refiro-me à generalidade do património edificado da cidade de cimento —, a necessidade da sua proteção (como prevê a Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro), e o seu papel de tutores.

As motivações da conservação do património encontram-se em primeiro lugar no contexto onde ocorre o “reconhecimento” e não na natureza material do objeto. A questão está primeiramente relacionada com o reconhecimento e esse está associado a diferentes condições em cada área e afeta indiferentemente todas as geografias, sendo especialmente complexo em realidades com heranças coloniais recentes (Bruschi e Sondeia, 2003: 68). Como refere José Pessôa “Pensar os monumentos edificados como documentos históricos implica compreender o trabalho de restauro e conservação destes monumentos como um processo de produção de conhecimento” (Pessôa, 2015: 455). Ou seja, garantindo que a preservação da memória e a produção de conhecimento se valem de testemunhos materiais válidos, e que o património arquitetónico assume nesse processo um papel ímpar, como documento passível de contínua interrogação que



informa vários campos do saber. Esse património é investido de vários valores (artístico, histórico, expressivo, científico, etc.), que são mutáveis ao longo dos séculos e que dependem da forma como as sociedades continuamente se apropriam e reinterpretam as suas heranças.

### **Resultados da pesquisa**

Existe, de facto, muita informação dispersa sobre os “documentos de arquitetura [e urbanismo] deixados da época colonial” (Dierna, 2005b) na capital de Moçambique, mas mesmo muito menos informação disponível no contexto académico português sobre o entendimento, o estado de conservação e a salvaguarda desse património no período pós-colonial (esse é, de um ponto de vista documental, o principal contributo do meu trabalho).

A produção teórica sobre a história da arquitetura e do urbanismo de Lourenço Marques/ atual Maputo foi vasta desde a década de 1950 até à Independência. E desde o final da década de 1990 contamos com vários inventários sobre o seu património edificado, alguns realizados no âmbito do Programa de Cooperação Universitária Ítalo-Moçambicana, que previa a colaboração entre a Faculdade de Arquitetura da Sapienza Universidade de Roma e a FAPF-UEM, na documentação e inventariação do património edificado do país. A partir dessa época surgiram também os trabalhos incontornáveis de António Albuquerque, José Manuel Fernandes, João Sousa Morais, Clara Mendes e mais recentemente de Ana Tostões, para referir alguns.

Apesar de parte destes textos abordar a salvaguarda desse património, esse foi um tema discutido especificamente em Moçambique em artigos e relatórios publicados na década de 1980, aquando da elaboração da legislação da salvaguarda do património

cultural, e no âmbito da discussão da salvaguardada e sequente processo de candidatura da Ilha de Moçambique à inscrição na Lista do Património Mundial da Unesco.

O II Capítulo da tese abrange uma investigação ainda superficial (que merecia ser aprofundada), sobre a estruturação progressiva dos departamentos referentes à tutela do património cultural em Moçambique recém-emancipado e sobre a transformação do entendimento e abrangência do conceito de Património Cultural associado ao processo de transição política e cultural e a mudanças doutrinárias no projeto de desenvolvimento adoptado para o país.

Após uma breve referência de nível teórico à disciplina de restauro e à conservação do património edificado, comecei por fazer uma síntese sobre algumas especificidades da questão da salvaguarda do património no contexto moçambicano, desde o período colonial até ao pós-independência. Pude apreender que o salto no entendimento do valor documental do legado patrimonial no período pós-independência em Moçambique foi significativo, com feitos importantes para o processo de transição política e cultural, a organização da tutela do património e a enformação do espólio cultural nacional. Foi nesse período que os estudos para a legislação do património cultural foram desenvolvidos. Dada a situação do país recém-emancipado, em guerra civil e com recursos muito limitados, o interesse verificado no estudo e na salvaguarda do património edificado associado ao período colonial assumem hoje uma relevância ímpar.

A partir da década de 2000, a discussão sobre a salvaguarda do património edificado da cidade de Maputo ganhou algum impulso com a investigação académica produzida e publicada localmente, e a aprovação do primeiro plano diretor da cidade do período pós-colonial — o “Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo” —, atualmente em vigor, que assinala a “Área Histórica Classificada” da Baixa, e que

previa a elaboração de um Plano Parcial de Urbanização para a requalificação dessa área, a averiguação dos seus limites físicos e de medidas para a sua salvaguarda. Essa proposta urbanística surgiu com o “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”, concluído em 2014, e que à data da conclusão da minha pesquisa, em 2015, aguardava ratificação

A breve análise do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”, levou-me a concluir que o caminho da “classificação excessiva” prevista é contraditório porque não encara, do ponto de vista patrimonial, o conjunto da Baixa como um todo, mas sobretudo como um somatório de elementos diferentemente categorizados, o que progressivamente permitirá a eliminação de elementos “menos classificados”, prejudicando irreversivelmente o equilíbrio e o interesse documental/histórico/cultural do conjunto. Existe uma contradição entre a tutela de uma área classificada como conjunto e a operação consecutiva de classificação na mesma zona de edifícios singulares ou, ainda mais preocupante, de intervenções descoordenadas sobre os mesmos, considerados individualmente. É necessário reconhecer a transformação dos valores associados à conservação do património urbano, ou seja, a transição histórica de valores do património urbano de “monumento” para “ambiente urbano” ou “complexo social” e paisagístico. Há que ressaltar, no entanto, a extrema relevância dos temas afrontados no PPUBaixa no contexto de Moçambique, a forma como foram discutidos publicamente, e a tentativa (de extrema dificuldade, em qualquer contexto cultural) de conciliar os interesses imediatos da pressão imobiliária com a salvaguarda do património edificado.

Nos últimos anos, tanto os planos de ordenamento, como os projetos de inventariação e de regulamento para o património edificado, atestam os esforços levados a efeito por várias entidades em Moçambique na discussão da salvaguarda do

património da cidade de Maputo. Esses são *per se* factos relevantes, que a investigação permitiu averiguar. Não foi possível averiguar, no entanto, um impacto real desses estudos (muitos por aprovar) no processo relativamente rápido de substituição/ ou transformação do tecido urbano em curso.

A possível relevância desta pesquisa reside no contributo para a discussão da questão da conservação do património edificado associado ao contexto colonial e para o conhecimento parcelar de um património urbanístico e arquitetónico de grande significado para a compreensão da história política, social e cultural sobretudo de Moçambique, mas também de Portugal.

### **Dificuldades e conclusões**

A dificuldade no estudo deste objeto, como explica Paul Jenkins, reside no facto de ainda existir um entendimento empírico muito limitado das cidades Subsaarianas, “em parte devido ao “caráter periférico” de África na teoria urbana, [...], mas provavelmente também, senão mais, pela dificuldade prática de desenvolver pesquisa empírica na região” (Jenkins, 2013: 4). Foi sobretudo o estudo aturado do objecto *in situ*, a extrema dificuldade da consulta de trabalhos desenvolvidos localmente, pouco divulgados, e a recolha de dados, a monopolizar o desenvolvimento deste trabalho, o que levou a uma dispersão de temas, nem sempre de fácil enquadramento na estrutura geral do texto.

Confirmei o desfazamento, inevitável, entre a documentação relativa ao período colonial da cidade e aquela relativa à sua história recente (independente do lapso temporal em causa), o que me obrigou também a métodos de investigação distintos. A produção arquivística da burocracia do colonialismo constitui um manancial de fontes inestimável para o historidador. Já a informação por inventariar sobre o

período recente em Moçambique, implica o recurso e o tratamento de outro tipo de fontes (orais), familiares sobretudo aos investigadores das ciências sociais.

Existem muitas dificuldades no processo de levantamento, reconhecimento e na classificação do património edificado na cidade de Maputo, que tem sido sucessivamente protelada. Estas dificuldades, como já referi, não adveem apenas de dificuldades estruturais, mas em parte, do entendimento sobre o “desenvolvimento” veiculado pelas elites nacionais, “tomadas pela vertigem “modernizadora” da globalização” (Cabaço, 2007: 431).

A aproximação à realidade urbana complexa da cidade de Maputo e a avaliação do seu património edificado não podem ser feitas tendo como únicas referências o produto colonial (e uma “vontade da arte” na arquitetura e no urbanismo que já não são as do nosso tempo), nem, por outro lado, o modelo do urbano propagado pelo Ocidente. Afinal, como refere Paul Jenkins, “o que existe n[estas] áreas urbanas [...], é uma forma de urbanidade de pleno direito, que precisa ser entendida como tal, e não vista como anormal, deficiente, exótica, caótica, e assim sucessivamente, como muitas vezes é apreendida e retratada” (Jenkins, 2013: 240). Nem o Estado, nem o sector formal privado têm conseguido dar resposta à demanda crescente por infraestruturas, serviços, empregos, segurança... pelo que, “[...] os aspectos físicos da cidade refletem a agência social e cultural da construção do habitar e da urbanidade dos seus moradores” (Alcinda Honwana, “Foreword” *apud* Jenkins, 2013: xiii). (Pp.176-177).

Uma possível estratégia para o estudo da conservação do património deverá ter como foco a população, e o desenvolvimento de condições infraestruturais/culturais que permitam melhores condições de vida (King, 2007: 23) e de sequência, participação e interesse genuíno nessa questão. A conservação do património é antes de mais, um

problema ético, de interpretação, que respeita aos “sujeitos”, antes de ser um problema técnico de “objetos”.

A conservação do património é um produto de cultura do tempo e a gestão deste bem como valor de identidade e de memória de uma comunidade está dependente das condições do ambiente que o circunda e da sociedade que serve e que interferem diretamente no entendimento que essa mesma sociedade faz da sua herança cultural e no que preconiza para o seu próprio desenvolvimento. A discussão sobre este tema em ambientes externos à Europa, tende a enriquecer a disciplina, não devendo, no entanto, ser desvalorizada a pertinência da longa tradição europeia na matéria e a sua conduta prepositiva (não impositiva) sobre o argumento.



## 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 4.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(Inclui monografias, dissertações, artigos, comunicações, legislação, instrumentos urbanísticos, regulamentos, relatórios, resoluções municipais, notícias de imprensa ou disponíveis na Internet (*sites* e *blogs*) e informação disponível em *sites* de instituições.)

“A Casa Amarela”, 12 de out. de 1980. *Notícias* (Maputo), 2 e 8.

“A COLONIZAÇÃO DO VALE DO LIMPOPO”, 1956. *Moçambique: Documentário Trimestral*, (86), 91-93.

ACIS e GIZ Pro-Econ (eds.), 2008. *O Quadro Legal para Obras de Construção em Moçambique*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo.

ABBONIZIO, Isabella, 2009. *Musica e Colonialismo nell'Italia Fascista (1922-1943)*, tesi di dottorato in Storia, Scienze e Tecniche della Musica. Roma: Facoltà di Lettere e Filosofia, Università degli Studi di Roma “Tor Vergata”, 46-51; 67-82.

ACCIAIUOLI, Margarida, 1991. *Os anos 40 em Portugal. O país, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”* 2. vols. [policopiado], tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Departamento de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

ACCIAIUOLI, Margarida, 1998. *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.

*A concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited*, Pref. António AIRES, 1953. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central. BNP S.C. 16074//8 V. / FAPF-UEM 1657/02.30

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1966”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1967, (3), 77.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1967”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1968, (4), 71-72.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1969”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1970, (6), 87-89.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1971, (7), 95-96.

“Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1971”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1972, (8), 95-97.



- “Aguarde o Plano de Urbanização, Senhor Município”, *Notícias* [Lourenço Marques], 13 de junho de 1954.
- AGUIAR, José; RODRIGUES, Delgado; SERUYA, Ana; PROENÇA, Nuno (orgs.), 28 de maio de 2007. *Seminário Internacional. Cesare Brandi: Teoria e praxis no restauro arquitectónico* [em linha], Lisboa, FAUTL, “O Cubo”, 28 de maio. Disponível em: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/documentos/OpuscoloFAUTLisboa.pdf> [consult. 20 jul. 2011].
- ALBERTO, Caetano, 20 de agos. de 1907. “Viagem de S. A. o Príncipe D. Luiz Filipe às Colónias”, *O Occidente*, XXX(1031), 178-181.
- ALBERTO, Manuel Simões; TOSCANO, Francisco A., 1942. *O Oriente Africano Português: Síntese Cronológica da História de Moçambique*. Lourenço Marques: Minerva Central.
- ALBERTO, Manuel Simões, 1967. “A evolução da construção civil em Tete e sua repercussão no valor das suas obras de defesa”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (3), 51–54.
- ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva, 1998. *Arquitectura Moderna em Moçambique: Inquérito à produção arquitectónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português, 1949-1974* [policopiado], prova final de licenciatura em Arquitetura. Coimbra: Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra. UCFCT Arquitectura 72.036(679)(079.1) ALB
- ALGUNS ASPECTOS DA VIAGEM PRESIDENCIAL ÀS COLÓNIAS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE E ANGOLA, vols. I e II, 1939. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- ALGUNS ASPECTOS DA VIAGEM PRESIDENCIAL ÀS COLÓNIAS DE CABO VERDE, S. TOMÉ, MOÇAMBIQUE E ANGOLA E DA VISITA DO CHEFE DE ESTADO À UNIÃO SUL-AFRICANA, REALIZADAS NOS MESES DE JUNHO, JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 1939, vols. I e II, 1940. Lisboa: Agência Geral das Colónias. BNP H.G. 16513 V. / BNP H.G. 16514 V.
- “Alguns Mapas Históricos da Cidade”, 1987. In *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique* [Centenário da Cidade de Maputo, 1887-1987], (2), 163-174.
- ALMADA NEGREIROS, 1904. *Le Mozambique*. Paris: Augustin Challamel Libraire – Éditeur / Librairie Maritime et Coloniale.
- ALTHÖFER, Heinz, 1991. *Il restauro delle opere d'arte moderne e contemporanee*, in MUNDICI, Maria Cristina (a cura di). 1.<sup>a</sup> ed. Firenze: Nardini. Tradução por Massimo Tirotti e Reinhold Ferrari do original em alemão de 1985 (*Restaurierung Moderner Malerei*, München: Callwey).
- ALVES, Fernando Brandão; VIANA, David Leite, 2006. “Maputo: From the Colonial Model to the Peripheralization of the Contemporary Urban Space”, *Urbanistica pvs. Periódico dell’Università degli Studi di Roma “La Sapienza”*, 17 (42/43), 3-9.
- AMARAL, Ilídio do, 1969. “Beira, Cidade e Porto do Índico” [em linha], *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, IV(7), 76-93. Disponível em: <http://www.macua.org/beira100anos/beiraindico.pdf> [consult. 12 abr. 2011].
- AMARAL, Ronaldo, jun.- dez. 2010. “O fim do(s) tempo(s) como o fim da História. Uma discussão sobre as mutações da concepção e percepção do Tempo entre o último período antigo e o advento do Cristianismo”, *Mirabilia. Revista Eletrônica da Antiguidade e Idade Média* [em linha]. Disponível em: <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num11/8. Ronaldo.pdf> [consult. em 30 jun. 2011].
- ANDERSON, Jørgen Eskemose, 2012a. *Understanding “Home Space” in the African city: Socio-economic Study Report*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements (no prelo).

- ANDERSON, Jørgen Eskemose, 2012b. *Understanding “Home Space” in the African city: Built Environment Report*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements.
- ANDERSON, Jørgen Eskemose; JENKINS, Paul (coord.), 2009-2011. *Home Space Maputo* [em linha]. School of Architecture, Copenhagen; School of the Built Environment, Heriot-Watt University/Edinburgh School of Architecture and Landscape Architecture; Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, CEDH-FAPF-UEM; Faculdade de Letras e Ciências Sociais - UEM. Disponível em <http://www.homespace.dk/institutions.html> [consult. 12 jan. 2013].
- ANDRADE, A. Freire, set. 1925. “Trabalho Indígena e as Colónias Portuguesas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1(3), 3-15.
- ANDRADE, Jeronimo Joze Nogueira de (Capitão de Artilharia), 1790. *Descrição da Cappitania de Mossambique. Com a informação, e algumas observaçoens sobre o estado, em que, nos fins do anno de 1789; ficavão os negocios, a População, o Commercio, os Prezídios, e a Administração da Justiça de cada huma das Villas desta Cappitania; e algumas observaçoens particulares*. Códice N.º 588, Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Anno económico de 1893-1894, Relatório referido a 30 de Junho de 1894 apresentado a Sua Ex.<sup>cia</sup>, o Sñr. Conselheiro Directo Geral da Secretaria do Ministerio da Marinha e Ultramar* [documento manuscrito] (Capitão d’Engenheiros Director das Obras Públicas da Província de Moçambique Henrique Cesar da Silva Barahona e Costa), 30 de jan. de 1895, Lourenço Marques, Direcção de Obras Públicas da Província de Moçambique.
- “Arborização e Jardins”, *Notícias* [Lourenço Marques], 23 de junho de 1930, 1.
- ARENDT, Hannah, 2001. *A Condição Humana*. 1.ª ed. Lisboa: Relógio D’Água. Tradução por Roberto Raposo do original em inglês de 1958 (*The Human Condition*, University of Chicago Press).
- ARENDT, Hannah, 1989. *Sulla Rivoluzione*, Introdução de Renzo ZORZI. 2.ª ed. Milano: Edizioni di Comunità. Tradução por Maria Magrini do original em inglês de 1963 (*On Revolution*, New York: Penguin). 1.ª ed. it. 1983.
- ARGENIO, Alessandra, 2008. “Il mito della romanità nel ventennio fascista”, in COCCIA, Benedetto (a cura di), *Il mondo classico nell’immaginario contemporaneo*. 1.ª ed. Roma: Istituto di Studi Politici “S. Pio V”, Editrice APES, 81-177.
- ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique* [Obras Sobre a Cidade de Maputo Existentes no Arquivo Histórico de Moçambique], 1987, (2) (suplemento).
- ARTUR, Armando, 2014. “Apresentação”, in MACAMO, Solange (dir.), *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura, IX.
- “Aterro da Machaquene e Praia da Polana”, *Notícias* [Lourenço Marques], 25 de julho de 1930, 1.
- AUGÉ, Marc, 1994. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. 1.ª ed. Venda Nova: Bertrand Editora. Tradução por Lúcia Mucznik do original em francês de 1992 (*Non-Lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris: Éditions du Seuil).
- Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique, Proyecto Constructivo de la remodelación de la Avenida Samora Machel* [suporte digital], jul. 2011. Ajuntament de Barcelona/Município de Maputo-Conselho Municipal.
- AVILA, Fidel Alejandro Meraz, 2009. *Architecture and Temporality in conservation philosophy: Cesare Brandi* [em linha], PhD thesis in Architecture. Nottingham: University of Nottingham. Disponível em: <http://eprints.nottingham.ac.uk/10819/> [consult. 12 fev. 2012].

- AZEVEDO, Mário de, 1971. “O Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques (1969)”, Separata do *Boletim n.º 7 da Câmara Municipal de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Empresa Moderna, 38 pp.
- BALL, Jeremy, 2012. “Little Storybook Town: Space and Labor in a Company Town in Colonial Angola”, in BORGES, Marcelo J.; TORRES, Susana B. (eds.), *COMPANY TOWNS, Labor, Space and Power Relations across Time and Continents*. New York: Palgrave Macmillan, 91-110.
- BARRADAS, António, 1938. “Aspectos científicos do Congresso Médico de Lourenço Marques”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (16), 5–35.
- BARROS, Artur de, 1942. “Dois Documentos Históricos”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (31), 5–11.
- BASILE, Giuseppe, 1989. *Che cos'è il restauro*. Roma: Editori Riuniti.
- BEKKER, Simon; THERBORN, Goran (eds.), 2012. *Capital Cities in Africa: Power and Powerlessness*. 1.ª ed. Cape Town: HSRC Press, CODESRIA, 1-6.
- BELLINI, Amedeo, 2010. “Che cos'è il restauro?”, in BELLINI, Amedeo *et al.*, *Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto, da un'idea di B. Paolo Torsello*. 3.ª ed. Venezia: Marsilio Editori, 1.ª ed. 2005, 21-24.
- BELLISARI, Andrew, 2015. “Dismantling Empire: Repatriating Commemorative Monuments from French Algeria”, in *Workshop Colonial Ruin: (In)Visible Sites of Postcolonial Memory*, 25 a 26 de junho de 2015, Amsterdam Centre for Culture Heritage & Identity, University of Amsterdam. Consulta do texto e do Powerpoint.
- BENEVOLO, Leonardo, 2001. *Introduzione all'architettura*. [?] ed. Universale Laterza [40], Bari: Editori Laterza, 1.ª ed. 1960 (*Una introduzione all'architettura*, Bari: Laterza), 147-165.
- BENJAMIN, Roger, 2003. *Orientalist aesthetics: art, colonialism, and French North Africa, 1880-1930*. 1.ª ed. Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California Press. CES 7 BEN 2003
- BERTI, Maurizio, 2003. “La gestione del patrimonio ambientale: sulla via della conservazione africana- (The management of environmental assets. On the road to African conservation)”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 4, 65-72.
- BERTI, Maurizio, 2009. *Conservazione del patrimonio architettonico di pietra corallina. Conoscenza, restauro e fruizione* [em linha], tesi di dottorato in “Riqualficazione e Recupero Insediativo”. Roma: Facoltà di Architettura Valle Giulia, Università di Roma ‘La Sapienza’, XXII Ciclo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10805/962> [consult. 6 jan. 2011].
- BERTI, Maurizio; LAGE, Luís, 2004. “Restauri africani: la conservazione della città di Maputo (African restorations. The conservation of the city of Maputo)”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 6, 22-30.
- BERTI, Maurizio; CARRILHO, Júlio, 2005. “Conservazione del Patrimonio storico e ambientale nell’Africa SubSahariana (Preservation of historical and environmental heritage in sub-Saharan Africa)”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 12, 9-12.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.), 1998-1999. *História da Expansão Portuguesa* 5 vols. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 4.º e 5.º vols.
- BOAHEN, Albert Adu (ed.), 2010. *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial 1880-1935*. 2.ª ed. Brasília: UNESCO.

- BOLÉO, José de Oliveira, 1945. “Geografia das cidades, Lourenço Marques”, Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.ºs 5 e 6, 63.ª série, Lisboa.
- BOLÉO, Oliveira, 1966. “A decantada questão da riqueza miniera e exploração do ouro e prata nos reinos do Monomotapa”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (2), 15-24.
- Boletim Geral das Colónias*, jan. 1931, (67), 166-170.
- Boletim Geral das Colónias*, fev. 1941, (188), 112.
- Boletins da DGEMN: Números 1 ao 131* [edição em suporte digital], [s.d.]. Lisboa: DGEMN.
- BOITO, Camillo, 1884. *I Restauratori*. 1.ª ed. Firenze: G. Barbera.
- BOITO, Camillo, 1893. *Questioni pratiche di belle arti: Restauri, Concorsi, legislazione, professione, insegnamento*. 1.ª ed. Milano: Ulrico Hoepli.
- BONELLI, Renato, 1959. *Architettura e Restauro*. Venezia: Neri Pozza Editore.
- BONELLI, Renato, 1963. Verbetes “Restauro (Il restauro architettonico)” [em linha], in BRANDI, Cesare et al., *Enciclopedia Universale dell'Arte*. 1.ª ed. Venezia-Roma: Istituto Per La Collaborazione Culturale, vol. XI. Disponível em: <http://www.webalice.it/maurizio.berti1/bertirestauro/03restaurmanut1/indirizzirestauro.html> - [Renato BONELLI Il restauro](#) [consult. 20 de abr. 2014].
- BONELLI, Renato, 1985. “Restauro anni' 80: tra restauro critico e conservazione integrale”, in BENEDETTI, Sandro; MIARELLI MARIANI, Gaetano (eds.), *Saggi in onore di Guglielmo De Angelis d'Ossat*. Roma: Multigrafica Ed. (*Quaderni dell'Istituto di Storia dell'Architettura*, n.ºs 1/10, 1983/87), 511-516.
- BOUENE, Felizardo; SANTOS, Maciel, 2006. “O *MODUS VIVENDI* entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909): Um caso de ‘Imperialismo Ferroviário’”, *AFRICANA STUDIA*, (9), 239-268.
- BOSSOLARI, [?]; BOVIO, [?]; FALSETTA, [?]; KOCH, [?]; PICCARDO, [?], 23 maio 2007. *CASA MALAPARTE* [em linha], Laboratorio di Restauro dei monumenti, a.a. 2006/2007, Facoltà di Architettura, Università di Genova. Disponível em: <http://www.arch.unige.it/did/12/architettura/quarto0607/labrestauroa/galleria/malaparte.pdf> [consult. 22 out. 2014].
- BOTE, Sacadura, 1942. “DIÁRIO DUM GOVERNADOR DE LOURENÇO MARQUES”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (29), 5-29.
- BRANDES, Nikolai, 2013. “Architectural expertise and transnational networks in Maputo, 1960-1987”, in *Transnational Architecture Practice in Africa, Asia, and the Middle East, 1960s-1980s* — Society of Architectural Historians (SAH). Session 66th Annual Conference, Buffalo, NY, April 10-14.
- BRANDI, Cesare, 2000. *Teoria del Restauro*. 2.ª ed. Torino: Einaudi Editore. 1.ª ed. 1963, Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.
- BRUSCHI, Sandro; SONDEIA, Benjamim Alfredo, 2003a. “Inhambane: un documento di storia urbana che attende di essere riletto”, in BERTI, Maurizio, “La gestione del patrimonio ambientale: Sulla via della conservazione africana”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 4, 68.
- BRUSCHI, Sandro; SONDEIA, Benjamim Alfredo (coord.), 2003b. *Inhambane: Elementos de história urbana*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.
- BRUSCHI, Sandro, 2005. “Breve História do Urbanismo Moçambicano”, in BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís, *O desenho das cidades: Moçambique até ao Século XXI*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 26.

- BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís, 2005. *O desenho das cidades: Moçambique até o Século XXI*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF.
- BRUSCHI, Sandro; CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís, 2005. *Pemba - as duas cidades*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF.
- CABAÇO, José Luís, 2007. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação* [em linha], tese de doutoramento em Antropologia Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/> [consult. 29 fev. 2012].
- CABAÇO, José Luís, 2010a. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Marimbique.
- CABAÇO, José Luís, 2010b. “O Poeta, o Fotógrafo, o Homem”, in EPM-CELP (dir. editorial), *KOK NAM. O homem por detrás da câmara*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP), 5-7.
- CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro, 2012. “Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem” [em linha], *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, 15(1), 105-111. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/49039> [consult. 10 fev. 2013].
- CAETANO, Marcelo, 1954. *Os Nativos na Economia Africana*. 1.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- “Câmara Municipal, Sessão de 22 de Julho, Parte poente da cidade”, 25 de julho de 1950. *Notícias* [Lourenço Marques], 5.
- CAPELA, José, 1977. *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, José, 1998. “O Ultimatum na Perspectiva de Moçambique”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 261–279.
- CAPÃO, José, out. 1988. “Ilha de Moçambique: Sem Desenvolvimento não há Conservação”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (4), 13-22.
- CARBONARA, Giovanni, 1992. “Il restauro del nuovo e il caso del Weißenhof di Stoccarda”, in ALFANI, Antonio; CARBONARA, Giovanni; PINCI, Franca; SEVERATI, Carlo (eds.), *Costruire abitare: Gli edifici e gli arredi per la Weissenhofsiedlung di Stoccarda. “Bau und Wohnung” e “Innenraume” (1927-28)*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Edizioni Kappa, 49-60.
- CARBONARA, Giovanni, 1996. “Teoria e Metodi del Restauro”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico* 4 vols. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, vol. I, 3-107.
- CARBONARA, Giovanni, 1997. *Avvicinamento al restauro: Teoria, storia, monumenti*. 1.<sup>a</sup> ed. Napoli: Liguori Editore.
- CARBONARA, Giovanni, 2000a. “CRITICA; ESTETICA; METODOLOGIA E CONSERVAZIONE, LE TENDENZE ATTUALI DEL RESTAURO IN ARCHITETTURA”, *Secondo Supplemento della Enciclopedia Universale dell'Arte* [em linha]. 1.<sup>a</sup> ed. Novara: Istituto Geografico De Agostini, 533-541. Disponível em: <http://www.webalice.it/maurizio.ber11/ber1restauoro/03restaurmanut1/indirizzirestauro.html - Giovanni CARBONARA Le tendenze attuali> [consult. 20 maio 2013].

- CARBONARA, Giovanni, 2000b. “Gli orientamenti attuali nel restauro architettonico”, in CASIELLO, Stella (a cura di), *Restauro dalla teoria alla prassi*. Napoli: Electa Napoli, 9-26.
- CARBONARA, Giovanni, 2006. “Il restauro del moderno come problema di método”, *Parametro. Rivista Internazionale di Architettura e Urbanistica*, XXXVI(266), 21-25.
- CARBONARA, Giovanni (a cura di), 2007a. *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET Scienze Tecniche.
- CARBONARA, Giovanni, 2007b. “Alcuni temi di restauro per il nuovo secolo”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET Scienze Tecniche, 1-50.
- CARBONARA, Giovanni, 2007c. “Problematiche operative e di metodo circa il restauro dell’architettura contemporânea”, in AA.VV. *Le architetture del’900 a Roma: contributi per un restauro. La Casa del Balilla di Luigi Moretti*. Roma: Palombi Editori, 29-45.
- CARBONARA, Giovanni, 2009. “Prefácio”, in KÜHL, Beatriz Mugayar, *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ateliê editorial, 9-13.
- CARBONARA, Giovanni, 2010. “Che cos’è il restauro”, in BELLINI, Amedeo *et al.*, *Che cos’è il restauro? Nove studiosi a confronto, da un’idea di B. Paolo Torsello*. 3.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio Editori. 1.<sup>a</sup> ed. 2005. 21-28.
- CARBONARA, Giovanni, 2011. *Architettura d’oggi e restauro: Un confronto antico-nuovo*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET Scienze Tecniche.
- CARDOSO, José, 6 jan. 1930. “O período transitório e a obrigação moral do trabalho”, *Notícias* (Lourenço Marques), 1.
- CARDOSO, José, 11 jan. 1930. “A regulamentação do Código do Trabalho Indígena”, *Notícias* (Lourenço Marques), 1.
- CARDOSO, José, 1943. “COMPANHIA DO BOROR”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (35), 91-111.
- CARMONA, Ilda Belo, jun. – ago. 1956a. “Relações entre os portugueses de Moçambique e os “boers” ou holandeses de África”, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas (Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1954), *Moçambique: Documentário Trimestral*, (86), 37-66.
- CARMONA, Ilda Belo, jul. – set. 1956b. “Relações entre os portugueses de Moçambique e os ‘boers’ ou holandeses de África”, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas (Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1954), *Moçambique: Documentário Trimestral*, (87), 27-38.
- CARRILHO, Júlio; BRUSCHI, Sandro; MENEZES, Carlos; LAGE, Luís, 2001. *Um olhar para o habitat informal Moçambicano: de Lichinga a Maputo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (CEDH).
- CARRILHO, Júlio; CANÍ, Anselmo, 2003b. “LA PICCOLA CITTÀ DI IBO: considerazioni su recupero e restauro”, in BERTI, Maurizio, “La gestione del patrimonio ambientale: Sulla via della conservazione africana”, *ARKOS: Scienza e restauro dell’architettura*, vol. 4, 71-72.
- CARRILHO, Júlio, 2003a. “Apresentações”, in CORVAJA, Luigi, *Maputo: Desenho e Arquitectura*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF. Tradução por Matteo Angius e Fernanda Angius do original em italiano de 1998 (*Maputo città capitale del Mozambico: disegno e architettura*, Roma: Fratelli Palombi Editori), 6-7.

- CARRILHO, Júlio, 2005a. *Arquitectura e Ambiente: Preexistências, transformações e desenvolvimento sustentável. O caso da Ilha do Ibo* [em linha], tesi di dottorato in “Progettazione Ambientale”. Roma: Università di Roma “La Sapienza.” Disponível em: <http://hdl.handle.net/10805/730> [consult. 13 jul. 2012].
- CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), 2005b. *IBO, a casa e o tempo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF.
- CARRILHO, Júlio, 2010a. “Preâmbulo”, LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, 5-6.
- CARRILHO, Júlio, 2010b. “Moçambique: Preservação do Património Cultural”, *Moçambique: actualidade, cultura, história e política moçambicana, africana, portuguesa, lusófona e internacional* [em linha]. Disponível em: <http://mozindico.blogspot.pt/2010/03/mocambique-preservacao-do-patrimonio.html> [consult. 16 jul. 2012].
- CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís, 2011. “Do Ibo e da Ilha ao Maputo: Arquitecturas urbanas em Moçambique”, in FERNANDES, José Manuel (org.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio, 109-119.
- Carta de Atenas*, 1931. *Conclusões da Conferência Internacional de Atenas Sobre o Restauro dos Monumentos* [em linha]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf> [consult. 6 jun. 2015].
- Carta de Cracóvia*, 2000. *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído* [em linha]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> [consult. 6 jun. 2015].
- Carta de Florença*, 1981. *Jardins Históricos e Paisagens Culturais* [em linha], ICOMOS-IFLA. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadeflorenca.pdf> [consult. 7 jun. 2015].
- Carta de Veneza*, 1964. *Carta Internacional para a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios* [em linha], ICOMOS. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> [consult. 6 jun. 2015].
- Carta de Washington*, 1987. *Carta para a Conservação de Cidades Históricas e Áreas Urbanas* [em linha]. ICOMOS. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDDASCIDADES HISTORICAS.pdf> [consult. 6 jun. 2015].
- Carta Italiana del Restauro*, 1972. Ministero della Pubblica Istruzione, Circolare n.º 117 del 6 aprile 1972 [em linha]. Disponível em: <http://www.sbapge.liguria.beniculturali.it/index.php?it/177/carta-italiana-del-restauro-1972> [consult. 7 jun. 2015].
- CASAL, Adolfo Yáñez, 1996. *Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- CASAL, Adolfo Yáñez, 1998. “Da Comunidade à Sociedade, da Tradição ao Desenvolvimento. Identidades ou processos identitários”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 363–386.
- CASIELLO, Stella, 1996. *La cultura del restauro: Teorie e fondatori*. 1.<sup>a</sup> ed. Venezia: Saggi Marsilio.
- CASIELLO, Stella (a cura di), 2008. *Verso una storia del restauro. Dall'età classica al primo Ottocento*. 1.<sup>a</sup> ed. Firenze: Alinea.

- CASIELLO, Stella, 2010. [s.t. - introdução ao volume], in CASIELLO, Stella; PANE, Andrea; RUSSO, Valentina (a cura di), *Roberto Pane tra storia e restauro, Architettura, città, paesaggio*. 1.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio Editori, [s.p.].
- CASTELA, Tiago; MATSIPA, Mpho; MENESES, Ana Paula (orgs.), 2014. *Urban Aspirations in Colonial/Postcolonial Mozambique: Understanding Planning and Government in Unequally Divided Cities* [em linha]. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/projectos/index.php?prj=7425&id\\_lingua=2&pag=eventos](http://www.ces.uc.pt/projectos/index.php?prj=7425&id_lingua=2&pag=eventos) [consult. 15 jul. 2013].
- CASTELO, Cláudia, 1999. *“O modo Português de estar no mundo”: O luso-tropicalismo e ideologia colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2005. *PASSAGENS PARA A ÁFRICA PORTUGUESA: O POVOAMENTO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE COM NATURAIS DA METRÓPOLE (c. 1920-1974)* [policopiado], tese de doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Histórica). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- CASTELO, Cláudia, 2007. *PASSAGENS PARA ÁFRICA: O POVOAMENTO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE COM NATURAIS DA METRÓPOLE (1920-1974)*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Edições Afrontamento.
- CASTILHO, Augusto de, 1880. *O distrito de Lourenço Marques no presente e no futuro*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Casa da Sociedade de Geographia.
- CASTILHO, Augusto de, 1895. “Lourenço Marques”, *Portugal em África*, (13), Lisboa. AHU R 178.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO ITINERANTE, CARTOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA, COMEMORATIVA DO V CENTENÁRIO DA ESTADA DE CAMÕES NA ILHA DE MOÇAMBIQUE/ Pref. Alberto IRIA, 1969. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino. BNP CAM. 715 V.
- Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa [Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo]* [inédito], 11 de jun. de 2014. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, Cardno/DCU/CEDH, 347 pp.
- CEDH - CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DO HABITAT, 2006. *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação e Proposta de Estratégias de Intervenção* [em linha]. Maputo: Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT); Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA); UN-HABITAT. Disponível em: [http://www.sarpn.org/documents/d0002452/Mozambique\\_cities\\_slums\\_2006\\_Portuguese.pdf](http://www.sarpn.org/documents/d0002452/Mozambique_cities_slums_2006_Portuguese.pdf) [consult. 2 out. 2013].
- CERÁVOLO, Ana Lúcia, 2009. “As Cartas de Atenas: análise sobre a contribuição do movimento moderno para as diretrizes internacionais e nacionais de preservação do património cultural” [em linha], in *8.º Seminário DOCOMOMO Brasil. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes*, Rio de Janeiro, 1 a 4 de setembro. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario\\_8\\_pdfs/057.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario_8_pdfs/057.pdf) [consult. 12 set. 2012].
- CERROTI, Alessandra, 2008. “Tecnologia e restauro dei materiali non tradizionali”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico. Secondo Aggiornamento. Grandi temi di Restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, 311-400.
- CESCHI, Carlo, 1970. *Teoria e storia del restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Mario Bulzoni Editore.
- “Chaimite, a História”, 7 mar. 1982. *Notícias* [Maputo], [?].



- CHOAY, Françoise, 2000. *A Alegoria do Património*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições 70. Tradução por Teresa Castro do original em francês de 1970 (*L'allégorie du patrimoine*, Paris: Seuil).
- CHOAY, Françoise, 2011. *As questões do património: Antologia para um combate*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições 70. Tradução por Luís Filipe Sarmiento do original em francês de 2009 (*Le patrimoine en question: anthologies pour un combat*, Paris: Seuil).
- CIUCCI, Giorgio, 1993. “Architettura e Urbanistica. Imagine Mediterranea e Funzione Imperiale”, in GRESLERI, Giuliano; MASSARETTI, Pier Giorgio e ZAGNONI, Stefano, *ARCHITETTURA ITALIANA D'OLTREMARE, 1870-1940*. 1.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio, 109-115.
- CLARENCE-SMITH, William Gervase, 1990. *O Terceiro Império Português 1825-1975*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Teorema. Tradução por Maria João Pinto do original em inglês de 1985 (*The third Portuguese empire*, Manchester: Manchester University Press).
- COLONNELLI, Lauretta; SASSI, Edoardo, 25 jun. 2005. “I trent'anni che sconvolsero la Casa della Scherma”, *Corriere della Sera*, 51.
- Considerações sobre Gestão do Património Classificado, Casos da Cidade do Maputo, Projecto Inventário do Património Edificado de Maputo* [inédito], 2011. Maputo, FAPF.
- Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* [em linha], 1972. UNESCO. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/ConvencaoParaaProteccaoDoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf> [consult. 8 set. 2015].
- Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial* [em linha], 2003. UNESCO. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [consult. 8 set. 2015].
- Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* [em linha], 2005. UNESCO. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2007/03/05401/00020018.pdf> [consult. 12 jun. 2012].
- COOK, E. T.; WEDDERBURN, Alexander (eds.), 1905. “Introduction”, *THE COMPLETE WORKS OF JOHN RUSKIN vol. VII - UNTO THIS LAST, MUNERA PULVERIS, TIME AND TIDE, with other writings on Political Economy, 1860-1873*. London: George Allen, xix–cxv.
- COOPER, Frederick; STOLER, Ann Laura (eds.), 1997. *Tensions of Empire: Colonial cultures in a Bourgeois World*. 1.<sup>a</sup> ed. Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California Press.
- CORTÊS, Carla; MOREIRA, Fernando Dinis, 2011. “Moderno Brasileiro em Moçambique, 1950-1975: a importação de uma imagem” [em linha], in *9.º Seminário DOCOMOMO Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do património recente*, Brasília, 7 a 11 de junho de 2011. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario\\_9/pdfs/057\\_M20\\_RM-ModernoBrasileiroEmMocambique-ART\\_carla\\_cortes-1.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario_9/pdfs/057_M20_RM-ModernoBrasileiroEmMocambique-ART_carla_cortes-1.pdf) [consult. 5 maio 2012].
- CORVAJA, Luigi, 2003. *Maputo: Desenho e Arquitectura*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF. Tradução por Matteo Angius e Fernanda Angius do original em italiano de 1998 (*Maputo città capitale del Mozambico: disegno e architettura*, Roma: Fratelli Palombi Editori).
- COSTA, Alda; TORCATO, Maria de Lurdes, dez. 1997. “Os equívocos e as insuficiências”, *MoçAmbiente*, 11-13.
- COSTA, Alda, 2005. Verbete “Arte em Moçambique”, *Dicionário da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 107-111.

- COSTA, Alda, 2013. *Arte em Moçambique: Entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras (1932-2004)*. 1.ª ed. Lisboa: BABEL .
- COSTA, Ana Bénard da, 2002. *Famílias na periferia de Maputo: Estratégias de Sobrevivência e Reprodução Social* [policopiado], tese de doutoramento em Estudos Africanos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- COSTA, Ana Bénard da, 2007. *O Preço da Sombra. Sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo*. 1.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- COSTA, Ana Bénard da, et al., 1992. *Moçambique, o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e o Impacte no Desenvolvimento Agrícola: Condicionanismos e Potencialidades* [policopiado]. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- COSTA, Ana Bénard da; BIZA, Adriano, 2012. *Understanding 'Home Space' in the African City. Ethnographic Report. Home Space as a Social Construct* [em linha]. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture. Disponível em: [http://www.homespace.dk/tl\\_files/uploads/publications/Full\\_reports/HomeSpace\\_Ethnographic\\_Report\\_text.pdf](http://www.homespace.dk/tl_files/uploads/publications/Full_reports/HomeSpace_Ethnographic_Report_text.pdf) [consult. 15 jul. 2015].
- COSTA, Mário Augusto, 1927. “Gráficos representativos do n.º de casas de Lourenço Marques em épocas sucessivas da cidade compreendendo as suas áreas habitadas desde 1787”, *Boletim Económico e estatístico* (Lourenço Marques), série especial, n.º 3. SGL 59-C-1.
- COSTA, Mário Augusto da, 1940. *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique*. 1.ª ed. Beira: Imprensa da Companhia de Moçambique.
- COSTA, Reis, 1935. “Lourenço Marques”, *Moçambique: Documentário trimestral*, (1), 57-87.
- COUTO, Mia, 1999. “As Janelas do Arquitecto”, in FORJAZ, José, *Entre o adobe e o aço inox*. 1.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 11.
- COUTINHO, Bárbara, 2011. “MUDE Para uma nova forma de viver o património”, *PATRIMÓNIO ESTUDOS REVISTA DO INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO*, (11), 118–132.
- COVANE, Luís António, 1987. “Lourenço Marques e o Transvaal, 1852-1928”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 76-84.
- COVANE, Luís, 1998. “Conquista Colonial e Trabalho Migratório no Sul de Moçambique, 1895-1920”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 155–172.
- “Crónica do Trimestre” jul.-set. 1938. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (15), 103-50. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N015&p=103> [consult. 10 jan. 2013].
- “Crónica do Trimestre: Arquivo Histórico de Moçambique”, jun. 1939. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (18), 151-152, 167-169. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N018&p=152> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre, COLONIZAÇÃO DO LIMPOPO”, 1954. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (79), 135. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N079&p=136> [consult. 2 mar. 2014].

- “Crónica do Trimestre: Colonização e Fomento, Monumentos Históricos de Moçambique”, abr.-jun. 1942. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (30), 144–145. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N030&p=145> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica Trimestral: CONCESSÃO DE TERRENOS DO ESTADO” out.-dez. 1944. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (40), 135-141. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N040&p=135> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Glorificação de Mousinho de Albuquerque”, 1940. *Moçambique: Documentário Trimestral*, (24), 92-105. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N024&p=93> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Lourenço Marques, Quatro datas, Feitoria-Presídio, Vila-Cidade”, out.-dez. 1937. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (12), 116–140. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N012&p=117> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: MONUMENTOS E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE” jan.-mar. 1943. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (33), 143–144. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N033&p=144> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: MONUMENTOS E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE” abr.-jun. 1943. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (34), 121–123. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N034&p=122%5B> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Política e Administração, vida Social, Colonização, Economia, Livros e Publicações, jan.-mar. 1945. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (41), 119-145. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N041&p=120> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Resenha de 1938”, out.-dez. 1938. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (16), 121. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N016&p=122> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Vida administrativa, A Divisão administrativa da Colónia”, abr.-jun. 1942. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (30), 125–129. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N030&p=126> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre, Zona de Colonização do Vale do Maputo”, 1955. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (81), 171. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N081&p=172> [consult. 2 mar. 2014].
- “CULTURA, Zona protegida da baixa da cidade de Maputo, Ministério da Cultura inicia processo de divulgação do património edificado”, [Jornal] *O País*, 25 de junho de 2013, 24.
- CUNHA, Cláudia dos Reis; Cunha e KODAIRA, Karina Terumi, 2009. “O legado moderno na cidade contemporânea: restauração e uso”, in *Anais do 8.º Seminário DOCOMOMO Brasil. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes* [em linha], Rio de Janeiro, 1 a 4 de setembro de 2009. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario\\_8\\_pdfs/147.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario_8_pdfs/147.pdf) [consult. 13 mar. 2012]
- CUNHA, Cláudia dos Reis e, 2010. *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN* [em linha], tese de doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 21-36. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26052010-090302/pt-br.php> [consult. 13 mar. 2012].

- CUSTÓDIO, Jorge, 1993. “Salvaguarda do património: antecedentes históricos: de Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, in *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, 33-71.
- CUSTÓDIO, Jorge (org.), 2010. *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. 1.ª ed. Lisboa: IGESPAR.
- CUSTÓDIO, Jorge, 2011. “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a 1.ª República. *Fundamentos e antecedentes*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Decreto n.º 34.173, de 6 de dezembro de 1944, *Diário de Governo*, Lisboa [procede à criação e definição dos desígnios do Gabinete de Urbanismo Colonial].
- Decreto n.º 40.226, 1955 — *ESTATUTO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE*, Ministério do Ultramar, República Portuguesa. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Decreto n.º 45375, de 22 de novembro de 1963 — *ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Decreto n.º 1/75, de 27 de julho, *Boletim da República* [Moçambique], I Série, de 29 de julho de 1975 [atribuições dos Ministérios da República Popular de Moçambique].
- Decreto n.º 27/94, de 20 de julho, *Boletim da República* [Moçambique], n.º 29, I Série, [data?] [aprova o Regulamento de Proteção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural da República de Moçambique].
- Decreto n.º 66/98, de 8 de dezembro, *Boletim da República* [Moçambique], n.º 48, I Série, 3.º Suplemento, de 8 de dezembro [aprova o Regulamento da Lei de Terras e revoga o Decreto n.º 16/87, de 15 de julho] [em linha]. Disponível em: <http://www.oram.co.mz/Aprova-o-Regulamento-da-Lei-de-Terras.pdf> [consult. 2 jun. 2015].
- Decreto n.º 19/2007, de 18 de julho, *Boletim da República* [Moçambique], n.º 29, I Série, de 18 de julho [Lei de Ordenamento do Território] [em linha]. Disponível em: [http://www.oram.co.mz/Lei\\_19-2007\\_de\\_18\\_de\\_Julho.pdf](http://www.oram.co.mz/Lei_19-2007_de_18_de_Julho.pdf) [consult. 2 jun. 2015].
- Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho, *Boletim da República* [Moçambique], n.º 26, I Série, 3.º Supl., de 1 de julho de 2008 [Regulamento da Lei de Ordenamento do Território da República de Moçambique] [em linha]. Disponível em: [http://www.salcaldeira.com/index.php/pt/component/docman/doc\\_download/77-decreto-n-23-08-aprova-o-regulamento-da-lei-de-ordenamento-do-territorio](http://www.salcaldeira.com/index.php/pt/component/docman/doc_download/77-decreto-n-23-08-aprova-o-regulamento-da-lei-de-ordenamento-do-territorio) [consult. 2 jun. 2015].
- Decreto n.º 46/2008, de 30 de dezembro, *Boletim da República* [Moçambique], n.º 44, I Série, [data?] [classifica como Património Cultural o Local Histórico de Chilembene].
- Decreto n.º 72/2009, de 15 de dezembro, *Boletim da República* [Moçambique], n.º 49, I Série, [data?] [aprova o Regulamento do Regime Jurídico Relativo à Proteção, Preservação e Valorização do Património da Luta de Libertação Nacional da República de Moçambique].
- Decreto-Lei n.º 43.893, de 6 de setembro de 1961 [revogação do Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954 — *Estatuto dos Indígenas*].
- Decreto-Lei n.º 19/97, de 1 de outubro, *Boletim da República* [Moçambique], [n.º ?], I série, de 7 de outubro [Lei de Terras] [em linha]. Disponível em: <http://www.oram.co.mz/Lei-das-Terras.pdf> [consult. 2 jun. 2015].
- Decreto Presidencial n.º 84/83 de 29 de dezembro, *Boletim da República* [Moçambique], n.º 52, I série, [data?] [criação da Secretaria de Estado da Cultura da República Popular de Moçambique].

- DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS INERENTES À PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO CLASSIFICADO* [policopiado], 30 de jun. de 1993. Maputo: Departamento de Monumentos da Direção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura e Juventude.
- DE FUSCO, Renato, 1968. *L'idea di architettura, storia della critica da Viollet-le-Duc a Persico*. 2.<sup>a</sup> ed. Milano: Etas Kompass, 1.<sup>a</sup> ed. 1964, Milano: Edizioni di Comunità.
- DEMISSIE, Fassil (ed.), 2012. *Colonial Architecture and Urbanism in Africa: Intertwined and Contested Histories*. 1.<sup>a</sup> ed. Farnham: Ashgate.
- DEZZI-BARDESCHI, Marco, 2006. *Restauro: due punti e da capo*. Milano: Franco Angeli.
- DIERNA, Salvatore, 2003. “Identità e tradizione negli insediamenti, Inhambane e Ibo”, in BERTI, Maurizio, “La gestione del patrimonio ambientale: sulla via della conservazione africana”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 4, 66–67.
- DIERNA, Salvatore, 2005a. “A Questão Ambiental: princípios e práticas para uma Arquitectura e uma Cidade sustentável no Sul do mundo”, in FORJAZ, José, *Arquitectura, Ambiente e Sobrevivência*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, 5-17.
- DIERNA, Salvatore, 2005b. “A Ilha reencontrada: ambiente e cultura do habitar”, in CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), *IBO, a casa e o tempo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, 6-9.
- Diploma Legislativo n.º 825 de 20 de fevereiro de 1943, *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, n.º 8, I Série, de 20 de fevereiro de 1943 [cria a Comissão de Monumentos e Relíquias de Moçambique].
- Diploma Legislativo n.º 1976 de 10 de maio de 1960, suplemento ao *Boletim Oficial*, n.º 19, I Série, de 1 de maio de 1960 [Regulamento Geral das Edificações Urbanas]. BNP S.C. 19145 V.
- Direção da Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP) (dir. editorial), 2010, *KOK NAM. O homem por detrás da câmara*, texto introdutório de José Luís CABAÇO, entrevista de António CABRITA, reportagem fotográfica de António SILVA. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP).
- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1999. *Caminhos do Património. DGEMN. 1929-1999, Catálogo da Exposição*. Lisboa: DGEMN /Livros Horizonte.
- DIREITO, Bárbara, 2014. “Caçados e caçadores nas fotografias do arquivo da Companhia de Moçambique”, VICENTE, Filipa Lowndes (org.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições 70, 141–155.
- DIRKS, Nicholas B., 1992. “Introduction: Colonialism and Culture”, in DIRKS, Nicholas B. (ed.), *Colonialism and Culture*. 1.<sup>a</sup> ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1-25.
- “Discursos de S. Exa. o Sr. Presidente da República: na Câmara Municipal da Beira em 28 de Julho”, *Boletim Geral das Colónias*, out. de 1939, XV(172), 60-63.
- “Discursos do Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Moçambique : na inauguração da exposição organizada pela Companhia de Moçambique, em 30 de Julho”, *Boletim Geral das Colónias*, out. de 1939, XV(172), 98-104.
- DI STEFANO, Roberto, 1969. *John Ruskin: Interprete dell'architettura e del restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.
- DI STEFANO, Roberto, 2007. “Presentazione”, in RUSKIN, John, *Le Sette Lampade dell'Architettura*. Milano: Jaka Book, 11-29.

- Documento de Nara*, 1994. *Documento de Nara sobre a Autenticidade* [em linha], UNESCO, ICCROM, ICOMOS. Disponível em: [http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1994-declaracao\\_de\\_nara\\_sobre\\_autenticidade-icomos.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1994-declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf) [consult. 7 jun. 2015].
- DOGLIONE, Francesco, 2008. *Nel restauro. Progetti per le architetture del passato*. 1.ª ed. Venezia: Marsilio.
- DOMICELJ, Joan, 2009. “Authentic? Nara revisited...”, in STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds.), *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto* [em linha]. Rome: ICCROM (Conservation Studies 10), 143-152. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICCS10\\_JukkaFestchrift\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICCS10_JukkaFestchrift_en.pdf) [consult. 17 maio 2014]
- DOMINGOS, Nuno, 2013. “A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão-de-obra em Lourenço Marques”, in DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (orgs.), *Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições 70, 59–112.
- DOMINGOS, Nuno, [s.d.]. *CULTURA POPULAR URBANA E CONFIGURAÇÕES IMPERIAIS, O IMPÉRIO COLONIAL EM QUESTÃO (SÉCS. XIX-XX)* [em linha], 391-422. Disponível em: [http://www.academia.edu/5193994/Cultura\\_Popular\\_Urbana\\_e\\_Configuracoes\\_Impediais](http://www.academia.edu/5193994/Cultura_Popular_Urbana_e_Configuracoes_Impediais) [consult. 17 maio 2014].
- DOMINGOS, NUNO; PERALTA, Elsa, 2013. “A Cidade e o Colonial”, in Nuno DOMINGOS; Elsa PERALTA (orgs.), *Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*. [edição?] Lisboa: Edições 70, IX–L.
- DUARTE, Elvino A. A. Dias, 1972. “Na inauguração do Museu Geográfico Gago Coutinho e Sacadura Cabral”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (8), 85–94.
- “Em Maputo: construção do monumento em memória de Samora Machel dentro dos prazos” [em linha], 11 abr. 2010, *gm54.wordpress.com*. Disponível em: <https://gm54.wordpress.com/tag/monumentos-de-mocambique/> [consult. 20 agos. 2015].
- ENNES, António, 1898. *A Guerra d’África em 1895: Memórias*. 1.ª ed. Lisboa: Typographia do Dia. BNP H.G. 489 V.
- ENNES, António, 1896. *Providências publicadas pelo commissário régio na província de Moçambique, Conselheiro António José Ennes, desde 1 de Janeiro até 18 de Dezembro de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional. BNP S.C. 3924 V.
- ENNES, António, 1945. *A Guerra de África em 1895 (Memórias)*; Pref. de Afonso Lopes VIEIRA; Estudo de Paiva COUCEIRO, e algumas Cartas inéditas. 2.ª ed. Lisboa: [s.n.], 1.ª ed. 1898, Lisboa: Imprensa Nacional. BNP H.G. 17660 V.
- ENNES, António, 1946. *Moçambique*. 3.ª ed. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1.ª ed. 1893. BNP S.C. 13300 V.
- Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Primeira Parte, Análise* [policopiado], janeiro de 1984a. Maputo: Secretaria de Estado da Cultura - Gabinete de Conservação e Restauro.
- Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Segunda Parte, Proposta* [policopiado], janeiro de 1984b. Maputo: Secretaria de Estado da Cultura - Gabinete de Conservação e Restauro.
- Expedição/ Conselheiro/ Marianno de Carvalho/ Estudos do Saneamento/ da Cidade/ de/ Lourenço Marques/ Desenhos e Expedição/ Conselheiro/ Mariano de Carvalho/ Estudos do Saneamento/ da Cidade/ de/ Lourenço Marques/ Peças escriptas*, 7 vols., 1892 [documento manuscrito]. AHU\_3038\_1A\_SEMU\_DGU\_MÇ\_1904-1908

- Exposição-Feira Angola 1938/Álbum comemorativo da exposição-feira de Angola, XCMXXXVIII*. 1.<sup>a</sup> ed. Luanda: [s.n.] Litografia Nacional do Porto.
- EXPOSIÇÃO-FEIRA DE LUANDA, 1938. GUIA DA EXPOSIÇÃO-FEIRA DE ANGOLA, Luanda, Agosto de 1938*. 1.<sup>a</sup> ed. Luanda: [s.n.] (Edição da Agência Técnica de Publicidade). BNP S.C. 11805//27 V.
- FACIM 66*, 9 de jul. de 1966. *Boletim Informativo da Feira Agro-Pecuária Comercial e Industrial de Moçambique*, n.º 1.
- FANON, Frantz, 1968. *Os Condenados da Terra*, Pref. de Jean-Paul SARTRE. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução por José Laurênio de Melo do original em francês de 1961 (*Les Damnés de la Terre*, Editions François Maspero).
- FANON, Frantz, 1975. *Pele negra, máscaras brancas*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Paisagem Editora. 1.<sup>a</sup> ed. [s.d., 1971?], Porto: Edição A. Ferreira. Tradução por [?] do original em francês de 1952 (*Peau noire, masques blancs*, Paris: Seuil).
- FEIJÓ, João, 2010. *DO PASSADO COLONIAL À INDEPENDÊNCIA*. 2.<sup>a</sup> ed. Maputo: Alcance Editores.
- FERNANDES, José Manuel, 1987. “O Lugar da Cidade Portuguesa”, *Povos e Culturas*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expansão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, (2), 79-112.
- FERNANDES, José Manuel, 1996. “Siete obras modernas de Ultramar português”, in AA.VV. *La arquitectura del Movimiento Moderno. Registro DOCOMOMO Ibérico, 1925-1965*. 1.<sup>a</sup> ed. Barcelona: Fundación Mies van der Rohe, 328.
- FERNANDES, José Manuel, 1998. “Arquitetura e urbanismo no espaço ultramarino português”, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa* 5 vols. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. V, 334-383.
- FERNANDES, José Manuel, 2002. *Geração africana: arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- FERNANDES, José Manuel, 2005. *Arquitectura e urbanismo na África Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caleidoscópio.
- FERNANDES, José Manuel, 2006. *Arquitectos do Século XX: Da Tradição à Modernidade*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caleidoscópio.
- FERNANDES, José Manuel, 2008. “João José Tinoco - O Moderno em África”, in VELOSO, António Matos; FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes, *João José Tinoco. Arquitecturas em África*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte, 33-100.
- FERNANDES, José Manuel, 2010. “Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura”, in MATTOSO, José (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 183-591.
- FERNANDES, José Manuel (ed.), 2011. *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio.
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NEVES, Olga Iglésias, 2006. *Moçambique 1875/1975: Cidades, Território e Arquitecturas*. Lisboa: Ed. Autor.
- FERNANDES, José Manuel *et al.*, [s.d.]. “Maputo [Lourenço Marques]: Historical Background and Urbanism”, *Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa* [em linha]. Disponível em: [www.hpip.org](http://www.hpip.org) [consult. 20 jun. 2012].

- FERREIRA, André Renga Faria, 2006. *Obras Públicas e Moçambique: Inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961* [policopiado], dissertação de mestrado em Arquitetura. Coimbra: Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, André Renga Faria, 2008. *Obras Públicas em Moçambique: Inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Lusófonas.
- FERREIRA, Ângela, 2010. “Part 6 Angela Ferreira”, in *After Post Colonialism: Transnationalism or Essentialism?* [em linha], Tate Channel, 8 de maio de 2010. Disponível em: <http://channel.tate.org.uk/media/89280649001#media:/media/89280649001/89281389001&context:channel/mostpopularREs> [consult. 4 jun. 2014].
- FERREIRA, Zara, 2012. *O MODERNO E O CLIMA NA ÁFRICA LUSÓFONA. Arquitectura escolar em Moçambique: o programa de Fernando Mesquita (1955-1975)*, dissertação de mestrado em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.
- FIORANI, Donatella, 2007. “Un panorama Europeo del restauro oggi”, in CARBONARA, Giovanni (a cura di), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, 51-106.
- FIRST, Ruth (dir.), 1977. *O Mineiro Moçambicano: Um estudo sobre a exportação de mão de obra* [em linha]. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. Disponível em: <http://www.ruthfirstpapers.org.uk/pt/content/423> [consult. 4 jun. 2014].
- FONSECA, Pedro Quirino da, 1968. “Breves notas sobre a evolução da habitação e construção em Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (4), 45–48.
- FONSECA, Pedro Quirino da, 1972. “Algumas descobertas de interesse histórico-arqueológico na Ilha de Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (8), 55–71.
- FONSECA, Pedro Quirino da, 2011. “Urbanismo e Arquitectura em Angola no século XX: Processos de Transformação do Território”, in FERNANDES, José Manuel (ed.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio, 69-77.
- FORJAZ, José, 1985. “A Planificação Física em Moçambique Independente”, in *José Forjaz Arquitectos* [em linha]. Disponível em: <http://www.joseforजारquitectos.com/textos/planmocind.html> [consult. 13 jun. 2015].
- FORJAZ, José, 1997. “Património — Que atitude?”, *Novo MoçAmbiente*, (21), 4–8.
- FORJAZ, José, 1999. *Entre o adobe e o aço inox. Ideias e projectos*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- FORJAZ, José, 2003. “Prefácio”, in SPINA, Maria; JOAQUIM, Vicente (coord.), *Antigo Bairro Militar de Maputo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, 5.
- FORJAZ, José, 2005a. *Arquitetura, Ambiente e Sobrevivência*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF.
- FORJAZ, José, 2005b. [S.t.], in BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís, *O desenho das cidades: Moçambique até ao Século XXI*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, 6.
- FORJAZ, José, 2005c. “Apresentação”, in CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), *IBO, a casa e o tempo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, 4-5.



- FORJAZ, José, 2006. “Praça da Independência, Maputo, Moçambique”, in *José Forjaz Arquitectos* [em linha]. Disponível em: <http://www.joseforjazarquitectos.com> [consult. 20 agos. 2015].
- FORJAZ, José, 2012. *José Forjaz: a paixão do tangível, uma poética do espaço*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Escola Portuguesa de Moçambique, Centro de Ensino de Língua Portuguesa (EPM – CELP).
- “Fortalezas de Moçambique: O Forte Princesa Amélia em Massangano”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, 1951, (65), 79–89.
- “Fortalezas de Moçambique - Praça de S. Caetano de Sofala”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, 1951, (66), 69–86.
- FORTUNA, Carlos, 1998. “A Construção Histórica de Uma Periferia: Moçambique e a Questão do Algodão ao Longo do Século XX”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 127–154.
- FORTUNA, Carlos, 2012. “Património, turismo e emoção”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (97), 23–49.
- FOWLER, C. S., 1887. *VIEWS OF LOURENÇO MARQUES (DELAGOA BAY) AND TRANSVAAL RAILWAY: PRESENTED BY COLONEL E. MC MURDO*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional. BNP – Iconografia EA-84-V.
- FRANÇA, José-Augusto, 1985. *Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*. 2.<sup>a</sup> ed. rev. Venda Nova: Bertrand. 1.<sup>a</sup> ed. 1974. BNP B.A. 9608 V.
- FRANCISCO, Fernando, 2009. *Desorganização Social, Degradação do Meio Urbano e Sentimento de Insegurança na Cidade de Maputo. O Caso do Distrito Municipal n.º1*, dissertação de mestrado em Direito e Segurança [suporte digital]. Lisboa: Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa.
- FRY, Peter, jun. 2011. “Pontos de vista sobre a descolonização em Moçambique” [em linha], *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (26), 207-211. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092011000200012&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000200012&nrm=iso) [consult. 6 jan. 2012].
- FULLER, Mia; KING, Anthony, 2007. *Moderns Abroad: Architecture, cities and Italian imperialism*, in KING, Anthony; MARKUS, Thomas A. (eds.). 1.<sup>a</sup> ed. London: Routledge.
- GALVÃO, Henrique, 1934a. *Albúm Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Litografia Nacional.
- GALVÃO, Henrique, 1934b. *Albúm Fotográfico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Litografia Nacional.
- GALVÃO, João Alexandre Lopes, 1920. *Província de Moçambique: As Obras Públicas e o Fomento da Província em 1918/ Relatório da Inspeção das Obras Públicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade. BSGL 13-G-436
- GALVÃO, João Alexandre Lopes, set. 1925. “O Regime de Mão de Obra Indígena em Moçambique”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1(3), 116-128.
- GARCIA, António, 1971. “Ermita de Nossa Senhora do Baluarte, a mais linda e antiga Igreja de Moçambique, 1522”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (7), 43–48.

- GENTILI, Anna Maria, 1985. “DA LOURENÇO MARQUES A MAPUTO: LA TRASFORMAZIONE DELLE AREE AGRICOLE SUBURBANE”, *Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell’Istituto italiano per l’Africa e l’Oriente* [em linha], Anno 40, (2), 183-219. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40759804> [consult. 30 set. 2013].
- GIL, Fernando, 30 de agosto de 2011. “Praça de Independência receberá Samora Machel”, in *Moçambique para todos* [em linha]. Disponível em: [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2011/08/praca-da-independencia-recebera-samora-machel.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/08/praca-da-independencia-recebera-samora-machel.html) [consult. 14 agos. 2014].
- GODONOU, Alain, 2004. “Quale approccio per la salvaguardia del patrimonio africano? Il caso della città vecchia di Porto Novo in Benin”, in VALTIERI, Simonetta (a cura di), *Della bellezza ne è piena la vista!: restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell’era della globalizzazione*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Nuova Argos, 118-129.
- GRAÇA, Pedro Borges, 2005. *A construção da nação em África (Ambivalência Cultural em Moçambique)*. 1.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Almedina.
- GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (eds.), 2008. *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. 1.<sup>a</sup> ed. Hampshire: Ashgate.
- GRAMSCI, Antonio, 1974. *Obras Escolhidas* 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 2. Tradução por Manuel Braga da Cruz dos originais em italiano de 1945, 1948, 1949, 1950, 1951, 1954 (*OPERE*, Torino: Einaudi).
- GRAMSCI, Antonio, 2012. *Gramsci. A Cultura e os Subalternos*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Colibri. Introd. e tradução por Rita Ciotta Neves.
- GREMENTIERI, Fabio, 2003. “The preservation of nineteenth and twentieth century heritage”, in OERS, Ron van; HARAGUCHI, S. (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage* [em linha]. Paris: UNESCO /WHC, 81-89. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-38-1.pdf> [consult. 12 maio 2012].
- GRESLERI, Giuliano; MASSARETTI, Pier Giorgio; ZAGNONI, Stefano (a cura di), 1993. *Architettura Italiana d’oltremare, 1870-1940* (catalogo della mostra). 1.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio Editori.
- GRESLERI, Giuliano; MASSARETTI, Pier Giorgio, 2009. *Architettura italiana d’oltremare. Atlante iconografico/ Italian architecture overseas: an iconographic atlas*. 2.<sup>a</sup> ed. Bologna: Bononia University Press, 1.<sup>a</sup> ed. 2008.
- GRILO, Maria Inácia Teles, [s.d.]. “Os Boletins da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1935-1990)”, *Boletins da DGEMN: Números 1 ao 131* [edição em suporte digital]. Lisboa: DGEMN, 3-7.
- GROOTE, Peter; HAARTSEN, Tialda, 2008. “The Communication of Heritage: Creating Place Identities”, in GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (eds.), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. 1.<sup>a</sup> ed. Hampshire: Ashgate, 181–194.
- GUEDES, Pancho, 2007. *MANIFESTOS, ENSAIOS, FALAS, PUBLICAÇÕES MANIFESTOS, PAPERS, LECTURES, PUBLICATIONS*; texto de Ana Vaz Milheiro. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. Tradução por João Francisco Carvalhais (texto bilingue). BNP B.A. 29691 V.
- GUEDES, Pedro (ed.), 2009. *Pancho Guedes: Vitruvius mozambicanus* (catálogo da exposição homónima). 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Museu Coleção Berardo.
- GUERREIRO, Alcântara, 1952. “QUADROS DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (71), 81–107.

- GUTERRES, José de Brito, 1939. “A pecuária no Sul do Save”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (19), 85.
- HALL, Stuart, 1999. “Un-settling ‘the heritage’, re-imagining the post-nation. Whose Heritage?”, *Third Text*, 13(49), 3-13.
- HARVEY, David C., 2001. “Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies”, *International Journal of Heritage Studies*, 7(4), 319-338.
- HARVEY, David C., 2008. “The History of Heritage”, in GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (eds.), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. 1.<sup>a</sup> ed. Hampshire: Ashgate, 19-36.
- HEDGES, David (coord.), 1999. *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. 2.<sup>a</sup> ed. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, vol. 2, 1.<sup>a</sup> ed. 1993.
- HOBBSAWM, Eric, 1983. “Introduction: Inventing Traditions”, in HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.), *The Invention of Tradition*. 1.<sup>a</sup> ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1-14.
- HODJAT, Mahdi, 2009. “Conservation of conservation methods”, in STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds.), *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto* [em linha]. Rome: ICCROM, 117-123. Disponível em: [http://www.iccom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICCS10\\_JukkaFestchrift\\_en.pdf](http://www.iccom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICCS10_JukkaFestchrift_en.pdf) [consult. 2 jun. 2012].
- IBRAIMO, Maimuna A., nov. 1994. *Crescimento da População Urbana e Problemas de Urbanização da Cidade de Maputo*, Série População e Desenvolvimento, Documento n.º 11, Unidade da População, Direcção Nacional de Estatística, Maputo.
- ICOMOS, 1995. *Seminar on 20th Century Heritage (Helsinki, 18-19 -VI-1995)* [em linha]. Disponível em: <http://www.icomos.org/en/what-we-do/disseminating-knowledge/publicationall/otherpublications/116-english-categories/resources/publications/315-seminar-on-20th-century-heritage> [consult. 15 abr. 2012].
- “Igrejas e Capelas de Moçambique”, *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], 1937, (10), 57-84. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N010&p=58> [consult. 15 abr. 2012].
- INABA, Nobuko, 2009. “Authenticity and heritage concepts: tangible and intangible - discussions in Japan”, in STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds.), *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto* [em linha]. Rome: ICCROM, 153-162. Disponível em: [http://www.iccom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICCS10\\_JukkaFestchrift\\_en.pdf](http://www.iccom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICCS10_JukkaFestchrift_en.pdf) [consult. 2 jun. 2012].
- “INQUÉRITO”, *Notícias*, 6 de maio de 1975, 3.
- “INQUÉRITO”, *Notícias*, 7 de maio de 1975, 3.
- “INQUÉRITO”, *Notícias*, 8 de maio de 1975, 3.
- “INQUÉRITO”, *Notícias*, 9 de maio de 1975, 3.
- ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara, 1983. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. 1.<sup>a</sup> ed. Boulder, CO (Colorado): Westview Press.
- ISSAK, Aíssa, 2006. “Museus como Unidades Documentais: Seu Papel na Educação da Comunidade” [em linha], in 3.º Seminário Regional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, Xai-Xai, 18 a 27 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1676/1/Museus.pdf> [consult. 23 fev. 2015].
- Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993. COELHO, Maria Eduarda Leal (coord.), *Dar futuro ao passado*, Catálogo da Exposição. Lisboa: IPPAR.

- Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2004. TOSTÕES, Ana; COSTA, Sandra Vaz (coord), *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR.
- JAIROCE, Jorge Fernando, 2012. “Museus e o Património Histórico Cultural Moçambicano”, in *Historiando: debates e ideias* [em linha]. Disponível em: <http://jorgejairoce.blogspot.pt/2012/06/museus-e-o-patrimonio-historico.html> [consult. 24 fev. 2015].
- JAPHA, Derek, 2003. “The heritage of modernism in South Africa”, in OERS, Ron van; HARAGUCHI, S. (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage* [em linha]. Paris: UNESCO/WHC, 94-98. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-38-1.pdf> [consult. 12 maio 2012].
- “Jardim Municipal”, *Notícias* [Lourenço Marques], 17 de julho de 1930, 5.
- JENKINS, Paul, 2009. “Xilunguine, Lourenço Marques, Maputo: Structure and Agency in Urban Form: Past, Present and Future”, in BAKKER, K.A. (ed.) *African Perspectives 2009 – The African City Centre: [Re] sourced*, University of Pretoria/Thswane, 24-28.
- JENKINS, Paul, 2012. “Maputo and Luanda”, in BEKKER, Simon; THERBORN, Goran (eds.), *Capital Cities in Africa: Power and Powerlessness*. 1.<sup>a</sup> ed. Cape Town: HSRC Press, CODESRIA, 142-166.
- JENKINS, Paul, 2012a. *Understanding “Home Space” in the African city: Context Report*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements.
- JENKINS, Paul, 2012b. *Understanding “Home Space” in the African city: Synthesis Report*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements.
- JENKINS, Paul, 2013. *Urbanization, Urbanism, and Urbanity in an African City: Home Spaces and House Cultures*. 1.<sup>a</sup> ed. New York: Palgrave Macmillan.
- JENKINS, Paul, 14 jul. 2014. “Alternative conceptions of planning and their relevance for sub-Saharan cities: case study of Maputo”, conferência proferida no auditório do Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL) em 14 de julho de 2014, associada ao Colóquio *Urban Aspirations in Colonial/Postcolonial Mozambique: Understanding Planning and Government in Unequally Divided Cities*, organizado por Tiago Castela e Maria Paula Meneses.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira, 2010. *Livros Brancos, Almas Negras. A “missão civilizadora” do colonialismo português c. 1870-1930*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais (ICS).
- JOFFROY, Thierry (ed.) 2005. *Traditional conservation practices in Africa* [em linha]. Rome: ICCROM. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICCS02\\_TraditionalPractices\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICCS02_TraditionalPractices_en.pdf) [consult. 2 jun. 2013].
- JOKILEHTO, Jukka, 1999. *A history of architectural conservation*. 1.<sup>a</sup> ed. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- JOKILEHTO, Jukka, 2003. “Continuity and Change in Recent Heritage”, in OERS, Ron van; HARAGUCHI, S. (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage* [em linha]. Paris: UNESCO/WHC, 105-108. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-38-1.pdf> [consult. 12 maio 2012].

- JOKILEHTO, Jukka, 2007. “Il quadro internazionale: Asia, Australia, Medio Oriente, Paesi Arabi e Africa Subsaariana”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, 147-210.
- JONES, Siân, 2010. “Negotiating authentic objects and authentic selves: beyond the deconstruction of authenticity”, *Journal of Material Culture*, 15(2), 186 ss.
- JONG, Ferdinand de; ROWLANDS, Michael, 2007. “Reconsidering Heritage and Memory”, in JONG, Ferdinand de; ROWLANDS, Michael (eds.), *RECLAIMING HERITAGE: ALTERNATIVE IMAGINARIES OF MEMORY IN WEST AFRICA*. 1.<sup>a</sup> ed. Walnut Creek, Left Coast Press (« Publications of the Institute of Archeology, University College London »), 13–30.
- JONG, Ferdinand de; ROWLANDS, Michael (eds.), 2007. *RECLAIMING HERITAGE: ALTERNATIVE IMAGINARIES OF MEMORY IN WEST AFRICA*. 1.<sup>a</sup> ed. Walnut Creek, Left Coast Press (« Publications of the Institute of Archaeology, University College London »).
- JOPELA, Albino P. de J., 2006. *Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres do distrito de Manica, 1943-2005*, dissertação de licenciatura em História. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.
- JOPELA, Albino P. de J., 2014. “Custódia Tradicional do Património Cultural Imóvel”, in MACAMO, Solange (dir.), *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura, 55-58.
- JORGE, Sílvia; MELO, Vanessa, 2014. “Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo”, *Cadernos de Estudos Africanos* [em linha], (27), 55-77. Disponível em <http://cea.revues.org/1488>; DOI : 10.4000/cea.1488 [consult. 2 fev. 2015].
- JOY, Charlotte, 2007. ““Enchanting Town of Mud’’: Djenné, A World Heritage Site in Mali”, in JONG, Ferdinand de; ROWLANDS, Michael (eds.), *RECLAIMING HERITAGE: ALTERNATIVE IMAGINARIES OF MEMORY IN WEST AFRICA*. 1.<sup>a</sup> ed. Walnut Creek, Left Coast Press (« Publications of the Institute of Archaeology, University College London »), 145–160.
- JUNOD, Henri Alexandre, 1996. “Apresentação”, *Usos e Costumes dos Bantu II* Tomos. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Tomo I, 1.
- KEIL do AMARAL, Francisco Pires, 2000. Trabalhar fora: Moçambique. *Jornal dos Arquitectos*, (198), 37–38.
- KETTIE, J. Scott, 1895. *The partition of Africa*. 2.<sup>a</sup> ed. London: Edward Stanford.
- KING, Anthony D., 1991. *Urbanism, Colonialism and the World-Economy: Cultural and Spatial Foundation of the World Urban System*. 2.<sup>a</sup> ed. London/ New York: Routledge. 1.<sup>a</sup> ed. 1990.
- KING, Anthony D., 2004. *Spaces of Global Cultures: Architecture, Urbanism, Identity*. 1.<sup>a</sup> ed. London/ New York: Routledge.
- KING, Anthony, 2007. *COLONIAL URBAN DEVELOPMENT: Culture, Social Power and Environment*. [ed.?] London/ Boston: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1.<sup>a</sup> ed. 1976.
- KING, Joseph, 2009. “From architectural conservation to urban conservation and the World Heritage Convention: an appreciation”, in STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds.), *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto* [em linha]. Rome: ICCROM, 11-13. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_IC10\\_JukkaFestchrift\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_IC10_JukkaFestchrift_en.pdf) [consult. 1 jun. 2012].
- KNOPFLI, Rui, 1972. *A Ilha de Próspero*, Pref. de Alexandre LOBATO. 1.<sup>a</sup> ed. Lourenço Marques: Minerva Central. BNP L. 6454 A.

- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2003. “Quatremère de Quincy e os Verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruínas da sua *Encyclopédie Méthodique: Architecture*”, *Rotunda*, (2), 100-106.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2005. “História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos”, *Revista CPC*, São Paulo, 1(1), 16-40.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2006. “A Restauração de Monumentos Históricos na França após a Revolução Francesa e durante o Século XIX: Um Período Crucial para o Amadurecimento Teórico”, *Revista CPC*, 1(3), 110-144.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2007. “Il quadro Pan-Americano”, in CARBONARA, Giovanni (a cura di), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.ª ed. Torino: UTET, 115-146.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2008. “A restauração como Campo Disciplinar Autônomo”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 40, 351-373.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2009a. “Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural”, in *XIII Congresso da ABRACOR*, 13 a 17 de abril de 2009, Porto Alegre.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2009b. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. 1.ª ed. São Paulo: Ateliê editorial.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, jul. - dez. 2010. “Notas sobre a Carta de Veneza”, *Anais do Museu Paulista*, 18(2), 287-320.
- KÜHL, Beatriz Mugayar; SALVO, Simona, 2006. “Ciclo de Palestras sobre Preservação: Disciplina AUH 852 - Técnicas Construtivas Tradicionais” [em linha], *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, (19), 198-210. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43471>, DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i19p198-210> [consult. 2 jun. 2012].
- KÜHL, Beatriz Mugayar; VIVIO, Beatrice; CAMPANELLI, Alessandro Pergoli; CERROTI, Alessandra, 2010. “Seminário de estudos sobre restauração arquitetônica: ‘temas recentes no restauro na Itália’” [em linha], *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, (27), 208-268. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43689>, DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i27p208-268>
- LA CECLA, Franco, 2015. *Contro l'urbanistica*. Torino: Einaudi.
- LAGE, Luís, 2005. “Maputo: História de uma cidade e da sua arquitectura”, in BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís, *O desenho das cidades: Moçambique até o Século XXI*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 81-95.
- LAGE, Luís, 2006. *A morfologia urbana como matriz da forma arquitectónica em Maputo*, tesi di dottorato in “Rilevamento, Analisi e Rappresentazione dell'Architettura e dell'Ambiente”. Roma: Università di Roma “La Sapienza”, XVIII Ciclo.
- LAGE, Luís, 2010. “Prefácio”, in LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 3-4.
- LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), 2010. *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.

- LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord. geral), 2013. *Beira - Catálogo de Património Urbanístico e Arquitectónico/ Catalogue of Urban and Architectural Heritage*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF. Tradução e revisão por Ana Anjo (texto bilingue).
- LAPA, Pedro; RENTON, Andrew, 2003, *Ângela Ferreira: Em Sítio Algum*. Lisboa: Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea.
- LAZARUS Photographers, J. & M. (ed.), 1901. *A Souvenir of Lourenço Marques: An Album of Views of the Town*. Lourenço Marques.
- Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, *Boletim da República* [Moçambique], 3.º suplemento, I Série, n.º 51, de 22 de dezembro de 1988, 13-17 [determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano] [em linha]. Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/mz/mz019pt.pdf> [consult. 2 jun. 2011].
- Lei n.º 2/97, de 18 de fevereiro, *Boletim da República* [Moçambique] n.º 7, I Série, de 18 de fevereiro de 1997 [quadro legal para a implantação das autarquias].
- Lei n.º 11/97, de 31 de maio, *Boletim da República* [Moçambique] n.º 22, 4.º suplemento, I Série, de 31 de maio.
- Lei n.º 19/2007, de 18 de julho, *Boletim da República* [Moçambique] n.º 29, I Série, de 18 de julho [Lei do Ordenamento do Território].
- Lei n.º 13/2009, de 25 de fevereiro, *Boletim da República* [Moçambique] n.º 8, I Série, de 25 de fevereiro [visa proteger, preservar e valorizar o património da Luta de Libertação Nacional].
- LEMOS, Manuel Jorge Correia de, 1987. “Maputo, deste lado da baía. Considerações sobre a toponímia da cidade”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 5-18.
- LÉONARD, Yves, 1998. “O Império colonial salazarista”, in BETHENCOURT, Fernando; CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da expansão portuguesa* 5 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 5, 10-30.
- LETELLIER, Pascal; JORDANE, Bertrand (textos); BASTO, Luís (fotografia), 2005. *Voyage au Mozambique. MAPUTO*. 1.ª ed. Paris: Éditions du Garde-Temps.
- LIESEGANG, Gerhard, 1987. “Lourenço Marques antes de 1895”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, Maputo, (2), 19-75.
- LIESEGANG, Gerhard, 2000. “The Arquivo Histórico de Moçambique and Historical Research in Maputo”, *History in Africa*, vol. 27, 471–477.
- LIMA, A. A. Lisboa de, 1925. “Caminho de Ferro da Suazilândia”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, I(1), 13-25.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1966a. *Edifícios Históricos de Lourenço Marques*. 1.ª ed. Lourenço Marques: Livraria e Tipografia Académica. BNP H.G. 30142 V.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1966b. *Lourenço Marques, 1830*, Coleção Turismo (9). 1.ª ed. Lourenço Marques: Editorial de Publicações Turísticas.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1966c. *Lourenço Marques*. Lisboa: Olisipo, Editorial de publicações turísticas.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1967. *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*. 1.ª ed. Lourenço Marques: Câmara Municipal.

- LIMA, Alfredo Pereira de, agos. 1968. “Casas que fizeram Lourenço Marques”, Separata de *STVDIA* – Revista quadrimestral, 24. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1969. “Síntese histórica da formação urbanística de Lourenço Marques” [documento datilografado], *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques* vol. VI, Peça n.º 40, 29 pp. não numeradas.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1971. *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique* 3 vols. 1.ª ed. Lourenço Marques: Edição da Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, vols. I e III. BNP S.A. 43996 V.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1972. *Pedras que já não falam*. 1.ª ed. Lourenço Marques: Tipografia Notícias.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1974. *Para a história das comunicações em Lourenço Marques*. 1.ª ed. Lourenço Marques: [s.n.], 155-162.
- LIMA, Artur de Barros, 1942. “Dois documentos Históricos”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (31), 5-11.
- LOBATO, Alexandre, 1945. “A ILHA DE MOÇAMBIQUE (MONOGRAFIA)”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (42), 5–152.
- LOBATO, Alexandre, 1948. *História da Fundação de Lourenço Marques*. Lisboa: Revista «Lusitânia». BNP H.G. 27835 P.
- LOBATO, Alexandre, 1953. *Aspectos de Moçambique no antigo regime colonial*. 1.ª ed. Lisboa: Livraria Portugal.
- LOBATO, Alexandre, 1954. *Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530* 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, vol. II, 187.
- LOBATO, Alexandre, 1961. *Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. BNP H.G. 31376 P./ BNP H.G. 48901 V.
- LOBATO, Alexandre, 1970a. “Conservar e Modernizar, na Ilha de Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (6), 7-10.
- LOBATO, Alexandre, 1970b. *Lourenço Marques, Xilungúne: biografia da cidade*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar. BACG M226/ BNP C.G. 10225 V.
- LOBATO, Alexandre, 1971. “No centenário de Neutel de Abreu: Sobre as causas da ocupação tardia do norte num relance pela história de Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (7), 7–21.
- LÔBO, Margarida Sousa, 1995. *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*. 2.ª ed. Porto: FAUP e DGOTDU.
- LONGLE, Armando, 1887. *DO SANEAMENTO/ E/ ALARGAMENTO/ DA VILLA DE/ LOURENÇO MARQUES/ Pelo Conductor d’Obras Publicas da provincia de Moçambique/ ARMANDO LONGLE/ S. S. G. L.* Lisboa: TYPOGRAFIA DE A. DA COSTA BRAGA.
- LOPES, Carlos; AMADO, Filipe; MUANAMOHA, Ramos, 2008a. “Dinâmicas do crescimento populacional em Luanda e Maputo”, in OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (coord.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 1.ª ed. 2007, 37-64.
- LOPES, Carlos M.; OPPENHEIMER, Jochen; PROENÇA, Carlos S.; RIBEIRO, Mário; CUNHA, Nuno; FERREIRA, Marco 2008b. “Economia de Luanda e Maputo: olhares cruzados”, in



- OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (coord.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 1.ª ed. 2007, 65-103.
- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, 2004. *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. 1.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOUREIRO, João, 2001. *Postais Antigos da Ilha de Moçambique & Ilha do Ibo*, Lisboa: Maisimagem.
- LOUREIRO, João, 2003. *Memórias de Lourenço Marques: Uma visão do passado da cidade de Maputo*. 1.ª ed. Lisboa: Maisimagem - Comunicação Global, Lda. BNP H.G. 9509 A.
- LUNDI, Iraê Batista, dez. 1997. “Herança e Património”, *MoçAmbiente*, (21), 9-11.
- LUSO, Eduarda Cristina Pires; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela Guedes de, maio 2004. “Breve história da teoria da conservação e do restauro” [em linha], *Engenharia Civil*, (20), 31-44. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/2554> [consult. 20 abr. 2010].
- MACAGNO, Lorenzo, 2009. “Fragmentos de uma imaginação nacional”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [em linha], 24(70), 17-35. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092009000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200002&lng=en&nrm=iso) [consult. 28 set. 2013].
- MACAMO, Solange (coord.), 2003. *Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios - Património Cultural*. Maputo: Ministério da Cultura e UNESCO.
- MACAMO, Solange, 2010. “A protecção do património edificado em Moçambique: desafios para o presente e futuro”, in LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 7-8.
- MACAMO, Solange (dir.), 2014. *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique* [em linha]. Maputo: Ministério da Cultura - Direcção Nacional do Património Cultural, 1.ª ed. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237075329\\_Manual\\_de\\_Conservacao\\_do\\_Patrimonio\\_Cultural\\_Imovel\\_em\\_Mocambique](https://www.researchgate.net/publication/237075329_Manual_de_Conservacao_do_Patrimonio_Cultural_Imovel_em_Mocambique) [consult. 2 jun. 2013].
- MACHADO, Joaquim José, 1879. “Relatório dos trabalhos executados pela direcção das obras públicas da província de Moçambique durante o anno de 1877”, *Relatórios dos Directores de Obras Públicas e Outros Documentos 1876-81*, Primeira Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 91-131.
- MACHADO, Joaquim José, 1881. *Relatório das obras públicas e outros documentos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1.º vol., Segunda Série.
- MACHAVA, Benedito, 2015. “Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [em linha], (106), 53-84. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-74352015000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352015000100003&lng=pt&nrm=iso) [consult. 3 set. 2015].
- MACHEL, Samora Moisés, 1979a. *Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder*. 1.ª ed. Maputo: Imprensa Nacional, Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO (Coleção “Estudos e Orientações”, 6).
- MACHEL, Samora Moisés, 1979b. *Fazer do Niassa uma base sólida na construção do socialismo*. 1.ª ed. Maputo: Imprensa Nacional, Edição do Partido FRELIMO (Coleção “Palavras de Ordem”, 14).
- MACUCULE, Domingos Augusto, 2010. *Metropolização e Reestruturação Urbana: O Território do Grande Maputo* [em linha], dissertação de mestrado em Planeamento e Ordenamento do Território. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/5142> [consult. 2 jan. 2014].

- MADEIRA, Ana Isabel, 2007. *LER, ESCREVER, ORAR: Uma análise Histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850-1950* [em linha], tese de doutoramento em Ciências da Educação. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7063/1/ulfp031302\\_td.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7063/1/ulfp031302_td.pdf) [consult. 13 out. 2014].
- MAGALHÃES, Ana; GONÇALVES, Inês, 2009. *Moderno Tropical: A Arquitectura em Angola e Moçambique 1948-1975*. 1.ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china.
- MAGALHÃES, Ana, 2012. “ESTAÇÃO DE CAMINHO DE FERRO DA BEIRA: APOGEU E CRÍTICA DO MOVIMENTO MODERNO EM MOÇAMBIQUE”, in *Actas do Congresso Internacional. Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência* [em linha]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) - Jardim Botânico Tropical (JBT). Disponível em: [http://ewv.ist.utl.pt/PDF/AM\\_SaberTropical.pdf](http://ewv.ist.utl.pt/PDF/AM_SaberTropical.pdf) [consult. 10 jan. 2014].
- MAGRI, Lucio; TAVARES, José Luís, 2011. *PANCHO GUEDES*. 1.ª ed. Vila do Conde: QuidNovi. BNP B.A. 34031 V.
- MALVERTI, Xavier, 1992. “ALGIER: Méditerranée, soleil et modernité”, in CULOT, Maurice; THIVEAUD, Jean-Marie (dir.), *Architectures françaises outre-mer: Abidjan, Agadir, Alep, Alger, Bangui, Beyrouth, Brazzaville, Casado, Casablanca, Conakry, Dakar, Damas, Hanoi, Libreville, Niamey, Orleansville, Ouagadougou, Riyadh, Tananarive, Tunis, Yaoundé*. 1.ª ed. Liège: Mardaga. CES 72 ARC 1992
- MARCONI, Paolo, 2002. “Carta della Conservazione e del restauro degli oggetti d'arte e di cultura”, in MARCONI, Paolo, *Il restauro e l'architetto. Teoria e pratica in due secoli di dibattito*. 3.ª ed. Venezia: Marsilio, 1.ª ed. 1993, 208.
- “Marechal Samora Machel em Chaimite”, 6 de mar. de 1982. *Notícias* [Maputo], [p.?].
- MARIZ, Vera Félix, 2012b. “O caso pioneiro de São Tomé e Príncipe no panorama da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos durante o Estado Novo”, in ROQUE, Ana Cristina; SEIBERT, Gerhard; MARQUES, Vítor Rosado (coord.), *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL), Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 129-136.
- MARIZ, Vera Félix, 2012c. “Cabo Verde no Programa de Salvaguarda do Património Português Ultramarino — O Caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1962-1974)” [em linha], in *Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCP-UTL). Disponível em: <https://coluquiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf> [consult. 3 jun. 2015].
- MARQUES, Maria João Lopes, 2006. *Políticas e práticas sociais nos países em desenvolvimento: uma leitura à luz da nova abordagem das capacidades* [policopiado], dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Lisboa: ISEG, Universidade Técnica de Lisboa.
- MARSCHALL, Sabine, 2008. “The Heritage of Post-Colonial Societies”, in GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (eds.), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. 1.ª ed. Hampshire: Ashgate, 347-364.
- MARTÍNEZ, Ascensión Hernández, 2006. “Il recupero della memoria culturale: la conservazione dell'architettura del Movimento Moderno nella Penisola Iberica”, *Parametro. Rivista Internazionale di Architettura e Urbanistica*, XXXVI(266), 48-55.
- MASSANGO, Olívia, 19 jun. 2012. “A decisão mais marcante do Conselho de Ministros que eu dirigi foi a recusa da liberalização da indústria do caju” [entrevista a Mário Machungo], *O País* [em linha].

- Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/20744-a-decisao-mais-marcante-do-conselho-de-ministros-que-eu-dirigi-foi-a-recusa-da-liberalizacao-da-industria-do-caju.html> [consult. 20 out. 2013].
- MATOS, Madalena Cunha; RAMOS, Tânia Beisl, 2009. “POR VIA DO ATLÂNTICO: TRAÇADOS E MONUMENTOS URBANOS NO BRASIL E EM TERRITÓRIOS AFRICANOS DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA” [em linha], in 8.º *Seminário DOCOMOMO Brasil. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes*, Rio de Janeiro, 1 a 4 de setembro de 2009. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/docomomo/seminario\\_8\\_pdfs/163.pdf](http://www.ufrgs.br/docomomo/seminario_8_pdfs/163.pdf) [consult. 25 set. 2014].
- MATTOSO, José (dir.), 2010. *Património de Origem Portuguesa no Mundo*. [vol. 1] *América do Sul*, ARAÚJO, Renata Malcher de (coord.); [vol. 2] *África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord.); [3.º vol.] *Ásia, Oceania*, ROSSA, Walter (coord.), 2011. [4.º vol.] *Índices*. 1.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATUSSE, Gilberto, 1993. *Construção da imagem de Moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa* [policopiado], dissertação de mestrado em Literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.), 2010. *História Geral da África* [8 vols.]. *África desde 1935*. Brasília: UNESCO, vol. VIII.
- M'BOKOLO, Elikia, 2006. “Culturas Políticas, Cidadania e Movimentos Sociais na África Pós-colonial”, aula inaugural do Programa “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 3 de fevereiro de 2006, *Cabo dos Trabalhos - Revista Eletrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do Centro de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra, n.º 2. Disponível em <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/entrevistas.php> [consult. 12 maio 2011].
- M'BOKOLO, Elikia, 2007. *África Negra. História e Civilizações*. Tomo II — *Do século XIX aos nossos dias*, colaboração de LE CALLENNEC, Sophie; BAH, Thierno. 2.ª ed. Lisboa: Edições Colibri. Tradução por Manuel Resende do original em francês de 1992 (*Afrique noire: Histoire et civilisations*, t. II : *XIXe et XXe siècles*, Paris: Hattier, AUPELF). BNP C.G. 20589 V.
- MEDEIROS, Eduardo, 1998. “Formação e Desagregação das Comunidades de Origem Chinesa nas Cidades Moçambicanas da Beira e Lourenço Marques”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 297–314.
- MEDINA, Cremilda, 1996. *Povo e Personagem*. 1.ª ed. Canoas: Editora da Ulbra, 114-116.
- MELO, Vanessa de Pacheco, jan.-jun. 2013. “Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro”, *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* [em linha], 5(1), 71-88 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692013000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692013000100006&script=sci_arttext) [consult. 14 jul. 2014].
- MELO, Vanessa de Pacheco; VIEGAS, Sílvia Leiria, dez. 2014. “Habitação de iniciativa pública em Luanda e Maputo: modelos de intervenção e impactos socioterritoriais no novo milénio”, *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP* [em linha], 21(36), 124-140. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/90254/92944> [consult. 14 jul. 2015].
- MELO, Vanessa de Pacheco, 2015. *A produção recente de periferias urbanas africanas. Discursos, práticas e configuração espacial: Maputo “versus” Luanda e Joanesburgo*, tese de doutoramento em Urbanismo. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.

- MENDES, Maria Clara, 1985. *Maputo antes da Independência: Geografia de uma Cidade Colonial*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (*Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical*, (68), 2.ª Série, dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1980).
- MENDES, Maria Clara (coord.), 2008. *Urbanismo Colonial: os Planos de Urbanização nas antigas Províncias Ultramarinas, 1934-1974* 3 vols. [edição policopiada]. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Português para o Desenvolvimento (IPAD).
- MENDES, Rui Pedro Andrade Paes Colares, 2012. *A cidade colonial e a estruturação do território em Moçambique: a evolução urbana de Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula e Porto Amélia/Pemba* [policopiado], tese de doutoramento em Geografia. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- MENDES, Rui Paes, jul.-dez. 2012. “O modernismo e suas abordagens em Moçambique e Angola”, *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* [em linha], 4(2), 245-257. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692012000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692012000200008&script=sci_arttext) [consult. 23 ago. 2014].
- MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2016a. “DA INCONSTÂNCIA DA FORTUNA. A TEORIA E A METODOLOGIA DO RESTAURO EM CONTEXTO EUROPEU”, *Cabo dos Trabalhos* (12), 18pp. [em linha]. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n12/ensaios.php> [consult. 2 jan. 2016].
- MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2016b. “Preserving Modern Architecture in a Post-Colonial Context: Mozambique” in PAŠIĆ, Amir; JUNANEC, Borut; MORO, José Luis (eds.), *The Importance of Place: Values and Building Practices in the Historic Urban Landscape*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing: 225-238.
- MENESES, Maria Paula, 2010. “O ‘INDÍGENA’ AFRICANO E O COLONO ‘EUROPEU’: A CONSTRUÇÃO DA DIFERENÇA POR PROCESSOS LEGAIS” [em linha], *e-cadernos CES*, 68-93. Disponível em: <https://eces.revues.org/403> [consult. 10 abr. 2012].
- MILHEIRO, Ana Vaz, 2005. *A construção do Brasil – Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa*. Porto: FAUP Publicações.
- MILHEIRO, Ana Vaz, 2009a. “Castro Rodrigues o arquitecto do Lobito”, *Jornal dos Arquitectos*, (234), 13-15.
- MILHEIRO, Ana Vaz, 2009b. “Experiências em concreto armado na África portuguesa: influências do Brasil”, *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP* [em linha], 16(25), 56-79. Disponível em: <http://revistas.usp.br/posfau/article/view/43608> [consult. 10 jan. 2012].
- MILHEIRO, Ana Vaz, 2010. “Education Buildings in the Tropics: the work of the Colonial Planning Office in the former Portuguese Africa” [policopiado], in *11.º Seminário Internacional Docomomo México. Living in the Urban Modernity*, Cidade do México, 19 a 27 de agosto de 2010.
- MILHEIRO, Ana Vaz, 2011. “O Gabinete de Urbanização Colonial e a arquitectura de promoção pública na Guiné-Bissau durante o Estado Novo”, in FERNANDES, José Manuel (org.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio, 51-67.
- MILHEIRO, Ana Vaz, 2012a. *Nos Trópicos sem Le Corbusier, Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. 1.ª ed. Lisboa: Relógio D’Água.

- MILHEIRO, Ana Vaz, 2012b. “Fazer escola: a arquitectura pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda” [em linha], in PRADO, Roberto Goycoolea; MARTÍ, Paz Nunez (orgs.), *La modernidade ignorada. Arquitectura Moderna de Luanda*. Disponível em: <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/filter/textos/Texto-10> [consult. 25 jul. 2015].
- MILHEIRO, Ana Vaz; FIGUEIRA, Jorge, 2009. “A Joyous Architecture. As exposições de Arquitectura Moderna Brasileira em Portugal e a sua influência nos territórios português e africano”, in 8.º *Seminário Docomomo Brasil. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes*, Rio de Janeiro, 1 a 4 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/018.pdf> [consult. 29 fev. 2012].
- MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa, 2009. “Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização Colonial (1944-1974)”, *arq.urb - Revista eletrónica de Arquitectura e Urbanismo/Revista do Programa de Mestrado em Arquitectura e Urbanismo da USJT* [em linha], (2), 80-114. Disponível em: [http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_02/artigo\\_ana.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf) [consult. 10 fev. 2011].
- MILHEIRO, Ana Vaz; SALDANHA, José Luís, 2012. *Luís Possolo. Um arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar*. 1.ª ed. Lisboa: CIAAM.
- MIRA, Feliciano de, jul.-set. 1999. “Alguns Aspectos das Artes e das Elites em Moçambique”, *Camões Revista de Letras e Cultura Lusófona*, (6), 11–20.
- MIRANDA, Elisiário, 2010. “Orthodoxy and Freedom: infrastructural buildings in Angola and Mozambique from the third quarter of the twentieth century” [policopiado], in 11.º *Seminário Internacional Docomomo México. Living in the Urban Modernity*, Cidade do México, 19 a 27 de agosto de 2010.
- MIRANDA, Elisiário, 2011. “De Maputo à Beira, uma ‘selecção moderna’”, in FERNANDES, José Manuel (org.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio, 121-135.
- MIRANDA, Elisiário, 2012a. “LIBERDADE & ORTODOXIA: O CASO DA FILIAL DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO EM LOURENÇO MARQUES”, in *Actas do Congresso Internacional SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA*, 24 a 26 de out. de 2012. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical - Jardim Botânico Tropical. Disponível em: <https://2012congressomz.files.wordpress.com/2012/08/elisc3a1rio-final.pdf> [consult. 16 jun. 2014].
- MIRANDA, Elisiário, 2012b. “No caminho de uma arquitetura racional: infraestruturas modernas em Moçambique”, Colóquio Internacional *Portugal-Brasil-África: Urbanismo e Arquitectura - Do Eclétismo ao Modernismo*, Universidade Autónoma de Lisboa, 29 e 30 de novembro de 2012. Disponível em: [http://ewv.ist.utl.pt/PDF/EM\\_Portugal-Brasil-Africa.pdf](http://ewv.ist.utl.pt/PDF/EM_Portugal-Brasil-Africa.pdf) [consult. 31 jan. 2014].
- MIRANDA, Elisiário, 2013. *Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951-1964)* [suporte digital], tese de doutoramento em Cultura Arquitetónica. Guimarães: Escola de Arquitectura, Universidade do Minho.
- MONDLANE, Eduardo, 1975. *Lutar por Moçambique*. 1.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. Tradução por Maria da Graça Forjaz do original em inglês de 1969 (*The Struggle for Mozambique*, Harmondsworth: Penguin Books Ltd).
- MONTEIRO, Amaro, 1966. “Actividade da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1965”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (2), 67–69.
- MONTEZ, Caetano, 1943. “Os Holandeses no Rio da Lagoa”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (34), 5–29.

- MONTEZ, Caetano, 1949. *Descobrimto e Fundação de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Minerva Comercial, 1.<sup>a</sup> ed. 1948. BNP H.G. 18101 V.
- MONTEZ, Caetano, jul.-set. 1954. “O Reduto de Pemba (Porto Amélia)”, *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (79), 71-78. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N079&p=72> [consult. 2 jun. 2014].
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1966. “Apontamentos para o roteiro dos Monumentos Militares Portugueses”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique* (2), 9-13.
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1967. “Apontamentos para o roteiro dos Monumentos Militares Portugueses: Praça de São Sebastião”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (3), 5–20.
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1968. “Forte de S. Lourenço. Forte de Santo António”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (4), 9–14.
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1970. “Apontamentos para o roteiro dos Monumentos Militares Portugueses: Praça de S. Tiago Maior”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (6), 67–74.
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1972. “Apontamentos para o roteiro dos monumentos militares portugueses: linha de defesa de Tete”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (8), 73–78.
- Monumenta. Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1967, Lourenço Marques, Comissão dos Monumentos Nacionais, (3), 77.
- Monumenta. Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1970, Lourenço Marques, Comissão dos Monumentos Nacionais, (6), 85.
- MORAIS, João Sousa, 2001. *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MORAIS, João Sousa, 2006. “A intemporalidade do ‘Manual de vogal sem mestre’ para canço de Lourenço Marques, de Pancho Guedes” [em linha], *Pós. Revista de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, (19), 144-157. Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCKQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.usp.br%2Fposfau%2Farticulo%2Fdownload%2F43468%2F47090&ei=KpCVU9-JLYbP0QXBgoHYDg&usg=AFQjCNGFUGpGXRZnIhp0vXxdPMHJv0C53Q&sig2=7wj0ZtAJMrzS-njltR7nCw&bvm=bv.68445247,d.d2k> [consult. 12 jan. 2012].
- MORAIS, João Sousa; RAPOSO, Isabel, 2005. “Da cidade colonial às novas urbes africanas: notas exploratórias”, in RAPOSO, Isabel (coord.), *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 5.
- MORAIS, João Sousa; LAGE, Luís; MALHEIRO, Joana Bastos, 2012. *Maputo - património arquitectónico*. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- MORAIS, João Sousa; LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio; JOAQUIM, Vicente; MALHEIRO, Joana Bastos, 2014. *Beira — Património Arquitectónico, Architecture Heritage*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editora Caleidoscópio.
- MOREIRA, Adriano, 1951. “A Revogação do Acto Colonial”, Separata da *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, n.º 3. BNP S.C. 14127//7 V.

- MOREIRA, Adriano, 1956. “As *élites* das províncias portuguesas de indigenato (Guiné, Angola, Moçambique)” - Informação elaborada pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais a pedido do Departamento de Ciências Sociais da U.N.E.S.C.O., *Garcia de Orta: Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, IV(2), 159-189. BNP P.P.24759 V.
- MOREIRA, Adriano, 2005. “Prefácio”, in GRAÇA, Pedro Borges, *A construção da nação em África (Ambivalência Cultural em Moçambique)*. 1.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Almedina, 7-9.
- MOREIRA, Fernando Diniz, 2010. *Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna* [policopiado]. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI).
- MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, 1934. *Moçambique 1896-1898*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1.<sup>a</sup> ed. 1899 (Lisboa: Manoel Gomes, Editora).
- MOYANA, Salomão, 12 abr. 1990. “Em Moçambique: Comunidade chinesa exige devolução dos seus imóveis nacionalizados”, *SAVANA* (Maputo), 16.
- MUCHANGOS, Aniceto dos, 1987. “Traços Gerais da Cidade de Maputo”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 122-135.
- MUMMA, Albert, 2005. “The Link between Traditional and Formal Legal Systems”, in NDORO, Webber; PWITI, Gilbert (eds.), *Legal Frameworks for the Protection of Immovable Cultural Heritage in Africa* [em linha]. Roma: ICCROM, 22-24. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICSO5\\_LegalFrameworkAfrica\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICSO5_LegalFrameworkAfrica_en.pdf) [consult. 8 abr. 2012].
- MUNETI, Yoshifumi, 2004. “La conservazione nel mondo orientale. Argomentazione e problematiche sulle diversità culturali: come rispondere”, in Simonetta VALTIERI (a cura di), *Della bellezza ne è piena la vista!: restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Nuova Argos, 56-84.
- MYERS, Garth, 2005. *Disposable Cities: Garbage, Governance and Sustainable Development in Urban Africa*. Aldershot and Burlington: Ashgate.
- MYERS, Garth, 2011. *African cities: Alternative visions of urban theory and practice*. 1.<sup>a</sup> ed. London/ New York: Zed Books.
- NAROROMELE, Albano; MARRENGULA, Amadeu, 7 de agos. de 1988. “Património Cultural: Lei de protecção em tempo de crise de valores”, *Domingo* [Maputo], 7-11.
- NAVARRO, Bruno J., 2012. “A Estação Central de Maputo no contexto das políticas de preservação do património edificado de Moçambique: Estudo de caso” [em linha], *Historiæ*, Rio Grande, 3(1), 171-200. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3154> [consult. 21 maio 2014].
- NAVARRO, Júlio, 1987. “1962 — Os 75 Anos da Cidade. Resistir, Afirmando a Nossa Cultura”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 109-114.
- NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J., 2013. *Coloniality of Power in Postcolonial Africa: Myths of Decolonization* [em linha]. 1.<sup>a</sup> ed. Dakar: CODESRIA. Disponível em: <http://www.codesria.org/spip.php?article1791&lang=pt> [consult. 17 mar. 2014].
- NDORO, Webber; PWITI, Gilbert (eds.), 2005. *Legal Frameworks for the Protection of Immovable Cultural Heritage in Africa* [em linha]. Rome: ICCROM. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICSO5\\_LegalFrameworkAfrica\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICSO5_LegalFrameworkAfrica_en.pdf) [consult. 6 jun. 2013].
- NDORO, Webber; CHIRIKURE, Shadreck, 2009. “Developments in the practice of heritage management in sub-Saharan Africa”, in STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds.), *Conserving the*

- autentic: essays in honour of Jukka Jokilehto* [em linha]. Rome: ICCROM, 69-76. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICCS10\\_JukkaFestchrift\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICCS10_JukkaFestchrift_en.pdf) [consult. 2 jan. 2012].
- NDORO, Webber; MUMMA, Albert; ABUNGU, George (eds.), 2009. *Cultural Heritage and the Law: Protecting Immovable Heritage in English-Speaking Countries of Sub-Saharan Africa* [em linha]. Rome: ICCROM. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICCS08\\_CulturalHeritageandLaw\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICCS08_CulturalHeritageandLaw_en.pdf) [consult. 8 abr. 2012].
- NEGRÃO, José, 2006a. “Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (I)”, *Canal de Moçambique*, n.º 82, 02 de junho.
- NEGRÃO, José, 2006b. “Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (II)”, *Canal de Moçambique*, n.º, 83, 05 de junho.
- NEGRÃO, José, 2006c. “Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (III)”, *Canal de Moçambique*, n.º 84, 06 de junho
- NETO, Maria João, 2001. *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. 1.ª ed. Porto: FAUP.
- NETO, Maria João, 2004a. “Perspectivas actuais do Património Arquitectónico: Conceitos Crítérios e intervenções”, in *X Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Património, Território e Sociedade*, Câmara Municipal de Cascais, Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 29-40.
- NETO, Maria João, 2004b. *Os monumentos nacionais: reconstrução ou ficção? Factos Desconhecidos da História de Portugal*. Lisboa: Selecções do Reader’s Digest, 252-263.
- NETO, Maria João, 2010. “Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964”, in CUSTÓDIO, Jorge (coord. científico), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. 1.ª ed. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), 157-204.
- NEVES, Maria Ciotta, 2012. “Introdução”, in GRAMSCI, Antonio, *Gramsci. A Cultura e os Subalternos*. 1.ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 9-43.
- NEVES, Olga Iglésias, 1998. “Contributos para a História da Maçonaria em Moçambique”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 281–295
- NEVES, Olga Iglésias, 2001. “Moçambique”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa vol. XI, O Império Africano: 1890-1930*. 1.ª ed [data de publicação do vol. XI]. Lisboa: Ed. Estampa, 469-584.
- NEVES, Olga Iglésias, 2006. “A Colónia de Moçambique nos séculos XIX e XX. Aspectos políticos, económicos e sociais”, in FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NEVES, Olga Iglésias, *Moçambique. Cidades, Território e Arquitecturas: 1875-1975*. Lisboa: Ed. Autor.
- NEVES, Olga Iglésias, 2009. “O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926-1962)” [em linha], *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos*, (2), 179-214. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/africanologia/article/view/1319%20%255b31> [consult. 31 out. 2013].
- NEVES, Olga Iglésias, 2012. “O PODER E O IMPACTO DO ISLÃO NO NORTE DE MOÇAMBIQUE (SÉCULOS XIX-XXI)”, in *ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical – Jardim Botânico Tropical, 24 a 26 de outubro de 2012. Disponível em: <http://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t03c02.pdf> [consult. 20 set. 2013].



- NEWITT, Malyn, 2012. *História de Moçambique*. [ed.?] Mem Martins: Publicações Europa-América, 1.<sup>a</sup> ed. 1997. Tradução por Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado do original em inglês de 1995 (*History of Mozambique*, London: C. Hurst & Co. (Publishers) Ltd.).
- NGUIRAZI, Teodato, 2014. “Conservação do Património Edificado”, in MACAMO, Solange (dir.), *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura, 49-54.
- NOBRE, Pedro Alexandre de Barros Rito Nunes, 2010. *BELÉM E A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS: CIDADE, URBANIDADE E PATRIMÓNIO URBANO* 2 vols. [em linha], dissertação de mestrado em Património Urbano. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5807/1/pedro.pdf> [consult. 21 jan. 2015].
- NORONHA, Eduardo de, 1939a. [Freire de Andrade : o engenheiro de minas : o comandante da coluna Sul de Moçambique na Campanha de 1895: o Governador Geral : o Ministro] [em linha], *Cadernos Coloniais*, (1). Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N01&p=1> [consult. 14 agos. 2014].
- NORONHA, Eduardo de, 1939b. [Lourenço Marques na África Austral] [em linha], *Cadernos Coloniais*, (16), 25-60. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N16&p=1> [consult. 14 agos. 2014].
- NORONHA, Eduardo de, 1939c. [Augusto de Castilho : o oficial de marinha : o administrador colonial : o diplomata : o filantropo : o político] [em linha], *Cadernos Coloniais*, (8). Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N08&p=1> [consult. 14 agos. 2014].
- “Notícias sobre o Plano de Requalificação da Baixa da Cidade de Maputo”, nov. 2013. *Portal do Conselho Municipal de Maputo* [em linha]. Disponível em: <http://www.cmmmaputo.gov.mz/> [consult. 12 nov. 2013].
- NUNES, Joaquim, 1936. “Costumes gentílicos — o lobolo”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (8), 89-117. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N008&p=4> [consult. 9 fev. 2014].
- “O PLANO de urbanização”, 27 de setembro de 1950. *Notícias* [Lourenço Marques], 4.
- OLIVEIRA, Teresa dos Santos, 1987. “Recordações sobre Lourenço Marques, 1930-1950”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 85-108.
- OGURA, Nobuyuki, 2005. “Ernest May and modern architecture in East Africa”, *ArchiAfrica Conference Proceedings: Modern Architecture in East Africa around Independence (Dar es Salaam, Tanzania, Jul. 27 a 29 de 2005)*. Utrecht: ArchiAfrica, 81- 90.
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. de, 1998. *História de Portugal — Volume III. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença.
- OMAR, Lúcia, 2013. *OS DESAFIOS PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMÓNIO CULTURAL NA ILHA DE MOÇAMBIQUE* [em linha], dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.fordifp.org/Portals/0/News/9fd81a3f-2d5a-4525-8c38-bc76393e2b66PATRIMONIO AMBIENTAL.pdf> [consult. 2 jan. 2013].
- “O Monumento a Mousinho de Albuquerque em Lourenço Marques: A cerimónia do Lançamento da Primeira Pedra”, out.-dez. 1936. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (8), 145-154.

Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N008&p=146> [consult. 12 jan. 2015].

OPPENHEIMER, Jochen, 1992-94. “Cooperação para o Desenvolvimento no Contexto do Ajustamento Estrutural e da Guerra: o Exemplo de Moçambique”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (16-17), 171-207.

OPPENHEIMER, Jochen *et al.*, 2001. *Urbanização acelerada em Luanda e Maputo, impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas de 80 e 90)* [policopiado]. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa (CEsA/ ISEG/ UTL).

OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (coord.), 2008. *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri. 1.<sup>a</sup> ed. 2007.

ORGANIZAÇÃO DO SNMA E REDE MUSEOLÓGICA NA RPM [policopiado], 28 jul. 1981, Maputo, 3pp.

OUIS, Khadidja *et al.* (eds.), 2010. *Exploring the Informal City. Maxaquene, Maputo, Mozambique*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements.

OWEN, Capitain William Fitz William, 1833. *NARRATIVE OF VOYAGES/ To explore the shores of/ AFRICA, ARABIA,/ and/ MADAGASCAR; / performed in H.M. Ships Leven and Barracouta,/ under the direction of/ CAPTAIN W. F. W. OWEN, R. N./ By command of the Lords Commisioners of the Admiralty* 2 vols. London: Richard Bentley, New Burlington Street, vol. I. BSGL 17-D-23

PAIVA MANSO, Visconde de, 1870. *MEMORIA SOBRE LOURENÇO MARQUES (DELAGOA BAY)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PANE, Roberto, 1967. “Passaggio dall'idea del monumento isolato a quella dell'insieme storico-artistico”, *Attualità dell'ambiente antico*. 1.<sup>a</sup> ed. Firenze: La nuova Italia.

PANE, Roberto, 1969. “Prefazione”, in DI STEFANO, Roberto, *John Ruskin: Interprete dell'architettura e del restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 9–15.

PANOFSKY, Erwin, 1981. *Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Presença. Tradução por Fernando das Neves do original em inglês de 1960 (*Renaissance and Renascences in Western Art* (The Gottesman Lectures, Uppsala University, VII), Stockholm, Almqvist & Wiksell).

PÉLISSIER, René, 1994. *História de Moçambique, formação e oposição 1854-1918* 2 vols. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Estampa, vol. II. Tradução por Manuel Ruas.

PENVENNE, Jeanne, 1979. *Attitudes towards race and work in Mozambique: Lourenço Marques, 1900-1974*. Boston MA: University of Boston. BNP R.E. 10686 V.

PENVENNE, Jeanne, 1989. “‘We are all Portuguese!’ Challenging the Political Economy of Assimilation: Lourenço Marques, 1870-1933” [em linha], in VAIL, Leroy (ed.), *The Creation of Tribalism in Southern Africa*. London/ Berkeley: James Currey, University of California Press, 256–281. Disponível em: <http://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft158004rs&chunk.id=d0e6468> [consult. 3 ago. 2014].

PEREIRA, António Aluisio Jervis, 20 de julho de 1888. “Relatório sobre as condições higiénicas do aquartelamento provisório, Lourenço Marques”, in *Ofício n.º 520*, de 3 de outubro de 1888, 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Rep. de Obras Públicas da Província de Moçambique, Secção de Lourenço Marques, 1888, *Offícios dando conta das obras em construção*. AHU cota ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888.

- PEREIRA, Hugo Silveira, 2011. “OBRAS PÚBLICAS, PARLAMENTO E ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS (1852-1892)”, *Economia e Instituições Perspectivas Históricas*, XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), Coimbra, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 18 a 19 de novembro de 2011. Disponível em: [http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao\\_1c/hugo\\_pereira\\_paper.pdf](http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_1c/hugo_pereira_paper.pdf) [consult. 10 out. 2014].
- PEREIRA, Luísa Villarinho, 2013. *MOÇAMBIQUE: Manoel Pereira (1815-1894), Fotógrafo comissionado pelo Governo Português*. 1.ª ed. Lisboa: Ed. de Autor.
- PEREIRA, Paulo (dir.), 1995. *História de Arte Portuguesa* 3 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3.
- Perfil Estatístico do Município de Maputo*, 2010. Maputo: Conselho Municipal de Maputo.
- PESSÔA, José, 2015. “A Arquitetura como documento”, in ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (orgs.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. 1.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Fundação Calouste Gulbenkian/ Editora da Universidade Federal Fluminense, 453-475.
- PEVSNER, Nikolaus, 1969. *RUSKIN AND VIOLLET-LE-DUC: ENGLISHNESS AND FRENCHNESS IN THE APPRECIATION OF GOTHIC ARCHITECTURE*. 1.ª ed. London: Thames and Hudson.
- PHILIPPOT, Albert; PHILIPPOT, Paul, 1959. “Le problème de l'intégration des lacunes dans la restauration des peintures”, *Bulletin de l'Institut Royal du Patrimoine Artistique*, vol. II, 5-19.
- PHILIPPOT, Paul, 1988. “La phénoménologie de la création artistique chez Cesare Brandi”, *ARCANES de l'Art. Entre esthétique et philosophie* (Annales de l'Institut de Philosophie et de Sciences morales, Université Libre de Bruxelles), Bruxelles, 75-89.
- PINCI, Franca, 1992. “Weissenhofsiedlung tra progetto e restauro: storia e cronache. Incontri con Julius Posener, Bodo Rasch, Wolfgang Frankl”, in ALFANI, Antonio; CARBONARA, Giovanni; PINCI, Franca; SEVERATI, Carlo (eds.), *Costruire abitare: Gli edifici e gli arredi per la Weissenhofsiedlung di Stoccarda. “Bau und Wohnung” e “Innenraume” (1927-28)*. 1.ª ed. Roma: Edizioni Kappa, 5-23.
- PINTO, António Costa, 1998. “PORTUGAL E A RESISTÊNCIA À DESCOLONIZAÇÃO”, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa* 5 vols. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 5, 65–101.
- PINTO, Paulo Tormenta; MILHEIRO, Ana Vaz, 2012. “From Monumentality to Diversity – Maputo between the urban plans of Aguiar and Azevedo (1950-1970)”, *Cities, nations & regions in planning history*, 15th International Planning History Society Conference. São Paulo, Brasil, 15 a 18 de julho. Disponível em: [http://www.fau.usp.br/iphs/abstractsAndPapersFiles/Sessions/29/PINTO\\_MILHEIRO.pdf](http://www.fau.usp.br/iphs/abstractsAndPapersFiles/Sessions/29/PINTO_MILHEIRO.pdf) [consult. 15 jan. 2015].
- Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999. PROL, Relatório Final (versão preliminar), vol. I: Análise da Situação Urbana e Opções de Desenvolvimento, Maputo: República de Moçambique, Ministério da Administração Estatal — Direcção Nacional de Administração Local.
- Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999. PROL, Relatório Final (versão preliminar), vol. II: Proposta para Plano de Estrutura, Maputo: República de Moçambique, Ministério da Administração Estatal — Direcção Nacional de Administração Local.
- Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999. PROL, Relatório Final (versão preliminar), vol. III: Proposta de Normas de Desenvolvimento Urbano e Padrões de Urbanização, Maputo: República de Moçambique, Ministério da Administração Estatal — Direcção Nacional de Administração Local.

- PLANO DE ESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE MAPUTO*, 2008. 4 vols. e mapas. Maputo: Município de Maputo.
- PLANO DIRECTOR DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES*, 1969. 23 vols. [coord. Mário de AZEVEDO]. Lourenço Marques: Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques.
- PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES*, 27 de maio de 1955. Vol. I, Peças Escritas, Inquérito [documento datilografado]. Lourenço Marques: Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal de Lourenço Marques, 158 pp. FAPF – UEM cota 02.30.
- PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES*, 1955. Vol. II, Peças Escritas, Memória descritiva e justificativa, regulamento. Lisboa: Gabinete de Urbanização, Ministério do Ultramar. AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13083).
- Política Cultural* [documento datilografado], 1989. Apresentação do Ministério da Cultura ao Conselho de Ministros, [s.l.] (Maputo).
- Política de Monumentos* [policopiado], março de 2009. Maputo: República de Moçambique, Ministério da Educação e da Cultura.
- Portaria n.º 1131 de 5 de abril de 1919. *Boletim Oficial* n.º 16, I Série, de 19 de abril de 1919 [Foral de Lourenço Marques de 1919, limites do concelho].
- Portaria n.º 15 366 de 3 de maio de 1955, *Boletim Oficial* n.º 22, I Série, de 28 de maio de 1955 [classificação da “cidade de pedra” da Ilha de Moçambique].
- Portaria n.º 15 200, de 12 de agosto de 1961. *Boletim Oficial* n.º 32, I Série, de 12 de agosto de 1961 [integração da zona marítima dos 80 m na área do foral da cidade de Lourenço Marques].
- Portaria n.º 17 685, de 8 de abril de 1964, *Boletim Oficial* n.º [?], [?] Série, de 11 de abril de 1964 [classificação da Casa Amarela como monumento histórico].
- Portaria n.º 18 005, de 12 de setembro de 1964. *Boletim Oficial* n.º 37, I Série, de 12 de setembro de 1964 [integra a área do posto administrativo de Benfica no Concelho de Lourenço Marques].
- Portaria n.º 18 235, de 2 de janeiro de 1965. *Boletim Oficial* n.º 1, I Série, de 2 de janeiro de 1965 [integra a área correspondente às Maotas na área de foral da cidade de Lourenço Marques].
- Portaria n.º 20 416, de 1 de julho de 1967. *Boletim Oficial* n.º 26, I Série, de 1 de julho de 1967 [integra a Aldeia do Espírito Santo na área do Foral da cidade de Lourenço Marques].
- Portaria n.º 39, de 14 de fevereiro de 1976, *Boletim da República* n.º 18, I Série, de 14 de fevereiro de 1976 [criação da Direção Nacional de Cultura, República Popular de Moçambique].
- PORTAS, Nuno, 1973. “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”, in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*. Lisboa: Arcádia, Vol. II.
- PRADO, Roberto Goycoolea; MARTÍ, Paz Núñez, 2012. *La Modernidad Ignorada. Arquitectura Moderna de Luanda*. 1.ª ed. [s.l.]: Universidad de Alcalá.
- “Praia da Polana e aterro da Machaquene”, *Notícias* [Lourenço Marques], 12 de agosto de 1930: 3.
- PRATT, Marie Louise, 1992. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. 1.ª ed. London/ New York: Routledge.
- PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO JARDIM TUNDURO* [policopiado], 2012. Peças Escritas, Desenhos, Mapas de Medições, Memórias e Especificações. Maputo, Conselho Municipal, vol. 1.

- 15 ANOS DE OBRAS PÚBLICAS, maio de 1948. Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Porto: Marânus. BNP B.A. 2200 V.
- RAKOTOMAMONJY, Bakonirina (ed.), 2009. *Protection juridique du patrimoine culturel immobilier: Orientations pour les pays Francophones de l'Afrique Subsaharienne* [em linha]. Rome: ICCROM. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICSO9\\_ProtectionJuridique\\_fr.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICSO9_ProtectionJuridique_fr.pdf) [consult. 2 jan. 2013].
- RAPOSO, Isabel; JORGE, Sílvia; VIEGAS, Sílvia; MELO, Vanessa, 2012. “Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal”, *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* [em linha], 4(2), 189-205. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-33692012000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692012000200004&lng=en&nrm=iso) [consult. 11 nov. 2013].
- REGO, Renato Leão, 2008. “Aventura no trópico: colónias, assentamentos, plantations. Antecedentes e referenciais britânicos da urbanização do norte do Paraná”, in *Anais - Seminário de História da Cidade e do Urbanismo* [em linha], 10(2), 3-4. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1223> [consult. 31 ago. 2013].
- REGULAMENTO do PLANO DIRECTOR DE URBANIZAÇÃO do CONCELHO DE LOURENÇO MARQUES, 1973, Edital de 15 de janeiro de 1973, *Boletim Oficial* n.º 23, III Série, de 22 de fevereiro de 1973, Estado de Moçambique, Câmara Municipal de Lourenço Marques. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique. BNP S.C 36902 V.
- REGULAMENTO DE PROTECCÃO DOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS [Proposta], jul. 2014. Maputo, Ministério da Cultura [inédito], 27 pp.
- Regulamento de protecção de bens culturais imóveis, Baixa de Maputo: Inserido no “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”, Actividade em curso a finalizar* [Apresentação Património] [inédito], 31 out. 2014. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, (Cardno/DCU/CEDH-UEM). Consulta do Powerpoint de apresentação, 37 pp.
- Regulamento de Protecção de Bens Culturais Imóveis, Baixa de Maputo: “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo”* [Apresentação do Património da Baixa de Maputo] [inédito], 20 de mar. de 2015. Maputo: Conselho Municipal de Maputo. Consulta do Powerpoint de apresentação, 34 pp.
- REIS, João; MUIUANE, Armando Pedro (org. e compil.), 1975. *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. 2.ª ed. revista e aumentada [Maputo]: Imprensa Nacional. BNP S.C. 43459 V.
- REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1984. “OPERAÇÃO PRODUÇÃO”, *JUSTIÇA POPULAR, BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA*, (8/9), 3–11.
- REQUEST FOR PROPOSAL, CONSULTANCY FOR THE DESIGN OF THE PARTIAL URBANIZATION PLAN OF THE “BAIXA” (HISTORIC CENTER) OF MAPUTO (RFP#:PDMM-III/C-1131/CS/02) (Section 4. Financial Proposal-Standard Forms) [policopiado], dec. 2012. Município de Maputo, Conselho Municipal, PROMAPUTO II—PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MAPUTO Credit N.º 48110, 33 pp.
- “Resenha de 1938”, dez. 1938. *Moçambique: Documentário Trimestral*, (16), 121-122. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N016&p=122> [consult. 10. abr. 2013].
- “RESISTIR E VENCER O COLONIALISMO: POSIÇÃO ANTIGA DO POVO MOÇAMBICANO”, 6 de maio de 1975. *Notícias* [Maputo], 4.
- Resolução n.º 4/79, de 3 de maio, *Boletim da República* [Moçambique] n.º 50, I Série, de 3 de maio de 1979 [cria ao nível de cada Assembleia Provincial, uma comissão de inventariação de lugares históricos existentes na Província].

- Resolução n.º 17/82, de 13 de novembro de 1982, *Boletim da República* n.º 44, I Série, de 13 de novembro de 1982 [aprova a adesão da República Popular de Moçambique à Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural do Mundo da UNESCO].
- Resolução n.º 12/97, de 10 de junho de 1997, *Boletim da República* [Moçambique] n.º 23, I Série, 3.º Suplemento, de 10 de junho de 1997 [aprova a Política Cultural e a Estratégia da sua Implementação].
- Resolução n.º 18/2007 de 30 de maio, *Boletim da República* [Moçambique] n.º 22, I Série, de 30 de maio de 2007 [aprova a Política do Ordenamento do Território].
- Resolução n.º 10/AM/2009 de 25 de novembro, Município de Maputo, Assembleia Municipal [alteração da toponímia dos distritos municipais].
- Resolução n.º 11/2010, de 2 de junho de 2010, *Boletim da República* [Moçambique] n.º 22, I Série, de 2 de junho de 2010 [aprova a Política de Museus].
- Resolução n.º 12/2010, de 2 de junho de 2010, *Boletim da República* [Moçambique] n.º 22, I Série, de 2 de junho de 2010, 133-138 [aprova a Política de Monumentos].
- Resolução Sobre a Ofensiva Política e Organizacional e o Trabalho das Assembleias do Povo e dos Deputados*, 1980. Maputo: Assembleia Popular.
- RIBEIRO, António Sousa, 2005. “A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-Colonialismo, fronteiras e identidades”, in MACEDO, Gabriela; KEATING, Maria Eduarda (orgs.), *Colóquio de Outono. Estudos de Tradução. Estudos pós-coloniais*. Braga: Universidade do Minho/ Centro de Estudos Hum., 77-87.
- RIBEIRO, António Sousa, 2009. “Recensões: Poddar, Prem; Patke, Rajeev S.; Jensen, Lars (orgs.) (2008), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures. Continental Europe and Its Empires*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 633 pp.”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [em linha], (86), 167–171. Disponível em: <http://rccs.revues.org/204> [consult. 10 maio 2013].
- RIBEIRO, Fátima; SOPA, António, (coord.) 1996. *140 Anos de Imprensa em Moçambique*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, 2015. “Patrimónios da Palavra: Reescritas nas Literaturas de Língua Portuguesa”, in ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (orgs.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. 1.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Fundação Calouste Gulbenkian/ Editora da Universidade Federal Fluminense, 173-223.
- Ricardo Rangel. *Photographe du Mozambique*, 1994. Paris: Centre Culturel Franco-Mozambicain.
- RIEGL, Alois, 2003a, “Il culto moderno dei monumenti. Il suo carattere e i suoi inizi”, in SCARROCCHIA, Sandro (a cura di), *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti: Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici*. 2.ª ed. Bologna: Gedit, 173-207.
- RIEGL, Alois, 2003b. “Progetto di un'organizzazione legislativa della tutela dei monumenti in Austria”, in SCARROCCHIA, Sandro (a cura di), *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti: Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici*. 2.ª ed. Bologna: Gedit, 171-236. Tradução por Ursula Layr, Sandro Scarrocchia e Renate Trost do original em alemão de 1903.
- RIEGL, Alois, 2011. *Il culto moderno dei monumenti. Il suo carattere e i suoi inizi*, in SCARROCCHIA, Sandro (a cura di). Milano: Abscondita. Tradução por Renate Trost e Sandro Scarrocchia do

- original em alemão de 1903 (*Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*, Wien: W. Braumüller).
- RISO, Vicenzo, 2013. “Escola Secundária da Polana, Um Caso de Recuperação de um Edifício Moderno em Moçambique”, in TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 390-397.
- RITA-FERREIRA, António, 1963. *O movimento migratório dos trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- RITA-FERREIRA, António, 1968. *Os Africanos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique (Separata de *MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE*, 1967/1968, vol. 9, série C), 95-491.
- RITA-FERREIRA, António, 1988. “Moçambique post-25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática”, *Moçambique, Cultura e História de Um País*. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 121-169.
- ROOSMALEN, van Pauline, 2003. “Changing views on colonial heritage”, in OERS, Ron van e HARAGUCHI, S. (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage* [em linha]. Paris: UNESCO/ WHC, 122-129. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-38-1.pdf> [consult. 12 maio 2012].
- ROQUE, Ana Cristina, 9-12 nov. 2011. “CARTOGRAFAR FRONTEIRAS NOS FINAIS DO SÉCULO XIX: QUESTÕES EM TORNO DA DEMARCAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE MOÇAMBIQUE E O TRANSVAAL” [em linha], in *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 9 a 12 de novembro de 2011. Disponível em: <http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/19.pdf> [consult. 2 jan. 2014].
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), 1996. *Dicionário de História do Estado Novo* 2 vols. Venda Nova: Bertrand, vol. I.
- ROSAS, Fernando (coord.), 1998. *O Estado Novo (1926-1974)*, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal* 8 vols. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 7.
- ROSSA, Walter, 2002. *A Urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. 1ª ed. [S.l.]: Livraria Almedina.
- ROSSA, Walter, 2011. “Prefácio”, in MILHEIRO, Ana Vaz, *Nos trópicos sem Le Corbusier. Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. 1.ª ed. Lisboa: Relógio D’Água, 7-11.
- Roteiro da Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa no Século XIX*, 1937. Lisboa: Editorial Ática.
- ROWLANDS, Michael, 2007. “Entangled Memories and Parallel Heritages in Mali”, in ROWLANDS, Michael; JONG, Ferdinand de (eds.), *RECLAIMING HERITAGE: ALTERNATIVE IMAGINARIES OF MEMORY IN WEST AFRICA*. 1.ª ed. University College London: Left Coast Press, 127-144.
- RUFINO, José dos Santos, 1929. *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique* 10 vols. 1.ª ed. Hamburgo: Broschek & Co., vols. 1, 2 e 3.
- RUSKIN, John, 1894. *Sesame and Lilies*. 9.ª ed. London: George Allen, Sunnyside, Orpington. BAFCG LT 1588
- RUSKIN, John, 1905. *UNTO THIS LAST, MUNERA PULVERIS, TIME AND TIDE, with other writings on Political Economy, 1860-1873*, in COOK, E. T.; WEDDERBURN, Alexander (eds.), *THE COMPLETE WORKS OF JOHN RUSKIN*. London: George Allen, vol. XVII. BAFCG AE 4/17 Res.

- RUSKIN, John, 1906. *The Stones of Venice*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz, 1.<sup>a</sup> ed. 1851-1853, 3 vols. BNP H.G. 5816 P.
- RUSKIN, John, 1907a. *The Seven Lamps of Architecture*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz, 1.<sup>a</sup> ed. 1849. BAFCG AP9505
- RUSKIN, John, 1907b. *GUILD AND MUSEUM OF ST. GEORGE, Reports, Catalogues, and Other Papers*, in COOK, E. T.; WEDDERBURN, A. (eds.), *THE WORKS OF JOHN RUSKIN*. London: George Allen, vol. XXX. BAFCG AE 4/30 Res.
- RUSKIN, John, 2007. *Le Sette Lampade dell'Architettura*. 6.<sup>a</sup> ed. Milano: Jaca Book, 1.<sup>a</sup> ed. it. 1982. Tradução por Renzo Massimo Pivetti do original em inglês de 1849 (*The Seven Lamps of Architecture*).
- SAID, Edward W., 1994. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books.
- SAID, Edward W., 2004. *Orientalismo: Representações ocidentais do Oriente*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Cotovia. Traduzido por Pedro Serra, original em inglês de 1978 (*Orientalism*, New York: Pantheon Books).
- SALT, Henrique, 1944. "Relação dos Estabelecimentos Portugueses na Costa Oriental de África em 1809, segundo o 'Investigador Português em Inglaterra', transcrição anotada por Alexandre Lobato", *Moçambique: Documentário Trimestral*, (37), 5-45.
- SALVO, Simona, 2000. *Restaurare il nuovo? Ricerca sui limiti e l'applicabilità della moderna teoria del restauro all'architettura recente* [policopiado], tesi di dottorato in Storia e Restauro dell'Architettura. Roma: Università di Roma "La Sapienza".
- SALVO, Simona, 2006. "A restauração do arranha-céu Pirelli: a resposta italiana a uma questão internacional", in KUHLMANN, Beatriz Mugayar; SALVO, Simona, "Ciclo de Palestras sobre Preservação: Disciplina AUH 852 - Técnicas Construtivas Tradicionais" [em linha], *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, (19), 201-210. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/viewFile/43471/47093> [consult. 2 jan. 2012].
- SALVO, Simona, 2007a. "Il restauro dell'architettura contemporanea come tema emergente", in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, 265-335.
- SALVO, Simona, maio-out. 2007b. "Restauro e 'restauros' das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto" [em linha], *Revista CPC*, (4), 139-157. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15610/17184> [consult. 9 fev. 2010].
- SAMORA, Machel; MUNSLOW, Barry, 1985. *Samora Machel, an African Revolutionary: selected speeches and writings*. 1.<sup>a</sup> ed. London: Zed Books.
- SAMPAIO, António Heliodório Lima, 1997. "A ideologia do Movimento Moderno e a cidade", in CARDOSO, Luiz António Fernandes; OLIVEIRA, Olívia Fernandes de (orgs.), *(Re)Discutindo o modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil*. Salvador: Faculdade de Arquitectura, Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.
- SANTOIANI, Vittorio, 2008. *Il Razionalismo nelle colonie italiane 1928-1943. La «nuova architettura» delle Terre d'Oltremare*, tesi di dottorato in Progettazione Architettonica e Urbana, XX Ciclo [inédito]. Napoli: Facoltà di Architettura, Università degli Studi di Napoli "Federico II".
- SANTOS, Alfredo Rodrigues dos, 1943. "O REGIME MUNICIPAL EM LOURENÇO MARQUES", *Moçambique: Documentário Trimestral*, (34), 45-80.



- SANTOS, António, 1945. “A COMPANHIA DA ZAMBÉZIA”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (41), 47–60.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, out. 2007. “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [em linha], (78), 3–46. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147\\_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal\\_RCCS78.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf) [consult. 2 fev. 2011].
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2012. “Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul”, in SILVA, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs.), *Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança)*. Dakar: CODESRIA, 13–61.
- SANTOS, Tenente Cardoso dos, 1937. “Moçambique na Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa”. *Moçambique: Documentário Trimestral*, (12), 5–29.
- SAÚTE, Nelson, 7 fev. 2015. “A CARTOGRAFIA DO SONHO”, *SÁBADO, edição especial 2015* [Lisboa], 28.
- SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE PATRIMÓNIO CULTURAL [policopiado], 4 out. 1997. Maputo: Direção Nacional de Cultura, 3pp.
- SCARROCCHIA, Sandro (a cura di), 2003. *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti: Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici*. 2.<sup>a</sup> ed. Bologna: Gedit.
- SCARROCCHIA, Sandro, 2006. “La Ricezione della Teoria della Conservazione di Riegl Fino all'Apparizione della Teoria di Brandi”, in ANDALORO, Maria (a cura di), *La teoria del restauro del Novecento da Riegl a Brandi: Atti del Convegno Internazionale di Studi (Viterbo, 12-15 novembre 2003)*. Firenze: Nardini Editore, 35–50.
- SCARROCCHIA, Sandro (a cura di), 2011. “LA TEORIA DEI VALORI CONFLIGGENTI DEI MONUMENTI DI ALOIS RIEGL”, in RIEGL, Alois, *Il culto moderno dei monumenti. Il suo carattere e i suoi inizi*. Milano: Abscondita, 1.<sup>a</sup> ed. it. 1985. Tradução por Renate Trost e Sandro Scarrocchia do original em alemão de 1903 (*Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*, Wien: W. Braumüller), 75–141.
- SETOLA, Nicoletta, jul.- ago. 2008. “Casa Malaparte: il cantiere, le tecnologie, i materiali” [em linha], *Costruire in Laterizio*, (124), 56–61. Disponível em: [http://www.laterizio.it/costruire/pdf/n124/124\\_56\\_61.pdf](http://www.laterizio.it/costruire/pdf/n124/124_56_61.pdf) [consult. 22 out. 2014].
- SERRA, Carlos (ed.), 2000. *História de Moçambique* 2 vols. 2.<sup>a</sup> ed. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, vol. I.
- SERQUEBERHAN, Tsenay, 2003. “The critique of Eurocentrism and the practice of African philosophy”, in COETZEE, Pieter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds.), *The African Philosophy Reader*. 2.<sup>a</sup> ed. London: Routledge, 75–93.
- SETTE, Maria Piera, 1996. “Profilo Storico”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, 109–299.
- SEVERATI, Carlo, 1992. “Un nuovo strumento per lo studio del Movimento moderno”, in ALFANI, Antonio; CARBONARA, Giovanni; PINCI, Franca; SEVERATI, Carlo (a cura di), *Costruire abitare: Gli edifici e gli arredi per la Weissenhofsiedlung di Stoccarda. “Bau und Wohnung” e “Innenraume” (1927-28)*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Edizioni Kappa, 61–79.

- SILVA, Carlos Alberto Vieira da (ed.), 1956. *The city of Lourenço Marques Guide*. Lourenço Marques: [s.n.].
- SMOKVINA, Marina; CVITANOC, Mojca Smode; KINCL, Branko, 2015. "Influence of Croatian Urban Planners in Post-colonial Africa: Urban Development Plan of Conakry, 1963", in SILVA, Carlos Nunes (ed.). *Urban Planning in Sub-Saharan Africa: Colonial and Post-Colonial Planning Cultures*. New York and London: Routledge, 225-244.
- SILVA, Joaquim Areal, 1945. "A PRAÇA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM LOURENÇO MARQUES E O PROJECTO DA SUA RECONSTITUIÇÃO", *Moçambique: Documentário Trimestral*, (43), 23-44.
- SILVA, Silverio Augusto Pereira da, 1901. "Notícia acerca das Obras do porto de Lourenço Marques", *Sep. da Revista de Engenharia Militar*, 114(2). SGL 31-D-20
- SILVA, Teresa Maria da Cruz e, 1999-2001. "Moçambique: um perfil" [em linha], *Reinvenção da Emancipação Social (RES)*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html> [consult. 7 mar. 2015].
- SILVEIRA, Luís da, 1956. *Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*, 4 vols. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, vol. 2 [África Ocidental e África Oriental] [em linha], 243 ss. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/EICPU/EICPU-2&p=1> [consult. 8 fev. 2013].
- SIMIONE, Albino Alves Nito da Silva, 2012. *Governança no Setor Público Moçambicano: um Estudo no Município de Xai-Xai* [em linha], dissertação de mestrado em Administração. Recife: Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <http://fordifp.net/Portals/0/Thesis/b78fa8bc-ffbd-4185-92cc-e5f7a7ac156bGovernança no Setor Público Moçambicano - um estudo no Município de Xai-Xai.pdf> [consult. 2 mar. 2013].
- SIMÕES, João, 1948. "A Profissão de Arquitecto nas Colónias", in *Actas do I Congresso de Arquitectura*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 147-150.
- SIMONE, AbdouMaliq, 2004. *For the City Yet to Come: Changing African Life in Four Cities*. Durham/ 1.ª ed. London: Duke University Press.
- SINCLAIR, J. J. Paul; NYDOLF, Nils-Gustaf; WICKMAN-NYDOLF, Gunilla, 1987. *Excavations at the University Campus Maputo, Mozambique 1984-85*, textos em português de João Morais. Maputo/ Estocolmo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arqueologia e Antropologia/ Central Board of National Antiquities (Suécia).
- "Sobre a Exposição das Actividades Económicas em Moçambique", abril 1956. *Boletim Geral do Ultramar*, 32(370), 215-218
- SOEIRO, António Cerdeira de Almeida, 1895. *Estudo do saneamento da cidade de Lourenço Marques, conferência feita na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, na Sessão de 20 de Maio de 1893, pelo sócio, António Cerdeira de Almeida Soeiro*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SOLLIE, Silje, 2013. "The Macuti House in Ilha de Moçambique: Transforming the Other Side of a World Heritage Site", in SEIFERT, Annika (ed.), *Global City - Local Identity?* 1.ª ed. Dar es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers Ltd, 48-57.
- SOLLIE, Silje, 2014. *The Macuti House in Ilha de Moçambique: Transforming the Other Side of a World Heritage Site*, PhD thesis in Architecture and Technology. Copenhagen: Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Design and Conservation (KADK).
- SOPA, António, 2005. "O urbanismo português nos trópicos: o caso da ilha do Ibo", in CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), *IBO, a casa e o tempo*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 152-157.

- SOPA, António, [s.d.]. “Cadeia Civil (atual Livraria da Imprensa Nacional de Moçambique)”, *Património de Influência Portuguesa* (HPIP) [em linha]. Disponível em: <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=2205> [consult. 2 maio 2015].
- SOUSA, António de Figueiredo Gomes e, 1945. “Jardins de Moçambique”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (44), 13–45.
- SOUSA, António de Figueiredo Gomes e, jan.-mar. 1946. “Jardins de Moçambique”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (45), 29–67.
- SOUSA, António de Figueiredo Gomes e, 1951. “O JARDIM MUNICIPAL VASCO DA GAMA/ DE/ LOURENÇO MARQUES/ NOTÍCIA COMEMORATIVA DO SEU CINQUENTENÁRIO”, *Bol. da Sociedade de Estudos de Moçambique* (Lourenço Marques), (68), 59–74.
- SOUSA, Glória, 31 agos. 2013. “As feridas abertas pelo processo de reeducação em Moçambique”, *Deutsche Welle* (DW) [em linha]. Disponível em: <http://www.dw.de/as-feridas-abertas-pelo-processo-de-reeducacao-em-mocambique/a-16948901> [consult. 25 out. 2013].
- SOUSA, Glória, 7 set. 2013. “Operação Produção forçou milhares de pessoas às ‘machambas’ em Moçambique”, *Deutsche Welle* (DW) [em linha]. Disponível em: <http://www.dw.de/operacao-producao-forcou-milhares-de-pessoas-as-machambas-em-mocambique/a-16948906> [consult. 25 out. 2013].
- SPAGNESI, Piero, 2005. “Storicità di Gustavo Giovannoni e del suo ‘diradamento edilizio’”, in SETTE, Maria Piera (a cura di), *Gustavo Giovannoni, Riflessioni agli inizi del XXI secolo, Atti della Giornata di Studio dedicata a Gaetano Miarelli Mariani (1928-2002)*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Bonsignori Editore, 41-56.
- SPINA, Maria; JOAQUIM, Vicente (coord.), 2003. *Antigo Bairro Militar de Maputo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF.
- SPINA, Maria; JOAQUIM, Vicente (coord.), 2005. *Bairro Militar de Nampula*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF.
- STANEK, Łukasz (coord.), 2009-2012. *South of eastwest — Post-Colonial Planning, Global Technology Transfer, and the Cold War* [interdisciplinary research platform], ETH Zurich/ Berlage Institute Rotterdam/ CASCO Utrecht [etc.]. Disponível em <http://www.south-of-eastwest.net/index.php?id=11> [consult. 2 jan. 2014].
- STANEK, Łukasz, 2012. “Introduction: the ‘Second World’s’ architecture and planning in the ‘Third World’”, in STANEK, Łukasz, AVERMAETE, Tom (eds.), *The Journal of Architecture*, 17(3), 299-307. DOI: 10.1080/13602365.2012.692597
- STOLER, Ann Laura, 2011. “Colonial Aphasia: Race and Disabled Histories in France”, *Public Culture* 23(1), 121-56.
- STOLER, Ann Laura, 2013. “The Rot Remains: From Ruins to Ruination”, in STOLER, Ann Laura (ed.), *Imperial Debris: On Ruins and Ruination*. 1.<sup>a</sup> ed. Durham: Duke University Press, 1-29.
- SUMICH, Jason; CABRAL, Rui, 2008. “Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana”, *Análise Social*, 43(187), 319-345.
- TEIXEIRA, Francisco Pinto, 1936. “O Pôrto de Lourenço Marques”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (5), 81–120. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N005&p=82> [consult. 20 jul. 2014].
- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida, 1999. *O urbanismo português: Séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. 1.<sup>a</sup> ed. [s.l.]: Livros Horizonte.

- TERRA VIANA, 18 jun. 1907. *Relatório sobre o saneamento de Lourenço Marques (Parte Técnica)* [documento datilografado], 58pp. AHU (Cx. 3038\_1A\_SEMU\_DGU\_MÇ\_1904-1908).
- TIQUE, João, 2007. *Habituação e Meio Ambiente: Critérios operativos e instrumentos metodológicos para o Planeamento (etapas de selecção de áreas e projecto) de empreendimentos habitacionais de interesse social. Uma contribuição para a prevenção dos impactos ambientais em empreendimentos habitacionais de interesse social em Moçambique (Estudo de casos Fundo para o Fomento da Habituação)*, tesi di dottorato in Progettazione Ambientale. Roma: Facoltà di Architettura ITACA, Università di Roma “La Sapienza”.
- TOMÉ, Miguel, 2002. *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: FAUP publicações.
- TOMSZEWSKI, Andzej, 2004. “I valori immateriali dei beni culturali nella tradizione e nella scienza occidentale”, in VALTIERI, Simonetta (a cura di), *Della bellezza ne è piena la vista!: restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell’era della globalizzazione*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Nuova Argos, 30-53.
- TORRES, José Ribeiro, 1938. “Os Portugueses e as Ilhas de Querimba”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (15), 71–85.
- TORSELLO, Benito Paolo, 2010. “Che cos’è il restauro?”, in BELLINI, Andrea *et al.*, *Che cos’è il restauro? Nove studiosi a confronto, da un’idea di B. Paolo Torsello*. 3.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio Editori, 1.<sup>a</sup> ed. 2005, 9-17.
- TOSTÕES, Ana, 1997. *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: FAUP publicações.
- TOSTÕES, Ana (ed.), 2013. *Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique*. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- TOSTÕES, Ana, 2014. *A Idade Maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Edições FAUP.
- TOSTÕES, Ana; BRAGA, Ana, 2013. “O Edifício Tonelli: A ‘Prateleira Habitável’”, in TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique*. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 290-307.
- TOSTÕES, Ana; CALDAS, João Vieira, 2014. “Para o reconhecimento da arquitetura moderna em África”, *Jornadas SIPA* (Sistemas de Informação para o Património), Instituto Superior Técnico, 24 de novembro de 2014.
- TOSTÕES, Ana; OLIVEIRA, Maria Manuel, jun. 2011. “Moderno transcontinental: o Complexo Monteiro & Giro em Quelimane, Moçambique”, in *9.º seminário Docomomo Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do património recente*, Brasília, 7 a 10 de junho. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/177\\_M18\\_RM-Moderno%20Transcontinental\\_ART\\_ana\\_tostoes.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/177_M18_RM-Moderno%20Transcontinental_ART_ana_tostoes.pdf) [consult. 20 dez. 2011].
- UN-HABITAT, 2008. *Mozambique urban sector profile* [em linha]. Nairobi: UN-Habitat. Disponível em: [http://www.urbangateway.org/sites/default/ugfiles/Mozambique-USP\\_2008.pdf](http://www.urbangateway.org/sites/default/ugfiles/Mozambique-USP_2008.pdf) [consult. 10 mar. 2013].
- UN-HABITAT, 2010. *The state of african cities 2010: governance, inequality and urban land markets* [em linha]. Nairobi: UN-HABITAT, 2010. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/documents/SACR-ALL-10-FINAL.pdf> [consult. 13 jun. 2011].
- VALOI, Estacio, 21 dez. 2010. “Museu Nacional de Etnologia - Nampula: Entrevista ao director do museu de Etnologia em Nampula Guilherme Columba em 23 de dezembro de 2009”, *eyewitness*

- [em linha]. Disponível em: <http://valoie.blogspot.pt/2010/12/museu-nacional-de-etnologia-nampula.html> [consult. 2 mar. 2015].
- VALTIERI, Simonetta (a cura di), 2004. *Della bellezza ne è piena la vista!: restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Nuova Argos.
- VELOSO, António Matos; FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes, 2008. *João José Tinoco. Arquitecturas em África*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VERHEIJ, Gerbert, 2011. *Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: Dois casos de estudo* [em linha], dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/7223> [consult. 2 fev. 2013].
- VERHEIJ, Gerbert, 31 de jan. de 2013. “Art and politics in the former ‘Portuguese Colonial Empire’. The monument to Mouzinho de Albuquerque in Lourenço Marques” [em linha], *RIHA Journal - Journal of the International Association of Research Institutes in the History of Art*, (65). Disponível em: <http://www.riha-journal.org/articles/2013/2013-jan-mar/verheij-mouzinho-monument-marques> [consult. 5 mar. 2014].
- VIEGAS, Sílvia Leiria, 2015. *LUANDA, CIDADE (im)PREVISÍVEL? Governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências no novo milénio*, tese de doutoramento em Arquitetura, Especialidade de conservação e reabilitação. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.
- Viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República General Carmona, ao Império Colonial Português, em 1939* [Álbum Fotográfico] [em linha], [1941]. Companhia de Moçambique. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota PT/TT/CMZ-AF-GT/E/29/4). Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3683323> [consult. 23 maio 2014].
- VIANA, David L., 2008. *MAPUTO: TRANSFORMAÇÃO DE UMA ESTRUTURA URBANA DE ORIGEM PORTUGUESA: UM CONTRIBUTO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO* [suporte digital], tese de doutoramento em Urbanismo/ Ordenamento do Território. Valladolid: Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Instituto Universitario de Urbanística, Universidad de Valladolid. BNP B.A. 9281 P.
- VIANA, David L, 2012. “A URBANIZAÇÃO EXTENSIVA [IN]FORMAL EM MAPUTO A PARTIR DA RETÍCULA COLONIAL” [em linha], in *Actas do Congresso Internacional SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA*. Lisboa, Instituto Científico Tropical (ICT) - Jardim Botânico Tropical (JBT). Disponível em: <http://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t06c10.pdf> [consult. 17 set. 2014].
- VIANA, David L.; SANZ, Juan R.L.; NATÁLIO, Ana, 2013. “Aprendendo com a forma urbana de Maputo (in)formal” [em linha], *Revista de Morfologia Urbana*, (1), 17-30. Disponível em [http://pnum.fe.up.pt/pt/files/1013/8418/5195/Viana et al 2013.pdf](http://pnum.fe.up.pt/pt/files/1013/8418/5195/Viana%20et%20al%202013.pdf) [consult. 2 jan. 2014].
- VIEIRA, Eduarda, 2011. “Conservar o património construído. Critérios, metodologias e desafios profissionais”, in SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e; VIEIRA, Eduarda (eds.), in *Actas do I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro*. Porto: Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, Universidade Católica do Porto (CITAR/UCP), 68–89.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel, 1869. Verbete “RESTAURATION”, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: A. Morel Éditeur, vol. VIII, 14–34.
- WALTER, Rossa, 2012. “Prefácio”, in MILHEIRO, Ana Vaz, *Nos trópicos sem Le Corbusier. Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Relógio D'Água, 7-11.
- WRIGHT, Gwendolyn, 1991. *The Politics of Design in French Colonial Urbanism*. Chicago: University of Chicago Press.

- WRIGHT, Gwendolyn, 1997. "Tradition in the Service of Modernity: Architecture and Urbanism in French Colonial Policy, 1900-1930", in COOPER, Frederick; STOLER, Ann Laura (eds.), *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. 1.<sup>a</sup> ed. Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California Press, 322-345.
- WIESER, Doris, 19 set. 2014. "Nós não fizemos o exorcismo da guerra" [entrevista a Nelson Saúte], BUALA. Disponível em: [http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nos-nao-fizemos-o-exorcismo-da-guerra-entrevista-a-nelson-saute?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+buala-pt+%28BUALA+I+Cultura+Contemporânea+Africana%29](http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nos-nao-fizemos-o-exorcismo-da-guerra-entrevista-a-nelson-saute?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+buala-pt+%28BUALA+I+Cultura+Contemporânea+Africana%29) [consult. 20 agos. 2015].
- YEOH, Brenda S. A., 2001. "Postcolonial cities", *Progress in Human Geography*, 25(3), 456-468.
- YOUNG, Robert J. C., 1995. *Colonial desire : hybridity in theory, culture and race*. London: Routledge.
- ZAMPARONI, Valdemir Donizette, 1995. "Lourenço Marques: Espaço urbano, espaço branco?", in *Atas do Colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 389-409.
- ZAMPARONI, Valdemir Donizette, 1998. *Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890-c.1940* [em linha], tese de doutoramento em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/84413208/Colonialismo-e-paisagem-social-em-Lourenco-Marques-cp000276> [consult. 2 jan. 2012].
- ZEVI, Bruno, 2004. *A linguagem Moderna da Arquitectura*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1.<sup>a</sup> ed. 1973. Tradução por Luis Pignatelli, original em italiano de 1973 (*Il linguaggio moderno dell'architettura*, Torino: Einaudi).
- ZICCONI, Guido, 2014. "Gustavo Giovannoni: A Theory and a Practice of Urban Conservation", *Change Over Time*, 4(1), 76-91.

## 4.2 FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 4.2.1 Entrevistas a informantes privilegiados, conversas e depoimentos

- Ana Anjo, entrevista 19 nov. 2014 (Maputo)
- José Cabral, conversa 17 nov. 2014; 19 nov. 2014, 20 nov. 2014 (Maputo)
- José Capão, depoimento escrito, 2 mar. 2015; 4 mar. 2015; 16 mar. 2015;
- Júlio Carrilho, entrevista 5 nov. 2012; 7 nov. 2012; 13 nov. 2014; 15 nov. 2014 (Maputo)
- Alda Costa, depoimento escrito 13 mar. 2015; 16 mar. 2015; 13 abr. 2015; 28 abr. 2015
- Catarina Cruz, entrevista 18 set. 2013 (Maputo)
- Paolo Fiore, conversa jun. 2012 (Roma)
- José Forjaz, entrevista 12 out. 2012 (Maputo); depoimento escrito 03 mar. 2015; 26 abr. 2015;
- Jorge Fung, entrevista 15 nov. 2014 (Maputo)
- Gianfranco Gandolfo, entrevista nov. 2014 (Maputo)
- Luís Lage, entrevista 13 nov. 2014; 19 nov. 2014 (Maputo); depoimento escrito 16 mar. 2015; 19 mar. 2015
- Gerhard Liesegang, entrevista 16 nov. 2014 (Maputo)
- Solange Macamo, entrevista 12 out. 2012; 14 set. 2013; 14 nov. 2014 (Maputo)
- Eduardo Oliveira, entrevista 10 out. 2012; 12 out. 2013; 15 nov. 2014 (Maputo)
- Francisco Pires Keil do Amaral, entrevista 11 maio 2015; 12 maio 2015 (Canas de Senhorim)
- Miguel César dos Santos, depoimento escrito 13 abr. 2015; 24 abr. 2015; 27 abr. 2015;
- António Sopa, entrevista 14 nov. 2014 (Maputo)
- Maria Spina, conversa jun. 2012 (Roma)
- João Tique, entrevista 19 nov. 2014 (Maputo)
- Mário Trindade, depoimento escrito 18 mar. 2015

### 4.2.2 Fontes iconográficas, manuscritas, datilografadas e impressas

#### Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)

##### AHM Iconografia

“Colecção da Câmara Municipal de L. Marques”, Cidade Antiga, Panoramas, 1884, 1889, 1890, 1894, 1895, 1899, 1900, 1901, 1906, s/d, 1937, Icon. 1 a 23. Arm. A, Prat. 1, Cx. 1.

- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Cidade Antiga, Avenidas, Ruas Vistas, 1890 a 1937. Arm. A, Prat. 1, Cx. 2.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Vistas aéreas, 1965/72, Icon. 339 a 344; 387 a 398. Arm. A, Prat. 1, Cx. 3.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Panoramas (Vistas Parciais), Lourenço Marques, 1970/71/72, Icon. 469, 529 a 539; 601 a 625; 627 a 630; 633 a 635; 646. Arm. A, Prat. 1, Cx. 4.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Panoramas Lourenço Marques, 1964/66/67/68/69/70/71, Icon. 25, 26, 32; 336 a 338; 431, 437 a 476, 479, 480; 499 a 516; 526, 527; 542 a 565. Vistas da Cidade de L. Marques, 1930/1975, Icon. 503, 504, 506, 548. Actual cidade do Maputo, 1989. Arm. A, Prat. 1, Cx. 5.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Panoramas Lourenço Marques, 1964/66/67/68/69/70/71, Icon. 567 a 577; 588 a 594; 597; 6055 a 6057. Praças, Largos, Clubes, Icon. 24, 27, 28, 103; 378 a 381; 399 a 404; 437 a 439; 463, 464, 600. Arm. A, Prat. 1, Cx. 6.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Anos 60 e 70, Av. Paiva Manso, 1970; Av. 24 de julho, 1969/71/72/73/s.d; Av. Pinheiro Chagas, 1966/67/68/69/71/72; Av. Luciano Cordeiro, 1973. Arm. A, Prat. 2, Cx. 7.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Anos 1960 e 70, Av. República, 1966/68/69/71/s/d, Icon. 349, 360, 361, 369, 407, 409, 410, 431, 432, 455. Rua Consiglieri Pedroso, 1968/69/71/72, Icon. 66 a 69, 362, 414, 415. Av. Aguiar, 1969, Icon. 427, 430. Av. Augusto Castilho, 1968/73, Icon. 36, 355, 357, 358, 468. Av. Manuel Arriaga, 1966/67/69/73, Icon. 350, 352, 353, 433, 434, 462. Arm. A, Prat. 2, Cx. 8.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Anos 1960 e 70, Ruas Travessas, Cruzamentos. Av. Fernão de Magalhães, Av. 5 de Outubro, Av. Afonso de Albuquerque, Av. General Machado, Av. Alves Correia, Av. 18 de Maio, Av. Almirante Canto e Castro, Av. Marginal e Caracol, Rua Araújo, Travessa da Laranjeira, Rua Tenente Valadim, Travessa da Maxaquene, Rua da Rádio, Rua Salazar, Rua da Gávea. Arm. A, Prat. 2, Cx. 9.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Casas Antigas, Lourenço Marques, 1891, 1898, 1907, 1910, 1937, 1958, 1966, 1967, 1968, 1969, 1971, 1972, 1973, s.d. Arm. A, Prat. 3, Cx. 10.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, Edifício da Câmara Municipal, 1965/66/68/69/70/72/75, Icon. 245 a 301. Arm. A, Prat. 3, Cx. 11.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, L. Marques, 1966/67/68/69/70/71/72/73/74, Edifícios diversos, Icon. 302 a 331, 334, 335, 799; Escolas Icon. 207 a 215; Hoteis, Icon. 216 a 232; Cinemas, Icon. 657 a 661; Residências, icon. 332, 333, 470, 472, 482 a 498, 583 a 587, 647 a 656. Arm. A, Prt. 3, Cx. 12.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, L. Marques, 1965/67/68/69/70/71/72/73/74/75, Educação; Museus; Casa de Ferro, Icon. 2718 a 2744; Casa Amarela, icon. 233 a 244; 1894 a 1902; 2824 a 2835. Arm. A, Prat. 4, Cx. 13.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, L. Marques, 1967/68/69/70/73/74/75, Educação, Icon. 833 a 929; Monumentos e Estátuas, Icon. 4363 a 4365. Arm. A, Prat. 4, Cx. 14.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, L. Marques, 1967/69/70/71/72/73/74, Religião, Templos, Icon. 800 a 832, 4366 a 4369. Arm. A, Prat. 4; Cx. 15.
- “Coleção da Câmara Municipal de L. Marques”, L. Marques, 1967/68/69/71/72/75, Jardins, icon 723-724, 726-727, 740, 747, 751. Arm. A, Prat. 5, Cx. 16.



“Colecção da Câmara Municipal de L. Marques”, L. Marques, 1965, Jardins, Icon. 664 a 694, 695 a 699, 700 a 722, 755, 756. Arm. A, Prat. 5, Cx. 17.

“Colecção da Câmara Municipal de L. Marques”, L. Marques, 1962/63/67/68/69/70/72/73/75, Maquetes, Icon. 2745 a 2798.

*Gabinete de História de Lourenço Marques, Iconografia, Colecção Azevedo e Silva*, Album N.º 3, C.M.L.M. (Polana, 1911), Prat. 5, n.º 33.

## **AHM Cartografia**

“Delagoa Bay Development Corporation Ld., Propostas Alterações ao Systema de Tramways - Plano N.º 3417 que acompanha a proposta submettida pela Delagoa Bay Development Corporation à apreciação da Exma. Camara Municipal de Lourenço Marques, Escala 1:8500, 03 de Novembro de 1914.” AHM 2043/D3.04

“Lourenço Marques em 1876” AHM, 2002/D.25

“PLANO/ do/ projectado esgoto e aterro/ do/ PANTANO/ DE/ Lourenço Marques/ por/ S. T. HALL/ Dezembro 1876./ Cópia de/ Augusto de Castilho; Escalla do Plano e secção/ Horizontal 200 pés = 1 poleg.ª/ vertical 10 pés = 1 poleg.ª” AHM, D1.03/2021

“Planta da cidade de Lourenço Marques, 1938” AHM D36/2013.

“PLANTA DA CIDADE LOURENÇO MARQUES E PARTE DOS SUBÚRBIOS, 1940, Escala 1: 5000” AHM D24/2001

“PLANTA DE LOURENÇO MARQUES, LEVANTADA EM 1886, ESCALA 1: 5000” AHM, N.º 1711/D.29/2006.

“PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES, Escala de 1:2 000. Dezembro 87, António José de Araújo; Direção de Obras Públicas de Lourenço Marques”. AHM, D1.02/2020.

## **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)/ Arquivo Científico Tropical (ICT), Lisboa**

*Anno económico de 1893-1894, Relatório referido a 30 de Junho de 1894 apresentado a Sua Ex.<sup>cia</sup>, o Sñr. Conselheiro Directo Geral da Secretaria do Ministerio da Marinha e Ultramar* [documento manuscrito] (Capitão d’Engenheiros Director das Obras Públicas da Província de Moçambique Henrique Cesar da Silva Barahona e Costa), 30 jan. 1895, Lourenço Marques, DIRECÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE. 2510\_IB\_SEMU\_DGFTO\_MÇ\_1892\_1901

“António Aluisio Jervis Pereira, licenciado na medecina e cirurgia pela Universidade de Bombaim, Licenciado do Real Collegio dos Cirurgiões e Medicos de Edimburg = Licenciado na obstreticia de Edimburg; Licenciado da Faculdade dos médicos e cirurgiões de Glasgou = Lacio effectivo da Sociedade Obstreticia de Edimburg; lácio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa; Facultativo do quadro da provincia de Moçambique, servindo de medico ao Corpo Policial de Lourenço Marques etc., Lourenço Marques, 20 de julho de 1888”, Ofício n.º 520, 3-10-1888, 1.ª e 3.ª Rep. Obras Publicas da Provincia de Moçambique, Secção de Lourenço Marques [Relatório sobre as condições higiénicas do aquartelamento provisório], *Officios dando conta das obras em construcção*. (AHU, cota ACL\_SEMU\_DGU\_Cx. 1389/1L\_1886\_1888)

*CARTOGRAFIA MANUSCRITA DO AHU* [Exceto Brasil e Rolos] [lista de 787 espécies, compilada por Carlos Alberto Faria, para consulta no AHU, policopiado], 2009.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE, SECÇÃO DE URBANIZAÇÃO, 8 out. 1958. *Ocupação do solo nos arredores de Lourenço Marques, Plano Director, Memória Descritiva*, Lourenço Marques. AHU\_PT\_IPAD\_MU\_DGOP\_DSUH\_2091\_13087

*Expedição/ Conselheiro/ Marianno de Carvalho/ Estudos do Saneamento/ da Cidade/ de/ Lourenço Marques/ Desenhos e Expedição/ Conselheiro/ Mariano de Carvalho/ Estudos do Saneamento/ da Cidade/ de/ Lourenço Marques/ Peças escriptas*, 7 vols, 1892 [documento manuscrito]. AHU\_3038\_1A\_SEMU\_DGU\_MÇ\_1904-1908

GABINETE DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO DA REGIÃO DE LOURENÇO MARQUES, set. 1971. *O PROBLEMA HABITACIONAL EM LOURENÇO MARQUES/ POSSÍVEL ESQUEMA DE ACTUAÇÃO/ PLANO PARCIAL DAS LAGOAS – MALHA 1* [documento datilografado], Lourenço Marques. PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13093

GOVERNO-GERAL DE MOÇAMBIQUE, GABINETE DO SECRETÁRIO PROVINCIAL DE OBRAS PÚBLICAS, 25 set. 1971. *INFORMAÇÃO N.º 29/SP/71* [documento datilografado], (assunto: O problema habitacional em Lourenço Marques, Plano Parcial das Lagoas – Malha 1. PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13093

*Relatório da gerência do anno económico de 1899-1900* [documento manuscrito] (Engenheiro Director Carlos Roma Machado de Faria e Maia), 1 jan. 1901, Lourenço Marques, DIRECÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE. 2510\_IB\_SEMU\_DGFTO\_MÇ\_1892\_1901

*Relatórios das Obras Públicas Anno económico de 1893-1894*, 23 jan. 1893, Lourenço Marques, DIRECÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE. 2510\_IB\_SEMU\_DGFTO\_MÇ\_1892\_1901

TERRA VIANA, 18 jun. 1907. *Relatório sobre o saneamento de Lourenço Marques (Parte Técnica)* [documento datilografado], 58pp. Cx. 3038\_1A\_SEMU\_DGU\_MÇ\_1904-1908

#### AHU ICONOGRAFIA MOÇAMBIQUE

“África Oriental: [Panorâmica de Lourenço Marques]” [coleção: Provas Antigas]; Maoel Romão Pereira [fotógrafo]; Lourenço Marques; [s.d.]. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC270> [consult. 21 jul. 2014].

“África Oriental – Província de Moçambique. Colónias Portuguesas – Lourenço Marques. Comissionado do Governo Portuguez em Moçambique” [coleção: Provas Antigas]. Manoel Romão Pereira [fotógrafo]; 1889-1891. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC196> [consult. 21 jul. 2014].

“África Portuguesa – ENTRADA DA BAHIA DE LOURENÇO MARQUES, segundo uma fotografia de M. Pereira/ Arm. P. [gravador]. - [Lisboa]: [s.n.], [ca. 1890]. – Gravura: madeira, p&b.; 12x22,6cm, - In: “Revista Illustrada”, 1890.” AHU\_ICONi\_064\_I, D.2513

“Avenida D. Carlos”, Fot. J.M. Lazarus, [s.d.], IICT/AHU, doc. n.º 5983. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7462> [consultado em 27 out. 2014].

“Bâtiment des Postes à Lourenço Marques [Edifício da Fazenda Provincial e Distrital de Lourenço Marques]” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], Lourenço Marques, 1907. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7226> [consult. 25 jul. 2014].

“Caes [cais] de Lourenço Marques” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], 15 agos. 1911. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC219> [consult. 21 jul. 2014].

- “Caminhos de Ferro de Lourenço Marques: Construção e Inauguração da Estação” [coleção: Provas Antigas], Fot. L. Hily, 1909-1911. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC232> [consult. 24 jul. 2014].
- “Campanha do Barué” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], Moçambique, 1907. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC397> [consult. 25 jul. 2014].
- “Colecção de gravuras portuguesas/ Moçambique”, 11.ª série, 1972, editado por João Camacho Pereira - [68 gravuras]. Publicações EX-LIBRIS, Gaveta 3.
- Coleção “Caminhos de Ferro de Lourenço Marques: Construção e Inauguração da Estação”, Fot. L. Hily, 1909-1911, IICT/AHU. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC232> [consult. 27 out. 2014].
- “[Construção do Monumento a António Ennes] [Enes]” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], Lourenço Marques, 08 set. 1910. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC235> [consult. 24 jul. 2014].
- “Construção do muro-caes em Lourenço Marques” [coleção: Provas Antigas], Fot. A. Cunha, 17 out. 1911. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC202> [consult. 21 jul. 2014].
- “Construção dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques” [coleção: Provas Antigas], C.S. Fowler [fotógrafo], 1911. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC204> [consult. 21 jul. 2014].
- “Direcção das Obras Públicas da Província de Moçambique” [coleção: Provas Antigas], Capitão Barahona, Tenente Almeida [fotógrafos], 1895. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC205> [consult. 21 jul. 2014].
- “Doca da Capitania e dique; Estátuas Ant.º Ennes (à esquerda) e Mouzinho (à direita); Estação Cam. Ferro (à esquerda ao fundo) entra a F.ª e os correos; alicerces da secretaria”, Fot. A.W. Bayly and Co., IICT/AHU doc. n.º 6027. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7496> [consult. 21 jul. 2014].
- “Edifício construído pela Direcção de Obras Públicas da Província de Moçambique para a Instalação das Repartições da Fazenda Provincial e Distrital de Lourenço Marques, começada em Novembro de 1903”, [s.a.], Lourenço Marques, 1903 [?]. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC277> [consult. 21 jul. 2014].
- “Edifício da Fazenda Provincial e Distrital de Lourenço Marques” [coleção: Provas Antigas] (Edifício construído pela Direcção de Obras Públicas da Província de Moçambique para a Instalação das Repartições da Fazenda Provincial e Distrital de Lourenço Marques, começada em Novembro de 1903), [s.a.], Lourenço Marques, 1903 [?]. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC277> [consult. 21 jul. 2014].
- “Egreja de Nossa Senhora dos Remédios, no districto de Cabaceira Grande (Moçambique)/B. Lima [desenhador]; J. Pedroso [gravador]. - [s.l.] : [s.n.], [séc. XIX]. - Gravura : madeira, p & b.; 15,8x21,5cm.” ICONi\_064\_I, D.408.
- “Estação Radiofónica de Polama” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], [s.d.], Moçambique. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7599> [consult. 25 jul. 2014].
- “Fortaleza de S. Marçal de Sena [padrão reconstruído em 1906]”, Fot. J. Wexelson, [s.d.], IICT/AHU doc. n.º 5390. Disponível em: <file://localhost/Disponível em http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD23092> [consult. 27 out. 2014].
- “Hospital de Lourenço Marques” [coleção: Provas Antigas], Fot. A. Cunha, 1911. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC203> [consult. 21 jul. 2014].

- “Imagens não identificadas [zona de porto e zona de habitação]” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], [s.d.], [s.l.]. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC410> [consult. 21 jul. 2014].
- “Inauguração do monumento a António Ennes [Enes]” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], Lourenço Marques, 1910, 1911. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC249> [consult. 21 jul. 2014].
- “Lourenço Marques – Construção da Entrada de Polana” [coleção: Provas Antigas], Fot. A. Cunha, 1911. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC201> [consult. 21 jul. 2014].
- “Lourenço Marques [Maputo] Delagoa Bay: Avenida Castilho” [coleção: Postais de Moçambique, edição de J. & M. Lazarus], Fot. J. M. Lazarus, [s.d.], IICT/AHU doc. n.º 23252. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD27923> [consult. 25 jul. 2014].
- “Lourenço Marques (P.E.A.) Rua Araújo” [coleção: Postais de Moçambique, edição de Santos Rufino], década de 1920, Santos Rufino (ed.), IICT/AHU doc. n.º 23156. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD27821> [consult. 2 agos. 2014].
- “MESURIL, MAISON DE PLAISANCE DU GOUVERNEUR DE MOZAMBIQUE/H. Salt [desenhador]; Adam [gravador]. - [s.l.] : [s.n.], [séc. XIX]. - Gravura : buril, p & b.; 13,3x19cm.” AHU\_ICONi\_064\_I, D.401.
- “O Jardim da Aclimação [?] (Fonte pública)” [coleção: África Oriental - Província de Moçambique, Colonias Portuguesas, Lourenço Marques, Commissionado do Governo Portuguez em Moçambique], Fot. Manoel Romão Pereira, 1889-91, IICT/AHU doc. n.º 196-5087. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6375> [consult. 21 jul. 2014].
- “[Paisagem com a linha de comboio em primeiro plano, ao fundo casas e pessoas numa rua]” [coleção: Imagens não identificadas [zona de porto e zona de habitação]], [s.a.], [s.l.], [s.d.], IICT/AHU doc. n.º 6180. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7570> [consult. 25 jul. 2014].
- “[Paisagem urbana: edifícios e campo de futebol], Moçambique” [coleção Moçambique], [s.a.], [s.d.], IICT/AHU doc. n.º 1516. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD1593> [consult. 8 abr. 2015].
- “Plantações, embarcações e construções em Lourenço Marques” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], 1910, 1911. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC222> [consult. 21 jul. 2014].
- “Porto de Lourenço Marques” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], Lourenço Marques, 1927. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC470> [consult. 25 jul. 2014].
- “Praça do Mercado de Lourenço Marques” [coleção: Campanha do Barué], [s.a.], 1907, IICT/AHU doc. n.º 6034: Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7479> [consult. 25 jul. 2014].
- “Praça 7 de Março, Av.<sup>a</sup> Aguiar; Av.<sup>a</sup> Central (à esquerda); Cinema Scala (à direita) Câmara Municipal e Catedral (ao fundo)” [coleção: Aspectos de Moçambique], Lourenço Marques, Fot. A.W. Bayly and Co., [s.d.], IICT/AHU doc. n.º 6022. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7490> [consult. 8 abr. 2015].
- “Retratos de Grupos de Crianças” [coleção: Provas Antigas], [s.a.], Moçambique, 1907-1911. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC239> [consult. 24 jul. 2014].
- “Vários aspectos relacionados com Mouzinho de Albuquerque, em Lourenço Marques” [coleção: Provas Antigas], Fot. Hilly Lda., [s.d.]. Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC230> [consult. 21 jul. 2014].

## AHU CARTOGRAFIA MOÇAMBIQUE

- “Alçado longitudinal sobre A B /IVSTITIA VIRTVS LIBERTAS [Fachada do Palácio da Justiça de Lourenço Marques] / António José da Piedade [desenhador]. – Escala de 1 / 50. – Lourenço Marques : [s.n.], 1888, Agosto 25. – 1 planta : papel empastado em tecido, color. , ms. ; 77,5 x 106 cm. – Inclui : assinatura do Director das Obras Públicas António José de Araújo. – Anexo ao doc. de 1888, Agosto 31, 3.<sup>a</sup> Rep. , maço (1401) – 1868/93. – AHU\_ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Edifícios públicos / Palácio da Justiça / Planta de projecto / 1888.” (Cartografia manuscrita do AHU, 2009: 78) cota AHU\_CART m\_064\_D.585.
- “Planta do pavimento térreo / Projecto d’um edifício para Câmara Municipal, Tribunal e Administração do Concelho. – Escala de 1 / 100. – [Moçambique] : [s.n.], 1888, Agosto 25. – 1 planta : papel empastado em tecido, color. , ms. ; 45 x 80, 5 cm. – Inclui : assinatura do Director das Obras Públicas António José Araújo. Anexo ao doc. de 1888, Agosto 31, 3.<sup>a</sup> Rep. , maço (1401) – 1868/93. – AHU\_ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Edifícios públicos / Câmara / tribunal / Administração / Planta de projecto / 1888.” (Cartografia manuscrita do AHU, 2009: 78) cota AHU\_CART m\_064\_D.629.
- “Planta do 1.<sup>o</sup> andar. Escala de 1 / 100. – [Moçambique] : [s.n.], 1888, Agosto 25. – 1 planta : papel empastado em tecido, color. , ms. ; 46,7 x 63 cm. – Inclui : assinatura do Director das Obras Públicas, António José de Araújo. – Anexo ao doc. de 1888, Agosto 31, 3.<sup>a</sup> Rep., maço (1401) – 1868/93. – AHU\_ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Edifícios públicos / Planta de projecto / 1888.” (Cartografia manuscrita do AHU, 2009: 78) cota AHU\_CART m\_064\_D.630.
- “ALÇADO/PRINCIPAL DO HOSPITAL MILITAR E CIVIL/ de/ MOÇAMBIQUE. Escala 1:100. [Assinado por] Joaquim José Machado/ Major d'Engenheiros. Isaias Newton. Fev. 1887.” AHU cota CART m\_064\_D.619
- “A Plan of the BAR & HARBOUR at the ENTRANCE OF ENGLISH RIVER in Delagoa Bay, levantado em 1822 e publicado em 1827. – Escala de 3 milhas.” AHU\_CARTi\_064\_D.503
- “A Survey of MOZAMBIQUE HARBOUR... CAP.N W.F.W. OWEN, 1823, publicado em 1827. – Escala de 3 milhas marítimas.” AHU\_CARTi\_064\_D.509
- ”[Cópia da] Planta Cadastral da cidade de Lourenço Marques, levantada sob a direcção de Caetano Marques de Amorim e Fernando Maria Quintella por José Raymundo e Julio Gonzalez del Valle e Montojo, 1907”, AHU cota 630\_D4\_MU\_DGF\_Rolo\_s.d. – “Lourenço Marques, Plantas cadastrais da cidade”.
- “Indicação dos aterros executados na parte do Pântano de Lourenço Marques /António José da Piedade Ponty [desenhador]. - Escala de 1: 500. - [Moçambique] : [s.n.], 1888, Set. 26. [...] Inclui : [...] assinatura do Director das obras Públicas José d'Araújo. [...]” AHU\_CART m\_064\_D.1400
- “[Lourenço Marques]. – Escala de 1/ 2.000. – [Moçambique] : [s.n.], [ca. 1887]. – 1 planta : papel empastado em tecido, sépia, ms. ; 23 x 32 cm. – Inclui : língua inglesa. – Anexo ao doc. de 1887, Jan. 15, 3.<sup>a</sup> Rep., maço (1401) – 1868/93. – AHU\_ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Planta urbana / [ca. 1887].” AHU\_CART m\_064\_D.627
- “Obras do porto de Lourenço Marques / Planta geral / Conselheiro Governador General Gorjão. - Escala de 1: 5.000. - [Moçambique] : [s.n.], [séc. XIX]. - 1 planta : papel empastado em tecido, color., ms. ; 27,8x45cm. Moçambique / Lourenço Marques / Plano de porto / Planta de projecto/ [séc. XIX].” AHU\_CART m\_064\_D.650
- “Obras do porto de Lourenço Marques / Planta geral / Conselheiro Governador General Gorjão. - Escala de 1: 5.000. - [Moçambique] : [s.n.], [séc. XIX]. [...]” AHU\_CART m\_064\_D.650
- “Plan of L. Marques. – Escala de 1 / 2.000 metros. – [Moçambique] : [s.n.], [ca. 1887]. – 1 planta : papel empastado em tecido, color., ms. ; 40,2x62,3 cm. – Inclui : [...] representação da linha de maré

baixa ; língua inglesa. Anexo ao doc. de 1887, Jan 15, 3.<sup>a</sup> Rep., maço (1401) – 1868/93. AHU\_ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Planta Urbana / [ca. 1887].” AHU\_CART m\_064\_D.582

“PLANO DA BAHIA DE LOURENÇO MARQUES, 1858. – Escala de 15 milhas.” AHU\_CARTi\_064\_D.511

“PLANO DO FORTE DE SANTO ANTONIO / I. DE MOÇAMBIQUE. - 2 escalas: do forte de 100 pés ingleses e da ilha de milha e meia. - [Moçambique] : [s.n.], [ca. 1820]. - 1 planta : planta, p&b., ms. ; 33,8x32,9cm.- Inclui uma planta e 1 mapa; legenda numérica; orientado com meia lis. - Anexo ao doc. 107 - A, cx. 167, de 1820, Fev. 26. Moçambique/ Moçambique (ilha) / Fortificações/ St.º António/ Planta militar / [ca. 1820].” AHU\_CART m\_064\_D.564

“PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES... 1907.” – Escala de 1: 2000. AHU\_CARTi\_064\_D.616

“PLANTA CADASTRAL da Cidade de Lourenço Marques, levantada em 1895. – Escala de 1: 2000.” AHU\_CARTi\_064\_D.563

“PLANTA CADASTRAL da cidade de LOURENÇO MARQUES, levantada em conformidade do Decreto de 20 de Abril de 1895 [pelo Capitão d’infanteria E. Gasassa Alvares Pereira] e publicada em 1897. – Escala de 1. 2000.” AHU\_CARTi\_064\_D.579

“PLANTA CADASTRAL DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES LEVANTADA SOB A DIRECÇÃO DE CAETANO MARQUES DE AMORIM e FERNANDO MARIA QUINTELLA... / 1 / José Raymundo e Júlio Gonzalez del Valle y Montojo. – Escala de 1 : 2000 ou 400 metros. – [Moçambique] : [s.n.], 1907.” – 1 planta : papel empastado em tecido, color. , ms. ; 149,5 x 97 cm. – Inclui : representação de 1 brasão. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Planta cadastral / 1907. AHU\_CART m\_064\_D.631/D.632/D.633

“PLANTA DA FORTALESA de Nossa Senhora da Conceição EM Lourenço Marques” / João António Ferreira Maya ; Moraes Pinto [desenhador]. – Escala de 10 m. – Lourenço Marques : [s.n.], 1877, Dez. 28. – 1 planta : papel empastado em tecido, p&b. , ms. ; 70,9 x 75,7 cm. – Inclui : orientada com seta e meia lis, indicando a variação magnética ; assinatura do Director das Obras Públicas, major engenheiro Joaquim José Machado [data de 24 de abril de 1880]. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Fortificações / N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição / Planta militar / Planta de projecto / 1877. AHU\_CART m\_064\_D.1359

“PLANTA DA FORTALEZA de Nossa Senhora da Conceição EM Lourenço Marques”, revista e datada pela “Secretaria da Direcção de O. P.<sup>as</sup> em Moçambique 24 de Abril de 1880”, com a assinatura do Diretor “J. Machado, Major de Engenharia”, e a assinatura do projetista e data do projeto “a) João Antonio Ferreira Maya, L.<sup>co</sup> M.<sup>ques</sup> 28 de Dezembro 1877”. AHU cota CART m\_D.640

“Planta da Fortaleza de S. João de Ibo das Ilhas de Cabo Delgado... - Petipé de 32 paços de 4 polegadas cada um.- [Moçambique] : [s.n.], 1831, Julho 6. - 1planta: papel, lápis, p&b. , ms. ; 38,5x49,7 cm.- Inclui : orientada com rosa de 4 pontas e lis. Moçambique / Cabo Delgado / Ibo (Ilha) /Fortificações / S. João /Planta militar /1831.” AHU\_CART m\_064\_D.566

“Planta do forte de S. Joze de Mussuril. - Escala de 300 pés. -[Moçambique] : [s.n.], 1848.- 1 planta papel, sépia, ms. ; 26 x19,9 cm. - Inclui : legenda alfabética. Anexo ao doc. de 1852, Março 27, maço (1297) -1852/1853. - AHU\_ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique/Fortificações /S. José de Mossuril /Planta militar /1848.” AHU\_CART m\_064\_D.1352

“PLANTA DO PORTO DE LOURENÇO MARQUES E SEUS ARREDORES, 1898. – Escala de 1: 40 000.” AHU\_CARTi\_D.580

“Planta e perfil longitudinal próximo à alfandega de Lourenço Marques. – 3 escalas : de 1 : 1.000 (planta), de 1 : 1000 e 1 : 250 (horizontais e verticais do perfil). – [Moçambique] : [s.n.], 1886, Nov. 13. – 1 planta : papel empastado em tecido, color., ms. ; 40 x 92 cm. – Inclui : 1 planta e 1

perfil ; representação da linha de maré baixa ; nota explicativa. – Anexo ao doc. de 1887, Jan. 15, 3.<sup>a</sup> Rep., maço (1401) – 1868/93. – AHU\_ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Edifícios públicos / Alfândega / Planta de projecto / 1886.” AHU\_CART m\_064\_D.628

“Planta Geral da Cidade e Porto de Lourenço Marques, 1926. – Escala de 1: 5000.” AHU\_CARTi\_064\_D.650

“Ponte-caes em Lourenço Marques/ Planta Geral. – Escala de 1:2000.” AHU\_CARTi\_064\_D.744

“PORTO DE LOURENÇO MARQUES/PLANTA GERAL... levantada em 1909 e publicada em 1910. – Escala de 1: 7 500.” AHU\_CARTi\_064\_D.625

“PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES, dezembro de 1887. – Escala de 1:2 000.” AHU\_CARTi\_064\_D.539

“Projecto de Ampliação do hospital de Lourenço Marques / António José da Piedade Pinto [desenhador]. – Escala de 1 / 200. – Lourenço Marques : [s.n.], 1889, Jan. 17”. – 1 planta : papel empastado em tecido, color. , ms. ; 74,5 x 103 cm. – Inclui : 2 plantas ; assinatura do Director das Obras Públicas, António José de Araújo. – Anexo ao doc. de 1889, Jan. 14, 3.<sup>a</sup> Rep., maço (1401) – 1868/93. – AHU\_ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Edifícios públicos / Hospital / Planta de projecto / 1889. AHU cota CART m\_064\_D.672

“Projecto de ampliação do hospital de Lourenço Marques / Enfermaria /António José da Piedade Pinto [desenhador]. – 6 escalas : 1 : 50 de alçados ; 1 : 10 das fundações ; 1 : 10 da parede ; 1: 10 do algeroz ; 1 : 100 da planta. – Lourenço Marques : [s.n.], 1889, Jan. 7.” – 1 planta : papel empastado em tecido, color. , ms. ; 51,5 x127,5 cm. – Inclui : 1 planta, 2 alçados, 2 cortes e 1 detalhe de algeroz ; assinatura do Director das Obras Públicas, António José Araújo. – Anexo ao doc. de 1889, Jan. 14, 3.<sup>a</sup> Rep., maço (1401) – 1868/93. AHU cota ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Edifícios públicos / Hospital / Planta de projecto / 1889. AHU cota CART m\_064\_D.586

“Projeto de Ampliação do hospital de Lourenço Marques/ Pharmacia e habitações para e farmacêuticos / António José da Piedade Pinto [desenhador]. – Escala de 1 /100. – Lourenço Marques : [s.n.], 1889, Jan. 14.” – 1 planta : papel empastado em tecido, color., ms.; 40,5 x 129 cm. – Inclui : 3 plantas, 4 alçados e 2 cortes ; assinatura do Director das Obras Públicas, António José de Araújo. – Anexo ao doc. de 1889, Jan. 14, 3.<sup>a</sup> Rep., maço (1401) – 1868/93. AHU cota ACL\_SEMU\_DGU. Moçambique / Lourenço Marques (cidade) / Edifícios públicos / Hospital / Planta de projecto /1889. AHU cota CART m\_064\_D.671

“Projecto de nova avenida em Lourenço Marques - Direcção Geral das Obras Públicas]. [...] [Moçambique] : (s.n.), (ca. 1885) - 1 planta: papel empastado em tecido, color., ms.; 42x72,5 cm. - Inclui tabela de distâncias, cotas e medidas: assinatura do Director das Obras Públicas, António José d'Araújo. - Anexo ao doc. de 1885, Maio 16, 3.<sup>a</sup> Rep. maço (1401) - 1868/93.” (Cartografia manuscrita do AHU, 2009: 98-99). AHU\_CART m\_064\_D.1392

“PROJECTO PARA A REEDIFICAÇÃO DA IGREJA DA SÉ EM MOÇAMBIQUE [Direcção das Obras Públicas de Moçambique] [...], 1878. [...] - Inclui: [...]; assinatura do Director das Obras Públicas, Joaquim José Machado.” AHU\_CART m\_064\_D.1364 e AHU\_CART m\_064\_D.1365

### **Arquivo do Património Cultural (Instituto de Investigação Sócio-Cultural) (ARPAC) (Maputo)**

Cx. “Maputo - Cidade: Monumentos e Locais Históricos”. Pastas - Arquivo Museológico: Núcleo Urbano de Maputo 13 (1. Chafariz junto ao Mercado do Xipamanine; 2. Edifício da Capitania do Porto; 3. Mercado Central); - Arquivo Museológico: Núcleo Urbano de Maputo 13 (5. Zona Alta da Cidade de Maputo); - Arquivo Museológico: Núcleo Urbano de Maputo 13 (6. Zona da Polana Praia); - Arquivo Museológico: Vila Algarve 25 (1. Ficha Inquérito; 2. Artigo de Notícias (21 de Maio de 1982)); - Arquivo Museológico: Núcleo Urbano de Maputo 13 (7. Monumentos da nossa História; 8. Diapositivos; 9. Quem preserva a “Cidade Velha?” Dom. 13.3.83; 10. Biblioteca Nacional; 11.

Valorizar os nossos tecidos sabendo usar e confeccionar); - Arquivo Museológico: Casa Amarela 12 II (1. Ficha Inquérito; 2. Cadastro da Casa Amarela; 3. Obras de Restauro (Projeto de arquitetura de “Edifício destinado ao Museu Municipal”, Escala 1:100); 4. Jornal *Notícias* 12.10.1980); - Arquivo Museológico: Palácio da Ponta Vermelha 8 I (1. Ficha Inquérito; 2. Cadastro); - Arquivo Museológico: Obs. Meteorológico 7 (1. Ficha Inquérito; 2. Texto do Livro “Edifícios Históricos de L.M.”; 3. Fotografias; 4. Edifício Meteorológico em obras, *Notícias*, 5.4.82); - Arquivo Museológico: Vila Joia 11 (1. Vila Joia; 2. Fotografias); - Arquivo Museológico: Antiga Cadeia Civil 6 (1. Ficha Inquérito; 2. Cadastro); - Arquivo Museológico: Locais diversos 14 (1. Locais Históricos); - Arquivo Museológico: Edifício dos C. de Ferro 10 (1. Ficha; 2. Fotografias); - Arquivo Museológico: Tribunal Criminal e Civil 9 (1. Ficha Inquérito; 2. Cadastro do 1.º Edifício da Câmara Municipal);

Cx. “Maputo - Cidade - Cadastro”. Pastas - Arquivo Museológico: Fortaleza de N.ª Sr.ª da Conceição 1 (1. Ficha Inquérito; 2. Documentação; 3. Texto *Notícias*, 5.10.80); - Arquivo Museológico: Casa de Ferro 2 (1. Ficha Inquérito; 2. Cadastro da Casa de Ferro; 3. Cópia da portaria n.º 383/72; 4. Planta da Casa de Ferro; 5. Notas referentes à utilização da Casa de Ferro); Pastas - Arquivo Museológico: Hotel Clube (1. Ficha Inquérito; 2. Texto, *Notícias*, 6.9.77); Pastas - Arquivo Museológico: Instituto Goano (1. Ficha Inquérito).

Cx. “Nampula - XI - Monumentos e Locais Históricos 1”. Pastas - Arquivo Museológico: Fortaleza de S. Sebastião 1 (3. Fotografias); - Arquivo Museológico: Fortaleza de S. Sebastião 1 (4. Fotografias); - Arquivo Museológico: 2 (1. Trabalho de Investigação no Distrito de Murrupula; 2. A presença dos Maraves na Província de Nampula; 3. Localização de Estação Arqueológica junto a Namapa; 4. Habitantes da Aldeia Comunal S. Machel (Namapa); 5. Esc. Secundária da Ilha de Moçambique ).

Cx. “Nampula - XI - Monumentos e Locais Históricos 3”. Pastas - Arquivo Museológico: Palácio de S. Paulo 12 VI (7. Fotografias do Palácio (Após o Restauro da C.M.R.M.); 8. Texto - Jornal *Notícias*, 5.12.80; 9. Igreja de S. Paulo); Pastas - Arquivo Museológico: Núcleo Urbanístico de Moçambique 26 III (4. Fotografias da Ilha de Moçambique; 5. Jornal *Notícias*, 5.10.80; 6. Ilha de Moç. - Influências... Dominação Mercantil/Colonial (Texto Museu de Nampula); 7. Relatório - Condições Sociais da Ilha de Moç.); Pastas - Arquivo Museológico: Palácio de S. Paulo 12 IV (5. Fotografias do Palácio (Antes do Restauro da C.M.R.M.); Pastas - Arquivo Museológico: Palácio de S. Paulo 12 V (6. Fotografias do Palácio (Antes e durante o restauro da C.M.R.H.)).

Cx. “Nampula - XI - Monumentos e Locais Históricos 4”. Pastas - Arquivo Museológico: Núcleo Urbanístico da Ilha 26 V (18. Diversos locais da Ilha de Moçambique (recolha enviada pela Del. Distrital e C. de Interesse da Escola Secundária da Ilha); 19. Preservação e Restauro da Ilha/ J. *Notícias*, 8.7.81; 20. Ilha Património da Humanidade/ J. N., 22.8.81; 21. Grande Lição Histórica e Pedagógica/ J.N. 19.7.81; 22. Aspectos Étnico-Culturais da I. Moçambique em 1822 por Virgínia Rau; 23. Rapport de la Mission de L'Unesco au Mozambique - Janvier/Février 1981 - Panlowsky); Pastas - Arquivo Museológico: Núcleo Urbanístico da Ilha 26 VI (24. Rapport de la Mission de L'Unesco au Mozambique, Janeiro, 81); 25. Gulbenkian vai participar nos projectos da restauração; 26. Unesco apoia preservação).

## **Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)**

FOWLER, C. S., 1887. *VIEWS OF LOURENÇO MARQUES (DELAGOA BAY) AND TRANSVAAL RAILWAY: PRESENTED BY COLONEL E. MC MURDO*. 1.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional. BNP – Iconografia EA-84-V.

CHEMIN DE FER DE LOURENÇO MARQUES Á PRETORIA [MATERIAL CARTOGRÁFICO]: DIRECTRICE GENERAL ET PROFIL EN LON DU TRACÉ ETUDIÉ DE 1882 A 1884 / PAR J. MACHADO, MAJOR DU GENIE PORTUGAIS, 1885, – Escala 1: 400 000, MACHADO, Joaquim. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, ed. lit. [1885]. Disponível em <http://purl.pt/4816> [consultado em 16 jan. 2013]. BNP Cartografia C.C. 429//1 A.

“PLANTA DA CIDADE [DE] LOURENÇO MARQUES E PARTE DOS SUBÚRBIOS” [MATERIAL CARTOGRÁFICO], 1940, - Escala 1:5000, CRUZ, Augusto da; SILVA, José da; SOARES, José Nunes. Lourenço Marques: Litografia da Imprensa Nacional, [1941]. BNP Cartografia C.C. 526 R.



“O PLANO de urbanização”, *Notícias* [Lourenço Marques], de 29 set. 1950, 1-4.

“Reconhecimento hydrografico da foz do Pungue e do Buzio, com parte do curso deste rio : província de Moçambique : Costa Oriental d’Africa / Comissão de Cartographia ; levantado em Novembro de 1890, pelo guarda marinha Guilherme Ivens Ferraz. - Escala [ca 1: 66000], 6 milhas [marítimas] = [16,90 cm]. - [Lisboa] : C[ompanhi]a N[acion]al Editora, 1891.” Disponível em <http://purl.pt/1594/3/> [consult. 7 set. 2104]. BNP cota cc-44-v

SILVEIRA, Luís, 1956. *Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, vol. 2, 243 sgs.

### **Centro Português de Fotografia (CPF)**

Collecção de photographias relativas ao caminho de ferro de Lourenço Marques (1889-1898), fot. Manoel Romão Pereira, reprodução de João Francisco Camacho. Código de referências PT/CPF/CAF/0005/000047.

Missão de Mariano Carvalho à Província de Moçambique (1890), fot. Manoel Romão Pereira. Código de referência PT/CPF/CAF/0014.

### **Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF)**

*A concessão sommerchield e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited*, 1953. Pref. António Aires, Lourenço Marques: Tip. Minerva Central. FAPF-UEM 1657/02.30

*Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo* [policopiado], 1984. Segunda parte - Proposta, janeiro de 1984, Maputo: Secretaria de Estado da Cultura - Gabinete de Conservação e Restauro.

*Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999. Maputo: Direcção Nacional de Administração Local, Ministério da administração Estatal, República de Moçambique.

*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*, 2008. Maputo: Município de Maputo.

“Plano em borrão, de Lourenço Marques. 8 de Outubro 1851, Escalla de 300 Paços de 28 polgadas, ou 100 toezas, ou 200 metros pouco mais ou menos, António Pedro Baptista Gonçalves, E do G<sup>o</sup>. de L. Marques”.

### **Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)**

GALVÃO, João Alexandre Lopes, 1920. *As Obras Públicas e o Fomento da Província em 1918: Relatório da Inspeção das Obras Públicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 13-G-436

LONGLE, Armando, 1887. *DO SANEAMENTO/ E/ ALARGAMENTO/ DA VILLA DE/ LOURENÇO MARQUES/ Pelo Conductor d’Obras Publicas da provincia de Moçambique/ ARMANDO LONGLE/ S. S. G. L.* Lisboa: TYPOGRAFIA DE A. DA COSTA BRAGA.

MACHADO, Joaquim José, 1879. “Relatório dos trabalhos executados pela direcção das obras públicas da província de Moçambique durante o anno de 1877”, *Relatórios dos Directores de Obras Públicas e Outros Documentos 1876-81*, Primeira Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 91-131.

MACHADO, Joaquim José, 1881. *Relatório das obras públicas e outros documentos*, 1.º vol., Segunda Série. Lisboa: Imprensa Nacional.

OWEN, Captain William Fitz William, 1833. *NARRATIVE OF VOYAGES/ To explore the shores of/ AFRICA, ARABIA,/ and/ MADAGASCAR; / performed in H.M. Ships Leven and Barracouta,/ under the direction of/ CAPTAIN W. F. W. OWEN, R. N./ By command of the Lords Commisioners of the Admiralty* 2 vols. London: Richard Bentley, New Burlington Street, vol. I. 17-D-23.

SÁ, José Maria de Vasconcelos e, 1902. “Obras do porto de Lourenço Marques”, *Revista Portuguesa Colonial e Maritima*, 193–201. 34-D-3

SILVA, Silverio Augusto Pereira da, 1901. “Notícia acerca das Obras do porto de Lourenço Marques”, Sep. da *Revista de Engenharia Militar*, 114(2). 31-D-20

#### **SGL CARTOGRAFIA**

1894, NORONHA, Eduardo. Esboço da Carta/ do/ Districto/ de/ Lourenço Marques/ dedicada ao Sr. Capitão Tenente da Armada/ JOÃO DO CANTO E CASTRO DA SILVA ANTUNES/ Contem itinerarios, reconhecimentos, trabalhos topographicos e varios estudos feitos pelos engenheiros: Joaquim Machado, Freire de Andrade, major Araújo, Mezzena e R. Machado. Officiaes de marinha: Augusto de Castilho, Azeredo de Vasconcelos, Augusto Cardoso, Moreira de Sá, Sanches de Gusman, Branco e Ludovice. Coronel Lapa, major Caldas Xavier, Matheus Serrano, Armando Longle, Almeida Rosa, Rita Montanha, Teixeira, Berthoud, Loyle, Erskine, Mauch, Grandjean, etc., bem como todas as indicações das cartas mais recentes de Jeppé, Perthes, Almirantado Inglez e Comissão de Cartographia/ Concluida sob o patrocínio do Sr. Engenheiro hydrographo/ Ernesto de Vasconcelos/ por/ Eduardo de Noronha/ Tenente de infantaria, Escala de 1/ 250.000, Lisboa: Com. de Cartographia. SGL 7-D-21

“PLANTA/ de parte do traçado do Caminho de Ferro/ de/ Lourenço Marques à fronteira do Transwal construída/ desde/ 2 de junho a 30 de setembro de 1886/ Esc. 1:10.000; levantada por R. Marques.” SGL 3-g-12

“A Survey/ of/ DELAGOA BAY;/ or/ Lorenzo Marques./ On the East Coast of Africa/ by the Officers of/ H.M. Ships Leven & Barracouta,/ under the direction of/ Capt." W.F.W. Owen, 1822” (Owen, 1833: vol. I, s.p.).

### **4.2.3 Legislação e Regulamentos**

#### **4.2.3.1 Legislação Portuguesa**

*Acto Colonial*, Decreto-Lei n.º 18570 de 8 de julho de 1930, *Boletim Oficial* n.º 43, 1930, 503-508.

*Carta Orgânica do Império Colonial*, Decreto-Lei n.º 23228, de 15 de novembro de 1930, *Boletim Oficial* n.º 51, 1930, 825-849.

*CÓDIGO DO TRABALHO DOS INDÍGENAS NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS DE ÁFRICA: APROVADO PELO DECRETO N.º 16:199, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1928*, 1929. Lisboa: Imprensa Nacional. BNP S.C. 9775 V.

*CONCESSÃO DE TERRENOS DO ESTADO*, decreto n.º 33: 727, de 22 de junho de 1944.

*CONVENÇÃO entre o GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE e o GOVERNO DO TRANVAAL* (1 de abril de 1909), 1909. Lourenço Marques: Imprensa Nacional. BNP: S.C. 7415//3 V.

Decreto n.º 34.173, de 6 de dezembro de 1944, *Diário de Governo*, Lisboa [procede à criação e definição dos desígnios do Gabinete de Urbanismo Colonial].

- Decreto n.º 40.226, 1955 — *ESTATUTO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE*, Ministério do Ultramar, República Portuguesa. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Decreto n.º 45375, de 22 de novembro de 1963 — *ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Decreto-Lei n.º 43.893, de 6 de setembro de 1961 [revogação do Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954 — *Estatuto dos Indígenas*].
- Diploma Legislativo n.º 825, de 20 de fevereiro de 1943. *Boletim Oficial* n.º 8, I Série, de 20 de fevereiro de 1943.
- Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960 — Regulamento Geral das Edificações Urbanas, suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 19, I Série, de 1 de maio de 1960.
- Direito das Colónias à Independência: Lei n.º 7/74, de 27 de Julho. Lisboa: Diário da República de Portugal, 1974.
- ENNES, António, 1896. *Providências publicadas pelo commissário régio na província de Moçambique, Conselheiro António José Ennes, desde 1 de Janeiro até 18 de Dezembro de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Estatuto dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique: Decreto-Lei n.º 39.666/54, de 20 de maio. Lisboa: Diário da República de Portugal, 1954.
- ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE*, 1973. Lourenço Marques: [s.n.]. BNP S.C. 34860 V.
- ESTATUTO POLÍTICO, CIVIL E CRIMINAL*, Decreto N.º 16:473, de 6 de fevereiro de 1929, Ministério das Colónias. Lisboa: Imprensa Nacional. BNP S.C. 9775 V.
- Lei n.º 2.030/48, de 22 de Junho. Lisboa: *Diário da República de Portugal*, 1948 [Lei de Terras].
- Lei Constitucional da República de Portugal: Lei n.º 2.048/51, de 11 de Junho. Lisboa: *Diário da República de Portugal*, 1951.
- Lei Orgânica do Ultramar: Lei n.º 2.066/54, de 27 de Junho. Lisboa: Diário da República de Portugal, 1954.
- MODUS-VIVENDI entre a PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE E O TRANSVAAL assinado em 18 de Dezembro de 1901*, 1903, Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar. Lisboa: Imprensa Nacional. BNP: S.C. 17755 V.
- Portaria n.º 15 366, de 3 de maio de 1955. *Boletim Oficial* n.º 22, I Série, de 28 de maio de 1955. Direcção Geral de Administração Política e Civil.
- Portaria n.º 19 409, de 1 de outubro de 1962. *Boletim Oficial* n.º 41, I Série, de 13 de outubro de 1962 [brasão de armas da cidade de Lourenço Marques].
- PRINCIPAL LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS INDÍGENAS DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE*, 1960. Lourenço Marques: Imp. Nacional. BNP S.C. 19729 V.
- RAMOS, Francisco Pinto, 1900-1954. *RESUMO SINÓPTICO DE LEGISLAÇÃO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE PUBLICADA NO BOLETIM OFICIAL NOS ÚLTIMOS CINQUENTA E CINCO ANOS*. Lourenço Marques: [s.n.]. BNP C.G. 8263 V.
- Reforma Administrativa Ultramarina, Decreto-Lei n.º 23229 de 15 de novembro de 1933, *Boletim Oficial* n.º 51, 1933, 849-929.

Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas, Decreto-Lei n.º 43.894/61, de 6 de setembro. Lisboa: Diário da República de Portugal, 1961.

Regulamento do Trabalho dos Indígenas, Decreto de 9 de novembro de 1899, Ministério da Marinha e Ultramar, *Boletim Oficial* n.º 3, 1900, 23-29.

Regulamento dos Serviçais e Trabalhadores Indígenas no Distrito de Lourenço Marques, Decreto de 9 de setembro de 1904, *Boletim Oficial* n.º 45, 1904, 4-6.

Regulamento dos Passes Indígenas ou Bilhetes Individuais, Portaria Provincial n.º 1185, *Boletim Oficial* n.º 21, 1919, 349-351.

*REVOGAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 39666, QUE PROMULGA O ESTATUTO DOS INDÍGENAS PORTUGUESES DAS PROVÍNCIAS DA GUINÉ, ANGOLA E MOÇAMBIQUE*, 1961. Lisboa: Ag. Geral do Ultramar. BNP S.C. 20805 V.

#### 4.2.3.2 Legislação Moçambicana

*ACORDO DE LUSAKA E ALTERAÇÕES À LEI CONSTITUCIONAL RELATIVAS À TRANSFERÊNCIA DOS PODERES DO ESTADO PORTUGUÊS SOBRE MOÇAMBIQUE*. Lourenço Marques: [s.n.], 1974. BNP S.C. 25621 P.

Acordo de Lusaka, 7 de setembro de 1974. *Diário do Governo*, I Série, n.º 210, de 9 de setembro de 1974. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06> [consult. 2 ago. 2015].

Constituição da República. *Boletim da República* n.º 51, I Série, 22 de dezembro de 2004.

Decreto n.º 1/75, de 27 de julho, *Boletim da República* [n.º ?], I Série, de 29 de julho de 1975 [atribuições dos Ministérios da República Popular de Moçambique].

Decreto n.º 27/94, de 20 de julho, *Boletim da República* n.º 29, I Série, [data?] [aprova o Regulamento de Proteção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural da República de Moçambique].

Decreto n.º 66/98, de 8 de dezembro, *Boletim da República* n.º 48, I Série, 3.º Suplemento, de 8 de dezembro [aprova o Regulamento da Lei de Terras e revoga o Decreto n.º 16/87, de 15 de julho] [em linha]. Disponível em: <http://www.oram.co.mz/Aprova-o-Regulamento-da-Lei-de-Terras.pdf> [consult. 2 jun. 2015].

Decreto n.º 60/2006 de 26 de dezembro — Regulamento do Solo Urbano.

Decreto n.º 19/2007, de 18 de julho, *Boletim da República* n.º 29, I Série, de 18 de julho [Lei de Ordenamento do Território] [em linha]. Disponível em: [http://www.oram.co.mz/Lei\\_19-2007\\_de\\_18\\_de\\_Julho.pdf](http://www.oram.co.mz/Lei_19-2007_de_18_de_Julho.pdf) [consult. 2 jun. 2015].

Decreto n.º 23/2008, de 1 de julho, *Boletim da República* n.º 26, I Série, 3.º Supl., de 1 de julho de 2008 [Regulamento da Lei de Ordenamento do Território da República de Moçambique] [em linha]. Disponível em: [http://www.salcaldeira.com/index.php/pt/component/docman/doc\\_download/77-decreto-n-23-08-aprova-o-regulamento-da-lei-de-ordenamento-do-territorio](http://www.salcaldeira.com/index.php/pt/component/docman/doc_download/77-decreto-n-23-08-aprova-o-regulamento-da-lei-de-ordenamento-do-territorio) [consult. 2 jun. 2015].

Decreto n.º 46/2008, de 30 de dezembro, *Boletim da República* n.º 44, I Série, [data?] [classifica como Património Cultural o Local Histórico de Chilembene].

- Decreto n.º 72/2009, de 15 de dezembro, *Boletim da República* n.º 49, I Série, [data?] [aprova o Regulamento do Regime Jurídico Relativo à Proteção, Preservação e Valorização do Património da Luta de Libertação Nacional da República de Moçambique].
- Decreto-Lei n.º 19/97, de 1 de outubro, *Boletim da República* n.º 40, I série, de 7 de outubro [Lei de Terras] [em linha]. Disponível em: <http://www.oram.co.mz/Lei-das-Terras.pdf> [consult. 2 jun. 2015].
- Decreto Presidencial n.º 84/83 de 29 de dezembro, *Boletim da República* n.º 52, I série, de 29 de dezembro de 1983 [criação da Secretaria de Estado da Cultura da República Popular de Moçambique].
- Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de Maio de 1960 — Regulamento Geral das Edificações Urbanas, suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 19, I Série, de 1 de maio de 1960.
- Lei n.º 10/88, de 22 de Dezembro, *Boletim da República Popular de Moçambique* n.º 51, 3.º Suplemento, I Série, de 22 de dezembro de 1988, 13-17 [determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano].
- Lei n.º 2/1997, *Boletim da República* n.º 7, I Série, 18 de fevereiro de 1997 [Lei de Bases das Autarquias].
- Lei n.º 19/2007. *Diário da República*, Maputo [Lei do Ordenamento do Território].
- Portaria n.º 39 de 14 de fevereiro de 1976, *Boletim da República* n.º 18, I Série, de 14 de Fevereiro de 1976 [criação da Direção Nacional de Cultura].
- Posturas Municipais em vigor na Cidade de Maputo [policopiado], 1997, Maputo: MICOA.
- REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1984. OPERAÇÃO PRODUÇÃO. *JUSTIÇA POPULAR, BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA*, (8/9), 3–11.
- Resoluções da Assembleia Municipal e Posturas dos anos 2004 a 2009* [policopiado], 2009, Maputo: Biblioteca Municipal – Conselho Municipal de Maputo.
- Resolução n.º 4/79, de 3 de maio, *Boletim da República* n.º 50, I Série, de 3 de maio de 1979 [cria ao nível de cada Assembleia Provincial, uma comissão de inventariação de lugares históricos existentes na Província].
- Resolução n.º 17/82, de 13 de novembro de 1982, *Boletim da República* n.º 44, I Série, de 13 de novembro de 1982 [aprova a adesão da República Popular de Moçambique à Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural do Mundo da UNESCO].
- Resolução n.º 12/97, de 10 de junho de 1997, *Boletim da República* n.º 23, I Série, 3.º Suplemento, de 10 de junho de 1997 [relativo à Política Cultural e Estratégia da sua Implementação].
- Resolução n.º 18/2007 de 30 de maio, *Boletim da República* n.º 22, I Série, de 30 de maio de 2007 [aprova a Política do Ordenamento do Território].
- Resolução n.º 10/AM/2009 de 25 de novembro, Município de Maputo, Assembleia Municipal [alteração da toponímia dos distritos municipais].
- Resolução n.º 12/1010, de 2 de junho de 2010, *Boletim da República* n.º 22, I Série, de 2 de junho de 2010, 133-138 [aprova a Política de Monumentos].
- Resolução n.º 11/2010, de 2 de junho de 2010, *Boletim da República* n.º 22, I Série, 2 de junho de 2010 [aprova a Política de Museus].

Resolução n.º 42/AM/2006 de 15 de Junho de 2006. MUNICÍPIO DE MAPUTO, ASSEMBLEIA MUNICIPAL [REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA].

#### 4.2.4 Informação disponível na Internet (*sites e blogs*)

- CARRILHO, Júlio, 2010b. “Moçambique: Preservação do Património Cultural”, in Moçambique: actualidade, cultura, história e política moçambicana, africana, portuguesa, lusófona e internacional. Disponível em: <http://mozindico.blogspot.pt/2010/03/mocambique-preservacao-do-patrimonio.html> [consult. 16 jul. 2012].
- “Em Maputo: construção do monumento em memória de Samora Machel dentro dos prazos”, 11 abr. 2010, in *gm54.wordpress.com*. Disponível em: <https://gm54.wordpress.com/tag/monumentos-de-mocambique/> [consult. 20 agos. 2015].
- FERREIRA, Ricardo, 6 agos. 2008. “Profabril – Concurso para Novos Edifícios Públicos em Lourenço Marques – 1972”, in *O Grupo CUF – Elementos para a sua História*. Disponível em <http://industriacuf.blogspot.pt/2008/08/profabril-concurso-para-novos-edificios.html> [consult. 17 jul. 2014].
- GIL, Fernando, 30 jun. 2008. “Samora Machel nomeia 1.º Governo da então RPM”, in *Moçambique para todos*. Disponível em: [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2008/06/samora-machel-n.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/06/samora-machel-n.html) [consult. 14 mar. 2014].
- GIL, Fernando, 18 jul. 2008. “Segundo determinação do Conselho de Ministros: Matchedje já é património nacional”, in *Moçambique para todos*. Disponível em: [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2008/07/segundo-determi.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/07/segundo-determi.html) [consult. 13 nov. 2013].
- GIL, Fernando, 30 agos. 2011. “Praça de Independência receberá Samora Machel”, in *Moçambique para todos*. Disponível em: [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2011/08/praca-da-independencia-recebera-samora-machel.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/08/praca-da-independencia-recebera-samora-machel.html) [consult. 14 agos. 2014].
- GIL, Fernando, Fernando, 6 mar. 2013. “No dia 7 de Março de 1877 um corpo expedicionário de engenharia das Obras Públicas portuguesas desembarca em Lourenço Marques”, in *Moçambique para todos*. Disponível em: [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2013/03/no-dia-7-de-março-de-1877-um-corpo-expedicionário-de-engenharia-das-obras-públicas-portuguesas-desem.html#more](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/03/no-dia-7-de-março-de-1877-um-corpo-expedicionário-de-engenharia-das-obras-públicas-portuguesas-desem.html#more) [consult. 2 set. 2013].
- JAIROCE, Jorge Fernando, 2012. “Museus e o Património Histórico Cultural Moçambicano”, in *Historiando: debates e ideias*. Disponível em: <http://jorgejairoce.blogspot.pt/2012/06/museus-e-o-patrimonio-historico.html> [consult. 24 fev. 2015].
- Melo, António Botelho de, 10 jan. 2010. “A original praia da Polana”, in *The Delagoa Bay Company*. Disponível em: <http://delagoabay.wordpress.com/author/desportodemoambique/page/60/> [consult. 25 mar. 2014].
- Melo, António Botelho de, 7 out. 2010. “A propósito da Fortaleza de Maputo”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayword.wordpress.com/category/portugal-mocambique/> [consult. 17 jul. 2014].
- Melo, António Botelho de, 2 jul. 2011. “Monumento a Mousinho de Albuquerque, anos 50”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-monumento-mouzinho-albuquerque/> [consult. 9 fev. 2014].

- Melo, António Botelho de, 2 jul. 2011. “A sede do Banco Nacional Ultramarino em Lourenço Marques, anos 60”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-casa-coimbra/> [consult. 11 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 21 out. 2011. “Samora Machel vinte cinco anos depois: os eventos e a nota de Fernando Lima”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayword.wordpress.com/category/arquitectura-mocambique/jose-forjaz/> [consult. 9 agos. 2015].
- Melo, António Botelho de, 30 nov. 2011. “O edifício da Câmara Municipal de Lourenço Marques, anos 1950”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-camara-municipal/> [consult. 9 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 20 dez. 2011. “As estátuas que adornavam o edifício da Câmara Municipla de Lourenço Marques”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-camara-municipal/> [consult. 9 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 28 dez. 2011. “A cidade de Maputo, princípio dos anos 1980”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-predio-33-andares/> [consult. 25 mar. 2014].
- Melo, António Botelho de, 2 fev. 2012. “A Bandeira de Lourenço Marques na Monarquia (início do séc. XX) e o Brasão da Cidade em 1962”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/02/02/a-bandeira-de-lourenco-marques-na-monarquia-inicio-do-sec-xx/> [consult. 7 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 20 fev. 2012. “Estátua na Câmara Municipal de Lourenço Marques, anos 1970”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/category/diversos/estatuas-da-camara-municipal-lm/> [consult. 9 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 23 fev. 2012. “A demolição do monumento em honra de Mouzinho de Albuquerque, 1975”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-monumento-mouzinho-albuquerque/> [consult. 7 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 27 fev. 2012. “O monumento a Mouzinho de Albuquerque em Lourenço Marques”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/02/27/o-monumento-a-mouzinho-de-albuquerque-em-lourenco-marques/> [consult. 7 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 6 mar. 2012. “Maputo, há 135 anos, numa terça-feira, dia sete de Março”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayword.wordpress.com/category/maputografia/> [consult. 11 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 10 mar. 2012. “Vista aérea de Lourenço Marques, 1939”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-parque-jose-cabral/> [consult. 11 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 20 mar. 2012a. “O Prédio Montepio em Lourenço Marques, anos 1960”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/03/20/o-predio-montepio-em-lourenco-marques-anos-1960-2/> [consult. 19 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 20 mar. 2012b. “Edifício Pancho Guedes em Lourenço Marques, anos 1960”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/03/20/edificio-moderno-em-lourenco-marques-anos-1960/> [consult. 19 fev. 2014].

- Melo, António Botelho de, 14 abr. 2012. “A construção da Fazenda de Lourenço Marques, 1904”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-biblioteca-municipal/> [consult. 25 set. 2013].
- Melo, António Botelho de, 19 abr. 2012. “A Baixa de Lourenço Marques, anos 1960”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/04/19/a-baixa-de-lourenco-marques-anos-1960-2/> [consult. 9 mar. 2015].
- Melo, António Botelho de, 20 abr. 2012. “Maputo nos anos 80-81”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/04/page/2/> [consult. 17 maio 2014].
- Melo, António Botelho de, 14 maio 2012. “O fim da FACIM em Maputo, 2011”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-facim/> [consult. 17 maio 2014].
- Melo, António Botelho de, 2 jun. 2012. “A Baixa de Lourenço Marques e a Maxaquene, anos 1910”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/06/02/a-baixa-de-lourenco-marques-e-a-maxaquene-anos-1910/> [consult. 25 agos. 2015].
- Melo, António Botelho de, 17 jun. 2012. “O Largo António Enes em Lourenço Marques, 1950”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/06/17/o-largo-antonio-enes-em-lourenco-marques-1950/> [consult. 16 agos. 2014].
- Melo, António Botelho de, 3 set. 2012. “Os Correios e a Repartição das Obras Públicas de Lourenço Marques, 1892”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/09/03/os-correios-e-a-reparticao-das-obras-publicas-de-lourenco-marques-1892/> [consult. 17 jul. 2014].
- Melo, António Botelho de, 20 jul. 2013. “O Hotel Carlton em Lourenço Marques, anos 1920”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2013/07/20/o-hotel-carlton-em-lourenco-marques-anos-1920/> [consult. 17 jul. 2014].
- Melo, António Botelho de, 20 set. 2013. “A Avenida da República, entre o Café Continental e a sede do BNU”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/02/22/a-baixa-de-lourenco-marques-na-avenida-da-republica-anos-1960/> [consult. 6 mar. 2014].
- Melo, António Botelho de, 25 dez. 2013. “A Fachada da Câmara Municipal de Lourenço Marques, anos 1960”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <http://delagoabayworld.wordpress.com> [consult. 9 fev. 2014].
- Melo, António Botelho de, 25 dez. 2013. “A Baixa de Lourenço Marques, meados dos anos 1960”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2013/12/25/a-baixa-de-lourenco-marques-meados-dos-anos-1960/> [consult. 25 agos. 2015].
- Melo, António Botelho de, 1 jan. 2014. “A Avenida Dom Luiz em Lourenço Marques, anos 1960”, in *The Delagoa Bay World*. Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-av-dom-luiz/> [consult. 25 agos. 2015].
- MOASSAB, Andréia, 15 fev. 2013. “Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola”, in *BUALA cultura contemporânea africana*. Disponível em: <file:///Users/machd/Documents/Algumas%20linhas%20sobre%20a%20urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20colonial%20em%20Angola%20%7C%20BUALA%20-%20cultura%20contempor%C3%A2nea%20africana.webarchive> [consult. 16 jul. 2012].
- òyò, 9 mar. 2015. In *Panoramio*. Disponível em: disponível em <http://www.panoramio.com/photo/32617450> [consult. 9 mar. 2015].



- PINTO, Mauro, 13 abr. 2010. “CASA COIMBRA”, in *Ocupações Temporárias*. Disponível em: <http://ocupacoestemporarias.blogspot.pt/2010/04/casa-coimbra.html> [consult. 20 jun. 2012].
- POMAR, Alexandre, 3 fev. 2013. “Luanda 1938 (um álbum)”, in *Alexandre Pomar*. Disponível em [http://alexandrepomar.typepad.com/alexandre\\_pomar/2013/03/luanda-1938-um-álbum.html](http://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/2013/03/luanda-1938-um-álbum.html) [consult. 10 maio 2014].
- SOLLIEN, Silje, 27 set. 2011. “Participation - mapping urban heritage”, in *Macuti*. Disponível em <http://macuti.wordpress.com/2011/09/27/18-participation-mapping-urban-heritage/> [consult. 20 jan. 2012].
- SOLLIEN, Silje, 11 mar. 2013. “À propos the Grand Hotel, Beira”, in *Macuti*. Disponível em <http://macuti.wordpress.com> [consult. 20 jul. 2013].
- VALOI, Estacio, 21 dez. 2010. “Museu Nacional de Etnologia - Nampula: Entrevista ao director do museu de Etnologia em Nampula Guilherme Columba em 23 de dezembro de 2009”, in *eyewitness*. Disponível em: <http://valoie.blogspot.pt/2010/12/museu-nacional-de-etnologia-nampula.html> [consult. 2 mar. 2015].
- WIESER, Doris, 19 set. 2014. “Nós não fizemos o exorcismo da guerra” [entrevista a Nelson Saúte], in *BUALA*. Disponível em: [http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nos-nao-fizemos-o-exorcismo-da-guerra-entrevista-a-nelson-saute?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+buala-pt+%28BUALA+I+Cultura+Contemporânea+Africana%29](http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nos-nao-fizemos-o-exorcismo-da-guerra-entrevista-a-nelson-saute?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+buala-pt+%28BUALA+I+Cultura+Contemporânea+Africana%29) [consult. 20 agos. 2015].

#### 4.2.5 Bibliografia específica Moçambique

- “Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique celebrado em Lusaka em 7 de Setembro de 1974”, 1975. In João REIS; Armando Pedro MUIUANE, *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. Maputo: Imprensa Nacional [2.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada], 187-193.
- ACIS e GIZ Pro-Econ eds., 2008. *O Quadro Legal para Obras de Construção em Moçambique* 1.<sup>a</sup> ed., Maputo.
- “A COLONIZAÇÃO DO VALE DO LIMPOPO”, 1956. *Moçambique: Documentário Trimestral*, (86), 91-93.
- A concessão sommerchild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited*, Pref. António AIRES, 1953. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central. BNP S.C. 16074//8 V. / FAPF-UEM 1657/02.30
- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1966”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1967, (3), 77.
- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1967”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1968, (4), 71-72.
- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1969”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1970, (6), 87-89.
- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1971, (7), 95-96.
- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1971”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1972, (8), 95-97.

- “Aguarde o Plano de Urbanização, Senhor Município”, *Notícias* (Lourenço Marques), 13 de junho de 1954.
- ALBERTO, Caetano, 20 de agosto de 1907. “Viagem de S. A. o Príncipe D. Luiz Filipe às Colónias”, *O Occidente*, XXX (1031), 178-181.
- ALBERTO, Manuel Simões; TOSCANO, Francisco A., 1942. *O Oriente Africano Português: Síntese Cronológica da História de Moçambique*. Lourenço Marques: Minerva Central.
- ALBERTO, Manuel Simões, 1967. “A evolução da construção civil em Tete e sua repercussão no valor das suas obras de defesa”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (3), 51-54.
- ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva, 1998. *Arquitetura Moderna em Moçambique: Inquérito à produção arquitectónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português, 1949-1974* [policopiado], prova final de licenciatura em Arquitetura. Coimbra: Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra. UCFCT Arquitetura 72.036(679)(079.1) ALB
- ALGUNS ASPECTOS DA VIAGEM PRESIDENCIAL ÀS COLÓNIAS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE E ANGOLA*, vols. I e II, 1939. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- “Alguns aspectos do urbanismo no Ultramar”, 1961. Separata da revista *Ultramar*, n.º 5, DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO E HABITAÇÃO (Ministério do Ultramar). Porto: Tipografia Nunes.
- ALGUNS ASPECTOS DA VIAGEM PRESIDENCIAL ÀS COLÓNIAS DE CABO VERDE, S. TOMÉ, MOÇAMBIQUE E ANGOLA E DA VISITA DO CHEFE DE ESTADO À UNIÃO SUL-AFRICANA, REALIZADAS NOS MESES DE JUNHO, JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 1939*, vols. I e II, 1940. Lisboa: Agência Geral das Colónias. BNP H.G. 16513 V. / BNP H.G. 16514 V.
- ALMADA NEGREIROS, 1904. *Le Mozambique*. Paris: Augustin Challamel Libraire – Éditeur / Librairie Maritime et Coloniale.
- AMARAL, Ilídio do, 1969. “Beira, Cidade e Porto do Índico” [em linha], *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, IV(7), 76-93. Disponível em: <http://www.macua.org/beira100anos/beiraindico.pdf> [consult. 12 abr. 2011].
- ANDERSON, Jørgen Eskemose, 2012a. *Understanding “Home Space” in the African city: Socio-economic Study Report*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements (no prelo).
- ANDERSON, Jørgen Eskemose, 2012b. *Understanding “Home Space” in the African city: Built Environment Report*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements.
- ANDERSON, Jørgen Eskemose; JENKINS, Paul (coord.), 2009-2011. *Home Space Maputo* [em linha]. School of Architecture, Copenhagen; School of the Built Environment, Heriot-Watt University/Edinburgh School of Architecture and Landscape Architecture; Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, CEDH-FAPF-UEM; Faculdade de Letras e Ciências Sociais - UEM. Disponível em <http://www.homespace.dk/institutions.html> [consult. 12 jan. 2013].
- ANDRADE, A. Freire, set. 1925. “Trabalho Indígena e as Colónias Portuguesas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1(3), 3-15.
- ANDRADE, Jeronimo Joze Nogueira de (Capitão de Artilharia), 1790. *Descrição da Cappitania de Mossambique. Com a informação, e algumas observaçoens sobre o estado, em que, nos fins do anno de 1789; ficavão os negocios, a População, o Commercio, os Prezídios, e a Administração da*

*Justiça de cada huma das Villas desta Cappitania; e algumas observações particulares*. Códice N.º 588, Biblioteca Pública Municipal do Porto.

ANEXO AO ALBUM DA VIAGEM PRESIDENCIAL À ÁFRICA EM 1939, CORTEJO ALEGÓRICO - FESTIVAL NOCTURNO, ILUMINAÇÕES EM LOURENÇO MARQUES, vol. III, 1940. Lisboa: Agência Geral das Colónias. BNP H.G. 16515 V.

*Anno económico de 1893-1894, Relatório referido a 30 de Junho de 1894 apresentado a Sua Ex.<sup>cia</sup>, o Sñr. Conselheiro Directo Geral da Secretaria do Ministerio da Marinha e Ultramar* [documento manuscrito] (Capitão d'Engenheiros Director das Obras Públicas da Província de Moçambique Henrique Cesar da Silva Barahona e Costa), 30 de jan. de 1895, Lourenço Marques, Direcção de Obras Públicas da Província de Moçambique.

“Arborização e Jardins”, *Notícias* [Lourenço Marques], 23 de junho de 1930, 1.

“Apreciação e aprovação do Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques e do respectivo Regulamento”, 1974. Separata do *Boletim* n.º 11 da Câmara Municipal de Lourenço Marques. Lourenço Marques: [s.n.]. BNP B.A. 5750 V.1.

“A questão do caminho de ferro de Lourenço Marques”, *O Occidente*, 21 de julho de 1889, XII(381). Lisboa: Empreza do Occidente, 165.

*ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, 1987, (2), 168.

ARTUR, Armando, 2014. “Apresentação”, in MACAMO, Solange (dir.), *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura, IX.

“Aterro da Machaquene e Praia da Polana”, *Notícias* [Lourenço Marques], 25 de julho de 1930, 1.

*Avenida Samora Machel, Maputo, Mozambique, Proyecto Constructivo de la remodelación de la Avenida Samora Machel* [suporte digital], jul. 2011. Ajuntament de Barcelona/Município de Maputo-Conselho Municipal.

AZEVEDO, Mário de, 1971. “O Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques (1969)”, Separata do *Boletim* n.º 7 da Câmara Municipal de Lourenço Marques. Lourenço Marques: Empresa Moderna, 38 pp.

BARRADAS, António, 1938. “Aspectos científicos do Congresso Médico de Lourenço Marques”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (16), 5–35.

BARROS, Artur de, 1942. “Dois Documentos Históricos”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (31), 5–11.

BARCA, Alberto da, 1992. *Guia do Atlas Geográfico de Moçambique* 2.<sup>a</sup> ed., [República de Moçambique]: INDE-Editora Escolar.

BERTI, Maurizio, 2003. “La gestione del patrimonio ambientale: sulla via della conservazione africana (The management of environmental assets. On the road to African conservation)”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 4, 65-72.

BERTI, Maurizio, 2009. *Conservazione del patrimonio architettonico di pietra corallina. Conoscenza, restauro e fruizione* [em linha], tesi di dottorato in “Riqualificazione e Recupero Insediativo”. Roma: Facoltà di Architettura Valle Giulia, Università di Roma ‘La Sapienza’, XXII Ciclo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10805/962> [consult. 6 jan. 2011].

BERTI, Maurizio; LAGE, Luís, 2004. “Restauri africani: la conservazione della città di Maputo (African restorations. The conservation of the city of Maputo)”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 6, 22-30.

- BERTI, Maurizio; CARRILHO, Júlio, 2005. “Conservazione del Patrimonio storico e ambientale nell’Africa SubSahariana (Preservation of historical and environmental heritage in Sub-Saharan Africa)”, *ARKOS: Scienza e restauro dell’architettura*, vol. 12, 9-12.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.), 1998-1999. *História da Expansão Portuguesa* 5 vols. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 4.º e 5.º vols.
- BOAHEN, Albert Adu (ed.), 2010. *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial 1880-1935*. 2.ª ed. Brasília: UNESCO.
- BOLÉO, José de Oliveira, 1945. “Geografia das cidades, Lourenço Marques”, Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.ºs 5 e 6, 63.ª série, Lisboa.
- BOLÉO, Oliveira, 1966. “A decantada questão da riqueza mineira e exploração do ouro e prata nos reinos do Monomotapa”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (2), 15-24 .
- BONITO, Jessica, 2011. *ARQUITECTURA MODERNA NA ÁFRICA LUSÓFONA: Recepção e difusão das ideias modernas em Angola e Moçambique*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.
- BOUENE, Felizardo; SANTOS, Maciel, 2006. “O *MODUS VIVENDI* entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909): Um caso de ‘Imperialismo Ferroviário’”, *AFRICANA STUDIA*, (9), 239-268.
- BOTE, Sacadura, 1942. “DIÁRIO DUM GOVERNADOR DE LOURENÇO MARQUES”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (29), 5-29.
- BRANDES, Nikolai, 2013. “Architectural expertise and transnational networks in Maputo, 1960-1987”, in *Transnational Architecture Practice in Africa, Asia, and the Middle East, 1960s-1980s* — Society of Architectural Historians (SAH). Session 66th Annual Conference, Buffalo, NY, April 10-14.
- BRUSCHI, Sandro; SONDEIA, Benjamim Alfredo, 2003a. “Inhambane: un documento di storia urbana che attende di essere riletto”, in BERTI, Maurizio, “La gestione del patrimonio ambientale: Sulla via della conservazione africana”, *ARKOS: Scienza e restauro dell’architettura*, vol. 4, 68.
- BRUSCHI, Sandro; SONDEIA, Benjamim Alfredo (coord.), 2003b. *Inhambane: Elementos de história urbana*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.
- BRUSCHI, Sandro, 2005. “Breve História do Urbanismo Moçambicano”, in BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís, *O desenho das cidades: Moçambique até ao Século XXI*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 26.
- BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís, 2005. *O desenho das cidades: Moçambique até o Século XXI*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.
- BRUSCHI, Sandro; CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís, 2005. *Pemba - as duas cidades*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.
- CABAÇO, José Luís, 2007. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação* [em linha], tese de doutoramento em Antropologia Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/> [consult. 29 fev. 2012].
- CABAÇO, José Luís, 2010a. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 1.ª ed. Maputo: Marimbique.
- CABAÇO, José Luís, 2010b. “O Poeta, o Fotógrafo, o Homem”, in EPM-CELP (dir. editorial), *KOK NAM. O homem por detrás da câmara*. 1.ª ed. Maputo: Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP), 5-7.

- CAETANO, Marcelo, 1954. *Os Nativos na Economia Africana*. 1.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- CAHEN, Michel, 2 jun. 2016. “Mozambique is suffering a military expression of a political problem”, An interview with Fredson Guilengue for the Rosa Luxemburg Foundation of Southern Africa, *Pambazuka News*. Disponível em: <http://www.pambazuka.org/democracy-governance/mozambique-suffering-military-expression-political-problem> [consult. 24 mar. 2016].
- “Câmara Municipal, Sessão de 22 de Julho, Parte poente da cidade”, 25 de julho de 1950. *Notícias* [Lourenço Marques], 5.
- CAPELA, José, 1977. *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, José, 1998. “O Ultimatum na Perspectiva de Moçambique”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 261–279.
- CAPÃO, José, out. 1988. “Ilha de Moçambique: Sem Desenvolvimento não há Conservação”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (4), 13-22.
- CARDOSO, José, 6 jan. 1930. “O período transitório e a obrigação moral do trabalho”, *Notícias* (Lourenço Marques), 1.
- CARDOSO, José, 11 jan. 1930. “A regulamentação do Código do Trabalho Indígena”, *Notícias* (Lourenço Marques), 1.
- CARDOSO, José, 1943. “COMPANHIA DO BOROR”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (35), 91–111.
- CARMONA, Ilda Belo, jun. – ago. 1956a. “Relações entre os portugueses de Moçambique e os “boers” ou holandeses de África”, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas (Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1954), *Moçambique: Documentário Trimestral*, (86), 37-66.
- CARMONA, Ilda Belo, jul. – set. 1956b. “Relações entre os portugueses de Moçambique e os ‘boers’ ou holandeses de África”, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas (Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1954), *Moçambique: Documentário Trimestral*, (87), 27-38.
- CARRILHO, Júlio; BRUSCHI, Sandro; MENEZES, Carlos; LAGE, Luís, 2001. *Um olhar para o habitat informal Moçambicano: de Lichinga a Maputo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (CEDH).
- CARRILHO, Júlio; CANÍ, Anselmo, 2003b. “LA PICCOLA CITTÀ DI IBO: considerazioni su recupero e restauro”, in BERTI, Maurizio, “La gestione del patrimonio ambientale: Sulla via della conservazione africana”, *ARKOS: Scienza e restauro dell’architettura*, vol. 4, 71-72.
- CARRILHO, Júlio, 2003a. “Apresentações”, in CORVAJA, Luigi, *Maputo: Desenho e Arquitectura*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF. Tradução por Matteo Angius e Fernanda Angius do original em italiano de 1998 (*Maputo città capitale del Mozambico: disegno e architettura*, Roma: Fratelli Palombi Editori), 6-7.
- CARRILHO, Júlio, 2005a. *Arquitectura e Ambiente: Preexistências, transformações e desenvolvimento sustentável. O caso da Ilha do Ibo* [em linha], tesi di dottorato in “Progettazione Ambientale”. Roma: Università di Roma “La Sapienza.” Disponível em: <http://hdl.handle.net/10805/730> [consult. 13 jul. 2012].
- CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), 2005b. *IBO, a casa e o tempo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF.

- CARRILHO, Júlio, 2010a. “Preâmbulo”, LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 5-6.
- CARRILHO, Júlio, 2010b. “Moçambique: Preservação do Património Cultural”, *Moçambique: actualidade, cultura, história e política moçambicana, africana, portuguesa, lusófona e internacional* [em linha]. Disponível em: <http://mozindico.blogspot.pt/2010/03/mocambique-preservacao-do-patrimonio.html> [consult. 16 jul. 2012].
- CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís, 2011. “Do Ibo e da Ilha ao Maputo: Arquitecturas urbanas em Moçambique”, in FERNANDES, José Manuel (org.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio, 109-119.
- CASAL, Adolfo Yánez, 1996. *Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- CASTELA, Tiago; MATSIPA, Mpho; MENESES, Ana Paula (orgs.), 2014. *Urban Aspirations in Colonial/Postcolonial Mozambique: Understanding Planning and Government in Unequally Divided Cities* [em linha]. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/projectos/index.php?prj=7425&id\\_lingua=2&pag=eventos](http://www.ces.uc.pt/projectos/index.php?prj=7425&id_lingua=2&pag=eventos) [consult. 15 jul. 2013].
- CASTELO, Cláudia, 2005. *PASSAGENS PARA A ÁFRICA PORTUGUESA: O POVOAMENTO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE COM NATURAIS DA METRÓPOLE (c. 1920-1974)* [policopiado], tese de doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Histórica). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- CASTELO, Cláudia, 2007. *PASSAGENS PARA ÁFRICA: O POVOAMENTO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE COM NATURAIS DA METRÓPOLE (1920-1974)*. 1.ª ed. Porto: Edições Afrontamento.
- CASTILHO, Augusto de, 1880. *O distrito de Lourenço Marques no presente e no futuro*. 1.ª ed. Lisboa: Casa da Sociedade de Geographia.
- CASTILHO, Augusto de, 1895. “Lourenço Marques”, *Portugal em África*, (13), Lisboa. AHU R 178.
- CASTRO, Maria João Roque e, 2007. *A viagem e a arte em Portugal no Estado Novo: as visitas presidenciais às ex-colónias*, dissertação de mestrado em História de Arte Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO ITINERANTE, CARTOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA, COMEMORATIVA DO V CENTENÁRIO DA ESTADA DE CAMÕES NA ILHA DE MOÇAMBIQUE*/ Pref. Alberto IRIA, 1969. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino. BNP CAM. 715 V.
- Catálogo de Bens Patrimoniais da Baixa [Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo]* [inédito], 11 de jun. de 2014. Maputo: Conselho Municipal de Maputo, Cardno/DCU/CEDH, 347 pp.
- CEDH - CENTRO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO DO HABITAT, 2006. *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação e Proposta de Estratégias de Intervenção* [em linha]. Maputo: Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT); Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA); UN-HABITAT. Disponível em: [http://www.sarpn.org/documents/d0002452/Mozambique\\_cities\\_slums\\_2006\\_Portuguese.pdf](http://www.sarpn.org/documents/d0002452/Mozambique_cities_slums_2006_Portuguese.pdf) [consult. 2 out. 2013].
- “Centenário da Cidade de Maputo 1887-1987”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, 1987, n.º 2 Especial e Suplemento. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

“Chaimite, a História”, 7 mar. 1982. *Notícias* [Maputo], [?].

CLARENCE-SMITH, William Gervase, 1990. *O Terceiro Império Português 1825-1975*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Teorema. Tradução por Maria João Pinto do original em inglês de 1985 (*The third Portuguese empire*, Manchester: Manchester University Press).

*Considerações sobre Gestão do Património Classificado, Casos da Cidade do Maputo, Projecto Inventário do Património Edificado de Maputo* [inédito], 2011. Maputo, FAPF.

CORREIA, A. B. Ramalho, 1956. *As Indústrias de Moçambique, através do seu pavilhão na Exposição das Actividades Económicas, Beira, 1956*, Lourenço Marques, Separata do *Diário de Moçambique*.

CORTÊS, Carla; MOREIRA, Fernando Dinis, 2011. “Moderno Brasileiro em Moçambique, 1950-1975: a importação de uma imagem” [em linha], in *9.º Seminário DOCOMOMO Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do património recente*, Brasília, 7 a 11 de junho de 2011. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario\\_9/pdfs/057\\_M20\\_RM-ModernoBrasileiroEmMocambique-ART\\_carla\\_cortes-1.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario_9/pdfs/057_M20_RM-ModernoBrasileiroEmMocambique-ART_carla_cortes-1.pdf) [consult. 5 maio 2012].

CORVAJA, Luigi, 2003. *Maputo: Desenho e Arquitectura*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF. Tradução por Matteo Angius e Fernanda Angius do original em italiano de 1998 (*Maputo città capitale del Mozambico: disegno e architettura*, Roma: Fratelli Palombi Editori).

COSTA, Alda; TORCATO, Maria de Lurdes, dez. 1997. “Os equívocos e as insuficiências”, *MoçAmbiente*, 11-13.

COSTA, Alda, 2005. Verbete “Arte em Moçambique”, *Dicionário da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 107-111.

COSTA, Alda, 2013. *Arte em Moçambique: Entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras (1932-2004)*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: BABEL .

COSTA, Ana Bénard da, 2002. *Famílias na periferia de Maputo: Estratégias de Sobrevivência e Reprodução Social* [policopiado], tese de doutoramento em Estudos Africanos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

COSTA, Ana Bénard da, 2007. *O Preço da Sombra. Sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte.

COSTA, Ana Bénard da, et al., 1992. *Moçambique, o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e o Impacte no Desenvolvimento Agrícola: Condicionalismos e Potencialidades* [policopiado]. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

COSTA, Ana Bénard da; BIZA, Adriano, 2012. *Understanding ‘Home Space’ in the African City. Ethnografic Report. Home Space as a Social Construct* [em linha]. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture. Disponível em: [http://www.homespace.dk/tl\\_files/uploads/publications/Full\\_reports/HomeSpace\\_Ethnographic\\_Report\\_text.pdf](http://www.homespace.dk/tl_files/uploads/publications/Full_reports/HomeSpace_Ethnographic_Report_text.pdf) [consult. 15 jul. 2015].

COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires, 2014. *História da Expansão e do Império Português*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.

COSTA, Mário Augusto, 1927. “Gráficos representativos do n.º de casas de Lourenço Marques em épocas sucessivas da cidade compreendendo as suas áreas habitadas desde 1787”, *Boletim Económico e estatístico* (Lourenço Marques), série especial, n.º 3. SGL 59-C-1.

- COSTA, Mário Augusto da, 1940. *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique*. 1.ª ed. Beira: Imprensa da Companhia de Moçambique.
- COSTA, Reis, 1935. “Lourenço Marques”, *Moçambique: Documentário trimestral*, (1), 57-87.
- COUTO, Mía, 1999. “As Janelas do Arquitecto”, in FORJAZ, José, *Entre o adobe e o aço inox*. 1.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 11.
- COVANE, Luís António, 1987. “Lourenço Marques e o Transvaal, 1852-1928”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 76-84.
- COVANE, Luís, 1998. “Conquista Colonial e Trabalho Migratório no Sul de Moçambique, 1895-1920”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 155–172.
- “Crónica do Trimestre” jul.-set. 1938. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (15), 103-50. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N015&p=103> [consult. 10 jan. 2013].
- “Crónica do Trimestre: Arquivo Histórico de Moçambique”, jun. 1939. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (18), 151-152, 167-169. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N018&p=152> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre, COLONIZAÇÃO DO LIMPOPO”, 1954. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (79), 135. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N079&p=136> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Colonização e Fomento, Monumentos Históricos de Moçambique”, abr.-jun. 1942. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (30), 144–145. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N030&p=145> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica Trimestral: CONCESSÃO DE TERRENOS DO ESTADO” out.-dez. 1944. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (40), 135-141. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N040&p=135> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Glorificação de Mousinho de Albuquerque”, 1940. *Moçambique: Documentário Trimestral*, (24), 92-105. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N024&p=93> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Lourenço Marques, Quatro datas, Feitoria-Presídio, Vila-Cidade”, out.-dez. 1937. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (12), 116–140. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N012&p=117> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: MONUMENTOS E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE” jan.-mar. 1943. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (33), 143–144. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N033&p=144> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: MONUMENTOS E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE” abr.-jun. 1943. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (34), 121–123. Disponível em: [%5B](http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N034&p=122) [consult. 2 mar. 2014].



- “Crónica do Trimestre: Política e Administração, vida Social, Colonização, Economia, Livros e Publicações, jan.-mar. 1945. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (41), 119-145 . Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N041&p=120> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Resenha de 1938”, out.-dez. 1938. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (16), 121. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N016&p=122> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre: Vida administrativa, A Divisão administrativa da Colónia”, abr.-jun. 1942. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (30), 125–129. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N030&p=126> [consult. 2 mar. 2014].
- “Crónica do Trimestre, Zona de Colonização do Vale do Maputo”, 1955. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (81), 171. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N081&p=172> [consult. 2 mar. 2014].
- “CULTURA, Zona protegida da baixa da cidade de Maputo, Ministério da Cultura inicia processo de divulgação do património edificado”, [Jornal] *O País*, 25 de junho de 2013, 24.
- CRUZ, Catarina Marina Torres, 2003. *DESENVOLVIMENTO URBANO E NATUREZA: Contribuição para a sua articulação harmónica em Moçambique. Caso de estudo Marracuene – Província de Maputo* [policopiado], dissertação de mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano. Porto: FAUP/FEUP.
- DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS INERENTES À PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO CLASSIFICADO* [documento policopiado], 30 de junho de 1993. Maputo: Departamento de Monumentos da Direção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura e Juventude.
- Diário da Viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe 1964*, 1965. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- DIERNA, Salvatore, 2003. “Identità e tradizione negli insediamenti, Inhambane e Ibo”, in BERTI, Maurizio, “La gestione del patrimonio ambientale: sulla via della conservazione africana”, *ARKOS: Scienza e restauro dell’architettura*, vol. 4, 66–67.
- DIERNA, Salvatore, 2005a. “A Questão Ambiental: princípios e práticas para uma Arquitectura e uma Cidade sustentável no Sul do mundo”, in FORJAZ, José, *Arquitectura, Ambiente e Sobrevivência*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 5-17.
- DIERNA, Salvatore, 2005b. “A Ilha reencontrada: ambiente e cultura do habitar”, in CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), *IBO, a casa e o tempo*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 6-9.
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANISMO E HABITAÇÃO (Ministério do Ultramar), 1961. “Alguns aspectos do urbanismo no Ultramar”. Separata da *Revista Ultramar*, n.º 5. Porto: Tipografia Nunes.
- DIREITO, Bárbara, 2014. “Caçados e caçadores nas fotografias do arquivo da Companhia de Moçambique”, VICENTE, Filipa Lowndes (org.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. 1.ª ed. Lisboa: Edições 70, 141–155.
- “Discursos de S. Exa. o Sr. Presidente da República: na Câmara Municipal da Beira em 28 de Julho”, *Boletim Geral das Colónias*, out. de 1939, XV(172), 60-63.
- “Discursos do Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Moçambique : na inauguração da exposição organizada pela Companhia de Moçambique, em 30 de Julho”, *Boletim Geral das Colónias*, out. de 1939, XV(172), 98-104.

- DOMINGOS, Nuno, 2013. “A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão-de-obra em Lourenço Marques”, in DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (orgs.), *Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições 70, 59–112.
- DOMINGOS, Nuno, [s.d.]. *CULTURA POPULAR URBANA E CONFIGURAÇÕES IMPERIAIS, O IMPÉRIO COLONIAL EM QUESTÃO (SÉCS. XIX-XX)* [em linha], 391-422. Disponível em: [http://www.academia.edu/5193994/Cultura\\_Popular\\_Urbana\\_e\\_Configuracoes\\_Impediais](http://www.academia.edu/5193994/Cultura_Popular_Urbana_e_Configuracoes_Impediais) [consult. 17 maio 2014].
- DOMINGOS, NUNO; PERALTA, Elsa, 2013. “A Cidade e o Colonial”, in Nuno DOMINGOS; Elsa PERALTA (orgs.), *Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*. [edição?] Lisboa: Edições 70, IX–L.
- DUARTE, Elvino A. A. Dias, 1972. “Na inauguração do Museu Geográfico Gago Coutinho e Sacadura Cabral”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (8), 85–94.
- “Em Maputo: construção do monumento em memória de Samora Machel dentro dos prazos” [em linha], 11 abr. 2010, *gm54.wordpress.com*. Disponível em: <https://gm54.wordpress.com/tag/monumentos-de-mocambique/> [consult. 20 agos. 2015].
- ENNES, António, 1898. *A Guerra d’África em 1895: Memórias*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Typographia do Dia. BNP H.G. 489 V.
- ENNES, António, 1896. *Providências publicadas pelo commissário régio na província de Moçambique, Conselheiro António José Ennes, desde 1 de Janeiro até 18 de Dezembro de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional. BNP S.C. 3924 V.
- ENNES, António, 1945. *A Guerra de África em 1895 (Memórias)*; Pref. de Afonso Lopes VIEIRA; Estudo de Paiva COUCEIRO, e algumas Cartas inéditas. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: [s.n.], 1.<sup>a</sup> ed. 1898, Lisboa: Imprensa Nacional. BNP H.G. 17660 V.
- ENNES, António, 1946. *Moçambique*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1.<sup>a</sup> ed. 1893. BNP S.C. 13300 V.
- ESTATUTOS: Fomento Predial de Moçambique*, 1956. Lourenço Marques: [s.n.]. BNP S.C. 17483 P.
- Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Primeira Parte, Análise* [policopiado], janeiro de 1984a. Maputo: Secretaria de Estado da Cultura - Gabinete de Conservação e Restauro.
- Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Segunda Parte, Proposta* [policopiado], janeiro de 1984b. Maputo: Secretaria de Estado da Cultura - Gabinete de Conservação e Restauro.
- Expedição/ Conselheiro/ Marianno de Carvalho/ Estudos do Saneamento/ da Cidade/ de/ Lourenço Marques/ Desenhos e Expedição/ Conselheiro/ Mariano de Carvalho/ Estudos do Saneamento/ da Cidade/ de/ Lourenço Marques/ Peças escriptas*, 7 vols., 1892 [documento manuscrito]. AHU\_3038\_1A\_SEMU\_DGU\_MÇ\_1904-1908
- Exposição-Feira Angola 1938/Álbum comemorativo da exposição-feira de Angola, XCMXXXVIII*. 1.<sup>a</sup> ed. Luanda: [s.n.] Litografia Nacional do Porto.
- EXPOSIÇÃO-FEIRA DE LUANDA*, 1938. *GUIA DA EXPOSIÇÃO-FEIRA DE ANGOLA, Luanda, Agosto de 1938*. 1.<sup>a</sup> ed. Luanda: [s.n.] (Edição da Agência Técnica de Publicidade). BNP S.C. 11805//27 V.
- FACIM 66*, 9 de jul. de 1966. *Boletim Informativo da Feira Agro-Pecuária Comercial e Industrial de Moçambique*, n.º 1.
- FEIJÓ, João, 2010. *DO PASSADO COLONIAL À INDEPENDÊNCIA* 2.<sup>a</sup> ed., Maputo: Alcance Editores.

- FERNANDES, José Manuel, 1996. “Siete obras modernas de Ultramar português”, in AA.VV. *La arquitectura del Movimiento Moderno. Registro DOCOMOMO Ibérico, 1925-1965*. 1.<sup>a</sup> ed. Barcelona: Fundación Mies van der Rohe, 328.
- FERNANDES, José Manuel, 2002. *Geração africana: arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- FERNANDES, José Manuel, 2005. *Arquitectura e urbanismo na África Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caleidoscópio.
- FERNANDES, José Manuel, 2006. *Arquitectos do Século XX: Da Tradição à Modernidade*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caleidoscópio.
- FERNANDES, José Manuel, 2008. “João José Tinoco - O Moderno em África”, in VELOSO, António Matos; FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes, *João José Tinoco. Arquitecturas em África*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte, 33-100.
- FERNANDES, José Manuel, 2009. “Arquitectura Moderna na África colonial de expressão portuguesa, in PORTUGAL BIA’09, *Cinco áfricas, cinco escolas*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Ministério da Cultura - Direcção-Geral das Artes. Representação oficial portuguesa na 8.<sup>a</sup> Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo, 68-75.
- FERNANDES, José Manuel, 2010. “Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura”, in MATTOSO, José (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 183-591.
- FERNANDES, José Manuel (ed.), 2011. *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio.
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NEVES, Olga Iglésias, 2006. *Moçambique 1875/1975: Cidades, Território e Arquitecturas*. Lisboa: Ed. Autor.
- FERNANDES, José Manuel *et al.*, [s.d.]. “Maputo [Lourenço Marques]: Historical Background and Urbanism”, *Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa* [em linha]. Disponível em: [www.hpip.org](http://www.hpip.org) [consult. 20 jun. 2012].
- FERNANDES, Maria Regina Pinto, 1966. Apontamentos para a história de Inhambane sob D. Miguel, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (2), 31-50.
- FERNANDES, Miguel Santiago, 2007. *Pancho Guedes - Metamorfoses Espaciais*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- FERREIRA, André Renga Faria, 2006. *Obras Públicas e Moçambique: Inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961* [policopiado], dissertação de mestrado em Arquitectura. Coimbra: Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, André Renga Faria, 2008. *Obras Públicas em Moçambique: Inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Lusófonas.
- FERREIRA, Francisco Manuel Diniz Vieira Seabra, 2013. *Reabilitação de Edifícios do Movimento Moderno em Maputo*, dissertação de Mestrado em Construção e Reabilitação. Lisboa: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.
- FERREIRA, Zara, 2012. *O MODERNO E O CLIMA NA ÁFRICA LUSÓFONA. Arquitectura escolar em Moçambique: o programa de Fernando Mesquita (1955-1975)*, dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

- FIGUEIRA, Jorge, 2009. *A Periferia Perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60- Anos 80* [em linha], tese de doutoramento em Arquitectura. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10228> [consult. 2 mar. 2012].
- FIGUEIRA, Jorge, 2015. *A Periferia Perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960- 1980*. Casal de Cambra: Caleidoscopio.
- FIRST, Ruth (dir.), 1977. *O Mineiro Moçambicano: Um estudo sobre a exportação de mão de obra* [em linha]. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. Disponível em: <http://www.ruthfirstpapers.org.uk/pt/content/423> [consult. 4 jun. 2014].
- FONSECA, Pedro Quirino da, 1968. “Breves notas sobre a evolução da habitação e construção em Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (4), 45–48.
- FONSECA, Pedro Quirino da, 1972. “Algumas descobertas de interesse histórico-arqueológico na Ilha de Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (8), 55–71.
- FONSECA, Pedro Quirino da, 2011. “Urbanismo e Arquitectura em Angola no século XX: Processos de Transformação do Território”, in FERNANDES, José Manuel (ed.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio, 69-77.
- FONTE, Maria Manuela Afonso de, 2007. *Urbanismo e Arquitectura em Angola no século XX: de Norton de Matos à Revolução* [Em linha], tese de doutoramento em planeamento urbanístico. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa (FA.UTL). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/2027> [consult. 18 maio 2013].
- FONTE, Maria Manuela Afonso da, 2011. Urbanismo e Arquitectura em Angola no século XX: Processos de Transformação do Território, in FERNANDES, José Manuel (ed.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa / Caleidoscópio, 69-77.
- FORJAZ, José, 1985. “A Planificação Física em Moçambique Independente”, in *José Forjaz Arquitectos* [em linha]. Disponível em: <http://www.joseforजारquitectos.com/textos/planmocind.html> [consult. 13 jun. 2015].
- FORJAZ, José, 1997. “Património — Que atitude?”, *Novo MoçAmbiente*, (21), 4–8.
- FORJAZ, José, 1999. *Entre o adobe e o aço inox. Ideias e projectos*. 1.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- FORJAZ, José, 2003. “Prefácio”, in SPINA, Maria; JOAQUIM, Vicente (coord.), *Antigo Bairro Militar de Maputo*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 5.
- FORJAZ, José, 2005a. *Arquitectura, Ambiente e Sobrevivência*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.
- FORJAZ, José, 2005b. [S.t.], in BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís, *O desenho das cidades: Moçambique até ao Século XXI*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 6.
- FORJAZ, José, 2005c. “Apresentação”, in CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), *IBO, a casa e o tempo*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 4-5.
- FORJAZ, José, 2006. “Praça da Independência, Maputo, Moçambique”, in *José Forjaz Arquitectos* [em linha]. Disponível em: <http://www.joseforजारquitectos.com> [consult. 20 agos. 2015].

- FORJAZ, José, 2012. *José Forjaz: a paixão do tangível, uma poética do espaço*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Escola Portuguesa de Moçambique, Centro de Ensino de Língua Portuguesa (EPM – CELP).
- “Fortalezas de Moçambique: O Forte Princesa Amélia em Massangano”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, 1951, (65), 79–89.
- “Fortalezas de Moçambique - Praça de S. Caetano de Sofala”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, 1951, (66), 69–86.
- FORTUNA, Carlos, 1998. “A Construção Histórica de Uma Periferia: Moçambique e a Questão do Algodão ao Longo do Século XX”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 127–154.
- FOWLER, C. S., 1887. *VIEWS OF LOURENÇO MARQUES (DELAGOA BAY) AND TRANSVAAL RAILWAY: PRESENTED BY COLONEL E. MC MURDO*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional. BNP – Iconografia EA-84-V.
- FRANCISCO, Fernando, 2009. *Desorganização Social, Degradação do Meio Urbano e Sentimento de Insegurança na Cidade de Maputo. O Caso do Distrito Municipal n.º1*, dissertação de mestrado em Direito e Segurança [suporte digital]. Lisboa: Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa.
- FRELIMO, 1968. Estatutos e Programa da Frente de Libertação de Moçambique [II Congresso da FRELIMO, 20-25 de julho de 1968, Província do Niassa], in João REIS e Armando Pedro MUIUANE org. e compil., *Datas e Documentos da História da FRELIMO*, 1975, [Maputo]: Imprensa Nacional: 93-107.
- FRY, Peter, jun. 2011. “Pontos de vista sobre a descolonização em Moçambique” [em linha], *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (26), 207-211. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092011000200012&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000200012&nrm=iso) [consult. 6 jan. 2012].
- GALVÃO, Henrique, 1934a. *Albúm Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Litografia Nacional.
- GALVÃO, Henrique, 1934b. *Albúm Fotográfico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: Litografia Nacional.
- GALVÃO, João Alexandre Lopes, 1920. *Província de Moçambique: As Obras Públicas e o Fomento da Província em 1918/ Relatório da Inspeção das Obras Públicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade. BSGL 13-G-436
- GALVÃO, João Alexandre Lopes, set. 1925. “O Regime de Mão de Obra Indígena em Moçambique”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1(3), 116-128.
- GARCIA, António, 1971. “Ermita de Nossa Senhora do Baluarte, a mais linda e antiga Igreja de Moçambique, 1522”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (7), 43–48.
- GENTILI, Anna Maria, 1985. “DA LOURENÇO MARQUES A MAPUTO: LA TRASFORMAZIONE DELLE AREE AGRICOLE SUBURBANE”, *Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell'Istituto italiano per l'Africa e l'Oriente* [em linha], Anno 40, (2), 183-219. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40759804> [consult. 30 set. 2013].
- GIL, Fernando, 30 de agosto de 2011. “Praça de Independência receberá Samora Machel”, in *Moçambique para todos* [em linha]. Disponível em:

[http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2011/08/praca-da-independencia-recebera-samora-machel.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/08/praca-da-independencia-recebera-samora-machel.html)

- GRAÇA, Pedro Borges, 2005. *A construção da nação em África (Ambivalência Cultural em Moçambique)*. 1.ª ed. Coimbra: Almedina.
- GUEDES, Pancho, 2007. *MANIFESTOS, ENSAIOS, FALAS, PUBLICAÇÕES MANIFESTOS, PAPERS, LECTURES, PUBLICATIONS*; texto de Ana Vaz Milheiro. 1.ª ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. Tradução por João Francisco Carvalhais (texto bilingue). BNP B.A. 29691 V.
- GUEDES, Pedro (ed.), 2009. *Pancho Guedes: Vitruvius mozambicanus* (catálogo da exposição homónima). 1.ª ed. Lisboa: Museu Coleção Berardo.
- GUERREIRO, Alcântara, 1952. “QUADROS DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (71), 81–107.
- GUTERRES, José de Brito, 1939. “A pecuária no Sul do Save”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (19), 85.
- HEDGES, David (coord.), 1999. *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. 2.ª ed. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, vol. 2, 1.ª ed. 1993.
- HENRIQUES, Cristina Delgado, 2008. Maputo, cinco décadas de mudança territorial. O uso do solo observado por tecnologias de informação geográfica, Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.
- HENRIQUES, Isabel de Castro, 1998. *Espaços e cidades em Moçambique*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Housing and Living Conditions in Peri-Urban Areas of Maputo City* – UNDP/UNCHS (Habitat), Project MOZ/86/005, 1991.
- IBRAIMO, Maimuna A., nov. 1994. *Crescimento da População Urbana e Problemas de Urbanização da Cidade de Maputo*, Série População e Desenvolvimento, Documento n.º 11, Unidade da População, Direcção Nacional de Estatística, Maputo.
- “Igrejas e Capelas de Moçambique”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, 1937, (10), 57–84.
- “Interesses indígenas em Moçambique”, 1909, Suplemento Colonial ao *Portugal em África*, (199), 103–105.
- “INQUÉRITO”, *Notícias*, 6 de maio de 1975, 3.
- “INQUÉRITO”, *Notícias*, 7 de maio de 1975, 3.
- “INQUÉRITO”, *Notícias*, 8 de maio de 1975, 3.
- “INQUÉRITO”, *Notícias*, 9 de maio de 1975, 3.
- ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara, 1983. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. 1.ª ed. Boulder, CO (Colorado): Westview Press.
- ISSAK, Aíssa, 2006. “Museus como Unidades Documentais: Seu Papel na Educação da Comunidade” [em linha], in 3.º Seminário Regional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, Xai-Xai, 18 a 27 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1676/1/Museus.pdf> [consult. 23 fev. 2015].
- JAIROCE, Jorge Fernando, 2012. “Museus e o Património Histórico Cultural Moçambicano”, in *Historiando: debates e ideias* [em linha]. Disponível em:

<http://jorgejairoce.blogspot.pt/2012/06/museus-e-o-patrimonio-historico.html> [consult. 24 fev. 2015].

“Jardim Municipal”, *Notícias* [Lourenço Marques], 17 de julho de 1930, 5.

JENKINS, Paul, 2009. “Xilunguine, Lourenço Marques, Maputo: Structure and Agency in Urban Form: Past, Present and Future”, in BAKKER, K.A. (ed.) *African Perspectives 2009 – The African City Centre: [Re] sourced*, University of Pretoria/Thswane, 24-28.

JENKINS, Paul, 2012. “Maputo and Luanda”, in BEKKER, Simon; THERBORN, Goran (eds.), *Capital Cities in Africa: Power and Powerlessness*. 1.<sup>a</sup> ed. Cape Town: HSRC Press, CODESRIA, 142-166.

JENKINS, Paul, 2012. *Understanding “Home Space” in the African city: Context Report*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements.

JENKINS, Paul, 2012. *Understanding “Home Space” in the African city: Synthesis Report*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements.

JENKINS, Paul, 2013. *Urbanization, Urbanism, and Urbanity in an African City: Home Spaces and House Cultures*. 1.<sup>a</sup> ed. New York: Palgrave Macmillan.

JENKINS, Paul, 14 jul. 2014. “Alternative conceptions of planning and their relevance for sub-Saharan cities: case study of Maputo”, conferência proferida no auditório do Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL) em 14 de julho de 2014, associada ao Colóquio *Urban Aspirations in Colonial/Postcolonial Mozambique: Understanding Planning and Government in Unequally Divided Cities*, organizado por Tiago Castela e Maria Paula Meneses.

JOPELA, Albino P. de J., 2006. *Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres do distrito de Manica, 1943-2005*, dissertação de licenciatura em História. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

JOPELA, Albino P. de J., 2014. “Custódia Tradicional do Património Cultural Imóvel”, in MACAMO, Solange (dir.), *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura, 55-58.

JORGE, Sílvia; MELO, Vanessa, 2014. “Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo”, *Cadernos de Estudos Africanos* [em linha], (27), 55-77. Disponível em <http://cea.revues.org/1488>; DOI : 10.4000/cea.1488 [consult. 2 fev. 2015].

JUNOD, Henri Alexandre, 1996. *Usos e Costumes dos Bantu* 2 Tomos. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Tomo I.

KNOPFLI, Rui, 1972. *A Ilha de Próspero*, Pref. de Alexandre LOBATO. 1.<sup>a</sup> ed. Lourenço Marques: Minerva Central. BNP L. 6454 A.

LAGAE, Johan; AVERMAETE, Tom, 2010. “Editorial L’Afrique, c’est chic”, *OASE #82 - L’Afrique, c’est Chic. Architecture Planning in Africa 1950-1970*, (82), 1-4.

LAGE, Luís, 2005. “Maputo: História de uma cidade e da sua arquitectura”, in BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís, *O desenho das cidades: Moçambique até o Século XXI*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, 81-95.

LAGE, Luís, 2006. *A morfologia urbana como matriz da forma arquitectónica em Maputo*, tesi di dottorato in “Rilevamento, Analisi e Rappresentazione dell’Architettura e dell’Ambiente”. Roma: Università di Roma “La Sapienza”, XVIII Ciclo.

- LAGE, Luís, 2010. “Prefácio”, in LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 3-4.
- LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), 2010. *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.
- LAGE, Luís e BALOJI, Sammy, 2010. Strolling through Time on the Avenida Lenine, Maputo (Mozambique). *OASE #82 - L’Afrique, c’est chic. Architecture and Planning in Africa 1950-1970*, (82), 101-114.
- LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord. geral), 2013. *Beira - Catálogo de Património Urbanístico e Arquitetónico/ Catalogue of Urban and Architectural Heritage*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF. Tradução e revisão por Ana Anjo (texto bilingue).
- LAZARUS Photographers, J. & M. (ed.), 1901. *A Souvenir of Lourenço Marques: An Album of Views of the Town*. Lourenço Marques.
- LIESEGANG, Gerhard, 1987. “Lourenço Marques antes de 1895”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, Maputo, (2), 19-75.
- LIESEGANG, Gerhard, 2000. “The Arquivo Histórico de Moçambique and Historical Research in Maputo”, *History in Africa*, vol. 27, 471–477.
- LEMONS, Manuel Jorge Correia de, 1987. “Maputo, deste lado da baía. Considerações sobre a toponímia da cidade”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, 2, 5-18.
- LETELLIER, Pascal; JORDANE, Bertrand (textos); BASTO, Luís (fotografia), 2005. *Voyage au Mozambique. MAPUTO*. 1.ª ed. Paris: Éditions du Garde-Temps.
- LIMA, A. A. Lisboa de, 1925. “Caminho de Ferro da Suazilândia”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, I(1), 13-25.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1966. *Edifícios Históricos de Lourenço Marques*. 1.ª ed. Lourenço Marques: Livraria e Tipografia Académica. BNP H.G. 30142 V.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1966. *Lourenço Marques, 1830*, Coleção Turismo (9). 1.ª ed. Lourenço Marques: Editorial de Publicações Turísticas.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1966. *Lourenço Marques*. Lisboa: Olisipo, Editorial de publicações turísticas.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1967. *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*. 1.ª ed. Lourenço Marques: Câmara Municipal.
- LIMA, Alfredo Pereira de, agos. 1968. “Casas que fizeram Lourenço Marques”, Separata de *STVDIA* – Revista quadrimestral, 24. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1969. “Síntese histórica da formação urbanística de Lourenço Marques” [documento datilografado], *Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques* vol. VI, Peça n.º 40, 29 pp. não numeradas.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1971. *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique* 3 vols. 1.ª ed. Lourenço Marques: Edição da Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, vols. I e III. BNP S.A. 43996 V.



- LIMA, Alfredo Pereira de, 1972. *Pedras que já não falam*. 1.<sup>a</sup> ed. Lourenço Marques: Tipografia Notícias.
- LIMA, Alfredo Pereira de, 1974. *Para a história das comunicações em Lourenço Marques*. 1.<sup>a</sup> ed. Lourenço Marques: [s.n.], 155-162.
- LIMA, Artur de Barros, 1942. “Dois documentos Históricos”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (31), 5-11.
- LOBATO, Alexandre, 1945. “A ILHA DE MOÇAMBIQUE (MONOGRAFIA)”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (42), 5–152.
- LOBATO, Alexandre, 1948. *História da Fundação de Lourenço Marques*. Lisboa: Revista «Lusitânia». BNP H.G. 27835 P.
- LOBATO, Alexandre, 1953. *Aspectos de Moçambique no antigo regime colonial*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Portugal.
- LOBATO, Alexandre, 1954. *Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530* 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, vol. II, 187.
- LOBATO, Alexandre, 1961. *Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. BNP H.G. 31376 P./ BNP H.G. 48901 V.
- LOBATO, Alexandre, 1970. “Conservar e Modernizar, na Ilha de Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (6), 7-10.
- LOBATO, Alexandre, 1970. *Lourenço Marques, Xilunguine: biografia da cidade*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar. BACG M226/ BNP C.G. 10225 V.
- LOBATO, Alexandre, 1971. “No centenário de Neutel de Abreu: Sobre as causas da ocupação tardia do norte num relance pela história de Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (7), 7–21.
- LÔBO, Margarida Sousa, 1995. *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: FAUP e DGOTDU.
- LONGLE, Armando, 1887. *DO SANEAMENTO/ E/ ALARGAMENTO/ DA VILLA DE/ LOURENÇO MARQUES/ Pelo Conductor d'Obras Publicas da província de Moçambique/ ARMANDO LONGLE/ S. S. G. L.* Lisboa: TYPOGRAFIA DE A. DA COSTA BRAGA.
- LOPES, Carlos; AMADO, Filipe; MUANAMOHA, Ramos, 2008. “Dinâmicas do crescimento populacional em Luanda e Maputo”, in OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (coord.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 1.<sup>a</sup> ed. 2007, 37-64.
- LOPES, Carlos M.; OPPENHEIMER, Jochen; PROENÇA, Carlos S.; RIBEIRO, Mário; CUNHA, Nuno; FERREIRA, Marco 2008. “Economia de Luanda e Maputo: olhares cruzados”, in OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (coord.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri, 1.<sup>a</sup> ed. 2007, 65-103.
- LOUREIRO, João, 2001. *Postais Antigos da Ilha de Moçambique & Ilha do Ibo*, Lisboa: Maisimagem.
- LOUREIRO, João, 2003. *Memórias de Lourenço Marques: Uma visão do passado da cidade de Maputo*, Maisimagem - Comunicação Global, Lda.
- MACAMO, Solange (coord.), 2003. *Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios - Património Cultural*. Maputo: Ministério da Cultura e UNESCO.

- MACAMO, Solange, 2010. A protecção do património edificado em Moçambique: desafios para o presente e futuro, in Luís LAGE e Júlio CARRILHO (coord.), *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*, Maputo: Edições FAPF, 7-8.
- MACAMO, Solange (dir.), 2014. *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique* [em linha]. Maputo: Ministério da Cultura - Direcção Nacional do Património Cultural, 1.<sup>a</sup> ed. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237075329\\_Manual\\_de\\_Conservacao\\_do\\_Patrimonio\\_Cultural\\_Imovel\\_em\\_Mocambique](https://www.researchgate.net/publication/237075329_Manual_de_Conservacao_do_Patrimonio_Cultural_Imovel_em_Mocambique) [consult. 2 jun. 2013].
- MACHADO, Joaquim José, 1879. “Relatório dos trabalhos executados pela direcção das obras públicas da província de Moçambique durante o anno de 1877”, *Relatórios dos Directores de Obras Públicas e Outros Documentos 1876-81*, Primeira Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 91-131.
- MACHADO, Joaquim José, 1881. *Relatório das obras públicas e outros documentos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1.º vol., Segunda Série.
- MACHAVA, Benedito, 2015. “Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [em linha], (106), 53-84. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-74352015000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352015000100003&lng=pt&nrm=iso) [consult. 3 set. 2015].
- MACHEL, Samora Moisés, 1979. *Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Imprensa Nacional, Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO (Coleção “Estudos e Orientações”, 6).
- MACHEL, Samora Moisés, 1979. *Fazer do Niassa uma base sólida na construção do socialismo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Imprensa Nacional, Edição do Partido FRELIMO (Coleção “Palavras de Ordem”, 14).
- MACUCULE, Domingos Augusto, 2010. *Metropolização e Reestruturação Urbana: O Território do Grande Maputo* [em linha], dissertação de mestrado em Planeamento e Ordenamento do Território. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/5142> [consult. 2 jan. 2014].
- MADEIRA, Ana Isabel, 2007. *LER, ESCREVER, ORAR: Uma análise Histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850-1950* [em linha], tese de doutoramento em Ciências da Educação. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7063/1/ulfp031302\\_td.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7063/1/ulfp031302_td.pdf) [consult. 13 out. 2014].
- MAGALHÃES, Ana; GONÇALVES, Inês, 2009. *Moderno Tropical: A Arquitectura em Angola e Moçambique 1948-1975*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições tinta-da-china.
- MAGALHÃES, Ana, 2012. “ESTAÇÃO DE CAMINHO DE FERRO DA BEIRA: APOGEU E CRÍTICA DO MOVIMENTO MODERNO EM MOÇAMBIQUE”, in *Actas do Congresso Internacional. Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência* [em linha]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) - Jardim Botânico Tropical (JBT). Disponível em: [http://ewv.ist.utl.pt/PDF/AM\\_Saber\\_Tropical.pdf](http://ewv.ist.utl.pt/PDF/AM_Saber_Tropical.pdf) [consult. 10 jan. 2014].
- MAGALHÃES, Ana, 2015. *Migrações do moderno: arquitectura na diáspora: Angola e Moçambique (1948-1975)*, tese de doutoramento em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa.
- MAGRI, Lucio; TAVARES, José Luís, 2011. *PANCHO GUEDES*. 1.<sup>a</sup> ed. Vila do Conde: QuidNovi. BNP B.A. 34031 V.

- MAIA, Carlos Roma M. de F. e, 1943. “Guerra anglo-boer de 1899-1902 na fronteira de Lourenço Marques e de Gaza”, Separata de *O INSTITUTO*, vol. 102, Coimbra: Tip. da Coimbra Editora, Limitada. BAFCG BC2267
- “Marechal Samora Machel em Chaimite”, 6 de mar. de 1982. *Notícias* [Maputo], [p.?.]
- MASSANGO, Olívia, 19 junho de 2012. “A decisão mais marcante do Conselho de Ministros que eu dirigi foi a recusa da liberalização da indústria do caju [entrevista a Mário Machungo]”, *O País* online. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/20744-a-decisao-mais-marcante-do-conselho-de-ministros-que-eu-dirigi-foi-a-recusa-da-liberalizacao-da-industria-do-caju.html> [consultado em 20 de outubro de 2013].
- MATOS, Madalena Cunha, 2010. “Colonial Architecture and Amnesia. Mapping the Work of Portuguese Architects in Angola and Mozambique”, *OASE #82 - L’Afrique, c’est chic. Architecture and Planning in Africa 1950-1970*, (82), 25–33.
- MATOS, Madalena Cunha e RAMOS, Tânia Beisl, 2006. “Going South : the garden city concept in urban plans made by Portuguese architects in the colonies during the 20th century”, in RATH, B.; RAY, A. Ray; JHA, M. (eds.). New Delhi, IPHS : [s.n.] .
- MATOS, Madalena Cunha; RAMOS, Tânia Beisl; COSTA, L.P. 2009. “Planned and unplanned towns in former Portuguese colonies in Sub-Saharan Africa: an analysis of Silveira’s Iconografia. African Perspectives 2009” [em linha]. *The African Inner City: [Re]sourced*. disponível em: <http://web.up.ac.za/sitefiles/file/44/1068/3229/9086/African%20Perspectives/PDF/Papers/matos.pdf> [consult. 2 abril 2015].
- MATOS, Madalena Cunha; RAMOS, Tânia Beisl, 2009. “POR VIA DO ATLÂNTICO: TRAÇADOS E MONUMENTOS URBANOS NO BRASIL E EM TERRITÓRIOS AFRICANOS DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA” [em linha], in 8.º *Seminário DOCOMOMO Brasil. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes*, Rio de Janeiro, 1 a 4 de setembro de 2009. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/docomomo/seminario\\_8\\_pdfs/163.pdf](http://www.ufrgs.br/docomomo/seminario_8_pdfs/163.pdf) [consult. 25 set. 2014].
- MATOS, Madalena Cunha e RAMOS, Tânia Beisl, março 2011. “Percurso Intercontinentais. Arquitetos partindo de Portugal no Século XX”, *Urbana*, vol. 4, n.º 4, 152-171. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/viewFile/898/674> [consult. 2 abril 2015].
- MATTOSO, José (dir.), 2010. *Património de Origem Portuguesa no Mundo*. [vol. 2] *África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Filipe Themudo BARATA, José Manuel FERNANDES (coord.), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATUSSE, Gilberto, 1993. *Construção da imagem de Moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa* [policopiado], dissertação de mestrado em Literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.), 2010. *História Geral da África* 8 vols. *África desde 1935*. Brasília: UNESCO, vol. VIII.
- M’BOKOLO, Elikia, 2007. *África Negra. História e Civilizações*. Tomo II — *Do século XIX aos nossos dias*, colaboração de LE CALLENNEC, Sophie; BAH, Thierno. 2.ª ed. Lisboa: Edições Colibri. Tradução por Manuel Resende do original em francês de 1992 (*Afrique noire: Histoire et civilisations*, t. II : *XIXe et XXe siècles*, Paris: Hattier, AUPELF). BNP C.G. 20589 V.
- MEDEIROS, Eduardo, 1998. “Formação e Desagregação das Comunidades de Origem Chinesa nas Cidades Moçambicanas da Beira e Lourenço Marques”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as*

*Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*, [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 297–314.

MELO, Vanessa de Pacheco, jan.-jun. 2013. “Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro”, *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* [em linha], 5(1), 71-88 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692013000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692013000100006&script=sci_arttext) [consult. 14 jul. 2014].

MELO, Vanessa de Pacheco; VIEGAS, Sílvia Leiria, dez. 2014. “Habitação de iniciativa pública em Luanda e Maputo: modelos de intervenção e impactos socioterritoriais no novo milénio”, *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP* [em linha], 21(36), 124-140. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/90254/92944> [consult. 14 jul. 2015].

MELO, Vanessa de Pacheco, 2015. *A produção recente de periferias urbanas africanas. Discursos, práticas e configuração espacial: Maputo “versus” Luanda e Joanesburgo*, tese de doutoramento em Urbanismo. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.

MENDES, Maria Clara, 1985. *Maputo antes da Independência: Geografia de uma Cidade Colonial*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (*Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical*, (68), 2.<sup>a</sup> Série, dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1980).

MENDES, Maria Clara *et al.*, 2005. “Os planos urbanísticos no contexto africano: a experiência Portuguesa”, *Ur Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa: Cidades Africanas*, n. 5, 40-47.

MENDES, Maria Clara (coord.), 2008. *Urbanismo Colonial: os Planos de Urbanização nas antigas Províncias Ultramarinas, 1934-1974* 3 vols. [edição policopiada]. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Português para o Desenvolvimento (IPAD).

MENDES, Rui Pedro Andrade Paes Colares, 2012. *A cidade colonial e a estruturação do território em Moçambique: a evolução urbana de Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula e Porto Amélia/Pemba* [policopiado], tese de doutoramento em Geografia. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

MENDES, Rui Paes, jul.-dez. 2012. “O modernismo e suas abordagens em Moçambique e Angola”, *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* [em linha], 4(2), 245-257. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692012000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692012000200008&script=sci_arttext) [consult. 23 ago. 2014].

MENDONÇA, Lisandra Franco, 2015. “(RE)VISIONS OF MODERNIST URBAN AND ARCHITECTURAL HERITAGE IN A POSTCOLONIAL CONTEXT: MAPUTO”, in *International Workshop Colonial Ruin: (In)Visible Sites of Postcolonial Memory*, Amsterdam Centre for Cultural Heritage and Identity, University of Amsterdam, 25 a 26 de Junho, 10pp.

MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2015. “The inheritance of modern architecture in the 'cement city': Maputo”, in *Per Giovanni Carbonara. Studi e ricerche*, Roma, Aula Magna della Facoltà di Architettura, Università degli Studi di Roma ‘La Sapienza’, 10 de Setembro, 6 pp.

MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2016. “Preserving Modern Architecture in a Post-Colonial Context: Mozambique”, in PAŠIĆ, Amir; JUNANEC, Borut; MORO, José Luis (eds.), *The Importance of Place: Values and Building Practices in the Historic Urban Landscape*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing: 225-238.

MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2016. “A génese da salvaguarda do património edificado na cidade de Maputo”, in *Congresso Internacional Genius Loci: lugares e significados. Breves reflexões*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 20 a 22 de abril, 15 pp.

- MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2016. “The inheritance of modern architecture and urban landscape in the “cement city”: Maputo, Mozambique”, in BENEDETTI, Sandro *et al.* (a cura di.), *Atti della giornata di studi in onore di Giovanni Carbonara*. Roma, 6 pp. [no prelo].
- MENDONÇA, Lisandra Franco de; MENDONÇA, Ricardo, 2016. “The postcolonial deconstruction of Portuguese overseas memorials”, in *International Conference Liberation struggles, the ‘falling of the empire’ and the birth [through images] of African nations*, London, King’s College, Camões Centre for Portuguese Language and Culture, 27 a 28 de Janeiro, 22 pp.
- MENESES, Maria Paula, 2010. O “INDÍGENA” AFRICANO E O COLONO “EUROPEU”: A CONSTRUÇÃO DA DIFERENÇA POR PROCESSOS LEGAIS, *e-cadernos CES* [em linha], 68-93. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693\\_04%2520-%2520Paula%2520Meneses%252023\\_06.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693_04%2520-%2520Paula%2520Meneses%252023_06.pdf) [consult. 10 abril 2012].
- MENESES, Maria Paula (coord.), [s.d.]. “Os longos dez anos de (re)construção de pertenças em Moçambique, 1972-1982: uma cronologia”, in [Projeto de Investigação] *Estilhaços do Império, Histórias e Memórias. A Guerra Colonial Portuguesa e as Lutas de Libertação* [em linha]. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/estilhacos\\_do\\_imperio/comprometidos/pages/pt/fontes-documentais/cronologia.html](http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/comprometidos/pages/pt/fontes-documentais/cronologia.html) [consult. 13 jun. 2015].
- MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa, 2009. “Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização Colonial (1944-1974)”, *arq.urb* - Revista eletrónica de Arquitectura e Urbanismo [em linha], (2), 80-114. Disponível em: [http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_02/artigo\\_ana.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf) [consult. 10 fev. 2011].
- MILHEIRO, Ana Vaz; SALDANHA, José Luís, 2012. *Luís Possolo. Um arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: CIAAM.
- MILHEIRO, Ana Vaz, 2012. *Nos Trópicos sem Le Corbusier, Arquitectura luso-africana no Estado Novo*, 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Relógio D’Água.
- MIRA, Feliciano de, jul.-set. 1999. “Alguns Aspectos das Artes e das Elites em Moçambique”, *Camões Revista de Letras e Cultura Lusófona*, (6), 11–20.
- MIRANDA, Elisiário, 2010. “Orthodoxy and Freedom: infrastructural buildings in Angola and Mozambique from the third quarter of the twentieth century” [policopiado], in *11.º Seminário Internacional Docomomo México. Living in the Urban Modernity*, Cidade do México, 19 a 27 de agosto de 2010.
- MIRANDA, Elisiário, 2011. “De Maputo à Beira, uma ‘selecção moderna’”, in FERNANDES, José Manuel (org.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio, 121-135.
- MIRANDA, Elisiário, 2012a. “LIBERDADE & ORTODOXIA: O CASO DA FILIAL DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO EM LOURENÇO MARQUES”, in *Actas do Congresso Internacional SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA*, 24 a 26 de out. de 2012. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical - Jardim Botânico Tropical. Disponível em: <https://2012congressomz.files.wordpress.com/2012/08/elisc3a1rio-final.pdf> [consult. 16 jun. 2014].
- MIRANDA, Elisiário, 2012b. “No caminho de uma arquitetura racional: infraestruturas modernas em Moçambique”, Colóquio Internacional *Portugal-Brasil-África: Urbanismo e Arquitectura - Do Eclétismo ao Modernismo*, Universidade Autónoma de Lisboa, 29 e 30 de novembro de 2012. Disponível em: [http://ewv.ist.utl.pt/PDF/EM\\_Portugal-Brasil-Africa.pdf](http://ewv.ist.utl.pt/PDF/EM_Portugal-Brasil-Africa.pdf) [consult. 31 jan. 2014].
- MIRANDA, Elisiário, 2013. *Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951-1964)* [suporte digital], tese de doutoramento em Cultura Arquitetónica. Guimarães: Escola de Arquitectura, Universidade do Minho.

- MONDLANE, Eduardo, 1975. *Lutar por Moçambique*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. Tradução por Maria da Graça Forjaz do original em inglês de 1969 (*The Struggle for Mozambique*, Harmondsworth: Penguin Books Ltd).
- MONTEIRO, Amaro, 1966. “Actividade da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1965”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (2), 67–69.
- MONTEZ, Caetano, 1943. “Os Holandeses no Rio da Lagoa”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (34), 5–29.
- MONTEZ, Caetano, 1949. *Descobrimento e Fundação de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Minerva Comercial, 1.<sup>a</sup> ed. 1948. BNP H.G. 18101 V.
- MONTEZ, Caetano, jul.-set. 1954. “O Reduto de Pemba (Porto Amélia)”, *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (79), 71-78. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N079&p=72> [consult. 2 jun. 2014].
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1966. “Apontamentos para o roteiro dos Monumentos Militares Portugueses”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique* (2), 9-13.
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1967. “Apontamentos para o roteiro dos Monumentos Militares Portugueses: Praça de São Sebastião”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (3), 5–20.
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1968. “Forte de S. Lourenço. Forte de Santo António”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (4), 9–14.
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1970. “Apontamentos para o roteiro dos Monumentos Militares Portugueses: Praça de S. Tiago Maior”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (6), 67–74.
- MONTEZ, Caetano Carvalho, 1972. “Apontamentos para o roteiro dos monumentos militares portugueses: linha de defesa de Tete”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (8), 73–78.
- Monumenta. Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1967, Lourenço Marques, Comissão dos Monumentos Nacionais, (3), 77.
- Monumenta. Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1970, Lourenço Marques, Comissão dos Monumentos Nacionais, (6), 85.
- “Monumento a Mousinho de Albuquerque em Lourenço Marques: A cerimónia do lançamento da primeira pedra”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, 1936, (8), 145–154.
- MORAIS, João Sousa, 2001. *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MORAIS, João Sousa, 2006. “A intemporalidade do ‘Manual de vogal sem mestre’ para caniço de Lourenço Marques, de Pancho Guedes” [em linha], *Pós. Revista de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, (19), 144-157. Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCKQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.usp.br%2Fposfau%2Farticle%2Fdownload%2F43468%2F47090&ei=KpCVU9-JLYbP0QXBgoHYDg&usg=AFQjCNGFUGpGXRZnIhp0vXxdPMHJv0C53Q&sig2=7wj0ZtAJMrzS-njltR7nCw&bvm=bv.68445247,d.d2k> [consult. 12 jan. 2012].

- MORAIS, João Sousa; RAPOSO, Isabel, 2005. “Da cidade colonial às novas urbes africanas: notas exploratórias”, in RAPOSO, Isabel (coord.), *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 5.
- MORAIS, João Sousa; LAGE, Luís; MALHEIRO, Joana Bastos, 2012. *Maputo - património arquitectónico*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- MORAIS, João Sousa; LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio; JOAQUIM, Vicente; MALHEIRO, Joana Bastos, 2014. *Beira Património Arquitectónico, Architecture Heritage*. 1.ª ed. Lisboa: Editora Caleidoscópio.
- MOREIRA, Adriano, 1951. “A Revogação do Acto Colonial”, Separata da *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, n.º 3. BNP S.C. 14127/7 V.
- MOREIRA, Adriano, 1956. “As *élites* das províncias portuguesas de indigenato (Guiné, Angola, Moçambique)” - Informação elaborada pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais a pedido do Departamento de Ciências Sociais da U.N.E.S.C.O., *Garcia de Orta: Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, IV(2), 159–189. BNP P.P.24759 V.
- MOREIRA, Adriano, 2005. “Prefácio”, in GRAÇA, Pedro Borges, *A construção da nação em África (Ambivalência Cultural em Moçambique)*. 1.ª ed. Coimbra: Almedina, 7-9.
- MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, 1934. *Moçambique 1896-1898*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1.ª ed. 1899.
- MUCHANGOS, Aniceto dos, 1987. “Traços Gerais da Cidade de Maputo”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 125 e 132.
- NACIONALIZAÇÕES – MOÇAMBIQUE, 1976. Lisboa: Centro de Informação e Documentação Anti-Colónias. BPMP T6-12-24[1]; BNP S.C. 27015 P.
- NAVARRO, Bruno J., 2012. “A Estação Central de Maputo no contexto das políticas de preservação do património edificado de Moçambique: Estudo de caso” [em linha], *Historiæ*, Rio Grande, 3(1): 171-200. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3154> [consult. 21 maio 2014].
- NAVARRO, Júlio, 1987. “1962 — Os 75 Anos da Cidade. Resistir, Afirmando a Nossa Cultura”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 109-114.
- NEGRÃO, José, 2006. “Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (I)”, *Canal de Moçambique*, n.º 82, 02 de junho.
- NEGRÃO, José, 2006. “Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (II)”, *Canal de Moçambique*, n.º, 83, 05 de junho.
- NEGRÃO, José, 2006. “Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (III)”, *Canal de Moçambique*, n.º 84, 06 de junho
- NEVES, Olga Iglésias, 1998. “Contributos para a História da Maçonaria em Moçambique”, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 281–295
- NEVES, Olga Iglésias, 2001. “Moçambique”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa vol. XI, O Império Africano: 1890-1930*. 1.ª ed [data de publicação do vol. XI]. Lisboa: Ed. Estampa, 469-584.

- NEVES, Olga Iglésias, 2006. “A Colónia de Moçambique nos séculos XIX e XX. Aspectos políticos, económicos e sociais”, in FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NEVES, Olga Iglésias, *Moçambique. Cidades, Território e Arquitecturas: 1875-1975*. Lisboa: Ed. Autor.
- NEVES, Olga Iglésias, 2008. A Colónia de Moçambique nos séculos XIX e XX. Aspectos políticos, económicos e sociais, in FERNANDES, José Manuel *et al.*, *Moçambique. Cidades, Território e Arquitecturas: 1875-1975*, Lisboa: Printer Portuguesa.
- NEVES, Olga Iglésias, 2009. “O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926-1962)” [em linha], *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos*, (2), 179-214. Disponível em: <http://revistas.ulusofoa.pt/index.php/africanologia/article/view/1319%20%255b31> [consult. 31 out. 2013].
- NEVES, Olga Iglésias, jun. 2010. O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926-1962), in *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos, América do Norte*, 1. Disponível em: <http://revistas.ulusofoa.pt/index.php/africanologia/article/view/1319%20%255b31> [consultado em 31 de outubro de 2013].
- NEVES, Olga Iglésias, 2012. “O PODER E O IMPACTO DO ISLÃO NO NORTE DE MOÇAMBIQUE (SÉCULOS XIX-XXI)”, in *ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical – Jardim Botânico Tropical, 24 a 26 de outubro de 2012. Disponível em: <http://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t03c02.pdf> [consult. 20 set. 2013].
- NEWITT, Malyn, 2012. *História de Moçambique*. [ed.?] Mem Martins: Publicações Europa-América, 1.<sup>a</sup> ed. 1997. Tradução por Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado do original em inglês de 1995 (*History of Mozambique*, London: C. Hurst & Co. (Publishers) Ltd.).
- NORONHA, Eduardo de, 1939a. [Freire de Andrade : o engenheiro de minas : o comandante da coluna Sul de Moçambique na Campanha de 1895: o Governador Geral : o Ministro] [em linha], *Cadernos Coloniais*, (1). Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N01&p=1> [consult. 14 agos. 2014].
- NORONHA, Eduardo de, 1939b. [Lourenço Marques na África Austral] [em linha], *Cadernos Coloniais*, (16), 25-60. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N16&p=1> [consult. 14 agos. 2014].
- NORONHA, Eduardo de, 1939c. [Augusto de Castilho : o oficial de marinha : o administrador colonial : o diplomata : o filantropo : o político] [em linha], *Cadernos Coloniais*, (8). Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N08&p=1> [consult. 14 agos. 2014].
- “Notícias sobre o Plano de Requalificação da Baixa da Cidade de Maputo”, nov. 2013. *Portal do Conselho Municipal de Maputo* [em linha]. Disponível em: <http://www.cmmaputo.gov.mz/> [consult. 12 nov. 2013].
- NUNES, Joaquim, 1936. “Costumes gentílicos — o lobolo”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (8), 89-117. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N008&p=4> [consult. 9 fev. 2014].
- “O PLANO de urbanização”, 27 de setembro de 1950. *Notícias* [Lourenço Marques], 4.
- OLIVEIRA, Teresa dos Santos, 1987. “Recordações sobre Lourenço Marques, 1930-1950”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 85-108.
- “O Hospital de Lourenço Marques em construção”, *O Occidente*, n.º 85, 01 maio 1881. Lisboa: Empreza do Occidente, 100.



- OMAR, Lúcia, 2013. *OS DESAFIOS PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMÔNIO CULTURAL NA ILHA DE MOÇAMBIQUE* [em linha], dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.fordifp.org/Portals/0/News/9fd81a3f-2d5a-4525-8c38-bc76393e2b66PATRIMONIO AMBIENTAL.pdf> [consult. 2 jan. 2013].
- “O Monumento a Mousinho de Albuquerque em Lourenço Marques: A cerimónia do Lançamento da Primeira Pedra”, out.-dez. 1936. *Moçambique: Documentário Trimestral* [em linha], (8), 145-154. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N008&p=146> [consult. 12 jan. 2015].
- OPPENHEIMER, Jochen, 1992-94. “Cooperação para o Desenvolvimento no Contexto do Ajustamento Estrutural e da Guerra: o Exemplo de Moçambique”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (16-17), 171-207.
- OPPENHEIMER, Jochen *et al.*, 2001. *Urbanização acelerada em Luanda e Maputo, impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas de 80 e 90)* [policopiado]. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa (CEsA/ ISEG/ UTL).
- OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (coord.), 2008. *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri. 1.<sup>a</sup> ed. 2007.
- ORGANIZAÇÃO DO SNMA E REDE MUSEOLÓGICA NA RPM [policopiado], 28 jul. 1981, Maputo, 3pp.
- OUIS, Khadidja *et al.* (eds.), 2010. *Exploring the Informal City. Maxaquene, Maputo, Mozambique*. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements.
- OWEN, Capitain William Fitz William, 1833. *NARRATIVE OF VOYAGES/ To explore the shores of/ AFRICA, ARABIA,/ and/ MADAGASCAR; / performed in H.M. Ships Leven and Barracouta,/ under the direction of/ CAPTAIN W. F. W. OWEN, R. N./ By command of the Lords Commisioners of the Admiralty* 2 vols. London: Richard Bentley, New Burlington Street, vol. I. BSGL 17-D-23
- PAIVA MANSO, Visconde de, 1870. *MEMORIA SOBRE LOURENÇO MARQUES (DELAGOA BAY)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PAIXÃO, Braga, 1939. O ensino primário em Lourenço Marques. *Moçambique: Documentário Trimestral*, 19: 67.
- Participação Popular na Construção do Socialismo*, maio 1983. Maputo: 4.º Congresso Partido FRELIMO, coleção IV Congresso.
- PÉLISSIER, René, 1981. *Africana, Bibliographies sur l’Afrique Luso-Hispanophone (1800-1980)*, Orgeval France.
- PÉLISSIER, René, 1994. *História de Moçambique, formação e oposição 1854-1918* 2 vols. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Estampa, vol. II. Tradução por Manuel Ruas
- PENVENNE, Jeanne, 1979. *Attitudes towards race and work in Mozambique: Lourenço Marques, 1900-1974*. Boston MA: University of Boston. BNP R.E. 10686 V.
- PENVENNE, Jeanne, 1989. “‘We are all Portuguese!’ Challenging the Political Economy of Assimilation: Lourenço Marques, 1870-1933” [em linha], in VAIL, Leroy (ed.), *The Creation of Tribalism in Southern Africa*. London/ Berkeley: James Currey, University of California Press, 256–281. Disponível em:

<http://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft158004rs&chunk.id=d0e6468> [consult. 3 ago. 2014].

PEREIRA, António Aluisio Jervis, 20 de julho de 1888. “Relatório sobre as condições higiénicas do aquartelamento provisório, Lourenço Marques”, in *Ofício n.º 520*, de 3 de outubro de 1888, 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Rep. de Obras Públicas da Província de Moçambique, Secção de Lourenço Marques, 1888, *Offícios dando conta das obras em construção*. AHU cota ACL\_SEMU\_DGU\_Mç\_Cx.1389/1L, pasta 27\_1886\_1888.

PEREIRA, Luísa Villarinho, 2013. *MOÇAMBIQUE: Manoel Pereira (1815-1894), Fotógrafo comissionado pelo Governo Português*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Ed. de Autor.

*Perfil Estatístico do Município de Maputo*, 2010. Maputo: Conselho Municipal de Maputo.

PIMENTEL, Joana da Silva, 2013. *Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo*, dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Universidade de Évora.

PINTO, Major Abranches, 1940. “MACONTENE – ÚLTIMO COMBATE DE MOUZINHO, O “AFRICANO”!”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (24), 20.

PINTO, Paulo Tormenta; MILHEIRO, Ana Vaz, 2012. “From Monumentality to Diversity – Maputo between the urban plans of Aguiar and Azevedo (1950-1970)”, *Cities, nations & regions in planning history*, 15th International Planning History Society Conference. São Paulo, Brasil, 15 a 18 de julho. Disponível em: [http://www.fau.usp.br/iphs/abstractsAndPapersFiles/Sessions/29/PINTO\\_MILHEIRO.pdf](http://www.fau.usp.br/iphs/abstractsAndPapersFiles/Sessions/29/PINTO_MILHEIRO.pdf) [consult. 15 jan. 2015].

*Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999. PROL, Relatório Final (versão preliminar), vol. I: Análise da Situação Urbana e Opções de Desenvolvimento, Maputo: República de Moçambique, Ministério da Administração Estatal — Direcção Nacional de Administração Local.

*Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999. PROL, Relatório Final (versão preliminar), vol. II: Proposta para Plano de Estrutura, Maputo: República de Moçambique, Ministério da Administração Estatal — Direcção Nacional de Administração Local.

*Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*, 1999. PROL, Relatório Final (versão preliminar), vol. III: Proposta de Normas de Desenvolvimento Urbano e Padrões de Urbanização, Maputo: República de Moçambique, Ministério da Administração Estatal — Direcção Nacional de Administração Local.

*PLANO DE ESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE MAPUTO*, 2008. 4 vols. e mapas. Maputo: Município de Maputo.

*PLANO DIRECTOR DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES*, 1969. 23 vols. [coord. Mário de AZEVEDO]. Lourenço Marques: Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques.

*PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES*, 27 de maio de 1955. Vol. I, Peças Escritas, Inquérito [documento datilografado]. Lourenço Marques: Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal de Lourenço Marques, 158 pp. FAPF – UEM cota 02.30.

*PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES*, 1955. Vol. II, Peças Escritas, Memória descritiva e justificativa, regulamento. Lisboa: Gabinete de Urbanização, Ministério do Ultramar. AHU (PT\_IPAD\_MU\_DGOPC\_DSUH\_2091\_13083).

*PLANO PARCIAL DE PARTE DA PRIMEIRA FASE DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES: UNIDADE DE VIZINHANÇA – A, RELATÓRIO PRELIMINAR* [dactilografado, páginas não numeradas], 9 maio 1960. FAPF – UEM 1661/02.30.

- Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Regulamento (Regulations for the Partial Urbanization Plan of the Baixa of Maputo)* [inédito], nov. 2014. Maputo, Conselho Municipal de Maputo, Cardno+DCU+CEDH-UEM, 47pp.
- Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, Relatório de Fundamentação Final* [inédito], mar. 2015. Maputo, Conselho Municipal de Maputo, Cardno+DCU+CEDH-UEM, 332pp.
- Plano Parcial de Urbanização Para a Requalificação da Baixa de Maputo, Primeira Audiência Pública*, 5 de junho de 2014 (inédito). Maputo, Conselho Municipal de Maputo, Cardno+DCU+CEDH-UEM, 77pp.
- Plano Parcial de Urbanização Para a Requalificação da Baixa de Maputo, Segunda Audiência Pública*, 18 de julho de 2014 (inédito). Maputo, Conselho Municipal de Maputo, Cardno+ DCU+CEDH-UEM, 93 pp.
- Política Cultural* [documento datilografado], 1989. Apresentação do Ministério da Cultura ao Conselho de Ministros, [s.l.] (Maputo).
- Política de Monumentos* [policopiado], março de 2009. Maputo: República de Moçambique, Ministério da Educação e da Cultura.
- Posturas Municipais em vigor na Cidade de Maputo* [policopiado], 1997. Maputo: MICOA.
- PRADO, Roberto Goycoolea e MARTÍ, Paz Núñez, 2012. *La Modernidad Ignorada. Arquitectura Moderna de Luanda* 1ª ed., s.l.: Universidade de Alcalá.
- PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO JARDIM TUNDURO* [policopiado], 2012. Peças Escritas, Desenhos, Mapas de Medições, Memórias e Especificações. Maputo, Conselho Municipal, vol. 1.
- Questões que Interessam ao Porto e Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques: Memória Elaborada pela Comissão do Conselho de Administração do Porto e Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques*, 1908. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- “V Revista Luso-Africana – Lourenço Marques”, *Portugal em Africa*, set. 1903, 10(117), 539-545.
- RAPOSO, Isabel; SALVADOR, Cristina, 2008. “Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio: urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo”, in OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (coord.), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Colibri, 105-138.
- RAPOSO, Isabel; JORGE, Sílvia; VIEGAS, Sílvia; MELO, Vanessa, 2012. “Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal”, *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* [em linha], 4(2), 189-205. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-33692012000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692012000200004&lng=en&nrm=iso) [consult. 11 nov. 2013].
- REGULAMENTO do PLANO DIRECTOR DE URBANIZAÇÃO do CONCELHO DE LOURENÇO MARQUES*, 1973, Edital de 15 de janeiro de 1973, *Boletim Oficial* n.º 23, III Série, de 22 de fevereiro de 1973, Estado de Moçambique, Câmara Municipal de Lourenço Marques. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique. BNP S.C 36902 V.
- REIS, João; MUIUANE, Armando Pedro (org. e compil.), 1975. *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. 2.ª ed. revista e aumentada Maputo: Imprensa Nacional. BNP S.C. 43459 V.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2004. *Constituição da República* [em linha]. Disponível em: [http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs\\_gov/outros/constituicao.pdf](http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/outros/constituicao.pdf) [consult. 2 mar. 2015].

- REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 25 de junho de 1975. “Constituição da República Popular de Moçambique”, in REIS, João; MUIUANE, Armando Pedro, *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. 2.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada Maputo: Imprensa Nacional, 531-555.
- REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 1984. OPERAÇÃO PRODUÇÃO. *JUSTIÇA POPULAR, BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA*, (8/9), 3–11.
- “Resenha de 1938”, dez. 1938. *Moçambique: Documentário Trimestral*, (16), 121-122. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MDT/MDT-N016&p=122> [consult. 10. abr. 2013].
- “RESISTIR E VENCER O COLONIALISMO: POSIÇÃO ANTIGA DO POVO MOÇAMBICANO”, 6 maio 1975. *Notícias* [Maputo], 4.
- Resoluções da Assembleia Municipal e Posturas dos anos 2004 a 2009* [policopiado], 2009. Maputo: Biblioteca Municipal – Conselho Municipal de Maputo.
- RIBEIRO, Fátima; SOPA, António, (coord.) 1996. *140 Anos de Imprensa em Moçambique*, Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa.
- Ricardo Rangel. *Photographe du Mozambique*, 1994. Paris: Centre Culturel Franco-Mozambicain.
- RITA-FERREIRA, António, 1963. *O movimento migratório dos trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- RITA-FERREIRA, António, 1968. *Os Africanos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique (Separata de *MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE*, 1967/1968, vol. 9, série C), 95-491.
- RITA-FERREIRA, António, 1988. “Moçambique post-25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia e asiática”, *Moçambique, Cultura e História de Um País*. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 121–169.
- ROCHA, Aurélio, 1998. “Aculturação e Assimilação em Moçambique: Uma perspectiva histórico-filosófica”, *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas: Maputo, 25 a 28 de Novembro de 1996/ organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 315–350.
- ROQUE, Ana Cristina, 9-12 de novembro 2011. *CARTOGRAFAR FRONTEIRAS NOS FINAIS DO SÉCULO XIX: QUESTÕES EM TORNO DA DEMARCAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE MOÇAMBIQUE E O TRANSVAAL, IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ROQUE, Ana Cristina, 2014. Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956): A fotografia como instrumento de trabalho e propaganda. In Filipa Lowndes VICENTE org., *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 107–115.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), 1996. *Dicionário de História do Estado Novo* 2 vols. I. Venda Nova: Bertrand, vol. I.
- ROSAS, Fernando (coord.), 1998. *O Estado Novo (1926-1974)*, in José MATTOSO (dir.), *História de Portugal* 8 vols. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 7.
- RUFINO, José dos Santos, 1929. *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique* 10 vols. 1.<sup>a</sup> ed. Hamburgo: Broschek & Co., vols. 1, 2 e 3.

- SALT, Henrique, 1944. “Relação dos Estabelecimentos Portugueses na Costa Oriental de África em 1809, segundo o “Investigador Português em Inglaterra”, transcrição anotada por Alexandre Lobato”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (37), 5-45.
- SAMORA, Machel e MUNSLOW, Barry, 1985. *Samora Machel, an African Revolutionary: selected speeches and writings*. 1.<sup>a</sup> Londres: Zed Books.
- SANTOS, Alfredo Rodrigues dos, 1943. “O REGIME MUNICIPAL EM LOURENÇO MARQUES”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (34), 45–80.
- SANTOS, António, 1945. “A COMPANHIA DA ZAMBÉZIA”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (41), 47–60.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2012. “Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul”, in SILVA, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs.), *Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança)*. Dakar: CODESRIA, 13-61.
- SANTOS, Tenente Cardoso dos, 1937. “Moçambique na Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa”. *Moçambique: Documentário Trimestral*, (12), 5–29.
- SAÚTE, Nelson, 7 fev. 2015. “A CARTOGRAFIA DO SONHO”, *SÁBADO, edição especial 2015* [Lisboa], 28.
- SERRA, Carlos (ed.), 2000. *História de Moçambique* 2 vols. 2.<sup>a</sup> ed. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, vol. I.
- SILVA, Carlos Alberto Vieira da (ed.), 1956. *The city of Lourenço Marques Guide*. Lourenço Marques: [s.n.].
- SILVA, Carlos Nunes (ed.), 2015. *Urban Planning in Lusophone African Countries*. London/New York: Routledge.
- SILVA, Joaquim Areal, 1945. “A PRAÇA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM LOURENÇO MARQUES E O PROJECTO DA SUA RECONSTITUIÇÃO”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (43), 23-44.
- SILVA, Maria Madalena Cagigal e, 1966. *Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dra. Maria Madalena Cagigal e Silva* [policopiado], Fundação Calouste Gulbenkian (69 pp. de texto, com bibliografia e anexos fotográficos).
- SILVA, Silverio Augusto Pereira da, 1901. “Notícia acerca das Obras do porto de Lourenço Marques”, *Sep. da Revista de Engenharia Militar*, 114(2). SGL 31-D-20
- SILVA, Teresa Maria da Cruz e, 1999-2001. “Moçambique: um perfil” [em linha], *Reinvenção da Emancipação Social (RES)*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html> [consult. 7 mar. 2015].
- SILVEIRA, Luís da, 1956. *Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*, 4 vols. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, vol. 2 [África Ocidental e África Oriental] [em linha], 243 ss. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/EICPU/EICPU-2&p=1> [consult. 8 fev. 2013].
- SIMÕES, João, 1948. A Profissão de Arquitecto nas Colónias, in *Actas do I Congresso de Arquitectura*, I Congresso de Arquitectura, Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 147-150.
- “Sobre a Exposição das Actividades Económicas em Moçambique”, abril 1956. *Boletim Geral do Ultramar*, 32(370), 215-218

- SOEIRO, António Cerdeira de Almeida, 1895. *Estudo do saneamento da cidade de Lourenço Marques, conferência feita na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, na Sessão de 20 de Maio de 1893, pelo sócio, António Cerdeira de Almeida Soeiro*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SOLLIEN, Silje, 2013. “The Macuti House in Ilha de Moçambique: Transforming the Other Side of a World Heritage Site”, in SEIFERT, Annika (ed.), *Global City - Local Identity?* 1.ª ed. Dar es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers Ltd, 48-57.
- SOLLIEN, Silje, 2014. *The Macuti House in Ilha de Moçambique: Transforming the Other Side of a World Heritage Site*, PhD thesis in Architecture and Technology. Copenhagen: Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Design and Conservation (KADK).
- SOPA, António, 2005. “O urbanismo português nos trópicos: o caso da ilha do Ibo”, in CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), *IBO, a casa e o tempo*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 152-157.
- SOPA, António, [s.d.]. “Cadeia Civil (atual Livraria da Imprensa Nacional de Moçambique)”, *Património de Influência Portuguesa (HPIP)* [em linha]. Disponível em: <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=2205> [consult. 2 maio 2015].
- SOUSA, António de Figueiredo Gomes e, 1945. “Jardins de Moçambique”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (44), 13– 45.
- SOUSA, António de Figueiredo Gomes e, jan.-mar. 1946. “Jardins de Moçambique”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (45), 29–67.
- SOUSA, António de Figueiredo Gomes e, 1951. “O JARDIM MUNICIPAL VASCO DA GAMA/ DE/ LOURENÇO MARQUES/ NOTÍCIA COMEMORATIVA DO SEU CINQUENTENÁRIO”, *Bol. da Sociedade de Estudos de Moçambique* (Lourenço Marques), (68), 59–74.
- SOUSA, Glória, 31 agos. 2013. “As feridas abertas pelo processo de reeducação em Moçambique”, *Deutsche Welle* (DW) [em linha]. Disponível em: <http://www.dw.de/as-feridas-abertas-pelo-processo-de-reeducação-em-moçambique/a-16948901> [consult. 25 out. 2013].
- SOUSA, Glória, 7 set. 2013. “Operação Produção forçou milhares de pessoas às ‘machambas’ em Moçambique”, *Deutsche Welle* (DW) [em linha]. Disponível em: <http://www.dw.de/operação-produção-forçou-milhares-de-pessoas-às-machambas-em-moçambique/a-16948906> [consult. 25 out. 2013].
- SPINA, Maria; JOAQUIM, Vicente (coord.), 2003. *Antigo Bairro Militar de Maputo*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.
- SPINA, Maria; JOAQUIM, Vicente (coord.), 2005. *Bairro Militar de Nampula*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.
- SUMICH, Jason; CABRAL, Rui, 2008. “Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana”, *Análise Social*, 43(187), 319-345.
- TEIXEIRA, Francisco Pinto, 1936. “O Pôrto de Lourenço Marques”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (5), 81–120. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N005&p=82> [consult. 20 jul. 2014].
- TERRA VIANA, 18 jun. 1907. *Relatório sobre o saneamento de Lourenço Marques (Parte Técnica)* [documento datilografado], 58pp. AHU (Cx. 3038\_1A\_SEMU\_DGU\_MÇ\_1904-1908).
- TIQUE, João, 2007. *Habituação e Meio Ambiente: Critérios operativos e instrumentos metodológicos para o Planeamento (etapas de selecção de áreas e projecto) de empreendimentos habitacionais de interesse social. Uma contribuição para a prevenção dos impactos ambientais em empreendimentos habitacionais de interesse social em Moçambique (Estudo de casos Fundo para o*

*Fomento da Habitação*), tesi di dottorato in Progettazione Ambientale. Roma: Facoltà di Architettura ITACA, Università di Roma “La Sapienza”.

- TORRES, José Ribeiro, 1938. “Os Portugueses e as Ilhas de Quirimba”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (15), 71–85. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N015&p=71> [consultado em 10 de fevereiro de 2014].
- TOSTÕES, Ana (ed.), 2013. *Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique* 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- TOSTÕES, Ana e BRAGA, Ana, 2013. “O Edifício Tonelli: A ‘Prateleira Habitável’”, in TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique* 1.<sup>a</sup> ed. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 290-307.
- TOSTÕES, Ana; CALDAS, João Vieira, 2014. “Para o reconhecimento da arquitetura moderna em África”, *Jornadas SIPA* (Sistemas de Informação para o Património), Instituto Superior Técnico, 24 de novembro de 2014.
- TOSTÕES, Ana; OLIVEIRA, Maria Manuel, jun. 2011. “Moderno transcontinental: o Complexo Monteiro & Giro em Quelimane, Moçambique”, in *9.º seminário Docomomo Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente*, Brasília, 7 a 10 de junho. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/177\\_M18\\_RM-Moderno%20Transcontinental\\_ART\\_ana\\_tostoes.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/177_M18_RM-Moderno%20Transcontinental_ART_ana_tostoes.pdf) [consult. 20 dez. 2011].
- UN-HABITAT, 2008. *Mozambique urban sector profile* [em linha]. Nairobi: UN-Habitat. Disponível em: [http://www.urbangateway.org/sites/default/ugfiles/Mozambique-USP\\_2008.pdf](http://www.urbangateway.org/sites/default/ugfiles/Mozambique-USP_2008.pdf) [consult. 10 mar. 2013].
- UN-HABITAT, 2010. *The state of african cities 2010: governance, inequality and urban land markets* [em linha]. Nairobi: UN-HABITAT, 2010. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/documents/SACR-ALL-10-FINAL.pdf> [consult. 13 jun. 2011].
- VALOI, Estacio, 21 dez. 2010. “Museu Nacional de Etnologia - Nampula: Entrevista ao director do museu de Etnologia em Nampula Guilherme Columba em 23 de dezembro de 2009”, *eyewitness* [em linha]. Disponível em: <http://valoie.blogspot.pt/2010/12/museu-nacional-de-etnologia-nampula.html> [consult. 2 mar. 2015].
- VELOSO, António Matos; FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes, 2008. *João José Tinoco. Arquitecturas em África*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VERHEIJ, Gerbert, 2011. *Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: Dois casos de estudo* [em linha], dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/7223> [consult. 2 fev. 2013].
- VERHEIJ, Gerbert, 31 de jan. de 2013. “Art and politics in the former ‘Portuguese Colonial Empire’. The monument to Mouzinho de Albuquerque in Lourenço Marques” [em linha], *RIHA Journal - Journal of the International Association of Research Institutes in the History of Art*, (65). Disponível em: <http://www.riha-journal.org/articles/2013/2013-jan-mar/verheij-mouzinho-monument-marques> [consult. 5 mar. 2014].
- VIEGAS, Sílvia Leiria, 2015. *LUANDA, CIDADE (im)PREVISÍVEL? Governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências no novo milénio*, tese de doutoramento em Arquitetura, Especialidade de conservação e reabilitação. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.

- Viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República General Carmona, ao Império Colonial Português, em 1939* [Álbum Fotográfico] [em linha], [1941]. Companhia de Moçambique. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota PT/TT/CMZ-AF-GT/E/29/4). Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3683323> [consult. 23 maio 2014].
- VIANA, David L., 2008. *MAPUTO: TRANSFORMAÇÃO DE UMA ESTRUTURA URBANA DE ORIGEM PORTUGUESA: UM CONTRIBUTO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO* [suporte digital], tese de doutoramento em Urbanismo/ Ordenamento do Território. Valladolid: Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Instituto Universitario de Urbanística, Universidad de Valladolid. BNP B.A. 9281 P.
- VIANA, David L, 2012. “A URBANIZAÇÃO EXTENSIVA [IN]FORMAL EM MAPUTO A PARTIR DA RETÍCULA COLONIAL” [em linha], in *Actas do Congresso Internacional SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA*. Lisboa, Instituto Científico Tropical (ICT) - Jardim Botânico Tropical (JBT). Disponível em: <http://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t06c10.pdf> [consult. 17 set. 2014].
- VIANA, David L.; SANZ, Juan R.L.; NATÁLIO, Ana, 2013. “Aprendendo com a forma urbana de Maputo (in)formal” [em linha], *Revista de Morfologia Urbana*, (1), 17-30. Disponível em [http://pnum.fe.up.pt/pt/files/1013/8418/5195/Viana et al 2013.pdf](http://pnum.fe.up.pt/pt/files/1013/8418/5195/Viana%20et%20al%202013.pdf) [consult. 2 jan. 2014].
- VICENTE, Filipa Lowndes (org.), 2014. *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*, Lisboa: Edições 70.
- WIESER, Doris, 19 set. 2014. “Nós não fizemos o exorcismo da guerra” [entrevista a Nelson Saúte], *BUALA*. Disponível em: [http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nos-nao-fizemos-o-exorcismo-da-guerra-entrevista-a-nelson-saute?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+buala-%28BUALA%29+Cultura+Contemporânea+Africana%29](http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nos-nao-fizemos-o-exorcismo-da-guerra-entrevista-a-nelson-saute?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+buala-%28BUALA%29+Cultura+Contemporânea+Africana%29) [consult. 20 agos. 2015].
- ZILHÃO, João José Soares, 1940. “MOUSINHO”, *Moçambique: Documentário Trimestral*, (24), 10.

#### 4.2.6 Bibliografia específica Património, Conservação e Restauro

- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1967”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1968, (4), 71–72.
- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1969”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1970, (6), 87–89.
- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1970”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1971, (7), 95-96.
- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1971”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1972, (8), 95-97.
- “Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1972”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 1973, (9), 74.
- AGUIAR, José; RODRIGUES, Delgado; SERUYA, Ana; PROENÇA, Nuno (orgs.), 28 de maio de 2007. *Seminário Internacional. Cesare Brandi: Teoria e praxis no restauro arquitectónico* [em linha], Lisboa, FAUTL, “O Cubo”, 28 de maio. Disponível em: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/documentos/OpuscoloFAUTLisboa.pdf> [consult. 20 jul. 2011].
- AGUIAR, José, 2010. “Depois da Carta de Veneza 1964-1980”, *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, 219-249.



- ALTHÖFER, Heinz, 1991. *Il restauro delle opere d'arte moderne e contemporanee*, in MUNDICI, Maria Cristina (a cura di). 1.<sup>a</sup> ed. Firenze: Nardini. Tradução por Massimo Tirotti e Reinhold Ferrari do original em alemão de 1985 (*Restaurierung Moderner Malerei*, München: Callwey).
- ANDALORO, Maria (a cura di). *La Teoria del restauro nel Novecento: da Riegl a Brandi*. Atti del Convegno Internazionale (Viterbo, 12-15 novembre 2003). Firenze: Nardini editore.
- ARGENIO, Alessandra, 2008. “Il mito della romanità nel ventennio fascista”, in COCCIA, Benedetto (a cura di), *Il mondo classico nell'immaginario contemporaneo*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Istituto di Studi Politici “S. Pio V”, Editrice APES, 81-177.
- AVILA, Fidel Alejandro Meraz, 2009. *Architecture and Temporality in conservation philosophy: Cesare Brandi* [em linha], PhD thesis in Architecture. Nottingham: University of Nottingham. Disponível em: <http://eprints.nottingham.ac.uk/10819/> [consult. 12 fev. 2012].
- BASILE, Giuseppe, 1989. *Che cos'è il restauro*. Roma: Editori Riuniti.
- BELLINI, Amedeo, 1983. “Istanze storiche e selezione nel restauro architettonico”, *Restauro*, XII(68-69), 147-158.
- BELLINI, Amedeo, 2010. “Che cos'è il restauro?”, in BELLINI, Amedeo *et al.*, *Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto, da un'idea di B. Paolo Torsello*. 3.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio Editori, 1.<sup>a</sup> ed. 2005, 21-24.
- BERTI, Maurizio, 2003. “La gestione del patrimonio ambientale: sulla via della conservazione africana- (The management of environmental assets. On the road to African conservation)”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 4, 65-72.
- BERTI, Maurizio, 2009. *Conservazione del patrimonio architettonico di pietra corallina. Conoscenza, restauro e fruizione* [em linha], tesi di dottorato in “Riqualificazione e Recupero Insediativo”. Roma: Facoltà di Architettura Valle Giulia, Università di Roma ‘La Sapienza’, XXII Ciclo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10805/962> [consult. 6 jan. 2011].
- BERTI, Maurizio; LAGE, Luís, 2004. “Restauri africani: la conservazione della città di Maputo (African restorations. The conservation of the city of Maputo)”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 6, 22-30.
- BERTI, Maurizio; CARRILHO, Júlio, 2005. “Conservazione del Patrimonio storico e ambientale nell’Africa Subsahariana (Preservation of historical and environmental heritage in Sub-Saharan Africa)”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 12, 9-12.
- Boletins da DGEMN: Números 1 ao 131* [edição em suporte digital], s.d., Lisboa: DGEMN.
- BOITO, Camillo, 1884. *I Restauratori*. 1.<sup>a</sup> ed. Firenze: G. Barbera.
- BOITO, Camillo, 1893. *Questioni pratiche di belle arti: Restauri, Concorsi, legislazione, professione, insegnamento*. 1.<sup>a</sup> ed. Milano: Ulrico Hoepli.
- BONELLI, Renato, 1959. *Architettura e Restauro*. Venezia: Neri Pozza Editore.
- BONELLI, Renato, 1963. Verbetes “Restauro (Il restauro architettonico)” [em linha], in BRANDI, Cesare *et al.*, *Enciclopedia Universale dell'Arte*. 1.<sup>a</sup> ed. Venezia-Roma: Istituto Per La Collaborazione Culturale, vol. XI. Disponível em: <http://www.webalice.it/maurizio.berti1/bertirestauro/03restaurmanut1/indirizzirestauro.html> - [Renato BONELLI Il restauro](http://www.webalice.it/maurizio.berti1/bertirestauro/03restaurmanut1/indirizzirestauro.html) [consult. 20 de abr. 2014].
- BONELLI, Renato, 1985. “Restauro anni'80: tra restauro crítico e conservazione integrale”, in BENEDETTI, Sandro; MIARELLI MARIANI, Gaetano (eds.), *Saggi in onore di Guglielmo De*

Angelis d'Ossat. Roma: Multigrafica Ed. (*Quaderni dell'Istituto di Storia dell'Architettura*, n.º 1/10, 1983/87), 511-516.

BONELLI, Renato, 1995. *Scritti sul restauro e sulla critica architettonica*, Roma: Bonsignori.

BOSSOLARI, [?]; BOVIO, [?]; FALSETTA, [?]; KOCH, [?]; PICCARDO, [?], 23 maio 2007. *CASA MALAPARTE* [em linha], Laboratorio di Restauro dei monumenti, a.a. 2006/2007, Facoltà di Architettura, Università di Genova. Disponível em: <http://www.arch.unige.it/did/12/architettura/quarto0607/labrestauroa/galleria/malaparte.pdf> [consult. 22 out. 2014].

BOURASSÉ, Jean-Jacques, 1835. “Conservation des monuments”, *Annales archéologiques*, 2, 259-266.

BRANDI, Cesare, 1957. *Celso o della Poesia*, Turim: Einaudi, 36-45.

BRANDI, Cesare, 2000. *Teoria del Restauro*. 2.ª ed. Torino: Einaudi Editore. 1.ª ed. 1963, Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.

BRUSCHI, Sandro; SONDEIA, Benjamim Alfredo, 2003a. “Inhambane: un documento di storia urbana che attende di essere riletto”, in BERTI, Maurizio, “La gestione del patrimonio ambientale: Sulla via della conservazione africana”, *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 4, 68.

CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro, 2012. “Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem” [em linha], *Risco: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo IAU-USP*, 15(1), 105-111. Disponível em [http://www.iau.usp.br/revista\\_risco/Risco15-pdf/07\\_cor02\\_risco15.pdf](http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco15-pdf/07_cor02_risco15.pdf) [consult. 10 jul. 2014].

CAMPANELLI, Alessandro Pergoli, 2010. *Le lontane origini della moderna idea di restauro. La nascita di un'idea: Conservazione e Restauro nella cultura occidentale*. Tese de doutoramento em Restauro de Arquitetura, Roma: Università di Roma “La Sapienza”, Dipartimento di Storia dell'Architettura Restauro e Conservazione dei Beni Architettonici.

CAPÃO, José, out. 1988. “Ilha de Moçambique: Sem Desenvolvimento não há Conservação”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (4), 13-22.

CARBONARA, Giovanni, 1976. *La reintegrazione dell'immagine. Problemi di restauro dei monumenti*. Roma: Bulzoni.

CARBONARA, Giovanni, 1978. “Questioni di principio e di metodo nel restauro dell'architettura”, *Restauro*, VII(36), 5-51.

CARBONARA, Giovanni, 1990. “Restauro fra conservazione e ripristino: note sui più attuali orientamenti di metodo”, *Palladio*, III(6), 43-76.

CARBONARA, Giovanni, 1992. “Il restauro del nuovo e il caso del Weißenhof di Stoccarda”, in ALFANI, Antonio; CARBONARA, Giovanni; PINCI, Franca; SEVERATI, Carlo (eds.), *Costruire abitare: Gli edifici e gli arredi per la Weissenhofsiedlung di Stoccarda. “Bau und Wohnung” e “Innenraume” (1927-28)*. 1.ª ed. Roma: Edizioni Kappa, 49-60.

CARBONARA, Giovanni, 1996. “Teoria e Metodi del Restauro”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico* 4 vols. 1.ª ed. Torino: UTET, vol. I, 3-107.

CARBONARA, Giovanni, 1997. *Avvicinamento al restauro: Teoria, storia, monumenti*. 1.ª ed. Napoli: Liguori Editore.

CARBONARA, Giovanni, 2000. “CRITICA; ESTETICA; METODOLOGIA E CONSERVAZIONE, LE TENDENZE ATTUALI DEL RESTAURO IN ARCHITETTURA”, *Secondo Supplemento della Enciclopedia Universale dell'Arte* [em linha]. 1.ª ed. Novara: Istituto Geografico De Agostini, 533-541. Disponível em:

<http://www.webalice.it/maurizio.beriti/bertirestauro/03restaurmanut1/indirizzirestauro.html> - Giovanni CARBONARA *Le tendenze attuali* [consult. 20 maio 2013].

- CARBONARA, Giovanni, 2000. "Gli orientamenti attuali nel restauro architettonico", in CASIELLO, Stella (a cura di), *Restauro dalla teoria alla prassi*. Napoli: Electa Napoli, 9-26.
- CARBONARA, Giovanni (diretto da), 2004. *Atlante del restauro*. Torino: UTET.
- CARBONARA, Giovanni, 2005. "Architettura e restauro oggi a confronto", *Palladio*, XVIII(35), 99-127.
- CARBONARA, Giovanni, 2006. "Il restauro del moderno come problema di método", *Parametro. Rivista Internazionale di Architettura e Urbanistica*, XXXVI(266), 21-25.
- CARBONARA, Giovanni (a cura di), 2007. *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET Scienze Tecniche.
- CARBONARA, Giovanni, 2007. "Alcuni temi di restauro per il nuovo secolo", in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET Scienze Tecniche, 1-50.
- CARBONARA, Giovanni, 2007. "Problematiche operative e di metodo circa il restauro dell'architettura contemporânea", in AA.VV. *Le architetture del'900 a Roma: contributi per un restauro. La Casa del Balilla di Luigi Moretti*. Roma: Palombi Editori, 29-45.
- CARBONARA, Giovanni (diretto da), 2008. *Trattato di restauro architettonico. Secondo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. Torino: UTET.
- CARBONARA, Giovanni, 2009. "Prefácio", in KÜHL, Beatriz Mugayar, *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ateliê editorial, 9-13.
- CARBONARA, Giovanni, 2010. "Che cos'è il restauro", in BELLINI, Amedeo *et al.*, *Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto, da un'idea di B. Paolo Torsello*. 3.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio Editori. 1.<sup>a</sup> ed. 2005. 21-28.
- CARBONARA, Giovanni, 2011. *Architettura d'oggi e restauro: Un confronto antico-nuovo*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET Scienze Tecniche.
- CARRILHO, Júlio; CANÍ, Anselmo, 2003. "LA PICCOLA CITTÀ DI IBO: considerazioni su recupero e restauro", in BERTI, Maurizio, "La gestione del patrimonio ambientale: Sulla via della conservazione africana", *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, vol. 4, 71-72.
- CARRILHO, Júlio, 2003. "Apresentações", in CORVAJA, Luigi, *Maputo: Desenho e Arquitectura*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF. Tradução por Matteo Angius e Fernanda Angius do original em italiano de 1998 (*Maputo città capitale del Mozambico: disegno e architettura*, Roma: Fratelli Palombi Editori), 6-7.
- CARRILHO, Júlio, 2005. *Arquitettura e Ambiente: Preexistências, transformações e desenvolvimento sustentável. O caso da Ilha do Ibo* [em linha], tesi di dottorato in "Progettazione Ambientale". Roma: Università di Roma "La Sapienza." Disponível em: <http://hdl.handle.net/10805/730> [consult. 13 jul. 2012].
- CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), 2005. *IBO, a casa e o tempo*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF.
- CARRILHO, Júlio, 2010. "Preâmbulo", LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), *Inventário do Patrimônio Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, 5-6.

- CARRILHO, Júlio, 2010. “Moçambique: Preservação do Património Cultural”, *Moçambique: actualidade, cultura, história e política moçambicana, africana, portuguesa, lusófona e internacional* [em linha]. Disponível em: <http://mozindico.blogspot.pt/2010/03/mocambique-preservacao-do-patrimonio.html> [consult. 16 jul. 2012].
- CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís, 2011. “Do Ibo e da Ilha ao Maputo: Arquitecturas urbanas em Moçambique”, in FERNANDES, José Manuel (org.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Universidade Autónoma de Lisboa/ Caleidoscópio, 109-119.
- CASIELLO, Stella, 1996. *La cultura del restauro: Teorie e fondatori*. 1.ª ed. Venezia: Saggi Marsilio.
- CASIELLO, Stella (a cura di), 2008. *Verso una storia del restauro. Dall'età classica al primo Ottocento*. 1.ª ed. Firenze: Alinea.
- CASIELLO, Stella, 2010. [s.t. - introdução ao volume], in CASIELLO, Stella; PANE, Andrea; RUSSO, Valentina (a cura di), *Roberto Pane tra storia e restauro, Architettura, città, paesaggio*. 1.ª ed. Venezia: Marsilio Editori, [s.p.].
- CERÁVOLO, Ana Lúcia, 2009. “As Cartas de Atenas: análise sobre a contribuição do movimento moderno para as diretrizes internacionais e nacionais de preservação do património cultural” [em linha], in 8.º Seminário DOCOMOMO Brasil. *Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes*, Rio de Janeiro, 1 a 4 de setembro. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario\\_8\\_pdfs/057.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario_8_pdfs/057.pdf) [consult. 12 set. 2012].
- CERROTI, Alessandra, 2008. “Tecnologia e restauro dei materiali non tradizionali”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico. Secondo Aggiornamento. Grandi temi di Restauro*. 1.ª ed. Torino: UTET, 311-400.
- CESCHI, Carlo, 1970. *Teoria e storia del restauro*. 1.ª ed. Roma: Mario Bulzoni Editore.
- CHOAY, Françoise, 2000. *A Alegoria do Património*. 1.ª ed. Lisboa: Edições 70. Tradução por Teresa Castro do original em francês de 1970 (*L'allégorie du patrimoine*, Paris: Seuil).
- CHOAY, Françoise, 2011. *As questões do património: Antologia para um combate*. 1.ª ed. Lisboa: Edições 70. Tradução por Luís Filipe Sarmiento do original em francês de 2009 (*Le patrimoine en question: anthologies pour un combat*, Paris: Seuil).
- CIUCCI, Giorgio, 1993. “Architettura e Urbanistica. Imagine Mediterranea e Funzione Imperiale”, in GRESLERI, Giuliano; MASSARETTI, Pier Giorgio e ZAGNONI, Stefano, *ARCHITETTURA ITALIANA D'OLTREMARE, 1870-1940*. 1.ª ed. Venezia: Marsilio, 109-115.
- CORTÊS, Carla; MOREIRA, Fernando Dinis, 2011. “Moderno Brasileiro em Moçambique, 1950-1975: a importação de uma imagem” [em linha], in 9.º Seminário DOCOMOMO Brasil. *Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do património recente*, Brasília, 7 a 11 de junho de 2011. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario\\_9\\_pdfs/057\\_M20\\_RM-ModernoBrasileiroEmMocambique-ART\\_carla\\_cortes-1.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario_9_pdfs/057_M20_RM-ModernoBrasileiroEmMocambique-ART_carla_cortes-1.pdf) [consult. 5 maio 2012].
- COUTINHO, Bárbara, 2011. MUDE Para uma nova forma de viver o património, *PATRIMÓNIO ESTUDOS REVISTA DO INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO*, (11), 118–132.
- CUNHA, Cláudia dos Reis; Cunha e KODAIRA, Karina Terumi, 2009. “O legado moderno na cidade contemporânea: restauração e uso”, in *Anais do 8.º Seminário DOCOMOMO Brasil. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes* [em linha], Rio de Janeiro, 1 a 4 de setembro de 2009. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario\\_8\\_pdfs/147.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario_8_pdfs/147.pdf) [consult. 13 mar. 2012]

- CUNHA, Cláudia dos Reis e, 2010. *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN* [em linha], tese de doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 21-36. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26052010-090302/pt-br.php> [consult. 13 mar. 2012].
- CUSTÓDIO, Jorge, 1993. “Salvaguarda do património: antecedentes históricos: de Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, in *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 33-71.
- CUSTÓDIO, Jorge (org.), 2010. *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. 1.ª ed. Lisboa: IGESPAR.
- CUSTÓDIO, Jorge, 2011. “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a 1.ª República. *Fundamentos e antecedentes*. 1.ª ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- DEZZI-BARDESCHI, Marco, 2006. *Restauro: due punti e da capo*. Milano: Franco Angeli.
- DIERNA, Salvatore, 2003. “Identità e tradizione negli insediamenti, Inhambane e Ibo”, in BERTI, Maurizio, “La gestione del patrimonio ambientale: sulla via della conservazione africana”, *ARKOS: Scienza e restauro dell’architettura*, vol. 4, 66–67.
- DIERNA, Salvatore, 2003b. “A linguagem da identidade: tipologia e tecnologia na arquitectura colonial do antigo Bairro Militar de Maputo”, in SPINA, Maria; JOAQUIM, Vicente, *Antigo Bairro Militar de Maputo*. Maputo: Edições FAPF, 7-8.
- DIERNA, Salvatore, 2005. “A Questão Ambiental: princípios e práticas para uma Arquitectura e uma Cidade sustentável no Sul do mundo”, in FORJAZ, José, *Arquitectura, Ambiente e Sobrevivência*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 5-17.
- DIERNA, Salvatore, 2005. “A Ilha reencontrada: ambiente e cultura do habitar”, in CARRILHO, Júlio (dir. e coord.), *IBO, a casa e o tempo*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF, 6-9.
- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), 1999. *Caminhos do Património. DGEMN. 1929-1999, Catálogo da Exposição*. Lisboa: DGEMN /Livros Horizonte.
- DI STEFANO, Roberto, 1969. *John Ruskin: Interprete dell’architettura e del restauro*. 1.ª ed. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.
- DI STEFANO, Roberto, 2007. “Presentazione”, in RUSKIN, John, *Le Sette Lampade dell’Architettura*. Milano: Jaka Book, 11-29.
- DOGLIONE, Francesco, 2008. *Nel restauro. Progetti per le architetture del passato*. 1.ª ed. Venezia: Marsilio.
- DOMICELJ, Joan, 2009. “Authentic? Nara revisited...”, in STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds.), *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto* [em linha]. Rome: ICCROM (Conservation Studies 10), 143-152. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICCS10\\_JukkaFestchrift\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICCS10_JukkaFestchrift_en.pdf) [consult. 17 maio 2014]
- FIORANI, Donatella, 2007. “Un panorama Europeo del restauro oggi”, in CARBONARA, Giovanni (a cura di), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.ª ed. Torino: UTET, 51-106.
- FORJAZ, José, 1997. “Património — Que atitude?”, *Novo MoçAmbiente*, (21), 4–8.
- FORJAZ, José, 2005a. *Arquitectura, Ambiente e Sobrevivência*. 1.ª ed. Maputo: Edições FAPF.

- FORTUNA, Carlos, 2012. “Património, turismo e emoção”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (97), 23–39.
- GODONOU, Alain, 2004. “Quale approccio per la salvaguardia del patrimonio africano? Il caso della città vecchia di Porto Novo in Benin”, in VALTIERI, Simonetta (a cura di), *Della bellezza ne è piena la vista!: restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Nuova Argos, 118-129.
- GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (eds.), 2008. *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. 1.<sup>a</sup> ed. Hampshire: Ashgate.
- GREMENTIERI, Fabio, 2003. “The preservation of nineteenth and twentieth century heritage”, in OERS, Ron van; HARAGUCHI, S. (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage* [em linha]. Paris: UNESCO /WHC, 81-89. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-38-1.pdf> [consult. 12 maio 2012].
- GRESLERI, Giuliano; MASSARETTI, Pier Giorgio; ZAGNONI, Stefano (a cura di), 1993. *Architettura Italiana d'oltremare, 1870-1940* (catalogo della mostra). 1.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio Editori.
- GRESLERI, Giuliano; MASSARETTI, Pier Giorgio, 2009. *Architettura italiana d'oltremare. Atlante iconografico/ Italian architecture overseas: an iconographic atlas*. 2.<sup>a</sup> ed. Bologna: Bononia University Press, 1.<sup>a</sup> ed. 2008.
- GRILO, Maria Inácia Teles, [s.d.]. “Os Boletins da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1935-1990)”, *Boletins da DGEMN: Números 1 ao 131* [edição em suporte digital]. Lisboa: DGEMN, 3-7.
- GROOTE, Peter; HAARTSEN, Tialda, 2008. “The Communication of Heritage: Creating Place Identities”, in GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (eds.), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. 1.<sup>a</sup> ed. Hampshire: Ashgate, 181–194.
- HALL, Stuart, 1999. “Un-settling ‘the heritage’, re-imagining the post-nation. Whose Heritage?”, *Third Text*, 13(49), 3-13.
- HARVEY, David C., 2001. “Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies”, *International Journal of Heritage Studies*, 7(4), 319-338.
- HARVEY, David C., 2008. “The History of Heritage”, in GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (eds.), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. 1.<sup>a</sup> ed. Hampshire: Ashgate, 19-36.
- HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión, 2006. “Il recupero della memoria culturale: la conservazione dell'architettura del Movimento Moderno nella Penisola Iberica”, *Parametro. Rivista Internazionale di Architettura e Urbanistica*, XXXVI(266), 48-55.
- HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión, 2012. “La arquitectura del siglo XX: entre la conservación y la rehabilitación”, in Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (ed.), *Cien años de arquitectura en Andalucía. El Registro Andaluz de Arquitectura Contemporánea, 1900-2000* [em linha]. e-ph cuadernos, 3. Sevilla: Consejería de Cultura, 122-131. Disponível em: <http://www.iaph.es/web/canales/publicaciones/cuadernos/eph-cuadernos/> [consult. 6 dez. 2011].
- HOBSBAWM, Eric, 1983. “Introduction: Inventing Traditions”, in HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.), *The Invention of Tradition*. 1.<sup>a</sup> ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1-14.
- HODJAT, Mahdi, 2009. “Conservation of conservation methods”, in STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds.), *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto* [em linha]. Rome: ICCROM, 117-123. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICCS10\\_JukkaFestchrift\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICCS10_JukkaFestchrift_en.pdf) [consult. 2 jun. 2012].

- ICOMOS, 1995. *Seminar on 20th Century Heritage (Helsinki, 18-19 -VI-1995)* [em linha]. Disponível em: <http://www.icomos.org/en/what-we-do/disseminating-knowledge/publicationall/otherpublications/116-english-categories/resources/publications/315-seminar-on-20th-century-heritage> [consult. 15 abr. 2012].
- INABA, Nobuko, 2009. “Authenticity and heritage concepts: tangible and intangible - discussions in Japan”, in STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds.), *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto* [em linha]. Rome: ICCROM, 153-162. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_IC10\\_JukkaFestchrift\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_IC10_JukkaFestchrift_en.pdf) [consult. 2 jun. 2012].
- Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993. COELHO, Maria Eduarda Leal (coord.), *Dar futuro ao passado*, Catálogo da Exposição. Lisboa: IPPAR.
- Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1997. *Intervenções no Património 1995-2000*. Lisboa: IPPAR.
- JAPHA, Derek, 2003. “The heritage of modernism in South Africa”, in OERS, Ron van; HARAGUCHI, S. (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage* [em linha]. Paris: UNESCO/WHC, 94-98. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-38-1.pdf> [consult. 12 maio 2012].
- JOFFROY, Thierry (ed.) 2005. *Traditional conservation practices in Africa* [em linha]. Rome: ICCROM. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_IC102\\_TraditionalPractices\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_IC102_TraditionalPractices_en.pdf) [consult. 2 jun. 2013].
- JOKILEHTO, Jukka, 1999. *A history of architectural conservation*. 1.<sup>a</sup> ed. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- JOKILEHTO, Jukka, 2003. “Continuity and Change in Recent Heritage”, in OERS, Ron van; HARAGUCHI, S. (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage* [em linha]. Paris: UNESCO/WHC, 105-108. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-38-1.pdf> [consult. 12 maio 2012].
- JOKILEHTO, Jukka, 2006. “Alois Riegl e Cesare Brandi nel loro contesto culturale”, in ANDALORO, Maria (a cura di), *La teoria del restauro del Novecento da Riegl a Brandi*. Atti del Convegno Internazionale di Studi (Viterbo, 12-15 novembre 2003). Firenze: Nardini Editore, 51-57.
- JOKILEHTO, Jukka, 2007. “Il quadro internazionale: Asia, Australia, Medio Oriente, Paesi Arabi e Africa Subsaariana”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, 147-210.
- JONES, Siân, 2010. “Negotiating authentic objects and authentic selves: beyond the deconstruction of authenticity”, *Journal of Material Culture*, 15(2), 186 ss.
- JONG, Ferdinand de; ROWLANDS, Michael, 2007. “Reconsidering Heritage and Memory”, in JONG, Ferdinand de; ROWLANDS, Michael (eds.), *RECLAIMING HERITAGE: ALTERNATIVE IMAGINARIES OF MEMORY IN WEST AFRICA*. 1.<sup>a</sup> ed. Walnut Creek, Left Coast Press (« Publications of the Institute of Archaeology, University College London »), 13–30.
- JONG, Ferdinand de; ROWLANDS, Michael (eds.), 2007. *RECLAIMING HERITAGE: ALTERNATIVE IMAGINARIES OF MEMORY IN WEST AFRICA*. 1.<sup>a</sup> ed. Walnut Creek, Left Coast Press (« Publications of the Institute of Archaeology, University College London »).
- JOPELA, Albino P. de J., 2006. *Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres do distrito de Manica, 1943-2005*, dissertação de licenciatura em História. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

- JOPELA, Albino P. de J., 2014. “Custódia Tradicional do Património Cultural Imóvel”, in MACAMO, Solange (dir.), *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura, 55-58.
- JOY, Charlotte, 2007. “‘Enchanting Town of Mud’: Djenné, A World Heritage Site in Mali”, in JONG, Ferdinand de; ROWLANDS, Michael (eds.), *RECLAIMING HERITAGE: ALTERNATIVE IMAGINARIES OF MEMORY IN WEST AFRICA*. 1.<sup>a</sup> ed. Walnut Creek, Left Coast Press (« Publications of the Institute of Archeology, University College London »), 145–160.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2003. “Quatremère de Quincy e os Verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruínas da sua *Encyclopédie Méthodique: Architecture*”, *Rotunda*, (2), 100-106.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2005. “História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos”, *Revista CPC*, São Paulo, 1(1), 16-40.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2006. “A Restauração de Monumentos Históricos na França após a Revolução Francesa e durante o Século XIX: Um Período Crucial para o Amadurecimento Teórico”, *Revista CPC*, 1(3), 110-144.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2007. “Il quadro Pan-Americano”, in CARBONARA, Giovanni (a cura di), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, 115-146.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2008. “A restauração como Campo Disciplinar Autónomo”, *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 40, 351-373.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2009. “Ética e responsabilidade social na preservação do património cultural”, in *XIII Congresso da ABRACOR*, 13 a 17 de abril de 2009, Porto Alegre.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2009. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ateliê editorial.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, jul. - dez. 2010. “Notas sobre a Carta de Veneza”, *Anais do Museu Paulista*, 18(2), 287-320.
- KÜHL, Beatriz Mugayar, 2011. “Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural”, *Ideias em Destaque*, v. 36, 86-100.
- KÜHL, Beatriz Mugayar; SALVO, Simona, 2006. “Ciclo de Palestras sobre Preservação: Disciplina AUH 852 - Técnicas Construtivas Tradicionais” [em linha], *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, (19), 198-210. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43471>, DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i19p198-210> [consult. 2 jun. 2012].
- KÜHL, Beatriz Mugayar; VIVIO, Beatrice; CAMPANELLI, Alessandro Pergoli; CERROTI, Alessandra, 2010. “Seminário de estudos sobre restauração arquitetônica: ‘temas recentes no restauro na Itália’” [em linha], *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, (27), 208-268. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43689>, DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i27p208-268>
- LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), 2010. *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF.
- LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord. geral), 2013. *Beira - Catálogo de Património Urbanístico e Arquitetónico/ Catalogue of Urban and Architectural Heritage*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF. Tradução e revisão por Ana Anjo (texto bilingue).
- “La sauvegard du moderne”, 1997. *Faces: journal d’architectures*, 2(I), 1-4.“



- LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito, 2004. *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- LUNDI, Iraê Batista, dez. 1997. “Herança e Património”, *MoçAmbiente*, (21), 9-11.
- LUSO, Eduarda Cristina Pires; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela Guedes de, maio 2004. “Breve história da teoria da conservação e do restauro” [em linha], *Engenharia Civil*, (20), 31-44. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/2554> [consult. 20 abr. 2010].
- MACAMO, Solange (coord.), 2003. *Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios - Património Cultural*. Maputo: Ministério da Cultura e UNESCO.
- MACAMO, Solange, 2010. “A protecção do património edificado em Moçambique: desafios para o presente e futuro”, in LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (coord.), *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. 1.<sup>a</sup> ed. Maputo: Edições FAPF, 7-8.
- MACAMO, Solange (dir.), 2014. *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique* [em linha]. Maputo: Ministério da Cultura - Direcção Nacional do Património Cultural, 1.<sup>a</sup> ed. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237075329\\_Manual\\_de\\_Conservacao\\_do\\_Patrimonio\\_Cultural\\_Imovel\\_em\\_Mocambique](https://www.researchgate.net/publication/237075329_Manual_de_Conservacao_do_Patrimonio_Cultural_Imovel_em_Mocambique) [consult. 2 jun. 2013].
- MARCONI, Paolo, 2002. “Carta della Conservazione e del restauro degli oggetti d'arte e di cultura”, in MARCONI, Paolo, *Il restauro e l'architetto. Teoria e pratica in due secoli di dibattito*. 3.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio, 1.<sup>a</sup> ed. 1993, 208.
- MARIZ, Vera Félix, 2012. “O caso pioneiro de São Tomé e Príncipe no panorama da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos durante o Estado Novo”, in ROQUE, Ana Cristina; SEIBERT, Gerhard; MARQUES, Vítor Rosado (coord.), *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL), Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 129-136.
- MARIZ, Vera Félix, 2012. “Cabo Verde no Programa de Salvaguarda do Património Português Ultramarino — O Caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1962-1974)” [em linha], in *Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCP-UTL). Disponível em: <https://coloiociocvbg.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf> [consult. 3 jun. 2015].
- MARIZ, Vera Félix, 2012. “A Salvaguarda dos Monumentos Portugueses em Moçambique (1943-1974)”, Congresso Internacional *Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, IICT-JBT, Palácio dos Condes da Calheta, Lisboa, 24-26 de outubro de 2012.
- MARIZ, Vera Félix, 2012. O caso pioneiro de São Tomé e Príncipe no panorama da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos durante o Estado Novo. In Ana Cristina ROQUE, Gerhard GEIBERT, e Vítor Rosado MARQUES, orgs. *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL), Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3918/1/Mariz\\_STP\\_126\\_136.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3918/1/Mariz_STP_126_136.pdf) [consultado em 12 de abril de 2015].
- MARTÍNEZ, Ascensión Hernández, 2006. “Il recupero della memoria culturale: la conservazione dell'architettura del Movimento Moderno nella Penisola Iberica”, *Parametro. Rivista Internazionale di Architettura e Urbanistica*, XXXVI(266), 48-55.

- MATTOSO, José (dir.), 2010. *Património de Origem Portuguesa no Mundo*. [vol. 1] *América do Sul*, ARAÚJO, Renata Malcher de (coord.); [vol. 2] *África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord.); [3.º vol.] *Ásia, Oceania*, ROSSA, Walter (coord.). 2011. [4.º vol.] *Índices*. 1.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2014. “Conservação do património moderno: O Jardim Municipal em Maputo”, in *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos: África Hoje - tempos e espaços de transformação*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 11 a 13 de Setembro, 8 pp.
- MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2014. “CONSERVING MODERN ARCHITECTURE IN A POST-COLONIAL CONTEXT: MOZAMBIQUE”, in *Nordic Conservation PhD Student Colloquium*, Copenhagen, International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, School of Conservation, The Royal Danish Academy of Fine Arts, 24 a 25 de novembro.
- MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2016. “Preserving Modern Architecture in a Post-Colonial Context: Mozambique” in PAŠIĆ, Amir; JUNANEC, Borut; MORO, José Luis (eds.), *The Importance of Place: Values and Building Practices in the Historic Urban Landscape*. Cambridge Scholars Publishing: 225-238.
- MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2016. “A génese da salvaguarda do património edificado na cidade de Maputo”, *Genius Loci: lugares e significados. Breves reflexões*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 200.
- MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2016. “A génese da salvaguarda do património edificado na cidade de Maputo”, in *Congresso Internacional Genius Loci: lugares e significados. Breves reflexões*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 20 a 22 de abril, 15 pp.
- MENDONÇA, Lisandra Franco de, 2016. “The inheritance of modern architecture and urban landscape in the “cement city”: Maputo, Mozambique”, in BENEDETTI, Sandro *et al.* (a cura di.), *Atti della giornata di studi in onore di Giovanni Carbonara*. Roma, 6 pp. [no prelo].
- Monumenta – Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique* (números 1 a 9), 1965-1972, Lourenço Marques.
- MOREIRA, Fernando Diniz, 2009. “Introdução à conservação da Arquitectura Moderna” [policopiado], in Curso Latino Americano sobre a conservação da Arquitectura Moderna MARC/AL, Olinda: CECI/ICCROM.
- MOREIRA, Fernando Diniz, 2010. *Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna* [policopiado], Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.
- MUMMA, Albert, 2005. “The Link between Traditional and Formal Legal Systems”, in NDORO, Webber; PWITI, Gilbert (eds.), *Legal Frameworks for the Protection of Immovable Cultural Heritage in Africa* [em linha]. Roma: ICCROM, 22-24. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_ICSO5\\_LegalFrameworkAfrica\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_ICSO5_LegalFrameworkAfrica_en.pdf) [consult. 8 abr. 2012].
- MUNETTA, Yoshifumi, 2004. “La conservazione nel mondo orientale. Argomentazione e problematiche sulle diversità culturali: come rispondere”, in VALTIERI, Simonetta (a cura di), *Della bellezza ne è piena la vista!: restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione*. 1.ª ed. Roma: Nuova Argos, 56-84.
- NAROROMELE, Albano; MARRENGULA, Amadeu, 7 de agos. de 1988. “Património Cultural: Lei de protecção em tempo de crise de valores”, *Domingo* [Maputo], 7-11.
- NAVARRO, Bruno J., 2012. “A Estação Central de Maputo no contexto das políticas de preservação do património edificado de Moçambique: Estudo de caso” [em linha], *Historiæ*, Rio Grande, 3(1), 171-200. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3154> [consult. 21 maio 2014].

- NAVARRO, Júlio, 1987. “1962 — Os 75 Anos da Cidade. Resistir, Afirmando a Nossa Cultura”, *ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, (2), 109-114.
- NDORO, Webber; PWITI, Gilbert (eds.), 2005. *Legal Frameworks for the Protection of Immovable Cultural Heritage in Africa* [em linha]. Rome: ICCROM. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_IC505\\_LegalFrameworkAfrica\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_IC505_LegalFrameworkAfrica_en.pdf) [consult. 6 jun. 2013].
- NDORO, Webber; CHIRIKURE, Shadreck, 2009. “Developments in the practice of heritage management in sub-Saharan Africa”, in STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (eds.), *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto* [em linha]. Rome: ICCROM, 69-76. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_IC510\\_JukkaFestchrift\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_IC510_JukkaFestchrift_en.pdf) [consult. 2 jan. 2012].
- NDORO, Webber; MUMMA, Albert; ABUNGU, George (eds.), 2009. *Cultural Heritage and the Law: Protecting Immovable Heritage in English-Speaking Countries of Sub-Saharan Africa* [em linha]. Rome: ICCROM. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_IC508\\_CulturalHeritageandLaw\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_IC508_CulturalHeritageandLaw_en.pdf) [consult. 8 abr. 2012].
- NETO, Maria João, 2001. *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. 1.ª ed. Porto: FAUP.
- NETO, Maria João, 2004. “Perspectivas actuais do Património Arquitectónico: Conceitos Critérios e intervenções”, in *X Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Património, Território e Sociedade*, Câmara Municipal de Cascais, Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 29-40.
- NETO, Maria João, 2004. *Os monumentos nacionais: reconstrução ou ficção? Factos Desconhecidos da História de Portugal*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 252-263.
- NETO, Maria João, 2010. “Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964”, in CUSTÓDIO, Jorge (coord. científico), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. 1.ª ed. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), 157-204.
- NGUIRAZI, Teodato, 2014. “Conservação do Património Edificado”, in MACAMO, Solange (dir.), *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura, 49-54.
- NIGLIO, Olimpia, 2008. “RESTAURO DEL MODERNO CONFRONTO TRA DIFFERENTI “RETI” IDEOLOGICHE” [em linha], in *Il restauro dell'edificio AR a Palermo*, Palermo, 10-20. Disponível em: [http://www.esempdiarchitettura.it/ebcms2\\_uploads/oggetti\\_articolo\\_109\\_ITA\\_7yG3CBhBJKr5kKuFcMrRprUjqh9FVxRSUqLpQTPr.pdf](http://www.esempdiarchitettura.it/ebcms2_uploads/oggetti_articolo_109_ITA_7yG3CBhBJKr5kKuFcMrRprUjqh9FVxRSUqLpQTPr.pdf) [Acedido em 26 de Junho, 2012].
- OGURA, Nobuyuki, 2005. “Ernest May and modern architecture in East Africa”, *ArchiAfrika Conference Proceedings: Modern Architecture in East Africa around Independence (Dar es Salaam, Tanzania, Jul. 27 a 29 de 2005)*. Utrecht: ArchiAfrica, 81- 90.
- OMAR, Lúcia, 2013. *OS DESAFIOS PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMÔNIO CULTURAL NA ILHA DE MOÇAMBIQUE* [em linha], dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.fordifp.org/Portals/0/News/9fd81a3f-2d5a-4525-8c38-bc76393e2b66PATRIMONIO AMBIENTAL.pdf> [consult. 2 jan. 2013].
- PANE, Roberto, 1967. “Passaggio dall'idea del monumento isolato a quella dell'insieme storico-artistico”, *Attualità dell'ambiente antico*. 1.ª ed. Firenze: La nuova Italia.
- PANE, Roberto, 1969. “Prefazione”, in DI STEFANO, Roberto, *John Ruskin: Interprete dell'architettura e del restauro*. 1.ª ed. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 9–15.

- PESSÔA, José, 2015. “A Arquitetura como documento”, in ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (orgs.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. 1.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Fundação Calouste Gulbenkian/ Editora da Universidade Federal Fluminense, 453-475.
- PEVSNER, Nikolaus, 1969. *RUSKIN AND VIOLLET-LE-DUC: ENGLISHNESS AND FRENCHNESS IN THE APPRECIATION OF GOTHIC ARCHITECTURE*. 1.<sup>a</sup> ed. London: Thames and Hudson.
- PHILIPPOT, Albert; PHILIPPOT, Paul, 1959. “Le problème de l'intégration des lacunes dans la restauration des peintures”, *Bulletin de l'Institut Royal du Patrimoine Artistique*, vol. II, 5-19.
- PHILIPPOT, Paul, 1988. “La phénoménologie de la création artistique chez Cesare Brandi”, *ARCANES de l'Art. Entre esthétique et philosophie* (Annales de l'Institut de Philosophie et de Sciences morales, Université Libre de Bruxelles), Bruxelles, 75-89.
- PINCI, Franca, 1992. “Weißenhofsiedlung tra progetto e restauro: storia e cronache. Incontri con Julius Posener, Bodo Rasch, Wolfgang Frankl”, in ALFANI, Antonio; CARBONARA, Giovanni; PINCI, Franca; SEVERATI, Carlo (eds.), *Costruire abitare: Gli edifici e gli arredi per la Weissenhofsiedlung di Stoccarda. “Bau und Wohnung” e “Innenraume” (1927-28)*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Edizioni Kappa, 5-23.
- RAKOTOMAMONJY, Bakonirina (ed.), 2009. *Protection juridique du patrimoine culturel immobilier: Orientations pour les pays Francophones de l'Afrique Subsaharienne* [em linha]. Rome: ICCROM. Disponível em: [http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM\\_IC509\\_ProtectionJuridique\\_fr.pdf](http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_IC509_ProtectionJuridique_fr.pdf) [consult. 2 jan. 2013].
- RIBEIRO, Margarida Calafate, 2015. “Patrimónios da Palavra: Reescritas nas Literaturas de Língua Portuguesa”, in ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (orgs.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. 1.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Fundação Calouste Gulbenkian/ Editora da Universidade Federal Fluminense, 173-223.
- RIEGL, Alois, 2003. “Il culto moderno dei monumenti. Il suo carattere e i suoi inizi”, in SCARROCCHIA, Sandro (a cura di), *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti: Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici*. 2.<sup>a</sup> ed. Bologna: Gedit, 173-207.
- RIEGL, Alois, 2003. “Progetto di un'organizzazione legislativa della tutela dei monumenti in Austria”, in SCARROCCHIA, Sandro (a cura di), *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti: Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici*. 2.<sup>a</sup> ed. Bologna: Gedit, 171-236. Tradução por Ursula Layr, Sandro Scarrocchia e Renate Trost do original em alemão de 1903.
- RIEGL, Alois, 2011, *Il culto moderno dei monumenti. Il suo carattere e i suoi inizi*, in SCARROCCHIA, Sandro (a cura di). Milano: Abscondita. Tradução por Renate Trost e Sandro Scarrocchia do original em alemão de 1903 (*Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*, Wien: W. Braumüller).
- RISO, Vincenzo, 2013. “Escola Secundária da Polana, Um Caso de Recuperação de um Edifício Moderno em Moçambique”, in TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitetura moderna em África: Angola e Moçambique*. 1.<sup>a</sup> ed. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 390-397.
- ROOSMALEN, van Pauline, 2003. “Changing views on colonial heritage”, in OERS, Ron van e HARAGUCHI, S. (eds.), *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage* [em linha]. Paris: UNESCO/ WHC, 122-129. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-38-1.pdf> [consult. 12 maio 2012].

- ROSAS, Lúcia, 2010. “A gênese dos monumentos nacionais”, *100 Anos de Patrimônio: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR, 41-46.
- ROSSA, Walter, 2011. “Prefácio”, in MILHEIRO, Ana Vaz, *Nos trópicos sem Le Corbusier. Arquitetura luso-africana no Estado Novo*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Relógio D’Água, 7–11.
- ROSSA, Walter e RIBEIRO, Margarida Calafate (org.), 2015. *Patrimônios de Influência Portuguesa: modos de olhar*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Fundação Calouste Gulbenkian/ Editora da Universidade Federal Fluminense.
- ROWLANDS, Michael, 2007. “Entangled Memories and Parallel Heritages in Mali”, in ROWLANDS, Michael; JONG, Ferdinand de (eds.), *RECLAIMING HERITAGE: ALTERNATIVE IMAGINARIES OF MEMORY IN WEST AFRICA*. 1.<sup>a</sup> ed. University College London: Left Coast Press, 127–144.
- RUSKIN, John, 1894. *Sesame and Lilies*. 9.<sup>a</sup> ed. London: George Allen, Sunnyside, Orpington. BAFCG LT 1588
- RUSKIN, John, 1905. *UNTO THIS LAST, MUNERA PULVERIS, TIME AND TIDE, with other writings on Political Economy, 1860-1873*, in COOK, E. T.; WEDDERBURN, Alexander (eds.), *THE COMPLETE WORKS OF JOHN RUSKIN*. London: George Allen, vol. XVII. BAFCG AE 4/17 Res.
- RUSKIN, John, 1906. *The Stones of Venice*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz, 1.<sup>a</sup> ed. 1851-1853, 3 vols. BNP H.G. 5816 P.
- RUSKIN, John, 1907. *The Seven Lamps of Architecture*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz, 1.<sup>a</sup> ed. 1849. BAFCG AP9505
- RUSKIN, John, 1907. *GUILD AND MUSEUM OF ST. GEORGE, Reports, Catalogues, and Other Papers*, in COOK, E. T.; WEDDERBURN, A. (eds.), *THE WORKS OF JOHN RUSKIN*. London: George Allen, vol. XXX. BAFCG AE 4/30 Res.
- RUSKIN, John, 2007. *Le Sette Lampade dell’Architettura*. 6.<sup>a</sup> ed. Milano: Jaca Book, 1.<sup>a</sup> ed. it. 1982. Tradução por Renzo Massimo Pivetti do original em inglês de 1849 (*The Seven Lamps of Architecture*).
- SALVO, Simona, 2000. *Restaurare il nuovo? Ricerca sui limiti e l’applicabilità della moderna teoria del restauro all’architettura recente* [policopiado], tesi di dottorato in Storia e Restauro dell’Architettura. Roma: Università di Roma “La Sapienza”.
- SALVO, Simona, 2006. “A restauração do arranha-céu Pirelli: a resposta italiana a uma questão internacional”, in KUHL, Beatriz Mugayar; SALVO, Simona, “Ciclo de Palestras sobre Preservação: Disciplina AUH 852 - Técnicas Construtivas Tradicionais” [em linha], *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, (19), 201-210. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/viewFile/43471/47093> [consult. 2 jan. 2012].
- SALVO, Simona, 2007. “Il restauro dell’architettura contemporanea come tema emergente”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, 265-335.
- SALVO, Simona, maio-out. 2007. “Restauro e ‘restauros’ das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto” [em linha], *Revista CPC*, (4), 139-157. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15610/17184> [consult. 9 fev. 2010].

- SANTOIANNI, Vittorio, 2008. *Il Razionalismo nelle colonie italiane 1928-1943. La «nuova architettura» delle Terre d'Oltremare*, tesi di dottorato in Progettazione Architettonica e Urbana. Napoli: Facoltà di Architettura, Università degli Studi di Napoli “Federico II”, XX Ciclo.
- Secretaria de Estado da Cultura—Moçambique; Arkitektskolen i Aarhus—Danmark (eds.), 1986. *Ilha de Moçambique: Relatório—Report, 1982-85*.
- SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE PATRIMÓNIO CULTURAL [policopiado], 4 out. 1997. Maputo: Direção Nacional de Cultura, 3pp.
- SCARROCCHIA, Sandro (a cura di), 2003. *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti: Antologia di scritti, discorsi, rapporti 1898-1905, con una scelta di saggi critici*. 2.<sup>a</sup> ed. Bologna: Gedit.
- SCARROCCHIA, Sandro, 2006. “La Ricezione della Teoria della Conservazione di Riegl Fino all'Apparizione della Teoria di Brandi”, in ANDALORO, Maria (a cura di), *La teoria del restauro del Novecento da Riegl a Brandi: Atti del Convegno Internazionale di Studi (Viterbo, 12-15 novembre 2003)*. Firenze: Nardini Editore, 35-50.
- SCARROCCHIA, Sandro (a cura di), 2011. “LA TEORIA DEI VALORI CONFLIGGENTI DEI MONUMENTI DI ALOIS RIEGL”, in RIEGL, Alois, *Il culto moderno dei monumenti. Il suo carattere e i suoi inizi*. Milano: Abscondita, 1.<sup>a</sup> ed. it. 1985. Tradução por Renate Trost e Sandro Scarrocchia do original em alemão de 1903 (*Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*, Wien: W. Braumüller), 75-141.
- SETOLA, Nicoletta, jul.- ago. 2008. “Casa Malaparte: il cantiere, le tecnologie, i materiali” [em linha], *Costruire in Laterizio*, (124), 56-61. Disponível em: [http://www.laterizio.it/costruire/\\_pdf/n124/124\\_56\\_61.pdf](http://www.laterizio.it/costruire/_pdf/n124/124_56_61.pdf) [consult. 22 out. 2014].
- SETTE, Maria Piera, 1996. “Profilo Storico”, in CARBONARA, Giovanni (diretto da), *Trattato di restauro architettonico*. 1.<sup>a</sup> ed. Torino: UTET, 109–299.
- SEVERATI, Carlo, 1992. “Un nuovo strumento per lo studio del Movimento moderno”, in ALFANI, Antonio; CARBONARA, Giovanni; PINCI, Franca; SEVERATI, Carlo (a cura di), *Costruire abitare: Gli edifici e gli arredi per la Weissenhofsiedlung di Stoccarda. “Bau und Wohnung” e “Innenraume” (1927-28)*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Edizioni Kappa, 61-79.
- SMOKVINA, Marina; CVITANOC, Mojca Smode; KINCL, Branko, 2015. “Influence of Croatian Urban Planners in Post-colonial Africa: Urban Development Plan of Conakry, 1963”, in SILVA, Carlos Nunes (ed.). *Urban Planning in Sub-Saharan Africa: Colonial and Post-Colonial Planning Cultures*. New York and London: Routledge, 225-244.
- TOMÉ, Miguel, 2002. *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto: FAUP publicações.
- TOMSZEWSKI, Andzej, 2004. “I valori immateriali dei beni culturali nella tradizione e nella scienza occidentale”, in VALTIERI, Simonetta (a cura di), *Della bellezza ne è piena la vista!: restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione*. 1.<sup>a</sup> ed. Roma: Nuova Argos, 30-53.
- TORSELLO, Benito Paolo, 2010. “Che cos'è il restauro?”, in BELLINI, Andrea et al., *Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto, da un'idea di B. Paolo Torsello*. 3.<sup>a</sup> ed. Venezia: Marsilio Editori, 1.<sup>a</sup> ed. 2005, 9-17.
- UNESCO, 2003. *Identification and Documentation of Modern Heritage: World Heritage Papers 5*. Paris: UNESCO/WHC. Disponível em: [http://whc.unesco.org/documents/publi\\_wh\\_papers\\_05\\_en.pdf](http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_05_en.pdf) [consult. 29 fev. 2012].

VALTIERI, Simonetta (org.), 2004. *Della bellezza ne è piena la vista!: restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione* 1<sup>a</sup> ed., Roma: Nuova Argos.

VARAGNOLI, Claudio, 1998. "Un restauro a parte?", *Palladio*, 12(22), 111-115.

**5 ANEXOS**





## 5.1 ANEXO A

— “*Da Inconstância da Fortuna. A Teoria e a Metodologia do Restauro em contexto Europeu*”, 28 pp.\*

\*Este texto foi apresentado inicialmente como trabalho final do seminário “Teorias e metodologias de investigação”, ao docente Professor Doutor António Sousa Ribeiro, no curso de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa (ano académico 2010-2011). O texto, com o mesmo título, noutra formato, foi publicado na revista *Cabo dos Trabalhos* n.º 12 (Mendonça, 2016).

Nota: As referências autor/data deste texto remetem para as referências bibliográficas no final da tese.



## *DA INCONSTÂNCIA DA FORTUNA*<sup>1</sup>. A TEORIA E A METODOLOGIA DO RESTAURO EM CONTEXTO EUROPEU

O restauro do património edificado na Europa — refiro-me a uma atividade, produto da cultura moderna, que tomou forma entre o século XVIII e XIX (Bonelli, 1963; Sette, 1996: 111-112, 145 ss.), orientada tendencialmente à conservação de preexistências às quais se reconheceu um valor —, evoluiu de um entendimento inicial agarrado à marca da reconstrução estilística e ao da conservação a qualquer custo (Choay, 2011: 32), para políticas de tutela e estratégias de gestão patrimonial que implicam um julgamento equilibrado de diversos valores e recursos (Jokilehto, 2003: 108).

Este texto começa por explorar alguns aspetos históricos e conceptuais do restauro e o aparecimento e o desenvolvimento da tutela do património tal como a entendemos hoje, percorrendo vários contributos teóricos, de forma a delinear variações significativas do suporte teórico e das metodologias de intervenção correlacionadas.

Não reentra nos objetivos desta sintética “aproximação ao restauro”<sup>2</sup>, o aprofundamento exaustivo da sua génese e das práticas patrimoniais em contexto europeu — a bibliografia nesta matéria é extensa e atual —, apenas evocar alguns momentos determinantes na evolução da sua organização teórica e prática. O formato do texto impõe uma escolha limitada de atores e textos, forçosamente arbitrária.

---

<sup>1</sup> Título da obra tardia (1443-1446) de Poggio Bracciolini (1380-1459) consagrada a Roma. Figura maior da primeira geração de humanistas italianos, deve-se a Poggio a descoberta de um grande número de manuscritos antigos em abadias como Cluny, Saint-Gall ou Montecassino, entre as quais, e no domínio que me proponho tratar, a obra de Vitruvius (Saint-Gall, 1414). Sobre a biografia de Poggio, veja-se Choay, 2011: 73-77.

<sup>2</sup> Tradução do título de uma obra de referência de Giovanni Carbonara (1997), que percorre os antecedentes, a formação e as conformações atuais da disciplina, com enfoque no contexto europeu.

O sentido e o significado dos monumentos não dependem da sua função originária, mas do significado que nós, sujeitos modernos, lhe atribuímos. (Riegl, 2011: 16, orig. 1903)

## Natureza e âmbito do restauro

Na génese da salvaguarda de vestígios antigos, a cidade de Roma (e mais tarde, sobretudo a partir da terceira década do século XX, no campo teórico, legislativo e operativo do património cultural, a Itália)<sup>3</sup> aparece como uma referência essencial (Choay, 2011: 79). Esta referência justifica-se não só pela dimensão e riqueza dos vestígios da Antiguidade, muitos dos quais permaneciam intactos no fim da Idade Média (Choay, 2011: 22), mas em função de dois processos que conferiram estatuto às “antiguidades”<sup>4</sup> (Choay, 2011: 79). A partir do século V<sup>5</sup> foi atribuído aos

---

<sup>3</sup> Dou particular relevância à reflexão teórica de Gustavo Giovannoni (1873-1947) sobre o valor documental dos monumentos e do tecido urbano e sobre a necessidade de uma matriz conceptual e de método operativo para a salvaguarda dos bens culturais, com repercussão na formulação da primeira carta de restauro internacional, conhecida como *Carta de Restauro de Atenas*, de 1931; e na instituição inédita (a nível mundial) (1919-1920), da disciplina de “Restauro dos Monumentos” na recém-formada Escola de Arquitetura de Roma, favorecendo o crescimento científico da disciplina no contexto italiano, mas não só (considerando o contacto estreito da Itália com a Grécia, a Hungria e a Roménia, ou as contribuições em cartas internacionais de património, como as de Atenas, de 1931, e de Veneza, de 1964); à reformulação profunda da disciplina operada pelo “restauro crítico”, a partir do segundo pós-guerra — quando a destruição massiva de inteiros conjuntos urbanos forçou o questionamento sobre modos de operar e pensar “estabilizados” (cf. Bonelli, 1963; Carbonara, 1997: 249; 285-289); à produção teórico-prática, enraizada nas preposições de Cesare Brandi no *Instituto Centrale del Restauro* (ICR) (a partir de 1939), referência incontornável na matéria; e às contribuições ulteriores do chamado restauro “crítico-conservativo”, para referir alguns pontos determinantes para o entendimento do restauro em contexto europeu com impacto na formulação de princípios internacionais de restauro e salvaguarda do património. Sobre estes argumentos, veja-se Bonelli, 1963; Sette, 1996; Carbonara, 1996; 1997; 2006.

<sup>4</sup> Na Itália do *Quattrocento*, os edifícios ou outras categorias de objetos da Antiguidade apareciam sob a nomenclatura global de “antiguidades”, termo derivado do substantivo plural *antiquitates*, forjado por Varrão (116-26 a.C.) para designar o conjunto de produções antigas da romanidade (Choay, 2011: 23). Os estudiosos de antiguidades, de sequência, passam a designar-se “antiquários” (Choay, 2011: 23; Carbonara, 1997: 18).

<sup>5</sup> Houve casos, relatados desde a Antiguidade, em vários contextos culturais, de operações de “restauro” (como ato orientado por razões culturais, em sentido lato), mas constituíram sobretudo exceções. Só a partir do século IV da nossa era se regista uma intenção e escolha artística mais evidente na reutilização de elementos ornamentais, como se pode observar em inúmeras basílicas proto-cristãs (Carbonara, 1997: 52-53). Esta atenção, relativamente aos espólios do passado, é uma ação distinta da do restauro, mesmo representando uma novidade de natureza cultural e artística. Trata-se, em parte, de um problema de *convenientia et cohaerentia antiqui et novi operis* — que em sentido moderno pode ser entendido como a procura de coerência figurativa e linguística entre as várias partes de uma construção, antigas e novas (Carbonara, 1997: 53; Sette, 1996: 128-130) —, segundo a

edifícios pagãos um valor memorial (Choay, 2000: 37; 79-80). Num segundo momento, a partir do *Quattrocento*, os papas passam a promover o estudo e a valorização dos vestígios da Antiguidade romana, pelo “saber histórico” (Choay, 2011: 43). De 1462, data a bula *Cum aliam nostram urbem*, do papa Pio II (Enea Silvio Piccolomini, 1458-1464), para a proteção dos vestígios da antiga Roma<sup>6</sup> (Choay, 2011: 80; Carbonara, 1997: 53-54), distinguindo “monumentos” e “antiguidades”. Outros interesses, para além dos utilitários, passaram a investir a reutilização das construções e a preservação dos vestígios antigos. Foi sobretudo a partir do *Quattrocento* que o observador estabeleceu, pela primeira vez, distância histórica entre a Antiguidade, da qual estuda os vestígios (Sette, 1996: 122 ss.; Carbonara, 1997: 60-61), e o seu mundo contemporâneo<sup>7</sup>. A perspetivação histórica e artística e o discurso da conservação (cingido às antiguidades) fizeram nascer um objeto novo, uma forma primitiva de “monumento histórico”, tal como apareceu delineado no início do século XX por Alois Riegl<sup>8</sup> (1858-1905) (Choay, 2011: 15).

A mudança essencial que emergiu na Itália do século XV, entre a comunidade de letrados, e que permitiu um novo olhar sobre os objetos da produção humana, consistiu num fenómeno a que Eugenio Garin chamou de “relaxamento” do

---

expressão do Abade Suger (1081-1151), que na primeira metade do século XII, para as obras de ampliação da abadia de Saint-Denis, projetava a aquisição, que não chegou a concretizar, de espólios de Roma (Carbonara, 1997: 53; Choay, 2011: 59-71).

<sup>6</sup> Na verdade, tal como os seus predecessores e sucessores, continuou a mandar saquear mármore e travertino da ruínas romanas, para a construção e remodelação de palácios e templos e outras obras civis (Choay, 2011: 80). Cf. Choay, 2011: 22; Carbonara, 1997: 51.

<sup>7</sup> Vários autores identificaram várias “renascenças” a partir do século XII na Europa central e o interesse pelo estudo e a valorização de obras da Antiguidade. Sobre as diferenças entre os proto-humanistas da Antiguidade Tardia e da Idade Média e os humanistas do século XV, na sua relação com a alteridade de uma cultura distinta, veja-se Panofsky, 1981; Choay, 2000: 32-37.

<sup>8</sup> O teórico começou por falar dos valores dos monumentos distinguindo “monumentos intencionais” — criados pelo homem especificamente para assinalar um evento que deve ser recordado às gerações sucessivas (Scarrocchia, 2011: 85) —, e “monumentos não intencionais ou involuntários” — que independentemente das razões que assistiram à sua criação, foram associados sucessivamente a um valor histórico ou artístico, ou, contemporaneamente histórico-artístico, isto é, a sua “eleição” como monumento histórico e/ou artístico fica dependente da vontade subjetiva de quem opera o reconhecimento, isto é, da perceção moderna (Jokilehto, 2006: 54).

teocentrismo (*apud* Choay, 2011: 21), “então partilhado pelo conjunto das sociedades cristãs da Europa ocidental” (Choay, 2011: 21). Este processo, que não deve ser entendido como enfraquecimento da fé religiosa, permitiu a emergência de um novo olhar sobre o homem, “até então confinado ao papel de criatura e doravante investido de um poder criador” (Choay, 2011: 21). Daqui partiu um novo interesse pelo campo vasto da produção humana (passada e contemporânea), mas, também, uma nova conceção da história como disciplina autónoma e um novo estatuto “da actividade estética atribuído ao que nós chamamos artes plásticas”<sup>9</sup> (Choay, 2011: 21).

A partir do século XVI, esta revolução cultural prosseguiu nos países vizinhos de Itália, “nos quais o estudo dos vestígios da Antiguidade clássica motiva a viagem a Roma e por Itália antes de suscitar a exploração dos territórios nacionais, em busca de traços da colonização romana” (Choay, 2011: 23). De meados do século XVI em diante, o interesse dos antiquários europeus começou a orientar-se progressivamente para os vestígios das respetivas heranças nacionais<sup>10</sup>.

A conceção moderna de restauro, surgiu e desenvolveu-se primeiramente ao longo dos séculos XVI e XVII no ambiente literário, com o contributo consciente de eruditos e antiquários (Carbonara, 1997: 18, 21; Choay, 2011: 23). Foram esses estudiosos, especialmente aqueles dedicados às antiguidades cristãs, que primeiro individuaram razões de cultura e memória para a conservação; num primeiro momento, de carácter religioso e celebrativo, logo seguidas de razões de documentação — de testemunhos de histórico-artísticos —, possivelmente, ainda a partir de reflexões em gestação sobre a relevância do estudo e conservação de vestígios do

---

<sup>9</sup> Sobre esta mudança no entendimento da relação entre as várias artes e sua influência nos mais variados sectores da sociedade, fomentada pela cultura humanística entre o final do século XIV e XV, veja-se Benevolo, 2001: 150 ss., 163.

<sup>10</sup> Entre o século XVI e as primeiras décadas do século XIX, as sociedades de antiquários desenvolveram um trabalho singular na Europa, com o estudo e o inventário de todas as categorias de antiguidades, mas foram sobretudo os antiquários ingleses que primeiramente pugnaram pela preservação das suas heranças nacionais (Choay, 2011: 23-25).

passado, “mas já com um interesse muito distinto do das razões utilitárias e de gosto que orientaram a reutilização, a modificação dos “monumentos” durante a Antiguidade, a época medieval e o Renascimento” (Carbonara, 1997: 18).

Apenas com o surgimento da consciência histórica moderna, com o desenvolvimento da arqueologia e da história da arte (Sette, 1996: 139-142; Carbonara, 1997: 51; Choay, 2011: 27-28), que seguiu o trabalho de preparação que se serviu, entre o século XVI e XVII, do auxílio determinante da atenção “contrarreformista” pelas *antiquitates christianae* (Sette, 1996: 126; 130-134) e mais precisamente, do culto preservacionista das relíquias da igreja primitiva “(verdadeiras e eficazes somente se ‘materialmente’ autênticas)<sup>11</sup> se pôde superar o ‘impasse’ renascentista, de estudo sem uma conseqüente tutela do antigo” (Carbonara, 1997: 51) e chegar a um comportamento propriamente entendido de restauro, entre o final de Setecentos e inícios de Oitocentos. A tutela da matéria antiga constituiu a verdadeira novidade em relação à tradição do Renascimento.

Houve um processo gradual de alteração do modo de lidar com os bens herdados de vários períodos e que a partir de finais de Setecentos se acentua devido a vários fatores, entre os quais o Iluminismo, as profundas e aceleradas alterações que decorrem da chamada Revolução Industrial, as reações às destruições maciças de monumentos e outros documentos posteriores à Revolução Francesa (1789), mas também pelo contributo de Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) (Carbonara, 1997: 71-72) que permitiu uma visão mais ampla e concreta do património, com a

---

<sup>11</sup> Sobre a relevância das relíquias cristãs neste processo e o aflorar de uma noção moderna, peculiar ao mundo ocidental, relativamente à autenticidade, com ampla incidência na validação do património e, conseqüentemente, no entendimento da sua conservação, veja-se Jones, 2010: 186 ss.



sistematização da história da arte antiga que fundamentará uma nova ciência, a Arqueologia<sup>12</sup> (Ceschi, 1970: 31-33; Carbonara, 1997: 62).

Acentuou-se um distanciamento histórico relativamente às obras do passado, a noção de rutura entre passado e presente, o que permitiu que a forma de lidar com o legado material do passado assumisse cada vez mais uma conotação de ordem cultural — face às razões pragmáticas de reutilização e adaptação dos bens disponíveis — privilegiando aspetos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens. A estas mudanças não foram indiferentes, também, razões de conhecimento — que a transmissão das obras permite a vários campos de saber — e éticas — por se reconhecer às gerações futuras, o direito de usufruir das possibilidades de conhecimento que os bens culturais portam, algo bem evidenciado por Jonh Ruskin<sup>13</sup> (1819-1900).

Após a Revolução Francesa, face à destruição operada, os relatórios da Comissão de Instrução Pública (*Rapport sur les destructions opérées par le Vandalisme et sur les moyens de les réprimer*, 1793 e 1794), defendiam a riqueza científica “do património artístico e dos monumentos da nação” e o papel social da arte. A salvaguarda dos monumentos aparece associada a uma ideia de civilização, prevalecente no mundo ocidental nos séculos seguintes, alterando-se apenas as metodologias de conservação e a interpretação dos valores a conservar: “Os bárbaros e os escravos detestam as ciências e destroem os monumentos artísticos; os homens livres amam-nos e conservam-nos” (Henri Grégoire, *Rapport*, I, 37 *apud* Sette, 1996: 145).

---

<sup>12</sup> Que contribuiu para o aprofundamento da metodologia de intervenção nos monumentos, informada pelo conhecimento científico e arqueológico — e.g., na identificação de várias estratigrafias num monumento.

<sup>13</sup> Veja-se em específico o capítulo “The Lamp of Memory” em Ruskin, 1907a (1.<sup>a</sup> ed. 1849): os monumentos do passado foram-nos confiados mas não nos pertencem e a sua conservação não é “uma questão simples de conveniência ou de sentimento”, mas de dever, porque eles coexistem com os direitos “em parte de quem os construiu, e em parte, de todas as gerações que virão depois de nós”.

Sucessivamente, John Ruskin intuía a relação direta entre as “coisas” e a “memória”, reconhecendo que as coisas “são mais úteis à memória do que a memória no renovar-se a si mesma” (Ruskin, 2007: 211, orig. 1849). Ruskin estava ciente das consequências nefastas da perda do património monumental, muito do qual encontrava-se arruinado, essencialmente, pela falta de manutenção adequada e pelo abandono (Di Stefano, 1969: 85-86). Não era alheio, também, às questões arbitrárias que moviam as grandes campanhas contemporâneas de restauro nos monumentos nacionais, sujeitos, as mais das vezes, a operações de adaptação ao gosto vigente, como aquelas que decorreram ao serviço do *gothic revival* por toda a Inglaterra durante uma boa parte do século XIX<sup>14</sup> (Sette, 1996: 172-174; Carbonara, 1997: 127 ss.; Choay, 2011: 22).

Em *The Seven Lamps of Architecture* (Ruskin, 1907a, 1.<sup>a</sup> ed. 1849), Ruskin critica de forma incisiva a ação violenta do restauro, que teve oportunidade de ver em prática a partir de 1840 em várias catedrais na chamada Europa central, resultante do entendimento corrente contemporâneo sobre os monumentos. Ações que — com base em razões, enganosas, de consolidação estática, física ou estética — escarpavam a pele e a estrutura, substituindo e recriando membros em inteiros organismos fracassados, nas palavras de Ruskin, “falsos do princípio ao fim” (*apud* Di Stefano, 1969: 87).

---

<sup>14</sup> O restauro em Inglaterra, entre o início e meados do século XIX, num período de descoberta e de entusiasmo por um determinado período histórico (com o culto do gótico), era entendido como a reconstituição do edifício ao momento áureo da sua criação, suprimindo os vestígios da passagem do tempo e as irregularidades de estilo (Carbonara, 1997: 127). Depois de 1850, começaram a surgir críticas a este comportamento, defendendo um maior respeito pelas diversas fases históricas do monumento, com fundamento num conhecimento filológico mais aprofundado e em ideias mais abrangentes sobre as razões da conservação do património (Carbonara, 1997: 127). Sobre o interesse crescente pelo período Medieval e o “gosto” pelo gótico, recuperado primeiramente por via literária e sucessivamente por via arqueológica, em França e na Inglaterra, da segunda metade de Setecentos em diante e suas especificidades nesses contextos, veja-se em especial o capítulo “The nature of Gothic” em Ruskin, 1906 (1.<sup>a</sup> ed. 1851-1853); Pevsner 1969: 17 ss., 42; Di Stefano, 1969: 74 ss.; Sette, 1996: 177 ss.; Carbonara, 1997: 102 ss. As diferenças são relevantes para perceber as conformações que o próprio entendimento sobre o restauro (intervencionista/ conservacionista) tomou nos dois contextos, veja-se Carbonara, 1997: 161-178; Jokilehto, 2006: 73.

O pensamento de Ruskin, sobre esta matéria, influenciou positivamente uma tomada de consciência favorável à conservação (por oposição ao que era entendido contemporaneamente por restauro) nas últimas décadas de 1800. O que, no campo disciplinar do restauro, desencadeou um novo entendimento sobre a validade da autenticidade da matéria, a individuação de “original” e de “cópia” e a sua delimitação explícita em campo operativo, o que, obviamente, por dificuldade de operabilidade prática dos conceitos, levou mais tempo a tomar uma forma coerente.

Foi essencialmente no sexto capítulo de *The Seven Lamps of Architecture* — “The Lamp of Memory” —, que Ruskin intuiu as motivações culturais que, com ajustes sucessivos, a cultura do restauro moderna desenvolveu e afirmou (a partir do final do século XIX) (Di Stefano, 2007: 17; Sette, 1996: 180 ss.). Assume particular relevância, no seu pensamento, a defesa de princípios comuns para a construção *ex novo* e antiga e para a chamada arquitetura menor (Ruskin, 1907a: 240-243, 1.<sup>a</sup> ed. 1849; Di Stefano, 1969: 97 ss.), considerando os edifícios e a sua relação com a natureza, elementos vitais para o equilíbrio (espiritual e físico), a educação e o progresso do homem (Di Stefano, 2007: 17, 68, 86-87).

Ruskin alargou o conceito de monumento — à época, cingido ao objeto singular isolado — ao conjunto histórico-artístico do ambiente urbano, à urbanística dos centros antigos e à sua relação com o ambiente paisagístico circundante, reflexão retomada e levada além no trabalho de Roberto Pane<sup>15</sup> (1897-1987), a partir do segundo pós-guerra e com forte impacto na *Carta de Veneza*<sup>16</sup>. Num claro ataque aos efeitos da urbanização e proletarização aceleradas da nação mais industrializada do mundo, Ruskin criticou as consequências alienadoras e repressivas que os novos centros urbanos e as condições (de profunda desigualdade) em que se produzia

---

<sup>15</sup> Sobre este assunto, veja-se Pane, 1967.

<sup>16</sup> Sobre este assunto, veja-se *Carta de Veneza*, 1964, Art.º 1; Kühl, 2010; Cabral e Andrade, 2012: 105-106.

riqueza material (Ruskin, 1905: 499-505; Pevsner, 1969: 33; Di Stefano, 1969: 35-36; 43; 61; 63; 68), procuravam ao equilíbrio do homem e da natureza<sup>17</sup>. Esta reação deve ser inserida num quadro mais alargado em que, para Ruskin, os efeitos da Revolução Industrial constituíam uma ameaça à forma tradicional de construir, de produzir e de viver, fomentando a exploração do homem pelo homem e o fim daquilo que considerava ser a arquitetura (um organismo constituído pela presença de várias artes, com beleza e verdade e inspirador de valores estéticos e espirituais).

Ruskin, foi intransigente, justamente, na exigência de manutenção conservativa do património arquitetónico como único garante de uma vida longa, íntegra e autêntica<sup>18</sup> do mesmo, preservando as suas estratificações históricas, os seus defeitos formais, a pátina — manifestação material do curso natural do tempo sobre o organismo ou, nas palavras de Paul Philippot (1925 - 2016), “o efeito ‘normal’ do tempo sobre a matéria” (*apud* Carbonara, 1997: 332), do “valor de antiguidade” *riegliano* (Scarrocchia, 2011: 86) —, como expressão de *pietas* pelo que sobreviveu dos antepassados e reconhecimento da evidência da transitoriedade de tudo o que é terreno.

A posição de Ruskin, relativamente às obras do passado, é distinta mas complementar às dos antiquários do humanismo renascentista, mesmo considerando que esses privilegiaram primeiramente as obras da Antiguidade e que Ruskin e os

---

<sup>17</sup> O seu empenho nesta causa, levou-o a proferir inúmeras palestras e a publicar artigos com críticas severas à economia política e vícios da sociedade vitoriana (cf. Ruskin, 1894: 50-71, 82-86, 186-200; 1905: 17-114; 147-283; Cook e Wedderburn, 1905: lxxxiii ss.; xcvi ss.), e a tentar pôr em prática o seu ideal social. Ruskin constituiu, em 1887, a Companhia de São Jorge (*Guild of St. George*), onde empenhou grande parte da sua fortuna. A ideia de base era criar comunidades modelo — que se estenderiam pela Inglaterra e fora dela —, dotadas de escolas, museus e bibliotecas, geridas segundo uma hierarquia precisa e tendo como base de subsistência a agricultura, produzida em harmonia com o meio ambiente (Ruskin, 1907b; Di Stefano, 1969: 41, 63).

<sup>18</sup> Para uma melhor contextualização desta questão, tenho a referir um texto seminal para o entendimento hodierno do património edificado escrito por John Ruskin, onde defende o respeito pelo “corpo” e a “vida” do monumento que progressivamente envelhece e (como um organismo vivo) caminha inevitavelmente para a morte em Ruskin, 1907: 260 ss. Esta visão aliava-se à exigência de operar uma manutenção corrente nos edifícios, como se de medicina preventiva se tratasse, evitando a sua degradação precoce e a necessidade de intervenções demasiado invasivas, de último recurso, no caso, de restauro.

seus contemporâneos colocaram o foco no estudo, registo, conservação e recriação do gótico, associado sobretudo à construção de um repertório patrimonial que, aos seus olhos, constituía a própria expressão da cultura nacional (Ruskin, 1906; Sette, 1996: 146 ss., 177 ss.; Carbonara, 1997: 102 ss.). Foi uma conceção comum de “valor de memória” dos monumentos — noção reformulada por Alois Riegl, nas definições de “valor de antiguidade” e de “valor histórico”<sup>19</sup> — que os levou a considerar os vestígios (ainda e apenas relativos a um determinado período) do passado como “intocáveis” (Choay, 2011).

Em linhas gerais, como refere Françoise Choay (1925-), o pensamento sobre o monumento e o restauro durante o século XIX foi dominado pelo confronto entre dois campos: intervencionista e não intervencionista (Choay, 2011: 32). E esse debate, pode ser revisto na ação do restauro estilístico<sup>20</sup>, defendida por Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), “símbolo do progressismo francês”, e na reação anti-restauro de Ruskin, “incarnação do conservadorismo inglês” (Choay, 2011: 32). A marca de cada um destes autores neste campo de estudos pode ser sintetizada nas palavras de Jukka Jokilehto (1938-): a de Viollet-le-Duc, “por ter enfatizado a representação da história na forma” e a de Ruskin, “por ter refletido sobre a representação do espírito na matéria historicizada” (Jokilehto, 2006: 73).

---

<sup>19</sup> Riegl refere não um valor unitário, mas uma pluralidade de valores investidos aos monumentos pela contemporaneidade, conceito que deve ser enquadrado no contexto geral epistemológico da cultura vienense e da produção da Escola de Viena de história da arte contemporâneas (Scarrocchia, 2011: 84). Para a análise dos vários “valores” enunciados na teoria da conservação de Riegl, veja-se Sette, 1996: 223-227; Carbonara, 1997: 218-227; Cunha e Kodaira, 2009: 4-5; Jokilehto, 2006: 53-54; Riegl, 2011 (orig. 1903); Scarrocchia, 2011: 85-86.

<sup>20</sup> A linha cultural que assumiu o protagonismo na Europa, a partir do último quarto do século XIX e parte do século XX, foi a do restauro estilístico (Sette, 1996: 154), apesar de a crítica e de os argumentos exacerbados anti-restauro terem deslocado progressivamente a atenção primeiramente para a Inglaterra, para figuras como William Morris (1834-1896), John James Stevenson (1831-1908) e sobretudo John Ruskin, ou para associações como a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (Spab) (Pevsner, 1969: 41-42; Di Stefano, 1969: 22) e de seguida para Itália, para as posições “intermédias” de Camillo Boito (1836-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947) (Sette, 1996: 185, 187; Carbonara, 1997: 139). Para os conceitos de “unidade de estilo”, de restauro entendido como restituição estilística e suas conformações na chamada Europa central, veja-se Sette, 1996: 154 ss.; Carbonara, 1997: 101-139.

O valor da obra de Viollet-le-Duc, no campo do restauro, acentuou-se na antecipação de uma metodologia que, desde as primeiras formulações teóricas e intervenções práticas<sup>21</sup>, privilegiou o conhecimento da obra como pressuposto essencial da intervenção, defendendo a “distinção material/ legibilidade” das partes modificadas, a necessidade de soluções específicas “caso a caso” e a verificação de uma hierarquia de valores que determinem as prioridades do restauro (Sette, 1996: 162).

As reflexões de Viollet-le-Duc apareceram bem enquadradas pelo desenvolvimento pioneiro em França de um serviço público de catalogação, tutela e restauro dos monumentos históricos (apressado pela destruição deixada pela Revolução), fortemente baseado no inventário, na análise histórica e arqueológica, no levantamento arquitetónico e no estudo das técnicas construtivas da arquitetura do passado — das formas devidas a cada estilo, do seu significado tipológico, como património de formas próprias de um determinado contexto figurativo — e com o contributo que a criação paralela da figura do *architecte des monuments historiques* também permitiu (Sette, 1996: 145, 148, 155-176; Carbonara, 1997: 101 ss.; Luso *et al.*, 2004: 33-34; Kühn, 2003; 2006).

Fora da Europa, onde as interpretações do património e da sua conservação tomaram formas muito distintas, Giovanni Carbonara (1997: 6) e Françoise Choay (2011: 17) referem a reconstituição cíclica que decorre no santuário xintoísta de Ise (dito Jingu) no Japão, edificado entre o III e o IV século d.C. Por volta de 690,

---

<sup>21</sup> A prática profissional de projetista e na direção de obra e o ambiente em que se formou e em que teve oportunidade de prosperar fomentaram-lhe uma aproximação racional à arquitetura, encarada sobretudo como um problema de lógica projetual, funcional e construtiva (Di Stefano, 1969: 80 nota 16; 81 nota 16, 92 nota 22). Já em Ruskin, uma visão emotiva e mais abrangente da relação do homem com a arte e a natureza distanciou-o dos princípios da arquitetura racionalista, que inspiraram os arquitetos do período sucessivo e permitiu-lhe defender, justamente, que “toda a arquitetura procura um efeito na mente humana, não apenas uma função para a forma humana” (*apud* Di Stefano, 1969: 79).

estabeleceu-se que o templo principal passaria a ser reconstruído a cada 20 anos, por razões que se prendiam tanto com a perecibilidade dos materiais de construção, como simbólicas e de culto. Desde então, o templo foi reedificado regularmente (com interrupções intermitentes no decurso da sua longa história), sempre de forma idêntica, segundo uma operação que entretanto ganhou contornos de verdadeiro ritual (com a recriação continuada de um processo construtivo ancestral). O templo de Ise, foco de várias discussões sobre o tema da conservação e da autenticidade, encontra a sua autenticidade arquitetónica no próprio design e ritual do processo de reconstrução, não no material de construção (historicizado) (Inaba, 2009: 157). O intento da reconstrução cíclica é o de suprimir a historicidade, mantendo o espaço arquitetónico, da “casa da divindade”, imutável (Carbonara, 1997: 6). Trata-se de uma operação que pressupõe uma conceção cíclica e não linear do tempo, prevalecente no mundo antigo e, ainda hoje, na tradição oriental (Carbonara, 1997: 6). Esta conceção privilegia a transmissão de uma forma ideal, ligada à própria essência do divino, em detrimento da transmissão da matéria autêntica<sup>22</sup>, mas antiga e deteriorada (Carbonara, 1997: 6, 326). Na Europa e na cultura ocidental, a tradição cristã, seguida da do Renascimento, tornaram esse procedimento incompreensível, porque a perceção do tempo e o papel da memória tomaram outras referências (Carbonara, 1997: 6; Jones, 2010: 187; Amaral, 2010: 159-161). Que valor se reconhece e se quer perpetuar? De entre os vários valores nomeados no passado, quais interessa hoje considerar? E se alargarmos a análise a territórios externos (ao contexto europeu), considerando que organismos

---

<sup>22</sup> O caso específico do templo de Ise, encarado sobretudo como ritual religioso no Japão, não deve, no entanto, ser confundido com a metodologia corrente de restauro arquitetónico japonesa, cuja teoria foi desenvolvida a partir do século XIX em linha com o conceito de autenticidade da matéria e é esse ainda o princípio corrente para a conservação do património tangível (Inaba, 2009: 156-157). Sobre este assunto, veja-se a discussão sobre “autenticidade” levada a efeito durante a elaboração do “Documento de Nara sobre a Autenticidade” (cf. *Documento de Nara*, 1994), em 1994; e alguns esclarecimentos sobre a discussão japonesa no campo do restauro arquitetónico desde o séc. XIX, respetivamente em Domicelj, 2009 e em Inaba, 2009.

supranacionais detêm o poder de reconhecer e atribuir valor à longa produção material humana e que essa seleção determina sobremaneira o que é protegido e como é protegido (Grementieri, 2003; Joy, 2007: 145 ss.), que valores devem ser considerados?

A questão dos valores e do seu reconhecimento através do estudo da natureza e das qualidades da obra torna-se recorrente na discussão da preservação do património nas suas várias aceções — material, imaterial ou intangível, ambiental, cultural, etc. Valores figurativos, emocionais e nostálgicos, celebrativos e religiosos, estéticos, históricos, ou mesmo simplesmente de testemunho de ordem tecnológica e construtiva, orientam de forma distinta a operação de restauro. Como se pode ler na *Carta de Cracóvia*:

Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património.

Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns. (*Carta de Cracóvia*, 2000)

A conservação é pois, em última análise, motivada pelos valores que a sociedade reconhece ou projeta no objeto, devendo ser entendida, em primeiro lugar como “ato de cultura” — fazendo aqui referência à reflexão de Renato de Bonelli



(1911-2004)<sup>23</sup>. Esse processo, relaciona-se intimamente com a relação que uma dada cultura, e contexto histórico, estabelece com o seu passado e que é variável. Já Alois Riegl, na sua elaboração sobre a “construção” moderna do conceito de monumento e dos “valores” que lhe são investidos, chamaria a atenção para a subjetividade do “valor artístico”, entendido como um “valor contemporâneo”, dependente da avaliação do período temporal corrente, não podendo por isso constituir o (único) fundamento para uma política de tutela (Sette, 1996: 224; Carbonara, 1997: 219 e 225; Jokilehto, 2006: 54; Riegl, 2011: 14, orig. 1903). Segundo Riegl, o “valor artístico” ou o “valor artístico relativo” atribuído pela contemporaneidade a um monumento, está diretamente relacionado com a capacidade de essa obra responder às exigências da *Kunstwollen*<sup>24</sup> (“vontade da arte”) — ou aos ideais figurativos da contemporaneidade (Riegl, 2011: 14-15, orig. 1903). Indiferentemente, os monumentos históricos portam um valor de memória (sejam monumentos intencionais, sejam involuntários, aos quais se reconheceu caráter histórico e artístico) e interessam integralmente a contemporaneidade — como documento do processo de evolução contínuo e irrepitível da humanidade —, e postulam tutela. Segundo este raciocínio, qualquer testemunho de um campo da atividade humana, sem exceções — qual testemunho da cadeia de evolução —, pode legitimamente reivindicar “valor histórico” (Riegl, 2011: 12, orig. 1903). Mas, porque não é possível considerar toda a infinidade de eventos de que se conservaram testemunhos, que continuam a somar-se

---

<sup>23</sup> Veja-se em específico o capítulo introdutório “Il restauro come Forma di Cultura” em Bonelli, 1959: 13-29.

<sup>24</sup> Utilizo diretamente o termo alemão (*Kunstwollen*), por querer acentuar um conceito associado a uma produção teórica específica, produto de um ambiente científico e cultural com uma temporalidade precisa — a realidade institucional, social, política e cultural de Viena *fin de siècle* —, e que teve uma influência considerável no desenvolvimento sucessivo de variadíssimas disciplinas na restante Europa, nomeadamente no restauro. A expressão, que descende de uma investigação e de um raciocínio complexo levado a cabo ao longo da carreira de Riegl como historiador de arte (com o contributo de várias disciplinas e autores) (Scarrocchia, 2011: 78 ss.), pode ser entendida como a expressão do impulso à expressão artística e à manifestação estética que satisfazem uma necessidade primária do homem, não realizável por outros meios (Scarrocchia, 2011: 86), e que conforma as vontades formais do singular e do coletivo em correntes afins dentro de uma mesma época.

no seu constante devir, houve/há necessariamente que limitar a atenção dando prevalência “àqueles testemunhos que nos parecem representar etapas particularmente significativas no processo evolutivo de um determinado campo da atividade humana” (Riegl, 2011:12, orig. 1903).

O contributo de Riegl — segundo Scarrocchia, o estudo reflexivo mais rigoroso sobre património que se conheça (Scarrocchia, 2006) —, sobre o qual se fundou grande parte da teoria do restauro contemporânea (Scarrocchia, 2011: 92), teve o mérito de realinhar o campo da conservação do património — na teoria e na organização da tutela pública — com os êxitos e o nível da reflexão contemporânea estética e crítica (que vinha a desenrolar-se de forma complexa e articulada na Europa e em particular nos países de língua alemã). Riegl desenvolveu um pensamento radical de refundação conceptual das razões da conservação com consequências claras no campo operativo, antecipando a chamada “conservação-pura” fundada na estabilidade do valor histórico-documental do monumento (Carbonara, 1997: 304; Scarrocchia, 2003: 96-98). A sua reflexão marcou uma posição na afirmação da autonomia e relevância histórica paritária do Moderno relativamente aos períodos precedentes, ou melhor dizendo, na afirmação paritária de todos os períodos históricos e géneros artísticos. A tutela do património, segundo Riegl, aparece como um evento temporal determinado, isto é, assente em avaliações de carácter relativo, só temporalmente e contextualmente válidas (Scarrocchia, 2006: 42-43; 2011: 82 ss.; Riegl, 2011: 14, orig. 1903). A teoria da conservação de Riegl, no entanto, só ganhou impacto internacional a partir da década de 1980, com a “redescoberta” e primeiras traduções para italiano, inglês, francês e espanhol (nesta sequência) da sua obra de referência *Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung* (1.<sup>a</sup> ed. 1903) (*O culto moderno dos monumentos: O seu carácter e a sua génese*), texto de

introdução teórica ao projeto de reorganização legislativa da tutela dos monumentos austríaca; e sequeamente, já a meados da década de 1990, com a tradução do corpus normativo do qual fazia parte<sup>25</sup> (Saccarrocchia, 2006: 35-36). Este importante contributo de Riegl, hoje incontornável para a historiografia e a teoria do restauro, seria apropriado e reformulado, nomeadamente na reflexão italiana sobre a matéria, já após a promulgação dos preceitos de Cesare Brandi<sup>26</sup> (1906-1988) para a conservação dos bens culturais — na *Carta del Restauro*, de 1972 —, ocasionando um maior distanciamento crítico relativamente ao protagonismo reivindicado pelo restauro e a algumas cedências à “instância estética”, entrevistas no cerne da *Teoria do Restauro* (1.<sup>a</sup> ed. 1963) de Brandi (Scarrocchia, 2006: 41-42).

Até ao último vinténio do século XIX, a tendência prevalecente no campo do restauro era ainda largamente influenciada pela tradição estilística. Por outro lado, tornou-se cada vez mais evidente o reconhecimento do valor documental das várias estratificações históricas que conformavam os monumentos, e a importância de garantir que as intervenções de restauro respeitavam coerentemente as especificidades históricas próprias de cada monumento (em detrimento dos princípios da “unidade de estilo”) e que validavam, de forma equivalente, adições de períodos sucessivos (Sette, 1996: 188). Essas visões díspares e, mesmo, antitéticas, foram avaliadas e reformuladas no final do século XIX, emergindo assim uma via “intermédia” para o restauro. Os princípios gerais enunciados por Camillo Boito (1836-1914) em *Questioni Pratiche di Belle Arti* (1.<sup>a</sup> ed. 1893) — levados além nos importantes contributos teóricos de Gustavo Giovannoni (1873-1947) — retomaram e sintetizaram

---

<sup>25</sup> O documento foi publicado contemporaneamente na Áustria e em Itália somente em 1995. Para a versão italiana, veja-se Riegl, 2003b: 171-236. Para uma análise da receção da teoria da conservação de Alois Riegl a partir da década de 1980, veja-se Scarrocchia, 2006: 35 ss.

<sup>26</sup> Para uma análise do pensamento *brandiano* e da relevância da *Teoria do Restauro* na conservação do património nas últimas décadas, veja-se Philippot, 1988: 75-89; Carbonara, 1997: 303-323; Aguiar, Rodrigues, Seruya e Proença, 2007: 3; Avila, 2009.

várias proposições que amadureceram ao longo do século XIX, constituindo o manifesto do chamado “restauro filológico” ou “científico”<sup>27</sup>. Essa via “intermédia” assenta no entendimento de que os monumentos

[...] servem, como documentos, para esclarecer e explicar em todas as suas partes a história dos vários povos e dos tempos, e portanto, devem ser respeitados e manuseados com escrúpulo religioso, assim como documentos, em que mesmo uma pequena modificação, que pode parecer trabalho original, é enganosa e gradualmente leva a deduções erradas [...]. (Atti, IV, 1883: 59 *apud* Sette, 1996: 189-190)

Os princípios apurados por Boito defendiam que: (i) se operasse com a mesma coerência em todos os monumentos (dos vários períodos históricos) e nas várias fases de cada monumento (Boito, 1893: 15-24), dando ênfase ao seu valor documental, sendo a remoção de elementos admitida em casos onde a sua qualidade artística fosse manifestamente inferior à do restante edifício; (ii) evitando adições e renovações, mas distinguindo claramente as intervenções operadas (de restauro/reconstituição/ampliação) da restante matéria antiga do monumento, e em harmonia com o conjunto; (iii) procedendo a uma investigação documental/ histórica preliminar acurada, suporte da operação (já defendida pelos protagonistas do restauro estilístico); e (iv) que a cada monumento assistisse um registo das fases de intervenção de restauro e a documentação dos vários trabalhos antes, durante e depois da intervenção — tal como vinha sendo reivindicação corrente, pelo menos desde o

---

<sup>27</sup> Para uma análise do enquadramento, princípios, metodologia e atores do chamado “restauro filológico”, a primeira doutrina moderna de restauro, elaborada em ambiente italiano a partir de contributos precedentes na matéria de Antoine C. Quatremère-de-Quincy (1755-1849) a John Ruskin, mas sobretudo pela influência dos desenvolvimentos na pesquisa histórica, na filologia literária, na arqueologia e na história da arte antiga que permitiram olhar o monumento não como um modelo/tipo mas, como um documento singular que é conservado pela perpetuação da matéria antiga e não da forma, veja-se Bonelli, 1963; Sette, 1996: 187 ss., 221; Carbonara, 1997: 201-230. O chamado “restauro científico” tem na sua base a teoria formulada para o restauro filológico, “completada” ulteriormente pelas reflexões de Gustavo Giovannoni, tendo, segundo Giovanni Carbonara, prevalecido no contexto Italiano, pelo menos teoricamente, durante a primeira metade do século XX (Carbonara, 1997: 231). O caráter principal do “restauro científico”, é a leitura do monumento como documento “artístico e histórico”, veja-se Boito, 1963; Carbonara, 1997: 231-268.

início do século XIX, em Itália e em França —, pontos firmes na normativa sucessiva da matéria<sup>28</sup>.

É necessário acentuar que a existência de documentação histórica abrangente e fidedigna sobre a obra objeto de restauro (mesmo tratando-se, no caso da arquitetura “recente”, dos desenhos e memória descritiva do projeto de arquitetura e de documentação iconográfica do estado de origem da obra), não garantem a objetividade da intervenção de restauro, nem validade ao resultado. Mesmo os operadores do chamado restauro filológico tiveram que procurar soluções de compromisso para integrar informação histórica correta, seguindo a fantasia ou a dedução por analogia (princípio defendido pelos expoentes da “unidade de estilo”); em parte devido à falta de um quadro conceptual de referência — ligado diretamente à falta de adequação da historiografia e da crítica arquitetónica contemporâneas —, e à dificuldade em avaliar a relevância das valências históricas, estéticas ou simbólicas nas várias estratificações históricas do monumento, de forma objetiva — relacionada com a dificuldade de definir e individuar os valores da obra (Sette, 1996: 221) —, o que levava a operar (demolições e reconstituições) de forma, sobretudo, intuitiva. Aliada a essas dificuldades, não devemos esquecer, também, a dificuldade projetual de responder simultaneamente às exigências da contemporaneidade, nomeadamente em termos de funcionalidade e atribuição de uso adequado, considerando que a conservação do monumento arquitetónico aparecia diretamente relacionada com a função utilitária (que assegurava a manutenção conservativa), relação — conservação/

---

<sup>28</sup> Os critérios de intervenção em monumentos históricos acima enunciados, primeiramente apresentados por Boito no IV Congresso dos Engenheiros e Arquitetos Italianos, realizado em Roma em 1883, foram adotados pelo *Ministero della Pubblica Istruzione* (Ministério da Educação), ganhando expressão na lei italiana de 1902, *Legge 12 Giugno 1902, N.º 185, sulla Conservazione dei monumenti e degli oggetti di antichità ed arte*, segundo Françoise Choay, a mais avançada da Europa à época (Choay, 2011: 30). Veja-se Sette, 1996: 202-212; Carbonara, 1997: 202 ss.; Kühl, 2009b: 97-98.

função —, que acompanha o debate conservativo desde a emergência do restauro moderno (Sette, 1996: 222-223; Carbonara, 1997: 15-16, 21-22).

A ênfase no valor documental dos monumentos ficaria assente nas discussões em âmbito internacional somente no século XX, destacando-se nesse processo a elaboração da primeira carta internacional de restauro conhecida como Carta de Restauro de Atenas de 1931 (Bonelli, 1963). Ou seja, o restauro deixava de ser entendido como uma operação orientada à restituição integral do monumento. A operação deveria reconhecer em qualquer obra a tutelar, as suas várias estratificações históricas, independentemente da apreciação (relativa) do seu “valor artístico”, algo reiterado na Carta de Veneza de 1964.

A várias transformações no entendimento da matéria ao longo do último século não foram nem homogêneas nem lineares. No entanto, o contínuo intercâmbio entre teoria e prática permitiu apurar algumas formas mais respeitosas e inclusivas de operar, que acabaram por ser integradas nas atuais tendências de restauro. A partir do segundo pós-guerra deu-se uma reformulação profunda da disciplina, consequência também do questionamento sobre os modos de operar e pensar estabilizados que não respondiam às questões colocadas pela destruição massiva de monumentos e inteiros conjuntos urbanos (Carbonara, 1997: 231-233). Através das preposições de vários autores, procurou-se superar visões do restauro que, na linha teórica predominante, estavam orientadas essencialmente para os aspetos documentais das obras, mas que, em muitas formas de operar (na prática), estavam ainda agarradas ao empirismo que procurava reverter o curso do tempo (Kühl, 2009b: 65). Passava-se a encarar o restauro como uma operação histórico-crítica, que considera concomitantemente os vários aspetos da obra, materiais, formais e documentais, respeitando as várias fases históricas e a pátina, ou seja, conservando os vestígios da própria vivência da obra no

tempo (Kühl, 2009b: 65). Deram-se também simultaneamente passos importantes para a consolidação do restauro como campo disciplinar autónomo, através da articulação consistente entre a formulação teórica e a metodologia operativa, procurando vincula-lo ao pensamento crítico (à Crítica da Arte, à Estética e à História) e ao pensamento científico, em contraposição ao empirismo prevalente até então (Kühl, 2009b: 67, 71).

É no “reconhecimento” dos valores da obra (de testemunho histórico e de valor artístico) que se desenvolve o primeiro exercício da operação de restauro, enquanto modalidade técnico-projetual contemporânea (Scarrocchia, 2011: 92). A constância deste pressuposto ao longo de todo o século XX — nas várias reelaborações sobre a teoria e a praxis do restauro —, sintetiza-se na máxima de Cesare Brandi: “qualquer comportamento em relação à obra de arte, intervenção de restauro incluída, depende exclusivamente de ter havido ou não o reconhecimento da obra de arte como obra de arte”<sup>29</sup>, que traz consigo o “imperativo ético” da conservação (Brandi, 2000: 5, 1.<sup>a</sup> ed. 1963).

A primeira dificuldade de atuação apresenta-se na escolha do sistema, da escola de pensamento mediante a qual verificar a “historicidade” e a “artisticidade”<sup>30</sup> da obra e operar em conformidade. No campo estrito do restauro, nas últimas décadas do século XX, observam-se, segundo Giovanni Carbonara, duas tendências opostas: a primeira atribui à disciplina uma tarefa de defesa do dado figurativo e artístico da obra, sempre que presente; a outra reconhece-lhe, outras valências, de ordem documental, social e antropológica (Carbonara, 1997: 8). O autor refere-se ao

---

<sup>29</sup> Brandi refere-se indiferentemente a obras de arte móveis e imóveis (monumentos arquitetónicos).

<sup>30</sup> Neologismo da teoria *brandiana* (Brandi, 2000, 1.<sup>a</sup> ed. 1963).

“restauro crítico”<sup>31</sup> ou “criativo” — assim denominado por entender, essencialmente, o restauro como um processo histórico-crítico com fundamento na História, na Crítica da Arte e na reflexão da Estética (Carbonara, 1997: 291-292) — juntamente com as preposições de Brandi explanadas na sua *Teoria do Restauro*; e à “conservação integral” ou “conservação pura” — fundada na estabilidade do valor histórico-documental, em oposição à subjetividade e inconstância da apreciação estética (Bonelli, 1985; Carbonara, 1997: 294, 296, 298; Scarrocchia, 2003: 91-98). Ambos os comportamentos correspondem a dois sistemas paralelos, historicamente legítimos e concomitantes à nossa contemporaneidade. No entanto, como afirmava Giovanni Carbonara há praticamente vinte anos, atualmente parece legítimo declinar as preposições do “restauro crítico”, aproveitando algumas sugestões implícitas no pensamento de Cesare Brandi, de Roberto Pane e de Renato Bonelli, i.e., abertos à tutela dos objetos “de história” e “de arte” e às exigências da máxima conservação, segundo um entendimento que se pode definir “crítico-conservativo” (Carbonara, 1997: 8). A expressão (restauro crítico-conservativo) cunhada por Giovanni Carbonara, corresponde a uma orientação teórico-operativa que ganhou terreno na produção italiana recente, e descende da avaliação da reflexão *brandiana* e da integração de contributos inéditos de autores como Roberto Pane, Paul Philippot ou Renato Bonelli — e.g., do conceito de restauro como “ato crítico”<sup>32</sup>; de restauro como

---

<sup>31</sup> Para as definições e uma análise do “restauro crítico”, veja-se Carbonara, 1997: 285-301. O autor acentua as raízes de vários autores filiados nessa “corrente” — com contribuições singulares ulteriores para o alargamento da discussão — na teoria de Cesare Brandi (caso de Renato Bonelli, Roberto Pane, Paul Philippot e Umberto Baldini). O restauro crítico parte do entendimento de que cada intervenção de restauro constitui um caso *per se*, que não pode ser sistematizado numa dada categoria genérica pré-determinada (como as que foram criteriosamente definidas pelos teóricos do chamado “restauro científico”: recomposição, inovação, completamento, etc.), nem responder a regras predefinidas, mas deve ser exercido com originalidade, caso a caso (Carbonara, 1997: 285), originalidade que não deve ser confundida com “arbitrariedade” conceptual e criativa (Kühl, 2009a: 1).

<sup>32</sup> Veja-se a reflexão referente sobre a obra de Umberto Baldini (1921-2006) em Carbonara, 1997: 341 ss.



“hipótese crítica”<sup>33</sup>; da conceção de unidade metodológica do restauro (do artístico ao arquitetónico); “de restituição da obra arquitetónica ao seu mundo historicamente determinado”<sup>34</sup> (Bonelli, 1963); da anulação da distinção entre conservação e restauro, colocados sobre uma mesma linha metodológica, onde conservação se reduz a nada mais que uma forma continuada de restauro preventivo (Carbonara, 1997: 335); “de ‘pátina’ como um conceito ‘crítico’ e não meramente ‘físico’”<sup>35</sup> (Carbonara, 1997: 332); da prática de interrogação da obra (que sugere ela própria a atuação mais adequada)<sup>36</sup> com sensibilidade histórico-crítica, segundo um comportamento profundamente reflexivo, orientado à máxima conservação, que se prolonga na prática operativa<sup>37</sup>.

Nas várias abordagens contemporâneas e cartas internacionais de património (e.g., *Carta de Atenas*, 1931; *Carta de Veneza*, 1964), reconhece-se que a operação de restauro não pode ser só conservação ou conservação “pura”, nem por outro lado,

---

<sup>33</sup> Segundo a definição de restauro de Paul Philippot: como uma hipótese crítica expressa no próprio operar, considerando que a interpretação crítica da obra tem como fim, no campo do restauro, a concretização da ação crítica sobre a obra, ou seja, a restituição crítica do texto, facilitando a sua leitura (Philippot e Philippot 1959: 5-6; Carbonara, 1997: 329).

<sup>34</sup> “O restauro arquitetónico é uma conceção tipicamente moderna, que descende de uma forma nova e distinta de considerar os monumentos do passado e de intervir sobre eles, modificando-lhes a forma visível e o organismo estático e estrutural. O princípio fundamental do restauro, que permaneceu consistentemente na base das doutrinas que tiveram lugar ao longo do século XIX, é o de restituir a obra arquitetónica ao seu mundo historicamente determinado, colocando-a idealmente no contexto em que surgiu e considerando as relações com a cultura e o gosto do seu tempo; e contemporaneamente operar sobre a obra para torna-la novamente viva e presente, como uma parte válida e integrante do mundo moderno. Esta abordagem resulta de uma avaliação crítica, que nasce em linha com a própria época, quando na cultura artística prevalece a atitude crítica que, [...], é usada para definir o antigo colocando-o na sua dimensão histórica real. [...]” (Bonelli, 1963).

<sup>35</sup> Já o Art.º 6 da Carta italiana de Restauro de 1972, proíbe expressamente, nas operações de salvaguarda e restauro de todas as obras de arte de qualquer época (e.g., dos complexos de edifícios de interesse monumental, histórico ou ambiental com as suas coleções artísticas e decoração interna, dos jardins e parques de particular relevo), a alteração ou remoção das pátinas (*Carta italiana del Restauro*, 1972).

<sup>36</sup> “[...] é a obra que estabelece os métodos para a sua conservação” (Althöfer, 1991: 147).

<sup>37</sup> Giovanni Carbonara defende como conceitos orientadores do restauro: (i) a intervenção mínima; (ii) a reversibilidade (pelo menos potencial); (iii) a legibilidade da intervenção; (iv) a compatibilidade químico-física; e a (v) a atualidade — considerado o restauro, ato do nosso tempo e manifestação da cultura histórica, figurativa e expressiva hodierna.

“revelação”<sup>38</sup> da obra, mas uma operação crítica, pensada a longo prazo, que conforma a interpretação dos significados histórico, artístico, tecnológico e sociocultural do objeto, uma ação distinta e historicamente autónoma da forma de operar do passado e do próprio objeto da sua intervenção (Carbonara, 1997: 271). O restauro é pois um ato de cultura, fundado em exigências “de memória” e não, como pode parecer à primeira vista, “de conveniência de uso, económicas ou outras” (Carbonara, 1997).

[...] o restauro não é uma mera operação técnica, e, menos ainda, como alguns gostariam, unicamente a expressão de uma estratégia de valorização económica do património cultural; este depende em primeiro lugar da história e da crítica. Não é por acaso, de facto, que os autores que se debruçaram sobre o assunto se concentraram nesta ligação especial, ajudando-nos a compreender que o restauro devidamente entendido é uma disciplina moderna, filha da pesquisa histórica e, assim, profundamente distinto da manutenção corrente, da simples reutilização, da recuperação do pré-existente, das práticas de reconstrução e reestruturação, tão difundidas no passado. (Carbonara, 1997: 9)

De forma resumida, as várias etapas fundamentais do processo conceptual que levou ao aparecimento do restauro como é entendido nos nossos dias, podem ser seguidas a partir da viragem do século XIX para o século XX, com a formulação e difusão dos princípios do restauro “filológico” e “científico”, associado a pensadores italianos como Camillo Boito e Gustavo Giovannoni, não esquecendo as contribuições teóricas de John Ruskin, Alois Riegl e Max Dvořák<sup>39</sup> (1874-1921); seguidamente, das formulações do “restauro crítico e criativo”, com Roberto Pane,

---

<sup>38</sup> O Art.º 9 da *Carta Internacional para a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios (Carta de Veneza, 1964)* define que o objetivo do restauro é “conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento”, assente “no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos”.

<sup>39</sup> Sobre a base de o *Culto Moderno dos Monumentos* (1903) de Alois Riegl, Max Dvořák produziu de seguida uma carta de princípios para a tutela (*Catecismo para a tutela dos monumentos*, publicada em Max Dvořák, 1916, *Katechismus der Denkmalpflege*, Viena). Esta carta, deu seguimento à complexa reorganização do sector, de fundamentação científica e autonomia disciplinar da conservação, trabalho já iniciado por Riegl (Scarrocchia, 2011: 77-78; 85).

Agnoldomenico Pica (1907-1990) e Renato Bonelli como protagonistas; da *Teoria do Restauro* de Cesare Brandi (Carbonara, 1997: 9); e do chamado restauro “crítico-conservativo”<sup>40</sup> (Carbonara, 1997: 298; 322-323) associado à escola de pensamento de Giovanni Carbonara.

A matriz italiana das primeiras cartas de restauro internacionais (e.g., *Carta de Atenas*, 1931; *Carta de Veneza*, 1964), teve um impacto consistente no entendimento da conservação do património até ao final do século XX e além. Mas como já vem sendo acentuado em vários encontros internacionais sobre a matéria e nas publicações do próprio ICCROM<sup>41</sup>, a ideia subjacente a “uma norma generalizante” do entendimento do património e do restauro “contrária a compreensão do restauro como ato cultural” (Pessôa, 2015: 461). Nesse sentido, a deslocação dos locais de enunciação para áreas “externas”<sup>42</sup> torna-se fundamental para a interrogação do património cultural noutras geografias e para a individuação de outras qualidades a ele associadas pertinentes à sua salvaguarda. Como referem Webber Ndoro e Shadreck Chirikure,

[...] the legislation and international conventions, although important tools in heritage management, must be domesticated to embrace local cultural ethos. This can be achieved through a meaningful engagement of interested

---

<sup>40</sup> No contexto italiano — e esta afirmação alarga-se a outros países Europeus —, várias outras orientações e autores contemporâneos têm refletido sobre a abrangência desta matéria, com resultados distintos. Mesmo em Roma, a distinção entre a chamada *Scuola romana del restauro architettonico* de Giovanni Carbonara e as reflexões marcantes de um Mestre do restauro de *rifacimento* e empenhado “restaurador” como Paolo Marconi (1933-2013), são claramente contrastantes. Progressivamente, tem vindo a defender-se uma “linha conservativa” para o restauro, orientada à conservação integral da matéria antiga, recusando integrações estilísticas e defendendo a integração entre o existente e a adição contemporânea de cariz declaradamente moderna (restauro “crítico-conservativo”). Para uma visão sintética das várias orientações atuais, veja-se Carbonara, 2000a; 2000b; Bellini *et al.*, 2010; Kühl, 2009b: 81-100.

<sup>41</sup> Veja-se Joffroy, 2005; Rakotomamonjy, 2009; Ndoro, Pwiti, 2005; 2009; Ndoro e Chirikure, 2009; Hodjat, 2009: 120-122.

<sup>42</sup> Margarida Calafate Ribeiro refere a propósito da deslocação dos locais de enunciação e dos sujeitos da enunciação do conhecimento, do primeiro para o terceiro mundo, uma condição peculiar à “situação pós-colonial”, que entre outras questões enfrenta o “domínio do conhecimento do norte sobre o sul” (Ribeiro, 2015: 216-217), ou segundo as definições de António Quijano a “colonialidade do saber” e a “colonialidade do poder” (*apud* Ribeiro, 2015: 217).

communities and developing a culture of research in heritage at African universities. (Ndoro e Chirikure, 2009: 69)

Relativamente ao entendimento do restauro em contexto europeu, como apontava Benito Paolo Torsello (1934-) há cerca de uma década, à exceção de Viollet-le-Duc, os diversos protagonistas da disciplina ao longo do tempo foram parcos em fornecer uma definição para o restauro<sup>43</sup> (Torsello, 2010: 9). Podemos efetivamente encontrar as primeiras definições do conceito moderno de restauro na obra de Viollet-le-Duc, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle* 10 vols. (1854-68), no início do longo verbete *Restauration*: “A palavra e a coisa são modernas. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento [...]” (1869: vol. VIII, 14). O restauro, segundo aquele entendimento, reivindicava o poder de remeter o monumento à sua (suposta) unidade e pureza estilística originais (depurando-o de (de)formações sucessivas), e arrogava-se mesmo a faculdade de reconstruir e renovar partes degradadas ou inexistentes com base em documentação histórica, ou, na falta dela, mediante princípios de estilo e critérios de analogia.

Se excetuarmos a invetiva anti-restauro de Ruskin — como a mais total destruição e falsificação do edifício (2007: 226-227, orig. 1849) — encontramos outra definição em meados do século XX, por Cesare Brandi, em muitos aspetos insuperada: “*o restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e*

---

<sup>43</sup> A afirmação de B. Paolo Torsello serviu de mote à discussão de definições atuais e ao seu registo por vários teóricos do restauro, no contexto italiano, como Andrea Bellini, Giovanni Carbonara, Mario Dezzi Bardeschi, Stella Casiello, B. Paolo Torsello, etc. em Bellini *et al.*, 2010. Não obstante a pertinência do argumento levantado por B. Paolo Torsello, ao longo dos séculos XIX e XX foi possível entrever na produção teórica extensa de vários autores o seu entendimento sobre a matéria, tema também explorado no mesmo volume (Bellini *et al.*, 2010: 59 ss.) (v.t., Cunha, 2010: 24-28). Apesar de muito ter sido escrito sobre os fundamentos e a metodologia do restauro, as várias definições (válidas e pertinentes em cada contexto cultural) descendem em grande parte da orientação teórica de quem as elabora.

*histórica, com vista à sua transmissão ao futuro*” (Brandi, 2000: 6, 1.<sup>a</sup> ed. 1963, sublinhado no orig.). Para Brandi a singularidade da obra de arte (móvel ou imóvel) implica a qualificação da intervenção de restauro e legitima a exclusão desta operação da noção generalista ligada exclusivamente aos procedimentos operativos do restauro de facto (Brandi, 2000: 5, 1.<sup>a</sup> ed. 1963): “O restauro é restauro pelo facto de reconstituir o texto crítico da obra e não pela operação prática em si e per se” (Brandi, 2000: 51, 1.<sup>a</sup> ed. 1963). Da definição de restauro, descenderam os princípios que orientam a atuação prática segundo a Teoria *brandiana*: a matéria da obra assume a precedência sobre o seu carácter artístico<sup>44</sup>, por ser na “matéria que se manifesta a imagem e se assegura a sua transmissão ao futuro”, garantindo a sua receção na consciência humana (Brandi, 2000: 6, 1.<sup>a</sup> ed. 1963).

A relevância da matéria da obra e foco como objeto da intervenção de restauro define o primeiro axioma da Teoria *brandiana*: “*restaura-se somente a matéria da obra de arte*”<sup>45</sup> (Brandi, 2000: 7, 1.<sup>a</sup> ed. 1963, sublinhado no orig.). Este postulado (que deve ter sempre presente a definição de imagem e de matéria na reflexão *brandiana*) rompe de forma evidente e definitiva com formulações teóricas e atuações empíricas que marcaram a progressão do conceito de restauro ao longo do século XIX e início do século XX. O restauro passava a focar o seu campo de ação na

---

<sup>44</sup> Beatriz Khül analisando a reflexão de Brandi, partindo da teoria de Benedetto Croce (1866-1952), afirma que “a obra nasce na consciência do artista e depois se concretiza através de determinados materiais; a ideia do artista é uma realidade pura, incorruptível, mas a matéria se degrada. É por isso que Brandi insiste que se intervenha apenas na matéria da obra de arte (e não na imagem como concebida pelo artista)” (Khül, 2009b: 72). Para uma análise da produção de Brandi neste capítulo — fortemente articulada com os campos da Estética, da Crítica da Arte e da História da Arte —, para os conceitos de matéria, de imagem (esta última enraizada em teorias estéticas de referência *kantiana*, ligada às condições de percepção da obra), e a pertinência da sua reflexão nas formulações seguintes no campo do restauro, e para bibliografia complementar, veja-se Philippot, 1988: 75-89; Carbonara, 1997: 303-323; Aguiar, Rodrigues, Seruya e Proença, 2007: 3; Avila, 2009; Khül, 2009b: 67-73.

<sup>45</sup> No contexto da Teoria *brandiana*, a matéria da obra de arte representa concomitantemente o “lugar” e o “tempo” da intervenção de restauro (Brandi, 2000: 9, 1.<sup>a</sup> ed. 1963). Segundo Brandi, este conceito só pode ser apreendido do ponto de vista fenomenológico, entendendo-se a matéria como o meio de transmissão “que serve à epifania da imagem” e que se desdobra (a matéria) em “estrutura” (o suporte físico) e “aspeto” (a imagem/ ou pintura, no caso de um quadro; os dados figurativos e espaciais, no caso da arquitetura) (Brandi, 2000: 9-10; 80, 1.<sup>a</sup> ed. 1963).

matéria da obra (devidamente interpretada segundo a “instância estética” e a “instância histórica”), reconhecendo-se objetivamente a pertinência do processo crítico da ação de restauro — segundo uma metodologia vinculada à Crítica da Arte, à Estética e à História, i.e., a ação do restauro é encarada como “evento histórico”, como consciência crítica e científica do momento em que a operação de restauro se produz. Evento esse, que “se insere no processo de transmissão da obra ao futuro” e que “não deve presumir o tempo como reversível, nem a abolição da história” (Brandi, 2000: 26-27, 1.<sup>a</sup> ed. 1963).

Da dialética do restauro no diálogo das duas instâncias da obra (estética e histórica), surge o segundo axioma da Teoria *brandiana*: “o restauro deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que tal seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem apagar nenhum sinal da passagem da obra de arte no tempo”<sup>46</sup> (Brandi, 2000: 8, 1.<sup>a</sup> ed. 1963, sublinhado no orig.).

A distinção dos vários tempos da obra (Brandi, 2000: 11, 21-27, 1.<sup>a</sup> ed. 1963) permite a “perspetivação histórica” e a colocação da ação de restauro num momento preciso: o do presente contemporâneo da consciência operante, i.e., como expressão da cultura do próprio tempo<sup>47</sup>.

Praticamente cem anos separam as formulações de Viollet-le-Duc das de Brandi e nesse intervalo verificaram-se grandes alterações no campo operativo e na

---

<sup>46</sup> Brandi refere-se ao percurso de vida da obra de arte, à obra de arte como ente que testemunha a passagem do tempo. Um pensamento análogo pode ser encontrado em Ruskin, no Aforismo 30 de “A Lâmpada da Memória”: “[...] [a glória dos antigos edifícios reside] na sua imperecível capacidade de testemunhar a vida humana, no seu plácido contraste ao caráter transitório de todas as coisas, naquela força que, ao longo da passagem das estações, das épocas, e do declínio e do surgir das dinastias, e de mudança da face da terra e dos limites do mar, mantém a sua beleza escultórica por um tempo intransponível, une tempos esquecidos a tempos que estão para vir [...]” (Ruskin, 2007: 219-220, 1.<sup>a</sup> ed. 18).

<sup>47</sup> Segundo a reflexão de Renato Bonelli: “O restauro é uma atividade que reflete plenamente a cultura hodierna [...]” (*apud* Carbonara, 1997: 294).

metodologia de intervenção conservativa das obras do passado<sup>48</sup>. Essas alterações continuam a processar-se mas, efetivamente, não podemos falar numa definição nova, a tendência que se verifica é para a reelaboração a partir de definições pré-existentes (Cunha, 2010: 24).

### **Conclusão: restauro como ato de cultura**

Desenrolei este argumento acentuando o caráter temporalmente e culturalmente determinado da disciplina do restauro e da tutela do património no contexto europeu. Pude sugerir que a atribuição de valor a determinados vestígios do passado encontrou-se diretamente correlacionada com a noção de autenticidade e tendeu progressivamente ao estudo e posteriormente à conservação da matéria (física). A perspetivação histórica e estética das obras, bem como a discussão sobre a pertinência da sua conservação, integra-se pois num processo cultural de longa maturação em contínua evolução.

As intervenções de restauro nos monumentos a partir dos finais do século XVIII trouxeram desenvolvimentos que marcaram definitivamente uma ruptura com as práticas de renovação e manutenção precedentes. A reflexão sobre a pertinência e a responsabilidade da perpetuação de testemunhos histórico-artísticos, até então

---

<sup>48</sup> São de acentuar os encontros internacionais levados a cabo depois da I Grande Guerra que aspiraram sobretudo a uma homogeneização dos princípios operativos do restauro dos monumentos e das obras de arte móveis e a solucionar problemas complexos da sua salvaguarda, com consequências práticas efetivas na produção de uma carta de restauro internacional (Carta de Atenas, 1931) e de regulamentos e cartas de restauro em várias nações europeias; a criação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (1945), que promoveu definições mais alargadas do conceito de património e fomentou o estabelecimento de convenções e recomendações para a sua salvaguarda, bem como, a criação do Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) (1959), sempre no âmbito da UNESCO. Já na década de 1960, a Carta de Veneza (1964) resultou em novas recomendações e definições no âmbito do património e da tutela, complementadas de seguida pelas orientações da “conservação integrada” preconizadas na Carta de Amesterdão (1975) e pela maior abrangência (em termos de conceito de património e formas de operar a conservação) da Carta de Cracóvia (2000) (cf. Vieira, 2011: 71). Para a evolução da tutela do património, em contexto português, a partir do final do século XIX, veja-se Custódio, 1993; 2010; Neto, 2001.

exclusiva de uma cultura eminentemente erudita e literária, alargou-se ao restauro arquitetónico (pela mão de artistas e arquitetos) constituindo um laboratório privilegiado, ao longo do século XIX e grande parte da primeira metade do século XX, para a reformulação teórica, a fundamentação e a experimentação prática (Carbonara, 1997). Esse longo processo contou com o contributo de inúmeras matrizes do pensamento filosófico e literário, de âmbito científico, tecnológico e operativo (Carbonara, 1997), e a que não foram indiferentes motivações políticas, de identificação e de legitimação de poder.

Pode-se acrescentar que, na evolução conceptual da qualificação da matéria patrimonial e na sua emergência como documento vivo em perpétua transformação, a grande dificuldade na objetivação do respeito pela matéria (física), no âmbito do restauro, reside na conformação do conceito em atuação prática. Verifica-se uma distinção dramática (que acompanha o debate desde a emergência do restauro moderno) entre a qualidade da produção teórica e o restauro de facto (com algumas exceções) perpetuado pelos mais diversos atores.



## 5.2 ANEXO B

– *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Segunda Parte, Proposta*, 1984, Secretaria de Estado da Cultura, República de Moçambique, 49 pp.



PROPOSTA

TERCEIRA

**ESTUDO  
DA VALORIZAÇÃO  
URBANÍSTICA  
DA BAIXA DE  
MAPUTO**

T3 - PROPOSTA DE PLANO DE TRANSIÇÃO  
URBANÍSTICA - BAIXA URBANÍSTICA  
CENTRO DA BAIXA DE MAPUTO (C.B.M.)

PROPOSTA DE PLANO

URBANÍSTICO

PROPOSTA DE PLANO DE TRANSIÇÃO

URBANÍSTICO

PROPOSTA DE PLANO DE TRANSIÇÃO

URBANÍSTICO

PROPOSTA DE PLANO

URBANÍSTICO

PROPOSTA DE PLANO

URBANÍSTICO (PARTI - A)

TRANSIÇÃO URBANÍSTICA (PARTI - B)

ESTUDOS E FUNDAMENTOS URBANÍSTICOS (PARTI - C)

PROPOSTA DE PLANO

URBANÍSTICO

PROPOSTA DE PLANO

URBANÍSTICO

**SEGUNDA PARTE  
PROPOSTA**

# PROPOSTA

---

## ÍNDICE

	página
P1 INTRODUÇÃO	1
P2 LEGISLAÇÃO	4
P3 PROPOSTA DE ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA NO CENTRO DA CIDADE DE MAPUTO (C/PLANTA)	7
a) Justificação	7
b) Delimitação	9
c) Medidas propostas para defesa e protecção	12
REGULAMENTO PROVISÓRIO PARA A ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA NO CENTRO DA CIDADE DE MAPUTO	12
P4 PROPOSTA URBANÍSTICA	21
TIPO DE INTERVENÇÃO (PLANTA A)	21
TRANSITO E ESTACIONAMENTOS (PLANTA B)	25
ESTUDOS A REALIZAR E PRIORIDADES (PLANTA C)	30
P5 PROGRAMAS PARA OCUPAÇÃO E OBRAS EM EDIFÍCIOS E NA ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA	36

## INTRODUÇÃO

P<sub>1</sub>

A idéia de um estudo da valorização da Baixa de Maputo foi dada a conhecer a várias entidades que têm intervenção directa sobre o aspecto físico da Cidade, e estão interessadas no seu futuro, nomeadamente o Conselho Executivo e a sua Direcção de Urbanização e Construção, a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), a Secretaria de Estado do Turismo, a ex-Direcção Nacional de Habitação, hoje Instituto Nacional de Planificação Física, e a Secretaria de Estado da Cultura.

De todas estas entidades houve a melhor compreensão e expectativa.

Por razões circunstanciais, a iniciativa de promover este estudo foi tomada pelo Serviço do Património Edificado, do Departamento de Monumentos, Direcção Nacional do Património Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura.

No entanto, quer pelas limitações próprias de um serviço recém criado e ainda débilmente estruturado, quer pela competência oficial desse serviço, que é restrita, a proposta que a seguir se apresenta constitui uma base de intenções e de trabalho, que deverá ser desenvolvida na prática. Ela contém, fundamentalmente, a proposta de criação de uma "Zona de protecção histórico-arquitectónica" na Baixa de Maputo, e directrizes urbanísticas quanto às intervenções a realizar, tanto nessa zona como na restante área central que foi analisada, segundo o seu tipo e prioridades.

A consulta a empresas estatais e Ministérios como, por exemplo, o Ministério dos Portos e Transportes de Superfície, sobre as suas intenções e necessidades no espaço físico da Baixa, não foi feita - pois não tínhamos competência para isso - mas é fundamental na elaboração da proposta urbanística detalhada, que deverá constituir parte integrante do Plano da Cidade.

Quanto às intenções da Secretaria de Estado da Cultura, ela está interessada em promover o restauro e recuperação de edifícios ou conjuntos urbanos na zona - e apresentou já duas propostas concretas nesse sentido: - uma para a Rua de Bagamoyo, onde pretende ocupar vários edifícios, na sua maioria abandonados, para neles instalar actividades culturais; outra para o antigo Hotel Clube e área envolvente, onde pretende instalar a sua própria sede, e actividades complementares.

Estas propostas mereceram aprovação de princípio por parte do Conselho Executivo da Cidade.

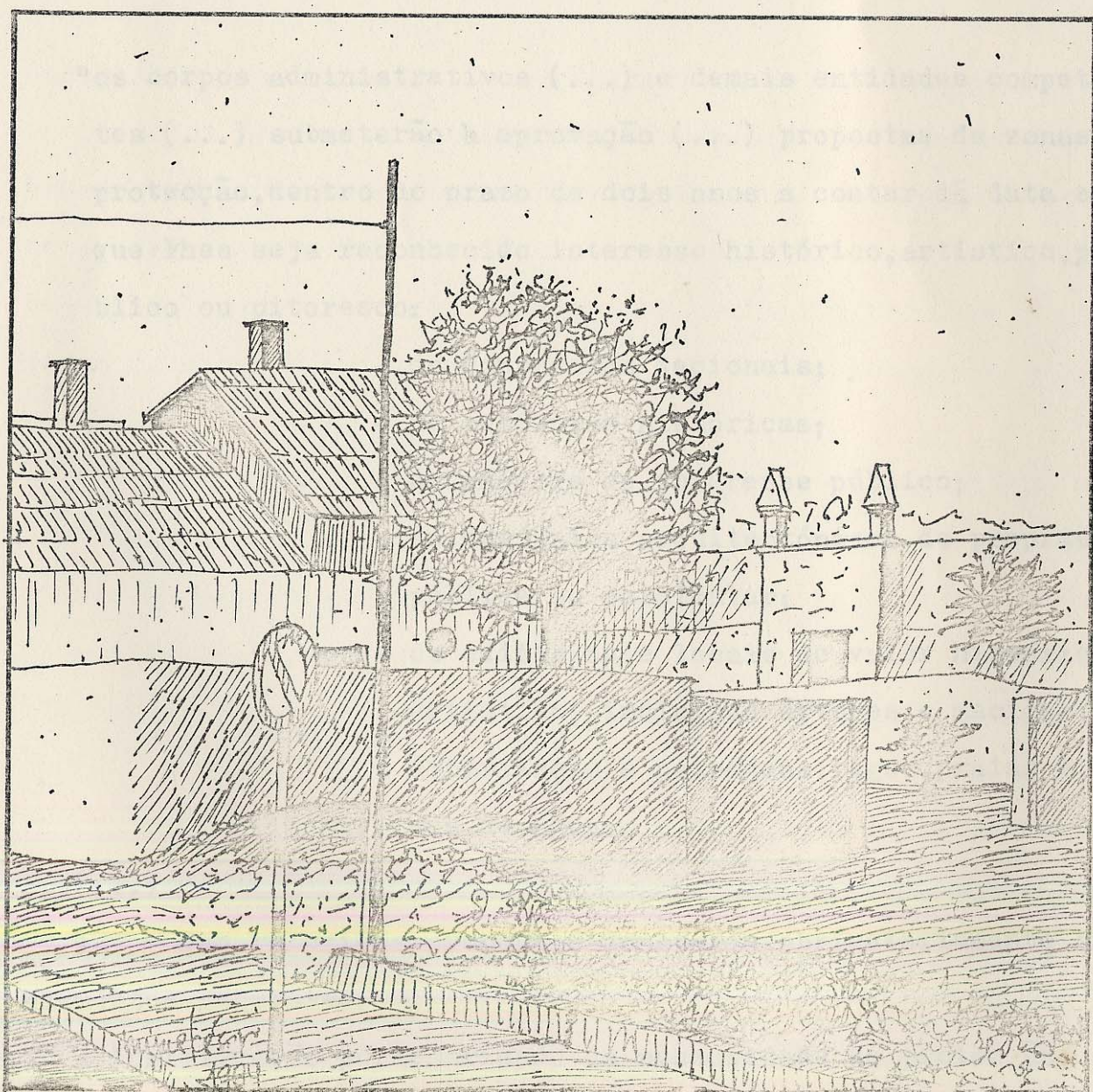
(Verifica-se, porém, descoordenação entre as estruturas acima mencionadas, pois já depois da aprovação referida, alguns dos edifícios pretendidos foram ocupados por empresas estatais, para fins diversos - certamente com o consentimento da APIE.

Isto realça a necessidade de se estabelecer um Plano e um Programa, subscrito por todos os organismos intervenientes na vida física da Baixa, que constitua documento oficial orientador de todas as acções futuras.)

Por parte da Direcção de Urbanização e Construção do Conselho Executivo da Cidade foi tomada a iniciativa de consultar, sempre

que tenha que emitir parecer sobre obras ou outras pretensões na área da Baixa, o responsável pelo presente Estudo.

É digna de destaque esta colaboração - e já houve diversas informações trocadas. Contudo, deve ser dada uma forma oficial institucionalizada a esta consultoria, o que advirá, naturalmente, através das medidas cautelares a aplicar na zona, caso venha a ser aprovada superiormente a "zona de protecção", conforme se propõe.



VISTA DA FORTALEZA E ESPAÇO DA BAIXA - MAPUTO

LEGISLAÇÃO

P2

De acordo com o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, que ainda se encontra em vigor na República Popular de Moçambique, e no seu Título III - "Condições especiais relativas à estética das edificações" - Capítulo único, e Artigo 87º, lê-se:

"os corpos administrativos (...) e demais entidades competentes (...) submeterão à aprovação (...) propostas de zonas de protecção, dentro do prazo de dois anos a contar da data em que lhes seja reconhecido interesse histórico, artístico, público ou pitoresco:

- de Monumentos Nacionais;
- de relíquias históricas;
- de imóveis de interesse público;
- de conjuntos arquitectónicos de propriedade pública ou particular;
- de edifícios e locais de valor histórico e artístico; incluindo árvores e maciços de arborização e paisagens, lagos, praias e quedas de água.

(...)

§2º - Das referidas propostas constarão obrigatoriamente os elementos seguintes:

- a) Justificação pormenorizada da necessidade de protecção;



- b) Delimitação cartográfica da área de protecção com a indicação de todas as construções incluídas, natureza da sua utilização e outros elementos esclarecedores dessa protecção;
- c) Indicação de medidas concretas e objectivas necessárias à defesa e protecção."

E diz-se, adiante, no Artigo 89º:

"os corpos administrativos (...) não poderão conceder licenças para reparação, ampliação, consolidação ou alteração de edifícios existentes, ou edificação de construções novas e sua utilização, dentro das zonas de protecção, sem que se certifiquem que os respectivos projectos e obras satisfazem aos condicionamentos e regras contidos neste Regulamento, para o que a aprovação carece de prévio parecer favorável do serviço oficial a que esteja cometida a salvaguarda dos valores que se pretendem proteger e em todos os casos à entidade que tenha proposto a zona de protecção."

Vai apresentar-se, assim, em anexo, uma proposta de criação de uma "zona de protecção" que abrange parte da área do centro da cidade de Maputo que foi objecto de estudo, e na qual se encontram os edifícios, espaços urbanos e zonas ajardinadas mais interessantes sob os pontos de vista histórico, arquitectónico e paisagístico.

Em nosso entender, é correcto que seja a Secretaria de Estado a subscrever esta proposta, uma vez que ela é, presentemente, a entidade que superintende na salvaguarda dos valores culturais do País, e que tem na sua estrutura um Departamento orientado para a preservação e valorização de monumentos, edifícios e sítios classificados.

Ao ser oficialmente aprovada esta proposta, como se deseja, a Secretaria de Estado da Cultura passará a ser automaticamente consultada sobre as obras ou outro tipo de intervenções físicas na zona protegida, como atrás foi referido.



PROPOSTA DE ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA  
NO CENTRO DA CIDADE DE MAPUTO

13

a) Justificação (Preâmbulo)

A preservação de valores culturais é uma das preocupações da República Popular de Moçambique.

Sítios históricos, monumentos, edifícios ou conjuntos arquitectónicos valiosos constituem documentos que pretendemos conservar e valorizar, para usufruto das gerações vindouras e sua formação histórica e cultural.

As cidades - obra colectiva por excelência - contêm, normalmente, conjuntos e exemplos isolados de edifícios de épocas diferentes, e característicos de determinadas situações politico-sociais ou económicas, que são inestimáveis documentos para a educação das novas gerações.

A Independência Nacional, com a Nacionalização dos prédios e a publicação da Lei de Terras, veio permitir uma acção mais fácil no domínio da preservação destes valores. Por paradoxal que pareça, é mais viável preservar e valorizar, hoje, edifícios e conjuntos do período colonial - porque não se encontram, como outrora, constantemente ameaçados pela especulação imobiliária, que fez desaparecer sem remédio inúmeros exemplares de espaços públicos, conjuntos edificados ou imóveis de grande qualidade, em benefício, apenas, do interesse privado.

Na zona central de Maputo concentram-se numerosos edifícios de muito valor para o estudo da história da cidade, e algumas ruas conservam ainda conjuntos significativos de imóveis, que recordam os ambientes e as características dum modo de vida urbano hoje profundamente modificado.

Por isso, existe a pretensão de lançar programas de restauro e recuperação de edifícios e conjuntos urbanos - programas esses conjugados eventualmente com outros de carácter histórico, arqueológico, etc. - que abranjam cidades antigas, ou sectores das mesmas, e um destes programas diz respeito, exactamente, à Baixa da Cidade de Maputo.

Estas acções visam dar uma utilização a curto prazo às zonas hoje em decadência, e aos edifícios e espaços urbanos recuperados, inserindo-os num contexto em que não só seja beneficiada a população em geral, como fique assegurada a conservação e valorização futura do património cultural assim revitalizado.

Como condição básica para alcançar estes objectivos, tornam-se necessárias medidas cautelares de protecção, para que não se percam, inadvertidamente, os valores que estão em causa. Esta situação tem-se verificado com frequência, em especial no que respeita a obras de transformação de edifícios ou, em casos extremos, à sua demolição - por falta de sensibilidade dos executantes, e inexistente fiscalização das autoridades competentes.

Por todos estes motivos, é apresentada esta proposta para a classificação como "ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA NO CENTRO DA CIDADE DE MAPUTO", da área que a seguir se descreve.

b) Delimitação

A zona a considerar como de PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA, porque contém os edifícios e os espaços urbanos construídos ou ajardinados mais antigos e significativos para a compreensão do desenvolvimento da cidade de Maputo, e da sua história, está circunscrita, segundo a presente proposta, entre os seguintes limites:

A nordeste:

-Pelo eixo da Avenida Ho Chi Min(entre as Avenidas Vladimir Lenine e Karl Marx);

A noroeste:

-Pelo eixo da Avenida Karl Marx (entre as Avenidas Ho Chi Min e Zedequias Manganhela); o eixo da Avenida Zedequias Manganhela (entre as Avenidas Karl Marx e da Guerra Popular); o eixo da Avenida da Guerra Popular (entre a Praça dos Trabalhadores e a Avenida Zedequias Manganhela); e o topo da Praça dos Trabalhadores, incluindo o edifício da Estação Central dos Caminhos de Ferro de Moçambique;

A Sudoeste:

-Pela margem da Rua dos Mártires de Inhamitanga(desde a Praça dos Trabalhadores até à Praça 25 de Junho); o topo da Praça 25 de Junho e o envolvimento da Doca da Capitania; a margem da antiga Rua António José de Almeida(desde a Praça 25 de Junho até à Rua da Imprensa);

A Sudeste:

-Pelo eixo da Rua da Imprensa (entre a Rua António José de Almeida e a Av. 25 de Setembro); pelo eixo da Avenida Vladimir Lenine - que prolonga a Rua da Imprensa (entre a Avenida 25 de Setembro e a Avenida Ho Chi Min).

A ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA vai desenhada na planta anexa, na escala de 1/2.000.

Nela vão assinalados todos os edifícios e espaços urbanos, classificados consoante o seu interesse histórico-arquitectónico, estético ou paisagístico, de acordo com os seguintes critérios:

A-Edifícios de qualidade

São aqueles que, pelo seu elevado valor histórico ou arquitectónico, devem ser preservados na sua traça original.

B-Edifícios de acompanhamento

São aqueles que, não tendo só por si qualidade histórico-arquitectónica excepcional, servem contudo para enquadrar outros edifícios ou espaços urbanos, conferindo-lhes as proporções ou o ambiente envolvente que os tornam dignos de preservação.

C-Edifícios neutros

São aqueles cujo interesse histórico-arquitectónico é nulo ou pouco significativo ou que, sendo edifícios de construção recente, se não prevê que venham a ser modificados.

#### D-Edifícios dissonantes

São aqueles que, pelas suas proporções, alinhamento, materiais construtivos ou outra característica, constituem elementos prejudiciais ao conjunto classificado, e que devem, na medida das possibilidades, ser eliminados, alterados ou substituídos por outros de melhor qualidade e melhor inserção no conjunto.

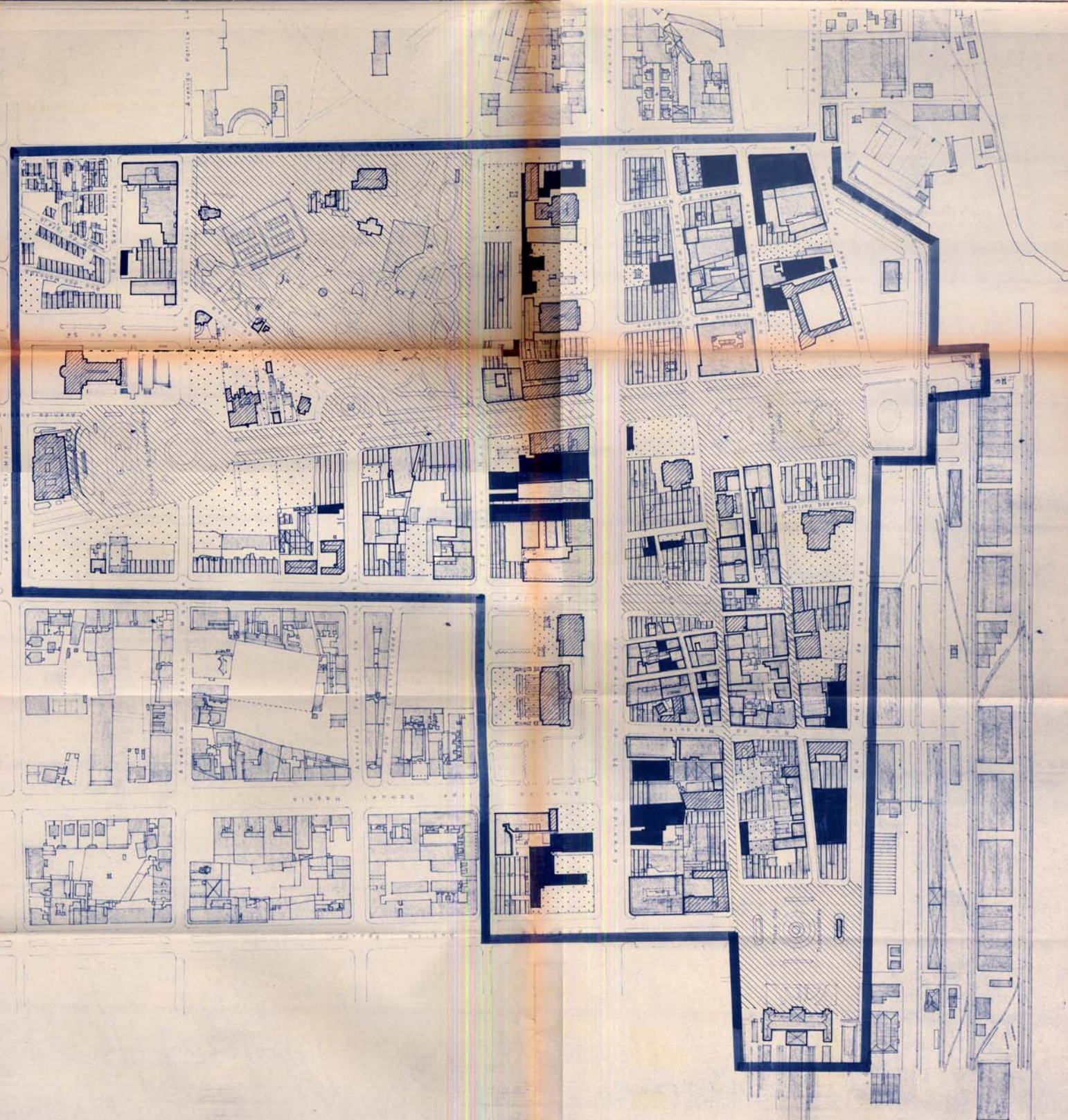
#### E-Espaços de qualidade

São os espaços urbanos - públicos - cujas características históricas, urbanísticas ou paisagísticas lhes conferem elevado valor para a cidade.

#### F-Espaços dissonantes

São os espaços urbanos - públicos ou privados - cuja utilização ou enquadramento é inconveniente, insalubre, inestética ou, por outra forma desvaloriza o conjunto classificado onde estão inseridos.

A cada uma das classificações apresentadas corresponde um critério de intervenção, no caso de obras a realizar - sejam estas de iniciativa privada ou estatal - que consta das medidas propostas para a defesa e protecção da área classificada, detalhadas no capítulo seguinte.



- LIMITE DA ZONA DE PROTEÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA
- EDIFÍCIOS DE QUALIDADE
  - EDIFÍCIOS DE ACOMPANHAMENTO
  - EDIFÍCIOS NEUTROS
  - EDIFÍCIOS DISONANTES
  - ESPAÇOS DISONANTES
  - ESPAÇOS DE QUALIDADE

PLANTA

ZONA DE PROTEÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA NO CENTRO DA CIDADE DE MAPUTO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA / SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

ESCALA 1:2.000



c) Medidas propostas para a defesa e protecção

REGULAMENTO PROVISÓRIO PARA A ZONA DE PROTECÇÃO  
HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA NO CENTRO DA CIDADE DE  
MAPUTO

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS PARA A OCUPAÇÃO EDIFICADA

Artº 1º - O presente Regulamento, de character transitório até à classificação definitiva da ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA, considera de um modo geral, as disposições contidas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas actualmente em vigor, excepto naqueles artigos que, por razões especiais de preservação e recuperação, possam apresentar condicionamentos que as excedam.

Artº 2º - O presente Regulamento considera como muito importantes os seguintes princípios:

-As construções das zonas urbanas, seja qual fôr a sua natureza e o fim a que se destinem, deverão ser delimitadas, executadas e mantidas de forma a que contribuam para a dignificação e valorização estética do conjunto em que venham integrar-se. Não poderão erigir-se quaisquer construções susceptíveis de comprometerem, pela sua localização, aparência ou proporções, o aspecto das povoações ou dos conjuntos architectónicos, edificios e locais de reconhecido interesse histórico ou artístico, ou de prejudicar a beleza das paisagens.

-O disposto no parágrafo anterior aplica-se integralmente nas obras de construção, reconstrução e transformação de construções existentes.

#### ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA - DEFINIÇÃO

Artº.3º - Com o presente Regulamento pretende-se definir uma orientação e um controlo de renovação e recuperação da área urbana com interesse histórico e arquitectónico do Centro da Cidade de Maputo, que abrange parte do Bairro Central e engloba a chamada "Baixa Antiga" e que é considerada como ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA.

Os limites desta zona vão assinalados na planta anexa, na escala de 1/2.000, e são os seguintes:

-A Nordeste o eixo da Av. Ho Chi Min;

-A Noroeste o eixo da Av. Karl Marx; o eixo da Av. Zedequias Manganhela; o eixo da Av. da Guerra Popular e o topo da Praça dos Trabalhadores, incluindo o edifício da Estação Central dos C.F.M.

-A Sudoeste a margem da R. Mártires de Inhamitanga; o topo da Praça 25 de Junho e o envolvimento da Doca da Capitania; a margem da antiga R. António José de Almeida;

-A Sudeste o eixo da R. da Imprensa e o eixo da Av. Vladimir Lenine, que a prolonga.

Artº.4º - A ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA é classificada quer pelo valor intrínseco de alguns edifícios, quer pelo interesse urbano do conjunto definido.

A estrutura urbana é determinada pelo traçado das ruas, avenidas, praças e jardins existentes; a forma é o resultado dos volumes edificados, e da configuração topográfica do terreno.

Artº 5º - Na ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA não se poderá prever alteração da sua estrutura ou da sua forma, a fim de preservar as características urbanísticas e arquitectónicas dominantes.

Esta área deverá manter, do ponto de vista do volume dos edifícios que nela estão contidos, a forma geral existente que define a sua silhueta, não se permitindo aumento dos volumes existentes, salvo nos casos de edifícios dissonantes ou noutros inteiramente justificados, sujeitos a parecer da Direcção de Urbanização e Construção do Conselho Executivo da Cidade, mas sempre respeitando o preceituado no R.G.E.U.

#### CONDIÇÕES GERAIS

Artº 6º - Não deverá permitir-se a construção em lotes que, pela sua localização, área e configuração, sejam de natureza a comprometer a renovação do aglomerado, a existência de valores urbanos, aspecto e economia da edificação e a boa utilização dos lotes contíguos.

Artº 7º - Os valores respeitantes à percentagem de ocupação do lote ou à altura máxima dos edifícios serão considerados caso a caso, em função das características do sítio (Carácter da rua, situação, envolvimento, vegetação, panorâmica, etc.)

## VEDAÇÕES

Artº 8º - As vedações separativas dos logradouros não poderão atingir altura superior a 1,80 m.

## SERVIDÃO DE VISTAS

Artº 9º - A possibilidade de visão panorâmica poderá constituir servidão de vistas de interesse colectivo ou privado. Qualquer edifício, vedação ou plantação que se situe no campo de visão deverá sujeitar-se aos condicionamentos a impôr, no sentido de ser respeitada essa servidão.

## CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO- -ARQUITECTÓNICA

Artº 10º - Os edifícios incluídos na área referida encontram-se englobados nos seguintes grupos e vão referenciados na planta anexa:

- edifícios de qualidade
- edifícios de acompanhamento
- edifícios neutros
- edifícios dissonantes

Art.º 11º - Os edifícios de qualidade só poderão receber obras de beneficiação e reparação, não podendo em caso algum serem alteradas as fachadas e elementos interiores valiosos (a menos que a ficha respectiva do estudo da Secretaria de Estado da Cultura o recomende) atendendo-se sempre nessas obras ao prescrito na mesma ficha e aos artigos específicos deste Regulamento.

Art.º 12º - Os edifícios de acompanhamento poderão, se desejado, ser remodelados ou substituídos, devendo neste caso

visar uma correcta integração no ambiente por meio de projectos cuidadosamente estudados por architectos e sujeitos à apreciação da Direcção de Urbanização e Construção da Cidade e Secretaria de Estado da Cultura.

Artº 13º- Para os edifícios neutros e dissonantes não há restrição quanto à sua substituição ou remodelação, mas deverão submeter-se às condições expressas no artigo anterior acerca dos edifícios de acompanhamento.

Artº 14º- Nos casos de remodelações previstas nos artigos anteriores, as alturas autorizáveis de construção serão variáveis em conformidade com as diferentes ruas ou zonas, dependendo umas vezes da ordenação prevista (para valorizar edifícios especiais, por exemplo) e outras do carácter do arruamento, não podendo porém exceder o determinado no R.G.E.U., excepto quando se mantenham dumã forma coerente os volumes prè-existentes.

Artº 15º- Quando os edifícios da ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA necessitem de restauro ou reforma de elementos deteriorados e não sejam casos classificados como neutros ou dissonantes, atender-se-á ao carácter geral dos edifícios, devolvendo-os ao estado primitivo e utilizando sempre, nas reparações necessárias, material de qualidade idêntica à original.

Artº 16º- Todas as obras de reconstrução, remodelação ou reparação (interiores ou exteriores) em prédios abrangidos pela ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA, mesmo quando de simples pintura, necessitam de prèvia licença do Conselho Executivo da Cidade. Essa licença depende da observância do presente Regulamento.

## EDIFÍCIOS EM RUINAS.

Artº 17º - Quando em edifícios da ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA se verificarem condições de ruína que recomendem a sua reconstrução e, por outro lado, esses edifícios sejam considerados de interesse arquitectónico, deverá proceder-se à sua reconstrução do seguinte modo:

- a) far-se -á um rigoroso levantamento desenhado do edifício existente, acompanhado de pormenorizada documentação fotográfica
- b) proceder-se-á à elaboração do projecto, que deverá respeitar integralmente as características exteriores do prédio
- c) interiormente, proceder-se-á, se disso houver necessidade, às alterações convenientes, desde que elas não impliquem alteração das fachadas existentes.

## CLASSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NA ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA

Artº 18º - Na ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA foram classificados os espaços urbanos em grupos, que vão assinalados na planta anexa, merecendo especial atenção os seguintes:

- espaços de qualidade
- espaços dissonantes

Artº 19º - A classificação dos espaços de qualidade implica que os elementos que contribuem para a definição desse espaço:  
-volume e qualidade dos edifícios que o circundam,

arborização, pavimento - devem ser preservados ou, em caso de obras de remodelação, estas valorizem os referidos espaços.

Artº 20º- Os espaços dissonantes devem ser objecto de intervenção, se necessário por imposição do Conselho Executivo quando se trate de espaços privados - no sentido do seu embelezamento, saneamento ou outra medida tendente a melhorar a sua inserção no tecido urbano.

#### ACHADOS ARQUEOLÓGICOS

Artº 21º- No caso de em qualquer alteração ou reparação em curso ser descoberto algum elemento arquitectónico ou arqueológico considerado de interesse no seu todo-ou parte, o Conselho Executivo da Cidade suspenderá imediatamente a licença para obras a fim de mandar proceder ao estudo e identificação desses elementos descobertos e estabelecerá, de acordo com a Secretaria de Estado da Cultura, a melhor orientação futura a dar a essas obras.

#### CONDIÇÕES DE USO

Artº 22º- Serão permitidos todos os usos que os Regulamentos municipais vigentes e outros permitam, sempre que não sejam incompatíveis com a conservação do carácter, estrutura e ambiente dos edifícios abrangidos pela área classificada.

Artº 23º- Qualquer utilização de carácter industrial deverá corresponder às instalações de tipo artesanal ou ligeiro, não podendo, em caso nenhum, produzir-se quaisquer fumos, ruídos ou cheiros considerados inconvenientes.

Artº 24º- As obras de natureza comercial deverão merecer cuidados especiais tendo em vista o carácter e expressão architectónica dos edifícios em que venham a integrar-se, proibindo-se o rasgamento de vãos e envidraçados quando não perfeitamente integrados no carácter do edifício.

Em qualquer caso e quanto aos edifícios classificados "de qualidade", ficam completamente proibidas quaisquer obras que alterem as suas fachadas, embora se admita a sua utilização para fins comerciais. Nesta área fica proibido o uso de portas metálicas enroláveis, ou outras de tipo industrial.

Fica proibido o uso de letreiros luminosos ou outros sem prévio estudo de integração pelo arranjo harmónico de forma e cor.

#### LOGRADOUROS

Artº 25º- Na ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA não se poderão reduzir superfícies destinadas a pátios, jardins ou espaços livres, ao nível do terreno. Só em casos excepcionais onde a solução represente importante melhoria local e desde que do ponto de vista da salubridade não constitua prejuízo, será aceitável uma ocupação.

#### COBERTURAS

Artº 26º- Nos edifícios de qualidade deverá exigir-se a permanência da cobertura com materiais idênticos aos originalmente utilizados. Deverá providenciar-se, a quando dos pedidos de obras para reparação ou remodelação



desses edifícios, no sentido de se substituírem todos os outros tipos de cobertura.

Nos edifícios de acompanhamento poderão aceitar-se alterações à cobertura original, nomeadamente a substituição de chapas de zinco por fibrocimento.

#### CORES

Artº 27º- O tratamento cromático das fachadas dos edifícios deverá ser objecto dos maiores cuidados, no sentido de não criar notas dissonantes. Assim, os pedidos de pintura serão apreciados caso a caso, devendo os requerentes juntar amostras das cores que pretendem aplicar.

#### OBRAS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Artº 28º- Os prédios urbanos deverão ser objecto de reparação, limpeza e pintura, nas coberturas, fachadas e empenas exteriores, por períodos mínimos de 8 anos.

## PROPOSTA URBANÍSTICA

P  
4

O conhecimento da situação actual da Baixa de Maputo, adquirido através dos inquéritos e análises efectuados, permite-nos apontar, neste momento, se não para soluções imediatas, pelo menos para os estudos necessários à melhoria das condições urbanísticas desta área da cidade.

Deste modo, elaboraram-se três plantas que sintetizam as propostas, segundo a sua natureza e a prioridade de realização.

Em seguida vamos explicitar o conteúdo de cada uma.

## TIPO DE INTERVENÇÃO (PLANTA A)

Propõe-se, em primeiro lugar e como já nos capítulos anteriores amplamente se desenvolveu, a delimitação de uma ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA, de acordo com a legislação vigente, à qual serão aplicadas medidas cautelares de protecção por um período de 2 anos, até se decidir (ou não) a sua classificação definitiva. Nesta zona estão contidos os espaços urbanos, os conjuntos edificados e os edifícios que se julga conveniente preservar, por serem testemunho da história da cidade, e característicos de épocas significativas da sua evolução.

Dentro da área estudada encontram-se espaços amplos que, por razões diversas, não estão ocupados presentemente com edifícios nem outra utilização condigna com o coração da capital do País.

Porque esta situação é anacrónica, e tendo em vista o valor urbano dos espaços referidos, julga-se que deveriam estudar-se planos parciais de urbanização para o aproveitamento (edificado) de dois espaços mais representativamente situados - cujo aproveitamento (a que chamamos "GRANDE REMODELAÇÃO-ZONA EDIFICADA") traria uma importante melhoria à forma urbana, e um grande impacto económico, pelo volume de construção que podem comportar.

Referimo-nos: - à zona envolvente da Praça da Independência; e à zona que fica entre a R. da Imprensa, a Rua Marquês de Pombal, a Feira Popular e a Praça da Marinha.

Esta última praça e seus arredores, cuja urbanização começou a tomar forma mas ficou incompleta, constitui uma área que deveria merecer outro estudo parcial, englobando a parte das paragens terminais de autocarros urbanos que lhe fica a norte.

Porém, como esta área já existem diversos compromissos estruturais e formais, considera-se que a operação será diferente das zonas anteriores, constituindo uma "PEQUENA REMODELAÇÃO DA ZONA EDIFICADA".

Na área estudada, encontramos extensões muito grandes em que a ocupação é, actualmente, quase selvagem. Referimo-nos às Barreiras e terrenos adjacentes abaixo destas.

Admitamos que esta zona não tem condições para uma intensa ocupação edificada, pela conformação e natureza do terreno, etc. - ou, pelo menos, não é económica, na fase actual, a sua ocupação com edifícios.

Contudo, há que tomar medidas urgentes de contenção da erosão; de saneamento das partes insalubres, quer devidas a acção da natureza (pântanos), quer dos homens (lixeiros, etc.) e, para isso, é necessário proceder ao estudo desta área, tão grande em relação ao total da zona estudada.

Propõe-se, assim, um projecto urbano-paisagístico, que chamámos de "GRANDE REMODELAÇÃO - ZONA VERDE", abrangendo toda a área que envolve pelo quadrante Norte as instalações desportivas já existentes.

A mesma classificação ("GRANDE REMODELAÇÃO - ZONA VERDE") foi dada ao estudo paisagístico, que se nos afigura urgente, para valorizar o envolvimento da Fortaleza. Embora se trate de uma pequena área urbana, está situada num ponto muito em foco da Baixa da cidade. Exige acções que carecem de poder de decisão e intervenção do Conselho Executivo :- realojando instalações existentes; demolindo; e embelezando um local que, por estranho que pareça, cada vez está mais degradado, apesar de se situar em pleno coração da cidade e à vista de toda a gente.

As zonas verdes públicas da Baixa não são muitas, e as que existem, por isso mesmo, merecem a maior atenção. Por este motivo, classificámos como carentes de cuidados especiais:- os espaços que envolvem a Fortaleza; os espaços a sul dos campos de jogos próximo das Barreiras; os jardins que envolvem o restaurante "Zambi". Um estudo da sua beneficiação paisagística é urgente - além de serem fáceis de executar melhoramentos a curto prazo para valorização e embelezamento desses espaços ("PEQUENA REMODELAÇÃO - ZONA VERDE").

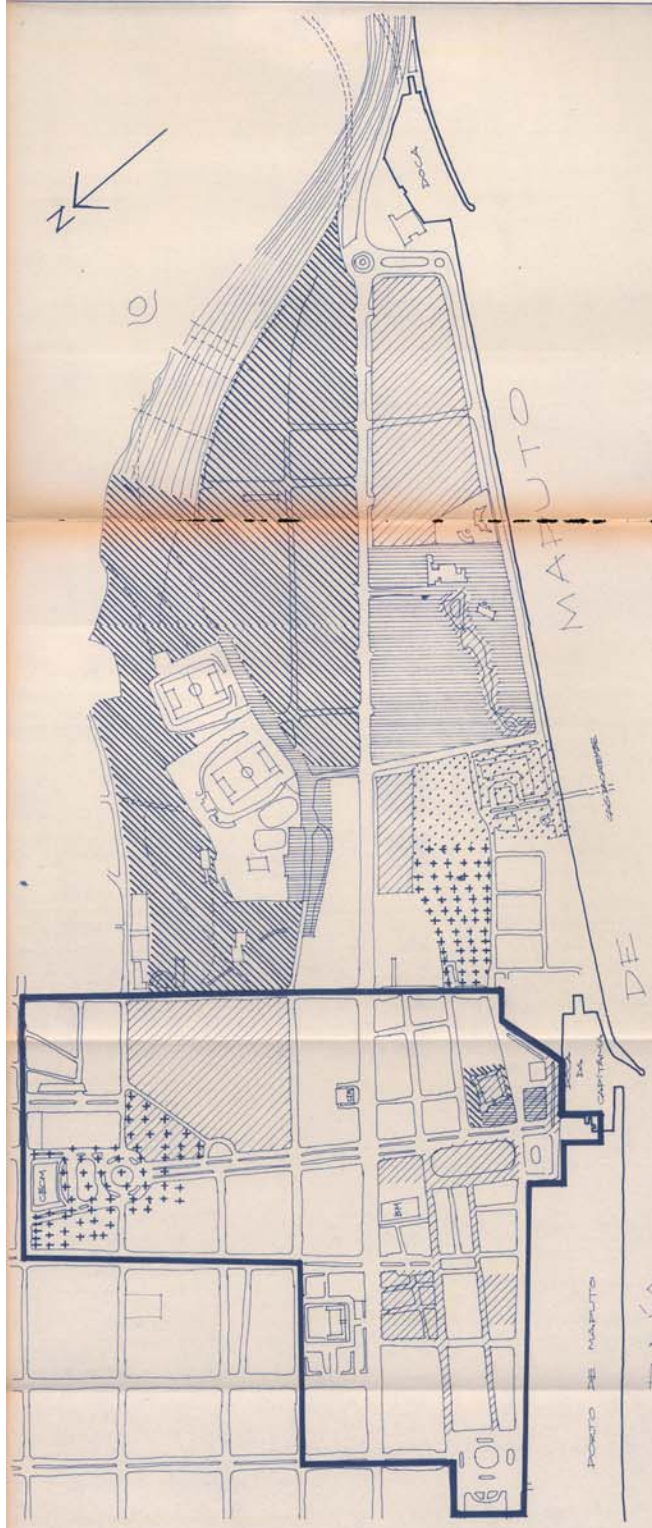
Finalmente, afigura-se-nos que a Baixa e a Zona de protecção proposta, necessitam de certo tipo de medidas que não é fácil englobar num estudo urbanístico ou paisagístico, mas são fundamentais se se pretende a valorização geral de toda a área, e a que chamámos "VITALIZAÇÃO".

De facto, há espaços que já estão apetrechados com tudo o que é necessário para o desempenho de funções urbanas importantes, mas que não estão sendo devidamente aproveitados, exactamente por falta dessa vitalização - que é fruto de uma intenção deliberada, e de medidas tomadas com esse objectivo.

Referimo-nos, por exemplo, à FACIM, à Feira Popular, ao Jardim Tunduru, à Praça 25 de Junho e às velhas ruas comerciais que, em tempos, foram a parte mais viva e animada da cidade.

Existem, em todas estas áreas, potencialidades para uma utilização mais intensiva; uma maior animação popular; um rendimento económico e social mais significativo - e devem ser estudadas as formas de conseguir esses objectivos, com o que a população da cidade beneficiaria muito.

É uma tarefa conjunta para o Conselho Executivo e as estruturas que estão ligadas ao comércio, à organização da FACIM, da Feira Popular, etc.



- ZONA DE PROTEÇÃO HISTÓRICO-ARQUITETÓNICA
- +++ GRANDE RENOVELAÇÃO — ZONA EDIFICADA
- PEQUENA RENOVELAÇÃO — ZONA EDIFICADA
- /// GRANDE RENOVELAÇÃO — ZONA VERDE
- ||| PEQUENA RENOVELAÇÃO — ZONA VERDE
- ▨ VITALIZAÇÃO

ESTUDO DA VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA DA BAIXA DE MAPUTO		A
PLANTA : ESPAÇOS URBANOS — PROPOSTA 1 TIPO DE INTERVENÇÃO		ARQUITETO
SERVIÇOS DE ESTUDO DA URBANIZAÇÃO / ARQUITETO DE CONSULTA E PROJETO		ESCALA : 1:5000
1985		

## TRANSITO E ESTACIONAMENTOS (PLANTA B)

A situação do tráfego na Baixa, exceptuando algumas questões pontuais, não se apresenta muito deficiente nem há, por enquanto pelo menos, problemas de estacionamento como os que afectam seriamente muitas cidades capitais.

Isto não significa que se não possam, e não devam, melhorar algumas soluções menos felizes desde já.

A planta da proposta junta assinala o tipo de intervenções que se julgam necessárias. Não assinala, porque era impossível, o problema da criação de parques de estacionamento privados de empresas ou do Estado, que se tem verificado em tão grande escala por muitos locais da cidade, e também da Baixa.

O Regulamento Provisório para a ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA, procura precaver a ocupação desregrada dos logradouros (v. Artº 25º), ou mesmo de lotes aptos para a construção, com parques de estacionamento privados, que constituem um esbanjamento dos valores urbanísticos da zona (v. Artºs. 20º, 6º, 5º).

O que não significa que se não possam criar bons parques de estacionamento em diversos locais sem aptidão para a construção, ou mesmo no interior de alguns quarteirões - solução que deve ser estudada caso a caso.

A análise da planta evidencia, em relação aos espaços de circulação de peões e viaturas, e estacionamento destas, as seguintes propostas:

-Na parte mais antiga da Baixa: - velhas travessas da Catembe, Varietá, António Furtado, da Boa Morte, da Palmeira, Ruas da Gávea, Tenente Valadim, propõe-se o condicionamento do trânsito de qualquer tipo de veículos.

Isto é: - não autorizar a circulação senão em horas restritas, e só para cargas e descargas ou emergências. Esta medida conjugar-se-ia com a pretendida vitalização de toda a área, neste caso com fins comerciais ou recreativos, criando-se condições mais favoráveis à circulação de peões. (Melhorando a iluminação pública, o mobiliário urbano, os próprios pavimentos, que teriam uma superfície uniforme, sem passeios, revestida com material confortável para o transeunte, como a calçada ou placas de cimento).

-As duas principais ruas de comércio, hotelaria ou lazer (Consiglieri Pedroso e de Bagamoyo) deveriam ser objecto de restrições quanto ao trânsito de veículos pesados, dentro do mesmo espírito acima referido.

Para cargas e descargas podem destinar-se horas geralmente mortas ao trânsito de pessoas e, quanto aos transportes colectivos urbanos (que passam só na Rua Consiglieri Pedroso) deixariam de fazer este percurso sem grande prejuízo para as carreiras, e com vantagem para a vitalização da rua (v. adiante).

-Quanto ao estacionamento de viaturas, propõe-se que seja criado mais um parque (público ou privativo) na Rua da Imprensa, frente ao edifício da Capitania do Porto, onde não há limitações à ocupação e a localização é central e conveniente para quem trabalha na Baixa, ou ali vai a compras, em serviço ou recreio.



Propõe-se também o estudo e execução do arranjo, como estacionamento, da área em frente da zona desportiva existente (piscina, pavilhões e campos de jogos do Desportivo e do Maxaquene) - locais que já são utilizados normalmente para este fim, em especial quando há acontecimentos desportivos ou outros, mas numa forma totalmente anárquica.

Isto seria um contributo para o saneamento e urbanização da extensa área baldia das Barreiras e terrenos baixos adjacentes.

-Continuando a falar da área que fica na base das Barreiras (e das próprias Barreiras, após a sua indispensável consolidação), propõe-se a criação de arruamentos novos nesta zona, tanto para veículos como exclusivamente para peões. Uns e outros estão, por assim dizer, "apontados" :- as vias destinadas ao trânsito automóvel constavam de estudos urbanísticos anteriores, e algumas estavam já iniciadas, em terra batida. Propõe-se a consolidação de uma destas ruas - a que ligará a rotunda (Praça Robert Mugabe) à zona desportiva, passando na base das Barreiras. Esta via, cujo pavimento poderia ter características de estrada florestal numa 1ª fase, serviria para descongestionar o trânsito em alturas de grande concentração de viaturas, nos campos desportivos ou na FACIM, além de contribuir para o arranjo urbano-paisagístico proposto para toda a área.

Quanto aos caminhos de peões, é um facto que os percursos já estão traçados, e consagrados pelos milhares de pessoas que, diariamente, vêm e vão entre os bairros Central e da Polana e a Baixa, descendo e subindo pelas Barreiras, a partir da Av. Amilcar Cabral, ou desde a Praça da Travessia do Zambeze, junto ao Hotel Cardoso e à Escola Jerónima Rachel.

É lógico, e urgente, que se consolidem com um traçado mais correcto e uma pavimentação adequada, estas vias de tão intenso movimento.

Por isso se propõem alguns caminhos de peões na encosta das Barreiras, e mesmo atravessando a parte baixa adjacente, com o fim de facilitar os acessos, hoje "selvagens" e perigosos, pelo seu traçado, pela falta de iluminação, etc.

Na restante área estudada, a estrutura urbana está definida, e os arruamentos são suficientes. Considera-se, porém, que é possível melhorar ainda as condições actuais em três casos:

- Construindo a segunda faixa de rodagem na Rua Marquês de Pombal, que liga a Praça da Marinha à Rua da Imprensa (pelo traçado existente verifica-se que aquela faixa estava prevista);
- Pavimentando, mesmo que só com macadame, um acesso de viaturas que sirva várias instalações junto ao restaurante "Zambi", e que ligue a Av. de Sagres à 25 de Setembro;
- Recuperando para o trânsito a rua que contorna a Doca da Capitania, a qual foi "anexada" pelo Porto e deveria ser restituída à cidade, depois de se demolirem o muro e a vedação que isolam o Cais dos pescadores do contacto com o público cittadino.
  
- Quanto ao trânsito de transportes públicos urbanos, considera-se que a rede existente está traçada com um critério válido; que os terminais das carreiras estão bem localizados, mas deveriam ser arranjados com mais cuidado e conforto para os utentes, em especial o maior, junto à Feira Popular.

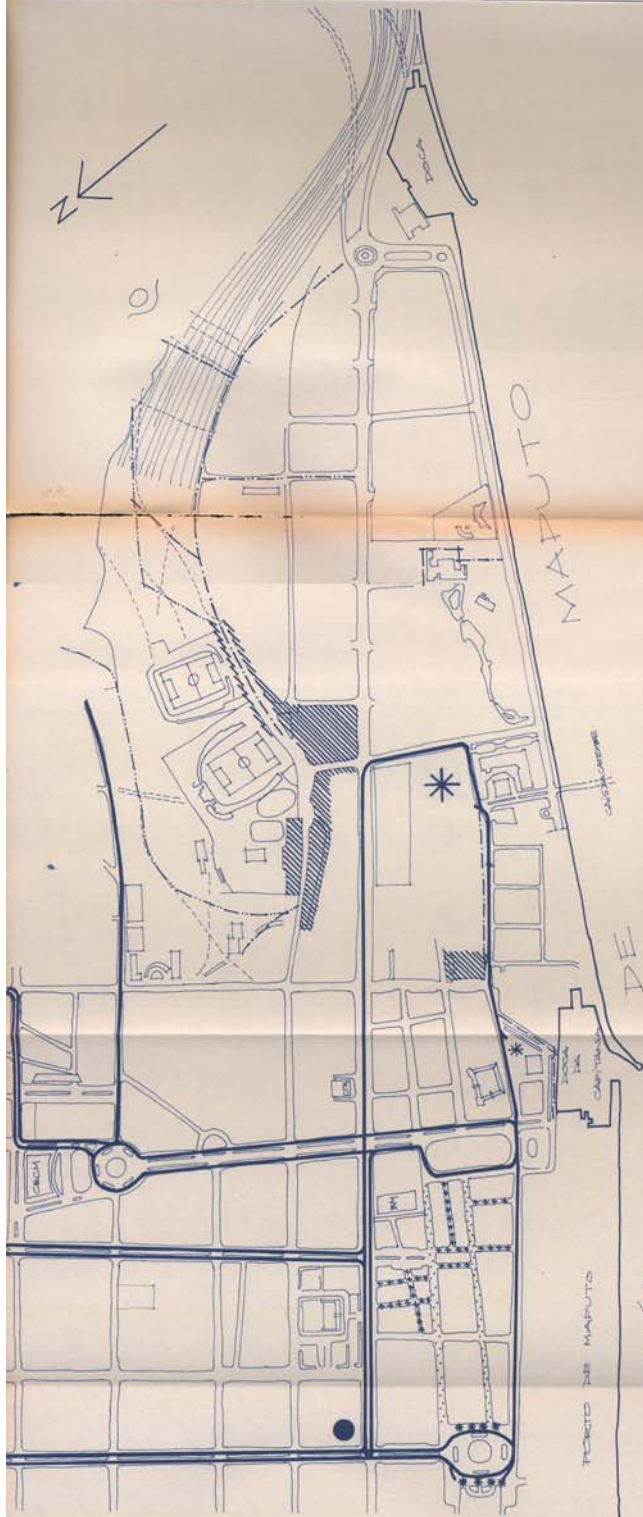
Propõe-se, todavia, e como atrás ficou dito, suprimir as carreiras que passem pela Rua Consiglieri Pedroso (o troço da Av. Karl Marx a sul da Av. 25 de Setembro).









Com isso não advirá inconveniente de maior ao público dos transportes urbanos, pois a Baixa antiga continua envolvida por um "anel" de circulação de autocarros, a distâncias muito curtas para quem procura as paragens, de um e outro lado.

-Quanto ao terminal das carreiras suburbanas e regionais, da ROMOS, na Av. 25 de Setembro, esquina com a Av. da Guerra Popular, considera-se que está numa localização conveniente, mas é demasiadamente acanhada a área de que dispõe, e muito pobres as instalações edificadas existentes.

Parece possível, contudo, ampliar em terrenos adjacentes, vagos, esta "estação central" de autocarros.

Ao Conselho Executivo da cidade compete criar condições para permitir a melhoria do terminal, que é muito necessária.



-  RUAS A CONDIÇÃOAR A QUALQUER TIPO DE TRÁFICO
-  RUAS A CONDIÇÃOAR AO TRÁFICO DE VEÍCULOS PESADOS
-  ESTACIONAMENTO
-  PRESERVAR DE PAVES A OBRAR
-  RUAS A OBRAR
-  CIRCULAÇÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS URBANOS
-  TERMINAIS DE CARREIRAS URBANAS
-  TERMINAL DE CARREIRAS SUBURBANAS

**ESTUDO DA VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA DA BAIXA DE MAPUTO**

PLANTA : ESPAÇOS URBANOS - PROPOSTA 2  
TRÁFICO E ESTACIONAMENTO

SERVIÇO DE BOMBA DE ÁGUA / SERVIÇO DE CONDIÇÃOAR E ABRIGAR

ESCALA : 1:5000

118

**B**

## ESTUDOS A REALIZAR E PRIORIDADES (PLANTA C)

Definidas as intenções e o tipo de intervenções que são necessárias à valorização do centro da cidade de Maputo, é possível detalhar agora um plano de acção que considere as zonas abrangidas e a urgência das realizações.

Com a Planta C procura apresentar-se esse aspecto da questão numa forma compreensível. Nela vão, assim, assinalados:

1. A delimitação da ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA - medida de carácter político-administrativo que tem a 1ª prioridade.

1.1 Dentro desta mesma zona, uma acção urgente (e que, na realidade, até já foi iniciada) é o RESTAURO ARQUITECTÓNICO DE EDIFÍCIOS antigos e valiosos, mais ou menos isolados.

A Secretaria de Estado da Cultura está envolvida nesta acção, tratando-se de imóveis que requereu à APIE para instalações suas - sob compromisso de as recuperar.

Outras entidades estão nas mesmas condições, e têm feito restauros - nem sempre felizes. Contudo, é a APIE que deve assumir, pelo menos, a iniciativa de mandar reparar outros imóveis, por brigadas de construção próprias, pela Manutenção Predial de Maputo ou outras empresas do ramo, sem esperar que a ruína completa os destrua.

Estamos a pensar, por exemplo, no caso do Prédio Pott, no do Mercado Central, e outros menores.

A maior parte dos edifícios que carecem de restauro está situada na Baixa antiga. Fora desta zona, o caso mais significativo é o do Hotel-Clube e área que o envolve.

1.2 A Secretaria de Estado da Cultura pediu a ocupação do ex-Hotel Clube e seus anexos, que lhe foi concedida. Pensa instalar ali a sua sede e alguns serviços centrais, mas não só. Dado o valor dos edifícios e, principalmente, do local onde se situam, foi previsto realizar um arranjo generoso do conjunto, de modo a convertê-lo num verdadeiro centro de cultura que, harmoniosamente relacionado com o Jardim Tunduru, e com a Praça da Independência, constituísse um atractivo de 1ª grandeza na cidade.

Este PROJECTO DE INSTALAÇÕES CULTURAIS está em curso, a cargo do Serviço do Património Edificado da própria Secretaria de Estado da Cultura.

1.3 Outra zona com interesse, em pleno coração da cidade, é a que envolve a Fortaleza. Esta, como se sabe, é uma criação artificial do período colonialista, sem especial valor histórico. Porém, o conjunto formado pelo Cais dos Pescadores (hoje oculto das vistas), a Praça 25 de Junho, a Fortaleza e os espaços ajardinados que a envolvem, tem um reconhecido atractivo turístico, e é errado não tirar deste facto todos os dividendos que pode dar.

Por isso, propõe-se o estudo do ARRANJO URBANÍSTICO DA ZONA DA FORTALEZA-DOCA DA CAPITANIA, no convencimento de que, com algumas medidas simples e pouco dispendiosas, se poderia valorizar muito este local privilegiado da cidade. Nomeadamente:

-demolição da padaria e muros que sufocam a Fortaleza do lado norte; arranjo paisagístico com jardins, do envolvimento da Fortaleza; demolição do muro que esconde a Doca dos Pescadores; eventual criação de um monumento ou motivo escultórico que valorize a praça do topo da Praça 25 de Junho - e que deveria servir de remate visual para a Av. Samora Machel.

1.4 Já mais complexo como estudo, por envolver volumes construídos que podem ser consideravelmente grandes e, até, possivelmente, a alteração das vias de trânsito hoje existentes, é o caso da Praça da Independência.

Incumbir um técnico, ou grupo de técnicos, da tarefa de estudar o ARRANJO URBANÍSTICO DA PRAÇA DA INDEPENDENCIA devia ser preocupação do Conselho Executivo da Cidade, atendendo ao alto valor deste local, onde decorrem actos políticos do maior significado nacional, a ponto de o podermos considerar como o "coração cívico de Moçambique".

Naturalmente que depende deste estudo o destino a dar a dois edifícios de grande volume, que se encontravam em construção por altura da Independência, e hoje estão parados: - um na própria praça, esquina da Av. Samora Machel; outro mais acima do Hotel Rovuma, mas que podemos considerar abrangido pela zona de influência do estudo que há-de reformular a Praça da Independência.

2. Estas são as acções que se propõem, dentro da Zona de Protecção Histórico-Arquitectónica. Mas na restante área estudada há problemas de natureza urbanística que merecem intervenção - ainda que a sua prioridade seja menor.

Considerou-se, assim, que em segunda instância deveriam ser realizados os seguintes estudos:

2.1 Uma proposta de ARRANJO URBANO-PAISAGÍSTICO DAS BARREIRAS E TERRENOS BAIXOS ADJACENTES, na extensa faixa de terreno que engloba as Barreiras e desce até à Av. 25 de Setembro, em toda a sua extensão desde a Av. Belmir<sup>o</sup> Obadias Mulanga até à Praça Robert Mugabe.

Estudos para a ocupação desta zona já foram feitos no período colonial e, naturalmente, deverão ser compulsados, pois alguma coisa de útil podem conter, pelo menos em aspectos informativos sobre a topografia e natureza do solo. Porém, dadas as diferentes condições socio-económicas actuais, as propostas urbanísticas não-de ser, necessariamente, diversas.

Em nosso entender, a vocação desta área é a de extenso "pulmão verde" da cidade - zona de lazer e recreio, que ligue o Jardim Tunduru à faixa verde que já está criada ao longo da Avenida Marginal e suas barreiras, numa continuidade generosa e saudável de verdura que se prolonga até à Costa do Sol.

Essa vocação é compatível com a criação de campos de jogos, piscinas, pavilhões desportivos - e já os há, embora mal "arrumados" - e com outras utilizações de recreio, cultura ou simples lazer.



Também já anteriormente mencionámos a conveniência de localizar aqui novos parques de estacionamento, bem como abrir arruamentos de peões e de viaturas.

Nalgumas zonas periféricas desta área poderão admitir-se construções em altura, para habitação ou serviços. Mas estas deverão ser sempre pontuais e nunca de molde a formar frentes contínuas - para que a ligação entre as manchas verdes se não interrompa. Isto é particularmente importante, por exemplo, ao longo da Av. Vladimir Lenine (onde já existe um prédio novo). Não perder a relação entre o Jardim Tunduru e esta faixa verde, deverá ser uma preocupação fundamental do estudo a realizar.

Não é demais salientar a urgência da consolidação do terreno das Barreiras, abaixo dos prédios que marginam a Av. Patrice Lumumba. As situações perigosas motivadas pela erosão são tão preocupantes que as obras de consolidação deveriam iniciar-se o mais urgentemente possível, mesmo que o estudo geral estivesse em curso.

2.2 Uma área da cidade que apresenta péssimo aspecto, e está nitidamente subaproveitada, é a que contém a Feira Popular, as paragens terminais dos transportes públicos urbanos e os terrenos vagos adjacentes. E até a Praça da Marinha, com os edifícios já construídos mas que faziam parte de um conjunto inacabado contribui para o mau aspecto da zona.

Um estudo parcial do ARRANJO URBANÍSTICO DA FEIRA POPULAR-PRAÇA DA MARINHA é muito necessário.

Esta é uma das zonas citadinas do centro em que a construção pode ser promovida, aumentando-se substancialmente a ocupação, e reordenando espaços hoje indefinidos e baldios.

Já se mencionou a conveniência, nesta área, de criar um bom parque de estacionamento; de reformular e melhorar o terminal dos autocarros urbanos; de abrir uma segunda faixa de rodagem na Rua Marquês de Pombal.

Vale a pena, quanto a nós, analisar friamente o caso da Feira Popular. A sua localização parece-nos errada, por duas razões fundamentais: - se se destina a servir o povo e a proporcionar-lhe momentos de distração e recreio, devia situar-se num local central em relação às zonas de residência e não, como agora, completamente excêntrica. Por outro lado, não se justifica ocupar com instalações deste tipo uma frente da principal avenida da capital, cuja vocação é, por excelência, a construção de edifícios representativos.

Admitamos que se trata de uma ocupação efémera. Sob este ponto de vista deve ser encarada no estudo urbanístico a realizar.

2.3 Para terminar, propõe-se um ARRANJO PAISAGISTICO DO JARDIM DO ZAMBI - tarefa muito simples e fácil de levar a cabo, se o Conselho Executivo a quizer apoiar.

Trata-se de um pequeno parque-jardim que é ainda muito frequentado, mas que chegou a um estado de decadência de que só pode sair mediante uma intervenção enérgica e bem estruturada, feita sobre um estudo paisagístico correcto, que vale a pena fazer desde já.

Esta é uma das zonas citadinas do centro em que a construção pode ser promovida, aumentando-se substancialmente a ocupação, e reordenando espaços hoje indefinidos e baldios.

Já se mencionou a conveniência, nesta área, de criar um bom parque de estacionamento; de reformular e melhorar o terminal dos autocarros urbanos; de abrir uma segunda faixa de rodagem na Rua Marquês de Pombal.

Vale a pena, quanto a nós, analisar friamente o caso da Feira Popular. A sua localização parece-nos errada, por duas razões fundamentais: - se se destina a servir o povo e a proporcionar-lhe momentos de distração e recreio, devia situar-se num local central em relação às zonas de residência e não, como agora, completamente excêntrica. Por outro lado, não se justifica ocupar com instalações deste tipo uma frente da principal avenida da capital, cuja vocação é, por excelência, a construção de edifícios representativos.

Admitamos que se trata de uma ocupação efémera. Sob este ponto de vista deve ser encarada no estudo urbanístico a realizar.

2.3 Para terminar, propõe-se um ARRANJO PAISAGISTICO DO JARDIM DO ZAMBI - tarefa muito simples e fácil de levar a cabo, se o Conselho Executivo a quizer apoiar.

Trata-se de um pequeno parque-jardim que é ainda muito frequentado, mas que chegou a um estado de decadência de que só pode sair mediante uma intervenção enérgica e bem estruturada, feita sobre um estudo paisagístico correcto, que vale a pena fazer desde já.

Esta é uma das zonas citadinas do centro em que a construção pode ser promovida, aumentando-se substancialmente a ocupação, e reordenando espaços hoje indefinidos e baldios.

Já se mencionou a conveniência, nesta área, de criar um bom parque de estacionamento; de reformular e melhorar o terminal dos autocarros urbanos; de abrir uma segunda faixa de rodagem na Rua Marquês de Pombal.

Vale a pena, quanto a nós, analisar friamente o caso da Feira Popular. A sua localização parece-nos errada, por duas razões fundamentais: - se se destina a servir o povo e a proporcionar-lhe momentos de distração e recreio, devia situar-se num local central em relação às zonas de residência e não, como agora, completamente excêntrica. Por outro lado, não se justifica ocupar com instalações deste tipo uma frente da principal avenida da capital, cuja vocação é, por excelência, a construção de edifícios representativos.

Admitamos que se trata de uma ocupação efémera. Sob este ponto de vista deve ser encarada no estudo urbanístico a realizar.

2.3 Para terminar, propõe-se um ARRANJO PAISAGISTICO DO JARDIM DO ZAMBI - tarefa muito simples e fácil de levar a cabo, se o Conselho Executivo a quizer apoiar.

Trata-se de um pequeno parque-jardim que é ainda muito frequentado, mas que chegou a um estado de decadência de que só pode sair mediante uma intervenção enérgica e bem estruturada, feita sobre um estudo paisagístico correcto, que vale a pena fazer desde já.

PROGRAMAS PARA OCUPAÇÃO E OBRAS  
EM EDIFÍCIOS E NA ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA

P  
5

Não é possível dar com rigôr uma relação completa das obras, projectos e idéias existentes, no que se refere à valorização da Baixa de Maputo, neste momento.

Nem o próprio Conselho Executivo da Cidade poderia fazê-lo, pois não terá muito mais dados que os que se reportam a pedidos concretos de obras, ou iniciativas exclusivamente suas.

Porém, há várias acções realizadas e intenções expressas, de diversas origens e com interesse, dentro do espírito da presente proposta. Vamos resumidamente mencionar as que conhecemos.

1. Obras em curso

As duas obras de construção mais importantes na zona são o Prédio dos 33 andares, e o prédio sito no ângulo da Av. 25 de Setembro com a Av. Karl Marx, junto ao Mercado Central.

Quando estiverem concluídos os arranjos do rés do chão e dos espaços exteriores envolventes, desaparecendo os tapumes inestéticos, barracas e materiais da construção, o cenário urbano ficará consideravelmente melhorado.

2. Obras de restauro

Nos últimos tempos verificaram-se algumas obras em edifícios com valor histórico-arquitectónico, de iniciativa das entidades a que estão affectos, e que consideramos positivas, nomeadamente:

- no Supremo Tribunal de Recurso(Av.Vladimir Lenine);
- na Biblioteca Nacional (Av.25 de Setembro);
- na Estação Central dos Caminhos de Ferro de Moçambique (na Praça dos Trabalhadores) - esta ainda inacabada.

Pelo respeito demonstrado em relação à traça original dos edifícios, estas obras são dignas de exemplo.

### 3. Iniciativas da Secretaria de Estado da Cultura

Com o objectivo de vitalizar a Baixa antiga, a Secretaria de Estado da Cultura pediu para ocupar vários imóveis na zona, e tem em formação uma Brigada de Obras, que procederá ao restauro de alguns. Outros, de maior volume, serão recuperados pela empresa Manutenção predial de Maputo.

A sede da Brigada de Obras fica num edifício da Rua Tenente Valadin, também em recuperação.

As obras mais significativas previstas para 1984 são na Rua de Bagamoyo, sendo uma para instalar no antigo dancing "Alta Roda" a Escola de Dança; outra para instalar no belo prédio com o nº 53 a 201 a Direcção Nacional e os Arquivos do Património Cultural.

Prevê-se ainda o arranjo de três lojas na mesma rua, em edifícios muito antigos e deteriorados, para fins culturais.

Recupera-se também, presentemente, o edifício onde funciona a Escola de Artes Visuais (onde existia a antiga Escola Chinesa) na Av. Fernão de Magalhães.

Por outro lado, e como já ficou dito, o Serviço do Património Edificado da Secretaria de Estado da Cultura estuda o projecto de transformação da zona onde se encontram o "Hotel-Clube" e a "Casa de Ferro" num centro cultural, onde ficarão, além dos serviços centrais da Secretaria de Estado, salas e recintos de exposições de arte, oficinas artísticas, um pequeno auditório, esplanadas e locais para venda de artesanato. A utilização da "Casa de Ferro" como museu, ou local de exposições, tem sido discutida com o seu ocupante - o Arquivo Histórico Nacional.

#### 4. A Fortaleza

Esta, tal como a "Casa de Ferro", está entregue ao Arquivo Histórico Nacional (da Universidade Eduardo Mondlane), que prepara a sua abertura como Museu da História Colonial.

O embelezamento do espaço envolvente da Fortaleza tem sido tentado pelos responsáveis do Arquivo Histórico, em contacto com o Conselho Executivo da Cidade, mas a transferência da indústria de padaria, existente do lado norte, para outro local, ainda não foi conseguida. Pelo contrário, cada vez parece haver maior ocupação do espaço urbano com muros inestéticos e locais de carga e descarga, quando toda a área devia ser desafectada e saneada.

#### 5. Outras obras

Temos conhecimento de obras previstas em edifícios de qualidade ou acompanhamento, que referimos a título de exemplo:

- A transformação do antigo dancing "Pinguim", da Rua de Bagamoyo, num centro social da STEIA - obra que poderá ser interessante para a vitalização da zona, desde que não altere as características gerais do edifício;
- A instalação da delegação dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP), numa antiga loja da Rua Consiglieri Pedroso, com um projecto elaborado cuidadosamente no que respeita à preservação do carácter do edifício e do arruamento.

Estes são exemplos positivos. Mas temos também, infelizmente, os casos negativos:

- Um deles, significativo, é o das obras feitas na histórica casa com azulejos, que foi a primeira Câmara Municipal da cidade, com frente para a Rua dos Mártires de Inhaminga e um bonito jardim antigo nas traseiras, até à Rua de Bagamoyo. A Empresa Estatal que ocupou o imóvel, derrubou todo o jardim (único na zona) para fazer um parque de estacionamento e, simultaneamente, atacava a remodelação da casa histórica com a mesma brutalidade e falta de respeito. As obras foram interrompidas, mas os danos causados ao património urbano são irreparáveis.
- Outro exemplo é o do grande imóvel, dos anos 30, com frentes para a Av. 25 de Setembro e Av. Karl Marx (Prédio Ja Assam). Foi ocupado em parte e ilegalmente pela Empresa Estatal de Gado de Corte, que começou a proceder a alterações internas e na fachada, sem licença e sem critério.



Posteriormente passou a ocupação para a Empresa Estatal Avícola, e a história continuou.

Mas o mais grave de tudo é que o aproveitamento de todo o imóvel para os serviços centrais da APIE (que desalojara expressamente para esse fim os anteriores locatários) tinha sido estudado pela Empresa de Projectos de Arquitectura.

A própria APIE viu-se desapossada duma parte substancial do prédio; o projecto (pago) foi para o cesto dos papéis - e não houve autoridade para punir os transgressores e reprimir a legalidade e os interesses da Administração do Património do Estado no seu devido lugar.

São exemplos negativos - e inquietantes.

#### 6. Outras iniciativas

Tratando-se de uma proposta, cabe neste capítulo final sugerir, de acordo com tudo o que ficou exposto até aqui, as iniciativas práticas que, em nosso entender, deveriam ser tomadas a curto prazo - no biénio 1984-85 - pelas entidades com a máxima responsabilidade na valorização da Baixa da cidade de Maputo: - o Conselho Executivo da Cidade e a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE).

Eis a nossa sugestão:

PARA O CONSELHO EXECUTIVO DA CIDADE

- 1º-TOMAR A SEU CARGO AS ACÇÕES NECESSÁRIAS PARA VALORIZAR A ZONA DA FORTALEZA E ÁREAS ADJACENTES:- ARRANJANDO NOVO LOCAL PARA A PADARIA EXISTENTE E DEMOLINDO-A, BEM COMO OS MURROS EXTERIORES; AJARDINANDO E PAVIMENTANDO OS TERRENOS ASSIM LIBERTOS EM TODA A VOLTA DA FORTALEZA;

REMOVER O MURO QUE ENCOBRE A DOCA DA CAPITANIA, SUBSTITUINDO--  
-O POR UMA VEDAÇÃO METÁLICA DECORATIVA, QUE NÃO TAPE AS VISTAS  
DO PÚBLICO SOBRE O CAIS;

REABRIR A FAIXA DE RODAGEM QUE O PORTO ANEXO, PARA REPOR NA  
TRAÇA ORIGINAL TODA A ZONA ENVOLVENTE DO CAIS;

MELHORAR A PRAÇA 25 DE JUNHO NOS SEUS DOIS EXTREMOS: - DO LADO  
DA AV. 25 DE SETEMBRO RETIRANDO OS MUROS QUE VEDAM O PARQUE  
DE ESTACIONAMENTO DO PRÓPRIO CONSELHO EXECUTIVO, QUE NÃO FAZEM  
FALTA ALGUMA, E ASSIM TORNANDO ESTE ESPAÇO - COM A ADIÇÃO DE  
ALGUM MOBILIÁRIO URBANO E VEGETAÇÃO - NUMA PARTE DA PRAÇA  
PÚBLICA, QUE HOJE NÃO É; DO LADO DA BAÍA, PROMOVEDO O ESTUDO  
E POSTERIOR EXECUÇÃO DE UM MONUMENTO OU MOTIVO ESCULTÓRICO  
QUE EMBELEZE E DIGNIFIQUE A CIDADE.

2º-DESENCADear O ESTUDO URBANÍSTICO DA PRAÇA DA INDEPENDENCIA  
E SEU ENVOLVIMENTO.

3º-INICIAR OS MOVIMENTOS DE TERRAS PARA CONSOLIDAÇÃO DAS BAR-  
REIRAS, MESMO QUE O ESTUDO GERAL, URBANO-PAISAGÍSTICO, DA ÁREA  
NÃO TENHA AVANÇADO AINDA.

4º-ESTUDAR, COM A PARTICIPAÇÃO DA APIE E DA SECRETARIA DE ESTADO  
DA CULTURA UM PLANO COM AS MEDIDAS CONCRETAS NECESSÁRIAS PARA  
TORNAR EFECTIVA A ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA,  
NOMEADAMENTE NO QUE RELEVA A OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS E ESPAÇOS  
VAGOS.

## PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE IMOBILIÁRIO DO ESTADO

1º-PROCEDER AS OBRAS DE RESTAURO: -

- DO PRÉDIO POTT, NA AV. SAMORA MACHEL;
- DO MERCADO CENTRAL.

2º-PROMOVER A RECONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS EM RUINAS (POR INCENDIO)  
NA BAIXA ANTIGA: -

- O DO BANCO POPULAR DE DESENVOLVIMENTO, NA PRAÇA 25  
DE JUNHO;
- DOIS, JUNTOS, NA RUA CONSIGLIERI PEDROSO.

3º-CONTER A OCUPAÇÃO ABUSIVA OU INCORRECTA DE EDIFÍCIOS E ESPAÇOS VAGOS NA ZONA DE PROTECÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA, DE ACORDO COM O PLANO A ELABORAR COM A PARTICIPAÇÃO CONJUNTA DO CONSELHO EXECUTIVO DA CIDADE E SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA.

Maputo, Janeiro de 1984

### 5.3 ANEXO C

— Termo de Referência para a elaboração do PPUBaixa — *Request for Proposal: Consultancy for the Design of the Partial Urbanization of the “Baixa” (Historic Center) of Maputo*, 2012, Conselho Municipal de Maputo, 33 pp.





**MUNICÍPIO DE MAPUTO  
CONSELHO MUNICIPAL**

---

**PROMAPUTO II - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE  
MAPUTO**

**Credit N° 48110**

## **REQUEST FOR PROPOSAL**

**CONSULTANCY FOR THE DESIGN OF THE PARTIAL URBANIZATION PLAN OF  
THE "BAIXA" (HISTORIC CENTER) OF MAPUTO**

**RFP #: PDMM-II/C-1131/CS/02**

**Dezember 2012.  
Maputo, Mozambique**

---



## 1. GENERAL CONSIDERATIONS

Processes referring to classification, conservation and management of urban historic assets in Mozambican cities, and procedures for planning, design and management of urban settlements are hardly studied and investigated. Therefore, there is an urgent need to equip public decision-makers, scholars and policymakers of the territory with adequate information, methodologies and instruments.

The role of the city of Maputo is particularly significant in this context since it represents the country's largest urban agglomeration, with an estimated population of 1.5 million people, and as it represents a passage and a business meeting point for investors, tourists and migrants from rural areas and foreign countries. On the other hand, it is important to bear in mind that the City of Maputo contributes with more than 40% to the Gross Domestic Product (GDP)<sup>6</sup>.

Maputo urban structure has developed from the first inhabited nucleus, located in the "Baixa" (the city downtown), which is both the former Portuguese colonial centre and the modern CBD of the current city. Developed during the colonial period, built and delimited by paved avenues or streets, the "Baixa" has valuable urban structures, with a variety and diversity of buildings and different architectures, an infrastructure network, and where most of equipments, services, trade, administrative jobs, and small scale industries are concentrated<sup>7</sup>.

The "Baixa" of Maputo is the oldest area of the city and houses historical and cultural assets considered relevant to the permanence of the city's cultural identity and the strengthening of society's sense of connection. The legacy of the past, together with the society lives today, should be preserved for future generations. The "Baixa" historical assets could also generate a wide range of economic benefits, as they can stimulate cultural tourism, develop small and medium enterprises, increase real estate values and foreign investment.

But the "Baixa" historical and cultural assets are in danger, as the "Baixa" is currently characterized by real and objective problems. The infrastructure is in a bad state of degradation and most of the buildings are not well maintained, are abandoned or underused and on more than one occasion are left to crumble. If nothing happens in the next decade or so, the next step would probably be to demolish large parts of the "Baixa" in order to build large-scale modern buildings and shops. That would ruin the "Baixa" value and would also threaten traditional informal business, which is the main source of income of the poor people and determines the "Baixa" characteristic vitality.

In this context it is important to identify instruments that enable to value and preserve this heritage which is so important for the city's cultural identity, Mozambican society, and which has a very strong economic potential. Since April 2007, the Maputo City Council (CMM from the Portuguese "Conselho Municipal de Maputo") is implementing a two phases Municipal Development Program – PROMAPUTO within which one of its subcomponents (subcomponent C) aims to provide support to the municipality to improve its efficiency in management and planning through capacity building in urban management and the implementation of a Geographic Information System (GIS). One of the key activities included in this subcomponent for is to devise spatial urban plans.

The present Terms of Reference aim at providing a clear orientation for preparing the Partial Urban Plan of the "Baixa" Area of Maputo. Given the historic and cultural nature of the intervention area, this PPU goes beyond the production of a typical PPU. In addition to PPU elements required by law and by the technical nature of urban planning, the planning of the "Baixa" of Maputo will assume a more significant importance and complexity. The typical elements of urban planning will

---

<sup>6</sup> PROMAPUTO Manual of Operations Vol. 1 Version 11 Feb. 2007 –WB.

<sup>7</sup> Maputo Municipality Urban Structure, Current Situation Analysis Report.

integrate elements belonging to the conservation of the historic and cultural assets, as well as the consideration of complex social, economic and cultural dynamics of the historic centre.

## 2. JUSTIFICATION

The “ Requalification Plan” for the Baixa of Maputo, which must take the form of a “Plano Parcial de Urbanização, (PPU)” to be in line with the legally defined terminology established in the Planning and Territorial Ordering Law, is an exercise to be performed within a well informed historical perspective about the urban evolution and accumulation of values that have a much more important meaning than what can be abstracted exclusively from the objective and statistical data to be collected.

The PPU cannot, and must not, be taken primarily as a technical instrument of physical planning for this urban area and must be, for the same reasons, an instrument for the creation of legal, fiscal, financial and political strategies for the revitalisation of the area.

The PPU must consider, in its analysis, the intrinsic value (structural, architectural and functional qualities) of the existing building stock and infra structure and the value and scale of the urban context, essential to the preservation of the historical integrity of the patrimony which is, already, protected by law. The PPU must focus primarily in the identification of the factors and the creation of the mechanisms and of the planning instruments that will promote the recuperation of the Baixa, defining its physical limits and establishing the qualitative and quantitative dimensions, and detail the forms of land occupation and use. Given the historic and cultural characteristics of the intervention area, it is necessary to consider the legislation related to the conservation of historic and cultural assets.

This will be the only way to promote the Baixa to become, once more, the true centre of economic, administrative, cultural and recreational activities with a unique value given its urban landscape features and taking full advantage of its geographic position as a potential “water front” of extraordinary tourism, commercial and residential values.

In this context, the following grounds should constitute a guide for implementing this Plan:

- a) The need to define an urban concept from the conservation of historic and cultural assets, qualification of land, infrastructure networks (transport, communications, electricity and sanitation) including the structuring road network, location of equipments of collective use and interest, ecological structure, urban parking system and quality public space.
- b) The feasibility of the Plan from the environmental, urbanistic, social, cultural, economic and financial point of view, as well as the correct coordination with other municipal territorial management tools.
- c) The need to conduct the housing construction dynamics, taking advantage of it in a sustainable and socially useful way.
- d) The urgency to contribute to the regularization of the space already occupied, making rules for the assumption of the ‘status quo’ always conditioned by the quality of the intervention area.
- e) The planning and expansion of urban nucleus and adequate spacial distribution of the population and economic activities in order to avoid and correct urban growth distortions.
- f) Preserve historic, cultural and architectural identity, in view of the classification of the Baixa historic area as an asset.
- g) Ensure functional conservation and new valorization of the Baixa assets.
- h) Create equipments to complement the existing ones in order to attract the resident population.





The urgency in the design results from the identified urban disqualification, the state of decay and abandonment of historic buildings, the need to attract population to live in the Baixa, re-balance of functions and to accommodate promoters' claims whose eventual implementation depends on the existence of a suitable Plan and tools.

### 3. LEGAL FRAMEWORK OF THE PLAN

The preparation of the Partial Urban Plan is in accordance with what is prescribed in the 19/2007 Planning and Territorial Ordering Law approved in July 2007 and with the respective Regulations approved by the Government of Mozambique. It also complies with nrs 2 & 3 of the article 24 of the 11/97 Law, pertaining to Municipal Package as well as with line a) nr 1 of the article 12, Chapter III of Resolution nr 29/AM/2003 passed in July 2003, related to Development Plans and Public Domain which confer to Maputo City Council authority to prepare and approve their development plans, territorial ordering plans or general and urbanisation structure plans as well as the detailed plans.

Given the historic and cultural nature of the intervention area, the design of this Plan should take into consideration the existing legislation related to the conservation of the built cultural and historic assets, particularly the Law no. 10/88 of December 22<sup>nd</sup> regulating the protection of material and immaterial goods of the Mozambican cultural assets. According to a study carried out by the former State Secretary of Culture: *"The Baixa of Maputo has a significant national cultural significance that goes beyond the simple sum of practical activities which are carried out there daily. It is a representative and polarized place, which is intended to be functional and pleasant"*.

A considerable effort has been made by the Ministry of Culture to make sure that interventions to be made in properties protected by Law should require an opinion issued by the Ministry. The aim is to ensure compliance with basic procedures related to conservation and restoration of the built assets (namely, submission of a compatible conservation and restoration project, assuming the respect for architectural and aesthetic originality of the buildings and their outside, including facades and volumetry). The proposed use of the building should also be compatible with its aesthetics and surroundings, although, it is not strictly required to re-assume its original functions, assuming that conservation of assets should be sustainable and able to answer the needs of its users and be integrated in national development plans.

In the area of the built assets, the document on Conservation Standards and Criteria for Classification of Monuments of 2003 has been used. It is a document that is still in the form of a proposal, but being used by technicians from the cultural assets field, whenever they have to give concrete answers in terms of intervention to be made in buildings, as well as in the execution of their classification processes. Proposed by the Architecture and Physical Planning Faculty Director of Eduardo Mondlane University and submitted to the Ministry of Culture in 2010, this document could become a Regulation on the Protection of the Built Assets, which could fill the existing gap in this area.

More recently, in April 2010, the Council of Ministers approved the Museum and Monument Policies, which outline guiding principles and define priorities in these areas of the cultural assets. Thus, for example, the Monument Policy made explicit the level of intervention allowed on Monuments, facilitating the National Real Estate Assets management mechanisms.

Of course, a legislation on the cultural assets only is not enough, no matter how clear it is. There are other factors to take into consideration, such as strengthening of the institutional framework and of human and material resources which should be proportional to national cultural assets management demands<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Ministry of Culture, Municipal Council, Architecture and Physical Planning Faculty, Cooperazione Italiana, 2010. *Inventario do Património Edificado da Cidade de Maputo*. Maputo" Edicois FAPF.

## 4. TERRITORIAL LOCATION OF THE INTERVENTION AREA

### 4.1 Geographic definition of the area

Maputo has a typical urban structure of the Portuguese colonial period, with the “cement City” in the centre and along the bay, a historic centre in Downtown Maputo (Baixa), and the suburbs increasingly informal or semi-informal, where 75 per cent of the population lives.

The area called “Baixa” of Maputo is considered as the CDB of Maputo. It is located on the southern seafront of the city, in the Municipal District of KaMphumo. Being one of the most developed areas of the city, the “Baixa” concentrates most of equipments, services, trade, administrative jobs, and Maputo’s small scale industries. It has the biggest coverage of physical and social infrastructure networks.

The precise boundaries and physical limits of the Baixa do not have an administrative definition. One of the purposes of the Plan is, precisely, to establish those boundaries, as much as this exercise will be relevant for the possible interventions to be identified for improvement of the area. However it should be taken, as a guiding indication, that the area considered is limited to:

- **North:** a lign delimitating the “Barriers” until its crest line along Mártires de Mueda Av. and Patrice Lumumba Av., and Vladimir Lenine Av., Ho Chi Min Av., Filipe Samuel Magaia Av., Josina Machel Av., Comandante Beata Neves Street, and an imaginary line continuing to Comandante Moura Vaz Street until 16 de Junho Square.
- **South:** Port facilities, CFM, 10 de Novembro Street, Maputo Bay
- **East:** Eastern Limit of the Nautical School, Imaginary Line which cuts da Marginal Av. until Mártires da Mueda Av.
- **West:** 16 de Junho Square, Das Organizações das Nações Unidas Av.



Pict. 1 Area of intervention

### 4.2 Urban characterization of the area of intervention

The historic and cultural assets of Maputo are concentrated in the “Baixa”, which is the former Portuguese colonial centre and the modern CBD of the current city. Between approximately 1870 and 1920, many of the “Baixa” characteristic typologies, urban structures, avenues, squares and



gardens, and public space were created. The “Baixa” is characterized by an urban planned area, defined by an orthogonal grid and a variety of different buildings and architectures with a considerable cultural, social and economic value.

The most important urban characteristic of the Baixa, both historically and as an urban entity, is its multifunctionality that secured a vitality at all hours of the day and night and established a climate of security and excellent conditions for commercial activity and for a rich and diversified cultural life. There is a number of formal and informal economic activities and diverse social dynamics in the “Baixa”, mainly during the day, since that area is a meeting point for many people of different social origin, all trying to earn their living.

However, several factors have contributed to the progressive loss of those conditions, of which one of the most important was the permission for the construction of single function buildings and without residential use. It is crucial to reverse it and to reintroduce the residential component in the Baixa against the functional segregation tendency that has so much contributed for the sprawl of informal settlements, with negative consequences to the economic, social and cultural life in the city, increasing distances, segregating social strata and aggravating transportation costs to public services and social equipments that remain strongly centralized. Many people who live in informal settlements travel daily to work informally in the “Baixa”. This could cost up to one third of a personal monthly income in public transport. Logically, some people cannot afford it and decide to settle very informally in the “Baixa”, living in artificial shelters or in ruins of buildings, even without any basic services.

Moreover, a lot of buildings and space are abandoned and destroyed, and the infrastructure is in a state of increasing decay, giving the area a low quality of urban environment, both in terms of infrastructure and in social and cultural terms. If nothing happens in the next decade or so, the “Baixa” value would be ruined and would also threaten the traditional informal business, which is the main source of income of the poor people and determines the Baixa’s characteristic vitality.

#### *4.3 Specific scope of the plan*

The “Requalification Plan” for the Baixa of Maputo must take the form of a “Patial Urbanization Plan (PPU)” in order to be in line with the legally defined terminology established in the Territory Planning Law. It is an exercise to be performed with great sensitivity to the dimensions above referred and within a well informed historical perspective about the urban evolution and accumulation of values that have a much more important meaning than what can be abstracted exclusively from the objective and statistical data to be collected.

The PPU must consider, in its analysis, the intrinsic value (structural, architectural and functional qualities) of the existing building stock and infra structure and the value and scale of the urban context, essential to the preservation of the historical integrity of the patrimony which is, already, protected by law.

The PPU must focus primarily in the identification of the factors and the creation of the mechanisms and of the planning instruments that will promote the recuperation of the Baixa, defining its physical limits and establishing the qualitative and quantitative dimensions, detail the forms of land occupation and use, and establishing instruments and measures for the classification, conservation and management of the historic assets.

For the elaboration of the PPU it will be necessary to collect an important body of documentation to allow for, and justify, correctly informed proposals:

- Socio-economic diagnosis of the area, taking into consideration the resident population and non-resident population using the Baixa for formal and informal business.
- Classification of the urban historic assets and diagnosis of the conservation state.

- Evaluation of the economic and cultural value of the historic assets.
- Geological and hydrologic conditions of the area.
- The present land use, identifying, quantifying and locating the different types of use of the urban space and of the built area within the limits considered by the plan and characterising its relationship with the wider city fabric.
- The structure of the public urban space, its past and present forms of use and its potential as space to be re qualified within a new vision for the improvement of the Baixa.
- The circulation patterns and systems, within the Baixa area, and the connections of those systems with the city's general circulation systems and the existing parking facilities.
- The state and operation of the drainage and storm water systems.
- The state and the improvement potential of the different public utilities: drinking water supply, energy, communications, refuse collection, public security, fire fighting systems, etc;
- The potential availability of open space for building and its statute in terms of right of use (DUAT).
- The spacio-volumetric morphology of the Baixa and of its environmental behaviour.
- The potential for the development of the Baixa in terms of potential insertion of historical and symbolic landmarks to punctuate the urban space and to contribute to the development of a sense of belonging and identity.

The collection of data and gathering of information must be as thorough and complete as possible in order to serve as a secure basis for the definition of:

- Classification of the urban historic assets.
- The availability of areas for building.
- The definition of densities of occupation within each city block.
- The definition of the different land uses and its distribution.
- The economics of the public services in terms of the cost benefit of its operation.
- The creation of the legal mechanisms to induce and motivate potential investors in the prescribed urban development direction.
- The necessary alterations to establish a fluid flow of vehicular transit and supporting car parking.
- The exploration of a feasibility study for a public transportation system within the area and its connection with the intra and ultra city transportation systems.
- The measures to be taken for the recuperation of the public open spaces.
- The measures to be taken for the conservation and maintenance of the historical and cultural assets.
- The control of the urban form by urban design prescriptions.
- Evaluation of economic and cultural values of the historic and cultural assets, and identification of instruments and methods of intervention and investment to bring to fruition this potential for the benefit of the population.
- Creation of a new urban identity which uses and maximizes positive values of the colonial city and creates a new concept for the African city, avoiding mistakes and dangers that transformed the city into a battle field for speculation in the construction field.



- Revitalization of the historic assets – conservation and rehabilitation of buildings, either of the residential buildings, or assets; recovery and management of public space; service and formal and informal business management; investment in the culture and sports fields.
- Identification of instruments and methodologies that ensure and promote civic participation in the intervention process.

## 5. GENERAL SCOPE OF THE PLAN

### 5.1 PEUMM – Maputo Municipality Urban Structure Plan<sup>9</sup>

The PEUMM (*Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*) has defined the essential elements of the urban structure that contribute to improving the living conditions of the majority of the citizens, the following:

- Improved accessibility to all areas, the city centre and their connections with the region and neighboring countries;
- Ecological balance, environmental sustainability and quality;
- Densification of the urban fabric enabling profitability and rationalization of infrastructure and urban services and an increased social interaction among all the residents of Maputo Municipality;
- Construction of social housing; and
- Conservation of monumental and cultural and historic assets qualities which enrich and embody the city's collective memory.

#### **Improved accessibility to all areas, the city centre and their connections with the region and neighboring countries**

With regard to accessibility PEUMM says that it should be studied taking into consideration all modes and systems of moving people and goods – footpaths, bicycle tracks, roads and streets, railways, river and sea transport, as well as air transport.

PEUMM also says that quality and capillarity of the various systems of movement is essential to the functioning of the city and equal opportunities for all.

PEUMM established some principles which guide the construction of a spatially integrated system of movement within and outside the town:

- The general system of movement in the city should be integrated and structured in a unique system in order to facilitate greater accessibility and opportunities for meetings and business.
- The main objective is to maximize accessibility not mobility; so it is indispensable to consider simultaneously the distribution of urban functions and modes of transport.
- Priority should be given preferably to public transport in relation to private vehicle based transport.
- Creation of a friendly environment for pedestrians is the first step for the creation of a suitable movement system.
- Offering multiple choices among transport systems, according to the distance to travel, is always the most convenient solution for the public.
- The rail system should have a high priority as part of the overall system.

---

<sup>9</sup> Introduction to PEUMM (PEUMM – Maputo Municipality Urban Structure Plan, 2009)

### **Ensure ecological balance and environmental quality**

Maputo has been subjected to important aggressions against its ecological balance and its environmental integrity. PEUMM establishes general principles of preservation and restoration of environmental conditions, which should be respected at detail planning level, and suggests corrections to some decisions already made, which are clearly harmful to the sustainability of the ecological balance and environmental quality.

PEUMM Regulation in Section IX discusses the Space Allocated to the Ecological Structure, characterizing and defining the existing systems (Article 77 – Characterization), and also defines the preferential uses (Article 78) for each system.

### **Densification of the occupation of the urban space**

The main problem of any city is the availability of space for different urban functions and to accommodate urban population growth.

Urban density is about 70 inhabitants per hectare, which is still very low compared, for example, with cities such as Mumbai with 389 inhabitants/ha, Addis Ababa with 180 inhabitants/ha, Abijan with 143 inhabitants/ha or Tunis with 102 inhabitants/ha.

PEUMM states that all urban studies prove, without exception, that denser cities have more economic success, more material, social and cultural advantages, minimize transport problems and offer better living conditions and job opportunities to their inhabitants.

### **Development of infrastructure and urban services**

According to PEUMM, greater improvement of urban living conditions should also correspond to progressive development of the economic capacity and of the habits of the target population. Of course, all these benefits should also correspond to greater fiscal contribution by the beneficiary people who should not only participate in investment in infrastructure but also contribute to the sustainability of the operation of services delivered to them.

### **Promote social housing construction**

PEUMM's philosophy is to promote social equalities in the living conditions of several economic and social classes, and promote the construction of social housing.

### **Ensure preservation of monumental and cultural and historic heritage qualities which enrich and embody the city's collective memory**

Maputo, the largest city and the capital city, has unique monumental, cultural, natural and historic assets to preserve and develop.

This heritage is often not safeguarded and classified. Maputo also has a very rich and natural landscape which should be preserved and valued. PEUMM Regulation establishes legal measures concerning these elements of the cultural assets.

In PEUMM's own chapter, reference is made to some of these buildings, urban complexes and natural elements which should be immediately classified, and which should be taken into account in the Partial Urbanization Plan for the Baixa. PEUMM proposes the classification of the following buildings<sup>10</sup>:

- Samora Moisés Machel Statue
- World War I Monument
- C.F.M Central Station
- National Printing Office
- Pott Building

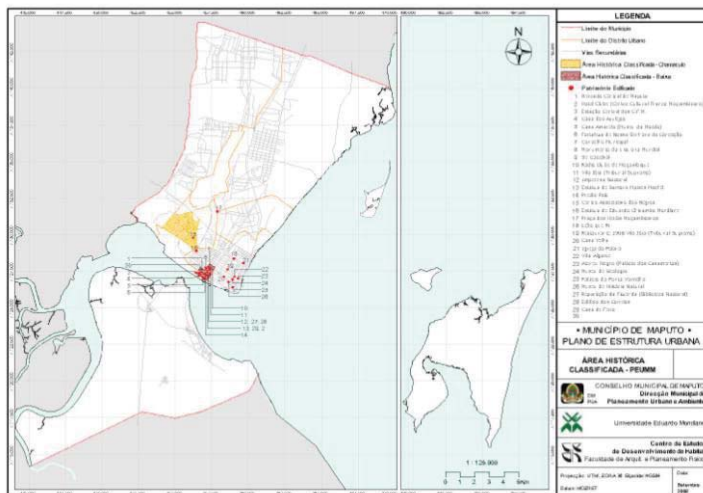
---

<sup>10</sup> Classified Historic Assets – PEUMM

- Nossa Senhora da Conceição Fortress
- Iron House
- Glazed Tile House
- Yellow House (Currency Museum)
- Cathedral
- Municipal Council/Maputo Central Market
- Treasury Department (National Library)
- Post Office Building
- Mozambique Radio Club
- Vila Jónia (Supreme Court)
- Club Hotel (French/Mozambican Cultural Centre)

PEUMM considers the following area of the urban complex as classified:

The area comprising Vladmir Lenine Av. da Imprensa Street, Marques de Pombal Street, Mártires de Nhaminga Av., Workers Square, Guerra Popular Av., Fernão Magalhães Av., and Ho Chi Min Av.



PEUMM Classified Historic Area

## 6. PLAN OBJECT

As prescribed in line b, nr 5 of the article 10 of the Planning and Territorial Ordering Law nr 19/2007, the present Plan aims at materializing the spatial organisation proposal within the confines of the area (Baixa of Maputo), with regard to rules that establish the structure and the qualification of the urban land, taking into account the equilibrium between various uses and functions,

including transportation networks, communications, power and sanitation as well as the social equipments, mainly in informal settlements, which is taken as a socio-spatial unit for planning purposes.

This Partial Urban Plan (called in Portuguese Plano Parcial de Urbanização – PPU) for Baixa comprises the first step for all future intervention’s proposals for the area. Actually, it is the basis and the main condition for the development, in the future, of detailed plans (as the new Law nr 19/2007, called in Portuguese “plano de pormenor”) and, consequently, for engineering projects and other studies and plans, like environmental impact assessment and resettlement action plan, if necessary.

As per the Planning and Territorial Ordering Law<sup>11</sup>, the Plan aims to seek the following:

- a. Materialisation of the principles and the parameters defined in Urban Structure Plan;
- b. Forecast the demographic evolution of the population and the corresponding urban space occupation models;
- c. Reserve spaces for public use;
- d. Define the size and shape of the subdivided urban plots/parcels;
- e. Identify areas with exceptionally valuable landscape, or part of the cultural heritage to be preserved; and the principles to be followed when planning the adjacent areas whose development may affect the conservation of such values;
- f. Identify the various areas to be reclassified, with due observance of the rights of land use acquired by the current occupants and their gradual integration in the planned urban tissue with infrastructures and essential services;
- g. Define the general and local road systems, including the principles of traffic lanes, where applicable;
- h. Indicate the most adequate locations of high voltage power lines, aqueducts, superficial and used water drainage systems, as well as any other system or infrastructure for public and collective use;
- i. Prescribe the structure and the principles to be followed for progressively setting pedestrian spaces in multifunctional activity centres and residential areas;
- j. Provide the definition of spatial units of which detailed plans ought to be prepared;
- k. Provide quantitative and qualitative indicators and urban parameters to be adopted for each of the urban space categories.

## 6.1 General Objectives

The objectives of this Partial Urbanization Plan are:

- a) Improve life quality in the Baixa of Maputo through integrated operations of interventions in urbanistic, cultural, social and environmental fields which promote multifunctionality of the area, preserve historic and cultural assets, and increase social, economic and cultural activities and competitiveness of this urban area.
- b) Support initiatives aimed at expanding green areas, developing recovery and reuse of public space, identifying pedestrian systems and circuits, conditioning vehicle traffic in urban centres, and defining principles to be followed in multifunctional activity centres and residential areas.

---

<sup>11</sup> Article 43 of the Regulations of the Planning and Territorial Ordering Law, approved by the Council of Ministers.





- c) Evaluate and quantify the economic and cultural value of the historic and cultural assets in order to guarantee conservation of cultural and social values and identify possible interventions for generating local economic and social development, through conservation of the assets.

## 6.2 Specific Objectives<sup>12</sup>

### I. Conservation and requalification of the Historic and Cultural Heritage

- Define rules and conditions which should be obeyed by interventions concerning urban historic assets conservation, in order to safeguard assets values, strengthen buildings safety and adapt new uses and conditions of comfort required today.
- Design a specific regulation for the classification, conservation and management of the existing built Historic and Cultural Assets, taking into consideration the existing Regulation of the Built Assets (Cultural Protection Law, no. 10/88).
- Propose classification of buildings (including abandoned and decayed buildings with criteria for classification) taking into consideration the proposal for the classification of the CMM's 30 buildings.
- Identify and propose units that should carry out Detail Plans for the Baixa, taking into account environmental, historic and landscape assets (for example propose the possibility of passing the Tunduro Garden to the protection of Eduardo Mondlane University/Biology Faculty, with the use of Botanical Garden).
- Carry out a study to assess the heritage economic and cultural value, in order to propose a vision of economic and social sustainability for the intervention.
- Propose alternatives which ensure economic, social and cultural exchange return and sustainability of investment in the conservation of the assets.

### II. Use and Urban Potentiality

- Identify areas to be re-classified, with due observance of the rights to use the land acquired by the current occupants and their gradual integration in the planned urban fabric with essential services and infrastructure.
- Ensure functional revitalization of the intervention area by defining concrete and quantified proposals of use, based on the knowledge of the intervention area and on its compatibility with the surrounding areas.
- Ensure the Baixa multifunctionality and vitality through the introduction of residential areas with diverse and mixed nature and building typology, including social housing.
- Create a network of public, tourism and leisure facilities which serve as an anchor for sustainable development and attractiveness of the intervention area.
- Promote the upgrading of the public space and the built park with the creation of pedestrian areas and road traffic reduction, which are conditions for the recovery of air quality and noise reduction.
- Turn the Baixa area into an inclusive centre by establishing innovative and quality activities, and taking into account the needs of all segments of the population.
- Propose Public – Private Partnerships in urban potentiality management.

### III. Public Transport and parking lots

---

<sup>12</sup> Summarized Report of the Workshop held on 14/03/2012 for the design of the Downtown PPU ToR

- Conduct a study to identify space for the establishment of parking lots in the Baixa, including identification of the number of institutions and enterprises that use them.
- Identification of space for the construction of vertical and horizontal parking lots, including identification of abandoned and underused buildings, with potential for their construction.
- Conduct a study to assess the feasibility for a public transport terminal project (potential abandoned, free or underused space with potential for this purpose – e.g. the train station CFM space could be used for this purpose), including the identification of expected business activities in these areas or in adjacent areas.
- Propose an exclusive and sustainable transport system for the Baixa (and may propose a single ticket system).

#### **IV. Infrastructure**

##### *Generalities*

- Ensure coordination of diverse infrastructure.
- Create mechanisms which ensure the existing municipal duties, including taxes.
- Reinforce revenue collection means.
- Create urbanization taxes.
- Propose a layout of infrastructure galleries, and propose the introduction of a subsoil use tax.

##### *Water supply*

- Diagnose the needs of the water supply area and resize and propose the network expansion.
- Review the regulation of improvements and propose an implementation strategy.

##### *Drainage Network*

- Review the drainage plan of the intervention area taking into account: i) barrier drainage; ii) network expansion; iii) joint management of solid waste and rain waters management systems (through outsourcing).
- Propose the implementation of the sanitation tax (together with residual waters).
- Evaluate the barriers and railway areas for the feasibility of a residual water treatment project.

##### *Sanitation*

- Study mechanisms for integrated sanitation treatment in the Baixa (participation of the interested parties in the construction of a joint ETAR).

##### *Electricity and Telecommunications*

- Diagnose availability of electricity and telecommunications.
- Resize the electricity and telecommunications network to serve the new plans and new architectural and urbanist projects.

#### **V. Informal Business**

Traditional informal business is the main source of income of the poor people and determines the Baixa characteristic vitality. A lot of people who live in informal settlements have to travel everyday to work informally in the Baixa. This could cost up to a third of a personal monthly income in public transport.



To mitigate this increasing slowdown in management conditions and informal business growth, there is a need for worthy space, adequate infrastructure and support services for the traders.

## 7. MATERIAL CONTENT OF THE PLAN

The material content of the Plan must ensure the equilibrium in urban components, integrating specifically the following:

- a. Spatial framework of the intervention area, including the map, showing the main infrastructures, large scale social equipments, covering the area of intervention (general concept of urban arrangement ranging from area qualification, defining the outline of networks such as roads, railways, power transmission lines, among others);
- b. Characterisation of the area of intervention in regard to various relevant planning issues, prioritizing the following elements:
  - Biophysical and environmental conditions, resources and natural values and other constraints to urban occupation;
  - Socio-economic and housing conditions and demographic dynamics, including projections;
  - Land occupation dynamics and planning commitments, including urban design expressing the urban land dimension and subdivision for different uses, definition of public space, as well as location of facilities and green areas;
  - Structure and urban functions, urban status of the intervention area;
- c. Infrastructure networks and social equipments of the area, access conditions and prevailing shortages (power supply systems, water collection, treatment and distribution, drainage and treatment of effluents, waste treatment and disposal);
- d. Identification of measures to rationalize the use of the installed infrastructure, including the road and transport system, avoiding overload and idleness;
- e. The proposed specific mobility and accessibility plan for the area, hierarchizing the public and private urban transportation system, including parking spaces and garages, and the areas designed for bicycles and pedestrians;
- f. Indication of road adjustments necessary for the intended transformation, considering the coordination between different modes of access, movement and transport, both public and private;
- g. Inventory of the built historic and cultural heritage;
- h. Zoning for various functions such as housing, leisure, industry, services and commerce, including areas of special urbanistic, social, environment, tourist and cultural interest and public utility, as well as the identification of areas for conversion;
- i. Comprehensive land use and occupation plan, ascertaining its adequacy for infra-structuring, equipments, public spaces, facilities, constraints and other relevant criteria;
- j. Urban indicators and parameters, applicable to each of the space categories and subcategories (housing density, occupation indices, etc);
- k. The ecological structure and protection systems of natural, agricultural and forestry resources;
- l. Indication of areas reserved for public facilities needed to service the expected population, indicating ways to facilitate their establishment and management;

- m. Identification of measures to improve the seafront's environmental conditions, guaranteeing free access to different points, and taking advantage of its potential;
- n. Definition of measures to protect and recover the natural and cultural environment aimed at ensuring better environment and living conditions;
- o. Definition of measures for the conservation and management of the built historic and cultural assets;
- p. Evaluation and quantification of the cultural and economic value of the built historic and cultural heritage;

## 8. PLAN DOCUMENTAL CONTENT

The documental content of this Plan results from the application of Article 44 of the territorial planning Law Regulation which set the following integral elements of the Partial Urbanization Plan:

- a) Plan Regulations;
- b) Hard copy maps and all cartographic or other graphical representation conducive to perfect identification, within the area, of all physical elements whose quantitative and qualitative definition are deemed indispensable for a clear understanding and materialization of the Plan, being particularly crucial, the following:
  - A 10 year land use and occupation plan;
  - A map showing all easements and rights of way or any use restriction plan, which identifies the right of way and restrictions of public utility in force or to propose, that may constitute limitations or impediments to any specific form of use/exploitation. In this context, it is important to consider natural values to preserve and develop, as well as assets and historic values to protect;
  - The plan of the proposed classification of the built historical and cultural assets developed through a participatory process, taking into consideration the opinions of different actors direct or indirectly related to conservation of assets.
- c) A comprehensive Municipal intervention Programme, as per the Plan, prioritisation of such interventions and the identification and quantification of the necessary financial resources;
- d) The Baixa Requalification Program, developed through a participatory process taking into account the built assets' cultural and economic values;
- e) The Institutional Strategy for the Implementation of the Plan for the Baixa, with several proposals for CMM interconnection with the actors and stakeholders that will determine the success of the Baixa development, where CMM will work as a licensing/regulating/oversight authority of private initiatives within its territory and will work as a promoter/facilitator of projects, initiatives and investment in favour of the Plan implementation;
- f) Partnership Project Proposals in favour of the Implementation of the Plan for the Baixa. Proposal identifying possible partnership projects, partnerships between CMM and private actors, and partnerships between CMM and the Government, in the mobilization of resources needed to implement the Baixa Plan, resulting in the preparation of a potential conceptual project catalogue with preliminary technical specification and preliminary evaluation of its cost and financial/economic feasibility. This catalogue may facilitate municipality's planning in the Plan implementation phase, as well as establish the basis for some quick impact projects ("quick wins").



- 
- g) Territorial location of the intervention area, including plan on a smaller scale than of the Urbanization Plan indicating the main roads, large facilities, both in the Municipal District of KaMphumo and Maputo city.
- h) Characterization of the intervention area concerning different topics of interest to the plan, which should include the respective drawings, whenever possible, on the presentation scale of the land use and occupation proposal.
- i) Historical and cultural characterization of the intervention area, including a plan with the built assets.
- j) Report justifying the choices made containing the following elements:
- Biophysical conditions, natural resources and values and other restrictions to urban occupation.
  - Socioeconomic and housing conditions and demographic dynamics, including projections.
  - Land occupation dynamics and urbanistic commitments.
  - Urban functions and structure, intervention area's urbanistic situation and management operational units, if any.
  - Infrastructure and equipment network, existing shortages and conditions of access.
  - Hierarchy of the road, transport, movement and parking network.
  - Built historic and cultural assets.
  - Environmental conditions of reference.
  - Diagnosis of the existing situation and development prospects, including potentialities, constraints and/or dysfunctions.
  - Definition of the protection systems of natural, cultural and forest values and resources, identifying the urban ecological structure.
  - Explanation and justification of the land use and occupation proposal, evaluating its suitability to the land occupation dynamics and infrastructuring levels, equipment, public green areas, accessibilities, restrictions and other relevant criteria.
- k) Specific characterization and evaluation studies (if appropriate – for example: hydrologic, geo-technical study, environmental impact).
- l) Specific evaluation study of the cultural and economic value of the built historic and cultural assets.
- m) Specific studies on the informal business situation, including proposals to mitigate the increasing slowdown in the management conditions and informal business growth.
- n) Extracts from the Regulation, Planning or Zoning Plans and Restrictions of the Instruments of Territorial and Conservation Management and of the built historic and cultural Assets Management, if any.
- o) Maps containing technical elements that define terrain modeling, master quotas, volumetries, longitudinal and transversal profiles of the streets and urban infrastructure and equipment projects.
- p) Contributions received during hearings and public discussions and the respective analysis report.
-

- q) Terms of Reference for the Evaluation of Environmental Impact resulting from the proposed activities, if required.
- r) Terms of Reference to ensure resettlement programs.
- s) Estimated consulting service costs for infrastructure projects.
- t) Traffic study.

All documents listed in the Annex should be delivered in 3 copies, in Portuguese, and electronically into files that can be edited.

## **9. METHODOLOGY FOR THE PREPARATION OF THE PLAN**

The Plan preparation process shall have a follow up and a back stopping by a permanent committee to be purposely set up and based at the Municipal Council.

The preparation of the plan shall conform to the existing legislation relative to urban planning and other territorial management legal instruments, including the Cultural Assets Law.

The Municipal Directorate for Urban Planning and Environmental (DMPUA) will act as the resource institution and will make the bridge between the client and the team responsible for Plan preparation.

The participation process will be crucial for the attainment of the objectives envisaged in the present plan. Urban areas are complex realities, where many people with different interests and needs live, and whose behavior and preferences have huge impact on the conservation and management of historic and cultural assets. In addition to the variety of actors involved in different aspects of the conservation and management of historic and cultural heritage, there is also a variety of actors involved in the urban development process. The participation process enables different actors to identify up to what extent the benefits related to urban assets could have impact on their lives and contribute to the development, and encourage them to define their role, contribution and responsibilities in the safeguard and management process.

Indeed, effective participation of all stakeholders (the Central Government, the City Government, the Municipal Council, the Municipal Districts, Non-Governmental Organisations–NGOs, the private sector, development agencies and the residents alike) will ensure the alignment of the plan's content with the socio-economic development of the Borough. It is expected that each of the actors has a say regarding the way they could contribute for the improvement of conditions of the area.

The participation process should spell a real resolve to do things, which can then be translated into actual plans, with time frames and setting priorities as well as indicating cost estimates and implementation accountability.

The contribution from the public sector towards specific interventions regarding the provision of infrastructures or social equipments is crucial and must be closely linked to economic and social planning, thus being accompanied by the respective investment budgets borne by either the Government or development agencies.

Any commitment from the private sector, development agencies, NGO's, Community Based Organisations (CBO's) and the like will be materialised through memoranda of understanding to be attached to the plan.

## **10. THE PROCESS AND RESPONSABILITIES**



### *Generalities*

The Plan Process will commence following the City Mayor executive order publication, which shall consist of:

- Terms of Reference for the Plan design;
- Methodology to be adopted for the coordination and harmonization of various Council's sectoral interests as well as those of the neighbouring municipality;
- The composition of the team (to be created) responsible for the preparation of the Plan;
- The scope of work to be undertaken by the relevant bodies;
- The timetable for the preparation.

The actual Plan preparation shall be preceded by a publicity phase.

### **Public participation**<sup>13</sup>

Throughout the whole preparation process, public participation, involving all stakeholders (government, businesses, CBOs and citizens at large) must be assured.

This public participation entails consultation, public hearing or even a call for inputs from the public. The consultation will be through group discussions, individual case studies, open interviews and meetings to harmonise strategies and assess the progress. At least two public consultation meetings should be held, one at the beginning and the second just before the completion of the plan. The sessions ought to be adequately publicised through national *media* such as newspapers, radio stations and other local means. Furthermore, discussion boards and call centres may be established so that the public can issue their opinions freely. Public consultation sessions should be held not earlier than 15 days or later than 30 days after its publication in the local *media*.

Five days after each consultation session, a report will be prepared by the executive branch of the municipality, which will then be made available to the participants and general public who will endorse or reject it.

The acceptance or refusal of the findings contained in the report rests with the overseeing commission, based on the advice provided by DMPUA who is in turn supported by the Consultancy team.

### *Responsibility in the Plan Design*

To design the Partial Urbanization Plan (PPU), the Municipality should define a coordination/oversight Commission, composed of technicians from different sectors of the Municipality, including elements from the Municipal District of KaMphumo, Ministry of Culture, Faculty of Architecture and Urban Planning of the University Eduardo Mondlane. This commission may be advised by other specialist professionals, or consultants (recognized by professional entities) to be hired. In all cases, specialists and consultants' contracts should include provisions which foresee (i) efficient knowledge transfer and (ii) effective capacity building of the local team participating in the Partial Urbanization Plan (PPU).

All the hired specialist professionals should convey professional knowledge and competence to the Municipality's permanent structure, which will implement each Partial Urbanization Plan (PPU).

The first step is to organize information already available in the City Council, in the Municipal District and Neighborhoods covered by the Plan (legislation, studies, data, maps, list of potential interlocutors), by a CMM's internal team.

---

<sup>13</sup> Article 8 of the Planning and Territorial Ordering Law, approved by the Council of Ministers.

In parallel, work aimed at raising awareness of and mobilizing the civil society, namely entities, institutions, social organization, The Partial Urbanization Plan (PPU) is a collective and participatory activity.

Based on the knowledge the consultants will have of the contents, the involved or interested actors, and of the opportunities and risks associated with the development of the Baixa, they will be in an excellent position to support the municipality in establishing guidelines, processes, and institutions potentially relevant for the implementation phase of the Plan. Therefore, these consultants should keep themselves available after the delivery of Draft Plan to assist the coordination commission and DMPUA in implementing the Plan.

#### *Information and Mobilization in the Plan Design*

It is very important that the Partial Urbanization Plan be designed in clear and comprehensible language. The Plan should be executed in a participatory process, in discussion among peers and by conscious and informed decisions. It should be a set of simple rules, which are easy to understand. Understanding the Partial Urbanization Plan (PPU) is an essential condition to know how to defend it and apply it.

In order for the Partial Urbanization Plan design to be public and transparent it is important to identify efficient and far-reaching strategies of public communication. Radio, television, newspapers, Internet, theatre, sound car are very useful means to mobilize citizens and disseminate information and proposals, as long as they are systematized in the different phases. It is also indispensable to use, in this dissemination process, social networks established in the organized civil society – residents' association, class entities, NGOs, professional entities, trade unions and institutions which traditionally speak directly to citizens, such as the church, among others.

During the Plan design period, all relevant documentation related to this Plan should be provided for inspection by interested parties, who may, during the period for public participation, request, orally or in writing, clarification of the provided documentation and the objectives to achieve with the plans in question. All interested parties should know where to find documents for inspection, in DMPUA and other parts of the city.

The entity in charge of the design, namely the Municipal Council, through the supervision Commission will publish the main aspects of the plan in question, through appropriate means of communication and provide all relevant documentation for inspection by interested parties. Such information shall be prepared and provided by the Consulting team hired to assist the Plan design in question.

#### *Conformity Statement*

Once the Plan is completed, the Consultancy Team shall hand the document over to the Commission specifically created, which will issue a technical evaluation statement that is then sent to the body responsible for urban planning for final endorsement.

The document to be lodged at the commission must contain, *inter alia*, all the suggestions or recommendations presented during the public consultation process.

The opinions and advice from the plan preparation overseeing Commission will focus, among others, on the conformity of the plan with the relevant legal instruments as well as its coherence with the objectives, principles and rules applicable to urban planning. The position statement should be issued within forty five days.

#### *Approval of the Plan*

Once endorsed by the overseeing commission and the Municipal Council, the Plan is submitted for final approval by the Municipal Assembly, subject to ratification by the relevant government authority as provided by article 22 of the Planning Bill.

It is mandatory that the PPU be accompanied by copies of the requested opinions or expert advice, including the public consultation report.





*Plan Ratification*

After approval by Municipal Council, the plan is submitted for ratification by the Municipal Assembly within ninety days according to article 13 of the Planning Law.

The Municipal Assembly, in turn, must have a say not later than sixty working days after the document is submitted.

**11. PLAN DESIGN CONSULTING TEAM**

The team to be set up for the preparation of the Plan will be multidisciplinary and will include mandatory, a team leader with at least ten years professional experience; an urban planner and other specialists with experience in the fields of civil engineering, conservation and management of urban historic assest, geography or environmental sciences, sociology, law and economy-finance. All of them with at least five years effective professional experience.

The participation in the Partial Urbanization Plan design may be as a consulting company or consortium of consulting companies.

Consutants participation, including Universities, Research Institutions, Foundations, NGOs, Project and Consulting Firms in Urban Planning, alone or in consortiums, in preparing the work to execute the services under the present Terms of Reference, should meet the following requirements:

- a) Availability of the technical team, facilities and equipment suitable for the simultaneous execution of the services;
- b) Gather the minimum Technical Team to design the object of the current Terms of Reference, as well as the complete list of names of all professionals, team members, with the corresponding characterization of academic and professional training and the specific duty in the technical Team and respective professional records;
- c) During the execution of the contract, professionals indicated in the proposal may only be replaced by others of equal or higher technical qualification, duly proved, with the previous approval of the Municipal Directorate of Urban Planning and Environment.

Participation shall depend on the following requirements:

- Name, nationality, place of work and habitual residence;
- Certificate of academic or technical qualifications;
- CurriculumVitae showing experiences and knowledge;
- Taxpayer number;
- If it is a company, registration number, business registration and taxpayer’s number.

The consultants are responsible for the whole preparation process. They will also provide technical assistance through to the ratification stage by the Municipal Assembly.

*11.1 Responsibility of the CMM*

<b>ACTOR</b>	<b>RESPONSIBILITY</b>
--------------	-----------------------

PPU SUPERVISION COMMISSION	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Validate the working methodology and the Consultancy results in all phases of Plan preparation process.</li> <li>• Coordinate with the DMPUA and CMM Management the flow of information in every phase of the Plan preparation process.</li> <li>• Ensure the flow of process through all relevant channels during approval stage by AM.</li> <li>• Issue opinion on consultation process and ensuing actions.</li> <li>• Issue opinion on conformity of the Plan with legal provisions.</li> </ul>
URBAN PLANNING AND ENVIRONMENT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assess the results of the Plan.</li> <li>• Ensure the flow through to approval and ratification of the Plan.</li> </ul>
DMPUA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensure a correct management and smooth performance of the Plan activities as well as the consultancy results</li> <li>• Explain about the consultancy expectation.</li> <li>• Analyse and validate work schedule and consultancy methodology.</li> <li>• Ensure all the technical and administrative support from CMM.</li> <li>• Ensure the supply of cartographic material, database, studies and reports related to the area and to the drafting of the Plan</li> <li>• Monitor and evaluate quality standards throughout the design and implementation of the system and ensure a feedback, where justifiable.</li> <li>• Schedule and chair planning meetings and monitor the whole Plan design process.</li> </ul>
MUNICIPAL DISTRICT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inform and raise awareness of the local population about the PPU design</li> <li>• Make available the physical space in the local Administration for the consulting team.</li> <li>• Make available information related to the study area.</li> <li>• Operationalize field visits by the Consulting Group, public consultation sessions, public hearings, and dissemination of information related to PPU design.</li> </ul>

### 11.2 Responsibilities of the Consultancy Team

DUTY	RESPONSIBILITIES
TEAM COORDINATOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordinate the team of consultants;</li> <li>• Manage, under the overall coordination of DMPUA, all activities related to the preparation of the Plan and ensure collaboration with all relevant authorities;</li> <li>• Ensure that all technical requisites and contract obligations are adhered to, namely the compliance with the approved timetable and progress reports;</li> <li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission in</li> </ul>



DUTY	RESPONSIBILITIES
	the preparation of the Downtown Plan implementation.
CONSULTANT IN ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING	<ul style="list-style-type: none"><li>• Survey and feature description. Impact analysis of the proposed Plan.</li><li>• Location of the intervention area, including preparation of a topographic map at a scale smaller than that of the Plan, showing the main infrastructures, large social equipments (general urban outlines ranging from land use, utilities networks such as roads, railways, power lines, among others)</li><li>• Characterization of the intervention zone with regard to various themes of interest which must be graphically represented, at the same scale as the land use map, prioritising the following elements:<ul style="list-style-type: none"><li>○ Biophysical Conditions, natural resources and other urban occupation restrictions;</li><li>○ Socio-economic and housing conditions and demographic dynamics including projections;</li><li>○ Land occupation dynamics and urban restrictions;</li><li>○ Structure and urban functions, urban situation of the intervention area and operative management units, if available;</li><li>○ Infrastructure network and social equipments, access conditions and limitations (water supply, power, drainage and treatment of effluents, waste collection, treatment and disposal as well as the hierarchy of the urban transportation system, including parking)</li></ul></li><li>• Reference environmental conditions.</li><li>• Appraisal of the current situation and evolution perspectives, including the definitions of potential, constraints and malfunctions;</li><li>• Zoning for establishing various functions, namely housing, leisure, industries, services and commerce as well as areas to be converted;</li><li>• Discrimination and justification of different land uses, evaluating their suitability given land use and infrastructure trends, equipments, public green spaces, rights of way and easements;</li><li>• Reconciliation of the 1969 Plan vis-a-vis expansion areas, residential blocks with the newly defined general urban organisation concept;</li><li>• The indication of the mandatory acquisition areas and definition of compensation mechanisms by the Municipality if such acquisition is unadvisable due to predominant uses;</li><li>• The ecological setting and natural, agricultural and forestry resources protection integrated in the bairro's ecological structure;</li><li>• The evaluation of the proposed uses susceptible of causing environmental impacts and the mitigating measures;</li><li>• The urban indicators and parameters applicable to each of the area subcategories (house density, occupation index, etc);</li><li>• The indication of future operative planning subunits (detail plans)</li></ul>

DUTY	RESPONSIBILITIES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Thematic map production;</li> <li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission and team coordinator in the preparation of the plan and specific thematic maps;</li> <li>• Provide assistance and technical advice to the coordination team in the preparation of the Implementation Plan.</li> </ul>
CONSULTANT IN CONSERVATION OF HISTORIC AND CULTURAL HERITAGE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carry out the survey and inventory of the urbanistic historic and cultural assets to classify, classified and with potential to be classified;</li> <li>• Propose updated criteria for classification of the built cultural assets;</li> <li>• Conduct a survey aimed at evaluating the cultural value of the built cultural assets, using participatory methodologies (the evaluation will be carried out in collaboration with sociology, economics and finance consultants);</li> <li>• Provide assistance and technical advice to the economics and finance consultant in the research to evaluate the assets' economic value;</li> <li>• Diagnose the existing situation of the urbanistic historic and cultural assets and development prospects, including definition of potentialities, constraints and/or dysfunctions;</li> <li>• Create conservation and management strategies and instruments for the built historic and cultural assets;</li> <li>• Create conservation and management norms and regulations for the built historic and cultural assets;</li> <li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission and team coordinator in the preparation of the plan and specific thematic maps;</li> <li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission in the preparation of the Implementation Plan.</li> </ul>
CONSULTANT IN CIVIL ENGINEERING	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provide quantitative and qualitative data related to the current situation of water supply, sanitation and electricity infrastructure in the study area, namely concerning the main problems, the state of conservation and their capacity;</li> <li>• Provide indications about the water supply management system and future prospects about this issue;</li> <li>• Map the current layout and hierachization of the current roads considering the connection with the Neighborhood's inner and outer parts;</li> <li>• Present the current situation related to the water and electricity management system and provide data regarding projects aimed at improving and expanding infrastructure;</li> <li>• Provide inputs related to maintenance, improvement and expansion of water supply and sanitation infrastructure , including basic systems of sanitation, solid waste collection and treatment and residual water treatment, rain water conduction, collection and storage and or dispersion;</li> <li>• Map the infrastructure on a suitable scale;</li> <li>• Survey the Neighborhood's electricity and water needs for housing and</li> </ul>



DUTY	RESPONSIBILITIES
	<p>industrial purposes and other for the next 10 years;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Survey data on electricity and water supply and sanitation costs, as well as the residents' capacity to afford their real costs;</li><li>• Propose measures that contribute to improving sanitation as a way to contribute to the extinction of different vectors of epidemics;</li><li>• Provide inputs for the installation of an electricity supply system suitable for the Neighborhoods' current development demands for the next 10 years;</li><li>• Quantify flows and determine new road network expansion needs, including the location of collective and semi-collective transport terminals and their connection with relevant infrastructure and social facilities;</li><li>• Propose road hierarchization in view of the new demands of the Neighborhoods Partial Urbanization Plan, namely the Neighborhoods' internal and external connections and resize them to a new load capacity for the next 10 years;</li><li>• Evaluate quickly production, supply and improvement of the forms of domestic fuel use;</li><li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission in the preparation of the plan and specific thematic maps;</li><li>• Provide assistance and technical advice to the coordination team in the preparation of the Downtown Plan implementation.</li></ul>
CONSULTANT IN JURIDICAL SCIENCES	<ul style="list-style-type: none"><li>• Provide land tenure data within the Borough, distinguishing between spontaneous occupation areas and those formally granted by relevant authorities, and land demand for other purposes;</li><li>• Provide clear information on possible land conflicts (use and tenure), and solution scenarios;</li><li>• Produce cadastral maps at an adequate scale;</li><li>• Collect data on probable land markets in the area;</li><li>• Historical survey of the legislative pieces produced by various institutions and organs bound to the study area;</li><li>• Undertake inventory of the current capacities of the traditional authorities and of local administrative authorities regarding urban management (land, social issues, including taxation, conservation and management of the built historic and cultural assets);</li><li>• Propose quick ways to ensure land tenure for the residents who are not covered by the formal way of access to DUAT, The Right to Use Land;</li><li>• Provide legal assistance and advice to the Plan preparation team coordinator;</li><li>• Provide legal assistance and advice to design updated criteria for classification of the built cultural assets;</li><li>• Produce a regulating instrument which leads to the Plan formal approval in the light of the legal provisions in force;</li></ul>

DUTY	RESPONSIBILITIES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provide assistance and technical advice to the conservation consultant in the survey, inventory and classification of the urbanistic historic and cultural assets;</li> <li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission and team coordinator in the preparation of the plan and specific thematic maps.</li> <li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission in the preparation of the implementation Plan.</li> </ul>
CONSULTANT IN GEOGRAPHY AND ENVIRONMENT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provide data pertaining to the current environmental situation, vis-a-vis, its quality, natural resources exploitation, solid waste management, land degradation and underground water quality;</li> <li>• Provide data related to development projects, including current practices which may support the development of appropriate Plan regulations;</li> <li>• Survey various situations that may concur to negative effects to the environment, indicating the causes, effects and possible mitigating approaches;</li> <li>• Survey the main sensitive and environment hazard areas, including preservation and management measures;</li> <li>• Analyse the proposal of urban expansion zone and for socio-economic activities, as well as for infra-structure enhancement;</li> <li>• Provide natural resources, local flora and fauna characterisation indicating their preservation status;</li> <li>• Gather service provision cost data, as well as the residents capacity and willingness to pay for those services;</li> <li>• Evaluate future development activities needs, taking into account the Plan's time span;</li> <li>• Evaluate local urban environmental management capacity and the actual training needs;</li> <li>• Provide technical assistance and advice to the plan coordinating team;</li> <li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission in the preparation of the Implementation Plan.</li> </ul>
CONSULTANT IN SOCIOLOGY	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provide local population data, its trend and local projection for the next 20 years;</li> <li>• Provide local social situation data, in relation to the population structure and size living in both formally and informally occupied land, their income, ethnic origin, size of household, culture and religion and type of housing;</li> <li>• Produce administrative division map of the Bairro at an adequate scale;</li> <li>• Evaluate the costs of service provision to the Bairro, as well as the residents capacity and willingness to pay for those services;</li> <li>• Evaluate local residents urban management capacity in relation to land, social matters, taxation, etc;</li> </ul>



DUTY	RESPONSIBILITIES
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Provide technical assistance and advice to the plan's coordinating team.</li><li>• Provide assistance and technical advice to consultant for cultural assets, economy and finance areas in the research to evaluate the cultural value of the built cultural assets;</li><li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission and team coordinator in the preparation of the plan and specific thematic maps.</li><li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission in the preparation of the Implementation Plan.</li></ul>
CONSULTANT IN ECONOMY AND FINANCE	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conduct an evaluation research of the economic value of the built cultural assets, using participatory methodologies (the evaluation will be carried out in collaboration with consultant on heritage conservation and consultant on sociology);</li><li>• Identify infrastructure development and real estate projects through public-private partnerships;</li><li>• Prepare a catalogue of potential conceptual projects with preliminary technical specification and preliminary evaluation of cost and financial/economic feasibility;</li><li>• Establish a base for quick impact projects ("quick wins") which serve to legitimate the importance and viability of the Plan;</li><li>• Propose the financing of PPP's</li><li>• Define high quality urbanistic projects which lead to increased housing production;</li><li>• Define production, management and financing mechanisms of housing of social interest;</li><li>• Define a financing Plan for upgrading and urban development projects;</li><li>• Define upgrading and urban development project management and monitoring systems;</li><li>• Provide assistance and technical advice to the consultant in the urban assets conservation area in the research to evaluate the assets' cultural value;</li><li>• Provide assistance and technical advice to the coordinator commission and team coordinator in the preparation of the plan and specific thematic maps.</li><li>• Provide assistance and technical advice to the coordination commission in the preparation of the Implementation Plan.</li></ul>

## 12. PROFILE OF THE CONSULTING TEAM

### Team Coordinator

- At least 10 years experience in designing Territory Planning Plans or similar mainly for spontaneous growth areas.

- At least 5 years experience in conducting urban planning processes in developing countries, preferably in Portuguese speaking countries and preferably in municipalities or other local governance organs;
- Preferably with PhD or Masters Degrees
- High competence in interpersonal relationship and communicational efficacy;
- High competence in program management;
- High fluency in Portuguese and a good command of written and spoken English and writing professional documents.

**Consultant in architecture and urban planning**

- At least 5 years experience in Urban and Territory Planning design processes or similar with emphasis on spontaneous growth areas in developing countries, preferably in Portuguese speaking countries;
- A degree or Masters Degree in architecture and urban planning, or other area of training considered relevant.
- High competence in interpersonal relationship and communicational efficacy.
- Knowledge of participatory planning methodologies.
- High fluency in Portuguese and writing professional documents.

**Consultant in conservation of historic and cultural heritage**

- At least 5 years experience in integration processes of conservation of historic and cultural assets in urban and territorial planning.
- Specialization in conservation and preservation of cultural historic assets.
- Experience in conducting urbanistic historic and cultural assets conservation processes in developing countries, preferably in municipalities or other local governance organs.
- Preferably with PhD or Masters Degrees.
- High competence in interpersonal relationship and communicational efficacy.
- Knowledge of participatory planning methodologies and high competence in conducting processes aimed at introducing new community development approaches.
- High fluency in Portuguese and writing professional documents.

**Consultant in civil engineering**

- At least 5 years experience in projects and analysis of water supply, sewage and sanitation, electricity supply, and transport systems and urban network infrastructure, as well as in technical assistance to similar organs in developing countries, preferably in Portuguese speaking countries.
- At least 5 years experience in infrastructure integration processes in urban and territorial planning in developing countries, preferably in municipalities or other local governance organs.
- Preferably with PhD or Masters Degrees in engineering, or other area of training considered relevant.
- High competence in interpersonal relationship and communicational efficacy.
- High competence in program management.





- 
- Proved command of infrastructure Development Platforms in spontaneous urban growth environments.
  - Very fluent in Portuguese and writing professional documents.

**Consultant in juridical sciences**

- At least 5 years experience in integration processes of Juridical Sciences issues in Territorial Planning in developing countries, preferably in Portuguese speaking countries;
- At least 5 years experience in designing legal instruments in informal areas' Territorial Planning environments;
- Vast knowledge of legislation on urban land and conservation of urban historic and cultural assets. Experience in Mozambican municipalities is an advantage.
- A degree in juridical sciences, or other relevant area of training;
- High competence in interpersonal relationship and communicational efficacy;
- High competence in conducting processes aimed at introducing territorial planning instruments;
- High fluency in Portuguese and writing professional documents.
- Knowledge of participatory planning methodologies.

**Consultant in geography and environment**

- At least 5 years experience in integration processes of geography and environment issues in urban and territorial planning, in developing countries, preferably in Portuguese speaking countries.
- At least 5 years experience in conducting surveys of data under informal areas' Territorial Planning processes.
- Vast knowledge of physical and socioeconomic qualities, Mozambican society and culture.
- A degree or Masters degree in geography or environmental sciences, or other relevant area of training.
- High competence in interpersonal relationship and communicational efficacy.
- Knowledge of participatory planning methodologies and high competence in processes aimed at adopting new community development approaches.
- High fluency in Portuguese and writing professional documents.

**Consultant in sociology**

- At least 5 years experience in integration processes of Sociology issues in Urban and Territorial Planning;
- At least 5 years experience in conducting data surveys under informal areas' Territorial Planning processes;
- Vast knowledge of physical and socioeconomic qualities, Mozambican society and culture. Experience in Mozambican municipalities is an advantage.
- A degree or Masters degree in social sciences, or other relevant area of training;
- High competence in interpersonal relationship and communicational efficacy;

- Knowledge of participatory planning methodologies and high competence in conducting processes aimed at adopting new community development approaches;
- High fluency in Portuguese and writing professional documents.

#### **Consultant in economy and finance**

- At least 5 years experience in integration processes of economy and finance issues in urban and territorial planning and in conservation of the built historic and cultural assets.
- Specialization in economics and vast knowledge about PPP's projects and urban project management.
- Vast knowledge about infrastructure and real estate development.
- High competence in interpersonal relationship and communicational efficacy.
- High competence in conducting processes aimed at adopting new community development approaches.
- High fluency in Portuguese and writing professional documents.

### **13. WORK PROGRESS ACCOUNTABILITY PROCESS**

The Consultancy Team is accountable to the DMPUA Director regarding the progress of activities.

Within 10 days after the signing of the contract, the consultant will present an inception draft report which must contain the final composition and status of the whole team, the methodology and the timetable.

The CMM will issue a position statement, suggesting alterations if needed, or approving the report which thereafter will constitute the guiding document for the consultants. Once the Inception Report is approved by the CMM, the consultant will formally declare the commencement of their activities.

The consultant will present monthly progress reports, comprising concise summary of activities implemented in the preceding month, indicating the attained results including drawbacks, where applicable.

The Final Report will be submitted 15 days before the expiration of the contract and shall encompass detail of the activities undertaken and the attained results.

All above mentioned products should be delivered in Portuguese and electronic support.

### **14. TIMETABLE AND ESTIMATED EFFORT LEVEL**

#### *14.1 Timetable for the Plan Preparation*

The plan preparation process will not take more than eight months.

The process will be according to a timetable that should include the following:

- a) Statement of the general and specific objectives;
- b) Audit of the prevailing situation in the geographic context;
- c) Analysis and approval of the collected data;
- d) Evaluation of alternatives;
- e) Selection of applicable alternatives;
- f) Preparation of the final version of the plan.



14.2 Activity timeline for the Plan design

N/O	Activity	Months									Responsibilities		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9			
1	Publication of a City Mayor executive order for the commencement of the Urban Plan preparation process	X											CMM
2	Establishment of the consulting Team*	X											DMPUA
3	Secondary data collection and systematisation and respective processing and production of primary information	X	X										Consulting Team
4	Formulation of General and Specific Objectives and Preparation of the First Public Hearing	X	X										Consulting Team
5	First Public Hearing		X										DMPUA/Consulting Team
6	Inventory of all geographic features of the area of intervention	X	X										Consulting Team
7	Analysis and appraisal of the collected data			X									Consulting Team
8	Publication of essential aspects of the appraisal for Plan drafting			X									Supervision Commission/DMPUA
10	Preparation and evaluation of alternatives (including thematic consultations to specialists)				X								Consulting Team
12	Drafting of the preliminary version of the Plan				X	X							Consulting Team
15	Publication of the essential aspects of the Plan								X				DMPUA/ Consulting Team

N/O	Activity	Months									Responsibilities	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9		
16	Communication and execution of the 2 <sup>nd</sup> Public Hearing						X					DMPUA/Consulting Team
14	Preparation of the final version of the Plan						X		X			Consulting Team
17	Plan's approval by the relevant Municipal body										X	CMM, & AM
18	Plan Ratification										X	MAE

\*Including: ToR, composition of the Commission, roles of authorities supervising the design of the Plan and respective timeline

### 14.3 Estimated effort level

The overall estimated effort level is based on 3,500 hours, which includes effort of specialists indicated in the present ToR and of the operational support staff not indicated (for example: administrative staff, designers, etc.)

## 15. PAYMENT FORMS

The payment for the Consultancy services rendered shall be effected according to the following schedule:

N/O	Delivery of Products or Services	Amount
1	<b>After signing of Contract</b> Advance payment for preparation	10%
2	<b>Hand in to, and formal validation/acceptance by the CMM:</b> Report 1 - Inception Report	10%
3	<b>Hand in to, and formal validation/acceptance by the CMM:</b> Report 2 – Appraisal of the current situation	20%
4	<b>Hand in to, and formal validation/acceptance by the CMM:</b> Report 3 – Preliminary version of the Plan	30%
5	<b>Hand in to, and formal validation/acceptance by the CMM:</b> Report 4 – Final Report following the approval of the Plan by CMM	30%

The Plan should be harmonized with:

- The Constitution of the Republic;
- The Municipal Legislation;
- Territory Planning Law, and respective Regulation;
- Land Law, and respective Regulation;
- Environment Law;
- Cultural Protection Law;
- Maputo Municipal Development Program (PROMAPUTO);
- Maputo Municipality Urban Structure Plan;
- Maxaquene Landfill Detail Plan;
- Da Katembe General Urbanization Plan (in preparation);
- Transport master Plan (in preparation);

- Existing projects and projects in preparation (Facim, Popular Fair, Maxaquene Landfill);
- CFM Master Plan.

*Maputo - a prosperous, beautiful and so*